00100.077723/2024-54

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. A AO Nº 59, SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de Março de 2024 6

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de Março de 2024 33

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de Abril de 2024 49

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2024 95

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

1.2.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 30 de Abril de 2024 115

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de Março de 2024 121

1.4 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de Março de 2024 124

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de Março de 2024 168

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de Abril de 2024 180

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de Abril de 2024 194

1.5 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2024 235

1.6 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2024 271

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.077723/2024-54

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Abril de 2024 287

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2024 327

1.7 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Fevereiro de 2024 362

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Fevereiro de 2024 382

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Março de 2024 402

1.8 – COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Março de 2024 444

1.9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Março de 2024 453

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Março de 2024 478

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2024 531

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Abril de 2024 568

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Abril de 2024 597

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Abril de 2024 656

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2024 676

1.10 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Março de 2024 715

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2024 762

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2024 781

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2024 845

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Abril de 2024 882

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2024 902

1.11 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Março de 2024 914

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Abril de 2024 945

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Abril de 2024 975

1.12 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Março de 2024 1054

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Sergio Moro, Fernando Dueire, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Irajá, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Carlos Viana, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Wilder Morais e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 836, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1246, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CDH. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CDH-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 675, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a anistia aos empréstimos registrados em nome dos membros das cooperativas e associações comunitárias do município de Rosário junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil (BB), referente à primeira e a segunda etapas do Pólo de Confecções de Rosário (MA) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2332, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para permitir que servidor público possa ser microempreendedor individual (MEI)." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1598, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para impor responsabilidade solidária às empresas de transporte remunerado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privado individual de passageiros em caso de danos causados por pessoas físicas e jurídicas durante a execução do serviço de transporte à título de parceria com essas empresas." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à matéria com uma emenda (de redação) apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1776, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 35-A da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009 (Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV), para dispor que também no caso de morte do marido ou companheiro, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3224, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para alterar o critério de aferição dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em de manutenção e desenvolvimento do ensino para a despesa liquidada." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com três emendas de sua autoria. **Resultado:** Aprovado com 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3- CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3723, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), e 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Lei das Loterias), para estabelecer critério para destinação dos recursos oriundos do concurso de prognóstico específico e prever a atualização das entidades desportivas aptas a participarem desse concurso." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 35, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, pelas premiações internacionais cumulativamente conquistadas entre 2020 e 2024, reconhecendo as diferentes políticas de inovação e digitalização implementadas, bem como o desempenho da instituição em assegurar a estabilidade de preços." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Aprovado a apresentação do Requerimento. **Observação:** O Requerimento vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/19

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de março de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício GP/DL/074/2024, da Alesc;

- Ofício nº 137/2024/GABS/SESAN, Secretaria de Saneamento de Belém do Pará;

- Ofício 61, de 2024, da Presidência do TJ de São Paulo;

- Manifestação da empresa Calçados Beira Rio S.A.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

- Ofício 6.534, de 2024, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que encaminha os relatórios de financiamentos externos com recursos da União efetivados no quarto trimestre de 2023, em atendimento ao disposto no art. 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, de 16 de junho de 1993. O documento, por se tratar de informações sujeitas ao sigilo comercial e bancário de que trata o art. 6º do Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, ficará disponível, mediante assinatura de termo, na Secretaria desta Comissão, para os Senadores que desejarem consultá-lo.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Reuniões, realizadas no dia 5 de março, dia 12 de março e na data de hoje.

A Sra. Senadora e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 836, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Observações: *Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Pela ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós fizemos um requerimento de um voto de aplauso ao Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos, e gostaríamos que V. Exa. o submetesse como extrapauta a este Colegiado, com a justificativa que, se V. Exa. permitir, eu faço.

Nós tivemos, nos últimos anos, o Presidente do Banco Central sendo escolhido por organismos internacionais como um destaque na política monetária do nosso país, comparado com outros países no mundo. Nós temos aí um controle do processo inflacionário, nós temos aí um controle das nossas taxas cambiais, nós temos certamente uma situação que, do ponto de vista macroeconômico, equilibra os eventuais e reiterados descontroles fiscais deste Governo. Então, há um equilíbrio claro da política monetária. E ele foi escolhido, em três vezes consecutivas, como o melhor banco central do mundo.

Então, quero solicitar a V. Exa. que submeta aos nossos pares o nosso voto de aplauso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Coloco o pedido extrapauta do Senador Líder Rogerio Marinho...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Pois não, Senador.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Presidente, eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É com relação a esse requerimento? Porque eu já queria aproveitar, colocar como extrapauta e já votar o requerimento, se V. Exa. permitir.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Claro, perfeitamente, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) –

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35, DE 2024

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, pelas premiações internacionais cumulativamente conquistadas entre 2020 e 2024, reconhecendo as diferentes políticas de inovação e digitalização implementadas, bem como o desempenho da instituição em assegurar a estabilidade de preços.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 35, de 2024, da CAE.

Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço a inversão de pauta dos itens 3 e 4, que eu estou relatando, sem prejuízo aos colegas que eventualmente possam estar relatando os itens 1 e 2, em função de audiências externas. Como são temas que não são temas controversos e muito menos complexos, eu peço essa compreensão de V. Exa. e dos meus colegas Senadores e Senadoras para poder proferir o voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Consulto o Plenário. (*Pausa.*)

Item 3.

A Senadora Dorinha está aqui, mas ela me permitiu.

Obrigado, Senadora.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a anistia aos empréstimos registrados em nome dos membros das cooperativas e associações comunitárias do município de Rosário junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil (BB), referente à primeira e a segunda etapas do Polo de Confecções de Rosário (MA) e dá outras providências.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas apresentadas.

Observações: *A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Irajá, para leitura do relatório.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, conforme disposições do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de Comissão.

Como o projeto será encaminhado à CCJ, abster-nos-emos de apreciar os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao mérito, ressaltamos um aspecto fundamental à análise empreendida: o aspecto conjuntural que envolveu a contratação dos referidos empréstimos junto aos bancos oficiais.

A ideia de construção do Polo de Confecções de Rosário, pequena cidade do Maranhão com pouco mais de 40 mil habitantes, começou com um acordo entre o Governo do Maranhão, a prefeitura municipal e empresários taiwaneses, que previa a criação de um complexo voltado para a fabricação e comercialização de confecções.

Segundo o autor do PL em análise, os 3,6 mil trabalhadores de Rosário foram utilizados pelos empresários taiwaneses e contraíram dívidas milionárias a partir de uma cooperativa de trabalhadores, com a perspectiva de que estavam construindo um futuro promissor para a região.

Assim, como ressaltou o nobre autor do projeto, os trabalhadores assinaram toda a documentação junto aos bancos, confiando naqueles que conduziam o empreendimento, que teriam gerenciado os recursos diretamente.

Os trabalhadores não participaram da administração ou aplicação desses recursos e acabaram ficando responsáveis pelo pagamento das dívidas contraídas para a execução do projeto. Em outras palavras, não foram beneficiários materiais do empréstimo, ainda que sejam os responsáveis legais.

No caso, juntamente com a má-fé dos fraudadores, a negligência dos órgãos oficiais de fomento, o Banco do Brasil e o BNB, provocou o efeito reverso de suas políticas de apoio aos produtores rurais e de desenvolvimento regional. Em vez de prover meios de reduzir a pobreza, mediante renda obtida a partir do empreendimento, proporcionou a contração de dívidas por aqueles que deveriam ser beneficiados pelo projeto, sem que conseguisse identificar os reais responsáveis pelo financiamento.

Além disso, diante do quadro de inadimplência, foi retirada dos cooperados a possibilidade de acesso a novos créditos que lhes permitissem empreender em negócios próprios, posto que passaram a estar inscritos em cadastros de negativação de crédito.

Assim, concordamos que sejam anistiadas as dívidas dos membros das associações comunitárias e das cooperativas do Município de Rosário, referentes à primeira e à segunda etapas do Polo de Confecções de Rosário, além do cancelamento de suas inscrições nos cadastros de proteção ao crédito.

Queremos enfatizar que, embora os recursos sejam significativos para os pequenos produtores rurais da cidade, eles são irrisórios diante de outros subsídios, explícitos ou implícitos, que são concedidos em todo o país, e diante do volume de recursos orçamentários. Dessa forma, o projeto em análise não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois é um valor que pode ser considerado irrelevante, conforme o §3º do art. 16 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000.

Propomos apenas emendas de redação, a fim de que seja retirado o acento do termo "polo´", pois foi redigido conforme a antiga grafia, e nova redação ao art. 2º do projeto de lei, para que conste apenas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cancelamento das inscrições nos cadastros de proteção ao crédito, sem se circunscrever aos tipos de cadastros.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 675, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAE
Substitua-se o termo Pólo pela grafia Polo na ementa e no art. 1º do PL nº 675, de 2019.
EMENDA Nº – CAE
Dê-se ao art. 2º do PL nº 675, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 2º. Os beneficiários por esta Lei terão o cancelamento em cadastros de crédito da inscrição negativa de suas dívidas remidas."

Obrigado, Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A matéria está em discussão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu tenho que me posicionar contra esse projeto. Peço perdão ao Senador Irajá – o relatório é muito bem feito, e o objetivo é de todo meritório –, mas eu tenho duas ressalvas claras nesse projeto.

A primeira é o medo que a moda pegue. Se a moda pegar, nós estamos mal, porque, em todos os estados, vão aparecer coisas semelhantes, e a viúva vai ter que bancar todos os prejuízos de todos que foram fraudados neste país por algum desonesto. Acho que não tem muito cabimento.

E um segundo aspecto é que, quando o Senador Weverton fez esse projeto lá atrás, realmente ele era irrelevante, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ocorre que a LDO de 2024 vinculou o conceito de irrelevância ao disposto na Lei de Licitações, que dispensa licitação no caso de contratação que envolva valores inferiores a R$100 mil. Os valores aqui que nós estamos ventilando são valores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de reais. Então, do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando a atual LDO, ele se choca, sim, Senador Irajá, com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, eu lamento, mas eu tenho que me posicionar contrário à aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu tenho duas dúvidas.

Primeira: o conceito do que é anistia. Anistia é um perdão por um crime. No caso aqui, seria remissão com dois "s"; nem seria remição com "ç". Para os que não conhecem o credo, no credo a remissão dos pecados é com dois "s", ou seja, é perdão. E a remição com "ç", que é algo que o Senador Oriovisto conhece de longa data, é a troca de pena, ou seja, de pagamento a ser feito: você vai pagar cem laranjas, pode pagar 50 abacates. É uma permuta comercial, é do direito comercial. Agora, nesse caso aqui, primeiro eu tenho dúvidas sobre a palavra anistia. Não cabe anistia nisso aqui. A palavra é outra. A palavra aqui é remissão, é perdão da dívida. No caso, não é de pecados; é de dívida.

E, pelo segundo ponto levantado pelo Senador Oriovisto, no mínimo, eu não vou dizer que sou contra, no mínimo eu tenho que pedir vista, porque eu acho que é um precedente que se abre. Especialmente nesse campo, eu sou ardoroso defensor das cooperativas e das empresas de autogestão. Tem um caso lá em Santa Catarina fantástico, e muitos que deram certo: cooperativas que herdaram empresas quebradas e deram certo. E que os 187, é um caso concreto da Coopersul, em Criciúma, de uma empresa metalúrgica, se associaram, estão tocando. Nós temos churrascaria lá que agora é cooperativa de autogestão. E eu vejo isso como extraordinário.

Agora, é um precedente cujo impacto fiscal – bem levantado pelo Senador Oriovisto – mereceria uma atenção, não pelo mérito da questão, mas pelas consequências.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Sim, claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já que é do Maranhão, tem uma frase do nosso querido Vitorino Freire, uma das frases: "Jabuti não sobe em árvore. Se [...] [o Jabuti está na árvore], ou foi enchente ou foi mão de gente". Essa é dele. E a outra, muito mais séria: "As consequências vêm sempre depois". Mas vêm sempre, não é que às vezes vêm, às vezes não vem.

Então, em nome dessas duas sabedorias do Maranhão e da colocação que ele fez, e da minha dúvida quanto à expressão...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É que eu não sigo que sou contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As peças legislativas de sua lavra sempre são criativas e de bom sentido...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas o meu quase jesuitismo – quase jesuíta que sou –, acho que isso aí não é anistia, isso é remissão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, houve pedido de vista.

Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Eu vou pedir vista aqui, fazendo um apelo ao Senador Irajá, para que consulte o autor do projeto, o Senador Weverton, para que nós possamos rever essa situação, até porque me parece esquisito o fato de que havia uma lei específica para uma determinada empresa. Normalmente, as leis são feitas em cima de teses. E as teses se aplicam de uma forma ampla e não uma lei para uma única empresa, em especial, por mais bem-intencionado que tenha sido o autor aqui.

Então, vou fazer um apelo ao Senador Irajá, com esse pedido de vista, para que a gente possa rever o processo até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Então, pedido de vista coletiva concedido.

Vamos para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2332, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para permitir que servidor público possa ser microempreendedor individual (MEI).

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável à matéria.

Observações: *A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Irajá para a leitura do relatório.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, da análise.

Nos termos do inciso I do art. 99, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do Projeto de Lei 2.332, de 2022, haja vista a competência da CCJ para opinar acerca dos requisitos de admissibilidade da proposição – conforme o inciso I do art. 101 –, avança-se diretamente ao mérito.

Sob a perspectiva econômica, o PL impulsiona e torna mais resiliente a economia brasileira ao permitir que servidores públicos atuem como microempreendedores individuais (MEI). Isso porque a proposição viabiliza uma oferta ampliada de bens e serviços no mercado privado, complementando e conferindo dinamismo, capilaridade e robustez à nova atividade econômica.

Atualmente, ainda que o servidor público seja capaz e possa contribuir para a circulação de renda e o desenvolvimento da economia do país através do mercado privado, ele é impedido por vedações impostas pela Lei nº 8.112, de 1990, e por entendimentos administrativos – como, por exemplo, o Enunciado nº 26, de 30 de janeiro de 2019, da CGU. Essas vedações, contudo, vão na contramão da premente necessidade que o Brasil tem de fazer o melhor uso possível de sua força de trabalho disponível.

Com efeito, projeções revelam uma acelerada mudança demográfica no país ocasionada pelo envelhecimento da população, o que torna imperativa a ampliação – e não a restrição – do quantitativo de pessoas que podem empreender, de tal forma que o patamar de desenvolvimento econômico até aqui alcançado seja, ao menos, preservado nas próximas décadas.

Deve-se frisar, também, que a atuação dos servidores públicos como MEI não irá impactar negativamente a administração pública. Existem, atualmente, diversas hipóteses em que os servidores ocupam até dois cargos na administração ou mantêm vínculos empregatícios no mercado privado. Assim, é incoerente admitir a acumulação de cargos públicos ou a atuação paralela em um emprego privado, porém não permitir que o servidor possa atuar por conta própria como microempreendedor – desempenhando uma atividade econômica em escala reduzida, com receita limitada a R$81 mil ao ano.

Ademais, a proposição impede que ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança sejam MEI, pois há, neste caso, uma clara incompatibilidade com as finalidades de direção, chefia e assessoramento dessas posições, conforme dispõe o inciso V do art. 37 da Constituição.

Ainda, caso exista alguma legislação específica tratando de conflito de interesses, ela deverá ser observada, bem como deverão ser observadas eventuais disposições legais que requeiram dedicação exclusiva ao servidor – como, por exemplo, ocorre com o inciso I do art. 20 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que versa sobre as carreiras do magistério federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, sob perspectiva financeiro-orçamentária, o PL não afeta as despesas públicas e impacta de forma positiva as receitas, pois a expansão e o fortalecimento da atividade econômica no país resultam, invariavelmente, em um reforço na arrecadação tributária.

Voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 2.332, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 1, turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 836, de 2021, terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 836, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório:

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O Relator já leu o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Já, já foi lido. Foi votado. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Risf.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Senadora Dorinha, item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1776, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 35-A da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009 (Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV), para dispor que também no caso de morte do marido ou companheiro, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, todos que nos acompanham.

Vou direto à análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos, não em caráter definitivo, a apreciação.

O art. 35-A da Lei 11.977, de 2009 (Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida), estabelece que, nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título da propriedade do imóvel adquirido no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, com subvenções oriundas de recursos do Orçamento Geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, exceto nos casos que envolvam recursos do FGTS. O PL 1.776, de 2023, estende a medida também à hipótese de falecimento do marido ou companheiro.

Em relação aos aspectos econômicos e financeiros, o PL não traz impacto para a União, dado que apenas corrige uma lacuna legislativa existente no dispositivo. Não implica, portanto, renúncia de receitas ou aumento de despesas.

Em relação ao mérito, destaco que tanto o art. 35-A quanto a proposição em análise fortalecem a equidade de gênero nas políticas públicas, questão de extrema importância. Isso porque a melhoria da situação econômica e social das mulheres, seja por meio da educação, seja por meio da renda e patrimônio, contribui para o bem-estar social de toda a população, reduz desigualdades e promove a justiça social, sobretudo considerando que hoje, no Brasil, mais de 38 milhões de domicílios são chefiados por mulheres.

Por essas razões, entendemos que a proposição reúne as condições requeridas para sua aprovação nesta Comissão.

Diante do exposto, votamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senadora Damares, autora do projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu quero agradecer à Relatora pelo voto, simples e direto. É exatamente isto que a gente quer: proteger mulheres.

Presidente, as nossas políticas sociais, especialmente de habitação, têm colocado a casa no nome da mulher. Até mesmo na regularização fundiária, a gente já vê que é uma prática – é a legislação – o imóvel ir para o nome da mulher. Só que, quando o cônjuge morre – nós estamos encontrando isso muito com mulheres idosas hoje –, os herdeiros entram e pedem a parte do falecido para eles. Eu tenho encontrado juízes de varas de família dizendo que idosas, mulheres idosas que receberam imóveis sociais estão tendo que sair dos imóveis para dividir com os herdeiros. Às vezes, é um filho que não gosta da mãe; às vezes, é um enteado que não tem nenhuma relação afetiva com ela. Então, elas ficam com o imóvel a vida inteira no nome dela e, quando o companheiro morre, elas perdem o imóvel.

Então, essa proposta vem para garantir que, nesses casos, o imóvel continue em nome da mulher, especialmente a viúva, a mulher idosa.

E eu acho que a gente acerta, mais uma vez, Dorinha, na proteção da mulher no país.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. e também a Relatora pela matéria.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3224, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para alterar o critério de aferição dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em de manutenção e desenvolvimento do ensino para a despesa liquidada.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação da matéria, com três emendas de sua autoria.

Observações: *A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável à matéria.*

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Vou direto à análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos analisar e emitir parecer...

Em se tratando da constitucionalidade, da juridicidade, define como competência da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A matéria não invade as competências privativas do Presidente da República, definidas no §1º do art. 61.

Quanto à técnica legislativa, percebemos um pequeno lapso redacional na ementa do projeto, pelo uso indevido da preposição "de". Por isso, a emenda redacional.

Considerando que a Comissão de Educação já se manifestou favoravelmente ao projeto, ponderando seus benefícios em matéria ligada à educação, nos atemos neste momento ao exame dos aspectos econômico-financeiros, que competem à CAE.

Concordo com a proposta do autor ao afirmar, na sua justificação, que as despesas liquidadas apresentam correlação "direta e mais próxima temporalmente entre o bem ou serviço entregues à população e o recurso orçamentário dispendido", ou seja, é um dado econômico de melhor qualidade para o acompanhamento e controle dos recursos de fato dispendidos nas políticas públicas.

Além disso, a aferição de indicadores pela despesa liquidada inibe a prática reprovável de empenhar todos os recursos disponíveis em dotação orçamentária ao final do exercício, mesmo que alguns desses empenhos sejam posteriormente cancelados, para inflar artificialmente o orçamento do programa, dado que, muitas vezes, na próxima lei orçamentária, esses valores que serão consignados em dotação para determinado programa são os valores empenhados no exercício anterior corrigidos por algum parâmetro (inflação, por exemplo).

Tal prática produz números distorcidos ao final dos exercícios e não reflete com acuidade o recurso efetivamente gasto, no caso específico, na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar do avanço metodológico que o uso de despesas liquidadas propicia, destaco que a Constituição Federal, no art. 212, vincula a aplicação de percentuais da receita de impostos, no cálculo dos valores mínimos destinados à educação, compreendida a proveniente de transferências.

Como não há, na referida regra, parâmetro em função da despesa, seja ela empenhada ou liquidada, o PL em questão não provocaria alteração nas regras de cálculo dos mínimos aplicados em educação, com relação aos que são realizados atualmente.

Apesar disso, entendemos que o uso das despesas liquidadas como parâmetro é conveniente na verificação da aplicação dos recursos provenientes dos percentuais mínimos das receitas destinados à educação, bem como na criação de indicadores associados ou mesmo para balizar a prestação de contas desses recursos.

Nesse sentido, apresento uma emenda modificando o texto do parágrafo único que o PL propõe inserir no art. 70 da LDB, de forma a evidenciar o papel de acompanhamento e verificação dos percentuais mínimos para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Entendemos ser necessário um ajuste quanto ao início da vigência da futura lei, de modo a conferir um tempo para que os gestores da área de educação, bem como os gestores das áreas de administração orçamentária e financeira dos entes, adotem as necessárias modificações nos sistemas contábeis de controle financeiro, inclusive porque de forma consagrada se utiliza o critério da competência para o registro contábil das despesas públicas, sendo esse critério definido com base na data do empenho. Assim, propomos uma emenda para que os efeitos da lei somente se iniciem no exercício financeiro subsequente ao da entrada em vigor desta lei.

O nosso voto.

Diante do exposto, manifesto voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas:

Emenda da CAE:

> [...]
> "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para alterar o critério de aferição dos valores mínimos aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em manutenção e desenvolvimento do ensino para a despesa liquidada."

Emenda nº 2:

> Dê-se ao parágrafo único do art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a seguinte redação, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.224, de 2023:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Parágrafo único. Para efeito de acompanhamento e verificação da aplicação dos percentuais mínimos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, serão consideradas:
....."

Emenda nº 3:

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.224, de 2023, a seguinte redação:
"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com a produção de efeitos a partir do exercício financeiro seguinte."

É este o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei 3.224, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Está aberta votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Enquanto nós estamos ganhando quórum, esperando para dar quórum, eu queria só fazer um pedido, desde já – mas claro que vai ser quando voltar da vista o projeto anterior, a que foi dado vista –, sobre a questão do polo de confecção de Bacabeira, lá no Maranhão, de minha autoria, que foi relatado pelo Senador Irajá e cuja leitura foi feita pelo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O próprio Senador Irajá.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Tá. Agradeço demais ao Senador Irajá. Acabei de chegar lá do estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, quando voltar da vista, que foi dada semana passada, na semana que vem ou na outra... Quero já esclarecer e fazer esse pedido aos colegas Senadores porque eu acho que é um caso, uma exceção no Brasil do que aconteceu alguns anos atrás, há mais de década. Quando essa empresa tailandesa chegou lá no estado, avalizada pelo estado, o que se disse naquela região é que aquilo ali iria desenvolver famílias pequenas, e não grandes investidores. A gente não está falando de negócio privado, de um investidor ir lá tirar dinheiro em banco e não conseguir pagar. Pelo contrário, nós estamos falando aqui de cooperativas que foram montadas com pequenos para irem lá montar um polo de confecção, para participar de um polo de confecção. Esse tal grupo econômico tailandês chegou lá no Estado do Maranhão dizendo que ia investir bilhões dentro do Maranhão. Então, essas pequenas famílias – repito, pequenas, pessoas pobres, que não têm condição – montaram cooperativa com o seu CPF, os bancos foram lá e fizeram empréstimos vultosos para montar lá esse polo. Está lá a obra, o elefante, e foram embora, deram um grande calote lá no estado, na época o estado avalizando, dizendo para todo mundo que aquilo ali ia ser um grande polo de desenvolvimento, de geração de emprego. Acabou que nós tivemos essa grande dificuldade, foram embora, e esse pessoal todo com o CPF negativado, que não tem condição nenhuma, nenhuma, nenhuma de tocar a sua vida. São pessoas pequenas, a gente não está falando aqui de gente grande.

Então, eu vou de novo fazer esse apelo na volta desse debate, logo após, se vai ser após a Semana Santa e tudo, para que a gente analise. Vou trazer mais informações para ajudar, de repente depoimentos aqui das pessoas lá, vídeos de gente que mora lá, para vocês entenderem do que nós estamos tratando. Se nós não dermos um empurrão para esse pessoal recomeçar lá em Rosário, em Bacabeira – tem 800 famílias em São Luís nessa situação –, nós não vamos dar nenhuma chance a esse pessoal de recomeçar. Teve gente até que já morreu e a família ficou lá com o seu nome negativado, infelizmente.

Era isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Muito bem. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Foi verificado o seguinte resultado: SIM, 13 votos.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1246, DE 2021

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CDH.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CDH, e contrário à Emenda nº 1.

2. Em 12/3/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

3. A matéria será apreciada pela CCJ.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Alessandro Vieira sobre se gostaria de fazer uso da palavra.

Vieira se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas, com brevidade, para reiterar a importância do projeto.

É um projeto meritório, de autoria da Deputada, de São Paulo, Tabata Amaral e que traz essa expectativa, essa perspectiva de inclusão de mais mulheres em posições de decisão na nossa sociedade e, desta feita, em sociedades empresariais.

Peço a compreensão e pela aprovação dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, longe de mim ser contra dar maior protagonismo, dar maior importância à participação feminina nas decisões das empresas ou dos governos. Sou totalmente favorável, mas quero fazer algumas observações sobre este projeto.

Vou votar a favor, já antecipo, mas eu fico extremamente preocupado com esses conselhos de administração de empresas públicas quando vejo, por exemplo, o BNDES nomear para Conselho da Administração da Tupi uma siderurgia em que o BNDESPAR tem uma participação relevante e, portanto, pode nomear conselheiros para o conselho de administração.

Ele, em princípio, obedeceu ao que este projeto estabelece, dar maior importância às mulheres. Nomeou a Ministra Anielle Franco, da Integração Racial, se eu não me engano, o ministério dela, e nomeou o Ministro Lupi, da Previdência, como Conselheiros, com salários de cinquenta e poucos mil reais mensais.

Olha, eu queria lembrar o seguinte: conselho de administração de uma empresa de capital aberto é uma coisa muito séria. Empresa de capital aberto trabalha com economia popular. As pessoas, os trabalhadores pegam as suas poupanças e investem em fundos de ações dessas empresas. E o conselho de administração dessas empresas tem o poder de aprovar o nome do CEO, tem o poder de aprovar os projetos, de verificar as contas e, sobretudo, de assessorar, dando palpite.

Então, por exemplo, numa siderurgia que faz fundição de peças para motores de tratores e outros, que atua no Brasil, que atua no México, que atua na Europa, é uma multinacional, nomear a Ministra Anielle Franco e o Ministro Lupi são dois erros contundentes, independentemente do gênero de um e de outro. São dois erros. O homem também foi nomeado de forma errada. Nenhum dos dois entendem patavina de siderurgia e muito menos de usinários e peças de trator, assunto complexo.

Então, às empresas públicas, quando adotam esse critério, não adianta ter participação feminina assim. O mau conselheiro tanto pode ser homem como pode ser mulher. O bom conselheiro tanto pode ser homem como pode ser mulher. Não sou contra que 30% sejam mulheres – não, não sou contra; acho até muito bom que o sejam; vai tornar o ambiente muito bom –, mas isso não resolve o problema da administração das empresas públicas.

Esta lei, se eu não me engano, Senador Alessandro, não se aplica às empresas privadas, não é? Ela é obrigatória apenas para as empresas públicas. Estou correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É facultativa para as privadas.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – É. Facultativa é a mesma coisa que não existir.

Aliás, eu acho muito bom porque, na empresa privada, mais do que nunca, você só vai contratar um conselheiro se ele realmente for do ramo, se ele realmente tem história, se ele realmente conhece, se ele realmente vai dar uma contribuição efetiva para a empresa. Agora, quando o BNDESPAR tem vinte e tantos por cento da empresa privada, faz uma nomeação como essa que nós vimos. Isso acaba sendo prêmio para aumentar o salário de funcionário público e não tem nada a ver com os interesses da empresa.

É uma tristeza que as nossas empresas sejam... Os critérios de nomeação estão muito acima do fato de ser homem ou de ser mulher, de ter conhecimento ou não ter conhecimento do assunto. O critério de nomeação que o Governo está adotando é: é político, é do meu partido, me apoia? A empresa que se dane; eu nomeio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Pois não, Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – É óbvio que – eu acho que o Senador Oriovisto coloca – a nossa luta, a luta da Deputada Tabata, de outras Deputadas, Senadores e de muitos Deputados e Senadores é de aumentar, sim, a participação e a ocupação da mulher em diferentes posições. Com isso, não quer dizer que nós estejamos defendendo que, pelo simples fato de gênero, seja ocupada uma posição, mas é óbvio que eu não acredito que não tenhamos mulheres com qualificação, com preparo, para ocupar esses espaços com uma direção que, na verdade, procura orientar a sociedade. Nós somos mais de 50% da população e somos subrepresentadas, sim, nos partidos políticos, na Mesa... Um exemplo é a nossa Mesa hoje do Senado, em que não tem sequer uma mulher. Nós somos 15 Senadoras. Nenhuma mulher teria condição de estar ocupando uma posição na Mesa?

Então, acho que aqui é um simbólico de uma luta, e sei que não foi essa a intenção do Senador, até porque ele fez uma abordagem sobre o papel nesses conselhos e a adequação do perfil, do currículo, que nós também defendemos.

Aqui, eu entendo o projeto da Deputada Tabata como uma direção e uma lógica no sentido de um país que busque a igualdade dessa participação, defendendo, obviamente, a qualificação. Nenhuma mulher quer chegar como um presente ou uma dádiva a qualquer posição, mas queremos ser enxergadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, recentemente, na Comissão de Relações Exteriores, de novo, houve uma grande manifestação porque, do número de mulheres indicadas para ocupar embaixadas, o percentual é muito pequeno em relação ao número de embaixadores. E eu sei, nós sabemos, que é uma política que precisa ser construída a médio prazo, que vai desde a entrada e do acesso e que também, obviamente, é a nossa sinalização.

Nós temos mulheres com formação, com qualificação, que podem ocupar essas posições. Mas a diretriz e o alerta são importantes, embora seja facultativo para as empresas privadas, inclusive para as empresas privadas, para os órgãos de Justiça, em relação a que também as próprias Bancadas Femininas têm trabalhado – em relação a essas posições. Então, acho que o projeto tem essa importância e, obviamente, é um alerta que não é só para a questão de mulher ou de homem ou de representação, é a qualificação.

Eu estou acompanhando uma situação, que eu espero que não ocorra, numa posição importante na área da mineração, no Ministério da Mineração, a indicação de uma pessoa que não tem a menor condição de ocupar aquela diretoria. De igual forma, eu acho que a questão do espaço público precisa ter esse alerta em relação à condição e qualificação para a posição.

Nós não estamos escolhendo na nossa casa, a gente está escolhendo uma estrutura que tem a ver com a gestão de país e, nesse caso, os conselhos que são extremamente importantes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, só para também reforçar a fala do Senador Oriovisto, não é só nos conselhos de administração. No conselho fiscal, que tem a obrigação de fiscalizar a empresa, colocam pessoas que não conhecem absolutamente nada com o único propósito realmente de aumentar a remuneração. Então, isso é muito ruim, e não é à toa que as nossas empresas públicas dão resultados que não são os melhores – basta ver os Correios atualmente.

Então...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Só para reiterar, Sr. Presidente, que em nenhum momento eu fui contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Eu sou favorável ao projeto, mas o que eu quero dizer é que a qualificação independe de gênero, não é? Eu citei até, fiz questão de citar um exemplo que tivesse um homem e uma mulher, dois maus exemplos, tanto do homem quanto da mulher. E no conselho fiscal, o senhor tem toda razão, é a mesma coisa. Nós podemos compor de todas as maneiras o conselho, com 30/70, 50/50, ele poderá ser um conselho horrível ou poderá ser maravilhoso, depende da qualificação dos seus membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Muito bem.

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 2 da CDH/CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Último item da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 3723, DE 2021

- Terminativo -

Altera as Leis nos 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), e 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Lei das Loterias), para estabelecer critério para destinação dos recursos oriundos do concurso de prognóstico específico e prever a atualização das entidades desportivas aptas a participarem desse concurso.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Cesp, com parecer favorável à matéria.*

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Izalci, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, vamos falar aqui, votar, discutir sobre um projeto de extrema importância para os times de futebol brasileiros. Nós temos aqui o Projeto de Lei nº 3.723, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que busca estabelecer critérios para a destinação dos recursos oriundos da Timemania, uma forma de aposta já conhecida em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço licença ao Presidente para ir diretamente à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – O PL nº 3.723 de 2021, vem ao exame da CAE para que esta opine sobre seus aspectos econômico e financeiro, em cumprimento ao disposto no art. 99 do nosso Regimento Interno.

Como a CAE deve proferir decisão em caráter terminativo, deveremos analisar também a constitucionalidade, juridicidade, bem como a aderência do PL à boa técnica legislativa.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que compete privativamente à União legislar sobre "sistemas de consórcios e sorteios", nos termos do art. 22 da nossa Constituição Federal.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinário se revela correta. A matéria não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional.

No que concerne à juridicidade, o projeto atende aos atributos da adequação, pois o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é a normatização via edição de lei ordinária; da novidade, pois a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; da abstratividade e generalidade, pois alcança qualquer sociedade enquadrada no escopo da norma; e da imperatividade e coercibilidade; revelando-se, portanto, compatível com os princípios norteadores do sistema de direito pátrio.

Também não devem ser feitos reparos quanto à técnica legislativa do projeto de lei, uma vez que atende às regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Dessa forma, não se encontra nenhum óbice para aprovação do projeto.

A Timemania é uma modalidade lotérica criada em 2007, vinculada aos times de futebol brasileiros, que utiliza a identidade visual dos times para atrair torcedores apostadores e, em contrapartida, permite o pagamento de dívidas tributárias e trabalhistas das equipes por meio de um sistema de parcelamento de débitos. Essa modalidade foi criada como forma de auxiliar os clubes de futebol a quitarem uma dívida com o Governo Federal que, à época, chegava a quase R$1 bilhão.

Inicialmente, 80 clubes foram selecionados para a Timemania, conforme regulamento, divididos em quatro grupos com base em critérios de mérito esportivo, com os clubes do primeiro grupo recebendo mais recursos.

Em 2022, o regulamento foi atualizado e os clubes foram reorganizados em dois grupos. O primeiro grupo inclui os times das Séries A, B e C do Campeonato Brasileiro e os melhores classificados no *ranking* da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), até o total de 80 equipes. O segundo grupo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consiste nos times profissionais que participaram da Timemania até 2021, mas não estão no primeiro grupo.

Os recursos arrecadados com essa modalidade lotérica são distribuídos da seguinte maneira – e aí o objetivo principal da lei é discutir exatamente esses critérios –: 11% do total arrecadado em cada sorteio é dividido igualmente entre todos os times dos dois grupos; e 11% é distribuído entre os times do primeiro grupo, ou seja, Séries A, B e C, proporcionalmente às apostas indicadas como "Time do Coração".

Concordamos com o argumento do autor do projeto, segundo o qual a metodologia atual resulta em uma distribuição de recursos injusta. Um exemplo citado é o do time – e aí é o time do nosso autor – Treze Futebol Clube, da Paraíba, que, apesar de ser frequentemente um dos mais indicados como "Time do Coração", não faz parte do primeiro grupo e, portanto, fica de fora da divisão de recursos mais vantajosa desse grupo. Tal sistema perpetua as dificuldades financeiras de times que possuem grandes torcidas que desejam, manifestando sua preferência, apoiar seus times do coração.

Dessa forma, no mérito, entendemos ser correto determinar que a destinação dos recursos da arrecadação da loteria Timemania obedeça à proporcionalidade dos times mais indicados pelos apostadores como sendo de sua preferência.

Ademais, como forma de evitar as constantes alterações das regras de repartição de recursos promovidas por normas infralegais, julgamos adequada a edição de lei ordinária com as regras consideradas mais justas, bem como a reabertura bianual da entrada de novas equipes à Timemania.

Então, nessa situação, por exemplo, os times já saberão que, a cada dois anos, terá uma atualização desses 80 clubes, e os times que não estão nas Séries A, B e C poderão entrar, nesse período tendo uma evolução, como com certeza será o caso do glorioso Asa de Arapiraca, que está na final do campeonato alagoano, já vai disputar a Série D, está bem na Copa do Brasil, vai avançando e, daqui a dois anos, estará, com certeza, fazendo parte dessa redistribuição.

Por fim, destacamos que o projeto em tela não resulta em custos orçamentários adicionais para o estado nem em custos regulatórios.

Por esse motivo, Sr. Presidente, pedimos a aprovação do Projeto de Lei 3.723, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A matéria está em discussão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Vista concedida. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Sergio Moro, Marcos do Val, Margareth Buzetti, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 238/2023 - CAE, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), e REQ 245/2023 - CAE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 35/2022, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 1993, a Lei nº 9.496, de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais". **Participantes:** Sr. Carlos Gadelha, Chefe do Núcleo de Assuntos Legislativos da Secretaria do Tesouro Nacional; Sr. Clóvis Renato Squio, Diretor do Tesouro Estadual (representante de: Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, Sr. Cleverson Siewert); e Sr. Márcio Vicari, Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina. **Resultado:** Realizada nesta data a audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Sr. Carlos Gadelha, Chefe do Núcleo de Assuntos Legislativos da Secretaria do Tesouro Nacional; Sr. Clóvis Renato Squio, Diretor do Tesouro Estadual de Santa Catarina; Sr. Márcio Vicari, Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 675, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a anistia aos empréstimos registrados em nome dos membros das cooperativas e associações comunitárias do município de Rosário junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil (BB), referente à primeira e a segunda etapas do Pólo de Confecções de Rosário (MA) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3723, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), e 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Lei das Loterias), para estabelecer critério para destinação dos recursos oriundos do concurso de prognóstico específico e prever a atualização das entidades desportivas aptas a participarem desse concurso." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 201, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso I do §1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para garantir a participação popular e a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 350, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao projeto com cinco emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/26

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de março de 2024.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Câmara Municipal de Dores do Turvo, Minas Gerais. O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12 da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 19 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião está dividida em duas partes: audiência pública interativa; e a segunda parte, audiência deliberativa.

A primeira parte: audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLP 35, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 1993, a Lei nº 9.496, de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais, em atenção ao Requerimento da CAE nº 238, de autoria do Senador Rogério Carvalho, e ao Requerimento nº 245 também da CAE, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Carlos Gadelha, Chefe do Núcleo de Assuntos Legislativos da Secretaria do Tesouro Nacional; o Sr. Clóvis Renato Squio, Diretor do Tesouro Estadual do Estado de Santa Catarina; e o Sr. Márcio Luiz Fogaça Vicari, Procurador-Geral do Estado.

Registro ainda a presença... Por favor, peço que a Secretaria anote os nomes das pessoas que estão aqui presentes, representando o estado, a começar pela Secretária Vânia, a Sra. Vice-Governadora e o Secretário da Fazenda, que, se quiserem intervir, poderão ocupar o espaço destinado às duas autoridades convidadas que integram a mesa.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

De acordo com a análise, aliás, com o roteiro preparado, eu vou passar a palavra ao Sr. Carlos Gadelha, Chefe do Núcleo de Assuntos Legislativos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Informo que já temos algumas perguntas do e-Cidadania – não vou apresentá-las ainda –, dos Srs. Leonardo, do Rio de Janeiro; Annalina, do Rio de Janeiro, Danilo, de São Paulo, Maria, de Minas Gerais, e Júlia, do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As perguntas eu apresentarei depois da exposição.

Concedo, portanto, a palavra, pelo prazo inicial de dez minutos, ao Sr. Carlos Gadelha.

O SR. CARLOS GADELHA (Para expor.) – Bom dia, Senador, bom dia aos presentes. Agradeço o convite para poder discorrer sobre esse tema relevante, que é prioritário no âmbito do Ministério da Fazenda. Inclusive, queria comunicar que estão sendo feitas tratativas no âmbito da Secretaria Executiva e do Gabinete do Ministro no sentido de construir com as Casas Legislativas uma solução para o tema. E estamos olhando, no âmbito do Tesouro, com atenção, dada a relevância dos valores envolvidos e do impacto que a gente estima.

Os refinanciamentos das dívidas dos estados e municípios vêm sendo acompanhados há algum tempo pelo Tesouro, e várias proposições legislativas, ao longo dos últimos dez anos, falando de projetos mais recentes, geraram alívios relevantes aos entes subnacionais.

Hoje os pagamentos mensais das dívidas refinanciadas, no âmbito da 9.496, da 8.727 e da 2.185, são da ordem de 40% do que era em 2014. E a gente estima por alto um impacto em torno de 20 bilhões anuais em relação a essa proposta do PLP 3.522. Então, a gente está olhando com atenção.

Existem alguns detalhes que, no mérito, nós somos contrários, por acreditar que as medidas pleiteadas favorecem os entes mais endividados, configurando de certa forma um tributo regressivo. E restam algumas dúvidas quanto a como se dará essa compensação, que tipos de obras estariam abarcadas nessas transferências, e acreditamos que há um risco de judicialização razoável, uma vez que esses valores devem ser discutidos e contestados por ambas as partes.

Como as dívidas, os pagamentos do refinanciamento são usados para a quitação da dívida mobiliária federal, a gente vislumbra também, dado o volume de recursos envolvidos, que poderemos ter alguma dificuldade na gestão, o que gera um impacto negativo para a sociedade como um todo, impacto esse que recai sobre os mais pobres. Então, a gente vê com preocupação esse tema e a gente tem interesse em construir uma solução que deixe a sociedade satisfeita, os entes também.

Informamos que nós já vínhamos ajudando, o Governo vem ajudando os Estados há um tempo, principalmente depois da questão da pandemia, e acreditamos que deve ser construída em breve uma solução que atenda às necessidades dos entes subnacionais e de forma mais equânime. Enfim, esse é o ponto inicial que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou fazer uma rápida intervenção, na condição não de Presidente, mas de Senador e de autor do projeto de lei, que foi, afinal, transformado em lei. Então, há um mandamento legal. E, com o maior respeito, eu acho que o senhor trouxe mais dúvidas do que afirmações. Eu respeito as dúvidas, acho que questões de impacto financeiro sempre devem ser tratadas com o maior cuidado. Não posso deixar de saudar aqui a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querida Senadora Tereza Cristina, que é a Relatora da última emenda. Mas o fato é o seguinte: o medo das consequências não pode nos fazer procurar o claro da decisão.

E, de uma maneira muito singela, eu digo o seguinte: no caso de uma rodovia federal, que é o caso de Santa Catarina, executada pelo Governo Federal – não são obras delegadas, são obras executadas pelo Governo, priorizadas pelo próprio Governo Federal, para as quais o Governo do Estado acudiu com dinheiro, dinheiro, M1 –, vamos imaginar que essa rodovia daqui a pouco seja posta em leilão. A União vai se locupletar com isso? Porque, na hora da outorga, ela vai receber em dinheiro o valor daquela obra. Então, isso é um desequilíbrio ético até, moral. Se fosse entre pessoas jurídicas, entre cidadãos, seria uma imoralidade. Sendo uma relação federativa... Eu acho que... As cautelas que sejam necessárias, eu as devolvo, por seu intermédio, ao Ministério da Fazenda. Acho que as cautelas...

Eu ia citar o Vitorino Freire...

O seu nome é originário da Paraíba?

O SR. CARLOS GADELHA (*Fora do microfone.*) – Sim. Eu brinco que a minha família é do sul, do sul da Paraíba. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu participei do Show do Milhão, do Silvio Santos, em que o Marcondes Gadelha ganhou o prêmio maior. E os tenho, portanto, na conta de pessoas atiladas, inteligentes. E, respeitando a sua função, eu particularizo isso.

As consequências, eu sei, vêm sempre depois – essa frase é do Vitorino Freire, do Maranhão, mas vale para esse caso também.

Agora, a ponderação que faço é essa, naturalmente me prevalecendo um pouco da situação de, no momento, presidir esta Comissão.

Mas vamos ouvir, então, o Sr. Diretor do Tesouro do Estado de Santa Catarina.

O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO (Para expor.) – Muito bom dia a todas, muito bom dia a todos.

Sr. Presidente, agradeço, em nome do Estado de Santa Catarina, o convite ao meu chefe Cleverson Siewert e agradeço também a confiança por poder passar um pouco da experiência de Santa Catarina nessa questão da compensação.

Cumprimento a nossa Vice-Governadora, a Secretária Vânia, os Parlamentares, o colega Gadelha, enfim, todos os presentes: um bom dia.

Presidente, o estado vê com grande mérito a proposição, na medida em que, para os recursos para os estados, entes federativos subnacionais, é muito difícil conseguir alavancar a arrecadação. Então, é importante, uma vez investido... E aí quero destacar que foi um processo bastante republicano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se me permite, Presidente, mais do que falar do projeto de lei, que o nosso Procurador-Geral vai abordar, vou mergulhar um pouco no fato que está em debate, da compensação com Santa Catarina.

Quanto à condição das nossas rodovias, Santa Catarina precisa escoar a produção – o forte da produção agrícola é para o oeste, do meio-oeste ao planalto –, tem que escoá-la até os portos. Nós já temos dificuldade para que cheguem insumos, como ração, enfim, para a produção, e a produção tem que ser escoada, depois, para o destino final. Então, dada a situação das rodovias, a dificuldade de logística no escoamento, houve por Santa Catarina a iniciativa, primeiro aprovada na Assembleia Legislativa, em forma de lei, de fornecer esse investimento nas rodovias federais, que são o canal de escoamento da nossa produção.

Aprovada em lei, foi assinado, então, um acordo de cooperação entre o Dnit e a Secretaria Estadual de Infraestrutura, prevendo R$465 milhões, a serem investidos pelo Estado de Santa Catarina nas rodovias federais, especificamente em quatro trechos. Dos R$465 milhões assinados, acabaram sendo executados efetivamente R$384 milhões. E esse número – vou chamar mais a atenção para o número efetivamente executado do que para o assinado –, R$384 milhões, é mais do que 1% da nossa receita líquida de impostos. Os R$465 são mais do que 1% da nossa receita corrente líquida, que são recursos que não conseguimos usar totalmente para esse fim. Ou seja, é um valor próximo aos R$550 milhões que nós pagamos anualmente em precatórios – e precatórios todos devem lembrar que são um problema para as finanças públicas. Destaco isso para dizer que a conta não foi pequena por parte do estado, e esses R$384, então, foram investidos na forma, nas obras, conforme medição do Dnit.

Houve por sua iniciativa a emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias da União de 2023, prevendo essa compensação, e nós estamos, então, agora num processo buscando... Já foram novamente aferidas todas as medições, que já tinham sido feitas pelo Dnit, e estamos em trâmites burocráticos, não para compensar os R$384, porque um parecer da PGFN entendeu que somente os R$40 ou R$39 milhões executados em 2023 como restos a pagar é que poderiam ser compensados pelo dispositivo em questão.

Então, quero agradecer a oportunidade de o estado poder apresentar a sua necessidade de infraestrutura à União, como, digamos, majoritária nesse campo de arrecadação, enfim, e a necessidade de se voltar, então, a essa pauta importante para o estado, que é produtor, embora em 1% do território ele produza, precisa dessa infraestrutura, por isso investiu, e agora está num trâmite para obter uma compensação devida na forma da lei.

Acho que era isso, Presidente. Eu fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra, o Procurador-Geral do Estado, Dr. Márcio Vicari.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO VICARI (Para expor.) – Agradeço a V. Exa., a quem eu cumprimento, eminente Senador Esperidião Amin, que preside esta audiência. Eminente Senadora Tereza Cristina, meus respeitos.

Peço licença para cumprimentar os colegas de mesa, o Diretor do Tesouro do Estado e o representante da Secretaria do Tesouro Nacional. Cumprimento especialmente a nossa Vice-Governadora, Marilisa Boehm, o nosso eminente Secretário da Fazenda, Cleverson Siewert, e a nossa Secretária de Articulação Nacional, Vânia Franco, e a todos os presentes que nos assistem.

Sr. Presidente, a questão aqui, naturalmente, é uma questão que tem reflexos financeiros, orçamentários, mas que parte naturalmente daquilo que se vê até da própria exposição de motivos da proposta apresentada por V. Exa. e pelo então Senador, hoje Governador do Estado, Jorginho Mello: parte, naturalmente, da preocupação de uma vedação clássica no direito de não lesar a ninguém, ou seja, de evitar que haja, por parte de um ente federado em relação ao outro, uma apropriação de valores que se justifica momentânea e circunstancialmente, mas que precisa ser compensada para evitar um enriquecimento sem causa. Falo de enriquecimento sem causa, e não de enriquecimento ilícito.

Particularmente no caso de Santa Catarina, há uma peculiaridade que já foi destacada pelo Diretor do Tesouro, que foi a assinatura de um acordo de cooperação entre órgãos do Estado de Santa Catarina, especificamente a Secretaria da Infraestrutura, e órgão da União, de tal sorte que não se trata, neste caso particular – e naturalmente que a norma não se destina ao caso particular, mas eu estou referindo aqui para destacar um aspecto que me parece relevante, até em relação àquilo que o Sr. Gadelha falou do problema da distribuição ou da redistribuição desses valores –, não se trata aqui de uma alteração de esferas jurídicas das titularidades dos valores que fosse desconhecida da União. Em outras palavras, não aconteceu aqui uma usurpação por parte do Estado-membro em relação à parcela que compunha patrimônio da União, mas sim, ato volitivo de ambos os entes federativos, União e ente subnacional, que, em termos de coadjuvação, entenderam que devia haver, para melhor prestação do serviço público naquela circunstância, uma cooperação, que se dava pela transferência patrimonial.

Naturalmente que, diante de uma realidade dessas, é muito difícil justificar que não haja a torna da compensação patrimonial, porque isso implicaria, salvo juízo outro e melhor, uma evidente usurpação patrimonial de um ente subnacional.

A questão naturalmente se espraia para outros campos quando se a examina desde a perspectiva da ausência, por exemplo, de um ato como esse, um ato administrativo como esse que, como eu disse, é um ato que exprime volição de ambos os entes federativos.

Mas, mesmo assim, Sr. Presidente, naturalmente que delimitando a matéria desde o ponto de vista do direito financeiro – muito embora, com uma fundamentação muito relevante, o eminente Senador Heinze, no seu parecer, tenha destacado que o aspecto primordial jurídico aqui não é o do direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro e sim o do direito civil, ou seja, é o do instituto da compensação, aquela clássica compensação que está no Código Civil e que é um instituto romano, não é de hoje –, mesmo que se balize esse instituto a partir dos regramentos do direito financeiro e das transferências de valores entre os entes nacionais, isso não afeta a característica marcante e essencial para o caso da existência de emprego de valores públicos por parte de um ente em favor de outro, na medida em que empregados esses valores num serviço público afeto legal e regularmente ao ente nacional, nesse caso à União, implicando, portanto, para evitar-se esse enriquecimento sem causa de que eu falei de início, que haja essa compensação.

O que parece com um exame – que pode até ser mais detalhado do projeto – aqui é que a preocupação do projeto é exatamente esta: a de evitar uma lesão por parte de um ente federado que emprega valores em favor da população, em última *ratio*, mas emprega esses valores dirigidos a um serviço público ou uma obra pública que deveriam ser por lei realizados por outro ente público, e, portanto, essa compensação é impositiva – se me permite, Presidente, usando a sua expressão –, até por questão ética, mas também jurídica, por uma vedação ao enriquecimento sem causa.

O projeto tem a preocupação de adaptar não só a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas outras normativas, a essa viabilidade, essa possibilidade, usando um instituto antigo plenamente viável, que é o da compensação. Por essa razão, tanto do ponto de vista moral, que não é o campo estrito do direito, quanto do ponto de vista estritamente jurídico legal, o projeto naturalmente se preocupa com a recomposição desse patrimônio e a preservação das titularidades jurídicas e patrimoniais dos entes nacionais, de tal sorte que representa um avanço importante para a preservação patrimonial dos entes e para o princípio constitucional da eficiência, que é valorizado na medida em que se pode realizar a obra ou o serviço de maneira mais rápida, mais ágil, menos burocrática, desde que circunstancialmente um ente tenha essa condição melhor do que outro, deixando para compensação meramente financeira a adequação dos valores despendidos em desequilíbrio.

Em início, Presidente, creio que seja isso, mas estou à disposição, caso V. Exa. deseje estender ou precise de algum esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Efetivamente muito bem lançado. Claro, em contradita, mas muito bem lançadas, tanto pelo representante do Ministério da Fazenda quanto pelos representantes do estado, as suas posições.

Eu consulto a Senadora Tereza Cristina, que é autora do relatório referente à última emenda apresentada, que tem como objetivo exatamente dar essa proteção também ao Governo Federal. Portanto, eu queria dizer o seguinte: do ponto de vista legislativo, legiferante, esta é a oportunidade derradeira para que, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, se ajuste o texto.

Eu consulto se, depois daqui, ele... O texto aprovado aqui vai para onde? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão. E, pela distribuição, ele vai para o Plenário ou vai...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai para o Plenário do Senado, ou seja, ele não tem mais nenhuma pendência do ponto de vista jurídico. A pendência aqui é exatamente essa cautela para que a União não seja surpreendida com o texto ou venha, lá na frente, a ter que retificá-lo. Então, é uma espécie de despacho saneador econômico-financeiro – jurídico, econômico e financeiro.

Como esta última intervenção foi da Senadora Tereza Cristina, nós gostaríamos de ouvi-la a respeito do seu trabalho e da sua convicção, como uma ilustre integrante.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Amin.

Quero cumprimentar o Sr. Márcio Vicari, Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina; o Diretor Clóvis Renato, Diretor do Tesouro; o Sr. Carlos Gadelha, do Tesouro; a Vice-Governadora; enfim, todos os presentes e aqueles que nos assistem.

Quero dizer que eu acho que é um projeto de lei superjusto, é compensar receitas do Estado de Santa Catarina, em convênio com o Dnit, de comum acordo, que foram colocadas numa obra essencial para o Estado de Santa Catarina e para o Brasil. Dito aí já pelos senhores que o porto de Santa Catarina, enfim, o escoamento de toda a produção... Essa estrada a gente sabe que precisa de muito mais investimentos. Esses trezentos e sessenta e poucos milhões colocados pelo Estado de Santa Catarina eu tenho certeza de que foram em trechos essenciais para diminuir risco, melhorar o fluxo de trânsito, enfim. E provavelmente isso só foi feito porque a União não teve como aportar esses recursos para resolver esse grave problema dessa rodovia federal.

Isso acontece em outros estados, a lei não é especificamente para Santa Catarina. Santa Catarina é o estado aqui em questão que tem o projeto que deve resolver essa compensação pelo Governo Federal. E eu tenho certeza de que outros estados da União também podem fazer, e eu acho que isso ajuda a União. Isso, ao contrário, não dificulta.

Eu tenho um gráfico aqui mostrando o que acontece hoje nos investimentos federais, que vêm só diminuindo. Em 2020, foi 1,4%; hoje é 0,7%. Nós precisamos de investimentos, Secretário, em toda a malha viária, toda infraestrutura de logística do Brasil, não só rodoviária, como ferroviária, portuária, aeroviária. Então eu acho que quando um estado, um ente federado tem recursos e pode ajudar, é mais do que justo.

E o Senador Amin colocou aí também uma preocupação de futuro, mas futuro presente, de que essas rodovias, no caso, essa em Santa Catarina, podem ser pedagiadas, podem ser consorciadas com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa privada, e aí o estado vai arcar com esse prejuízo porque tirou dos seus cofres para poder ajudar? Como é que fica o Estado de Santa Catarina ou outros estados que tenham a mesma situação?

Então o meu relatório foi favorável, foi pedida vista, depois foi pedida esta audiência pública esclarecedora e eu espero que agora a gente tenha votos para ganhar isso na CAE e mandar para o Plenário um projeto que eu acho que ajuda muito o Brasil. Acho que nós precisamos, é muito sério, nós estamos falando de despesas e receitas para o Orçamento da União, mas, isso consensuado, eu acho que tem que estar no Orçamento ano a ano. E isso eu tenho a impressão – tenho impressão não, eu tenho certeza – de que mais ajuda do que atrapalha o Governo Federal esse tipo de ação dos estados. São poucos que podem colaborar com a infraestrutura e outras ações, mas, no caso aqui, com a infraestrutura dos seus estados.

Então, era isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu me sinto na obrigação, Senadora Tereza Cristina, de agradecer pessoalmente o seu empenho, a clareza da sua manifestação, tanto agora quanto no parecer – clareza absoluta, cristalina. Eu não quero que fique dúvida sobre a natureza do investimento. Às vezes não foi o estado que executou a obra, prestem bem atenção, o estado entregou o dinheiro para que o executor da obra, Dnit, investisse ali. Então o estado não tocou na obra, entregou o dinheiro, patrocinou – como se fosse esse o seu papel – uma obra que é necessária para o país. Diga-se aí, é um pouco de bairrismo, nós somos um estado que exporta bens manufaturados. É um grande objetivo do Brasil mudar sua pauta de exportação. Claro que nós sempre exportaremos matéria-prima, porque, em matéria de proteína e de produtos primários, seja soja, seja milho, nós somos hoje campeões. Os nossos competidores procuram jogar uma casca de banana na nossa corrida, mas nós temos esse orgulho de brasileiros e também de catarinenses. Então, foi a própria União.

Não vou descrever, mas, no caso da 470, foi a Presidente Dilma que foi lá e..." Vou cuidar pessoalmente da obra". Então, é um consenso da sua prioridade, no caso da 470 e das outras. Então, diante das dificuldades do Governo Federal, o Estado... "Então, olha, vou entregar, vou transferir um dinheiro para a União, porque nós precisamos dessa obra – o Brasil e Santa Catarina". E aí nós estamos numa dificuldade porque pode ter tal repercussão, e nós estamos prontos a estabelecer todas as contenções para que isso não se transforme num sangradouro. Só que nós já estamos às vésperas de abril, no quarto mês do segundo ano do atual Governo. E acho que é natural que o estado queira uma resposta. Eu, tanto como Senador quanto como Senador por Santa Catarina e um dos subscritores, não posso deixar de fazer um veemente apelo público para uma solução.

Pediu a palavra o Secretário da Fazenda? Vou lhe ceder parte da parte que toca aqui ao Diretor do Tesouro. Espero que o senhor não vá retificar o que ele disse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEVERSON SIEWERT (Para expor.) – De jeito nenhum.

Bom, muito bom dia, Senador. Em nome do Governador do nosso Estado, Jorginho Mello, da Vice-Governadora que aqui nos acompanha, Marilisa Boehm, queria cumprimentar o senhor, que é o Presidente desse ato; cumprimentar os colegas Márcio Vicari, Clóvis Squio e Vânia Franco, que nos acompanham aqui também – Carlos Gadelha, obrigado pela sua participação –; e a Senadora Tereza Cristina.

Eu acho que a minha participação vai ser bastante objetiva, mas enfim... O Dr. Márcio Vicari e o Clóvis defenderam aqui, do ponto de vista jurídico e financeiro, de forma bastante efetiva, o nosso posicionamento. Eu vou falar um pouquinho do ponto de vista conceitual, me somando ao que a Senadora Tereza Cristina colocou e ao que o Sr. Senador Esperidião Amin também colocou.

O Governador Jorginho Mello é uma pessoa que olha para o estado para os próximos 20 anos. Ele é um estadista e tem um modelo de gestão muito claro. E esse modelo de gestão nos estimula o tempo todo a ir ao encontro da sociedade civil organizada, ao encontro do setor produtivo local. E o que mais a gente escuta em Santa Catarina é: "Queremos infraestrutura, queremos mobilidade". E, quando a gente fala de mobilidade, ela é de rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, enfim, permitindo que a gente possa gerar cada vez mais emprego e renda.

Dentro desse contexto, então, a gente enxerga Santa Catarina como uma economia extremamente diversificada, a sexta maior do país. Como muito bem colocado pelo Senador Esperidião Amin, nós somos o segundo maior importador do Brasil e o nono maior exportador. Portanto, nós somos um polo de entrada e saída não só para Santa Catarina, mas para o Brasil como um todo.

Então, salvaguardando aqui as colocações feitas pelo Sr. Carlos Gadelha, que eu acho que merecem, obviamente, todo o nosso cuidado e atenção, eu quero registrar e colocar, sempre de forma muito efetiva: nós queremos ajudar e estamos tomando aqui decisões não só para Santa Catarina, mas para o Brasil. Nós estamos querendo fazer com que o nosso país possa evoluir, crescer, gerar emprego e renda.

Nós acabamos de sair de uma reunião agora, no Ministério da Fazenda, com o Cosud – com sete Governadores do Sul e Sudeste –, com o Ministro Padilha e com o Ministro Haddad, e a fala deles foi exatamente neste sentido: "Vamos compor, vamos construir um caminho, de tal sorte que a gente, em conjunto, possa gerar emprego e renda". Porque não adianta o Rio Grande do Sul estar mal, não adianta São Paulo estar mal; o Brasil não vai bem desse jeito. Nós somos um time com uma camisa única, a camisa do Brasil, e essa decisão pode ajudar não apenas a gente, mas pode ajudar o país como um todo.

Obrigado, Senador. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de passar a palavra a eventuais réplicas, (*Fora do microfone.*) eu vou passar a palavra aos que já se manifestaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propósito de réplicas. Para ilustrar a todos nós a respeito das preocupações, eu vou mencionar as perguntas.

O Sr. Leonardo, do Rio de Janeiro: "De que forma será possível estabelecer compensações [vejam que a palavra 'compensações' é de assimilação popular], mantendo os bens públicos frente à existência de dívidas subnacionais?".

A Sra. Annalina, também do Rio de Janeiro: "Como será fiscalizada a compensação de créditos pelo TCU?". Haverá critérios claros e transparentes? Eu acho que isso é um desejo de todos nós.

Danilo, de São Paulo: "A compensação de créditos entre União e cidadãos [...] poderia ser instituída? Isso diminuiria [...] [o retardamento no pagamento] dos precatórios".

Maria, de Minas Gerais: "Como essa proposta [de compensação entre manutenção de bens públicos e dívidas subnacionais] beneficia a população?". Eu acho que, nesse ponto, a Senadora Tereza Cristina deu já uma grande contribuição e uma resposta.

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Deixar subnacionais compensarem dívidas por [...] aplicação de capital [...] [agrava a situação, tornando-as] bolas de neve para a União". É uma advertência que vai em socorro da preocupação do Sr. Carlos Gadelha, a quem eu passo a palavra para eventuais comentários. E vou oferecer as indagações também para o acervo de V. Sas.

O SR. CARLOS GADELHA (Para expor.) – Muito obrigado a V. Exa.

Eu vejo as preocupações dos estados elencadas pelos colegas representantes do Estado de Santa Catarina e por V. Exa., que lembrou bem que esta Casa já aprovou, esta Comissão já aprovou o texto. Isso é soberano. No âmbito do Tesouro, nós temos uma alçada focada muito no aspecto financeiro-orçamentário. Então, cabe a nós alertar, porque essa é a nossa função, e eu estou aqui defendendo a questão do impacto no Tesouro e quais são as repercussões.

E, quanto ao projeto, temos algumas dúvidas em respeito de como vai ser elencada essa questão dos bens públicos. Restou uma dúvida se haverá um decreto ou alguma outra legislação suplementar que elencaria isso ou discorreria sobre como se daria essa compensação, e a definição dos bens públicos considerados nesse processo também.

Quanto à questão orçamentária, uma vez o Congresso defina a aprovação do projeto, passa-se à fase de colocá-lo no orçamento ano a ano, aferir ou apresentar estimativas de impacto financeiro-orçamentário para adequar à LRF e à LDO.

E vejo que essas preocupações, no âmbito da atuação do Tesouro, são restritas menos ao mérito, e mais à questão financeira e ao impacto à União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as nossas colocações foram baseadas num impacto macro, que é da ordem de 20 bilhões por ano, conforme estimativas feitas à época pela equipe técnica.

Assim, uma vez definido pelas Casas Legislativas que essa política pública vai ser implementada, resta-nos fazer com que se ajuste aos normativos fiscais e que seja feita de uma forma que possa ser auditada e não tenha problemas – ou, minimamente, não tenha problemas – em relação à judicialização, que é uma incerteza de que a gente também não gosta.

Eu faço também um ponto em relação a essa compensação, como ela se comunica com o estabelecido na Emenda Constitucional 113. Queria entender como ela fala, uma vez que já foram estabelecidos alguns mecanismos, e queria entender como isso inovaria ou complementaria o que ali foi estabelecido.

É uma pergunta mesmo, porque, nesse aspecto jurídico, eu não sou especialista. É só uma questão a se levantar.

Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu, pessoalmente, gostei desse memorial do cálculo de aproximadamente 20 bilhões por ano. É disponível?

O SR. CARLOS GADELHA (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor poderia... Eu não conheço esse cálculo.

O SR. CARLOS GADELHA – Posso passar a nota para o senhor e essa manifestação do Tesouro, sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu gostaria de que a Secretaria da Comissão cuidasse, junto ao Sr. Carlos Gadelha, para conhecer a especificação da memória do cálculo, a descrição do que o fundamentou.

O SR. CARLOS GADELHA – Sim, e me comprometo, inclusive, a chamar a equipe técnica, caso necessário, para que explique com a metodologia ou até a atualize, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Consulto se o Diretor do Tesouro, o Dr. Vicari ou mesmo o Secretário da Fazenda gostariam de fazer alguma adição.

O SR. MÁRCIO VICARI (Para expor.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É apenas para fazer uma colocação muito pontual, porque houve uma referência à Emenda Constitucional 113, que trata de uma reorganização, por assim dizer, dos débitos que são inscritos em lista de precatórios para pagamento pelos entes públicos. Com todo o respeito, naturalmente, não vejo que isso fosse impeditivo do que se está discutindo aqui, do que o Senado da República discute no projeto. O que se está discutindo aqui é uma compensação de valores entre entes da Federação, e naturalmente que especificidades daquilo que vier a ser disciplinado podem sobrevir num decreto. Como disse o eminente Presidente, Senador Esperidião, naturalmente que isso precisa da transparência típica do controle das verbas públicas, quer pelo Tribunal de Contos da União, quer por outros meios de controle, mas não impede a possibilidade de compensação de valores... Não é impedida por força de regras constitucionais clássicas de entrega de valores públicos por intermédio de precatórios, porque não se trata de condenação judicial, trata-se de compensação de valores pagos por um ente em favor de outro.

O exemplo que V. Ex. trouxe aqui de início e que foi secundado pela eminente Senadora Tereza Cristina é um exemplo que mostra, de maneira muito mais clara, o que sutilmente acontece, ou seja, V. Ex. referiu-se a que um desses aparelhos públicos – poderia ser uma estrada – poderia vir a ser objeto de uma alienação no sentido mais amplo da palavra. E aí, obviamente, quem adquirisse isso, adquiriria com aquele incremento feito com o dinheiro alheio, grosso modo falando, mas, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A mais-valia.

O SR. MÁRCIO VICARI – Exatamente, do ponto de vista econômico, com a licença dos da área econômica, a mais-valia. (*Risos.*)

Mas, do ponto de vista econômico também, essa operação futura e eventual de alienação apenas desnuda essa transferência patrimonial, mas já ocorreu, a transferência em si já ocorreu, quer dizer, o incremento patrimonial em favor da União, a quem competia fazer a obra com os seus valores, isso já aconteceu, já houve uma apropriação do dinheiro do ente, não é? Então, desde esse ponto de vista também, o exemplo é muito feliz, porque deixa, assim, *extreme* de dúvidas essa transferência patrimonial de esferas patrimoniais. Mas, apenas para fazer o cotejo da emenda, eu não vejo problema, porque – pelo menos desde o meu ponto de vista – são situações diferentes; não se está aqui a tratar de condenação judicial. Portanto, não ficaria submetida a precatório, mas é uma compensação para reequilíbrio dos patrimônios dos entes federativos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero que a reunião alcançou os seus objetivos.

Quero agradecer, mais uma vez, à Senadora Tereza Cristina. A senhora já é considerada em Santa Catarina uma "catarinencista" militante, uma barriga-verde num estado feminino, não é? E quero... Com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa sua manifestação aqui, muito clara e objetiva, a senhora engalana mais ainda essa sua notável afinidade com a nossa gente e com a coleção do que se propõe.

Quero saudar também o nosso querido Senador Izalci.

E, antes de encerrar, quero consultar os colegas se querem fazer alguma observação, mas eu vou fazer uma observação de natureza pessoal. O senhor disse muito bem que a União tem renegociado as dívidas com os estados e municípios. Eu fui o Relator da Lei Complementar 156 e não posso deixar de registrar, numa fisiologia bem levantina, que o maior beneficiado com a Lei 156 – o senhor sabe quem foi? – foi o Município de São Paulo. Era o que pagava a maior taxa de juros, e a sua dívida ficou reduzida em praticamente 65%, ou seja, pela nova taxa de juros aplicada retroativamente, o nosso Ministro da Fazenda atual, primo Fernando Haddad, que em árabe quer dizer ferreiro, teve a sua forja – naturalmente que aí eu falo do município, o maior município do Brasil, onde eu morei também, estudei no Colégio Rio Branco um ano...

Então, quem foi que ganhou a loteria naquele ano? Foi quem devia mais e tinha as condições de financiamento mais doloridas, mais pesadas.

Foi uma lei incontestável, e não houve nenhuma proteção e também não houve ninguém que dissesse: "Não, é um acerto do Governo Federal com o Município de São Paulo, que agora era administrado por um seu correligionário". Não, era uma coisa natural. O município tinha um gravame pesadíssimo e exatamente na hora de se reduzir o encargo, tinha que reduzir aquilo que era mais pesado.

Ainda naquela época, houve uma grande discussão sobre o anatocismo, a cobrança de juros sobre juros, e houve a produção de um trabalho muito interessante, pelo ex-Ministro Carlos Ayres Britto, a respeito desse gravame, que complica a relação federativa entre a União e os entes federados, os entes subnacionais.

Mas eu repito, como minha colocação: o momento é este, o projeto está disponível para deliberação. Não será agora, mas ele está habilitado, com a realização desta audiência pública, requerida pelo Senador Rogério Carvalho, em nome do Governo. Portanto, se alguma contribuição puder ser feita, o espaço está aberto. Eu repito: todas as cautelas, a busca de toda transparência e de todos os critérios é um objetivo de todos nós, Senadores, e o Senado estará aberto a esta proposição da maneira mais clara e republicana possível.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu só quero, Senador Esperidião Amin, reforçar e parabenizar V. Exa. por essa iniciativa, eu que acompanhei V. Exa. na Comissão Mista do Orçamento discutindo esta matéria, porque muitos estados que têm responsabilidade fiscal, que têm competência para administrar, muitas vezes têm condição de fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente manutenção, investimento, que caberia à União, em parceria ou não, fazê-lo e compensar evidentemente na dívida.

Então, é só para... Eu me lembro muito bem da briga que V. Exa. travou lá na Comissão Mista de Orçamento com relação a uma estrada – eu não me lembro qual – em que Santa Catarina investiu e precisava da compensação da União. Então, é só para parabenizá-lo.

Evidentemente, a gente precisa modernizar a nossa legislação, porque a diferença entre o público e o privado é muito grande. Na iniciativa privada, você pode fazer o que você quiser, só não pode fazer o que é proibido. Agora, na pública, só para poder fazer o que é permitido por legislação é muita burocracia. A gente tem que modernizar isso para melhorar a eficiência do setor público, que está muito deficitário.

Então, parabéns, meu Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, reiterando aqui os nossos cumprimentos a todos os que prestigiaram este evento, não posso deixar de registrar aqui a presença da nossa Vice-Governadora – responsável, durante largo período da sua vida, pela ordem, pela ordem pública, pela segurança pública na região mais populosa de Santa Catarina, sem nenhuma queixa nem dos que torciam pela lei, nem dos demais, sempre dentro da lei –, a nossa querida Secretária Vânia e o Secretário da Fazenda, bem como o Sr. Carlos Gadelha, que aqui ouviu, pelo Governo Federal todo, o Diretor do Tesouro e o nosso Procurador-Geral do Estado, além de reiterar os cumprimentos à querida amiga, Senadora Tereza Cristina, este exemplo de política, que atualiza e renova a nossa esperança na melhor gestão; e ao querido amigo Izalci Lucas, que é um baluarte também no nosso Senado.

Esta parte da sessão está encerrada. Teremos a seguir a sessão deliberativa.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não havendo quórum para deliberação, a sessão deliberativa fica prejudicada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Fernando Dueire, Weverton, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Irajá, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação as atas da 8ª e da 9ª reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 81, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e revoga a Medida Provisória nº 1.206, de 6 de fevereiro de 2024." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário as emendas nºs 1 a 17. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, e contrário às Emendas nºs 1 a 17. **Observação:** 1. Em reunião realizada nesta data, anunciada a matéria, o Senador Carlos Viana apresenta requerimento de destaque para votação em separado da emenda nº 15, de sua autoria. 2. O requerimento é aprovado em votação simbólica. 3. Encerrada a discussão, colocado em votação o relatório do senador Randolfe Rodrigues, ressalvada a emenda nº 15 destacada, a comissão aprova o relatório, favorável ao projeto, e contrário às emendas de nº 1 a 17. 4. Colocada em votação nominal, a Comissão rejeita a emenda nº 15, de autoria do senador Carlos Viana, por 13 votos contrários, 12 votos favoráveis e nenhuma abstenção. 5. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 a 17. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 675, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a anistia aos empréstimos registrados em nome dos membros das cooperativas e associações comunitárias do município de Rosário junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil (BB), referente à primeira e a segunda etapas do Pólo de Confecções de Rosário (MA) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutiva). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4388, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para permitir a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) para subsidiar a aquisição do querosene de aviação comercializado em aeroportos localizados na Região Norte." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas, e contrário às Emendas nºs 1 a 4. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 201, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso I do §1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para garantir a participação popular e a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 175, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, a fim de conceder prazo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para executar atos de transposição e de transferência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 40, de 2024** que: "Requer a inclusão do Senhor Danilo Oliveira Costa, presidente do IBDTRANSITO e coordenador de Esforço Legal do ONSV, na audiência pública objeto do REQ 164/2023-CAE." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 41, de 2024** que: "Requer aditamento ao REQ 164/2023 do Sr. Aron Woss Uliano" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 43, de 2024** que: "Requer convite para comparecimento perante Plenário ou Comissão" **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de abril de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício SEI nº 20041/2024, do Ministério da Fazenda; e

– Ofício nº 12, de 2024, da Câmara Municipal de Dores do Turvo, Minas

Gerais.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 8ª e 9ª Reuniões, realizadas em 19 e 26 de março de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião fazendo breve resumo sobre os números recentes das projeções dos especialistas do mercado para a economia de nosso país, constantes do Relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central.

Quanto à taxa de juros, os analistas mantiveram as previsões dos últimos quatro meses de 9% para 2024 e de 8,5% para 2025, 2026 e 2027, sendo que para este último ano esta previsão, Senador Jayme, é a mesma há cerca de oito meses.

Para o PIB, os analistas verificaram a expansão de 1,89% para 1,90% em 2024; já 2025 permanece nos mesmos 2%, o mesmo percentual dos últimos quatro meses, que também se repete para 2026 e 2027, sendo que para estes anos esta previsão permanece há cerca de nove meses, Senador Oriovisto.

Quanto à inflação, a estimativa do IPCA para 2024 passou de 3,75% para 3,76% uma leve alta. Já a previsão para 2025 foi elevada de 3,51% para 3,53%. Para 2026 e 2027, continuou em 3,5%, mantendo a previsão dos nove meses passados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre nossa pauta da reunião de hoje, destaco o projeto de lei que altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Este projeto traz mais justiça ao cidadão brasileiro, especialmente ao que tem menor renda, fazendo com que se torne isento do Imposto de Renda ou que, pelo menos, reduza a sua tributação efetiva. Além de mais justiça tributária, significa um estímulo ao consumo dos que hoje pouco consomem ou ainda um alívio para o pagamento de obrigações mensais com alimentação, água, luz, educação e outros itens básicos que muitas vezes o brasileiro dessa faixa de renda não consegue honrar mensalmente.

Por fim, gostaria ainda de reforçar que as atribuições desta Comissão de Assuntos Econômicos contribuem fortemente para a evolução desses números que acabamos de relatar, o que representa a grande responsabilidade que cada membro desta Comissão tem com a geração de emprego e de renda, com a manutenção de um sistema empresarial saudável e com um sistema financeiro eficiente.

Em resumo, esta Comissão é também responsável pelo desenvolvimento sólido e sustentável da economia de nosso país, resultando na melhoria do bem-estar de nossos cidadãos.

Era o que tinha para registrar.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 40, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Danilo Oliveira Costa, presidente do IBDTRANSITO e coordenador de Esforço Legal do ONSV, na audiência pública objeto do REQ 164/2023-CAE.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

O Relator não se encontra presente.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 41, DE 2024

- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 164/2023 do Sr. Aron Woss Uliano

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Requer que, na audiência pública objeto do Requerimento 164, de 2023, haja a inclusão do Sr. Aron Woss Uliano, Vice-Presidente da Associação dos Fabricantes de Placas de Veículos de Santa Catarina.

O autor do requerimento não se encontra presente.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Esta audiência pública – o motivo de nós anteciparmos esses requerimentos –, será realizada hoje, às 14h.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 81, DE 2024

- Não terminativo -

Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e revoga a Medida Provisória nº 1.206, de 6 de fevereiro de 2024.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto e pela rejeição das emendas nºs 1 a 13.

Observações:

1. Em 01/04/2024, foram apresentadas as emendas nºs 1 a 12, de autoria do senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 05/04/2024, foi apresentada a emendas nº13, de autoria do senador Mecias de Jesus.

3. Em 08/04/2024, foi apresentada a emenda nº 14, de autoria do senador Ciro Nogueira.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Meus cumprimentos às colegas Senadoras e aos colegas Senadores aqui presentes, nesta Comissão.

Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 81, de 2024, de autoria do ilustre Deputado José Guimarães, Líder do Governo na Câmara dos Deputados. Este projeto altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e revoga a Medida Provisória nº 1.206, de 6 de fevereiro de 2024.

O projeto está estruturado em três artigos. Foram 14 emendas apresentadas ao projeto: as 13 primeiras emendas, de autoria do Senador Mecias de Jesus, e a 14ª, do Senador Ciro Nogueira. O detalhamento das emendas se encontra no relatório, passando, então, diretamente para a análise.

Tendo em vista que a proposição tramitará apenas por esta Comissão antes da análise pelo Plenário, o presente relatório abordará tanto os aspectos econômico e financeiro como relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do projeto.

O PL nº 81, de 2024, é constitucional, formal e materialmente dentro da técnica legislativa.

Há competência da União para legislar sobre direito tributário e para disciplinar o Imposto sobre a Renda, nos termos da Constituição Federal.

Antes de abordamos os aspectos econômico e financeiro, é imprescindível destacar que o PL nº 81 possui o mesmo conteúdo da Medida Provisória nº 1.206, de 2024, salvo, é claro, o dispositivo que a revoga. Diante disso, utilizamos os dados apresentados na exposição de motivos que acompanha a medida provisória, e, por razão óbvia e pela necessidade de justiça sobretudo aos trabalhadores, o PL merece prosperar.

O objetivo do PL é efetivar a política de valorização permanente do salário mínimo, estabelecida pela Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023. Por essa política, o salário mínimo deve ser reajustado anualmente para garantir um aumento real que considere tanto a inflação quanto o crescimento da economia nacional.

No intuito de evitar a corrosão do ganho advindo dessa valorização, o art. 6º do referido diploma legal alterou a Lei nº 9.250, de 1995, para criar um desconto facultativo simplificado mensal de 25% do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limite da faixa de isenção do Imposto de Renda sobre a Pessoa Física. Com isso, garantiu-se a desoneração mensal do Imposto de Renda a quem recebia o dobro do salário mínimo de R$1.320, previsto no art. 2º da Lei nº 14.663, de 2023.

Com a edição do Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023, o salário mínimo foi elevado para R$1.412, desde o dia 1º de janeiro de 2024.

Para que o benefício da desoneração do Imposto de Renda sobre a Pessoa Física continue a alcançar quantia equivalente ao dobro do novo salário mínimo, é crucial a aprovação deste PL; afinal de contas, é o reajuste do limite da faixa da tabela progressiva mensal sobre a qual incide alíquota zero para R$2.259,20, somado à incidência do desconto de 25% sobre esse valor, que garante que a fatia mensal desonerada do tributo passe a ser de R$2.824, montante equivalente ao dobro do salário mínimo vigente no corrente ano.

Trata-se, então, Sr. Presidente, de medida focalizada que atenderá mais de 8 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada que recebem um salário mínimo. De fato, a opção pelo reajuste menor da faixa desonerada do Imposto de Renda juntamente com o desconto simplificado privilegia apenas quem recebe rendimentos menos expressivos e garante, Senador Esperidião Amin, a progressividade tributária ao evitar que as camadas mais ricas da população se beneficiem da simples ampliação do patamar isento a níveis mais elevados.

Desse modo, entendemos que o enfoque do PL nº 81, de 2024, deve ser na valorização do salário mínimo e, portanto, justifica – e eu peço a devida vênia aos colegas – a rejeição das emendas apresentadas dos ilustres colegas Senadores Mecias de Jesus e Ciro Nogueira. Por mais meritórias que sejam, afastam-se do propósito do projeto de lei e antecipam o debate que será mais bem aprofundado pelo Congresso Nacional quando este examinar o projeto de reforma da tributação sobre a renda que o Governo Federal deverá encaminhar ainda neste ano.

Para ser mais específico, ontem, Presidente Vanderlan, o Ministro Haddad anunciou que até a semana que vem deve encaminhar aqui para o Congresso Nacional os dois projetos de leis complementares que concluem o processo de debate da reforma tributária, tão bem concluído por esta Comissão, por este Senado e por este Congresso Nacional no ano passado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Estes serão do consumo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Os dois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para trazer o informe aqui aos colegas Senadores.

Pelo exposto, Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação do PL nº 81, de 2024, com as honras de estilo aqui que merecem ao Congresso Nacional pela aprovação já de projeto igual no ano passado e pelo encaminhamento e o agradecimento a V. Exa. pela designação da relatoria deste PL, que, como já disse, beneficiará diretamente 8 milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Randolfe, parabéns pelo seu relatório, mas esta Mesa, esta Presidência comunica a V. Exa. – eu creio que a sua assessora também já comunicou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Sim, acabou de chegar a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... que acabou de chegar a Emenda nº 15, do Senador Carlos Viana. O senhor quer se manifestar sobre ela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Não, perfeito, Sr. Presidente. São as mesmas... A emenda de S. Exa. amplia a isenção até três salários mínimos.

Pelas mesmas razões que aqui expus, pelo objeto do projeto ser diretamente para beneficiar aqueles trabalhadores brasileiros que recebem um salário mínimo, que, como já disse, são 8 milhões de brasileiros, e pelas mesmas razões das demais emendas, rejeitamos a Emenda nº 15, do nobre Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto.

Senador Amin, o senhor tinha pedido para discutir a matéria? (*Pausa.*)

Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor está acompanhado de um Senador fulgurantemente vestido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou votar pela aprovação do projeto – quero começar dizendo isso –, mas eu não posso deixar de fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas observações sobre esse projeto porque aqui se trata da realidade, e a realidade é muito diferente das campanhas.

Nós temos hoje no Brasil um debate sério para se penalizar...

Sr. Presidente, eu não consigo falar por causa do ruído.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O pessoal que gosta de conversar podia conversar lá fora, não é, Presidente? Eles vêm para cá para bater papo. Se não é para prestar atenção no que estão falando aqui, por que vêm? É uma coisa... Vêm para prejudicar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vou pedir um pouco mais de atenção (*Fora do microfone.*)

principalmente aos nossos assessores, porque, às vezes, eles ficam querendo passar muita informação para nós e acaba atrapalhando um pouco o diálogo.

Então, com a palavra.

Perdoe-nos, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De novo, Sr. Presidente: vou votar a favor, mas não posso deixar passar o momento para mostrar a diferença entre as promessas políticas e a realidade da política.

Eu me lembro muito bem de que, na campanha para a Presidência da República das últimas eleições, candidatos falavam em isentar até R$5 mil. O senhor também deve se lembrar disso. Isso foi uma promessa de campanha. Agora, o que nós temos aqui é que se faz uma pequena correção: o limite da base de cálculo, que antes era 2.112, passa para 2.259.

Isso é uma correção muito pequena de 6,9%. Ainda assim, isso já provoca para o próximo ano, para este ano em curso, 3 bilhões de déficit de dinheiro que se deixa de arrecadar; nos anos seguintes, 3,5 bilhões; depois 3,770 bilhões.

Sr. Presidente, se aquela promessa de campanha – e eu fiz as contas – de isentar até 5 mil fosse cumprida, nós teríamos 75 bilhões a menos de arrecadação.

Então, nós temos hoje uma preocupação grande com *fake news*. Devíamos ter uma preocupação igual com *fake promise*, com promessas falsas, promessas que nunca se realizarão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda observo, além de mostrar essa diferença entre as promessas e a realidade, que a não ser a faixa realmente mais básica da pirâmide, que tem um pequeno benefício, todas as outras faixas, notadamente a classe média, têm um aumento de carga tributária, porque a única coisa que se acrescenta é o valor a ser reduzido, mas são valores ridículos, como R$300, coisas assim. Então, assim, há na prática um aumento de arrecadação por conta da inflação e um aumento da faixa de isenção pífio, coisa de 6,97%, 7%, enquanto que se falava antes, na campanha, em isentar até quem ganhasse R$5 mil.

É a realidade contra as falsas promessas, mas, apesar disso, eu sei que a realidade se impõe e eu vou votar favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Senador Vanderlan, eu quero aqui, primeiro, elogiar o trabalho do Relator, vou acompanhar o projeto, mas eu também não posso deixar aqui de segundar as críticas feitas pelo Senador Oriovisto.

O projeto é meritório, já que ele alivia, ainda que minimamente, a carga tributária do Imposto de Renda. Muita gente paga imposto aqui no Brasil, mas quem mais paga imposto é a classe média, e a classe média é que é mais atingida pelo Imposto de Renda, muitas vezes inclusive com tributação na fonte, com deduções de Imposto de Renda, de despesas, saúde, educação, que, na verdade, representam um alívio muito pequeno da carga tributária.

E aqui nós temos um reajuste que, claro, favorece, mas muito distante da promessa que foi feita pelo atual Presidente da República durante a campanha presidencial. Ele falou categoricamente que a faixa de isenção seria de R$5 mil, e, aqui, a faixa de isenção que a gente tem no projeto é de R$2.259.

E veja, Senador Oriovisto: entre quem ganha R$3.751, R$4.664, que não é nenhuma fortuna, a carga tributária é de 22%. Então, nós estamos aqui a uma distância de alguém que prometeu, na campanha presidencial, zero isenção para essa faixa, e estamos aqui cobrando 22% sobre esse trabalhador brasileiro que tem rendimentos modestos.

Também aqui, concordo, nós temos que nos preocupar com a responsabilidade fiscal, mas, então, que não venha com falsas promessas para ganhar uma eleição com base numa promessa que sabe que não vai cumprir.

Eu duvido, Senador Oriovisto, que vai chegar lá, em 2026, e essa promessa vai ser cumprida. Não vai ser cumprida. Então, que o Governo Federal pelo menos admita que enganou a população brasileira, que mentiu para ganhar as eleições e que aquilo que prometeu não é verdadeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é claro que vou acompanhar e aqui observo que o Relator, o Senador não tem nenhuma responsabilidade em relação à promessa que foi feita pelo Presidente Lula; ele faz aqui seu trabalho. A crítica não é dirigida a V. Exa., mas é uma promessa que nós temos que apontar aqui, que é uma promessa falsa.

E é engraçado: a gente vê toda essa preocupação com as *fake news*, com as notícias falsas, com a desinformação, e aqui a gente tem um carimbo sendo colocado na campanha presidencial de quem ganhou de que foi uma promessa falsa à população brasileira.

Mas eu vou acompanhar, vou votar a favor do projeto, porque, ainda que ele não cumpra a promessa, representa um alívio pequeno, sim, mas um alívio na carga tributária da população brasileira. E aqui faço meus elogios ao projeto e ao próprio Relator nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Esperidião Amin, com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu acho que é pedagógico que fique aqui escrito que nós votaremos a favor, para ouvirmos aqui o voto proferido pelo Relator e Líder do Governo no Parlamento brasileiro, mas isso é mais uma lição para nós todos, que militamos na política.

Quando o Senador Randolfe quiser justificar essa impossibilidade de atender ao prometido, eu sugiro que S. Exa., que é um estudioso de promessas e cumprimentos, recorra ao grande comunicador Ronald Reagan. Como todos sabem, o Ronald Reagan encantava a plateia, inclusive via televisão, cinema. Ele tinha afirmado, naquele episódio, o Irã-Contras – e o dinheiro fez um malabarismo –, que isso não ocorrera – não ocorrera. Deu a palavra dele. Diante dos fatos, ele disse: "Espiritualmente, era isso que eu queria ter feito, mas os fatos, infelizmente, me removem para uma outra posição. Eu fui esmagado pelos fatos".

Nesse caso, desta vez passa, mas, como V. Exa. tem longa vida proposta para ser Líder do Governo e, em outros pontos do Governo, alcançar, na próxima nós seremos menos lenientes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaime, com a palavra, Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, a Senadora Damares.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui todos os Senadores e Senadoras e dizer para você, Relator Randolfe, o seguinte: eu sou favorável ao projeto, mas não só de dois salários mínimos. Eu seria favorável, eu sei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria dos funcionários meus estão na casa entre R$1,8 mil a R$6 mil. Então, eu sei o quanto seria importante para essas pessoas que ganham R$4,5, R$5 mil... O que só dá para comprar, Presidente, é uma passagem aérea de ida e volta se for com um pouco de antecedência – se comprar em cima da hora, não dá conta. Então, aonde nós vamos chegar?

Houve uma promessa de que nós teríamos essa isenção de até R$5 mil. Eu sou favorável a dois salários mínimos para chegar a R$5 mil – e R$5 mil daria hoje 3,5 salários mínimos aproximadamente.

Nós precisamos – o Brasil – ter vergonha na cara. O país precisa de uma reforma administrativa. Se nós não fizermos uma reforma administrativa no país... Eu venho falando isso desde quando cheguei aqui no Senado da República, como também que não concordo com aumentarmos mais, de 27,5% para 35%, como eu ouço falar aí, porque daí nós vamos diminuir mais uma vez a geração de emprego e renda neste país.

E digo mais a vocês: no Brasil, nós estamos entrando num colapso. Não vai haver greve no segundo semestre, não é greve o que vai acontecer; o país vai parar, eu falo para vocês.

Eu sou do setor produtivo, tenho andado o Brasil inteiro, e não é só o agronegócio que está de joelhos; é o setor produtivo inteiro, é a indústria, é o comércio. Ninguém aguenta mais a carga tributária neste país. E aí você...

Hoje, eu falo aos senhores, eu até iria falar em Plenário isso...

Tenho 63 anos de idade, Presidente, trabalhei demais na vida. Fui motorista de caminhão, fui tudo que vocês imaginarem na vida. Cheguei ao Senado numa única eleição. Não vim aqui... Eu vim aqui para ajudar realmente, definitivamente, as pessoas mais carentes do nosso país, as pessoas que mais trabalham, que geram riquezas neste país, porque nós, empresários, dependemos dos nossos funcionários para alavancarmos, irmos à frente, gerarmos riqueza para este país, mas todo mundo está de joelho neste país, está todo mundo de joelho. Eu não sei a que ponto nós vamos chegar.

O país para no segundo semestre, o país vai parar realmente, porque ninguém está dando mais conta de nada.

Olha, só para terminar minhas palavras: eu estive num restaurante em Porto Velho, na capital. Vocês sabem o que...

Senador Randolfe, a pessoa tinha oito funcionários. Ele chegou e falou para mim: "Ó, não há nenhum registrado aqui, nenhum registrado. Cupom fiscal não existe mais. Só estou legalizado para poder trabalhar aqui dentro. A questão sanitária... Está tudo certo". E ele disse: "Mas não estou pagando".

Ninguém aguenta mais. E até a desoneração da folha foi jogada para fora. Não houve avanço da desoneração da folha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto a favor do projeto.

Digo para vocês que fico triste em saber que houve uma promessa de R$5 mil, e não está sendo cumprida.

Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Presidente, votar a favor desse projeto é mandar um sinal – quero até que os meus colegas aqui da Oposição repensem –, é mandar um sinal dizendo: "Governo, pode continuar descumprindo suas promessas de campanha!". É a gente, inclusive, trair os eleitores deste Governo.

E aqui eu fico muito preocupada com o meu colega Randolfe.

As pessoas perguntam: "Por que você gosta tanto do Randolfe?".

Gosto demais dele, e ele sabe disso. É um Senador, a gente tem posições diferentes, políticas, mas eu gosto muito dele e o respeito demais, e estou preocupada com ele hoje. Ele deve estar extremamente constrangido em apresentar esse relatório.

Senador Randolfe, vem para o nosso lado, vem. Acho que está na hora de o senhor abandonar este Governo. O senhor é bom demais para ficar defendendo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sedução ao ouvido.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma sedução mesmo, porque conheço o coração dele, conheço o coração do Senador Randolfe.

Nós estamos diante aqui, realmente, de uma traição à população brasileira.

O nosso povo esperou essa isenção. O nosso povo esperou. E eu estou apresentando duas emendas, dá tempo ainda, estamos na fase de execução, e trago também para discussão os pensionistas e aposentados.

Chega, gente! O nosso povo não aguenta mais. E eu não vou votar a favor desse projeto.

Até respeito os meus colegas da oposição, mas votar a favor é dizer: "Continue descumprindo promessa, Governo, porque nós estamos aqui para ajudar vocês a descumprirem promessa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Presidente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não vou fazer isso.

O meu voto é "não".

E vou pedir ao Senador Randolfe: Senador Randolfe, repense o seu voto. O povo brasileiro está assistindo a esta sessão e está todo mundo muito preocupado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto.

Nosso Relator falará depois para todos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Só para complementar o que diz a Senadora Damares.

Senadora, eu tenho mania de fazer conta. Eu dei aula de Matemática por muitos anos. Se você pegar uma alíquota de 27,5%, que é o que se aplica a quem ganha mais de R$4,6 mil, e aplicar isso sobre os 365 dias do ano, você chega à conclusão muito clara que, só para pagar o Imposto de Renda, você tem que trabalhar cem dias, arredondando as contas. Cem dias. São 3,3 meses só para pagar o Imposto de Renda! Agora, você vai pagar outros impostos indiretos, no consumo e outras coisas mais.

Então, o PT, que gosta tanto de comparar a questão do trabalho, da mais-valia, essa coisa toda... Converta em dias de trabalho essa alíquota! Cem dias por ano, de quem ganha mais de R$4,6 mil, só para pagar o Imposto de Renda.

É só mais uma conta que eu quero deixar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Querido colega, Senador Oriovisto, eu não sou matemático. Não tenho a vossa competência. Eu sou historiador. Então vamos à história.

Minha querida colega, Senadora Damares, sabe quando foi a primeira vez, no Século XXI, neste século que a gente está, que teve correção da tabela do Imposto de Renda?

Senador Otto, foi em 2004. O Presidente da República era Luiz Inácio Lula da Silva. Até então não tinha tido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2004, teve a primeira correção da tabela de Imposto de Renda para os trabalhadores que ganham salário mínimo – são 8 milhões de trabalhadores. Respeito, obviamente, os colegas da oposição; votar contra é um direito que assiste a todos os colegas aqui neste plenário. Vamos votar, quem votar contra é votar contra 8 milhões de trabalhadores, mas tudo bem.

Então, a primeira vez que teve correção da tabela de Imposto de Renda foi em 2004, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde 2004, Senador Jaime, todo ano passou a ter correção da tabela de Imposto de Renda. Sabe quando parou de ter correção da tabela de Imposto de Renda, Senador Jaime? A última correção da tabela de Imposto de Renda foi em 2015, na prática, no último ano do Governo da Presidente Dilma, porque, em 2016, ela foi impitimada.

Em 2016, assumiu o Presidente Temer. Sabe qual foi a correção da tabela de Imposto de Renda do Presidente Temer? Foi zero.

Em 2018, foi eleito o Presidente Bolsonaro. Realmente, Senador Oriovisto, tem esse problema de prometer, não é? Matéria do UOL, dia 10 de agosto de 2022: "Plano de Bolsonaro promete de novo subir isenção do IR a 5 salários mínimos". Aqui no UOL. Vamos lá. Plano de... Bora repetir em alto e bom som para todo mundo ouvir – o Senador Moro deve lembrar, inclusive esteve no último Governo –: plano de Bolsonaro prometia cinco, está aqui a matéria, prometia a cinco salários mínimos de correção. O Presidente Bolsonaro foi eleito. E não houve tentativa de golpe para impedir a posse dele, não. Primeiro de janeiro de dois mil... Aliás, o derrotado, no dia seguinte, reconheceu o resultado da eleição. No dia seguinte, de imediato, 1º de janeiro de 2019, ele tomou posse. Sabe de 2019 para 2022 quantas vezes a tabela de Imposto de Renda foi corrigida? Zero. Não teve uma correção para os trabalhadores. Aí, sabe quando voltou a fazer correção da tabela de Imposto de Renda? Ano passado, Medida Provisória 1.171. Quem era o Presidente, ano passado? Mesmo com tentativa de golpe, o Presidente foi Luiz Inácio Lula da Silva. Primeira correção de tabela: passava de 1.903 para 2.112. Aí agora, segunda correção, por medida provisória e agora por projeto de lei: passava de 2.112 pra 2.259. No século XXI, teve correção de tabela de Imposto de Renda nos Governos Lula e Dilma – de 2004 a 2015 –; parou de ter correção nos Governos Temer e Bolsonaro, mesmo com a promessa de campanha. Voltou a ter correção agora no Governo de Lula.

Não sou bom de matemática, não é meu forte matemática, mas eu gosto de história e, como diz o poeta Chico Buarque: "A História é um carro alegre. Cheio de um povo contente. Que atropela indiferente. Todo aquele que a negue".

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Permita-me um complemento só, Senador?

Olha, que bom que só é bom de história, porque isso deixa claro que o nosso leviatã, o nosso Estado, é perdulário, seja de direita, seja de esquerda. É por isso que eu sou um Senador independente, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso que eu não me apaixono por pessoas e não acredito em salvadores da pátria. O que há é uma realidade cruel de uma máquina estatal, seja de direita, seja de esquerda, que consome os dias de trabalho do trabalhador brasileiro.

Que o seu Governo, o qual o senhor representa, tenha feito alguma coisa é louvável, eu aplaudo, mas é óbvio, é muito pouco, porque é sempre a solução pelo lado da receita.

Vem aí a reforma tributária. Ninguém se engane: eu digo vem aí, porque nós aprovamos as linhas gerais no ano passado; agora vem a regulamentação, agora que nós vamos entender, de fato, o que é essa reforma tributária. Eu quero lembrar que eu votei contra no ano passado e que vou me opor neste ano duramente, quando as coisas ficarem mais claras na regulamentação.

Sempre, sejam governos de direita, sejam governos de esquerda, desde o Fernando Henrique, podemos ir mais longe na história, a solução do Estado brasileiro é aumentar a carga tributária sobre o cidadão – sempre. E isso não faz os governos de esquerda melhores que os de direita, porque nos de esquerda também a carga tributária, de um modo geral, só fez aumentar. Com uma ou outra colher de chá para os mais pobres concordo, e o seu Governo merece palmas por isso, mas não é só essa questão. Quem ganha R$4,6 mil está longe de ser rico – está longe de ser rico. Estamos aumentando a carga tributária deles de novo – estamos aumentando, o senhor sabe disso.

Então, o problema não é se o governo é de direita ou se o governo é de esquerda. O problema é a estrutura do Estado brasileiro, que parasita a cidadania, e nós estamos condenados a crescimentos medíocres, porque se tenta de tudo, menos diminuir os gastos, menos ter superávit primário; só se pensa em déficit, só se professa essa ideologia estúpida de que o Estado é a grande locomotiva e de que ele que é responsável por todos os investimentos, e o Brasil patina há décadas num crescimento medíocre, e em insegurança jurídica, e em tudo mais que decorre dessa política econômica.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Randolfe Rodrigues, Relator do item nº 1, enquanto discutimos, chegaram mais duas emendas, emendas da Senadora Damares: as Emendas 16 e 17.

V. Exa. está com a palavra, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Presidente, com enorme respeito e carinho pela minha colega Senadora Damares, mas, pelas mesmas razões já expostas em relação às emendas anteriores e por o PL se destinar, sobretudo, à política de valorização do salário mínimo, é que, com dor no coração, Senadora Damares, e com a máxima vênia e respeito, rejeito a Emenda 16 e a Emenda 17, da ilustre colega Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Randolfe, V. Exa. rejeita as duas emendas.

Não havendo mais quem queira...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Sergio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Rapidamente, aqui também, 30 segundos.

Assim, se Bolsonaro tivesse sido eleito Presidente, ele estaria também sendo cobrado por essa promessa, Senador Randolfe.

Eu fui, de fato, Ministro da Justiça do Governo anterior, mas deixei o Governo há um ano e meio. O que se trata aqui não é cobrar um governo passado; o que se trata aqui – e nós estamos fazendo oposição – é cobrar o Governo atual, que tem a caneta na mão e tem condições de cumprir as promessas que fez na campanha eleitoral.

Então, não adianta dizer: "Ah, não cumpri a promessa, mas o outro lá atrás não cumpriu". Não, o povo brasileiro o que quer? Ele quer resultado. Ele não quer pagar uma alíquota, quem ganha quatro mil e pouco, pagar uma alíquota de 27,5% de Imposto de Renda. Isso é um assalto ao bolso do brasileiro.

A gente sabe que existe uma questão fiscal, sim, mas também vamos dizer que este Governo não faz nada para cortar despesa. O que a gente tem visto é um aumento tributário, como plano de Governo. E vai chegando num impasse em que o brasileiro comum, o empresário, o trabalhador não tem mais condições de pagar imposto. Então, assim, não adianta justificar o não cumprimento da promessa do Presidente Lula, que disse que ia isentar até R$5 mil o Imposto de Renda, jogando nas costas do Governo anterior. O Governo anterior perdeu a eleição e nós vamos cobrar do Governo atual.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para discutir a matéria, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Vanderlan. Bom dia aos Senadores e Senadoras presentes.

Ao que nós estamos assistindo com esse relatório, naturalmente com todo o respeito que tenho ao Senador Randolfe, à posição dele em defender aqui o Governo, é a uma posição insustentável, porque nós estamos penalizando os trabalhadores. Nós não estamos isentando os trabalhadores em praticamente nada. Pelo contrário, nós estamos piorando, Senador Otto, a questão da arrecadação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da maneira como está sendo colocado, Senador Randolfe, nós vamos incentivar aquilo com que no Brasil nós lutamos anos e anos para tentar acabar que é a informalidade, porque a quem ganha R$4,5 mil, ao ser penalizado com essa alíquota do Imposto de Renda, é muito mais vantagem para ele, trabalhador hoje médio no Brasil, passar a ganhar menos na carteira de trabalho e receber o restante por fora num acordo. Ou mesmo até se tornar uma pessoa jurídica, uma MEI, como o próprio Governo foi contra, e do que eu sou plenamente a favor. Acho que as pessoas têm o direito de escolher a forma de contrato de trabalho que elas têm. Então isso penaliza muito mais.

Nós fizemos um levantamento aqui, na minha emenda, para a qual eu peço mais uma vez avaliação, e nós conseguimos isentar de verdade e aliviar um pouco para 100 milhões de trabalhadores, porque a média brasileira é de R$1,8 mil – e os senhores sabem disso. É a maioria. Mas nós não temos também na grade trabalhadora, na pirâmide dos salários do Brasil, um número muito maior de pessoas que ganhem R$3,5 mil ou que suba acima de R$3,5 mil. Pelo contrário, nós temos um número muito grande de pessoas de ensino médio e até de nível superior, como advogados... Advogados todos têm a sua média inicial muitas vezes em R$3,5 mil de salário. Essa pessoa vai ser penalizada com uma alíquota de Imposto de Renda muito maior. E nós não estamos falando ainda, Senador Bagattoli, Senador Amin e Senador Bolsonaro, do INSS, porque aquele que ganha acima de R$4,5 mil vai continuar pagando INSS praticamente no teto, vai ter um aumento maior do Imposto de Renda e vai ter muito menos renda para poder gastar. Nós vamos diminuir a capacidade de compra dos trabalhadores.

Então, nesse ponto, o relatório, como está apresentado, não cumpre em nada... E aqui eu não quero entrar em promessa do Presidente ou não, porque essa é uma questão dele lá ou de outro Presidente. E a minha preocupação é o futuro. Atende somente a 8 milhões de trabalhadores brasileiros, da forma como o relatório está. Oito milhões. E o que são 8 milhões numa massa salarial de quase 80, que nós temos no Brasil? Não é nada! Isso aí, sabe, é uma fórmula – disse bem aqui um Senador, que não me lembro bem – de gastar. É uma maneira de arrecadar em cima de quem trabalha para poder gastar no ano que vem.

E ainda vem depois a reforma tributária querendo passar de 27,5% para 31,5% o Imposto de Renda, sem nenhuma contrapartida. Qual é a contrapartida que o Brasil tem dado nessa questão de aumentar imposto em cima das pessoas? Nenhuma. Qual é, Senador Oriovisto? Qual é a contrapartida que nós temos para aumentar o Imposto de Renda dos trabalhadores? Nenhuma, no Brasil.

Portanto, da maneira como está colocado aqui, é deixar muito claro a todos os Senadores... Nós vamos para o Plenário e nós vamos denunciar isso no Plenário, para que o país inteiro saiba: da forma como o Governo está colocando, não está atendendo ao que foi dito, pelo menos no que eu entendi; está prejudicando a maior parte dos trabalhadores brasileiros, especialmente aqueles que têm ensino médio e ensino superior.

Vamos colocar isto claramente aqui: uma pessoa que sai hoje de uma universidade no Brasil, a média salarial dela é de R$3,5 mil, quatro mil e pouco, ele vai ser muito mais penalizado do que o outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos incentivando a informalidade, Senador Randolfe. Vai ser melhor o sujeito ter uma carteira de trabalho com R$3 mil para pagar menos imposto, e o resto ele recebe por fora. Infelizmente, é a realidade, como nos está sendo colocado aqui.

Nós vamos para o destaque dessa emenda e podemos até perder, porque a base pode entender... Mas nós vamos denunciar isso. Os trabalhadores, em sua maioria, estão sendo prejudicados pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Flávio Bolsonaro, com a palavra, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, bom dia a todos.

Na mesma linha do Senador Carlos Viana, a gente da oposição quer ajudar o Governo a fazer justiça com os trabalhadores, e o Governo contra. Parece que o "Ministro Taxade" olha sempre para o contribuinte e enxerga um cifrão, Senador Carlos Viana, porque nada sensibiliza esse Governo de reduzir carga tributária, de permitir que esses recursos realmente façam justiça, cheguem até o trabalhador, para que ele possa escolher o que ele faz com o dinheiro dele. E foi promessa de campanha, sim, de Bolsonaro, foi promessa de campanha, sim, de Lula.

E quando comparam os Governos, Senador Vanderlan, você vê, até com a pandemia no meio, maior crise de saúde a que nós em vida já assistimos, que já presenciamos, ainda assim o Governo Bolsonaro se sai melhor no tocante às contas públicas, redução de gastos públicos, redução de impostos, aumento de arrecadação – mesmo assim.

Então, é óbvio – é óbvio – que nós aqui na CAE temos obrigação... Até para que o Presidente Lula não caia em mais um estelionato eleitoral, porque promete uma coisa e depois inventa uma desculpa para não cumprir, porque falta dinheiro para reajustar a tabela do Imposto de Renda, mas sobra dinheiro para um monte de gastança de vários ministérios, muito mais com fim político, com fim eleitoral, do que de verdade para resolver os problemas daqueles que precisam no Brasil.

Então, Presidente, há pedido de destaque nessas emendas já, ou não? Porque senão eu gostaria de pedir vista para poder fazer uma análise melhor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Primeiro, o pedido de destaque do Senador Carlos Viana, que ele fez. Permanece com o seu pedido de destaque?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, de qualquer forma, eu queria fazer esse pedido de vista para poder analisar que outras emendas nós podemos destacar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, Senador Carlos Viana, para que possamos inclusive nos mobilizar para vir aqui nessa Comissão e votar para aprovar essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador, eu queria aqui só fazer uma ponderação a V. Exas., pelas falas que eu ouvi aqui, Senador Sergio Moro, Senador Oriovisto, Senador Amin. Embora reconheça que não é o valor que foi falado durante a campanha, mas melhora para o trabalhador esse percentual de seis e alguma coisa por cento, não é isso, Senador?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Quase 7%, 6,97%.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, o que eu ouvi aqui, Senador Flávio Bolsonaro, é que muitos dos Senadores de oposição, embora o criticaram, que foi R$5 mil, concordaram em votar, porque era um avanço, embora pequeno, mas era um avanço.

Então, eu gostaria aqui, Senador Carlos Viana, Senador Flávio, de nós podermos votar este projeto, mesmo com esse percentual, e, em outro projeto, em outra discussão, procurarmos aumentar esse valor e atingir, como o Senador Carlos Viana quer que se atinja isso, se eu não me engano, 80 milhões, 100 milhões de trabalhadores.

Então, era só uma sugestão desta Presidência para ver se a gente pode votar esse projeto, já que eu entendi aqui muito bem que muitos da oposição queriam R$5 mil, mas não é possível, mas iam votar favorável ao projeto.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Só uma pergunta, Senador Carlos Viana...

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... a sua intenção é pedir destaque nesta Comissão ou no Plenário?

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Bom, vamos começar por aqui, começar por aqui, e vamos para o Plenário também. Tem 30 anos que nós estamos discutindo a correção da tabela do Imposto de Renda, para, três décadas depois, a gente piorar?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Mas a minha pergunta, Senador Carlos Viana...

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Pois não, Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... é: se por acaso essa sua emenda for derrotada aqui na Comissão, ainda assim ela pode ser reapresentada no Plenário?

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Pode, pode, perfeitamente, perfeitamente.

Obrigado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu queria fazer esse apelo a V. Exa., porque é uma matéria importantíssima, mexe com milhões de trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não, é um direito de qualquer Senador pedido de destaque. Eu só fiz uma ponderação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho... A minha vontade é mobilizar para exatamente nós podermos fazer um quórum suficiente, Senador Carlos Viana, para ter uma chance de aprovar essa emenda.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O pedido de V. Exa. é pedido de vista?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Antes do julgamento aqui da decisão, qual é a minha emenda? O que que eu propus aqui? Até R$4.236, isento – quatro mil... Com isso, nós vamos pegar 80% dos trabalhadores. Já foi discutido, mas vou refazer aqui, Senador Randolfe Rodrigues. Até R$4.236, isento do imposto de... Aí, sim, a gente começa a melhorar. De R$4.236 a R$4.950, 7,5%; de R$4.950 a R$7 mil, 15%; aí vai R$14.250, 22%; e, acima de R$14 mil, 27,5%, da forma como está sendo colocado. Aí nós vamos realmente fazer uma reforma para melhorar a vida de quem ganha menos no Brasil, mas, da forma como está, a gente está é penalizando mais.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, vamos... só para tentar também atender a V. Exa., já que eu estava achando que não poderia votar esse destaque hoje do Senador Carlos Viana na Comissão. Já que ele está falando que é possível, então eu retiro o meu pedido de vista, a gente faz a votação desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

Em votação o requerimento de destaque do Senador Carlos Viana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, eu acho que a ordem... Não seria primeiro o projeto, sem prejuízo dos destaques, para depois votarmos os destaques?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está votando só o requerimento de destaque, Senador, ao projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Ah, tá, o requerimento para admissibilidade do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Do destaque.

Em votação o requerimento de destaque do Senador Carlos Viana.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram; os que não concordam levantem a mão. (*Pausa.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aprovado o requerimento.

Senador Oriovisto Guimarães, o senhor quer usar a palavra?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Eu queria só, ainda com mania de fazer conta, Carlos Viana, mostrar o seguinte: a sua proposta é isentar até 4 mil...

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Duzentos e trinta e seis reais.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Pois é. Isso vai dar um impacto na arrecadação do Governo superior a R$50 bilhões.

Eu só queria deixar claro isto: R$50 bilhões. Se ele aguenta...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois é, Senador Oriovisto, mas o Governo já conseguiu a gente taxar o *offshore*. Então tem recurso a mais no orçamento. O Governo já taxou outros fundos de investimento que antes não tinha. Agora está todo mundo com 28%. Tem mais recurso também: *royalty* de petróleo... Agora, nós estamos falando em R$50 bilhões em cima de quem ganha... a grande massa salarial brasileira. Eu não vou dizer que isso não é um dinheiro justo, porque não seria a palavra correta, mas é um dinheiro que, nas mãos dessas famílias trabalhadoras, seria muito melhor na questão do gasto de vida, do consumo deles e para a economia brasileira.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Eu concordo 100% com os seus argumentos. Eu acho que, em termos de justiça social, o senhor está coberto de razão. É muito justo isso. A minha única preocupação é que de algum lugar o Governo vai ter que tirar esses 50 bilhões. Só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que pode complicar mais ainda a nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Presidente, se o senhor me permite, primeiro o seguinte, Senador Carlos Viana: qualquer projeto que V. Exa. quiser apresentar, com a devida fonte de compensação, tem, da minha parte e da parte do Governo, total apoio. Primeiramente, quero destacar isso.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – A conta exata é de 59 bilhões de impacto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Obrigado, Senador Oriovisto.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz concretamente o seguinte: "A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício da natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que deva iniciar sua vigência [...]".

Repito o que já disse anteriormente, Senador Carlos Viana: essa correção é a segunda do Governo do Presidente Lula, é uma correção que não existe desde 2015. Desde 2015 não tem correção da tabela do Imposto de Renda. Só ocorreu correção da tabela do Imposto de Renda entre 2004 e 2015, dos Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma; de 2015 para cá não ocorreu.

Nós estamos dando continuidade a um processo que pretende chegar ao horizonte que o senhor está propondo, mas, dentro da realidade das contas públicas e dentro de uma realidade também que é há de se destacar... O Governo editou uma medida provisória sobre o Perse, que representa para a União hoje R$30 bilhões, o Congresso tomou a medida e tem tomado medida de resistência à fonte desses recursos que serviriam para a correção da tabela do Imposto de Renda. Se tivermos uma fonte concreta para darmos – inclusive agradecemos – continuadamente sequência a esse processo, nós estamos de pleno acordo.

Convenhamos, os *royalties* do petróleo não são a fonte para isso. Os *royalties* do petróleo, segundo lei que este Congresso aprovou – o senhor não estava aqui, mas foi aprovado aqui em 2014 –, são destinados à educação, são destinados prioritariamente à educação.

Então, nós estamos dando início, desde o ano passado com o Governo do Presidente Lula, a um processo de correção continuada da tabela do Imposto de Renda, que pretende chegar aonde o senhor disse, dentro da realidade das contas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor apresenta um projeto para já dar o pulo, conforme propõe, inclusive com a devida fonte de compensação, tem totalmente nosso apoio.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Senador, no orçamento... Eu sou o Segundo-Vice-Presidente da Comissão de Orçamento deste Congresso. Nós estamos falando de um Orçamento de mais de 3 trilhões num PIB, e aqui, uma renúncia de 50 bilhões para a maior parte dos trabalhadores brasileiros.

Primeiro, é plenamente justificável; segundo, nós temos várias formas de tirar esse dinheiro, o fundo, por exemplo, da compensação do Simples. O Governo tem o dinheiro lá. Esse dinheiro no mercado, Senador Randolfe, vai fazer com que a economia gire muito mais rápido e a arrecadação do Governo aumente muito mais. O Senador Oriovisto sabe o que é isso: quanto mais impostos você aumenta, menos capacidade você dá à economia de crescer. E nós não estamos falando em dar, que poderia falar assim: "Ah, está dando dinheiro para empresário, está dando dinheiro para isso, aquilo outro...". Não, nós estamos dando dinheiro para 100 milhões de trabalhadores, são trabalhadores, gente que tem carteira assinada no Brasil e que vai poder consumir mais, Senador, vai poder consumir de tudo.

Então, se a gente pode agora dar um passo efetivamente melhor, vamos dar esse passo. Eu, sinceramente, no tamanho que da economia brasileira, a gente falar em 50 bilhões, isso não é nada para nós. Existem muitas outras despesas que vêm por aí que a gente pode tentar cortar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Só que desses 50 bilhões, 30 são do Perse.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Que tal se a gente rediscutisse isso? Pedisse vista do Senador Bolsonaro. Aqui vamos discutir. O fundo nacional... Vamos buscar o fundo do Simples. Tem dinheiro, é uma questão apenas de o Governo pensar realmente naquele que tem carteira assinada no Brasil. Porque nós vamos penalizar o trabalhador. Gente, isso aí é difícil. Estou colocando aqui com clareza: se a gente tem que dar um passo, vamos dar um passo bom. Porque não adianta nada a gente aqui dar um passo e retroceder em cima daqueles que ganham menos no Brasil.

Tem situações aqui no Congresso em que muitas vezes a gente vota, olha as despesas e fala: "Vamos em frente". Agora, quando é para o trabalhador de carteira assinada, a gente fica aqui: "Não, tem que fazer conta, 50 bilhões". Está errado isso. Está errado isso, é gente que nos sustenta, é gente que nos sustenta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Quero só dizer que no mérito estamos de acordo e queremos chegar nesse horizonte aí.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Vamos buscar o fundo, vamos buscar o fundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Estamos começando a corrigir agora, segundo ano de correção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Vamos buscar o fundo, Senador Randolfe, para poder corrigir essa tabela da forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

Em votação o relatório apresentado, destacada a Emenda nº 15, apresentada pelo Senador Carlos Viana.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadores que não concordam com o relatório levantem a mão e o restante permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Nós estamos votando o relatório, ressalvada a Emenda nº 15...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que foi apresentada pelo Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... que foi apresentada pelo Senador Carlos Viana.

Então, os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. Os que não concordam levantem a mão, por favor. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado.

Em votação a Emenda nº 15, destacada pelo requerimento do Senador Carlos Viana.

Os Senadores que concordam com a emenda permaneçam como se encontram. Quem não concorda levanta a mão, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Verificação, Presidente. Verificação, verificação do painel. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Precisa de três apoiamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Senador Weverton, Senador Otto, Senadora Teresa. Então, Teresa, Weverton e Otto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A votação será nominal. (*Pausa.*)

Já, já, poderá votar, mas espere só um pouquinho. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já liberou? Está o.k.? (*Pausa.*)

Não, não liberou, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A pergunta, para instrução de V. Exa.: quem vota "sim" vota com a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vota com a emenda. Quem vota "não" vota contrário à emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Quem vota "não" vota com o Relator. Quem vota "sim" vota favorável à emenda do nobre colega Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – A orientação do Governo é voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.? (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa.

É claro que os argumentos do nobre Senador Carlos Viana são argumentos que poderão ser atendidos progressivamente – imediatamente creio que não, mas é uma coisa que, futuramente, a depender do andamento da economia, de como vai andar a economia, pode vir a acontecer.

Agora, realmente é uma renúncia muito grande, como falou o Senador Oriovisto: R$50 bilhões dentro do Orçamento, um orçamento apertado, que busca, sem dúvida nenhuma, um déficit zero, e isso é muito difícil. A meta está com dificuldade de se resolver agora, com projeções ainda mais frágeis para 2025. Portanto – eu tenho muita dificuldade de discordar do Senador Carlos Viana, pelo apreço, pelo respeito, pelo compromisso que ele tem com o seu estado, com o Brasil e com o Senado Federal –, discordo por isso. Acho que isso pode ser analisado *a posteriori*. E podemos aproveitar, inclusive, essa sua consideração, essa sua iniciativa, para um momento em que o país tiver uma solução melhor na economia, o que não acontece agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. realmente falou que nós, ano passado, aprovamos aqui cinco matérias de cobrança de imposto. Dificilmente o Congresso aprova cobrança de imposto, mas aprovamos, ano passado, cinco matérias que eram para aumentar a arrecadação do Governo. Mas, mesmo assim, tem dificuldades para se atingir uma meta fiscal em que a compatibilização de receita e despesa seja igual.

Portanto, eu acho que não é próprio agora se votar a emenda de V. Exa., embora tenha mérito nisso, por isso eu encaminhei e encaminho o voto contrário ao destaque de V. Exa., o voto "não". E peço aos Senadores e Senadoras do PSD que possam me acompanhar nessa votação, desagradando lamentavelmente a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já podem votar.

Senador Amin, já pode votar.

Lembro: quem vota "sim" vota a favor da emenda. E quem vota "não", contrário à emenda.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, só para encaminhar pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela Liderança.) – Eu acho louvável a proposta do Senador Carlos Viana no sentido de que é um ponto a se chegar; mas a gente vive falando em responsabilidade fiscal.

O 2,8 que foi colocado, R$2,8 mil, que eu concordo que não é um número significativo, porque quem ganha R$2,8 mil não é nenhum rico, só que tudo precisa apontar de onde é que eu vou tirar para fazer essa compensação... O custo disso a seguir, na hora em que a gente desbalanceia o fiscal, todos nós sabemos qual é: é juros subindo, é inflação subindo.

Então, é preciso que a Casa entenda que...

Eu insisto, Senador Carlos Viana, que eu não estou discordando do objetivo, mas é que nós estamos dando um passo, não conseguimos dar os passos todos. Não sei se houve correção da tabela... Há quanto tempo não há correção da tabela?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – De 2016 a 2022, não houve nenhuma correção da tabela. Então, nós já fizemos duas correções, reconhecendo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem vive de salário... Na verdade, não deveria nem ser considerado renda no Brasil, mas no Brasil o fruto do salário que é do trabalho, aliás, é considerado renda.

Então, eu queria pedir vênia a todos os colegas. Evidentemente que o encaminhamento do Governo é pelo projeto original, conforme o Relator, então seria o voto "não", é isso? É o voto "não", pedindo vênia, particularmente, ao Senador Carlos Viana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Com a palavra a Senadora Zenaide, em seguida o Senador Ciro.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator vota "não", quem vota com a emenda do Senador Carlos Viana, "sim".

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, colegas Senadores, eu acho, por exemplo, que ninguém defende mais, Carlos, essa tabela progressiva do que eu. Eu acho que, em todas as minhas falas, eu mostro que a gente deveria não... Não é justo dessa maneira, mas a gente sabe que não é tão simples. Então, a gente começar pelo menos com dois salários mínimos eu acho importante. E a garantia é que a gente, no continuar, vai ficar cobrando a mais, porque a gente sabe que é necessária a progressão, mas a gente sabe que tem que começar. Nós passamos uns tempos sem fazer nenhuma progressão e agora estamos começando com dois.

É esse apelo aqui, mesmo sabendo que, para mim, eu acho que ninguém fala mais aqui de tabela progressiva para Imposto de Renda, para quem já desconta em folha, e a gente sabe disso... Mas começar com dois... Vamos começar com dois, porque com cinco a gente não vai conseguir, e a gente garante que vai ficar nessa luta, porque é justíssima.

Eu sei disso, aí eu voto "não", com o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Dá licença, Senador Vanderlan...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Ciro, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Presidente, o Progressistas, em nome aqui da Senadora Tereza, orienta o voto "sim", e quero fazer um apelo aos Senadores da base do Governo: que votem "sim". Está na hora de esta Casa parar com os discursos vazios, apenas eleitorais e ir para a prática. O que a Senadora Zenaide falou aqui: "Ah, eu sou a favor, sou a favor". Está na hora de ir para a prática e votar favoravelmente.

E eu acho que a melhor pessoa que tem que vir a público para dizer como fazer para pagar esse benefício ao trabalhador brasileiro é o Presidente Lula, que prometeu isso em campanha, ou venha a público para dizer que estava apenas tentando enganar a população do país. Essa é uma realidade que nós temos que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, aí eu sou obrigado a responder.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não, o senhor tem todo o tempo, mas, quando eu terminar, o senhor pode responder.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. está ofendendo o Presidente da República, quando V. Exa. ficou num governo que, durante quatro anos, não fez uma correção da tabela do Imposto de Renda.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Eu não prometi isso, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, se alguém está sendo, se alguém está sendo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Eu não enganei a população brasileira na campanha.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se alguém está sendo eleitoreiro aqui não foi o Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – O Presidente Lula enganou.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, ninguém enganou.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – E hoje se torna prática. Enganou.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ele também prometeu que iria aumentar o salário mínimo, e, nos dois primeiros anos, não o fez.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Ele disse que ia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, a palavra está comigo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim, mas V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadores... Senadores...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Assim que eu terminar, o senhor fala.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Jaques... Senador Ciro, conclua, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Então, acho que o Presidente Lula tem que vir a público dizer que fez aquela promessa durante a campanha para enganar a população brasileira, dentre outras promessas que ele fez e que não está cumprindo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Jaques Wagner, com a palavra, Líder.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – A promessa do Presidente Lula foi de até R$5 mil ao final de seu mandato. O governo em que V. Exa., inclusive, participou da Casa Civil, prometeu a isenção até cinco salários mínimos, e não fez nenhum centavo.

Então, é preciso dizer quem foi eleitoreiro aqui. Eu prefiro não fazer acusações, mas, como V. Exa. fez, eu sou obrigado a intervir.

A promessa, vou repetir, é de R$5 mil até o final do mandato. Não está acabado o mandato do Presidente Lula, e V. Exa. tem um Presidente que prometeu cinco salários mínimos, e não fez um centavo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, Presidente...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos já abrir a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Só para quem quiser checar, está em todos os portais de notícias de 2022, da campanha presidencial. Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Teresa, com a palavra, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Bolsonaro promete isenção até cinco salários mínimos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes de V. Exa. usar a palavra, eu consulto os Senadores e as Senadoras se já podemos abrir o painel. Já podemos abrir o painel, Senador Ciro? (*Pausa.*)

Quem falta votar? Senador Otto, já votou? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Só colocando aqui, enquanto termina, a minha emenda... Senador Otto...

A minha emenda não tem sentido nenhum de entrar entre um Presidente ou outro. A minha emenda é o pensamento de quem ganha pouco no Brasil.

Vamos raciocinar o seguinte...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estou inscrita, Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Quem se forma numa universidade hoje?

Eu vou defender a minha emenda aqui. Peço desculpas.

Quem se forma no Brasil hoje sai endividado com o Fies, na sua maioria, porque é bom, a pessoa sai. Ali, ele entra no mercado de trabalho; qual é a média salarial dele, com nível superior: R$3,5 mil. Aí, vai descontar o INSS dele, vai descontar o Imposto de Renda dele, o poder de compra dessas pessoas é muito pequeno. Ainda vai ter que pagar os financiamentos de estudo.

É isso que nós temos que pensar no Brasil hoje. E eu acho interessante que vêm determinadas categorias aqui, fazem *lobby*, a gente vota e sai despesa de 50 bilhões, 100 bilhões. Nós temos uma proposta agora aqui, do Judiciário, que aumenta em 390 bilhões o impacto para dar benefício a cada cinco anos. Está para ser votado aqui, na Casa. Aí, quando a gente fala em 50 bilhões para o trabalhador, é mais difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Teresa, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu nem ia encaminhar o voto pelo PT, porque o PT já votou. Eu sei como o PT votou: o PT seguiu a orientação da Liderança do Governo, da Liderança do Congresso.

Mas, como o PT é o partido do Presidente Lula, eu preciso dizer que o Presidente Lula vai governar por quatro anos, queiram ou não queiram os juízes. As urnas deram isso ao Presidente Lula e ao Brasil.

E 2026 é logo ali. Nós fizemos um reajuste de tabela no ano passado; estamos fazendo neste ano e vamos governar mais dois anos. Então, isso é prática; isso não é discurso, isso é prática, prática política, prática de respeito ao que foi dito nos palanques.

Por isso que o voto é "sim". É simples assim. (*Pausa.*)

É "não". Desculpe. O voto é "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Presidente, o Senador Omar está se dirigindo para cá.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci já votou? Ele pediu que aguardasse um pouco.

Já votou, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – O Senador Omar também pediu para aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Omar pediu para aguardar.

Senador Omar.

Eduardo Gomes também.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Pela liderança do PDT, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela Liderança.) – Presidente, não poderia deixar de fazer também essa referência.

Todos aqui estão na certeza da luta e também da convicção dos seus mandatos, cada um com seus pontos de vista. No final, todos querem o bem comum dos trabalhadores lá na ponta, brasileiros, e obviamente tem que se fazer justiça ao que está acontecendo nesta quadra.

O Governo está ainda em um ano e quatro meses, iniciando o quarto mês de governo. Então, com duas correções na tabela de Imposto de Renda, uma discussão aberta no debate sobre a valorização do salário mínimo como ganho real, há um debate franco sobre esse tema. Então, não se pode aqui negar a vontade do Presidente Lula de fazer com que o trabalhador lá da ponta seja mais justiçado e tenha condições reais de melhorar o seu ganho no final do mês.

Então, eu quero também encaminhar: o PDT vai votar junto com o Relator, parabenizar e também reconhecer a intenção do colega Senador Carlos Viana. Como ele, todos nós queremos encontrar soluções legislativas, políticas, que, lá na ponta, possam atender a quem mais precisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Podemos encerrar?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... eu gostaria de fazer um...

Presidente, eu gostaria de fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... breve comentário, procurando uma solução objetiva do que foi explicitado aqui.

Partamos do princípio de que há boa-fé no sentido de se chegar a R$5 mil até o final do atual mandato presidencial.

No ano passado, tivemos um reajuste porcentual que não chegou a esse valor, a esse porcentual deste ano, que é de 6,9%. Então, combinando história com número, nesta progressão, não vai chegar a R$5 mil, nesta progressão: 6% este ano, 4% o ano passado. Então, eu acho que o Governo poderia... E, aí, me dirijo ao Líder Randolfe e também ao Líder no Senado, Jaques Wagner: o Governo pode perfeitamente programar, para que nos anuênios, nos anos seguintes, nós cheguemos a este valor. Acho que é um jogo límpido, limpo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o efeito disso? Você vai colocar isso como prioridade, digamos, para este período de Governo, como uma cláusula pétrea. Os outros compromissos serão subordinados a este.

Eu acho que seria uma declaração de seriedade do Congresso, do Governo, exatamente com o assalariado, e já foi aqui bastante esclarecido: esse paga o imposto porque ele não tem alternativa. O imposto já sai antes de ele receber o salário, é retido na fonte. Portanto, é o mais certo que existe. É o devedor mais pontual que existe. Não existe maior exação.

Então, eu acho que o Governo e o Congresso inovariam se colocassem este compromisso ser limitado ao longo do período de quatro anos. Seria um jogo limpo, límpido, se o Congresso, não interessa se a Oposição ou o Governo, e ficaria estabelecida uma regra que seria, digamos, entre aspas, "pétrea", à qual se subordinariam outras prioridades. Eu acho que seria uma solução honesta, limpa e pacificadora.

E acho curioso que nós tenhamos aqui um conflito de dois califas. Quem orientou pelo Governo foi o califa Otto, e quem propôs foi o califa Carlos Viana. Califado de Damasco e Califado...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Presidente, o Senador Amin aponta o que nós estamos dizendo desde o início deste debate.

Assim, parece lugar comum que eu destaquei isso no começo, na minha exposição e na primeira argumentação, mas me parece que é necessário reiterar várias vezes: desde 2015, não tem correção da tabela do Imposto de Renda. A última vez que teve foi no Governo da Presidente Dilma. No primeiro ano, 2016, no primeiro ano do Governo de Michel Temer, não ocorreu. Embora o Presidente anterior tenha prometido cinco salários mínimos, cinco salários mínimos – não foram cinco mil, não; foram cinco salários mínimos – de tabela de correção, não o fez. Foi zero de correção, durante os quatro anos.

O que está se propondo aqui, o que o Governo do Presidente Lula começou a fazer foi iniciar o processo de recuperação do salário mínimo, com a correção da tabela do Imposto de Renda. Ele o fez no ano passado e o fez agora, pela segunda vez. É disso que se trata.

O que o Senador Amin aqui propõe é o que nós estamos dizendo.

Eu quero chegar no horizonte proposto pelo Senador Carlos Viana. Eu quero alcançar, quero chegar a esse horizonte. Mas, convenhamos, é um processo gradativo para o horizonte. É um processo que tem o debate sobre arrecadação. Eu repito que uma das fontes é o Perse. Para isso, o Congresso está num debate, com resistência, em relação ao Perse.

Então, concretamente dizendo, o nosso objetivo, o nosso horizonte é chegar até além de onde propõe o Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Mas é necessário aqui ser dito, em alto e bom som: é este Governo que está começando a fazer isso. Nós estamos no segundo ano que estamos fazendo isto: corrigindo a tabela do Imposto de Renda e valorizando o salário mínimo, que é algo que, desde 2016, não tem sido feito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Podemos encerrar? (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Só para os colegas que chegaram, a orientação do Governo...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Posso votar, Presidente?

O meu voto é "não". Meu voto é "não".

É porque deu problema na minha máquina aqui, e o rapaz foi para lá. (*Pausa.*)

Não aparece.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Petecão, pode votar de outra máquina.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já mudei três máquinas aqui.

Espere aí só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode ser até pelo celular também. (*Pausa.*)

Não mudou. Não apareceu o voto de V. Exa... (*Pausa.*)

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 12; 13, NÃO.

Aprovado o relatório, que passa a...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 17. (*Pausa.*)

O senhor tem alguma consideração, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Presidente, quero só agradecer aos colegas Senadores – eu repito, aqui –, com todas as homenagens devidas e de estima ao colega Senador Carlos Viana, porque tanto o Senador Carlos Viana quanto o Senador Esperidião Amin, quanto os colegas aqui, contribuem com o horizonte a que queremos chegar.

Nunca é demais aqui destacar que o processo de recuperação do salário mínimo começa agora, com o Governo do Presidente Lula. De correção da tabela do Imposto de Renda, essa é a segunda medida nesse sentido. Teve a MP 1.171, no ano passado, e continua agora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Nós queremos chegar a esse horizonte proposto pelo Senador Carlos Viana e certamente chegaremos, Presidente.

Pedido de urgência para ir ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência feito pelo Relator do projeto, Senador Randolfe Rodrigues.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 675, de 2019, não terminativo, que dispõe sobre a anistia aos empréstimos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fazendo soar a campainha.*) – Pessoal, nós vamos continuar com a nossa reunião deliberativa. Eu peço que façam silêncio, por favor.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 675, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a anistia aos empréstimos registrados em nome dos membros das cooperativas e associações comunitárias do município de Rosário junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil (BB), referente à primeira e a segunda etapas do Pólo de Confecções de Rosário (MA) e dá outras providências.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.

Relatoria: Senador Irajá.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, Relator *ad hoc* da matéria.

Com a palavra, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de prestar contas a V. Exa. e à Comissão da realização da audiência pública que fora solicitada pelo Senador Rogério Carvalho e à qual compareceu o representante do Ministério da Fazenda, Carlos Gadelha, para discutir o PLP 35, de nossa autoria e dos demais Senadores de Santa Catarina, que versa sobre o ressarcimento aos estados de recursos que sejam transferidos à União para a execução de obras e melhoramentos.

A audiência pública foi realizada. Eu só deploro que o que nós pedimos ao Ministério da Fazenda, através do Secretário do Tesouro, aliás, o Assessor do Secretário do Tesouro, que era um esclarecimento objetivo sobre o impacto do PLP, não foi completamente atendido, mas a diligência aconteceu, ou seja, a audiência, e eu peço que a V. Exa. inclua na pauta para apreciação na próxima reunião do Projeto de Lei Complementar 35, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O seu pedido será atendido, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

E agradeço, mais uma vez, por me ter delegado à incumbência de presidir a referida sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, Presidente, a discussão em torno do projeto de lei de autoria do Senador Weverton – é um projeto de lei complexo –, no fim, foi resolvida pelo Código Comercial, pelo Código Civil e pela interpretação do Credo cristão. Ele pedia anistia, e nós consideramos que a palavra remissão, com dois "s", é a mais cabível, que é a do Credo: remissão dos pecados. Não é a remição com "ç", que é do Código Comercial e do Código Civil. A remição com "ç" é quando você troca: em vez de pagar com cebola, paga com abacate, mas paga. É uma remição com "ç". A remissão com dois "s" é o perdão.

No caso, é uma matéria de alto sentido social, interpretada à risca a legislação, pessoas que moram em condição precária – eu não conheço –, mas, baseado em relatos fidedignos, teriam cometido o crime de não adimplir a obrigação assumida por uma cooperativa. Só que eu estou aqui lendo o relatório do Senador Irajá... O meu espírito, portanto, é de advogado, eu não sou um apaixonado pela causa, mas reconheço que, com esse ajuste, nós estamos falando a verdade: nós estamos pedindo remissão. Remissão com dois "s", claramente, não é anistia.

E a matéria ainda será apreciada, com a nossa aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na qual, eu creio, ela poderá prosperar sob a ótica da cidadania, que é a justiça real.

Quando você examina aí o esforço do Governo no Desenrola Brasil, por exemplo, tem dívida que foi abatida em 90% porque é impagável. Renegociação de dívida é isso. Como dizem os vizinhos do sul, é a raspa de tacho que fica, ou seja, é a mais difícil de ser concretizada.

De sorte que eu considero cumprida a diligência pedida na última reunião. E, se não houver nenhum protesto religioso ou filosófico do autor – ele pode não concordar com a palavra "anistia" e substituir pela palavra "remissão" –, é assim que eu ofereço a minha contribuição.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Com "ç" e, imagine, com dois "s".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Essa é uma matéria que dá muito prazer à gente votar. Eu quero parabenizar o autor pela iniciativa. Eu fico imaginando esses trabalhadores sem dormir de noite, sem expectativa nenhuma. Agora a gente vota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa matéria e dá um recado para eles: vocês não estão sozinhos. São trabalhadores que querem continuar trabalhando. Eu não sei se vocês já viram uma pessoa com um talão de luz, de conta de água – eles chamam de talão –, de água e luz, de noite, sem dormir, chorando, porque não têm como pagar. Imagine um trabalhador honesto ter seu nome nos serviços de cadastro de péssimos pagadores. Essa pessoa não dorme de noite. Essa pessoa não tem alegria.

Hoje, votando essa matéria, estamos mandando um recado para eles: continuem trabalhando. Nós estamos aqui com vocês. O Senador de vocês não se esqueceu de vocês. Parabéns. Vamos votar logo, porque a gente votou na matéria passada contra trabalhador, e a gente vai votar a favor de trabalhador.

Parabéns ao autor, ao Relator e ao Relator *ad hoc* também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares.

Senador Sergio Moro com a palavra para discutir a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente aqui, Senador, esse projeto tem uma situação peculiar, que é contada no relatório, de uma situação trágica que levou ao endividamento de pessoas de baixíssima renda lá no Maranhão que não foram os reais beneficiários do empréstimo. Nós ouvimos na sessão passada ponderações em sentido: "Olha, é complicado uma lei conceder remissão ou anistia". Mas a gente vê na prática, às vezes, o Governo – não só o Governo Federal, mas o governo estadual – dando remissão de dívida a torto e a direito até para gente que não precisa. Hoje em dia a gente está vendo-o aí, inclusive, querendo aliviar multa que foi aplicada a gente que roubou o país, a empresas que corromperam muitos, que conseguiram vários favores, que sofreram multas, que, lá no exterior, não têm essa leniência toda e, de repente, vem o Governo querer beneficiar essas pessoas.

Agora, aqui, a gente tem um projeto real que envolve uma situação concreta e que envolve pequenos devedores que precisam de fato de uma nova chance, uma segunda chance para poder continuar a vida. Não estão querendo dinheiro novo, não é receber uma benesse do Governo ou novos favores para seguir adiante, não; é apenas reparar uma situação de injustiça lá atrás.

Então, eu elogio aqui o Senador Weverton pelo projeto e adianto meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria continua em discussão.

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Primeiro, quero dar os parabéns ao Senador Weverton pela sensibilidade. Eu também trabalho muito com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as associações e cooperativas, especialmente na região do Banco do Nordeste do meu estado. Nada, nada, nós estamos falando em quase 280 municípios que estão na área do Semiárido e a gente percebe a dificuldade deles.

Vou contar aqui um exemplo muito rápido, Senador Amin. Há uma cooperativa de mulheres, a 56km do centro de Diamantina. Imagine uma comunidade garimpeira, à medida que a legislação ambiental foi proibindo o trabalho, as mulheres, então, assumiram a renda da família, como é praxe em boa parte dos lares. Elas plantam as frutas, colhem as frutas e fazem a polpa do fruto. E ganharam um contêiner de uma ONG europeia, que deu para eles um contêiner refrigerador. A primeira conta de luz que chegou quebrou a cooperativa por um ano, a cooperativa não tinha como pagar a conta de energia elétrica. E nós, por meio da Codevasf, que é uma empresa muito criticada às vezes, conseguimos instalar lá uma pequena usina fotovoltaica solar e resolvemos o problema do fornecimento de energia para a cooperativa. Ainda assim, ficou a dívida para poder pagar da conta de luz de que nós conseguimos, junto à empresa na época, a redução. Então, eu sei exatamente o que vivem essas pessoas.

O que eu gostaria é que aqui, daqui para frente... Por exemplo, há outras regiões que vão precisar também desse apoio. Então vou dar o meu apoio aqui e pedir a V. Exa. e aos demais, à medida que a gente for percebendo essas cooperativas de trabalhadores em situação muito difícil, que a gente possa levar até todas elas, na região do Semiárido, esse benefício que está sendo colocado aqui com dois "s", a remissão dos pecados, não, das dívidas dessas comunidades.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador autor do projeto, com a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para discutir.) – Quero agradecer aqui a fala dos colegas Senadores. Mas é importante lembrar que essa cooperativa, essas duas cooperativas de que nós estamos tratando, na verdade, foram formadas por empresários de Taiwan, taiwaneses, que vieram para cá, ao Brasil, com o aval do Governo.

Você imagina só, chegam lá numa região pobre do estado, aí o Governo do estado chega, a prefeitura chega, assinam o termo de cooperação, criam, constroem lá... Quem passar lá para ir aos Lençóis Maranhenses, olhe para o lado esquerdo, em Rosário, vai ver um monte de galpões grandões lá abandonados. Aí você imagina só o trabalhador humilde, aquela costureira, aquela dona de casa, quebradeira de coco, ela olha, lá na frente da casa dela, aquele galpão bonitão e dizem assim: "Quem se cadastrar aqui nessa cooperativa vai ser o dono do seu próprio negócio, você vai ter a sua máquina e você vai ser empreendedor. Aqui está nascendo um polo de confecção que vai ser referência aí para o mundo". E aí você imagina só, o próprio TCU diz bem claramente aqui, na parte do relatório técnico, dele, só no finalzinho ele coloca – isso aqui é importante deixar registrado –, ele fala assim: A semelhança do *modus*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operandi na implantação dos polos industriais Ta-Chung e Hung-Pump – que é um de São Luís e o de Rosário – com os polos confeccionistas de Rosário e São Luís, bem como a presença dos mesmos parceiros – Banco do Nordeste, Almeida Consultoria e Grupo Chhai, que arquitetaram tudo individualmente, em cada CPF... Desse grupo de consultoria aqui, estão todos respondendo criminalmente: TCU, Ministério Público, estão todos em cima, não é? Diz aqui: ... à frente dos empreendimentos, reforçam as suspeitas de que todas as operações constituem uma poderosa e sofisticada estratégia de drenagem de recursos públicos, sem o efetivo compromisso com os declarados fins de geração de emprego e renda. Tal esquema aproveita-se de ingenuidade e baixo nível de informação de pessoas simples de comunidades, as quais, as quais, ao fim de tudo, se veem na titularidade de dívidas impagáveis, com evidentes prejuízos para os fundos públicos e tudo.

O que se fala aqui?

Essa cooperativa usou o CPF deles. Eles arrecadaram o dinheiro, pegaram esse dinheiro e foram embora.

Há 29 anos atrás, esses trabalhadores – pais e mães de famílias humildes –, estão lá em Rosário, em São Luís, com o seu nome negativado. E não têm o que fazer, porque, simplesmente, ninguém ligou mais para o assunto; ficou por isso mesmo. Está lá só a carcaça montada e ficou por isso mesmo.

E hoje eu quero agradecer à Comissão de Assuntos Econômicos, presidida aqui pelo Senador Vanderlan; ao Relator, Senador Irajá; e ao Relator *ad hoc*, que fez aqui um concerto importante, que dá esse respaldo. E, sem dúvida nenhuma, vai chegar com força lá na CCJ, tendo como advogado o Senador Esperidião Amin.

E aqui a fala dos Senadores da oposição e da situação mostra essa sensibilidade de que isso aqui é um assunto da vida real. A gente briga por tanta coisa teórica ali, no Plenário, que, no final, não resolve nada lá na ponta. Isso aqui resolve. Vocês vão fazer pessoas de bem poderem dormir. Porque, como a Senadora Damares falou, gente que deve um talãozinho de luz, se preocupa. Esses mais humildes são os que mais são pagadores das suas contas e que mais querem andar com a cabeça erguida. Não é à toa que vocês também me ajudaram a aprovar um projeto, de minha autoria, que proíbe o corte de energia elétrica em dia de sexta-feira.

Teve colega Senador, na época, aqui, que perguntou: Por que isso? Se não ia cortar na sexta, cortava na segunda. Ou seja, gente que nunca passou por dificuldade, que não sabe o que é chegar numa sexta-feira à tarde em casa e olhar uma escada lá, na porta da casa dele, com a pessoa, a equipe de energia, cortando energia do cidadão ou da cidadã – e a maioria são mulheres, que têm que ir para a rua se virar para arrumar o dinheiro do dia, ou do final de semana, para poder sustentar sua família.

E aí cortava a energia e a pessoa passava o final de semana sem, sequer, ter o direito à água gelada na geladeira ou a um ventilador para botar para o idoso e para a criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, graças a Deus, é proibido, no Brasil, cortar energia em dia de sexta-feira, graças à lei que vocês me ajudaram a aprovar aqui.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAE, substitutiva.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 175, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, a fim de conceder prazo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para executar atos de transposição e de transferência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Concedo a apalavra ao Senador Weverton, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Só estou esperando...

Quero agradecer aqui ao Senador Jaime, que ia me ajudar aqui na relatoria. Então eu coloco aqui eu e ele como Relatores, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou direto logo para a análise do projeto, ele é bem simples e vou já aqui explicar.

Nos termos do art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Econômicos analisar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, inciso XII, da Constituição Federal. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que se opor à matéria, não havendo, portanto, óbices capazes de impedir sua aprovação.

A proposta não traz qualquer impacto econômico-financeiro para a União, tendo em vista que não há aumento de despesas. Trata-se de remanejamentos e transposições de recursos já previamente alocados pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Não se torna, portanto, necessário verificar o atendimento do disposto na legislação sobre finanças públicas, em especial, às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarado pela Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, bem como com o cenário epidemiológico controlado, não são mais necessários os mesmos esforços no combate específico ao vírus. Por outro lado, porém, a pandemia gerou a suspensão de uma série de procedimentos e programas de saúde voltados ao combate a outras doenças, ampliando o desafio em outras frentes de assistência à saúde.

Logo, quanto ao mérito, entendo que o pleito é justo e pode destinar recursos importantes aos serviços de saúde dos entes subnacionais, em atividades mais urgentes que às ligadas ao combate à covid-19 ou a outras áreas que tiveram execução abaixo do esperado nos últimos exercícios.

De tempos em tempos, é natural a sobra de uma pequena quantia de recursos em finalidades específicas, tanto de saúde quanto de outras funções cuja execução seja operacionalizada por fundos próprios. Dessa forma, em um país tão carente de recursos quanto o Brasil, é importante que, ao constatarmos um saldo relevante de recursos parados, possamos trabalhar para viabilizar a sua devida utilização.

Cientes da importância de angariar recursos para a saúde, estamos aqui aumentando prazos e flexibilizando alguns critérios da Lei Complementar nº 172, de 2020, visando a maior disponibilidade de recursos, sem perder, no entanto, o controle das despesas, pois o projeto exige que os entes informem ao Ministério da Saúde a nova destinação e a posterior execução orçamentária e financeira dos recursos provenientes de transposição ou transferência de saldos financeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o projeto contém a importante determinação de que o Ministério da Saúde deve atualizar seus dados de despesas com saúde, com a finalidade de garantir a transparência e a fidelidade das informações.

Sr. Presidente, os Prefeitos, aqui é um pleito dos Prefeitos do Brasil, Goiás, Maranhão, todos os estados do Brasil, lá no Paraná, só não aqui no DF, porque o Izalci não tem o privilégio de ter Prefeitos e Vereadores, que são executores de políticas públicas assim formidáveis, que estão ali mais próximos da comunidade e acabam tendo essa condição de trazer de forma mais rápida não só as soluções, mas também as demandas e os desafios que nós temos para enfrentá-los.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas é beneficiado também.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É, total.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O DF, os estados, os municípios.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – As rubricas que estão lá na saúde de determinado convênio ou ação que não foram utilizadas e ficaram lá pequenos valores, eles vão ter aqui condição de informar ao Ministério da Saúde e remanejar para uma outra ação específica da saúde que o gestor priorize.

Então isso tem aí, já somam milhões e milhões, não sei se chega a bilhão, que estão parados por conta desse entrave que hoje nós estamos aqui corrigindo, como a Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E muitos desses recursos, Senador, são da pandemia, que estão parados. Para os estados, municípios e DF vai ser muito importante.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quero aqui lembrar também que esse projeto é da minha Líder da Bancada do Estado de Goiás, a Deputada Flávia Morais.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – E colega minha do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Do PDT, muito atuante.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Ela pôs debaixo do braço e foi para cima. E pediu, inclusive, a V. Exa. que nos ajudasse a acelerar. E, tão logo chegou aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, V. Exa. já me designou, em homenagem a ela, por ser do mesmo partido, mas também sabendo que nós iríamos apresentar rápido, como fizemos no relatório, para que se pudesse avançar nessa pauta, e o Presidente Rodrigo Pacheco já se comprometeu também de levar ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E como V. Exa. mesmo falou, não tem impacto financeiro nenhum para a Fazenda.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Zero.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nem de 50 bilhões é, não é? Não é, Carlos Viana, nem de 50 bilhões é esse impacto, não é? (*Risos.*)

Mas a matéria está em discussão.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Quando é para banco passa rapidinho, mas, quando é para tirar do salário do trabalhador, é impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É mais demorado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, gostaria de pedir urgência para a apresentação do projeto ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 5 da pauta, o Projeto de Lei Complementar nº 75, de 2023.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 43, DE 2024

Requer convite para comparecimento perante Plenário ou Comissão

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Requerimento nº 43, de 2024. Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. José Luciano Duarte Penido, ex-Conselheiro do Conselho de Administração da Vale do Rio Doce, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar esclarecimentos.

Justificação.

Segundo veiculado pela imprensa nas últimas semanas, o Presidente da República teria, por intermédio do Ministro de Minas e Energia, tentado emplacar o nome do Sr. Guido Mantega para o comando da mineradora. Ainda, segundo a imprensa, o Ministro teria intervindo diretamente na reunião do diretório de administração da companhia, a pedido do Presidente da República, para aventar o nome de Mantega para o comando da empresa. As informações trazidas nas notícias afirmam que o Presidente da República teria pressionado acionistas para emplacar o nome para o comando da mineradora, enquanto o Ministro ficaria com a incumbência de falar pessoalmente com os executivos.

Autoria: Carlos Viana.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 43, de 2024, da CAE.

Nada mais havendo a tratar e com as bênçãos de Deus, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e nove minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz, Janaína Farias, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 3214/2023, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 164/2023 - CAE, de autoria Senador Omar Aziz (PSD/AM), REQ 40/2024 - CAE, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), e REQ 41/2024 - CAE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Audiência pública para instrução do PL 3214/2023, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado". **Participantes:** Sr. Jeferson Almeida Moraes, Coordenador-Geral de Segurança Viária (representante de: Ministério da Justiça); Sr. Rodrigo Lara Pinto, Secretário da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul (representante de: Ministério das Relações Exteriores); Sr. Danilo Oliveira Costa, Presidente do IBDTRANSITO e Coordenador de Esforço Legal do ONSV; e Sr. Aron Woss Uliano, Vice Presidente da Associação dos Fabricantes de Placas de Veículos de Santa Catarina. **Resultado:** Realizada nesta data a audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Sr. Jeferson Almeida Moraes, Coordenador-Geral de Segurança Viária; Sr. Rodrigo Lara Pinto, Secretário da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul; Sr. Danilo Oliveira Costa, Presidente do IBDTRANSITO e Coordenador de Esforço Legal do ONSV; e Sr. Aron Woss Uliano, Vice Presidente da Associação dos Fabricantes de Placas de Veículos de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/09

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de abril de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de debater e instruir o PL 3.214, de 2023, que "altera a Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado".

Esta reunião se realiza em atenção ao Requerimento nº 164, CAE, de 2023, de autoria do nobre Senador Omar Aziz, também em atenção ao Requerimento nº 40, de 2024, desta CAE, de autoria do Senador Eduardo Gomes, e ao Requerimento 41, de 2024, desta CAE, de autoria deste que está presidindo esta sessão.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Jeferson Almeida Moraes, Coordenador-Geral de Segurança Viária, representante do Ministério da Justiça. Em não estando, caso chegue, já está convidado.

Participam por videoconferência os seguintes convidados: Sr. Rodrigo Lara Pinto, Secretário da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, representante do Ministério das Relações Exteriores.

Consulto se já está presente. (*Pausa.*)

Sr. Danilo Oliveira Costa, Presidente do IBDTrânsito e Coordenador de Esforço Legal do... (*Pausa.*)

... ONSV. Eu confesso que não sei do que se trata e consulto-os. Peço que identifiquem a organização que o Sr. Danilo Oliveira Costa representa. Ele é Presidente do Instituto – suponho que seja –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IBDTrânsito, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento do Trânsito e Coordenador do Esforço Legal do ONSV.

Eu quero os nomes. (*Pausa.*)

Observatório Nacional de Segurança Viária.

E o IBD Trânsito? (*Pausa.*)

Instituto Brasileiro de Trânsito.

O Sr. Aron Woss Uliano, Vice-Presidente da Associação dos Fabricantes de Placas de Veículos de Santa Catarina, que já está presente.

Então, estão presentes Danilo Oliveira Costa, Aron Uliano e Rodrigo Lara.

Sr. Rodrigo Lara, eu gostaria que o senhor se preparasse para responder uma pergunta só que eu já vou antecipar.

Nos debates que antecederam a definição desta audiência pública, veio à baila se nós poderíamos, por projeto de lei autônomo do Brasil, alterar a placa do Mercosul, a chamada patente Mercosul. Nós procuramos algumas informações e obtivemos a Resolução nº 33/14, do Mercosul, que estabelece, no seu art. 3º, o seguinte: "Estabelecer os seguintes dados mínimos a compartilhar entre os Estados Partes". Portanto, salvo interpretação diferente do Ministério das Relações Exteriores, nada proíbe que um Estado Parte acrescente, a esses dados mínimos, outros dados que julgue, com base na legislação e por lei, outros dados...

Eu vou prosseguir, nesse entendimento, salvo se alguém apresentar alguma argumentação em contrário, certo? Eu vou alcançar aqui, com a Secretaria da Comissão, a resolução e o texto que me autoriza, creio eu, a prosseguir na análise do mérito do projeto de lei. Repito: Estabelecer os seguintes dados mínimos a compartilhar entre os Estados Partes: proprietário (nome, sobrenome, documento nacional de identidade); placa; tipo de veículo; marca e modelo; ano de fabricação; número de chassi; informes...

Esses são os dados mínimos que serão compartilhados.

Quanto ao tipo, cor, forma e uso das especificações da patente, ou seja, da placa, não vejo... vem toda a especificação do material. Então, quanto ao material, dimensões da patente, tipo de letra, emblema do Mercosul, bandeira do Estado-parte, no caso a do Brasil, faixa azul, material retrorreflexivo, substrato de alumínio, material base, marca d'água estampada a quente, onda senoidal, protótipo da patente.

Então, aí segue-se o *design*, detalhes do *design* das placas, seja das placas de automóvel, seja das placas de motos ou coisa que o valha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu vou prosseguir nessa concepção.

E, para debater essa matéria, eu concedo a palavra ao Sr. Jeferson Almeida Moraes, Coordenador-Geral de Segurança Viária do Ministério da Justiça.

O SR. JEFERSON ALMEIDA MORAES (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde aos presentes.

No que toca voltar a constar a informação da UF e do município, nós, da Polícia Rodoviária Federal, entendemos que isso facilita a fiscalização. A gente entende que, quando temos que fiscalizar numa abordagem, numa seleção de veículos, estando escrito no veículo a unidade federativa e o município, facilita a gente identificar, por exemplo, uma rota, qual foi a origem desse veículo, a provável origem desse veículo, o caminho que percorreu.

É possível, por exemplo, se for um veículo de carga, até a gente fazer uma presunção de qual é o tipo de carga que está sendo transportada ali. Nós temos também as rotas de contrabandos, de entorpecentes. Então, deixar de constar essa identificação acaba dificultando a seleção para que os veículos sejam abordados.

Nós temos uma preocupação com a parte de que teria que refazer tudo, teria que aos poucos voltar a constar isso nos veículos. Isso traria algum transtorno, é claro, para os usuários de rodovia, mas, em cunho geral, a gente entende que facilita muito a fiscalização a inscrição dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero, Sr. Jeferson, da maior relevância e objetividade o que o senhor colocou aqui. Como autor do projeto, eu me baseei nisso.

Não sei se o senhor conhece Florianópolis? Já passou do continente para a ilha, certamente. Quando o senhor chega à ilha, faz o retorno e passa ao lado da rodoviária. Chama-se Rua Antônio Pereira Oliveira. Nessa rua há uma bifurcação. Quem vai para o centro da cidade tem duas faixas, três faixas. E quem tem a intenção de pegar o Viaduto Carl Hoepcke, que vai para a Beira-Mar Norte, toma as duas faixas da esquerda.

Como eu moro no continente e venho diariamente para o centro da cidade, se tiver uma placa do Mercosul na minha frente, eu reduzo a velocidade, porque eu tenho certeza de que ele vai ficar em dúvida se vai para o viaduto ou se vem pelo plano, para entrar na cidade. E eu já vi, na minha frente, um carro, cujo motorista ficou na absoluta dúvida, subir no parapeito do viaduto – e não foi nem para um, nem para outro...

Se eu estivesse desavisado de que era um carro provavelmente de fora, eu teria batido, ou seja, em nome da segurança viária, eu acho que essa identificação... No caso do Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convenhamos, qual é a população do Uruguai? Metade da de Santa Catarina, que é um estado pouco populoso no Brasil. Qual é a população do Paraguai? São 6 milhões. Qual é a população da Argentina? Pode-se estabelecer um paralelo com o estado de São Paulo.

O Brasil, além de ser um continente em extensão territorial, é um continente também em população. De forma que eu quero dizer que fica registrada aqui a sua colocação. Em nome da segurança viária, o senhor permanece aqui, mas eu quero lhe agradecer pessoal e institucionalmente. O senhor, com poucas palavras, ratificou o propósito do projeto de lei.

Convido para o uso da palavra...

Eu queria que o Sr. Rodrigo Lara, que eu vejo aqui, analisasse comigo se há a resolução do Mercosul, a que eu me referi, ou qualquer outro instrumento, que eu possa não conhecer, que regule essa matéria no âmbito do Mercosul; que proíba ou, melhor dizendo, dificulte a adoção do nome da cidade e da unidade federada. O senhor vai ser instado a falar quando quiser.

Mas, agora, passo a palavra para o Aron Woss Uliano.

Você, Aron, boa tarde.

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero agradecer a sua disponibilidade, tanto sua quanto do Eli, não é?

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Elis.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque é o Presidente, não é?

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Ela é a Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Presidente Elis.

E como você é do ramo, eu gostaria, por favor, que avançasse também na questão de qual seria o mínimo de intervenção no modelo da placa. E, em função de uma colocação aqui do Sr. Jeferson, eu quero dizer: o projeto de lei não obriga a substituir as placas. Pelo contrário, essas placas poderão continuar circulando. As novas, a partir de uma certa data, que o próprio regulamento pode estabelecer, serão editadas de forma a conter o nome ou a sigla do Estado.

Eu já vi em alguns carros. No domingo passado, à minha frente, tinha um carro em que o cidadão colocou uma moldurazinha na placa (SC-Urubici). Ele se identificou. E alguns até gostam de se identificar como sendo daquele município, daquela sua pequena pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concedo a palavra ao Sr. Aron Uliano para nos falar especialmente sobre as questões práticas que envolveriam este aditivo à placa, repito, sem a obrigação da substituição das atuais; é para as vindouras, ou seja, para os novos emplacamentos.

Por favor.

O SR. ARON WOSS ULIANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador. Gostaria de agradecer a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para precisar, entraria em vigor um ano depois da promulgação da lei. Suponhamos que a lei seja sancionada ou promulgada no dia 31 de julho; então, no dia 1º de agosto do ano seguinte, as placas já teriam esta informação de fábrica.

Por favor, Aron.

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador. Gostaria de agradecer, em nome da associação e da minha presidente, a oportunidade de estar participando e parabenizá-lo pelo projeto de inserção dos municípios nas placas de trânsito.

Só para me apresentar, o meu nome é Aron Uliano, eu sou de Santa Catarina. Há 40 anos estou no ramo de veículos, desde com o meu pai, e há 20 anos eu trabalho com fabricação e estampagem de placas. Faço parte de uma associação que está há 28 anos consolidada aqui no estado, que é a Associação dos Fabricantes de Placas.

Senador, só fazendo um... como o senhor perguntou: o QR *code*, por exemplo, é uma exclusividade da placa do Brasil. Então, nós já temos essa resposta daquela primeira pergunta, na oportunidade, que o senhor fez aqui.

Para falar desse assunto, Senador, nós temos que...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pode repetir? O QR *code*...

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – O QR *code* é uma exclusividade do Brasil. Nos outros países do Mercosul ele ainda não é implantado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, é alguma coisa que nós acrescentamos sem ferir os dados mínimos.

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Exatamente.

Para falar desse assunto, Senador, eu gostaria só de contextualizar a questão da placa. Hoje, a placa, por muitas pessoas, pode ser vista como um pedaço de metal, mas ela não é; ela é um documento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do veículo; ela é um produto oficial; ela é um produto devidamente registrado, em que o Estado fornece os dados, o Estado fiscaliza. Então, falar de operacionalização, falar de custos ou falar de mitigar esses custos seria algo bem amplo. Nós não podemos falar exclusivamente em colocar a... somente do custo de colocar a cidade e o município.

Nesse modelo que a gente está colocando aqui, eu gostaria de contextualizar. Eu vou citar um exemplo. O senhor sabe que eu sou aqui do sul de Santa Catarina. Santa Catarina é uma região agropecuária muito forte; a minha cidade é capital nacional do gado Jersey, ou seja, a gente tem uma alta produtividade de proteína animal e láctea. Então, o que isso significa? Produtos perecíveis. Eu quero simular uma situação em que um caminhão sai de Santa Catarina e vai até São Paulo; chega lá em São Paulo, por um infortúnio, ocorre uma enchente, ele perde a placa, ou ele pode ter a placa furtada. O que acontece de maneira prática? Ele não consegue fazer uma placa nova lá em São Paulo, uma de Santa Catarina. Os estados, em si, não se comunicam.

O que leva o cidadão que está lá, que está com uma carga perecível... A que ele é suscetível? Ele é suscetível aos atravessadores. Ele é suscetível ao atravessador da esquina, é suscetível ao mercado paralelo, a uma película não homologada, a uma película que não tem retroatividade.

Por que eu estou contando essa história, Senador, demais membros? Porque eu vejo com preocupação quando a gente entra na parte econômica.

O Dnit, no ano de 2023, lança uma nota técnica afirmando que em metade das suas infrações não consegue fazer a identificação do veículo, sendo que dessa metade 30% são por problemas exclusivos da placa, ou seja, nós estamos falando de 2,5 milhões de infrações que o Dnit – estamos falando só do órgão federal – não consegue identificar e em que o Estado não arrecada, em que o Estado não dá educação, que o Estado não pune. Isso que estamos falando é do federal.

E eu vou trazer agora para um outro campo. Vamos supor que essa pessoa que comprou essa placa com problema não se tocou desse problema e continua trafegando com esse carro. O senhor citou que uma das especificações é a retrorreflexão dessa placa. Então, ele encontra um automóvel que tem um problema na iluminação traseira e essa placa não tem a retrorreflexão. É plausível pensar que muitos acidentes ocorrem também por esse problema da placa. Um problema do automóvel somado ao problema da placa cria um fator preponderante para um acidente, o que, no Brasil, custa R$50 bilhões por ano. Cada cidadão brasileiro paga R$255, por ano, nos acidentes. É mais, Senador, do que o custo de um par de placas novo, por exemplo. Então, isso não pode ser negligenciado. Isso é importante.

Por que eu estou trazendo isso? Muitas vezes, a sociedade nos cobra por valores até – principalmente os Senadores –, e a gente tem que mostrar que a placa é muito mais do que isso. A placa é segurança, a placa é um contexto de tudo isso. Nesse intuito, a gente tem que entender que a placa tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vida útil também, Senador. A sinalização viária tem uma vida útil de sete anos. Uma placa de veículo tem uma vida útil de aproximadamente cinco anos.

Com tudo, isso surge uma grande pergunta no final: afinal, quanto que custa fazer a inserção do município e dos estados nas placas de trânsito? Eu mandei, não sei se pode ser disponibilizado, o modelo. Hoje, operacionalmente o valor de inserir estados e municípios é irrisório no quesito operacional. Nesse modelo, é claro que o Senatran, que as câmaras, vão deliberar a respeito disso, mas seria possível, até sem custo de trocar as placas atuais, inserir os estados e os municípios nas placas que não têm. Então, o que eu quero dizer? Isso é muito importante. Como o colega policial rodoviário falou... O senhor conhece. Eu vou dar um exemplo da questão da nossa fronteira em Dionísio Cerqueira, Senador. A capacidade de um fiscal, nessa divisa que faz Santa Catarina e a Argentina, fiscalizar a questão agropecuária de podermos manter um estado livre de febre aftosa. Quanto é o valor disso? Quanto a gente consegue fazer a seletividade de o que fiscalizar e o que não fiscalizar? Porque humanamente é impossível fiscalizar tudo.

Então, nesse sentido, eu digo que não há transtorno em fazer esse processo, não há um custo operacional em fazer esse processo e que, conversando com colegas, há uma sensibilização de que isso seja implantado, que isso seja operacionalizado, seguindo as regras do Senatran e que nós, estampadores de placa, estamos dispostos a contribuir tanto na questão técnica como na questão da implementação desses quesitos do projeto de lei da inserção dos municípios e do estado.

Era isso, Senador. Se tiveres alguma pergunta. Não sei se foi colocado, mas aqui eu trago um modelo, especificamente, um protótipo em que a gente coloca Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que eu vi este fim de semana é na horizontal e o contrário: SC, hífen e o nome do município.

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Aquele modelo, Senador, trata de um suporte que é de plástico e com adesivo. Aquele modelo não acredito ser aplicável porque é facilmente adulterável. Teria o Senatran que pensar em uma solução técnica para ampliar aquela situação, mas aquele suporte tem um custo financeiro significativo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem. O melhor é que seja impresso na placa, concordo.

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Aquela gravação...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só que na vertical a leitura é mais difícil.

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Ali foi um protótipo, Senador, porque a gente acabou fazendo um pouco em cima da hora, então, seria uma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu, se pudesse fazer uma sugestão: faça em cima da hora, mas faça na horizontal.

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – O.k., vamos providenciar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem alguém aí que quer oferecer um aparte? Tem como você projetar? Pode trazer aqui na frente e projetar aqui, aqui. Não vai te enganar e botar outra imagem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não vai te enganar e botar o nome de alguma figura mais simpática. Vai ali. Mostra aí se consegue projetar.

Eu vou aproveitar a oportunidade para socializar com o Aron, com o Danilo e com o Rodrigo também algumas perguntas que o e-Cidadania nos oportunizou.

Pedro, do Rio de Janeiro: "Por qual motivo essas informações foram retiradas?".

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – É uma pergunta que não quer calar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, por que foram retiradas as informações sobre o município e o estado federado das placas? "É interessante entender isso e trazer para essa discussão". Eu também acho. Eu não sei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Senador, a placa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Mas aí é para modelo. Eu estou fazendo a pergunta aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARON WOSS ULIANO (*Por videoconferência*.) – Senador, posso usar um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou perguntar aos circunstantes aqui. Alguém sabe por que decidiram, nesse modelo atual, não ter município e estado?

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Qual foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Isso aí foi um *workshop* que houve na época da Anfapv, porque essa placa modelo Mercosul foi criada dentro de um *workshop*. Esse *workshop* foi...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode usar o microfone aqui.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Dê-me licença.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Primeiro, dê-me o seu nome e CPF. Se você disser alguma coisa errada aí, vai...

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA (Para expor.) – O.k. O.k.

Bom, meu nome é Adilson Fernandes de Souza, sou do Estado do Rio Grande do Norte e venho acompanhando a implantação dessas placas desde o início. Eu já tenho 30 anos de mercado, conheço todo o sistema referente a essas placas de automóvel.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por que foram retiradas?

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Na realidade, o que houve foi interesse comercial, porque foi elaborado um *workshop* – eu poderia até trazer ali agora a documentação comprobatória...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Basta a palavra.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Senhor... Basta a palavra. O.k.

E, nesse *workshop*, as empresas interessadas, principalmente a empresa Utsch Brasil, que é quem domina o mercado hoje em nosso país, porque ela veio para cá para dominar, ser a única e exclusiva fornecedora de placa... O que acontece? Ela criou determinadas situações justamente para dificultar outras empresas fabricantes a também atuarem no mercado.

Isso também ocorre até hoje. Isso aí, na época, foi motivo de várias audiências públicas. Vários Deputados foram contra a implantação dessas placas. Inclusive, foram abortadas duas Resoluções, a nº 729 e a nº 733...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – O que acontece? Daí, quando mudou a Presidência do Senatran, foi elaborada a Resolução nº 780. Inclusive, na época, era o Sr. Jerry Adriane Dias, pessoa séria, que realmente tirou várias situações, minimizou várias situações na resolução que eram direcionadas para essa empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom...

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode concluir. Concluindo...

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – O que acontece? Mesmo assim, hoje, no Brasil, criou-se cartelização e monopólio dessa empresa Utsch Brasil, de propriedade do Sr. Roberto Appel, quando, na realidade, já existem pareceres do Tribunal – ou melhor, perdão –, sentenças, hoje mesmo, do Supremo Tribunal Federal condenando licitação, porque ele quer implantar... Ainda continua insistindo – o grupo dele – a fazer licitação. Licitação vai acabar com o mercado, e ele vai se apoderar dele. Aí é quando ele vai conseguir, realmente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom...

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – ... tomar o mercado das empresas que já...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu só queria focalizar a pergunta.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Só concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas a pergunta é: por que foram retirados os itens unidade federada e município?

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Justamente, porque essa tecnologia foi a Utsch Brasil, mediante documentação que eu tenho aí... Eu posso provar que essa empresa foi que tirou essa....

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi num *workshop*?

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Em um *workshop*...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está o.k.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – ... da Anfapv, na época. Mas hoje já brigaram com a Anfapv...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem ideia do ano?

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Tenho. Eu tenho tudo documentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. O ano do *workshop*.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Foi 2015, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em 2015.

Muito obrigado.

Se o senhor tiver uma informação que difira disto – 2015 –, o senhor, por favor, entregue para a Secretaria – ou seja, um *workshop* em 2015.

Eu lhe agradeço.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – O senhor queria mais algum detalhe das irregularidades...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – ...que estão acontecendo no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, muito obrigado. Eu só quero responder à pergunta que foi feita.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado ao senhor.

O SR. ADILSON FERNANDES DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Thaís, de Alagoas: "Como a falta do nome do estado e da cidade nas placas dos veículos tem afetado os motoristas e as autoridades de trânsito?". Eu acho que o Sr. Jeferson, e eu mesmo, demos algumas, digamos, hipóteses, alguns casos – descrevemos alguns casos – de o quanto estas informações nos beneficiariam.

João, do Rio de Janeiro: "[...] aprovando este PL [este projeto de lei], haverá obrigação de trocar as placas atuais [...] [quaisquer que sejam]?" Nem a mais antiga nem a atual. Eu não tenho, no meu carro particular – vou fazer propaganda, é um Golf, 2018... A placa é antiga. Eu não fui obrigado a trocar, e se tivesse a atual também não precisaria trocar. Na minha placa, na placa do meu carro, tem o nome do município e o nome do estado, mas é o modelo antigo. Então, essa pergunta, Sr. João, é muito importante, porque isso implicaria custo, se tivesse que trocar.

Monalisa, do Rio de Janeiro: Caso seja aceito, em quanto tempo, aproximadamente, todo o país terminaria essa atualização? "Quais os benefícios [...] [trazidos por essa] mudança?" Não terminaria. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começaria, Monalisa, um ano depois de a lei ser sancionada ou promulgada, ou seja: entrou em vigor, em um ano as placas teriam essa informação. E, as que não têm, ou, as mais antigas, que têm, continuariam a circular. Os benefícios já foram, pelo menos sucintamente, apresentados.

Fellipe: "[...] [Com] a reintrodução do nome do estado e da cidade nas placas veiculares [como isso] pode impactar a identidade local e a segurança nas estradas?" Foi exatamente a contribuição que o Sr. Jeferson Almeida Moraes nos trouxe, com a experiência de Coordenador-Geral de Segurança Viária.

Edennylson, do Goiás – bela homenagem ao nosso Presidente da Comissão, Senador Vanderlan: "Colocar tarjetas com nomes do estado e município será um grande avanço. Poderiam retornar os lacres também [...] [?]". Não faz parte do projeto, e, com o QR *code* isso é dispensável. O QR *code* é um *code* digital. Estou certo?

Finalmente, Joacimar, de Minas Gerais: "Sou a favor da identificação, mas isso não pode gerar mais um custo para o cidadão.". Então nós estamos alinhados com isso, porque novas placas – a lei foi sancionada hoje, dia 9 de abril de 2024. Em 10 de abril de 2025, todas as novas placas terão o nome do município, a identificação da unidade federada e do município, ou seja, eu saberei se sou mineiro, se a placa do carro é mineira, e de que município.

Essas foram as perguntas que nós recebemos.

Consulto se o Sr. Rodrigo Lara tem alguma observação a fazer.

O SR. RODRIGO LARA PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Boa tarde.

Boa tarde a todos.

A posição do Itamaraty ainda está sendo avaliada sobre a matéria. A gente entende que teria que consultar ainda os órgãos de trânsito a respeito. Como o senhor mencionou, há uma resolução do GMC, a Resolução nº 8.314, do Grupo Mercado Comum do Mercosul, que estabelece os dados mínimos e também as especificações da placa Mercosul.

Mas a posição do Itamaraty ainda está em análise. Nós ainda não temos uma posição sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito.

Faltou-me aqui conceder a palavra ao Sr. Danilo Oliveira Costa, Presidente do IBDTrânsito e do Observatório Nacional de Segurança Viária.

O SR. DANILO OLIVEIRA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador, Relator do PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos os presentes na audiência pública e aos que acompanham a gente nas plataformas digitais e aos que posteriormente também vão ler sobre a matéria.

Eu estou nessa audiência pública representando o Instituto Brasileiro de Direito de Trânsito e como Coordenador do Esforço Legal do Observatório Nacional de Segurança Viária. E parabenizo a oportunidade que a gente está tendo em discutir nessa Casa, num debate tão importante para promover a segurança pública e a segurança viária, como bem falado pelo Coordenador de Educação e Fiscalização da PRF, o Inspetor Jeferson. A gente tem aí dezenas de milhares de famílias enlutadas pelos sinistros de trânsito que acontecem em nosso país e também pelos crimes que são feitos utilizando veículos.

Eu gostaria de fazer uma breve explanação, Senador, com alguns eslaides, bem rápido e sucinto, para a gente posicionar inclusive como marco regulatório a matéria, como o senhor falou, da resolução do GMC, das resoluções do Contran e algumas questões importantes aí sobre o tema. E inclusive o Aron falou de alguns dados e estatísticas, que fazem com que a gente realmente repense a identificação veicular no Brasil, inclusive com a adoção dessa identificação do município e do estado.

Eu consigo compartilhar a tela? (*Pausa.*)

Estou tentando e consta aqui que o anfitrião desativou. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você mesmo pode...

Danilo?

O SR. DANILO OLIVEIRA COSTA (*Por videoconferência.*) – Eu o escuto, Senador.

Estou tentando compartilhar, e diz que o anfitrião desativou o compartilhamento de tela do participante. (*Pausa.*)

Então, para contextualizar, a gente está discutindo nessa Casa e tentando colaborar pelo Instituto, pelo Observatório... Na verdade estamos colaborando, através do Instituto e do Observatório, no APL 3.214, de autoria do Senador Esperidião Amin, com quem estivemos, inclusive, presentes discutindo o tema, presencialmente.

A gente tem como justificativa desse projeto a necessidade e o papel essencial que a identificação dos veículos faz para a promoção da segurança viária. E, na mesma justificativa do projeto, nós temos a necessidade de padronização das placas de identificação veicular para facilitar a fiscalização.

Hoje nós temos a identificação veicular prevista no Código de Trânsito Brasileiro, no art. 115 do CTB, onde nós temos o chassi, que é um elemento identificador que passa por inspeções ou vistorias veiculares. E temos o sinal externo, que é a placa de identificação veicular e que as resoluções tratam como PIV, Placa de Identificação Veicular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aí, como foi ventilado, a resolução Mercosul, em que se criou uma patente, e a patente é uma norma que tenta padronizar. E essa padronização segue dois caminhos. Ela tem o caminho, como falaram, do art. 3º, em que a gente precisa compartilhar dados e informações através dos sistemas dos países de Renavam e cadastro desses veículos, onde devem constar proprietário, placa, tipo de veículo, marca, modelo, ano de fabricação, número de chassi e informe de roubo.

Então, aqui nós temos, sim, o estabelecimento de requisitos mínimos, e o país que quiser pode compartilhar mais informações através dos seus sistemas de cadastro. E mais abaixo, como o Rodrigo Lara mencionou, nós temos as especificações visuais da placa, onde nós temos uma série de características que venham a tratar a placa e fazer com que elas tenham uma identidade mínima dentro do bloco Mercosul.

E hoje nós não temos mais uma placa que tenha características da patente Mercosul, porque vários outros elementos de identificação da placa, que constavam na patente, na atual placa que a gente recepcionou, através das Resoluções 729, 733, 780 – e teve, antes, a 510... Então são cerca de seis revoluções tratando do tema. A atual resolução retirou todos os itens que eram da patente Mercosul e nós temos hoje uma placa nacional em que todos os elementos que nós vemos aqui nas especificações técnicas foram retirados dessa placa de identificação veicular, inclusive esse adicional do município e do estado.

A gente hoje entende que quanto mais elementos, como o Sr. Jeferson falou, nós tivermos de identificação do veículo e do que essa identificação diferencia esse veículo de outros, isso nos traz mais segurança, promove segurança viária, promove segurança pública, porque a gente consegue diferenciar ainda mais os veículos e fazer com que a gente tenha um olhar mais crítico, visual, sobre a frota circulante nos municípios e nas vias e rodovias brasileiras.

É importante nesse momento, Senador, aproveitando já que o tema é segurança viária, segurança pública e identificação veicular, que não só olhemos para a questão do município e do estado na placa. Porque hoje realmente a identificação veicular no Brasil sofre problemas e a gente precisa ter uma visão aí mais ampliada desse tema.

Então, hoje a gente tem algumas iniciativas no Brasil para a promoção da segurança viária, já que 33.894 pessoas perdem a vida no trânsito diretamente, fora as famílias, a um custo de R$50 milhões, como já mencionado pelo Aron. Nós temos hoje uma lei federal, que é o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, que nós chamamos Pnatrans, com a meta de redução dessas mortes e lesões no trânsito em 50% na próxima década. Mas infelizmente, segundo dados do Ipea e do Datasus, a gente não consegue atingir essa meta e, a cada ano, ela só tem aumentado.

Nós também temos a proposta de redução da velocidade nas vias urbanas, para que a gente tenha menor impacto quando houver qualquer tipo de sinistro de trânsito. E essa regulamentação e fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passam pela identificação veicular, porque precisam ter placas com maior visibilidade e identificação das suas características.

A gente tem ainda a iniciativa do *free flow*, que é o sistema de livre passagem de pedágio, que também fica totalmente vinculado à placa de identificação veicular, que é o único sinal identificador previsto no Código de Trânsito Brasileiro e que faz com que os cidadãos e as cidadãs possam transitar nas rodovias, usar esses serviços e não ter confusões – como hoje nós estamos tendo – de evasão de pedágio, de pessoas que estão com as placas, entendendo que elas estão legíveis, mas os sistemas não conseguem identificá-las e, assim, colocam que aquele cidadão passou e não pagou as tarifas de pedágio.

E aí a gente vem para o tema mais profundo. Nós hoje temos relatórios da Controladoria-Geral da União, do Dnit e da ANTT, demonstrando que a identificação veicular faz com que 50% da frota circulante, que é fiscalizada nesses radares, não consigam ser processadas por falha na identificação veicular – não se consegue fazer a leitura da placa.

Nós temos um número de infrações de trânsito, como a gente coloca aqui... está um pouco apagado, mas, no relatório da Controladoria-Geral da União, nós tivemos 178 milhões de registros de infração, mas considerados válidos só 73 milhões. Então 42%, somente, de pessoas que infringiram a velocidade, nas vias brasileiras, conseguiram ser multadas e autuadas exatamente por problemas na identificação veicular.

O Dnit faz o mesmo prognóstico: 51%, somente, dos registros foram validados; 48%, invalidados. A gente tem aqui um número – eu, depois, compartilho essa apresentação com V. Exa. e com os demais integrantes desta Comissão – mostrando que, inclusive, valores, que deveriam ser arrecadados para investirmos em educação para o trânsito, infraestrutura viária, para promover, realmente, o salvar vidas dos cidadãos no trânsito, são totalmente desperdiçados por falha na identificação veicular.

Desde 2013, com a reportagem da *Veja*, nós temos que os crimes e mortes no trânsito já superavam, àquela época, 11 anos atrás, os crimes de homicídio no Brasil. Então esse é um dado alarmante, preocupante, e nada parece ter mudado dentro desses 11 anos.

E essa fragilidade faz com que a gente tenha uma série de crimes como a clonagem de veículo. A gente até fala do caso da Marielle Franco, em que um veículo clonado, inclusive, foi utilizado naquele crime recente que sensibilizou todo o país.

O que a gente precisa fazer para melhorar? Além da melhoria com a vinda do município e do estado para personalizar, a gente precisa garantir que os insumos utilizados tenham uma garantia mínima de brilho, de retrorrefletividade, que era exatamente o que constava nas resoluções anteriores e na Resolução do Mercosul, e que a placa seja um elemento adicional, inclusive, de sinalização – se o veículo que está com pane elétrica, a placa refletiva ajuda, é uma auxiliar nessa segurança viária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos normas da ABNT, que coloca que todos os refletivos têm uma validade, e para a placa de identificação veicular não existe nenhuma regra, nenhuma normatização, falando do tempo de validade dessas placas de identificação veicular, porque elas precisam, realmente, terem esse período em que estão expostas à chuva, ao Sol e à lavagem de veículos. Então, elas perdem essa qualidade da luminescência.

Aqui nós temos como era a placa na Resolução 510, com todos os elementos, brasão, bandeira do município, marca d'água, o QR *code*, o emblema do Mercosul.

Há previsão, inclusive, de um RFID, que é uma proposta feita ao Tribunal de Contas da União, para que a gente tivesse uma placa mais informatizada e comungando com os modelos novos do próprio QR *code*.

E, hoje, a Bandeira do Brasil... Porque retiraram todos esses elementos e só ficaram três deles, que é a bandeira, o QR *code* e o emblema do Mercosul.

Então, a gente deixa aqui nossa mensagem de agradecimento, nossos contatos. A mensagem final é a da resolução do Contran, do que nós estamos, no ano 2024, praticando, que é: a paz no trânsito começa por você.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado, Dr. Danilo.

Eu ainda passo, rapidamente, a oportunidade para mais uma sugestão de apresentação. O senhor tem dois minutos.

O SR. CRISTÓVÃO CARDOSO – Boa tarde, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nome e...

O SR. CRISTÓVÃO CARDOSO (Para expor.) – Meu nome é Cristóvão Cardoso, sou fabricante há 40 anos, no Distrito Federal. Desde já me coloco à sua disposição e da sua assessoria para que nós possamos contribuir com esse projeto maravilhoso que o senhor traz. Às colocações do inspeto, parabéns. Nós só temos a agradecer, nós fabricantes.

Quero dizer ao senhor que nós temos aqui uma sugestão. Gostaria que o rapaz projetasse. Coincidentemente, vem a cidade de Santa Catarina, a ilha do Manezinho, a cidade do Manezinho.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por acaso, não é?

O SR. CRISTÓVÃO CARDOSO – Por acaso. Não seria essa, não seria essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até o Deputado Alceu Moreira, que é do vizinho Rio Grande do Sul, veio aqui para ver a placa de Florianópolis.

O SR. CRISTÓVÃO CARDOSO – Também coloquei do Rio Grande do Sul.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o grande sonho de todo gaúcho.

O SR. CRISTÓVÃO CARDOSO – Então, estão ali abaixo o estado e a cidade. É uma ideia. E nós temos ali a esfinge do cadeirante. Por que isso? Porque o cadeirante... o carro dele é especial. E, uma vez tendo esse desenho na placa, você não tem como não dizer que aquele veículo não é de um cadeirante. Então, essa é uma ideia.

Lá embaixo tem uma outra ideia que tem ali SC, Santa Catarina, o estado...

Pode subir, por favor. Mais um pouquinho. Lá teria o estado e lá em cima teria, no lugar da bandeira do Brasil – porque eu acho que não é legal, porque nós já temos o nome Brasil –, a bandeirinha do município. Seria uma ideia, não é? E tem outros desenhos aqui. São bastantes. Então, a gente vê como interessante o projeto e agradece imensamente.

Com relação ao custo e à aplicação do nome da cidade. Seria através de uma máquina laser ou então *hot stamp.*

Como foi colocado aqui com relação às películas, existe muita película falsa no mercado hoje, Senador. As placas estão sendo vendidas na internet, pelo Mercado Livre. Então, é preciso que se reconheça mais a segurança dessas placas, porque é um item em segurança, a gente coloca como a identidade do veículo. O passaporte não é qualquer pessoa que fabrica, mas placa, hoje, em qualquer esquina se fabrica.

Então, eu queria deixar registrado e me coloco à disposição da sua assessoria. Quero agradecer por esta oportunidade e parabéns. O Brasil precisa de pessoas como o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço pelas suas colocações.

Registro a presença, entre nós, do nosso querido amigo Deputado Alceu Moreira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero só fazer uma contestação a respeito da bandeira do município. Nem todos os municípios têm bandeira. Então, nós temos que ficar com aquilo que todos têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os estados têm bandeira, mas nem todos sabem que aquela bandeira é daquele estado. Então, eu acho que o correto é pelo menos a sigla do estado. Então DF, Distrito Federal, SC, RS. Isso já está mais ou menos consagrado como sendo o modelo de conhecimento do estado, de identidade.

Faço ainda uma colocação para que isso seja discutido. A placa tem que ter garantia. Uma placa que não pode ser lida é um perigo. E, sem a garantia, a fiscalização vai ser obrigada a fazer o carro parar e determinar a sua substituição. Porque hoje, na infração, variando aí de 42 a 51% de fiscalizados, a estatística que foi mostrada... mas eu queria dizer o seguinte: no futuro, o tráfego em rodovia vai ser na base do *free flow*. Isso já é lei. A lei é de 2021. Isso está se espraiando rapidamente.

Na Rio-Santos já opera. Na Rio-São Paulo, a Via Dutra, mais movimentada do Brasil, vai ser assim, *free flow*. No Rio Grande do Sul, temos seis rodovias já submetidas ao *free flow*. Quer dizer, não vai dar para andar com uma placa irregular. Não vai dar.

A placa terá que ser esse documento que tanto foi enaltecido aqui. É um documento do estado, não é um documento do veículo. É o passaporte. Talvez seja o que mais se assemelha. Passaporte não dá para comprar pela Amazon.

Então...

O SR. CRISTÓVÃO CARDOSO (*Fora do microfone*.) – Eu queria fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou dar a oportunidade, mas queria então fazer essas três colocações, para que constem da ata.

Primeiro, a necessidade de que a placa seja idônea. Está entendendo, Aron? A placa tem que ser idônea. É um documento público, não é um documento particular. É um documento que certifica, como é a carteira de identidade, como é a carteira de motorista, como é o passaporte.

Tem que ter garantia para proteger o cidadão. Não é comprar o mais barato, é comprar uma que seja verdadeira. Pode até ter um limite de preço, com base no custo.

E, finalmente, que os municípios sejam identificados não pela bandeira, mas pelo nome do município e pela identificação da unidade federada, ou seja, as letras do estado, DF, RS, SC, e o nome da cidade.

Pois não?

O SR. CRISTÓVÃO CARDOSO (Para expor.) – A observação que eu gostaria de fazer é que essa placa hoje está como se fosse o cidadão fazer a xerox em cada esquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor pegar aí as matérias, existem inúmeros e inúmeros fabricantes – em Brasília têm no Setor de Indústrias. Estão lá à disposição para quem quiser ver –, e não são punidos. Eles fazem a placa cinza, fazem a placa do Mercosul, e não são credenciados.

Outra observação é que os DETRANs do Brasil, eu falo isso com propriedade, mal respeitam o antigo Denatran. Eles ficam criando dificuldades para favorecer outras empresas. E aí entram sistemas, pois o sistema hoje é pelo Serpro – o Denatran, que agora é Senatran – e nós vemos que os DETRANs lamentavelmente credenciam qualquer pessoa.

Então era importante muito estar aqui presente o Sr. Dias, que tem feito e sempre fez um trabalho muito bonito na época do Denatran. Ele sabe a dificuldade que é se relacionar com o Detran. Falo o seu nome em especial porque ele sabe a dificuldade que é para contornar a situação dessa placa no nosso Brasil.

Então agradeço imensamente.

Parabéns e vamos em frente!

E me coloco à disposição, como também outros colegas que aqui estão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu que agradeço, pela participação, aqueles que estavam agendados. Quero agradecer aqui a presença do Sr. Danilo, do Sr. Rodrigo, do Aron e do Jeferson. Quero agradecer a presença entre nós do Deputado Alceu Moreira, agradecer as participações do e-Cidadania, participações voluntárias e muito úteis que aqui foram feitas.

Considero que o objetivo da audiência pública foi cumprido. Nenhuma manifestação foi contrária ao escopo do projeto de lei. Repito: não houve nenhuma manifestação contra. As dúvidas foram sanadas. Eu considero perfeitamente cumprido o propósito tanto do requerimento do Senador Omar Aziz, quanto do requerimento do Senador Eduardo Gomes, quanto o do meu próprio requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião e peço que a ata seja disponibilizada a todos os integrantes da mesma, até numa informação adicional, no cumprimento do nosso dever.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e quatro, remotamente, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Efraim Filho, Flávio Arns e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Marcos do Val, Esperidião Amin e Marcelo Castro, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Plano de Trabalho - 2024**. **Finalidade:** Deliberar o Plano de Trabalho de 2024 da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/30

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Queria dar bom dia para o Saulo, nosso Secretário, e dar as boas-vindas para a nossa querida Vice-Presidente, a Senadora Damares. E bom dia a todos. Obrigada pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação do Plano de Trabalho de 2024 desta Subcomissão, do qual passo à leitura.

Por força da aprovação do Requerimento nº 53, de 2023-CAS, durante a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realizada no dia 5 de janeiro de 2023, foi criada a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (CASRaras). Instalado no dia 30 de agosto de 2023, o Colegiado tem a seguinte composição: Presidente, Senadora Mara Gabrilli; Vice-Presidente, Senadora Damares Alves; membros titulares, Senador Alessandro Vieira, Senador Alan Rick, Senadora Mara Gabrilli e Senadora Damares Alves; membros suplentes, Senador Efraim Filho e Senador Flávio Arns.

A CASRaras tem por objetivos precípuos acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

Esta Subcomissão realiza o acompanhamento das políticas públicas nos diversos aspectos concernentes ao tema, em especial aqueles dedicados à atenção prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e no âmbito da saúde suplementar.

Consideramos que as pessoas com doenças raras devem ser vistas em sua integralidade e necessitam da promoção de políticas para sua inclusão social na educação, trabalho, cultura, lazer, esporte, habitação e demais áreas da vida. No entanto, sem saúde, nenhuma dessas pessoas pode sair de casa; e aliás, sem casa, nenhuma dessas pessoas consegue viver e exercer cidadania. Desse modo, o acesso à saúde, o acesso à habitação são os primeiros passos a enfrentarmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando a escassez de opções terapêuticas disponíveis para o tratamento das pessoas com doenças raras e ultrarraras, será dada ênfase às ações de desenvolvimento ou incorporação de tecnologias voltadas ao controle dessas doenças, desde a profilaxia até a reabilitação e mitigação das sequelas, buscando-se sempre perquirir as medidas passíveis de adoção que se encontrem na esfera de competência do Poder Legislativo federal.

Quanto ao objetivo de aprimorar as políticas públicas, a CASRaras poderá propor medidas a serem implementadas no âmbito do Congresso Nacional, além de indicações e sugestões de ações a serem adotadas por órgãos de outros Poderes, caso os debates travados durante a condução dos trabalhos apontem para a necessidade de adoção de medidas que extrapolem a competência do Senado Federal.

Primeiro: atividades realizadas durante o ano de 2023.

Durante a primeira sessão legislativa de atuação da CASRaras após sua reinstalação, foram conduzidas quatro audiências públicas, além de uma diligência externa no Instituto Jô Clemente.

Considerando que as dificuldades de diagnóstico são as primeiras barreiras enfrentadas pelas pessoas com doenças raras e suas famílias, o Plano de Trabalho de 2023 deu ênfase à fiscalização das medidas para a implementação dos preceitos da Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021, que ampliou o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho em todo o território nacional.

Com o mesmo objetivo, também foi objeto de avaliação a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica (Portaria 81, de 2009, e posteriores), buscando-se sempre perquirir as medidas passíveis de adoção que se encontram na esfera de competência do Poder Legislativo federal.

Segundo item: atividades propostas em 2024.

Dando continuidade à metodologia adotada em 2023, os temas a serem tratados no âmbito da Subcomissão serão preferencialmente organizados de maneira transversal, de modo a abranger número elevado de enfermidades e, portanto, interessar a uma grande quantidade de pessoas, sejam elas acometidas diretamente pela doença, sejam familiares ou profissionais ou responsáveis.

Para o ano de 2024, a Subcomissão deve voltar-se para o exame da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Saúde, instituída pela Portaria 199, de janeiro de 2014, que completou uma década de existência, a fim de identificar a necessidade de revisão e atualização das suas disposições.

Nesse sentido, já demos início aos trabalhos, no dia 28 de fevereiro, e realizamos, por meio de requerimento de minha autoria, audiência pública em alusão ao Dia Mundial e Dia Nacional das Doenças Raras no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. A audiência foi presidida pela Vice-Presidente da CASRaras, a Senadora Damares Alves, com o objetivo de discutir os avanços promovidos pela Portaria nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

199 e debater os desafios para efetivar a atenção integral aos brasileiros com doenças raras. Estiveram presentes, além de Parlamentares, pessoas com doenças raras e representantes de organizações da sociedade civil, de comunidades médicas e científicas, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, ainda, do Ministério da Saúde.

Número três: cronograma de atividades.

As audiências públicas continuarão representando a principal atividade a ser desenvolvida no âmbito dos trabalhos da CASRaras e poderão ser complementadas por ações adicionais porventura necessárias, a exemplo de reuniões de trabalho e diligências externas.

Propomos as seguintes audiências, sem prejuízo de outras a serem requeridas pelos demais membros da Subcomissão: em maio, debateremos credenciamento, financiamento, funcionamento e avaliação dos centros e serviços de referência em doenças raras no país; em junho, normatização do acesso das pessoas com doenças raras e medicamentos, dispositivos médicos e tecnologias no âmbito dos SUS; em agosto, discutiremos os avanços e o acesso às terapias celulares avançadas; em setembro, nos debruçaremos sobre os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas para as doenças raras e a necessidade de sua atualização e expansão; em outubro, traremos ao debate as proposições legislativas no Congresso Nacional prioritárias para as pessoas com doenças raras.

Eu gostaria de colocar o plano de trabalho em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o plano de trabalho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovarem queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu gostaria de saber se a nossa Senadora, nossa Vice-Presidente Damares Alves gostaria de falar. (*Pausa.*)

Acho que a Damares está querendo falar e o som não está entrando. Eu vou tirar o meu som para ver se facilita. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência.*) – Oi, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Oi, Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia.

Está ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ouvindo superbem. Bom dia.

Bom dia ao Motta também, que te salvou.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O Motta está aqui. Eu estou brigando a manhã inteira com os computadores.

Eu quero parabenizá-la pela apresentação do plano de trabalho. Eu acho que a Subcomissão fez o dever de casa no ano passado e eu tenho certeza de que a gente vai continuar o trabalho que foi iniciado no ano passado.

Eu só queria dar uma sugestão, Senadora Mara. Na semana passada, a gente aprovou a lei da pesquisa com seres humanos. Aprovou, no Plenário, aquele projeto de lei antigo da Senadora Ana Amélia passou definitivamente no Plenário.

A minha sugestão é de que as nossas assessorias acompanhem a sanção, se virão vetos ou não, para a gente acompanhar a lei de pesquisas com seres humanos. Eu acho que interessa a todo o nosso público e a nós também.

Era só essa a minha sugestão, o.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares, adorei a sugestão, até porque aqui o nosso último item seria acompanhar mesmo os projetos. Eu acho que isso pode começar desde já, e a gente já começar a acompanhá-los, colocar as nossas assessorias, sim; você tem toda a razão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – O.k. Era só essa a minha sugestão. E vamos trabalhar, Senadora! Vamos trabalhar!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Vamos fazer mais diligências, Damares. A nossa diligência, lá no Instituto Jô Clemente, teve uma repercussão muito boa para o exame do teste do pezinho no Brasil inteiro. Então, temos que continuar com as nossas diligências.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Sim. E eu estou à sua disposição, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – O.k. Obrigada. (*Pausa.*)

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Izalci Lucas, Carlos Viana, Jayme Campos, Augusta Brito, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3334, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para permitir a redução da Reserva Legal em áreas de florestas da Amazônia Legal, para todos os efeitos, nos municípios com mais 50% do seu território ocupado por áreas protegidas de domínio público." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda n° 1-T, com a Subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jader Barbalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 11, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 10. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Em 20/03/2024, foi recebida a Emenda nº 12, de autoria do Senador Marcio Bittar (dependendo de relatório). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4015, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 julho de 2012, e 13.709, de 14 agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garantir aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nº 1 e 2, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2100, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 596, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativos a fatos geradores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Proposta de Emenda à Constituição n° 66, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos e com o Regime Geral de Previdência Social." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 660, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para prever o apoio técnico por parte da Justiça Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1958, de 2021 - Terminativo -** que: "Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CDH (Substitutiva). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2269, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4027, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer a cooperação entre as polícias judiciárias e os órgãos de controle." **Autoria:** Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1640, de 2019 - Terminativo -** que: "Torna mais rígido o controle de violência nos estádios e imediações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/20

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 11.

Como nós não temos nenhum Relator presente dos itens 1 a 11, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e três minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Efraim Filho, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Wilder Morais, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art. 103, § 2º do RISF. **Participante:** Senhor Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/14

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme pauta publicada, a reunião será dedicada a audiência pública, em atendimento ao disposto no §2º do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de receber como convidado o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Mauro Luiz Vieira. A reunião será, como todos sabem, interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Nós temos a honra de cumprimentar – e já contamos aqui com a sua presença na mesa dos nossos trabalhos – o Chanceler Mauro Vieira.

Eu aproveito para esclarecer todas as diretrizes que seguiremos. Inicialmente, será dada a palavra ao Exmo. Sr. Ministro pelo tempo de até 30 minutos para sua exposição inicial. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. e Srs. Senadores pelo prazo de até cinco minutos, em blocos de três interpelantes. Na sequência, o Exmo. Sr. Ministro terá o prazo de cinco minutos para resposta. Por fim, poderá ser concedida réplica e tréplica, com limites de três minutos para ambas.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Ministro Mauro Vieira, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em primeiro lugar agradeço a participação de V. Exa. nesta audiência pública interativa, nos termos previstos no §2º do art. 103 do Regimento Interno, para prestar informações no âmbito de suas competências.

A política externa que vem sendo executada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de uma intensa agenda de encontros bilaterais e multilaterais, tanto no Brasil quanto no exterior, trouxe o nosso país de volta para a mesa dos grandes debates mundiais e vem reafirmando a posição histórica do Brasil como exemplo de mutualidade e de soberania. Consequentemente, a política externa brasileira voltou a ser mais proeminente e influente, reassumindo uma magnitude que nos obriga a redobrar a cautela diplomática e a promover uma avaliação ainda mais ponderada dos riscos e oportunidades.

Nesse contexto, faço aqui um reconhecimento público do papel que V. Exa. tem exercido à frente do Ministério das Relações Exteriores, nosso muito caro Itamaraty, no esforço de recondução do Brasil à posição de ator relevante na geopolítica mundial. Sua presença hoje aqui, Sr. Ministro e caro amigo, enriquece mais uma vez os trabalhos desta Comissão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso posto, o revigorado empenho de nossa política externa vem também acompanhado de muita visibilidade e de novas responsabilidades, em um mundo que se vê hoje marcado por embates econômicos, conflitos territoriais, guerras cibernéticas, disputa por hegemonia, dentre tantas outras circunstâncias desafiadoras. Nesse sentido, a participação de V. Exa. nesta audiência pública lhe oferece a oportunidade de nos apresentar, a esta Comissão e à sociedade brasileira, uma prestação de contas das atividades, em matéria de política externa, empreendidas pelo Itamaraty em 2023 e daquelas planejadas para 2024.

Sendo assim, Sr. Ministro, além dos temas que julgar pertinente, nós gostaríamos de pedir para V. Exa. trazer ao conhecimento e ao debate desta Comissão, permita-me identificar, três pontos, três questões que, estou convencido, são hoje incontornáveis do ponto de vista da diplomacia brasileira.

Pediria que, durante a sua fala ou, evidentemente, na fase de interpelações, V. Exa. pudesse trazer informações sobre os seguintes questionamentos: primeiro, pela urgência e pela gravidade, sobre o conflito entre Israel e o grupo Hamas e a decorrente crise humanitária na Faixa de Gaza. A guerra acaba de completar cinco meses, e a solução parece ainda muito distante.

Precisamos entender, Sr. Embaixador, o que realmente está ocorrendo em Gaza. Não é preciso repetir que, em toda guerra, a primeira vítima é sempre a verdade.

A juízo de V. Exa., de que maneira as atrocidades cometidas pelo Hamas e a brutal resposta israelense poderão transformar nossas relações bilaterais com Israel e com Palestina?

Ademais, há alguma esperança para desfecho positivo no atual conflito, com a efetiva implementação da chamada solução de dois Estados, malgrado a terrível dor experimentada pelas vítimas israelenses e os familiares, bem como a grave crise humanitária vivenciada pelos palestinos na Faixa de Gaza?

Em 26 de janeiro de 2024, a Corte Internacional de Justiça, ao apreciar o pedido de medida cautelar, no caso, a aplicação da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, África do Sul *versus* Israel, determinou, por 16 votos a 1, que Israel, aspas, "tomará medidas imediatas e eficazes para permitir a prestação de serviços básicos e assistência humanitária urgentemente necessários para fazer face às condições de vida adversas enfrentadas pelos palestinos na Faixa de Gaza".

Nesse contexto, eu perguntaria a V. Exa., desde já: em que medida, no sentido de V. Exa., o recente bloqueio por Israel de parte da ajuda humanitária enviada pelo Brasil afronta a citada decisão do principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas?

Quais medidas o Brasil pode adotar, visando garantir o desbloqueio da ajuda humanitária bem como evitar futuros impedimentos?

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, pediria que V. Exa. abordasse – isto foi tema de alguns requerimentos – as declarações recentes do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a guerra.

O segundo questionamento, inevitável, diz respeito à guerra da Ucrânia, que acaba de completar três anos e que também vive, hoje, um impasse. Especialistas temem uma nova escalada do conflito. O orçamento de defesa da Rússia triplicou, desde 2021, e deve consumir 30% dos gastos do Governo russo em 2024.

Por outro lado, a Otan anunciou, recentemente, a realização do maior exercício militar, desde o fim da Guerra Fria, com quase 100 mil soldados.

Que avaliação V. Exa. faz das consequências dessa guerra até aqui, tanto para o contexto europeu quanto para as relações internacionais de maneira mais ampla, e, sobretudo, da consequência para o Brasil, em caso de prolongamento do conflito?

Como terceiro e último ponto, agora de natureza bilateral, nós pediríamos que V. Exa. esclarecesse a posição do Brasil e o andamento das negociações relativas ao Anexo C do Tratado de Itaipu, que dispõe sobre as bases financeiras do acordo, cuja validade expirou em abril do ano passado.

Como todos sabem, o Tratado de Itaipu, celebrado entre Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973, permitiu o aproveitamento hidroelétrico de trecho do Rio Paraná. Referido ato internacional é composto por 25 artigos e 3 anexos: Anexo A, Estatuto da Itaipu; B, Descrição Geral das Instalações Destinadas à Produção de Energia Elétrica e das Obras Auxiliares; e C, Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade da Itaipu.

A revisão referida não contempla o Tratado de Itaipu, tampouco os Anexos A e B. E mais, ela não significa, de modo necessário, que o Anexo C necessita ser alterado.

Esse contexto deve ser recordado na medida em que, conforme disposto no art. 13 do Tratado de Itaipu, apenas Brasil e Paraguai poderão adquirir eventual excedente de energia da outra parte, vedada a possibilidade de comercialização.

Dito isso, eu queria perguntar, Sr. Ministro, para que V. Ex. respondesse, inclusive na fase de interpelações: existem negociações em curso no sentido de rever o Anexo C? Em caso afirmativo, como ela se encontra e quais os órgãos brasileiros envolvidos nas tratativas?

Lembrando, desde já, a nossa evidente limitação de tempo, creio que esses três pontos sintetizam algumas das preocupações mais urgentes desta Comissão e, evidentemente, que não poderiam ser colocadas de lado.

Eu concedo a palavra a V. Exa., para uma intervenção inicial, por até 30 minutos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Líder do Governo no Senado Federal, Senador Jaques Wagner; Srs. Senadores; senhoras, senhores; colegas do Ministério das Relações Exteriores, é uma grande satisfação e honra, hoje, estar aqui, a convite de V. Exa., para esta reunião, que é a abertura do ano legislativo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Quero registrar, uma vez mais, a importância e o apreço que o Itamaraty confere aos trabalhos desta Comissão, por meio da qual tem sido fortalecido o diálogo e a cooperação com o Senado em todos os temas afetos à política externa definida pelo Presidente Lula.

Sr. Senador, muito obrigado pelo tempo que me concede. Tentarei me referir a todos os temas que havia preparado para a minha apresentação e também aos temas levantados por V. Exa. e gostaria de dizer que farei primeiro uma apresentação, como se fosse um relatório, sobre o ano de 2023, e a projeção para 2024. Na segunda parte, então, eu abordaria a questão do conflito entre Israel e Gaza, as questões que V. Exa. levantou com relação à guerra entre Rússia e Ucrânia e a questão de Itaipu. E obviamente estarei sempre à disposição para responder a todas as perguntas.

Para começar, eu diria que concluímos com êxito o primeiro ano da política externa determinada pelo Presidente Lula, com o objetivo de reposicionar o Brasil no mundo a partir de 1º de janeiro do ano passado.

Foram mais de 200 interações mantidas pelo Senhor Presidente da República e por mim mesmo na forma de participação em cúpulas, reuniões bilaterais, visitas realizadas, telefonemas e videoconferências.

Dedicamos especial atenção ao relançamento dos contatos com nossos principais parceiros. O ponto de partida foi, como não poderia deixar de ser, a nossa própria região, em linha com o mandamento constitucional de integração latino-americana.

O Brasil revitalizou a parceria com nossos sócios estratégicos do Mercosul, regressou à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (Celac), lançou nova agenda de cooperação e integração na América do Sul, com o consenso de Brasília adotado na reunião de Presidentes dos países da América do Sul realizada aqui em Brasília, no dia 30 de maio.

Em agosto fizemos a Cúpula da Amazônia em Belém, com os Chefes de Estado dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica.

Resgatamos relações com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos, com quem celebramos 200 anos de relações diplomáticas neste ano de 2024, e com países europeus.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Lula foi convidado para grandes eventos internacionais, entre os quais a reunião do G7, em Hiroshima, grupo de países composto pelos Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá, e com o qual mantemos um intercâmbio político importante e um intercâmbio comercial de cerca de U$140 bilhões.

Aliás, vale a pena registrar que o Presidente Lula foi o único Chefe de Estado brasileiro convidado a participar de todas as reuniões do G7 durante os seus dois primeiros mandatos, portanto em oito realizações da cúpula do G7, e foi convidado no ano passado, no primeiro ano do seu terceiro mandato, e já foi convidado este ano. No ano passado se realizou no Japão, em Hiroshima, e este ano será na Itália – isso cabe a países que tenham a Presidência do G7 –, que fará a cúpula na região de Puglia, de 15 a 17 de julho, já tendo convidado o Presidente Lula.

Além disso, demos novo impulso aos laços com países em desenvolvimento, como a China, a Índia, a África do Sul e demais nações da África e da Ásia, inclusive com a Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático).

Queria destacar, Sr. Presidente, que recebi em Brasília, em janeiro deste ano, a visita do Ministro de Negócios Estrangeiros da China, com quem copresidi a IV Reunião do Diálogo Estratégico Global Brasil-China. O encontro foi muito produtivo e importante, resultou na assinatura do acordo sobre vistos em passaportes comuns, que dobrará para dez anos a validade recíproca dos vistos concedidos; e isso terá um efeito positivo na comunidade de negócios de ambos os países. A reunião permitiu ainda que se discutissem os preparativos para a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), mecanismo que comemora, este ano, 20 anos e que reunirá em junho na China – é presidida pelos respectivos Vice-Presidentes – o Vice-Presidente Geraldo Alckmin e o Vice-Presidente da China, Han Zheng.

Aguardamos também a visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil, prevista para novembro deste ano, quando celebraremos os 50 anos de relações bilaterais.

Como todos sabem, a China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Em 2023, a corrente de comércio registrou um recorde de praticamente US$158 bilhões. O superávit comercial para o Brasil atingiu um recorde de US$51 bilhões, ou seja, metade do superávit comercial total do Brasil no ano passado.

Criamos, ainda, a posição de Delegado Permanente do Brasil junto à Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático), bloco de dez países representativos de uma das regiões mais dinâmicas do mundo, composto por Tailândia, Malásia, Singapura, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Camboja, Brunei, Myanmar e Laos. Trata-se de bloco que tem se consolidado como parceiro-chave para a economia brasileira. Nosso fluxo de comércio tem aumentado consistentemente e alcançou a cifra de US$37 bilhões no ano passado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda na diplomacia comercial, é digna de nota a conclusão do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Singapura, o primeiro dessa natureza que o bloco assina desde 2011.

O comércio do Brasil com a União Europeia tem se mantido em patamar elevado, acima de US$91 bilhões. Podemos dizer que fizemos importantes avanços na negociação do acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia durante a Presidência Pro Tempore do Brasil no Mercosul no ano passado, que demonstra o engajamento do Brasil e dos sócios do Mercosul nas relações com a União Europeia. E seguimos comprometidos com a conclusão desse importante acordo, que deverá – esperamos – ocorrer ainda este ano, no segundo semestre.

Graças ao trabalho intenso do Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o ministério e com o próprio Ministro da Agricultura e Pecuária, foram abertos, no ano passado, 78 novos mercados para produtos agropecuários em 39 países, distribuídos por cinco continentes.

Já nesses primeiros dois meses do ano, conseguimos abrir mais 18 mercados em 13 países. Isso tem sido fundamental para a geração de renda e emprego no Brasil, instrução e preocupação constante do Presidente Lula, além de ser importante elemento para o agronegócio brasileiro.

No plano multilateral, participei, na semana retrasada, da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. Nossa atuação teve como parâmetro geral a defesa da OMC e do sistema multilateral de comércio, em linha com a atuação histórica do Brasil, com a prioridade atribuída pela Presidência brasileira do G20 ao fortalecimento da governança global. Lamentamos, por outro lado, a falta de resultados ambiciosos da conferência, em especial a ausência de avanços concretos em agricultura, apesar dos esforços empreendidos. De todo modo, continuaremos engajados nas negociações, com vistas a restabelecer a operacionalidade do sistema de solução de controvérsias da OMC – que é um tema central para a política brasileira –, pilar fundamental do sistema multilateral de comércio e que está paralisado desde 2017 e totalmente bloqueado a partir de 2019.

Se, no ano de 2023, o Brasil voltou ao mundo, neste ano é o mundo que virá ao Brasil. O principal exemplo disso é a Presidência brasileira do G20, nossa prioridade maior de política externa em 2024. Quero agradecer o apoio do Congresso Nacional, especialmente desta Casa, na viabilização dos meios materiais para entregarmos com êxito esse compromisso que assumimos perante a comunidade internacional. Serão mais de 200 reuniões ao longo de todo o ano em diversas capitais do Brasil, nas quais serão discutidos temas fundamentais para o futuro do mundo e do Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo brasileiro definiu as seguintes prioridades para a nossa Presidência do G20: Inclusão social e combate à fome e à pobreza; transição energética e a promoção do desenvolvimento sustentável; e a reforma das instituições de governança global. Lançamos também três iniciativas prioritárias: aliança global contra a fome e a pobreza, que contará tanto com países desenvolvidos quanto em desenvolvimento; também uma força-tarefa para a mobilização global contra as mudanças climáticas; e também faremos uma reunião inédita, que será a segunda ao longo do ano, de chanceleres do G20, que ocorrerá em Nova York logo após a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, aproveitando a presença de praticamente todos os ministros de Estado, muitos dos ministros de relações exteriores e muitos dos chefes de Estado. Essa reunião será aberta à participação de todos os países membros da ONU, num esforço de inclusividade, e terá por objetivo promover os debates sobre a reforma da governança global.

Nos dias 21 e 22 de fevereiro passados, durante a primeira reunião de chanceleres do G20 no Rio de Janeiro, tivemos a oportunidade de discutir com profundidade este último tópico. Colocamos à mesa os membros do G20 – 19 países mais a União Europeia e a União Africana –, além de alguns países convidados e organismos internacionais, em um diálogo franco, importante e necessário para discutir a conjuntura internacional e para discutir caminhos para a reforma da governança global. Em um cenário de extrema polarização internacional, o fato de que todos estiveram na mesma sala e dialogaram já merece ser celebrado.

Posteriormente, no dia 26 de fevereiro, em São Paulo, os ministros de finanças do G20 se reuniram para discutir a arquitetura financeira internacional, inclusive temas como evasão fiscal, taxação internacional, finanças sustentáveis, entre outros, sob a liderança do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A agenda seguirá intensa até a Cúpula de Líderes e Chefes de Estado do G20, que acontecerá no Rio de Janeiro, em novembro deste ano.

Outra prioridade para este ano, conforme orientações recebidas do Presidente Lula, são as relações com a América Latina, o Caribe e o continente africano. O Presidente Lula realizou visita ao Egito, que foi particularmente significativa, pois celebramos, neste ano, cem anos de relações diplomáticas com o Egito. Mantemos um importante fluxo comercial, da ordem de quase US$3 bilhões, com o Egito. Durante a visita, iniciamos discussões para elevar as relações entre o Brasil e o Egito ao nível de parceria global.

O Presidente regressou à sede da Liga dos Estados Árabes, 20 anos após o seu primeiro discurso naquele foro, o primeiro e único até então realizado por um Chefe de Estado brasileiro. A Liga Árabe congrega 22 países membros e, no ano passado, representou também, em bloco, importante intercâmbio comercial com o Brasil, da ordem de US$30 bilhões.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, o Presidente esteve em Adis Abeba, na Etiópia, para uma visita de Estado importante e para participar, como convidado especial, da Cúpula da União Africana. Foi o único Chefe de Estado de fora da região a ter sido convidado para tomar a palavra, além do Primeiro-Ministro da Palestina. O Presidente também manteve uma série de reuniões bilaterais com os países da região.

O nosso comércio bilateral com a África já ultrapassa US$20 bilhões. A minha avaliação é de que esse périplo do Presidente abriu novas oportunidades de aprofundamento em nossas relações na seara política e, especialmente, em termos de comércio e investimento.

Ao mesmo tempo, seguimos conferindo especial ênfase à cooperação e à integração da América do Sul. Isso ficou muito evidente no importante esforço diplomático de desarme de tensões entre a Guiana e a Venezuela, sobre a disputa da região do Essequibo. Isso se deveu muito à iniciativa do Presidente Lula durante a Cúpula do Mercosul, realizada em dezembro passado, no Rio de Janeiro, quando o Presidente propôs ao Presidente da Celac, o Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonçalves, que abordasse a questão com ambas as partes, que fizesse uma intermediação entre Venezuela e Guiana.

Atendendo a esse chamado para criar um espaço de entendimento, foi realizado, no dia 14 de dezembro, em São Vicente e Granadinas, a reunião entre o Presidente Nicolás Maduro e Irfaan Ali, da Guiana. Os Presidentes de ambos os países concordaram em não recorrer à força para resolver o contencioso bilateral e comprometeram-se a manter negociações com vistas a encontrar solução diplomática permanente.

Em janeiro último, como consequência desse encontro empresarial de São Vicente e Granadinas em dezembro, recebemos, no Brasil, a primeira reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da Guiana e Venezuela, criada pelas partes para seguir o diálogo. O Governo brasileiro também está firmemente empenhado no acompanhamento da situação na Venezuela. Em nossos contatos com o Governo venezuelano, temos enfatizado a importância de preservar o espírito dos Acordos de Barbados para o encaminhamento da situação política no país. O Presidente Lula manteve reunião com o Presidente da Venezuela, à margem da Cúpula da Celac, e, posteriormente, três dias depois, o Governo venezuelano anunciou a convocação das eleições presidenciais para o dia 28 de julho próximo, o que será um passo fundamental para o encaminhamento do processo político no país vizinho.

Representei o Governo brasileiro na cerimônia de posse do Presidente da Argentina, Javier Milei. Antes da posse, recebi a visita da então Chanceler designada da Argentina Diana Mondino, com quem venho mantendo contatos frequentes e produtivos.

No final de fevereiro último, o Presidente Lula visitou a Guiana para participar da 46ª Cúpula da Comunidade do Caribe (Caricom), em Georgetown, e eu acompanhei também a 8ª Cúpula da Celac, em Kingstown, São Vicente e Granadinas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ressaltar que o comércio do Brasil com a Celac foi da ordem de US$83 bilhões no ano passado e com a Caricom, de US$2,6 bilhões.

Acompanhamos com preocupação a situação em curso no Haiti. Estamos empenhando esforços para que a comunidade internacional apoie a Missão Multinacional de Apoio à Segurança, mandatada em outubro passado, durante a presidência brasileira no Conselho de Segurança da ONU. Essa missão, que deverá ser integrada por contingentes de policiais do Quênia e do Benin e de países da Caricom, será fundamental para apoiar os esforços da Polícia Nacional do Haiti na estabilização do país.

Como as senhoras e os senhores podem ver, a agenda política externa para 2024 exigirá bastante do Itamaraty e dos demais ministérios da Esplanada. Além da execução das prioridades de 2024, também já estão em andamento preparativos para os grandes eventos que sediaremos em 2025, com destaque para a COP 30, do clima, e a cúpula dos Brics, além da cúpula também, nessa ocasião, do Mercosul. Portanto, o apoio constante do Senado e desta Comissão será fundamental para continuarmos realizando as sabatinas, a aprovação de atos internacionais e o diálogo institucional e as relações interparlamentares.

Neste segundo Governo do Presidente Lula, o Itamaraty seguirá dedicando esforços para a consolidação de iniciativas de política externa lançadas no ano passado, cujos resultados já se fazem sentir, permitindo que em 2024 e nos próximos anos o mundo venha ao Brasil abrindo novas possibilidades de parcerias políticas e econômicas em prol do desenvolvimento sustentável do Brasil em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

Sr. Presidente Renan Calheiros, passo, então, agora, à segunda parte desta apresentação. Procurarei aproveitar a oportunidade para responder os pontos que V. Exª. levantou na sua alocução inicial, e começaria pela questão do conflito israelo-palestino, que continua sendo da mais alta importância e relevância para a política externa brasileira e para o conjunto da comunidade internacional.

Passados cinco meses desde os brutais ataques terroristas realizados pelo Hamas contra a população civil em Israel, a violência, a destruição e a morte continuam a imperar entre Israel e Palestina, colocando em risco a estabilidade regional.

Já na primeira hora, o Governo brasileiro, a começar pelo Presidente da República, manifestou repúdio e a condenação aos ataques terroristas de 7 de outubro. Transmitimos oficialmente, por nota do Itamaraty, por meio de telefonema do Presidente Lula ao Presidente de Israel e em telefonema meu ao Chanceler de Israel, então, nossas mais sentidas condolências aos familiares das vítimas e nossa solidariedade ao povo daquele país. Manifestamos também nossas mais profundas condolências e solidariedade aos familiares de nacionais brasileiros e de filhos de brasileiros que perderam a vida naquele dia fatídico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitamos e continuamos empenhados na pronta libertação dos reféns, inclusive do cidadão brasileiro-israelense Michel Nisenbaum, cuja família foi recebida pelo Presidente Lula, aqui em Brasília, no dia 11 de dezembro passado. Eu mesmo recebi os familiares do Sr. Nisenbaum em Buenos Aires, no dia 9 de dezembro, à margem da cerimônia de posse do Presidente Milei, a pedido do então Ministro das Relações Exteriores de Israel, Eli Cohen, que os acompanhou durante essa entrevista e nessa reunião.

Prestamos também a nossa sincera e profunda solidariedade ao povo palestino, particularmente àqueles que ainda se encontram em Gaza, àqueles que foram forçados a se deslocar e àqueles muitos que perderam seus entes queridos.

Ressaltei aqui nesta Comissão, em outubro passado, que nada, absolutamente nada, justifica o recurso à violência, sobretudo contra civis. Isso permanece válido e ganhou ainda mais urgência e relevância. E foi justamente por isso que incentivamos, desde o início, todas as partes a exercerem a máxima contenção a fim de evitar uma escalada da situação.

Nos primeiros meses, nossa atenção estava voltada a atender aos cidadãos brasileiros em necessidade de assistência dos dois lados do conflito. Eram cerca de 14 mil brasileiros residentes em Israel e cerca de 6 mil na Palestina. A grande maioria na Cisjordânia, mas alguns, acima de uma centena, na Faixa de Gaza.

A determinação do Presidente Lula, desde o início, foi a de não deixar nenhum brasileiro ou brasileira para trás. Criamos um gabinete de crise no Itamaraty, de natureza interministerial, com a participação do Ministério da Defesa e da Força Aérea Brasileira, além de outros Ministérios, como o Ministério da Justiça e a pasta do Desenvolvimento e Assistência Social, com o objetivo de acompanhar, em tempo real, o desdobramento do conflito. Servidores do Itamaraty trabalharam, em sistema de plantão de 24 horas, 7 dias por semana, atendendo a brasileiros e familiares e coordenando o processo de repatriação. Nossa rede de postos no exterior e os funcionários em Brasília monitoraram constantemente a situação no terreno e as negociações em foros internacionais.

Faço um especial agradecimento aos funcionários do Itamaraty, nas embaixadas em Tel Aviv, Ramala, Cairo, Amã e Beirute, além de todos os funcionários envolvidos, da área consular e das demais áreas, nesse esforço e na implementação dessa operação em Brasília. Graças a essa atuação determinada, o Brasil foi o primeiro país a iniciar a operação de repatriação de nacionais e de maneira totalmente gratuita. Isso não teria sido possível sem o apoio do Ministério da Defesa e o profissionalismo da Força Aérea, que atenderam imediatamente ao chamado do Presidente Lula.

A retirada dos brasileiros de Gaza, em particular, foi fruto de intensa articulação diplomática e presidencial em contatos com o Governo de Israel, com a Autoridade Palestina, com o Egito, a Turquia, o Catar, a Jordânia, os Emirados Árabes, o Irã, a Rússia, a França e a Arábia Saudita, todos atores importantíssimos nesse conflito na região, no Oriente Médio, entre outros atores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todos esses contatos, nossa mensagem foi sempre uníssona: apoio à operação de retirada dos brasileiros que desejavam retornar ao nosso país; apoio a todas as iniciativas possíveis para que não faltassem água, luz e remédios em hospitais em Gaza; apelo por corredor humanitário, pelo cessar-fogo, pela retomada das negociações e pela liberação dos reféns.

Após meses de espera e de intenso trabalho diplomático, logramos retirar nossos nacionais de Gaza, inclusive um bebê brasileiro nascido nos primeiros momentos do conflito. No total, a operação Voltando em Paz repatriou 1.560 cidadãos em 12 voos da FAB e um voo comercial, incluindo quatro grupos de brasileiros que estavam em Gaza.

Quero agradecer, mais uma vez, o apoio dos inúmeros Parlamentares que entraram em contato conosco e nos ajudaram a identificar pessoas que precisavam de ajuda tanto em Israel quanto na Palestina.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, o conflito entre Israel e Palestina não é algo novo. Ele pode ser considerado o último grande conflito colonial não resolvido após quase 70 anos de discussões, guerras, acordos negociados, muitos dos quais jamais implementados. A violência na Faixa de Gaza já havia eclodido em 2007, ano do início do bloqueio israelense, que agravou a situação humanitária naquele território. Outros episódios sangrentos se seguiram em 2009, 2011, 2014 e 2018. Como se vê, a dinâmica entre Israel e Palestina já estava se mostrando cada vez mais insustentável, sem avanços concretos.

Nos anos recentes, organismos internacionais, ONGs e Governos vêm alertando para o crescimento sistemático dos assentamentos ilegais israelenses na Cisjordânia. Também houve forte aumento de atos de violência dos colonos israelenses contra palestinos residentes nos territórios ocupados. Observou-se uma crescente segregação no que tange ao acesso de serviços básicos. Além disso, houve numerosas violações israelenses ao *status quo* dos sítios sagrados em Jerusalém, com destaque à Esplanada das Mesquitas, também conhecida como Monte do Templo.

Historicamente, como um país amigo do Estado de Israel e do Estado da Palestina e como um país que abriga de forma harmônica comunidades de origem árabe e judaica, a posição do Brasil tem sido e continuará a ser em favor do diálogo e de negociações que conduzam à solução de dois Estados, com a Palestina e Israel convivendo em paz e segurança dentro das fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

Temos um compromisso histórico com o Estado de Israel e temos também um compromisso histórico com o Estado da Palestina, reconhecido por 139 países na data de hoje; e temos um compromisso com sua aspiração legítima de tornar-se membro pleno da Organização das Nações Unidas. O Brasil esteve presente no processo que levaria à criação do Estado de Israel quando, no dia 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas, sob a Presidência do brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou o plano para a divisão da Palestina, plano este que previu a criação de um Estado judeu, mas também de um Estado palestino, além de um Estado especial para a cidade de Jerusalém.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil se orgulha de sua posição histórica sobre o conflito israelo-palestino, que respeita o direito internacional, as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas. Também valorizamos nossa disposição para apoiar e tentar encontrar um caminho de paz naquela região que é tão importante e relevante para os brasileiros. O Brasil se orgulha, igualmente, de sua atuação internacional constante e firme no combate a todas as formas de discriminação, xenofobia e antissemitismo.

Sr. Presidente, a atual escalada de violência põe em evidência a urgência de se buscar solução justa, política e duradoura para o conflito. O Brasil tem trabalhado no máximo de suas capacidades diplomáticas nesse sentido.

Temos sistematicamente condenado a expansão dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados. O Brasil reconhece a Palestina como um Estado desde 2010, e continuamos a nos empenhar para que ela se torne membro pleno das Nações Unidas. E, como disse, 139 países dos 193 membros das Nações Unidas já reconhecem o Estado palestino como um Estado. Esses esforços se prestam a ajudar e a criar condições para a retomada do processo de paz, levando a uma solução dos dois Estados, com a Palestina e Israel vivendo lado a lado, dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas.

Propostas que envolvam o deslocamento de palestinos para fora da Faixa de Gaza e o restabelecimento de assentamentos israelenses naquele território são absolutamente inaceitáveis e apenas aprofundarão a tragédia em curso. O Brasil tem feito tudo ao seu alcance para colaborar para uma solução dessa catástrofe humanitária. Defendemos a urgência de um cessar-fogo e insistimos para que as partes respeitem o direito humanitário internacional.

À frente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em outubro passado, eu próprio presidi e facilitei esforços para aprovar um projeto de resolução que determinasse a cessação do fogo e recolocasse as partes em discussão, com vistas à implementação da solução de dois Estados. Sempre com esse intuito de facilitação de consenso, fui a Nova York quatro vezes em outubro, quando presidi sete sessões do Conselho de Segurança, além de participar de outro debate do Conselho de Segurança sobre o Oriente Médio, já no mês de novembro, fora da Presidência brasileira, na Presidência chinesa rotativa do Conselho.

Chegamos muito perto. O projeto facilitado pelo Brasil recebeu dois votos favoráveis e duas abstenções, mas foi vetado por um dos membros permanentes do Conselho. Outros três projetos, instando um cessar-fogo imediato, foram igualmente vetados por diferentes lados. Essa paralisação decisória não é isenta de custos. Recordo que, no dia da votação do referido projeto brasileiro, em 18 de outubro de 2023, registravam-se 3,4 mil palestinos mortos e 12 mil feridos. Hoje, já são 32 mil mortos e 73 mil feridos em Gaza, 70% dos quais são mulheres e crianças, e um número elevado de mais de 7 mil desaparecidos. Do lado israelense, além dos 1.112 mortos no ataque terrorista do Hamas em 7 de outubro, já morreram 251 soldados desde a invasão de Gaza pelo exército de Israel.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão que se impõe é: quantas vidas mais serão perdidas até que todos atuem para impedir o morticínio em curso?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é nesse contexto de profunda indignação que se inserem declarações do Presidente Lula. São palavras que expressam a sinceridade de quem busca preservar e valorizar o valor supremo que é a vida humana. O próprio... E aqui me valho de exemplos de declarações de importantes personalidades políticas do mundo, como o próprio Secretário de Estado norte-americano, que, quando perguntado sobre as declarações do Presidente, afirmou compreender que foram motivadas pelo desejo de ver acabar o sofrimento das pessoas, com o que ele concordou.

Foi também por esse motivo que apoiamos o processo iniciado pela África do Sul perante a Corte Internacional de Justiça, que busca avaliar se o Governo de Israel estaria violando a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, como mencionado por V. Exa.

Os juízes acolheram a demanda e reconheceram a plausibilidade de que um genocídio estaria em curso. Por esse motivo, a Corte da Haia emitiu, no dia 26 de janeiro, medidas cautelares que demandam que Israel tome todas as medidas ao seu alcance para impedir a prática de todos os atos considerados como genocídio, para evitar danos irreparáveis. Quero ressaltar que essas medidas cautelares são de implementação imediata e obrigatória, porém, até o momento, não há registro de alterações da condução das operações militares levadas a cabo na Faixa de Gaza. Pelo contrário, temos ouvido declarações, cada vez mais recorrentes, de altas autoridades do atual Governo de Israel que passaram a falar abertamente de ocupação de Gaza, de deslocamento forçado de sua população e que jamais aceitarão a constituição de um Estado palestino.

Sr. Presidente, o senhor perguntou sobre o bloqueio da ajuda humanitária e se ele afronta a decisão da CJI.

Desde o início do conflito, a comunidade internacional vem manifestando preocupação com o volume de assistência humanitária insuficiente que chega a Gaza em razão das restrições impostas ao acesso à Faixa de Gaza por Israel. A estimativa é de que mais de 15 mil toneladas de suprimentos de ajuda humanitária internacional ainda aguardariam aprovação israelense para entrar em Gaza, e mais da metade da carga consistiria em alimentos. Sem sombra de dúvidas, o bloqueio à ajuda humanitária, no contexto atual de fome e falta de insumos médicos em Gaza, consiste em uma violação do direito internacional.

No tocante especificamente às doações brasileiras, a maior parte delas, enviadas diretamente pelo Brasil, foi devidamente entregue em Gaza, segundo a organização Crescente Vermelho Egípcio. Trinta dos 190 purificadores de água que enviamos, contudo, tiveram sua entrada impedida em Israel na passagem de Nitzana, onde ocorre a inspeção antes de serem enviados para a passagem de Rafah. Até o momento não temos confirmação sobre os motivos alegados para a rejeição desses 30 últimos

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

purificadores de água, mas há indicações informais de que decorreria do fato de os purificadores de água serem movidos a energia solar e contarem com *kit* voltaico.

O que podemos fazer, e continuaremos a fazer na nossa linha atual, é denunciar a decisão unilateral israelense de bloquear recorrentemente a entrada de ajuda humanitária e seguir trabalhando com os países vizinhos e os organismos internacionais em favor da abertura de corredores humanitários.

Anúncios oficiais também dão conta de estar sendo preparada uma operação militar terrestre israelense na região de Rafah, para onde foram forçosamente deslocados grande parte dos habitantes do norte de Gaza, que agora não têm para onde fugir. É justamente isso que nos causa espanto e consternação, assim como à grande maioria da comunidade internacional – trata-se de avaliação compartilhada por diversos veículos de imprensa internacional, pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, por diversos Chefes de Estado, além de declaração recente do próprio Papa Francisco.

Lamento que a chancelaria de Israel tenha se dirigido de forma desrespeitosa a um Chefe de Estado de um país amigo, o Presidente Lula. Por sinal, foi o primeiro Chefe de Estado do Brasil a visitar Israel, em março de 2010, em visita oficial.

Reputo igualmente lamentável o tratamento indecoroso e descabido dado ao Embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer, que atendeu de boa-fé a uma convocação da chancelaria israelense. São páginas que desabonam a prática diplomática internacional. Determinei o pronto retorno do Embaixador do Brasil em Tel Aviv para consultas em Brasília. O Embaixador de Israel em Brasília e o Governo do Primeiro-Ministro Netanyahu foram informados de que o Brasil reagirá com diplomacia, sempre, mas com toda firmeza a qualquer ataque que receber, agora e sempre.

Estou seguro de que as relações do Brasil com Israel e nossa amizade com o povo israelense sobreviverão ao comportamento do atual Governo de Israel.

Sras. e Srs. Senadores, jamais poderíamos antecipar que a situação chegaria ao estágio atual com mais de 31 mil mortos, dos quais 25 mil mulheres e crianças. Números esses que foram mencionados pelo próprio Secretário de Defesa dos Estados Unidos, em depoimento no Congresso dos Estados Unidos, no dia 29 de fevereiro deste ano. É um cenário desolador. Em pouco mais de cinco meses, houve mais crianças, jornalistas, pessoal médico, funcionários da ONU mortos do que em qualquer outro lugar do mundo durante um conflito.

Crianças morrem diariamente por desnutrição. Segundo o Fundo da População das Nações Unidas, 5, 5 mil mulheres deverão dar à luz, no atual mês de março, enquanto mais de 155 mil grávidas e lactantes correm risco de desnutrição.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde 7 de fevereiro, segundo a Organização Mundial da Saúde, não existe mais hospital totalmente funcional em Gaza. Cirurgias estão sendo realizadas sem anestesia, inclusive em crianças. O Porta-voz do Unicef afirmou, em dezembro passado, que pelo menos mil crianças tiveram uma ou ambas as pernas amputadas, desde 7 de outubro, em virtude de ataques.

Na semana retrasada, assistimos a um massacre de mais de cem palestinos que foram mortos quando esperavam na fila para receber comida enviada por assistência humanitária. E, apesar disso, o Governo do Primeiro-Ministro de Israel continua dificultando sistematicamente a entrada de caminhões com ajuda humanitária nas fronteiras com Gaza.

Recebemos com preocupação a notícia, na última semana, de que o Governo de Israel autorizou a construção de cerca de 3,5 mil novos assentamentos ilegais nos territórios palestinos ocupados, como confirmado por órgão das Nações Unidas, a exemplo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Escritório da ONU para a coordenação de assuntos humanitários.

Senhoras e senhores, Gaza é um quadrilátero com 41km de comprimento e com largura que varia de 6 a 12km. São 365m². É uma área pouco menor do que o Plano Piloto de Brasília. É como se toda a população de cidades como Belo Horizonte ou Salvador estivesse confinada neste pequeno espaço.

É preciso condenar e repudiar a atrocidade do ataque terrorista sofrido por Israel no dia 7 de outubro. Sim, Israel tem o direito de defender sua população, mas isso tem de ser feito dentro de regras do direito internacional. A cada dia que passa, no entanto, resta claro que a reação de Israel ao ataque sofrido tem sido extremamente desproporcional e não tem como alvo somente aqueles responsáveis pelo ataque, mas todo o povo palestino. Tal como ressaltado pelo Governo brasileiro no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, trata-se de punição coletiva. Essa atitude é absolutamente contrária aos princípios mais básicos do direito internacional humanitário e deve ser igualmente condenada.

Sr. Presidente Renan Calheiros, não é por acaso que o preâmbulo da Carta das Nações Unidas começa com a seguinte frase: "Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço de nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade [...]". Todo o sistema internacional em vigor, com as Nações Unidas no seu centro, foi erigido sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial. O objetivo é evitar que as atrocidades registradas naquele período venham a se repetir.

Como afirmei em maio do ano passado nesta Comissão, o mundo assiste hoje a uma superposição inédita de crises, que tornam a realidade internacional contemporânea ainda mais complexa e dinâmica. Como afirmado pelo Presidente Lula, não é possível que o mundo gaste, por ano, 2,2 trilhões em armas enquanto mais de 700 milhões de pessoas não têm o que comer.

Combates seguem em curso na Ucrânia, a instabilidade se aprofunda no Haiti, as tensões se elevam no Oriente Médio. Mais do que nunca é preciso diálogo, diplomacia e cooperação. Temos buscado

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter uma posição equilibrada, mas, sobretudo, construtiva, coerente com a nossa história diplomática e com o respeito ao direito internacional.

O Brasil mantém canais de interlocução abertos com Kiev e com Moscou. O Presidente Lula – isso em resposta a um dos temas que V. Exa. suscitou – manteve encontro com o Presidente Zelensky, à margem da Assembleia Geral da ONU, em setembro do ano passado. O Assessor Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim, viajou à Ucrânia, onde foi recebido pelo Presidente Zelensky em maio passado e tem participado de vários esforços de negociação da paz. Eu próprio já conversei várias vezes, por telefone, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, a última vez em 31 de janeiro passado. Estive pessoalmente com ele em Nova York em setembro e também, no mês de fevereiro do ano passado, durante o seminário de segurança de Munique, em que tivemos a ocasião de discutir as nossas posições sobre a questão. Anteriormente, mantivemos encontro justamente na Conferência de Munique, que foi em fevereiro, como eu disse.

Nossa posição é clara: condenamos a violação da integridade territorial ucraniana tanto no Conselho de Segurança como na Assembleia-Geral da ONU. Ao mesmo tempo, nos posicionamos em favor da paz, do diálogo e da diplomacia. Trata-se de criar um espaço para a negociação que leve em conta as legítimas preocupações de segurança de todas as partes. Até o Papa Francisco repetiu também essa observação. Isso decorre não apenas do imperativo de acabar com a tragédia diária que o conflito impõe em termos de perdas de vidas humanas. O fim do conflito se impõe pelo risco, a meu ver, crescente, se considerarmos as declarações recentes de altas lideranças, de uma escalada do conflito, inclusive com possibilidade de uso de armamento nuclear. O prolongamento do conflito afetará todos. O risco geopolítico crescente, agravado pelas sanções econômicas unilaterais ilegais, levou o mundo a uma escalada inflacionária que não se via há décadas, com forte impacto na segurança alimentar e energética.

O Brasil tem credenciais e patrimônio diplomático suficientes para dar uma contribuição aos grandes temas da ordem internacional, sejam eles de paz e segurança, econômicos, financeiros, de combate à fome e à pobreza, à desigualdade e também no conflito entre Israel e Palestina.

Não estamos sozinhos, muito pelo contrário. É cada vez maior o entendimento internacional de que o que estamos vendo é inadmissível. Para citar outro exemplo, a Vice-Presidente dos Estados Unidos afirmou agora, no dia 4 de março, que muitos inocentes palestinos foram mortos e que a nossa humanidade comum nos compele a agir para levar ajuda humanitária e vital aos inocentes. Defendeu o cessar-fogo imediato de seis semanas, de modo que os reféns possam ser libertados. É a hora de o Conselho de Segurança agir, portanto. O Brasil seguirá firme na defesa da diplomacia e do direito internacional, contribuindo na medida das nossas possibilidades, conforme a orientação do Presidente Lula.

Com relação a Itaipu, eu me permitiria só avançar que, como V. Exa. mencionou, o tratado completou 50 anos no ano passado. Foi terminado o pagamento da dívida contraída para a construção da

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa, e o Brasil e o Paraguai começarão, em breve, a discutir a revisão do Anexo C. Já foi criado, dentro do Governo brasileiro, um comitê para discutir a posição com relação ao Anexo C e a revisão dos seus termos, tendo em vista, sobretudo, o fim, a extinção do pagamento da dívida. Esse comitê inclui funcionários de vários organismos, do Governo, do Ministério de Minas e Energia e de outros setores do Governo.

É preciso só lembrar, do nosso ponto de vista, que um resultado satisfatório precisará assegurar as condições de sustentabilidade da produção de Itaipu com energia barata em benefício dos consumidores dos dois países. Neste momento, nós estamos ainda na discussão prévia que ocorre todos os anos da tarifa aplicada para o pagamento dos serviços de eletricidade.

Mas são essas as observações que eu teria a fazer sobre os aspectos que V. Exa. levantou e sobre o relato que eu tencionava e fiz. E fico, obviamente, à disposição para esclarecer as dúvidas e trocar ideias que as Sras. e os Srs. Senadores tenham sobre esse e qualquer assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço a intervenção inicial do Ministro Mauro Vieira.

E tenho a satisfação de conceder a palavra ao primeiro Senador inscrito para as suas interpelações.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, o senhor pode só declinar a lista das inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aproveitando a oportunidade, estão inscritos o Senador Esperidião Amin, o Senador Sergio Moro, o Senador Nelsinho Trad, a Senadora Tereza Cristina, o Senador Hamilton Mourão, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que o Senador Randolfe Rodrigues está se inscrevendo para direito de resposta, Presidente, como é de seu feitio. Ele nem sabe a pergunta, mas já se inscreveu para direito de resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – É devido inscrição como último, respeitando os colegas que estão à frente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Os mais velhos, inclusive. (*Risos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião...

Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – As evidências do sênior estão *a latere*, à sua esquerda, pela cor dos cabelos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não... Senador, eu não me inscrevi porque eu tenho certeza de que as perguntas estarão todas, como sempre, no padrão do relacionamento normal do Legislativo e que o Ministro Mauro Vieira estará muito à vontade para responder.

Mas, qualquer coisa, do outro lado de Jordão, a gente conversa. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Sempre sob a forma de diálogo, isso que é muito bom.

Eu quero cumprimentar o Presidente Renan Calheiros pelo cumprimento de um dispositivo regimental muito importante numa Comissão que tem relevância óbvia.

Eu vou fazer cinco colocações que o Ministro poderá responder na medida do que desejar.

Primeiro, eu sou lobista das mulheres. O senhor já sabe disso desde o dia 11 de maio do ano passado. Eu sou de um estado privilegiadamente feminino – Catarina de Alexandria, padroeira das bibliotecas, dos desbravadores, dos inovadores – e tenho acompanhado as estatísticas sobre o papel da mulher na diplomacia brasileira. E quero dizer que Santa Catarina está chorosa, porque neste ano e dois meses, a última estatística que eu tenho é a de setembro de 2023, o papel da mulher não acompanhou a média de presença da mulher na carreira de diplomata.

Eu participei aqui, com a sua presença, da sabatina da Embaixadora Viotti, que nos representa, o Brasil, o que no Itamaraty chama de Missão A, missão tipificada, o jargão é de que é uma das mais importantes, evidentemente.

E, em nome da Senadora Tereza Cristina, eu faço aqui um apelo para que o senhor esclareça e nos dê augúrios, ou seja, boas notícias sobre a possibilidade de, se me permite dizer, reverter essa tendência que hoje faz com que haja menos de 23% de participação da mulher, que é a participação objetiva da mulher na diplomacia.

Segundo, eu gostaria de introduzir aqui uma perplexidade com a situação do anúncio da eleição na Venezuela. Eu acho que nós sabemos que o Governo do Brasil e o próprio Presidente Lula têm, digamos, uma certa ascendência sobre o poder decisório da Venezuela, e não me parece que a evolução seja satisfatória, o anúncio sem o esclarecimento da situação da possibilidade de uma disputa verdadeiramente

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competitiva. Então, é lógico que eu não estou defendendo aqui uma intervenção do Brasil, mas uma persistência na obtenção de um mínimo razoável para os nossos padrões, inclusive para os padrões de juízo do próprio atual Governo brasileiro sobre o que seja uma disputa justa.

Vou deixar a parte da Bolívia... Quero dizer que votei a favor do ingresso da Bolívia com absoluta convicção. Tive a honra de, como Governador, receber o Presidente eleito Hugo Banzer, em Florianópolis, no dia 14 de dezembro de 2000, numa reunião ampliada do Mercosul. Ele foi lá para pedir o ingresso, quer dizer, circunstancialmente na minha cidade, quando eu era Governador. Participei da evolução do Gasbol, que beneficiou o meu Estado também, e tenho o testemunho do Fonplata, que é um banco eminentemente municipalista, a maior parte das operações são realizadas no Brasil. A Presidente do banco, Luciana Botafogo Gonçalves, apesar de ser flamenguista... Tanto o pai quanto ela são flamenguistas, mas têm esse nome, que ontem teve uma vitória altamente controvertida, mas de qualquer maneira faz parte. Então faz parte, portanto, da nossa tradição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero pedir apenas uma atenção especial a esta questão de Gaza e Israel. Tanto Palestina quanto Israel fazem parte da nossa vida e das nossas relações. Eu acho que o seu relato é ponderado e deve ser aperfeiçoado pelas indagações que se sucederão.

Vou pedir que V. Exa., Sr. Ministro, estude com o corpo diplomático o que nós podemos fazer para acompanhar a evolução da legislação sobre inteligência artificial – a União Europeia aprovou anteontem uma lei impondo regras a isso – e também sobre a questão de guerra cibernética. O Brasil criou um comitê, e nós vamos ter que nos equiparar àquilo que o mundo faz sobre esse assunto, assunto que inclusive está afeto duplamente ao Senador Renan Calheiros como Presidente desta Comissão e como Presidente da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional desde o dia 1º de agosto.

Finalmente, só quero registrar que fiz uma solicitação ao Embaixador Bruno Bath, e eu sei que vai ajudá-lo o seu chefe de gabinete, o Embaixador Ricardo Monteiro, para que dê uma assistência a um pedido que me foi trazido pessoalmente, e eles o farão hoje à tarde. Já quero agradecer antecipadamente pelo atendimento, sob a forma de marcação de uma audiência, para um grupo de palestinos que já foi atendido, que já agradece, mas faz um complemento de solicitação que ambos tratarão hoje à tarde com o meu agradecimento prévio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V.Exa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) **–** Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. Agradeço muito suas perguntas, todas muito interessantes e que me permitem dar alguns esclarecimentos. O papel das...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) **–** Eu continuo ouvindo. Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–** Pode responder, Sr. Ministro.

O SR. MAURO VIEIRA – Vou responder então sobre a questão do papel das mulheres. O papel das mulheres é importante. O Ministério tem um número importante de políticas de valorização da presença da mulher na diplomacia. No nosso número total de diplomatas, que são cerca de 1.500, quase 1.500, 23,3% são de mulheres. Temos uma série de providências e de medidas para estimular o ingresso de mulheres, mais mulheres na carreira.

Sem um maior ingresso, nós vamos sempre esbarrar em alguns momentos em falta de presença de mulheres em algumas classes. Mas há uma série de ações afirmativas, com políticas de cotas, políticas de bolsas para mulheres, para facilitar e permitir o maior acesso.

Eu quero dizer, Senador, que a participação das mulheres não é inferior ao número de 23%. Nós temos, por exemplo, no Itamaraty, dez secretarias, que é o segundo escalão. Desse segundo escalão, há três mulheres que ocupam funções, quer dizer 30%. Neste momento exato, ainda não está em funções a terceira mulher, a Embaixadora Márcia Loureiro, que se encontra aqui na plateia e que será a Secretária de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO VIEIRA – Perdão?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) **–** Eu me referi à estatística de setembro de 2023, que foi a última publicada.

O SR. MAURO VIEIRA – Bom, eu tenho essa estatística de dez secretários, que fazem parte do segundo escalão do ministério. Estão o Ministro, o Secretário-Geral e os secretários. Aí temos três mulheres em dez cargos, 30%.

Há um esforço muito grande para mantermos, evidentemente, a presença feminina nos demais cargos de chefia, como chefes de departamento, chefes de divisão e assessorias. Há um equilíbrio muito grande...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO VIEIRA – ... nos gabinetes do Ministro das Relações Exteriores e da Secretária-Geral.

Aliás, é a primeira vez, na história de 200 anos do Itamaraty, que nós temos uma mulher no segundo cargo mais alto da chancelaria e o cargo mais alto a que um diplomata de carreira pode aspirar, que é o de Secretário-Geral. O cargo de Ministro é um cargo de escolha política do Presidente da República, e o cargo de Secretário-Geral tem que ser de um ocupante do cargo de ministro de primeira classe.

Depois temos também um grande número de mulheres ocupando funções importantes no exterior, chefias importantes. Nós temos a Embaixadora, como V. Exa. mesmo citou, Maria Luiza Viotti, na Embaixada em Washington, que é uma das mais importantes. Posso dizer isso porque eu mesmo servi como diplomata em Washington e depois fui Embaixador em Washington. Mas também temos em várias outras funções, em vários outros cargos.

Acabamos de mandar uma embaixadora muito competente para a Venezuela, para que possa manter um diálogo e evitar o que aconteceu no passado, quando nós não tínhamos embaixada, não tínhamos consulado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO VIEIRA – Na Guiana, também é uma mulher. Também é uma mulher na FAO, o que é muito importante. Na Unesco, também é uma mulher. E temos também uma mulher chefiando a missão, a delegação do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica. Temos também uma mulher chefiando a Embaixada do Brasil em Singapura, importantíssima plataforma, grande centro financeiro. E há muitas outras.

Eu não trouxe, não estou preparado, não tenho todos os dados, mas posso lhe mandar, com muito prazer. Posso lhe dizer que há também mulheres chefiando vários consulados importantes e grandes, como, por exemplo, Los Angeles, Houston, Madrid, Toronto e Porto. Há também, encontrei aqui uma referência, mulheres chefiando, na função de embaixadoras, em Berna, em Singapura, como já citei, em Budapeste, em Praga, em Seul e em Estocolmo.

Estamos, evidentemente, empenhados em manter e aumentar esse percentual de 23%. Nem sempre se pode fazer tudo ao mesmo tempo na diplomacia, porque tudo depende dos tempos diplomáticos. E, para a designação de chefes de missão, nós precisamos ter, primeiro, o *agrément* pedido e, depois, mandar para o Senado.

Na primeira leva de embaixadores que mandamos para o Senado, no início do ano passado, havia 14 ou 15 nomes e só uma mulher, que foi a Embaixadora Maria Luisa Viotti, porque, para as demais que estavam esperando, não tinha sido concedido, e não se pode divulgar. Isso está na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, é tratado de forma reservada. Então, parecia e quem olhava dizia: 14 a 1.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não era, havia muito mais e, ao longo do tempo, foram se consolidando, como está aqui. Mas esses são os dados que eu queria antecipar.

Eu vou preparar depois um documento e lhe mandar, mas tenha certeza de que estamos muito atentos e estamos fazendo o todo possível para mantermos, como temos agora, uma participação acima do número efetivo dos 23%. Estamos em 30%.

Eleição na Venezuela.

Creio que não podemos fazer outra coisa a não ser o diálogo. Nós temos dialogado intensamente, não é de agora. Eu fui Ministro das Relações Exteriores da Presidente Dilma Rousseff, no momento em que havia um grupo, uma *troika*, de três países da Unasul que faziam a interlocução com o Governo e com a oposição, a pedido da Venezuela. Nós viajávamos, praticamente, todos os meses, passávamos um dia, dois dias e tínhamos contatos e reuniões com todos os órgãos do Governo, desde a Comissão Eleitoral, ao Supremo Tribunal, ao Legislativo, e depois nos reunimos com a oposição dentro da Nunciatura Apostólica para garantir que haveria imunidade. Esse tipo de reunião e de mecanismo levou o Estado venezuelano a concordar com a realização das eleições, que ocorreram em final de 2016, se não me engano.

Nossa posição atual é esta: continuar conversando, por várias razões. É um país onde vivem 25 mil brasileiros, hoje em dia. Temos uma fronteira de 2,2 mil quilômetros na Amazônia, região de grande fragilidade, atravessando essa fronteira de terras indígenas, inclusive, reservas indígenas; temos um comércio importante; temos um problema de pagamentos ao comércio brasileiro, em virtude de sanções internacionais à Venezuela. Portanto, não podemos deixar de dialogar.

Eu creio que a declaração, o anúncio de que as eleições se realizarão no dia 28 de julho é fundamental e importantíssimo. Isso aconteceu, entre outras coisas, pelos constantes contatos que mantivemos, o Itamaraty e o próprio Presidente da República, com o Governo da Venezuela, chamando a atenção para a necessidade de um processo eleitoral ser mantido.

Nós não podemos interferir internamente na legislação. As datas eleitorais na Venezuela não são fixadas, como no nosso caso, em que está na Constituição. Lá o Executivo anuncia, não sei quantos meses antes, há uma forma de dois ou três meses antes anunciar. Estão todas dentro desse critério. Agora, o que nós queremos e nos preocupa muito é apoiar para que haja a realização de eleições justas, transparentes, abertas, aceitas por todos.

Também nesse sentido é muito importante levar em conta a intermediação que houve em São Vicente, desculpa, em Barbados, com a participação do Governo brasileiro. O Presidente Lula mandou seu assessor especial, Celso Amorim, para participar da negociação e do acordo que foi feito entre o Governo e a oposição. O Governo e a oposição discutiram durante três dias e fizeram um acordo por escrito. Todos aceitaram os termos, que foram negociados e aceitos por ambos os lados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é importante dizer que, quando eu, em 2015 e 2016, ia todas as vezes à Venezuela, me encontrava com a oposição, e a oposição dialogava e nos transmitia todas as suas preocupações, que eram levadas ao outro lado, ao Governo.

Portanto, o importante é isto: é manter essa interlocução, manter esse diálogo constante para buscar soluções aceitáveis.

Com relação à questão da inteligência artificial e guerra cibernética, sem dúvida nenhuma o senhor tocou num ponto fundamental, e isso é o futuro. Nós temos que ter muita atenção. No Itamaraty há, como em todo Governo há, o grupo de trabalho que está discutindo o tema nos ministérios envolvidos – Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicações, Justiça –, o Itamaraty também participa. O tema é tocado e levantado em vários organismos internacionais, e realmente não podemos deixar de tomar medidas imediatas e rápidas para nos protegermos. É uma preocupação também constante em outros países.

O Primeiro Ministro, Presidente, do Governo espanhol esteve aqui na semana passada, falou neste assunto e propôs uma iniciativa conjunta brasileiro-espanhola, e também nós já conversamos sobre esse mesmo aspecto com o Governo francês.

O senhor sabe que o Presidente Macron virá à América Latina; é a primeira vez em seus sete anos de mandato agora – cinco do primeiro e dois e meio do segundo. É a primeira vez que ele virá à América Latina; está vindo exclusivamente ao Brasil, onde passará três dias. E um dos temas é justamente esse, que é muito importante.

Quanto à questão pessoal que o senhor mencionou do grupo de palestinos, isso já está encaminhado. Fico contente, receberemos o tema e trataremos dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – A título de réplica, mas eu só queria ajustar duas questões.

Primeiro, eu me baseio em números distribuídos pelo Itamaraty. Não é com intuito de replicar, mas, já que o senhor vai fazer um estudo mais profundo, hoje a estatística de setembro de 2023 é de que houve 62 nomeações para a chefia de missões no exterior, com 11 mulheres – dados do Itamaraty – e 51 homens.

Então, nas contas tanto de um lado do Rio Jordão quanto do outro, não se chega a 23%.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu peço desculpas a todos, porque anunciei, como regra, o grupo de três e acabei equivocadamente dando a palavra ao Chanceler para responder às perguntas do Senador Amin. Eu vou restaurar a regra inicial.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Bem, bom dia a todos.

Cumprimento aqui o Presidente da Comissão, Senador Renan Calheiros, por realizar esta importante audiência. Cumprimento também o Ministro Mauro Vieira, pela sua presença aqui para responder aos questionamentos.

Ministro, há uma percepção crescente, na opinião pública tanto internacional como nacional, de que a diplomacia brasileira, com especial referência à diplomacia do Presidente Lula, tem se afastado das democracias ocidentais e dos valores e princípios defendidos pelas democracias ocidentais.

Esses episódios envolvendo Israel, Hamas, Ucrânia, Rússia e a posição do Brasil aqui em relação à Venezuela têm gerado um desgaste contínuo para a imagem do Brasil perante a comunidade internacional. Quem diz isso não sou eu; eu estou reproduzindo o que nós lemos praticamente diariamente em jornais internacionais e mesmo aqui dentro da imprensa nacional.

Algumas perguntas... O Senador Esperidião Amin centrou ali questões sobre as mulheres. Então, eu vou lhe dizer o nome de uma mulher valente: María Corina Machado. Qual é a posição do Governo brasileiro em relação à candidatura presidencial da María Corina? Ela foi vitoriosa nas primárias da Venezuela; no entanto, se encontra arbitrariamente inabilitada pelo regime da Venezuela. Sim, foram anunciadas eleições, mas com inabilitação dos principais opositores, não só dela, mas também de outros, como o Guaidó, como o Capriles, ali na Venezuela.

É claro que o diálogo é importante, e o Brasil não tem condições de fazer uma interferência completa, uma interferência nos assuntos internos, não com muitas sutilezas de rogar que isso seja alterado. Mas o que nos surpreende é que nós temos visto declarações, inclusive do Presidente Lula, fazendo pouco caso da inabilitação da candidatura presidencial da María Corina Machado. Então, minha indagação é qual a posição do Governo brasileiro em relação à candidatura dela, se o Governo brasileiro concorda com essa inabilitação e, se o Governo brasileiro discorda dessa inabilitação, se ele já transmitiu a sua posição – publicamente não o fez, mas se o fez pelas vias diplomáticas.

Além disso, nós temos visto uma crescente arbitrariedade também daquele regime em relação a direitos humanos. Recentemente, Rocío San Miguel, que era Diretora da ONG Controle Cidadão, foi presa na Venezuela, e nós não ouvimos uma palavra pública do Governo brasileiro em relação a essa prisão. Foram expulsos também funcionários da ONU da área dos direitos humanos.

Até nós entendemos, muitas vezes, que a sutileza diplomática não recomenda algumas manifestações públicas para se tentar fazer um diálogo, mas aí eu pergunto se o Brasil, no diálogo, pelo menos ainda que não público, com a Venezuela, com o Governo venezuelano, protestou contra a prisão de Rocío San Miguel na Venezuela.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mudando aqui de país, mas também com bastante importância, vou falar de outra mulher valente, que é a Jeanine Áñez, a ex-Presidente da Bolívia, que está presa há três anos naquele país, também uma prisão considerada arbitrária pela comunidade internacional, inclusive com manifestação do Parlamento europeu.

Nós fizemos aqui... A Comissão de Relações Exteriores aprovou o ingresso da Bolívia no Mercosul. Isso foi um pedido, inclusive, do Itamaraty, do Governo brasileiro. Todos nós fomos aqui sensíveis a esse apelo, mas nós pedimos uma contrapartida de formar uma Comissão aqui no Senado para realizar uma visita à Bolívia para que nós pudéssemos analisar a situação de direitos humanos, inclusive essa prisão que nós reputamos aqui extremamente controvertida, além da própria prisão do ex-Governador Camacho, ali da província de Santa Cruz, da Bolívia.

Gostaria de pedir a V. Exa., aproveitando a sua presença, o apoio do Itamaraty para viabilizar essa visita à Bolívia, já que nós estamos... Ontem mesmo o Senador Rodrigo Pacheco oficiou as Lideranças partidárias solicitando a indicação dos membros da Comissão, e nós gostaríamos de fazer isso. Então, gostaria de pedir a V. Exa., aproveitando a sua presença, o apoio do Itamaraty para que nós pudéssemos realizar essa visita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Gostaria também aqui de perguntar – me encaminho ao final – uma clareza da posição brasileira em relação à guerra na Rússia e na Ucrânia. É claro que nós não devemos entrar em guerras europeias, mas o Brasil tem defendido uma solução pacífica; no entanto, parece que a posição de princípio que temos que defender é a integridade do território ucraniano. O fim da guerra na Ucrânia demanda, na minha opinião, a retirada das tropas russas do território ucraniano. Do contrário, seria simplesmente uma rendição aos desejos imperialistas do atual Presidente russo. Eu gostaria de saber qual é a posição do Governo brasileiro quanto a isso, se tem exatamente também essa clareza.

Quero esclarecer – eu tenho ouvido aqui bastantes reclamações do Embaixador ucraniano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... no Brasil, o Andrii Melnyk – se o Embaixador tem sido recebido e ele tem sido atendido pelo Itamaraty, e se há uma viabilidade, assim como o Presidente Lula se manifestou desejoso da vinda do Putin ao Brasil, embora esteja inviabilizado pelo mandado de prisão internacional, se há também um convite ao Presidente da Ucrânia, o Zelensky, para que ele venha ao Brasil.

Para finalizar, uma pergunta um pouco mais regional: V. Exa. falou das negociações do acordo de Itaipu. Eu gostaria de indagar se a posição do Governo brasileiro é na linha de, com o fim desses

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamentos, obter, se possível, junto com o Paraguai, um acordo que leve à diminuição das tarifas de energia elétrica no país.

São essas as indagações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecendo as interpelações de V. Exa., concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, Sr. Chanceler, vou fazer uma primeira pergunta aqui para o senhor, que é uma pergunta dos meus eleitores: quem assessora o Presidente Lula na questão de política externa em relações internacionais, V. Exa. ou o Embaixador Celso Amorim?

Na minha segunda pergunta, Sr. Embaixador Mauro Vieira, vou fazer uma digressão histórica. Eu sei que o senhor conhece história até mais do que eu, mas eu acho importante para situar aonde eu quero chegar.

Em 1648, ocorre a Paz de Vestfália e nós inauguramos um sistema de relações internacionais baseado no equilíbrio de poder, que dura em torno de 150 anos, até as guerras napoleônicas. Posteriormente, o Congresso de Viena retoma esse processo.

Nós temos outro período de 100 anos, baseado em uma ordem mundial, digamos assim, que se esfarela com a Primeira Guerra Mundial e, junto com a segunda – que alguns estudiosos hoje já chamam de a Segunda Guerra dos 30 anos da Europa –, desemboca no sistema que nós estamos vivendo ainda, baseado nas Nações Unidas, em todos os mecanismos de direito internacional, em todos os princípios que hoje regem as relações entre países.

No entanto, esse sistema apresenta-se, praticamente, na minha visão, no seu final, está nos seus estertores. Isso foi agravado pela pandemia da covid-19, foi mais agravado ainda por esse conflito entre a Rússia e a Ucrânia e pela própria questão que foi debatida aqui, inicialmente – o senhor estressou bem o assunto –, essa guerra entre Israel e o Hamas, essa guerra eterna, lá no Oriente Médio. Aliás, existe uma frase que diziam que era do Platão, mas, na realidade, dizem que era do General MacArthur: "Apenas os mortos verão o fim da guerra". A guerra não foge da vida da humanidade.

Então, nós temos hoje uma nova ordem mundial se organizando. Surge um grupo, em que está a China, a Rússia e o Irã, que alguns estudiosos chamam de eixo da resistência – eu não gosto muito desse nome –, e outro grupo das democracias ocidentais. A minha pergunta para o senhor, como um estudioso, como assessor de governos é: onde o Brasil vai se situar nessa nova ordem mundial?

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Recebo a interpelação do Senador Hamilton Mourão e concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, posso declinar até o próximo bloco?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Posso fazer uma permuta com o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia, Chanceler. Obrigado por ter vindo aqui conosco.

Tenho duas perguntas simples. Talvez sejam simples para responder, mas – eu acredito – de uma importância grande.

Como o senhor sabe, eu fui Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, e esse é um setor que tem uma capilaridade internacional muito grande, ou seja, o Brasil participa, em parceria com diversos países, em projetos importantes. Obviamente, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação tem a responsabilidade tática de colocar esses projetos em andamento, mas o Ministério das Relações Exteriores tem uma participação muito grande para que essas parcerias e projetos aconteçam de forma harmônica e eficiente.

Então, a minha pergunta: gostaria que o senhor fizesse um sumário muito breve – e é bom, porque, provavelmente, as prioridades vão estar na sua cabeça, e essas prioridades são justamente o que eu gostaria de saber – a respeito dos projetos de cooperação internacional no setor de ciência, tecnologia e inovações que o Ministério das Relações Exteriores tem priorizado para este ano e para os próximos anos. Essa é a primeira.

A segunda. Nós vemos uma série de coisas acontecendo no planeta, conflitos, escassez, mudança climática, uma série de situações. Certamente, o Ministério das Relações Exteriores deve ter um setor que trata de uma previsão ou uma preparação de como o país pode ser afetado, positiva ou negativamente, por esses fatores que estão acontecendo no planeta e que devem acontecer dentro dessas previsões.

Eu gostaria que o senhor também fizesse um tipo de um sumário rápido sobre quais são as maiores preocupações – pensando como se fosse uma análise SWOT aqui, pegando as duas partes externas –; quais são as maiores oportunidades e preocupações que o senhor vê que o Brasil tem não atualmente, mas

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos próximos meses, nos próximos anos; e o que nós podemos fazer aqui do ponto de vista de Legislativo ou mesmo no país como um todo para mitigar os riscos ou para aproveitar essas oportunidades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, eu tinha até avisado antes ao Ministro Mauro que eu tenho um compromisso na Assembleia Legislativa da Bahia e, portanto, não posso perder essa oportunidade do voo ao meio-dia e pouquinho, e tenho que sair correndo. Então, não vou fazer nenhuma pergunta, mas apenas queria registrar meus elogios à atuação não só do Ministro – evidentemente, o Ministro é quem capitaneia –, mas de todo o Itamaraty, como sempre muito profissional e muito atento à defesa dos interesses do Brasil, mantendo a política de não interferência nas vidas internas de qualquer país.

Eu creio que essa trajetória de 14 meses, capitaneada, evidentemente, pelo Ministro, mas orientada pelo Presidente da República, deu essas marcas. Voltamos a fazer crescer o relacionamento internacional, voltamos a participar de todas as mesas multilaterais importantes, estamos abrigando aqui, como já foi dito, o G20, o Brics, vamos fazer a COP de 2025.

Então, eu queria parabenizá-lo por essa trajetória e reforçar que comungo totalmente da posição do Presidente Lula – e estou dizendo da posição política, sem me apegar a esse ou àquele detalhe de fala que pode ser tomado como ofensivo. Minha posição já deixei clara no Plenário desta Casa quando daquele episódio.

Só como reflexão, no episódio Rússia-Ucrânia, nós, imediatamente, declaramos a condenação à invasão. Pela condição nossa de busca do equilíbrio da paz, nem sempre isso é compreendido. Aí o Governo brasileiro é acusado de estar do lado dos invasores, em tese, ou de ter simpatia, como se fosse um crivo político-ideológico. Quando, agora, e, de novo, falo muito à vontade por ser judeu e filho de famílias que sofreram na Segunda Guerra, quando, da mesma forma, buscamos a paz e estamos defendendo as questões humanitárias obrigatórias, quando eu digo que uma criança palestina é tão valiosa quanto uma criança israelense ou que o idoso palestino é tão valioso quanto o idoso israelense, aí nós somos taxados de estar a favor dos invadidos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente não pode usar do crivo ideológico para ter uma posição. Se a posição é perene, ela é isso, ela é equidistante. Independentemente da natureza de quem invade, nós vamos sempre condenar aqueles que invadem território que já está previamente demarcado por cada país, pela história e pelas Nações Unidas.

Então, eu queria só deixar o registro dos meus parabéns pela tradição do nosso Itamaraty, a tradição de Rio Branco, ter voltado a respirar dentro do Itamaraty.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Ministro Mauro Vieira para responder às interpelações.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu começaria então, rapidamente, respondendo às perguntas do Senador Sergio Moro.

Eu queria dizer que não há um afastamento das democracias ocidentais. O Brasil é um país que tem diálogo com todos os países. Nós temos embaixadas residentes em um grande número de países, temos uma rede enorme. Não é só com os países que pensam ou atuam da mesma forma. Nós somos um país de diálogo que tem preceitos constitucionais que orientam a nossa política externa, um deles é o multilateralismo, a solução pacífica das controvérsias e tantos outros.

Eu não vejo esse afastamento de nenhuma democracia ocidental. O Brasil não poderia deixar de ter contatos com todos os estados que o senhor citou, nesta circunstância, pela importância desses países, pela importância comercial, pela importância de relações científicas, tecnológicas, de relações de comércio exterior. Eu, sinceramente, não acho que haja uma diferença, como o senhor mencionou também – praticamente respondido pelo Senador Jaques Wagner –, com relação à Ucrânia e a Israel.

O Presidente Lula era, talvez... Como foi em 2022, no início de 2022, não sei se já era, oficialmente... Eu estava no exterior e não me lembro se ele já era, oficialmente, em fevereiro de 2022, candidato, falado como candidato sem dúvida. Mas ele criticou muito duramente a invasão da Rússia nesse momento e, desde o primeiro dia do seu Governo, a partir do dia 1º de janeiro, criticou a invasão do território da Ucrânia pela Rússia e defendeu a integridade territorial. Recebeu, aliás, no mesmo dia, uma após a outra, delegações tanto da Rússia quanto da Ucrânia, que vieram em alto nível; e, curiosa ou coincidentemente, eram de mesmo nível hierárquico as duas delegações. Pena que o Senador Esperidião Amin não está, mas queria registrar que ambas eram presididas por mulheres Senadoras dos dois países. Ele ouviu os dois lados, conversou e reafirmou a posição.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que ele tem dito, desde esse primeiro momento, é que chega de falar de guerra, que chega de guerra. Ele sempre promoveu e disse que o Brasil estaria pronto a participar de qualquer iniciativa que levasse a um entendimento entre as duas partes e que levasse também a um encontro entre as duas partes. Foram muitas as iniciativas promovidas pela União Europeia de projetos de paz. Houve, se não me engano, na Holanda. Agora, não estou me lembrando bem, mas tenho certeza... Não, foi em Copenhague, houve na Dinamarca uma reunião. Já houve mais de uma reunião para negociar a paz, só que só tinha um lado. Fica difícil, não é um diálogo, é um monólogo. Eu acho que para que haja um entendimento, para que se possa chegar a alguma coisa, é preciso, sempre, estarem os dois lados presentes.

Eu não posso, de forma alguma, deixar de esclarecer isto: que não há um afastamento, que não há nada de ideológico. Nós nos damos com todos. Nós temos excelentes relações na América do Sul, sempre tivemos, com os governos mais diferentes, desde o Governo do ex-Presidente Chávez, como os Governos da Colômbia, do Presidente Uribe, todos com orientações totalmente diferentes um do outro e nós sempre tivemos excelentes contatos, excelentes relações. E isso diz respeito também a todos os outros países. Isso aconteceu com relação aos Estados Unidos e a todos os demais.

Com relação à questão de Ucrânia e Israel, sobre que o senhor fez uma distinção, dizendo que havia um contraste, não tem também. É a mesma coisa. Da mesma forma que condenamos a invasão da Ucrânia, condenamos os atos terroristas, e o Presidente, o próprio, disse isso. Os atos terroristas que desencadearam esse conflito em Gaza ele condenou e também, imediatamente, pouco tempo depois, passou a condenar o excesso, a reação desproporcional e a crise humanitária sem fim a que nós estamos assistindo. É uma coisa... O senhor deve ter visto também. Constantemente, na imprensa, as notícias, as fotografias são coisas terríveis!

Então, eu acho que a humanidade não permite que se se cale diante disso. Nós temos que pedir a paz e dizer que é chegada a hora. Pessoas representativas na comunidade internacional, como o Papa, que é indiscutível, já pediu também, tanto na questão Israel-Palestina como na questão Rússia-Ucrânia, o fim das hostilidades.

Então, esta é a nossa posição: o Brasil estará sempre pronto a participar de qualquer esforço, de qualquer conferência, de qualquer negociação que estabeleça, que abra um diálogo. Isso é o que está faltando, porque não tem havido um diálogo. Até agora, só há fornecimento de armas e investimentos, como eu mencionei a cifra de US$2,2 trilhões, em armas. Isso aplicado de outra forma teria um efeito muito melhor, muito mais benéfico para a humanidade.

Com relação à inabilitação de pessoas, de candidatas, de uma mulher, a María Corina Machado, e à detenção de Rocío San Miguel, o ministério, nós, o Governo tomou conhecimento, informamos ao Presidente. A questão toda é que nós não podemos e não devemos interferir internamente em nenhum país, como nunca o fizemos. Nós não dizemos, nós não ensinamos a ninguém o que deve fazer. Esperamos que possa haver, sim...

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO VIEIRA – ... um entendimento também e para isso participamos intensamente em todas essas iniciativas, como eu mencionei, desde 2015 e 2016, desse diálogo para o entendimento nacional que havia no período da Unasul, com a Venezuela, como também continuamos apoiando o entendimento, a reunião que houve em Barbados entre Governo e Oposição.

É isso que nós podemos fazer para tentar ajudar com o nosso exemplo. Nós sempre solucionamos todas as nossas diferenças internas e externas pela negociação, pela prática democrática, pelo exercício da democracia. Temos que fazer isso. Não creio que se possa fazer nenhum tipo de interferência direta que não seja adequada. Agora, tenha certeza de que nós conversamos e muito – para isso existem as embaixadas, para isso existem os embaixadores –, transmitindo mensagens. Nem sempre isso é público, nem poderia ser porque a diplomacia tem seus tempos e tem suas maneiras, seus modos.

Os anúncios são feitos quando as negociações levam a bom fim, mas há uma série de iniciativas que tem que, obviamente, enquanto estão em andamento, ser mantida. Mas nós temos, inclusive, manifestado, em organismos multilaterais que tratam de direitos humanos, nossa posição muito claramente no Conselho de Direitos Humanos em Genebra e em outros, com relação a vários países e várias regiões. Portanto, eu queria lhe dizer isso.

Com relação... O senhor mencionou uma Comissão à Bolívia e, evidentemente, o ministério estará sempre pronto para gestionar o que for. Esperemos que seja aceito o desenho dessa missão pelo Governo local, para que se possa fazer essa reunião, esse encontro.

Bom, eu já mencionei, o senhor falou com clareza e me pediu clareza sobre a posição entre Rússia e Ucrânia; creio já ter respondido. Com relação ao convite que o senhor disse ao Presidente da Ucrânia, também visitas presidenciais são negociadas, acertadas. O Presidente se encontrou com ele em Nova York, à margem da ONU; quando foi ao G7, não foi possível encontrar-se porque a agenda do Presidente da Ucrânia estava repleta e ele não teve tempo para esse encontro. Mas eu converso, eu tenho contatos com o Ministro das Relações Exteriores e sempre estamos falando. Negociaremos no momento que for adequado e que seja pedida essa visita. Uma visita de chefe de Estado é negociada, é acertada, será discutida no momento em que chegar a acontecer.

Quanto à tarifa de Itaipu, eu queria dizer que a preocupação é justamente que seja garantido, com a nova tarifa de Itaipu, a que for acordada entre as duas partes, como aconteceu nos últimos 50 anos, o pleno funcionamento e a segurança da empresa, que é um símbolo mundial de integração, também que seja favorável ao consumidor brasileiro e ao paraguaio também e que os benefícios da construção e, sobretudo, do fim da quitação do financiamento possam ser transmitidos aos consumidores brasileiros.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à pergunta do Senador Hamilton Mourão – agradeço a sua presença, Senador –, eu gostaria de dizer o que já respondi em outras ocasiões: o principal assessor de política externa, é uma questão de legislação, é o Ministro das Relações Exteriores.

Os presidentes brasileiros sempre tiveram, desde os períodos militares, assessores internacionais e, grande parte das vezes, eram diplomatas. Que eu me lembre, não sei se houve no passado algum não diplomata, além do Prof. Marco Aurélio Garcia, que era um homem de grande preparo, grande categoria e de toda a confiança do Presidente Lula, que foi seu assessor internacional nos dois primeiros mandatos do Presidente. Inclusive, pela sua atividade partidária como Diretor de Relações Internacionais, conhecia amplamente o espectro político, sobretudo no continente latino-americano, conhecia como poucas pessoas – me surpreendia o nível de conhecimento e a assessoria que dava. Mas é indispensável o Presidente ter um assessor diplomático, porque há várias coisas para as quais ele precisa mandar uma pessoa que não seja o Ministro do Exterior.

O Ministro do Exterior, ao ir a determinados encontros, a determinadas situações, está levando uma chancela do Governo, e não é esse o caso, porque às vezes são conversas reservadas, são o tipo de encontros que eu mencionei com relação à Ucrânia, de tentativas de conferências de paz para a Ucrânia, em que não tem um dos lados – o Governo brasileiro não poderia estar presente nisso; um representante pessoal do Presidente da República, sim.

Além do que, é utilíssimo ter uma pessoa com a experiência profissional, com a experiência, como Ministro, do Embaixador Celso Amorim, que está no mesmo andar e próximo do Presidente. Eu falo diariamente com ele, várias vezes, e tem várias vezes que é: "Olha, por favor, leve tal informação, tal papel ao Presidente" – se fosse esperar que eu me deslocasse para ir, o tempo... A exigência hoje em dia do tempo é muito maior, então a celeridade da transmissão de informação é fundamental e é esse o papel dele; além do que, somos amigos há 40 anos, pelo menos, e nos entendemos muito bem e repartimos, com essa visão que eu lhe dei, muito bem as funções que ele exerce e que eu exerço.

Com relação à Nova Ordem Mundial, o Brasil vai se situar onde nós acreditamos que é o nosso papel; quer dizer, no mundo multipolar, nós temos que ter – o que eu já declarei aqui – relações e estar em contato com todos os países, acompanhar todos os movimentos de crescimento mundial. Eu me lembro de que, em 1986, o Brasil fez um importante acordo espacial com a China, o CBers, que está até hoje em vigor, num momento totalmente diferente da situação da China, hoje uma grande potência em várias áreas – sobretudo na área científica e tecnológica –, mas naquele momento estava também começando, desenvolvendo as suas possibilidades, e o Brasil teve muito a aprender – e isso com vários outros países; a mesma coisa na Coreia do Norte, no Governo do Presidente Fernando Henrique, lembro também que foram feitos vários acordos em que o Brasil só teve a ganhar.

O Brasil aproveita todas essas oportunidades de cooperação, de parcerias, e tem feito isso em todos os países. Nós fizemos isso inclusive na nossa região, no Governo do Presidente Sarney e do Presidente

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alfonsín, houve um grande avanço na questão de informática entre o Brasil e a Argentina: foi criada uma entidade chamada Ebai (Escola Brasileiro-Argentina de Informática), num momento de grande discussão no Brasil da Lei de Informática, e que levou a importantes avanços para o nosso país.

Então eu acho que é esse o papel que nós temos que ocupar.

Senador Marcos Pontes, creio que um pouco já respondi da questão que o senhor colocou de ciência, tecnologia e inovação. São vários os temas, são enormes; o Ministério das Relações Exteriores, obviamente tem interesse, está presente, sobretudo na interface externa, e trabalhando muito conjuntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ontem tivemos a boa notícia de que a adesão total e completa do Brasil ao Cern, o centro europeu de pesquisa nuclear, foi finalmente encerrada, esse é um passo importantíssimo, fundamental, e também em vários outros... São muitos os instrumentos e muitas as possibilidades que se abrem.

Nós exploraremos todas, desde pesquisa genética, de pesquisa em inteligência artificial... O importante é que o Brasil esteja presente em todas essas iniciativas e que não perca a oportunidade, que não fique para trás e que depois não fique na mão de um grupo de países ou de uma organização que possa controlar e dificultar o nosso acesso. Então, o interesse nacional é esse.

Queria agradecer ao Senador Jacques Wagner, que não fez nenhuma pergunta, como ele mesmo disse, mas que fez declarações com as quais eu concordo plenamente; e seria até ocioso responder, ou voltar, porque já abordei todas aqui.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra, V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu queria, somente, cumprimentar o Embaixador Mauro Vieira, que recupera, para a cadeira que ele ocupa, as melhores tradições de nossa diplomacia. As tradições advindas do Barão do Rio Branco; de Manuel de Oliveira Lima; de Oswaldo Aranha, presente na fundação da Assembleia das Nações Unidas e responsável, inclusive, pela criação do Estado de Israel e reconhecido como tal.

Eu queria cumprimentá-lo, e eu queria cumprimentá-lo sobretudo com números, que eu acho que é importante. Eu acho que os números falam por si sobre o papel que o Brasil está cumprindo atualmente.

O atual Presidente da República já teve encontro, em um ano de mandato, Presidente Renan, em um ano de mandato, em dois meses, com 47 chefes de Estado de nações estrangeiras.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil sediou a reunião dos países do Cone Sul, no ano passado. O Brasil, neste momento, preside o G20. O Brasil presidiu o Mercosul. E o Brasil sediará, no ano que vem, uma conferência do clima. Conferência do clima essa que já era para ter sido sediada por nós, Embaixador Mauro Vieira, em 2019, mas que foi banida de nosso país.

O Brasil e o Embaixador Mauro Vieira reconhecem o sentido do papel que o país ocupa no cenário internacional, pautado por alguns princípios, um deles o multilateralismo. Multilateralismo esse que, vergonhosamente, pelo antecessor do Ministro Mauro Vieira, foi atacado sob a alegação de que não tinha espaço para o Brasil no chamado globalismo.

Aliás, no período anterior, é bom destacar o sentido de isolamento que nós viemos a cumprir na seara internacional.

Eu ouvi dizer: "O Brasil está se afastando das democracias ocidentais?". Bom, vamos perguntar isso ao Presidente Biden, que já encontrou duas vezes com o Presidente Lula e que, reiteradas vezes, pergunta para ele.

Parece-me que os Estados Unidos da América são a principal democracia ocidental. Sobre se afastar das democracias ocidentais, vamos perguntar para o Presidente do Governo da Espanha, Primeiro-Ministro da Espanha, Pedro Sánchez, que esteve lá, que esteve aqui no Brasil – em uma visita que não foi feita por *premier* espanhol no período passado – durante quase dois dias; e que trouxe também negócios e investimentos espanhóis para o Brasil.

Vamos perguntar isso, quem sabe, para o Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, que convidou o Presidente Lula para a celebração dos 49 anos da Revolução dos Cravos; e que o convidou, agora, para os 50 anos da Revolução dos Cravos.

Afastar-se das democracias ocidentais? O Brasil preside o G20, aclamado pelo G20, aclamado pelos demais 19 países. O Brasil foi aclamado para sediar uma conferência do clima, a primeira em toda a história das conferências do clima, que será no coração climático do planeta, na Amazônia.

Então, eu acho que os números revelam algo totalmente distinto. O atual Presidente da República, com o seu Chanceler... repito, 47 chefes de delegações estrangeiras, com seus chefes de Estado; o Governo anterior, em quatro anos, 33. Ou seja, bastou um ano para nós superarmos tudo o que ocorreu no período passado.

O Brasil voltou ao cenário internacional sendo respeitado e tendo um papel de voz ativa na comunidade internacional de nações, tanto é que, ao condenar a guerra, ao condenar os ataques que estão em curso em Gaza, o Presidente da República passou depois a ser reconhecido de todas as formas pela posição que assumiu, denunciando o que nós assistimos hoje, que é uma carnificina. E reitero o que foi dito aqui: o Brasil foi um dos primeiros países a condenar o ataque do Hamas ao povo de Israel...

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – ... e, mais que isso, a denunciar o Hamas como uma organização terrorista. É essa a posição da nossa Chancelaria, é essa a posição do Governo brasileiro, mas, na mesma medida, nenhuma nação, nenhum líder contemporâneo de qualquer nação da humanidade pode aceitar 32 mil mortos, sendo, desses 32 mil, 70% mulheres.

Ministro Mauro Vieira, nós estamos aqui, nós estamos há duas horas, mais ou menos, nesta Comissão de Relações Exteriores. Nessas duas horas, pelo menos, quatro mulheres palestinas foram mortas em Gaza. A cada uma hora, uma mulher palestina é morta em Gaza. Nós temos o maior processo de imigração forçada da história contemporânea. Mais de 2,5 milhões de pessoas foram despejadas de suas casas. Isso é três vezes, é quatro vezes mais do que a população do meu Estado, o Amapá. É como se os 800 mil amapaenses fossem obrigados a sair de suas casas e, em seguida, as suas casas fossem destruídas. Dos 32 mil mortos, 12 mil são crianças.

Condena-se o Hamas com toda a veemência, é uma organização terrorista, mas tem nome o que está acontecendo em Gaza e o nome disso é genocídio, e isso, em nome da humanidade, tem que ser denunciado. E a posição do Brasil em relação a isso é clara.

Em relação à Sra. Jeanine Áñez, é importante dizer como ela ascendeu ao poder na Bolívia. Foi em decorrência de um golpe de Estado. O Presidente da República foi obrigado a renunciar, o Vice-Presidente foi obrigado a renunciar, o Presidente da Câmara boliviana foi obrigado a renunciar e o Presidente do Senado, por intervenção das Forças Armadas. Logo em seguida, um ano depois, restabeleceu-se a normalidade democrática com a eleição de um Presidente da República reconhecido pela comunidade internacional.

Nesse âmbito, ela responde pelo crime de golpe de Estado. E aí eu acho que, seja na Bolívia ou seja no Brasil, quem tenta golpe de Estado tem que ir para a prisão, porque atenta contra a democracia. O princípio de Popper tem que servir para a atualidade. Não se pode traduzir e trazer a intolerância com intolerância, porque reproduz a intolerância. O princípio de Popper deve servir para a atualidade, sobretudo, em todos os cantos em que a democracia está sendo ameaçada, seja na Bolívia, seja no Brasil.

A posição do Brasil em relação à Venezuela é esta, de desarmar eventual conflito que poderia ter na nossa vizinhança. O Presidente Lula, há duas semanas, não foi em Caracas, ele foi em Georgetown, na República Cooperativista da Guiana, reconhecer e dizer, em alto e bom som: "Não aceito, como líder da região. Não aceito e não aceitaremos um conflito aqui."

Romper relações com vizinhos, como foi feito no passado, contribui para quê? Será que contribuiria para a construção da paz que está sendo construída nesse momento?

Embaixador, eu o cumprimento por fazer parte desta grande obra de resgatar o nosso Brasil ao seu lugar de destaque na diplomacia internacional, na liderança global. Nós temos vocação para isso e eu

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho certeza de que temos um chanceler à altura disso, mas, sobretudo, temos um líder de nosso país que tem o reconhecimento de todos os países do mundo para cumprir essa missão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa.

Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo aqui, Senador Renan Calheiros, e também o nosso Embaixador Mauro Vieira por essa excelente presença aqui, em quase mais de duas horas, não é, Senador?

Eu queria também aqui, Ministro, comunicar que, agora pela manhã, nós tivemos aqui a eleição no grupo Brasil-Arábia Saudita, quando tivemos a oportunidade de ser eleito como Presidente deste grupo e ter também como Vice-Presidente o Senador Rogério Carvalho e como Primeiro Secretário ser o Senador Esperidião Amin. É claro que quero já aqui pedir ao Ministro que a gente possa ter essa interação entre o grupo parlamentar. Já tivemos um trabalho com a Embaixada da Arábia Saudita, o Embaixador Faisal, a quem, inclusive, já quero convidar, pois vamos fazer logo agora, após o Ramadã, um evento na Embaixada, e o embaixador já nos convidou, o grupo, para estar lá presente num jantar de entrosamento. E aí já me deu a liberdade de convidá-lo, bem como também ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Renan Calheiros. É claro que o nosso objetivo é intensificar as nossas relações, como todos os grupos aqui têm essa função.

Eu tenho aqui quatro perguntas, e vou tentar ser bem rápido, dado o horário já.

Todos nós reconhecemos aqui a importância das embaixadas, principalmente na promoção das relações comerciais. Diante disso, eu quero aqui fazer a pergunta: quais medidas estão sendo adotadas para fortalecer o papel aqui das embaixadas brasileiras na intensificação de oportunidade de comércio, na remoção das barreiras comerciais e na atração de investimentos estrangeiros, que possam impulsionar também o desenvolvimento econômico do Brasil?

Na mesma linha, a gente tem percebido, principalmente ao longo do tempo, que o Itamaraty tem aprimorado sim o enfoque nas questões econômicas e comerciais, em especial no agronegócio, o que para nós do Mato Grosso, do Centro-Oeste brasileiro, é extremamente importante. E aí o senhor poderia explicar como o Ministério se estrutura nessas questões? Como um exportador, interessado em prospectar novos mercados, pode contar com o apoio da rede diplomática? E ainda: o acordo entre o Mercosul e a União Europeia estabelece uma série de medidas para facilitar o comércio entre os dois blocos. Por exemplo, o Imposto de Importação será eliminado para mais de 90% dos bens comercializados entre os países dos dois blocos após um período de transição.

E eu pergunto: Quais as chances reais do acordo de associação Mercosul-União Europeia avançar?

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ainda, o terceiro, que é em relação à temperatura do planeta que está cerca de 1,1 grau centígrado a mais do que no final do século.

E aí eu registro, inclusive, Senador Renan, que em meu estado, o Pantanal Mato-Grossense está vivendo a pior seca, vai viver agora, dos últimos 154 anos. As temperaturas do Mato Grosso e do Mato Grosso Sul devem estar agora, nesta semana, a mais de 40 graus.

E a pergunta é: Como o Brasil está se posicionando em relação às mudanças climáticas e quais são as principais iniciativas diplomáticas para promover a cooperação internacional na mitigação e adaptação?

São essas as perguntas.

Parabéns pelo trabalho e espero que a cada dia mais possamos ampliar essa relação, principalmente do Ministério das Relações Exteriores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... com todos os países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Girão.

Apenas uma ponderação, quando acertamos a vinda do Ministro para esta Comissão de Relações Exteriores, nós assumimos um compromisso de liberá-lo antes das 13h para que ele pudesse, evidentemente, ter um outro compromisso.

Portanto, eu faço um gentil apelo a V. Exa. para sintetizar ao máximo a sua pergunta e as suas interpelações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Com certeza, Sr. Presidente Renan Calheiros.

Já que será às 13h, eu tenho 50 minutos então, é isso? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Isso é um perigo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu vou ser bem breve, até porque eu conversei com os colegas agora lá em Plenário, nós estamos tendo Plenário, e peço

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desculpas por não ter chegado desde o início, estava numa reunião de Líderes, mas alguns colegas já fizeram até algumas perguntas, Embaixador Mauro Vieira.

Ministro, seja muito bem-vindo aqui ao Senado Federal.

O que eu queria era apenas tentar esclarecer pontos que alguns colegas trouxeram, mas não se sentiram, pelo menos na inteireza, contemplados com a resposta.

Com relação... No Brasil, a gente sabe, a gente sabe do histórico do Brasil na diplomacia, um país que sempre foi da cultura da paz, um país que sempre teve uma posição de neutralidade ou de construção da paz. Está aí Oswaldo Aranha, está aí o nosso próprio Ruy Barbosa.

E o que tem me preocupado ultimamente, Ministro, é a questão do flerte que nós estamos vendo do atual Governo Lula com ditadores, que tem um lado muito claro. O Brasil sempre teve uma posição diferente e agora está tendo um lado muito claro, e é uma das falas que o senhor teve que me passaram, sobre a questão do que o senhor falou sobre o caso lá de Israel, do que está acontecendo, que o Governo Lula se manifestou, a violação dos direitos humanos e tal, mas eu não vejo essa manifestação do Presidente Lula, do Governo brasileiro, com relação ao que está acontecendo lá na Venezuela. Nós recebemos aqui, antes da Presidência do Senador Renan Calheiros, ainda no ano passado, foi até uma solicitação do Ministro Moro, e nós ouvimos aqui a Corina Machado, que fez uma participação dentro do Senado Federal aqui virtualmente, porque ela tem essa limitação lá no seu país, agora está enfrentando todo tipo de vilipêndio. Mais uma vez, teremos uma eleição lá altamente questionável. E eu lhe pergunto: por que o Presidente Lula não se manifesta sobre essas violações lá na Venezuela? Muito pelo contrário. O sinal é o contrário. Dá o tapete vermelho quando vem Nicolás Maduro para o Brasil.

Isso me preocupa muito, o que está acontecendo com cristãos. Não sei se o senhor tem essa informação, mas nós somos uma nação majoritariamente cristã. Nós somos aí perto de 90% dos brasileiros cristãos. E o que está acontecendo lá na Nicarágua com Daniel Ortega, outro que tem relações boas com o Presidente Lula, é algo de estarrecer qualquer cristão. Estão fechando rádios, tendo problemas lá com relação à questão de violação dos direitos humanos.

E para encerrar, Senador Renan Calheiros, ficando aí no meu tempo de mais um minuto. Recentemente, o Embaixador da Ucrânia no Brasil, Andrii Melnyk, afirmou que aguarda há cerca de seis meses – vou repetir, seis meses – que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpra um acordo estabelecido no ano passado e convide o Chanceler ucraniano Kuleba para visitar o Brasil, já tendo feito diversos contatos com o Ministério das Relações Exteriores. Em contrapartida, o Chanceler russo Sergey Lavrov, em menos de um ano, em menos de 12 meses, já foi recebido duas vezes pelo Governo brasileiro. Tal atitude vinda do nosso país, que sempre teve uma relação diplomática de neutralidade, como eu falei aqui, em busca da paz, é muito estranha e me deixa num sentimento de injustiça grande.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como brasileiro, como cidadão, eu fico num sentimento... Por que esses dois pesos e duas medidas? A gente sabe, mas receba. É aquela velha história que tem: receba. Por que isso, fazer esse tipo de isolamento, de discriminação? Inclusive eu tenho um requerimento aqui na Comissão, esperando uma reunião deliberativa. Entrei só para colocar esse requerimento, Senador Renan Calheiros – espero que a gente possa deixar claro o posicionamento dos colegas –, para receber o Presidente Volodymyr Zelensky, que topa vir aqui ao Senado Federal, já que o Governo brasileiro está ignorando a Ucrânia. O Brasil tem uma colônia, o senhor sabe, no Paraná e em Santa Catarina, grande de descendentes de ucranianos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se o Governo Lula não receber, o Senado, no espírito de democracia, puder votar isso, nós vamos ter realmente um equilíbrio.

É isso que eu faço o questionamento. Muito obrigado, Senador Renan Calheiros, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos. Com a palavra o Chanceler Mauro Vieira.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero responder então ao comentário do Senador Randolfe e aos dois questionamentos.

Com relação ao Senador Randolfe, ao comentário que fez, só queria concordar plenamente com ele, com o seu argumento de que o Brasil não está, de forma alguma, isolado.

Eu acho que é óbvio, é claro, pelas vezes com que o Presidente, em todas as interações que teve o Presidente, em visitas ao exterior, em visitas que recebeu, e também em reuniões multilaterais, à margem das reuniões, teve uma interação com um número enorme de Chefes de Estado, dos mais importantes.

Nisso também, Senador Girão, posso já começar a responder às suas perguntas.

Por exemplo, na próxima semana, nós teremos aqui o Presidente Macron, da França.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Passará três dias.

O SR. MAURO VIEIRA – Pois é. Três dias. Irá à Amazônia. Estará no Rio de Janeiro, tratando de assuntos da maior importância; e, em São Paulo, num grande encontro empresarial. Depois, em Brasília, para a parte política da sua visita.

Ele virá pela primeira vez, nos seus primeiro e segundo mandatos, e visitará só o Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que isso é um sinal.

E todos os projetos que serão anunciados mostram que há um grande interesse da França, uma grande aproximação.

A França, sem dúvida nenhuma, um grande ator na democracia mundial. Não há a menor sombra de dúvida.

Também vamos ter em breve, não me lembro direito se em duas ou três semanas, uma visita importantíssima, que não está sequer anunciada, mas que já nos foi pedida e será feita, que é a do Secretário de Estado do Vaticano, que é o número dois. É o Primeiro Ministro do Vaticano, que virá ao Brasil no interesse, justamente, porque é o Chefe de Governo, é quem cuida dos assuntos de Governo, de políticas externas do Governo do Vaticano.

Isso, para não falar de todas as outras questões, de todos os outros encontros.

Eu, de forma alguma, não vejo flerte com ditadores. O próprio Senador Randolfe já abordou essa questão. Não há nada disso.

O que eu tinha dito antes é que o Brasil fala, dialoga e se dá com todos os países e conversa com todos. Recebe, visita e mantém canais de diálogo com todos os países, com todos os Governos, sobretudo, na nossa vizinhança, o que é fundamental para se manter a paz, a segurança, a estabilidade nas nossas fronteiras.

Tem uma interlocução constante com todos os Chefes de Estado, independentemente da orientação política que tiveram no passado. E eram diferentes as orientações políticas nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula. E, agora, houve uma mudança de composição.

Eu acho que não há nenhuma questão que impeça esses contatos. Quer dizer, não há nada que seja feito por parte do Governo que prejudique encontros com líderes de um lado ou de outro, muito pelo contrário.

Eu diria também que, com relação à visita do Ministro Kuleba, a que o senhor se referiu, o Presidente recebeu, em Nova York, o Presidente da Ucrânia. Foram duas vezes em que eles estiveram juntos em mesmas reuniões. A primeira vez foi no ano passado ainda, na Cúpula do G-20, no Japão.

Foram acertados, foram oferecidos três momentos diferentes para o Presidente Zelensky estar com o Presidente Lula, e não foi possível. A agenda do Presidente Zelensky não permitiu.

E o Presidente tinha um período reduzido. Ele ficou um dia a mais só no Japão. No total, foi em 1,5 dia a sua participação. Não havia tempo disponível. Não havia compatibilidade de agendas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, eu já me encontrei com o Ministro Kuleba, várias vezes: nessa ocasião no Japão; na Alemanha, à margem da Conferência de Segurança de Munique; em Nova York... E falo constantemente com ele. E eu também já tinha respondido dizendo que os tempos diplomáticos são diferentes. Visitas de Chefes de Estado são feitas e negociadas. Não há nenhum impeditivo, não há nenhuma negativa de receber ou de conversar. Estamos sempre abertos e prontos para conversar com todos os Chefes de Estado.

Queria, ainda, respondendo ao Senador Wellington Fagundes, dizer que o Itamaraty tem todo um setor de promoção comercial, que é muito importante e antigo, vem de muitos anos. Isso data, se não me engano, dos anos 60, e é um instrumento importantíssimo para a inserção internacional do Brasil e o fortalecimento do comércio exterior.

Queria também cumprimentá-lo pela Presidência do Grupo Brasil-Arábia Saudita, que é uma função importantíssima, um país com o qual nós temos uma relação, do ponto de vista comercial, muito importante.

Queria inclusive anunciar ao senhor que eu estou indo, na próxima semana, à região. Eu farei uma visita. Irei à Arábia Saudita, à Jordânia e a Ramala, além de Beirute. Todos esses países com um importante... O Líbano, nem precisa dizer... um grande número de brasileiros vivendo lá, além do grande número de descendentes de libaneses no Brasil.

A Jordânia é um país importante, um grande ator na região, que muito colaborou com o Brasil na manobra de repatriar os brasileiros que estavam – sobretudo os nascidos na Jordânia e na faixa de Gaza... Foi importantíssima. E a relação nossa com a Arábia Saudita...

Então, a partir de domingo, eu farei essa viagem de quatro dias, um dia em cada país. Mas o que eu queria dizer é que o Brasil se coordena através... A plataforma exterior do Brasil é a secretaria que tem, a seu encargo, a promoção comercial, que é o segundo nível hierárquico dentro do Ministério. Foi uma criação do Governo do Presidente Lula, dando esse *status* para que se possa ter uma melhor interlocução, não só com outros atores importantes, os outros Ministérios, como o Mapa, o MDA e o Mdic, que são importantíssimos, e também usando os instrumentos da ApexBrasil e, sobretudo, a nossa rede de postos no exterior.

O Brasil tem cerca de cem postos no exterior, com setores de promoção comercial, que têm uma atividade muito importante de inteligência comercial, de recolhimento de propostas para o Brasil e de recepção de exportadores brasileiros.

Não é à toa que nós tivemos, no ano passado, um resultado recorde, fantástico, de comércio exterior. Foram 340 bilhões de exportações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O esforço dos Ministérios, do Governo como um todo e dos postos do Itamaraty no exterior foram fundamentais, como eu disse, na prospecção de oportunidades, no contato entre empresários dos dois lados e na participação de visitas presidenciais, porque as visitas não são só políticas, há um grande componente empresarial, como na visita do Presidente à China, no ano passado, em abril, em que havia uma grande delegação empresarial; a Angola também da mesma forma, o nosso principal parceiro na África, e ao Catar, mais recentemente.

Nós fizemos uma quantidade enorme de ações e de missões muito setoriais a Bangladesh. É importante dizer – eu tinha mencionado na minha apresentação inicial – a importância dos países da Asean, do sudeste asiático, para o nosso comércio exterior. É um crescimento exponencial, surpreendendo e ultrapassando parceiros tradicionais do Brasil. Isso nos levou também a propor ao Presidente da República criar uma função, um posto de representante especial junto aos países da Asean, cuja sede fica em Jacarta.

Portanto, a questão da promoção comercial o Brasil tradicionalmente vem desempenhando e com muito sucesso, sempre em coordenação com os órgãos internos e com todos os instrumentos, inclusive do setor privado, como Sebrae, Senai, Senac, todos convergindo as sinergias e também as disponibilidades de cada órgão.

Eu também farei uma visita, no mês de abril, à Ásia. Eu vou às Filipinas e vou a Bangladesh, justamente porque nunca houve visita de autoridade brasileira de nível ministerial. E são dois importantíssimos países para o Brasil do ponto de vista de comércio exterior. Então não deixarei de fazer isso também.

E o senhor também me perguntou sobre a questão climática. Eu queria só comentar, como disse também o Senador Randolfe, que o Brasil perdeu a grande oportunidade de ser sede da COP em 2019. Eu pessoalmente atuei – eu era embaixador na ONU – para que o Brasil tivesse aprovada a sua candidatura.

E assim foi feito. A candidatura tem que ser aprovada no grupo regional de cada país. Então no nosso grupo latino-americano foi um exercício diplomático intenso e longo para conseguir o consenso de todos os países para que o Brasil pudesse sediar todos, e finalmente nos apoiaram unanimemente, inclusive a Venezuela e tantos outros. Infelizmente depois desistimos, abrimos mão e deixamos de ter no Brasil a presença de toda a comunidade preocupada com a mudança climática e tomando posições importantes.

Mas creio que nessa ocasião agora, no ano que vem, quando a COP se realizar no Brasil, nós vamos ter ocasião de dar uma grande contribuição para todas as questões de mudança climática e respeito ao Acordo de Paris, à Convenção das Nações Unidas sobre mudança climática e sobretudo também ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e a participação dos grandes países

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidos, que já poluíram bastante e que precisam agora cumprir com o compromisso desses diplomas internacionais, com a contribuição para o financiamento da mitigação.

Então eram esses os comentários que eu queria fazer e agradeço ao senhor e aos Senadores as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço-lhe mais uma vez, Embaixador Mauro Vieira, a presença de V. Exa. em nossa audiência pública interativa de hoje. Agradeço também a presença dos Senadores e das Senadoras, membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Agradeço especialmente a participação de cidadãos pelo e-Cidadania; do Ademir, do Mato Grosso do Sul; da Sara, de São Paulo; da Cássia, do Piauí; do Marcondes, do Acre; do Vítor, da Bahia; e do Márcio, do Rio de Janeiro, que fizeram perguntas e interpelações que de alguma forma foram respondidas pelo chanceler durante a exposição e até mesmo em resposta às perguntas que foram feitas pelos Senadores.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Embaixador, é uma honra muito grande.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8366464269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Jaques Wagner, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto e Luis Carlos Heinze, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 278, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto da Convenção sobre a Organização Internacional de Auxílios Marítimos à Navegação, assinada em Paris, em 27 de janeiro de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 20, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Síria." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 41, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Equador." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 56, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial Brasileira." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 72, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Japão." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/21

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta 30ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme a pauta publicada.

Antes de iniciarmos a reunião, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 29 de fevereiro e em 14 de março de 2024, respectivamente.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, estão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

Conforme a pauta publicada, destina-se a presente reunião à apreciação de projetos.

A reunião, como todos sabem, é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211.

Antes de passarmos à pauta, permitam-me fazer dois breves comunicados.

Primeiro, está aberto, desde o último dia 6 de março, o prazo para envio de sugestões para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº 508, de 2024, que trata da consolidação das leis do comércio exterior. O prazo vai até o dia 5 de maio de 2024, quando então faremos a designação do Relator da matéria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aberto também o prazo para que os membros da Comissão apontem, via requerimento, a grande política pública que deverá ser fiscalizada neste ano de 2024 pela Comissão. O prazo vai até o dia de hoje, 21 de março, e será escolhido somente um requerimento.

Item 1º da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 278, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção sobre a Organização Internacional de Auxílios Marítimos à Navegação, assinada em Paris, em 27 de janeiro de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

O Relator é o Senador Chico Rodrigues, e eu tenho a satisfação de designar o Senador Hamilton Mourão para ser Relator *ad hoc* desta matéria.

Com a palavra, Excelência.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Presidente, peço autorização para ir direto à análise.

Lembro, de início, que compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado. Assinalo, ainda, que não há reparos no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Além disso, o ato internacional em apreço está em conformidade com o art. 4º, inciso IX, da Constituição, no que prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A aprovação – e posterior ratificação – desta convenção está, assim, em consonância com o referido comando constitucional na medida em que visa à promoção segura e eficiente do tráfego de embarcações em prol da comunidade marítima internacional.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A finalidade da convenção em causa é, em derradeira análise, facilitar a transição da organização não governamental Iala para a Organização Internacional de Auxílios Marítimos à Navegação, organização intergovernamental submetida ao direito internacional. Para tanto, o tratado em apreço contém dispositivos que estabelecem o novo sujeito de direito internacional, seus propósitos e objetivos, suas funções, seus membros, órgãos e disposições relativas à sua administração.

Acrescento, ainda, que o assunto de que a organização em causa se incumbirá reveste-se de extrema relevância. Para tanto, estimo suficiente recordar que, no mundo, 80% do comércio internacional de mercadorias são transportados por via marítima. No Brasil, essa cifra representa mais de 95% do nosso comércio exterior. Dessa forma e na medida em que venha a regulamentar, no plano mundial, as questões relativas à farolagem, balizagem e ajudas à navegação, a nova organização contribuirá para movimentação segura, econômica e eficiente das embarcações em todo o globo.

Por fim, considero que o Brasil deveria sediar entidades como a Organização Internacional de Auxílios Marítimos à Navegação. De um lado, a estatura do nosso país no contexto das nações e, no caso particular, os 7.637 quilômetros de linha de costa do nosso litoral; de outro, a perspectiva de maior inserção do Brasil no desenvolvimento local do conhecimento, da produção e da distribuição de equipamentos de auxílio marítimo à navegação, como também a geração de emprego e venda de bens e serviços.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, proponho a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2023.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

O parecer é pela aprovação.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o relatório, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 72, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Japão.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

O senhor me permite fazer duas breves colocações sobre as suas observações iniciais?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu já dediquei alguma atenção ao PL de consolidação das leis de comércio exterior e, naturalmente, vou aguardar a designação do Relator para apresentar as minhas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, eventualmente, até pedir uma audiência pública, mas no momento oportuno.

Quanto à questão das políticas públicas, eu estou reapresentando um projeto de resolução para a criação de uma Subcomissão de Defesa Cibernética, que eu já havia apresentado em 2019, e considero cada vez mais oportuno...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – ... uma vez que hoje falar em inteligência artificial, em crime cibernético, em ataque cibernético é algo até didático.

Quanto à incumbência que tenho, eu a cumpro muito prazerosamente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou abreviar e complementar o relatório.

Primeiro, na justificativa da proposição do projeto de resolução da Senadora Damares, ela lembra que o Brasil abriga a maior população de origem nipônica fora do Japão e que este país é um dos nossos principais parceiros no continente asiático.

A matéria foi despachada.

Na análise, em primeiro lugar, no aspecto de formalidade, nada a observar. É uma proposta que reforça a relação bilateral e cabe recordar que as instituições desses

É uma proposta que reforça a relação bilateral, e cabe recordar que as instituições desses grupos parlamentares têm sido muito proveitosas para o país. Esses grupos passaram a ter autorização regimental para funcionarem, com aprovação em resolução própria, a de nº 14, a qual dispõe especificamente sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, mas traz regras gerais aplicáveis para os grupos parlamentares. Ontem, por exemplo, instalamos e aprovamos o plano de trabalho do Grupo Parlamentar Brasil-Arábia Saudita, que representa, em síntese, uma relação vigorosa, muito forte e muito expressiva também do ponto de vista comercial.

Nas relações bilaterais entre Brasil e Japão, a Senadora abordou dois pontos da mais alta importância. O fato de o Brasil abrigar mais de 2 milhões – e aí eu quero corrigir o meu relatório – de habitantes de ascendência nipônica merece destaque na relação entre os dois países e revela a necessidade de se buscarem meios eficazes para aproximar os seus cidadãos. Ademais, o fato de o Japão ser um dos nossos maiores parceiros na Ásia, de igual modo, é bastante relevante, sobretudo considerando que esse relacionamento se estende por diversos campos, não se limitando às expressivas cifras do fluxo comercial. Como foi destacado pela Senadora, nossa parceria com o Japão compreende setores como comunicações, ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, infraestrutura, agricultura e pecuária, além da atuação conjunta para o desenvolvimento de outros países, e a coordenação de temas multilaterais.

Como Senador por Santa Catarina, eu gostaria de destacar duas contribuições muito importantes, eu diria cruciais, para o nosso estado.

Primeiro, a contribuição que o Japão nos deu, há mais de 50 anos, para o desenvolvimento da fruticultura de clima temperado, que contribuiu decisivamente para que Santa Catarina – e, à semelhança de Santa Catarina, especialmente o Estado do Rio Grande do Sul e também o Paraná – desenvolvesse a fruticultura com um padrão tecnológico e de sustentabilidade muito importante.

Também no caso catarinense, através da JICA, eu próprio firmei um convênio em 1985, depois das enchentes de 1983 e 1984, e temos renovado esse convênio, para obter do Japão a assistência técnica e o conhecimento científico para reduzir danos e para prevenir enchentes. É um processo em evolução. Todos nós sabemos que o Japão tem um aparato técnico e de educação cívica, popular, para fazer face a

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cataclismos, terremotos, tsunamis. Ontem, ainda, tivemos a notícia de que a capital do Japão sofreu um abalo sísmico da ordem de 5,3 na Escala Richter. Então, isso fez desenvolver uma ciência para fazer frente a problemas climáticos não apenas no pós, mas também na prevenção que o Brasil tem que desenvolver.

Então, vejo nisso uma perspectiva de constante aperfeiçoamento.

Por tudo isso, a minha manifestação é, com muita eloquência, a favor do projeto.

E arremato para dizer o seguinte: está comprovado que os cinco primeiros japoneses que tocaram o solo brasileiro não foram aqueles que desembarcaram em Santos em 1895. Em 1804, cinco náufragos de um navio arrozeiro foram recolhidos por um navio russo, Nadiezhda, que aportou na Ilha de Santa Catarina, o primeiro ponto tocado. Não foi no de Paranaguá, nem no porto do Rio Grande, para os nossos vizinhos aqui, mas na ilha de Santa Catarina.

E, como testemunho do que nós apreendemos com a fruticultura dos japoneses, eu trouxe aqui, e vou pedir que o Presidente se arrisque a provar, uma fatiazinha de *nashi*, a pera japonesa, cultivada no Município de Frei Rogério, em Santa Catarina. O senhor pode crer que eu já experimentei. E eu como com casca. Porque aí que está... Pode fazer circular, vai fazer bem a todos. O senhor vai apreciar como ela é suculenta e tem um sabor muito vivo. É a pera japonesa cultivada em Frei Rogério, no meu estado.

Portanto, com muita ênfase, eu voto a favor deste projeto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só registrar aqui, Presidente, que, de algum jeito, o Senador Esperidião Amin conseguiu colocar Santa Catarina nessa história aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida nenhuma. Sem dúvida nenhuma.

E, com relação ao assunto anteriormente abordado, da consolidação das leis do comércio exterior, eu queria, inclusive, antecipar o posicionamento desta Presidência: eu estou pensando em designar V. Exa. como Relator da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor reflita bem. É uma decisão muito crucial, e o senhor é suspeito. Eu ainda não sou suspeito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir o relatório, nós declaramos encerrada a discussão.

Em votação, o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós apresentamos um requerimento que eu pediria que o senhor considerasse a possibilidade de incluir como extrapauta.

Já está protocolado? (*Pausa.*)

Não? Não está protocolado? (*Pausa.*)

Eu pediria que vocês se entendessem, porque ele disse que não está protocolado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só para secundar aqui o pedido que foi feito, é uma oitiva, um pedido de audiência aqui, que teria que ser até virtual, com a María Corina Machado, que é candidata oposicionista lá na Venezuela.

Nós sabemos, Presidente, que V. Exa. é um democrata. E, hoje, a Venezuela vive um período muito difícil, e a oposição tem sido perseguida.

Por que esse requerimento agora? Ontem veio a notícia de que a equipe da María Corina Machado foi presa, levada a um centro de torturas lá em Caracas. Nós temos tido uma posição crítica ao Governo brasileiro em relação a essa situação, mas creio que aqui na Comissão de Relações Exteriores devemos dar uma visibilidade à candidata, até para que ela possa se proteger contra os arbítrios, até para que, de alguma maneira, essa visibilidade possa evitar que ela seja vítima de um mal lá naquele país. Inclusive, mal que pode ser até de caráter físico, lamentavelmente, porque hoje não tem garantias lá.

Eu creio que esta Comissão não pode ficar alheia a esse cenário desolador da Venezuela. E eu apelo a V. Exa. – assim como subscrevemos, tanto eu como Senador Esperidião Amin, a iniciativa do Senador Esperidião e a iniciativa também do Senador Hamilton Mourão –, apelamos a V. Exa., que nós sabemos que, acima de tudo, é um democrata, alguém que preza aí pelos direitos e garantias de direitos humanos, para que nós possamos organizar uma audiência virtual para ouvi-la aqui sobre a situação atual e as perspectivas da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós recebemos, há dez minutos, o requerimento, sim. Eu gostaria de ponderar com os Srs. Senadores que na próxima... Nós o colocaremos em pauta na próxima reunião desta Comissão de Relações Exteriores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas sendo algo tão simples, Presidente, não poderíamos colocar extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, mas nós acabamos de receber agora, e evidentemente que eu queria fazer essa ponderação na própria reunião, na próxima reunião nós o apreciaremos.

Não tendo mais Relatores presentes, nós agradecemos a presença de todos... Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Queria fazer um apelo. (*Fora do microfone.*) Designar um Relator, se for possível, para o projeto de minha apresentação, que é o item 2...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que prevê a constituição do grupo parlamentar, aliás, a reconstituição do Grupo Parlamentar Brasil-Síria. O Relator é o Senador Nelsinho Trad. Não sei se há controvérsias sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não há.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu consulto os Senadores e Senadoras se podemos, adicionalmente, acrescer mais esse item, o item 2 da pauta. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, DE 2022

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Síria.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

Precisamos de um Senador *ad hoc* para proferir o parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor tem duas opções...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Hamilton Mourão, com a palavra V. Exa. mais uma vez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senador Hamilton Mourão sabe que a Síria sempre manteve...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... elos muito acendrados com o Rio Grande do Sul, a ponto de, em Chuí, termos uma grande colônia síria e também palestina.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Toda a fronteira sul dali do Rio Grande do Sul – Chuí, Jaguarão, Bagé, Livramento – tem uma colônia grande.

Presidente, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cabe a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno deste Senado.

Os grupos parlamentares são instrumentos da chamada diplomacia parlamentar, que podem proporcionar relevantes trocas de experiências entre os Legislativos nacionais. Sua criação é fundada no direito de livre organização política pelos Parlamentares no âmbito do Poder Legislativo. Não bastasse isso, desde a Resolução nº 14, de 2015, a criação desses grupos teve confirmada sua autorização no plano regimental. Essa norma, além de dispor especificamente sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, contém regras aplicáveis a todos os grupos parlamentares.

Como bem destacado na justificação do projeto de resolução do Senado, no caso presente, a diplomacia parlamentar pode ser importante ferramenta de aproximação entre os países e, certamente, conduz à democratização de discussões político-diplomáticas bilaterais.

Com efeito, o cenário interno da Síria, que vive conflito iniciado há mais de dez anos, inevitavelmente trouxe impactos sobre sua relação bilateral com o Brasil. Acreditamos, diante disso, que

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a abertura de mais esse canal de diálogo seja bastante bem-vinda. Nesse sentido, não se pode ignorar que o último contato bilateral em nível presidencial se deu em junho de 2010. Por outro lado, na seara parlamentar, no ano de 2018, houve, na Síria, encontro de Deputados Federais brasileiros membros do Grupo de Amizade Parlamentar Sírio-Brasileiro. No mesmo ano, o então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o Senador Fernando Collor de Mello, visitou a Síria, tendo se encontrado com o Presidente Assad.

Acrescento a tudo isso a existência em todo o Brasil de uma forte colônia de descendentes de sírios.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2022.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

O relatório é pela aprovação.

Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal, para prosseguimento da tramitação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria só esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – ... eu me expressei mal. Na verdade, nós já criamos a comissão. O que nós teremos é que ampliar a designação para *cyber*, cibernético, e a designação dos eventuais...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dos membros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... membros, ou seja, não se trata de criação. A criação remonta a 2019. O que aconteceu foi uma grande evolução no assunto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

Faremos a designação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está encerrada a reunião

Muito obrigado a todos pelas presenças.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4503364118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Dueire, Carlos Viana, Leila Barros, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Wilder Morais e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Janaína Farias e Romário, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6294, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para disciplinar o intercâmbio internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2210, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para incorporar o pedido provisório de patente, suprimir exigência contrária a dispositivo de acordo internacional e modificar procedimentos de depósito e de exame de patentes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 215, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre a Previdência Social, celebrado em Brasília, em 9 de dezembro de 2020." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 84, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Ruanda, assinado em Kigali, Ruanda, em 14 de agosto de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 41, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Equador." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 56, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial Brasileira." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 7, de 2024** que: "Requer realização de audiência pública AVIBRAS." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 5, de 2024** que: "Requer realização de Audiência Pública CRE convite María Corina" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reunião às onze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/18

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião da Comissão, ocorrida no dia 21 de março de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo, sem manifestação, os documentos serão evidentemente arquivados.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos.

A reunião, como todos sabem, é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 6294, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para disciplinar o intercâmbio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Relatora do projeto, Senadora Professora Dorinha Seabra, para proferir seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e todos que nos acompanham.

Ao mesmo tempo em que cumprimento o Deputado Carlos Henrique Amorim – Carlos Gaguim –, falo da importância deste projeto para a educação e para a formação, inclusive, profissional.

Observo que ele atende a todos os critérios quanto à constitucionalidade, e, em relação ao mérito, o projeto merece ser analisado pela CRE.

Nesse sentido, o fluxo de estudantes tanto brasileiros no exterior quanto migrantes no Brasil poderá propiciar importante troca de experiências de diferentes culturas e eventuais processos de formação. O estágio fora do país revela-se, dessa forma, positivo para o enriquecimento curricular dos beneficiados.

Além disso, o participante poderá aprimorar, sendo o caso, seus conhecimentos de língua estrangeira, já que fará uso dela diariamente.

Ademais, os intercambistas terão a oportunidade de estabelecer rede de contatos tanto profissionais quanto pessoais, que é sempre proveitosa.

Essas circunstâncias são da grande valia para o futuro profissional dos envolvidos na medida em que favorecem, entre outras coisas, o aumento da empregabilidade.

O contexto descrito contribui, ainda, para o estreitamento dos laços de cooperação entre diferentes instituições. Some-se a esse quadro os reflexos edificadores que a iniciativa pode proporcionar ao relacionamento dos países da nacionalidade dos alunos.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PL nº 6.294, de 2019.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu declaro encerrada a discussão e passamos à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2210, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para incorporar o pedido provisório de patente, suprimir exigência contrária a dispositivo de acordo internacional e modificar procedimentos de depósito e de exame de patentes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

O projeto é de autoria do Deputado Federal Julio Lopes .

O relatório é pela aprovação na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator do projeto, Senador Jacques Wagner, para proferir o seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) **–** Obrigado, Presidente Renan.

Como V. Exa. colocou, o Projeto 2.210, de 2022, oriundo da Câmara com o nº 10.920, de 2018, que altera a Lei 9.279, de maio de 1996.

Como já está publicado, Presidente, para poupar, eu vou direto à análise.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices ou inconformidades que impeçam a aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao mérito da proposta, somos favoráveis à aprovação do projeto de lei, na forma da emenda substitutiva ao final apresentada.

Com o fim de facilitar o pedido por não residentes, o projeto de lei permite a apresentação de documento em língua estrangeira, desde que a tradução do documento para a língua portuguesa seja apresentada no prazo máximo de 60 dias, desburocratizando e tornando mais ágil assim o procedimento de registro no Brasil.

Não é necessário que o depositante mantenha procurador domiciliado no Brasil por ocasião do momento inicial do pedido de registro no INPI. Caso seja necessária a intervenção de procurador acerca da existência de demanda judicial, caberá ao INPI notificar a parte por meio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Nesse momento, sob pena de não prosseguimento do pedido, faz-se necessária a constituição de procurador. Estamos assim simplificando a exigência do não residente de ter procurador no País.

Cumpre destacar que o projeto de lei cria uma alternativa rápida e barata à demorada e cara carta rogatória ao propor procedimento que prevê a notificação da parte, via INPI e OMPI, para constituir procurador no prazo de 60 dias corridos, na forma da emenda substitutiva ao final apresentada.

Além disso, o projeto de lei prevê o pedido provisório de patentes, de acordo com o qual se permite um pedido de patente com simplificação dos requisitos formais e com prazo de vigência. Esse pedido provisório de patentes destina-se aos interessados que ainda não tenham conseguido deter as informações necessárias para cumprir os requisitos formais para o pedido de patentes definitivo. Dessa forma, estamos propondo na emenda substitutiva que seja concedida ao interessado a alternativa de pedir o diferimento do exame da patente pelo prazo de até 36 meses, contados da data do depósito; além de permitir ao depositante efetuar alterações até o início do exame técnico.

Eu esclareço essa parte, Presidente, porque hoje, eu diria, é ato contínuo: se ele depositou, tem 36 meses. Com isso, acaba que ao órgão nacional fica, aparentemente, imputada uma demora que não lhe pertence, já que após o período de 36 meses é que ele poderá começar a se dedicar a analisar a patente requerida. Em geral, está se levando três anos para isso, ou seja, o tempo total dá seis anos.

Só que nos três anos de 36 meses bloqueados, vou dizer assim, praticamente ninguém mais pode trabalhar sobre aquela patente. Então, o que se está oferecendo em discussão com o Mdic, com o Vice-Presidente Alckmin e com a Presidência do INPI – e com a Anvisa também, porque acaba que a Anvisa, no caso de moléculas para remédios, interfere ao final, na autorização – é que nós estamos dizendo que isso é optativo. Se, ao depositar, ele requerer esses 36 meses para fazer eventuais complementações, ele requer; mas de tal forma que fique público que essa é uma intenção do requerente, não uma demora do INPI.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.210, de 2022, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CRE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 2.210, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para permitir o diferimento do pedido de patente, suprimir exigência contrária a dispositivo de acordo internacional e modificar procedimentos de depósito e de exame de patentes.

[...]

Art. 1º A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"Art. 32. Para melhor esclarecer ou definir o pedido de patente, o depositante poderá efetuar alterações até o início do exame técnico, desde que estas se limitem à matéria inicialmente revelada no pedido." (NR).

"Art. 33. O exame técnico do pedido de patente poderá ser diferido em até 36 meses da data do depósito, a requerimento do depositante.

Parágrafo único. O requerimento para diferimento poderá ser realizado até a data de início do exame técnico." (NR)

"Art. 34. Sempre que solicitado o exame, deverão ser apresentados, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de arquivamento do pedido:

..... ” (NR)

[Uma série de documentos.]

“Art. 38. A patente será concedida depois de deferido o pedido, expedindo-se a respectiva carta-patente.

.....” (NR)

“Art. 155. O pedido deverá referir-se a um único sinal distintivo e, nas condições estabelecidas pelo INPI, o requerimento conterá:

I - dados do requerente;

II - apresentação visual do sinal requerido; e

III - especificação de produtos ou serviços.

§1º O requerimento e qualquer documento que o acompanhe deverão ser apresentados em língua portuguesa e, quando houver documento em língua estrangeira, sua tradução simples deverá ser apresentada no ato do depósito ou dentro dos 60 (sessenta) dias subsequentes, sob pena de não ser considerado o documento.

§2º O pagamento da retribuição relativa ao depósito e ao processamento do pedido deverá ocorrer em conformidade com as condições estabelecidas pelo INPI, sob pena de ser considerado inexistente.” (NR)

“Art. 158. Protocolizado, o pedido prosseguirá para exame de ofício, durante o qual poderão ser formuladas exigências, que deverão ser respondidas [também] no prazo de 60 (sessenta) dias.” (NR)

“Art. 160. Concluído o exame de ofício, será proferida decisão de:

I – deferimento preliminar; ou

II – indeferimento do pedido de registro.

Parágrafo único. Da decisão de deferimento preliminar não cabe recurso.” (NR)

“Art. 160-A. A decisão de deferimento preliminar será publicada para apresentação de oposição no prazo de 60 (sessenta) dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

§1º O depositante será intimado da oposição, podendo se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias.
§2º Não se conhecerá da oposição, nulidade administrativa ou de ação de nulidade se, fundamentada no inciso XXIII do art. 124, no art. 126 ou no §1º do art. 129, não se comprovar o depósito do pedido de registro da marca na forma desta Lei." (NR)
"Art. 160-B. Decorrido o prazo de oposição sem interposição desta, será proferida a decisão de deferimento do pedido." (NR)
"Art. 160-C. Interposta a oposição e decorrido o prazo de manifestação, será realizado o exame da oposição.
Parágrafo único. O exame da oposição se restringirá à análise das alegações nela contidas." (NR)
"Art. 160-D. Concluído o exame da oposição, será proferida decisão.
§ 1º Considerada procedente a oposição, será proferida decisão de indeferimento do pedido de registro.
§ 2º Considerada improcedente a oposição, será proferida decisão de deferimento do pedido." (NR)
"Art. 161. O certificado de registro será concedido depois de deferido o pedido." (NR)

O parágrafo único do art. 217 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 217. .....
Parágrafo único. Quando, em função de acordos internacionais, a obrigação prevista no *caput* não for exigível, será dada ciência ao INPI pelo Poder Judiciário, acerca da existência de demanda judicial, o qual notificará a parte por meio da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), para que forneça a procuração de que trata o *caput* deste artigo no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado do efetivo recebimento da notificação, sob pena de aplicação do disposto no inciso V do *caput* do art. 78, no inciso IV do *caput* do art. 119 ou no inciso IV do *caput* do art. 142 desta Lei." (NR)
Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996:
I – os §§ 1º e 2º do art. 38;
II – os §§ 1º e 2º do art. 158;
III – o *caput* do art. 159;
IV – o art. 162.
Art. 3º. As alterações promovidas por esta Lei serão aplicadas somente a pedidos de patentes e marcas protocoladas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial a partir da data da entrada em vigor desta Lei.
Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eu só queria fazer um comentário, Sr. Presidente, para os colegas. Evidentemente eu sei que há interessados aqui de alguns setores, o próprio pessoal do INPI e do Mdic. Evidentemente que cabe vista se algum colega pedir. A matéria não é terminativa, ela ainda vai para a Comissão de Ciência e Tecnologia para depois seguir ao Plenário. É uma matéria que veio da Câmara, evidentemente que, com as modificações voltará para a Câmara, portanto, eu digo que ainda há espaço suficiente para que haja esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo isso porque me pediram para não apresentar. Eu digo, olha: Tem tempo suficiente. Não sei se algum colega vai ou não pedir vista, evidentemente que é de direito. Portanto, aí já se abre um primeiro espaço e depois ele vai para a Comissão, eu diria, a mais pertinente, que é a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o relatório.

Este projeto é um pedido provisório de patente, suprime exigências contrárias ao dispositivo de acordo internacional e modifica procedimentos, como falou o nobre Relator, de depósitos e de exames de patentes.

Na verdade, ele ajusta a legislação brasileira ao Protocolo de Madrid.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E o objetivo... Permita-me, Presidente? O objetivo evidentemente é poder acelerar esse procedimento dentro, vou chamar, da burocracia nossa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir o relatório, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da Comissão de Relações Exteriores, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para prosseguimento da tramitação.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 215, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre a Previdência Social, celebrado em Brasília, em 9 de dezembro de 2020.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator do projeto, Senador Hamilton Mourão, para proferir o seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise. Meu bom dia aos colegas, à colega Senadora e a todos que nos acompanham.

No tocante ao tratado, inexistem defeitos quanto à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

No mérito, o acordo implementa a estrutura jurídica para regular as relações entre os dois países em matéria de previdência social. Nesse sentido, o documento há de favorecer, de maneira significativa, os trabalhadores de ambos os Estados contratantes que se encontram fora de seu Estado de origem.

O assunto é tanto mais momentoso quanto mais nos damos conta do aumento no fluxo internacional de trabalhadores. Ao ampliar a proteção social de brasileiros e tchecos por meio da utilização do tempo de contribuição do outro país na obtenção dos benefícios previdenciários, o acordo em análise afasta os eventuais desconfortos no campo previdenciário daqueles que se encontram prestando serviço remunerado no território de Estado contratante que não o seu próprio.

Some-se a esse contexto a circunstância de o texto envolver países unidos por sólidos vínculos de amizade.

Voto. Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 215, de 2022.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão, o relatório do Senador Hamilton Mourão.

Não havendo quem queira discutir o relatório, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Nós temos o item 4, cujo Relator é o Senador Cid Gomes; e no item 6, o Relator é o Senador Magno Malta.

E esse item 5...

Passamos direto ao item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 41, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Equador.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 29/02/2024 e 21/03/2024.

2. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao querido amigo Senador Chico Rodrigues. Com a palavra V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Presidente Renan Calheiros, V. Exa. delegou a mim a relatoria desse projeto, e vou ao relatório.

É submetido ao exame do Plenário desta Casa o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 41, de 2023, da Senadora Soraya Thronicke, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Equador.

O projeto em questão é composto de seis artigos. O primeiro institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o mencionado grupo com finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os respectivos Poderes Legislativos.

Na sequência, o art. 2º dá notícia de que o colegiado poderá ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele aderirem.

O art. 3º, por sua vez, estabelece as formas de cooperação.

O art. 4º trata do marco jurídico de atuação do grupo.

E o art. 5º prescreve que os atos relativos às atividades do grupo deverão ser publicados no *Diário do Congresso Nacional*.

Por fim, o art. 6º estabelece a cláusula de vigência.

Na justificação, a autora esclarece que o projeto visa a estreitar as relações bilaterais. O texto aponta, nesse sentido, para a circunstância de que ambos os países mantêm sólido e tradicional relacionamento. A autora da proposição indica, ainda, as características topográficas do Equador, bem como sua riqueza mineral. Para além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

disso, registra que os dois países compartilham "valores voltados para a defesa de princípios democráticos e livre iniciativa no continente sul-americano".

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Os chamados grupos parlamentares possibilitam trocas de experiências entre os Legislativos nacionais envolvidos. Dessa maneira, eles proporcionam relevante contribuição para o relacionamento dos países em causa. Cuida-se, ademais, de prática entendida como própria da atividade senatorial, que, de resto, não encontra óbice no Regimento Interno do Senado Federal.

Dito isso, e ressaltando o que foi bem destacado pela autora da proposta, o peso das relações bilaterais, bem como a convergência de interesses entre os dois países, recomendamos a instituição do grupo parlamentar em apreço.

Nesse sentido, corroboram as informações do Ministério das Relações Exteriores:

> Brasil e Equador estabeleceram relações diplomáticas em 1844. Em 1873, o Brasil abriu legação diplomática residente em Quito. Apesar de ser um dos dois únicos países da América do Sul com os quais o Brasil não compartilha fronteira, as relações bilaterais têm sido historicamente densas.
> Em 2020, o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US$686,6 milhões, com saldo positivo para o Brasil, que exportou US$599,4 milhões e importou US$87,2 milhões.
> Entre os principais produtos da pauta de exportações brasileiras para o Equador destacam-se: lâminas de ferro ou aço; fios de cobre; plásticos; ônibus; calçados; entre outros. As importações brasileiras foram compostas, especialmente, por chumbo refinado; conservas de peixes; chocolates e preparações alimentícias contendo cacau; caramelos; filés de peixe; madeira; entre outros.
> Entre as iniciativas do programa de cooperação técnica entre Brasil e Equador, figuram, por exemplo, um projeto para gestão de recursos hídricos e um projeto para apoio à implantação do Banco de Leite Humano em hospital equatoriano, que tem por objetivo reduzir a mortalidade de recém-nascidos no país, com benefícios para a saúde materna e infantil.
> Em função dos incêndios na Amazônia, o Governo equatoriano ofereceu, em 2019, ao Brasil o envio de três brigadas, cada uma integrada por dez especialistas em combate a incêndios florestais, as quais foram empregadas na Amazônia Legal no âmbito da Operação Verde Brasil.

Esse é o quadro, Sr. Presidente, da proposição, que tampouco carrega vícios de constitucionalidade ou juridicidade, e merece, portanto, ser aprovada.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 41, de 2023.

Esse é o voto e esse é o Relatório, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–** Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passamos à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Extrapauta.

Sobre a mesa, o requerimento do Senador Hamilton Mourão.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 7, DE 2024

Requer realização de audiência pública AVIBRAS.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Requerimento nº 7, de 2024, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a anunciada negociação da Avibras Indústria Aeroespacial S.A. com a empresa internacional de defesa, com sede na Austrália, Defend Tex.

Em discussão.

Senador Hamilton Mourão, com a palavra V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) **–** Presidente, acredito que todos têm acompanhado aí por meio da imprensa.

A nossa empresa Avibras detém alguns projetos estratégicos, entre eles um que nos dá uma diferença, aqui no subcontinente americano, que é o do Míssil Tático de Cruzeiro, além do sistema de lançadores múltiplos de foguetes, que hoje é uma arma que a gente vê sendo utilizada no conflito entre Ucrânia e Rússia e em outros locais do mundo. Então, é um conhecimento que a gente não pode abandonar de mão beijada e entregá-lo a outro país.

Então, é importante nós, aqui na nossa Comissão, analisarmos e sabermos dos dirigentes da empresa o que realmente está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências.

A Presidência desta Comissão estende a todos os membros convite recebido do Comandante de Defesa Cibernética, General de Divisão Alan Costa, para uma visita institucional ao Comando de Defesa Cibernética, a ocorrer no dia 7 de maio, no Forte Marechal Rondon.

Na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores, nós teremos as sabatinas de Mariana Gonçalves Madeira, que está sendo indicada para ser Embaixadora do Brasil em Gana; de Carlos José Areias Moreno Garcete, indicado para a Nigéria; e de Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes, indicado para Embaixada do Brasil na Dinamarca.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Existe um requerimento do Senador Amin, que está subscrito por mim e pelo Senador Sergio Moro.

Eu peço ao senhor para ler o requerimento, que será colocado extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É o requerimento...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... da audiência pública com a María Corina Machado, que, obviamente, será por videoconferência, a respeito do porquê de ela ter sido impedida de participar das eleições presidenciais na Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu não tinha, inicialmente, pautado o requerimento, Senador Hamilton Mourão, dos Senadores...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O requerimento é do Senador Amin, subscrito por mim e pelo Senador Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... exatamente porque a María Corina já prestou depoimento na Comissão de Segurança Pública, mas, se for necessário, fazemos a apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É necessário, Presidente, porque é outro tema.

Eu acho que, aqui nesta Comissão, nós teremos... Eu até falo para o senhor que esse processo eleitoral, que vai acontecer em julho, com certeza terá a participação de observadores internacionais, inclusive do nosso país, e talvez nós mesmos sejamos convidados a participar disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 5, DE 2024

Requer realização de Audiência Pública CRE convite María Corina

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências.

Obrigado a todos e está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 00 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Dueire, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 92, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 1, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 2, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 927, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **3ª Parte - Politica Pública**. **Finalidade:** Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança, no exercício de 2024, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 6/2024-CRE. **Resultado:** Aprovado o requerimento, que vai à Subcomissão de Defesa Cibernética (CREDC). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/25

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, meu General.

Excepcionalmente, nós vamos, atendendo a um pedido do Senador Nelsinho Trad, abordar o item 1 – apreciar, melhor dizendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 927, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator do projeto, Senador Nelsinho Trad, para proferir seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Senador Renan Calheiros, mui digno Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, demais pares, vou direto à análise, com a permissão de V. Exa. e do Colegiado.

Vem para análise do Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 927, de 2021, com a finalidade de aprovação do texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Esse tratado foi encaminhado por meio da Mensagem Presidencial 5, de 2019, e submetido inicialmente ao crivo do Câmara dos Deputados, que o aprovou e, em 23 de fevereiro de 2024, encaminhou a matéria para esta Casa, onde foi despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, com muita honra, me designou como Relator.

No tocante ao acordo, inexistem defeitos em relação à juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade.

Sobre o mérito, este acordo negociado no início de 2018 é de extrema importância operacional, pois o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná está em pleno funcionamento, bem como o órgão técnico da hidrovia, sem o devido acordo de sede.

O Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná foi celebrado no seio da Associação Latino-Americana de Integração em 1992 e entrou em vigor em 1995. Contudo, não havia, até o tratado em análise, base normativa que regulasse as relações entre a Secretaria Executiva e o país sede do órgão, a Argentina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a aprovação da presente proposição trará ao sistema da Hidrovia Paraguai-Paraná a operacionalidade necessária e adequada para o seu bom funcionamento, favorecendo o desenvolvimento social e comercial da região proporcionado por essa estratégica hidrovia, grande viés para o desenvolvimento econômico e social de toda região.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL 927, de 2021.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão e o coloco em votação.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Com a anuência de V. Exa. e do Colegiado que se faz presente aqui e virtualmente, pediria urgência na matéria, para poder ir logo para o Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião da Comissão, ocorrida em 18 de abril.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, a primeira parte da reunião destina-se à apreciação da indicação de uma Embaixadora e de dois Embaixadores para postos no exterior. A segunda parte destina-se à apreciação de um projeto de decreto legislativo. Por fim, a terceira parte destina-se à apreciação de requerimento referente à avaliação de políticas públicas, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta, localizadas uma na porta do plenário e outra dentro dele.

Cada sabatina começará com a leitura do respectivo relatório pelo Relator; em seguida, é concedida a palavra à indicada ou ao indicado, por até 15 minutos, para sua exposição inicial.

Eu vou, em função da presença e de algumas viagens que terão que ocorrer de alguns membros desta Comissão, fazer uma inversão nessa ordem, com a aquiescência de todos.

Nós vamos dar, primeiro, a palavra aos Relatores, em seguida darei a palavra aos Embaixadores e à Embaixadora.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – ... pedido para, com a inversão de pauta e para aproveitar o momento do quórum...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... termos a possibilidade de aprovar a avaliação da Política Nacional de Cibersegurança de 2024. Se o senhor puder antecipar esse item...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão selecionar, a cada ano, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo para serem avaliadas, observando seus impactos e suas atividades de suporte. Conforme comunicado por esta Presidência, o prazo para que os membros indicassem, por requerimento, a política pública a ser avaliada encerrou-se no último dia 21 de março, tendo sido apresentado um requerimento, o Requerimento nº 6, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad.

Passemos à deliberação do requerimento.

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 6, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad, que requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política Nacional de Cibersegurança no exercício de 2024.

Em discussão, Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – O assunto praticamente se autoexplica, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo quem queira discutir, eu passo à votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Presidência determina o envio à Subcomissão Permanente, para avaliação da referida política pública. (*Pausa.*)

E eu tenho a satisfação de fazer a designação da Subcomissão de Defesa Cibernética. Tendo em vista a aprovação do requerimento que criou a Subcomissão, nós designamos os membros titulares: Senadores Amin, Fernando Dueire e Nelsinho Trad; membros suplentes: Senadores Astronauta Marcos Pontes, Chico Rodrigues e Izalci Lucas.

Será feito o comunicado à Mesa e agendada a instalação do Subcolegiado. (*Pausa.*)

A votação será obrigatoriamente presencial. Cada sabatina começará com a leitura seguida dos respectivos relatórios. Em seguida é concedida a palavra à indicada ou ao indicado, por até 15 minutos. Na sequência será aberta a fase de inquirição pelas Sras. e pelos Srs. Senadores inscritos, com duração de até cinco minutos por Senador, organizados em blocos de quatro. A resposta do sabatinado será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada uma. Por fim, será realizada a votação seguida da apuração dos votos.

Consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se as interpelações do sabatinado serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passemos às sabatinas em reunião aberta.

Pedimos que entrem a Embaixadora e os Embaixadores. Sejam bem-vindos! (*Pausa.*) (*Pausa.*)

Sra. Mariana Gonçalves Madeira, é uma honra recebê-la.

Tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damos boas-vindas aos nossos três indicados para as arguições de hoje: a Sra. Embaixadora Mariana Gonçalves Madeira e os Srs. Embaixadores Carlos José Areias Moreno Garcete e Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 92, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta Reunião, haverá a arguição pública do indicado, a leitura e a votação do Relatório.

Eu terei a honra de designar o Senador Hamilton Mourão para proferir o relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) **–** Sr. Presidente, bom dia.

Sra. Embaixadora, Srs. Embaixadores, caros colegas, senhoras e senhores, trago ao exame desta Comissão a Mensagem nº 92, de 2023, referente à indicação, pelo Presidente da República, da Sra. Mariana Gonçalves Madeira, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, nas Repúblicas da Serra Leoa e da Libéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exigência constitucional, compete a este Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Regimento Interno, por sua vez, atribui o exame da matéria a esta Comissão.

A Ministra Mariana Madeira bacharelou-se pela Universidade de Brasília em Relações Internacionais e Comunicação Social e, posteriormente, concluiu o mestrado em História na mesma instituição.

Por merecimento, tornou-se Ministra de Segunda Classe no ano de 2017. Sua tese do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco foi transformada em livro, tratou dos desafios e implicações da economia criativa para a política externa brasileira.

A indicada exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua profícua carreira.

No exterior, serviu nas Embaixadas em Tóquio e Camberra e foi Cônsul-Geral Adjunta em Sydney, onde chefiou os setores de ciência, tecnologia e inovação e promoção cultural. Dirigiu temporariamente posto no continente africano, a Embaixada em Iaundé (Camarões), na condição de encarregada de negócios. Na Secretaria de Estado, trabalhou na Divisão de Assistência Consular e no Departamento de África e Oriente Próximo. Chefiou a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, a Divisão dos Brics e do Fórum Ibas, a Secretaria de Controle Interno e, mais recentemente, a Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com Países Desenvolvidos. É, atualmente, Diretora Adjunta da Agência Brasileira de Cooperação.

Passo a tratar, brevemente e em sequência, de Gana, Serra Leoa e Libéria, com menção à política interna e internacional desses países e destaque para as relações bilaterais com o Brasil.

Gana cumpre papel essencial no contexto regional, conquistando sua independência em 1957, além de ter participado ativamente do movimento panafricanista, com forte liderança do histórico Primeiro-Ministro e Presidente ganês Kwame Nkrumah para a fundação da Organização da Unidade Africana, antecessora da atual União Africana.

No campo político, além do protagonismo já mencionado, destaca-se a estabilidade do país, que conta com eleições periódicas, sem ruptura democrática, desde o ano de 1992, o que para um país africano é algo extremamente positivo.

As relações diplomáticas bilaterais são maduras, datando de 1960, com a elevação da Legação do Brasil em Acra para o nível de embaixada no ano seguinte. Um marco na história diplomática brasileira é que o primeiro Embaixador negro do Brasil a ocupar a chefia em um posto no exterior foi Raymundo Souza Dantas na recém-inaugurada Embaixada em Acra. Desde 2005, Brasil e Gana constantemente trocam visitas de alto nível entre seus Ministros de Relações Exteriores, Presidentes e Vice-Presidentes.

No quesito comercial, o ano de 2023 esteve marcado por expressivo déficit, devido ao crescimento de mais de 4.000% das importações em relação ao ano anterior, com um salto sem precedentes no volume das transações de hidrocarbonetos nos meses de julho, agosto, setembro e novembro. Quanto aos investimentos externos, destaca-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a presença de grande fábrica da multinacional brasileira Usibras, a maior processadora de castanha-de-caju do mundo, na cidade de Prampram.

Há fortes canais de cooperação bilateral entre Brasil e Gana, especialmente em matéria de defesa, saúde, cultura, tecnologia e alimentação.

Nesse contexto, o Programa Mais Alimentos Internacional foi um marco na relação entre os países, alterando o perfil das exportações brasileiras, que antes se concentravam apenas na venda de açúcar e melaço de cana. Atualmente, também exportamos para Gana quantidades significativas de carnes bovina e de frango, celulose, metais, pimentas e máquinas agrícolas.

No campo da defesa, cabe destacar a parceria indispensável entre Brasil e Gana no contexto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Gana também integra a Arquitetura de Iaundé, iniciativa voltada a garantir a segurança do Golfo da Guiné, área de grande relevância estratégica para o Brasil. Ademais, estão em curso negociações com a Força Aérea de Gana para a venda de lote de caças Super Tucano, após visita de representantes do Ministério da Defesa e da Embraer a Acra no último dia 19 de fevereiro.

Em contraste com Gana, a realidade política de Serra Leoa está historicamente marcada por grave instabilidade. Após a independência em 1961, sucederam-se administrações provisórias e golpes militares, havendo longo período de governo autoritário, sob partido único, de 1968 a 1991. No mesmo ano, o país foi tomado por violenta guerra civil que durou mais de uma década. As últimas eleições presidenciais, de junho de 2023, com forte supervisão internacional, levaram à manutenção do atual incumbente, Julius Maada Bio, mas foram inicialmente contestadas pela oposição, que bloqueou o funcionamento do Poder Legislativo. Tendo sido alcançado acordo político no mês de dezembro entre oposição e situação, espera-se que a política interna serra-leonesa seja finalmente normalizada ao longo deste ano.

A pobreza estrutural e a insegurança alimentar infelizmente continuam a ser questões fundamentais. Nesse contexto, são dignas de destaque as iniciativas de cooperação técnica e humanitária fornecidas pelo Brasil para doenças sexualmente transmissíveis, piscicultura e agricultura.

As relações políticas entre Brasil e Serra Leoa, estabelecidas em 1974, são pouco intensas.

O Brasil contou com representação na capital, Freetown, entre 2012 e 2019, quando foi retomada a cumulatividade com a Embaixada em Acra. Segundo o Itamaraty, possível reabertura da Embaixada em Serra Leoa está em análise e negociação.

Em matéria de comércio, Serra Leoa é apenas o 30º parceiro brasileiro na África. O fluxo de comércio é praticamente unilateral, sendo irrisórias as importações brasileiras. A pauta exportadora se aproxima daquela mantida com Gana, embora em volumes bastante menos expressivos e com a forte presença de vendas de arroz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tal como ocorre com Gana, Serra Leoa também tem importância para o Brasil no campo da segurança e defesa regionais, no marco da Zopacas. Tendo o Brasil encerrado em 2023 seu mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é importante reforçar os contatos com Serra Leoa, país com mandato naquele órgão até 2025.

A Libéria, por sua vez, representa uma experiência singular. No contexto dos debates abolicionistas nos Estados Unidos da América, uma associação privada decidiu promover a "repatriação" da população negra para a África, estabelecendo uma colônia em parte do atual território liberiano no ano de 1817. Essa nova oligarquia local de libertos, diante da situação da vizinha Serra Leoa, que cada vez mais se via submetida ao jugo colonial britânico, foi responsável em grande parte pela declaração de independência ainda no ano de 1847, acompanhada da promulgação de uma carta constitucional.

Ao longo dos 50 anos seguintes à declaração de independência, o Estado liberiano viria a ser paulatinamente reconhecido pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil. É desse período que data o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais. O Brasil manteve Embaixada em Monróvia, capital da Libéria, entre 2011 e 2019, retomando-se então a cumulatividade com a Embaixada em Acra.

Após décadas de conflagrações internas, tal como a vizinha Serra Leoa, a Libéria tem tentado inaugurar período de maior estabilidade política.

As últimas eleições presidenciais, ocorridas em 2023, transcorreram sem maiores episódios de violência, sendo empossado o Presidente Joseph Boakai.

No aspecto econômico, a Libéria não tem papel insignificante, tendo sido o oitavo principal destino de exportações brasileiras na África em 2022, com destaque para o fluxo de comércio crescente nos últimos anos. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram derivados de petróleo, com mais de 80% de participação, além de carne suína e de frango, açúcar e eletrônicos. As importações foram reduzidas, de modo que a balança comercial é extremamente superavitária para o Brasil.

Tal como ocorre com Gana e Serra Leoa, a Libéria também tem importância estratégica no campo da segurança e defesa regionais, ao integrar a Zopacas. No campo da cooperação técnica, contamos com acordo-quadro bilateral de 2009. Contudo, ainda são pouco expressivas as iniciativas adotadas com base nesse instrumento.

Em linhas gerais, portanto, apesar da longevidade das relações políticas e da crescente expressividade dos laços comerciais, os vínculos entre Brasil e Libéria ainda são tímidos, havendo grande potencial inexplorado para a diplomacia brasileira, que deve dinamizar as relações entre os países.

Por fim, destaco que, seja no contexto das relações com Gana, Serra Leoa ou Libéria, a experiência e os contatos da indicada na Agência Brasileira de Cooperação e em setores de promoção cultural representam importante capital técnico que pode ser aproveitado pelo Brasil para novas iniciativas de cooperação bilateral ou trilateral, voltadas a reforçar a presença brasileira na África Ocidental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, ao concluir o relatório sem apresentar voto, diante de sua natureza secreta, aproveito a ocasião para cumprimentar a indicada, Ministra Mariana Madeira, reforçando também o desejo de que haja, cada vez mais, maior número de mulheres diplomatas a exercer funções de chefia e direção em nossos postos no exterior.

Ministra Mariana, sua tarefa é de altíssimo desafio. Desejo muito sucesso para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–** Nós agradecemos ao Senador Hamilton Mourão.

Estamos promovendo a inversão da ordem desta reunião, para conceder, em primeiro lugar, a palavra aos Relatores, para a leitura dos seus relatórios.

Os Senadores que desejarem já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–**

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 1, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta Reunião, haverá a arguição pública do indicado, a leitura e a votação do Relatório.

Eu tenho a satisfação de designar, como Relator *ad hoc*, o Senador Esperidião Amin, em substituição ao Senador Cid Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço pela honra de fazer as vezes aqui do Relator e proferir o que elaborou, o voto, o relatório, o parecer muito substancioso. Saliento o seguinte: é trazida ao exame desta Comissão a Mensagem nº 1, de 2024; portanto, foi a abertura das mensagens de indicação do Presidente da República do Sr. Carlos José Areias Moreno Garcete, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nigéria.

Especialmente aos nossos ouvintes e telespectadores, eu vou deixar aqui, no ar, a informação da população da Nigéria, em 2018 e em 2022: 218,5 milhões de habitantes, num território de quase 1 milhão de quilômetros quadrados. É um dos gigantes, ou o gigante da África, creio que com a Etiópia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Do tamanho do Estado do Pará.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É. Juntamente com a Etiópia e o Egito, os que certamente ou já ultrapassaram ou vão ultrapassar a população brasileira em termos numéricos.

Por exigência constitucional, cabe ao Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática. Em complemento, o Regimento Interno desta Casa atribui o exame da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional antes da apreciação do Plenário do Senado Federal.

Registra o Senador Cid Gomes – eu subscrevo – que S. Exa. tem a felicidade de relatar a indicação de um diplomata para chefiar posto de grande sensibilidade política para o Brasil. A nação brasileira possui natural vocação africana, uma vez que as culturas africanas são alicerces da nossa. O atlantismo brasileiro é o modo próprio de construir relações com o continente africano, baseado na cooperação, nas trocas materiais, na não indiferença e na paz.

O Ministro Carlos Garcete bacharelou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1995, ingressou na carreira como Terceiro-Secretário. Sua tese do Curso de Altos Estudos trata da análise dos fatores que concorreram para a mudança da percepção peruana em relação ao Brasil. Tornou-se Ministro de Segunda Classe em 2018, após sucessivas promoções por merecimento.

Estranhamente, não passou por Sobral. Se tivesse passado, mereceria um artigo especial do Senador Cid Gomes. (*Risos.*)

O indicado ocupa atualmente a função de Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Bruxelas, na Bélgica. No exterior, serviu nas Embaixadas em Paramaribo, Lima, Santiago e Assunção, tendo sido Cônsul-Geral adjunto dos Consulados-Gerais em Miami e em Roma. Além disso, foi Assessor Internacional do Governo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de São Paulo, Assessor Especial do Ministro da Defesa, Assistente da Subchefia do Cerimonial, além de Assistente da Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a brasileiros no exterior.

Feito um breve resumo do currículo do indicado, passa o Senador Cid Gomes, e eu subscrevo, a tratar da República Federal da Nigéria, com destaque para as relações bilaterais com o Brasil.

As relações entre o Brasil e a Nigéria datam de 1961, ano em que houve o estabelecimento de relações diplomáticas e a criação da Embaixada do Brasil em Lagos. Trata-se de relação tradicional e diversificada, tendo em vista a forte influência nigeriana na formação cultural e social brasileira. Registram-se, desde 1999, frequentes trocas de visitas por autoridades de alto nível de ambos os países. Em 2023, à margem de reunião ministerial do G20, em Nova Délhi, na Índia, ocorreu reunião bilateral entre os chanceleres do Brasil e da Nigéria. Destaque-se, ainda, que a Nigéria é o único país da África Ocidental com o qual o Brasil mantém mecanismo de diálogo estratégico, o que reforça a centralidade do país para a projeção da política externa nacional.

Em 2023, a corrente de comércio atingiu US$1.733,5 bilhão, com superávit de US$219 milhões para o Brasil. Atualmente, a Nigéria é o 50º país no *ranking* de exportações brasileiras. A corrente de comércio esteve em queda a partir de 2013; porém, tal diminuição se deu em razão da redução da dependência das importações brasileiras realizadas. O intercâmbio comercial é impulsionado principalmente pela exportação brasileira de açúcares e melaços, além de álcoois e demais produtos da indústria de transformação. Ainda nesse domínio, observo que a promoção dos interesses tanto comerciais quanto econômicos do Brasil na Nigéria é um dos objetivos estratégicos da Embaixada do Brasil em Abuja.

Destaco também que a aproximação com a Nigéria é especialmente útil para garantir a estabilidade e a segurança do Golfo da Guiné, região inserida no entorno estratégico nacional. A região do Golfo da Guiné é foco de pirataria e de grupos terroristas, de modo que a estreita colaboração com países da região se torna imperativo ao cumprimento dos objetivos da defesa nacional.

Pontue-se, ainda, que a cooperação entre as Marinhas do Brasil e da Nigéria é sólida, especialmente por meio de exercícios militares como o Obangame Express.

Assim como o Brasil, a Nigéria também integra a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, fórum de cooperação Sul-Sul, que objetiva a consolidação do Atlântico Sul como zona de paz e prosperidade. A atividade diplomática estimula o conhecimento recíproco entre nações e permite a conciliação de eventuais diferenças de percepções. Portanto, o diálogo e a cooperação com a Nigéria são de grande importância para o êxito da Estratégia Nacional de Defesa, por serem poderosos instrumentos de prevenção e de resolução de conflitos. A busca da conclusão do acordo bilateral sobre Cooperação no Domínio da Defesa, inclusive, é um dos objetivos estratégicos do posto.

Cumpre destacar que a Petrobras também possui histórico de investimentos na Nigéria, especialmente na exploração de águas profundas – em que o Brasil conta com uma *expertise* inigualável –, atividades de exploração e mapeamento do sistema petrolífero na costa. Embora tenha havido a venda de ativos da Petrobras na Nigéria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2020, a geologia da costa africana é similar à brasileira, o que desperta o interesse da estatal de intensificar a busca por petróleo. Nesse contexto, a promoção da inserção econômica competitiva do Brasil na Nigéria é também um dos objetivos estratégicos da Embaixada do Brasil em Abuja.

De igual modo, fomentar o comércio bilateral por meio da nossa base industrial de defesa é incentivar o crescimento econômico do país, na medida em que gera empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que também serão úteis ao setor civil. Assim, promover a indústria da defesa significa garantir a soberania, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e estimular o crescimento do País, tarefa para a qual, certamente, a Embaixada em Abuja poderá contribuir.

Nesse sentido, para além da incorporação, já efetivada, das aeronaves da Embraer, Super Tucano, pela Nigéria, o nosso sucesso, o cargueiro militar C-390 Millennium, também da Embraer, esteve em demonstração no país africano entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2024, já que a Força Aérea Nigeriana está avaliando um substituto para seus antigos turboélices C-130H Hercules, sendo, portanto, um potencial cliente do avião brasileiro, que tem sido um sucesso internacional.

Conforme planejamento estratégico para o posto, a cooperação em defesa é uma das pedras angulares do relacionamento bilateral, e a Embaixada do Brasil em Abuja conta com a "ajudância" de defesa naval, do Exército e da Aeronáutica, desde 2004. Aliás, não é "ajudância", são adidos, portanto, é "adidância".

No âmbito regional, a Nigéria integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao), organização de integração regional que objetiva promover o comércio, a cooperação e o desenvolvimento na região. O fortalecimento das relações do Brasil com a Cedeao, acima citada, também é um dos objetivos estratégicos do posto, conforme planejamento estratégico encaminhado. Em 2017, a comunidade econômica referida interveio militarmente na Gâmbia para garantir a posse do novo Presidente. Já em 2023, a organização conduziu intervenção militar no Níger, para depor a junta militar que efetuou golpe de Estado no país. Dada a existência de uma rede diplomática dotada de grande capilaridade, uma vez que o Brasil é membro observador da comunidade, resta evidente a centralidade política da Embaixada em Abuja na política externa brasileira.

Embora seja o país com a maior economia e a maior população do continente africano, ainda persistem desafios no relacionamento bilateral, com a limitada conectividade aérea. A promoção de destinos turísticos brasileiros na Nigéria é um dos objetivos estratégicos do posto, e o enfrentamento desse déficit na infraestrutura aérea poderá contribuir para a realização dessa meta. Ademais, a Nigéria sofre com a violência sectária perpetrada por grupos como o Boko Haram – tristemente célebre –, movimento islamita reconhecido em 2014 como entidade terrorista vinculada à Al-Qaeda, pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. O país africano também é assolado pela violência étnica na região produtora de petróleo no Delta do Rio Níger. Com consternação, o Governo brasileiro, em dezembro de 2023, tomou conhecimento dos ataques ocorridos em diversas localidades no Estado de Plateau, na Nigéria, que resultaram em mais de uma centena de mortos e feridos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, é digno de realce, no plano estratégico encaminhado pela Chancelaria ao Senado Federal, que a Embaixada do Brasil em Abuja deve ser administrada com integridade e visão global, buscando, entre outros objetivos, o aprofundamento da parceria estratégica Brasil-Nigéria, o exame a respeito da possibilidade da constituição de um grupo parlamentar de amizade Brasil-Nigéria – o que fica aqui como uma sugestão –, bem como avanços nas negociações para o lançamento do projeto agrícola bilateral denominado "O Imperativo Verde" – *The Green Imperative*.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, com o que eu concordo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin.

Passamos ao item 3 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 2, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Nesta Reunião, haverá a arguição pública do indicado, a leitura e a votação do Relatório.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Astronauta Marcos Pontes, em substituição ao Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É um prazer poder fazer a leitura desse relatório. Quero parabenizar o Embaixador.

Então, vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 5 de junho de 1971, obteve o diploma de Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) no ano de 1993. No ano seguinte, no Instituto Rio Branco, o diplomata concluiu o curso de preparação à carreira diplomática e, em 2007, o Curso de Altos Estudos, oportunidade em que defendeu a tese "O Brasil e a Dolarização no Equador: implicações e desafios no contexto da integração econômico-comercial sul-americana".

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1994; Segundo-Secretário em 1999; Primeiro-Secretário em 2003; Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe em 2010; e Ministro de Primeira Classe em 2021.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio, de 2002 a 2005; Primeiro-Secretário da Embaixada em Quito de 2005 a 2007; Assessor no Gabinete do Ministro de Estado, responsável por Nações Unidas, Oriente Médio, África, Ibas, Aspa e ASA, de 2007 a 2011; Ministro-Conselheiro e Coordenador Político na delegação do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de 2011 a 2015; Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios interino na Embaixada na Haia e Representante Permanente Alterno junto à Opaq, de 2015 a 2019; Diretor do Departamento Consular de 2020 a 2021; Secretário de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura de 2022 a 2023; e Secretário de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos desde 2023.

O diplomata foi agraciado com diversas condecorações nacionais.

Em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Dinamarca e a República da Lituânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com 5,9 milhões de habitantes, o Reino da Dinamarca é monarquia parlamentarista, com poder legislativo unicameral. É o mais meridional dos países nórdicos e conta com fronteira terrestre apenas com a Alemanha.

É membro fundador da ONU e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Groenlândia e Ilhas Faroé são territórios que, apesar de gozarem de autonomia, com sistema político e administrativo próprio, integram o Reino da Dinamarca, cujo Governo é responsável por suas políticas externa e de defesa.

É notório o alto nível de igualdade de riqueza da Dinamarca, sempre ocupando posições de destaque no *ranking* do índice de desenvolvimento humano. Vale o registro de que não integra a zona do euro.

No que concerne à política externa dinamarquesa, ela tradicionalmente é pautada por temas de livre comércio, imigração, mudança do clima, desenvolvimento sustentável e Ártico.

Brasil e Dinamarca mantêm relações históricas, sendo que data de 1828 o estabelecimento das relações bilaterais e da abertura da primeira legação diplomática brasileira naquele país.

O principal vetor do relacionamento econômico é a atração de investimentos. O comércio bilateral se dá, na maior parte, intrafirmas, em especial no setor de saúde e de produtos farmacêuticos, a exemplo da insulina e seus derivados.

A corrente de comércio bilateral foi de US$1,8 bilhão no ano de 2023, o que representou aumento de 28% em relação ao ano anterior, tendo sido observado déficit de US$700 milhões em desfavor do Brasil. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil figuram farelos de soja (57%); outros medicamentos, incluindo veterinários (11%); e demais produtos da indústria de transformação (5%). Já a pauta de importação conta especialmente com produtos manufaturados, sobretudo outros medicamentos, incluindo veterinários (38%); medicamentos e produtos farmacêuticos (10%); e outros produtos químicos orgânicos (8%).

No *ranking* de destino de exportações brasileiras, a Dinamarca ocupa o 59º lugar e o 36º no das importações brasileiras.

Pelo critério do investidor imediato, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, há aproximadamente US$755 milhões em investimentos dinamarqueses no Brasil e, pelo critério de controlador final, US$1,1 bilhão.

Segundo o Conselho de Comércio da Dinamarca, há cerca de 140 empresas dinamarquesas atuando no Brasil, havendo interesse em expansão da carteira de investimentos. Para tanto, os dinamarqueses mantêm, junto ao Consulado em São Paulo, escritório voltado para atração de investimentos e para expansão em mercados vistos como estratégicos no Brasil.

Já os investimentos brasileiros diretos na Dinamarca são da ordem de US$1 bilhão.

No que diz respeito à Associação Mercosul-União Europeia, a expectativa é de que a Dinamarca acompanhe o consenso europeu. Na cooperação em meio ambiente, a Dinamarca anunciou a contribuição de US$22 milhões ao Fundo Amazônia no período 2024-2026. No âmbito do mecanismo bilateral de consultas políticas mantido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde 2011, foram realizadas três reuniões. No campo consular, conforme estimativas da embaixada em Copenhague, há cerca de 5 mil brasileiros na Dinamarca. A comunidade tem se mostrado ordeira e bem integrada à sociedade local.

A República da Lituânia, por sua vez, é o maior dos três Estados bálticos. Cuida-se de república parlamentarista com parlamento unicameral. Após a dissolução da União Soviética, em 1991, teve sua independência reconhecida internacionalmente e foi admitida na ONU, tendo se tornado membro da União Europeia e da Otan em 2004. Ao contrário da Dinamarca, adotou o euro como moeda em 2015.

Brasil e Lituânia restabeleceram relações bilaterais em 1991, quando da independência do país no pós-Guerra Fria.

A corrente de comércio bilateral, em 2023, foi de US$158,8 milhões, incremento de 41% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras foram de US$53,1 milhões, e as importações, US$105,7 milhões. Portanto, o déficit para o Brasil foi da ordem de US$52,6 milhões.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram açúcares e melaços (28%); tabaco (12%); e café não torrado (11%). Por sua vez, a pauta importadora é composta por óleos combustíveis (44%); adubos ou fertilizantes químicos (18%); e equipamentos para distribuição de energia elétrica (5%).

Apesar de não haver investimentos significativos da Lituânia no Brasil, cabe lembrar a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica, feito em 2017, e a aquisição, pela empresa Air Lituanica, de aeronaves da Embraer.

A comunidade brasileira na Lituânia é estimada em 70 residentes.

Em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno e à decisão do Plenário da Comissão de Relações Exteriores de 12/04/2023, foi juntado o planejamento estratégico do indicado.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Antes de voltarmos ao item primeiro da pauta, eu gostaria, de maneira bem sucinta, de parabenizar o Presidente português Marcelo Rebelo de Sousa. Nesta semana, ele fez uma expiação histórica, necessária, altiva, coerente e há muito aguardada. Segundo ele, Portugal foi responsável por crimes cometidos durante a escravidão transatlântica e na era colonial. Ele também sugeriu a necessidade de reparações, sem, contudo, detalhar quais seriam essas reparações. Falando em um evento com correspondentes estrangeiros, Rebelo de Sousa disse que Portugal, aspas, "assume total responsabilidade", fecho aspas, pelos erros do passado e que esses crimes, incluindo massacres coloniais, tiveram custos. As palavras dele: "Temos que pagar o custo. Há ações que não foram punidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e os responsáveis não foram presos? Há bens que foram saqueados e não foram devolvidos? Vamos ver como podemos reparar isso".

Independentemente do tempo e até mesmo da materialização dessa louvável iniciativa, devo, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, louvar o Presidente português.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Subscrevo, em primeiro lugar, a oportunidade da colocação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero fazer aqui um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Segundo, nós, que temos a possibilidade de hoje acessar a trilogia do Laurentino Gomes sobre a escravidão e sobre a sua evolução, a partir, inclusive, do primeiro leilão que houve em Lisboa – mas não vou discorrer sobre esse assunto –, temos que deixar registrada a sua manifestação.

O Sr. Marcelo praticou um gesto muito importante. Do ponto de vista cristão, nós podemos dizer que é um ato de contrição. O que vem depois faz parte da história que nós vamos escrever.

Meus cumprimentos pela sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu, voltando ao item 1, concedo a palavra à Sra. Mariana Gonçalves Madeira, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e cumulativamente na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo inicialmente destinado à exposição é de até 15 minutos.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. MARIANA GONÇALVES MADEIRA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão; Senador Hamilton Mourão, meu Relator *ad hoc*, que substituiu a Senadora Mara Gabrilli, minha Relatora inicial, a quem eu também cumprimento de forma especial; Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores; colegas diplomatas; amigos interessados que nos assistem de forma remota, eu me sinto honrada de comparecer pela primeira vez perante esta Comissão para participar de um exercício de diplomacia pública que valoriza e legitima a carreira diplomática. Aguardei muito por este momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço especialmente aos Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores por indicarem o meu nome ao cargo de Embaixadora do Brasil em Gana e cumulativamente na Libéria e em Serra Leoa.

Caso eu seja aprovada na sabatina de hoje e posteriormente no Plenário do Senado, eu serei a terceira diplomata mulher a chefiar consecutivamente a nossa primeira embaixada brasileira na África subsaariana. No momento, nós temos 33 embaixadas no continente africano e dois consulados-gerais.

O Brasil abriga a maior diáspora africana no mundo, ou seja, nós somos o país mais africano fora da África. Em seu livro *Um Rio Chamado Atlântico*, o Embaixador Alberto da Costa e Silva escreveu que o Brasil é um país extremamente africanizado. Esquecemos o quanto nossa vida está impregnada de África, qualquer que seja a nossa origem. E eu cito essas palavras para lembrar que, apesar da grande contribuição dos povos africanos para a identidade brasileira, pouco estudamos e pouco sabemos sobre aquela região do mundo. Essa situação favorece a permanência de preconceitos e visões distorcidas, um preço alto que aqueles países continuam a pagar e tentam mitigar, cada um da sua forma, na linha de uma expressão que ficou conhecida, que é soluções africanas para problemas africanos. Nós podemos dar a nossa contribuição e para isso precisamos cruzar esse rio mais vezes.

Um olhar para outra margem. A África é o continente com a população mais jovem do mundo, agrega tanto países muito pobres quanto algumas das economias de maior crescimento global. Possui 65% das terras aráveis não cultivadas do planeta e uma abundância de recursos estratégicos. Como costuma dizer o atual Presidente de Gana, a África é muito rica para ser pobre.

Eu me refiro à África de uma forma geral, em primeiro lugar, porque a Embaixada em Acra é responsável pelas relações com três países africanos. E, apesar da diversidade do continente... Aliás, esse é um ponto importante, porque falar da África e mesmo da África subsaariana como unidade homogênea ainda é uma das distorções vigentes, e isso me faz lembrar de um livro recente cujo título é *África não É um País*. Apesar dessa diversidade, a integração é uma prioridade para aqueles países, sobretudo para Gana, que entende a integração continental como requisito do seu desenvolvimento. O pan-africanismo pauta a diplomacia ganense e reforça a projeção internacional de Gana, faz parte da identidade e da imagem do país. A bandeira de Gana tem uma estrela negra no centro, que representa a África e o anticolonialismo.

Gana é um país pequeno, mais ou menos do tamanho do Estado de Rondônia, com uma população jovem, uma economia dinâmica e tem poder de influência.

Em 2019, o país cresceu 6,5%, mas, depois da pandemia, a economia tem se retraído, e o maior desafio atual é o controle da inflação. No ano passado, a taxa oficial foi superior a 50%. Para reverter esse quadro, o Governo aposta na plena implementação da Zona de Livre Comércio Continental Africana.

Há uma expectativa grande com relação à transição de Governo. As eleições presidenciais devem acontecer no final deste ano. O atual Presidente, que é do partido de viés liberal, está no final do seu segundo mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gana foi a colônia chamada Costa do Ouro britânica. Uma curiosidade histórica é que o povo akan, que é originário dessa região e etnia majoritária em Gana, foi responsável pela criação de uma das escritas mais antigas do mundo e esteve no centro de um *boom* do comércio do ouro no século XII, portanto, muito antes de chegarem os primeiros europeus.

O ouro continua sendo a grande riqueza de Gana. Gana é o primeiro produtor na África, e o ouro é o principal produto de exportação, seguido do petróleo bruto e do cacau.

Conforme foi dito, em termos políticos, Gana é considerado um país estável, e essa característica explica, em grande parte, a liderança regional do país. Um documento recente das Nações Unidas descreveu Gana como um oásis de paz na região. E uma das definições que eu mais ouvi é que Gana é a África para iniciantes, no melhor dos sentidos.

Essa estabilidade merece um destaque grande, ainda mais se for considerada a localização de Gana: no Golfo da Guiné, que é uma das regiões mais acometidas pela pirataria; e ao sul do Sahel, que é essa faixa de países na África Central onde prolifera o extremismo violento e que foi considerada o epicentro do terrorismo mundial.

Brasil e Gana compartilham um passado comum. Gana é parceiro tradicional, e os nossos interesses convergem em grandes temas multilaterais, como, por exemplo, a reforma do sistema de governança global. Isso ficou claro na última participação dos dois países no Conselho de Segurança, que é uma das prioridades também da atual Presidência brasileira do G20.

Sobre o comércio, foi mencionada a importância do Programa Mais Alimentos Internacional, que diversificou a nossa pauta de exportações para Gana. Eu queria compartilhar que a possibilidade de relançamento desse programa, que é de interesse mútuo, tem sido discutida, mas até agora não há perspectivas concretas.

O relacionamento entre Brasil e Gana carece de um novo impulso. Mesmo antes da pandemia, ele já vinha perdendo densidade com a diminuição dos investimentos brasileiros no setor de construção civil, de forma que, assim que possível, o Brasil deve expressar o seu interesse em retomar as reuniões de consultas políticas para elevar o nível do nosso diálogo. Sem prejuízo das várias metas listadas no planejamento estratégico, a ideia é que as quatro grandes áreas do trabalho diplomático – diálogo político, promoção do comércio de investimentos, cooperação internacional para desenvolvimento e promoção da cultura e da imagem do Brasil – sejam trabalhadas de forma conjunta, sempre que possível, e inspiradas por alguns temas transversais que têm o potencial de atualizar as nossas parcerias. O primeiro deles é o combate à fome e à pobreza. O Itamaraty, que foi instruído a recolocar esse tema no centro da agenda internacional e levar o tema de combate à fome e à pobreza para o diálogo com países como Gana, Libéria e Serra Leoa, tem o mérito de traduzir para a ação externa uma prioridade de Governo. A ideia é promover a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que é a principal entrega da atual Presidência brasileira do G20, que, por sua vez, é a grande iniciativa de política externa brasileira em 2024.

A aliança vai estar aberta a adesões de outros países, e a ideia é garantir não só a adesão desses três países, mas contar com apoio específico de Gana para o fortalecimento da iniciativa na África. Em contato com um colega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, nós falamos da possibilidade de realizar em Acra um evento de lançamento para essa fase da iniciativa.

O Brasil é um dos países mais demandados para compartilhar políticas voltadas para a redução da fome e da pobreza e por meio da Cooperação Sul-Sul, a cargo da Agência Brasileira de Cooperação, onde eu tenho trabalhado nos últimos anos. No momento, não existe nenhum projeto de cooperação bilateral em execução com Gana. Isso pode mudar em breve, mas, de qualquer forma, devem surgir oportunidades no âmbito da cooperação trilateral em áreas estratégicas para o combate da fome e da pobreza.

O segundo tema que é específico com Gana e que eu proponho é o cacau, uma lavoura baseada majoritariamente na agricultura familiar. Nativo da Amazônia, o cacau é um elo que liga o Brasil com a África – tem toda uma história de como o cacau chegou à África por meio de São Tomé e Príncipe –, sobretudo com países como Gana e Costa do Marfim, que são os maiores produtores mundiais e que conseguiram, numa iniciativa conjunta antes da pandemia, elevar o preço da tonelada do grão no mercado internacional numa iniciativa que ficou conhecida como Opep do Cacau. O que nós queremos basicamente é saber qual é a disposição do Governo de Gana para discutir questões como produtividade e sustentabilidade ambiental, ainda mais no contexto da entrada em vigor da nova lei europeia antidesmatamento, que inclui o cacau entre as lavouras rastreadas. Para isso, a ideia é promover um seminário para divulgar os casos de sucesso do cacau e do chocolate brasileiro e também para conhecer o cenário local. Eu acredito que existe aí um grande potencial para a diplomacia brasileira, inclusive na sua vertente comercial, de alinhar os interesses de grandes países produtores e na área de pesquisa científica e inovação, servindo como uma ponte entre os produtores latino-americanos e africanos. O diálogo sobre o cacau pode se dar também no plano empresarial, de *marketing*, ligando o cacau e o chocolate às nossas marcas-país. E podemos estabelecer parcerias para o desenvolvimento de nichos de turismo de experiência, como o que já vem sendo feito pelo Governo da Bahia, que, inclusive, tem interesse em divulgar esse trabalho.

O terceiro tema – perdão, estou indo muito rápido, mas meu tempo já está terminando – é uma prospecção na área de ciência, tecnologia e inovação, que é uma área nova. O Brasil assinou recentemente um memorando de entendimento com a União Africana nesse tema. O tema com o maior potencial nessa área de elevar o relacionamento com Gana é o do acesso à tecnologia de aceleração de partículas. Nossos pesquisadores do Laboratório Sirius receberam pedidos de apoio de pesquisadores ganenses para a construção de um acelerador de partículas em Gana. E, se o assunto prosperar, surge uma oportunidade única de cooperação científica, com grandes dividendos políticos para o Brasil, e também comercial para as empresas brasileiras de alta tecnologia ligadas ao Sirius. Por enquanto, o que existe é uma proposta de resolução da Unesco para promover a construção de um acelerador de partículas na África, com o apoio da União Africana para que Gana sedie esse futuro acelerador.

Outro tema que merece ser mencionado para atualizar nossa parceria e que tem sido priorizado pela atual Embaixadora de Gana em Brasília é o das indústrias criativas. A criatividade é um elo, pois é um recurso abundante nos nossos países. Eu conversei com a pessoa responsável pelo assunto no Ministério da Cultura, e uma primeira proposta vai ser trazer participantes ganenses para a próxima edição do Mercado das Indústrias Criativas do Brasil em 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área específica da promoção comercial, que eu sei que é um interesse desta Casa, dois setores em que o Brasil ainda não atua e que têm potencial são os de mineração e de energias renováveis.

E tem também uma oportunidade relacionada à cooperação na área de defesa, nesse caso com os três países. E para isso é importante adensar as relações entre as nossas Forças Armadas e as suas congêneres, por meio possivelmente de um acordo de cooperação em matéria de defesa. Já há um acordo pronto para ser assinado com Gana, esperando uma visita de alto nível.

Por fim, a minha conversa na Apex foi sobre promover em Gana *startups* brasileiras que ofereçam soluções tecnológicas para desafios nos setores financeiro, de educação e de saneamento básico.

Eu poderia ainda falar da cooperação educacional, que é outra área muito importante para o relacionamento – mais de 300 estudantes ganenses já foram beneficiados pelo Programa de Estudantes-Convênio –, mas eu tenho que concluir a minha fala.

Sobre os países cumulativos Libéria e Serra Leoa, que são dois países de menor desenvolvimento relativo, com eles o Brasil atua com base no Plano de Ação de Doha, que é um documento de diretrizes das Nações Unidas voltado para acelerar a graduação desses países para o grupo de países em desenvolvimento.

Eu termino por aqui e gostaria de fazer um convite para as senhoras e os senhores para que conheçam Gana, que, como se diz, é a África para iniciantes. Eu terei grande prazer em recebê-los em Acra para dar início a um diálogo no âmbito da diplomacia parlamentar com aquele país.

Eu quero agradecer aos colegas do Itamaraty, tanto da Secretaria de Estado da Agência Brasileira de Cooperação; da área política, da Afepa; e de muitas outras, que me ajudaram a preparar essa apresentação; também aos dois Diplomatas que servem atualmente em Gana e com quem eu pretendo me juntar em breve caso a minha indicação seja aprovada.

Continuo disponível para aprofundar os assuntos da embaixada em Acra.

Agradeço pela atenção e por esta oportunidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, embora eu já tenha votado, vou deixar aqui as minhas perguntas aos três sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Na medida do possível, eles podem fazer a resposta ou até depois enviar para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... para que fique registrada nos *Anais* da nossa Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Nós também vamos transferir a fase das interpelações das perguntas para logo após a terceira intervenção.

Agradecemos à Embaixadora Mariana.

Item 2 da pauta.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Carlos José Areias Moreno Garcete...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

... indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição inicial é de até 15 minutos.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente Renan Calheiros, Exmo. Sr. Relator Senador Esperidião Amin, Exmas. Sras. e Srs. Senadores, caros colegas do Itamaraty aqui presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da República pela indicação do meu nome para tão elevada função e ao Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Agradeço, ademais, ao Senador Cid Gomes, o Relator original, cujos comentários foram muito importantes para mim.

Caso venha a receber a aprovação de V. Exas., será um grande privilégio chefiar um posto de tamanha relevância como o da embaixada em Abuja.

Antes de dar início à exposição propriamente dita, eu gostaria de invocar a memória do grande Embaixador Alberto da Costa e Silva – minha colega já o havia citado –, que faleceu recentemente, no final do ano passado, Diplomata brilhante, integrante da Academia Brasileira de Letras e mais importante africanista da nossa história, o Embaixador Costa e Silva esteve à frente da Embaixada do Brasil na Nigéria entre 1979 e 1983. A sua imensa contribuição para o fortalecimento dos laços que hoje unem nossos países jamais será esquecida. O seu exemplo será, com certeza, a verdadeira fonte de inspiração para mim e para minha equipe.

A Nigéria é o país mais importante da África Ocidental. Trata-se da maior economia e da nação mais populosa do continente africano. É um ator incontornável e de inegável peso geopolítico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os vínculos entre as sociedades brasileira e nigeriana antecedem alguns séculos o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. E as influências se observam em ambos os sentidos: de um lado, os milhares de africanos procedentes da região que viria a se tornar a atual Nigéria, que, em séculos passados, foram transferidos compulsoriamente para o Brasil sob regime da escravidão e contribuíram para a formação de identidade nacional brasileira; de outro lado, os nigerianos retornados, especialmente durante o século XIX, que auxiliaram, com seus conhecimentos e ofícios aprendidos no Brasil, a construção do que viria a se tornar a Nigéria independente.

O Governo brasileiro reconheceu a Independência da Nigéria logo que a emancipação da antiga colônia do Reino Unido foi decretada em 1960. O Brasil foi o único país sul-americano presente no evento de proclamação da Independência.

Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele ano, foi criada a Embaixada do Brasil em Lagos, então capital do país. A Nigéria estabeleceu embaixada no Brasil em 1966.

Desde a redemocratização da Nigéria, em 1989, as iniciativas de aproximação adquiriram impulso com a realização de diversas visitas de alto nível. Em 2005, a Embaixada do Brasil mudou-se para Abuja, nova capital administrativa do país.

O Governo brasileiro tem buscado manter diálogo político fluido com a Nigéria, a fim de aprofundar suas relações com a maior economia africana e contar com o apoio em sua atuação na África de um líder regional muito importante. Por seu turno, o Governo nigeriano tem procurado fortalecer suas relações com o Brasil e outros países emergentes.

A convite da Presidência brasileira do G20, a Nigéria participa dos trabalhos do mencionado grupo neste ano de 2024.

Procurou-se imprimir nova dinâmica às relações Brasil-Nigéria com o estabelecimento, em 2013, de um Mecanismo de Diálogo Estratégico em nível de Vice-Presidentes. Pouquíssimos países no mundo têm esse mecanismo de diálogo. Além da Nigéria, aparentemente China, Argentina e Rússia teriam esse mecanismo de alto nível em nível de Vice-Presidentes. A Nigéria é um dos poucos países do mundo com esse mecanismo.

A Nigéria foi, durante anos, o maior parceiro comercial do Brasil na África e um dos principais do mundo, em razão das importações brasileiras de petróleo. A corrente de comércio chegou a atingir US$10 bilhões ao ano, mas vem sofrendo significativa retração nos últimos anos em consequência da redução da demanda brasileira por petróleo, sobretudo com o descobrimento do pré-sal.

Tendo em vista o abrangente e pormenorizado relatório sobre a Nigéria apresentado pelo eminente Relator, e de modo a otimizar o tempo de que disponho, passarei a concentrar minha exposição nos objetivos que pretendo alcançar à frente da Embaixada do Brasil em Abuja, caso minha indicação venha a ser aprovada por este Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me, entretanto, à disposição de V. Exas. para responder eventuais questionamentos a respeito de temas relacionados às políticas interna e externa, ao relacionamento bilateral, bem como sobre a economia daquele país.

O objetivo prioritário de minha gestão será a busca pelo crescimento do intercâmbio comercial entre Brasil e Nigéria, que atualmente se encontra muito aquém de seu imenso potencial.

A realização, em um futuro próximo, da II Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico de Alto Nível, em Abuja, seria a ocasião ideal para que representantes do Brasil e da Nigéria pudessem discutir projetos de mútuo interesse. O referido mecanismo é coordenado pelos Vice-Presidentes da República.

Com base nas diretrizes a serem formuladas pelo mecanismo estratégico, buscarei promover o incremento do fluxo comercial bilateral e as exportações de bens e serviços brasileiros, com ênfase na diversificação das vendas de produtos com maior valor agregado, bem como estimular empresas brasileiras a investirem na Nigéria. Procurarei apoiar a implementação do projeto mencionado pelo eminente Relator, denominado The Green Imperative, que foi elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e visa exportar insumos, tecnologia, equipamentos, serviços agrícolas brasileiros para o mercado nigeriano. O mencionado projeto tem valor estimado de US$1 bilhão e é percebido por autoridades nigerianas como estratégico para viabilizar a segurança alimentar do país, insere-se no contexto de iniciativas que visam diminuir a dependência econômica do petróleo.

O Brasil tenta abrir há décadas o mercado nigeriano para carnes bovinas e de aves, o que não vem sendo possível em razão das políticas de proteção adotadas pelo Governo. Entre as principais barreiras não tarifárias praticadas pelo Governo nigeriano, merece destaque a lista de itens proibidos para importação local, editada em 2015 e ainda em vigor. Carnes bovinas, suínas e de aves estão entre os itens cuja importação é restrita ou proibida.

Em paralelo a essas barreiras, a Nigéria vem aumentando, desde 2013, suas tarifas de importação, cujas alíquotas chegam a atingir 110%. Essas medidas representam para o Brasil a perda de um grande mercado, que cresce a um ritmo de quase 3% ao ano.

As discussões em torno do acesso ao mercado nigeriano por parte de exportadores de proteína animal brasileira poderão ganhar um novo impulso no contexto do atual Governo daquele país. O tema da segurança alimentar ganha cada vez mais importância entre os principais atores políticos e do empresariado local. A grave situação de insegurança alimentar levou o Governo do Presidente Bola Tinubu a revogar a proibição de acesso ao mercado de câmbio, que vigorava desde 2015, para a realização de pagamentos de importação de diferentes produtos, incluindo arroz, carne processada e ovos.

Buscarei viabilizar a entrada no mercado nigeriano de material genético procedente do Brasil – embriões bovinos, bubalinos *in vitro*, *in vivo*, ovos férteis e pintos de um dia –, cuja importação é permitida pela Nigéria, sobretudo como matriz reprodutiva ou de pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurarei, ademais, aprofundar o diálogo com as autoridades nigerianas competentes, com vistas à eventual necessidade de remoção de barreiras sanitárias e fitossanitárias e à abertura do mercado nigeriano para as exportações brasileiras do agronegócio.

Em paralelo a essas iniciativas, pretendo atualizar o guia *Como Exportar Nigéria*, cuja última versão é de 2020, tendo sido elaborado pela Embaixada do Brasil em Abuja, em parceria com a empresa de consultoria Euromonitor Brasil e o setor de promoção comercial do Itamaraty.

Para além de buscar a superação das barreiras existentes que impedem a entrada de produtos brasileiros na Nigéria, considero explorar possíveis áreas de cooperação técnica e científica entre os dois países, sobretudo nos âmbitos da agricultura e da pecuária. Estou seguro de que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com sua larga experiência e extraordinário acervo de realizações, poderá auxiliar a embaixada em Abuja nessa tarefa. A Nigéria atravessa grave situação de insegurança alimentar e necessita aumentar a sua produção interna de alimentos, tanto de origem animal quanto vegetal.

Pretendo conferir impulso maior em iniciativas que visem facilitar a entrada de produtos de defesa brasileiros na Nigéria, mediante a realização de eventos de divulgação de produtos nacionais nas dependências da embaixada. Em julho de 2022, evento dessa natureza contou com as presenças de representantes do Ministério da Defesa do Brasil, da Seprod, e de empresas brasileiras do setor de defesa e, pelo lado nigeriano, de membros do Governo Federal, de governos estaduais, bem como de representantes do setor privado. Considero importante concluir a negociação em torno do texto final do Acordo Bilateral sobre Cooperação no Domínio da Defesa, cuja versão final ora se encontra sob análise da parte nigeriana.

Em 2021, a Embraer entregou à Nigéria 12 aviões militares Super Tucano modelo A-29. O pacote vendido pela empresa brasileira incluiu, ademais de aeronaves, fornecimento de armas e serviços, tendo alcançado o valor total de US$593 milhões. No final de janeiro do corrente ano, realizou-se o voo de teste da aeronave de transporte militar KC-390, da Embraer, entre a Abuja e Kaduna, que contou com a presença do Comandante da Força Aérea da Nigéria. Há declarado interesse da parte nigeriana na aquisição da aeronave militar. De minha parte, tentarei atuar como facilitador nesse diálogo entre a empresa brasileira e as autoridades nigerianas.

No campo da aviação civil, a Embaixada do Brasil seguirá apoiando a Embraer, que possui relação comercial com empresas nigerianas. Em setembro de 2023, a Embraer anunciou a celebração de acordo com a empresa Air Peace para a venda de cinco aeronaves, em negócio avaliado em US$288 milhões. O acordo previa a venda de cinco jatos da família E175, que contam com 88 assentos. As entregas devem ser iniciadas ainda em 2024. A empresa nigeriana Air Peace é a maior companhia aérea da África Ocidental. A empresa aérea nigeriana Overland Airways encomendou também três jatos E175-E1 à Embraer, com a possibilidade de aquisição de outras três aeronaves. Trata-se de operação de US$299 milhões. A primeira aeronave encomendada já foi entregue em setembro do ano passado.

Creio ser igualmente prioritário retomar as negociações para a assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A promoção cultural do Brasil na Nigéria também é prioritária. Considero fundamental explorar os nossos fortes laços históricos e culturais, que unem os nossos dois países. Buscarei dar continuidade à organização anual do festival do cinema brasileiro, que já faz parte da agenda cultural da capital nigeriana; buscarei promover, ademais, atividades culturais nos campos da música, teatro, dança, artes plásticas e visuais; tensiono impulsionar iniciativas voltadas para o campo da cooperação cultural entre os nossos países. Tendo esse espírito, conferirei prioridade à negociação do acordo sobre coprodução audiovisual, cuja proposta brasileira se encontra sob análise da parte nigeriana. A Nigéria é o maior polo de produção cinematográfica da África. A indústria de cinema local, Nollywood, emprega cerca de 300 mil pessoas e movimenta anualmente algo em torno de US$600 milhões. Cerca de 2,5 mil filmes são produzidos a cada ano, no que se convencionou chamar Nollywood, segundo maior polo produtor cinematográfico do mundo, apenas atrás de Bollywood, na Índia.

Pretendo realizar eventos no auditório da embaixada, visando promover a língua portuguesa, em parceria com a Embaixada de Portugal e outras embaixadas lusófonas.

Pretendo apresentar, como bem disse o nosso eminente Relator, ao Congresso brasileiro proposta de constituição de grupo parlamentar de amizade Brasil-Nigéria, com o fito de relançar o diálogo político bilateral no âmbito do Poder Legislativo. Ressalto que, em 2021, foi constituído, na Nigéria, grupo de amizade parlamentar Nigéria-Brasil.

Procurarei retomar as negociações bilaterais com vistas à assinatura de acordo de transferência de pessoas condenadas.

E, por fim, eu gostaria de mencionar que, para além de exercer a função de Embaixador do Brasil na Nigéria, terei a incumbência de representar o país junto à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao), na condição de membro observador. Esse organismo foi fundado em 1975 e reúne, atualmente, 15 países, que ocupam uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, com população de 450 milhões de pessoas e com PIB conjunto de US$800 bilhões. A sede da Cedeao localiza-se em Abuja.

Bom, coloco-me à inteira disposição de V. Exas. para eventuais questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–** Agradecemos ao Embaixador Carlos José Areias Moreno Garcete.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Embaixador Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Informo ao Embaixador que o tempo destinado à sua exposição inicial é de até 15 minutos.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Renan Calheiros.

Eu agradeço ao Relator, Senador Alessandro Vieira, e ao Relator *ad hoc*, Senador Marcos Pontes... (*Pausa.*)

Agradeço ao Relator *ad hoc*, Senador Marcos Pontes, a quem também agradeço pela gentil conversa que manteve conosco há algumas semanas.

Cumprimento as Senadoras e os Senadores presentes e registro que é uma satisfação comparecer a esta Comissão, submeter-me ao seu crivo, neste que é um rito democrático de legitimação muito importante.

Eu agradeço ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela confiança demonstrada por esta honrosa indicação.

A apresentação procurará demonstrar que papel a Embaixada em Copenhage poderá ter, na defesa de interesses brasileiros, em particular nas áreas de saúde, transições energéticas, inovação, energia renovável e desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista que o relatório lido pelo Senador Marcos Pontes já cumpriu, com grande propriedade, muitos dos aspectos relacionados ao Reino da Dinamarca propriamente dito, eu me concentrarei na parte propositiva. Farei menção aos pontos do relacionamento bilateral e indicarei o que se planeja enfatizar na embaixada, caso seja aprovado para o cargo. Ao final, falarei também sobre a Lituânia, cumulatividade a cargo da Embaixada em Copenhage.

No que diz respeito à Dinamarca, eu pretendo fazer apenas fazer uma breve menção complementar ao relatório. O país passou, recentemente, por uma mudança na chefia de Estado. Depois de 52 anos no trono, a Rainha Margrethe II abdicou, em janeiro, em favor de seu filho, o agora Rei Frederico X, que acaba de completar três meses na chefia de Estado, conhece bem o Brasil, esteve aqui em três ocasiões; a mais recente delas, nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

Nós estamos a quatro anos de completar o bicentenário das relações bilaterais, que podem ser descritas como positivas, profícuas e sem contenciosos. No ano passado, o Presidente Lula avistou-se com a Primeira Ministra Mette Frederiksen, à margem da Cúpula Celac-União Europeia. Os Ministros da Agricultura mantiveram um encontro em maio e, em agosto, o Ministro da Cooperação e Política Climática da Dinamarca visitou o Brasil.

A Dinamarca, de forma coerente com a sua posição histórica a favor de acordos de livre comércio, apoia o Acordo Mercosul-União Europeia e quer vê-lo implementado. Naturalmente, acompanhará o consenso europeu essa matéria e será, naturalmente, sensível a questões e demandas de sua opinião pública em relação a questões de meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas relações econômicas bilaterais, a Dinamarca tem vantagens competitivas e algumas das empresas líderes mundiais em assuntos importantes para o Brasil, como infraestrutura e logística de transporte marítimo, indústria farmacêutica e geração de energias renováveis.

Reforço, portanto, o que indicou o Senador *ad hoc*, o Senador Marcos Pontes, que a maior vocação das relações econômicas está no investimento.

A empresa dinamarquesa Maersk, por exemplo, que é a gigante da infraestrutura e logística em transporte marítimo, trabalha no Brasil em transporte de contêineres, em operação de armazéns e cinco terminais portuários. Opera também o maior terminal de contêineres na América do Sul, em Santos.

As iniciativas bilaterais em saúde, energia e ciência e tecnologia e inovação trazem alguns exemplos da combinação entre cooperação e atração de investimentos.

Na área de saúde, está em negociação a terceira fase de um projeto em vigor desde 2016, que trabalha em cadastro e transformação digital de dados de saúde. Nesse setor, há um dos melhores exemplos de investimento dinamarquês no Brasil, a empresa farmacêutica Novo Nordisk, notória por medicamentos para tratamento de diabetes e obesidade. Tem uma fábrica em Montes Claros, Minas Gerais, onde são feitos 70% da insulina usada pelo SUS e de onde saem 25% das exportações brasileiras de medicamento.

A cooperação em energia também é importante, baseada num memorando de entendimento sobre energias renováveis e transição energética, o que combina os interesses brasileiros e dinamarqueses nas áreas de energia eólica e hidrogênio verde.

Há presença empresarial dinamarquesa importante nessa área. Por exemplo, a empresa Novozymes, parceira da Raízen na produção de bioenergia de segunda geração; a Vestas, que é o maior produtor mundial de turbinas eólicas, que tem no Ceará a única fábrica na América Latina; e a European Energy, que assinou recentemente com a Petrobras um memorando de entendimento para explorar a possibilidade de construção de uma fábrica de combustível verde para navegação no Nordeste do Brasil.

O diálogo em ciência, tecnologia e inovação é também amparado por um memorando de entendimento, cujo programa já financiou mais de 50 projetos aqui no Brasil. Esse diálogo trata de temas de interesse recíproco, energias renováveis, tecnologia de baixo carbono e inteligência artificial.

Vários ambientes de pesquisa da Dinamarca estão entre os mais avançados do mundo em suas especialidades.

Eu sei que o Senador Marcos Pontes, em sua visita à Dinamarca, no ano passado, visitou a Universidade Técnica da Dinamarca, que foi considerada a terceira melhor do mundo entre as universidades de tecnologia e engenharia. Voltarei a esse tema mais adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essa agenda toda, não é de surpreender, portanto, que o Brasil tenha convidado a Dinamarca, que não é membro do G20, a participar de três grupos de trabalho e de uma força-tarefa durante a presidência brasileira, ao longo deste ano até novembro.

Esse convite não só é um reconhecimento pelo pioneirismo e pela contribuição positiva que a Dinamarca dá na discussão multilateral dos assuntos de transição energética, governança eletrônica, meio ambiente, mas também uma indicação muito importante das potencialidades a serem exploradas na relação bilateral. Esse reconhecimento é recíproco. A Dinamarca tem sinalizado interesse em desenvolver com o Brasil parceria na área de energias renováveis, governança digital e projetos de sustentabilidade, e foi nesse contexto que anunciou, recentemente, a doação de R$110 milhões para o Fundo Amazônia.

Presidente, feito esse panorama das relações bilaterais, eu passo então a uma visão mais prospectiva, destacando alguns aspectos do plano estratégico e as prioridades para a atuação na embaixada, caso esta Comissão aprove a minha indicação.

Em todos os temas, a ambição será ampliar e aprofundar as relações bilaterais, aproveitando a excelente base já existente, e isso implica dialogar em diferentes fóruns e formas, sempre tendo, naturalmente, como referencial os interesses brasileiros.

Menciono inicialmente duas áreas que ainda não havia tratado: a assistência a brasileiros e a promoção da cultura brasileira.

No âmbito consular, a atenção à comunidade brasileira, que varia entre 5 e 6 mil pessoas, terá caráter prioritário, em particular a oferta de serviços cada vez mais ágeis, modernos e acessíveis. Vamos reforçar as linhas de diálogo com as autoridades locais, naquilo que interessa à comunidade brasileira, e divulgar com intensidade as informações de interesse dos brasileiros.

Vamos também seguir promovendo o português como língua de herança. É um aspecto fundamental para a manutenção dos vínculos culturais e identitários das crianças brasileiras residentes na Dinamarca.

A promoção da produção cultural, da imagem e da realidade brasileira vai ser impulsionada por eventos, diálogo com atores do setor e engajamento de empresas privadas dinamarquesas que têm interesse no Brasil.

Vamos também explorar uma nova via, que é a do diálogo com os museus dinamarqueses. O Museu Nacional da Dinamarca, ano passado, fez um gesto muito importante ao anunciar a doação para o Museu Nacional do Rio de Janeiro de um manto tupinambá do século XVII, que estava em seu acervo.

Na área política, para aprofundar o diálogo político, vamos fomentar a realização da reunião de consultas políticas, que foi mencionada no relatório. Pretendemos vê-la novamente convocada no segundo semestre, naquilo que seria a primeira edição em dez anos. Esse é o grande diálogo estruturado das relações, que serviria, por exemplo, para preparar a possível visita da Primeira-Ministra ao Brasil no ano que vem. Seria também um foro importante para a gente avançar na construção da parceria estratégica Brasil-Dinamarca, um documento que ambos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os países estão buscando e que poderia ser, eventualmente, assinada nessa visita da Chefe de Governo dinamarquesa. O objetivo dessa parceria é elevar o compromisso bilateral em uma série de áreas, a começar por desenvolvimento sustentável, transição energética, descarbonização, bioeconomia; e é de interesse brasileiro colocar nessa lista assuntos como saúde, ciência, tecnologia, inovação e a cooperação.

Estabelecer uma parceria igualitária nessas áreas de interesse dos dois países com benefícios recíprocos seria um símbolo muito importante para uma nova fase do relacionamento.

As presidências brasileiras do G20, neste ano, que eu já mencionei, e da COP 30 no ano que vem, trazem também excelentes oportunidades de aprofundamento desse diálogo, visitas de alto nível e novas perspectivas de cooperação. A embaixada fará o seguimento da participação dinamarquesa nesses GTs do G20, que eu mencionei, para estimular novas linhas de diálogo.

Quanto à COP 30, a Dinamarca tem tido um papel tradicional e muito importante nas discussões e um papel importante no período interseccional também, ao sediar reuniões de ministros que preparam a conferência. A embaixada poderá aproveitar a exposição trazida pela reunião de Belém para melhor difundir a realidade brasileira junto aos dinamarqueses e, em particular, oportunidades de investimento. Quanto à COP 30, é importante também ficar atento para o fato de que haverá uma oportunidade de concertação, à luz da coincidência de que a reunião ocorrerá no momento em que a Dinamarca estará presidindo o Conselho da União Europeia. Isso é muito importante para possibilitar a criação de sinergias para que o Brasil desempenhe ainda melhor uma função fundamental como anfitrião, que é a construção de consensos.

Vamos acompanhar também a participação dinamarquesa no Fundo Amazônia e estimular que a confiança externada por essa contribuição possa se replicar em outros projetos de sustentabilidade.

Prometi que ia voltar à área de inovação, Senador, e volto. A área de inovação terá ênfase. A Dinamarca é o país mais inovador da Europa, está sempre entre os primeiros em serviços digitais, e isso merecerá uma atenção especial. Nós precisamos novamente convocar o comitê gestor do memorando de entendimento nessa área, o que vai servir para abrir portas para novas iniciativas. De qualquer maneira, o mais importante é que, além dos benefícios científicos, vamos procurar manter uma abordagem pragmática: buscar iniciativas e parcerias em inovação que se traduzam em transferência de conhecimento e investimento para o Brasil.

Também nessa área, vamos fomentar a assinatura de um acordo de cooperação em agricultura sustentável, que já está em negociação. Isso é muito importante, porque a Dinamarca, embora um país de dimensões pequenas, desenvolve e emprega alta tecnologia na sua agricultura. O país produz três vezes mais alimentos do que consome; importa do Brasil parte significativa da soja utilizada na produção de ração para os seus suínos; tem centros de inovação de excelência na área de insumos alimentícios. Tudo isso é importante. O acordo é de interesse brasileiro, justamente porque pode aproximar os nossos centros de pesquisa de centros de pesquisa dinamarqueses, que têm feito grandes investimentos para alcançar as metas de redução de gases de efeito estufa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há, portanto, grande campo para atuação em muitas áreas. E eu registro que essa avaliação positiva sobre as potencialidades não se circunscreve ao Itamaraty ou ao Executivo; ela também é compartilhada aqui pelo Legislativo, haja vista a criação, no ano passado, do grupo parlamentar de amizade na Câmara dos Deputados. O Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca aguarda a instalação aqui no Senado Federal. Se isso ocorrer, será mais um gesto e um fórum que empresta legitimidade àquilo que a embaixada é chamada a fazer. É muito importante.

Sr. Presidente, se me permite, antes de passar à conclusão, eu comento brevemente sobre os nossos interesses na Lituânia.

As relações são positivas e amistosas. O Embaixador em Copenhague tem feito visitas frequentes a Vilnius, capital lituana, para contatos com representantes da comunidade brasileira, que é pequena; para contatos com empresas, com vista a incrementar o comércio e os investimentos; e para dialogar com a Chancelaria lituana.

Para dinamizar essas relações, caso aprovado, eu pretendo viabilizar uma nova edição da reunião de consultas políticas ainda no segundo semestre deste ano; encorajar contatos bilaterais, aproveitando-se de uma possível visita de alto nível lituana à margem da COP 30; definir áreas prioritárias para a cooperação econômica, ao abrigo do memorando de entendimento de 2017; e explorar interesse – e imagino que haverá – no estabelecimento de um mecanismo para diálogo em ciência, tecnologia e inovação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, então, a minha reflexão final é que, como essa apresentação buscou mostrar, a atuação da embaixada em Copenhague pode contribuir para o Brasil enfrentar alguns dos mais importantes desafios contemporâneos: a segurança alimentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES – ... a transição energética, a sustentabilidade ambiental, a inovação e a provisão de serviço de saúde de qualidade.

O Congresso Nacional, naturalmente, sempre poderá contar com a assessoria e o empenho da embaixada em Copenhague para estreitar ainda mais as nossas relações e as relações entre os nossos Parlamentos. Os diálogos bilaterais estão em momento muito positivo, há amplas perspectivas que merecem ser exploradas, e é isso que eu pretendo fazer se for aprovado por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–** Nós agradecemos ao Embaixador.

Passamos à fase das interpelações.

Com a palavra, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente, só alguns comentários. Parabéns aos três indicados! Nós já tínhamos conversado, mas eu, realmente, aqui afirmo: dadas a qualidade dos currículos e a qualidade das apresentações, eu tenho certeza de que não vai ter nenhum tipo de problema – e também no Plenário. Então, parabéns já antecipadamente!

Com relação à Dinamarca, eu tive realmente a oportunidade de ir à Dinamarca. Ciência, tecnologia e inovações permitem muitas cooperações interessantes e importantes para o país. Com a Dinamarca, eu reparei, notei que essa possibilidade, no contato muito grande com a Embaixadora aqui também, existe e que nós podemos e devemos ampliá-la.

Um convite que eu acho importante que seja colocado é que nós temos no Brasil, dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial de interesse dos países da Europa, um programa, na Amazônia, chamado Salas (Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites). São 50 laboratórios que, na época, eu encomendei, como Ministro. Eles já estão em construção, já tem vários deles prontos, sendo 25 flutuantes e 25 fixos, que podem ser utilizados pelo mínimo de 16 pesquisadores em cada um deles, com todas as melhores condições de pesquisa. A ideia é que isso seja feito com cooperação internacional. Eu lembro que, quando desenhei esse projeto, a ideia era justamente trazer países da Europa para participarem, junto com os nossos cientistas, dentro da Amazônia, para que eles conhecessem a realidade da Amazônia. Isso envolve a pesquisa da biodiversidade e busca de ativos que podem se transformar em novos medicamentos, por exemplo, novos produtos que vão incentivar a economia sustentável da região também. Então é uma coisa interessante para se trabalhar em conjunto, fora as outras possibilidades – a gente falou de energias sustentáveis, que são muito interessantes, principalmente a energia eólica lá no Nordeste, naquela região toda.

Com relação à África, aos países da África, eu vejo que o Brasil tem uma possibilidade muito grande de cooperar com esses países não só no sentido normal, que a gente já tem feito em agricultura e outras áreas, mas quero lembrar que o Brasil também... Agora nós temos, em Belo Horizonte, do lado da Universidade Federal de Minas Gerais, no BH-TEC, o Centro Nacional de Desenvolvimento de Vacinas. Nós não sabemos qual vai ser a próxima pandemia, a gente só sabe que vai ter, e não sabemos quando também. Então é importante estarmos preparados. Esse centro tem a capacidade de desenvolver, no Brasil, vacinas de qualquer tipo, coisa que a gente não tinha antes desse centro. O Brasil nunca desenvolveu nenhuma vacina antes e agora tem essa capacidade de desenvolvê-las. Ele sempre produziu vacinas com tecnologias dos outros, mas agora a gente tem o desenvolvimento de vacinas aqui. É muito interessante para os países do Hemisfério Sul nós podermos colaborar para a prevenção de doenças que são mais características da região, e certamente o Brasil pode ser, como eu coloquei lá na Organização Mundial de Saúde, esse *hub* de desenvolvimento de vacinas – eu acho importante a gente cooperar; principalmente quando é um país bastante denso, como a Nigéria, é importante ter isso bem desenhado –, assim como com outros medicamentos também.

Nós temos um centro de desenvolvimento de medicamentos em Botucatu, que também foi uma parte do meu trabalho no ministério, junto com a Unesp lá em Botucatu, para desenvolvimento de medicamentos que também são importantes para doenças que são características dessas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente com relação ao acelerador de partículas em Gana, eu vou deixar até uns dados aqui: o Sirius, nosso acelerador de partículas, é de geração 4 – só existem três iguais a ele no planeta – e foi desenvolvido com 86% de tecnologia nacional; ou seja, a gente tem todas as condições de ajudar o desenvolvimento de aceleradores semelhantes em outros países.

Eu acho especialmente importante isso e quero lembrar aqui também uma encomenda que eu fiz, como Ministro, de um laboratório de nível de biossegurança 4, que é o nível máximo. Não tem nenhum na América Latina, e vai ser o primeiro do planeta acoplado com o acelerador de partículas, o que vai permitir pesquisas para vacinas e remédios, para a gente acelerar isso e pelo menos dobrar a velocidade, ou seja, reduzir pela metade o tempo de desenvolvimento de vacinas e remédios. Não tem que chutar qual tipo de proteína é, porque os cientistas vão poder ver as proteínas em ação, o vírus em ação com a célula humana. Isso é uma coisa única e é importante inclusive para países que já têm um desenvolvimento grande em medicamentos, que vão poder utilizar isso também, é parceria. É o único do planeta que vai ter essa capacidade. Então é importante eles já começarem a participar com relação a isso.

Novamente quero só parabenizar. Eu espero que eu tenha a oportunidade de visitar os países, mas que vocês tenham muito sucesso e tragam o nosso Brasil de perto lá para esses países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Darei a palavra à Embaixadora e aos Embaixadores para responder às interpelações feitas pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Nós gostaríamos de, mais uma vez, agradecer a participação de cidadãos, que fazem questão de participar dessas sabatinas aqui na Comissão de Relações Exteriores pelo e-Cidadania.

Com perguntas endereçadas à Embaixadora Mariana Gonçalves Madeira, nós temos a participação do José, do Ceará, que pergunta, enfatiza: "Qual a importância [...] das relações diplomáticas [...]?". É evidente que a Embaixadora e os Embaixadores já responderam a algumas dessas interpelações nas suas apresentações iniciais.

André, de Pernambuco, pergunta sobre os desafios ambientais e "qual é a [...] visão [...] [de]cooperação ambiental entre o Brasil e [...] países africanos".

Edgley, do Rio Grande do Norte: "Quais são [...] [as] estratégias para promover a cooperação e o intercâmbio [...] [estudantil], científico e tecnológico [...]?".

Matheus, do Rio de Janeiro; Samuel, de Pernambuco; Luís, de São Paulo; Erasmo, do Rio Grande do Norte; Thainá, de São Paulo: "Como vocês planejam fortalecer os laços entre as comunidades brasileiras residentes nessas nações e [as] suas respectivas culturas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Embaixador Carlos José Areias Moreno Garcete, participaram diretamente o João, do Distrito Federal; o Luiz, do Rio de Janeiro; o Gustavo, de São Paulo; o Abner, do Pará; o Vítor, da Bahia. Eles perguntam fundamentalmente como pretendemos contribuir para o desenvolvimento do corredor transafricano e quais serão os maiores benefícios para o comércio brasileiro.

E há perguntas endereçadas ao Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes do Abner, também do Pará; da Thainá, de São Paulo; do Erasmo, do Rio Grande do Norte; e do Víttor, de São Paulo, sobre quais as negociações bilaterais, acordos comerciais e colaborações serão executados nas relações dos interesses nacionais.

E nós gostaríamos de aproveitar a oportunidade para, do ponto de vista desta Presidência, fazer algumas indagações ao Embaixador Carlos José Areias Moreno: a Nigéria é o único país da África ocidental com que o Brasil mantém mecanismo de diálogo estratégico em nível de Vice-Presidentes, reflexo da importância e da centralidade do país africano na política externa nacional. Convidada a participar do G20 durante a inédita presidência brasileira da coalizão, a nação nigeriana conta com a maior participação e a maior economia da África. Contudo, desde 2013, houve apenas uma edição do mecanismo. Assim, de que modo V. Exa. pretende contribuir para dar novo impulso às relações bilaterais?

Ao Embaixador Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes. De acordo com informativo do Itamaraty do ano de 2023, a corrente de comércio entre o Brasil e a Dinamarca foi da ordem de US$1,8 bilhão com déficit de US$700 milhões para o lado brasileiro. Dito isso, o que explica esse cenário desfavorável ao Brasil? E, segundo, na pauta de importação do Brasil predominam produtos manufaturados dinamarqueses, com destaque para medicamentos; já nas exportações predominam *commodities*. Há espaço para a inclusão de produtos de maior valor agregado entre os itens de exportação?

E, para a Embaixadora Mariana Gonçalves Madeira, nós gostaríamos de fazer esta seguinte interpelação: quais as expectativas para a retomada em curto prazo das tratativas do acordo de cooperação e facilitação de investimento com Gana?

Concedo a palavra à Embaixadora em primeiríssimo lugar...

A SRA. MARIANA GONÇALVES MADEIRA – Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–** ... para responder as indagações.

A SRA. MARIANA GONÇALVES MADEIRA (Para expor.) **–** São várias.

Antes de passar a elas, eu queria agradecer a participação do Senador Marcos Pontes e o seu empenho já em iniciar este que vai ser um grande assunto da embaixada, se tudo der certo, que é o acelerador de partículas. Ele acabou de me deixar aqui uma lista de informações muito úteis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero lembrar também que, com relação à cooperação na área de desenvolvimento de vacinas, merece ser mencionado que Gana iniciou um programa de vacinação contra a malária, junto com dois países. Essa é uma área... Enfim, parece que as vacinas estão dando resultado. A malária no Brasil é diferente da que tem na África, mas, de qualquer forma, parece ser também uma área de cooperação muito importante para os nossos dois países.

Sobre as perguntas, a primeira delas é sobre o impacto das relações diplomáticas, o trabalho diplomático na área comercial, pelo que eu entendi. Eu queria dizer que a embaixada tem um setor de promoção comercial, e o nosso trabalho é justamente aumentar essa pauta de exportações, mas também diversificar. Há espaço para os dois trabalhos. E, no setor de alimentos e de agronegócio, há potencial – eu vi que o Senador também nos deixou perguntas sobre o setor de soja – de aumentar os investimentos brasileiros no agronegócio ganense. No momento, tem duas empresas que atuam em Gana: a Usibras, na área de castanha-de-caju, e a Brazil Agrobusiness, se não me engano, que tem uma grande plantação de arroz. Esses países – não só Gana, mas Serra Leoa e Libéria também – estão empenhados em diminuir a importação de grãos e produtos em geral, para aumentar a sua segurança alimentar. Então, tem muito potencial nesse sentido.

Mas, além disso, nosso trabalho é atualizar essa expansão comercial. Nós temos que trabalhar também nos dois lados, incentivando também as importações. Então, nosso trabalho é de prospecção, de verificar quais são os produtos que podem entrar ainda no mercado, aqueles em que nós somos competitivos, e também apresentar as oportunidades para os nossos compradores, para que inclusive barateie o frete, que haja o barateamento do transporte nas rotas.

Sobre os desafios ambientais: qual é a visão da cooperação ambiental? Eu conversei... Agradeço também pela pergunta, porque é uma área também de que eu não falei e que é muito importante. Ela é insatisfatória, essa não é só a minha visão, mas a gente tem que trabalhar construindo essa cooperação, esse diálogo na área ambiental, como em outras áreas, e esse é um momento de escuta. A gente tem que alertar para não trazer já a nossa posição, soluções já prontas, como a gente diz. Então, um momento de escuta para construir junto nessa área e em outras.

A África é, enfim, importantíssima nas discussões climáticas, é considerada o segundo pulmão do mundo depois da Amazônia, e os países, nessa África mais soberanista, estão se colocando de uma maneira muito afirmativa. O Gabão, por exemplo, renegociou a sua dívida de 500 milhões em troca de investimento em economia verde e adaptação à mudança climática, e esse é apenas o primeiro exemplo. Então, nós temos muito que conversar, ainda mais – como foi mencionado aqui – no contexto da preparação da COP 30, que vai ser no final do ano que vem no Brasil.

As estratégias para promover a cooperação e intercâmbio educacional, eu já mencionei um pouco aqui: a cooperação é via de mão dupla, a gente tem que ser demandado. Tem dois projetos de cooperação que pararam na época da pandemia, mas que vão poder ser retomados na área de segurança alimentar e nutricional.

O intercâmbio educacional conta – como eu disse – com o Programa de Estudantes-Convênio, mas há um grande gargalo que é a necessidade do Celpe-Bras, que é um certificado, um teste de proficiência em português, e essa é uma dificuldade para aumentar o número de estudantes desses países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a cooperação científica, a gente estava falando agora sobre isso. E tem mais alguma coisa... As cumulatividades. É muito difícil ainda, existe tanto representação diplomática de Serra Leoa quanto de Libéria em Acra, tem que ter até para poder fazer essa cumulatividade.

Mas, enfim, esse vai ser um primeiro momento de reconstruir e retomar, nós estamos empenhados em atualizar a nossa visão e a nossa política africana.

Eu não sei, acho que faltou...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não. Nós agradecemos à Embaixadora Mariana Gonçalves Madeira.

E eu concedo a palavra ao Embaixador Carlos José Areias Moreno Garcete para responder às interpelações, às indagações.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com relação, então, ao primeiro questionamento sobre a comissão, o mecanismo de diálogo estratégico de alto nível que é chefiado pelos Vice-Presidentes – Geraldo Alckmin, do Brasil, e Shettima, da Nigéria – e o convite do Brasil, que está na presidência do G20, para que a Nigéria integrasse as reuniões e participasse do G20 no corrente ano, eu queria dizer, Sr. Presidente, que esta vai ser uma das minhas prioridades da minha gestão: fazer a nova sessão do mecanismo de diálogo estratégico, dessa feita em Abuja, porque a primeira reunião, em 2013, foi aqui em Brasília.

Na verdade, o Senador Hamilton Mourão, na época Vice-Presidente da República, teve que retornar a Brasília – nem chegou a sair de Brasília. Ele estava embarcando para a Nigéria, e a viagem foi cancelada em razão da covid. O Governo nigeriano fechou as fronteiras – inclusive já havia assessores, etc., em território nigeriano – , e ele teve que abortar a viagem em razão da covid. Essa seria a segunda sessão que seria presidida por ele.

Então, uma das minhas prioridades, de fato, vai ser reeditar esse mecanismo – reeditar, não; reforçar e retomar esse mecanismo de diálogo estratégico, que é fundamental.

Sobre a pergunta do internauta, sobre esse corredor transafricano, salvo engano, ele está fazendo menção ao corredor transafricano que foi uma iniciativa dos Estados Unidos e da União Europeia de construção de uma conexão rodoferroviária entre Angola, República Democrática do Congo e Zâmbia. Portanto, a Nigéria, até o momento, não está envolvida nesse projeto, entende? Não haveria, num primeiro momento, consequências diretas para a Nigéria.

E, com relação às perguntas aqui, do Senador, eminente Senador Wellington Fagundes, basicamente ele questiona essa situação do mercado, porque o Brasil não entra no mercado nigeriano de produtos agrícolas, de carne, de proteína animal. Eu teria que dizer que, na realidade, não é só o Brasil que não entra; ninguém entra. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um mercado extremamente protegido, porque a Nigéria sempre teve um enorme número de quantidades de terras agricultáveis, tem uma série de vantagens comparativas, competitivas, e sempre teve a pretensão de abastecer o seu próprio mercado. Só que, infelizmente, por uma série de gargalos, eles não têm condições de fazê-lo.

O atual Presidente, Bola Tinubu, tem sinalizado no sentido de que vamos ter que mudar essa situação. A Nigéria vive um gravíssimo problema de insegurança alimentar e precisa de ajuda. E o Brasil está lá, não com aquela visão dos países já desenvolvidos, de fazer negócios e empurrar pacotes prontos para os nigerianos comprarem. Não. Nós queremos dar a mão e ajudar os nigerianos a saírem dessa situação, e com mútuo benefício – benefício para o empresário nigeriano, para o povo nigeriano, para o empresário brasileiro, para o Governo brasileiro. Essa é a minha missão lá, em Abuja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – (*Falha no áudio.*)

... Embaixador.

Concedo a palavra ao embaixador Leonardo, para responder as interpelações.

O SR. LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço referência, inicialmente, aos comentários do Senador Marcos Pontes, no sentido de que o Brasil pode e deve buscar ampliar sua cooperação em ciência e tecnologia, e inovação com a Dinamarca. Nós concordamos plenamente. Essa será uma das prioridades da gestão, caso aprovado por esta Comissão.

Eu imagino que teremos algumas boas oportunidades de levar ao conhecimento dinamarquês os laboratórios satélites que o Senador mencionou: por exemplo, por ocasião da reunião do Comitê Gestor, do Memorando de Entendimento, a que me referi na apresentação; no contexto da COP 30, em Belém – em se tratando de laboratórios que cuidam da Amazônia, nada melhor do que a grande exposição que essa reunião trará sobre a realidade amazônica; e também na negociação da parceria estratégica, a que me referi na apresentação – o Brasil tenciona incluir temas de ciência, tecnologia e inovação como parte dessa parceria, como disse, com uma visão pragmática de transferência de conhecimento e de investimentos.

V. Exa., Sr. Presidente, fez duas questões muito importantes relativas ao comércio bilateral. A primeira delas, o que explica o déficit brasileiro; e também se haveria espaço para mais produtos manufaturados na nossa pauta de exportação.

Há um reconhecimento recíproco de que o nosso comércio tem muito espaço para crescer, e esse é um processo paulatino. Nós não podemos, por exemplo, perder de vista que, no ano passado, foi atingido o maior volume do comércio bilateral da série histórica. As nossas exportações brasileiras, no ano passado, embora ainda bastante reduzidas frente às importações, foram as maiores da história e vêm crescendo desde 2018. Em 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eram de R$290 milhões; hoje são de R$550 milhões. Há, portanto, uma melhora gradativa, que pode nos dar uma expectativa de que esse volume vá melhorando e que a gente vá, de certa forma também, melhorando as nossas exportações, a quantidade e o perfil delas, o que é importante.

A Dinamarca é um mercado consumidor pequeno; portanto, há um limite para o que se pode ambicionar em termos de volume de exportação. A maior parte do comércio é intrafirmas. Da mesma forma, é natural que, havendo mais investimentos dinamarqueses aqui do que brasileiros lá, haja, nesse comércio intrafirmas, um maior volume de lá para cá do que daqui para lá, mas nada disso justifica que se fique parado, e é nesse sentido que se pretende trabalhar para aumentar os contatos, aumentar o diálogo entre os atores dessa área, atrair mais investimentos e fomentar maiores exportações brasileiras; o que implica também, como a sua pergunta mencionou, melhorar o perfil dessa pauta, agregar valor e aproveitar o alto poder de consumo do mercado dinamarquês para esses produtos.

Se o senhor me permite, eu passaria à pergunta dos internautas, porque uma delas, inclusive, diz respeito a parte do que eu gostaria de comentar em relação à pergunta de V. Exa. Eu quero agradecer aos participantes do e-Cidadania que V. Exa. mencionou – Abner, Thainá, Erasmo, Vittor – e me referir particularmente à pergunta da Thainá, que dizia a respeito a como se planeja promover os interesses comerciais brasileiros na Dinamarca e na Lituânia.

Há uma série de eventos e de iniciativas que se pretende tomar. Em primeiro lugar, obviamente, apoiar missões empresariais brasileiras à Dinamarca e dinamarquesas ao Brasil, inclusive de atores institucionais; divulgar oportunidades para o relacionamento comercial; apoiar que esse diálogo se dê também no âmbito Mercosul-União Europeia e aproveitar, uma vez que esse acordo tenha sido firmado, as potencialidades que ele trará para o comércio bilateral; manter relacionamento com os investidores privados dinamarqueses é muito importante; organizar eventos de atração de investimento para o Brasil; arregimentar compradores dinamarqueses para projetos no Brasil, visitas de compradores dinamarqueses, e para encontros nos nossos pavilhões em feiras pela Europa; e fazer com que os exportadores brasileiros incluam a Dinamarca e a Lituânia em seus roteiros de viagem pela Europa.

Eu acho que isso já nos dá uma lista de tarefas bastante importante para cumprir aquilo que a Thainá perguntou pelo e-Cidadania, e também um roteiro para que possamos alcançar aquilo que V. Exa. mencionou quanto à melhoria das nossas exportações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mariana Gonçalves Madeira, 13, SIM; Carlos José Areias Moreno Garcete, 13, SIM; Leonardo Luís Gorgulho Nogueira, 13, SIM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos foram aprovados por unanimidade.

As mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e seis minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Teresa Leitão, Beto Faro, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5149, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para instituir dever de transparência ativa dos órgãos e entidades da administração pública sobre informações relativas a obras em execução e paralisadas." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1 e as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 13, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com energia elétrica ou prestação de serviços de comunicação." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Carlos Viana (PL/MG), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (PSB/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (UNIÃO/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PL/RJ), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 355, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera os artigos 70 e 72 do Decreto-lei n. º 227, de 28 de fevereiro de 1967,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que instituiu o Código de Minas; o parágrafo 1º do art. 10 da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, que cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências; e o art. 2º da Lei nº 11.685, de 02 de junho de 2008, que institui o Estatuto do Garimpeiro." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4222, de 2020 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Deputado Ernesto Gurgel Valente a ponte sobre o Rio Jaguaribe na rodovia BR-304, ao lado da Ponte Juscelino Kubitschek, no Município de Aracati, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5066, de 2020 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as duas emendas que apresenta, e a rejeição das emendas 1-PLEN, 2-PLEN e 3-CCT. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 771, de 2022 - Terminativo -** que: "Denomina Antônio Carlos Belchior o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 2, de 2024** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 1/2024 - CI, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2966/2021, que inclui o § 6º no art. 40 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, para proibir cobrança de quaisquer serviços portuários já inclusos na Capatazia, requer, nos termos regimentais, que seja convidado o senhor Claudio Loureiro de Souza, Diretor Executivo do CENTRONAVE." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 3, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4392/2023, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal”." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 4, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade de melhoria na Prestação de Serviços Portuários pelas Companhias de Docas, da Região Amazônica, CDP - Pará, Amapá, Amazonas e Rondônia." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 5, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 4/2024 - CI seja incluído como convidado o senhor Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional de Operações Portuárias - FENOP." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 6, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública para instrução do projeto de lei 2736/2021, que “altera a Lei nº 10.209, de 23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento”." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 7, de 2024** que: "Requer a inclusão da FENOP em Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CI, com o objetivo de debater a necessidade de melhoria na Prestação de Serviços Portuários prestados pelas Companhias de DOCAS, da Região Amazônica, CDP - PARÁ, AMAPÁ, AMAZONAS e RONDÔNIA." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 8, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1115/2021, que “revoga a suspensão e os benefícios fiscais previstos na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, estabelecidos em favor das empresas petrolíferas”, e o PL 3557/2020, que “altera a Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, para dar diferente tratamento fiscal às atividades de exploração e produção de petróleo ou gás natural”." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 9, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 2736/2021, que “altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento", seja incluído entre os convidados um representante da da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - NTC Logística." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 10, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 6/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 2736/2021, que “altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento”, seja incluído como convidado um representante da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 13, de 2024** que: "Requer que seja incluída a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, no rol dos convidados da audiência pública objeto do REQ 74/2023, com o objetivo de debater o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em agosto de 2023." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Zequinha Marinho, Esperidião Amin, Jayme Campos e Jaime Bagattoli. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da última e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/19

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de março de 2024.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 17, de 2024, da Secretaria-Geral da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha notas taquigráficas da Comissão de Participação Popular referentes aos debates realizados a pedido dos moradores sobre a pavimentação da BR-367, na entrada da cidade de Berilo, que se encontra em péssimas condições de tráfego. Então, a nossa Comissão vai dar encaminhamento a esse pedido da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, da Secretaria-Geral da Mesa, estará disponível para consulta no *site* da Comissão pelo prazo de 15 dias, após será arquivado. (*Pausa.*)

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, para fazer a justificativa dos seus dois requerimentos, nos itens 9 e 10, para poderem ser deliberados.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 4, DE 2024
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade de melhoria na Prestação de Serviços Portuários pelas Companhias de Docas, da Região Amazônica, CDP - Pará, Amapá, Amazonas e Rondônia.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a necessidade de melhoria na prestação de serviços portuários prestados pelas Companhias Docas da Região Amazônica: Pará, Amapá, Amazonas e Rondônia.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o senhor representante do Ministro de Portos e Aeroportos; o Sr. Jardel Rodrigues da Silva, Presidente da Companhia Docas do Pará; o Sr. Edival Cabral Tork, Presidente da Companhia Docas do Amapá; o Sr. Jesualdo Silva, Presidente da ABTP (Associação Brasileira de Terminais Portuários); o Sr. Leudo Buriti, Presidente da Companhia de Docas de Rondônia; o Sr. Flávio Acatauassú, Presidente da Amport (Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica).

Temos recebido, Presidente, algumas – algumas não, muitas! – reclamações sobre as dificuldades enfrentadas pelas companhias que usam nossos terminais portuários. Não são poucas, não é fácil. Não há uma comunicação entre esses representantes das companhias de docas dos estados e a reclamação é grande. E eu lhes prometi que a gente iria dialogar para ver qual o problema que está afetando esses estados para tentar viabilizá-lo, porque nós precisamos de portos eficientes para escoar a produção, para mandá-la embora, para receber o que vem de lá para cá e assim por diante.

Diante disso, o requerimento, e a gente solicita aqui dos colegas a sua aprovação.

Posso passar para o item 10 já?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode passar.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 5, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 4/2024 - CI seja incluído como convidado o senhor Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional de Operações Portuárias - FENOP.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CI seja incluído nessa relação de convidados o Sr. Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional de Operações Portuárias (Fenop).

Além dos que eu citei aqui no requerimento original, estou requerendo que este Sr. Sérgio Aquino, Presidente da Fenop, possa também estar presente, porque ele tem informações e dados que com certeza vão contribuir e ajudar muito aqui no debate.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Está em discussão o requerimento do Senador Zequinha Marinho para uma audiência pública sobre as políticas portuárias pelas companhias docas da Região Amazônica. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, a votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que estejam de acordo com o requerimento do Senador Zequinha Marinho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. (*Pausa.*)

Eu preciso de quórum. Esse aqui é terminativo... (*Pausa.*)

Ah, é não terminativo.

Perfeito.

Vamos lá.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 5149, DE 2023
- Não terminativo -

Acrescenta o inciso VII ao §1º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para instituir dever de transparência ativa dos órgãos e entidades da administração pública sobre informações relativas a obras em execução e paralisadas.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1 e as duas emendas que apresenta

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CTFC, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu estou aqui fazendo o arremate do parecer, mas já está apresentado, acolhendo duas emendas de dois jaimes. Ou seja, quem sou eu para dizer não a Jayme Campos e Jaime Bagattoli? O primeiro, porque é o nosso mestre aqui; e o segundo, porque é meu coestaduano, emprestado ao seu querido Estado de Rondônia. Mas já está acomodado de forma que eu posso fazer a leitura, abreviando ao máximo o relatório.

Vem à análise desta Comissão o projeto de lei, de autoria do Senador Cleitinho, que acrescenta o inciso VII ao §1º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para instituir dever de transparência ativa dos órgãos e entidades da administração pública sobre informações relativas a obras em execução e paralisadas.

Eu acho que é muito importante, até por conexão com outros projetos que estão aí, e eu sempre me posicionarei a favor da maior transparência possível, porque esse é o preceito constitucional. A não transparência é uma exceção que tem que ser justificada, e é o que nós vamos encontrar na questão da Comissão de Educação, onde há um projeto que também versa sobre transparência de dados censitários e há alguma recalcitrância por parte do Governo em fazer isso que nós chamamos de transparência ativa.

Após a apreciação desta Comissão, o projeto ainda irá à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, aí sim, em decisão terminativa.

No prazo regimental, foram apresentadas duas Emendas: a nº 1, do Senador Jayme Campos, pelo acréscimo do §5º, de modo a prever que as informações relativas às obras em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

execução e obras paralisadas, inclusive o georreferenciamento do imóvel onde se localizam, sejam divulgadas nos sítios oficiais da rede mundial de computadores; e a nº 2, do Senador Jaime Bagattoli, pelo acréscimo do inciso VI, no §6º, no qual tenham seus contratos extintos por uma razão expressa no art. 137 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, ambas ao PL 5.149, de 2023.

Portanto, em síntese, é em nome da transparência que eu me posiciono não apenas a favor do projeto, mas também das duas emendas.

Adiante.

Obras paralisadas, como é evidente, representam desperdício de recursos orçamentários e devem merecer maior escrutínio público, seja para garantir a pronta retomada da execução, seja para identificar responsabilidades.

O enfrentamento desse problema passa pelo levantamento compreensivo da carteira de obras do país e por um plano de gestão que contemple políticas públicas que priorizem a retomada de obras inacabadas, na linha do que recentemente preconiza a Lei nº 14.719, de 2023.

Como se percebe, o presente projeto, ao exigir da administração a adoção de transparência ativa, vai ao encontro de uma solução mais eficiente para a alocação de recursos públicos.

Além disso, a previsão contida na Emenda nº 1, de 2024, do Senador Jayme Campos, complementa medida de transparência, prevendo, de forma meritória, a divulgação do georreferenciamento da obra, tudo a facilitar a fiscalização realizada pelos cidadãos, ou seja, pela sociedade mesmo a sociedade com menos capacidade de organização.

Já a Emenda nº 2, do Senador Jaime Bagattoli, define critérios mais precisos sobre situações em que o contrato poderá ser extinto, previstas tais situações no art. 137 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei 14.133, de 2021.

Uma outra providência, ainda que não indicada inicialmente pelo projeto, seria a definição do conceito de “obra paralisada”, que não encontra uma definição uniforme no âmbito federal e, certamente, não nos demais entes da Federação.

Embora seja uma segunda etapa, a definição da expressão “obra paralisada” é fundamental para dar segurança jurídica aos gestores públicos. Sem ela, os esforços para a promoção da transparência podem ser prejudicados. A definição legal, ademais, traria a vantagem de permitir a comparação entre as unidades da Federação, criando um incentivo para que as soluções encontradas por uma unidade sejam adotadas por outros entes.

O Ministério da Economia, acolhendo determinação do Tribunal de Contas, positivou o conceito de “obra paralisada” na Portaria Seges, do Ministério da Economia, nº 25.405, de 2020. Apesar de não ser o conceito uniformemente adotado pela administração federal, o fato de ter partido de sugestão do Tribunal de Contas, órgão fiscalizador das obras financiadas pelo Orçamento Geral da União, indica que é uma definição que tende a facilitar... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Senador está fazendo a leitura e está se incomodando com o barulho. Por gentileza...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, se for algum aparte, eu aceito. (*Risos.*)

Agora, se for uma conversa à parte, eu quero ser convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Aí dificulta. Por favor!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com efeito, segundo o acórdão do Tribunal de Contas (Acórdão 1.079/2019-TCU-Plenário), considera-se paralisado o contrato que atenda a qualquer dos seguintes critérios – acho que isto é muito importante, porque o que é uma obra paralisada? –: declaração pelo órgão como paralisada – ele tem que declarar –; declaração da empresa executora de que não dará continuidade à obra; baixa execução física do contrato; ou a ausência de medições de serviços num período superior a 90 dias.

Se alguém quiser melhorar o conceito, que melhore, mas isto aí é realmente uma placa que você pode fisicamente ou, pelo menos, em termos de percepção cognitiva, encarar: essa obra está paralisada, com todas as consequências. Quantas CPIs nós já realizamos sobre obra paralisada? É do tempo do Júlio Campos isso, Senador Jayme.

A portaria do Ministério da Economia, por sua vez, define como "paralisada" a obra iniciada que: a) esteja sem apresentação de boletim de medição por período igual ou superior a 90 dias; b) tenha sido declarada como paralisada pelo órgão ou entidade da administração pública federal, independentemente do prazo; c) a empresa executora tenha declarado que não dará continuidade à obra, independentemente do prazo; ou – é uma dessas condições – d) tenha sido interrompida por decisão judicial ou determinação de órgão de controle interno ou externo – ou, quem sabe, de um órgão ambiental.

A ligeira diferença entre os conceitos e a experiência de mais de três anos de aplicação do conceito pelo Ministério da Economia sugerem ser mais oportuna a opção pelo conceito adotado pelo Poder Executivo – parece mais extenso e claro –, a fim de permitir o acompanhamento da série histórica. Acrescentamos ao conceito adotado pelo Ministério da Economia o elemento de baixa execução física do contrato.

Eu gostaria de fazer um parêntese. Eu estou fazendo um monitoramento, Senador Jayme, Senador Zequinha, Senador Jaime Bagattoli, da obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis. Está atrasada 12 anos, era para ter sido inaugurada em fevereiro de 2012. O prazo agora é 31 de julho. Estou fazendo um acompanhamento de ritmo de pontos da obra, ou seja, os pontos críticos. Quais são? Trombeta, que é a chegada do contorno na BR-101 sul, Município de Palhoça; o encontro do contorno com a BR-282 – é um aparelho estilo Los Angeles, um trevo de quatro folhas com marginais externas. Nós estamos fazendo um monitoramento semanal, e é o ritmo da obra que nos interessa: se está fazendo 1,10% da obra por semana, tem chance de terminar. Se for abaixo disso, toca a sirene.

O contrato, infelizmente... Viu, Senador Jayme? O senhor viveu lá no Mato Grosso uma situação mais grave e dramática. Se não está nesse percentual, amigo, não vai terminar a obra. E se algum tópico da obra está em zero, a obra não vai sair, porque uma obra de 50km, como é o nosso caso, é como se fosse um rosário: não adianta, o meu rosário é muito bonito, mas está faltando uma conta. Ele não funciona. Ou o elo da corrente: ali tem um elo da corrente que está podre; não existe a corrente. Então, esse aprendizado de fiscalização eu estou exercendo na prática, e por isso me entusiasma a explicitação desse projeto e as contribuições do Senador Jaime Bagattoli e do Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, no Acórdão 2.134, de 2023, fixou prazo de 90 dias para a União concluir o inventário de obras paralisadas a partir da definição dada pelo Ministério da Economia.

Por exemplo, creches. O senhor se lembra da discussão sobre as creches iniciadas e paralisadas? Quer dizer, isso é uma coisa dolorida e dolorosa. E o que é pior? Eu, já desde o mandato de Senador, em 1997, tinha relatório. O Senador Casildo Maldaner foi o Relator. E nós não temos ainda uma providência ativa nem para fazer a transparência, ou seja, para dar conhecimento, nem para promover as soluções.

Dada a extensão territorial do país e a complexidade da administração pública em todos os entes da Federação, sugerimos que o prazo para a entrada em vigor seja de 90 dias.

Por essa razão, em linha com a finalidade proposta pelo autor da proposição, Senador Cleitinho, e reconhecendo o mérito da medida, somos pelo seu acatamento, juntamente com a Emenda nº 1 e a Emenda nº 2, de 2024, sugerindo, porém, duas emendas ao PL 5.149, de 2023, de modo a acrescentar a definição de obra paralisada e a prever prazo mais amplo para a adaptação dos demais entes da Federação.

Voto.

De todo o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.149, na forma das seguintes emendas:

EMENDA Nº - CI

Acrescente-se o §6º ao art. 8º da Lei 12.527, de 18 de setembro de 2011, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.149, de 2023, com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

§5º As informações relativas às obras em execução e obras paralisadas, inclusive o georreferenciamento do imóvel onde se localizam, serão preferencialmente divulgadas nos sítios oficiais da rede mundial de computadores.

§6º Para os efeitos do disposto no inciso VII, considera-se paralisada a obra iniciada que:

I – esteja sem apresentação de boletim de medição por período igual ou superior a noventa dias;

II – foi declarada como paralisada pelo órgão ou entidade da administração pública federal, independentemente do prazo;

III – esteja com baixa execução física do contrato;

IV – a empresa executora tenha declarado que não dará continuidade à obra, independentemente do prazo; ou

V – tenha sido interrompida por decisão judicial ou determinação de órgão de controle interno ou externo.

VI – tenha seu contrato extinto por uma das razões expressas no art. 137 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

....."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(NR)
EMENDA Nº - CI
Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 5.149, de 2023:
Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação.

Quero, ainda, homenagear o autor, que não está aqui, o Senador Cleitinho.

Eu não sei se vocês assistiram, ainda no ano passado, ele apareceu pulando o muro para dar o flagra em equipamentos estatais, máquinas, equipamentos, veículos que estavam sem uso. Não era obra paralisada; eram equipamentos que estavam retidos num grande depósito ao ar livre. Ele, mostrando grande agilidade, pulou cercas e pulou muros para dar o flagrante no caso. Então ele tem esse espírito. Quando as coisas não têm transparência ativa, o agente ativo é ele. E, por isso, merece os meus cumprimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O projeto é bem oportuno, Senador Esperidião Amin.

Eu lembro do Senador Waldeck Ornelas. Eu não sei em que ano foi, se foi nos anos 90 ou no início do ano 2000, quando fez uma expedição no Brasil levantando as obras inacabadas. Ele tem sete volumes, aqui na Biblioteca do Senado, desse estudo que ele fez. Isso há muitos anos, 25 anos, 30 anos atrás. E quantos outros estudos já foram subsequentemente realizados no Brasil e ainda continuamos com um cemitério de obras inacabadas no Brasil, com um custo incalculável de tudo isso.

O projeto é oportuno e está em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, colegas Senadores Esperidião Amin, Relator deste tão importante Projeto 5.149, prezado Senador Jaime Bagattoli, querido e estimado amigo Zequinha Marinho, eu quero apenas aqui dizer que eu acho que só assim nós poderemos melhorar esse cenário no Brasil.

Hoje nós temos 8.603 obras paralisadas. Só no Mato Grosso, na área da saúde, tem 53 unidades de saúde paralisadas, com quase R$32 bilhões empenhados. Muitos desses empreendimentos a que me referi aqui estão com recursos no caixa e, lamentavelmente, as obras não andam. Na verdade, com isso aqui nós damos melhor transparência, na medida em que a minha proposição aqui foi acatada. Eu quero agradecer aqui, de público, ao Senador Esperidião Amin, competente Senador deste país.

Ela busca maior transparência. Primeiro, que nós poderemos acompanhar em tempo real a obra, tanto do seu cronograma físico como também do seu cronograma financeiro, e isso é muito importante. E, sobretudo, com as coordenadas geográficas, que o cidadão poderia acessar em qualquer parte do planeta. Ele poderá acessar o cronograma financeiro, físico e onde ela está localizada, a sua cidade e, sobretudo, até o ponto lá, em qual bairro, em qual rua que está sendo construída essa obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil tem, lamentavelmente, esse defeito muito grande. Nós temos obras no Brasil paralisadas há 20, 30 anos, como é o caso da BR-319, que demanda de Porto Velho, no Estado de Rondônia, lá para o Estado do Amazonas. Uma vergonha aquilo lá! E o povo sofrido...

No primeiro mandato, fui membro da Comissão orçamentária, lá, titular, e fui designado para relatar essa matéria. Naquela época, Senador Jaime Bagattoli, tinha R$70 milhões de reais na conta – R$70 milhões! –, e a obra não andava. Sabe por quê? Porque o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente não queria aceitar a obra pelo fato de que lá poderia ter um tatu, sei lá, estudo antropológico, estudo não sei o que mais, Rima, etc., etc.. Ora, é uma obra em uma estrada já antropizada lá há mais de 40 anos.

É uma obra – V. Exa., que foi Governador, Senador Confúcio, do Estado de Rondônia, sabe – que quer apenas o quê? Melhorar essa rodovia tão importante na Região Amazônica do Brasil.

De lá para cá, as coisas pioraram muito mais ainda. Eu tenho acompanhado algumas obras não só no Mato Grosso, mas no Brasil. Como bem referiu aqui o Senador Esperidião Amin, há uma obra do seu Estado de Santa Catarina que tem 12 anos que já era para ter sido inaugurada, e até hoje... Eu ainda quero ver se vai ser concluída, como estão garantindo, no dia 12 de julho, no meio de julho. Não é isso? Esse é o Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Posso lhe dizer que fiz uma aposta de que vai terminar. Então, já é uma alvíssara.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Exato. Eu já ganhei algumas apostas no Mato Grosso em relação a algumas obras, dentre elas o VLT, o BRT. Já ganhei umas cinco apostas. Por quê? A obra inicia, e não termina muitas vezes.

O que é muito importante aqui, como foi feita uma ressalva do Senador Esperidião Amin, é que, dentro desse projeto, ali se diz o seguinte: tem muito empreiteiro que entra, ganha a concorrência, senta no contrato... Dão a ordem de serviço para ele, e ele fica com o contrato 90 dias, 120 dias, 150 dias, e não inicia a obra. E aqui, nesse projeto, pelo que eu entendi, Senador Amin, automaticamente, em um prazo de 90 dias, dando a ordem de serviço, e a empresa não entrando no trecho para executar a obra, qualquer obra, seja obra da construção civil, seja obra do setor de estrada, do setor rodoviário, ela automaticamente já está desclassificada. Vamos chamar o segundo colocado. Isso é muito bom, porque nós damos celeridade ao andamento das obras do nosso país.

E o que ocorre? Isso é pernicioso – é pernicioso. Quantas empresas no meio da estrada estão tocando a obra, paralisam e querem o realinhamento muitas vezes fora da casinha. Ele quer, enfim, aditivo da obra... E às vezes o poder público, ou o poder que deu essa concorrência, não tem essa autoridade, essa prerrogativa, sobretudo nesse momento que o Brasil vive, com esse poder de fogo gigantesco do Ministério Público, dos tribunais. O Governador ou o Prefeito está impossibilitado, está engessado.

Lá atrás, no meu primeiro mandato, Senador Jaime, em 1983, porque eu fui Prefeito por seis anos da minha cidade, o Prefeito tinha esse poder, ou seja, tinha essa prerrogativa – até certo ponto, em determinadas situações, você tinha. Hoje, se você pedir para um empreiteiro fazer uma ponte que caiu do outro lado – o pessoal quer passar, para transportar... –, ele não pode, não é isso? Só em caso de emergência, de calamidade pública, para se fazer a obra com certeza andar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma que eu quero aqui, de público, agradecer ao Senador Amin, como sempre zeloso, competente – todo mundo sabe que ele é o mestre dos mestres, é o mago aqui no nosso Senado Federal. Quero agradecer a V. Exa., Senador Amin, por ter acatado essa minha emenda na mesma busca, como V. Exa. tem feito, da transparência no Brasil.

Precisamos de transparência de tal forma que todos os cidadãos, sejam eles os mais humildes, saibam para onde estão indo os tributos, os impostos que eles recolhem, seja federal, estadual, municipal, para eles também acompanharem e ajudarem até a cobrar, Senador Confúcio, das autoridades por que motivo, por qual a razão que essa obra está paralisada.

Isto é inadmissível, como bem disse o senhor: são 8.600 obras que estão paralisadas no Brasil. Tem R$32 bilhões empenhados, alguns disponibilizados, e a obra não vai para frente. E quem paga o pato é a sociedade, é a população, que muitas vezes precisa de uma estrada para transportar a sua produção, precisa da unidade de saúde, da creche... Inclusive, fiz um projeto de lei aqui, Senador Confúcio, para que as obras paralisadas no Brasil tivessem prioridade nos recursos orçamentários da União. Quantas creches nós temos paralisadas no Brasil? Uma montanha, mil e tantas, 1,8 mil creches estão paralisadas. São os famosos CMEIs que lançaram no Brasil, mas a maioria absoluta estava paralisada. E, graças a Deus, alguns estão sendo retomados. Na minha cidade mesmo, eu fui convidado para, na próxima sexta-feira, inaugurar um Cmei. De um total de 16, me parece que 13 agora estão sendo concluídos, e ainda aguardando três para serem concluídos. E o que é mais triste, é que nós temos um déficit em relação à creche no Brasil gigantesco. São alguns milhares ou milhões de crianças que não têm acesso ainda a uma creche para que a mãe possa deixá-las e depois, muitas vezes, ir buscar um emprego, uma fonte nova de renda e assim, com certeza, a mãe não pode trabalhar, e o filho não tem onde ficar.

De forma que eu quero aqui louvar a iniciativa do Senador Cleitinho, dizer que o projeto é meritório e, sobretudo, da forma zelosa, competente, que foi aqui relatado pelo meu querido e estimado amigo Senador Esperidião Amin.

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Continua em discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só para colaborar um pouco mais com esse debate, se a gente for para a área da educação com escolas e creches, V. Exa. vai se assustar com a grande quantidade de obras paradas no Brasil afora, por um monte de motivos, de desculpas, etc., etc. Às vezes a obra vai indo muito bem, o Governo para de pagar, passa muito tempo, a empresa quer atualizar a planilha, não é, Jayme? Enfim, tem razão e aí termina abandonando a obra.

Num tempo desse, houve um estudo, e o Governo estava disposto a mandar atualizar planilhas para retomar isso e dar uma zerada nesse estoque.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Senador Zequinha, eu queria um aparte de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Se V. Exa. me permite.

Na verdade, tem muitos empreiteiros que entram de má-fé nas concorrências. Eles mergulham no preço...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Depois não dão conta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Exato, tem uns que precisam... chama-se API, V. Exa. conhece bem. Aí o cidadão vai lá, Confúcio, mergulha no preço, e depois não dá conta de fazer. Esse é o grande mal do brasileiro. O empreiteiro quer fazer, se cometesse dois, três, quatro, cinco para dentro, tinha que ser excluído e não participar mais de concorrência pública. Hoje tem uma indústria – eu acho que no seu Estado do Pará, lá em Rondônia e no Mato Grosso tem –, uma indústria sabe de quê? De empresa de pasta. Ele entra na concorrência só para depois falar: "Olha, eu vou afastar, mas você me dá tanto por fora". Isso é claro lá, são os malandros que têm que ser excluídos, não é isso? Socado e taquem polícia para correr atrás dele.

Obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É verdade, nós já fomos vítimas disso. Vamos lá.

Unidades básicas de Saúde – tem um outro estoque imenso – paradas por aí afora, as famosas UBS; estradas e pontes, esse fato aqui que o Senador Jayme Campos acabou de falar, nós vivemos há algum tempo na BR-155, que liga Redenção, no Sul do Pará, a Marabá, no Sudeste. Tudo que o cara tinha era uma pasta velha amarelada, que andava debaixo do braço. Deram a licitação para ele, porque ele mergulhou no preço, como já foi dito aqui, e depois ele queria passar isso para alguém, e as pessoas: "Não, com isso aqui ninguém faz nada!".

Nós tivemos transtornos enormes naquele tempo e é preciso... Agora, a gente precisa fazer algumas coisas, no meu ponto de vista, além do debate e de um trabalho primoroso – o Senador Esperidião Amin está entregando a V. Exa. e a esta Comissão –, ouvir alguns setores. No caso de estradas e pontes, o Dnit, o MEC e o FNDE, e também do outro lado aqui, TCU e Ministério Público. Às vezes, por causa de uma besteira se suspende uma obra, porque o cara falou que está superfaturado... Bom, se está, a gente tem que ter um remédio para aquilo. Qual é o preço de mercado daquela região? Porque tem o problema regional. Depois eu lhe conto um milagre aqui. Então, paga só o preço médio do mercado, não precisa parar.

A BR-158, no trecho do Pará, passou anos, quase três décadas parada, com pontes pelas metades, em função de uma intervenção do TCU. Quer dizer, para e não tem saída, fica ali engatado. Se você para e dá imediatamente um encaminhamento – é por aqui, vamos fazer –, mas não, parou.

Um dia, eu falei para uma Secretária de Estado lá no Pará – eu já era Deputado Federal –, eu falei assim: "Olha, a coisa mais simples do mundo é o que o ignorante sabe fazer: mandar parar. Para mim, inteligência, Secretária, é saber como não parar alguma coisa que é da população e ela precisa usar e está sendo financiada pelo dinheiro dela". Ela queria me engolir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas não deu certo, porque todo mundo manda parar, todo mundo sabe mandar: "Para". Qual a necessidade?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mandar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mandar. Acha-se o dono do mundo porque mandou parar. É horrível isso.

A gente tem que criar mecanismos, possivelmente de forma legal, para que, ao detectar qualquer tipo de irregularidade, tenha-se uma forma de consertar aquilo com o caminhão andando, porque senão a gente faz aquilo que todo mundo sabe fazer: mandar parar. E o TCU manda parar, o Ministério Público manda parar, não sei quem manda parar, manda parar, manda parar. E ninguém mais manda retomar. E aí fica isso aí, e nós todos temos a maior dificuldade de estar engolindo isso todo o tempo, com a população reclamando e com tanto dinheiro empenhado, imobilizado ali, que não serve para nada.

Resumindo: Arquipélago do Marajó, no Pará. O pessoal de fora vai lá, não conhece, ganha uma licitação. Quando ele vê que ele tem que levar todo o material daqui, da terra firme, para lá, porque lá você não consegue a areia de que precisa, não tem cascalho... Se precisar de uma pedra lá para jogar no camarada, você não acha – não, é força de expressão; acha, mas é raríssimo o negócio, muito difícil. Então, fazer estrada, fazer um prédio, fazer qualquer coisa lá, o cara começa e, na semana seguinte, pede as contas e cai fora e fica só aquilo lá, porque não há uma diferenciação entre... Como é o nome da planilha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sinapi. Sinapi, não é? O Sinapi deveria estudar isso. Já tentei resolver isso, mas os caras têm um discurso tão grande, com uma burocracia tão bonita – faz assim, faz assim, faz assim –, que não precisa alterar nada, só que ninguém faz isso. E dá uma passada no Marajó, em alguns lugares, onde já nasceram... Tem uma árvore fácil de crescer lá, que vai engrossando. Se for cortá-la hoje, tem que pedir licença para o Ibama, dentro de construções do Governo Federal. Entendeu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quantas ilhas hoje temos ao redor, ao norte da Ilha de Marajó?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Marajó é, na verdade, um arquipélago entremeado de coisas, um negócio maluco, não dá nem para contar, eu acho, só se for com tecnologia bem aplicada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Lucas Barreto disse que são 2 mil.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, mas é chute, pode até ter mais, é complicado isso. Então é muito difícil. Seria, meu Presidente, com a boa vontade, o conhecimento e a experiência que V. Exa. tem e a vontade de todos nós aqui, um dia – eu sei que a agenda não é fácil –, chamar esses órgãos para a gente... Poxa, está aqui a prova do crime, não é?

Oito mil e seiscentos, Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Oito mil e seiscentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Há quantos bilhões de reais enrolados aí?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Trinta e dois.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – R$32 bilhões.

Então, é um fato robusto, que merece uma boa conversa. E quem sabe eles mesmos tenham uma sugestão que possa nos ajudar aqui a ter uma saída para fazer a coisa rodar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bagattoli, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Confúcio Moura, e agradecer também aqui ao Senador Cleitinho, que foi o autor desse projeto, na relatoria aqui do meu conterrâneo, o Senador Esperidião Amin.

Quero dizer, Esperidião, que você foi Governador, Confúcio Moura foi Governador, meu xará Jayme Campos foi Governador, e vocês sabem o prejuízo, vocês são conhecedores, como gestores, porque vocês estiveram na condição de Governadores; vocês sabem qual é o prejuízo – vocês enfrentaram de perto – que a população do estado, do município, da União tem quando essas obras ficam paradas.

Olhe o que nós tivemos lá em Rondônia, Senador Confúcio: aquela ponte do Rio Madeira ficou praticamente 20 anos parada, e até que enfim se concluiu aquela obra.

Nós temos a situação da BR-319 e sabemos, Senador Esperidião Amin, que aquilo não se resolve mais com o cascalhamento; tem que se reconstruir aquela rodovia urgentemente. E isso, a cada ano que vai passando, é mais dinheiro público sendo jogado fora.

Aquela situação da BR-470... Quando eu chego lá àquela BR-470, da qual eu conheço o Estado de Santa Catarina – não tanto quanto o Senador, mas conheço um pouco o estado lá também –, eu vejo aquela BR-470, uma BR que foi construída no final da década de 60, início da década de 70, em cinco, seis anos, não sei. Eu li alguma coisa sobre aquela rodovia: são 245km; foi ligada à 101, lá na BR-116, em cinco, seis anos. Faz uns 15 anos, se não me falha a memória, de 12 a 15 anos, que começaram a fazer uma duplicação: estão fazendo 5km por ano. Então, nada funciona. Parece uma coisa!

E, quando se fala aqui em 32 bilhões, isso aí em rodovias médias de custo... Vamos pegar uma rodovia cara aí, de 7 milhões por quilômetro: você vê, dá para fazer quase 5 mil quilômetros, 4,5 mil quilômetros.

Então, esse projeto é de suma importância. O Governo tem que dar um esclarecimento. E não só o Governo Federal; os governos dos estados também têm que dar um esclarecimento à população de todas essas obras que estão paradas pelo país.

E nós temos que entender, nós no Senado, o Congresso Nacional, o Executivo; nós temos que entender uma coisa: isso não é uma questão partidária, isso é uma questão em que quem tem prejuízo com isso é a população.

Agradeço aqui também ao Senador Amin por ter acatado essa minha emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer o para toda a população que estiver nos acompanhando que só com uma fiscalização mais rígida, só com uma fiscalização... Nós temos que ter... O país precisa mudar, igual falou o Senador Jayme Campos aqui. Não é qualquer empresa que chega com uma pasta, igual o Senador falou aqui, e pega uma licitação aí de R$1 bilhão. Então, nós temos que ter critérios para, nessas licitações, ver se aquelas empresas, essas construtoras realmente têm capacidade, têm orçamento e têm condições de concluir.

De mais a mais, só tenho a agradecer e dizer para vocês que a fiscalização e esse projeto vão ser muito benéficos para a sociedade e para o Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu apresentei o Projeto 3.228, de 2023, que visa, como objetivo, à transparência sobre aspectos quantitativos e qualitativos da água potável e obra de saneamento do Brasil.

Isso é muito importante, devido a ter muitas obras iniciadas de saneamento básico no Brasil paralisadas há muitos anos. Um exemplo típico é Guajará-Mirim. Tem a estação de tratamento, mas não fizeram os tubos da cidade para conexão com...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... as adutoras. Está lá, acredito, há mais de 20 anos. É até considerado destruído, e nem se toca mais nesse assunto. Mas tem o dinheiro público lá perdido. Você vê uma coisa dessa, não é?

Muito bem.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Só para concluir, no meu município, de que agora o senhor falou, R$35 milhões foram gastos para a rede de saneamento básico num município de 100 mil habitantes, que não tem nada – zero – de rede de saneamento básico. É uma cidade que não tem tratamento de água potável, é 100% poço semiartesiano, é e um lençol freático. É a única cidade do Brasil que eu conheço, com acima de 100 mil habitantes, em que não existe água tratada. É 100% poço artesiano, que poderá, no futuro, contaminar esse lençol freático. E, para terminar, os R$35 milhões estão perdidos. A obra foi abandonada, jogada, e nós precisamos ter critérios para que essas pessoas sejam punidas – essas construtoras ou quem fez esse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, gente. Já discutido, muito bem discutido. (*Pausa.*)

Senador Amin, por favor. (*Pausa.*)

Bem discutido, bem analisado. É um assunto que é consensual entre todos. Acho que, se estivessem aqui todos os Senadores, todos estariam em consenso com esse projeto e com as emendas.

Está em votação. A votação é simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação desse projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma solicitação à V. Exa., que é pela ordem e para uma questão de ordem também.

Nós temos aprovado, sob a forma de convite, o pedido para que compareça a esta Comissão o Ministro Rui Costa, independentemente de quantas sejam as razões para esse comparecimento.

Mas a minha reivindicação já aprovada no ano passado, de que V. Exa. se lembra, diz respeito à Itaipu. Nós já temos um acórdão no Tribunal de Contas da União a respeito dos convênios de Itaipu com os Municípios do Paraná e Mato Grosso do Sul, que no ano passado orçaram US$632 milhões. E, como está hoje – esses convênios para programas socioambientais com todos os municípios do Paraná e com uma boa parte de municípios do Mato Grosso do Sul –, isso onera a conta de energia do povo brasileiro. Isso está sendo apropriado como custo de produção de energia elétrica. Ainda que a dimensão, a proporção de participação de Itaipu tenha diminuído, ela anda na casa de 8%.

Portanto, cada ônus não operacional – isso é não operacional – que você joga na tarifa vai repercutir no Nordeste, no Norte, Brasil afora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Centro-Oeste...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Centro-Oeste.

Já existe um acordão do TCU do ano passado. E isso anda *pari passu* com a negociação do famoso Anexo C de Itaipu.

Resumindo, Itaipu está paga, ou seja, 50 anos passaram, em abril do ano passado, e está zerada. Conseguimos fazer essa obra, conseguimos pagar a obra. Agora, não é possível que se criem novos encargos sem participação do Congresso Nacional. É um orçamento secreto, pequeno, mas é um mau exemplo.

Então, o convite ao Ministro Rui Costa é porque o Tribunal de Contas da União identifica na autoridade do Ministro da Casa Civil a autoridade responsável pela condução desse procedimento. Então, eu queria fazer uma solicitação. Há outras demandas para que o Ministro venha aqui. Não há nenhuma... Eu não quero exclusividade, não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas venho reivindicar a V. Exa. que aquilo que nós aprovamos... V. Exa. está acompanhando isso desde maio do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desde maio do ano passado que eu venho trazendo esse assunto. Em 2023 já foi pago; daqui a pouco teremos despesas feitas em 2024; e daqui a pouco seremos chamados por omissos, por não interpelarmos civilizadamente, respeitosamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Recebemos aqui a presença do nosso querido ex-Deputado Enio Verri, que é o Presidente de Itaipu.

Então, não há nenhuma confrontação pessoal, é institucional. E eu sei do espírito público de V. Exa. e por isso é que eu faço esse apelo quase em tom de lamúria, mas de absoluta confiança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Esperidião, desde maio, como V. Exa. começou a falar, e quando completou 50 anos – completaria em agosto do ano passado, não é? –, V. Exa. vem insistentemente falando no tema.

O Ministro Costa marcou com a gente aqui dia 26 deste mês, mas aí teve um probleminha, acho que nosso, aqui mesmo, de agenda, e ele marcou para o dia 4 de abril – 02/04.

Tem esse tema que eu vou colocar para ele debater, ele vem preparado, que vai ser uma audiência longa. Da primeira etapa, pode ser o tema Itaipu. V. Exa. vai abordá-lo, com o seu conhecimento como professor, como tese que deixou para os seus alunos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como curioso e como tendo aprendido com os meus alunos. Ele completou 35 anos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Mais ou menos futurísticos, proféticos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Proféticos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lá atrás, já previa tudo isso que você está falando hoje.

Então, vou dividir a audiência dele em duas etapas: uma primeira etapa com V. Exa., a seu pedido, e outra etapa sobre obras do PAC.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Digo profético, Sr. Presidente, porque, há 15 anos, em 2008, o interlocutor do Brasil era o mesmo, o Presidente Lula, Lula II, no caso, mas o Presidente do Paraguai era o Bispo Lugo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Era o Lugo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por isso, profético.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, vamos ao Projeto de Resolução nº 13.

Eu solicito ao Senador Jayme Campos que, *ad hoc*, relate esse projeto, porque o Senador Cid Gomes autorizou que ele assim o fizesse, porque ele também é subscritor, com o autor, desse projeto.

ITEM 2
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, DE 2022
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece a alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com energia elétrica ou prestação de serviços de comunicação.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA) e outros

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE

2. Votação simbólica

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, demais Senadores aqui presentes nesta Comissão, relatório.

Vem para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2022, de autoria do Zequinha Marinho e outros, que estabelece a alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação incidente nas operações internas com energia elétrica ou prestação de serviços de comunicação.

Se V. Exa. e os demais pares aqui me autorizam, como já tem conhecimento toda a Comissão aqui, eu passaria à fase da análise, para dar celeridade aqui aos trabalhos desta Comissão.

Conforme o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre questões relacionadas a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos. Portanto, há pertinência do objeto da proposição aos temas de competência desta Comissão. Isso posto, passamos à análise da adequação orçamentária e financeira, técnica legislativa, constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do PL.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, não obstante análise posterior da Comissão de Assuntos Econômicos, entendemos que a proposição não cria despesa pública, nem gera renúncia ou perda de receitas para a União. Em termos de técnica legislativa, avalia-se que o PRS está adequado, conforme preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto à constitucionalidade da matéria, de acordo com a alínea “b” do inciso V do §2º do art. 155 da CF, é facultado ao Senado Federal fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.

A fixação de alíquota máxima relativamente ao ICMS é justamente o objeto do PRS nº 13, de 2022. No entanto, não se identifica na justificação o “conflito específico que envolva interesse de Estados”. Como os estados têm autonomia para fixar suas alíquotas internas, a CF faculta ao Senado intervir para mediar conflito específico causado pelos estados no exercício daquela prerrogativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desse aspecto, a alínea "b" do inciso V do §2º do art. 155 da CF bem como o inciso IV do parágrafo único do art. 394 do Risf dispõem que eventual resolução do Senado Federal seria de "iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros". No caso do PRS 13, de 2022, segundo a página da matéria no sítio eletrônico do Senado Federal, a proposição teria apoio de 30 Senadores, além do autor, totalizando menos de 41, número que caracterizaria a maioria absoluta.

Os dois aspectos mencionados, portanto, eivam a proposição de inconstitucionalidade formal.

Quanto ao mérito da matéria tratada no PRS 13, de 2022, opinamos pela sua prejudicialidade, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação. Vejamos.

A Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, posterior à apresentação do PRS nº 13, de 2022, alterou a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais – estou concluindo, Sr. Presidente – os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo.

Ao CTN foi acrescentado o art. 18-A dispondo que "é vedada a fixação de alíquotas sobre as operações" relativas a combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo "em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços". E à Lei Kandir foi acrescentado o art. 32-A com teor análogo ao do art. 18-A do CTN.

Cumpre registrar, por fim, que a reforma tributária recentemente aprovada, objeto da Emenda Constitucional 132, de 20 de dezembro de 2023, estabeleceu a extinção do ICMS a partir de 2033, o qual será substituído, gradualmente, pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios. O IBS, a exemplo da pretensão do autor do PRS nº 13, de 2022, em relação ao ICMS, deverá ter a mesma alíquota fixada para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição.

Em conclusão, entendemos que o PRS nº 13, de 2022, apresenta inconstitucionalidades formais e ficou prejudicado, nos termos do art. 334, inciso II, do Risf, uma vez que as preocupações nas quais está fundamentado foram enfrentadas pela Lei Complementar 194, de 23 de junho de 2022.

Voto.

Ante o exposto, somos pela declaração de prejudicialidade do PRS nº 13, de 2022, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Em discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Zequinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Eu quero apenas fazer algumas considerações e gostaria de registrar aqui a preocupação constante que temos no Senado Federal com o custo de vida do consumidor brasileiro.

Em abril de 2022, apresentamos o presente Projeto de Resolução, o de nº 13, de 2022, com o intuito de reduzir o ICMS sobre energia elétrica e serviços de telecomunicações e dar um alívio à população. Aí você tem o Pará e você tem mais 26.

Essa questão do ICMS é muito séria nos estados. E tem um ditado no meu sertão, onde nasci, no interior do Tocantins, era Goiás naquele tempo, mais ou menos parecido com o de V. Exa., que diz: "O papagaio come o milho e o periquito leva fama", não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Um faz o serviço, mas o problema cai no outro.

Então, o governo estadual, via de regra, termina majorando essa questão do ICMS – lá no Pará já pagamos 19%, que é a nossa taxa – e aí o resto que se vire nos trinta para se explicar. Mas o governo estadual tem um insumo poderoso na composição do custo da energia, do telefone e da gasolina, do combustível de modo geral.

No entanto, Sr. Presidente, a situação do país, àquela época, estava tão complicada com o preço da gasolina chegando a impressionantes R$9 por litro, que o Parlamento correu e aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022, que deu origem à Lei Complementar nº 194, também daquele ano, trazendo mais racionalidade à cobrança do ICMS, tanto sobre combustíveis como sobre energia elétrica, o gás natural, as telecomunicações e o transporte coletivo.

Observa-se, portanto, que o PRS 13, de 2022, de minha autoria, já cumpriu o seu papel por meio da Lei Complementar 194. Mas eu gostaria de apenas tirar, digamos assim, a penumbra sobre os números e dizer o seguinte. A Aneel, no final de 2023, no ano passado, três meses atrás, menos que isso, informa que a Equatorial Pará é a distribuidora com a tarifa de energia residencial mais cara do país. É essa a nossa realidade.

Se o senhor me permite, gostaria de ver uma relaçãozinha aqui.

O Estado do Amapá não está nesta relação, porque entrou na Justiça, porque o aumento proposto naquele momento era de 44,4% de reajuste em cima da tarifa, que ia disparar no mundo, e foi para a Justiça. Então, estão na luta lá para tentar achar uma tarifa razoável. Mas o Pará, que encabeça a lista, o custo do quilowatt-hora lá é de R$0,96 e alguns milésimos aqui de reais, seguido pelo Mato Grosso, do Jayme Campos, pelo Mato Grosso do Sul, o vizinho lá, pelo Piauí aqui no Nordeste, e aí vai. Você termina com Santa Catarina, do Esperidião Amin, que é a energia mais barata hoje. Certo?

Esse insumo, a energia, e o outro, o combustível – mas aí eu quero me prender só à energia –, afetam a vida de todo mundo, certo? E é um negócio tão complicado quando você pede esclarecimento, é tanta coisa, Jayme, para compor a formação do preço desse tal quilowatt-hora, que há explicação para tudo.

Lá no Pará, diz-se: "Não, mas nós produzimos bastante energia". V. Exa. conhece Tucuruí, uma grande hidrelétrica. A recém, a nova de Belo Monte, a Norte Energia, lá ficou um negócio meio complicado: um investimento de R$40 bilhões e funciona só a metade. Aqueles projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que a gente não pensa muito no futuro, pensa mais na questão ideológica, e aí nem uma coisa nem outra. Você gasta dinheiro de mais, tem compensações ambientais fantásticas naquela região – teve, está tendo ainda – e aí você encarece uma obra e diminui a entrega do serviço na outra ponta, o que é muito ruim. De qualquer forma, a gente gera bastante energia.

Lá perto de Santarém, produzimos energia, e em outros lugares também. Quer dizer, o Estado do Pará é um estado abençoado. Não tem mais hidrelétrica porque o Governo parou de liderar investimentos nesse setor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mas se o PIB começar a crescer, vai disparar.

Felizmente, vem um outro setor, que é o solar, que está empurrando e está dando uma certa folga com relação a isso. Mas os temas hoje são tão saltitantes aqui, que a gente precisava ver como é que se... Até para...Vamos lá. "Não, no Pará, tem que ser grande; o preço é alto porque é um estado enorme". E aí, tem uma rede de energia que sai de Belém para chegar ao sul do Pará; e lá se vão mais de mil quilômetros, 1,3 mil, 1,4 mil quilômetros. Se você pegar Santana do Araguaia para Belém, ou pegar até Tucuruí, ou pegar de Tucuruí para chegar no oeste do Pará, realmente... Então, é um item que compõe o preço da tarifa. Esses investimentos são novos e ainda estão sendo pagos, e aí vem uma série de outras coisas.

Mas vamos lá.

Alagoas, lá no Nordeste. Cadê o pessoal de Alagoas? (*Pausa.*)

Que tamanho que é Alagoas? Miudinha. Sergipe e depois Alagoas, não é? (*Pausa.*)

Esses dois, se juntar os dois, não dão um município nosso lá no Pará. São Félix do Xingu engoliria tudo e é o terceiro maior; não é nem o segundo, nem o primeiro. Vamos lá.

Por que se paga em Alagoas uma taxa tão alta como se paga hoje? E por que se paga no Pará uma taxa tão alta sendo que, só grande, nós temos duas hidrelétricas? Então, seria um negócio sobre o qual a gente precisava conversar com o Aneel. Eu sei que a empresa concessionária tem que ser remunerada, mas a população está debaixo do pé do boi, e o boi é pesado. Lá, a gente grita dia e noite com o custo da energia. É caro, é complicado, é difícil, e a gente tem buscado arranjos de todas as formas. Um deles é conter essa volúpia do ICMS do Governo estadual, que abocanha e compõe com um percentual significativo o custo desse quilowatt-hora que o coitado paga. "Ah, mas nós temos também muita tarifa social!". Alguém paga pela tarifa social, mas, nem assim, se justifica tanto – nem assim, se justifica tanto.

Nós nos sentimos contemplados. Portanto, concordamos aqui que nós pecamos com relação ao número de assinaturas que a gente deveria ter pegado. Nossa assessoria não contou direitinho, e o projeto tramitou – a gente tem que admitir. Mas que o debate é importante, é mais que importante e urgente também, porque ninguém aguenta.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Presidente, pela ordem, só uma questão, um minuto só. Só quanto à questão do ICMS.

V. Exa. foi Governador e sabe perfeitamente que no Brasil, lamentavelmente, há essa guerra fiscal. Principalmente, é aquela velha história: "Eu vou oferecer aqui um incentivo melhor, uma menor carga tributária, para que muitas vezes a indústria e a empresa vão lá".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da energia, é gravíssimo isso aí. Se você pegar uma conta de energia elétrica e vir lá os penduricalhos que tem, no mínimo tem dez, não é? Ali tem taxa para tudo, tudo!

Eu fico indignado! Falei há poucos dias para o Presidente aqui da agência que nós temos que abrir a caixa-preta de lá. Nós temos que abrir essa caixa-preta aqui. Ora, vieram aqui algumas autoridades do setor, sobretudo, dos concessionários da distribuição, etc., etc., dizendo que o Brasil tem energia em abundância, de sobra – energia em abundância, de sobra! –, e todos os meses, de cinco em cinco meses, reajusta-se a tarifa de energia. Isso nos causa um desconforto gigantesco.

Então, onde está o pulo do gato, Zequinha? Na minha visão, particularmente – não sou do setor elétrico –, é ali, é a agência nacional que tem que nos dar uma justificativa. É inconcebível.

No Mato Grosso aqui – o senhor disse que é o segundo na ordem da escala de cobrança mais cara –, nós temos autossuficiência, produzimos cinco vezes mais do que nós conseguimos... dez vezes! Produzimos alguns milhares, milhões de quilowatts, mas não temos energia, o que é o mais grave. A gente tem, mas não tem energia. Segundo, é a energia mais cara do Brasil. Mais cara do Brasil?! Ué! Duas situações: uma das energias mais caras do Brasil; segundo, não tem energia, está faltando. Precisa-se fazer... Se alguma indústria quer se instalar no Mato Grosso – você precisa ver –, está mendigando para o serviço do setor elétrico, a Energisa, para disponibilizar para ela uns cinco, quatro megas para instalar a indústria. Ué? É um negócio que não dá para entender.

Lamentavelmente, onde está, de fato, é aqui na Aneel. Ali é uma caixa-preta. Alguém tem que ter a coragem de mandar abrir ali o tambor, o vulcão que tem lá dentro, porque ninguém sabe dar uma explicativa. Qual é a narrativa que ele explicou aqui? Veio aqui, falou, falou, ninguém entendeu nada.

Falei: "Amigo, nós queremos saber o que se vai fazer. É injustificável". Acabaram de dizer que está sobrando energia no Brasil – os concessionários aqui, os distribuidores aqui – e a energia sobe todo mês. É aquela velha história: a lei da oferta e da procura, não é isso? Se você tem bastante oferta, tem que cair. Agora, se sobe... Isso é o Brasil!

Não, nós temos que apertar a Aneel aqui. Chamar aqui, quando o Amin fala aqui da usina lá de Itaipu...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – De Itaipu, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – De Itaipu. Ali é um território! Você sabia que lá corre até uma moeda específica? Ali é uma caixa-preta! Destinar US$630 milhões para programas que dizem que são ambientais – e ninguém sabe a bem da verdade para onde é que esse dinheiro vai... Aquilo é um absurdo, não é? É um escárnio! Aí vem na conta do coitado do trabalhador, do coitado do empresário, que está morrendo de tanto pagar imposto, que todo mundo – já é insuportável – não aguenta mais. Isso é o Brasil!

Quem que tem acesso lá a Itaipu? Lá sabe o que é? É um *bunker*! Ninguém... Ali é um *bunker*! É a caixa-preta mais segura que tem, porque ninguém tem acesso a coisa alguma. Lá é quase um Vaticano, sabia? É complicadíssimo lá, é uma caixa-preta. Lá não tem ninguém, um diretor aqui, que ganhe menos que R$500 mil. Lá tem um banco particular. É. É quase uma moeda única deles lá, que eles criaram. Um escárnio aquilo lá! E ninguém é capaz de abrir aquele negócio. O Governo... Tem que ter uma intervenção braba lá, porque ali é uma parceria, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um consórcio do Brasil e Paraguai. Ali virou quase um feudo de uma meia-dúzia, porque há muitos anos essa gente está lá – sabia, não é? Ali é um feudo, é a mesma turma, você pode perceber. E ninguém entende como funciona um negócio desses aqui, e nós pagando a conta cara.

Então, V. Exa. tem razão, seu projeto é meritório, quando o senhor entrou com isso aqui, para fazer com que pudéssemos reduzir o preço da energia, e teve essa situação, sobretudo agora, em que se criou o IBS, e eu espero... E agora, poucos dias atrás, com essa nova reforma tributária, muitos estados você sabia que já elevaram o ICMS?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já, quase todos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Alguns para 20%, não sei quais estados. Em Mato Grosso, o Mauro, graças a Deus, manteve em 17%. Aqui teve alguns que passaram para 20%, não é? Vinte por cento. Como um cobra 20%, e o outro estado que é vizinho seu cobra 17%. Não pode, tem que ter uma regra isonômica para todos os estados da Federação, para que possamos ser competitivos. Caso contrário, o jogo é desigual. Você cobra mais, eu cobro menos. Qual é, onde é que está o pulo do gato aí? Algo está errado.

Então, o Brasil tem que botar uma regra aí – claro, naturalmente, sempre preservando alguns incentivos em determinados estados da Federação, sobretudo na nossa região, o caso do Pará, de Rondônia, do Mato Grosso, que são distantes dos grandes centros consumidores. Eu concordo plenamente: quem vai instalar no Mato Grosso uma indústria se não tiver algum incentivo lá? Tem que ter, até porque, para rodar no Mato Grosso, vamos imaginar, da região norte do estado até os grandes portos, para mandar seu produto, ou para os grandes centros consumidores, que estão concentrados aqui na Região Sudeste, se tem um transporte muito mais caro, sobretudo, um transporte por pneu, transporte rodoviário, que sem dúvida alguma é um dos transportes mais poluentes e mais caros do planeta. Não temos acesso ainda a ferrovias, o transporte fluvial é muito pouco. V. Exas. têm lá, na sua Rondônia, Confúcio, Jaime, o porto de Itacoatiara, não é? E já sai uma parte grande da produção, mas uma parte ainda vem para trás.

Enfim, estou fazendo só essa observação, Zequinha, para dizer que V. Exa. tinha toda razão e tem razão, entretanto, diante do que aconteceu, pá-pá-pá, não cumpriu o Regimento, e com o IBS, que se criou na reforma tributária, eu acho que precisamos melhorar esse ambiente do nosso país para que possamos atrair mais investimentos, sobretudo, investimento internacional, e para que o empresário brasileiro tenha coragem de investir. Hoje, investir nesse exato momento aqui, é complicado, não é, amigo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Você tem que pensar dez vezes, até porque não sabemos como que vai, se a economia vai de fato... Eu torço, rezo todos os dias, eu sou daquele brasileiro que não mexo pelo lado de política, eu quero que o Brasil vá bem. O Brasil vai bem, todo o povo brasileiro vai bem.

Obrigado, Presidente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Presidente, só para complementar um pouquinho, rapidinho aqui, o Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se V. Exa. já viu como é que se calcula o custo final, a quantidade de coisa que aparece lá. Não é o custo da energia, a energia é um item na composição, aí tem dez outros, multa não sei de quê, e não sei quê, e transporte de energia, e isso... Aí chega lá embaixo, soma-se tudo aquilo e se aplica a taxa do ICMS. Não dá, é desonesto isso, correto? É desonesto isso. O ICMS tem que ser em cima do serviço prestado e não daquele monte de coisa.

Aí, no meio disso tudo, tem um item lá chamado... Como é que é? Consumo não técnico? Quando você puxa a energia, sai aqui, anda 20km, ela perde... E a gente chama isso de...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Perda técnica.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Perda técnica.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Perda técnica. Desculpe aí. Perda técnica.

Vai ao longo da linha, vai caindo, chega lá... Sai daqui x e chega lá x menos alguma coisa. Aí vem um amigo conhecido, apelidado de gato, que é o não técnico, a perda não técnica.

Sabe quanto é que deu no Pará na apuração do ano passado? Que 27,5% de toda a energia consumida no Pará é gato, é roubada. Sabe quanto deu no Rio de Janeiro? Trinta e sete vírgula não sei o quê, porque eu não me lembro mais da fração, 10% a mais. Isso tem a ver com o quê? Com a eficiência de gestão da concessionária, porque, se o cara abre um bairro acolá e a energia não chega, o cara, onde estiver, vai lá, busca um fio de arame e vai ligando no outro. Além de ser perigoso, morre gente, entendeu? Mas, se tem alguém que paga pela minha ineficiência, o que acontece? Eu não tenho pressa para puxar energia, regularizar aquilo, botar em todas as ruas, ligar direto, botar o relógio para medir, porque alguém paga.

Nós temos um projeto de lei que passou aqui e está na Câmara que não tira tudo, mas tira boa parte dessa perda não técnica.

É difícil. Merece uma conversa séria com a Aneel e todo mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Presidente, no nosso estado lá, não é diferente. O senhor veja bem, na Usina de Jirau e na de Santo Antonio, nós produzimos... A energia de Itaipu hoje representa quase 8,6%, 8,7% do consumo nacional. As duas usinas no Rio Madeira representam em torno de 50% de Itaipu. Então, nós representamos quase 4,5% do consumo de energia do Brasil. E só temos, Senador Jayme Campos, menos de 1%, 0,8% da população brasileira. Lá sai uma rede em linha contínua que vem direto à Araraquara, que é a única que interliga junto com Itaipu, para fazer a interligação no sistema que interliga o Brasil inteiro, menos a cidade de Manaus e Roraima lá em cima.

Então, quero dizer para vocês o seguinte: a indústria de alumínio não anda, é uma indústria que consome muita energia. Nas maiores indústrias de alumínio, nós temos bauxita, que é uma matéria-prima que vem para a fabricação de alumínio, que industrializamos pouco pelo custo da energia, Senador Jayme Campos – pelo custo da energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que nos debruçar nisso e precisamos entender... Por exemplo, nós os grandes consumidores... Eu não sou um grande consumidor, mas construí quase 2 megas para consumo próprio de energia solar. Agora, Senador Zequinha, já não vale mais a pena. Mudou a lei, já não vale mais a pena para o empresário construir para consumo próprio, sem precisar vender energia.

Já não vale mais a pena colocar um pedágio para rede, colocar um pedágio não sei para quê... Então, estão desestimulando novamente a geração de energia solar para os grandes consumidores.

Então, no Brasil, tudo é difícil. E eu estou feliz que o senhor está aqui, Senador Confúcio Moura, porque V. Exa. está aqui.

Há outra coisa que não é desse assunto, desse momento. Senador Jayme Campos, Senador Zequinha Marinho, o que Deus deu de presente para nós em Rondônia, na Amazônia? O Rio Madeira, o rio mais navegável que tem hoje de mercadorias e transporte fluvial do Brasil, do Brasil. Volto a repetir, do Brasil! Aí eu deparo... Lá na Antaq, fui a uma reunião com os transportadores fluviais: querem privatizar o rio. Aí eu digo para vocês: querem privatizar o rio! Olha aonde nós estamos chegando! Privatizar o rio, que custa 5% do custo de uma rodovia no Brasil! Cinco por cento!

Lá tem umas pedras que o Senador Confúcio conhece muito bem. Faz 25 anos... Eu conheço aquilo há 50; faz 40 anos que – eu conheço o transporte de petróleo, vem de balsa – está para explodir umas pedras lá. O Meio Ambiente não deixa. Sabe por que, Jayme Campos? Talvez tenha alguns peixes que vão ter problema de ouvido, etc.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Absurdo!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, no Brasil, é tudo não pode. Nada pode, nada pode, nada pode! Que país!

Isto eu venho dizendo há anos, independentemente de sigla partidária... Nós temos que esquecer esse negócio de sigla partidária, meu Deus, de centro, de direita e de esquerda! Nós temos que pensar no povo brasileiro, nós temos que pensar nas pessoas, entendeu?

Então como é que vai crescer? Como é que nós vamos levar a indústria para o Pará, para a Rondônia, para o Mato Grosso? Como é que nós vamos levar, se nós geramos energia, mas lá já temos um custo maior? Aí quando temos... O único corredor que nós temos... Naquela Rondônia, é o único! Nós não temos outro, temos só uma espinha dorsal. Está aqui um homem grande conhecedor da BR-364, Miguel de Souza, que foi Deputado Federal. Esse homem conhece aquilo mais do que a maioria do povo que mora no Norte. Esse homem é conhecedor.

Sobre aquela rodovia, não é que ela não pode ser privatizada; ela é uma espinha dorsal, só tem ela! Nós precisamos nos debruçar para o Governo Federal olhar com mais carinho para esse povo do Norte. É o povo de Rondônia, é o povo do Acre, é a interligação da BR-319, que vai para Manaus. Se cair uma ponte na BR-364, interrompe... Lá não tem mais para onde ir para o Acre, para lugar nenhum. E aí vem a privatização da BR-364, aí vem a privatização do rio... Aí vem dizer para mim, Senador Jayme Campos, querer colocar coisa na cabeça da gente: "Não! Pelos primeiros cinco anos, a Marinha vai bancar". É só o mel na boca da gente. Depois dos cinco anos, acabou. Está lá na legislação, vai cobrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É igual eu vi na privatização, que eu conheço, da BR-101. Quando privatizou Curitiba-Porto Alegre, falava-se: "Não, é R$1,20, não é nada!". Já virou R$5,00 e pouco. Então, quer dizer, e o povo continua... E ainda nós aqui, no Congresso Nacional, queremos ainda aumentar mais imposto para a população. Cobrar mais ICMS, mais PIS, mais Cofins.

Enfim, eu quero aqui, ao terminar minhas palavras, dizer para vocês que muita coisa tem que mudar. E digo para vocês o seguinte: quando um empresário vai investir, ele quer acreditar que esse país tenha uma legislação para 10, 15, 20 anos à frente. Nós não sabemos nem o que vai acontecer amanhã cedo, até amanhã. Nós estamos vivendo hoje a nossa vida, que só a Deus pertence; e assim está pertencendo o futuro do Brasil: nós não sabemos o que vai acontecer amanhã.

Presidente, eu fico feliz que V. Exa. esteja nessa Presidência aqui. Você é uma pessoa conhecedora daquele estado do Norte, você tem pessoas boas do seu lado, que são conhecedoras, principalmente, de infraestrutura.

Que Deus nos ilumine e que nós possamos avançar e ajudar o nosso país.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Bem, então foi muito bem discutido o projeto, muito bem apresentada uma série de reflexões muito importantes pelos Senadores presentes.

Essa matéria não é terminativa – o voto é simbólico – e já foi discutida.

Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com esse Projeto de Resolução nº 13 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Retirada de pauta de dois projetos a pedido dos seus Relatores.

Retirado o projeto do item 3, que é terminativo, de autoria do Senador Wellington e relatado por Rodrigo Cunha – o próprio Senador Rodrigo pediu para mais um tempo para melhorar o seu relatório.

Retirado de pauta também o do Senador Chico Rodrigues, que está em viagem e pediu para que ele mesmo relatasse.

Então, atendido: adiados.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 355, DE 2020

- Terminativo -

Altera os artigos 70 e 72 do Decreto-lei n. º 227, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu o Código de Minas; o parágrafo 1º do art. 10 da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, que cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências; e o art. 2º da Lei nº 11.685, de 02 de junho de 2008, que institui o Estatuto do Garimpeiro.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votação nominal

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 5066, DE 2020
- Terminativo -

Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto com as duas emendas que apresenta, e a rejeição das emendas 1-PLEN, 2-PLEN e 3-CCT

Observações:

1. Em Plenário, o projeto recebeu as emendas 1-PLEN, da Senadora Rose de Freitas, e 2-PLEN, da Senadora Zenaide Maia

2. A matéria tem parecer da CCT, pela aprovação com a emenda 3-CCT e a rejeição das emendas 1-PLEN e 2-PLEN

3. Votação nominal)

O item 4 da pauta já é terminativo. (*Pausa.*)

O Relator é o Senador Efraim, e Efraim não está presente; mas vamos, então, fazer um teste aqui, mesmo sem autorização do Senador Efraim, passando para o Senador Jaime Bagattoli, por gentileza, fazer a leitura desse relatório feito pelo Senador Efraim Filho.

Ele é terminativo; vamos testar o quórum. Se realmente não obtivermos o quórum, nós suspendemos os votos dos terminativos e vamos para os requerimentos.

Puxa aí para o Senador Bagattoli fazer a leitura, por gentileza, desse relatório feito pelo Senador Efraim Filho.

O senhor pode entrar direto na análise, Senador Bagattoli, para ganharmos tempo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 4222, DE 2020
- Terminativo -

Denomina Ponte Deputado Ernesto Gurgel Valente a ponte sobre o Rio Jaguaribe na rodovia BR-304, ao lado da Ponte Juscelino Kubitschek, no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Votação nominal.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto então à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nos termos do disposto do inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49, inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à Comissão de Infraestrutura a competência para decidir, terminativamente, sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão de caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimental da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 22, XI) as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF), e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à Humanidade".

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Ernesto Gurgel Valente faleceu no dia 20 de janeiro de 2002, preenchendo o pressuposto da referida lei.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Ernesto Gurgel Valente é natural do Município de Aracati, filho de Júlia e Argemiro Gurgel de Lima Valente. Ainda em seus primeiros anos de carreira, atuou como juiz de direito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escriturário, merceologista e oficial de gabinete do Ministro da Justiça Adroaldo Mesquita da Costa.

Como Parlamentar, exerceu mandatos como Deputado Estadual e, por duas vezes, Federal. No Executivo, foi Secretário do Ministro da Viação e Obras Públicas no decorrer do Governo do Presidente João Goulart, Secretário da Indústria e Comércio do Ceará durante o Governo César Cals e Diretor Comercial da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas do Brasil durante o Governo do General João Batista Figueiredo.

Ademais, cabe destacar que a Câmara Municipal de Aracati aprovou, por unanimidade, moção de apoio à presente proposição, demonstrando que o homenageado detém grande reconhecimento histórico e social na região onde a referida ponte se localiza e possui grande amplitude política, tendo inclusive servido a governos de matrizes ideológicas distintas e em funções variadas.

Por todas essas razões, consideramos, sem dúvida, justa e merecida a homenagem proposta a esse grande homem público por sua contribuição ao Estado do Ceará e ao Brasil.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.222, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Bagattoli.

Vamos, a seguir, passar para o Senador Jaime também, *ad hoc*, o projeto de lei apresentado pela Câmara dos Deputados e relatado pelo Senador Cid Gomes, da mesma natureza.

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 771, DE 2022
- Terminativo -

Denomina Antônio Carlos Belchior o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta
Observações:
Votação nominal

Está aí já com ele? Está aí? (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, hoje você me deu... Hoje esse Presidente aí me deu serviço, hein! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois é.

Então, Senador, é o Projeto de Lei nº 771, 2022. Pode entrar diretamente na análise, por gentileza.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, vamos direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O projeto é de autoria da Câmara e relatado pelo Senador Cid Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes marítimos e obras públicas em geral, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à Comissão de Infraestrutura a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 22, XI, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar “fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade”.

Adicionalmente, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. Antônio Carlos Belchior faleceu no dia 30 de abril de 2017, preenchendo o pressuposto da referida lei.

No que concerne à técnica legislativa, no intento de aperfeiçoar a iniciativa em análise, um módico reparo se impõe: em atenção à função metalinguística do discurso, deve-se colocar entre aspas o nome do terminal objeto da modificação alvitrada (“Antônio Carlos Belchior”) a fim de promover a adequação necessária às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Nascido Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes, em 26 de outubro de 1946, no Município de Sobral, no Ceará, Belchior foi um dos grandes nomes que surgiu na música popular brasileira dos anos 1970.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cantor emergiu em uma época efervescente, ao lado de outros grandes talentos que moldaram o cenário artístico do país. Vencedor do IV Festival Universitário da MPB, em 1971, com a linda canção Na hora do Almoço, sua poesia profunda e suas composições introspectivas como, por exemplo, Como Nossos Pais – considerada uma das cem maiores músicas brasileiras pela revista *Rolling Stone Brasil* – Apenas um Rapaz Latino-Americano, Paralelas, A Palo Seco, Velha Roupa Colorida, Mucuripe e tantas outras conquistaram corações e mentes de várias gerações, transformando-o em uma voz única e inconfundível. Seu estilo eclético estabelece um diálogo entre a música tradicional nordestina, a MPB, o *rock* e o *folk*, do qual resulta uma sonoridade que ressoa com a diversidade e riqueza cultural do Brasil.

Além da contribuição artística, Belchior também se destacou pela personalidade marcante e pela postura crítica em relação à indústria musical. Sua decisão surpreendente de desaparecer por longos períodos, somada à recusa em ceder às pressões comerciais, conferiu-lhe uma aura de mistério, que só aumentou o fascínio que exercia sobre o público, que sempre manifestou-se.

Belchior faleceu no dia 30 de abril de 2017, mas, ainda hoje, sua influência é percebida. Por todas essas razões, consideramos, sem dúvida, justa e merecida a homenagem proposta para esse grande compositor e cantor por sua grande contribuição ao Ceará e ao Brasil.

Voto.

Ante o exposto...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Bagattoli, por ter substituído os dois relatores desses projetos.

Essa homenagem ao Belchior é realmente emocionante, não é? Ele tem trechinhos que a gente não esquece: "eu sou um rapaz latino-americano sem dinheiro no bolso", e outro trechinho de uma música dele: "ano passado eu morri, este ano eu não morro". Interessante o Belchior.

Muito bem, gente. Vamos... Então, eu solicito a todos os Senadores, 17 Senadores que marcaram presença em nosso painel... Logicamente eles estão em outras Comissões trabalhando. Eu peço aos gabinetes respectivos, do Senador Jayme Campos, Soraya, Alan, Veneziano, Zequinha, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Izalci – Jaime Bagattoli está presente –, Eduardo Gomes, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Esperidião, Mecias, Teresa Leitão e Beto Faro, por gentileza, votarem.

O voto é favorável, segundo os relatores.

Então, em processo de votação nominal.

Peço a todos os Senadores da Comissão de Infraestrutura para votarem. E peço aos gabinetes que movimentem os seus Senadores, por gentileza. Eu acabei de ler o nome de todos.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Nesse intervalo, enquanto se processa a votação – Senador Bagattoli, pode votar –, eu vou fazer a leitura de alguns requerimentos, bem rápido, que são de votação simbólica.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 2, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 1/2024 - CI, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2966/2021, que inclui o § 6º no art. 40 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, para proibir cobrança de quaisquer serviços portuários já inclusos na Capatazia, requer, nos termos regimentais, que seja convidado o senhor Claudio Loureiro de Souza, Diretor Executivo do CENTRONAVE.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Esse é já para a deliberação.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 3, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4392/2023, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal".

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Ele não cita os nomes dos convidados, apenas faz o requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 6, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instrução do projeto de lei 2736/2021, que "altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento".

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

O Requerimento nº 12... aliás, nº 7 de autoria do Senador Wellington Fagundes.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 7, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a inclusão da FENOP em Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CI, com o objetivo de debater a necessidade de melhoria na Prestação de Serviços Portuários prestados pelas Companhias de DOCAS, da Região Amazônica, CDP - PARÁ, AMAPÁ, AMAZONAS e RONDÔNIA.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Item 13. Requerimento nº 8.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1115/2021, que "revoga a suspensão e os benefícios fiscais previstos na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, estabelecidos em favor das empresas petrolíferas", e o PL 3557/2020, que "altera a Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, para dar diferente tratamento fiscal às atividades de exploração e produção de petróleo ou gás natural".

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Requerimento do Senador Laércio Oliveira, que requer, nos termos do art. 93... Requerimento nº 6, da CI, objetivo de instruir PL. Audiência pública ele solicita, com o objetivo de instruir PL 2.736/2021.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 9, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 2736/2021, que "altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento", seja incluído entre os convidados um representante da da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - NTC Logística.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Requerimento do Senador Irajá. Ele requer audiência pública.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 10, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 6/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 2736/2021, que "altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento", seja incluído como convidado um representante da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Requerimento de minha autoria.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 13, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que seja incluída a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, no rol dos convidados da audiência pública objeto do REQ 74/2023, com o objetivo de debater o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em agosto de 2023.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

São esses os requerimentos.

Esses requerimentos eu vou colocar em votação, porque são de votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com esses requerimentos lidos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos.

Estão em processo de votação dois projetos lidos pelo Senador *ad hoc* Jaime Bagattoli, que denomina nomes de logradouros públicos no Estado do Ceará e no da Paraíba, de autoria de Cid Gomes e de Efraim.

Em processo de votação. (*Pausa.*)

Temos oito votos. Faltam ainda quatro.

Soraya, Alan Rick, Marcelo Castro, Teresa Leitão, Beto Faro, Jorge Kajuru e Mecias, por gentileza, para votarem.

Eduardo Gomes também.

Além de Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Wellington Fagundes – que sempre está presente – e Wilder Morais.

Lucas Barreto, onde estiver, pode votar Lucas.

Otto Alencar, Augusta Brito, Vanderlan Cardoso, Tereza Cristina, Heinze e Cleitinho.

Os gabinetes, por gentileza, mobilizem os seus Senadores para votarem, à distância, onde estiverem, pelo aplicativo. (*Pausa.*)

Vamos aí movimentar, gente!

Falta pouquinho.

Senão a gente vai ter que adiar essa votação.

Está faltando pouco para a gente fechar a nossa pauta de hoje. Estamos terminando.

Eu vou dar mais um tempinho aqui. Cinco minutos. Cinco minutos para a gente...

Ah, mais um voto; faltam três.

Então, vou esperar cinco minutos. Vamos aí, vamos lá.

Pessoal do gabinete da Senadora Soraya e Alan Rick, eles estão nas Comissões, deem uma cochichada; eles votam pelo sistema, na CI, viu, gente? São dois projetos. Voto "sim".

Teresa Leitão, ela não falta, e Beto também. Ele deve estar na Comissão de Meio Ambiente, e Teresa na Comissão de Educação. Jorge Kajuru deve estar na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eduardo Gomes...

Izalci também não falta. Então, dois votos.

Cadê o Mecias? Pessoal do Mecias, por gentileza, mobilizem o Mecias para votar. Mecias de Jesus, lá de Roraima.

Falta só um.

Vamos votar Teresa. Teresa Leitão e Beto. Os dois são petistas, eles são do Nordeste. Teresa é de Pernambuco, e Beto não é do Nordeste, é do Pará.

Kajuru votou, como sempre.

Está faltando só mesmo a Soraya. (*Pausa.*)

Isso, vamos ver o Wellington. Dá uma acelerada.

Pessoal da Teresa Leitão, aí, do gabinete, deem uma ligadinha para ela, por gentileza, para votar pelo aplicativo na CI. Voto "sim". Beto também.

Falta um voto. Eu não posso encerrar a votação faltando um voto, de jeito nenhum.

Estou admirando o Izalci, porque ele não falta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, está? Perfeito. Vamos lá, Izalci.

Pronto. Então, fechamos, não é, gente?

Vou pedir aqui para a Secretaria mostrar o resultado. Por gentileza.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Foram 11 votos favoráveis.

Projetos aprovados.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da aprovação das atas da última e da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira, Alan Rick, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5788, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Cid Gomes, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5814, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a Rota Turística do Enxaimel, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 4, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater: 1. a concepção e implementação do programa Nova Indústria Brasil - NIB; 2. as perspectivas de desconcentração regional do processo de industrialização no Brasil, mediante o fortalecimento do programa na região Norte; 3. as "missões" do NIB com maiores potencialidades na região Norte e as necessidades de readequação das instituições e instrumentos de fomento à atividade econômica naquela região." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 3, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a MPV n.º 1.202 de 2023 (Revoga os benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, e os art. 7º a art. 10 da Lei nº 12.546, de 14 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 2011, desonera parcialmente a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, revoga a alíquota reduzida da contribuição previdenciária aplicável a determinados Municípios e limita a compensação de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado), em especial sobre o tema afeto à extinção do PERSE - Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos. O PERSE vem se mostrando totalmente exitoso para a sobrevivência do segmento de eventos e do turismo nacional frente aos irreparáveis danos causados pelo surto pandêmico da COVID-19." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Jorge Seif, o requerimento é lido e aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de março de 2024.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de convidar as Sras. e os Srs. Senadores membros da Comissão a apresentarem sugestões de temas para a política pública a ser avaliada em 2024, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal. As sugestões poderão ser apresentadas à Secretaria da Comissão, por meio de requerimento.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item 1 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5788, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação com 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria possui parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente - CMA;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Após deliberação terminativa da CDR, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.)

Esse item foi retirado a pedido do Relator, Senador Cid Gomes.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5814, DE 2023

- Terminativo -

Institui a Rota Turística do Enxaimel, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- Após deliberação terminativa da CDR, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ivete da Silveira para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, peço permissão para ir diretamente ao relatório.

Análise.

Nos termos do disposto no inciso VI do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado manifestar-se a respeito de proposições que tratem, entre outros temas, de assuntos referentes ao turismo, tema afeto ao projeto de lei em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda segundo a mesma norma, conforme estabelecido no inciso I dos arts. 49 e 91, foi confiada à CDR a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Do ponto de vista material, o projeto está em harmonia com os preceitos da Carta Magna, particularmente com o disposto no art. 180, que estabelece o dever de União, estados, Distrito Federal e municípios de promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa. Não se observam, na proposição, falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a instituição da Rota Turística do Enxaimel, no Município de Pomerode, em Santa Catarina.

A paisagem de Pomerode é o retrato vivo da cultura dos imigrantes europeus que se estabeleceram em Santa Catarina a partir do século XIX. Dentre tantas, destaca-se a cultura alemã, materializada, no caso da arquitetura, na utilização das estruturas de enxaimel. Tendo como pano de fundo a natureza brasileira, elas são o traço distintivo da paisagem cultural da imigração no estado catarinense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde sua fundação, Pomerode preserva os traços culturais herdados dos colonizadores vindos, em sua maioria, da Pomerânia, região situada no norte da Alemanha. Ao caminhar pelas ruas da cidade ainda é comum ouvir o alemão e o pomerano – na verdade, há mais falantes da língua pomerana em Santa Catarina do que na própria Europa.

Conhecida como a cidade mais alemã do Brasil, Pomerode abriga o maior conjunto de edificações com estrutura de enxaimel fora da Europa: a cidade possui 11 imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além do Conjunto Rural de Testo Alto, bem como outras 221 edificações protegidas nas esferas municipal e estadual.

O município também recebeu da Organização das Nações Unidas o selo Melhores Vilas Turísticas do mundo, que reconhece zonas rurais onde o turismo gera oportunidades de maneira sustentável, preservando tanto o meio ambiente quanto as tradições locais.

A Rota Turística do Enxaimel, a seu turno, é um percurso de aproximadamente 16km, ao longo do qual cerca de 50 casas com estrutura de enxaimel compõem o cenário chancelado pelo Iphan como Paisagem Cultural Brasileira.

Trazido ao Brasil pelos imigrantes alemães, o enxaimel é uma técnica construtiva utilizada principalmente em regiões do Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sem pregos nem parafusos, peças de madeira são encaixadas de modo a formar uma estrutura autônoma de madeira, posteriormente preenchida com materiais de vedação como adobe, taipa, tijolo, pedra ou mesmo madeira, formando painéis. Na região, a madeira da estrutura é normalmente deixada exposta e não rebocada, para contrastar com a vedação. No Brasil, a técnica sofreu simplificações e adaptações que conferem características singulares à arquitetura local.

Ademais, o reconhecimento desse roteiro propiciará um melhor aproveitamento do conjunto preservado, tanto em relação ao fortalecimento da cultura regional quanto ao desenvolvimento da prática do turismo na cidade. Por tais razões, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à instituição da Rota Turística do Enxaimel, no Município de Pomerode, em Santa Catarina.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.814, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, agradecendo à nobre Senadora Ivete da Silveira, coloco em discussão o relatório.

Com a palavra o nobre Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito bom dia para o senhor, Sras. e Srs. Senadores e àqueles que nos acompanham por todas as plataformas do Senado.

Sr. Presidente, as pessoas normalmente me perguntam: "Seif, para que se cria rota turística e para que que isso passa pelo Senado Federal? Por que nós precisamos de um projeto para essa aprovação?". E eu explico, Sr. Presidente, que é algo simples e ao mesmo tempo necessário. Por quê? Quando nós criamos uma rota turística, essa rota passa a fazer parte do portfólio dos destinos turísticos, tanto da Embratur quanto do Ministério do Turismo, para que aquelas promoções internacionais ou aqueles turistas que buscam nas páginas oficiais do turismo do Brasil encontrem na região de Santa Catarina mais essa rota para conhecer, para saber os interesses, os atrativos, localização, pontos turísticos, hospedagens, etc., etc. Então, é muito importante.

Eu quero agradecer à Senadora Ivete da Silveira, catarinense como eu, por ter aceitado a relatoria e pelo relatório de aprovação. E eu vou aqui dar um resumo, Sr. Presidente.

A Rota do Enxaimel é um percurso de 16km que passa por 50 casas com arquitetura enxaimel, estilo alemão característico pelos tijolinhos de argila e pelas vigas de madeira que formam padrões geométricos. Essa técnica, Sr. Presidente, foi trazida pelos imigrantes alemães que colonizaram a região no fim do século XIX e hoje, Presidente, é tombada como patrimônio paisagístico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mas a Rota do Enxaimel vai além da arquitetura, Senadora Ivete. As casas guardam jardins floridos, árvores frutíferas e animais como bois e ovelhas, compondo um cenário bucólico com morros e córregos que encantam visitantes do Brasil e do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2021, a Rota do Enxaimel, Presidente, foi reconhecida pela ONU como uma das melhores vilas turísticas do mundo. E agora, com a certificação da Green Destinations, Pomerode se torna um destino referência também em turismo sustentável.

No dia 6 de março último, Presidente, durante a ITB, que é uma feira de turismo na Alemanha, em Berlim, a Rota do Enxaimel recebeu a Certificação de Gestão Sustentável da Green Destinations, uma organização global sem fins lucrativos. E essa premiação reconhece ainda mais o valor cultural e turístico dessa rota, consolidando-a como um destino único e especial no cenário mundial.

A conquista da Rota do Enxaimel é motivo de orgulho para Santa Catarina e para todo o Brasil, Presidente. Essa premiação é fruto de um trabalho árduo e dedicado de muitas pessoas, desde os primeiros colonizadores alemães até os atuais moradores de Pomerode, que se dedicam à preservação da cultura e da história da região.

Eu como autor do PL 5.814, de 2023, que cria a Rota Turística do Enxaimel, me sinto muito honrado, Presidente, em ter contribuído para o reconhecimento desse importante patrimônio. E a partir de agora, a partir da aprovação nesta Comissão e da relatoria favorável da Senadora Ivete, a Rota do Enxaimel estará ainda mais preparada para receber visitantes de todo o mundo, oferecendo uma experiência única de turismo cultural e sustentável.

E eu convido, Sr. Presidente, a todos que estão nos assistindo a conhecerem a Rota do Enxaimel e se encantarem com a beleza e a história desse lugar maravilhoso e mágico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jorge Seif.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão...

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Eu gostaria só de acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Ivete da Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, a nobre Senadora Ivete da Silveira.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu estive sábado em Pomerode, porque nessa época a cidade é toda enfeitada, também seguindo as tradições germânicas, com coelhinhos, ovos de Páscoa. Eles têm uma árvore com os ovos que eles mesmos fazem, pintam e penduram nas árvores, é toda colada com, acho, mais de 20 mil ovos. E tem lá o maior ovo de Páscoa do mundo. Eu tenho até foto aqui, se a pessoa não quiser acreditar. A cidade...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bote no grupo dos Senadores, por favor.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Hã?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bote no grupo dos Senadores lá no WhatsApp.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Ah, tá. Vou colocar, sim.

Mas quero dizer que foi um prazer muito grande para mim ser a Relatora desse projeto, porque Santa Catarina merece, Pomerode merece. É uma cidade onde não chega a 25 mil habitantes, 24.262, se não me falha a memória. E é um encanto – é um encanto! Todo mundo fala em Gramado, Canela, no Rio Grande do Sul, que eu também acho espetacular, mas aquilo só ficou conhecido depois que o Ministério do Turismo, os Prefeitos e os Governadores fizeram o que o Senador Jorge Seif está fazendo agora, para a gente poder projetar também uma vila lindíssima, uma cidade lindíssima.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já estou com vontade de visitar Pomerode e a Rota do Enxaimel.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Será bem-vindo lá, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

Como é um projeto terminativo, a votação será nominal.

Então, peço à Secretaria que abra o painel para haver a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto o processo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... da votação nominal, pelo quórum aqui, Presidente, ainda vai ter que demorar mais um pouco, era possível... Eu tenho o item 4 da pauta, que é um requerimento, de minha autoria, para uma audiência pública. Eu acho que deve ser uma matéria relativamente simples. Eu queria ver se era possível fazer alguma coisa nesse sentido ou não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tudo bem, Senador Beto Faro. V. Exa., então, quer ler o seu requerimento.

É evidente que a gente teria que deixar a votação dele para depois de encerrada aqui esta votação nominal, mas lerei, sem dúvida nenhuma.

Então, vamos ao item 4 da pauta, enquanto se processa a votação da matéria que está em deliberação.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater: 1. a concepção e implementação do programa Nova Indústria Brasil - NIB; 2. as perspectivas de desconcentração regional do processo de industrialização no Brasil, mediante o fortalecimento do programa na região Norte; 3. as "missões" do NIB com maiores potencialidades na região Norte e as necessidades de readequação das instituições e instrumentos de fomento à atividade econômica naquela região.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Concedo a palavra ao nobre Senador para a defesa do seu requerimento.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, demais Senadores e Senadoras, o Governo Federal lança esse programa, o NIB (Nova Indústria Brasil), um programa extremamente importante para o Ministério da Indústria e Comércio, o BNDES e várias instituições.

Já, inclusive, conversei com BNDES sobre a necessidade de a gente poder, no Senado, acompanhar, monitorar toda a implantação desse novo projeto no Brasil, que é fundamental para a geração de emprego e renda. E a minha solicitação neste requerimento também tem o sentido de ver como se desconcentra, inclusive, isso, levando esses benefícios à indústria, a todo o trabalho a uma região como a Região Norte, que tem sido, ao longo do tempo, penalizada nesse sentido.

Então, aqui peço uma audiência pública, como esta Casa e esta Comissão têm feito ao longo do tempo, quando há um tema importante, para trazer as autoridades aqui para debater junto com os Senadores, trazer dirigentes da região, como os da Sudam e do Banco da Amazônia, lá da região, que são órgãos importantes e fundamentais para o desenvolvimento daquela região, assim como os de órgãos aqui, nacionais, como BNDES e ministérios.

Então, esse é o requerimento. Solicito que meus pares possam aprovar essa audiência. E, quanto mais rápido, dentro da agenda da Comissão, a gente puder fazer essa audiência pública, melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não tenha dúvida, nobre Senador Beto Faro. É um requerimento da mais alta importância; um tema atual e muito importante. O Brasil vem se desindustrializando nos últimos anos, e nós precisamos dar ênfase a esse aspecto da nossa reindustrialização. E é evidente que o que V. Exa. está propondo, uma audiência pública para ver as possibilidades de desconcentração das indústrias no Brasil, para que elas possam ser regionalizadas, vem bem de acordo com o tema aqui da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, para que a gente possa ter um desenvolvimento harmonioso nas demais regiões, e não concentrado só no Sudeste e Sul do país. Louvável a iniciativa de V. Exa.

Nós vamos deixar aqui completar a votação. Completando a votação, a gente submete à votação o requerimento de V. Exa.

Chegando aqui o Senador Rogerio Marinho, que irá votar favoravelmente e concluir a votação. (*Pausa.*)

Pronto.

Completada a votação – já deu quórum –, peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para computar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ótimo!

Houve 8 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

O quórum de nove é porque o Presidente dá quórum, mas não vota.

Então, vou submeter à discussão... (*Pausa.*)

O resultado, então, é que foi aprovado, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Quero parabenizar o Senador Jorge Seif e a Senadora Ivete da Silveira, que aprovam essa lei importante para o glorioso Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só queria registrar que eu subscrevo os Requerimentos 3 e 5, de 2024, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Então, o requerimento do Senador Beto Faro eu irei colocar em votação simbólica.

As Sras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Só fazer uma sugestão – que, depois, claro, a Mesa da Comissão vai avaliar – sobre a possibilidade se fazer essa audiência no dia 16 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador Beto Faro.

Pode ser, porque essa data a assessora aqui me comunica que está disponível, e nós poderemos fazer essa importante audiência pública nesta data.

Item 3 da pauta: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 3, de 2024, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro. Ele está ausente, mas subscrito pelo nobre Senador Jorge Seif.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 3, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a MPV n.º 1.202 de 2023 (Revoga os benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2021, e os art. 7º a art. 10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, desonera parcialmente a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, revoga a alíquota reduzida da contribuição previdenciária aplicável a determinados Municípios e limita a compensação de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado), em especial sobre o tema afeto à extinção do PERSE - Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos. O PERSE vem se mostrando totalmente exitoso para a sobrevivência do segmento de eventos e do turismo nacional frente aos irreparáveis danos causados pelo surto pandêmico da COVID-19.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) e outros

A autoria é do Senador Flávio Bolsonaro, subscrito pelo nobre Senador Jorge Seif.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Seif, para a defesa do seu requerimento.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é importante que nós ouçamos as pessoas que são afetadas pelo Perse em caso de extinção. Nós temos feito várias reuniões, tanto no Plenário do Senado Federal, muito prestigiada por sinal, quanto fizemos também uma reunião na Câmara, com os plenários lotados ali numa das salas de reunião, e essas pessoas querem ser ouvidas, querem explicar que, quando foi criado o Perse lá atrás, que foi uma união do Executivo com o Legislativo, foi justamente porque o setor que primeiro foi afetado pela covid foi o setor de eventos e turismo e foi o último a ser liberado justamente por conta da questão de distanciamento social. E se nós, neste momento, não apoiarmos esse setor... Eles não tiveram ainda tempo suficiente para se recuperarem dos prejuízos financeiros de praticamente dois anos fechados.

Então, quero defender aqui essa audiência pública, e eu tenho certeza de que vai ser muito proveitosa, inclusive no sentido de sensibilizar mais Senadores que nós já temos aqui – amplo apoio de vários Senadores e Senadoras. Eu tenho certeza de que, essas pessoas sendo ouvidas, nós ficaremos definitivamente convencidos de que o Perse não é uma benesse e, sim, uma necessidade para fortalecer e não deixar que milhares de empregos, milhões de empregos no Brasil sejam extintos caso o Perse seja descontinuado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Jorge Seif.

Submeto o requerimento do Senador Jorge Seif à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Vamos ao item 5 e último da pauta. Também requerimento de autoria do nobre Senador Flávio Bolsonaro, subscrito pelo nobre Senador Jorge Seif.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 5, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2024 - CDR, seja incluída a entidade FBHA - Federação Brasileira de Hotelaria e Alimentação na pessoa de seu Presidente o Senhor Alexandre Sampaio e seja incluído o nome do Senhor José Roberto Tadros como Presidente da CNC Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) e outros

Observações:

Em aditamento ao Item 3 da pauta.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro e Jorge Seif, subscrito.

Concedo a palavra ao nosso Senador Jorge Seif para a defesa do seu requerimento.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é importante que nós ouçamos as pessoas que movimentam o turismo e eventos no Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este requerimento, na verdade, é um anexo do item anterior, que o senhor já aprovou, justamente para que ouçamos o Sr. Alexandre Sampaio e o Sr. José Roberto Tadros, porque são pessoas que apoiam o turismo e sabem o que esse setor sofreu e qual a necessidade dele. Eles têm ampla defesa, argumentos, para que se convença o Senado Federal a apoiá-los na manutenção do Perse no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto à votação simbólica o requerimento, de autoria do nobre Senador Jorge Seif.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Antes de finalizar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Beto Faro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim, Jaques Wagner, Margareth Buzetti, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 8, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CDR seja incluído o seguinte convidado: representante da CNI - Confederação Nacional da Indústria." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 10, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CDR, seja incluído entre os convidados o Sr. Celso Pansera, Presidente da Finep." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos Requerimentos (REQ) 4 e 8/2024 - CDR, de autoria Senador Beto Faro (PT/PA) e REQ 10/2024 - CDR, de autoria do Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Audiência pública interativa com o objetivo de debater a implementação do programa Nova Indústria Brasil - NIB, com as perspectivas de desconcentração regional, mediante o fortalecimento do programa na região Norte. **Participantes:** Sra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR; Sr. Felipe Machado, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços - MDIC; Sr. Samantha Ferreira e Cunha, Gerente de Política Industrial da CNI; Sr. André Godoy, Diretor Executivo da ABDE - Associação Brasileira de Desenvolvimento, representando o Sr. Celso Pansera, Presidente da Finep; Sr. Luiz Lourenço de Souza Neto, Gerente Executivo de Pessoa Jurídica do Banco da Amazônia S.A. - BASA; Sr. Jorge Frota, Diretor de Fundos Unidos, Atração e Incentivo Fiscal - SUDAM; Sra. Cristina Reis, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda; e Sr. João Paulo Pieroni, Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Beto Faro
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/16

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de abril de 2024.

Comunico que esta Presidência foi convocada, na qualidade de membro do Conselho Nacional de Turismo, a participar da reunião ordinária que acontecerá durante o evento do WTM Latin America, no dia 17 de abril de 2024, às 9h, no Expo Center Norte, na cidade de São Paulo.

Registro que a CDR possui um assento permanente neste Conselho, que voltou a se reunir após a pandemia de covid-19, período em que o Conselho teve suas atividades paralisadas.

A presente reunião está dividida em duas partes: uma deliberativa, e a segunda, em audiência pública interativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias de requerimentos apresentados nesta Comissão, que é a primeira parte, em que nós deliberaremos, inclusive, sobre dois requerimentos de pessoas que foram convidadas a participar como palestrantes desta Comissão e que precisam ser aprovados para que eles possam estar aqui à mesa.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 8, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CDR seja incluído o seguinte convidado: representante da CNI - Confederação Nacional da Indústria.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 10, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CDR, seja incluído entre os convidados o Sr. Celso Pansera, Presidente da Finep.

.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

O Sr. Celso Pansera, Presidente da Finep, inclusive, está trazendo substituto; ele está indicando uma pessoa por outros problemas.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Ausente.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos, então, à segunda parte.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública interativa com o objetivo de debater a implantação do programa Nova Indústria Brasil (NIB), com a perspectiva de desconcentração regional, mediante o fortalecimento do programa na Região Norte, em atendimento aos Requerimentos nºs 4 e 8, de 2024, de autoria do Senador Beto Faro; e do Requerimento nº 10, de 2024, de autoria do Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados ou representantes: a Sra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. (*Pausa.*)

Obrigado, Adriana.

Sr. Felipe Machado, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). (*Pausa.*)

Obrigado, Felipe, também.

A Sra. Cristina Reis, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável, do Ministério da Fazenda. Ela informou que deve estar... Ainda não está aqui, não é? Está chegando daqui a pouquinho, mas confirmou presença. Daqui a pouco, quando chegar, vem à mesa.

A Sra. Samantha Ferreira, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria; e o Sr. André Godoy, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento. Ainda, de forma remota, contamos com a participação dos seguintes convidados: Sr. João Paulo Pieroni, Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que está interativamente, não é? Confirmado, não é? (*Pausa.*)

O Sr. Luiz Lourenço de Souza Neto, Gerente-Executivo de Pessoas Jurídicas do Banco da Amazônia (Basa), e o Sr. Jorge Frota, Diretor dos Fundos Unidos, Diretor de Fundos Unidos, Atração e Incentivo Fiscal, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazer as suas perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos a exposição, gostaria de compartilhar algumas manifestações de cidadãos que recebemos por meio do e-Cidadania. Então, leio aqui as perguntas, porque isso pode, inclusive nas falas – quem sabe? –, já ser respondido, as perguntas feitas pelo e-Cidadania.

Enzo, do Piauí: "Quais as medidas [...] [adotadas] para acompanhar a eficácia da Nova Indústria Brasil, principalmente em regiões industrialmente precárias?".

Clara, do Rio de Janeiro: "Quais serão as medidas para facilitar a transição ecológica e impulsionar a modernização do parque industrial brasileiro?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Athirson, de São Paulo: "Como a NIB conciliará o desenvolvimento industrial com a preservação da Amazônia e a promoção de práticas sustentáveis?".

Alan, de Goiás: "De quais formas o programa Nova Indústria Brasil pode revitalizar a indústria nacional brasileira?".

Letícia, do Mato Grosso: "Quais incentivos fiscais, apoio à infraestrutura e acesso ao crédito existirão por parte do Governo para o fomento da Região Norte?".

Ananias, da Bahia: "Quais serão as propostas para diminuir a carga tributária e [...] [garantir] que a indústria terá um crescimento real e sustentável?".

Antes de passar a palavra, também quero manifestar algumas questões, inclusive como Presidente aqui e como a pessoa que tomou a iniciativa para que a gente pudesse estar realizando esta sessão.

Agradeço aos colegas, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a todas as pessoas presentes e, em especial, expresso nossos agradecimentos às autoridades e aos especialistas que nos brindarão com as suas apresentações nesta reunião de audiência pública que visa debater o programa de reindustrialização do Brasil.

Sem prejuízo de reflexões mais abrangentes sobre esse programa estratégico para o país, esperamos nesta reunião a abordagem do tema principalmente sob dois aspectos: o primeiro diz respeito às medidas que poderão ser adotadas pela Nova Indústria Brasil para garantir a desconcentração regional do desenvolvimento industrial.

O programa é um passo importante e decisivo para a economia brasileira, não apenas por se constituir no provável instrumento de reversão do acelerado processo de desindustrialização da economia brasileira, que se aprofundou nos últimos anos. Chegamos a um ponto, durante a pandemia, em que descobrimos a nossa incapacidade até de produzir máscaras e seringas para aplicação de vacinas. Porém, o NIB também deverá alterar de forma radical o padrão da estrutura industrial do país com a descarbonização e outras estratégias em conformidade com o desenvolvimento sustentável.

Contudo, achamos que o programa estará capenga e não cumprirá os seus propósitos políticos maiores caso não inclua diretrizes objetivas e substantivas para a industrialização de todos os estados brasileiros, em especial a Região Amazônica. Essa região tem ocupado espaço privilegiado em debates públicos, nacionais e internacionais, mas carece de políticas estruturantes para o desenvolvimento e a garantia das condições dignas de vida aos mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras que lá residem.

De outra parte, ainda que não previsto na proposição original desta reunião, também contamos com a manifestação dos nossos convidados, especialmente do representante do BNDES, sobre as ações que devem ser adotadas para enfrentar alguns gargalos para o NIB, por exemplo, seria impensável um processo de reindustrialização com a dependência do país em insumos estratégicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cito o caso das importações predatórias massivas de aço da China, que produz mais de 1 bilhão de toneladas do insumo, volume quase duas vezes maior que a soma da produção dos demais países que integram a lista dos dez maiores produtores mundiais do aço. Com grande excedente, a China está exportando aço diretamente ou via terceiros, a qualquer preço, o que faz triplicar importações pelo Brasil, de 2020 a 2023.

Em decorrência, estamos assistindo ao fechamento de altos fornos e revisão de investimentos, inclusive o fato impõe empecilhos para o processo de descarbonização da economia brasileira, à medida que empresas produtoras do aço verde, sobre o qual o Brasil apresenta potencial diferenciado, vêm anunciando o adiamento e cancelamento de investimento, dada a concorrência predatória do aço chinês.

Apresentamos projeto de lei que, tempestivamente, tenta conter esse processo, pois não podemos admitir, na indústria, o nível de dependência externa fatal que ocorre com o agronegócio nos insumos químicos e genéticos.

Desde logo, pedimos que os representantes dos órgãos do Governo presentes nesta reunião viabilizem o debate interno e o apoio político a essa proposição.

Portanto, temos enorme expectativa de que esta audiência pública venha a apresentar as soluções esperadas para os problemas postos e, assim, garantir maior envergadura socioeconômica e política para o NIB.

Então, passamos agora aos debates com a apresentação aqui dos palestrantes.

Com a palavra a Sra. Adriana Melo Alves, que representa a Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MDR).

Com a palavra por até dez minutos.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES (Para expor.) – Obrigada, Senador. É uma satisfação poder estar aqui, representando o MDR. Falo em nome do nosso Ministro Waldez Góes e tratamos aqui da convergência, da proposta de convergência, exatamente do plano da nova política industrial brasileira, com as ações que o MDR desenvolve em relação ao desenvolvimento da Amazônia.

Primeiramente, contextualizando, a ação que o ministério desenvolve está respaldada na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, uma política que olha a Amazônia como uma macrorregião prioritária – no caso, o recorte da Amazônia Legal –; olha para o acesso à renda, as dificuldades de acesso à renda que essa região ainda apresenta; para os déficits de competitividade que ainda apresenta; olha para suas cidades médias ou suas cidades intermediadoras, para além das capitais, mas que têm o potencial de dinamizar economias regionais; e olha para a necessidade de a gente diversificar a economia e agregar valor às áreas que são produtoras de *commodities* agrícolas e minerais. Então, o que nos respalda, o que respalda a atuação do ministério é a PNDR, que é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também um outro instrumento, que é capitaneado pela Sudam, que é o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

Aqui nós temos representantes, nesta audiência, da Sudam, mas o plano se encontra hoje no Congresso Nacional, para apreciação, e ele faz uma aposta estratégica clara no modelo de desenvolvimento da Amazônia, pautado na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento da economia da biodiversidade, ou seja, na bioeconomia. Então, considerando essa aposta estratégica do plano da Amazônia, considerando as premissas e os objetivos da PNDR, o ministério desenvolveu a sua atuação na Amazônia, buscando a transição de um modelo de desenvolvimento mais pautado na sustentabilidade e na inovação.

E aí nós temos o novo plano Nova Indústria Brasil. E como o MDR poderá contribuir com o plano?

Primeiro, acho que foi interessante que o MDR – e a gente já está trabalhando isso junto ao Mdic e ao Ministério da Fazenda – montou um grupo de trabalho que vai propor uma territorialização ou uma regionalização das metas do plano Nova Indústria Brasil. E aí, acho que o primeiro esforço que a gente pode fazer é elencar quais seriam as missões mais aderentes ao desenvolvimento da Amazônia e, a partir daí, regionalizar essas metas. A gente antecipou aqui as missões que diretamente dialogam com a Amazônia, mas que não são excludentes.

Então, a gente tem as cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais; o forte complexo econômico e industrial da saúde; e a bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energética. Então, essas três missões, Senador, já apontam para um protagonismo da Amazônia no plano da Nova Indústria Brasil.

E a partir daí, qual é a missão do MDR? É importante que a gente entenda que, quando nós tratamos de política de desenvolvimento industrial, ela vai ter uma base territorial, e o território tem que estar preparado e também estruturado para receber atividades industriais, sejam mais intensivas em conhecimento, sejam mais intensivas em mão de obra.

É preciso que trabalhemos também a questão da infraestrutura de escoamento dessa produção. É preciso que o setor primário, no caso da bioeconomia, por exemplo, esteja estruturado com produtos certificados, com manejo adequado da produção, para que a gente consiga e para que a região consiga absorver atividades industriais mais densas. Nós temos hoje a Zona Franca de Manaus, que trabalha com toda a gama de produtos com tecnologia de informação e comunicação, eletrônicos, mas a gente precisa que outras porções do território amazônico também estejam preparadas para absorver as atividades industriais mais densas.

É por isso que a gente vai lançar, Senador, já no próximo mês, o Programa Desenvolve Amazônia, que é um programa que é uma carteira de ações do sistema MDR destinada a três frentes: superar déficits infraestruturais da Amazônia Legal, o que vai contribuir com a implantação da atividade industrial; aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento produtivo com base nas vocações naturais da região; e é um programa executivo que tem um horizonte de três anos, em que o ministério já vai anunciar as frentes de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse programa vai tratar e vai buscar enfrentar alguns desafios da região: primeiro, a questão da resiliência territorial – então, com todo o advento das mudanças climáticas, é preciso que a gente tenha também territórios resilientes, e isso dialoga muito com a atividade produtiva, com a implantação das atividades produtivas que o NIB implementará regionalmente –; potenciais produtivos que requerem incentivos, equipamentos e parcerias; territórios fronteiriços que demandam coordenação de políticas públicas; crédito – ainda que haja oferta, existe uma subutilização dos instrumentos de crédito pelo público beneficiário –; desafios logísticos – infraestrutura hídrica, estradas, rodovias, hidrovias, energia e conectividade –; e cidades ainda com déficit de abastecimento de água, saneamento e outros serviços essenciais.

Então, esse programa poderá ter uma missão crucial e dialoga muito com o Nova Indústria Brasil, porque esse programa preparará o território para a implantação exatamente das atividades industriais mais densas na Amazônia. É um programa que parte do sistema MDR, então todas as suas secretarias e entidades vinculadas estão aderentes e fazem parte do programa, mas ele vai ser expandido, buscando a parceria com outros ministérios.

E aqui são os três eixos de atuação do Desenvolve Amazônia. A gente tem a resiliência territorial, a bioeconomia e a cooperação federativa, transversalidade e participação social.

Na resiliência, a gente trabalha com o ordenamento – por exemplo, o plano de ordenamento do entorno da Transamazônica está como uma ação prevista –; a gestão de riscos e desastres – como bem sabemos, a Amazônia vem sofrendo os efeitos das mudanças climáticas com secas extremas, enchentes extremas de outro lado –; a gestão dos recursos hídricos, infraestrutura e irrigação; a capacitação e regulação dos usos múltiplos da água. Esse é o primeiro eixo.

O segundo eixo é o da bioeconomia. Aí a gente tem a estratégia Rotas de Integração Nacional e BioRegio, que é o programa de bioeconomia; os fundos regionais e incentivos fiscais; as rodovias estaduais de suporte à produção; a infraestrutura complementar, máquinas e equipamentos.

E, na cooperação federativa, seria olhar sub-regionalmente que regiões da Amazônia merecem um destaque ou um olhar especial. Nós temos a faixa de fronteira, com todo o potencial de integração sul-americana que oferece; o Marajó-Bailique, dados os baixos indicadores socioeconômicos mais o grande potencial produtivo que tem; e a região do Xingu. Esses são alguns dos exemplos.

E aqui a gente trabalha e apresenta as Rotas de Integração Nacional. É importante exatamente a gente preparar essa produção primária. Temos o exemplo do Bailique, no Amapá, com a produção de açaí; Altamira, no Pará, com a questão do cacau, toda a produção de cacau, que precisa da agroindustrialização e de todos os requisitos para uma agroindustrialização que realmente amplie o mercado, tanto para exportação quanto para o mercado nacional; Boa Vista do Ramos, no Amazonas, que trabalha um mel de excelente qualidade, então precisamos também melhorar essa produção; Bico do Papagaio, no Tocantins, e aí pegando o recorte do Tocantins na porção amazônica, trabalhando o pescado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todas essas cadeias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Posso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Elas têm um potencial gigantesco na Amazônia e todas elas estão sendo trabalhadas e também dialogam com a Nova Indústria e o seu propósito de valorização da bioeconomia e descarbonização da indústria.

Nós temos o financiamento do desenvolvimento da Amazônia e trabalhamos os fundos constitucionais de desenvolvimento e o Fdirs, que é o fundo de modelagens para infraestrutura sustentável. E aí a proposta é a gente ampliar 5% a cada ano, a partir de 2024, a participação do FNO – Amazônia Rural no Fundo Constitucional do Norte, com R$500 milhões adicionais a cada ano, ou seja, uma proposta clara e uma aposta clara na bioeconomia, numa maior participação da bioeconomia nos nossos fundos constitucionais de desenvolvimento da Região Amazônica. Lançamento do Pronaf Amazônia, voltado para sistemas agroflorestais e sociobioeconomia, com uma meta de crescimento de 5% ao ano; prospecção e estruturação da carteira de projetos no SEP, que é o Sistema de Estruturação de Projetos, para submissão ao Comitê do Fdirs, que é esse fundo que trabalha as modelagens de concessões e parcerias; e apoiar a estruturação de ao menos dois projetos de concessão para a Região Amazônica. E vamos trabalhar a infraestrutura verde, então nós também temos o propósito de fortalecer a infraestrutura resiliente e verde no crédito para o desenvolvimento, na oferta de crédito para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Uma outra frente de atuação do ministério que dialoga com a NIB é a faixa de fronteira. A gente entende que especialmente as cidades gêmeas são nós logísticos interessantes de integração sul-americana e que precisam de estruturação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Então, nós propomos, com o Programa Fronteira Integrada, essa estruturação das cidades gêmeas, para que possamos também trabalhar, em parceria com o Ministério do Planejamento, nas rotas de integração sul-americana, o desenvolvimento da bioeconomia, perpassando as fronteiras como um elemento de integração sul-americana. Essa é a proposta do ministério, trabalhando com pelo menos quatro territórios, Oiapoque-Saint Georges, Pacaraima-Santa Elena... A gente tem aqui Tabatinga-Letícia; hoje a gente já tem centros de bioeconomia e biotecnologia médica sendo implantados na região e interligação com o CBA, o Centro de Bionegócios de Manaus, fazendo essa ponte de integração dos negócios com a oferta e a promoção da bioeconomia nos centros implantados em Tabatinga. E também Guajará-Mirim e Guyaramerín, Cáceres-San Matías, são todas propostas integradas às rotas de integração...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – ... sul-americanas, que estão sendo trabalhadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Temos também a região do Xingu como uma região prioritária, com uma grande produção de chocolate, cacau, com um grande potencial para a agroindustrialização.

E, para finalizar, Marajó-Bailique, com toda a questão da produção bufalina, queijos de búfala, e toda uma forte frente de agroindustrialização que pode ser desenvolvida nessa região.

Fico por aqui, disponibilizo a apresentação e coloco-me à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Adriana, representando o Ministério de Desenvolvimento Regional.

Essa campainha, faltando um minuto, perturba um pouco, mas a Mesa vai ser tolerante.

Passamos a palavra ao Sr. Felipe Machado, representando a Secretaria de Desenvolvimento Industrial e Inovação, Comércio e Serviços do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O SR. FELIPE MACHADO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Por via das dúvidas, eu vou correr aqui para não ter esse problema num futuro próximo.

Queria começar agradecendo ao Senador e saudando a iniciativa. Nós aqui, obviamente, somos parciais, nós do MDIC, porque a gente considera que essa política industrial é o que pode efetivamente trazer uma transformação para a nossa economia e para a nossa sociedade, consequentemente.

O próprio Senador mencionou a preocupação com a desindustrialização. Há vários estudos que mostram, eu sempre cito isso, que a desindustrialização do Brasil é uma das mais graves do mundo. Na verdade, os estudos mostram que é a mais grave do mundo, desde a década de 70, final da década de 70 e 80. E isso tem um impacto gigantesco na qualidade de vida da nossa população. A gente tem muita dificuldade de, efetivamente, fazer com que o bem-estar da sociedade seja maior devido a essa desindustrialização precoce. As oportunidades nunca chegam para a maior parte da população. Então, com raras exceções, a gente tem crescimentos que são chamados pelos economistas de voos de galinha, nesses últimos 40 anos. E é isso o que a gente quer alterar com essa nova política industrial.

Essa política industrial, então, partiu desse diagnóstico do Governo que assumiu, agora no ano passado, de que a desindustrialização realmente é muito grave. Começou, principalmente, reestruturando o Estado. Se a gente ficou vários anos sem efetivamente implementar a política industrial, a gente precisava reforçar o Estado e fazer com que ele tivesse condições de implementar essas políticas industriais.

Então, o primeiro passo foi recriar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, no ano passado – se não me engano por volta de abril – que é um conselho formado por 21 membros de ministérios, 20 ministérios mais o BNDES, e ainda 21 da sociedade civil. O próprio MDR – o antigo MDR, agora MIDR

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– também faz parte. Por quê? Porque a questão do desenvolvimento regional, a nossa preocupação com esse desenvolvimento regional é grande.

A própria Secretária Adriana mencionou antes que foi criado um grupo de trabalho no âmbito desse conselho nacional de territorialização. A intenção ali é criar um sistema nacional de territorialização da política industrial, do desenvolvimento industrial, e ele já está em andamento. A ideia é justamente fazer com que essas ações que são pensadas no âmbito da Nova Indústria Brasil tenham um melhor impacto com relação à redução de desigualdades. Aliás, a própria redução de desigualdades regionais faz parte da política industrial como um dos princípios básicos, ou seja, qualquer política, qualquer medida, qualquer ação que esteja sendo pensada, no âmbito da Nova Indústria Brasil, ela precisa ter isso em mente, ela precisa ter a redução das desigualdades regionais como cerne.

Eu gostaria também de mencionar aqui que essa nova política industrial é baseada em missões. Ela é inovadora em relação às políticas industriais do passado, porque ela pensa... o objetivo final é solucionar grandes gargalos sociais da sociedade. Então, a gente tem seis missões que foram estabelecidas. A própria Secretária Adriana mencionou três, que, na visão dela, teriam relação mais próxima com a questão da Amazônia, com a qual eu concordo. Então, isso mostra que, ao contrário do passado, dessa vez a gente está pensando a indústria como um meio de transformar a sociedade, como um meio de solucionar os grandes problemas da sociedade brasileira.

Eu vejo aqui também um participante da Secretaria de Economia Verde do ministério, saudando o Marcelo. Isso é importante, porque também faz parte de mais uma mudança institucional que o Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin trouxe, quando assumiu, que foi focar o ministério também na questão da economia verde. Então, ele criou essa secretaria, que não existia antes, e que, obviamente, como uma secretaria jovem tem sérias dificuldades em termos de busca de orçamento e de construção de pessoal etc. – isso faz parte –, mas isso já mostra muito claramente que o ministério tem esse foco na economia verde. Como tal, obviamente, a gente olha para o desenvolvimento regional, afinal de contas a nossa Amazônia se destaca quando se fala em economia verde. Temos a maior biodiversidade do mundo e, obviamente, a gente precisa utilizar isso para trazer desenvolvimento socioeconômico para a nossa sociedade.

Então, um dos aspectos que também foi salientado pela Secretária é a recriação, ou, digamos assim, o fortalecimento do Centro de Bionegócios da Amazônia. Pela primeira vez, ele flexibilizou a questão de fazer parcerias com o setor privado. Então, isso é uma possibilidade, isso traz a possibilidade de angariar mais recursos para realizar projetos no âmbito da bioeconomia lá na Amazônia. Ele tem 26 laboratórios, ele tem uma planta piloto industrial e, finalmente, a gente está com uma expectativa muito grande de que ele vai funcionar como ele deveria funcionar. A ideia é antiga, mas ele ficou, por muito tempo, subutilizado para uma série de questões, muitas delas formais, mas agora a gente tem grande expectativa de que ele vai ser um vetor de desenvolvimento da Amazônia, especialmente nas áreas de fitoterápicos, de cosméticos, de biocosméticos e também até mesmo de biocombustíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outra iniciativa muito interessante que está sendo elaborada junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário diz respeito ao Programa Mais Alimentos. É a tentativa de – e aí faz parte muito da Missão 1, que foi mencionada também pela Secretária, da questão das cadeias agroindustriais – mecanização da agricultura familiar. E aí, quando a gente está falando da Amazônia, é uma tecnificação, uma mecanização principalmente da extração vegetal. Então, a própria Secretaria de Economia Verde está elaborando uma medida, uma ação nesse sentido que eu acho que vai ter um impacto gigantesco, Senador, inclusive, lá para o seu estado, que, afinal de contas, é o maior produtor, por exemplo, de açaí...

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – De cacau.

O SR. FELIPE MACHADO – Pois é, e de cacau também.

E a gente sabe também que são atividades perigosas e que, enfim, com a mecanização, com a ajuda da automação, a gente pode reduzir esses problemas laborais e aumentar a qualidade de vida dos trabalhadores que estão nessas atividades no norte do país. Então, é uma iniciativa bem legal que está sendo feita em conjunto com vários ministérios e que eu gostaria de salientar aqui também.

E, por último, até para não ter o problema da campainha, eu gostaria de salientar também, para além da bioeconomia, a questão absolutamente relevante do setor eletroeletrônico no Norte do país, mais especificamente a questão da Zona Franca de Manaus, que teve boas notícias no ano passado. A Lei 14.788 estendeu até 2074 os benefícios da Zona Franca de Manaus. A gente trabalhou também em uma portaria para agilizar os prazos de análise dos chamados processos produtivos básicos lá da Zona Franca de Manaus, que nada mais é do que a tentativa de adensar essas cadeias, de fazer com que mais valor agregado seja adicionado aqui no país, especificamente naquela região. Então, a gente tem trabalhado para reforçar o papel da Zona Franca de Manaus como vetor de desenvolvimento regional, coisa que sempre foi o objetivo principal desse instrumento. E, mais do que um instrumento de política industrial – e até acho que mais importante do que isso –, ela é um instrumento de desenvolvimento regional e precisa ser vista dessa forma, inclusive avaliada dessa forma. E eu não tenho dúvida de que essas medidas que foram pensadas e outras que estão por vir vão reforçar esse papel da Zona Franca de Manaus como um vetor de desenvolvimento regional lá na Amazônia.

Bom, eu encerro só mencionando que, como eu falei, o desenvolvimento regional é um pilar da Nova Indústria Brasil e que também a gente tem consciência de que desenvolvimento regional não é simples. Se a gente for olhar para os últimos 100, 150 anos de desenvolvimento econômico no mundo inteiro, a gente não consegue citar, exceto os Estados Unidos, um país grande que tenha conseguido se desenvolver, e de forma igualitária nas suas diversas regiões. A China tentou isso de forma mais ambiciosa nos últimos 25 anos e teve bons resultados. E eu acho que a grande lição é que a gente precisa olhar, como a própria Secretária disse – ela falou antes de mim –, quais são as potencialidades de cada uma dessas regiões. Por exemplo, os chineses, com a questão da província de Xinjiang aproveitaram...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MACHADO – Não deu certo, viu?

Aproveitaram toda a questão de incidência solar para desenvolver uma cadeia de painéis solares naquela região, que é uma região bastante remota do país. Eles conseguiram fazer isso e eu acho que a gente precisa fazer isso também em relação às nossas regiões, porque há muita potencialidade, por exemplo, eólica *offshore* no Nordeste do país caindo de madura. Então, a gente precisa ter um carinho especial para as potencialidades que as diversas regiões do país têm, e eu tenho certeza que a gente vai conseguir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Felipe Machado.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Lourenço de Souza Neto.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Na pessoa do Senador Beto Faro, do Felipe e da Adriana, eu cumprimento a todos da Mesa diretiva. Cumprimento também os Senadores presentes e a todos que estão na plenária, nesta audiência pública.

Gostaria de começar dizendo da importância e da responsabilidade que o Banco da Amazônia (Basa) tem para com a região e para com os projetos, seja no setor do turismo, seja na indústria como um todo.

O Banco da Amazônia não se exime da responsabilidade que tem de aplicar não só os recursos do FNO, mas os recursos de capital próprio do banco e também os recursos que estamos buscando, inclusive, em fontes internacionais, para fazer o atendimento.

É com muito orgulho que hoje em dia o Banco da Amazônia informa que praticamente zera os recursos do fundo – acaba não zerando porque muitas tranches que são liberadas no final do ano acabam contabilizando alguma coisa em janeiro, mas, se você for olhar mesmo no caixa, ele é todo voltado para o crédito.

O Banco da Amazônia tem, nos últimos cinco anos, cumprido o seu papel de colocar o recurso a quem precisa, especialmente a micro, pequenos negócios e projetos de infraestrutura também – temos 20% do FNO disponíveis para a área de infraestrutura. Então, aqui vale para portos, hidrovias, ferrovias, aeroportos, concessões rodoviárias, todos os financiamentos de energia – que é muito importante aqui – e telecomunicações também. Além disso, a gente ainda tem o setor industrial de médio e grande porte, que é bem atendido também e que a gente atende por obrigação do fundo com menos de 50% do valor do FNO, por conta das próprias regras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. Então, o Banco da Amazônia quer continuar sendo o grande parceiro de desenvolvimento na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É com orgulho que a gente informa que, de cada cem negócios na Amazônia, pelo menos 65 têm a participação do Basa nesse financiamento, e, com isso, a gente cumpre o nosso papel como agente de desenvolvimento e banco de desenvolvimento regional.

Eu queria passar para a apresentação, se pudessem colocá-la na tela, por favor.

Vamos fazer uma breve apresentação das nossas linhas de oportunidades de crédito para o setor da indústria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode compartilhar, gente.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (*Por videoconferência.*) – Posso compartilhar por aqui?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode sim.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (*Por videoconferência.*) – Deixe-me entrar aqui pelo Zoom. (*Pausa.*)

Estou tentando aqui. (*Pausa.*)

Por algum motivo aqui, não está conseguindo carregar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Jorge, a gente pode passar por aqui a sua apresentação. Tem um registro aqui.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (*Por videoconferência.*) – Pode passar por aí. Se puder passar por aí...

É o Luiz Lourenço que está falando, do Banco da Amazônia.

Pode passar por aí sem problema, que eu acompanho daqui.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (*Por videoconferência.*) – Está ótimo! Exatamente.

Pode passar essa primeira tela aí, por favor?

Como eu falei, a gente acredita, aqui no Banco da Amazônia, que o desenvolvimento sustentável é a melhor opção para o desenvolvimento e o bem-estar da nossa população. Por isso, a nossa missão é desenvolver uma Amazônia sustentável com créditos e soluções eficazes.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falando um pouquinho do setor de turismo e da indústria como um todo, só falando do segmento pessoa jurídica, que é o objetivo dessa reunião aqui, dessa audiência, nos últimos cinco anos, o Banco da Amazônia aplicou R$22,8 bilhões de fomento em pessoas jurídicas; R$9,1 bilhões em infraestrutura regional; 2,5 bilhões em crédito comercial, que é um crédito com recurso do próprio banco, muito voltado para giro e atendimento dessas empresas; R$6,4 bilhões desses recursos foram aplicados em pequenos portes; R$4,6 bilhões em crédito industrial, que é o objetivo aqui da reunião; e foram mais de 37 mil contratos que foram realizados, mais de 37 mil operações de crédito nesses últimos cinco anos.

Pode passar.

Falando um pouquinho para micro e pequenas empresas – porque também, embora a gente tenha as grandes indústrias, a gente tem muitas indústrias de pequeno porte na Amazônia, são empresas que faturam até R$4,8 milhões –, a gente aplicou mais de R$3 bilhões. E esses recursos são aplicados em todos os locais, seja no Amapá, seja em Roraima, seja no Tocantins; enfim, em toda a Região Norte do país, a gente tem aplicado.

Pode passar.

Vamos falar um pouquinho do nosso perfil do segmento de pessoa jurídica regional. Se a gente for olhar isso em quantidade de operações – não é em volume, porque, se a gente colocar em volume, os grandes portes acabam tendo poucas operações, mas um volume que distorceria essa média, então falando do apoio que a gente tem em termos de porte –, 73% do crédito praticamente é micro e pequena empresa, 14% pequena-média, 11% média e 2% seriam as grandes empresas.

Se a gente for olhar a finalidade, para onde tem sido deslocado esse crédito, têm sido feitas as aplicações de acordo com a demanda recebida, 78% desses portes, em quantidade de operações, são capital de giro, 19% de investimento, 3% de custeio e 2% de industrialização. Esses números, como custeio e industrialização geralmente são do segmento agro, mostram que, no segmento de pessoa jurídica, o setor do agronegócio tem demandado pouco crédito na área de pessoa jurídica do Basa. Embora a nossa carteira seja 65% de agro, a grande maioria é voltada para produtor rural, Pronaf, pequena agricultura familiar, agricultura de subsistência. Então, a gente tem muita oportunidade de financiamentos, através do Amazônia Rural, do programa do FNO, voltados para indústrias e indústrias do agronegócio. Então, a gente tem feito muita parceria com instituições, parceria com o próprio Ministério da Integração, com o Ministério de Desenvolvimento Regional também. Agora mesmo, o Ministro Waldez Góes estava lá em Boa Vista, salvo engano, e o nosso gerente de pequenos negócios, o executivo de pequenos negócios estava lá presente para apresentar as oportunidades do banco também.

Setores atendidos: principalmente aqui a maioria dos nossos setores, se a gente for olhar, é comércio e serviço. Nós temos 5% em termos de atendimento para indústrias e 6% da agricultura e pecuária, falando de pessoa jurídica – lembrando que esse recorte é pessoa jurídica e em quantidade de operações, não em volume, porque, em volume, a gente sabe que a indústria consome um capital relativamente grande nos projetos, não são projetos simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Falando um pouquinho dos setores, vou falar rapidamente dos setores, uma fotografia dos setores – e a gente falou bem aí, a Adriana falou dos bionegócios; é muito interessante o que a gente tem aí. Então, nós temos aí o desenvolvimento da cadeia do açaí muito forte na nossa região, seja no Amapá, seja no Amazonas, seja no Pará, principalmente no Pará e Amapá. Temos aí uma grande oportunidade da cadeia do açaí, industrialização, verticalização da nossa produção. Temos aí a questão dos grãos, de armazenamento de grãos, e há muita demanda aí. Com a chegada do agronegócio pujante na nossa região, a gente precisa também de armazenamento, de armazenagem.

Quero falar um pouquinho de turismo – a gente tem muito turismo, principalmente o bioturismo, o turismo voltado para as belezas regionais, voltado também para a gastronomia local, então a gente tem um investimento bastante significativo na cadeia do turismo – e de energia, porque se faz necessário você preparar toda a infraestrutura regional. A gente agora está participando do financiamento do último tramo de distribuição da Eletronorte, através Eletrobras e do grupo Alupar, a gente está fazendo o financiamento agora da Transnorte, que vai permitir ligar Roraima – no caso, Boa Vista – a Manaus. E Boa Vista é o último local do nosso... Roraima é o último tramo do sistema nacional de energia que não está ligado ao sistema nacional de energia, vai passar a estar ligado, e o Basa estará participando desse projeto.

Também falando um pouquinho de gás, eu destaco, aqui, nessa foto, que quem está aí é a Companhia de Gás do Pará, e o Senador Beto Faro conhece as iniciativas do Governo estadual, do nosso Governador e também as nossas intenções de fazer a matriz energética não só do Estado do Pará, mas de toda a Amazônia proliferar. Então, é um projeto de que o Basa também está participando. E colocar o gás ali na região de Barcarena não foi fácil, foi através de um navio que chega com gás GNL, transforma em GLP, para poder fazer o atendimento das indústrias locais. Isso vai diminuir custos, vai melhorar e abre espaço para estados aonde o gás natural não chega, onde a gente não tem postos de gás natural, como é o caso do Amazonas, onde a gente financia bastante também geração de energia. A gente vai conseguir atender a indústria local e possibilitar uma matriz energética mais sustentável para a nossa região.

Quero falar um pouquinho aqui da indústria no Tocantins, e a gente também coloca a panificação, o alimento, porque a gente trabalha bastante no setor industrial, são indústrias que vão colocar uma forma de atendimento. Então, a gente deu esse exemplo, para mostrar que o Banco da Amazônia está em todas as frentes industriais e os projetos que apoiam o desenvolvimento regional.

Pode passar.

Vou falar um pouquinho do processo de crédito, bem rapidamente.

O processo de crédito do Banco da Amazônia é um processo básico que envolve cadastro – apresentação da documentação básica da empresa e dos seus sócios –, abertura de uma conta no Banco da Amazônia. A partir daí, o Banco da Amazônia roda, com base nas demonstrações financeiras da empresa e na estratégia de negócio, um limite de crédito. Esse limite de crédito dá um portfólio de produtos e serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do banco, envolvendo inclusive várias fontes do banco, recursos próprios, FNO, BNDES. E as empresas podem, então, fazer uso diretamente, sem projeto, desse limite de crédito. Se houver já um projeto mais complexo, envolvendo construção civil, aliado a capital de giro, aliado a equipamento, projetos mistos, é possível fazer uma análise de projeto através de carta-consulta, se for necessário, para a empresa saber logo se tem enquadramento, qual seria o tipo de garantia e como o Basa poderia apoiar. Depois, parte-se para a contratação: aprovado isso, contratação e liberação de recursos.

Pode passar, por favor.

Vou falar um pouquinho das linhas que a gente tem, falar um pouquinho do giro, porque as indústrias precisam também de muito giro. Então, a gente tem dois tipos de giro: o giro FNO e o giro com recursos próprios do banco. O giro com recursos próprios do banco vai até 60 meses, com taxa pré e pós, só que aqui, nesse crédito, tem IOF e não tem carência, ou seja, o cliente contrata e já começa a pagar a partir do primeiro mês de vencimento. No caso do FNO, o prazo é até 36 meses, taxa pré e pós, sem IOF e até dois meses de carência.

Pode passar.

Falando aqui um pouquinho de linha de investimento, a gente tem aí o investimento da Amazônia, como eu falei, empresarial, que é o que está destacado em amarelo aí. Então, a gente tem até 20 anos, incluída a carência, com 4 anos de carência – em projetos de turismo podem chegar até 6 anos. Empresarial de até 17 anos, incluída aí uma carência de 4 anos também, e as taxas são todas calibradas por porte.

Pode passar.

As taxas, eu vou passar em frente, porque é a TFC do Banco Central, já divulgada, mas são taxas que, se vocês forem olhar, variam de 6%, 7% ao ano, pré-fixada, para pequena empresa. E grande empresa, geralmente, opta por pós-fixada, trabalhando IPCA, mais 4,70, mais 2,70, se for logística, e mais a variação do IPCA.

Pode passar.

Temos também as linhas do BNDES, para finalizar, dois tipos de linha. A BK Finame, para aquisição e comercialização de máquina e equipamento, em que você pode escolher a TLP, Selic, TFB ou TFBD e mais o *spread* do Basa, que gira em torno de 3% a 4% ao ano para essa linha.

Pode passar o último eslaide, por favor.

Aqui é o BNDES Automático, que já é para investimento. Também podem ser escolhidas essas variações. O BNDES cobra 1,25 de taxa, mais TLP, Selic, TFB ou TFBD, e a taxa do Banco da Amazônia é negociada com base no risco do cliente, também gira de 2% a 4%, dependendo do tipo de empresa.

Por favor, pode passar o último.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, então, encerrar aqui e agradecer pela oportunidade de apresentar as linhas do banco, apresentar o trabalho que o Basa vem desenvolvendo no setor industrial e me colocar à disposição da plenária.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Luiz Lourenço, representante do banco Basa, Banco da Amazônia.

Passo a palavra ao Sr. Jorge Frota, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Também é remoto, não é? (*Pausa.*)

O SR. JORGE FROTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Beto Faro, Presidente da Mesa. Em nome do nosso Superintendente, Paulo Rocha, eu lhe levo um abraço, a todos os presentes aqui também, à Adriana, representando o nosso ministério, a quem somos vinculados. É importante ressaltar essa pauta, a qual julgamos fundamental para o desenvolvimento da Amazônia. Principalmente quando se fala em desenvolvimento, não se pode deixar de falar de infraestrutura.

Se formos avaliar hoje todos os grandes empreendimentos na área de geração de energia, infraestrutura da nossa Amazônia, a Sudam tem tido uma participação fundamental. Esse é um importante instrumento, através do recurso do FDA, que é gerido através dos parceiros: Banco do Operador, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. E temos a meta, junto ao ministério, de vincular mais dois bancos ainda este ano, com os quais estamos já com as tratativas em andamento.

Foi colocado aqui pelo nosso colega do Banco da Amazônia, Luiz Lourenço, a participação nesses projetos de geração de energia, porque, quando se fala em desenvolvimento, o princípio básico é ter infraestrutura. Isso aí é óbvio.

E a participação no Estado de Roraima – em retirar aquele estado, ainda o único estado fora do sistema nacional de geração de energia – também tem sido uma atuação muito forte da nossa parte, junto às empresas que estão vinculadas à atuação naquele lote, entre outras.

Estamos tratando também, muito fortemente aqui, da questão dos grandes corredores de escoamento de produção, BR-163, lote da BR-163, que foi loteado, e agora estamos também nessas tratativas, considerando que são importantes para a economia daquela região.

Importante ressaltar, Senador, a sua atuação na prorrogação dos incentivos.

Importante instrumento esse. E agradecemos, nas pessoas de todos os servidores, toda a sociedade amazônica, porque, sem sombra de dúvida, quando se fala em custo Amazônia, sem incentivo é muito difícil fazer economia aqui na Amazônia. Dessas empresas, as indústrias se utilizam desse incentivo, que é fundamental para a sobrevivência e melhoria da economia da nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para trazer um dado mais concreto, em 2023, nós, que chegamos aqui na Sudam, no meio do ano praticamente, tivemos um recorde de aprovação de projetos: 132 projetos aprovados em 2023, que representam a manutenção de quase R$550 bilhões de investimento na Amazônia e mais R$1,7 bilhão de incentivos fiscais relacionados à redução de IR, que, concretamente, traz a manutenção e criação de quase 40 mil postos de trabalho. Isso, sem sombra de dúvida, é um reflexo da atuação desse importante incentivo, importante instrumento que a Sudam opera, mesmo tendo passado por um processo de desidratação por um tempo curto, mas, com a equipe, com a coordenação do nosso Superintendente Paulo Rocha e apoio da nossa bancada, temos conseguido avançar de forma muito eficiente, melhorando o processo. Sem sombra de dúvida, isso é fundamental, porque a empresa precisa ter previsibilidade, a empresa não pode entrar com um processo aqui e não ter data para sair. E nós temos trabalhado muito fortemente na revisão desse fluxo, Senador, junto ao ministério, junto à Procuradoria, junto ao CGU e TCU, para que nós possamos avançar com segurança e eficiência, porque não necessariamente acreditamos que burocracia é sinônimo de segurança, ao contrário.

Temos trabalhado também muito fortemente numa atuação para que a Sudam possa atuar de forma ativa e mudar um pouquinho essa visão que, ao longo dos anos, foi se enraizando, de que nós só trabalhamos propostas passivas, é o que chega para a Sudam. E a Sudam precisa ter um retrospecto de atuação nos estados, nós precisamos ter dados, até para prestar contas para a sociedade, de quão eficiente é a atuação dos nossos instrumentos. Isso nós não temos hoje, mas estamos trabalhando para ter, para que a Sudam possa identificar oportunidades, seja no setor de turismo, seja no setor industrial, seja no setor produtivo, e atuar de forma ativa. Como? Através de seminários, através de apresentação e desmistificação desse instrumento, que, sem sombra de dúvida, para alguns ainda parece algo impossível de acessar. Nós precisamos levar esse instrumento para a sociedade, para o povo. Parceria através das federações das indústrias dos estados, já estivemos fazendo no Amazonas. Temos trabalhado a questão da interiorização dos incentivos fiscais em parceria com a Suframa, o que tem dado excelentes resultados para a forma de atuação da nossa Sudam.

Nesta oportunidade nos colocamos à disposição para esclarecer, para fornecer mais dados e informações – para que a plenária possa questionar – e para subsidiar também a mesa para novas informações. Então, estamos à disposição, aqui, Senador Beto Faro e demais membros.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Jorge Frota, representante da Sudam.

Passo a palavra à Samantha Ferreira, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA (Para expor.) – Obrigada. Gostaria de agradecer o convite, Senador, e agradecer a todos pela oportunidade de falar desse tema que é tão importante para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente sempre começa lembrando de onde partimos e por que é tão positivo o momento em que estamos agora. Tem a ver justamente com o fato de o Brasil ter finalmente uma nova política industrial que está totalmente alinhada ao que o mundo está fazendo.

Então, o primeiro eslaide lembra um pouco de onde partimos e traz pontos que já foram mencionados aqui, seja pelo Senador, seja pelo Felipe, que dizem respeito à desindustrialização acelerada que o país vive, à perda de participação acelerada no PIB. Então, existe um movimento natural, o setor de serviços cresce em importância, no entanto, nós ainda somos um país de renda média e temos a mesma participação que um país de renda alta, por isso a gente fala que a participação da indústria no PIB é similar à dos países de alta renda, e ainda não somos um país de alta renda, por isso a gente fala que essa desindustrialização é precoce e acelerada.

A gente perdeu complexidade econômica, então, os setores que têm maior complexidade, que são mais sofisticados, perderam importância na nossa estrutura produtiva, consequentemente, na nossa pauta de exportações – a gente chama esse processo de primarização. Tudo isso tem a ver com a baixa produtividade da nossa economia, que também é reflexo da baixa inovação, do ambiente econômico desfavorável ao investimento, bem como do nosso elevado custo Brasil. A CNI, há mais de 20 anos, fala sobre a necessidade de combater o custo Brasil, que reúne os problemas econômicos e institucionais que aumentam os custos de se operar no Brasil – eu vou falar mais sobre isso à frente – e, além disso, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento produtivo e tecnológico de longo prazo. Então, dado todo esse cenário, é onde estamos agora. O nosso PIB, quando a gente olha o crescimento na última década, cresceu de maneira muito lenta, 0,5% ao ano em média. Isso aconteceu porque a nossa indústria de transformação encolheu 1,4% ao ano em média, enquanto o nosso setor agropecuário teve um crescimento de quase 3% e o nosso setor de serviços um crescimento de 1%.

Então, a indústria tem um papel, como o Felipe já disse, é um meio para o desenvolvimento econômico. Ela reúne os empregos de maior qualidade, paga salários maiores que a média do Brasil, é o setor que mais investe em pesquisa e desenvolvimento – quando a gente olha a participação nos gastos empresariais em P&D, são quase 70% feitos na indústria –, portanto, é um setor que importa para o nosso desenvolvimento de longo prazo, para a sustentabilidade do nosso crescimento econômico, para que a gente consiga crescer a taxas mais elevadas e, de fato, melhorar as condições de vida da população. Então, o tema hoje são as desigualdades regionais, a redução da pobreza, e isso tem a ver com retomar a indústria, retomar a industrialização em novas bases.

E, aí, do outro lado, a gente mostra o que o mundo vem fazendo. A gente tem um contexto econômico mundial bastante complexo, um contexto geopolítico complexo, marcado por várias tendências que a gente já conhece, como a tendência de digitalização, que tem a ver com as novas tecnologias digitais, seja a inteligência artificial, a computação em nuvem, a realidade aumentada, a robótica. Isso tudo significou uma oportunidade bastante grande de os países tentarem recuperar sua competitividade, principalmente as economias desenvolvidas, frente à concorrência asiática. Começaram a lançar planos ali, depois da crise econômica, em 2008, 2009, tentando recuperar sua competitividade e produtividade. Tivemos a pandemia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que reforçou essas tendências. E a gente tem o acirramento das disputas comerciais e tecnológicas, principalmente entre Estados Unidos e China, e tivemos agora, de forma mais urgente, a tendência de emergência climática. Então, os países lançaram ainda mais planos após a pandemia e têm nos seus planos – seja os Estados Unidos, seja a União Europeia, tem ali vários países importantes – o tamanho dos recursos que eles estão investindo para recuperar as suas indústrias domésticas, eles vêm tentando justamente construir as bases da nova indústria, que precisa reduzir os impactos no meio ambiente, afinal a gente está diante de um problema que afeta a nossa sobrevivência. Além disso, precisam se adaptar às questões que estamos vivendo. Então, tivemos a pandemia, tivemos a exposição de vulnerabilidades das cadeias produtivas, temos os países se preocupando mais com a segurança nacional diante do aumento dos conflitos que a gente está assistindo.

Então, a gente fez uma conta pegando planos lançados desde 2019 dos principais países do mundo e soma mais de US$12 trilhões. Esse gráfico mostra alguns dos países: Estados Unidos, US$2 trilhões; Reino Unido, US$1,7 trilhão; União Europeia, US$1,7 trilhão; Japão, US$1,3 trilhão. Então, o Brasil lançou a Nova Indústria Brasil (NIB), o Plano Mais Produção centraliza os recursos da NIB, são R$300 bilhões, quando a gente converte para dólares são US$60 bilhões. Então, é o início de uma política que deve ser uma política perene, que deve resistir às mudanças de Governo, porque ela dá o norte para o país. Ela está falando de criar as condições para que as empresas consigam se adaptar a essas novas tendências, é uma questão de sobrevivência, de competitividade.

Sou eu que passo, não é?

Então, o Nova Indústria Brasil está totalmente alinhado ao que o mundo está fazendo. Como o Felipe já disse, ele é uma política industrial moderna. Ele não parte da escolha de setores, ele não parte da escolha de empresas, de tecnologias, ele parte de missões. Então, a gente escolhe problemas contemporâneos da nossa sociedade para a gente resolver. E aí, por meio da indústria, por meio de todos os setores, por meio da sociedade, com a articulação de vários atores – a gente está falando da academia, do setor privado, dos trabalhadores, por isso a missão é tão complexa –, a gente tenta resolver esses problemas, e isso vai culminar na melhoria das condições de vida do nosso bem-estar em geral.

E aí, a gente tem um *mix* de vários instrumentos dentro da Nova Indústria Brasil. Eles foram organizados ali em três grupos: financeiros, regulatórios, compras públicas, e aqui eu aproveito para enfatizar o fato de que ali estão medidas para combater o custo Brasil. Afinal, a política industrial não acontece no vácuo, então o sucesso da política depende também da redução do custo Brasil.

Fatores críticos do custo Brasil: a gente teve agora a aprovação da reforma tributária, ainda temos passos a dar sobre a regulamentação, mas essa vai ser uma injeção de competitividade bastante importante nas empresas, porque reduz custos para as empresas, seja de investimento, seja de produção, seja de exportação. A gente está falando da redução da acumulatividade, por exemplo, da menor complexidade, e tudo isso vai significar maior competitividade e também vai ter uma contribuição sobre a redução das desigualdades regionais. Então esse foi um passo importante que demos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro fator crítico está na parte de custo do capital, disponibilidade de custo do capital. Temos um *spread* bancário bastante elevado, uma das maiores taxas de juros do mundo. Isso não incentiva o investimento, que é uma variável chave para a inovação, para a produtividade, então esse é um fator, é outro fator crítico.

Outros que a gente sabe bem que importam e que estão ali contemplados nos objetivos das políticas estruturantes do Governo, como por exemplo a infraestrutura, então ela está ali no PAC também, está aqui na Nova Indústria Brasil. Então para citar alguns fatores que importam para que a política também dê resultados.

Bom, essas são as seis missões da NIB, já foram citadas aqui as que mais têm aderência à Região Norte, quando a gente está falando aqui do tema principal da audiência hoje. Todas estão olhando para problemas, e é isso que eu quero enfatizar aqui.

A primeira está falando de segurança energética e segurança alimentar. A segunda está falando de reduzir as vulnerabilidades das cadeias produtivas relacionadas à saúde. Então, vacinas, medicamentos, dispositivos médicos, aumentar a nossa capacidade de produzir esses produtos e também de exportá-los. A Missão 3 está falando da infraestrutura para maior integração produtiva e maior bem-estar nas cidades. Então, melhorias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Ops... Eu tenho dez minutos e estou no terceiro eslaide. Puxa vida! (*Risos.*)

A transformação digital para aumentar a produtividade. Essa missão é transversal e ela beneficia todos os setores, todas as empresas. Também a Missão 5, porque fala de transição energética, e todos precisam se adaptar e reduzir os impactos ambientais. Então, a gente está falando de revolucionar a forma como a gente produz, reduzindo os impactos ambientais, reaproveitando a água, reduzindo o consumo, reaproveitando resíduos, etc. E a Missão 6, que cuida da segurança nacional. Então, por isso, ali está o setor de defesa, que é estratégico – os países estão gastando mais nessa área também – e gera transbordamentos para a economia como um todo. Foi assim a missão Apollo, que criou a internet e o GPS, por exemplo.

Agora vou me voltar... Bom, a gente dá destaque para o Plano Mais Produção, que centraliza os recursos da NIB – o BNDES vai falar também e a Finep também. A gente dá destaque aqui ao Brasil Mais Produtivo. E aqui é importante dizer que, para o desenvolvimento regional, isso importa muito: essa é uma missão transversal, e a gente está falando sobre modernizar a gestão das empresas, seja através das técnicas mais modernas de gestão, *lean manufacturing*, seja através das tecnologias digitais. E também tem as modalidades mais completas que querem que o Brasil seja capaz de desenvolver as soluções tecnológicas, porque tem a demanda nas empresas justamente para digitalização e aumento da produtividade. Então, a plataforma de produtividade já existe, o foco são pequenas e médias empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, dados de desenvolvimento regional, isso já foi bem dito aqui. Existe uma desigualdade regional, e esses dados são para mostrar isso. A gente não precisa se ater a esse eslaide, a gente já conhece essa desigualdade, e isso persiste no tempo. Então, quando a gente olha a última década, a gente percebe que isso persiste no tempo. Por isso é que a perspectiva regional, como bem disse o Felipe, tem que ser uma perspectiva da política. Isso também está na nossa Constituição.

Então, a gente precisa ter esse olhar para tentar, justamente, aproveitar as vantagens dos locais e gerar desenvolvimento produtivo de acordo com as suas vocações.

A gente teve, sim, um movimento de desconcentração industrial, mas vejam que, do ponto de vista da produção industrial, a indústria como um todo ou a indústria de transformação é bastante concentrada, e essa redução foi muito pequena. Então, quando a gente olha para a indústria como um todo, dada ali a participação da indústria ativa, a gente teve o Norte ganhando a maior participação nesse período. Quando a gente olha só o segmento da transformação, a gente já vê o Norte perdendo participação.

Aqui, uma forma de tentar integrar com a NIB é olhar para o perfil da estrutura produtiva da região, dos estados. Então, cada um está fazendo este exercício de tentar se conectar com as tendências que já estão dadas na nova política.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Então, a gente está falando da cadeia agroalimentar, da descarbonização – e já foi citada aqui a questão da saúde.

Então, a gente tem os minerais estratégicos, tem a bioeconomia, aqui estão as vantagens do país.

Eu acho que eu fecharia dizendo que, no caso da descarbonização, da transição energética, essa é uma das tendências em que a gente pode ser líder. Então, a gente pode estar na frente em razão das nossas vantagens comparativas, que precisam também... Não pode ser só um ganho comoditizado.

A gente precisa agregar valor, a gente precisa também desenvolver as tecnologias. Então, não é só exportar energia verde. A gente precisa também complexificar, densificar e gerar as tecnologias aqui no país – essa é uma tendência importante –, e a região concentra recursos que têm tudo a ver com o momento atual, ligado à transição energética, ligado à descarbonização, ligado à bioeconomia, e aí tem a ligação com a saúde, tem os biofármacos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Então, eu acho que o foco é justamente a questão da transversalidade. Várias das missões são transversais e beneficiam todas as regiões.

Aqui é a agenda legislativa da CNI, e eu fecho com ela. São projetos importantes para o sucesso da NIB, por isso está destacado ali o programa Mover, como a depreciação acelerada, como as letras de desenvolvimento industrial, como o fundo que é criado pelo programa Mover para o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

industrial. Então, acho que a mensagem mais importante é que a gente precisa que essa política dure no tempo, porque ela diz respeito a um plano estruturante, ela diz respeito ao planejamento de longo prazo, e é isso que a gente precisa considerar.

Obrigada.

Desculpe por passar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Samantha.

Passamos a palavra ao André Godoy, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

O SR. ANDRÉ GODOY (Para expor.) – Olá! Bom dia!

Gostaria de saudar o Presidente, Senador Beto Faro, todos da mesa e todos que estão aqui conosco hoje.

Eu falo hoje aqui representando a Associação Brasileira de Desenvolvimento. Nós somos 34 associados, entre eles todos os bancos federais – há aqui alguns presentes: BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia –, também todas as agências de fomento dos estados, os bancos de desenvolvimento dos estados, as cooperativas de crédito, que passaram a ter um papel muito importante na inclusão e no financiamento de todos os setores, os bancos públicos estaduais – Banpará, Banrisul –, para além da própria Finep, agência de inovação, e do Sebrae. Então, são 34 instituições que têm como propósito – para onde eu passo? – o tema do desenvolvimento. Então, *grosso modo*, a gente está falando de financiamento de longo prazo.

Essas instituições hoje respondem por quase metade do sistema financeiro nacional; 73% do financiamento de longo prazo; na parte do setor público, quase 100%; investimento em infraestrutura, 86%; crédito rural, 66%; então, tudo aquilo que a gente está falando que é investimento, são instituições que fazem investimento. E o forte – muito embora algumas tenham capital de giro – é o investimento, porque tem um efeito catalisador muito maior do que o de outro tipo de investimento. E eu ainda falaria do microcrédito, que tem um papel muito importante na redução das desigualdades.

Essas instituições financeiras, em 2022, concederam quase 19 bilhões para empreendedores formais e informais, o que é uma realidade hoje para quase metade da população empregada. A informalidade no Brasil é muito grande, é um problema a ser lidado, e o microcrédito faz essa função. E isso é muito forte nas Regiões Norte e Nordeste. Eu trago aqui o Banco do Nordeste como um exemplo mundial no que toca a quando a gente fala de microcrédito. Trago aqui como exemplo o Crédito Amazonas, falando aqui da realidade do Norte do país, e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que já é uma política de Estado. Então, acho que a gente falou aqui um pouco do tema da NIB, de se tornar uma política de Estado. O microcrédito se tornou uma política de Estado. Os governos passam e o programa permanece, isso é muito importante. E essas instituições financeiras de desenvolvimento, as pequenas, as agências de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fomento dos estados, quase todos os estados têm. Na Região Norte só três estados não têm, a gente está falando do Acre, de Rondônia e também do Maranhão, mas os demais, todos, ou têm um banco de desenvolvimento, ou têm uma agência de fomento que fazem esse papel importante do microcrédito para o turismo, no qual são muito fortes.

No turismo, especificamente, eu falaria aqui do Fungetur, que é um fundo muito importante. Hoje foram mais de 10 mil operações nos últimos cinco anos, 3 milhões em valores contratados. Ele tem um papel importante no micro produtivo. A gente está falando de crédito, mas que, efetivamente, vai gerar uma produção ali na frente.

E aí, como que o papel dessas instituições financeiras conversa com a política industrial, com a nova política industrial? Então, eu estou aqui falando um pouquinho hoje sobre a Finep, dou umas pinceladas ali com o BNDES, mas, enfim, hoje, se a gente falar que a taxa de juros do programa da Nova Indústria Brasil é de 2%, eu falo que 2%, que uma taxa de crédito dessa natureza, nem com a nossa mãe a gente consegue! Então, hoje a Finep e o BNDES vêm trabalhando com uma taxa de juros dessa natureza e passando para os agentes, para cada um dos estados, para que eles possam operar num patamar desse.

Aqui foi dito um pouquinho do tema das missões, aqui trazendo os dados um pouco da Finep, que são dados de 2024. Acho que a mensagem que eu quero passar aqui é o seguinte: a gente está falando ali, que já foi, já está falando de um valor aprovado deste ano da ordem de quase R$2 bilhões, só da Finep. Então, isso já está acontecendo, a política foi lançada em dezembro, não é? (*Pausa.*)

Em janeiro, foi em janeiro, e já foram R$2 bilhões só nestes quatro primeiros meses. Então, é muita coisa que já está acontecendo. Então, essas operações vão de forma direta pela Finep ou vão para os próprios parceiros nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e assim por diante.

Aqui um pouquinho os números da Finep – a gente fala de bilhão, milhão, às vezes a gente perde a noção se isso é mais ou menos, mas isso aqui é um pouquinho a média de 2019 a 2022 –, no gráfico à esquerda em volumes contratados e em número de projetos. Então, a gente está falando lá de um crescimento de 2 vezes, três vezes mais, quase 3 vezes mais em operações de crédito dessas instituições. Imaginem que isso aqui ainda vá gerar um efeito catalisador maior ainda quando entra no investimento produtivo, mas a gente fala de número, número, número... "Quero ver os projetos".

Vou trazer só três aqui como exemplos, que são projetos novos, imagino que foram aprovados agora: fertilizantes na Bahia – fertilizantes são um problema brutal para o país, todos nós sabemos, e isso veio à tona em função da guerra na Ucrânia –; sementes sintéticas para cana de açúcar – imaginem que isso é a nossa solução para a nossa descarbonização, poder fazer o nosso álcool, o nosso etanol ser produtivo na descarbonização dos nossos veículos –; e produção de hidrogênio a partir do biogás. Isso aí são exemplos de projetos.

Eu, em particular, tenho um contato muito grande com o Piauí, que tem projetos muito avançados na parte de hidrogênio verde, que pode ser uma solução para diversos estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Finep, em particular, se orientou por programas e também por missões, seguindo o exemplo do CNDI. Eu chamaria atenção para o programa 1 e para o programa 4, que são focados na Região Norte. O programa 1... E agora eu estou falando de ciência. Vou pular aqui a etapa, falar um pouquinho de ciência e não mais só de inovação, mas que é fundamental para que a gente complexifique a indústria nessa região. Há o Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica, então 30% dos recursos do FNDCT, no que toca a infraestrutura de pesquisas, vão para a Região Norte e Nordeste; e o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica ou Pró-Amazônia. Então, nesse primeiro programa, são R$300 milhões para essas três regiões, no mínimo, e aí a gente está falando de infraestrutura laboratorial, universidades, institutos. E, na parte de Amazônia, especificamente, só em abril, são R$450 milhões aí de programas, seja para bioeconomia, seja para infraestrutura científica, seja para projetos de pesquisa em rede. Então, são coisas que estão acontecendo. Esse aqui vai acontecer nesse mês. Mês que vem a gente poderia fazer outra apresentação e mostrar um pouquinho mais.

Sem antes falar um pouco dessa ação dessas instituições – no Senado e na Câmara dos Deputados existe uma frente parlamentar mista para poder tratar dessas instituições e de agendas importantes, dessas instituições de cada um dos estados, a Frente Parlamentar de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento –, aqui a gente tem algumas agendas importantes, algumas agendas legislativas importantes, entre elas, o fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que permite que essas ações aconteçam; o Programa Mover, que é um programa muito importante; as Letras de Crédito de Desenvolvimento, que são uma agenda importantíssima para o financiamento da indústria, tais como as Letras de Crédito do Agronegócio, tais como as Letras de Crédito Imobiliário, tais como o agro, que deu certo. E a gente se vangloria de o Brasil ser uma potência mundial. A indústria tem esse potencial, e as Letras de Crédito de Desenvolvimento é justamente um incentivo com recursos privados, que não impactam no superávit fiscal, que efetivamente vão ser possíveis, para que a gente possa financiar a nossa indústria. E isso são pautas.

E, por último, não poderia deixar de falar, são eventos importantes que a gente está fazendo em conjunto com a Frente Parlamentar de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento, esse em particular no dia 25 de abril, no Rio de Janeiro, no BNDES (Banco de Desenvolvimento do Brasil), em que a gente vai discutir com cada um dos estados, então tem representantes dos estados do Sul, Parlamentares da Região Norte, Parlamentares do Nordeste, que vão poder discutir a efetiva realização da política, dos instrumentos de crédito, como que as Letras de Crédito de Desenvolvimento podem trabalhar, quais são as barreiras, as dificuldades das regiões, para que a gente não fique só, efetivamente, em Brasília ou no Rio de Janeiro e São Paulo, pensando o Brasil inteiro. Eu falo que a gente discute muito a Amazônia, mas é importante entender a realidade, o que está acontecendo lá dentro, para a gente não ser criticado, tal como, muitas vezes, a gente tem algumas observações com países que têm políticas para a Região Norte, para a Região Amazônica, mas, efetivamente, nunca pisaram lá.

Então, esse é o momento, esse é o momento de discussão. Eu gostaria de chamar a atenção para esses pontos. Fico aqui à disposição de todos, antes do sino. Muito obrigado. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu me preocupei aqui em fazer...

A Cristina Reis, Secretária de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Ministério da Fazenda, chegou. Acho que a gente podia dar uma puxadinha na cadeira mais para cá. Fiz questão de ela vir para sair na foto aqui com todos na mesa, porque senão ela seria...

A SRA. CRISTINA REIS (Para expor.) – Eu cheguei toda atrasada e ia sentar ali no cantinho, para não atrapalhar mais e nem perturbar a vida de vocês, porque já são muitas falas. Imaginem mais uma agora, no último minuto.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ainda tem mais uma.

A SRA. CRISTINA REIS – Mas o Senador foi supergentil e falou assim: "Pode se sentar à mesa, porque a gente veio aqui falar de um tema muito importante hoje que é a Nova Indústria Brasil".

Vou cumprimentar as minhas colegas de mesa: a Secretária Adriana; o Secretário Felipe; o André Godoy, da Finep e da ABDE, com quem a gente tem feito várias ações; a Samantha, que eu conheço de muitos anos de política industrial; e, claro, o Senador, a quem eu cumprimento em nome do Ministério da Fazenda e do meu chefe, Guilherme Mello, por todas as ações que vem liderando aqui.

Quero cumprimentar a Erica, com quem tenho um dos meus melhores artigos no *Journal of Economic Issues*, sobre a importância do investimento público brasileiro, que é também tema aqui da Nova Indústria Brasil.

Gente, eu não vou tomar os nove minutos que me cabem, justamente pelo meu atraso, mas o recado principal que eu quero deixar aqui é que o Ministério da Fazenda apoia a Nova Indústria Brasil, as seis missões, a neoindustrialização, e o Plano de Transformação Ecológica da Fazenda está aqui a serviço também das missões industriais.

Marcelo, já estou sentindo sua falta lá no grupo de trabalho Mercado de Carbono, viu? O Marcelo atuou muito ali e sabe como a gente tem tentado na Fazenda, junto ao Mdic, junto às diversas secretarias – a do Secretário Rollemberg e a do Secretário Uallace –, à Secretária-Executiva do Conselho Nacional do Desenvolvimento Industrial, Verena, dar esse suporte através dos instrumentos necessários para a neoindustrialização. E é sobre esses instrumentos que eu vim falar.

Para promover a descarbonização, gerar empregos, gerar oportunidades de trabalho decentes, gerar renda que imprima uma dinâmica sustentada da economia, ao mesmo tempo que se promove o meio ambiente – preserva-se, conserva-se e regenera-se –, combatem-se as crises climáticas e diminuem-se as desigualdades, sejam elas nas dimensões de gênero, étnico-raciais, regionais – e aqui está a Secretária que lidera a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e territoriais da renda –, é necessária uma visão integrada nos planos de Governo. Eu acho que esta mesa vem justamente sinalizar isso. Nossas visões são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

integradas no sentido do desenvolvimento sustentável raiz, que é aquele que combate as desigualdades e, ao mesmo tempo, enfrenta a crise climática.

Mas quais são os instrumentos? Aí, geralmente, vem a pergunta, vem a Nova indústria Brasil, o Plano de Aceleração de Crescimento, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, os planos do MCTI, o Plano Clima... Precisamos de incentivos econômicos e financeiros, e aí entra a Fazenda na jogada.

Então, a ideia do Plano de Transformação Ecológica é justamente esta: complementar, fornecer esses incentivos de uma forma coerente, que é essa ecologia.

E quais incentivos a gente tem desenhado? A gente dividiu, separou, para o nosso critério de organização e planejamento, as diferentes iniciativas na Esplanada e no Congresso também, designando alguns eixos de atuação, quais sejam: finanças sustentáveis, adensamento tecnológico, bioeconomia e sistemas agroalimentares, transição energética, economia circular e nova infraestrutura de adaptação. Nesses eixos, cada um deles tem um pacote de incentivos, de instrumentos, e aí eu vou chamar atenção para alguns deles, principalmente que impactam aqui a pauta da indústria.

Em primeiro lugar, o projeto de lei de mercado regulado do carbono, que consta, inclusive, na NIB como um dos instrumentos regulatórios, e a gente sabe que a nossa indústria está comprometida com a sustentabilidade. Eu sempre digo assim: o próprio setor demanda uma regulação, não é, Samantha? E, ao elaborar esse projeto de lei no Executivo que foi protocolado aqui no Senado, na Comissão de Meio Ambiente, votado, aprovado, foi à Câmara e agora retorna ao Senado, a gente visa a uma total integridade do nosso processo de descarbonização, que vai gerar oportunidades de negócios, de inovação tecnológica, para que a indústria, principalmente, que afinal acabou sendo a mais afetada pelo projeto de lei, se descarbonize, mas, ao mesmo tempo, gerem-se incentivos para o mercado voluntário de créditos de carbono e para novas rotas tecnológicas. Então, para isso é preciso também ter projetos de crédito e financiamento para o investimento nessa pesquisa, nesse desenvolvimento tecnológico. E aí vem, por exemplo, o Fundo Clima, que é operado pelo Ministério do Meio Ambiente – perdão, a gestão é do Ministério do Meio Ambiente e é operado pelo BNDES – e que vai receber os aportes dos recém-lançados títulos soberanos sustentáveis para projetos de investimento e descarbonização. Então, a primeira emissão, no ano passado, desses títulos rendeu US$2 bilhões, boa parte alocada ao Fundo Clima para setores específicos de descarbonização.

Outra ação que eu quero ressaltar aqui é a taxonomia sustentável brasileira, que é aquela que vai dizer se uma atividade econômica é sustentável ou não, porque a palavra sustentável todo mundo entende, mas como se mede? Quais são os critérios? Então, a taxonomia vem para isso. Ela vai definir um rol de critérios que são coerentes com seus objetivos estratégicos, a saber, onze: sete ambientais e climáticos e quatro sociais. E essa é uma grande inovação da taxonomia brasileira, porque ela acrescenta objetivos sociais, que são esses que eu falei no começo da minha fala: redução de desigualdade, geração de emprego e universalização a serviços básicos para a qualidade da vida. Então, nós vamos examinar as atividades econômicas, os ativos financeiros, os projetos de investimento, estabelecer critérios, para apontar se eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

são sustentáveis ou não, a partir dessa perspectiva ambiental, climática, social e econômica. Isso promete canalizar, direcionar investimentos produtivos para a sustentabilidade, mas não proíbe os demais, apenas concede incentivos para essa rota de sustentabilidade.

Então, eu acho, Senador, que esse aqui é um caminho importante para a nossa nova industrialização. Não se trata de necessariamente excluir setores ou um setor crescer para cima do outro. É possível uma rota de crescimento, de transição, mais além de transformação da matriz produtiva, porque é disso que se trata a neoindustrialização, para atividades e tarefas com maior intensidade tecnológica, maior complexidade econômica, e, assim, o Brasil adentrar em nichos estratégicos das cadeias globais de valor, que é um grande desafio neste momento em que a competição internacional de mercados e de países geopolítica está muito acirrada. Então, esse aqui é um panorama internacional e nacional dos objetivos da transformação ecológica que não pode prescindir da neoindustrialização. Como se sabe, a indústria é central para o desenvolvimento, é central para as inovações tecnológicas e para que um país se mantenha soberano e reduza sua dependência de tecnologia financeira e fique, assim, menos vulnerável às volatilidades macroeconômicas internacionais.

Com isso, encerro, Senador.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Cristina.

Passamos, então, a palavra ao último palestrante, João Paulo, que é Superintendente de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos, colegas da mesa, amigos, Felipe, Cris, Samantha, todos...

Peço desculpas por não poder estar presencialmente aí, com vocês, mas vou tentar fazer a contribuição do banco aqui, também de forma rápida, Senador.

Eu não sei se a equipe do Senado pode colocar a apresentação do meu projeto por aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode compartilhar, sim.

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (*Por videoconferência.*) – Só um instante, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Se tiver alguma dificuldade, a gente apresenta aqui.

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (*Por videoconferência.*) – Só um instante. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vocês veem a apresentação? (*Pausa.*)

Vocês veem a apresentação, pessoal?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (*Por videoconferência.*) – Vamos lá, então.

A minha apresentação aqui, Senador, como os meus colegas que me antecederam falaram bastante sobre a Nova Indústria Brasil, sobre a proposta das missões, eu vou tentar ser um pouquinho mais operacional aqui, no sentido dos instrumentos, e tentar trazer, agregar um pouco mais de informação, aqui para a Comissão, tá? Então, vou falar especificamente do Plano Mais Produção, que hoje é o braço financeiro da Nova Indústria Brasil. Então, a gente tem toda a montagem por meio das missões, das seis missões definidas pelo CNDI, os objetivos, as metas operacionais. E o plano de ação, que hoje a gente vem revisando, vem discutindo, baseia-se em três principais pilares: medidas regulatórias, medidas de compras públicas e medida de financiamento, que a gente organizou, num esforço conjunto, aqui, do BNDES, da Finep, da Embrapii, nesse primeiro momento, em torno do que nós chamamos de Plano Mais Produção.

O André Godoy até mostrou algumas informações da Finep muito interessantes, e todas elas fazem parte aqui de um agregado do Plano Mais Produção. Depois eu vou mostrar um pouquinho de como ele se organiza e um pouco dos resultados também para Região Norte, que é o principal objeto aqui da nossa discussão.

O que é o Plano Mais Produção? Como é que ele deseja impulsionar e apoiar as missões do CNDI?

A gente organizou o Plano Mais Produção em quatro principais vertentes, então, os instrumentos do BNDES, da Finep, da Embrapii, de crédito, de recursos não reembolsáveis, foram organizados em quatro pilares do que se deseja para indústria brasileira: uma indústria mais inovadora e digital, uma indústria mais verde, uma indústria mais exportadora e uma indústria mais produtiva. São esses quatro pilares que organizam os diferentes instrumentos do Banco e das instituições e que contribuem ali para gente atingir parte das metas da Nova Indústria Brasil.

No caso da frente Mais Inovadora, de uma indústria mais inovadora e digital, a gente tem, como principal instrumento, a taxa TR, seja pela Finep, seja pelo BNDES. Aqui eu acho que vale reforçar um alinhamento muito expressivo entre as duas instituições, que estão trabalhando nas mesmas condições, com os mesmos prazos, para a gente realmente ser complementar no nosso apoio.

Nós temos as chamadas de temas prioritários com recursos não reembolsáveis, que a Finep vem lançando, de subvenção econômica para cada uma das missões. A gente tem, no PL 914, que cria o Mover... a atualização do Rota 2030, a criação de um fundo nacional de desenvolvimento industrial e tecnológico, que vai ser operacionalizado pelo BNDES. Então, recursos de contrapartida do setor automotivo virão aqui para o BNDES para gente poder retomar a indústria, apoiando pesquisas de desenvolvimento e inovação para a mobilidade, para a descarbonização. E um fator interessante, e novo aqui também, Presidente, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trazer mercado de capitais, instrumentos de mercado de capitais, para apoiar a nova política industrial tão necessária para o país.

Além dos instrumentos de crédito, o BNDES vem montando fundos de investimento para apoiar temas prioritários das missões industriais. O primeiro deles, já anunciado, foi um fundo de minerais críticos para a transição energética. O Brasil tem uma dependência enorme de exploração do ferro, e a gente aqui está buscando ampliar, por meio desse fundo, outros minerais que são importantes para a transição, como o lítio, como as terras-raras, como o nióbio. Então são outras formas de minerais e de agregação de valor a partir da mineração.

Na frente Verde, estão previstos aqui R$12 bilhões para indústria. Eu acabei não mencionando, mas esse plano pretende, de 2023 – ou seja, ele já puxa informações do ano passado – até 2026, nesse ciclo de gestão, ter um apoio de R$300 bilhões à indústria brasileira, então esses R$300 bilhões estão divididos nesses quatro principais qualificadores.

No caso do Verde, o principal instrumento é o que a Cris acabou de mencionar, aí na audiência, que é o novo Fundo Clima, que é algo extremamente importante e inteligente, no formato que foi organizado pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério do Meio Ambiente, de captar recursos externos, com os *green bonds*, e repassar as taxas que o Governo brasileiro conseguiu no mercado internacional para estimular projetos de descarbonização no mercado interno.

Como a Cris comentou, esses US$2 bilhões que foram captados, cerca de R$10 bilhões, eles foram repassados ao BNDES, isso já foi realizado, e a gente começou, duas semanas atrás, a operacionalizar o novo Fundo Clima, que tem várias possibilidades de apoio à energia renovável, especialmente para a indústria verde, projetos de descarbonização da indústria de base, novos biocombustíveis, biometano. A gente tem um conjunto aqui de potenciais apoios a partir do novo Fundo Clima, com taxas que começam, aqui no caso da indústria, a 6,15% ao ano, que já tem um diferencial expressivo aqui em relação à taxa Selic.

E a gente também tem um fundo, atuação por meio de mercado de capitais, para a transição energética, de forma bastante extensiva.

A terceira frente do Plano Mais Produção é a vertente de Mais Produtividade. Essa é a que tem o maior valor do plano previsto, R$182 bilhões. Aqui nós utilizamos todos os instrumentos que o BNDES possui, seja de forma direta e especialmente de forma indireta, ou seja, por meio dos agentes financeiros, como os agentes aqui da ABDE, que fazem o repasse de recursos e permitem que esses recursos cheguem às micro, pequenas e médias empresas. Então esse é o grande objetivo aqui, ampliar a produtividade por meio dessa frente do Plano Mais Produção.

A gente tem um segundo programa, em parceria e liderança do Mdic, do Brasil Mais Produtivo, tanto com o BNDES quanto com a Finep apoiando, junto com o Senai, os planos de digitalização das MPMEs. Então são linhas de crédito também a condições em TR, com que a gente digitaliza aquelas empresas, coloca essas empresas nessa nova fronteira digital, com o apoio e a consultoria do Senai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o BNDES, por fim, é o principal gestor do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), e a gente tem um conjunto enorme de projetos que estão levando banda larga para as regiões mais afastadas do país, com prioridade para escolas, para conexão de escolas, para o ambiente rural e para favelas. Então a gente tem a expectativa de operacionalizar pelo menos R$1 bilhão por ano no Fust até 2026, para a expansão de banda larga, que permite obviamente ampliar também a produtividade.

E por fim, fechando aqui o Plano Mais Produção, nós temos a vertente de exportação. É um tema que é tão caro à indústria, à competitividade da indústria brasileira e que infelizmente vinha sendo relegado nos últimos anos. O BNDES volta com bastante força para essa pauta da exportação, desde 2023. Temos, neste momento, um projeto de lei em tramitação, para início de tramitação no Congresso, de criação de uma subsidiária do Exim Bank que, como os principais países do mundo detêm uma subsidiária específica, aqui, do BNDES, para tratar de exportação, isso tem uma série de vantagens e flexibilidade de instrumentos.

A gente tem linhas de financiamento de pré-embaque e pós-embaque. O BNDES voltou a operacionalizar essas linhas.

Aqui é uma etapa em que o BNDES, praticamente, é fundamental em bens industriais. A gente não apoia aqui *commodities*, sejam da agropecuária ou *commodities* de mineração. A gente apoia produtos industriais em linhas de mais longo prazo para exportação, ou seja, tornando condições mais compatíveis com o mercado internacional para que as empresas tenham esse espaço.

A gente tem aplicado reduções de *spread* constantes nessas linhas. Eu vou mostrar um pouco qual é o resultado dessas informações, dessas medidas.

Bom, então, para fechar o Plano Mais Produção, sintetizando, nós temos seis missões industriais. A gente tem esses quatro qualificadores – verde, produtiva, exportadora e inovadora – e um conjunto de recursos que, a gente enfatiza aqui, são um piso. A gente gostaria de fazer mais, a gente pretende fazer mais, com parte das medidas que estão tramitando no Congresso, em especial com a LCD, e destinar R$300 bilhões, nesse período de 2023 a 2026, para o financiamento do Nova Indústria Brasil.

E aí a gente tem, como eu comentei, uma divisão entre o que é crédito, o que é não reembolsável e o que também é *equity*, que é uma inovação aqui dessa política.

Para fechar um pouco os primeiros resultados, a gente já nota uma inversão da curva de aprovações do BNDES em três temas aqui muito caros, tanto ao apoio à indústria... Então aqui nesses dados vocês podem observar, de 2022 a 2023, qual é o salto aqui nesse apoio. Então, em relação à indústria, é um aumento de 40% do apoio do BNDES, entre 2022 e 2023. No caso da inovação é de mais de 132%, agora com a possibilidade de utilização das taxas TR. E na exportação há um salto ainda mais expressivo, no ano passado, de mais de 176%. A gente financiou mais de R$13 bilhões em exportações brasileiras em 2023.

Bom, então o Plano Mais Produção tem esse formato. O BNDES está trabalhando, Senador, em breve, ainda em abril, para lançar uma plataforma para acompanhamento desse plano, pela sociedade, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

forma transparente, de todas as operações, da divisão por cada um dos eixos e da divisão por estados também.

Eu trago aqui uma primeira informação da nossa atuação na Região Norte, por exemplo, objeto da nossa Comissão. Então, desde 2023, o apoio do banco para a indústria, na Região Norte, somou R$3,180 bilhões, ao longo da Região Norte, em mais de 3.590 operações, majoritariamente de micro, pequenas e médias empresas, que foram a maior parte dos recursos. Aqui tem um pouquinho dessa divisão, nesse caso aqui, nos três eixos, nos temas do Mais Produção.

Um projeto de destaque, aprovado muito recentemente também, foi o investimento da Positivo, que tem várias unidades no Brasil, mas uma unidade bastante relevante em Manaus. Com recursos do Mais Inovação, a gente está atualizando aqui a planta, trazendo informações, tecnologias de 5G, para que a companhia também possa ganhar mais competitividade e avançar na transformação digital, que é uma das missões aqui da indústria.

Para encerrar a minha fala, porque eu já passei o tempo, a gente acredita que, de fato, a Região Norte tem um potencial óbvio enorme na bioeconomia, óbvio na infraestrutura, no saneamento. Acho que o BNDES tem tido um papel importante, mas eu queria trazer um destaque aqui para o turismo também. Eu acho que, com a COP a ser realizada em Belém, o banco está se posicionando tanto para apoiar o Município de Belém e o Estado do Pará na infraestrutura necessária para o recebimento do evento, mas também a gente tem feito... já fizemos quatro rodadas de encontros com empresários ainda no Pará, seja do setor hoteleiro, seja das outras atividades que vão compor, para que a gente possa dar o suporte possível para a boa realização do evento aqui. Pode ser uma grande alavanca para o Pará.

Obrigado mais uma vez, Presidente. Desculpe o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Presidente do BNDES.

Só um comentário rápido, antes de reabrir para os membros da mesa que quiserem se pronunciar – farão por mais dois minutos os comentários finais – sobre algum ponto que, por acaso, não tenham exposto na primeira fala.

Primeiro, quero dizer da minha alegria de ver hoje a tentativa de fazer uma integração entre os vários órgãos de Governo, os bancos, num diálogo aberto com os setores, inclusive produtivos, para que a gente possa trabalhar essa questão da Nova Indústria Brasil. Em muitos momentos da nossa história, cada um cuidava de si, cada um tinha uma integração efetiva de governo. Então, acho que é uma coisa extremamente importante para o sucesso desse plano.

Na nossa região, acho que nós temos que fazer um programa forte de comunicação, inclusive para poder colocar às pessoas – àquelas que querem empreender ali – as oportunidades que nós temos, nos bancos e no ministério, de todas as ações que nós temos feito, senão a gente acaba não tendo o sucesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desejado. Acho que essa questão da comunicação é fundamental. E já vejo iniciativa, não estou dizendo que estamos no zero, mas é preciso a gente trabalhar mais isso.

E uma última questão: é que, nessa coisa de diminuir a desigualdade entre as regiões, nós precisamos também trabalhar, nos projetos, a desigualdade entre as pessoas em cada região.

Eu vou falar aqui de três produtos nessa questão da bioeconomia, e que hoje, no meu estado, por exemplo, têm tido muito sucesso. O açaí é um dos produtos, e com uma rentabilidade quatro vezes mais do que é, por hectare, por exemplo, a questão da soja – quatro vezes mais. Hoje, o açaí no Pará dá R$150, R$170 uma lata de... uma rasa, como se chama lá, de 16kg, 17kg.

Então é uma coisa assim, uma rentabilidade enorme. Ele é produzido pela agricultura familiar e pelos pequenos. Começa um programa de industrialização que não é feito pelos pequenos.

E aí nós precisamos incentivar a questão das cooperativas e das organizações desses produtores para que a gente possa fazer a agregação, inclusive do valor, porque agrega muito. Eu estou falando isso do cacau, do açaí, do dendê.

Você pega todos esses produtos, com exceção do dendê, que tem grandes empresas atuando nessa produção, mas já tem muitos pequenos, os outros basicamente são produzidos por pequenos. E eu duvido que tenha um financiamento até hoje, nem do Banco da Amazônia, nem do BNDES, nem de qualquer banco, financiando uma cooperativa para poder industrializar esses produtos e agregar valor para esses pequenos. Não tem. Então, é necessário a gente ter uma orientação. O BNDES pode puxar isso, ou Banco da Amazônia, inclusive do fundo constitucional. Nós criamos o fundo na Constituição para diminuir as desigualdades regionais, mas também para diminuir as desigualdades que existem dentro da própria região. Então, como missão, o fundo é para isso.

Eu queria fazer esses comentários e abrir aqui a palavra, não necessariamente na mesma ordem em que se falou no início, para aqueles que quiserem se posicionar.

Felipe, podemos começar? (*Pausa.*)

Ela foi a última, não é? Mas pode falar.

A SRA. CRISTINA REIS (Para expor.) – Está funcionando? Alô... Agora, sim.

Bom, primeiro eu queria cumprimentar o João Pieroni, porque eu cheguei e não sabia que ele estava *online* também. Então, João, excelente apresentação!

Olha, Senador, eu estou plenamente de acordo, primeiro com a questão do conhecimento – vamos chamar assim –, de um processo de letramento para que as populações, os grupos populacionais conheçam essas diversas iniciativas de governo, essas possibilidades de financiamento, de empreendedorismo, de novos negócios que essa economia verde e sustentável vem trazendo. Então, isso é um ponto de pauta urgente, porque não há transformação se essa coletividade não estiver envolvida e sem que esse encontro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de demanda e oferta seja possibilitado. Os mercados não funcionam. Existe muita assimetria de informação para que essas forças da oferta e da demanda se encontrem automaticamente. A gente precisa contribuir, do ponto de vista mesmo de estratégias de comunicação, de conhecimento, de letramento, para que essas políticas cheguem a quem precisam chegar. Então, este é um ponto aqui que é uma pauta perene, que é do próprio processo democrático e que a gente precisa fortalecer. E é por isso que, mais uma vez, eu quero felicitar esta oportunidade aqui, esta audiência pública sobre esse tema, porque vem nesse sentido de disseminação do conhecimento, de disseminação das atividades de governo.

Agora, quanto às cadeias produtivas da bioeconomia, por exemplo, no Pará, no Norte do país, elas apresentam um potencial enorme para combater o desmatamento, para o uso sustentável do solo, para promoção, conservação, regeneração da nossa biodiversidade, ao mesmo tempo em que geram renda, geram emprego justamente para essas populações locais. Então, já tem aí exemplos mais consolidados, como açaí, cacau, dendê, mas há uma série de outras culturas da bioeconomia que a gente pode incentivar. E é preciso dizer que essa bioeconomia, mas sociobioeconomia, pode, sim, conviver também com a biomanufatura, com os biocombustíveis e com todo esse programa de neoindustrialização, que possui diferentes frentes de atuação que estão organizadas em missões.

Então, corroborando a sua fala, deixo aqui esta mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Cristina.

Passo a palavra para a representante da CNI.

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA (Para expor.) – Obrigada.

Acho que eu vou fechar também focando no primeiro ponto, que é o da sensibilização.

A CNI tem um planejamento – e já está trabalhando nisso – que é tentar traduzir as informações das medidas para as empresas, e a gente trabalha usando a capilaridade que o Sistema Indústria tem, então, em parceria com as federações de indústria, que foram mencionadas aqui em uma fala, em parceria com os núcleos de crédito nos estados. A CNI vem conversando muito com a Finep, com o BNDES, e foi lançada recentemente uma cartilha, divulgada pelo Núcleo de Acesso ao Crédito nos estados, que tenta justamente levar as informações para as empresas, são elas que vão fazer os investimentos.

A gente tem outros serviços, como, por exemplo, o MEI Tools, que faz uma lista dos incentivos à inovação, também no sentido de assessorar, de tentar levar as informações sobre as linhas, e assim queremos fazer para toda a política, levando as informações para os estados, para as empresas.

Quero destacar que, nesse trabalho que a gente vem fazendo aqui, muito junto com o ministério, acho que o passo que está se dando agora é justamente o de entender as características da indústria, então é justamente identificar, seja por porte, levando em consideração o porte das empresas, seja levando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consideração as regiões do país, todos os fatores que são importantes para o direcionamento dos investimentos, para alavancar o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Acho que era essa a minha mensagem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado à nossa representante da CNI.

Vamos fazer uma alternância com quem está remoto.

Vou passar a palavra ao representante do Banco da Amazônia.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sendo bem breve, Senador, eu queria agradecer pela possibilidade de estar apresentando aqui as linhas do banco e colocar o Banco da Amazônia à disposição de todos, para que a gente consiga alcançar êxito nesse programa da Nova Indústria Brasil. É muito importante avançar com isso. O senhor colocou bem esses exemplos da bioeconomia local aqui do nosso estado, mas em todos os estados da Amazônia a gente tem uma cadeia interessante a ser (*Falha no áudio.*).

Então a gente está aqui à disposição para contribuir com a Comissão, com essas iniciativas, com o programa da Nova Indústria Brasil, para que alcance esse resultado, em parceria com esses outros grandes agentes financiadores, como o caso do BNDES, como a Sudam, e também com o apoio de toda a sociedade brasileira.

É muito importante a gente alavancar a nossa indústria, colocar a verticalização da produção da Amazônia, que é um desafio grande, e a gente é conhecedor disso e sabe que esse programa tem tudo para ser um êxito, contando com o apoio dos ministérios e contando com o apoio também dessa Casa tão importante que é o Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Passo a palavra ao Felipe, do Mdic.

O SR. FELIPE MACHADO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu vou terminar explorando um ponto que eu acho que é fundamental, que o próprio Senador trouxe na fala dele, que diz respeito à coordenação e articulação: isso não se deu por acaso, se a gente olhar aqui nas próprias exposições, os presentes devem ter notado que o discurso está muito alinhado entre todos esses atores, os mais diferentes do Governo, e isso é resultado de uma determinação, inclusive, presidencial de criação, como eu já falei antes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e um esforço muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

grande da parte de todos os meus colegas para fazer com que realmente isso fosse levado a cabo. Então, a gente tem aí um discurso muito homogêneo, um senso de direção estratégico muito claro na cabeça de todo mundo. Eu acho que isso fica muito claro.

Senador, não é fácil trazer o Mdic, por exemplo, que gosta de gastar, com o Ministério da Fazenda, que gosta de poupar. (*Risos.*)

Então, já foi algo espetacular o que o senhor fez nesta manhã.

Então, acho que, para finalizar, fica muito claro também que a gente tem vários instrumentos. Acho que, como a Samantha falou, ainda são tímidos sob uma perspectiva internacional. Eu acho que, se a gente quer realmente transformar este país, a gente precisa pensar em investir muito mais do que a gente tem investido. Mas ainda assim é um bom início, e eu tenho certeza de que a gente vai ser bem-sucedido desta vez.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Passo a palavra ao representante da Sudam, Jorge Frota.

O SR. JORGE FROTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer, Senador Beto Faro, por mais uma excelente iniciativa, sem sombra de dúvidas, de trazer todos esses atores aqui que fazem parte desse início, desse pontapé inicial para que nós possamos levar adiante a política pública. Como o colega e companheiro colocou aí, é uma determinação presidencial e vem com os nossos ministérios, o nosso Ministro Waldez Góes e o nosso Superintendente Paulo Rocha. Nós temos levado só adiante esse planejamento, essa execução do que se pensa em desenvolvimento da indústria, principalmente na nossa Amazônia.

E quero me colocar à disposição aqui da companheira da CNI, porque nós temos trabalhado de forma regionalizada com as federações, mas acredito que nós podemos também trabalhar de forma global para mapear as indústrias que podem acessar esses instrumentos que a Sudam operacionaliza na Amazônia Legal e trabalharmos de forma ativa, provocando as empresas, apresentando o produto, e, sem sombra de dúvidas, estar levando esse importante incentivo para que gere muito desenvolvimento e renda para a nossa região.

Deixo aqui a Sudam à disposição para participar dos demais eventos, para os quais estamos imbuídos em trazer o nosso principal instrumento que é o incentivo fiscal, e para levar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia para a nossa região. A Amazônia é que está precisando desse desenvolvimento e tem contado com apoio da bancada paraense, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Vou passar a palavra ao André Godoy, que é Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GODOY (Para expor.) – Senador, eu queria me ater exclusivamente ao primeiro item que o senhor colocou, que é o tema da comunicação. Digo que, nos dias de hoje, se você não comunica, mais do que antes até – já era assim, mas se você não se comunica efetivamente –, você não está fazendo, as pessoas não percebem. Isso é gritante.

E, falando sobre o tema da comunicação, acho que eu vou chamar a atenção para este esforço – e este em particular –, este evento que vai ser feito no Rio de Janeiro correalizado com o BNDES, que tem o propósito de aproximar a Casa Legislativa, as duas, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, a sociedade, as instituições financeiras e a imprensa, para que possa ser vislumbrado o que está acontecendo, o que está sendo feito, as dificuldades que existem ainda para que se consiga atingir os objetivos, as dificuldades que estão tramitando dentro do Senado Federal e dentro da Câmara dos Deputados, e para que, no final das contas, a gente consiga chegar dentro do possível a alguns consensos do que é necessário e do que está faltando ser feito. Então são esse evento em particular, no dia 25 de abril, para se tratar da industrialização, e o segundo, por um acaso, sobre o turismo no Rio Grande do Norte, em maio.

Então, os dois têm esse objetivo de poder sanar essa lacuna importante, que é o tema da comunicação. Acho que ficou claro aqui, para todos nós, que tem muita coisa sendo feita, muita coisa sendo feita em todas as regiões do país, que já está acontecendo, já é realidade. E a gente precisa efetivamente colocar isso para fora, que a imprensa possa ter o conhecimento disso, que as pessoas possam discutir, e a gente possa ter uma discussão produtiva, não uma discussão dogmática em cima de propósitos e em cima de políticas.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Passo a palavra ao João Paulo, representante do BNDES.

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu agradeço o convite ao BNDES para participar da mesa. Eu acho que é uma satisfação.

É um acerto enorme do Governo brasileiro retomar a política industrial. Acho que a Nova Indústria Brasil é um enorme acerto para recuperar o protagonismo da indústria. Como mencionado, acho que a gente está bastante alinhado aqui entre as instituições, entre BNDES, o Mdic, o Ministério da Fazenda, o setor privado, a CNI, a Fiesp têm participado das discussões recorrentemente.

Faço aqui até um apelo ao colega do Basa e de outras instituições, para a gente juntar ainda mais, com o apoio do André, os bancos de desenvolvimento regionais no contexto da política, dentro do Plano Mais Produção. Acho que a gente pode fazer cada vez mais essa interação.

E eu acho que o momento agora, Senador, é justamente afunilar e descer dessas missões que são bastante abrangentes para aquilo que efetivamente os instrumentos vão ser mais capazes de induzir, de efetivar, para que a gente tenha uma efetividade lá na frente. Então acho que a gente tem um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agora de depurar um pouco melhor a política pública, para que a gente estabeleça focos mais claros, e aí, sim, a gente vai conseguir ter uma efetividade bastante ampla.

O BNDES está totalmente imbuído. A atual gestão do banco coloca a indústria como uma prioridade muito clara. Então a gente está totalmente imbuído no nosso apoio primordial, que é o financiamento, a estruturação de instrumentos, mas também na colaboração para estruturar essa política pública.

Estamos à disposição, mais uma vez, e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Passando a palavra à última palestrante aqui, a Sra. Adriana, representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES (Para expor.) – Eu agradeço ao Senador Beto Faro pelo convite, em nome do nosso Ministro Waldez Góes.

E reitero a parceria do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional na implementação do Plano Nova Indústria Brasil. Acho que a gente está num momento muito oportuno, após o lançamento nacional do plano, de a gente conseguir apostar na dimensão regional do plano Nova Indústria Brasil, valorizando o que as regiões têm de potencial, conseguindo evitar eventuais tendências de concentração regional do plano, e conseguirmos também olhar, internamente a essas regiões, oportunidades que temos nas cidades médias, na faixa de fronteira, com a produção regional.

O Senador muito bem mencionou o açaí, o cacau, o pescado. Temos tantos potenciais que podem ser alavancados aí. Essa economia regional pode ser alavancada com o plano Nova Indústria Brasil.

Acredito que é o momento de nós coordenarmos esforços, cooperar institucionalmente, colocando e disponibilizando os nossos instrumentos em torno desse propósito comum. A indústria é um grande vetor de desenvolvimento regional.

Vamos fazer diferente, vamos dar esse salto de qualidade, avançando e apostando na dimensão regional do NIB.

Então, meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 9 de abril do ano corrente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço imensamente aqui a participação de todos os representantes de órgão, da CNI, dos bancos. E acho que contribuímos muito para conhecimento, para tirar as dúvidas sobre esse novo programa e, com certeza, há ainda muito debate – faremos tanto no Senado como na Câmara e na própria Região Norte do país.

Agradeço e declaro encerrada esta presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga e Alan Rick, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Cid Gomes, Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Nelsinho Trad, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Rogerio Marinho, Jorge Seif e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência pública interativa com o Excelentíssimo Senhor Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo, com objetivo de apresentar as ações, projetos e programas que estão sendo desenvolvidos pelo Ministério, assim como as metas para o próximo quadriênio, em atendimento ao art. 50, §1º, da Constituição Federal e ao art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. **Participante:** Sr. Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo. Fizeram o uso da palavra os Senadores não-membros Sérgio Moro e Veneziano Vital do Rêgo, e os Deputados Federais Roberto Pessoa e Carlos Henrique Gaguim. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião, realizada no dia 16 de abril de 2024, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de abril de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Exmo. Sr. Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo, tendo o objetivo de apresentar as ações, projetos e programas que estão sendo desenvolvidos pelo Ministério, assim como as metas para o próximo quadriênio, em atendimento ao art. 50, §1º da Constituição Federal, e ao art. 397, §1º do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido, para tomar lugar à mesa, V. Exa. o Ministro Celso Sabino. (*Pausa.*)

Seja bem-vindo, nosso Ministro.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como eventual apresentação que for utilizada pelo expositor.

Na exposição inicial, o convidado poderá fazer uso da palavra por até 30 minutos, conforme o Regimento Interno da Casa, sendo que aqui nós sempre somos muito tolerantes com relação ao tempo. Ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, recebemos, por meio do e-Cidadania, algumas manifestações de cidadãos que gostaria de compartilhar.

João, do Maranhão: "Como o Ministro [...] está promovendo o desenvolvimento sustentável do setor turístico no Brasil?".

Aqui são perguntas, Sr. Ministro, que os internautas fizeram já para esta audiência pública.

Segunda pergunta, da Regislan, de Minas Gerais: "Existe algum projeto [...] [para] fortalecer o turismo em regiões do interior do país?".

Gabriel, de São Paulo: "[...] [como seria possível] impulsionar e tornar mais acessíveis as viagens de avião [...] [internas] para as classes mais baixas?". A preocupação dele é a mesma de V. Exa. e do Governo Federal.

Samuel, do Distrito Federal: "Como o Ministério [...] [pretende ampliar] o turismo na região Norte?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rita, do Pará: "Que tal transportes para idosos e portadores de deficiência, que possam, em suas cidades, ter um circuito cultural para esses grupos?".

Alexandre, do Maranhão: "Tem algum plano de incentivo para a renovação de frota de empresas e cooperativas de transporte turístico [...]?".

João, do Distrito Federal: "Quais os planos para verificação e controle do tráfico de animais e drogas dentro das políticas de incentivo ao turismo?".

Ananias, da Bahia: "Quais medidas estão sendo tomadas junto ao Ministério da Justiça para garantir segurança aos prestadores de serviços e aos turistas?".

Bruna, de Mato Grosso: "Como o projeto do Ministro de Turismo valoriza as singularidades regionais para elaborar estratégias de promoção turística?".

Víttor, de São Paulo: "Como o Ministério de Turismo promove o turismo sustentável, preservando o meio ambiente e o patrimônio cultural?".

Vou passar a V. Exa. aqui as perguntas e V. Exa. faz a sua palestra. Na medida do possível, se puder já fazer algum comentário sobre essas perguntas que os nossos internautas fizeram...

V. Exa., Ministro Celso Sabino, está com a palavra.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcelo, eu o cumprimento com muito carinho. Cumprimento também a todos os Senadores que estão nos acompanhando através do sistema remoto desta Casa.

Agradeço pela oportunidade, mais uma vez, aqui no Senado Federal, nesta Comissão tão importante para o país. Agradeço a presença física aqui do meu querido amigo Deputado Federal pelo Estado do Tocantins e ex-Governador daquele Estado, Deputado Carlos Gaguim.

Saúdo e agradeço a toda a nossa equipe do Ministério do Turismo, que está hoje aqui presente, na figura dos Secretários Nacionais Carlos Henrique e Milton Zuanazzi; nossa querida Cris, Assessora Especial, chefe da nossa assessoria parlamentar; Gustavo, chefe da nossa comunicação; Rubens, do nosso cerimonial; enfim, a todos os servidores aqui do Ministério do Turismo, que estão muito empenhados e nos ajudando bastante, diuturnamente, sete dias por semana, para que nós possamos vencer essa missão que nos foi dada e entregar uma atividade econômica no nosso país próspera, gerando emprego, produzindo renda, contribuindo sobremaneira com a geração de riqueza do nosso país, com um PIB do nosso país melhor do que quando nós assumimos essa pasta.

Preparei uma breve apresentação, que vou passar de forma bem rápida, para que os presentes possam acompanhar, e vou disponibilizar à CDR para que, havendo interesse, a Comissão possa disponibilizar também nas suas mídias digitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos lá. Vai ficar um controle comigo ou vocês vão passar ali?

Nós tomamos a iniciativa de realizar uma ampla pesquisa de mercado, e essa pesquisa foi divulgada em praticamente todos os meios de comunicação especializados do setor e também em grandes canais de comunicação nacional, nos dando um norte. Para aquele que não sabe para onde quer ir, qualquer caminho basta; nós precisamos saber aonde queremos ir para identificar qual o melhor caminho a ser tomado. Essa pesquisa nos mostrou alguns nortes importantes sobre o setor de turismo no Brasil, por exemplo: como o brasileiro identifica a atividade turística, como o brasileiro pretende empreender turismo, quando um brasileiro pretende empreender turismo?

Nós divulgamos essa pesquisa pouco antes do Carnaval, que é o nosso feriado nacional em que ocorre a maior movimentação de pessoas no Brasil para fins de turismo, e identificamos que aproximadamente um terço, Senador, dos brasileiros pretendiam empreender turismo nessa alta temporada, no período do verão brasileiro, incluindo o Carnaval. E acompanhamos aí um número também que nós ostentamos no Carnaval, com quase 50 milhões de brasileiros viajando no Brasil durante o período do Carnaval. Então, toda essa pesquisa está disponível no *site* do Ministério do Turismo, e alguns principais números nós estamos ostentando aqui nessa apresentação, que está à disposição da CDR. Como eu disse, vou tentar passar bem brevemente aqui a apresentação.

Aqui, alguns números referentes ao setor, em relação ao período pré-pandemia, pós-pandemia, em 2023, em que já estávamos, graças a Deus, praticamente todos os brasileiros vacinados, virada a página, e, em 2024, a sequência já de 2023. Então, nós podemos observar que nos principais números – de faturamento, representação do PIB e geração de empregos –, nós retomamos de forma bastante forte os números pré-pandemia. Em 2019, o mundo estava livre de pandemia, em 2023, o mundo estava livre de pandemia. Essa lacuna foi o período afetado em todas as atividades pela covid-19. Em 2023, nós já atingimos os números de 2019 e, em 2024, nós já estamos ostentando números superiores ao ano de 2023, em termos de movimentação de turistas, em termos de recepção de turistas estrangeiros e em termos de movimentação econômica promovida pela atividade turística.

Aqui também há outros dados comparando o pré e o pós-pandemia. Quanto à movimentação de estrangeiros no país, no ano de 2023 nós não chegamos a atingir o número de 2019, mas chegamos bem próximo, e já agora, no ano de 2024, não há dúvida de que nós vamos ultrapassar a marca de 2019 e muito provavelmente nós vamos ultrapassar a marca de 2014, que foi o maior número de estrangeiros no país até hoje.

Pelo andar da carruagem aí... Vocês podem ver, o mês de março nós fechamos já 28%, 29% acima do ano de 2023; quase 30% a mais de recepção de estrangeiros. E, dado o aumento de número de voos internacionais para o país, dada a melhora e o aprimoramento da promoção do nosso país no mercado internacional, não há dúvidas, e nós estamos muito otimistas em que, neste ano de 2024, nós vamos superar os recordes de recepção de estrangeiros no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Setor aéreo. Aí temos os dados também, do setor aéreo, misturando... Esse número aí em cima mistura o interno e o internacional, tá? E, em 2024, com certeza também vamos superar todas as marcas.

Melhoria da imagem do Brasil. Temos vários indicadores que nos demonstram que o mundo passa a ver o Brasil hoje com outros olhos, e não resta dúvida – mesmo a pessoa mais pessimista precisa reconhecer isso – que a eleição do Presidente Lula contribuiu muito para a melhora da imagem do Brasil fora. Hoje, o nosso país tem sido recebido pelos grandes fóruns internacionais, pelas grandes nações do mundo; e a participação hoje do Brasil nos grandes eventos internacionais das Nações Unidas, de blocos econômicos, de países amigos e aliados tem sido, sem dúvida nenhuma, muito potencializada. Em outras esferas não turísticas, por exemplo, na das relações internacionais, o nosso país tem sido provocado a entrar na mediação de conflitos bélicos no mundo entre grandes potências. Então, isso nos dá um pouco da ideia do quanto a imagem do Brasil no exterior melhorou bastante.

Nós, este ano, estamos na Presidência rotativa do G20, e durante todo o ano estarão acontecendo no Brasil várias reuniões, de diversas áreas de interesse do G20, na área econômica, na área social, na área de infraestrutura e também na área do turismo. Então, em cada área – na área da saúde, na área da educação –, em cada área dessas de interesse dos países-membros do G20, das 20 maiores economias do mundo, nós teremos pelo menos três reuniões: duas técnicas e uma reunião com os ministros daquela área. Então, por exemplo, nas reuniões dos Ministros do G20 da área de infraestrutura, estarão presentes os nossos Ministros dos Transportes, do Desenvolvimento Regional e das Cidades; e os outros países também, com seus ministros de áreas, de pastas afins.

As discussões sobre sustentabilidade, sobre preservação do meio ambiente, sobre desenvolvimento econômico e social, sobre infraestrutura global têm colocado o Brasil na pauta e como principal protagonista, dada essa escolha da Presidência do Brasil no G20.

Também é importante destacar, nessa questão específica da imagem do Brasil... E é um desafio de todos nós, Senador – meu, seu, de cada um dos 81 Senadores do Senado Federal, de cada um dos 513 Deputados da Câmara dos Deputados, Deputados Estaduais, Prefeitos, Governadores, assessores, membros da imprensa. É um desafio de cada um de nós sermos corretos com a imagem do Brasil, especialmente dentro, mas também fora do país.

Todos nós vivemos aqui nesta nação, testemunhamos o cotidiano da vida do brasileiro. Então, nós precisamos fazer com que chegue – meu querido amigo, Prefeito da cidade de Maracanaú, Roberto Pessoa, seja muito bem-vindo – ao conhecimento da população brasileira e dos turistas estrangeiros o Brasil como realmente ele é.

Então, nós sabemos que você pode ir para o São João de Maracanaú – um dos maiores "São João" que existe no Brasil – e chegar, lá, a um aeroporto de primeira qualidade, que é o aeroporto de Fortaleza, pegar uma estrada perfeita, sem nenhum buraco, toda pavimentada, chegar a Maracanaú com toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança, entrar no evento, sair do evento, e você não corre o menor risco de ser assaltado, de sofrer qualquer tipo de violência.

Todos nós sabemos que você pode ir para a Ópera da Serra da Capivara com toda a segurança, pousar em um aeroporto confortável, chegar com toda a infraestrutura, participar dos eventos mais belos que existem no Brasil, em um grande patrimônio natural da humanidade, com toda a segurança e com todo o conforto.

Todos nós sabemos que você pode pegar um avião aqui de Brasília, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Fortaleza e desembarcar no aeroporto de Maceió...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – ... que está confortável, sob nova administração, pegando estradas de primeira qualidade, chegando à cidade de Maragogi, hospedando-se em pousadas de altíssimo luxo, e você pode deixar o seu celular, a sua bolsa, a sua carteira em cima da mesa na praia, em frente à pousada, ir tomar banho no mar e voltar, e ninguém mexer nas suas coisas.

Nós não podemos permitir que eventos isolados, imagens que acontecem talvez uma vez ao ano, ou uma vez a cada dois anos, envolvendo uma única cidade ou duas cidades no Brasil, possam representar o nosso país como um todo.

Então, sobre isso, eu gostaria de chamar a atenção dos senhores e das senhoras para uma pesquisa feita por uma das maiores seguradoras do mundo de seguro de viagem, uma companhia norte-americana chamada Berkshire Hathaway.

Essa companhia – minha querida amiga e Deputada Fernanda Pessoa, seja muito bem-vinda – norte-americana, que tem como seu principal acionista o empresário Warren Buffett, que é um dos maiores investidores dos Estados Unidos, tem um compromisso com os seus acionistas, com o lucro e com a distribuição de dividendos: ela não pode dar prejuízo. E todo ano, Senador Marcelo Castro, ela faz, para nortear, para basear, para indicar quanto ela deve cobrar de prêmio de seguro, como deve ser a política dela de cálculo de preço. Ela faz uma pesquisa que identifica os lugares mais perigosos e os lugares mais seguros do mundo para se fazer turismo. A especialidade dela, como disse, é seguro de viagem. E no ano passado, no fim do ano de 2023, a pesquisa divulgada pela seguradora Berkshire Hathaway indica que o Brasil subiu 27 posições e figura hoje como o 15º país mais seguro do mundo para se fazer turismo. Essa mesma pesquisa aponta que nenhum país da América do Sul é mais seguro do que o Brasil para se fazer turismo. E também indica que o Brasil é o segundo país de todas as Américas mais seguro para se fazer turismo, ficando atrás apenas do Canadá.

Então, vejam bem, se quem tem compromisso de eficiência, de eficácia, de entrega de resultado, com os rígidos controles do mercado norte-americano, da bolsa de valores norte-americana e principalmente com a rígida fiscalização dos seus acionistas, que querem ter lucro, num mercado em que o capital tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua importância, a sua significância acima de qualquer outra coisa, que é o mercado norte-americano. Se essa companhia, situada nos Estados Unidos, diz que o Brasil é seguro para se fazer turismo, nós que vamos descer nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e dizer que o nosso país não é seguro, gente? Nós que vamos vender essa imagem distorcida do cotidiano brasileiro?

Então, quando digo que isso compete a todos nós, é porque não teria eficácia nenhuma o Ministério do Turismo fazer uma ampla campanha, uma ampla divulgação se todas as esferas de Governo e todos os entes públicos não abraçarem essa causa do mesmo jeito. Então, vale frisar esse ponto e pedir o apoio de todos.

Alguns de nós, infelizmente, têm aquela síndrome do vira-lata. As coisas nossas não são boas. Eu já vi e eu tenho certeza de que muitos de nós devem ter testemunhado, num voo internacional desembarcando no Brasil, quando vai passar na imigração e você vê, às vezes, uma fila com 20, 30, 40, 50 pessoas, e você vê muitos já reclamando: "Chegamos ao Brasil, aqui as coisas são desorganizadas. Isso é um absurdo". E quando a pessoa vai passar naquele controle de segurança aqui no aeroporto: "Isso aqui é uma avacalhação, tem que tirar, às vezes, até o sapato".

Quem nunca ouviu alguém reclamar disso aí? Aposto que todo mundo já ouviu, tanto na imigração quanto no controle de nosso... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As pessoas assim, quando passam dos 40, têm dificuldade de lidar. (*Risos.*)

O SR. CELSO SABINO – Então, olha só a síndrome do vira-lata. Essa mesma pessoa que reclama da fila, quando chega aqui na imigração brasileira de 20, 30 minutos, porque tem 50 pessoas, vai para Londres e fica duas horas, duas horas em pé, na fila de imigração! Essa mesma pessoa que reclama do controle de segurança nos aeroportos brasileiros vai aos Estados Unidos, tira o sapato, tira a roupa, tira tudo lá, tira o cinto, tira tudo e não reclama de nada, nem em Londres, nem nos Estados Unidos. Então, é a síndrome do vira-lata, mas nós vamos conseguir superar, é muito importante.

Ações implementadas até março de 2024.

Fomento à indústria do turismo. Novas legislações que nós já aprovamos aqui, enviamos ao Congresso Nacional e já foram aprovadas. Algumas estão ainda em tramitação, algumas inclusive estão aqui no Senado, para as quais eu gostaria de pedir uma atenção especial dos Senadores membros aqui da CDR, como, por exemplo, a nossa Lei Geral do Turismo, que prevê uma atualização na Lei Geral do Turismo, uma modernização nessa medida normativa, adaptando-a às novas práticas mundiais, melhorando o ambiente e o cenário do setor.

Outra medida muito importante é a medida que vai permitir a instalação no Brasil de *resorts* integrados com cassinos. Todos nós somos testemunhas do avanço, especialmente para o setor do turismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a implantação de *resorts* integrados a cassinos causou em várias regiões do planeta. Um caso que todo mundo sempre cita é Las Vegas, mas tem muitos outros casos, como Macau, na China, que tem, inclusive, um faturamento muito maior do que Las Vegas. Las Vegas, quando começou, o faturamento dos jogos era de 80%. Hoje o faturamento dos jogos é de 20%, todo o restante não são jogos, são compras, são *shows*, são eventos, são encontros que acontecem em Las Vegas. E Singapura, em que mais do que dobrou o número de visitantes estrangeiros, num período de quatro anos, e a única medida que foi tomada naquele país, que é uma ilha, a única medida de grande vulto para que isso acontecesse foi a implantação de *resorts* integrados com cassinos.

Então, esse projeto que veio da Câmara prevê uma arrecadação para o Estado, uma arrecadação que será destinada à educação, à saúde, ao turismo, ao combate, à prevenção e ao tratamento prévio – se porventura acontecer também depois – de jogadores contumazes. Então, o projeto está bem organizado, precisa apenas de o Senado dar uma atenção especial e o Brasil passar a viver um novo momento no seu setor de turismo.

Esses *resorts* integrados são bons para as questões orçamentárias, porque vão trazer arrecadação para o país? Sim, são bons. Só que o mais importante dessa medida não é apenas a arrecadação, mas, sim, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social que o turismo vai trazer com a implantação de *resorts* integrados com cassinos.

Também ajustes na lei de imigração, isso é muito importante, a discussão no Senado Federal. Essa lei de imigração que data, se não me falha a memória, da década de 60, nós precisamos fazer alguns ajustes nela, especialmente no que tange ao controle migratório de viajantes dentro do bloco Mercosul.

Alguns programas que nós desenvolvemos e já estamos realizando, como Conheça o Brasil Voando; Conheça o Brasil Realiza; e Conheça o Brasil Cívico.

O Conheça o Brasil Realiza é uma parceria do Governo Federal com o Banco do Brasil, que permite, Senador Marcelo, demais Senadores, o financiamento de pacotes de viagens nacionais em até 60 meses para pagar, com taxa de até 1,6%. Esse programa tem permitido que muitos brasileiros possam viajar com suas famílias e já estão inclusive empreendendo viagem.

O programa Conheça o Brasil Cívico é um programa que vai trazer jovens estudantes secundaristas, universitários, professores, magistérios, de forma em geral, pesquisadores, para a nossa capital federal, para visitar os emblemas, os símbolos da nossa República, do nosso país. Hoje inclusive nós já vamos ter a primeira visita teste, com alunos e estudantes aqui das cidades-satélites de Brasília, mas o projeto é muito mais amplo, o projeto vai trazer estudantes de todo o Brasil, com passagens promocionais e com hospedagens também promocionais, além da parceria aqui com a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, com passeios aqui por Brasília, visitando o Congresso, visitando o Itamaraty, visitando o Palácio do Planalto, visitando a Igreja Catedral de Brasília, visitando o Lago Paranoá, visitando, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Conheça o Brasil Voando, que foi uma parceria com as companhias aéreas que tem permitido plotar aeronaves com emblemas atrativos turísticos do Brasil. Então, dentro do nosso acordo, 10% das aeronaves serão plotadas com atrativos turísticos nacionais, também *speech* dentro das aeronaves informando sobre como adquirir passagens mais baratas nessas companhias e aí, em média, eu já vou falar para todos aqui, se você comprar passagem com três meses de antecedência, você consegue os preços mais baixos do que se você comprar com uma semana ou com dois dias, com três dias. O que acontece é que o gráfico... Vou só encerrar aqui do Voa Brasil e vou falar do preço da passagem. O Conheça o Brasil Voando, então, é uma parceria bem-sucedida que tem permitido informar as pessoas, divulgar o país e essas companhias têm nos ajudado também nessa promoção interna e internacional.

Agora, fazendo um parêntese para falar sobre a questão das passagens. O que acontece? Deputado e Prefeito, maior lutador, entre os Prefeitos, pelo preço das passagens, Roberto Pessoa. Roberto Pessoa tem feito pressão até para criar uma CPI para apurar o preço das passagens, mas o que acontece, e fazendo referência à importante presença do Senador Eduardo Braga, que passa agora a nos prestigiar com a sua iluminada presença nesta reunião? O que acontece? O gráfico dos preços das passagens começa quando, até três meses do dia do voo, o preço da passagem ainda está aqui em R$200, R$300. Quando vai se aproximando o dia do voo, o preço da passagem vai aumentando, passando para R$1 mil, R$1,5 mil, R$2 mil, R$3 mil, até R$4 mil. Então, é possível reduzir esse preço da passagem próximo do dia do voo? É possível, porque o gráfico é assim, Roberto, o gráfico é assim. É possível diminuir esse preço de quem vai voar na véspera, que vai comprar na véspera? É possível, só que para a gente reduzir o preço aqui, nós vamos ter que levantar ali. Então, aquele que compra com três a quatro meses de antecedência e que estava comprando por R$200, R$300... Para que esse que comprou na véspera, possa, em vez de comprar por R$4 mil, comprar por mil, esse que comprou por R$300, não vai mais comprar por R$300, vai ter que comprar por R$500, por R$600. É porque o custo do voo não diminui. O custo para você fazer um avião voar, não vai ser mais baixo. A companhia precisa arcar com aquele custo.

Então, o que acontece? Quem compra em cima da hora, financia a passagem de quem compra com antecedência. Está correta essa política? Poderia ser diferente? Deveria ser um cálculo de outra forma? Talvez sim, muito provavelmente sim. Mas, no país o mercado é aberto e não há interferência do poder público no setor privado, na aviação civil, especialmente no cálculo de preço. Então, se deverá haver uma tabela de preços imposta pelos órgãos de controle, pelo Governo, se o Governo deveria interceder de forma mais pesada no cálculo do preço, tabelando, de repente, é uma decisão, que, com certeza, o Congresso precisa inaugurar e participar de forma bastante fervorosa.

Entre os presentes hoje aqui, eu peço aqui à minha assessora Paula, por favor, que tome nota: Senador Eduardo Braga, Estado do Amazonas, cidade de Manaus, vamos calcular o preço, porque, já, já, a gente vai falar aqui, Brasília-Manaus –; Senador Marcelo Castro, Brasília-Teresina, vamos calcular o preço aí; Roberto Pessoa, Brasília-Fortaleza; Milton Zuanazzi, Brasília-Florianópolis; Carlos Henrique, Brasília-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sergipe. Quem mais? Carlos Gaguim, Brasília-Palmas. Mais algum exemplo? Então, vamos calcular essas passagens.

O SR. ROBERTO PESSOA (*Fora do microfone*.) – Quer que eu diga? São R$4 mil só numa perna, Fortaleza-Brasília.

O SR. CELSO SABINO – Mas para viajar quando, amanhã, ou hoje?

O SR. ROBERTO PESSOA (*Fora do microfone*.) – É o seguinte, Ministro, peço permissão. Um executivo, qualquer executivo, não pode marcar viagem. Eu estou aqui, o ministro marca uma audiência, e eu venho hoje. Dos municípios do Brasil, poucos podem pagar a passagem do Prefeito, pouquíssimos, principalmente os municípios do Norte e do Nordeste. Esses não podem pagar nada. Esse é o quadro.

O SR. CELSO SABINO – Está calculando aí, Paula?

O SR. ROBERTO PESSOA (*Fora do microfone*.) – O meu município pode pagar, mas eu não venho. Sabe por quê? Eu vou dar um rombo de R$4 mil? Eu não venho. Entendeu? É assim.

O SR. CELSO SABINO – Então, essa passagem que o senhor compra, para viajar amanhã por R$4 mil, está ajudando a pagar a passagem da D. Maria Joaquina, que virá a Brasília daqui a quatro meses e vai pagar R$200, R$300. O fato é esse.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – É, o fato é esse. Está certo? Talvez não. O que nós vamos fazer? Intervir no cálculo do preço das companhias aéreas?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ministro, se me permite...

O SR. CELSO SABINO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Primeiro, cumprimentando V. Exa. e o saudando como um amazônida e um ilustre paraense, mas eu acho que o senhor toca num ponto, Ministro, em que todos nós aqui precisamos fazer uma vírgula. Ministro, para fazer um voo Manaus-Brasília-Manaus, hoje, nós não compramos por menos de R$6 mil.

Vou lhe dizer aqui uma coisa: como nós somos obrigados a vir toda segunda-feira e retornar para a base toda quinta-feira à noite, a gente compra com alguma antecedência, mas comprar uma passagem, Manaus-Brasília-Manaus, por R$200 ou R$300, Ministro, é a mesma coisa que acertar na Mega-Sena – e num prêmio daquele do final do ano, porque, hoje, tanto o custo da aviação doméstica nacional como da aviação regional, Senador Marcelo Castro, é algo impraticável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma das questões que eu acho, Ministro, que a gente deveria olhar é o monopólio do fornecimento do combustível de aviação.

O SR. CELSO SABINO – Aí, sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu acho que há um problema de falta de concorrência no setor. Falta de concorrência: é praticamente um monopólio no setor. E, além da questão do monopólio da aviação comercial, o monopólio do querosene de aviação.

O querosene de aviação, no Brasil, não tem razão nenhuma de ter preço de distribuidora. Esse é um ponto concentrado, são apenas os grandes aeroportos. Por que nós não colocamos esse combustível a preço de distribuidora dentro dos aeroportos, ou a preço de refinaria? Isso daria uma redução significativa no preço do querosene de aviação, seria tomarmos medidas eficazes que possam reduzir o custo do deslocamento nacional.

Hoje, é mais barato você fazer um voo Manaus-Miami-Manaus do que fazer um voo Manaus-Brasília-Manaus – muito mais barato. Portanto, com todo o respeito que V. Exa. merece, essa é uma questão que o Ministério do Turismo ainda terá que enfrentar, porque, na nossa região, a gente não consegue voar a preços como o que V. Exa. está dizendo, de R$200, R$300. A gente não consegue voar.

O SR. CELSO SABINO – Obrigado, Senador.

Eu concordo com V. Exa., eu lembro que... Eu sou Deputado Federal aqui, no Congresso, e todas as vezes que precisava comprar passagem sempre foi um ponto de muita atenção, porque coisa de que eu não gosto é desperdício. Se pode comprar mais barato, não tem por que pagar mais caro. Então, o que eu fazia? Em janeiro, já pegava todas as semanas em que iria ter sessão – a gente já sabe que, quando tem feriado, geralmente antecipa para a segunda etc. Então, eu comprava todas as passagens até junho.

E o que eu fazia? Por exemplo, na Latam tinha três categorias: a mais barata, a média e a mais cara. A mais cara permite que você troque o voo sem pagar a multa. Então, eu comprava, em janeiro, todos os voos até junho na categoria *plus*, que permite troca. A *plus*, se você comprasse, em janeiro já, a passagem de junho, saia pelo preço do que seria a mais barata faltando um mês para o voo. E assim eu conseguia me organizar.

Mas, enfim, quem está falando isso aqui... Eu concordo, porque isso me preocupa muito: tenho esposa, tenho filhos, tenho mãe, tenho irmãos que viajam, tenho amigos que são Prefeitos, que são empresários, que precisam ir para Rio de Janeiro, que precisam ir para Brasília, que viajam, que compram essa passagem de R$4 mil. Isso nos assusta, isso é um absurdo.

Mas vamos lá aos dados oficiais. Lembra que eu falei que o Brasil era seguro e que quem estava dizendo não era eu, era a seguradora norte-americana? Os dados oficiais: a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) obrigatoriamente precisa ter todos os voos registrados, todos os passageiros, quanto pagou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada passageiro, se atrasou, se não atrasou. Então, cumprimentando meu querido Senador do Estado do Pará, Zequinha Marinho, a Anac nos informa o seguinte: primeiro, em média, 50% dos assentos dos aviões... Então, vamos pegar todos os assentos dos aviões voando no Brasil. Em média, 50% de todos os assentos dos aviões no Brasil são vendidos por até R$500. E aí vai aumentando, 20% são vendidos por R$700, por R$1.000. Acima de R$1,5 mil, até o começo do ano, que foi o último dado que eu peguei da Anac, pode ser que agora tenha se alterado... Prometo que eu vou atualizar minhas informações para, na próxima vez, estar mais atualizado aqui com os senhores. Até o começo do ano, acima de R$1,5 mil, eram apenas 3% dos assentos. Ou seja, todos nós aqui desta sala estamos provavelmente nesses 3% que compram passagem acima de R$1,5 mil, mas a grande maioria dos brasileiros tem pago em torno de R$500 pelo assento.

Por exemplo, eu só fiz uma pesquisa aqui Brasília-Amazonas; eu coloquei só uma pesquisa, coloquei para agosto o voo – nós estamos agora em abril –, e a passagem está R$712, Brasília-Manaus. O pessoal está me mandando aqui de Fortaleza que eu vou lhe colocar.

Podemos pagar mais barato, em vez de ser R$4 mil, para quem quiser viajar? O Prefeito... o ministro chamou o Prefeito para estar aqui na quinta-feira, e ele tem que comprar uma passagem para vir amanhã, quarta-feira, para cá. Ele vai pagar R$4mil na passagem. É possível ter uma outra política de cálculo de preços para que ele não precise pagar R$4 mil e possa pagar R$1 mil, R$1,5 mil, R$800? É possível. Só que o preço do avião é o mesmo.

Então, quanto é Fortaleza? Fale ai de Fortaleza, quanto é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Tá, e para comprar daqui três, quatro meses?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Quinhentos e vinte e oito.

Eu achei mais barato já, mas vamos pegar R$528. É possível, em vez de ser R$2 mil, ser R$528? É. Só que aí é o seguinte: aquele que comprou com três meses de antecedência, que comprou por R$500 não vai poder mais comprar por R$500, vai ter que pagar mais caro um pouco, para que esse que está comprando na véspera possa pagar mais barato. Isso prejudica a maioria dos brasileiros. Então, a forma da política que está hoje beneficia a maioria dos brasileiros, que consegue comprar mais barato. A minoria é que compra mais caro. Quem é a minoria? Quem compra nas vésperas.

Agora, o preço está caro? Está caro mesmo assim, mesmo assim está caro. O que nós podemos fazer para baixar de uma forma geral o preço? Uma, tabelar os preços. O Sarney fez isso. Tabelou vários preços de produtos que eram importantes para a economia brasileira, e é uma decisão que os senhores e as senhoras, que são as lideranças nacionais, precisam tomar. Intervir na economia para tabelar preços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Ou estudar de que forma nós podemos reduzir os custos para que o preço seja mais barato, porque essas empresas não têm grandes lucros acumulados. A maior parte delas, inclusive, estava para falir, estava para quebrar, ostentando, inclusive, prejuízo.

Como é que se pode... Aqui no Brasil... Nos Estados Unidos, o combustível de aviação, o querosene de aviação representa 20% do custo médio de um bilhete aéreo. Então, 20% do custo de um bilhete aéreo médio nos Estados Unidos é o combustível de aviação. No Brasil, é 40%, o custo é 40%.

Realmente, o querosene de aviação, aqui no Brasil, é um valor absurdo! E nós produzimos, Senador, aproximadamente, 90% do que nós precisamos. A nossa Petrobras produz, aproximadamente – varia entre 86% a 95% –, em média, 90% do querosene consumido no Brasil. Se importar, é em torno de 10%.

Por essa importação de 10%, a Petrobras pratica o preço de venda mais caro do que o PPI. Ela diz que é o PPI, preço de paridade internacional de importação, mas acaba que ela vende mais caro que o PPI por causa desses 10%.

Agora, pasmem: a mesma usina que produz o óleo diesel produz o QAV, a mesma usina. Você precisa virar duas, três chaves lá, e, em vez de cair óleo diesel, cai QAV.

O que representaria nós nos tornarmos autossuficientes em QAV?

Além de sermos reconhecidos, como a Suécia, como algumas potências no mundo que são autossuficientes no querosene de aviação, podendo acontecer qualquer coisa no mundo que nós não iríamos sofrer nenhum impacto, porque nós produzimos tudo o que precisamos, o que aconteceria? Nós iríamos reduzir em 2,7%, talvez, a nossa produção de diesel – 2,7%! E ficaríamos autossuficientes em querosene de aviação.

Mas a gente não consegue.

Paralelo a isso, existe isso que o senhor colocou, com o que eu concordo. Eu acho que esta Casa precisa fazer um grande levante para tentar entender e tentar corrigir o monopólio.

No Brasil, poucas pessoas importam, a Petrobras diz o seguinte: "Qualquer um pode importar, qualquer um pode importar". Mas vai para a prática. Vai ver de quem é o porto, de quem é o duto que transporta. Como é que faz para fazer a logística de distribuição? Acaba que fica inviável. Então, acaba que praticamente só a Petrobras importa.

E outra: a revenda nos aeroportos. Você imagina, Senador Zequinha, que o maior aeroporto da América Latina, que é o aeroporto de Guarulhos, até pouco tempo atrás, só tinha dois vendedores de combustível lá dentro. Dois! Lá, é o seguinte: o avião para, aí tem o tubo que passa, lá próximo, onde a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeronave está estacionada. E os caras têm a concessão daquele tubo. Só eles podem vender. Então, no maior aeroporto da América Latina, Guarulhos, em São Paulo, só tinha duas pessoas vendendo.

Qual é a probabilidade, Senador Marcelo Castro, de uma combinação de preço? Com apenas dois vendedores? Um bom Petrus e um jantar, o preço está resolvido. Agora, mais recentemente, está entrando uma terceira empresa, mas isso é um absurdo.

Como a Petrobras já vende mais caro para eles do que o PPI, o cara vai entregar lá pelo preço que ele quiser. Aí a gente fica nesse ciclo vicioso.

Além disso, nós temos, no nosso país, algumas outras nuances, que algumas pessoas apelidaram de custo Brasil.

Nós temos no nosso país o maior número de ações judiciais contra as companhias aéreas do planeta.

A companhia aérea Latam, que é uma empresa sul-americana, ela não é brasileira... Apenas 35%, aproximadamente, da operação da Latam ocorre no Brasil. O restante é na América do Sul e em outros países. Trinta e cinco por cento da operação da Latam é no Brasil, mas 98% das reclamações judiciais consumeristas contra a Latam são no Brasil.

A companhia Delta, a norte-americana Delta, tem 2%, 3% da sua operação no Brasil. Mais de 65% das demandas consumeristas contra a companhia são no Brasil.

Então, há notícias de que existem escritórios especializados em São Paulo que ficam monitorando os atrasos nas aeronaves para contactar todos os passageiros envolvidos nos atrasos das aeronaves e há notícias de que há uma negociação em troca da procuração para que o escritório possa buscar a reparação na Justiça.

E isso é em torno de... Paga-se, sei lá, R$1 mil – vou dar um exemplo aqui da notícia que chegou aos meus ouvidos – para o passageiro, sabendo que, como é Juizado Especial do Consumidor, em menos de seis meses, vai buscar R$5 mil, R$6 mil. É a média. Então, é um grande investimento.

Acontece isso. O Brasil não tem seguido os acordos internacionais de que fez parte nessa área consumerista, na questão da aviação civil, e isso tem feito com que haja uma grande demanda judicial consumerista no nosso país.

Não é um setor absolutamente desorganizado. Não é um serviço malfeito. Não há, assim, uma discrepância de atendimento, ou de irregularidade, de assiduidade com relação à operação em outros países. Inclusive, tem companhia brasileira que presta serviço melhor do que companhias de outros países. Não há, assim, uma justificativa de por que no Brasil tem tantas reclamações.

Mas, enfim, Deputado Carlos Gaguim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO. Para expor.) – Poderia fazer...

Eu acho que o Senador Eduardo Braga está coberto de razão sobre o imposto, a Petrobras.

Outra coisa, hoje na Europa, em cima da hora, é mais barato do que você comprar com antecedência praticamente. Não essas antecedências. Por quê? O avião vai sair para Palmas. Tem dia que sai por 50%. Por que elas não fazem uma logística para, em 12 horas, avisar a esse pessoal que está... Manda o *call center*.

Quer dizer, são quantos voos hoje por dia no Brasil? Vocês têm noção? Tem noção? (*Pausa.*)

Ou é o Ministério que tem? Tem quantos voos? Quinhentos voos? (*Pausa.*)

Por dia? (*Pausa.*)

Por dia? (*Pausa.*)

Por dia?

Você imagina aí o tanto de passageiro que está deixando de viajar porque está muito caro? Se se tivesse essa logística de 12 horas... "Olha, vai sair". Então, não comprou as passagens. Lança isso aí para idosos, deficientes. Quer dizer, isso aí é uma proposta do Ministério que se pode fazer. E a Petrobras subsidiar esse petróleo aí, porque senão... Ou o querosene, porque, senão, não dá.

Desde 2015 que eu estou brigando com esse pessoal. Agora, esse escritório de representação, eu quero o endereço dele, porque essas empresas tratam a gente com desrespeito. Quando você compra a passagem, você chega lá, em um minuto, fecha a porta.

Esses dias eu briguei lá no aeroporto. Uma senhora estava vindo, o filho dela morreu no Rio Grande do Sul, ela chegou a um minuto de embarcar e eles a deixaram embarcar. Coitada! Podiam... A porta estava aberta. Não deixaram de jeito nenhum. Ela teve que comprar dobrada a passagem dela. Quando você perde, você tem que comprar dobrado. E quando eles atrasam, eles não pagam nada, não estão nem aí. E aí?

Então, eu quero o endereço desse escritório, para nós ferrarmos esse pessoal. (*Risos.*)

O SR. CELSO SABINO – Projeto importante, Senador Eduardo...

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) – Desde 2015, estou brigando com essa...

O SR. ROBERTO PESSOA – Ministro, uma observação na sua fala. Você falou que 50% dos voos é em torno de R$500, não é isso?

O SR. CELSO SABINO – A Anac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO PESSOA – O que acontece?

Isso é questão de estatística.

O Sul Maravilha, eles têm trechos pequenos, de meia hora de voo, de 40 minutos. E nós do Norte e Nordeste é de uma hora e meia, duas horas, entendeu?

Essa comparação está errada.

O SR. CELSO SABINO – Mas, olha, Prefeito, por exemplo, eu calculei aqui, pesquisei aqui...

O SR. ROBERTO PESSOA – Contribuição.

O SR. CELSO SABINO – Vou dar uma contribuição também.

Eu pesquisei aqui, Brasília a Fortaleza.

O SR. ROBERTO PESSOA – Uma aritmética.

O SR. CELSO SABINO – Não; Brasília a Fortaleza, que é no Nordeste, por R$300, abaixo dos R$500.

Senador Eduardo, tem um projeto muito importante que está aqui, sob a relatoria do Senador Flávio Bolsonaro, que é a atualização da Lei Geral do Turismo, Senador Zequinha Marinho, e lá nós dialogamos com o Relator para incluir a Amazônia Legal e que o Fnac (Fundo Nacional de Aviação Civil), possa subsidiar o QAV na Amazônia Legal.

Isso já nos ajudaria bastante, porque, por exemplo, no Acre, é um dos lugares onde o QAV é mais caro no mundo inteiro. Talvez, se venderem QAV em Marte, acho que vai ser mais barato do que no Acre.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) **–** Permita-me...

O SR. CELSO SABINO – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) **–** Primeiro, quero cumprimentá-lo.

É uma alegria para a gente tê-lo no Governo trabalhando, produzindo, com muita competência e representando nosso estado. Tem um outro fator que eu acho que pode influenciar no preço da passagem. Sempre que questionamos isso, ao longo dos tempos, aparece a figura do governo estadual, porque o governo estadual não dá incentivo fiscal no combustível lá naquela cidade, então, em função disso, o preço da passagem para Belém, por exemplo... Lembra do Jatene? O Jatene fez lá uns acordos e baixou um pouco o ICMS, então, a passagem ficou um pouco mais barata quando o destino era Belém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria te ouvir com relação a isso. Que estados estão fazendo isso? Se isso existe de fato ainda. E como seria para os governos estaduais facilitarem o acesso, o turismo e os negócios de um modo geral? O que poderiam fazer para baratear esse custo também?

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Importantíssimo, Senador. E obrigado pela contribuição.

O ICMS, tanto na prestação de serviço, quanto no fornecimento de QAV, representa um importante custo para as companhias aéreas. Muitos Governadores têm atuado no sentido de atrair companhias aéreas e atrair mais voos para os seus estados, buscando facilitar e dar benefícios tributários nessa área.

Hoje, o mundo vive uma carência de aeronaves. Nós mesmos, aqui no Brasil, todas as companhias aqui querem, inclusive, adquirir aviões e não estão conseguindo. A Latam ia receber sete aviões daquele Boeing Neo, era para receber em janeiro, e até agora ainda não entregaram.

A Azul está negociando com a Embraer adquirir acho que 14 aviões, e está com a dificuldade de peça, por causa da pandemia, porque um avião não é um "quero um avião". Não, o avião é um conjunto de peças, *softwares*, sistemas e turbinas... Até que isso se atualize, a produção disso, para você juntar tudo e montar um avião, são milhares de pessoas. Então, tem pouco avião, tem pouco serviço disponível.

Então, o que é que os aeroportos... Saudando o nosso querido defensor do Fnac para o QAV da Região Norte e Amazônia Legal, Alan Rick, que vai já falar sobre o seu projeto, sua defesa. Então, tem pouco avião. O que os Governadores têm feito? Eles têm buscado esses benefícios não só para diminuir o preço da passagem, mas para levar a companhia para o seu estado.

Citando um exemplo, V. Exa. do Estado do Pará... Recentemente o Governador do estado promoveu benefícios, na esfera tributária, para a Companhia Azul. E a Companhia Azul está inclusive em vias de implantar naquele estado um *hub*, já está vendendo passagens para nossa Ourilândia do Norte, para a nossa São Félix do Xingu, para Redenção e para outros destinos dentro do Pará, com base nesse acordo de redução de custos tributários.

Então, sem dúvida, isso é muito importante. Eu provoquei, no bom sentido, o Governador do Estado da Paraíba, João Azevêdo, para que o Consórcio Nordeste pudesse se juntar e oferecer um grande benefício de infraestrutura tributária para essas companhias *low cost* – que nós temos como vizinhas aqui no Chile, na Argentina e no Caribe –, para que elas possam vir se instalar no Nordeste e voar regionalmente no Nordeste. Então, fiz essa provocação que, sem dúvida nenhuma, é de suma importância.

Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Ministro, primeiramente, o setor do turismo é um dos maiores propagadores e geradores de emprego e de renda neste país. Vai desde o pipoqueiro, Senador Eduardo, do picolezeiro, daquela senhora que produz o artesanato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha, até os grandes empreendimentos, os hotéis, as agências de turismo e demais empreendimentos que empregam e geram renda neste país.

Um segmento que sofreu muito na pandemia e um segmento que, com a gestão de V. Exa., tem recuperado não só a imagem do Brasil no exterior, mas também tem buscado recuperar o empreendimento mais importante no setor do turismo, que é a geração de emprego e de renda.

São muitas ações exitosas. E V. Exa. citou, no início, alguns projetos que tramitam nesta Casa que são fundamentais para que aeroportos do Amazonas, aeroportos do Pará, do Acre, de Roraima, do Amapá, do Tocantins, estado do nosso querido Gaguim, que está aqui, autor de um importante projeto que relatamos sobre a agricultura familiar, modernização da agricultura familiar, Senador Sergio Moro, que se transformou em lei.

No próprio Estado do Paraná, os aeroportos regionais que tanto necessitam do apoio para que se tornem mais viáveis economicamente, e gerem o transporte de passageiros tão importante para a interligação e a integração regional. Temos alguns projetos tramitando.

V. Exa. é um dos defensores daquele projeto, de nossa autoria, que defende, Presidente Marcelo Castro, a utilização de parte dos recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil para que nós possamos subsidiar o preço do querosene de aviação nas regiões mais distantes do Brasil.

No início do nosso projeto, nós priorizávamos a Região Norte, a Amazônia Legal como um todo – o Amazonas, o Acre, Rondônia, Roraima, o Amapá, o Pará, Tocantins –, os estados que mais têm sofrido com a ausência de voos, principalmente porque as companhias aéreas obviamente visam ao lucro. Não são empresas filantrópicas e deixam de atuar nesses aeroportos, nesses municípios, Senador Eduardo Braga, por dizerem que é inviável economicamente, por conta dos custos do querosene de aviação e de outras questões.

Ora, vários estados, Senador Zequinha, já reduziram o ICMS do QAV a quase zero, a 3%, que é quanto a maioria dos estados reduziu. Só não reduziram a zero porque ainda não houve o consenso, na reunião do Confaz, para que houvesse uma isenção tributária absoluta do ICMS do querosene de aviação. Os estados já estão, portanto, agindo nessa isenção, nessa redução da carga tributária, em busca de atrair voos.

Agora, o que falta? É que a gente possa...

Obrigado, Senador Hiran, botafoguense aí, importante. Olhem outro craque, Senador Nelsinho Trad.

Nós precisamos, Ministro, com o apoio de V. Exa., que tem feito um brilhante trabalho. É preciso registrar o esforço que V. Exa. tem feito para resgatar o turismo, para reposicionar o Brasil, atendendo medidas importantes como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aproveitar essa audiência, Ministro Celso Sabino e Presidente Marcelo Castro, para pedir o apoio dos nossos Senadores em torno desse projeto. É um projeto que tramita na nossa Comissão de Infraestrutura, tramita aqui no Senado, na CAE. Nós vamos dar um salto no atendimento aos aeroportos regionais. Inclusive já estamos atualizando o texto, Ministro Celso Sabino, para que a gente possa atender os aeroportos regionais de todo o Brasil, Senador Sergio Moro, e não só os da Amazônia e os da Região Norte, buscando atender os aeroportos com menor número de pousos e decolagens, e, dessa forma, buscarmos dar mais igualdade de atendimento para aqueles locais onde nós temos historicamente um número pequeno de voos, uma ausência das companhias aéreas, que hoje colocam suas situações, situações difíceis por que passaram, mas que precisam também cumprir o seu papel social.

Nós sabemos que hoje as regiões mais distantes do Brasil – principalmente os aeroportos que têm um número de pousos e decolagens de 15 pousos e decolagens diários – têm um pequeno número de atendimento das grandes companhias aéreas brasileiras. O objetivo do projeto é este: é democratizar, é viabilizar, é permitir que nós tenhamos mais companhias aéreas atuando. E, se nós tivermos um custo menor do querosene de aviação, Senador Eduardo Braga, nós vamos poder atender melhor.

É a resposta que o Legislativo está dando. Olha aí, companhias aéreas, nós estamos fazendo o nosso papel. Vocês estão pedindo esse apoio, o Ministério do Turismo apoia a matéria, mas vocês também têm que cumprir o papel de vocês, que é atender as regiões mais carentes, que é colocar mais voos, que é baratear o preço da passagem, que é garantir o direito de ir e vir da população que tanto precisa. Então, peço aos Senadores que apoiem o projeto. Cumprimento mais uma vez o Ministro Celso Sabino.

Tem mais, Ministro. V. Ex. tem promovido o turismo dos grandes eventos nesse país. É notável o trabalho do ministério no que se refere a apoiar municípios na realização de suas grandes feiras, dos seus eventos. O trabalho que o ministério tem feito é louvável e eu quero cumprimentar V. Ex. pelo desempenho à frente do Ministério do Turismo.

Parabéns. Conte com o nosso apoio, aquilo que é importante para o Brasil, aquilo que tem desenvolvido o nosso país, terá sempre o nosso apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente Eduardo Braga.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Presidente, se me permitir...

É muito importante... Houve um lapso aqui, eu me esqueci de mencionar esse projeto, falei sobre o QAV e o Fnac, mas esqueci de mencionar a iniciativa de V. Exa., Senador Hiran, de extrema importância, que vai permitir...

O que acontece? Tem um termo na aviação civil chamado *open sky*, que significa céu aberto, céu livre, e poucos países permitem isso. Inclusive, dentro da nossa diplomacia nacional, nós, por prestígio ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio da reciprocidade, nós fazemos acordo de aviação civil com países que fazem com a gente, permitindo que a companhia brasileira voe lá, para nós permitirmos a estrangeira de voar aqui. Isso é muito rigoroso, para proteção, alguns entendem que é para proteção da indústria local, dos empregos nacionais etc. e tal.

Porém, como é que funciona hoje? Para que uma empresa norte-americana, europeia, asiática voe para o Brasil, eles têm que permitir que alguma brasileira, querendo, voe para lá também. Para que uma empresa de fora voe doméstico, dentro do Brasil, eles têm que permitir que uma brasileira voe doméstico lá no país dele.

Esse projeto, essa iniciativa, vai permitir que, na região menos coberta pela aviação civil hoje ofertada, que é a Amazônia Legal, essa região possa receber voos domésticos de companhias estrangeiras que voem para o país. Na prática, seria o quê? Uma companhia estrangeira que voa para o Brasil pode voar doméstico dentro da Amazônia Legal. Ponto.

Então, esse projeto iria permitir, por exemplo, que uma companhia fizesse, a Copa, fizesse Panamá City, Manaus, Belém, São Luís e voltasse voando doméstico, que hoje não pode. Uma outra companhia viesse, sei lá, de Bogotá-Rondônia, Rondônia-Manaus, Manaus-Roraima.

Então, já conseguimos o parecer favorável de praticamente todos os ministérios que foram consultados. O principal gargalo ia ser do Itamaraty, mas nós conseguimos, falamos com o nosso Chanceler e ele já aquiesceu, já concordou, pediu só algumas alterações no texto, mas o projeto está bem maduro, pronto para ser votado e estar aqui no Senado.

Presidente.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, o senhor me permite só um aparte ao Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Claro... Eu só queria fazer um comentário – e cumprimentando o Ministro –, porque eu acho que esse projeto de abrir para que as companhias possam vender passagens nos pontos nacionais vai aumentar muito a concorrência, e vai ajudar muito a abaixar o preço da passagem aérea.

E vai até obrigar a colocarem os combustíveis mais baixos, porque esses aviões vêm com combustíveis cheios, da sua origem. Portanto, eles não precisariam reabastecer para fazer alguns trajetos dentro do país, e poderiam negociar: se naquele estado o QAV não estiver mais barato, ele pode se abastecer em outro estado. Isso abriria a concorrência e quebraria o monopólio.

Eu sei que o Ministro ainda não concluiu a sua apresentação, mas permitiu que se iniciasse o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao nosso Senador, lembrando que o Ministro ainda está encerrando a sua apresentação aqui e que o Senador Sergio Moro é o primeiro inscrito como orador. E eu vou inscrever o Senador Hiran.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, quero somente interagir com a fala do Ministro e dar a informação precisa aos nossos Senadores. O PL 4.392, de 2023, que é esse a que o Ministro se referiu, de *open skies* (céus abertos), permite às companhias aéreas estrangeiras operarem trechos de voos domésticos no Brasil. E nós buscarmos também a reciprocidade em outros países para que as nossas empresas, também, nos países que optarem por fazer no Brasil... Que a gente busque, Ministro, a mesma reciprocidade também para não prejudicar as empresas brasileiras.

O que nós queremos? Muitas vezes, as empresas entendem: "Olha, mas isso vai prejudicar as empresas brasileiras". Não, a gente quer abrir os céus do Brasil para que nós tenhamos a reciprocidade dos países vizinhos; dizer da importância de o nosso Parlamento do Mercosul atuar decisivamente nesse tema; e que nós possamos garantir voos mais baratos e maior oferta nos lugares que mais precisam.

O projeto da cabotagem é o 4.392, de 2023, está na Comissão de Infraestrutura; e o 4.388, de 2023, que é esse do Fnac, do subsídio do Fnac ao querosene de aviação, está na Comissão de Assuntos Econômicos.

Ministro, mais uma vez, parabéns! Conte com o nosso apoio. São matérias exitosas, e o trabalho de V, Exa. à frente do ministério realmente tem feito a diferença no Brasil.

Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Com a palavra o Ministro agora, para poder concluir a sua apresentação.

O SR. CELSO SABINO – Só completando também, cito a importância de nós buscarmos o *open sky* pelo menos com os países do Mercosul, membros do Mercosul. Já seria um grande ganho as brasileiras poderem voar na Argentina e no Chile, que têm um grande mercado. E também as maiores *low-costs* que tem são chilenas e são argentinas.

Mas vamos lá.

Seguindo aqui, cito algumas ações que nós já implantamos nesses aproximadamente oito a dez meses, como levar o Ministério do Turismo aos principais atrativos turísticos nacionais, aos estados que recebem muitos turistas ou que têm grandes potenciais para receber turistas. Já estivemos em vários estados do país, levando, por exemplo, o nosso Fungetur, que é um fundo que garante investimentos baratos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa privada, especialmente de pequenos e médios empreendedores, com taxa de juros de até 8% ao ano e até R$15 milhões para serem investidos em projetos de ampliação de pousadas, hotéis, bares, restaurantes, transportadores, enfim.

Na infraestrutura turística, há os investimentos que o ministério tem feito também, além da promoção dos nossos atrativos turísticos, além do fomento a empreendedores privados, em projetos de infraestruturas turísticas públicas, financiando projetos em cidades e em estados. Nós tivemos, no ano passado, R$380 milhões para conclusão de 509 obras, ou seja, foram concluídas no ano passado 509 obras – boa parte delas estava paralisada, e nós conseguimos, através de muito diálogo com os atores envolvidos, promover a conclusão destas obras –; há 500 contratos em execução, com R$718 milhões empenhados para a celebração de 306 novos contratos de repasse.

Programa de Aceleração do Turismo. (*Pausa.*)

O Programa de Aceleração do Turismo é um projeto em parceria, do Ministério do Turismo com o Ministério de Portos e Aeroportos e também com a Embratur, para aumentarmos o número de frequências internacionais para o Brasil e divulgarmos melhor o nosso país, buscando ampliar a quantidade de assentos disponíveis com destino ao Brasil, aos pontos do Brasil.

Novo Fungetur. Nós ampliamos o valor possível de financiamento, ampliamos também o prazo para o pagamento.

Destinos Turísticos Inteligentes. Nós já estamos com dez cidades em estágio avançado para o reconhecimento como destino turístico inteligente, inclusão social com o mapeamento de atrativos turísticos que possam receber e também com a elaboração de cartilhas e mapeamento de atrativos turísticos de uma forma geral, buscando beneficiar idosos, público LGBTQIA+ e PCDs.

Participação dos entes federativos, do Parlamento e da sociedade civil na gestão do turismo. Isso aí é constante, Senador Sergio Moro, Senador Dr. Hiran, Senador Eduardo Gomes. Até pelo fato, acredito, de ser oriundo do Poder Legislativo, nós não fazemos nada sem um amplo diálogo. Todas as terças e quartas – está aqui a Cris, que é a nossa assessora especial e é testemunha; o Senador Alan Rick já viu algumas vezes – nós recebemos, ali no ministério, aproximadamente, por dia, 50 Parlamentares com sugestões, com críticas, com apontamentos e tudo. Para tudo a gente busca a orientação, a sugestão e, na ponta da linha, o apoio deste Parlamento. E foi assim que nós conseguimos empreender a maior parte, se não todos esses programas.

Cumprimento o meu querido amigo Senador Veneziano Vital do Rêgo, um dos principais trabalhadores pelo desenvolvimento do turismo no Estado da Paraíba – faço questão de destacar isso –, que já esteve comigo em eventos lá na Paraíba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, o que isso nos permitiu? Além de empreender os avanços que nós conseguimos, nós estamos conseguindo impor uma agenda legislativa para ajudar o turismo no Brasil. Nessa Lei Geral do Turismo, as sugestões que foram incluídas no texto pelo Relator, o Senador Flávio Bolsonaro, foram frutos de opiniões, de sugestões de vários Senadores, de vários Deputados e de um acordo prévio já com o Relator da Câmara, concordando com o texto, para que, quando o texto for do Senado para lá, não tenha grandes dificuldades na Câmara para ser aprovado. Então, tem a questão da utilização do Fnac para subsidiar o querosene na Amazônia Legal; tem – acho que nós incluímos também – essa questão do *open sky* na Amazônia Legal; tem a questão de prestigiar os acordos internacionais na área consumerista na área da aviação civil; tem uma série de avanços que nós conseguimos incluir graças a esse bom trato, a esse bom relacionamento.

Quando chegou o projeto de regulamentação dos bets no Congresso, não tinha nada destinado para o turismo, e nós conseguimos sair com o projeto do Congresso com 26% de arrecadação para o turismo; nós temos aqui a perspectiva dessa lei da regulamentação dos *resorts* integrados com cassinos, que vai também destinar recursos para o turismo; quando chegou o projeto de regulamentação da utilização e negociação do crédito de carbono no Congresso, não tinha nada para o turismo, e nós conseguimos 5% do fundo que será criado, para o desenvolvimento do turismo sustentável, do ecoturismo sustentável, que é uma das melhores formas reconhecidas internacionalmente para se proteger o meio ambiente, a floresta e os rios, gerando emprego, gerando renda para o cidadão que lá vive, com o turismo sustentável. Então, eu fico muito feliz e muito honrado de ter promovido essa integração que permitiu grandes avanços.

Quanto à questão política, foi isso em que eu já entrei um pouco.

A questão da nossa parceria com a Organização das Nações Unidas, que ficou muito, muito próxima... Aquele cidadão na foto ali eu acho que é o Zurab, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas para o Turismo, que nos permitiu o reconhecimento internacional da necessidade da comunidade internacional de ajudar a fomentar o turismo na América do Sul, não só no Brasil. E esse reconhecimento gerou a implantação de um Escritório da Organização das Nações Unidas para a América do Sul, Caribe e América do Norte. E, graças a uma grande articulação, com a participação do Senado, da Câmara, nós conseguimos que esse Escritório da ONU fosse no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Já está aberto, inclusive. Estamos dependendo apenas da aprovação do acordo, porque todo acordo internacional tem que ser aprovado pelo Congresso.

Então, o Presidente Arthur deve pautar nesta semana, na Câmara; na outra, vem para o Senado. E eu peço o apoio dos Senadores para que ele seja aprovado o mais breve possível, para que esse escritório, que já está pronto, possa começar a funcionar, porque ele vai trazer técnicos e especialistas de turismo, de qualificação, de promoção, de novos destinos, do mundo todo – da Espanha, dos Estados Unidos – para o Brasil, para ajudar a desenvolver os projetos para toda a América do Sul, não só para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cito ainda: o Código Internacional de Proteção ao Turismo; a Agência de Notícias do Turismo, que tem ajudado as Secretarias de Turismo de vários estados e de vários municípios – Senador Cid, falamos muito já sobre o Ceará aqui, com a Deputada Fernanda Pessoa e o Prefeito Roberto Pessoa, viu, Senador? –; a cooperação técnica do Ministério do Turismo com o Sesc, que tem nos permitido apoiar vários eventos em todo o país; credenciamento de agência.

Enfim, no começo da apresentação, queridos Senadores, eu falei que ia passar a apresentação de forma bem breve e que ia colocar para a CDR disponibilizar para todos no seu *site*. Por isso, eu estou passando bem breve aqui.

Fizemos a retomada do Prêmio Nacional do Turismo, muito importante para reconhecer boas práticas em diversas áreas de sustentabilidade e desenvolvimento. Retomamos o Salão Nacional do Turismo, que fizemos aqui, em dezembro, em Brasília, no Estádio Mané Garrincha, promovendo uma grande movimentação, em que mais de 30 mil pessoas passaram no Mané Garrincha no final de semana do salão. Trouxemos todo o Brasil para Brasília. Para quem não sabe, Brasília é o terceiro mercado do Brasil. O primeiro é São Paulo, o segundo acho que ou é Rio ou é Minas – Belo Horizonte –, e o terceiro é Brasília. Então, trouxemos todo o Brasil para cá, com apresentações culturais, atrativos turísticos, terceiro mercado. E, segundo uma das maiores agências – vou citar o nome aqui, a CVC –, foi o fim de semana em que mais ela vendeu na história, nos seus pontos de venda aqui em Brasília. Neste ano, 2024, nós vamos fazer o salão na cidade do Rio de Janeiro, em agosto, quando pretendemos também levar todo o Brasil para lá.

E agora, no mês de maio – 17, 18 e 19 de maio, fim de semana –, nós vamos fazer pela primeira vez um grande Feirão Nacional do Turismo. O que vai ser o Feirão Nacional do Turismo? Vai ser a maior oportunidade gerada até hoje para o brasileiro adquirir pacotes de viagem e passagens aéreas para voar dentro do Brasil, para fazer turismo dentro do Brasil nesse ano, com preços promocionais de todas as operadoras, agências e companhias, nesse fim de semana, em todo o Brasil e também *online*. Então, vai ser como se fosse uma grande Black Friday do turismo fora de época, agora em maio.

Também nesse mesmo fim de semana, eu e o Secretário Carlos Henrique, o Governo brasileiro, vamos fazer um anúncio de todos os investimentos que estão sendo feitos no Brasil – no ano passado, neste ano e nos próximos anos, mas que já se iniciaram –, do setor público e do setor privado. O Brasil está recebendo uma quantidade muito grande de pessoas que estão acreditando no setor, que estão aqui construindo hotéis, *resorts*, companhias. Aqui no Estado da Paraíba, Senador Veneziano, ali no Cabo Branco, no polo de desenvolvimento do Cabo Branco, nós estamos com uma construção. Neste momento, enquanto nós estamos aqui nessa audiência, nós estamos com centenas de trabalhadores da construção civil lá no Polo Turístico Cabo Branco, na cidade de João Pessoa, construindo cinco *resorts* – cinco grandes *resorts* –, e assim também em vários outros lugares do Brasil. Então, nesse fim de semana, eu, o Secretário Carlos Henrique e o Governo brasileiro vamos anunciar todos os investimentos que estão sendo feitos por região, por valor, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, sobre o G-20 nós já falamos; melhores vilas turísticas; medida provisória da Embratur; Acordo de Cooperação Brasil-República Dominicana – estou passando, mas a apresentação vai ficar disponível aqui para os Senadores.

Pronto, está aí.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Ministro Celso Sabino.

Concedo neste momento a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Sergio Moro.

Na sequência, ao Senador Hiran.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Bem, bom dia a todos.

Eu quero elogiar aqui a apresentação do Ministro Celso Sabino, e, em particular, o Ministério do Turismo, por adotar uma postura bastante pragmática em relação a esses temas, porque o que nós precisamos na prática, Ministro – e V. Exa. sabe bem disso –, é aumentar o fluxo de turistas internacional para o Brasil e também facilitar o turismo interno, que é uma grande fonte de renda e de riqueza para a população brasileira.

Vimos aí, recentemente, que o Governo recuou naquela exigência de vistos internacionais. E a gente sabe que o Ministério do Turismo tinha uma posição flexível em relação a isso; entendia que era mais importante ser pragmático do que ser ideológico nesse ponto. Então, ficam aqui as minhas considerações elogiosas.

Foi destacado um problema que nós estamos vendo no Brasil inteiro do custo excessivo das passagens aéreas, principalmente decorrente do preço de combustível – e existe até um projeto do Senador Alan Rick, ao qual nós fizemos algumas sugestões para que possa ser uma política universal –, mas existem também algumas situações, Ministro, que demandam uma atenção especial do Governo Federal, e principalmente aqui eu queria chamar a atenção de V. Exa. para a situação de Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu é o segundo destino internacional... perde apenas para o Rio de Janeiro, porque Foz do Iguaçu foi abençoado pela maravilha natural que são as cataratas; mas, de outro lado, é um destino subestimado em termos de turismo nacional, turismo interno, recebe menor fluxo de turistas internamente do que outros locais – e sem qualquer demérito desses outros locais – com menos atrativos naturais. O que a gente tem visto é que tem tido um grande investimento privado, com construção de *resorts* lá na região, com construção de parques temáticos – eu até tive a oportunidade de visitar alguns parques de qualidade equivalente à do que a gente vê até no exterior –, mas o grande calcanhar de Aquiles, falando com as pessoas da região, permanece sendo o custo para se chegar a Foz do Iguaçu para o turismo interno;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagens aéreas extremamente caras, por conta do preço do combustível, mas também por questões particulares.

Foz do Iguaçu, Ministro, tem uma pista nova no aeroporto, que está pronta há mais ou menos dois anos, e que, no entanto, ainda não foi habilitada a funcionar. Faltam alguns equipamentos, mas com um custo que não é um custo elevado; e houve uma concessão da pista em Foz do Iguaçu para a CCR, e de repente ficou um jogo de empurra-empurra entre Infraero e CCR sobre quem deveria fazer esses aprimoramentos – e a Anac, por sua vez, tentando arbitrar essa disputa. Não é responsabilidade ali do seu ministério, mas vejo que V. Exa. poderia assumir no Governo Federal uma articulação entre esses vários órgãos. Porque eu já fui do governo e a gente sabe como funciona: muitas vezes fica um jogo de empurra-empurra entre várias agências e órgãos, e a coisa não é resolvida. Mas resultado: nós temos uma pista em Foz do Iguaçu, de maior extensão do que a pista atual, que poderia receber voos internacionais diretos, que poderia baratear o deslocamento para a cidade de Foz do Iguaçu; mas fica essa situação paradoxal de termos uma pista pronta que não entra em operação, porque fica esse jogo de empurra-empurra.

Então, queria pedir a V. Exa., Ministro, para que nós pudéssemos conversar, às vezes até com a bancada do Paraná, e quem sabe V. Exa. poderia atuar como um articulador, embora não seja uma atribuição específica do Ministério do Turismo resolver o problema da pista, sabendo do potencial de Foz do Iguaçu para o turismo interno e para o turismo internacional. Porque, se nós conseguirmos reduzir o custo da passagem aérea – e a liberação dessa pista é um passo importante –, para tornar a Foz do Iguaçu um grande *hub* internacional e nacional, aquilo ali "literalmente" voa em matéria de fluxo, trazendo riqueza. E o que me parece que falta ali é alguém com espírito pragmático para poder fazer essa articulação interagência.

Faço esse pedido a V. Exa., elogiando, mais uma vez, a apresentação que foi feita. E não faria esse pedido, não fosse a sua visão pragmática dos assuntos relacionados ao turismo brasileiro.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Só para informar, o Estado do Paraná tem sido prioridade do Governo na questão turística – área à qual eu posso fazer referência; é nela que eu atuo. Nesse estado, que é o que V. Exa. representa nesta Casa, nós estamos atuando em várias regiões. Inclusive, até pouco tempo atrás, eu estive mais vezes no Paraná do que no Pará, que é o meu estado de origem. Então, são várias regiões do Paraná, como aquela região de Angra Doce, aquela região próxima de Angra Doce, onde está sendo construído um grande *resort* do grupo Hard Rock Café, que inclusive já está funcionando para uso na modalidade *day use*.

O Porto de Paranaguá já entrou agora definitivamente na Rota dos Cruzeiros. Hoje o turista que sai de Santos já pode embarcar em Paranaguá, em vez de embarcar em Santos. E a Rota dos Cruzeiros vai até a Argentina e volta, então os turistas argentinos também, muitos, já estão desembarcando de cruzeiro pelo Porto de Paranaguá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, cito a cidade de Foz do Iguaçu. O entendimento é comum de que hoje Foz do Iguaçu é o segundo maior atrativo nacional, é a segunda cidade que mais recebe turista no Brasil – só fica atrás do Rio de Janeiro –, e nós precisamos fazer com que isso possa, como V. Exa. se referiu, voar.

Quanto a essa questão da pista do aeroporto, eu confesso que não tinha conhecimento até agora. Peço a V. Exa. que nos passe detalhes – o Carlos Henrique já está anotando tudo. Nós estamos hoje com o Ministro Sílvio Costa Filho, que tem feito um grande trabalho no Ministério de Portos e Aeroportos; nós temos a Anac, que tem nos ajudado bastante; e eu assumo aqui, Senador, um compromisso de que nós vamos buscar a resolução desse assunto da pista o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom, Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

Ministro Celso, bom dia, obrigado pela visita. É uma honra ter V. Exa. aqui na nossa Comissão.

Queria dizer para você que eu acho que o seu desafio é do tamanho do Brasil, porque o nosso país precisa... E eu tenho sido testemunha do seu empenho ao visitar feiras, eventos internacionais, tentar vender com inteligência, com sua capacidade de articulação, vender o nosso país no exterior; eu tenho acompanhado seu trabalho. Porque hoje nós ainda... Pasmem, senhoras e senhores, nós temos aqui a visita anual de quase o mesmo número de turistas que nós temos na Argentina, que é um país muito menor que o nosso.

Nós precisamos... Essa atividade do turismo é uma atividade que transcende o seu ministério – mas você faz essa articulação com muita competência –, porque a gente precisa de logística, a gente precisa de segurança e a gente precisa de formação de mão de obra também para receber aqueles que nos visitam, sejam turistas nacionais ou do turismo interno.

E, aqui, falando sobre o *open sky*, que é um projeto muito interessante... Ministro, eu queria fazer um convite a V. Exa. – aliás, você já me prometeu e, como é um homem de palavra, cumprirá, certamente. Eu fiquei um pouco enciumado aqui de você dizer que já visitou mais o Paraná do que o Pará. E mais ainda: você não foi ainda a Roraima; só foi lá quando foi pedir voto para o Arthur Lira ser Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E nem ao Acre. Já fiz o convite, e ele vai.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... e foi comigo, inclusive.

Mas, então, eu queria que V. Exa. fosse visitar o nosso estado, porque o nosso estado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... tem uma posição estratégica; visitar o Tepequém, que foi uma mina de ouro e diamante, e hoje é uma área de preservação belíssima, é a nossa mais bela área de turismo ecológico, com várias cachoeiras – é belíssimo lá.

E também, Ministro, nós temos lá a maior área de pesca esportiva, uma das melhores áreas de pesca esportiva do planeta, que é a área Baixo Rio Branco. Não vai nenhum brasileiro para lá. Todos os lós estão lotados até daqui a dois anos, Ministro. E eu queria mostrar para você toda essa potencialidade que nós temos lá, para que nós possamos investir e levar os brasileiros a conhecer o nosso Estado de Roraima.

Além disso, nós temos lá uma fronteira com a Venezuela, onde já tivemos um turismo muito intenso e que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida.

E nós temos lá uma fronteira que se faz com o país que mais cresce no mundo, Ministro.

Hoje, a Guiana, ex-Guiana Inglesa, é o país que mais cresce no mundo. E nós temos um intercâmbio comercial e turístico muito intenso. Os aviões guianenses pousam do outro lado do Rio Tacutu, que é onde faz fronteira o Município de Bonfim, no Brasil, com o Distrito 9, de Lethem, na Guiana, e esses aviões podem muito bem, através desse projeto, vir até Boa Vista, ir a Belém, voltar pelas outras Guianas e fazer um intercâmbio muito intenso. Até porque nós não estamos falando só da Guiana, que tem 800 mil pessoas; nós estamos falando dos países do Caricom, de todo o Caribe, que tem 40 milhões de pessoas e que hoje, Ministro, já tem um intercâmbio comercial muito intenso, principalmente do agronegócio – nós estamos exportando farelo de soja para os países do Caribe e também exportamos manufaturados, alimentos, não só para a Guiana, mas para várias ilhas.

Então, eu queria que V. Exa. se comprometesse aqui de público comigo para, o mais rápido possível, fazer uma visita ao nosso estado, porque nós precisamos de apoio para fomentar todo esse intercâmbio comercial que nós já temos com esses países.

A Venezuela também importa muito alimento lá por conta da nossa fronteira com Pacaraima. E, certamente, como não há mal que nunca se acabe, esperamos que – recompondo-se a democracia, ela se reinstalando na Venezuela – nós possamos voltar a ter aquele intercâmbio turístico que já tivemos há muito tempo e que foi extremamente positivo tanto para a Venezuela como para o Brasil.

Quero parabenizar também V. Exa. pelo acesso ao seu ministério. Aliás, eu acho que muitos ministérios do Governo Lula poderiam se inspirar em V. Exa., pela sua acessibilidade, pela sua competência e pela sua capacidade de resolver rapidamente as demandas que lhe são colocadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela sua gestão, e conte sempre conosco aqui para poder ajudá-lo nesse desafio de tornar o Brasil realmente um país muito visitado pelo turismo internacional e de fomentar o turismo interno.

Parabéns, Ministro, pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Dr. Hiran. Faço minhas as palavras de V. Exa., uma vez que a importância desse projeto, o nosso PL da cabotagem, o 4.392, de 2023... Relembrando que nós queremos construir uma proposta, Senador Veneziano, que contemple as empresas brasileiras também, para que nós não tenhamos uma canibalização das nossas empresas; mas, obviamente, abrindo o mercado, interagindo com os países do Mercosul, para que tenhamos céus abertos em toda a nossa região sul-americana.

Cumprimento aqui também o Ministro, que mais uma vez comparece a esta Comissão, Senador Jaques Wagner, por livre e espontânea vontade, sem necessidade de convocação, de convite, colocando-se à disposição dos Senadores, à disposição do povo brasileiro para explanar, explicar, expor, apresentar as propostas e prestar contas. Isso é uma postura extremamente republicana e que merece o nosso elogio e o nosso reconhecimento, Ministro, uma vez que muitas vezes, como o próprio Senador Hiran disse, nós precisamos convidar, convocar ministros, e V. Exa. vem de livre e espontânea vontade, abrindo o ministério para que todas as propostas sejam apreciadas, fiscalizadas, compreendidas pelos representantes do povo brasileiro eleitos, que são os Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interpelar.) – Meu Presidente, devo inicialmente, não apenas por força do praxismo, mas pelos merecimentos de V. Exa., cumprimentá-lo e evidentemente a todos que integram esta Comissão – da qual já tive a honra anteriormente de fazer parte –, pela iniciativa de, ao convidar o Ministro Celso Sabino, poder oferecer a todos nós – e evidentemente mesmo aos que não estão participando da Comissão – a oportunidade de saber das iniciativas, das ações dele, Parlamentar emprestado ao Executivo. E felicíssima foi a opção; já disse isso a V. Exa. – e não o faço publicamente porque seja um dever, mas pelo reconhecimento, como bem disse o próprio Senador Hiran.

Quero saudar a sua equipe. E um dos aspectos que deve ser relevantemente mencionado, Senador Alan Rick, é que, quando você tem no serviço público pessoas que se predispõem a atender bem, a ser solícitas, não necessariamente tendo que resolver as inúmeras demandas, que não são poucas... mas o fato de você poder interagir, o fato de você ter a atenção, o fato de você ter a prestimosidade já conta muito. E isso, no Ministério do Turismo... E falo de cátedra, porque, no ano de 2023, no primeiro pleito dirigido ao Ministério do Turismo, tive um gesto largo do Deputado Ministro Celso Sabino, que foi o de atender e acolher uma demanda para nossa amada Campina Grande. Recentemente, o Ministro lá esteve, visitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois grandes empreendimentos que contam com a participação do Ministério do Turismo em Campina Grande: o Centro de Convenções e, na capital do estado, o já referido por ele grande investimento, que conta com a presença da iniciativa privada, o Polo Cabo Branco.

Quero dizer, Ministro Celso Sabino, que é muito bom, e as minhas palavras são de reconhecimento, não simplesmente para lançar, porque assim V. Exa. não carece, não requer e não depende, louros, elogios que sejam vazios, não; eu fico com uma nova expectativa, Líder Jaques Wagner, porque, quando você falava sobre ministérios, como o do Turismo, dos Esportes, Ministério da Cultura e outros, sempre eram referências dos ministérios primos pobres, que não eram levados em conta por aqueles que administravam, por aqueles que conduziam os nossos governos. Isso é fato e vem se repetindo, porque nada, absolutamente nada justifica, sem discurso comum, rasteiro e repetido, os velhos jargões de que o Brasil, com sua dimensão continental, com todas as suas belezas ecológicas, com todos os seus atrativos, meu querido bom baiano Jaques Wagner, tenha um número tão tímido, principalmente quando postos esses números, Senador Alan Rick, em comparações com outros países, sem, longe de mim, depreciá-los ou não conhecê-los, aos seus atrativos também, mas incomparavelmente melhores, não justificam, não justificavam e não justificarão, caso não tenhamos tomadas de decisões como algumas dessas que estão sendo traduzidas aqui em detalhes pelo Ministro Celso Sabino.

E bom também, Ministro, porque há uma interface. Não há como falar, Senador Fernando Farias, não há como falar em uma retomada de investimentos para o turismo e com ela, Senador Cid, a oportunidade de geração de tantos milhares de empregos, uma indústria que tem um encadeamento fabuloso, estratégico para qualquer economia, se você não inter-relacionar os investimentos em rodovias, se você não falar, como foi posto aqui pelo Senador Moro, sobre a questão de aviação, de investimentos nos nossos aeroportos. E V. Ex. tem conduzido, porque também já fez menções ao seu companheiro de Ministério, ao Ministro Silvio, como também ao próprio Ministro Renan Filho.

Então eu vejo que há, sim, uma política bem desenhada, bem equacionada. Nós sabemos o que nós queremos. A retomada, a recuperação, a recomposição de condições que outrora nós não dispúnhamos, de investimentos nessas áreas sensíveis, a partir da recriação de estruturas próprias administrativas, permitirão, Ministro Celso Sabino, novos momentos, novos ares à sua pasta e a esse setor.

Então eu quero, portanto, agradecendo a sua generosa presença, obrigação, sim, mas generosa, porque o fez sem necessidade outra senão de atender ao convite da Presidência, mas pelo trabalho que, nesses poucos meses, à frente de tão importante e crucial pasta ministerial, tem nos permitido. E na condição particular como paraibano, eu lhe agradeço profundamente as também igualmente atenções dispensadas ao meu povo.

Meu Presidente Alan Rick, se V. Exa. permite, de certa forma, deselegante para com o Ministro, mas ele haverá de compreender, porque Parlamentar como nós é, eu tenho ainda que cumprir missão na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Educação, tenho que pedir licenças aos meus companheiros, aos que presentes estão e que nos acompanham, por me ausentar. Mas muito obrigado pela oportunidade. Parabéns, Ministro Celso.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento V. Exa., Senador Veneziano. Cumprimento o Senador Fernando Farias, o último inscrito. E, na sequência, para as considerações finais do Ministro Celso Sabino.

Senador Fernando Farias, do ilustre Estado de Alagoas.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado aí, Presidente.

Mas, Ministro, é uma curiosidade e ao mesmo tempo eu queria um esclarecimento. Sempre se fala do custo das passagens, vai ter passagem de R$200, vai ter passagem de... Então, todo mundo fala que... Fala não, realmente é uma realidade os custos altíssimos das passagens e a gente sabe do esforço de vocês para baixar essas passagens.

Aqui a gente tem poucas companhias e essas companhias são nacionais. É verdade que tem algum impedimento de alguma empresa estrangeira de companhia aérea operar aqui no Brasil e o que é que pode ser feito? Porque nada melhor do que uma concorrência para se baixar um preço. Todo mundo sabe que, quando o cara quer perder dinheiro, monta uma companhia aérea, não é? Mas não sei se é bem assim. No mundo existe muito.

Então, o que é que o senhor me diz sobre isso?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Ministro, me permita antes da sua resposta, só primeiro o parabenizar mais uma vez.

É evidente que eu não pude estar aqui porque o Líder do Governo tem que ficar pulando de Comissão em Comissão. Eu estava na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, assim que consegui superar a pauta, estou aqui presente. Primeiro, agradeço, como Líder do Governo, sua presença, já dita aqui voluntária, e parabenizo o seu trabalho à frente do Ministério, ainda nesse curto espaço, por sua eficiência e eficácia.

Evidentemente que eu sou representante do Estado da Bahia, que precisa crescer também o volume de visitantes e turistas internos ou externos. Então, quero o parabenizar, desejar que continue sempre tocando uma pasta tão fundamental. Eu digo sempre que o turismo, para mim, é a indústria sem chaminé. Ele, para mim, é um propagador da paz também porque é um intercâmbio entre culturas, entre pessoas. E, na minha opinião, eu acho fundamental.

Realmente é constrangedor, para dizer o mínimo, a gente dessa dimensão ainda ter tão poucos visitantes. Eu sei que a questão da segurança é uma das questões que muitas vezes afugenta, uma questão que não é simples, não é fácil, em que temos que nos debruçar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só quero, endossando um pouco a pergunta do nobre Senador Farias, aqui de Alagoas, saber se tem algum processo de discussão interno no Governo – eu confesso que não estou informado – sobre essa questão. Eu me lembro de que já houve um debate desse sobre a abertura, como se chama, dos céus brasileiros para outras empresas. É um processo que demanda uma reciprocidade. Eu não sei em que pé está, aí aproveito a carona aqui na pergunta do nobre Senador para também matar a minha curiosidade acerca do tema.

Nós, nordestinos, sofremos muito. Parece absurdo, mas, às vezes, para ir de um estado para outro, a gente tem que vir a Brasília ou ir não sei aonde para poder chegar no estado vizinho porque são raros às vezes os voos diretos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Permite um aparte? Só para comprovar o que V. Exa. está colocando.

Ontem eu, pegando um voo de Fortaleza para Brasília, encontrei o clube que era do estado do nosso Veneziano, Botafogo da Paraíba, que tinha ido jogar lá em Fortaleza. Tinham que vir para Brasília e, de Brasília, pegar um voo para Paraíba. Você vê o absurdo que é essa lógica.

Só para complementar ou ratificar...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – As empresas só gostam de viajar Norte-Sul. Sempre foi feito isso. As linhas são todas Norte-Sul. As linhas na horizontal são poucas.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Jaques Wagner, o último inscrito, e concedo a palavra, para as considerações finais, ao Ministro Celso Sabino.

Ministro.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Eu vou começar aqui respondendo aos últimos questionamentos.

Senadores, o que tem proibido a operação de empresas estrangeiras no nosso país não é a nossa legislação, porque a nossa legislação já permite hoje que empresas de capital majoritário estrangeiro possam voar dentro do Brasil. Antes tinha que ter o capital majoritário nacional, hoje não.

Vamos dar um exemplo. A Delta, para voar domesticamente aqui, tem que criar a Delta Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – CNPJ brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Delta norte-americana, para poder voar aqui, só se tiver um acordo internacional, que o nosso Itamaraty regule, do Brasil com os Estados Unidos, que é o país onde a empresa é instalada. E, em função do princípio da reciprocidade, nós – como várias outras nações, até para proteger o mercado, os empregos – só permitimos que uma empresa sediada em outro país voe domesticamente aqui, se também esse país permitir que a empresa brasileira possa voar domesticamente lá.

Só que nós vivemos uma necessidade muito grande, seja pela falta de aviões, seja pela demanda muito grande em outros lugares. Há lugares no Brasil em que nós estamos sendo pouco cobertos. O principal lugar onde nós somos pouco cobertos, no Brasil, é a Amazônia Legal. Voos para o Acre... imagine, se o senhor está na Bahia e está achando ruim, imagine o cara que está no Acre, não é Senador? Ou em Roraima. Porque a Bahia é assim... pelo menos a Bahia está mais próxima do centro do país do que Roraima.

Há alguns projetos tramitando, inclusive aqui no Senado, que, aprovados, vão permitir que companhias estrangeiras possam voar domesticamente no Brasil, mesmo sem acordo de reciprocidade dentro da Amazônia Legal. Então isso iria permitir, por exemplo, que a Copa Airlines pudesse voar de Panama City para Manaus, depois Belém, São Luís e voltasse, ou que a Avianca pudesse fazer Bogotá, Acre, Manaus e Roraima, então isso aqui iria facilitar.

O que tem proibido companhias estrangeiras de se implantarem aqui, especialmente as *low cost*, são os custos. No Brasil, o bilhete médio vendido, que, segundo a Anac, é de R$500, 40% desse bilhete é só QAV, combustível de aviação; os Estados Unidos, 20%. Tem o custo do querosene, tem o custo da operação aeroportuária, tem o custo de provisão para ações judiciais, que o Brasil é disparado o campeão universal de ações judiciais consumeristas. Então, é isso que tem inviabilizado. E cabe a todos nós do setor público, o povo, representado na Câmara, e os estados, representados aqui no Senado, encontrarmos formas de tornar o ambiente mais saudável, mais aprazível e mais atrativo.

Tem alguns projetos que eu gostaria de, antes de concluir, pedir o apoio dos Senadores membros aqui da Comissão, que eu reputo de suma importância para o turismo no Brasil e que estão aqui na Casa.

Vocês já aprovaram o do crédito de carbono, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – O crédito de carbono, porque ali tem um recurso destinado para o turismo.

O do *bets*, vocês já aprovaram o do *bets*, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – O do *bets* já.

Esse da Lei Geral do Turismo, esse é de suma importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de regularização dos *resorts* integrados com cassinos nós reputamos de suma importância.

O projeto da cabotagem, que é esse que eu citei, que vai permitir voos de companhias estrangeiras dentro da Amazônia Legal sem necessidade de acordo de relação internacional, que é de autoria do Senador Alan Rick.

O projeto que permite também que o Fnac (Fundo Nacional de Aviação Civil) possa financiar o que houver dentro da Amazônia Legal.

E, entre outros, que a nossa equipe do Ministério tem feito gestão constante.

Tem um questionamento do ex-Secretário do Turismo do DF, Marcelo Dourado, falando sobre como nós pensamos em relação ao modal ferroviário. Nós somos absolutamente favoráveis se tivesse trem transportando brasileiro, não só carga, mas também passageiro Brasil afora.

Mas eu gostaria de concluir, primeiro, agradecendo a participação dos Senadores nas decisões do Governo. O Ministério do Turismo, para tudo que ele se dedica a empreender, ouve o Senado Federal, ouve a Câmara, a gente tem um amplo debate, canal aberto. Vários Senadores podem testemunhar, alguns inclusive testemunharam hoje nesta sessão.

Nós estamos, até por orientação do Presidente Lula, à disposição, 24 horas, do Congresso Nacional para debater todas as pautas. Hoje, inclusive, aproveitando a nossa estada na Comissão, nós vamos tirar o dia para estar aqui no Congresso, recebendo sugestões, críticas e apontamentos feitos pelos Senadores e pelos Deputados Federais, na Liderança do Governo no Senado Federal, e eu sigo, durante o dia de hoje, à disposição dos senhores.

Muito obrigado pelas palavras destinadas, em nome de todos os servidores do MTur, ao MTur.

Muito obrigado por todas as palavras endereçadas a mim pessoalmente, obrigado pela recepção e seguimos aqui à disposição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento mais uma vez o Ministro Celso Sabino.

Agradeço a presença e a contribuição dos Senadores a esta audiência.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada no último dia 16 de abril.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Marcos do Val, Alan Rick, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Flávio Bolsonaro e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Marcos Rogério e Dr. Hiran. Deixa de comparecer a Senadora Damares Alves, conforme REQ 69/2024-CDIR. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 002/2023, da Câmara Municipal de Almenara (MG), que encaminha cópia da moção nº 2/2023, em relação à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº 442, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), cujo julgamento pode resultar na legalização do aborto voluntário no Brasil. Feita a devida comunicação à comissão, o expediente será encaminhado ao arquivo. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 758, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Autoriza a dedução de doações destinadas à pesquisa científica básica do Imposto sobre a Renda devido e altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro 1997." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta. **Observações:** O Senador Astronauta Marcos Pontes faz uso da palavra durante a discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 3000, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Estabelece incentivo à doação de equipamentos de pesquisa a instituições públicas de ensino superior e a instituições científicas, tecnológicas e de inovação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 3039, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para determinar que as empresas que ofereçam ou intermedeiem os contatos entre motoristas e clientes do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros sejam obrigadas a oferecer "botão de pânico" e reconhecimento facial dos clientes do serviço." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Observações:** O Senador Izalci Lucas faz uso da palavra, durante a discussão da matéria, sugerindo a inclusão da expressão "estabelecido pelo aplicativo ou outras plataformas de comunicação e rede" na alínea "b" do inciso II do Art. 11-B da Emenda 1 do relator. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado nº 15, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Institui o evento Hackathon – Senado Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, na forma da Emenda 1-CCT (Substitutivo). **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e Informática nº 37, de 2023, que: "Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 1, de 2024,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater estratégias científicas e de inovação disponíveis para combate efetivo da Dengue no Brasil." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www6g.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12274

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom dia a todos os senhores e senhoras presentes. Bom dia, em especial, aos que passam a nos acompanhar agora pela TV Senado e também por transmissão das redes sociais desta Casa. Queremos sempre agradecer aos que se interessam pelos trabalhos do Parlamento e nos colocar à disposição deles.

Há várias formas de você que assiste a nós e nos escuta em todo o Brasil de participar, de trazer a sua sugestão e também a sua crítica para o trabalho do Senado Federal. Os canais todos da nossa Ouvidoria e das nossas redes sociais, à disposição da população brasileira.

Quero dar aqui o meu bom dia em especial aos Srs. Senadores já presentes: Chico Rodrigues, obrigado; Fernando Dueire; Astronauta Marcos Pontes; e desejar um trabalho muito profícuo nesta nossa Comissão para o ano de 2024. Teremos pela frente alguns desafios.

Eu conversava, há pouco, com o Marcos Pontes, sobre a questão da votação do projeto sobre a inteligência artificial. O mundo já se organiza em torno do assunto, preparando legislações que incentivem o desenvolvimento de novas tecnologias, mas também que permitam ao Judiciário e ao Estado os atos de privacidade, a manutenção das informações, o controle das identidades de publicação e, principalmente, o fato de que o ser humano, a ética humana seja respeitada em todos os momentos da nossa legislação e da inteligência artificial. São princípios dos quais nós não podemos abrir mão, e o Relator já está com o trabalho bem adiantado. Nós desejamos, o mais breve possível, entregar a primeira fase – bom dia, Senador Portinho, bom dia – de todos os trabalhos para a discussão dos Senadores. É um assunto em que nós precisamos, Senador Chico, ficar muito atentos, porque nós não podemos – e aqui eu já coloco – levar em consideração apenas o trabalho de juristas, porque eles têm uma visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

somente do lado legal; mas também não podemos deixar que tenhamos uma legislação permissiva em que nenhum tipo de restrição ocorra, como eu coloquei, com relação à ética sobre o ser humano. Nós teremos que buscar o equilíbrio, e – eu tenho certeza – esta Comissão irá entregar ao Senado Federal um trabalho muito bem feito, bem discutido em profundidade. O Relator está produzindo e nós temos a responsabilidade de trabalhar.

Também, no momento em que nós já começamos a trabalhar com o novo orçamento, as nossas discussões – ao Senador Izalci um bom dia! –, as discussões são sobre, mais uma vez, entra governo, sai governo, a queda no investimento da tecnologia, dos fundos e, principalmente, a pouca visibilidade dos pesquisadores brasileiros. E, recentemente, nós fizemos, na primeira semana de fevereiro agora, uma viagem de trabalho como observadores ao Azerbaijão. E, naturalmente, nós temos pouco conhecimento sobre a história do país; vou fazer aqui um recorte. Fomos tanto eu como o Senador Nelsinho Trad, e ficamos impressionados – impressionados –, primeiro com a organização do país, com a qualidade de vida daquele povo do Azerbaijão, 10 milhões de pessoas. Têm um processo eleitoral pleno, voluntário, dentro da visão cultural deles, que é de presidentes longevos: o primeiro presidente que já veio da União Soviética ficou 28 anos; o filho agora ganhou mais um mandato, vai para 21 – isso para nós é meio esquisito, mas para eles é prática cultural deles como tribos, porque são etnias que formaram os azeris com outras lá; são mais de cem línguas que o país tem, inclusive. E eu fiquei impressionado com o grau de avanço na tecnologia do país. Nós visitamos a principal universidade federal do Azerbaijão, na área aeroespacial, de foguetes. Eles estão muito avançados nessa questão e têm um interesse profundo de troca de informações com o Brasil – já há um acordo assinado, inclusive, que foi recentemente assinado entre os dois ministérios.

Mas lá, Senador Chico e Senador Fernando Dueire, o mais impressionante é: a universidade recebe e tem bolsas gratuitas para alunos de qualquer parte do mundo. O Azerbaijão recebe em acordos internacionais – o nosso está parado há quatro anos, no Ministério da Educação – as bolsas de estudo. Não tem uma bandeira... a bandeira brasileira não está lá, eles não têm um aluno em intercâmbio com o Brasil em nenhuma área de interesse, especialmente da tecnologia. E eles têm, já disseram, a vontade, têm muito recurso, que vem do petróleo e do gás, para investimento, especialmente utilizando a nossa Base de Alcântara. Eles sabem da posição geográfica vantajosa de Alcântara e querem que o Brasil se abra para poder ter os acordos. Eles perguntam: "Olha, os brasileiros não têm interesse no nosso crescimento?". É um país de grandes produções.

Então, nós, da ciência e tecnologia, vamos nos bater mais uma vez neste ano nas discussões sobre a falta de financiamento para a tecnologia, a começar pela nossa própria falta de financiamento na questão das emendas. Fez-se uma propaganda muito grande e, no ano passado, esta Comissão ficou do orçamento com R$800 mil – eu coloquei para os senhores – para a distribuição nos projetos que nós entendêssemos de pesquisa nas universidades, Senador Izalci. E não foi surpresa ver agora que, no início do ano, nós ficamos sem nenhum tostão. Então, do orçamento que nós votamos o ano passado, a nossa Comissão, por exemplo, hoje não tem sequer R$1 para que a gente possa patrocinar qualquer tipo de projeto no país.

Citei, por exemplo, a vacina contra a dependência química de cocaína – a Universidade Federal de Minas Gerais está em fase final de desenvolvimento –, que, se incentivada, pode inclusive reverter o quadro triste das cracolândias no país, que pode ser ampliada, inclusive, para o *crack*, que é um resto da cocaína, uma vacina que precisa de R$30 a R$40 milhões, talvez, para poder chegar à sua fase final e tirar dos SUS bilhões e bilhões de reais em prejuízo; tirar da Previdência Social bilhões e bilhões de reais em pessoas que se afastam, profissionais, vítimas, que são dependentes de cocaína, e que acabam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, muitas vezes tendo uma vida produtiva reduzida. Está lá, nós não temos nem R$1 para poder oferecer, o orçamento foi cortado de uma forma absurda. Nós vamos tentar reverter este ano, com muito diálogo, vamos conversar – eu, que sou Segundo-Vice-Presidente do Orçamento –, então, vamos tentar com o diálogo reverter essa questão e fazer com que a nossa Comissão possa, com cada Senador, indicar pelo menos uma pequena parcela para o apoio às pesquisas em todo o país. Então, se nós, que somos aqui os grandes debatedores da ciência e tecnologia, não temos R$1 do Senado para poder encaminhar para pesquisa, imagine o resto do país como é que não está? Quer dizer, é só o discurso, porque muda governo, partido, e fica a mesma coisa. É um país que não dá, e nós vamos perdendo a possibilidade de desenvolvimento, como os países no mundo. Nós estamos muito preocupados com assuntos internos, ainda muito radicalizados nas questões ideológicas partidárias dentro do país. A nossa visão diplomática está muito pequena, com o alinhamento que o Brasil tem com essas nações ditatoriais da Nicarágua, da Venezuela e com o apoio ao Irã, que é um país que hoje está isolado no mundo muçulmano.

Falo aqui, inclusive, da presença na COP, em que nós estivemos em várias reuniões oficiais com os Governos dos Emirados Árabes, e eles questionando por que o Brasil está se alinhando com essas questões todas do Hamas, dos xiitas, porque eles não querem, no mundo muçulmano, essas pessoas. Os Emirados Árabes não dão visto para eles de trabalho, porque eles são um problema. Então, toda pessoa que tem uma identificação muçulmano-Hamas o mundo muçulmano não quer saber, mas nós não, nós estamos nos alinhando aqui com, infelizmente, o que há de pior. E a nossa diplomacia, ao contrário de abrir o país para que a gente possa pensar grande – acordos com a Europa, a ampliação do Mercosul –, não, a gente está criando confusão comparando Holocausto, nas tristes palavras do Presidente, a uma guerra, vexaminosas as expressões do Presidente, envergonhando o Brasil no mundo todo e nos colocando numa situação em que os nossos parceiros ficam assustados conosco.

O que está acontecendo com o Brasil? O Brasil está caminhando numa direção totalmente contrária ao mundo. O mundo não quer dar mais dinheiro para aquela Faixa de Gaza, que eu conheço profundamente, conheci como jornalista, conheci como político, conheço de Gaza ao sul do Líbano. Por que vocês vão dar dinheiro sendo que eles estão usando para bomba? Primeiro tem que eliminar quem gasta o dinheiro mal para depois o povo se beneficiar, porque não é contra o povo palestino, é contra um grupo terrorista, mas o Brasil infelizmente se posiciona, e isso afasta, torna os nossos parceiros um pouco mais distantes até nos acordos, na demora. Daí a nossa responsabilidade em debater, em buscar ampliar.

Nessa questão, por exemplo, do Azerbaijão, trazermos aqui a possibilidade de – o embaixador já se colocou à disposição – nós levarmos os nossos reitores de universidades para lá, levarmos os nossos centros de pesquisa para que eles possam fazer apresentações no Azerbaijão e receberem recursos, inclusive do país, nas áreas que interessam. Eles têm um interesse muito grande em preservação de água, na questão de terrenos para aproveitamento de agricultura. O Brasil tem possibilidade desses acordos. Ciência e tecnologia também é essa questão da Embrapa, a produção de milho e de feijão dentro do terreno adaptado. O Brasil pode ajudar muito, mas a gente fica numa paralisia de visão; a gente, infelizmente, não tem uma visão de crescimento do país como a gente poderia ter. Então, a nossa responsabilidade é sempre debater, e vamos fazer o nosso trabalho com a melhor *performance*, com maior consciência e transparência possível.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 02, de 2023, da Câmara Municipal de Almenara, Minas Gerais, que encaminha a cópia da Moção nº 2, de 2023, em relação à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442, que tramita no Supremo Tribunal Federal, cujo julgamento pode resultar na legalização do aborto voluntário no Brasil.

Bem, explicando aos nossos telespectadores e ouvintes e aos mineiros de Almenara, que fica no nosso Vale do Jequitinhonha, uma cidade que conheço muito bem, essa questão sobre a ADPF, que está sendo citada aqui, não é uma questão atinente a esta Comissão de Ciência e Tecnologia. Esse não é um assunto que faça parte do nosso dia a dia. Portanto, a Câmara Municipal encaminhou ofício a que nós não temos como dar sequência em discussões nesta Comissão. Eu agradeço à Presidência da Câmara de Almenara o envio e a preocupação, mas, infelizmente, por se tratar de tema estranho à Comissão, o expediente será encaminhado ao arquivo, tendo em vista que não é nossa atribuição os debates sobre isso.

Posso falar aqui como parte das discussões em torno dessa questão do aborto. A minha posição é muito clara: eu sou contra a abertura de outros casos, além dos que a lei brasileira já prevê, e o Supremo Tribunal Federal já deu sinais de que não irá julgar esse assunto e devolverá ao Parlamento uma decisão, o que eu entendo como o melhor caminho, o mais equilibrado para a boa relação entre os Poderes.

Informo aos Srs. Senadores que a presente reunião se destina à apreciação de matérias não terminativas, que serão votadas pelo processo simbólico.

O item 1 da nossa pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 758, DE 2015
- Não terminativo -

Autoriza a dedução de doações destinadas à pesquisa científica básica do Imposto sobre a Renda devido e altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro 1997.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.*

Senador Izalci Lucas, concedo-lhe a palavra para o relatório.

Mais uma vez, bom dia, Senador! Muito bem-vindo!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, antes de fazer a leitura, eu quero também registrar, Presidente – eu que participei, junto com V. Exa., da Comissão Mista do Orçamento –, a luta que tivemos para aprovar um destaque para que a gente pudesse ter recurso para a ciência e tecnologia. De uma forma muito especial, V. Exa. também destacou a questão da Universidade de Minas Gerais com relação à vacina da dengue. Então, nós estamos colhendo o fruto dessa má vontade e da forma como a ciência sempre foi tratada no Brasil, sempre por falta de recursos, e está aí o resultado dessa questão da dengue no Brasil todo. O DF, inclusive, hoje, com 20% de tudo o que está no Brasil, em termos de dengue, seja de incidência, seja também de mortes. Nós estamos com 38 mortes que ocorreram devido a dengue até agora. Tudo isso é falta de investimento em pesquisa. Nós temos instituições, temos pesquisadores, mas infelizmente há muitos anos a gente não tem uma política de investimento nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero só fazer o registro e parabenizar V. Exa. pela briga de que nós participamos. A gente sempre tem dificuldade, na Comissão Mista de Orçamento, de convencer os Parlamentares a investir nessa área.

Presidente, nesse Projeto de Lei do Senado nº 758, de 2015, do Senador Romário, que autoriza dedução de doações destinadas à pesquisa científica básica do Imposto de Renda devido e altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, vou pedir a V. Exa. para ir direto à análise.

Conforme o inciso I do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre proposições que tratem do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. Efetivamente, o PLS 758, de 2015, está dentro da competência regimental desta Comissão.

Quanto à constitucionalidade, o autor da matéria inicia a justificação fundamentando-a no art. 218, *caput* e §1º, da Constituição Federal, que estabelece a obrigação do Estado de incentivar a pesquisa científica básica e tecnológica. Consequentemente, a proposição promove a efetivação de norma constitucional programática ao renunciar a parte da receita do Imposto de Renda devido, a fim de promover doações privadas a instituições públicas de pesquisa.

Apesar da clara adequação ao espírito constitucional, consideramos que alguns artigos merecem ajustes em sua redação, de modo a evitar eventuais questionamentos futuros à sua constitucionalidade. Nesse sentido, propomos emendas que alteram o inciso V do *caput* e o parágrafo único do art. 3º, de modo a evitar que o Legislativo atribua competência a órgão do Executivo. Também sugerimos emenda supressiva do parágrafo único do art. 8º, visto que a pessoa física responsável pela pesquisa ou pela captação da doação não necessariamente auxilia doadores em eventuais infrações, logo não é possível presumir sua responsabilidade solidária *a priori*.

Quanto ao mérito, a proposição é claramente meritória, pois estimula doações privadas à pesquisa básica, mitigando o problema de falta de recursos, que é recorrente em nossas instituições públicas de ensino e pesquisa.

Vários países adotam a dedução do Imposto de Renda como mecanismo de incentivo para doações a instituições de pesquisa. Nos Estados Unidos, por exemplo, é possível deduzir integralmente o valor doado para universidades, desde que o total não ultrapasse 50% da renda bruta ajustada anual do contribuinte. Somente em 2022, foram doados US$59,5 bilhões para as universidades. Um fator fundamental que explica esse grande volume doado é a possibilidade de dedução do Imposto de Renda devido. Essa quantia expressiva não se deve apenas aos incentivos tributários, mas também à excelência da pesquisa realizada nas universidades norte-americanas, a um elevado grau de confiança dos doadores de que o valor será aplicado de maneira eficiente, uma vez que as universidades buscam ser o mais transparentes possível quanto ao uso dos recursos, e à busca por prestígio.

Por outro lado, é preciso considerar que as doações para as pesquisas acadêmicas não podem ser vistas como substitutos dos recursos públicos, que devem continuar sendo a principal fonte de financiamento da pesquisa científica. Mesmo nos Estados Unidos, país com maior volume de doações, estas representam uma pequena parcela dos recursos totais destinados à pesquisa. Além disso, as doações tendem a reforçar as desigualdades no sistema educacional, pois a maior parte acaba sendo direcionada para instituições renomadas, que já contam com um volume mais elevado de recursos.

Dessa forma, tendo em vista que as doações não devem ser encaradas como solução para a carência de recursos para as pesquisas acadêmicas no Brasil, mas sim como uma forma adicional para que o cidadão possa contribuir para projetos que julgue interessantes e para instituições de sua estima,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acreditamos que o projeto é relevante e oferecemos algumas contribuições na expectativa de aprimorá-lo.

Inicialmente, entendemos que o texto do PLS 758, de 2015, limita o alcance desejado ao restringir as doações apenas aos projetos de pesquisa científica básica. Diversos estudos apontam a existência de uma linha tênue de separação entre pesquisa básica e aplicada. Em geral, os cientistas realizam os dois tipos de pesquisa, muitas vezes simultaneamente. Ademais, um projeto destinado à pesquisa aplicada pode resultar em novos conhecimentos básicos sem qualquer aplicação imediata e vice-versa. Assim, propomos que as doações também possam ser destinadas a projetos de pesquisa científica aplicada e às pesquisas clínicas.

Sugerimos, ainda, alterações no art. 3º de forma a adequá-lo à nomenclatura utilizada na Lei de Inovação, a Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que, embora o PLS 758, de 2015, importe renúncia de receita, ele tem potencial de gerar benefícios fiscais e sociais que compensarão o ônus dos cofres públicos. Vale ressaltar que a pesquisa científica é a chave para o desenvolvimento tecnológico e para a inovação, que, por sua vez, são a força motriz do desenvolvimento econômico de longo prazo. Ou seja, a renúncia fiscal nesse caso pode ser vista como verdadeiro investimento no futuro do Brasil, sendo, portanto, meritória.

E o voto, Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 758, de 2015, com as seguintes emendas – aí vem o texto das emendas que foram apresentadas.

Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Eu não tenho como não comentar esse assunto, visto ter passado a minha vida inteira, de certa forma, envolto por ciência, tecnologia, inovação e por ter sido Ministro dessas áreas. E eu gostaria de fazer alguns comentários gerais, primeiro, com relação a isso aqui porque é muito importante o financiamento da ciência e tecnologia.

Mas também existem uns pontos. Às vezes a gente compara o Brasil com outros países e vê a dificuldade que o Brasil tem em desenvolver, sair do conhecimento e chegar ao produto. Essa é uma tarefa que exige muita concentração de esforços do Governo, principalmente do Executivo, para ser feita.

No meu tempo no ministério, eu criei um conceito que a gente chamava de Centro de Tecnologia Aplicada. O que são esses centros, de forma geral? Por exemplo, o Centro de Vacinas de Minas Gerais foi criado nesse intuito, para que a gente tenha condição de fazer no laboratório o desenvolvimento do sistema de como vai funcionar aquela vacina. O problema está em transferir esse conhecimento dos nossos cientistas, que têm conhecimento para isso, para um produto final, que vai ser aplicado no braço das pessoas, como vacina em fase final dos testes clínicos. Esse processo aqui é onde o Brasil falha nesse meio do caminho.

Portanto, aquele centro foi criado como um modelo para isso. Ou seja, a partir dos testes de laboratório, ali, nesse centro, eles têm condições de – o centro operando em plena condição – fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pequenos lotes de insumo para testes pré-clínicos com animais já conectados com o biotério – biotério, para quem não sabe, é onde são criados animais para pesquisa, como ratos e assim por diante – e depois fazer... e a Anvisa acompanhando todas as fases do processo porque, se não chegar lá ao final, o processo não foi feito com as melhores práticas de laboratório, e tudo aquilo fica inválido. Precisa ser feito com as melhores práticas, com o acompanhamento da Anvisa e com as devidas autorizações para aquilo passar na fase pré-clínica, com os animais, depois, fase clínica um, dois e três com seres humanos para poder virar um produto. E, logicamente, isso tem que ser acompanhado também pelo setor privado, para que o setor privado, que vai fabricar as vacinas, já tenha o seu sistema produtivo adaptado para aquele tipo de tecnologia necessária.

Eu dei esse exemplo da vacina porque isso é válido para qualquer área no Brasil. Então, onde está o problema no Brasil? Para que a gente tenha esse meio de campo aqui, como um todo, para a ciência, tecnologia e inovação funcionar, tem dois elementos – um na base e um no topo – que precisam ser melhorados no país.

Na base entra a educação, desde a educação básica, educação fundamental, educação do ensino médio, educação técnica, mas também, dentro desse aspecto da educação, entram matérias, vamos dizer assim, temas que são importantes, como empreendedorismo, educação financeira, etc., sem esquecer da promoção e da popularização da ciência, que, muitas vezes, é colocada de lado, como se não fosse necessária – é muito necessária para motivar esses jovens lá para frente. E a formação dos professores também essencial para isso.

E vem o topo, aqui, que é o ambiente de negócios no Brasil, tanto para a criação de empresas, *startups*, assim como a utilização de todo o sistema de ciência e tecnologia por empresas grandes nas suas demandas de novas tecnologias, ou seja, é um trabalho que tem que ser feito – por isso que eu falei – em conjunto por vários ministérios, por nós aqui também, para que isso funcione.

E são importantes, dentro dessa questão mais específica do financiamento, porque a gente cansa de ouvir – eu ouvi muito como Ministro também, na minha briga, que todo mundo deve ter acompanhado, por orçamento –, todo mundo fala: "eu sou a favor da ciência, eu sou a favor da educação". A educação já tem prevista lá uma quantia, que tem que ser aplicada em educação e saúde, por exemplo, mas ciência e tecnologia não, e também é estratégico. A gente ouve muita gente falar a respeito disso, mas, "na hora do vamos ver", como por exemplo o orçamento, todo mundo sai de lado e pensa como se ciência e tecnologia fosse alguma coisa acessória, e não é. Ciência e tecnologia é essencial, é algo estratégico, mas tem outras coisas que entram por causa da urgência – tem a urgência social, tem a urgência de saúde. Então, a ciência e tecnologia, que tem resultados que o pessoal sempre pensa que vai ser daqui a 10 anos, 20 anos, "ah, coloca de lado, depois a gente se preocupa com isso", e assim a gente nunca vai para frente.

A gente teria que colocar ciência, tecnologia e educação, em termos de orçamento, para tirar do topo – vamos chamar assim –, como deveríamos fazer na vida: primeiro, eu invisto em ciência e tecnologia, depois, com o resto, eu vou resolver as emergências, porque aquilo ali pode reduzir o custo de todas as outras áreas, pode dar um avanço muito grande.

E ciência e tecnologia é uma ferramenta geopolítica...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... muito importante, que a gente precisa usar mais no Brasil.

Então, iniciativas como essa... A Lei do Bem, que é outra coisa que está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, precisa ir para frente. A Lei do Bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só na Lei do Bem são quase R$30 bilhões de investimento em pesquisas de desenvolvimento no Brasil. A gente precisa tocar para frente isso.

Estou só arrematando, assim, essas coisas porque a gente precisa colocar em ação esses planos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não. Isso.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... sem dúvida nenhuma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabéns ao Senador Izalci, pelo relatório, e parabéns ao Senador Romário, pela iniciativa, que, tenho certeza, como disse o Marcos Pontes, será muito bem recebida por aqueles que financiam e realizam pesquisas em nosso país.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 3000, DE 2021
- Não terminativo -

Estabelece incentivo à doação de equipamentos de pesquisa a instituições públicas de ensino superior e a instituições científicas, tecnológicas e de inovação.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. O projeto constou da pauta da 28ª Reunião realizada em 08/11/2023;

2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Presidente Carlos Viana, companheiros Senadores aqui presentes, eu volto um pouquinho atrás para o início de nossa reunião em razão da sólida explanação que V. Exa. fez. Ela tem a total solidariedade nossa. O senhor tem absoluta razão no que colocou de uma maneira lúcida e objetiva.

O senhor veio de uma viagem internacional a um país, inclusive, que o surpreendeu, como o senhor nos falou agora há pouco, trabalhando com tecnologia de ponta; V. Exa. falou – e nos deixou também perplexos – da falta da participação brasileira nessa plataforma, inclusive não identificando bolsistas que lá estejam para troca de conhecimentos e formação; e falou também, Presidente, de uma maneira extremamente cívica e pragmática, com relação à questão do orçamento, dando exemplos – exemplos claros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós, inclusive, nos somamos aos exemplos que V. Exa. colocou com relação a outros itens. E muitos mais itens poderiam ser colocados, como a questão do Conecta e Capacita, em que, na verdade, nós temos postos de mão de obra vagos, precisando que nós possamos desenvolver uma política pública mais focada em formação para o trato de uma área que está em expansão permanente. Poderíamos citar, por exemplo, também, a questão das pesquisas na tilápia, que não trata apenas da questão da segurança alimentar, mas sobretudo da questão médica de queimaduras, a questão do colágeno etc.

O nosso grande cientista Senador Marcos Pontes já discorreu, da vez passada, falando de sua experiência quando Ministro – e foi um grande Ministro da Ciência e Tecnologia –, sobre o Ceitec, que também é um desafio que o nosso país tem pela frente, e esta Comissão pode provocar e ajudar a fazer com que nós encontremos um caminho para essas políticas públicas.

Dessa forma, eu não gostaria – e assim não o fiz – de começar de ofício o relatório, do qual agradeço a distribuição e a confiança, sem antes fazer esses registros.

Portanto, vamos para a relatoria.

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) o Projeto de Lei nº 3.000, de 2021, do Senador Jorge Kajuru, que tem o objetivo de incentivar a doação de equipamentos de pesquisa a instituições públicas de ensino superior e a instituições científicas, tecnológicas e de inovação.

Louvamos a iniciativa do nobre Senador Jorge Kajuru em direcionar esforços para a busca de alternativas para a situação preocupante que vive a maioria das universidades e institutos públicos de pesquisa no Brasil. Equipamentos de pesquisa envolvem microscópios, estufas, balanças de precisão, centrífugas, entre muitos outros.

O projeto destaca a transparência em todo o processo de doação, distribuindo responsabilidades aos doadores e às instituições recebedoras, bem como detalha as etapas do processo.

Avaliamos que o PL nº 3.000, de 2021, é meritório e vem na tentativa de se somar ao avanço da pesquisa e dar incentivo "às instituições públicas de ensino superior e a instituições científicas, tecnológicas e de inovação".

Portanto, vamos ao voto.

Diante do exposto, apresentamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.000, de 2021, tendo isso no nosso relatório, que ora concluo, para apreciação da Comissão sob a liderança de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Lido o relatório, colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabéns também ao Senador Fernando Dueire e ao Senador Kajuru pela iniciativa. É um projeto simples, mas que vai permitir aos centros de pesquisa o recebimento de doações de equipamentos. Parece até estranho a gente ter que fazer uma lei para que isso aconteça, mas estamos corrigindo as falhas à medida que as identificamos.

Item 3 da nossa pauta... (*Pausa.*)

Ah, sim, o Portinho... Está o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto o Senador Carlos Portinho resolve uma questão particular, vamos ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 15, DE 2022
- Não terminativo -

Institui o evento Hackathon – Senado Federal e dá outras providências.
Autoria: Senador Rodrigo Cunha
Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Observações:
1. O projeto constou da pauta da 35ª Reunião realizada em 20/12/2023;
2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal após a deliberação da CCT.

O PRS nº 15, de 2022, está com a relatoria do Senador Chico Rodrigues, de Roraima.

Senador, com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, gostaria também, como fez o colega Fernando Dueire, de só fazer um breve resumo do que V. Exa., na verdade, apresentou aqui preliminarmente sobre essa viagem que fez como observador eleitoral, mostrando, inclusive, a importância disso para todos nós Parlamentares que já tivemos também a oportunidade de ir representando o Senado como observadores. É um ganho de conhecimento, mas, acima de tudo, é a interatividade que se promove com esses países, que são países irmãos. Portanto, V. Exa. se houve muito bem com o colega Senador Nelsinho Trad, e isso, na verdade, engrandece obviamente o nosso Parlamento.

Eu fui designado por V. Exa. para relatar esse projeto de resolução, que vem à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, e que institui o evento Hackathon – Senado Federal e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Senador Chico, se V. Exa. quiser ir direto ao voto, como está colocado, não há nenhuma restrição.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k.

Na verdade, quero só fazer, de forma resumida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... o conteúdo do projeto, da resolução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Trata-se de evento destinado a reunir, na forma de maratona intelectual, programadores, desenvolvedores e inventores em geral, com o objetivo de desenvolver projetos destinados ao aumento da transparência pública por meio de tecnologias digitais e buscar melhorias relativas ao processo legislativo e às atividades desenvolvidas pelo Senado Federal.

Projeto semelhante já foi apresentado na Câmara dos Deputados com bastante êxito, mostrando, inclusive, o alcance que essa ideia desse projeto de resolução tem, porque, nesse mundo da modernização da tecnologia e da internet, obviamente essas tecnologias digitais são fundamentais para que nós possamos também, no processo legislativo, ter, na verdade, em mãos, com controle, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização, com acompanhamento etc., mecanismos que possam, na verdade, potencializar essa nova ferramenta no mercado global.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 15, de 2022, na forma do substitutivo, que, por já ter sido distribuído e estar em anexo, obviamente, neste parecer, nós deixaremos de ler, porque está já devidamente divulgado nos meios de comunicação interna do Senado.

Era esse o voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues, pelo relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora do Senado Federal.

Vamos ao item 3 da nossa pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 3039, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para determinar que as empresas que ofereçam ou intermedeiem os contatos entre motoristas e clientes do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros sejam obrigadas a oferecer "botão de pânico" e reconhecimento facial dos clientes do serviço.

Autoria: Senador Carlos Viana

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.*

O PL 3.039, de 2023, está a cargo do Senador Carlos Portinho.

Senador, seja muito bem-vindo. Concedo-lhe a palavra para a leitura do relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia a todos os colegas Senadores.

Esse é um projeto de autoria do nosso Presidente, Senador Carlos Viana, que manifesta imensa preocupação com a segurança tanto do consumidor de serviços de transporte por aplicativo quanto do próprio motorista.

Quero elogiar a iniciativa, porque é premente, é uma preocupação que afeta todos nós. E a forma como regulamentar isso procurei fazer respeitando exatamente o livre mercado, as iniciativas dos empreendedores desse setor de serviço, porque foi assim que ele nasceu, inclusive, com as plataformas de serviços de transporte.

Então, na leitura do PL 3.039, de 2023, peço vênia, Presidente, para ir direto à análise.

Conforme os incisos I e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bem como assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

A proposição justifica sua iniciativa pela existência de eventos de violência, tanto de passageiros contra os condutores, mas também de condutores contra clientes, que, segundo o autor, Senador Carlos Viana, demonstram claramente que as empresas prestadoras do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros poderiam envidar mais esforços para garantir a segurança dessas pessoas na ponta de seus serviços.

O projeto é meritório. No entanto, após diálogo com o setor, é possível concluir que a proposição ainda pode ser um pouco aprimorada visando garantir a segurança de todos sem gerar ônus demasiado para as partes. Nessa linha, denota-se que a imposição de obrigatoriedade de realização do reconhecimento facial dos clientes do serviço antes do início de cada viagem não se afigura, com todas as vênias, a medida mais adequada, pois, além de onerar as empresas prestadoras do serviço com um serviço – o de reconhecimento facial – a mais, pode ser considerado invasivo para o usuário, desestimulando a utilização do serviço. Além disso, a exigência de cadastramento prévio com foto já atende a essa necessidade. O projeto traz a obrigatoriedade do cadastramento prévio, tanto do motorista no uso do serviço quanto do cliente.

O reconhecimento facial... Eu captei a intenção da proposição, Senador Carlos Viana, mas eu fiquei pensando e faço aqui um aparte. Imagina, o cliente entra num carro de aplicativo, aí o motorista de Uber pega o celular dele: "Espera aí que eu vou te escanear". É invasivo. E o que a gente procura é que tenha a identificação e que ela esteja em meio hábil de acesso. E isso, o projeto, em outros artigos, já garante.

Nessa linha, considero pertinente a supressão da imposição do reconhecimento facial acima mencionado.

Por oportuno, visando melhor organizar a proposição, os demais comandos serão relocados para o novo inciso IV – aí é questão de técnica legislativa –, acrescido ao parágrafo único do art. 11-A da Lei nº 12.587, de 2012, que determina a competência de regulamentar e fiscalizar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros aos municípios e ao Distrito Federal, neste caso, dentro de sua competência legislativa sobre matérias de assunto local, a fim de se manter a capacidade de coercitividade da norma sem conflitar com as competências gerais dos estados em matéria de segurança pública.

Ademais, a fim de facilitar aos usuários do serviço a identificação do veículo que lhes atenderá, considero relevante que os veículos utilizados portem um sinal distintivo que comunique aos usuários seu uso na prestação daquele serviço. Essa medida é relevante também, em matéria de segurança, especialmente em locais de grande fluxo de veículos, o que imputa aos passageiros um esforço gigantesco para localizar o veículo – descaracterizado, como é hoje – que lhe atenderá. Essa prática desse sinal distintivo inclusive já é utilizada, e eu registro aqui, por muitos prestadores de serviço de transporte remunerado.

O uso crescente de dispositivos luminosos como sinal de identificação torna-se evidente. Há uma tendência entre esses profissionais de integrar sinalizações luminosas distintivas que atuam como sinal distintivo de identificação em seus veículos, proporcionando uma identificação visual eficaz. Essa prática, além de atender ao Código de Defesa do Consumidor, que assegura o direito à informação clara e precisa do serviço, configura-se como uma medida também de segurança – você poder identificar que o seu familiar entrou num carro e saber que aquele era o carro da prestação do serviço, porque ele portava um sinal dístico qualquer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu deixo isso a cargo da iniciativa privada. Existem empresas que já usam, espontaneamente, uma plaquinha – vou dar o nome, como é o caso do Uber –, uma plaquinha luminosa, alguns motoristas já usam. Tem empresas, inclusive, com carros adesivados, como a Drive... – desculpe, esqueci agora o nome –, até muito comum aqui no DF, que também usa.

Então, ninguém está inovando. A gente está trazendo para a regulamentação uma preocupação. Seu familiar entrou num carro e foi sequestrado: "Opa, aquele carro era um Uber"; "aquele carro era da empresa X, Y, Z'; "ele entrou num veículo de transporte de aplicativo". E, aí, você tem como alcançar, por outros meios, na medida em que essas plataformas registram a carteira, a CNH do condutor – está lá, dentro dos arquivos dela –, junto com os dados pessoais.

E agora, o que a lei traz, por iniciativa do Senador Carlos Viana, é a fotografia tanto do motorista – para no aplicativo você poder enxergar não só a placa do veículo, o tipo do veículo, mas quem é o motorista –, facilitando a identificação pelo usuário, mas também a foto do passageiro, o que está sendo incluído por iniciativa da proposição.

Então, na hora em que você faz o seu cadastro digital, como os bancos digitais já fazem, você vai poder colocar os seus dados e a sua foto. Ou, se não quiser colocar a foto, colocar um documento de identidade com foto. Também a gente não amarra, a gente dá alternativa. A pessoa, às vezes, não quer colocar lá a foto, mas ela vai lá e escaneia o seu documento de CNH.

Assim, permite-se, até atendendo ao Código de Defesa do Consumidor, que o consumidor saiba quem é o prestador de serviço, e permite-se a determinação por um sinal dístico qualquer. E, aí, cada empresa vai adotar o seu, para identificar que se está, naquele momento, efetivando um serviço de transporte de passageiro. A gente sabe que muitos usam o carro esporadicamente para isso, são pessoas comuns, que têm seus outros ofícios, que vão sair com a sua família no fim de semana. Não vai ter lá uma placa. Eu até troquei esse termo – eu usei "placa", mas depois eu falei "sinal distintivo". Ninguém quer a placa. Não vai ser placa vermelha, não vai ser placa em cima do carro; vai ser o que a empresa quiser como sinal distintivo que identifique aquilo.

E o motorista também vai estar seguro, porque, sabendo quem é o usuário, se amanhã ele sofrer algum crime praticado por esse usuário – e a gente tem alguns casos; o motorista do transporte de aplicativo fica muito vulnerável, muitas vezes, ao passageiro que entra no seu carro –, e ele vai poder identificar, não só com os dados da plataforma, mas pelo reconhecimento da foto ou de um documento com foto.

Então, basicamente:

> Art. 11-A. .....
> .....
> [...]
> IV – exigência de que as empresas que ofereçam ou intermedeiem os contatos entre motoristas e clientes do serviço de que trata o inciso X do art. 4º ficam obrigadas a:
> a) efetuar, junto à plataforma do serviço, o cadastramento prévio do condutor com foto, além da apresentação da carteira nacional de habilitação válida [o que muitas empresas já exigem para o cadastramento do motorista];
> b) efetuar, junto a plataforma do serviço, o cadastramento prévio do cliente que fará uso efetivo do serviço de transporte com foto, ou registro na plataforma de documento de identificação válido com foto; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

c) oferecer meio tecnológico hábil para que motoristas e passageiros [e este é um grande acréscimo e inovação do projeto] possam alertar quanto a eventos que atentem contra sua segurança ([o conhecido] "botão de pânico") durante a realização das viagens.

Se o passageiro for assediado, ele tem que ter na plataforma a opção de acionar um botão de pânico. Isso é para segurança e do interesse da sociedade.

E, no art. 11, há a inclusão do inciso II:

Art. 11-B. .....

.....

II - conduzir veículo:

a) que atenda aos requisitos de idade máxima e às características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo poder público [...];

b) [aí é o acréscimo] que porte sinal distintivo de identificação durante a prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros.

..... '" (NR)

Eu quero elogiar, Senador Carlos Viana... Eu protocolei o relatório há 150 dias, logo antes do recesso, para que todos pudessem ter conhecimento e debater. Isso foi muito produtivo. Eu estive com empresas do setor, minha equipe recebeu associações – a Frente Parlamentar do Livre Mercado também hoje fez excelente acréscimo, que foi acolhido no texto, quanto a ser um sinal dístico, e não uma placa –, e o texto foi, assim, aperfeiçoado, com a contribuição da sociedade, de todos, e chegamos ao texto final protocolado hoje de manhã, sendo lido aqui o relatório.

Sendo assim, o voto é pela aprovação do projeto, com as alterações feitas pelo relatório, conforme lido em texto final.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Senador Carlos Portinho. Leitura feita do PL 3.039.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Se me permite, eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Vamos colocar em discussão a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Coloco em discussão a matéria para que a gente possa dar sequência.

Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Eu só quero pedir ao Relator, o Senador Portinho, que, além dessa substituição do porte de sinal distintivo de identificação, colocasse também "estabelecido pelo aplicativo ou outras plataformas de comunicação em rede", para ficar mais claro, durante a prestação de serviço normal. Se V. Exa. puder atender...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Eu acho pertinente, sim, Senador Izalci, porque isso deixa claro que quem vai estabelecer qual é a forma do sinal dístico é a empresa ou a plataforma, respeitando aí a livre iniciativa, que todos nós aqui defendemos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de que o Senador Izalci é um grande defensor. Então, eu vou acatar o que oralmente foi sugerido pelo Senador Izalci.

E a redação da alínea "b" do inciso II do artigo 11-B, na forma do art. 1º deste projeto ficará com a seguinte redação, que vou ler: "que porte sinal distintivo de identificação estabelecido pelo aplicativo ou outras plataformas de comunicação em rede, durante a prestação do serviço de transporte remunerado privado e individual de passageiros". Acho que fica melhor e mais claro o texto.

Agradeço a contribuição, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

A emenda do Senador Izalci, aceita, passa a integrar o texto.

Vou fazer apenas uma colocação sobre por que nós colocamos também para identificar-se o passageiro.

Hoje, com uma câmera simples dentro do carro – não é preciso escanear –, com uma câmera simples, o próprio sistema do aplicativo já faz a leitura de acordo com a foto que foi colocada lá, porque todos nós temos que, naturalmente, colocar o nosso documento de identidade. Isso seria feito de forma automática no próprio veículo. Eu acredito, inclusive, que os aplicativos que estão aqui representados, no futuro, vão passar a utilizar isso independentemente da lei.

A identificação facial, hoje, já é uma realidade. Para o senhor ter uma ideia, na nossa missão à China, a convite do Governo chinês, íamos para Guangzhou, que é uma cidade industrial, e tivemos que descer em Xiamen. Depois de cinco horas dentro do avião, descemos e, no dia seguinte, pegamos um trem para Xangai – só para citar um exemplo. Quando nós chegamos à estação, porque eu coloquei o meu passaporte na entrada do leitor da estação, veio um aviso em chinês. Eu não entendia nada, e veio uma policial falando: "Não, a sua viagem é amanhã. O senhor está um dia adiantado. Esse bilhete foi comprado errado". O pessoal da equipe tinha feito a compra para o dia seguinte, e não para o dia em que nós fomos. Então, a identificação, hoje em dia, é uma questão muito comum.

Então, nos carros de aplicativo – entendo claramente não ser... –, sugiro às próprias empresas que passem a ter essa identificação facial como parte disso; um sistema muito simples que já imediatamente comunica quem está pedindo ali.

Aprovada a matéria com a sugestão... Não.

Coloco em votação a matéria.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria com a sugestão apresentada pelo Senador Izalci Lucas.

A matéria será encaminhada à Comissão de Transparência, Governança e Fiscalização e Defesa do Consumidor.

Temos ainda dois últimos itens, que são requerimentos.

O item 5, que é o Requerimento 37, de 2023...

Parabéns ao Senador Portinho pelo relatório – perdoe-me! Obrigado a V. Exa. pela gentileza e ao Senador Izalci também pela contribuição.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 37, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

O item 5, Requerimento 37, é do Senador Rogério Carvalho, mas subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Concedo a palavra para a leitura do requerimento, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

O requerimento segue como: requeiro, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 27, de 2023, sejam incluídos os seguintes convidados.

Eu não vou ler a lista, porque ela é extensa, mas tem a lista dos convidados.

E a justificação: tendo em vista a aprovação do Requerimento 27, de 2023, solicito a inclusão dos representantes acima elencados na audiência pública que objetiva discutir a proteção regulatória do dossiê de testes para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano.

O grupo de trabalho sobre propriedade industrial é composto por diversas entidades da sociedade civil, como o Médicos Sem Fronteiras e o Idec, e tem por objetivo discutir, monitorar e influenciar a política de propriedade intelectual, com ênfase na mitigação dos impactos negativos do atual sistema de patentes no acesso a medicamentos e outras tecnologias essenciais para a população brasileira.

O tema da proteção regulatória do dossiê de testes tem implicações significativas no acesso a medicamentos, tornando fundamental a participação deste grupo.

Considero importante também ouvir representantes do Ministério da Saúde, do Conep e do CNS, pois são diretamente afetados pelo tema em função do programa de distribuição de medicamentos do SUS, com a política de introdução de novos medicamentos genéricos.

Assina o Senador Rogério Carvalho.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado pela leitura do item 5, Requerimento 37.

Consulto se há quem queira usar a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Nosso último item.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 1, DE 2024
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater estratégias científicas e de inovação disponíveis para combate efetivo da Dengue no Brasil.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo a palavra para a leitura do requerimento, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Este é um requerimento da minha autoria para que nós tenhamos, aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, uma audiência pública para tratar sobre tecnologias que possam reduzir ou mitigar os problemas da dengue no Brasil.

Esse é um assunto extremamente importante nos dias que nós vivemos hoje em vários estados no Brasil, lembrando que esse assunto já poderia estar em tratamento pelo Executivo desde o ano passado; nós já tínhamos indícios disso. Tanto é que no dia 19 de abril do ano passado, 2023, eu fiz um discurso falando sobre isso no Plenário, da importância de ações que já deveriam estar sendo tomadas para a prevenção dessa situação. Isso porque, em março do ano passado, também nós tivemos a aprovação na Anvisa de uma vacina contra a dengue – é uma vacina não brasileira, é uma vacina japonesa, mas foi aprovada pela Anvisa – e já poderia ter sido colocada em prática, vamos dizer assim, no Brasil, o que evitaria muitas das mortes a que nós estamos assistindo hoje em dia aqui no Brasil como um todo.

Esse é um problema antigo do Brasil, e algumas técnicas têm sido utilizadas, como entrar em busca de criadouros de mosquitos nas casas, em terrenos baldios. E aí há um outro ponto importante que eu gostaria de lembrar. Hoje de manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado também um projeto de lei da minha autoria, que vai agora para a CCJ, que trata da autorização para os agentes de vigilância sanitária poderem entrar em residências abandonadas – nessas casas abandonadas eles não podem entrar, por incrível que pareça; eles entram em terrenos baldios, mas não nessas casas – para buscar esses focos de mosquito e poder ajudar a mitigar o problema.

Mas isso não é... são algumas das ações. Isso aí precisa de uma ação estratégica em muitas frentes, incluindo a utilização de mosquitos geneticamente modificados, como já tem sido utilizado em outros países, e isso com um resultado muito efetivo de 77% de redução dos problemas, lembrando que esses mosquitos geneticamente modificados se espalham, e a reprodução desses mosquitos não geram fêmeas, que é onde é carregado o problema da dengue. Então, isso é um dos exemplos; são muitas outras tecnologias.

Então, para que nós possamos identificar essas tecnologias e auxiliar o Executivo no seu trabalho de conter e melhorar isso para os próximos anos, para que esse problema seja gradualmente reduzido a zero aqui no Brasil – essa é a ideia –, nós propomos, então, a realização dessa audiência pública com representantes do Ministério da Saúde, do Instituto Butantan, da Fiocruz, da Oxitec do Brasil, pesquisadores de diversas instituições e, obviamente, também representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Aqui tem toda a justificativa, mas acho que está bem claro aqui. Basta a gente olhar no noticiário para ver a quantidade de casos que nós temos de dengue, um problema que já está sendo tratado com mais eficiência em outros países e que a gente precisa, aqui no Brasil, também resolver, através da ciência.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Eu tenho uma experiência com essa questão da dengue, com o retorno do ciclo. Eu observei – é uma observação – que, todas as vezes que a dengue vem, como está este ano, em grande escala, especialmente em Minas Gerais, que tem praticamente 70% dos casos de chicungunha... É um absurdo o descaso do Governo de Minas Gerais com relação à prevenção. Mas eu observo que, quando a situação fica muito grave, fazem-se campanhas educativas. Então, no ano seguinte, a dengue diminui. Quando a dengue diminui, naquele ano não se faz a campanha educativa. Aí ela volta muito mais forte, porque é um ciclo do qual nós não vamos nos livrar. Praticamente... Veio, a doença está aí. Ela é uma questão mesmo de educação, de limpeza e de campanhas educativas para que as pessoas possam se cuidar. E um número...

Então, a audiência que V. Ex. propõe é muito bem-vinda para que a gente possa discutir como nós podemos conviver, já que não vamos conseguir erradicar da maneira que gostaríamos, até que tenhamos uma vacina efetiva para 100% dos casos, o que o Brasil já poderia ter desenvolvido há mais de 10 anos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – É importante citar isso também, porque, aqui no Brasil, hoje, nós temos a capacidade de desenvolver vacinas. Isso era uma coisa que o Brasil não tinha antes. O Brasil produzia vacinas com tecnologias de fora; em grande escala, mas com tecnologias de fora. Hoje, não. A gente tem, graças a um esforço lá em Minas Gerais, no seu estado, no BH-Tec, no Centro Nacional de Vacinas, com a Universidade Federal de Minas Gerais...

Isso é outra coisa que a gente tem que ressaltar. Muitas vezes as pessoas não têm ideia da capacidade das universidades em desenvolver produtos também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – A gente pensa, obviamente, na universidade como um centro de formação de profissionais, mas também a extensão e a utilização da universidade no desenvolvimento de tecnologias aplicadas são muito grandes. Ali é um exemplo disso aí. Tem lá a Dra. Ana Paula e outros pesquisadores de ponta que trabalham no desenvolvimento de vacinas, entre elas, vacinas, como foi citado já aqui por V. Exa., para reduzir, vamos dizer assim, o consumo de cocaína – isso é muito importante – e também para dengue. E o Instituto Butantan, em São Paulo, também tem trabalhado com vacina para dengue.

Isso aí demora um certo tempo. A pessoa fala: "Pô, por que é que já não tem?". Demora um tempo esse desenvolvimento, é normal, não só para que se tenha certeza da eficiência do processo desenvolvido no laboratório, mas depois, na transição, como eu falei aqui antes, desse processo para a indústria, que passa por todas as fases de melhores práticas de laboratório, melhores práticas de produção, todos os testes pré-clínicos, testes clínicos, tudo isso para se ter certeza de que a vacina é efetiva e segura. E isso eles estão fazendo aqui no Brasil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, se me permite só um aparte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não, claro. Perfeitamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não posso deixar de citar como referência nacional a Fiocruz, na minha cidade do Rio de Janeiro, que, no Governo Bolsonaro, recebeu os recursos para a ampliação do seu parque. e isso é benéfico para toda a nossa sociedade, especialmente para o meu estado, para a minha cidade.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – É só um complemento sobre isso.

A partir do desenvolvimento de uma vacina, supondo que você chegue à fórmula final, agora ela terá que ser produzida em quantidade para ser distribuída. Existem dois caminhos aí: um deles é pelo setor privado, o que é muito bom, porque você produz nota fiscal, produz recursos no Brasil, produz empregos numa área tão importante como biotecnologia, mas algumas vezes não é viável para o setor privado produzir aquela vacina; ou mesmo se houver interesse do nosso Governo, como eu falei anteriormente, na utilização de ciência e tecnologia como uma ferramenta geopolítica, de parcerias e mesmo de influência geopolítica, pode-se desenvolver em quantidade, usando a Fiocruz, Manguinhos ou o Butantan, em São Paulo, e produzir essas vacinas pagas pelo Governo.

Você fala assim: qual a vantagem? Bom, a vantagem disso aí, primeiro, é que você tem o controle, a soberania. E, segundo, que, se você quiser ajudar os nossos vizinhos... Porque essas doenças não veem na fronteira, elas ultrapassam as fronteiras. E, às vezes, se um país daqui da América do Sul tem dificuldade de adquirir vacinas, a gente pode produzir as vacinas e dar para esses países, de forma a reduzir uma pandemia, o efeito de uma pandemia, inclusive no nosso Hemisfério Sul do planeta, porque os países que produzem grande parte das vacinas atuais, praticamente 100%, estão no Hemisfério Norte e vão utilizar suas vacinas primeiro para a sua população, o que é óbvio; depois, se sobrar, eles vão vender para o restante. E a gente não pode ficar nessa dependência.

Por isso, ter a capacidade de desenvolver, produzir vacinas do Brasil, tanto no setor público quanto no privado, é essencial para a soberania do país e, vamos dizer assim, para a promoção geopolítica do nosso país também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Marcos Pontes. Obrigado, Senador Chico Rodrigues, Senador Carlos Portinho, demais Senadores que estiveram conosco e todos que nos acompanharam aqui durante esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença.

Na próxima semana teremos audiência pública, a cargo do Senador Izalci Lucas.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e onze minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Alan Rick, Jussara Lima, Lucas Barreto, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran, Damares Alves e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Teresa Leitão, Chico Rodrigues e Marcos Rogério. Deixam de comparecer os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Daniella Ribeiro e Carlos Portinho, conforme os Requerimentos nº 18, 52 e 60, de 2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 33/2023-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), que tem a finalidade de debater acerca da Assembleia Cidadã Brasileira sobre Edição Genética e seus desdobramentos, com a participação dos seguintes convidados: Ricardo Fabrino Mendonça, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Eduardo Romano, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), representante de Francisco José Lima Aragão; Soraia Feliciana Mercês, Professora de Educação Infantil na Prefeitura de Belo Horizonte; Leonardo Melgarejo, Doutor em Engenharia de Produção e representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); e Galdino Andrade Filho, Professor da Universidade Estadual de Londrina, representante da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12317

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater acerca da Assembleia Cidadã Brasileira sobre edição genética e seus desdobramentos, em cumprimento ao Requerimento nº 33, de 2023, de minha autoria. O público interessado em participar desta audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pode também ligar para o 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário desta Comissão – e eu já vou nominá-los e convidá-los a participar aqui da mesa – os nossos expositores.

Vou chamar aqui o Sr. Ricardo Fabrino Mendonça, que é professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Está presente ou é virtual? Remoto. Está presente aqui remotamente.

Eduardo Romano, convido-o para participar. Ele é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), representando aqui o nosso Francisco José Lima Aragão. Seja bem-vindo, Eduardo.

Também convido aqui para participar o nosso representante da Universidade Estadual de Londrina, Galdino Andrade Filho, para ocupar aqui a mesa.

Remotamente, nós temos o Ricardo e também a Soraia Feliciana Mercês, que é professora de Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte, e também o Leonardo Melgarejo, doutor em Engenharia de Produção e representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Eu vou inicialmente já passar a palavra, remotamente, ao nosso querido professor da Universidade Federal de Minas, Ricardo Fabrino Mendonça. O senhor tem dez minutos prorrogáveis. Está ouvindo bem, Dr. Ricardo?

O SR. RICARDO FABRINO MENDONÇA (*Por videoconferência.*) – Muito bem. Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Estou ouvindo bem.

O SR. RICARDO FABRINO MENDONÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, muito bom dia a todas e todos. Eu queria agradecer e cumprimentar V. Exas. da Comissão de Ciência e Tecnologia. Agradeço especialmente ao Senador Izalci Lucas, que nos recebeu na qualidade de integrante da Comissão e fez o requerimento para esta audiência.

A minha fala nesta audiência não é uma fala essencialmente sobre edição genética, mas ela é uma fala sobre a importância de participação democrática quando nós discutimos pesquisa e divulgação científica.

Cada vez mais se aposta em uma ciência mais próxima dos cidadãos e das cidadãs para ser mais efetiva e melhor. Não se trata apenas de cientistas ensinando e mandando o que as pessoas têm que fazer, porque isso se mostrou, em diversos momentos da história, inadequado e ineficiente, e existe uma crescente aposta nas tentativas de aproximação entre cientistas e cidadãos para produção de conhecimento.

Por outro lado, existe também uma aposta crescente – esse é o lugar do qual eu falo fundamentalmente – em que a democracia precisa escutar aqueles e aquelas que são afetadas por decisões políticas. Cidadãos e cidadãs não são especialistas, mas são afetados por decisões e por desenvolvimentos da ciência e têm algum saber relevante para a tomada de decisões. É nesse sentido que há uma série de experimentos acontecendo pelo mundo – na verdade, desde os anos 70, fundamentalmente. São júris dos cidadãos dos Estados Unidos, células de planificação na Alemanha, conferências de consenso na Dinamarca, um conjunto grande de experimentos que buscam colocar cidadãos e especialistas em contato para discutir e para ponderar sobre desenvolvimentos tecnológicos e sobre como, de alguma forma, desenvolver ciência, regular ciência, pensar sobre ciência. Isso não significa, eu queria deixar claro desde a saída, em medida alguma diminuir a importância de especialistas, mas significa que desenvolvimentos científicos afetam a vida de pessoas e que, nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sentido, existe um movimento mundial para a discussão democrática sobre avanços na ciência, na tecnologia e na regulação dos mesmos.

Mais recentemente, você tem um crescimento muito significativo de experiências transnacionais nesse sentido. Há uma assembleia sobre mudanças climáticas acontecendo, eventos e reivindicações de eventos sobre regulação de inteligência artificial, demandas pela organização de uma discussão mais ampla de uma série de temáticas, incluindo edição genética.

Quando a gente está falando de edição genética – a gente vai ter a oportunidade de escutar especialistas que trabalham na área, e participantes também do evento do qual vou falar na sequência –, houve avanços muito significativos na última década com o desenvolvimento de técnicas que levaram à maior precisão e ao barateamento das tentativas de aplicação de engenharia genética, se eu puder utilizar um termo antigo. Mas esses avanços muito significativos em precisão, barateamento e acesso também envolvem um conjunto de riscos não totalmente antecipáveis, do ponto de vista ambiental e social, questões que vão da forma como se concebem as patentes, às formas de regulação de pesquisa, riscos geopolíticos e ambientais que atravessam o debate sobre um desenvolvimento científico muito relevante, muito promissor e com muitas aplicações no campo da saúde, no campo da agropecuária, com muitas possíveis aplicações, mas também com muitos dilemas, muitos riscos não completamente antecipáveis.

É nesse sentido que esses avanços na edição genética apontam para uma lacuna regulatória, uma lacuna regulatória que vem sendo apontada também no mundo inteiro. Então, você tem um relatório do The Hastings Center sobre isso, e órgãos como o The National Research Council, a National Academies of Science, Engineering and Medicine dos Estados Unidos, e uma comissão presidencial para o estudo de bioética dos Estados Unidos, que vêm defendendo especificamente que o desenvolvimento e a adoção de produtos e práticas na área de edição genética precisam contemplar e precisam envolver cidadãos e cidadãs que de alguma forma são afetados por essas decisões, por esses avanços tecnológicos.

No caso brasileiro especificamente, existe uma regulamentação sobre pesquisa e uso de organismos geneticamente modificados, que se dá a partir de uma lei de 2005, que é a Lei 11.105. No entanto, muitas dessas técnicas, como o Crispr, por exemplo, foram desenvolvidas depois dessa lei. E há uma Resolução Normativa nº 16, da CTNBio, de 2018, que busca lidar com esses avanços. Mas há muita incerteza, muitas lacunas e há inclusive uma disposição à revisão da regulação pela própria CTNBio, tendo em vista a necessidade de lidar com esses avanços tecnológicos mais recentes e com o que eles representam, significam e podem de alguma forma significar em termos de desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

É nesse sentido que o projeto, que de alguma forma dá origem a esta audiência pública, foi concebido. É um projeto que tem início internacional, por uma equipe da Austrália, do Centro para Democracia Deliberativa e Governança Global, da Universidade de Camberra, na Austrália, que, de alguma forma, busca organizar discussões, em muitos países, sobre aplicações diferentes de edição genética em diversos contextos, para organizar uma assembleia global de pessoas que discutam aplicações em edição genética.

No caso brasileiro, nós fomos responsáveis pela construção de uma assembleia, que foi financiada pelo CNPq, coordenada pelo Prof. Yurij Castelfranchi, com a participação de pesquisadoras e pesquisadoras não apenas da UFMG, mas da Unesp, da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Estadual de Maringá, para, de alguma forma, discutir, com pessoas comuns, o tema da edição genética

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e discutir a possibilidade de debater com pessoas, cidadãos e cidadãs comuns, temas muito complexos e absolutamente distantes da vida dessas pessoas.

Nossa assembleia contou com 26 participantes, recrutados com base numa pluralidade de diversos critérios, incluindo região, crença, raça, educação. Só para ilustrar, a gente teve pessoas de 16 estados da Federação.

Foram duas etapas basicamente. Em primeiro lugar, houve três semanas de preparação assíncrona, com materiais em vídeo, *podcasts*, imagens, textos e a possibilidade de discussão em grupos assíncronos entre essas pessoas. Depois, foram quatro dias de encontros com especialistas e dinâmicas moderadas de discussão entre participantes e esses e essas especialistas.

Agradeço ao Leonardo Melgarejo, que participou como especialista, aqui também presente, entre outros especialistas que disponibilizaram seu tempo para discutir com pessoas comuns esta temática e para engajar-se em diálogos com essas pessoas.

Depois, houve um momento de elaboração de um conjunto de diretrizes e a entrega dessas diretrizes para a SBPC, para a Academia Brasileira de Ciências, para a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas e para a imprensa.

O momento subsequente foi de uma série de reuniões com Deputados, Senadores, com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, para a entrega de uma nota técnica derivada dessa assembleia. Uma das demandas dessa nota técnica era exatamente a realização de audiências públicas que dessem visibilidade à temática, que trabalhassem a temática publicamente, trouxessem a temática para a esfera pública e viabilizassem a discussão mais ampla dessas questões e o conhecimento dessas questões.

Os resultados dessa assembleia – e aqui eu caminho para a conclusão – envolveram sete diretrizes, que constam dessa nota técnica.

Eu não tenho tempo hábil para apresentação detalhada dessas diretrizes, mas elas ressaltam alguns valores fundamentais a serem levados em conta na visão desses 26 cidadãos e cidadãs que se engajaram com especialistas para discutir este tema complexo e, de alguma forma, participar do debate público sobre esta questão.

Há, em primeiro lugar, a defesa sobre transparência nas pesquisas e o aperfeiçoamento do Sistema de Informação em biossegurança.

Em segundo lugar, a defesa de participação pública, plural, em diversos processos relativos ao uso de Crispr, à edição genética de uma forma geral.

Em terceiro lugar, o argumento de que finalidade importa e de que é preciso pensar critérios éticos e foco no interesse público e não só na produtividade quando se desenham políticas de incentivo a pesquisa e inovação.

Em quarto lugar, a defesa sobre a necessidade de políticas de informação e capacitação técnica sobre o uso de Crispr.

Em quinto lugar, uma defesa da estruturação de um fundo para estimular usos não lucrativos da técnica e mitigar problemas derivados de certas aplicações da técnica.

Em sexto lugar, uma qualificação clara de responsabilidade de fabricantes, de cientistas e de produtores em casos de problemas.

Em sétimo e último lugar, entre as diretrizes produzidas pelos 26 participantes da assembleia brasileira sobre edição genética, a defesa da regulamentação de processos, produtos e da sua comercialização, com a previsão de planos públicos e de reparação de danos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, para ficar no tempo que foi definido, eu paro por aqui, mas queria iniciar esta discussão contando um pouco da realização da assembleia e fazendo essa defesa sobre a necessidade de pensar democraticamente processos vinculados à ciência, à tecnologia e à inovação.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Agradeço ao Ricardo, nosso professor da universidade de Minas Gerais.

A questão da popularização da ciência, tecnologia, pesquisa e inovação é importante, evidentemente, preservando a questão do conhecimento, da patente, porque nem tudo pode ser aberto imediatamente, porque pode comprometer, evidentemente, não só o resultado como também o conhecimento do pesquisador. Mas é importante o debate para as pessoas entenderem pelo menos o processo. Então, esta audiência tem esse objetivo.

Eu tenho falado sempre, como Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação, que um dos grandes problemas que nós temos é exatamente a difusão da ciência, a importância da pesquisa. Muita gente não tem o conhecimento da profundidade do tempo, do investimento de uma pesquisa. Muitas vezes, a maioria das pessoas que não tem muito conhecimento acha que as coisas são da noite para o dia. Então, é importante esclarecer.

Vou ler algumas perguntas e comentários, porque, na medida do possível, os próximos expositores já poderiam comentar sobre isso. Perguntas. Pedro Bessa, aqui do Distrito Federal: "Como o Brasil tem avançado nas pesquisas relacionadas à genética? Há incentivo governamental e/ou apoio internacional?".

Rosenildo Cordeiro, do Rio de Janeiro: "Quais [...] os desafios éticos da [...] genética e como podem ser abordados para garantir o seu uso responsável e [...] [equilibrado]?".

Pablo Fernandes, do Rio Grande do Norte: "Quais os limites morais [...] [impostos] no avanço dos estudos da genética?".

Vagner Alexandre, de São Paulo: "Como estão os estudos relativos ao consumo de alimentos de origem geneticamente modificada? E como informar isso de forma simples aos leigos?".

Comentários. Geraldo Magela, de Minas Gerais: "Creio no avanço das pesquisas genéticas, porém acho o investimento do Governo Federal muito pequeno para uma área que pode vir a trazer curas".

João Vítor, aqui do Distrito Federal: "A edição genética é uma das tecnologias mais impressionantes que temos. É muito interessante trazer essa pauta para a audiência".

Luís Maciel, de Santa Catarina: "[...] a tecnologia a favor do melhoramento genético é vida e futuro".

Na medida do possível, se vocês puderem comentar ou responder a essas perguntas, eu agradeço.

Vou passar, agora, ao Eduardo Romano, que é Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, nossa querida Embrapa.

O SR. EDUARDO ROMANO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiramente, eu agradeço ao Senador. Eu acho, até comentei com o senhor, que esta Comissão está em ótimas mãos. Eu conheço o trabalho do senhor e fico satisfeito de ver que o senhor está à frente desta iniciativa.

Bem, eu vou falar. Eu sou pesquisador da Embrapa há 27 anos. Fui da CTNBio por seis anos. E trabalhei nessa normativa de edição gênica que é uma referência para o mundo.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro ponto, eu quero explicar para vocês como é que foi feita essa resolução e qual é conceito dela. Primeiro, as pessoas têm que entender que todos os alimentos que nós comemos hoje foram modificados geneticamente. Se vocês virem o painel de cima, a cenoura ancestral, a alface, o tomate; o milho ancestral, à esquerda. Olhem o milho ancestral e o milho que a gente tem hoje. Então, todos os alimentos foram modificados geneticamente. Modificação genética não é uma coisa nova que surgiu com transgênico e com edição genética.

Como se fazem essas modificações genéticas? Historicamente, são feitas por cruzamento de variedades. Também uma forma muito comum de fazer é por mutagênese. As pessoas, normalmente, não sabem, mas muitos alimentos que chegam à mesa foram modificados geneticamente por mutagênese, ou seja, você modifica aleatoriamente o genoma, o DNA, e, depois, esse alimento vai para a mesa. Há exemplos aqui. O *grapefruit*, por exemplo, foi desenvolvido por essa tecnologia de mutagênese, ou seja, em que você modifica geneticamente, mudando o DNA de uma forma aleatória. Isso não é exceção. Se você pegar esse banco de dados da FAO, você vai ver que, aproximadamente, nos últimos 70 anos, mais de 3 mil variedades foram obtidas por mutagênese. Então, essas variedades que são modificadas geneticamente e chegam à mesa do consumidor foram modificadas por mutagênese, de forma aleatória. Arroz, milho, trigo, enfim, tudo isso é modificado geneticamente.

Quando e durante a evolução do melhoramento genético, começou-se a usar uma outra ferramenta que é o transgênico. O transgênico, basicamente, transfere um gene de uma espécie para outra. Então, você pode transferir o gene de café para soja; um gene de uma bactéria para um algodão. Mas o ponto é: até aqui, quando a gente fazia melhoramento, inclusive por mutagênese, não havia nenhuma avaliação de biossegurança, avaliação de risco. A partir dos transgênicos, houve entendimento de que era necessário fazer avaliação de riscos, porque você está colocando um gene novo. Então, isso – não dá para ver aqui embaixo –, essas avaliações de risco elas custam... São extremamente onerosas, custam – está ali embaixo, ali – até US$100 milhões para fazer. Então, houve uma diferença muito grande no melhoramento genético, em termo de custos, quando você usava as tecnologias convencionais, até que chegaram os transgênicos, quando com que você tem que gastar muitos recursos para colocar um produto no mercado.

O que isso causou? Isso causou uma oligopolização do mercado. Então, como, quanto aos transgênicos, para botar um transgênico no mercado, custa muito caro, pequenas empresas privadas não conseguiam mais entrar nesse mercado. Então, isso aqui é um retrato dessas... Esses círculos mostram empresas que foram adquiridas pelas empresas maiores. Então, hoje, nós temos, por conta dos altos custos de regulamentação com transgênicos, principalmente, quatro empresas que controlam aproximadamente 60% do mercado de sementes.

Bom, e aí surgiram as tecnologias de edição gênica, que vieram com a promessa de reverter esse quadro de oligopolização e colocar pequenas empresas do setor privado – e há as empresas públicas também no mercado – pela redução dos custos.

Bom, basicamente, as técnicas de edição de genoma são um conjunto de técnicas que geram produtos semelhantes àqueles que eu mostrei para vocês, que são obtidos por mutagênese, só que de uma forma muito mais segura, porque aquela mutagênese é feita de forma aleatória; esta aqui você dirige, você faz um corte no DNA, no local preciso, e faz uma pequena modificação no DNA. Então, pelo fato de as técnicas de edição genética serem muito semelhantes, gerarem produtos muito semelhantes aos obtidos por mutagênese, isso foi usado como princípio – é um pouco mais complexo, mas basicamente é isso –, que nós desenvolvemos, nosso CTNBio, essa resolução normativa, que basicamente fala: "Se você faz a edição genética precisa, em poucos nucleotídeos do DNA, e você não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está inserindo um gene novo, essa planta não é transgênica". De fato, não é transgênica. Então, ela não é tratada como transgênica, e você não tem que gastar, Senador, US$100 milhões para colocá-la no mercado.

Bom, então, nós fizemos isso, vocês podem ver, em 2018, e fomos um dos primeiros países do mundo a fazer essa resolução, e hoje, aqui, vocês veem, em junho de 2022, em verde, são os países que seguem uma legislação semelhante à brasileira. Então, vocês podem ver que os principais países agrícolas e os principais parceiros comerciais do Brasil seguem a mesma legislação que a brasileira. Então, você pode ver: Estados Unidos, Canadá, Rússia, China, Índia, Austrália, Argentina, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Honduras, Guatemala, enfim; praticamente... A maior parte dos países, com exceção da Europa – como sempre, ela é mais restritiva a modificação genética; só que este mês, este mês, aqui, o Parlamento europeu votou uma normativa, uma lei, que basicamente se equipara à norma brasileira. Ou seja, edição genética fazendo pequenas modificações precisas não é transgênico. Você não precisa gastar US$100 milhões para botar um produto no mercado. Bem, então, se nós formos ver neste painel aqui, hoje em dia, boa parte daquela parte vermelha está seguindo a mesma normativa que o país.

Então, o primeiro ponto que eu queria colocar, na minha opinião, é que, primeiro, existe uma forte convergência, no mundo, a respeito da regulamentação, que é esta: plantas editadas com pequenas mutações são consideradas não transgênicas. E, na minha opinião, não faz sentido o Brasil retroceder nesse entendimento que hoje é amplamente aplicado no mundo, principalmente pela importância que a agricultura tem para o país.

Então, a pergunta que a gente deve fazer, e eu acho que essa assembleia... Eu achei bastante interessante o comentário do primeiro colega, as preocupações que ele tem, preocupações sociais que ele tem, a primeira que a gente tem que responder é: o Brasil precisa de edição de genomas? Para mim é evidente que precisa. A primeira publicação que surgiu na descoberta...

(*Soa a campainha.*)

... desta tecnologia foi em 2013. Em 2020... Olha como foi rápido. Em 2020, as inventoras ganharam, simplesmente, o Prêmio Nobel, de tão revolucionária que é a técnica. E essa técnica permite fazer, de uma forma simples, em princípio barata, e em um tempo muito mais curto do que o melhoramento tradicional, uma série de produtos. Todos os produtos aí, eu poderia ficar aqui horas falando dos produtos, tem centenas de produtos que já foram desenvolvidos – milho tolerante à seca, porco resistente a vírus, trigo enriquecido com fibra, bovinos mocho, porcos com maior produtividade, soja resistente à seca, milho ceroso. Eu posso falar aqui centenas de produtos. A Embrapa vem desenvolvendo uma série de produtos editados, não vou ter tempo de falar de todos, inclusive, incluindo a primeira cana-de-açúcar editada não transgênica do mundo, a primeira cana-de-açúcar editada não transgênica do mundo, desenvolvida pela Embrapa!

Então, a pergunta é: o Brasil precisa de técnicas de edição de genoma? É evidente que o Brasil não pode abrir mão de uma tecnologia que permita desenvolver produtos de uma forma mais simples, em velocidade mais rápida e custos muito mais reduzidos, em tese, pelo fato de ter regulamentação simples. E, se você mudar a regulamentação, isso tudo deixa de valer.

E por que é importante a edição gênica? Primeiro, porque é uma ferramenta fundamental para o agronegócio nacional ficar mais competitivo. Hoje, a gente não pode mais pensar num agronegócio moderno. Daqui para frente, Senador, não tem mais como pensar em desenvolver produtos para o agronegócio ficar competitivo, inclusive, porque todos os países vão usar essa tecnologia. E também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para a agricultura familiar produzir mais alimentos e auxiliar no combate à fome. Essas tecnologias podem e devem ser utilizadas para combater a fome. Arroz mais produtivo, com mudança estrutural, mudança arquitetônica, tolerante à seca, combater as mudanças climáticas. Enfim, nós não podemos abrir mão dessa tecnologia.

Agora, uma coisa interessante, que eu acho que tem que ser o foco desta discussão, não essa questão de rotulagem, outras questões, mas o que limita o uso dessa tecnologia no Brasil e no mundo para efetivamente – aqueles produtos que eu mostrei para vocês – chegarem ao mercado. O que limita são as patentes.

Já estou concluindo.

Existem poucas patentes que protegem essas tecnologias. Na principal, a Crispr/Cas9, existe uma disputa judicial entre duas universidades, dois institutos, mas o fato é que essas patentes são tão restritivas que hoje, até onde vai o meu conhecimento, só chegaram duas plantas no mercado, Senador.

O potencial é gigantesco, mas o que está no mercado? São duas plantas: esse tomate no Japão, reaquecido com gaba; e uma soja que foi desenvolvida com uma melhor qualidade de óleo.

Então, para resumir o que eu queria falar, eu acho que edição gênica não tem como não ter no agronegócio. Hoje, não tem como pensar no agronegócio brasileiro e na agricultura familiar sem as tecnologias de edição gênica.

Na regulamentação, nós fomos pioneiros praticamente. Eu acho que não há mais espaço para haver retrocessos nessa regulamentação. Hoje é a regra no mundo inteiro, inclusive na União Europeia, o que foi até uma certa surpresa, então, não há mais espaço para haver retrocessos.

Agora, na questão de propriedade intelectual -e para inserir o Brasil nessa nova era, porque realmente essa, sim, vai ser uma revolução tecnológica -, nós precisamos pensar nas questões, o Brasil precisa de uma estratégia para desenvolver produtos nacionais. Então, uma das possibilidades é a de que nós temos que ter a nossa ferramenta de edição, e isso não é um esforço simples, não é um projeto... Inclusive eu tenho um projeto nesse sentido, mas não é um projeto isolado que vai fazer isso, é uma iniciativa nacional para colocar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO ROMANO – ... investimento, pensar em termos de propriedade intelectual e até em leis.

Outra possibilidade é uma iniciativa governamental para um acordo de licenciamento global para se usar essas tecnologias pelo menos para alguns produtos específicos, para a gente poder usar sem pagamento de *royalties*. Por exemplo, para a redução de fome, para o combate ao aquecimento global e também na questão de saúde.

Não está aparecendo aqui embaixo.

A outra coisa é pensar também na possibilidade de discutir até onde vão essas patentes, porque as patentes são importantes para a inovação, quem investe tem que ter um retorno. Ele investiu, tem que ter retorno, mas nós temos que pensar que não podem ser tão amplas que restrinjam o desenvolvimento tecnológico.

O Parlamento Europeu pretende banir as patentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO ROMANO – ... relacionadas com a edição genética. Acho que a gente não precisa ser tão radical nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o último eslaide, só apenas para finalizar, eu queria mostrar que isso também é utilizado para a saúde. Inclusive o Reino Unido aprovou recentemente um tratamento, mas é o que eles falam ali: é um tratamento para curar uma doença séria, humana – olhem o que eles colocam ali –, mas a tecnologia é cara por causa das patentes.

Então, nós temos que pensar que, se não houver uma mudança nessa estrutura de propriedade intelectual, esses benefícios todos para o agronegócio brasileiro, para o combate à fome e para a saúde, nós não vamos alcançá-los em sua plenitude.

Então, é basicamente isso o que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Na questão da proteção intelectual, realmente há grandes investimentos. Evidentemente que tem que ter o retorno, mas, de fato, temos que buscar uma regulamentação melhor com relação a isso.

Obrigado pela apresentação, Eduardo.

E já passo imediatamente ao Leonardo Melgarejo, representante da Articulação Nacional de Agroecologia.

O SR. LEONARDO MELGAREJO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Agradeço à Comissão a possibilidade de participar deste importante debate.

É um fato relevante encontrar aqui o Russomanno. Participei com ele da CTNBio há alguns anos, no período em que essa Resolução Normativa nº 16 foi elaborada. Não participei da votação, teria votado contra. E encontrar também o Prof. Galdino, que atualmente participa comigo da CTNBio.

Quero chamar a atenção para a importância deste debate e para a necessidade de cotizarmos as interpretações dos dois primeiros palestrantes: o primeiro fala da necessidade de democratizarmos o acesso ao conhecimento e o acesso às decisões; e o segundo traz a preocupação com os oligopólios e com as barreiras que beneficiam esses oligopólios.

Na minha contribuição, queria inicialmente lembrar que a abrangência dos tópicos relacionados à edição gênica, à transformação genética, não se refere, a abrangência, os riscos não se referem exclusivamente à biologia molecular. Portanto, eles não podem ser avaliados sob o ponto de vista de modificações pequenas. Pequenas entre aspas, porque a anemia falciforme decorre da alteração de um nucleotídeo em 3 bilhões de nucleotídeos. É pequena, mas tem um impacto enorme, permite a ocupação de áreas endêmicas, assim como permite a ameaça de morte às pessoas que têm os dois Gs, que têm homozigose com relação à expressão da anemia falciforme.

O fato é que os impactos das edições gênicas, os impactos das transformações se diluem e se ampliam em termos de geografia, em termos do tempo e em termos do clima. Vejam, a soja responde à luminosidade. Então, uma soja adaptada ao sul do Brasil não se ajusta exatamente ao norte do Brasil, embora tenha o mesmo genoma, porque as possibilidades de expressão relacionadas à composição genética são condicionadas pelo ambiente, assim como a suscetibilidade familiar a algumas doenças, alguns tipos de câncer são potencializados por gatilhos relacionados à nutrição. O contato com alguns agrotóxicos potencializa a possibilidade de emergência de doenças relacionadas à estrutura genética.

Nesta situação, eu gostaria de trazer o debate para uma questão filosófica relacionada ao surgimento da vida. A vida surgiu no planeta de alguma forma seguindo as orientações dos códigos genéticos e se diferenciou em todas as formas que hoje se combinam e ocupam todos os biomas em função da adaptação às condições ambientais. Basicamente todos os organismos vivos são formados pelas mesmas bases nucleotídicas, pelos mesmos elementos que nós estamos acostumados a ver nas informações relacionadas à estrutura dos genes: "C" de citosina, o "T" de timina, o "A" de adenina. Aquelas quatro letras se agrupam em códons, em arranjos de três em três letras, e formam aquilo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nós entendemos como genes, que são combinações de grandes quantidades desses arranjos. E, no seu todo, o conjunto de genes forma as possibilidades da expressão de tudo que nós vemos em todos os seres vivos.

O fato é que, com a evolução do conhecimento da genética, identificou-se uma associação entre determinadas características e determinadas partes, determinadas combinações daquelas bases nucleotídicas, daquelas letras do código genético. Com o avanço do conhecimento, identificou-se também a possibilidade de transferência de características de um organismo para outro usando aquelas partes do genoma identificadas como associadas a determinadas características. O que o Russomanno terminou de falar sobre a transgenia diz respeito a isso. Identificado que uma determinada bactéria não morre na presença de um determinado agrotóxico e identificada a composição genética dessa bactéria, o gene que está associado a essa tolerância, a transferência desse gene para uma planta levaria a essa tolerância e isso permitiria ganhos de mercado no comércio dessa planta.

O mapeamento dos segmentos associados às características, com a evolução dos conhecimentos, levou à identificação de que é possível obter transformação nos organismos não necessariamente transferindo genes, mas alterando os genes que ali existem, um processo que é chamado de edição gênica. Isso permitiu alterar os processos de diferenciação dos organismos, reduzindo os custos e, ao mesmo tempo, aumentando a possibilidade de pressões políticas e de privatizações dos conhecimentos com base nas expectativas que a sociedade tem a respeito dessas promessas de modificação, que são, de fato, muito interessantes – mas isso também vem associado à construção de discursos favoráveis aos aspectos positivos, ocultando os riscos.

É esse ponto que temos que levar em consideração. O que justificaria, numa determinada sociedade – digamos assim, qualquer sociedade, mas chamando a atenção para o que ocorre no Brasil –, a desistência de controles sobre os processos de modificação que podem trazer riscos que se espalham no tempo, que se espalham no espaço e que se espalham nos processos de organização da sociedade?

Como funciona a edição gênica no seu método mais sofisticado do momento, que é o Crispr, do qual nós estamos falando? O mapeamento do gene do indivíduo, do organismo que você quer modificar, informa um local onde existe informação genética que exprime a característica desejada, seja ela qual for. Pode ser associada à produtividade, pode ser associada à tolerância à seca, pode ser associada ao porte. O fato é que, definindo 24 daquelas letras do código genético, você pode direcionar um mecanismo de corte sobre aquele espaço do genoma que é caracterizado por aquelas 24 letras. E aí começa o problema da tecnologia, porque ela define precisamente um corte no módulo identificado, mapeado por um conjunto de 24 letras num universo de 3 bilhões de letras. E é impossível admitir, sob o ponto de vista estatístico, que não existirão outros locais com as mesmas combinações de 24 letras ou que não existirão locais onde o corte vá ocorrer de forma, vamos chamar assim, impura, sob combinações de 23 letras ou 22 letras.

O fato é que a precisão do corte num local determinado, em função da alteração de uma característica desejada, obriga a ocorrência de cortes em outros locais do genoma. E esses cortes determinam a reação do organismo afetado, do organismo de teste, para reparo natural da alteração ocorrida. E o reparo pode ser feito também de forma não natural, com a inserção de uma informação que o geneticista, que o criador, o gerenciador do processo de transformação pretenda inserir.

O fato é que a identificação de comparação do organismo geneticamente modificado, naturalmente do organismo geneticamente editado, com base na composição do gene na região de foco, não é suficiente para garantir a ausência de impactos na segunda geração daquele organismo, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em outra região do planeta, onde a insolação seja diferente e isso afete o metabolismo do organismo. Não é possível definir a segurança com base no exame de um determinado conjunto de informações genéticas do organismo que tem uma infinidade de conjuntos.

Vejam, para que se obtivesse ao natural...

E o grande argumento que se utiliza é que essas modificações – correspondendo à edição do genoma sem a inserção de informação genética subtraída a um outro organismo, sem a transgenia –, que a edição do genoma poderia acontecer naturalmente, dado que as transformações são efetuadas sobre uma base que já existe na planta. Vejam: uma modificação numa planta de soja ao natural que implicasse a alteração de alguma das suas características, como essas que estão sendo buscadas, por exemplo, no caso da tolerância seca, exigiria que a modificação ocorresse em duas plantas. (*Pausa.*)

Quinze segundos?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Já prorroguei.

Pode continuar.

O SR. LEONARDO MELGAREJO (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Exigiria a ocorrência em duas plantas da mesma lavoura, na mesma safra, e que essas plantas obtivessem a possibilidade de romper o mecanismo que na soja é de autopolinização, obtendo polinização cruzada, gerando uma semente viável com aquela modificação, e essa modificação teria que oferecer vantagens competitivas, para que aquela planta fosse cultivada e se expandisse em populações.

No caso do milho, há um estudo que diz que uma mutação envolvendo cinco pares de bases, para ocorrer ao mesmo tempo em duas plantas da mesma lavoura, na mesma safra, precisaria, sob o ponto de vista estatístico, que se plantassem nesse mesmo ano 48 milhões de quilômetros quadrados com a cultura do milho. Isso aí é mais do dobro do que existe no planeta. A probabilidade de ocorrência de uma modificação natural homozigótica em dois, por duas plantas que cruzassem entre si e gerassem uma progene viável, é de 2,5 vezes 10^{-15}. É absolutamente irreal, sob o ponto de vista estatístico, afirmar que essas modificações poderiam estar ocorrendo naturalmente. E, se ocorressem, ainda deveriam oferecer uma vantagem competitiva que levasse aquela transformação a ser transferida para a população, aquela transformação obtida num organismo.

Enfim, nós estamos... No meu roteiro, eu teria muito mais elementos a comentar, mas o fato é que, no momento em que a CTNBio desiste de fazer, em que a CTNBio assume que um organismo geneticamente modificado por edição gênica não é um organismo geneticamente modificado e, portanto, pode ser dispensado da avaliação de biorrisco previsto na Lei de Biossegurança, a CTNBio está permitindo que nós não tenhamos as informações necessárias para monitorar os impactos dessa modificação sobre as populações de planta, sobre os serviços de utilização dessa tecnologia e sobre os impactos dessa tecnologia sobre a saúde humana e ambiental.

O grande argumento da minha fala – e eu vou encerrar nele para não tomar muito o tempo dos senhores – é que nós assumimos, por exemplo, que a identificação de um gene extraído de uma bactéria, o gene EPSPs, que confere tolerância ao glifosato, sendo idêntico ao gene EPSPs inserido na planta, sendo biologicamente idêntico, poderia ser considerado como natural na planta, poderia ser obtido por edição gênica também, mas o fato é que a presença dessa modificação permite que nós usemos no Brasil 250 milhões de litros de glifosato todos os anos.

Então, há implicações sobre as ações humanas e sobre as organizações das sociedades que não podem ser avaliadas e monitoradas olhando a estrutura do gene, olhando a modificação, fazendo inferência sobre o tamanho dessa modificação e sobre o quão natural ela é. Nós precisamos avaliar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

impactos sobre as ações humanas, e, para isso, nós precisamos democratizar os processos de avaliação e democratizar os processos de definição e posicionamento da sociedade a respeito do que é positivo e do que é negativo em tecnologias que são necessárias, que são de fato necessárias, como essas das evoluções de conhecimentos relacionadas à manipulação dos organismos vivos para obter ganhos de vantagens para a sociedade.

Nós estamos dispensando o monitoramento e dispensando a avaliação de risco, e, com isso, nós estamos ocultando da sociedade informações que podem ser de extrema relevância e que são muito maiores durante os processos de edição, porque agora nós trabalhamos ao mesmo tempo com várias espécies, com várias partes do genoma dessas espécies, em vários locais diferentes, com vários grupos de pesquisadores, porque o custo de fato se reduziu e a atratividade dos benefícios é muito grande. Nós precisamos manter os processos de avaliação e, portanto, precisamos rever a RN 16. Não se trata de transgenia, mas de cisgenia, de alteração no próprio organismo, o que, como tentamos demonstrar, não se poderia obter ao natural em função da impossibilidade, das dificuldades estatísticas de se conseguirem essas modificações.

Agradeço a paciência e a tolerância por ter passado o tempo previsto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Leonardo.

Eu passo, imediatamente, a palavra para Soraia Feliciana Mercês, que é professora de educação infantil na Prefeitura de Belo Horizonte.

A SRA. SORAIA FELICIANA MERCÊS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos os presentes!

Agradeço pela oportunidade de estar, aqui, representando os demais participantes da Assembleia Cidadã Brasileira sobre Edição Genética.

O que eu tenho a dizer, um pouco, sobre essa participação é que foi, para mim e para o meu povo também, algo importante e relevante nas nossas discussões, pela maneira como foi possível, a todos nós que estávamos lá, ampliar o nosso entendimento e conhecimento sobre coisas que nos afetam no nosso dia a dia.

Como foi dito, éramos 26 pessoas de diferentes localidades, com diferentes experiências de vida, cultura e crença. Foi muito rica a forma como, apesar de todas as diferenças, nós fomos capazes de chegar ao comum, ao que nos afeta como sociedade brasileira. Então, a experiência da assembleia foi rica, muito rica, e ficou o desejo de que houvesse outras, para discutir outros assuntos que também são de nosso interesse.

No entendimento das pessoas, a gente viu como a gente se sente inseguro. Como foi dito, vários alimentos chegam à nossa mesa e, muitas vezes, não temos conhecimento de que foram modificados e da forma como foram modificados. Como eu sou do povo puri, a gente entende que a alimentação não é só a quantidade, mas a qualidade do que se ingere, porque a gente não consome só a planta, só o animal, a gente consome também o espírito desses seres e a forma como viveram, a forma como foram percebidos e tratados. Tem muitas coisas a respeito da produção de alimentos que acreditamos que precisam ter um cuidado maior por parte dos nossos representantes na forma de legislar e conduzir essas pesquisas.

Foi de entendimento geral...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Soraia, se você puder ajustar a sua câmera, está aparecendo só parte do seu rosto. É só adequar. (*Pausa.*)

Aí está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAIA FELICIANA MERCÊS (*Por videoconferência.*) – ... a importância do incentivo às universidades, principalmente às universidades públicas, nas pesquisas e também de que nós, como sociedade brasileira, não queremos que a nossa saúde, a nossa qualidade de vida e soberania alimentar estejam voltadas, exclusivamente, à obtenção de lucro. O lucro a gente sabe bem para onde vai, mas os custos são distribuídos para todos nós, enquanto sociedade. Então, a gente quer, sim, uma alimentação de qualidade, mas a gente acredita que a grande produtividade não é, realmente, o que combate a fome e o que dá qualidade de soberania alimentar para a população.

Então, mais uma vez, eu gostaria de agradecer pela oportunidade de participar desta assembleia, pela importância da divulgação científica para todos nós e nossas áreas de atuação na sociedade e também pela questão de que nós, como cidadãos, esperamos, por esta Casa, pelo Governo como um todo, pelo Estado, estar protegidos. Não é só para a necessidade do lucro, a gente espera mais.

Agradeço pela escuta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Professora Soraia.

Vou passar, imediatamente, então, ao nosso Professor da Universidade Estadual de Londrina e representante da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, o Dr. Galdino Andrade Filho.

O SR. GALDINO ANDRADE FILHO (Para expor.) – Bom dia.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Izalci pela oportunidade de dar voz aqui à CTNBio.

Eu fui convocado pelo Presidente da Comissão, Dr. Astarita, para que me fizesse presente aqui para expor alguns pontos neste debate.

Acho que o contraditório é extremamente importante. A gente está vendo que tem posições aqui bastante diferentes, dos opositores que me antecederam, mas eu gostaria de colocar algumas coisas.

Nós estamos falando aqui de edição gênica, mas eu gostaria de esclarecer que, por exemplo, no caso da transgenia, que é tão mal falada por alguns setores, as pessoas se esquecem de dizer que centenas de milhões de vidas são salvas devido à transgenia, com a qual nós conseguimos produzir a insulina, que hoje mantém a qualidade de vida excelente de milhares de pessoas no mundo.

Acho que as pessoas também se esquecem de falar da questão da vacina da covid, que algumas delas eram transgênicas e salvaram, como todos sabem, que é um fato muito recente, milhões de vidas no planeta inteiro.

Bom, sobre a questão da edição gênica, a gente tem o seguinte: as mutações... A gente fala muito em Crispr, em edição gênica... Eu vou falar de uma forma bastante didática aqui – eu sou professor há 35 anos –, porque eu estou vendo que tem muita gente da sociedade civil, que não tem o conhecimento técnico que nós temos. Então é o seguinte, gente: as mutações ocorrem naturalmente na natureza, e elas são aleatórias. Então, hoje, neste exato momento que eu estou falando aqui, milhões de mutações estão acontecendo no meio ambiente, nos organismos, inclusive em nós. E a edição gênica nada mais é do que uma mutação induzida e precisa de um gene alvo, não é?

Então, foi dito aqui, por exemplo, que a sequência de 24 pares de base, a probabilidade de existir essa mesma sequência numa célula é de 10^{-24}. O que seria 10^{-24}, para vocês entenderem? É zero vírgula 24 zeros e 1 lá. Então, a probabilidade de acontecer isso é a mesma de um meteoro cair na minha cabeça neste exato momento, fazendo uma analogia para vocês.

Então, quer dizer o seguinte: a edição gênica por Crispr não apresenta o menor risco à saúde humana, animal ou ao meio ambiente.

Como aqui o Eduardo já falou – eu vou ser um pouco repetitivo –, as plantas e muitos outros produtos que hoje estão no mercado, mas, principalmente nas décadas de 50, 60, 70, foram induzidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por raios gama e por outros agentes mutagênicos, que eram aleatórios; e, de 1950 até hoje, nunca ouvi falar de nenhum tipo de risco à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Nunca foi descrito nenhum tipo de... E o CRISPR é uma mutação de uma forma muito mais precisa, porque ela pega diretamente o gene específico que a gente quer.

Só para vocês serem uma ideia, por exemplo, uma planta... Um inseto, uma praga do algodão, por exemplo, reconhece o algodão porque essa planta emite alguns produtos voláteis, algumas moléculas voláteis que esse inseto reconhece como sendo de um hospedeiro. O que você, às vezes, pode fazer é silenciar esse gene para que essa planta, esse algodão deixe de produzir esse feromônio, essa molécula volátil, e aí o inseto deixa de reconhecer essa planta como hospedeira, como comida. E isso aí vai fazer o quê? Vai fazer com que, imediatamente, se deixe de usar veneno, inseticida para o controle dessa praga.

A Lei de Biossegurança, a nossa atual, não exige nenhum tipo de controle da mutagênese, e, uma vez que não há transferência de genes de um microrganismo a outro, não há risco para a saúde humana, animal e ao ambiente. Quer dizer, mutagênese você faz na própria célula; você não insere – como o Eduardo falou e como o Dr. Melgarejo também falou – você não insere genes de outros microrganismos naquele organismo.

E outra coisa: na CTNBio, a gente tem um extremo rigor para avaliar se é edição gênica ou não. Como é feito isso? Na CTNBio, é sempre analisado caso a caso. Então, vem o processo para análise. Uma das coisas que a gente faz é ver se há presença de genes de outros organismos. Como a gente faz isso? Através do sequenciamento genético desse organismo que foi editado. Então, se não há presença de sequências de gene exógeno, quer dizer que esse organismo é considerado uma edição gênica.

A RN 16, de cuja elaboração eu participei junto com o Eduardo – foi uma grande discussão e um tremendo avanço para o país –, foi um grande avanço da biotecnologia. Por quê? Ela simplifica o processo de liberação, o que está permitindo um grande avanço da *biotech* no Brasil. Por exemplo, hoje centenas de novas empresas brasileiras, inclusive *startups* de universidades e de centros de pesquisas, estão trabalhando com a edição gênica e submetendo produtos, processos dentro da CTNBio para serem avaliados. Quer dizer, houve uma profunda democratização do conhecimento nesse sentido, porque se permitiu que pequenas empresas, até como *startups*, que têm um pequeno capital, obtivessem produtos para serem avaliados pela CTNBio, sendo que, como o Eduardo mostrou muito bem, na transgenia, aconteceu, ao invés da democratização, uma aglomeração e incorporação pelas grandes empresas.

As principais economias do mundo têm convidado membros da CTNBio para elas conhecerem a nossa normativa RN 16. Eu mesmo, antes da pandemia, fui para a China, convidado pela CAS (Chinese Academic of Science) para debater com eles. Eles queriam entender o que era a nossa RN 16, como a gente estava tratando a questão da edição gênica como não OGM. Diversos membros da CTNBio foram para a Europa, foram para o Canadá e vão para o mundo inteiro para explicar para os países como isso está acontecendo, porque a nossa lei é o modelo para o mundo inteiro.

Como o Eduardo também já disse aqui, a União Europeia aprovou, acho que no mês passado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GALDINO ANDRADE FILHO – Neste mês, não é?

Neste mês, ela considerou a edição gênica como um não transgênico. A União Europeia vem dizer aqui para o público que é uma das regiões do planeta mais resistentes à questão da engenharia genética, e eles determinaram, neste mês, reconheceram que a edição gênica não é um OGM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O baixo custo da técnica já permitiu *startups*, como eu falei, não é?

Outra coisa importante é a consolidação da bioeconomia avançada. Hoje, a bioeconomia vem crescendo no Brasil, não só na agricultura – de que a gente está falando –, mas na saúde, na indústria também de fermentação, na obtenção de novos polímeros. Os micro-organismos editados também estão em número crescente, sendo apresentados esses processos na CTNBio, quer dizer, nós estamos num avanço tremendo da bioeconomia no país, graças à RN 16 e também à RN 21.

Concluindo, a simplificação não significa permissividade, pois uma análise rigorosa do genoma é feita para verificar se há presença ou não de gene exógeno no organismo editado, o que resulta na completa ausência de DNA e RNA exógeno.

Também há casos na Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Costa Rica que estão mostrando que eles também consideraram os editados como não OGM e estão tendo o mesmo avanço que nós estamos tendo, aqui no país, na indústria local de biotecnologia.

Basicamente, é isso o que eu tenho para dizer e fico à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ótimo! Obrigado, Dr. Galdino.

Eu vou passar, agora, para as considerações finais, para a gente fazer o encerramento.

Na medida possível, pedi até ao Eduardo, e peço ao Dr. Galdino também, se puder, ou aos demais, se quiserem, para responder essas perguntas. Elas foram feitas pelo Pedro, aqui do Distrito Federal; Rosenildo, do Rio de Janeiro; Pablo, do Rio Grande do Norte; e Vagner, de São Paulo. Eles fizeram algumas perguntas, e, se vocês puderem responder, eu agradeço.

Eu vou passar, para as considerações finais, para o Dr. Ricardo – está ainda...? (*Pausa.*)

Dr. Ricardo, para as suas considerações finais.

O SR. RICARDO FABRINO MENDONÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado. Vou tentar me colocar em relação a vários pontos. Acho que as perguntas também apontam em muitas direções.

Queria começar agradecendo a oportunidade do debate. O nosso objetivo era exatamente esse.

Em segundo lugar, queria dizer que, na base do projeto e das discussões, nunca houve uma contestação ou uma ideia de o Brasil ficar para trás ou, de alguma forma, de burocratizar a possibilidade de avanços científicos e tecnológicos. É inegável o quanto a ciência caminha, é inegável quantas oportunidades foram criadas, não só no campo da agricultura, que é o foco principal desta discussão, mas também, fundamentalmente, no campo da saúde, dos tratamentos, do desenvolvimento de vacinas, como mencionado.

O que eu queria destacar e talvez ponderar, aqui neste debate, são duas coisas.

Em primeiro lugar, simplificar e desburocratizar não significa, necessariamente, desregulamentar completamente e abrir mão das possibilidades de avaliação de risco e monitoramento. Nesse sentido, a gente convoca e convida para uma discussão mais ampla, até porque há muitas camadas da discussão sobre edição genética, e não apenas as suas aplicações na agricultura. Então, em primeiro lugar, é importante entender que o desenvolvimento de certas técnicas tem implicações cruzadas e e afeta áreas correlatas.

Eu posso testemunhar também, porque estive agora na Austrália, que há uma discussão específica sobre regulação de edição genética aplicada a humanos em uma outra assembleia que foi realizada lá. Essas discussões, então, não visam, em hipótese alguma, levantar, desconsiderar os avanços que são fundamentais ou, de alguma forma, criar amarras, mas pautar a necessidade de debates, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foi levantado por vários dos participantes, como, por exemplo, o Rosenildo Cordeiro, sobre a necessidade de discutir os desafios éticos da genética. Inclusive, até para que os cidadãos e as cidadãs se sintam confortáveis com certos desenvolvimentos, que eles possam ser legitimados.

É importante entender que essas avaliações de risco não se resumem à existência de riscos à saúde. Quais são os impactos ecossistêmicos de forma um pouco mais ampla? Qual é o perigo de uma modalidade, de uma certa variedade de planta que pode suprimir a existência de outras em termos mais amplos? E são movimentos como esses que centros como o Hessen-Center e como a Academia de Ciências norte-americana têm puxado para dizer: olha, é fundamental que, tendo em vista a potência, a necessidade desses desenvolvimentos tecnológicos, que se discuta, que se pense, que se avalie e que não haja um rechaço *a priori* a quaisquer possibilidades de discussão pública, de avaliação e de monitoramento.

Nesse sentido, como é que a gente pode fazer isso de forma democrática, de forma a impulsionar a ciência brasileira, de forma a assegurar a inovação tecnológica que é necessária? Mas lidando – basta olhar as perguntas dos cidadãos e das cidadãs – com uma série de preocupações e, mais do que isso, com estudos avançados para compreender potenciais impactos para muito além da saúde, para entender o que isso significa em termos de adoção dessas técnicas.

Por isso eu estou muito feliz e muito satisfeito com essa oportunidade criada pelo Senador Izalci Lucas para que esse debate exista e seja colocado, para que se possa pensar e refletir prós e contras acerca de vários dos pontos, vários dos elementos, e para que, se essa é uma discussão ampla... E não é o nosso objetivo dizer aqui, como organizadores da assembleia, se trata-se de transgênico ou não, o que é obviamente um debate bastante antigo, ou de como considerar esses organismos geneticamente modificados, mas existem demandas de muitos cidadãos e cidadãs – inclusive, vocês podem ver nos comentários desta audiência pública – para dizer, por exemplo: está bom, tecnicamente, pode não ser transgênico, mas isso impede que haja rotulagem? Só vale rotulagem para transgênicos? Ou é possível que haja um outro sistema de informação para que se compreenda, inclusive, quais são as técnicas adotadas e empregadas? A existência de mais informação nesse sentido significa algum tipo de violação a patentes, a segredos, ou significa algum tipo de restrição ao desenvolvimento científico? Eu acho que foi esse tipo de discussão, esse tipo de questão, que os cidadãos e cidadãs colocaram na assembleia. O.k., os riscos à saúde podem ser mínimos em certos casos, mas, se houver riscos ambientais, não valeria a pena existir algum fundo que possa servir para mitigar esses riscos? Como é que nós lidamos com essas situações?

O nosso intuito aqui – eu queria deixar clara esta frase – não é criar nenhuma obstrução ao avanço da ciência, mas pensar formas democráticas e moralmente justificadas de desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

Muito obrigado novamente pela oportunidade de fala.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Ricardo.

Passo imediatamente aqui, para as considerações finais, para o Eduardo Romano, da Embrapa.

O SR. EDUARDO ROMANO – Quantos minutos, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Cinco.

O SR. EDUARDO ROMANO (Para expor.) – Bom, eu achei que foi muito interessante a discussão.

Para concluir, eu gostaria de falar primeiro da questão da regulamentação. Bom, como foi bem colocado aqui, a regulamentação que existe hoje no Brasil foi quase que pioneira e serviu de modelo para vários países do mundo, que usam a mesma regulamentação que o Brasil. Praticamente o mundo inteiro usa a mesma regulamentação, e isso demonstra que nós estávamos certos fazendo isso. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acho que não há espaço para o Brasil retroceder na regulamentação. Eu acho que seria um grande atraso para a sociedade brasileira rediscutir a RN 16, como alguns querem sugerir.

Bom, aqui, outro ponto que o Ricardo colocou é que ele acha importante ter rotulagem, rastreabilidade, mas o que eu penso é o seguinte: essa é uma demanda de quem? Existe realmente uma demanda para isso? Eu não vejo essa demanda. O que eu acho e o que eu vejo que é uma demanda real é a gente combater a fome no país; eu acho que uma demanda realmente necessária é tornar o agronegócio mais competitivo. E acho que essa discussão é interessante, mas a discussão está no caminho errado. A gente tem que pensar essa discussão no sentido de como ter uma estratégia nacional de usar essas tecnologias que são revolucionárias em prol da sociedade brasileira. Eu acho que a discussão tem que ser por aí, e não ficar repetindo uma fórmula que teve quase 30 anos atrás. "Ah, tem que ter rotulagem de alimento". Tem que ter rotulagem para quê? Quem é que está demandando isso? As pessoas estão demandando é prato de comida na mesa, é agronegócio mais competitivo, e isso passa por uma estratégia nacional de usar essas tecnologias de edição gênica.

E, eu repito, para mim, as três vertentes que temos que seguir: desenvolver tecnologias, uma ferramenta própria para o país poder usar essa tecnologia; discutir até onde vão essas questões de patentes, se uma patente de base, por exemplo, pode bloquear o uso de outras empresas, de outras ferramentas, como está sendo essa discussão na União Europeia atualmente; e outra possibilidade é um licenciamento global do uso dessa tecnologia.

Bom, basicamente era isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Eduardo.

Passo, então, também para as considerações, para o Leonardo, nosso representante aqui da Articulação Nacional de Agroecologia.

O SR. LEONARDO MELGAREJO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Quero agradecer esta oportunidade, em nome da Associação Brasileira de Agroecologia e do Movimento Ciência Cidadã; enfatizar a importância do tema, enfatizar a importância do avanço do conhecimento e enfatizar a importância da extensão da democracia participativa para todas as áreas de decisão; e fazer alguns reparos a observações anteriores.

Vejam: as vacinas e as terapias gênicas – que são muito importantes, são necessárias, são fruto do avanço desses conhecimentos – são aplicadas em indivíduos e são processos de trabalho monitorados por médicos, por cientistas, e a liberação de organismos vivos alterados no ambiente foge a qualquer tipo de controle e passam a ser sujeitos às influências do clima, às influências do ambiente e às possibilidades de desdobramento sobre as quais nós não temos controle. Nós precisamos monitorar isso, porque as transformações e as mutações genéticas nos indivíduos podem se fixar nas populações, e isso pode trazer problemas que tendem a ser expandidos potencialmente, se nós não monitorarmos o seu início.

O caso do milho geneticamente modificado talvez possa ser usado como exemplo de implicações desse tipo, dado que praticamente não temos mais ou temos uma quantidade muito pequena de milho crioulo não geneticamente modificado para a tolerância a herbicida e também temos praticamente um índice de contaminação por agrotóxicos das águas das áreas de cultivos do agronegócio que extrapola de longe o razoável, sob qualquer ponto de vista científico.

Com relação à probabilidade de o meteoro cair na identificação de sequências de 24 pares de bases em lugares não definidos para corte, a ocorrência de efeitos *off targets* é tão grande que, nos estudos em que se buscam os *off targets*, se encontra a presença desses casos em praticamente 40% dos estudos identificados, seja processo de edição por biobalística, seja processo de edição por infecção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bacteriana. O índice de 40% de alterações é praticamente a possibilidade de cair um meteoro a cada dois anos. Portanto, aquela argumentação não se sustenta.

Nós precisamos de métodos científicos de análise e de monitoramento que se baseiem na dúvida, e não na certeza. O método científico evoluiu com base na dúvida. Essa presunção de que estamos seguros e de que não acontecerá problema é equivocada. Nós precisamos, sim, revisar processos que dispensam análise de risco e que se baseiam no fato de não haver elemento exógeno para dispensar a análise de risco de alterações em organismos geneticamente modificados, porque são geneticamente modificados, dado que tiveram o seu genoma alterado, e isso ser dispensado de monitoramento gera perigos para a sociedade.

A rotulagem é uma maneira de obter participação democrática, porque o consumidor, decidindo se quer ou não quer consumir um produto que resulta de investimentos nessa área, estará ajudando o Governo a priorizar o investimento de recursos do Plano Safra, a financiar um tipo de cultura ou outro. A ausência da informação impede essa participação democrática e frauda a democracia participativa.

Agradeço, finalmente, a oportunidade.

Imagino que seria muito importante que nós déssemos continuidade a essa proposta de avaliação cidadã, que é trazida pela Universidade Federal de Minas Gerais, num envolvimento que, pelo que entendi, então, é global e, portanto, atende processos de evolução que são necessários para a consolidação da democracia ameaçada não apenas aqui.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Leonardo.

Passo também, para as suas considerações finais, para a Profa. Soraia. (*Pausa.*)

A Profa. Soraia está aí ainda?

A SRA. SORAIA FELICIANA MERCÊS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Sim, estou aqui.

Agradeço-lhe, mais uma vez.

Como participante da assembleia e como professora também, cidadã brasileira, eu gostaria de frisar mais uma vez que a gente não quer somente o prato na mesa. A gente quer saber o que tem no nosso prato, o que a gente está consumindo, e a rotulagem dos produtos é fundamental. Tanto é que a sociedade brasileira está aí, há tantos anos, nessa luta.

Então, a gente quer, sim, a identificação dos alimentos. A gente quer o comprometimento do Estado com a proteção da sociedade em relação não só à questão da agropecuária, mas em relação a todas as outras atividades. Agora mesmo a gente vive aí com a maioria das cidades sofrendo com a questão da dengue e outras doenças e, como não dizer da implicação dos nossos métodos, da atividade mineradora e tantas outras e do impacto na sociedade, nas pessoas do entorno das cidades também.

Então, a gente precisa, sim – mais uma vez reforço –, de que a atenção seja para o cidadão, para a qualidade de vida da sociedade como um todo, e não só para um grupo de alguns.

Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Profa. Soraia.

Passo agora, então, para o nosso último expositor, o Prof. Galdino.

O SR. GALDINO ANDRADE FILHO (Para expor.) – Bom, eu vou falar rapidamente.

A questão primeira é a seguinte. Continuo insistindo na questão da análise de risco de organismos editados. Risco de quê? Se for assim, nós teremos que fazer avaliação de risco de todas as plantas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hoje são variedades comerciais, que estão sendo usadas há décadas do mundo inteiro. Nós teremos que fazer análise de risco dessas plantas também.

Então, assim, é uma analogia muito clara. Não há o menor risco dos organismos editados. Por quê? Porque existe uma precisão muito grande.

A questão do meteoro. O meteoro continua... É a mesma probabilidade de cair na minha cabeça agora, porque o que o Dr. Melgarejo falou sobre a questão da biobalística e da questão do *agrobacterium*, isso se obtém em transgênicos, não em editados.

Então, nos organismos transgênicos, sim, é feita a análise de risco durante cinco anos, quando liberados comercialmente. É feita toda uma liberação, quer dizer, existe um processo de liberação que começa, primeiro, em contenção, depois, em campo, e, depois, para ser liberado comercialmente, tem uma série – uma série –, dezenas e centenas de estudos e avaliações que são feitas, com relação ao ambiente, com relação à saúde humana, com relação à saúde animal.

Essa é a questão dos transgênicos. Pode ver que ninguém cita aqui a questão, por exemplo, aleatória de uma planta editada, ou de um organismo editado. Às vezes, só está focando em planta, mas a indústria que produz mil moléculas está avançando demais no Brasil com essa questão, na saúde, na indústria de biotecnologia e também na agricultura.

Então, são setores que estão avançando demais não só no Brasil, em todos os países do mundo que consideram os editados não-OGM.

Agora, o Senador Izalci pediu para eu responder a algumas perguntas aqui dos participantes.

O Pedro Bessa: "Como o Brasil tem avançado nas pesquisas relacionadas à genética? Há incentivo governamental e/ou apoio internacional?". O Brasil tem avançado muito. Principalmente as indústrias estão investindo, as *startups* estão investindo. A Embrapa é um exemplo claro aí no Brasil na questão da agricultura.

Então, não é ideal a quantidade de recursos, mas, sim, nós estamos avançando.

O Rosenildo, do Rio, pergunta: "Quais os desafios éticos da [...] genética e como podem ser abordados para garantir [...]". Olha, Rosenildo, todas as universidades e institutos de pesquisa têm uma comissão de bioética onde esses projetos são tratados e analisados. Então, isso é muito bem regulado antes desses projetos. Você não pode levar um projeto desse se você não tem aprovação da comissão de bioética.

Pablo Fernandes, do Rio Grande do Norte: "Quais os limites morais [...] no avanço dos estudos da genética?". É o mesmo caso. Existem as comissões de bioética, dentro das instituições de pesquisa, que fazem essa avaliação.

Vagner Alexandre, de São Paulo: "Como estão os estudos relativos tanto a consumo de alimentos [...] [geneticamente modificados]?". Quanto aos estudos, é o seguinte, nós estamos consumindo alimentos geneticamente modificados há mais de 30 anos. Eu não vi em ninguém crescer antena na cabeça, nem ficar com escama verde, nem com olho vermelho e nenhum tipo de problema, até hoje, em toda a população. São centenas de milhões de pessoas consumindo, diariamente, e animais também. Quer dizer, não há o menor risco. (*Pausa.*)

Geraldo Magela: "Creio no avanço das pesquisas genéticas, porém acho o investimento do governo federal muito pequeno pra uma área que pode [...]". Não, não é pequeno, é razoável, mas poderia ser melhor.

João Vítor: "A edição genética é uma das tecnologias mais impressionantes que temos. "

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GALDINO ANDRADE FILHO – Muito interessante trazer essa pauta para a audiência". É, realmente, é. A gente está discutindo isso aqui e o contraditório, volto a dizer, é muito importante também, as várias visões sobre um mesmo tema.

Luís Maciel, de Santa Catarina: "... tecnologia a favor do melhoramento é vida e futuro!". Concordo com você, é vida e futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Prof. Galdino.

Bem, primeiro, gostaria de dizer da nossa obrigação aqui de debater os temas. Eu tenho uma preocupação muito grande, sempre falei isso, com relação à popularização da ciência, mas temos que ter, realmente, o mínimo de conhecimento para debater essas questões. Quando pego uma bula, eu não entendo nada daquilo. Eu tomo ou não tomo? Eu confio no médico ou não confio? Às vezes, até assusta a gente, quando a gente lê a bula, mas a gente não pode democratizar um assunto como esse se as pessoas não tiverem o mínimo de conhecimento do que significa isso, então, a gente tem que ter esse cuidado.

Agora, é importante que a população entenda isso, principalmente a importância da pesquisa, como ela é feita. A questão de patente, muita gente fala em patente aqui, mas, como foi dito aqui, são 100 milhões para você soltar um produto transgênico, 100 milhões. Lógico, quem investe isso vai querer o retorno...

Então, vamos quebrar todas as patentes? Vamos acabar com os investimentos em pesquisa, é óbvio... Tem que ter uma certa lógica. Agora, é evidente que há, sim, uma preocupação popular com relação a essas questões. Por isso, são importantes aquelas pessoas que dominam, que têm conhecimento. Eu acho perfeitamente viável uma discussão técnica entre os pesquisadores, entre as pessoas que entendem e que podem, realmente, argumentar tecnicamente, mas eu, como contador, fico meio impedido até de discutir sobre transgênicos, apesar de ter sido, duas vezes, Secretário de Ciência e Tecnologia. Acompanhei a Embrapa de perto, desde o início, e tenho orgulho muito grande e, se o Brasil é o que é, deve muito à Embrapa.

Agora, precisamos popularizar, para as pessoas entenderem, porque, ainda mais neste momento que a gente vive aí de *fake news*, há muita *fake news* e muita coisa que acabam dando insegurança para todo mundo.

Mas eu quero agradecer a participação de todos os convidados aqui, os expositores.

Evidentemente, é importante manter essa relação aí. Eu tenho certeza de que o ministério e todos os órgãos governamentais também estão abertos para a discussão dessa matéria tão importante.

Então, agradeço a todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e oito minutos do dia seis de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Lucas Barreto, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Beto Faro, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Chico Rodrigues, Fernando Dueire e Daniella Ribeiro, conforme os Requerimentos nº 82, 83 e 87, de 2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2024-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), que tem a finalidade de debater estratégias científicas e de inovação disponíveis para combate efetivo da Dengue no Brasil, com a participação dos seguintes convidados: Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Luciano Andrade Moreira, Pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Margareth de Lara Capurro Guimarães, Professora do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP); Alvaro Eduardo Eiras, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Carlos Américo Pacheco, Diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); Natalia Verza Ferreira, Diretora-Geral da Oxitec do Brasil; José Alfredo de Souza Moreira, Diretor Médico do Instituto Butantan; Fernanda Castro Boulos, Diretora Médica do Instituto Butantan; Alda Maria da Cruz, Diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde; Livia Carla Vinhal Frutuoso, Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses do Ministério da Saúde; e Ana Maria Caetano de Faria, Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. O Senador Astronauta Marcos Pontes concede a palavra a Carlos Eduardo Marques, Diretor da Biovec; Rubens Bueno, Benito Gama e José Carlos Aleluia, ex-deputados federais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12330

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater estratégias científicas e de inovação disponíveis para o combate efetivo da dengue no Brasil, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2024, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de minha autoria.

O público interessado em participar dessa audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço do Portal do Senado www.senado.leg.br/ecidadania – de novo, senado.leg.br/ecidadania – ou ligar para 0800 0612211. De novo, 0800 061 2211.

Estão previstos para participar de forma presencial, no plenário da Comissão, a Dra. Livia Carla Vinhal Frutuoso, Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses do Ministério da Saúde; o Dr. Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a Dra. Natalia Verza Ferreira, Diretora-Geral da Oxitec do Brasil; o Dr. Luciano Andrade Moreira, Pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Participarão também, pelo sistema de videoconferência, a Dra. Ana Maria Caetano de Faria, Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde; o Dr. José Alfredo de Souza Moreira e Fernanda Castro Boulos, Diretores Médicos do Instituto Butantan, de São Paulo; a Dra. Margareth de Lara Capurro-Guimarães, Professora do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo; o Dr. Álvaro Eduardo Eiras, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Dr. Carlos Américo Pacheco, Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Eu agradeço a participação de cada um dos nossos convidados.

Esta audiência pública ocorre num momento muito importante no país, em que nós vivemos uma situação de emergência com relação a uma epidemia de dengue, que já é um problema recorrente no Brasil por muitos anos e está na hora – mais do que na hora – de aplicar os conhecimentos de tecnologia para que isso possa ser mitigado.

Sem dúvida nenhuma, nós tivemos no ano passado já os primeiros indícios disso, inclusive com a existência de uma vacina japonesa. Essa vacina foi aprovada pela Anvisa em março e aqui, no plenário, no dia 19 de abril, eu falei a respeito do problema. É um problema que precisa ser cuidado. O Brasil tem essa tendência de trabalhar mais na correção do que na prevenção. A gente precisa reverter esse quadro e isso acontece em muitas áreas, não é só nessa área da saúde – estou vendo aqui o Dr. Marcelo Morales, que está aqui conosco também e foi o secretário nacional de pesquisa do Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação durante a minha gestão no Ministério.

E essa tendência que nós temos no Brasil a gente precisa mudar. Eu falo de outras áreas, por exemplo, na área de desastres naturais, em que todo ano a gente perde muita gente, devido a desastres naturais, deslizamentos de terra, enchentes etc. E isso pode e deve ser tema de um trabalho muito intenso de prevenção e de preparação para reduzir essas mortes, reduzir ou mitigar esses problemas que tanto afetam o nosso país. E a saúde, sem dúvida nenhuma, é um desses setores.

E com a dengue a gente vê aí os esforços, o que tem acontecido. Nós já temos mais de 1 milhão de casos; nós já temos mais de 200 mortes. Se não me engano, são 271 mortes e outras sendo investigadas, ou seja, está na hora de a gente fazer alguma coisa efetiva.

É lógico que não pelo fato de ter sido Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, mas eu vejo, representando o Ministério de Ciência e Tecnologia, que a participação do ministério é essencial nisto: integração do conhecimento, desenvolvimento de inovações, apresentar para o mercado essas inovações, essa conexão direta com as empresas. Nós temos empresas aqui presentes também. E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministério da Saúde, com as suas instituições, como a Fiocruz, participando diretamente desse sistema e aplicando todo esse conhecimento nas políticas públicas.

Eu coloquei também aqui no Senado um projeto de lei que está em tramitação e praticamente em regime de urgência – eu vou pedir inclusive que isso seja fato: que se permita que os nossos agentes de saúde entrem nas casas abandonadas, nas casas fechadas, porque ali é um potencial criador de mosquitos, de dengue, e ficam fechadas. E por causa de toda a burocracia para que esses agentes possam entrar, fica mais difícil o combate.

Então o que nós já estamos fazendo no Brasil, com essa observação de criadouros nas casas habitadas e em terrenos baldios e agora nas casas abandonadas, esse trabalho tem que continuar sem dúvida nenhuma. Mas a gente pode utilizar também novas tecnologias, novas possibilidades que nós vemos sendo usadas efetivamente em outros países e a gente tem que usar aqui também. Além, logicamente, de vacina. E a vacina começa a ser aplicada com atraso. É fato que poderia ter sido aplicada já, desde o começo do primeiro semestre do ano passado, mas não foi assim feito. Agora a gente precisa ter esse trabalho mais efetivo com relação às vacinas e com o desenvolvimento de vacinas aqui também.

Hoje o Butantan vai estar aqui junto conosco também. Eu acredito que eles devem falar também um pouco a respeito do desenvolvimento de vacinas no Brasil. Um problema que o Brasil tinha era ter uma série de doenças aqui, próprias da região, e não ter a capacidade de desenvolver vacinas.

Nós tivemos sempre a capacidade de fabricar vacinas com tecnologia de fora, mas desenvolver a vacina aqui começou graças a um esforço muito grande durante a pandemia. Juntamos aí uma série de pesquisadores da Rede Vírus-MCTIC. O MCTIC, de novo, tem uma participação muito grande numa época em que fui Ministro. Não sou eu puxando a sardinha aqui, não, mas é importantíssima essa participação.

A Rede Vírus continua ativa lá no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. E com isso foi possível o desenvolvimento, em Minas Gerais, junto com a Universidade Federal de Minas Gerais – nós temos inclusive um representante aqui hoje nessa audiência pública –, do Centro Nacional de Tecnologia de Vacinas, para, com isso, realmente desenvolvermos vacina, saindo da ideia, pois nós sempre tivemos a capacidade de desenvolver a ideia, mas o problema do Brasil sempre foi transferir essa ideia para o produto, chegar ao braço das pessoas a vacina.

E agora com esse centro, com toda a capacidade de testes pré-clínicos com animais, já com o "biotério" – entre aspas – conectado com a organização, com a Anvisa trabalhando junto para melhores práticas de laboratório, com a Anvisa também trabalhando junto para as melhores práticas de produção de testes, vamos dizer assim, para o pré-clínico, de fazer uma quantidade ensaio, vamos chamar assim, e depois uma quantidade maior para os testes clínicos com as pessoas. Esse desenvolvimento completo vai permitir ao Brasil ser o *hub* de desenvolvimento de vacinas do Hemisfério Sul do planeta Terra, e a Organização Mundial da Saúde conta muito com isso, porque na hora da próxima pandemia – ela vai acontecer, a gente não pode ficar esperando que as coisas não aconteçam, ela vai acontecer –, a gente tem que estar preparado e uma dessas preparações é ter a capacidade de fazer vacina, desenvolver vacinas no Brasil para qualquer coisa, inclusive para dengue e outras doenças.

De novo, o Ministério de Ciência e Tecnologia tem uma responsabilidade muito grande nisso, para passar isso aí em parceria com o Ministério da Saúde, para que seja aplicado. A gente já tem um sistema muito bom de aplicação, o SUS, para poder distribuir as vacinas, mas, logicamente, você precisa ter a vacina para poder fazer isso. Nada melhor que ter a vacina desenvolvida no Brasil, produzindo nota fiscal no Brasil, empregos no Brasil e soberania no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa nossa conversa hoje aqui vai ser muito instrutiva, produtiva, no sentido de analisarmos essas novas tecnologias ou tecnologias já existentes que precisam ser efetivamente aplicadas no Brasil.

Dito isso, então eu gostaria de chamar para compor aqui a mesa comigo a Dra. Natalia Verza Ferreira. Ela é Diretora-Geral da Oxitec do Brasil. Por favor, sente-se conosco.

Também o Dr. Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Obrigado, Thiago.

Também o Dr. Luciano Andrade Moreira, pesquisador de saúde Pública da Fiocruz, aqui também conosco.

Muito obrigado.

Nós vamos fazer esta audiência da seguinte forma. Nós teremos dez minutos de apresentação para cada organização convidada, na seguinte ordem: primeiro, o pesquisador Luciano Andrade Moreira, da Fiocruz; depois, o Dr. Thiago de Mello Moraes, do MCTI; depois o Dr. Álvaro Eduardo Eiras, que está remoto, professor da Universidade Federal de Minas Gerais; depois a Dra. Margareth de Lara Capurro-Guimarães, professora da Universidade de São Paulo; depois o Dr. Carlos Américo Pacheco, Diretor-Presidente da Fapesp, São Paulo; depois a Dra. Natalia Verza Ferreira, Diretora-Geral da Oxitec do Brasil. E depois as duas instituições... (*Pausa.*)

Depois a participação do Ministério da Saúde e depois a participação do Butantan aqui também, fechando o contorno todo.

Então, depois das apresentações, dez minutos para cada um, nós passamos às perguntas; aliás, relembrando a todos aqueles que nos acompanham através da TV Senado e das redes sociais que podem enviar suas perguntas através do e-Cidadania, lembrando que o Portal do Senado é senado.leg.br/ecidadania, ou através do telefone 0800 0612211.

Nós já temos perguntas aqui.

Como eu vou fazer? Eu vou, primeiro...

Obrigado pelo presente.

Eu vou falar essas perguntas, inicialmente – elas estão sendo mandadas também para quem está no remoto, e aqui, no presencial, eu vou pedir para fazer cópias das perguntas, já estão aqui, para que vocês tenham. Eu vou ler as perguntas e cada um dos participantes já vai estudando possíveis respostas para essas perguntas. E, no final das apresentações, eu vou abrir então para as respostas. Eu vou ler novamente as perguntas e abrir para as respostas, as considerações finais, e assim por diante.

Então eu vou começar aqui com a pergunta da Rosiane, de Minas Gerais. "Tem algum projeto para responsabilizar os moradores pela falta de cuidado com imóveis, principalmente imóveis abandonados?".

Maria, do Maranhão: "Quando a vacina contra a dengue vai ser liberada para todos?".

Yasmin, do Rio de Janeiro: "Quais são as principais estratégias científicas e de inovação atualmente disponíveis para o combate efetivo da dengue no Brasil?". Isso vai estar exatamente aqui no escopo de hoje.

Rogério, do Rio Grande do Norte: "Quais medidas de controle o Ministério da Saúde está usando para fiscalizar os investimentos dos municípios no combate às endemias?".

Julianne, do Rio Grande do Sul: "Como estratégias científicas podem ajudar na reeducação da sociedade sobre os cuidados contra o mosquito da dengue?".

E a parte de prevenção também.

Ueliton, da Bahia: "Existem diretrizes padrões nos programas de controle das arboviroses [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ana, do Paraná: "Há um monitoramento real sobre trabalhos científicos que estão sendo aplicados no combate à dengue?".

Georgia, do Rio de Janeiro: "Antes tínhamos o fumacê, visita dos agentes de tempos em tempos nas casas para prevenção. Qual a estratégia atual para o aumento dos casos?".

E dois comentários aqui. O primeiro da Maria, do Maranhão: "Hoje por todo o país existem vários profissionais na luta contra o mosquito da dengue. O que precisa ser melhorado são as estratégias".

Língua travada aqui hoje.

Nataline, da Bahia: "A melhor forma de prevenção da dengue é conscientizar a população. Ações de mobilização geral deveriam ser feitas com a população".

Essas são as perguntas e os comentários que, por enquanto, nós recebemos. Os participantes já têm e, ao longo das apresentações, vamos receber mais, e eu vou ler todas elas no final novamente.

O.k. Dito tudo isso, novamente eu agradeço muito a participação de todos que estão aqui conosco, os que estão no remoto e aqueles que nos assistem também através das redes e da TV.

Vamos partir para as apresentações.

Então, o primeiro a apresentar será o Dr. Luciano Andrade Moreira, pesquisador em Saúde Pública da Fiocruz.

O senhor tem dez minutos para o uso da palavra.

Muito obrigado.

O SR. LUCIANO ANDRADE MOREIRA (Para expor.) – Primeiramente, bom dia.

Muito obrigado pelo convite para estar aqui hoje nesta Comissão.

Eu sou o Luciano Moreira, pesquisador em Saúde Pública da Fiocruz e Líder do World Mosquito Program aqui no Brasil.

Vamos falar um pouquinho sobre o método Wolbachia aqui no Brasil.

O World Mosquito Program é uma iniciativa global que trabalha para proteger as pessoas de doenças transmitidas pelos mosquitos. É uma iniciativa natural, autossustentável e sem fins lucrativos, hoje presente em 14 países. No Brasil, desde o seu início, é conduzido pela Fiocruz; envolve a liberação de mosquitos *Aedes aegypti* com *Wolbachia* para controle de dengue, zica e chikungunya.

Aqui são os países participantes deste programa. Começou na Austrália, passou para países ali da Ásia. Em 2012, iniciamos os preparativos para o início do programa aqui no Brasil junto à Fiocruz.

A *Wolbachia*, que é a grande protagonista desse programa, é um micro-organismo muito comum na natureza. Ela é um endossimbionte presente dentro das células dos insetos. Ela foi inserida nos ovos *Aedes aegypti*, que é o vetor de dengue e naturalmente não alberga, não tem essa bactéria. Descobrimos que ela bloqueia os arbovírus como dengue, zica e chikungunya.

Aqui estou mostrando a porcentagem dos insetos do planeta que contêm essa *Wolbachia* naturalmente, é muito comum; e ali, uma foto mostrando o sistema reprodutor de mosquitos, ali, em verde, dentro da célula, a *Wolbachia* ali presente.

A *Wolbachia,* então, foi retirada da *Drosophila*, que é a mosca-da-fruta, introduzida nos ovos *Aedes aegypti*. Foi um processo que demorou cerca de quatro anos. É importante colocar aqui que não houve nenhuma modificação genética nem no mosquito nem na bactéria – nem na *Wolbachia* – nesse processo.

A partir de então, você tem uma linhagem de mosquitos *Aedes aegypti* contendo a *Wolbachia*, e, com isso, a gente só faz a propagação em larga escala para utilização.

Temos então o Wolbito, no Brasil foi chamado nosso mosquito aliado, que é o mosquito *Aedes aegypti* com *Wolbachia*, bastante utilizado nas nossas ações de capacitação, nas ações de engajamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunitário; e mostro exemplos, diversos panfletos de algumas cidades em que a gente vem trabalhando.

O método... Depois de um amplo trabalho de engajamento comunitário – a gente faz todo um processo de tirar dúvidas, interage com setores de saúde, educação e lideranças sociais dos municípios –, começamos o processo de liberação de mosquitos com *Wolbachia*, nessa parte aí em azul, que mostra o tempo em que os mosquitos com a bactéria vão se multiplicando; vai havendo, então, uma substituição da população. Ali a gente libera machos e fêmeas e a gente espera que, ao final do processo, cerca de seis meses depois, tenhamos mais de 90% da população de mosquitos ali presentes contendo a bactéria.

Isso se torna sustentável. A gente tem áreas aqui no Brasil nas quais já tem nove anos que a gente fez as implementações, mais de 90% dos mosquitos ainda estão ali presentes e positivos.

Aqui, isso é uma linha do tempo. Iniciamos os primeiros preparativos em 2011, com negociação com o Ministério da Saúde; toda a parte dos aspectos regulatórios foram realizados; e aí liberação em pequena escala, projetos piloto, depois a expansão no Rio-Niterói; fizemos uma expansão nacional em 2019 para outros municípios, e aí, no ano passado, nós finalizamos o primeiro município inteiro, que foi o Município de Niterói, com cerca de 500 mil habitantes.

Aí, mostro a projeção de população coberta. A gente teve, lá no início, 5 mil pessoas só e, hoje, a gente está cobrindo e protegendo mais de 3 milhões de habitantes, em 5 municípios, que são esses aqui mostrados no mapa.

Está um pouquinho lento.

Esse mapa mostra, então, que iniciamos lá no Rio de Janeiro, em Niterói. Posteriormente, fomos para Belo Horizonte, Campo Grande e também Petrolina, em Pernambuco, com essa cobertura de população.

Mostro aqui as evidências de impacto na redução de arboviroses como um todo. A gente tem dados do Brasil em 2021, mostrando redução de 69% nos casos de dengue, 60% nos casos de chikungunya, 37% nos casos de zika, em Niterói. Houve redução de 38% também, nos casos de dengue, lá no Rio de Janeiro.

Temos um estudo randomizado, controlado, que foi realizado na Indonésia que mostra uma redução de 77% nos casos de dengue nas áreas que receberam o programa. A Austrália não tem mais transmissão local de dengue acontecendo naquele país. O Vietnã também tem dados bastante significativos, e os últimos dados vieram da Colômbia, em cidades que protegeram mais de 3 milhões de habitantes, com uma redução de casos de mais de 90%, como está mostrado aí na figura.

Está um pouquinho lento.

No ano passado, foi anunciada uma parceria entre a Universidade de Monash, na Austrália, e o World Mosquito Program, também com a Fiocruz e o IBMP, que é uma *spin-off* da Fiocruz, para a construção de uma grande biofábrica para a produção de mosquitos com *Wolbachia* aqui no país. A nossa projeção é que, no pico de produção, poderemos produzir até 100 milhões de ovos de mosquitos com *Wolbachia* por semana e atender uma população de mais de 70 milhões de habitantes em dez anos.

Aqui eu mostro um breve vídeo da projeção dessa planta, que vai ter equipamentos bastante modernos, para a gente melhorar o processo de produção. Hoje, a gente ainda produz bastante artesanalmente os mosquitos, mas, com esse método, podemos atingir até 100 milhões de ovos por semana. Aí gente tem a planta e mostra as gaiolas, todos os mosquitos, nessas áreas, nessas salas, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

depois, na próxima sala, vocês vão poder ver as baterias de produção em larga escala de larvas que, posteriormente, se transformam em adultos, e, com isso, a gente tem a produção desses ovos.

Próximo.

Aqui está o gráfico em que eu mostro a nossa projeção em dez anos de atividade dessa nova biofábrica. A gente espera proteger cerca de 70 milhões de brasileiros em diversos municípios. A gente tem a demanda muito alta de municípios, com todo o problema de dengue que vem acontecendo, em vários municípios, inclusive no Sul do país.

Aqui mostro um breve resumo de um estudo que foi realizado por pesquisadores da UnB, aqui de Brasília. O Prof. Ivan Zimmermann e sua equipe fizeram um estudo coletando dados de sete municípios do Brasil, e o que eles viram? Que cada real investido no método Wolbachia pode representar uma economia de R$45 a R$549 para esses municípios, o que pode ser utilizado para outras atividades de saúde, educação etc. para esses municípios. Esse artigo está saindo em breve.

No ano passado, no final do ano passado, foi anunciada uma nova demanda pelo Ministério da Saúde. Nós estaremos fazendo mais seis municípios, não inteiros, mas com as áreas prioritárias de transmissão, para uma cobertura de 1,7 milhão de habitantes nas cidades de Natal, Uberlândia, Presidente Prudente, três municípios do Sul, Londrina, Foz do Iguaçu e Joinville, que têm tido muitos problemas de casos de dengue.

Aqui, nesse caso, já fazendo um salto da parte acadêmica, científica, indo mais para, realmente, uma tentativa de política pública de implementação do método de maior escala no país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO ANDRADE MOREIRA – Já estou finalizando. Um minuto.

É muito importante lembrar que o método Wolbachia é complementar e outras ações de controle... E a gente deixa muito claro, para a população, para os gestores, para todos os agentes com que a gente tem interação, que outras ações devem continuar, e é um método complementar para ser integrado com outras tecnologias também. A gente espera que o Wolbito possa trazer mais um benefício para a população.

Eu queria agradecer aos parceiros e financiadores, à Fiocruz, por toda a condução durante todos esses anos... O Ministério da Saúde, desde 2012, nos financia, que é a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente e também o Dcit. E queria agradecer também à Fundação Bill e Melinda Gates e ao CDC dos Estados Unidos, que em algum momento nos financiou em alguma parte desse estudo no Rio de Janeiro.

Nossos grandes parceiros são, lógico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO ANDRADE MOREIRA – ... a população desses municípios e as parceiras secretarias municipais e estaduais de saúde e educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Luciano Andrade Moreira, pesquisador em saúde pública da Fiocruz.

Eu anotei algumas perguntas aqui que depois a gente faz, lá no final, e eu já passo a palavra diretamente, então, agora para o Dr. Thiago de Mello Moraes, Coordenador Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Thiago, tem dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES (Para expor.) – Bom dia a todos e todas!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite para participar desta discussão tão importante e, na pessoa do Senador Marcos Pontes, gostaria de cumprimentar todos os presentes aqui e os demais colegas da mesa.

Bom, eu vou fazer uma apresentação geral daquilo que o ministério tem feito, algumas iniciativas que podem contribuir com o enfrentamento da atual questão da dengue.

Eu sou Thiago de Mello Moraes, Coordenador Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do MCTI.

Esse eslaide aqui resume, de forma geral, o que a Coordenação Geral de Saúde tem trabalhado, alguns programas que eu trouxe que podem ser aproveitados para a integração regional para o enfrentamento desse problema, como, por exemplo, o Cabbio (Centro Latino-Americano de Biotecnologia), a Iniciativa Brasil-Biotec, o próprio ICGEB, que é um órgão internacional que fomenta a pesquisa em biotecnologia, de que o Brasil é parte. Nós estamos estruturando um centro regional do ICGEB aqui no Brasil, e é uma oportunidade em que a gente pode levar ao centro soluções que o Brasil desenvolveu e utilizar as ferramentas do centro para que a gente consiga a integração regional e a integração com outros países para cooperação para enfrentamento desse problema.

E, claro, há a Rede Vírus – o Senador conhece bem, participou da criação da Rede Vírus lá no MCTI –, que continua ativa e contribuindo muito para essa questão. (*Pausa.*)

Bom, a Rede Vírus é um comitê de especialistas que foi constituído no MCTI durante a pandemia de covid-19. Esse comitê de especialistas foi criado justamente para dar as diretrizes de fomento à pesquisa e de desenvolvimento e inovação que o ministério deveria seguir para o enfrentamento da covid e outras viroses emergentes, como é o caso agora; no caso da dengue, uma virose reemergente. Então, a Rede Vírus continua ativa, os pesquisadores continuam trabalhando e têm contribuído para as ações de enfrentamento à dengue.

Aí eu trouxe duas sub-redes, criadas no âmbito da Rede Vírus e que a gente pode dizer que seria um bom legado da pandemia, que a gente tenha conseguido estruturar programas importantes para o enfrentamento de viroses. A primeira é a rede Corona-ômica, que foi criada para ajudar no monitoramento e sequenciamento do vírus da covid-19 durante a pandemia. Hoje ela tem feito um trabalho com arboviroses também, os recursos que foram portados durante a pandemia estão sendo direcionados para monitoramento das arboviroses, acompanhamento de mutações que ocorrem no vírus, a taxa de transmissão... Então, a rede tem feito um trabalho nesse sentido.

Uma outra sub-rede que também tem trabalhado com isso é a rede Remonar, que é a Rede de Monitoramento de Covid-19 em Águas Residuais. É uma ação importante; no momento, ela tem feito análises iniciais, está estabelecendo um protocolo específico para o monitoramento do vírus da dengue. Então ela é uma ferramenta importante para a previsão de surtos. A gente observou que, durante a pandemia, quando você detecta um aumento da carga viral em águas residuais, em esgoto das grandes cidades, a gente sabe que vai ter um pico de doença, e isso é uma resposta prévia que pode ajudar o sistema de saúde a se preparar para o atendimento daqueles pacientes. Então, a rede tem feito esse trabalho também nesse sentido, e a ideia é padronizar um protocolo e trabalhar isso, gerar – como a gente fez para a covid-19 – informes que seriam encaminhados para o Ministério da Saúde, para que o Ministério da Saúde tenha uma ferramenta a mais para ter a previsibilidade do aumento de casos de vírus em determinadas cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senador já abordou inicialmente a importância de se ter vacinas. Foi feita uma parceria entre o MCTI e a UFMG para a criação do Centro Nacional de Vacinas, porque um grande problema – acho que seria o maior desafio do MCTI no momento – é promover o amadurecimento tecnológico de projetos. A gente tem uma boa *expertise*, uma excelente *expertise* de projetos de ciência e tecnologia, mas a gente tem dificuldade de transformar todo esse conhecimento em produtos, e a criação do CNVacinas vem nesse sentido. Ele vai funcionar como um *hub* que vai fazer o escalonamento inicial de fármacos e testes diagnósticos para auxiliar nesse amadurecimento tecnológico dos projetos.

É claro que a gente tem uma série de projetos de desenvolvimento de vacinas que são fomentadas pelas agências CNPq e Finep, via edital universal, via outros editais que são mais gerais, mas eu trouxe um projeto aqui que foi apoiado pelo MCTI diretamente, que é a abordagem de uma frente múltipla para o desenvolvimento de uma nova vacina contra a dengue, utilizando vetores virais ou tecnologia de RNA.

É importante a gente continuar. É claro que a gente já tem a vacina comercial disponível. O Butantan está finalizando a sua, que em breve deverá estar no mercado também, mas a gente não pode abdicar do desenvolvimento. Então, o papel do MCTI é atuar lá atrás nas etapas iniciais de desenvolvimento, e a gente continua fazendo isso, apoiando o desenvolvimento de novas tecnologias de vacina. E, parafraseando o Senador quando ele estava lá, o MCTI é uma caixa de ferramentas, então a gente tem que disponibilizar uma variedade maior de ferramentas para o Ministério da Saúde enfrentar os problemas de saúde pública.

E claro que a gente não pode falar de ciência e tecnologia no Brasil para o enfrentamento da dengue sem falar do INCT em Dengue. É o INCT que está constituído na Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pelo Professor Mauro Teixeira, que também é integrante da Rede Vírus. É um INCT com 15 anos de existência.

E é bom trazer um ponto aqui de reflexão: diferente da covid-19, em que a gente estava trabalhando com um vírus totalmente novo, de que a gente não tinha conhecimento nenhum, no caso da dengue a gente já tem um grande conhecimento científico acumulado. Então, acho que o grande desafio agora é transformar todo esse conhecimento em ferramentas, em produtos que podem ser utilizados lá na ponta.

Aí eu trouxe algumas iniciativas que o INCT em Dengue está trabalhando. Ele coordenou e participou da coordenação da vacina do Instituto Butantan. Eu creio que o Instituto Butantan vai falar com mais detalhes mais para frente. Ele também está realizando, em parceria com a Takeda, um estudo clínico para avaliar a resposta de idosos acima de 60 anos com a vacina hoje comercialmente disponível, porque hoje a bula da vacina diz que é para crianças de 4 anos até 60 anos. Então, o INCT está coordenando esse estudo para avaliar a resposta dessa vacina em pessoas acima de 60 anos, que é um público importante, que é um público que tende a ter várias comorbidades e ter um agravamento da doença.

Ele também coordenou e participou dos estudos da Wolbachia, que o Luciano acabou de apresentar. Então, reforçando a importância de a gente ter uma base científica consolidada que vai servir de suporte para todo o desenvolvimento dessas tecnologias que a gente está discutindo aqui.

E eles também desenvolvem vários estudos clínicos, avaliando estudos de fármacos que modificam a resposta do hospedeiro e que, de certa forma, podem diminuir o impacto da doença na população. Então, eles têm feito essas avaliações com novos fármacos ou com fármacos já existentes, avaliando qual seria o melhor tratamento farmacológico que poderia auxiliar no enfrentamento da endemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E uma outra iniciativa do INCT, em parceria com a Fiocruz, outros países e a DNDi, é a Dengue Alliance, que também está trabalhando no desenvolvimento de testes clínicos para tratamento da dengue. Então, é uma parceria importante de que o INCT tem participado e coordenado junto com outras instituições e que tem gerado muito conhecimento que a gente pode aproveitar para o enfrentamento desse problema.

Falando agora de algumas iniciativas que o MCTI lançou esse ano, dentro do programa Mais Inovação, a gente tem um programa Mais Inovação dedicado à saúde. Foram lançados dois editais. Um é de R$250 milhões para empresas, edital de subvenção.

A ideia, como eu falei anteriormente, é promover a aproximação de empresas e ICTs para que a gente consiga promover o amadurecimento tecnológico desses projetos que estão no âmbito dos ICTs.

Um edital desse é para empresas, de R$250 milhões, com quatro linhas temáticas. A primeira linha temática é para o desenvolvimento de insumos farmacêuticos ativos nacionais. Não preciso recordar aqui todo o problema que a dependência de importação de IFAs nos trouxe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – ... durante a pandemia, então a gente tem focado no desenvolvimento de IFAs nacionais para que a gente consiga melhorar a nossa autonomia. Esse edital prevê, inclusive, o financiamento de ensaios clínicos, produtos biológicos com alto impacto para o SUS – aí a gente pode incluir terapias avançadas, anticorpos monoclonais –; pesquisa clínica para inovação no país; e produtos prioritários elencados pela PDP e pelo Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, que é mais uma ferramenta que a gente tem articulado, junto com o Ministério da Saúde, para promover o desenvolvimento de tecnologia local para aumentar a nossa autonomia do país no setor de saúde.

Concomitantemente, também foi lançado um edital de R$250 milhões para o financiamento de ICTs dentro do programa Mais Inovação - Saúde. Esse edital para ICTs prevê três linhas temáticas. De novo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – ... uma linha para IFAs, uma linha para terapias avançadas e uma linha de pesquisa e desenvolvimento de produtos com alto impacto para o SUS, incluindo aqui a questão do xenotransplante, de que o senhor fez uma *live* ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – ... esta semana ou semana passada. Então, esse edital para ICTs também prevê a questão de financiamento de xenotransplante.

É isso.

Agradeço mais uma vez o convite e estou aberto para responder as questões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Olha, muito obrigado, Thiago. O Dr. Thiago de Mello Moraes é Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Parabéns pela apresentação. Fico muito feliz de ver esses programas com continuidade e com recurso. Isso é importante demais.

Gostaria de anunciar também aqui a presença, conosco, do ex-Deputado Rubens Bueno, do Paraná – obrigado por estar conosco aqui –; do ex-Deputado Benito Gama, da Bahia, aqui conosco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também – obrigado pela presença –; da Dra. Alda Maria da Cruz, Diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis – obrigado também; venha aqui para frente, para ficar mais perto; se me permitir, depois vou passar a palavra para a senhora também aqui –; da Dra. Livia Carla Vinhal Frutuoso, Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses do Ministério da Saúde – deixe-me convidá-la para estar conosco aqui na frente.

Neste momento, antes de passar a palavra para o nosso próximo apresentador, que será o Dr. Alvaro Eduardo Eiras... Ele está no remoto, mas eu aproveito para agradecer-lhe aqui, porque, de uma forma bastante irônica – ele é Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, que já foi citada várias vezes aqui; aliás, a UFMG faz um trabalho maravilhoso de integração, principalmente nessa área da saúde –, ele está com dengue e vai participar aqui conosco. (*Risos.*)

Eu vou pedir licença para o Dr. Alvaro, antes de ele entrar, e passar a palavra para a Dra. Alda Maria da Cruz. Ela é Diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde. Por favor.

A SRA. ALDA MARIA DA CRUZ (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todas as pessoas. Bom dia, Senador Marcos Pontes.

Nós do Ministério da Saúde agradecemos o convite. Essas iniciativas são muito importantes.

Quando nós vimos a programação, uma programação essencialmente acadêmica, com colegas com quem nós estamos trabalhando juntos – o meu querido Luciano Moreira, nosso companheiro de Fiocruz; o Thiago de Mello também, que conhecemos; e o Alvaro, que é um amigo de muitos anos... A gente estava acompanhando a dengue do Alvaro, então ele realmente está com dengue, Senador.

E ter aqui a oportunidade de apresentar as linhas que a gente vem desenvolvendo no ministério, com a Dra. Livia, nossa coordenadora.

Agradeço também à Dra. Natalia por esta oportunidade, em nome da nossa Secretária Ethel Maciel e da nossa Ministra Nísia Trindade.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Alda Maria da Cruz. Obrigado por estar conosco aqui. Realmente é importante essa conversa de várias perspectivas diferentes, acho que traz uma série de possibilidades de combate à dengue, que tem tanto afligido o país como um todo.

Eu tenho uma série de perguntas aqui já também, principalmente ali para o Luciano, porque eu achei muito interessante essa Wolbachia e as possibilidades de a gente ampliar isso no Brasil todo.

Então, agora, sim, eu passo a palavra ao Dr. Alvaro Eduardo Eiras, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, que vai falar *online*.

Dr. Alvaro, tem dez minutos e, no final, faltando... Eu peço para controlar o tempo por aí, porque não vai ouvir aqui o nosso aviso de um minuto, mas, se passar, no final ali, nos 15 segundos, vai entrar uma voz feminina muito convincente falando que faltam 15 segundos, mas não se preocupe. Mesmo que passar um pouco, complete a ideia, e eu aumento o tempo aqui necessário para completar a ideia, tá?

Alvaro, a palavra é sua.

O SR. ALVARO EDUARDO EIRAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k.

Estão ouvindo? (*Pausa.*)

Estão ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim, cinco por cinco.

O SR. ALVARO EDUARDO EIRAS (*Por videoconferência.*) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiramente gostaria de agradecer o convite. E, Senador, eu gostaria de dizer que eu e você temos uma coisa muito em comum: eu também sou bauruense, nasci em Bauru, cidade do Estado de São Paulo. É raríssimo isso, não é?

E eu gostaria de agradecer ao pessoal todo que está apresentando e à Alda Cruz, que foi aí comprovar realmente que eu estava com dengue. Hoje é o oitavo dia, e finalmente eu estou recuperando aqui.

Eu gostaria de fazer uma apresentação rápida, respeitando aqui o tempo. Não sei se a apresentação já se encontra aí. Sim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está no visual aqui já.

O SR. ALVARO EDUARDO EIRAS (*Por videoconferência.*) – O.k.

Bom, eu gostaria de dizer.... Alguns colegas que estão presentes conhecem o meu perfil. Eu trabalho com dengue praticamente há quase 30 anos. Eu tenho um forte DNA de empreendedorismo, eu desenvolvo tecnologias e levo essas tecnologias para a sociedade. E eu vou atuar aqui mostrando duas em que eu trabalhei, que têm sido meu carro-chefe por muitos anos, e a gente teve uma prática muito grande dela no país, que, agora, está transcendendo para outros países.

Só quero dizer que hoje a gente está vendo que houve mais de 1 milhão de casos de dengue, mas lembro que, em 2019, a gente teve mais de 1,4 milhão de casos de dengue. Um dos motivos pelos quais eu acho que a gente tem essa expansão descontrolada da dengue... Aqui, agora, a situação é de epidemia e não dá para nós usarmos essas tecnologias que a gente usa como se fosse uma prevenção. Agora a gente tem que apagar o incêndio. Então, essas tecnologias que nós estamos mostrando são tecnologias que vão prevenir a transmissão. O fato é que o Brasil não tem muito bem essa cultura de prevenção. O Brasil gosta mais... tem a cultura de apagar incêndios, como a gente está sofrendo agora.

Gostaria de dizer que uma metodologia que tem sido usada no Brasil para monitorar o mosquito, para saber onde estão as casas, os criadouros, este ano vai complementar um centenário, ou seja, 100 anos, o indicador predial para saber quais residências têm a presença de larvas e mosquitos. Na aplicação de inseticidas de dengue também; mudou apenas o carro e, talvez, o método químico que está incluído naquela aplicação de UBV. Então, nós estamos trabalhando com tecnologias totalmente ultrapassadas.

Eu acho que um dos piores e mais responsáveis problemas é porque nós não acompanhamos a população do mosquito ao longo do ano. Então, você vai de casa em casa, mas é uma mão de obra muito grande. Agora a gente está tendo a presença do *drone*, que eu acho que é muito bem-vindo porque consegue detectar a presença de criadouros que são considerados críticos, nos quais você não vê, mas têm uma grande produção de mosquitos, ou seja, a produção de mosquitos é mais elaborada por esses tipos de criadouros que estão escondidos do que nas plantinhas de vasos que a gente tem dentro das residências, mas quero deixar bem claro que é importante a população manter as suas casas e os seus vasos isentos de mosquitos.

Nós desenvolvemos, no início de 2000 – já faz 20 anos –, essa tecnologia, que foi desenvolvida em nosso laboratório, um laboratório de inovação tecnológica e empreendedorismo, do controle de vetores. Nós desenvolvemos uma armadilha – que foi avaliada pelo Ministério de Saúde durante o PNCD, mas a tecnologia não foi adotada pelo Ministério da Saúde – que consistia em você mapear a presença do mosquito em todo o município. Através de uma armadilha, você captura os mosquitos, coloca num sistema de monitoramento e vê a presença do mosquito. Então, você direciona aquela área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de controle com maior ênfase e você esquece aquelas que não têm mosquito. E, também, além disso, a tecnologia permite você identificar áreas que têm mosquito infectados.

Então, a gente não precisa esperar o humano ficar doente. O mosquito contaminado já é um indicador de que a doença está próxima.

Essa tecnologia já foi utilizada em mais de 250 municípios e em outros países também.

Esses aqui são números para vocês verem a quantidade de armadilhas que foram utilizadas – foram mais de 4,5 milhões de visitas em casas – e o custo dessa tecnologia, que pelo menos era, há alguns anos, de menos de R$1 por pessoa por ano. Infelizmente, essa tecnologia foi adquirida por uma empresa multinacional que está levando ainda o sistema de monitoramento no país.

Eu gostaria de chamar a atenção porque essa tecnologia saiu de dentro de uma universidade, usando os recursos públicos federais do CNPq, Finep, MCTI, Ministério da Saúde, e o próprio Governo não se apoderou dessa tecnologia.

E a gente vê aqui que essa tecnologia pode ser expandida. Ela foi avaliada em 21 municípios, simultaneamente, no Estado de Minas Gerais e, mais recentemente, em 78 municípios. Foi monitorada nesses municípios por apenas três funcionários, porque a tecnologia está muito alavancada, muito desenvolvida, e a logística dela foi muito bem desenvolvida.

E aqui, para vocês terem uma ideia, o monitoramento em tempo real no Município de Porto Alegre, que adotou esse sistema alguns anos atrás, que tinha monitoramento dos automóveis de segurança pública e monitoramento do mosquito dentro do Município de Porto Alegre.

E aqui realizamos um trabalho publicado, no qual a gente viu que as cidades utilizadas pelo sistema chamado MI-Dengue tiveram uma redução de 70% nos casos de dengue no município. Teve uma economia de R$18 milhões durante esse estudo que foi feito e, assim, o retorno, o estudo do custo-benefício seria de R$6 de retorno para cada R$1 investido nessa tecnologia.

Eu gostaria de mostrar outra tecnologia que nós estamos trabalhando há seis anos já na universidade, através de um recurso público de US$1 milhão vindo dos Estados Unidos, onde nós estamos desenvolvendo os tecidos que são repelentes espaciais. O que é repelente espacial? O repelente espacial tem uma tecnologia que é diferente dessas que são do repelente tópico, em que as pessoas passam o repelente, que tem uma curta duração, você tem que fazer replicação em determinados tempos, como a cada 4, 6, 8 horas, e o indivíduo que está protegido manda o mosquito para aquela pessoa que não está protegida, então só protege quem usa o repelente tópico.

Nós estamos desenvolvendo essa tecnologia. Como é que ela funciona? Essa repelência tem um efeito de até seis a dez metros de distância. Temos aqui o primeiro produto que nós desenvolvemos, que é um sapato repelente. A pessoa usa-o, caminha com ele, e aonde ele vai tem uma proteção desse repelente. Ele tem uma tecnologia de muito baixo custo, que dá para fazer uma implementação em grande escala. O propósito dessa tecnologia é chegar à população geral, não é para ser utilizada, para vender apenas para aquelas pessoas que possuem um certo poder aquisitivo. Então, a gente pretende alcançar aqueles que são mais vulneráveis e suscetíveis à doença.

Nós já fizemos um trabalho extenso desde 2016, através de comprovação de testes de laboratórios, testes de semicampo, em que há prova de conceito, usando as sandálias, e fizemos aqui protótipos de sandálias em uma fábrica pequena de Belo Horizonte. Avaliamos para malária e para dengue e, em ambas, esses produtos foram eficientes em torno de 70% de proteção.

Depois veio a pandemia, e na pandemia nós não podíamos praticamente fazer projeto. Então, nós lançamos uma *startup* na universidade e agora nós estamos tentando fazer o escalonamento dessa tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é só mostrar para vocês que, além do *Aedes aegypti*, é para a malária e o pernilongo comum, que nos pica à noite.

E aqui nós estamos com a tecnologia superavançada, onde já avançamos... Esse aqui é um gráfico que faz a escala do avanço da tecnologia, e nós já estamos na fase do escalonamento, entrando em contato com as empresas – empresas de calçados, empresas de tecidos, como a Hering, como a Alpargatas – para a gente estar produzindo esse produto e colocá-lo à disposição tanto da população como também do Ministério da Saúde.

Eu já tive uma reunião com a Dra. Alda, que se encontra presente, e a gente vai apresentar esse projeto para a gente dar continuidade, uma vez que vão ser gastos R$28 milhões apenas para a aquisição de repelentes para pessoas, lembrando que teria que ser várias vezes aplicado.

Gostaria de agradecer à agência de fomento e aos parceiros para o desenvolvimento desses projetos de pesquisa e agradeço pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Alvaro Eduardo Eiras, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, e um obrigado especial por estar participando apesar da dengue. É interessante isso.

E, por falar nisso, eu também gostaria de registrar a presença aqui do Dr. Carlos Eduardo Marques, que é da empresa Biovec, que está aqui conosco também e trabalha com um tipo de armadilha.

Por favor, algumas palavras a respeito do assunto seriam interessantes. Tem um botãozinho aí para...

O SR. CARLOS EDUARDO MARQUES (Para expor.) – Obrigado.

É um prazer estar aqui, a gente ficou sabendo da audiência.

Eu sou da empresa Biovec, sou Diretor e a gente representa aqui no Brasil a In2Care. É uma armadilha de autodisseminação com a qual estamos em alguns países e aqui no Brasil já estamos atuando em algumas cidades, como Goiânia, São Paulo – em várias do interior do Estado de São Paulo – e Paraná.

O que faz essa armadilha? Nós, na verdade, temos uma tela na armadilha, que é uma tela eletrostática que tem um veneno para o qual o mosquito é atraído.

A função da In2Care não é matar o mosquito, mas, sim, contaminá-lo para, onde ele pousar, matar as larvas dos mosquitos. Então, ele sai dali e, em cada lugar em que o mosquito for pousando, vai contaminar aquela água, e, naturalmente, mesmo que outros mosquitos venham a soltar larvas ali, não vão surgir larvas, elas vão morrer ali. Então, é uma armadilha que a gente chama de autodisseminação.

E o que a gente também fala dela? É um braço do agente. O que acontece? O agente não consegue chegar a alguns lugares, como uma calha que está com água, um terreno baldio que está lá... Esta é a função do mosquito: ele está contaminado, vai ao local, desce num pneu lá que está com água e aquela água é contaminada. Então, qualquer outra fêmea que chegar e soltar as larvas dela lá, as larvas não vão criar. Então é uma armadilha de autodisseminação.

Nós temos até um vídeo, que é rápido. É só entrar no nosso *site* biovec.com.br, que demonstra. Então nós temos isso tanto para a iniciativa pública quanto para a iniciativa privada.

Agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

Obrigado.

É interessante, porque é outro tipo de tecnologia também, em conjunto. E ela pode ser utilizada, pelo que eu estou vendo, em conjunção com essas outras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO MARQUES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... com os mosquitos que já existem, com a bactéria.

O SR. CARLOS EDUARDO MARQUES – Com todos, todos.

Dá para a gente trabalhar junto, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É interessante. Muito bom.

Obrigado pela participação.

Neste momento, eu passo a palavra à Dra. Margareth de Lara Capurro Guimarães, Professora da Universidade de São Paulo, que participa conosco de forma remota também.

Professora, a senhora tem dez minutos.

Como eu avisei ao Prof. Alvaro, não vai ter a sirene aqui no final, a campainha, mas, faltando 15 segundos, vai ter uma voz feminina avisando os 15 segundos.

Obrigado.

A SRA. MARGARETH DE LARA CAPURRO GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiramente, eu agradeço muito o convite de vocês. Infelizmente eu não pude ir pessoalmente. Estou em fase de mudança de país. Então, pegou bem no meio da minha mudança e eu acabei optando por fazer *online*.

Então, assim, para quem não me conhece, a minha linha de pesquisa são produtos baseados em mosquitos. Então, eu promovo transgenia para diferentes tipos de produtos. Você pode ter tanto produto para supressão quanto interferência no bloqueio da transmissão, que hoje é a maior discussão: como serão os pilotos de liberação de mosquitos que vão modificar a população e bloquear a transmissão da doença.

Existem alguns produtos em fase de pensamento de piloto não para dengue, para malária. O meu produto ainda não está pronto. Ele teve que voltar para a bancada. Então existem algumas iniciativas e existe muito um momento de discussão de regulamentação de como serão esses projetos-piloto e como esses produtos podem atuar – não os de supressão, que já estão resolvidos, mas os de introdução gênica.

Então o que eu trouxe aqui para vocês não foi muito a pesquisa, mas, sim, o que já existe no mercado e que pode contribuir e onde aplicar.

Então, vamos primeiro entender o problema.

Então, essa é a recomendação de qualquer país, essa é a casa ideal, que não tem mosquito da dengue. Isso é recomendação.

Mas essa é a nossa realidade. Isso é um bairro típico na cidade de Juazeiro, onde eu trabalhei. Você vê que, nesse pedaço do bairro, as ruas estão relativamente limpas. Existem, sim, problemas. Existe depósito de pneu, de bicicletaria. Existem problemas específicos. Mas o que mais incomoda no caso dessa região é a caixa d'água de fundo de quintal. Então, o que representa essa caixa d'água de fundo de quintal? Se você tiver uma caixa d'água, ela contamina de mosquito até 200m. Então, não precisa ter mais que um criadouro. Esse criadouro já pega o quarteirão inteiro. Então, basta uma unidade.

E o que você tem? Além de você ter essa caixa d'água – e é feita a distribuição de capa, mas essas capas desaparecem ou estão nessa posição, quando a gente entra na casa das pessoas, ou seja, não servem para nada –, você encontra tonéis onde você vê, nitidamente, as larvas. Aqui é uma mistura de pernilongo Culex com *Aedes aegypti*. Não é só *Aedes aegypti*, porque é um criadouro grande. Então, você vê esse tipo de coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A outra recomendação... Aqui é a recomendação, é o agente comunitário, ele fala, a gente insiste, a gente mostra para todo mundo. E aí a gente se depara com essa nova realidade. Então, veja aqui, as garrafas estão arrumadinhas. E o resto do quintal? Está um desastre. Então, o que aconteceu aqui? É educação? É educação de quem? Da escola, do agente, da televisão? A gente não sabe dizer o que fazer aqui. Então, esse é um problema dela. Então, não adianta insistir no vaso da planta nessa casa. Ela tem todos esses criadouros. Tem larva na água do cachorro, o tempo todo. De novo, recomendação: o uso de cisternas. Por exemplo, nesse tipo de cisterna, que é de subsolo, você faz tratamento com o peixe larvicida. Então, joga o peixe lá, ele vai comendo larvas. Se o peixe morrer, é porque não tem larva. Aí você joga outro. Então, ele protege a sua cisterna, a sua água. Então, recomendação, realidade.

Então, a nossa realidade é que, além de você ter o criadouro dentro dessa cisterna – e nesse caso você não pode colocar o peixe, porque a água fica muito quente, mata o peixe cozido –, você tem o problema da calha, que é um problema extremamente sério, que é a calha aberta, onde é outro criadouro. Então, nesse problema aqui você gerou dois tipos de criadouros.

E existe o problema maior, que a gente fala que são os criadouros invisíveis. São criadouros que dificultam muito a atuação do agente de saúde pessoalmente. Então, esses criadouros são lixão, carros abandonados, tudo isso aqui é criadouro.

E o maior problema: como é que o mosquito muda de país para país? Ele vem de navio nos contêineres. Esses contêineres vão para os caminhões, e esses caminhões vão pelas vias de terra, e aí eles vão levando os mosquitos, vão distribuindo pelo país. Esse tipo de contêiner de navio não tem nenhum tipo de tratamento. Então, o que acontece? Um exemplo muito simples: Porto de Santos. Choveu, o mosquito vai lá, coloca os ovos nos contêineres que estão no porto, naquelas ranhuras. Você vê os ovos nos contêineres. E aí vai para o navio, que vai para o alto-mar. Choveu, eclode, pica os marinheiros, coloca os ovos de novo. E aí ele chega ao outro país. Se ele não tiver chuva durante o período de viagem, chegou ao outro país, o contêiner vai para o país e contamina tudo.

Aqui, teremos que tratar esse assunto. (*Pausa.*)

Alguém está com o microfone ligado.

Enfim, um outro tipo de *hotspot* que a gente fala... Eu usei aqui, no caso, o Município de São Paulo, que está muito bem caracterizado. Isso aqui foi uma via de 2020. Então, o que a gente vê? Lugares onde não tem dengue, você tem uma verticalização da cidade. Então, você tem uma situação da cidade de edifícios grandes, altos, com telas, com ar-condicionado, uma moradia típica de... Você até tem o mosquito, mas você não tem a dengue, não é? Então, você até consegue melhorar essa situação. Esse é um típico exemplo de área em que o *hotspot* não existe.

E aí um *hotspot* típico da dengue, em que você tem uma área, agora, que é um pouco mais degradada, em que você acaba tendo um acúmulo de criadouros, de chão, áreas de desenvolvimento, típica dengue.

Aí você se depara com esse barco, que é altíssimo em dengue. E cadê o criadouro? O agente de saúde não encontra esse criadouro. São criadouros que a gente chama de invisíveis, não notados, têm várias designações. Então, aqui também existe um problema. Então, para esse tipo de problema, não é virar só pratinho de planta. São problemas cujos criadouros são enormes, são esses que sustentam a grande população de mosquito. O que a gente pode fazer? Um controle integrado.

Então, aqui, se eu falar de inovação, eu tenho inovação em todas essas áreas – todas, todas. Eu vou me ater ao que me permite o tempo. Então, o que eu vou falar? O que não tem integrado com tudo isso? O controle de população, supressão de população com liberação de machos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De onde veio essa técnica? Essa técnica não é nova. Ela foi altamente testada, desde 1937, quando foi provado que a técnica do macho estéril ou do inseto estéril é viável. Muitos países adotam para a agricultura. Os Estados Unidos é um dos países que mais adota. Erradicou a mosca-da-fruta e está erradicando a berne, nas fazendas. Então, são grandes programas para a agricultura, e agora a gente tem a possibilidade de usar esse tipo de programa para vetores.

Como é que funciona? Funciona numa proporção desproporcional. Então, para cada macho selvagem que a gente tem, você tem que liberar de dez a cem estéreis por qualquer metodologia. Então, fica desproporcional para essa fêmea. Na hora em que a fêmea vai ser atacada pelo macho, a chance de ser atacada pelo macho estéril vai ser muito maior. Com isso você promove a redução da população.

Eu trouxe nesse eslaide a técnica de radiação, a técnica do IIT/SIT – que não é a *Wolbachia* do programa do Luciano, é uma outra técnica de interferência –, a técnica de transgênico; a técnica de RNAi... Não importa qual é a técnica. Isso tem uma logística da aplicação no projeto, dependendo do produto escolhido, mas todas elas têm a esterilidade ou vai matar filhos. Aí você diminui a população. Então, você tem a esterilização, a parte de liberação, o monitoramento e você vê o que acontece.

A grande vantagem de você liberar mosquito é que o mosquito vai atrás da fêmea onde ela estiver. Então, não é o agente que vai encontrar onde está o criadouro. Não importa mais onde está o criadouro. O macho só vai atrás daquela fêmea, e com isso você tem...

Então, em 2012, – mais ou menos 2012, um pouco mais, na verdade foi de 2009 a 2015 –, eu tive a oportunidade de trabalhar com um produto que é um transgênico, que era o primeiro produto da empresa Oxitec. Nós fizemos uma parceria com a Moscamed Brasil, que é a representante da biofábrica de insetos estéreis para agricultura. Então, eles nos cederam um espaço enorme para fazer a biofábrica de mosquitos. Nós fizemos essa biofábrica, foi um projeto piloto enorme no Brasil; a gente liberava cerca de 2,5 milhões de mosquitos por semana. Na cidade de Jacobina, ele teve a fase 1 e a fase 2. Aqui é a fase 1.

Ele funciona muito, muito bem. Não é um alto custo, é baixo custo. Aparentemente as pessoas acham que é uma coisa absurdamente cara, não é absurdamente caro; você produzir mosquitos é muito barato.

Então, nesse projeto, nós treinamos, basicamente, representantes de 50 países do mundo e, com o auxílio da Agência Internacional de Energia Atômica... Uma coisa que eu gostaria de lembrar: nesse projeto que a gente fez na Bahia, o orçamento foi totalmente do Governo da Bahia. Nós não tivemos nenhum financiamento do ministério.

Hoje nós temos 51 países que estão preparando controle de mosquitos usando supressão de mosquitos, alguns países já estão liberando e outros não. Aqui só para exemplificar, nós temos um pequeníssimo piloto no Brasil. Em Cuba, uma liberação boa, suprimiu. Esse é o resultado recém-saído, que ainda nem foi publicado, mas em que nós tivemos uma supressão de população completa, 100%. Na ilha de Marlon Brando, no Taiti, uma outra tecnologia, IIT/SIT, mas que teve... Então, em ilhas, você consegue eliminar e fazer um bloqueio, e funciona muito bem.

Novas iniciativas. Então, aqui nós temos essa nova iniciativa, que é a técnica do RNAi. Para quem não conhece a Forrest, essa tecnologia veio com aquele projeto das abelhas contaminadas, que estavam morrendo, contaminadas por um vírus, então essa tecnologia já se provou extremamente útil; e ela não é transgênica, então, apesar de você usar um RNA de interferência, ela esteriliza o mosquito, mas não é considerada transgênica.

Inovação em todos os setores. Eu trouxe aqui armadilhas, como o Alvaro Eiras trouxe, que são para a gente fazer monitoramento. Então, existem vários tipos de armadilhas, inovação em armadilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Existem já estudos comparativos de liberação humana ponto a ponto e da dispersão por *drones*, em que você tem uma homogeneidade na liberação e você consegue resultados de supressão mais...

É isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Profa. Margareth. A Profa. Margareth de Lara Capurro Guimarães é Professora da Universidade de São Paulo.

Muito obrigado pela sua participação, participação remota com uma série de informações interessantes a respeito de tecnologias existentes e formas de espalhamento.

Eu recebi mais um lote de perguntas aqui que eu pedi para distribuir aos participantes, só para informar. Ou seja, a gente está tendo uma repercussão interessante, como tem que ser, realmente, para que a população conheça.

Eu gostaria também de anunciar a presença do Deputado José Carlos Aleluia aqui conosco também. Obrigado pela presença, pela participação.

Na sequência, então, passo a palavra ao Dr. Carlos Américo Pacheco, Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, também iteano.

Pacheco, você tem a palavra por dez minutos. Daí vai ter o aviso dos 15 segundos finais. Eu peço para controlar o tempo por lá. Obrigado.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado pelo convite, Senador, Ministro. Queria cumprimentar todos que estão nessa mesa.

Eu não vou usar nenhuma apresentação. Vou, mais ou menos, contar o que a Fapesp tem feito nos últimos anos, mas os que me antecederam facilitaram enormemente minha vida, sobretudo a Margareth, que tem uma longa trajetória de pesquisa nessa área. Sempre que possível, eu acho que a Fapesp a ajudou, ao longo dessa trajetória, com resultados que são impressionantes, mas o que me chama atenção, tanto na fala do Thiago quanto da Margareth, é que a gente tem estratégias que são complementares. Não tem uma estratégia que permita a gente ter os sítios estéreis, sejam inseticidas, sejam repelentes, sejam armadilhas, etc. Não há uma estratégia para ser suficiente, para a gente dar conta, na verdade, do quadro que nós enfrentamos neste momento.

A Fapesp – acho que todo mundo conhece – é uma agência de fomento à pesquisa no Estado de São Paulo. A gente financiou, ao longo dos últimos 30 anos, uma série de pesquisas em virologia. A iniciativa primeira – talvez, seja a das mais interessantes – que a Fapesp fez era ainda um auxílio à pesquisa, em nome do Isaías Hall, que nos deixou recentemente, um pesquisador absolutamente fantástico, dirigente do Instituto Butantan, que teve um papel extraordinário em toda a parte de saúde pública no Brasil. Ele era o titular do primeiro auxílio que a gente fez, em 2008, para os ensaios clínicos da vacina da dengue.

É um longo processo, todo mundo sabe a dificuldade, na verdade, de você fazer vacinas dessa natureza. Nós estamos, neste momento, em uma fase de reta final da vacina da dengue. O pessoal do Butantan deve falar na sequência, deve explicar um pouco do que fizeram, do que estão fazendo. A gente fica muito satisfeito, porque aquela foi uma iniciativa pequena, mas muito importante para botar em curso, na verdade, a Fase 1 do ensaio clínico da vacina da dengue.

A Fapesp tem financiado estudos sobre virologia e sobre arbovírus ao longo desses últimos 30 anos. Na verdade, essa área de pesquisa sobre arbovírus recebeu, ao longo desses anos, 300 auxílios de pesquisa, nas mais diversas formas, 500 bolsas de pesquisa que foram financiadas de doutorado, iniciação científica, mestrado, etc. Então, a gente fez uma série de coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro estudo clínico da vacina foi em 2008, mas, com o surgimento do zika vírus, nós conseguimos organizar a chamada Rede Zika em 2016. Ela só foi possível porque, na verdade, você tem um acúmulo de conhecimento e de financiamento em virologia. Uma coisa que é importante, e a gente aprendeu na covid, é que, na verdade, você não cria competências científicas do dia para a noite. Então, é o seguinte, aparece uma pandemia e aí você diz: "Não, vamos financiar a pesquisa nessa área". Se você não tiver biólogos, médicos, enfermeiros e gente nas diversas áreas com preparo anterior, etc...

A Rede Zika se favoreceu muito do que a gente tinha feito na pesquisa sobre a dengue anteriormente. E, na verdade, a Rede Zika depois foi muito importante na covid, porque os centros de competência em virologia que existiam não só em São Paulo, mas no Brasil como um todo – na Fiocruz; na UFMG; em São Paulo, no instituto ICB da USP; na Unicamp; em Botucatu, na Unesp; em Rio Preto, na Famerp, por exemplo – e que tinham participado e sido aparelhados, inclusive, para os ensaios clínicos da dengue tiveram uma contribuição grande para a Rede Zika e, depois, para toda a discussão sobre covid.

A Fapesp fez, então, em 2008, o primeiro auxílio para ensaio clínico da vacina da dengue e, em 2016, a estruturação da Rede Zika. Em 2019, nós fizemos, só porque foi citada aqui, uma parceria no que a gente chama de um programa de pesquisa colaborativa com a empresa, com vários laboratórios, numa parceria com a Unicamp e com o DNDi, um consórcio de instituições de pesquisa sobre doenças negligenciadas.

Uma coisa que eu queria salientar é a seguinte: a gente financiou muitos grupos de pesquisa, a criação de competências e a formação de pessoal em virologia e sobretudo em arbovírus ao longo desses anos. E, recentemente, a gente fez um esforço grande também de financiar *startups* que fossem capazes de oferecer soluções no que diz respeito a arbovírus, em particular para a dengue. Então, a Margareth, com facilidade, acabou de fazer um eslaide dessa Birdview, que é uma que produz *drones* para inseticidas e para combate ao mosquito da dengue. Por sorte, ela é uma que está na nossa carteira do programa de pequenas empresas inovativas.

Aqui, se a gente olha o que tem sido feito não só pela Fapesp, mas, no Brasil inteiro, por vários outros agentes, um pouco retrata esse fato de que não tem uma solução única. Então, a gente tem financiado empresas e centros de pesquisa com larvicidas, com repelentes, com inseticidas, com inativação com mosquitos estéreis, controle biológico da população do mosquito, armadilhas, *drones* e uma série de coisas.

Então, eu só faço uma sugestão. Eu tenho a impressão de que, sob a sua condução, esta Comissão deve fazer um conjunto de recomendações com relação ao que fazer nessa área. Eu acho que a gente tem aqui experiência que mostra que a gente não tem exatamente a solução que seja a solução definitiva, mas a gente tem um leque de coisas. Então, um pouco de que essa abordagem das agências e, sobretudo, dos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia seja suficientemente ampla, para que essas diversas alternativas possam dar sequência e para que se prove, depois, em campo, nos testes ou quando as soluções forem escalonadas ou aplicadas em provas de conceito em determinados municípios, se mostre sua efetividade.

Provavelmente, a gente vai precisar de um conjunto de soluções complementares para dar conta, na verdade, disso. Acho que é o tipo da ação – e eu parabenizo a Comissão do Senado por essa iniciativa – em que a ciência mostra sua utilidade, mostra, na verdade, que ela pode endereçar questões relacionadas à qualidade de vida da população. E aí, na verdade, você precisa ter muito conhecimento científico e tecnológico e capacidade de inovação para dar conta disso. Mas é o tipo da solução que é um ganha-ganha, porque, ao fim do dia, fica evidente para o gestor público, para o empresário ou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a população em geral que você precisa, na verdade, de conhecimento científico para encontrar soluções para esse tipo de problema.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Pacheco. Dr. Carlos Américo Pacheco é o Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Tive o prazer de trabalhar durante muito tempo no Ministério da Ciência e Tecnologia e também faz parte da mesma universidade. Isso é bom.

Eu passo a palavra, então, na sequência, para a Dra. Natalia Verza Ferreira, Diretora-Geral da Oxitec do Brasil.

Por favor, tem dez minutos.

A SRA. NATALIA VERZA FERREIRA (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos da mesa, a todos que estão aqui também acompanhando remotamente.

Eu quero agradecer essa oportunidade e reforçar um pouquinho as palavras do Dr. Carlos Pacheco, quando diz que a ciência está contribuindo não só com inovação, mas com formação de pessoas. Eu, pessoalmente, fui bolsista Fapesp, bolsista CNPq, e é uma honra estar aqui hoje. Eu entrei na Oxitec como pesquisadora, sete anos atrás, e percebi que eu precisava sair do laboratório e levar a palavra da ciência aonde eu fosse, para que ideias se transformassem em produtos e a gente pudesse devolver isso para a sociedade – e eu tenho muito orgulho disso.

Eu vou falar hoje sobre o Aedes do Bem. Eu acho que muita gente já ouviu falar, de uma maneira ou de outra, dessa ferramenta. É uma solução biológica para o combate do mosquito. Muita gente confunde um pouquinho com a solução da *Wolbachia*. São soluções parecidas, mas, quando a gente fala da *Wolbachia*, que o Dr. Luciano Moreira apresentou para a gente, a gente fala sobre o controle da doença; e, quando a gente fala do Aedes do Bem, a gente fala sobre o controle do vetor, do mosquito. São tecnologias parecidas, complementares, que podem ser usadas concomitantemente. E, como o Dr. Carlos Pacheco também disse, não existe uma bala de prata. É um problema complexo e a gente precisa de todas as inovações, todas as ferramentas que a gente puder ter.

Ah, eu pulei demais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NATALIA VERZA FERREIRA – Tem um pouquinho.

Falando um pouquinho sobre a Oxitec, é uma empresa que nasceu dentro da Universidade de Oxford, na Inglaterra. O próprio nome é Oxford Insect Technologies. Hoje a gente está presente em sete localidades no mundo todo, mas os dois *hubs* principais estão presentes em Oxford, onde foi fundada, e no Brasil. No Brasil, a gente tem a maior fábrica de mosquitos do mundo, com muito orgulho, e dois centros de pesquisa e desenvolvimento, um deles aqui no Brasil. São 250 colaboradores hoje, 90 deles aqui no Brasil.

A tecnologia foi extensamente testada no mundo todo. Esse mapa mostra onde a tecnologia foi testada. São diferentes insetos. Essa tecnologia de controle biológico pode ser adotada por diferentes espécies, mas o Brasil hoje é o país mais avançado em relação a aprovações regulatórias dessa tecnologia. E aí eu cito a CTNBio, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, como protagonista nessas aprovações regulatórias.

Como eu disse, a tecnologia existe não só para o mosquito *Aedes aegypti*, mas para outras pragas, pragas agrícolas e pragas de interesse em saúde pública. Hoje a gente tem um conjunto de projetos de desenvolvimento bastante amplo para lançar no mercado soluções biológicas para diferentes pragas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, como é que funciona a tecnologia? A gente sabe hoje que o ciclo tradicional de reprodução desse mosquito que tanto nos assombra é que um macho cruza com uma fêmea, que pica e transmite as doenças. E desse cruzamento a gente tem machos e fêmeas numa proporção parecida. Quando a gente tem o Aedes do Bem, é o cruzamento desse Aedes do Bem com a mesma fêmea.

E o que acontece nesse cruzamento? Então, quando o Aedes do Bem cruza com uma fêmea, a gente tem 100% de fêmeas que não chegam à fase adulta. Então, é um produto que é considerado um larvicida fêmea-específico 100% eficaz. Nenhuma fêmea sobrevive.

E por que é importante que os machos sobrevivam? Porque esses machos herdam do pai a característica autolimitante e, de novo, eles vão encontrar uma nova fêmea, cruzar com ela e desse cruzamento novamente fêmeas não vão sobreviver. Então, você tem um efeito multigerações dessa tecnologia.

Hoje essa tecnologia é usada na forma de ovos. São ovos que ficam dentro de uma caixa. Então, você ativa essa caixa com água e, depois de dez a catorze dias, apenas os machos vão sair dessa caixa, encontrar as fêmeas e fazer o seu trabalho onde as fêmeas estiverem. Então, criadouros escondidos, imóveis abandonados, locais de difícil acesso são contemplados nesse controle.

Nós temos um histórico de dez anos de pesquisa, doze anos aqui no Brasil, doze anos de testes, mais de cem artigos científicos publicados, demonstrando que essa tecnologia é capaz de suprimir até 90% da população de mosquitos nas áreas tratadas em comparação com áreas não tratadas.

Então, quais são os benefícios? Primeiro, esse de que a gente já falou, a supressão populacional, a liberação apenas de machos que não picam e não transmitem doenças. Como eu deixo descendentes, e esses descendentes são suscetíveis às ferramentas tradicionais, aos inseticidas, eu tenho uma reversão da resistência e com isso eu aumento a eficácia das ferramentas tradicionais.

A gente sabe que o controle usando diversas ferramentas é superimportante, e eu acho que um grande diferencial dessa tecnologia é a escalabilidade. Hoje a gente tem capacidade de atender o Brasil todo a partir da fábrica que fica em Campinas, no Estado de São Paulo.

Aqui, só para demonstrar o quanto é simples a utilização. Qualquer pessoa pode fazer, não é tóxico e é, simplesmente, o posicionamento de uma caixa ativada com água que vai fazer o trabalho.

Eu vou adiantar, mas, falando sobre a nossa capacidade de atender o Brasil todo, já está desenvolvida toda uma rede para fazer esse produto, de fato, chegar aonde precisa, incluindo coisas simples...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATALIA VERZA FERREIRA – ... como a distribuição através de transportadoras como os Correios, por exemplo, para chegar a todos os cantos do Brasil. (*Pausa.*)

Passou bastante. Eu vou voltar para mostrar a nossa fábrica, que está à disposição de todos, inclusive para visita. Ela está aberta para os que se interessarem. É uma fábrica hoje que consegue produzir cerca de 300 milhões de mosquitos por semana, então é uma capacidade bastante grande.

Não está voltando.

Pronto. Aqui, para mostrar para vocês...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATALIA VERZA FERREIRA – Dá para ver bem, nessa escala, como a gente tem produtos disponíveis para atender o Brasil todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar os eslaides, eles vão ficar disponíveis, mas só mostrando alguns *cases* de sucesso com picos de supressão de 98% e municípios relatando a queda no número de casos de dengue. Apesar de nós sermos uma solução para o controle do mosquito, é importante o município fazer esse acompanhamento. De fato, fizeram, com 91% de redução nos casos de dengue em Piracicaba e o mesmo em Indaiatuba, em São Paulo.

E o aceite da população a esses projetos: a grande maioria da população, através do engajamento, apoiando esse projeto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATALIA VERZA FERREIRA – Eu vou passar, só para mostrar que esse produto já é uma realidade em algumas cidades, como Porto Nacional, no Tocantins, em que uma parceria público-privada financiou esse tratamento. Tem outras cidades aqui. Eu vou passar rapidamente, mas eu vou citar especificamente a cidade de Congonhas, que está tratando o município inteiro, são 55 mil habitantes protegidos. E também a cidade de Pirenópolis, aqui do lado de Brasília, que adotou a tecnologia, juntamente com a tecnologia desenvolvida pelo Dr. Alvaro Eiras, que ele citou, do monitoramento. Então é um exemplo de uso conjunto.

Eu vou passar para o final, mas deixar aqui então a Oxitec e a nossa fábrica totalmente à disposição para quem quiser visitar e conhecer mais. E quero dizer que a gente está completamente à disposição do Ministério da Saúde para falar sobre como tornar isso uma política pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Dra. Natalia Verza Ferreira, Diretora-Geral da Oxitec do Brasil. Parabéns pela exposição, pelo produto, realmente bastante interessante.

E neste momento então, eu passo a palavra à Dra. Livia Carla Vinhal Frutuoso. Ela é Coordenadora-Geral de vigilância de arboviroses do Ministério da Saúde.

Doutora, a senhora tem dez minutos, e o tempo fica indicado lá.

Obrigado.

A SRA. LIVIA CARLA VINHAL FRUTUOSO (Para expor.) – Obrigada, Senador. Quero agradecer o convite aqui, em nome do Ministério da Saúde, para apresentar um pouco do que o Ministério da Saúde tem inovado em relação ao controle vetorial.

Bom dia a todos que estão aqui, a todos os presentes, a todos que nos assistem *online* e aos integrantes da mesa.

A dengue é, das arboviroses, o maior problema de saúde pública que a gente tem hoje. Ela está presente em mais de cem países, é a arbovirose com maior presença. Metade da população mundial vive em áreas de risco. Cerca de 100 a 400 milhões de infecções são estimadas a cada ano pela doença. E nos últimos tempos, houve um aumento de cerca de dez vezes nos casos notificados, passando de 500 para 5,2 milhões.

E houve expansão das áreas de detecção da doença, inclusive para países da Europa.

Deixe-me ver se vai funcionar. (*Pausa.*)

Então aqui é só para mostrar o mapa da distribuição. Quanto mais escuras as áreas, maior o coeficiente de infecção, de incidência. Então a gente percebe que é uma doença amplamente dispersa no território mundial, em todos os continentes do mundo.

Bom, essa é a nossa série histórica de dengue, chicungunha e zica no Brasil. A gente tem detecção de dengue desde 1986. Geralmente as epidemias acontecem quando a gente tem uma inversão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sorotipo predominante. E a gente observa que, a partir de 2010, os casos passam a ser contados aos milhões e os intervalos entre essas epidemias são cada vez mais curtos.

A nossa maior epidemia, somando as três arboviroses principais, dengue, zica e chicungunha, aconteceu no ano de 2016, quando a gente passou a detectar o zica no Brasil, logo depois também da introdução do chicungunha aqui nas Américas e também no nosso país, em 2014.

A gente observa ali, que a última barra é o ano de 2024, no qual nós estamos passando pela maior epidemia até o momento, considerando só os dois primeiros meses deste ano.

Aqui eu vou tentar ser bem breve, porque eu fiz bastantes eslaides, eu não sabia do tempo dos dez minutos, mas só para mostrar que, na série histórica de 2013 a 2022, a gente observa que 52% dos casos notificados no Brasil aconteceram em municípios de grande porte. Então é um problema de saúde pública e quanto maior a população sob risco, maior vai ser a concentração.

Nós temos 326 municípios acima de 100 mil habitantes, e 177 desses municípios têm uma transmissão persistente. Eles representaram 48% dos casos do Brasil nessa série histórica e 93% dos casos prováveis são em municípios acima de 100 mil habitantes.

Eu estou falando isso neste momento porque foi um dos critérios utilizados para a gente definir áreas de implementação da vacina de dengue.

Esse é o dado mais recente deste ano e está disponível neste painel em que eu disponibilizei o QR *code* para vocês. Nós temos oito estados do Brasil hoje concentrando 91% desses 1.253.000 casos notificados até ontem, nós já temos 299 óbitos por dengue e 765 óbitos em investigação. A gente consegue observar nesse gráfico, na barra mais escura, a magnitude da transmissão deste ano, muito superior à do ano passado, que também foi um ano com um alto registro de casos.

Vários são os fatores que explicam e que favorecem a transmissão dessas arboviroses: as mudanças ambientais; fatores demográficos, sociais e econômicos; a própria biologia e ecologia do vetor e também de hospedeiros; e os eventos climáticos extremos.

Sobre os eventos climáticos extremos, no ano passado houve um alerta da Organização Mundial da Saúde para várias doenças vetoriais, não só para arboviroses, mas também para malária. Foi publicado esse material que está aí no centro dessa figura, alertando sobre a possibilidade de haver transmissão elevada de arboviroses, inclusive durante o inverno, em razão do El Niño. Então, a gente sabe que o aumento da temperatura interfere na taxa de replicação do vírus no vetor e também reduz o período de incubação. Por isso, a gente tem essa sazonalidade de termos mais casos durante o verão e mais casos ainda nessa situação.

Nós também temos uma série de sorotipos que circulam ao longo do tempo. Neste momento, nós temos os quatro sorotipos circulando no país. Nós tivemos uma preocupação muito grande com dengue 3, porque já havia causado uma epidemia importante nos países vizinhos, aqui na Guiana, também já havíamos observado uma inversão no Estado de Roraima desse sorotipo e a última vez que ele circulou de forma importante foi em 2007/2008. Só que enquanto isso acontecia, o dengue 4 também foi detectado. Em alguns estados, a gente observou uma inversão de predominância do sorotipo 2 em relação ao sorotipo 1, que vinha circulando há bastante tempo. Então, é uma dinâmica bem complexa e que favorece essa transmissão.

Então, nós pedimos para a equipe do InfoDengue, da Fiocruz, uma modelagem para que a gente pudesse trabalhar com alguma estimativa de casos para 2024 e assim nos prepararmos, tanto em relação a treinamento quanto em aquisição de insumos. Na ocasião, um dos modelos utilizados, com estrutura temporal e usando dados a partir de 2015, estimou que a gente poderia ter, em média, 1.960.000 de casos prováveis este ano e que esse valor poderia variar de 1,4 milhão a 4,2 milhões. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

medida em que se agregaram mais variáveis ao modelo, incluindo variáveis epidemiológicas, climáticas e demográficas, chegou-se então que, no Centro-Oeste, a gente observaria níveis epidêmicos; no Nordeste nós teríamos um aumento, mas os casos ficariam abaixo do limiar epidêmico; na Região Sul, se destacaria o Paraná com um patamar alto; e no Sudeste, Minas Gerais e Espírito Santo teríamos um potencial epidêmico.

O que a gente observa hoje é uma combinação desses dois modelos acontecendo na prática, então, temos um número muito elevado de casos realmente nessas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, que são as que mais nos preocupam no momento.

Existem várias evidências sobre controle vetorial, como já foi bem falado pelas pessoas que me antecederam. Até hoje, o Brasil utiliza o modelo tradicional de controle do vetor, que é extremamente verticalizado, centrado na questão da visita casa a casa. E, em contrapartida, a gente tem também evidências de que esse modelo de controle vetorial aplicado a vários países – esse artigo traz – apontou que nós temos eficiência de recursos humanos, que financeiramente também é difícil manter esse tipo de modelo, que acaba resultando, na prática, em uma cobertura geográfica inadequada, com muita dificuldade de envolver a comunidade e com pouca capacitação também de profissionais.

O que a gente observa, em razão disso, é que, realmente, nós temos epidemias sucessivas acontecendo em intervalos cada vez mais curtos. E, com a emergência do zika, em 2015, o Ministério da Saúde fez um seminário em que várias pesquisas e várias propostas inovadoras foram avaliadas. Isso aconteceu em 2016, e, a partir daí...

Acho que eu passei um pouco mais. Bom, eu vou seguir daqui, acho que consigo falar a partir daqui.

Uma das pesquisas que foi contratada foi pesquisa que tratasse da questão da persistência de transmissão em algumas áreas. Então, existe uma sobreposição de áreas de transmissão de dengue, chicungunha e zika nesse trabalho realizado em Mérida, no México, e controlar, fazer trabalhos mais voltados para *hotspots* de transmissão parece ser mais efetivo.

Esse outro trabalho, também, acompanhou crianças que viviam dentro e fora desses *hotspots* e comprovou que o risco de alguém ter infecção é 1,7 vez maior para quem mora dentro dessas áreas que são *hotspots* de transmissão.

Aqui, comparando o mesmo modelo de estudo no Rio de Janeiro e, também, no México, então, cidades e contextos diferentes mostram que tem evidência diferente de transmissão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIVIA CARLA VINHAL FRUTUOSO – Eu vou ter que ser superbreve agora.

Esse é o ArboAlvo, um dos projetos que a gente acompanha e financia.

Se puder passar para mim, porque está um pouco devagar.

Ele usa vários indicadores para avaliar essa estratificação de risco.

A mobilização comunitária também é essencial. Nós, também, estamos trabalhando com a questão da borrifação residual intradomiciliar para locais de grande permanência com estações disseminadoras de larvicida, como também já foi comentado aqui anteriormente, com o uso do inseto estéril, com o *Wolbachia*. De todas essas tecnologias nós temos evidência e foram acompanhadas pelo Ministério da Saúde ao longo do tempo.

Se puder passar.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LIVIA CARLA VINHAL FRUTUOSO – Eu já vou finalizar.

Essas tecnologias são propostas para serem utilizadas de forma combinada. Como também já foi dito pelas pessoas que me antecederam, nenhuma alternativa sozinha vai ser a solução para esse problema. Também, em relação ao monitoramento – pode deixar nesse eslaide –, a gente vai manter o levantamento de índice rápido do *Aedes aegypti*, que vai ajudar a orientar o tipo de criadouro predominante, mas também passamos a ampliar o uso das ovitrampas como o método mais sensível de detectar a presença do vetor.

Pode ir.

Junto com essas novas tecnologias, entra, também, a questão da vacina, que a gente sabe que não vai trazer resultados imediatos.

Pode ir ao próximo.

Então, aqui é só um exemplo de que essas alternativas têm que ser usadas de forma combinada. E o grande desafio para a gente é trazer a pesquisa e virar uma intervenção em saúde pública.

Eu já devo estar indo para o final.

Aqui, é só para dizer que tem perguntas de vacina, mas foi publicado em informe técnico...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIVIA CARLA VINHAL FRUTUOSO – ... que está disponível na página do Ministério da Saúde com todas as informações.

E aí nós temos algumas ações de enfrentamento – são mais dois eslaides. Nós montamos uma sala nacional diante desse aumento, que ficou funcionando de 8 de dezembro até 2 de fevereiro, quando a gente implementou o Centro de Operações de Emergência.

Se você puder passar ao próximo...

Então, o Centro de Operações de Emergência é uma estratégia que envolve outros atores nesse enfrentamento. Nós temos feito um contato muito próximo a estados e municípios com reuniões semanais e também com apoio local.

E aqui, no *site* do Ministério da Saúde, tem, então, um resumo de várias dessas ações.

Nós atualizamos o guia de manejo clínico da dengue; o de chicungunha vai ser lançado brevemente.

E aí a gente tem todo esse desafio, tanto de mudar a nossa visão de 40 anos de trabalho de controle vetorial muito centrado no modelo que não se aplica mais à realidade do país quanto também de resolvermos velhos problemas, que é a redução da letalidade por dengue, apesar de termos aí a sexta edição do Guia de Manejo Clínico da Dengue mostrando que é um desafio organizar toda a rede de serviço para atender, e também há o desafio de que os profissionais de saúde se apropriem dessas guias de manejo clínico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, muito obrigado, Dra. Livia Carla Vinhal Frutuoso. Ela é Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses do Ministério da Saúde. Foi uma série de informações interessantes. Aliás, todas essas apresentações ficam registradas no portal. Então, todos que estão assistindo podem ter acesso a essas apresentações. Dá fazer *download* delas também.

Finalmente, a nossa última apresentação, antes das perguntas, vai ser a do Dr. José Alfredo de Souza Moreira, Diretor Médico do Instituto Butantan, que participa remotamente. Em parceria com ele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a Dra. Fernanda Castro Boulos, Diretora Médica do Instituto Butantan. Então, eles repartem esses dez minutos.

Dr. José Alfredo e Dra. Fernanda, vocês têm a palavra.

O SR. JOSÉ ALFREDO DE SOUZA MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado por esta iniciativa, Senador Marcos Pontes.

O Instituto Butantan agradece enormemente fazer parte aqui desta audiência pública para discutir estratégias de combate à dengue, que é um problema de saúde pública para o Brasil e além-fronteiras.

Gostaria também de agradecer a todos os membros que fazem parte desta audiência e àqueles que também nos assistem de forma remota.

No Instituto Butantan, falando aqui especificamente do nosso produto, que estamos aqui a desenvolver, que é a vacina experimental contra dengue, temos um longo histórico de desenvolvimento. Há mais de dez anos desenvolvemos este produto. É um produto que é administrado de forma subcutânea, com uma plataforma de vírus vivo atenuado, com base nos quatro sorotipos de dengue, sorotipos 1, 2, 3 e 4. E recentemente a gente mostrou resultados primários de eficácia e segurança, com dois anos de seguimento da nossa coorte.

Os resultados foram bastante animadores. Aproximadamente 80% de proteção para todas as formas de gerais de dengue sintomática, confirmada pelo laboratório pela técnica da RT-PCR.

A gente conseguiu mostrar também que essa vacina funciona tanto na população que já tinha sido exposta como na população que não tinha sido exposta a essa doença antes de entrar no nosso ensaio clínico.

A gente mostrou também que essa vacina funciona independentemente da faixa etária – crianças, adolescentes, adultos – e funciona para os dois sorotipos que foram detectados durante o período de estudo clínico – o sorotipo 1 e 2.

Também quero agradecer aqui o representante da Fapesp, que muito bem mencionou que realmente o Butantan teve esse apoio de instituições públicas, estaduais e federais para conduzir esses estudos.

Na Fase 2 a gente mostrou esta indução da capacidade de anticorpos, proteção para os quatro sorotipos. E nesse estudo da Fase 3, que já está em término, em conclusão, tem um estudo muito maior, com quase 17 mil participantes saudáveis, das cinco macrorregiões do país. Realmente esse estudo é o que vai compor o dossiê clínico para a avaliação da nossa agência regulatória brasileira, a Anvisa.

Não sei se a Dra. Fernanda quer complementar a nossa introdução.

A SRA. FERNANDA CASTRO BOULOS (*Por videoconferência.*) – Obrigada, José.

Boa tarde a todos e a todas que estão nos assistindo. Agradeço novamente, em nome do Butantan e do Esper Kallás, nosso Diretor, o convite para participar. Estamos aqui representando o Esper e o Butantan.

Como o José falou, é um tema muito caro para todos nós que trabalhamos com saúde pública no Brasil. O Butantan tem esse desenvolvimento que o José acabou de detalhar, todas as etapas por que a gente vem passando, para trazer mais uma vacina que seja mais uma ferramenta nessa luta contra a dengue.

É com muito prazer que a gente hoje ouviu aqui toda essa discussão em relação a controle vetorial. Acho que a gente não tem, nesse momento, nenhuma iniciativa em desenvolvimento para controle vetorial no Butantan, como os colegas da Oxitec e da Fiocruz aqui bem apresentaram, mas o Butantan, para além da vacina candidata que a gente espera estar disponível para a população brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

já no ano que vem, se coloca também à disposição, caso qualquer estudo ou qualquer nova tecnologia venha a ser gerada para esse controle vetorial. A gente coloca à disposição para ajudar na implementação, nos testes e em qualquer outro mecanismo com que a gente possa ajudar no controle da epidemia de dengue.

Então, em nome do Butantan, a gente se coloca à disposição para tudo o que for necessário em relação a essa tecnologia, enquanto nos preparamos para trazer mais uma vacina como mais uma ferramenta no combate a essa doença.

Muito obrigada a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. José Alfredo de Souza Moreira, Diretor Médico do Instituto Butantan, e Dra. Fernanda Castro Boulos, Diretora Médica do Instituto Butantan.

Eu tenho mais algumas perguntas aqui que chegaram. Mas eu gostaria agora... Eu falei finalmente, mas eu tinha esquecido de uma apresentadora aqui, que é a Dra. Ana Maria Caetano de Faria, Diretora do Departamento de Ciência e tecnologia do Ministério da Saúde, que está conosco remotamente.

Então, Doutora, eu passo a palavra para a senhora, por dez minutos, para apresentação.

Obrigado.

A SRA. ANA MARIA CAETANO DE FARIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia! Acho que ainda é bom dia. Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu queria elogiar também o Senador e essa iniciativa, que eu acho extremamente importante neste momento em que nós estamos passando por essa situação dramática com relação à dengue. Eu acho que convidar todos esses parceiros, esses atores importantes em ciência e tecnologia foi uma iniciativa excelente, inclusive porque eu acho que sempre existe um afastamento entre o que está sendo feito em ciência e como isso chega à população. Então, acho que é uma iniciativa maravilhosa e foi muito importante ouvir todos esses projetos de inovação.

O nosso departamento é o Departamento de Ciência e Tecnologia, que está dentro da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo da Saúde, do Ministério da Saúde. Foi criado exatamente para ser um departamento que iria fomentar pesquisa especificamente ligada à saúde, com a missão de que isso fosse implementado no SUS. Então, é um departamento muito específico e que tem feito isso ao longo dos anos.

Várias das iniciativas que o Decit fomentou ao longo desse tempo já foram apresentadas. Duas eu vou destacar. Uma foi o próprio projeto Wolbachia, de que, o Luciano até lembra, a gente fez um seminário ano passado. O Decit, a partir de 2016, junto com a Fundação Bill e Melinda Gates e o NIH, financiou etapas desse projeto, num total de R$14 milhões, que eu acho uma iniciativa maravilhosa e de que nós temos muito orgulho. Além disso, a iniciativa da UFMG, que o Prof. Álvaro também apresentou, da armadilha, que eu tinha anotado aqui como sendo uma das iniciativas de inovação, também já foi muito bem explicada. Eu lamento muito que, no momento em que isso foi proposto ao Ministério, não tenha sido incorporado, porque também é uma iniciativa muito importante.

E aí eu vou resgatar a fala inicial do Senador, também da Fapesp e de vários outros que comentaram: o combate à doença, à dengue, na verdade, tem que envolver todas as etapas dessa epidemia da dengue, desde a prevenção, monitoramento, diagnóstico, tratamento, e combate e controle do mosquito. É preciso ter um controle de todas essas etapas para que a gente consiga alguma coisa eficiente e eficaz. Então, eu acho que essas iniciativas vão ser muito importantes e eu acho que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito pertinente que tanto o Luciano quanto o Álvaro colocassem isso, e o que todas as pessoas estão colocando. Não vai ser uma vara mágica, não vai ser uma iniciativa só.

O que a gente tem feito, o que o Decit tem feito ao longo dos anos é lançar chamadas para que várias estratégias de inovação em todas essas frentes – terapêutica, diagnóstico, prevenção, monitoramento – sejam apresentadas e fomentadas. Nós destacamos aqui algumas que foram selecionadas ao longo dessas chamadas públicas. Como eu disse, a iniciativa do Wolbachia foi fomentada a partir de 2016; a das armadilhas também, que o Prof. Álvaro já apresentou; e eu gostaria de destacar mais três iniciativas aqui que na verdade não foram citadas. Eu não vou me repetir com relação às outras, que já foram muito bem apresentadas.

Mais duas iniciativas foram fomentadas a partir de um edital público, que o Decit lançou junto com o CNPq – que tem sido um parceiro histórico do Decit –, um edital de 2016.

Duas delas se referem ao controle do *Aedes aegypti*. Uma delas proposta pela Universidade Federal de Goiás, que se refere ao desenvolvimento, ao controle do *Aedes aegypti*, usando fungos enteropatogênicos, que são uma formulação, então, de um fungo, que é enteropatogênico, coletado no Centro-Oeste do Brasil. Esse projeto foi realizado, desde 2016, em parceria com os municípios de Terezópolis e de Goiânia e teve um resultado bastante eficaz também. Então, é uma outra iniciativa que pode se juntar a todas essas que estão sendo propostas aí, como a *Wolbachia*, como a eliminação do *Aedes* e tudo isso que foi apresentado também.

Um outro projeto, selecionado no mesmo edital, em 2016, refere-se também ao controle do *Aedes aegypti*, com ação fotodinâmica para eliminação das larvas. Isso é feito através de uma herbácea, de um produto, de uma planta que é a curcumina, que, quando ativada pela luz solar, tem a capacidade de ser larvicida, de destruir a larva. Isso também já foi testado. Então, seria, de novo, um controle biológico, uma outra possibilidade de fazer um controle biológico, com uma eficácia alta, com baixo custo e com rápida degradação.

Então, esses dois, eu estou destacando, porque eu acho que são maneiras alternativas e complementares, também, que nós podemos utilizar, e que nos chamou a atenção na época da seleção, por quê? Pelo baixo custo, pela facilidade de produção e pelo fato de não terem efeitos colaterais, como outros inseticidas muito tóxicos, que são usados.

Só chamando a atenção, esse da ação fotodinâmica é coordenado por uma pesquisadora da USP. Então, a gente vê, de novo, as universidades brasileiras contribuindo bastante para produzir inovação. E uma outra iniciativa que eu quero colocar aqui, importante, é que, no ano passado, a nova gestão do ministério fez questão de investir em várias frentes de ciência e tecnologia. Isso resultou em um aumento de financiamento de várias ações.

Eu acho que a SVSA já mostrou isso com bastante clareza, eu não vou me repetir, mas um dos editais, que foi lançado no ano passado, foi um edital do Decit em parceria com o CNPq, em que foi selecionado um projeto, cuja ideia seria usar a ciência de dados, ou seja, os dados que a gente já tem acumulados hoje, no Ministério da Saúde, no Datasus, por exemplo. Essa é uma iniciativa, eu queria ressaltar, que eu acho muito importante a gente reforçar também.

Claro que é importante, na pesquisa, a gente produzir dados novos e ter pesquisa primária, mas o Brasil hoje, não só tem o SUS, que é esse sistema maravilhoso e único no mundo, mas tem também uma base de dados gigantesca, que é o Datasus, e a gente pode utilizar esse sistema de dados para produzir conhecimento e ferramentas de tecnologia e de inovação para monitoramento, para criação de modelos de prevenção, por exemplo, de surtos de dengue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O edital foi lançado nesse sentido, e é por isso que eu estou querendo destacar, porque eu acho que, dentro de inovação, a gente tem que prever isso também, o uso de dados já produzidos, já depositados, e que a gente utiliza muito pouco no Brasil.

Nós selecionamos um projeto cuja ideia é usar ciência de dados para estudar o impacto, na saúde, das mudanças climáticas. Ele pretende desenvolver sistemas integrados inteligentes – então, usando inclusive inteligência artificial – para predição e diagnóstico de arbovirose transmitida pelo *Aedes aegypti* no contexto das mudanças climáticas. Então, é aliar várias questões importantes que hoje preocupam o mundo todo: mudança climática, como isso impacta na saúde – obviamente, na dengue, isso vai ter um impacto muito grande – e como a gente pode usar a ciência de dados, os dados que o Brasil já tem e que serão muito úteis, para criar modelos matemáticos usando a inteligência artificial para que a gente consiga prever esses surtos e, a partir disso, monitorar e criar medidas de prevenção.

Então, era mais ou menos isso. Eu não vou gastar o tempo todo porque vários dos projetos que o Ministério da Saúde financiou já foram muito bem explicados pelos pesquisadores e pelos gestores.

De novo, quero agradecer o convite para participar e quero elogiar a iniciativa, porque eu acho que ela é bastante produtiva, vai ser muito útil para a sociedade entender como a inovação pode auxiliar a saúde no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Ana Maria Caetano de Faria, Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde.

Terminadas as apresentações, agora a gente tem um pacote de perguntas aqui.

Eu vou fazer da seguinte forma, dado que o nosso tempo está adiantado... Isso é bom, sinal de que é uma coisa que tem bastante repercussão.

Muita coisa importante, interessante foi apresentada aqui durante as apresentações. Eu mesmo aprendi muito com isso, lembrando que eu sou engenheiro aeronáutico; não sou do setor de saúde. Aqui tem o Marcelo Morales, que é médico e está acompanhando, que era o nosso Secretário de Pesquisa, mas é muita coisa.

Eu imagino que a população que está nos assistindo ganha muito com isso também, porque a gente nota que parte do problema – nas perguntas eu vou colocar isso – tem a ver com a conscientização da população, exatamente eles saberem o que tem que fazer, como pode fazer, como pode ajudar a tudo isso.

A gente observa esse problema semelhante também com relação a desastres naturais, que eu comentei aqui no começo. Por exemplo, nas cidades, as pessoas jogarem lixo na rua entope todas as tubulações do escoamento de água. Resultado: isso causa enchentes depois. A população deixar lixo nos lugares causa também criadouros de mosquitos e outras coisas. Então, a participação da população é extremamente importante.

De novo, o pessoal fala que, toda vez que eu falo, eu falo alguma coisa de educação, mas faz parte. A educação, ou seja, a utilização, a participação do MEC, das escolas, em todos os níveis. Isso aí pode ajudar muito na solução desses problemas.

Deixa eu partir aqui, então, para ler as perguntas. Eu peço para os nossos apresentadores que já...

Pois não, Deputado. Desculpe de não ter lhe passado a palavra.

O SR. RUBENS BUENO – É rápido. Eu vi a apresentação da Margareth Capurro, da USP. Ela falou, no final, da eficácia de um projeto, de uma tecnologia da Forrest. Ela falou, no final, da eficácia, e isso me chamou atenção, porque eu liguei a outros fatos da imprensa. Eu sou do Paraná e, no Paraná, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

alguns trabalhos feitos, e a imprensa destacou a presença dessa tecnologia lá com a eficácia de 90%, coisa assim. Então, estou só colocando que poderia ter sido convidada também a Forrest para fazer aqui a exposição da sua tecnologia. Quem sabe ao segundo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente! Boa lembrança. Realmente, muitas vezes, por exemplo, nós tivemos uma empresa aqui, a Biovec, que participou e se apresentou de última hora, mas é importante essa participação. Isso levanta a consciência.

Aproveito, agora, este momento também, pois não sei se os nossos Deputados querem também fazer uso da palavra. Por favor.

O SR. BENITO GAMA – Primeiro, Presidente, gostaria de agradecer a V. Exa. pela oportunidade de estarmos aqui, hoje, pela acolhida aos ex-Deputados, e dizer, realmente, que a oportunidade desta reunião é fantástica.

O senhor, como cientista, como homem do setor, como ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, demonstra o interesse do Brasil muito forte, acima de qualquer sugestão, qualquer opinião. Então, eu penso que o senhor está no caminho certo, está nos estimulando, todos estão sendo induzidos, realmente, a buscar uma solução para a dengue no momento, mas não somente para a dengue, para a ciência nesta área de saúde.

Muito obrigado, Presidente. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado ao nosso Deputado. Deixa eu citar os nomes aqui novamente. Nós tivemos a participação do ex-Deputado Rubens Bueno, do Paraná aqui conosco. Agora falou o ex-Deputado Benito Gama, da Bahia, e eu convido, para fazer uso da palavra, o nosso Deputado José Carlos Aleluia. Fique à vontade.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Senador, eu quero parabenizar o senhor. Eu vim aqui, exatamente, porque esse tema está preocupando o país todo. São Paulo, ontem, decretou emergência em saúde, de modo que eu quero parabenizar o senhor. Acho que o ideal é que se possa discutir mais e trazer todas as alternativas.

Eu gostei, de um modo geral, das apresentações, porque ninguém chegou aqui dizendo: "Eu tenho a solução". Eu entendo que é por isso que é importante adicionar todas as que se colocam, e a lembrança do Deputado Rubens Bueno é para, na próxima vez, colocar o Ministério da Saúde. Às vezes, não dá para dizer qual é a boa solução, porque, até agora, não se tem a bala de prata, então, é melhor que se use todas as balas do bem, bala de bombom, não é bala de tiro, não.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Realmente, a gente vê aqui que é essa junção. Eu acho que se tem uma bala de prata, vamos chamar assim, é essa junção de todas essas instituições, órgãos e pessoas pensando em soluções. Essa conjunção sistemática eu acho que é o que pode ajudar a mitigar o problema.

Deixa eu passar para as perguntas aqui. A gente vai fazer da seguinte forma: dado o tempo, eu vou ler as perguntas. Eu vou pedir para os nossos convidados anotarem aquelas que lhes interessa responder. Vocês têm as perguntas também.

E aí, no final, vou passar, de novo, a palavra para cada um dos nossos apresentadores, vou incluir também a Dra. Alda, que está aqui conosco, para que possam responder as perguntas que acharem que devem responder, vamos dizer assim, que é mais ligada à sua área de pesquisa, sua área de trabalho, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também para suas considerações finais. A gente faz as duas coisas ao mesmo tempo: considerações finais e respostas às perguntas.

Então, eu vou ler as perguntas novamente aqui e as novas perguntas aqui, no grupo.

Pergunta de Rosiane, de Minas Gerais: "Há algum projeto para responsabilizar os moradores pela falta de cuidados com os seus imóveis, principalmente os imóveis abandonados?".

Maria, do Maranhão: "Quando a vacina de dengue vai ser liberada para todos?".

Isso é mais para o Ministério da Saúde.

Yasmim, do Rio de Janeiro: "Quais são as principais estratégias científicas e de inovação atualmente disponíveis para o combate efetivo da dengue no Brasil?". Yasmim, acho que isso aí, durante todas as apresentações aqui, já foi colocado, essas iniciativas.

Rogério, do Rio Grande do Norte: "Quais medidas de controle o Ministério da Saúde está usando para fiscalizar os investimentos dos municípios no combate às endemias?". É, a gente não entrou nessa parte aqui, do controle financeiro de tudo isso, mas faz parte, é importante.

Julianne, do Rio Grande do Sul: "Quais estratégias podem ajudar na reeducação da sociedade sobre os cuidados contra o mosquito da dengue?". A parte de reeducação aqui.

Uéliton, da Bahia – olha o seu estado aí –: "Existem diretrizes padrões nos programas de controle das arboviroses?".

Ana, do Paraná: "Há um monitoramento real sobre trabalhos científicos que estão sendo aplicados no combate à dengue?". Foi até falado pela Dra. Ana dessa conjunção de dados aí; é uma coisa importante fazer essa síntese dos dados.

São perguntas novas agora.

Do Gustavo, de Santa Catarina: "Mosquitos estéreis ou com *Wolbachia*: quais os prós e contras dessa tecnologia contra a dengue?". Nós vimos aqui vários prós, obviamente, mas eu não sei se existe... Deixo aí para os nossos painelistas responderem se existe alguma contraindicação, vamos dizer assim, algum efeito secundário disso.

O Eric, do Ceará: "De que forma os agentes de saúde e de endemias podem agir de forma coletiva para a redução dos casos de dengue no município?". Eu imagino o trabalho que eles fazem.

Fernando, do Rio de Janeiro: "Qual a relação da epidemia de 2024, com a tecnologia da vacina 4 tipos, com as epidemias anteriores, [...] [quando] não existia vacina?".

Deixa eu ler de novo, porque eu também me perdi aqui.

Fernando, do Rio de Janeiro: "Qual a relação da epidemia de 2024, com a tecnologia da vacina 4 tipos, com as epidemias anteriores, [...] [quando] não existia a vacina?". Não sei. Realmente, isso aí tem que deixar para os universitários. Mas eu imagino que... Lembrando da vacina lá do Dr. Badaró, aquela vacina de RNA, se eu não me engano, a dose da vacina era pequena o suficiente para caber, entre aspas, mais tipos, mais mutações do vírus. Talvez seja uma das ligações.

Sérgio, do Maranhão: "Quais ações estão sendo realizadas para *Aedes albopictus*, haja vista que em estados do Nordeste esse vetor já está urbanizado?".

Então, a pergunta é em relação ao *Aedes albopictus*.

Leandro, do Rio de Janeiro: "Há incentivos para capacitação profissional na área do geoprocessamento, tão usada hoje em vários setores, inclusive no combate às endemias?".

Capacitação profissional de geoprocessamento.

Gabriel, do Amazonas: "Como se pretende apresentar [...] à população leiga [as estratégias discutidas na reunião] de modo a evitar a desinformação e o medo ao novo?". Isso é importante, a parte da comunicação, com tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Adriana, da Bahia: "Sabemos que o índice de infestação está ligado com o nível de saneamento básico nas residências. Quais ações [...] [serão] desenvolvidas?".

A Priscila, do Rio de Janeiro: "Mesmo sabendo que nessa época os casos aumentam, essa epidemia pode ter sido causada ou ajudada [...] [devido à] troca do larvicida?". Não faço ideia.

Emanoel, do Espírito Santo: "Quais estratégias científicas e de inovação para o combate à proliferação do mosquito da dengue em áreas rurais e de difícil acesso?". Essa é uma dúvida interessante; inclusive eu tenho essa dúvida aqui.

O Franci ou a Franci, do Pará: "Existe algum projeto de governo que forneça repelentes e inseticidas, já que não haverá vacinação para toda a população?".

O Alex, de Pernambuco: "Qual a possibilidade de contratação temporária de agentes para reforçar as equipes de endemias? Muitas cidades estão com baixo efetivo".

Comentários.

Camila, do Ceará: "Já tivemos sucesso no passado com políticas públicas de combate à dengue, em especial com programas de educação e engajamento comunitário".

A Regiane, do Pará: "O combate à dengue no Brasil tem relação com vários aspectos, um deles é a conscientização da população".

Mais comentários.

A Nataline, da Bahia: "O papel [...] [dos agentes de combate às endemias] é fundamental nessa luta. O Brasil precisa de mais concurso para essa categoria tão importante para a saúde pública".

Débora, de Minas Gerais: "[...] as pessoas precisam se reeducar, ou [...] [multas precisam ser aplicadas] aos moradores e donos de terrenos sujos".

João, do Distrito Federal: "Precisamos de modos mais eficientes de detecção da larva. Os casos estão aumentando cada vez mais e infestando um número absurdo de pessoas".

A Maria, do Maranhão. "Hoje, por todo o país, existem vários profissionais na luta contra o mosquito da dengue. O que precisa [...] [de melhoria] são as estratégias?". Então, de novo; deixa eu ler novamente, a entonação ficou errada aqui: "Hoje, por todo o país, existem vários profissionais na luta contra o mosquito da dengue. O que precisa [...] [de melhoria] são as estratégias".

Nataline, da Bahia: "A melhor forma de prevenção da dengue é conscientizar a população. Ações e mobilização geral deveriam ser feitas com a população".

Então, essas são as perguntas, e tem... Ah, tem mais aqui.

As perguntas que eu vou ler agora são do Senador Wellington Fagundes, Senador do Estado do Mato Grosso.

Ele diz o seguinte: no Estado do Mato Grosso, o número de casos prováveis de dengue, desde o início do ano, já passa de 8 mil, de acordo com o painel de arboviroses do Ministério da Saúde. Quatro são as mortes confirmadas por dengue e outras quatro seguem em investigação. No entanto, o Mato Grosso ficou fora da lista de estados que serão priorizados pelo Ministério da Saúde para iniciar a vacinação contra a dengue. Pergunta: qual a previsão de disponibilização dessa vacina para a população mato-grossense? Segunda pergunta, relacionada ao mesmo tema: para quais municípios ela será distribuída?

Segundo ponto. As vacinas contra a dengue, em geral, têm apresentado variação de eficácia entre os diferentes sorotipos do vírus. Especialmente em relação às vacinas de Qdenga e Butantan-DV, há poucos dados de eficácia e segurança para os sorotipos 3 e 4 do vírus. Há alguma preocupação de que a emergência desses sorotipos, ou seja, 3 e 4, possa levar a maior ocorrência de efeitos adversos graves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

associados a essas vacinas? Quais medidas o Governo e os parceiros científicos adotam para monitorar e minimizar esse risco, a fim de garantir que não criemos um problema ainda maior no futuro?

Terceiro ponto, do Senador Wellington Fagundes. A cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, foi a primeira do Brasil a empregar vacinação em massa com a Qdenga. Essa é a vacina japonesa. No entanto, apenas 20% do público-alvo recebeu a primeira dose. Como o Governo avalia essa baixa adesão da população? Quais são as estratégias adotadas pelo Governo para garantir a adequada cobertura vacinal? Como o Governo avalia a eficácia dessas estratégias até o momento?

Quarto ponto, do Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso. Em 11 de julho de 2023, o laboratório Takeda retirou o pedido de licenciamento da vacina Qdenga junto à agência americana FDA (*Food and Drug Administration*). Há algum motivo conhecido para a retirada desse pedido? Essas foram as perguntas do Senador Wellington Fagundes.

E, finalmente, mais algumas perguntas. Isso é um bom sinal aqui, mas essas são direcionadas aqui primeiro à Fiocruz, ao Dr. Luciano. Ele já falou sobre os resultados, sobre como ampliar os resultados do que foi apresentado da *Wolbachia* para o Brasil todo. Aliás, essa é uma pergunta. O que precisa, em termos de recurso, infraestrutura, para ampliar a *Wolbachia* para o país inteiro? Para chegar em todos os lugares.

Existe algum conflito de tecnologias entre as armadilhas, por exemplo, o uso de armadilhas e a *Wolbachia*? E assim por diante. Ou seja, havia algum conflito entre essas várias tecnologias existentes, se elas, em alguma forma, são conflitantes.

Existe algum efeito secundário da aplicação? A *Wolbachia*, pelo que eu vi, tem muitos insetos que já carregam isso; então, eu imagino que não deve ter, mas só perguntando. Influências das características locais, por exemplo: mais seco, floresta. Essa é uma pergunta que eu tenho também.

Nós estamos falando aqui muito de áreas urbanas como um todo por causa da presença, obviamente, da população ali, que é afetada por esses vetores. Mas o mosquito não fica restrito às áreas urbanas; ele deve se reproduzir em áreas rurais, florestas, etc., com acúmulo de água, como naturalmente acontece. Como isso é visto? Existe uma possibilidade de a gente trabalhar na área urbana mais ou menos como se estivesse enxugando gelo porque os mosquitos vão estar reproduzindo em áreas mais de florestas, áreas que são fora da cidade ou rurais, que tenham a capacidade de reprodução desse mosquito? Como isso pode ser feito, esse controle fora das áreas urbanas.

Aqui é uma observação minha sobre o FNDCT, que eu anotei aqui, no caso dele, porque a gente tem um FNDCT, hoje em dia, liberado, depois de muito esforço, e isso significa recursos que a gente pode colocar na saúde, a partir do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, para projetos importantes como esse. Acho que aqui é mais um comentário, uma possibilidade de utilização do FNDCT para apoiar esses projetos, com o Ministério da Saúde junto. Obviamente, todo mundo tem as suas restrições, mas eu acho uma coisa importante esse trabalho em conjunto, de colocar o Ministério da Saúde e a Coordenação Internacional – como você comentou; isso é importante demais – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na fala do Dr. Alvaro, lá de Minas Gerais, da Universidade Federal, a dúvida aqui é uma possibilidade... como ele falou do sapato e de outras coisas de armadilhas, também, na fala da Oxitec, a possibilidade de utilização, junto com o MEC, das escolas.

Nós temos escolas no país inteiro, em todas as cidades, escolas de ensino médio, escolas de ensino fundamental, universidades. Imagine isso sendo trabalhado junto com as escolas, não só na informação, mas os alunos também ajudarem a distribuir, a colocarem isso nas escolas. Funciona para o aprendizado e funciona na prática também. É o mesmo tipo de estratégia que a gente pretende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

utilizar com desastres naturais, com espalhamento de sensores, pois, nas escolas todas, esses sensores podem ser integrados lá pelo Cemaden para ajudar também.

Com a fala da Dra. Margareth, com relação ao Nordeste, quando a gente fala... tem uma situação difícil. Ao mesmo tempo em que a gente não pode ter água acumulada, lá a gente tenta acumular água pela falta de água. A gente tenta colocar, trazer para a cisterna, trazer nas calhas, de alguma forma usar essa água, e ela acaba reduzindo o volume por causa do calor também, e essa redução, com o calor, com tudo isso, acaba criando lugares de criação de mosquito, de uma forma que não era adequada.

Da fala do Dr. Pacheco, da Fapesp, eu achei importante aqui ressaltar a importância das universidades nesse trabalho como um todo. A gente nunca pode esquecer o trabalho. A gente fala muito da Universidade Federal de Minas Gerais, mas nós temos universidades pelo Brasil todo, um trabalho constante de pesquisa, e isso é muito importante de ser ressaltado.

Da Oxitec, com relação ao MEC, a possibilidade de trabalho conjunto com o MEC, com as redes das escolas, da Dra. Livia, com relação... Uma coisa que me chamou atenção na apresentação é que, quando eu vi aquele mapa do mundo ali, com as áreas que mais... pareceu-me que ou faltam dados, que é uma possibilidade, ou tem algo diferente. A gente vê que a maior concentração é no hemisfério sul do planeta, por razões... mas a África tem muitos pontos brancos lá, que não tem... no centro, a África central ali. É interessante. Ou eles não passam os dados ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... por alguma razão, não ocorre o mosquito lá.

Outra coisa é a relação entre variantes, porque, como a gente viu, tem quatro variantes ali. Uma pessoa pode pegar dengue mais de uma vez e, se ela pega uma variante e isso facilita? Ou se ela pegar uma segunda variante, o fato de ela ter tido a primeira, anteriormente, tem alguma influência positiva ou negativa com relação a isso?

E, finalmente, com relação ao Dr. Alfredo e à Dra. Fernanda, lá do Butantan: existe uma parceria da UFMG, no CT Vacinas, com o Butantan, no desenvolvimento de vacinas? O que falta para a aprovação da Anvisa? O que a Anvisa tem exigido para a aprovação da vacina da dengue lá? O que falta nesses passos para a gente chegar lá? E qual a perspectiva? Existe uma perspectiva de data para isso?

E finalmente, à Dra. Ana Maria, parabéns pelo trabalho lá, que eu conheço, o trabalho obviamente no Departamento de Ciência e Tecnologia, o trabalho com as universidades aqui de novo e essa importante parceria que tem que ter entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde no desenvolvimento dessas tecnologias, porque eu acho que essa é a chave de tudo isso. E novamente aqui, a utilização do FNDCT nessas chamadas conjuntas e no desenvolvimento de inovações.

O.k. Nossa! Bastante coisa!

Então, agora, eu vou passar a palavra novamente para os nossos painelistas, os apresentadores, e, na mesma sequência que eu passei no início, eu gostaria então de pedir que respondam às perguntas que acharem convenientes, que eu imagino que tenham anotado aí, aquelas mais ligadas à sua área de atuação, e façam suas considerações finais. Tá o.k.? Por causa do adiantar... A gente passou meia hora aqui, mas eu acho que é uma meia hora muito bem utilizada, diga-se de passagem. Isso é bom.

Então vou começar com o Dr. Luciano Andrade Moreira, Pesquisador de Saúde Pública da Fiocruz, para suas considerações finais e resposta às perguntas que achar convenientes.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO ANDRADE MOREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador, e obrigado pelas perguntas aí da audiência.

Eu vou tentar ser breve aqui, colocar algumas coisas que eu fui anotando durante as perguntas que foram feitas.

A primeira a que eu queria responder é essa pergunta do Gustavo, de Santa Catarina, com relação à comparação de métodos de mosquitos estéreis com a *Wolbachia*. Quais os prós e contras dessas tecnologias contra a dengue.

No caso do método Wolbachia, ele pode ser utilizado tanto para supressão, como se fosse um inseto estéril, que a Dra. Margareth Capurro mencionou, mas, no nosso caso, utilizamos a liberação de machos e fêmeas. A nossa intenção é fazer a substituição da população.

E, por isso, um pró que eu coloco é a sustentabilidade. Esse método é sustentável. A partir do momento em que a *Wolbachia* se estabelece, ela fica ali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO ANDRADE MOREIRA – ... indefinidamente numa área.

E outra coisa, com relação ao contra, por exemplo, hoje é nossa capacidade de escalonar no Brasil. A gente tem uma limitação de produção de mosquitos, que a gente vai tentar solucionar a partir do ano que vem, para atender a demanda cada vez mais crescente.

Eu não sei quanto tempo. Posso seguir mais algumas? Dois minutos? Está certo.

A outra coisa que eu anotei aqui, que o Senador Marcos Pontes colocou aqui, perguntando, é: o que a gente precisa de recursos e infraestrutura para alcançar o Brasil todo? Nossa projeção, com a construção dessa nova biofábrica, é para podermos atender cerca de 70 milhões de brasileiros nos próximos dez anos. Haverá um investimento de cerca de R$50 milhões para a construção da fábrica e equipamentos modernos de automação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO ANDRADE MOREIRA – E a gente poderia construir outras, se fosse o caso, no Brasil, com esse valor, mais ou menos, para alcançar um maior número de habitantes, de brasileiros.

Com relação ao conflito entre armadilhas e a *Wolbachia*, não haveria... Por exemplo, poderia ser utilizada para a supressão *a priori* em áreas que têm muita presença de mosquitos, e depois a *Wolbachia* poderia ser utilizada em seguida, para a substituição da população, reduzindo a transmissão de arboviroses.

E, com relação ao efeito secundário da *Wolbachia*, não há conhecido. A *Wolbachia* é amplamente disseminada na natureza, muito comum, não é transmitida quando o mosquito pica alguém porque ela não sai na saliva do mosquito, é um organismo intracelular, fica ali contida dentro do inseto. Se o mosquito morre, ela também morre, não permanece no meio ambiente.

E, só finalizando, queria agradecer a oportunidade e colocar a educação – concordo... A gente faz um grande trabalho chamado Wolbito na escola, com crianças de várias escolas no Brasil. E, em um deles, em Campo Grande, por exemplo, a gente teve uma boa interação com os professores e diretores de escolas. Eles inseriram a questão do controle de dengue e a parte ambiental como currículo escolar, e foi essa iniciativa, essa interação que nós tivemos com as escolas.

Queria agradecer em nome da Presidência da Fiocruz e dizer que estamos à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi o Dr. Luciano Andrade Moreira, Pesquisador em Saúde Pública da Fiocruz.

Eu passo, agora, a palavra ao Dr. Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por dois minutos para responder o que é possível e, dentro desse tempo, as suas considerações finais.

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu acho que vou pegar a pergunta da Yasmim, do Rio de Janeiro, porque eu acho que ela resume bem as perguntas mais direcionadas para o MCTI, que seria: "Quais são as principais estratégias científicas e de inovação atualmente disponíveis [no Brasil] para o combate efetivo da dengue [...]?".

Eu acho que foi justamente o que aconteceu aqui hoje.

A gente teve uma exposição de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – ... várias tecnologias, algumas mais em fases iniciais, outras em fases mais maduras, que já estão no mercado e que podem ser utilizadas.

E, como vários palestrantes já falaram, não existe uma solução mágica, a gente precisa ter uma combinação de diferentes tecnologias, partindo desde a educação básica, de não deixar lixo dentro do seu quintal, e desde o convencimento da população a buscar a vacinação que está disponível. Eu acho que a gente tem que passar desde a educação básica até o desenvolvimento de tecnologias novas – acho que a gente teve uma boa amostra disso. E quero reforçar o papel do MCTI, de como ele pode contribuir nesse processo todo.

O Senador lembrou bem do descontingenciamento do FNDCT – hoje é uma realidade –, então o MCTI e o FNDCT voltaram a operar.

Este ano a gente teve uma arrecadação maior do que a do ano passado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – ... então, a gente vai ter mais recurso para fomentar projetos de ciência e tecnologia no país.

A nova estratégia do MCTI e do próprio FNDCT tem sido apoiar chamadas maiores com uma abrangência maior em vez de ficar pulverizando, mas é claro que de vez em quando a gente vai precisar fazer uma mais direcionada. Então, como eu mencionei anteriormente, a gente está com duas chamadas abertas, no momento, de R$500 milhões, sendo R$250 milhões para empresas e R$250 milhões para ECTs. Por isso, convido quem tem projetos a se submeterem a essas chamadas porque a gente vai conseguir apoiar um bom número de projetos. Estão previstas outras chamadas para este ano no âmbito da saúde, a gente tem discutido com o Ministério da Saúde parcerias para o desenvolvimento de novos IFAs, novos testes diagnósticos, então, acho que é um trabalho conjunto.

Mais uma vez, em nome da Ministra Luciana Santos, quero agradecer o convite e colocar o MCTI à disposição para o que for possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na sequência, como eu fiz anteriormente, eu passo a palavra para a Dra. Alda Maria da Cruz, Diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, por dois minutos.

A SRA. ALDA MARIA CRUZ (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez quero lhes agradecer e parabenizar os palestrantes pelas excelentes apresentações. Acho que foi uma manhã muito rica e acho que esse evento já responde a uma das questões, que é a importância de fazer com que a população tenha esse conhecimento. Eu vou responder aqui a algumas coisas, mas a maior parte eu vou deixar para a nossa Coordenadora, as partes mais específicas.

Bom, acho que a primeira questão que veio aí no bojo é que a solução dos problemas da saúde vai para além da saúde. Então, os determinantes sociais, os determinantes ambientais têm um impacto importantíssimo na gênese das doenças, como é o caso da dengue e outras doenças que temos trabalhado aqui no Brasil Saudável.

Eu queria destacar também a questão das emendas parlamentares...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALDA MARIA CRUZ – ... porque a nossa coordenação é sempre bastante demandada; isso é bom, e a gente quer cada vez mais melhorar essa inter-relação com o Parlamento para que esse recurso seja utilizado em ações que sejam bastante efetivas para o controle.

A questão que foi perguntada sobre os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemia é um tema em que a Ministra Nísia tem atuado diretamente. Inclusive, teve uma *live* em que teve uma participação importante desses trabalhadores, e estamos na fase final da confecção das diretrizes que possam nortear melhor a atuação desses profissionais e trabalhando também na valorização desses profissionais, nessa questão que foi trazida da contratação temporária das equipes. Então os recursos que o ministério disponibilizou até o final do ano passado, os R$156 milhões para estados e municípios, podem ser utilizados de várias maneiras para o combate às endemias.

E, mais uma vez, Senador, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Alda Maria Cruz. Ela é Diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde. Muito obrigado, Doutora.

Eu passo a palavra agora, remotamente, ao Dr. Álvaro Eduardo Eiras, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, para dois minutos de considerações finais e resposta a algumas das perguntas.

O SR. ALVARO EDUARDO EIRAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria de agradecer a participação e parabenizar o Marcos Pontes pela importância de discutir esse assunto e agregar tantas tecnologias importantes.

Eu gostaria de responder duas perguntas rapidinho aqui que são em relação aos mosquitos.

Uma é sobre o *Aedes abupictus*: ele é também um vetor, mas, embora ele esteja urbanizado em várias cidades, somente em áreas que estejam com muitas plantas é que eles se reproduzem. Então, não é a prioridade pelo controle dos vetores.

O Luciano falou muito bem que a *Wolbachia* não tem nenhum conflito com outros instrumentos, e existem ferramentas que podem reduzir a população do mosquito antes de serem liberadas as *Wolbachias*, que, no caso, poderiam reduzir o número de insetos infectados com *Wolbachia*, reduzindo assim o custo e também facilitando a sua implementação dentro do município.

Eu gostaria de agradecer também a ideia de usar os repelentes os quais a gente está desenvolvendo junto com o MEC. A escola é um bom lugar para adotar essa tecnologia.

Eu gostaria de chamar a atenção aqui, baseado na minha experiência anterior, em que eu tive a tecnologia avaliada pelo Ministério da Saúde, pelo PNCD, desde 2006 até 2009, para o fato de que o grupo que estava anteriormente no Ministério da Saúde não acatava tecnologias inovadoras. Então, acho que é uma responsabilidade muito grande agora para essa nova equipe que está aí. Eu dou todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o meu apoio para essa implementação de tecnologias, porque não adianta nada o Governo investir recursos financeiros de grande porte, tecnologias altamente competentes, e isso não ser implementado num programa de controle do *Aedes*.

Então, que haja uma... entre o Decit e os órgãos da Ciência e Tecnologia junto com o Ministério da Saúde, para que essas tecnologias sejam realidades na vida, no dia a dia do controle do *Aedes aegypti*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Alvaro Eduardo Eiras, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Eu vou continuar e peço desculpas à próxima equipe que vai assumir aqui a sala, que já chegou, por ter avançado um pouco no tempo aqui, mas o assunto, para que vocês saibam, a quem chegou agora, é muito importante: são as tecnologias de combate à dengue, que é um problema que afeta o Brasil todo aqui agora neste momento.

Na sequência, então, eu passo a palavra à Dra. Margareth de Lara Capurro Guimarães, Professora da Universidade de São Paulo, por dois minutos – e, por favor, peço para manter o tempo, porque tem muita gente aqui esperando para usar a sala –, para suas considerações finais e algumas respostas a perguntas.

Obrigado.

A SRA. MARGARETH DE LARA CAPURRO GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada por esse tempo.

Eu acho que eu tenho uma visão um pouquinho diferente do que poderia acontecer nesse mundo. Eu vejo da seguinte maneira: é prerrogativa, quando você faz uma introdução, você suprimir uma população. Então, os produtos de supressão facilitam a introdução, por exemplo, da *Wolbachia*, ou até a introdução de um mosquito transgênico de introdução gênica. Então, eu acho que essas duas metodologias poderiam ser acopladas.

Qualquer armadilha serve para qualquer tipo de monitoramento. Então, na somatória dessa tecnologia, eu acho que a base tem que ser feita de uma maneira que elas se somam dentro de uma logística eficiente. Então, todas elas podem ser aplicadas. É óbvio que, se você tem três tipos de armadilha, você vai ter que escolher uma. Não é você colocar todos os tipos de armadilha; vai ser uma confusão. Do mesmo jeito que existem mosquitos para supressão, existem vários outros hoje – são pelo menos quatro produtos que podem ser feitos –, e você tem que escolher um. Não adianta pôr tudo junto porque vira uma bagunça. Mas você pode implementar todos eles em diferentes pontos, em diferentes *hotspots*. Então, assim, para mim é controle integrado de verdade. Esse é um aspecto.

Outro aspecto que eu acho que eu quero falar é sobre *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Então, a gente sempre fala que *Aedes aegypti* mora dentro da casa e o *albopictus* mora no jardim. Eles são vizinhos, um não interfere no outro. *Aedes aegypti* é praga urbana, ele não se reproduz na floresta, ele não se reproduz em área rural, a não ser que tenha um aglomerado humano, uma população pequena humana e ele vai ser introduzido com o carro. Ele chega de carro nessa área rural e fica dentro das casas. Ele nunca vai para o campo, tá? Então é uma questão de comportamento do mosquito, dos diferentes tipos de mosquitos.

E aí para mim vem uma coisa com que até eu brinco. A minha sugestão é que nós possamos trocar o nome do agente de saúde, porque o agente me remete ao 007, é o matador de mosquitos. E o papel do agente hoje não é mais matar mosquitos; ele é um educador familiar. Ele não deixa de ser um educador familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A minha experiência com a cidade de Jacobina foi a seguinte: nós tivemos que aplicar a tecnologia da liberação de mosquitos, quer dizer, a gente vai liberar o mosquito para matar mosquito. Então esse trabalho de engajamento com a comunidade é muito intenso. A comunidade tem que entender o projeto. E aí em cima disso você explica todo o processo. E o que aconteceu? Quando a gente parou de liberar – você tem um ano de monitoramento –, a gente esperava que imediatamente o mosquito iria voltar. E isso não aconteceu. Inclusive na área da cidade que não foi tratada se diminuiu também o mosquito. Por quê? Porque a educação foi feita com a cidade inteira, o engajamento foi feito com a cidade inteira.

Então todo o controle – tirar água, tirar criadouro, limpar quintal, etc. – foi feito na cidade e a população teve uma resposta. E, aí, demorou quase oito meses para os mosquitos voltarem, como era esperado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Margareth de Lara Capurro Guimarães, Professora da Universidade de São Paulo.

Eu passo agora a palavra, sem demora, ao Dr. Carlos Américo Pacheco, Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

É por dois minutos, Pacheco.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Vou ser muito rápido, Senador.

Evidentemente você perguntou sobre o papel das universidades. Eu acho que o testemunho das pessoas que me antecederam é muito claro. A Margareth Capurro é Professora da USP e mostrou, na verdade, o conjunto de pesquisas que vem sendo feitas.

As universidades têm um papel central, na verdade, nessas estratégias de gerar conhecimento sobre todas as arboviroses, junto com os institutos de pesquisa, no caso, por exemplo, do Butantan ou da Fiocruz ou de outros institutos na área de saúde, e crescentemente um papel de empresa, de *startups,* que vêm desenvolvendo armadilhas, ferramentas, *drones*, etc. Então é um conjunto de coisas interessantes.

Só para lhe dar um exemplo de uma coisa curiosa, eu vi aqui, enquanto a gente conversava, um *paper* da Adriana Roberto e do Moacyr Cardoso sobre aplicação de Lógica Fuzzy em modelo diferencial de diagnóstico de zica e dengue. E os dois autores são do ITA, em São José dos Campos.

Então você tem coisas curiosíssimas de várias áreas do conhecimento dentro de universidades produzindo conhecimento para esses estudos sobre arboviroses. Mesmo no ITA, sendo uma escola de engenharia, você tem gente trabalhando com essas coisas.

Bom, obrigado pela oportunidade e parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Pacheco. É o Carlos Américo Pacheco, Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Na sequência, eu passo a palavra, para suas considerações finais e respostas a algumas perguntas, por dois minutos, à Dra. Natalia Verza Ferreira, Diretora-Geral da Oxitec do Brasil.

A SRA. NATALIA VERZA FERREIRA (Para expor.) – Eu também vou ser muito breve ao dizer que eu fiquei muito feliz com o resultado desse painel e de todas as discussões riquíssimas que a gente teve aqui. Ficou muito claro que colaboração e controle integrado do problema é o caminho, e a gente se coloca à disposição. A Oxitec no Brasil, uma empresa que vem fazendo o desenvolvimento no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com brasileiros, está à disposição do Ministério da Saúde para a gente discutir a integração dessa tecnologia nas políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Dra. Natália Verza Ferreira. Ela é Diretora-Geral da Oxitec do Brasil.

Na sequência, eu passo a palavra à Dra. Livia Carla Vinhal Frutuoso. Ela é Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses do Ministério da Saúde. Por dois minutos, considerações finais e respostas a perguntas.

A SRA. LIVIA CARLA VINHAL FRUTUOSO (Para expor.) – Obrigada.

São muitas perguntas, não é?, e a gente poderia ter uma outra grande rodada aqui de respostas, mas quero lembrar que o controle de investimentos é feito por todos os entes que compõem o Sistema Único de Saúde, inclusive tem investimentos grandes por parte das secretarias municipais e estaduais de saúde. O Ministério da Saúde é um cofinanciador de todas essas políticas.

Nós temos uma diretriz de controle vetorial atualizada, que deve ser publicada em breve. Então, nessa diretriz tem todo o passo a passo, em que situações se aplica cada uma dessas tecnologias e como elas se combinam para esse controle integrado, que foi tão bem falado aqui hoje, já que a gente não tem uma solução só para esse problema grave de saúde pública.

E quero fazer alguns comentários sobre a questão da vacina.

Primeiro, não tem nenhuma associação entre a epidemia desse ano e vacina. A vacina começou a ser introduzida agora, há poucas semanas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIVIA CARLA VINHAL FRUTUOSO – O que a gente tem é uma mudança, como eu falei anteriormente, em nível muito mais global do que só aqui regional, nas Américas ou no Brasil. A vacina não é uma intervenção que vai resolver o problema neste momento. A gente tem uma restrição da produção desses imunobiológicos. O Brasil comprou todo esse quantitativo. Nós somos o primeiro país do mundo a adotar a vacina e a gente já escolheu o desfecho da hospitalização. Então, naquela publicação que eu mostrei aqui, tem todos os detalhes da escolha das faixas etárias, da alocação territorial.

Quero lembrar que não é uma ação que começa em 2024 e termina em 2024; ela começa em 2024 e vai ter uma sequência. Então o Ministério da Saúde já está se planejando para aquisição para os próximos anos, inclusive de outras vacinas que surgirem para a população.

Quero aproveitar os últimos segundos para lembrar a população de se unir à gente nesse engajamento. A dengue e as outras arboviroses são um problema de todos nós. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dra. Livia Carla Vinhal Frutuoso, Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses do Ministério da Saúde.

Neste momento eu passo a palavra ao Dr. José Alfredo de Souza Moreira e à Dra. Fernanda Castro Boulos, ambos do Butantan, para dois minutos, para as suas considerações finais e resposta a algumas perguntas que são associadas ao Butantan.

Estamos tendo aqui algum tipo de problema de conexão, então, devido ao tempo, passo a palavra à Dra. Ana Maria Caetano de Faria, Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, também, para as suas considerações finais e respostas a perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA MARIA CAETANO DE FARIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, eu queria só abordar, rapidamente, algumas questões que são muito relevantes. A primeira é a questão da reeducação, do engajamento comunitário, com o que eu concordo e que várias pessoas abordaram.

Eu acho que o caso da dengue é bem emblemático e é um problema de todos. Sem o engajamento da população, sem um processo de reeducação, é muito difícil que essas novas tecnologias possam ser implantadas, ou que a gente possa vir a resolver o problema. Inclusive, a baixa adesão à vacinação mostra isso também. Não adianta ter vacina se as pessoas não vão se vacinar.

Então, isso tem sido uma preocupação do Ministério da Saúde. Nós temos vários programas aqui, tanto de enfrentamento à desinformação em saúde, mas também de promoção, da tradução do conhecimento e da divulgação científica, para que isso chegue à população – o que são os avanços e como eles devem ser utilizados pela população.

Eu queria elogiar vários cientistas que nos ajudam nesse sentido e dizer que este ano o Decit vai lançar um edital para chamar os pesquisadores a submeterem projetos que trabalhem nisto exatamente, na divulgação científica e na tradução do conhecimento, para que a gente consiga colocar isso e engajar as pessoas: envolver escolas, professores e a população em geral.

Então, esse edital deve sair, porque nós consideramos essa questão do engajamento social, da tradução do conhecimento e também do enfrentamento à desinformação em saúde muito importante para que a inovação chegue à população.

Em segundo lugar, alguém perguntou sobre monitoramento das pesquisas.

Só para esclarecer que a gente tem um processo de monitoramento, tanto o Decit, como o CNPq, a gente faz seminários com os pesquisadores, mas também a gente tem uma plataforma que pode ser acessada por qualquer um, que se chama Pesquisa Saúde, que está disponível. É uma plataforma do Ministério da Saúde, em que todas as pesquisas podem ser acessadas.

Concordo com o Professor Alvaro, que a implementação das tecnologias é fundamental. Não adianta desenvolvê-las, e elas não serem implementadas. E quero reconhecer o esforço da Ministra Nísia para que a gente consiga fazer uma atividade integrada do ministério, para que a gente consiga desenvolver tecnologias, e que isso converse com a área de assistência também, para que essas tecnologias sejam implementadas, incorporadas e de fato cheguem até a assistência.

No mais, eu queria agradecer o convite. Acho que foi uma manhã muito produtiva.

Quero elogiar a iniciativa e elogiar todos os palestrantes que me antecederam. Acho que foi um excelente painel sobre o tema da dengue.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Ana Maria Caetano de Faria, Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde.

Neste momento final, gostaria de agradecer, novamente, a todos os painelistas, todos aqueles que participaram, todos aqueles que nos acompanharam através da TV Senado, através das redes do Senado, que enviaram perguntas e comentários.

Sem dúvida nenhuma, é um assunto muito importante para todos nós no Brasil e eu vejo que, justamente, por meio dessa junção, dessa coordenação entre o setor público, o privado, o terceiro setor e as escolas, todos trabalhando juntos, acho que a gente tem aí uma maneira de finalmente vencer essa batalha contra a dengue. É muito importante esse trabalho em conjunto, Executivo, Legislativo, Judiciário – a gente não falou dele, mas também é importante estar aqui junto – e todos nós aqui no país, para vencer isso aqui.

Então, muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a discutir, eu declaro encerrada esta audiência pública, agradecendo novamente a presença e o trabalho de todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Augusta Brito, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Soraya Thronicke, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6103, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o Dia Nacional de Defesa da Democracia." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** Votou contrário o Senador Hamilton Mourão. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 745, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de aplicações de reconhecimento facial." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4088, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDD, favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 20 de março de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 6 de março de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Quero aqui também deixar um expediente. Nós recebemos documento, pelo *site* da Comissão de Defesa da Democracia, intitulado "Caminhos para a Universalização da Educação Cidadã: a formação para a cidadania como uma política pública nacional".

O documento "Caminhos para a Universalização" destaca a sua relevância para a Comissão de Defesa da Democracia e oferece diretrizes práticas para centralizar e atualizar a educação cidadã com o pilar do fortalecimento democrático do Brasil.

O documento é endossado por 22 organizações do campo da educação cidadã. O documento consolida recomendações construídas por uma coalizão de mais de 60 atores da sociedade civil com foco no tema.

As quatro propostas estruturantes visam fomento à cultura democrática através da educação para a cidadania, centralizando a necessidade de uma ação nacional intersetorial, estratégica e interorganizacional para o avanço da educação cidadã no Brasil.

O documento está disponibilizado no *site* da Comissão de Defesa da Democracia.

Nós vamos aqui para o item 3 da pauta.

Eu quero só informar que, do item 2 da pauta, cujo Relator é o Senador Magno Malta, que é o Projeto de Lei nº 745, de 2022, o Senador pediu para fazer a retirada de pauta, naturalmente ainda pela não conclusão do relatório.

Então, a gente retira de pauta o item 2.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 745, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de aplicações de reconhecimento facial.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, cabendo à última a decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 06/03/2024.

3. Em 06/03/2024, foi concedida vista ao Senador Fabiano Contarato, nos termos regimentais.)

E já seguimos aqui para o item 3 da pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4088, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 06/03/2024.

3. Em 06/03/2024, retirado de pauta, a pedido da Relatora.

O projeto vem da Câmara dos Deputados e, aqui no Senado, tem a relatoria da Senadora Teresa Leitão.

O relatório é pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidenta.

Peço para ir direto à análise.

Muita coisa do conteúdo já foi dita na sua apresentação do projeto: é o Projeto nº 4.088 deste ano.

Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre temas correlatos ao fortalecimento da democracia e do Estado de direito. Nesse sentido, é regimental a análise do PL nº 4.088, de 2023, visto que objetiva incluir a educação política e os direitos da cidadania – ambos relacionados à democracia e ao Estado de direito – como componente curricular obrigatório da educação básica.

Em relação ao mérito, o PL nº 4.088, de 2023, trata de questão relevante para a educação no âmbito da sociedade brasileira. A Constituição Federal prevê, em seu art. 205, reproduzido parcialmente no art. 2º da LDB, que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Além disso, o art. 35, inciso II, da LDB prevê que o ensino médio terá como uma das finalidades a preparação básica para a cidadania do educando. Assim, espera-se que o estudante adquira o conhecimento necessário a que possa, quando oportuno, adequadamente exercer sua cidadania.

Para que de fato se alcance esse fim, a proposição prevê a educação política e os direitos da cidadania como componente curricular obrigatório no âmbito do estudo da realidade social e política, já previsto no art. 26, §1º, da LDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A educação política promove a formação de cidadãos e cidadãs que se reconhecem como tais e sabem se posicionar em meio à sociedade, seja nas eleições, como eleitores ou candidatos, seja na reivindicação de seus direitos e no cumprimento de seus deveres, seja, ainda, na contribuição para a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Diante de tamanho mérito... Desculpe-me.

O Supremo Tribunal Federal, em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 460, julgada em 29 de junho de 2020, com relatoria do Ministro Luiz Fux, reconheceu a importância de uma gestão democrática do ensino e da renovação de ideias e perspectivas como elementos caros à democracia política, em concretização de uma educação democrática.

O que propõe o PL 4.088 segue no mesmo sentido, contribuindo para que tenhamos um ensino que valoriza o pluralismo de ideias e que não se deixe levar por perspectivas sectárias e hegemônicas, valorizando-se, desde a educação básica, o conceito de exercer a cidadania em um Estado democrático de direito.

Diante de tamanho mérito, em reexame da matéria, sem aprofundarmos os aspectos atinentes ao mérito educacional e atinentes à organização curricular nos sistemas de ensino, dimensão a ser tratada com maior acurácia na Comissão de Educação e Cultura, inclinamo-nos pela aprovação nesta Comissão de Defesa da Democracia.

Considerando que a LDB já prevê em seu art. 26, §1º, que o conhecimento da realidade social e política, especialmente do Brasil, deve estar abrangido obrigatoriamente pelos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, entendemos ser oportuno afirmá-los.

Este comando será concretizado, ao nosso sentir, se viabilizado de forma harmônica e articulada às diretrizes da legislação educacional correspondente, tendo, ao nosso ver, caráter transversal. Vale ressaltar que conteúdos relacionados à cidadania e seus conexos, como tal qual educação política e direitos da cidadania, como proposto na matéria legislativa em tela, devem estar contemplados no contexto escolar, explicitamente nos temas educação em direitos humanos, vida familiar e social, respectivamente, no rol dos temas contemporâneos.

Asseveramos que os conteúdos devem ser incorporados pelas redes de ensino e pelas escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, aos currículos e às propostas pedagógicas, sempre primando pela abordagem transversal e integradora, juntamente com os componentes curriculares da formação geral, o que garante ao estudante o seu desenvolvimento pleno e a sua formação integral.

Conteúdos educativos centrais para o fortalecimento da nossa democracia devem repercutir na formação, também, dos profissionais da educação e na necessária produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino, de forma a se tornarem mais efetivos nos sistemas de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nossa avaliação, a proposição reafirma comando já abrangido pela atual legislação, sendo que a presente análise se cinge apenas à competência estrita desta Comissão de defesa da cidadania, no que toca a temas e estratégias atinentes ao fortalecimento da democracia e do Estado de direito. A realidade social e política é dimensão multidisciplinar e transversal, razão pela qual não se encerra, no nosso sentir, em um único componente curricular de caráter obrigatório.

Avaliamos, ademais, que as questões formativas devem se pautar pelo respeito à autonomia e à competência de organização curricular dos sistemas e estabelecimentos de ensino, considerada, sempre, a integração e a transversalidade na abordagem dos temas, de forma alinhada à LDB, diretrizes curriculares e aos currículos referenciais das redes de ensino, dimensões não alcançadas por esta Comissão e que, certamente, serão mais bem aprofundadas na Comissão de Educação, onde a matéria terá exame terminativo.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 4.088, como nosso voto, Sra. Presidenta.

Então, Presidenta, a gente precisa ver a quem compete aprovar componentes curriculares – não é a esta Comissão –, como conteúdo, como perspectiva. Nós estamos orientando que esta Comissão aprove o projeto de lei, aprove tal qual ele está, e que a Comissão de Educação, onde ele será terminativo, se posicione, se isso será uma disciplina específica do currículo, ou se isso será trabalhado por determinado rol de disciplina, de maneira multidisciplinar e transversal. Acho que não há nenhum prejuízo de o projeto ser aprovado aqui, com essa conotação expressa no relatório e na análise.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem, Senadora. Muito obrigada!

Pergunto se há algum Parlamentar que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Agora nós vamos voltar para o item 1, porque nós, na última reunião, tivemos um problema de ordem técnica no sistema de votação, porque é uma votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 6103, DE 2023

- Terminativo -

Cria o Dia Nacional de Defesa da Democracia.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 06/03/2024.

2. Em 06/03/2024, foi feita a leitura do relatório, encerrada a discussão, foi adiada a votação da matéria.

O relatório já foi lido na última reunião, pelo Senador Contarato, mas a gente ficou inviabilizado de abrir a votação, por conta do sistema, que estava impedido. Em função disso, eu retomo a votação do projeto.

A discussão, inclusive, já foi encerrada. Seguiremos, então, à imediata votação da matéria.

Abro, então, o painel, para a votação da matéria, de forma nominal.

Quem vota com o Relator vota "sim". Quem vota contra o Relator vota "não".

Aberto, então, o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Vou suspender. Quero saber se a Senadora Teresa tem alguma fala a fazer.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Tenho apenas uma fala, Senadora, de parabenização. Eu acho que, mais do que uma homenagem ao querido jornalista Vladimir Herzog, já que a data faz referência ao dia do seu assassinato, nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, é o que a própria data nos diz, o que a própria ementa nos diz: "Fica instituído o Dia Nacional de Defesa da Democracia, a ser celebrado, anualmente, em todo o país, no dia 25 de outubro".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, tão somente, dar os parabéns a V. Exa. pelo projeto e, evidentemente, dizer e pedir que todos nós votemos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem, Senadora.

Eu quero aproveitar e fazer aqui uma colocação para, na verdade, informar os colegas de que o painel está aberto para a votação, que é nominal. Também quero informar os colegas de que nós temos vários projetos de lei, temos, pelo menos, 20 matérias distribuídas, aguardando os Senadores e as Senadoras e a apresentação de seus relatórios, para que nós possamos, de fato, seguir com as nossas reuniões ordinárias. (*Pausa.*)

E quero cumprimentar, Senadora Teresa Leitão, sobre exatamente o Dia Nacional da Defesa da Democracia. Você lembra muito bem: o Vladimir Herzog é uma referência não apenas para o jornalismo, porque ele foi um grande jornalista, mas uma referência de um período que a gente não mais pode repetir na história do Brasil, que é o período da ditadura militar no Brasil, em que nós vivemos tempos tenebrosos de censura, de tortura, e o Vladimir Herzog foi torturado até a morte, numa situação brutal e cruel. Ele foi uma pessoa de resistência em defesa da democracia brasileira. Inclusive, um de seus filhos é uma das pessoas que têm levado adiante essa luta em respeito à sua memória, mas, sobretudo, em defesa da democracia. Ele foi assassinado brutalmente pelo regime militar no Brasil durante a ditadura, que se iniciou em 1964 e foi até 1979. E lembro que esta Comissão de Defesa da Democracia nasce exatamente com esse objetivo.

Tivemos agora, mais recentemente, o 8 de janeiro, quando houve, claramente, a tentativa de se implantar um golpe de Estado no Brasil, e, graças a Deus, as instituições brasileiras, fortalecidas, impediram, junto com todo um sentimento popular, que isso fosse concretizado. E dentre as várias ações que nós tivemos como resultante do 8 de janeiro, também a implantação desta Comissão, que foi criada e apresentada pelo atual Presidente desta Casa, Presidente Rodrigo Pacheco. E a aprovação desse projeto hoje, no meu entendimento, é muito importante. Aliás, essa já é uma data comemorada no Brasil, mas, do ponto de vista formal, ela ainda não existe. Então, essa formalização é muito importante para que nós possamos estar fazendo debate e discussão até de novos marcos regulatórios no que se refere ao fortalecimento da democracia brasileira.

Eu vou fazer aqui uma breve suspensão apenas de fala, por conta de termos poucos Parlamentares, aguardando aí a votação, a plenitude da votação, o quórum suficiente para que a gente possa suspender e finalizar a votação. (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Alcançado o quórum, está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Quatro favoráveis, um contra. Está aprovado o relatório e o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Portanto, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada esta presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência informa os ofícios e comunicados recebidos na Comissão. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1641, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 304, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui a política de substituição dos automóveis movidos a combustíveis fósseis e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1494, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para tipificar o crime de zoofilia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4363, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Selo Nacional ASG, conferido as empresas que investem em ações e projetos de motivação ambiental, social e de governança." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei 4363, de 2021, com as 6 emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4464, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para consolidar o incentivo à emissão de debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 542, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 780, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes sobre as receitas provenientes da venda de plásticos biodegradáveis e concede crédito presumido de Cofins, PIS/Pasep e Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) sobre as operações de aquisição de plásticos biodegradáveis." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2910, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispor sobre o saneamento em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 2-CDH (Substitutiva), com acolhimento da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **Observação:** Rejeitada a Subemenda 1 à Emenda 2/CDH (Substitutivo). **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 496, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 20 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor na sentença penal condenatória à reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 7, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2918/2021, que “dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências”." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maço de 2024.

Comunicados da Presidência.

Foi recebido o Ofício Circular nº 235, de 2024, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que solicita indicações para uma vaga no Programa de Líderes Parlamentares em Conservação e Restauração da Terra: Global Changemaker Academy da United Nations System Staff College, que ocorrerá em agosto na Alemanha.

Nós vamos compartilhar o *link* da inscrição. Enfim, os Parlamentares interessados, por favor, entrem para fazer a inscrição.

E foi enviado ao Ministério da Agricultura e Pecuário o Ofício nº 15, de 2024, desta Comissão, em atenção ao Ofício Circular nº 46, de 2024, do Gabinete da SRI, que é a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, e em referência à Emenda nº 60080006, aprovada pela CMA, Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, considerando os termos da sanção presidencial para indicar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Unidade Orçamentária 22202, como beneficiária dos recursos aprovados na referida emenda.

Prezados membros da Comissão de Meio Ambiente, é com grande satisfação que dou início a mais uma reunião desta Comissão de Meio Ambiente.

Gostaria de começar destacando uma boa notícia. Segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Amazônia Legal registrou, no primeiro bimestre de 2024, o menor índice de desmatamento em seis anos. Ainda que cedo, esses dados demonstram uma tendência positiva frente à retomada das ações na agenda ambiental.

No entanto, não podemos nos acomodar. O Cerrado, por exemplo, teve um aumento de 19% nos alertas de desmatamento no mês passado, na comparação com fevereiro de 2023, de acordo com o monitoramento feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Devemos continuar trabalhando arduamente para manter e ampliar os esforços dedicados à Amazônia e para todos os nossos biomas. Não podemos ignorar os desafios que ainda enfrentamos.

As recentes ondas de calor extremo e os alertas de chuvas intensas que têm atingido o Brasil são um lembrete contundente dos impactos das mudanças climáticas em nosso país e de como afetam nossas cidades, que muitas vezes não estão preparadas para eventos climáticos extremos. Estudos recentes da Fiocruz evidenciam que o aumento dos casos de dengue está relacionado com o desmatamento e a crise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climática. A pesquisa mostra a expansão da doença nas Regiões Sul e Centro-Oeste, principalmente por conta das temperaturas mais altas e da conversão de áreas naturais em outros usos.

Além disso, nos últimos dias acompanhamos diversas notícias sobre operações contra o tráfico de animais silvestres e contra as quadrilhas, que movimentam bilhões de reais com essa prática criminosa. É importante ressaltar que nosso compromisso com a proteção da fauna e da flora vai além das palavras. Na semana passada, aprovamos um projeto nesta Comissão que visa aumentar as penas de crimes contra a fauna, demonstrando nossa determinação em combater práticas ilegais que ameaçam a nossa biodiversidade, evidenciando ainda mais a relevância do nosso trabalho nesta Comissão.

É com grande satisfação que convido a todos para participarem da sessão especial de minha iniciativa amanhã, dia 21, às 15h, no Plenário desta Casa, em celebração ao Dia Mundial da Água. Esse evento será uma oportunidade valiosa para refletirmos sobre a importância crucial desse recurso vital para a vida em nosso planeta.

Especialistas consideram o Cerrado como o berço das águas. Nele estão as nascentes de oito das nossas principais bacias hidrográficas, responsáveis pela formação e alimentação de importantes rios do continente.

Para esses pesquisadores, a preservação da vegetação do Cerrado é fundamental para a manutenção dos níveis de água em grande parte do nosso país. Proteger o Cerrado é proteger nossa disponibilidade de água. Essa será uma ocasião para discutirmos estratégias e medidas que visem garantir a disponibilidade de água para gerações futuras.

Sua presença e contribuição serão extremamente significativas para enriquecer nossos debates e fortalecer nosso compromisso com a preservação e o uso sustentável da água.

Agradeço a todos pela dedicação e pelo empenho no trabalho que realizamos nesta Comissão.

Que possamos continuar avançando juntos em prol do meio ambiente e do bem-estar do nosso país e do nosso planeta.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Bom dia, Senador Confúcio. (*Pausa.*)

Está aqui no nosso painel o convite para amanhã.

Convido todos os Senadores e todas as Senadoras para celebrarmos o Dia Mundial da Água, um recurso vital para todos nós. Vamos fazer um bom debate. Estão todos convidados. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 13 de março de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos aprovados nesta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Peço à querida Presidente a inversão de pauta do item nº 8, que é um projeto do bem, tranquilo, para eu poder ir para o CCJ, porque lá o item nº 1 é também relatado por mim. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pergunto aos colegas se concordam com a inversão de pauta. (*Pausa.*)

Então, vamos ao item 8 da pauta.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, posso passar à leitura?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Só um minuto.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2910, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispor sobre o saneamento em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 2-CDH (Substitutiva), com acolhimento da Emenda nº 1-T.

Observações:

1. Em 09/05/2023, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Rogerio Marinho (PL/RN).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 15/06/2023, a matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo), acatando a Emenda n. 1-T.

3. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

4. Em 19/03/2024, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Em 19/03/2024, foi apresentada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2-CDH (Substitutivo), de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia, querida Presidente Leila; bom dia aos colegas, Senadores e Senadoras. Muito obrigado pela inversão de pauta.

Vou à análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, consoante o art. 102-F, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar proposições legislativas pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente à conservação da natureza e conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, como é o caso do PL nº 2.910, de 2022, que visa estabelecer diretrizes nacionais para o saneamento básico em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Por se tratar de decisão terminativa nesta Comissão, incumbe também a esta Comissão o exame da proposição no tocante aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser competência da União instituir diretrizes para o saneamento básico, nos termos do art. 21, inciso XX, da Constituição Federal.

O PL nº 2.910, de 2022, enquadra-se nessa ordem constitucional, por alterar a Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, a fim de aprimorar tal marco normativo.

O saneamento básico é estreitamente relacionado ao direito ao meio ambiente, por ser um conjunto de medidas realizadas com o objetivo de preservação das condições ambientais, de modo a melhorar a qualidade de vida da população e facilitar a atividade econômica.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a seu turno, integra o rol constitucional dos direitos fundamentais, de acordo com o *caput* do art. 225 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado. A matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico. O PL também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal. Finalmente, se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. A tramitação do projeto observou o Regimento Interno desta Casa e a boa técnica legislativa.

A Lei nº 11.445, de 2007, institui como um dos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico a universalização do acesso e efetiva prestação do serviço. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elenca, no ODS 6, Água Potável e Saneamento, metas específicas relacionadas, inclusive, às especificidades das comunidades rurais, tradicionais e indígenas.

Nesse sentido, as Metas 6.1, 6.2 e 6.3 estabelecem, respectivamente, que, até 2030, deve-se alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos; o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade; e melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição.

Portanto, ao instituir diretrizes nacionais para o saneamento básico em áreas rurais, comunidades tradicionais e indígenas, previsão essa que inova a lei de saneamento, dá-se atenção especial a uma problemática que aflige o país, eis que a grande maioria das residências rurais não possui sistemas de tratamento ou de destinação adequados de esgoto.

O ciclo da contaminação ambiental e os problemas à saúde se agravam nessas localidades, pois a ampla maioria das pessoas que habitam áreas não urbanas captam a água em poços e nascentes muitas vezes contaminados. Outro fator potencialmente impactante na propriedade rural é cuidar do manejo e da destinação adequada dos resíduos sólidos, com a finalidade de evitar a poluição do solo, da água dos córregos e rios, dos lagos e das represas, para estabelecer um ambiente hígido e sustentável.

Certamente, as políticas de expansão do acesso ao saneamento em áreas não urbanas são benéficas por garantirem múltiplos direitos sociais, como a saúde, o meio ambiente, além de promoverem a superação da pobreza, a diminuição da desigualdade e o desenvolvimento sustentável.

Diante desse quadro, somos favoráveis ao projeto sob análise. Na verdade, devemos apoiá-lo de forma contundente, para que a cultura do saneamento básico rural seja efetivamente incorporada pelo poder público e pela sociedade.

Quanto ao mérito da Emenda nº 2-CDH (Substitutiva), acatando parcialmente a Emenda nº 1-CDH, entendemos o aprimoramento da redação e da técnica legislativa nela feitos como adequado.

Voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 2-CDH, acatando parcialmente a Emenda nº 1 e, com todo o carinho e respeito ao nosso colega Kajuru, rejeitando a emenda que ele apresentou ontem à noite, porque eu acho desnecessária, porque ela obriga... É um projeto que é totalmente do bem, sem nenhuma delonga, e ela obriga que, para se fazer, tenha que se ter a autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Eu acho isso desnecessário; só burocratiza.

Só queria fazer um comentário aqui – perto de quem conhece a Amazônia mais do que eu, o Senador Confúcio, que foi Governador durante oito anos – para ficar uma reflexão. A matéria é absolutamente meritória. Trata-se de um problema gravíssimo, que é a falta de saneamento básico, principalmente na área rural da Amazônia brasileira e do Brasil como um todo. Agora, como fazer saneamento básico, como levar água potável, como levar esgotamento sanitário se você não tem estrada, se você não tem ponte? Então, sou repetitivo, porque talvez, sendo repetitivo, um dia o Brasil vá entender que é impossível você dar dignidade aos povos ianomâmis se numa área do tamanho de Portugal não tiver estrada. Você não tem como levar saneamento básico, não tem como manter a rede.

Mas a iniciativa do Senador Mecias é absolutamente meritosa.

Quero mais uma vez agradecer à sua Presidência e aos colegas por aceitarem a inversão de pauta.

E o voto é absolutamente favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Marcio Bittar.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadores e Senadoras presentes, olhe, o marco legal do saneamento já define que, até o ano de 2033, no saneamento, 99% do país seja abastecido por água tratada e 91% por esgoto sanitário.

Agora, o projeto levanta justamente um tema que não está ainda muito bem explicado na lei geral do saneamento, que é como levar esses benefícios de saneamento para as comunidades isoladas. Então, no Nordeste, no Norte, como levar o saneamento? Eu creio que terá que ser estudado, porque, com a regionalização nas concessões, nas autarquias, esse prazo de nove anos para a gente atingir essa meta geral no Brasil é muito curto, e nós não temos ainda diretrizes para atender justamente o que diz esse projeto, que é levar a água para as comunidades rurais, indígenas, ribeirinhos e quilombolas extrativistas.

Nós pensamos, e hoje eu até tenho colocado recursos para o Ministério da Saúde fazer estações isoladas, como se fosse uma estação de esgoto de um condomínio aqui em Brasília. Um condomínio tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma estação própria de esgoto, que é comprada pronta e instalada para a quantidade de condôminos que moram naqueles prédios. Então, ali teriam que ser também feitos esses serviços baseados nas experiências que têm a Funasa e o Ministério da Saúde na política indígena. Já tem projetos, baratos inclusive, de R$600 mil, que dão conta de levar água e, em alguns casos, também esgoto – com R$600 mil. Eu tenho colocado esses recursos em comunidades e tem acontecido. Agora mesmo, estamos executando em algumas aldeias na região de Guajará-Mirim, lá no Estado de Rondônia.

Então, o projeto é bom. Acho que, no que abunda, não prejudica. Esse é mais um chamamento de atenção para essa necessidade, é um despertamento para um desafio não previsto ainda na lei geral do saneamento, porque as concessões de empresas privadas não vão se interessar em levar água para essas comunidades – jamais! –, e é uma necessidade. Eles tomam água barrenta, águas contaminadas, águas sujas, mesmo na beira dos rios. Não é assim? É desse jeito.

Então, eu louvo o projeto relatado pelo Bittar. Ele é oportuno e é um acréscimo, um aditivo a mais na Política Nacional de Saneamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Confúcio.

Pergunto se mais algum Senador quer discutir. (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.910, de 2022, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votarem com o Relator votam "sim".

Todos já podem votar. Já está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vamos atrás do povo agora. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem, enquanto aguardamos a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Jayme. Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente Leila, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Eu quero fazer uma indagação a V. Exa.: nós teremos algumas votações nominais mais ainda? Ou o único projeto nominal seria este aqui? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O item 2 vai ser retirado de pauta, é o único nominal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É o único nominal?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sra. Presidente, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o autor desta matéria aqui, o Senador Mecias de Jesus, pelo belo projeto e também, particularmente, saudar e cumprimentar o Relator, que foi o Senador Marcio Bittar.

Este é um projeto extremamente interessante, porque se fala hoje muito em saneamento. V. Exa. e, particularmente, a minha pessoa votamos aqui o marco do saneamento do Brasil. De lá para cá – é a sensação, a visão que eu tenho –, pouco se avançou. Não tenho visto muitos avanços. E uma preocupação de todos nós particularmente – não só em termos de áreas urbanas, em cidades – é que nós temos deficiência no setor do saneamento básico. Um percentual de 17% das mortes por causas desconhecidas, conforme dados da Organização Mundial de Saúde, é por falta de saneamento no planeta. Particularmente aqui, nós temos muito mais, pelo fato de que somos muito carentes ainda – de esgoto nem se fala – de água, que é um bem, e acho que todo mundo tem que ser atendido, temos muita deficiência, particularmente nessas áreas rurais, nas áreas dos assentamentos, nas áreas das reservas indígenas e assim por diante. Falo com muito conhecimento de causa pelo fato de que, lá no Mato Grosso – eu imagino, nos nossos assentamentos lá –, a maioria absoluta ainda vive de poços, poços caseiros. Esgoto não tem; são feitas fossas, quando se fazem fossas. Muitas vezes, a pessoa tem até dificuldade para fazer as fossas.

O que acontece? Nós temos, a Funasa para fazer essa política, de pequenos poços artesianos, pequenas distribuições, com rede, etc., com caixa d'água. De lá para cá, os investimentos caíram, mas caíram muito, Senadora Leila. Isso causa sérios transtornos e, certamente agora, com essa questão climática, há, com certeza, dificuldades para muitas populações rurais e reservas indígenas, porque a seca tem sido muito grande. Aqueles córregos de que eles fazem uso para pegar água, para beber, para lavar roupa, para cozinhar lamentavelmente, nesses últimos anos, estão secando. Quando chega aquela época, nos meses de agosto e setembro, no cidadão, bate um desespero – que a senhora nem saiba! –, um desespero enorme, gigantesco! Muitas vezes, o cidadão tem que andar até 20km para pegar sua charrete, sua carroça, para pegar um tambor de água para trazer para a sua residência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer é que o Governo Federal tem que fazer uma política voltada também para essas pequenas comunidades. As cidades grandes vão buscar recursos através do BNDES, recursos internacionais, Caixa Econômica, Banco Brasil; fazem parcerias, as famosas PPPs, que, muitas vezes, nem dão certo, mas isso que temos no Brasil é um mal cenário. Eu espero que possamos, desta feita, com a nossa participação nesta Comissão, muito bem presidida por V. Exa., dar a nossa contribuição e sobretudo buscar os órgãos competentes, as autoridades competentes para que façam, com certeza, uma política diferenciada, para que certamente essas populações mais carentes, que moram lá, são pessoas carentes, trabalhadoras, de mão calosa, e que não têm a presença do Estado, muitas vezes... É de cortar o coração.

Vou contar só um fato aqui. Sábado eu estive fazendo visita numa região do interior do meu Estado. Lá eu tinha, lá atrás, me comprometido com uma etnia chamada umutina. Eis que queriam dois carros, porque é uma reserva, com 450 famílias, que são divididas em 14 aldeias. Resultado, queriam dois carrinhos para transportar a produção: a mandioca – sei lá –, a banana, a laranja... Até café estão plantando lá, mas não tinham meios para transportar. Não tinham um automóvel, um carro, seja uma picape, seja uma caminhonete. E as dificuldades vão muito além, porque, para chegar a essa reserva, tem que atravessar o Rio Paraguai. A senhora imagine! Com uma balsa caindo aos pedaços. Teve que puxar pela mão, até ajudar... Lá eu tive, eu acho, o privilégio – aquilo é um privilégio – de ouvir o que os índios estavam pedindo. Pedem tão pouco, diante daquilo com que podem ser beneficiadas essas famílias, que são irmãos nossos, gente como a gente, ser humano como nós.

Eu fiquei ali, assim, pensando com meus botões e falei: "Mas, gente, tem um desperdício de dinheiro público neste país aqui. Com tão pouco, você pode atender uma grande camada da população, sobretudo os povos originários, que estão ali, à mercê daquilo que eles pretendem fazer". Tem pessoas preparadas. Ali, tinha pedagogo, gente formada em direito; tinha de tudo ali, com nível excelente – causou-me até, assim, surpresa por ver o nível de qualificação das pessoas –, técnico agrícola formado lá, mas não têm a chance. Ali eles querem fazer ecoturismo, que dá para explorar de forma sustentável – o pedido está há três anos e meio, aqui na mesa da Presidente da Funai; até hoje, não saiu autorização –, para eles terem uma rendazinha. Querem plantar uma coisinha mais à vontade – arroz, dá muito bem arroz; também não conseguem através do Ibama, que dá a autorização – até para se autossustentarem. Caso contrário... Está havendo um esvaziamento, estão indo para a cidade. Estão usando droga, outros virando marginais, participando de assalto, etc. Sabe por quê? O Governo não dá a eles nenhuma contribuição para que possam melhorar as condições de vida. Todos ali fizeram quase o mesmo.

O depoimento deles: "Senador, nós queremos apoio. Por incrível que pareça, o senhor é o primeiro político que vem aqui e traz algo para nós". E todos votam, todos literalmente votam ali! "Nós somos usados. O senhor é o primeiro que vem nos presentear aqui e trazer esses dois automóveis"; R$250 mil, dois carrinhos; uma caminhonetezinha, R$125 mil, que vão atender perfeitamente, em caso de saúde, para eles transportarem de lá o quê? Goiaba, milho-verde, todos os produtos de lá – eu fiquei, assim, muito feliz por ver que eles estão trabalhando –, farinha de mandioca, tudo, mas não têm essa chance.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira que eu espero que, com V. Exa. liderando esta Comissão, possamos dar a nossa contribuição, sobretudo com projetos, como esse aqui, que acho que é meritório, além do mais em relação à possibilidade de fazer mais investimento quanto a essas áreas rurais, nossas reservas indígenas e sobretudo nossos assentamentos. Essa é uma pequena contribuição que eu quero trazer, nesta manhã, aqui na Comissão.

Obrigado, Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Senador Jayme. Belo relato!

Bom, eu pergunto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores se já votaram, se podemos encerrar. (*Pausa.*)

Então, a votação está encerrada. (*Pausa.*)

Estamos evoluindo, está tudo digital aqui na... (*Risos.*)

Estamos melhorando!

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Resultado: 11 SIM; 0 NÃO.

Zero abstenção.

Aprovada a Emenda nº 2-CDH/CMA, Substitutivo ao Projeto de Lei 2.910, de 2022.

Ficam prejudicados o projeto e demais emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos passar agora para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1494, DE 2021

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para tipificar o crime de zoofilia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para leitura do seu relatório.

Bom dia, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente.

Presidente, o tema é delicado. Veio para esta Comissão o projeto de autoria do Deputado Fred Costa. Todo mundo sabe o compromisso que o Deputado Fred Costa tem com a proteção dos animais. Aprovado na Câmara, veio para cá e eu acho que a gente vai dar delicadeza ao relatório, pois o tema merece, precisa.

No tocante à constitucionalidade – peço permissão para ir direto à análise –, juridicidade e técnica legislativa, a proposição será apreciada pela CCJ, em conformidade com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno.

No que se refere ao mérito, entendemos que a prática de zoofilia merece tipificação específica. As penas previstas aos crimes de maus-tratos são muito brandas – detenção de três meses a um ano –, exceto quando praticadas contra cães e gatos. Animais de muitas outras espécies são vítimas dessa prática abjeta, como galinhas, vacas, éguas, cabras e ovelhas.

Inclusive, está na literatura brasileira. Livros antigos trazem as histórias de meninos com animais de uma forma muito romantizada. E o que o Deputado Fred quer com essa proposta é não romantizar mais a zoofilia no Brasil.

Maltratar animais é um delito considerado de menor potencial ofensivo, tratado processualmente pela Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), por possuir pena máxima inferior a dois anos. Assim, são dadas ao criminoso as vantagens esculpidas na referida lei, como suspensão condicional do processo, transação penal e, por fim, penas alternativas, como a de prestação de serviço à comunidade e pagamento de cestas básicas. Ainda que a pena, por si só, não eduque nem ressocialize alguém, a sanção imposta ao agressor de animais é tão inócua que a conduta proibida descrita no art. 32 da LCA não possui qualquer impacto positivo na diminuição dos atos de crueldade.

Atualmente, a ciência social nos ensina que os abusos contra animais, a violência doméstica contra a mulher e os maus-tratos infantis estão intimamente relacionados. Geralmente ocorrem nos mesmos lares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e as pessoas que praticam um dos três tipos de violência mencionados também praticam os outros. Infelizmente, a violência sexual ocorre nas três modalidades de abuso.

O rastreamento de maus-tratos aos animais tem sido utilizado como indicador de violência doméstica. Nesse sentido, coibir o abuso contra os animais, além de um dever ético-civilizatório da sociedade pela gravidade do ato em si, também traz o efeito colateral positivo de prevenir a violência contra mulheres e crianças.

Aqui, Senadora Presidente, nós temos o exemplo do Canadá: o Canadá, oito anos atrás, caminhou na direção oposta ao projeto de lei do Deputado Fred. Num julgamento de uma ação de violência sexual contra criança, havia a participação de um animal. E, quando a Suprema Corte do Canadá julgou, liberou a parte em que o animal foi usado. E, a partir daí, foi liberado, de certa forma, o sexo com animais no Canadá desde que não haja penetração no animal – um animal participar das cenas sexuais lá no Canadá é possível.

O Deputado Fred vem aqui e faz esta correlação: violência sexual contra mulheres usando animais e que maltrata o animal e violência contra crianças também usando animais.

Devido às penas brandas, muitas vezes o criminoso é liberado e volta normalmente ao convívio com animais e com outros seres humanos, ficando suas vítimas com o sofrimento físico e psicológico inerentes aos abusos sofridos.

De acordo com artigo da Médica-Veterinária e Professora da Universidade de Marília Elma Polegato e de suas alunas Isabela Teixeira, Mariana Angeli e Jéssica Paié, publicado em 2021 na *Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia* do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, independentemente – dizem elas – "de quem pratica a zoofilia, seja homem ou mulher, tal ato resulta ou pode resultar em sérios e irreversíveis danos físicos nesses animais, o que envolve, obviamente, dor e sofrimento para eles, pois não possuem estrutura física compatível para atividade sexual com humanos".

As autoras ainda mencionam que:

> A prática da zoofilia, além de violência aos animais, tem tomado proporções preocupantes, uma vez que animais vêm sendo estuprados, escravizados e torturados não apenas pela satisfação sexual do zoófilo, mas também pela existência de um mercado [isto aqui é grave] que lucra com essas práticas sexuais contra animais, visando também lucro no agenciamento de animais para prática de programa, filmes, vídeos, e outros meios audiovisuais.

De fato, uma simples busca na internet sobre o termo "zoofilia" leva a *sites* e blogues com milhares de vídeos que exploram os animais e disseminam imagens dessa prática cruel, criminosa e abominável. Além disso, a facilidade de acesso a esse tipo de conteúdo pode possibilitar o contato de crianças com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imagens extremamente danosas à sua formação, além de estimular desvios comportamentais na população em geral.

Não obstante a crueldade extrema inerente à zoofilia, seus praticantes muitas vezes torturam e matam suas vítimas. É o caso do zoólogo australiano Adam Britton, que, em setembro último, se declarou culpado, perante a Suprema Corte de seu país, por estuprar, desde 2014, dois cachorros de estimação, além de torturar e matar intencionalmente, desde 2020, pelo menos 39 outros cães dentre os 42 dos quais abusou sexualmente. O criminoso gravava e compartilhava as imagens dos abusos em grupos do Telegram. Também admitiu que acessava e compartilhava materiais de abuso sexual infantil, o que demonstra a associação da zoofilia com a violência contra humanos.

No Brasil, com frequência são divulgados pela imprensa casos de zoofilia, que, sabemos, são apenas uma pequena fração do que ocorre há muito tempo e que não recebia a devida atenção por parte da sociedade. Para mencionar apenas alguns exemplos, em agosto, um idoso de 70 anos foi detido pela Polícia Civil em Garopaba, Santa Catarina, após praticar atos sexuais com uma cadela.

No mês de junho, em Rondon do Pará, município localizado no sudeste paraense, um morador de uma fazenda foi assassinado depois de ter flagrado um invasor praticar relações sexuais com uma égua no curral da propriedade.

O problema tem despertado, Presidente, o interesse da comunidade científica. No ano passado, aconteceu o II Simpósio Internacional Contra Zoofilia, Maus-tratos e Crueldade Animal na Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, no qual o tema foi debatido por acadêmicos – a preocupação é tão grande que a academia está discutindo – de diversas áreas, entre elas a medicina veterinária e a psiquiatria. Segundo o psiquiatra Bruno Andraus, um dos palestrantes do simpósio, os comportamentos humanos de maus-tratos aos animais não estão necessariamente associados a transtornos mentais, apesar de essa associação ocorrer em alguns casos. O profissional ressalta que algumas pessoas cometem esses atos de "maneira completamente consciente e arquitetada".

Entendemos que a zoofilia é uma forma de tortura contra os animais, que, sendo sencientes, sofrem não apenas fisicamente, mas também na dimensão psicológica. É uma prática violenta, repulsiva e intolerável, que incide sobre seres indefesos e causa graves lesões em seus corpos, que frequentemente levam à morte, mesmo quando não há a intenção explícita de matar o animal.

Assim, o PL nº 1.494, de 2021, vem em boa hora, Presidente, como forma de trazer ao nosso arcabouço jurídico um avanço civilizacional na relação da humanidade com as demais formas de vida que coabitam esta nossa casa comum chamada Terra.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.494, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, além de apresentar o voto, que eu creio que os pares vão apoiar, num momento oportuno nós poderíamos falar sobre o que está acontecendo nas redes sociais.

Como nós estamos num horário em que é possível que crianças estejam do outro lado assistindo agora a esta Comissão – é uma Comissão que os adolescentes acompanham muito por interesse ao tema –, em um clique, Senadora, em um clique, e às vezes não precisa nem digitar, se a criança falar, em um clique, ela recebe milhares de imagens de zoofilia – com um clique.

Hoje a gente já avançou nas redes sociais, Senadora, com relação à pedofilia. Eu acho que está na hora de esta Comissão chamar as redes sociais para uma conversa, porque, quando se mostram essas imagens, estão mostrando a crueldade contra animais, e as crianças estão tendo acesso a essas crueldades, os adolescentes estão tendo acesso a isso.

Então, a gente tanto pode favorecer a proteção da infância... Numa reunião entre nós e as redes sociais, saber de que forma eles podem fazer esses filtros e uma censura às imagens de zoofilia. No final, na grande maioria, os animais são assassinados e são maltratados.

Então, o projeto do Deputado Fred vem numa boa hora. Isso aqui não é uma matéria moral, isso aqui é uma matéria discutida nesta Comissão de proteção dos animais, e que a gente pode, protegendo os animais, também proteger crianças e adolescentes com a exposição.

E a senhora viu no voto: tem muito dinheiro envolvido nisso, tem crime organizado envolvido com a zoofilia.

Esse é o voto, essas são as minhas considerações, e eu peço apoio dos pares na aprovação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares, parabéns pelo relatório. Eu pergunto se... A matéria está em discussão.

Senador Wellington, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu vou aqui falar na condição de Senador, mas também de médico veterinário. Eu queria já fazer uma indagação à Senadora se seria possível retirar esse projeto de pauta. E vou justificar por quê.

Infelizmente, aqui às vezes a gente não dá conta de acompanhar tudo. Esse projeto eu acho tão importante, o relatório dela também, assim, extremamente bem trabalhado, cuidadoso, gosto muito da Senadora Damares na sua atuação de um modo geral, mas ela tem realmente demonstrado o seu carinho também por essa questão da política de proteção aos animais. Tanto é que aprovamos aqui, com a relatoria dela, extremamente eficiente o Dezembro Verde, que é uma proposta que fiz exatamente para que a gente tenha um momento, tenha um mês para fazer essas reflexões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aqui justificar para a Senadora Damares, porque nós tivemos agora, recentemente, uma resolução do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em que, através do Ministério, que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária decidiu por aprovar que as nossas penitenciárias pudessem ter canis e gatis em presídios com redução de penas para quem cuidar desses animais.

Eu acho que tem alguma coisa bem análoga a esse projeto, porque às vezes a gente quer fazer algo no sentido de ajudar, e, no caso específico das penitenciárias, nós sabemos que os presos têm que ser tratados como reeducandos, mas, às vezes, a forma como você vai colocar isso, você pode levar um prejuízo muito grande. E, na condição de médico veterinário, eu sei que, nas penitenciárias principalmente, há aglomeração de gente, a possibilidade – nós acabamos de sair da pandemia e, por isso, que o Nelsinho está aqui do lado, que bom, porque ele é médico, ele pode contribuir nessa linha de raciocínio –, e a possibilidade de doenças contagiosas dentro dos presídios é muito grande. E, quando você leva o animal para dentro, há possibilidade de que as doenças transmissíveis, que são as famosas zoonoses, de homem para os animais e vice-versa, tenham um risco muito maior, além do enfoque que a Senadora Damares coloca aí, o uso dos animais com outros objetivos.

Então eu gostaria de poder, se possível, discutir com a Senadora, quem sabe a gente pode até colocar esse assunto na discussão, talvez apensar esse projeto, porque eu tenho falado com o Conselho Federal de Medicina Veterinária, e eu creio que isso é um risco extremamente grande, que tem que ser analisado do ponto de vista de saúde pública também – essa resolução.

Quem sabe, Senadora, pode inclusive aí ser algo que V. Exa. possa acrescentar nesse projeto, mas, como ele ainda vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se for para votar, voto favoravelmente ao relatório da Senadora Damares.

Então é isso, e não sei se eu posso abusar, porque nós estamos agora no momento de discussão do projeto, mas, como eu também agora tenho ainda uma consulta, eu tenho outro projeto que eu vou relatar, que eu quero retirar de pauta, Senadora, a pedido do Ministério da Fazenda – está aqui a representante do ministério, a Rute Maria, que é da SRI, e também o Renan Cruvinel, representando aqui do Ministério da Fazenda, o Ministro Fernando Haddad –, e que trata exatamente das debêntures incentivadas na área ambiental.

Eu fui Relator desse projeto das debêntures incentivadas na área de infraestrutura...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, como o Ministro está pedindo, eu acho que também a gente precisa discutir um pouco mais. Então, não vou aqui me deter muito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para... Com relação ao item 5, que você está pedindo para retirar, nós vamos retirar de pauta para o seu reexame do projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4464, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para consolidar o incentivo à emissão de debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

Com relação a retirar de pauta esse item 3, da Senadora Damares, isso aí é uma decisão do Relator.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1494, DE 2021

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para tipificar o crime de zoofilia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – A gente pode abrir vista, se o Senador não se importar?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim, podemos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista coletiva.

Na semana que vem, eu acho que a gente não vai ter...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a gente discute. Na próxima sessão a gente coloca.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

Não sei se o Senador Nelsinho quer fazer...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Eu ia nessa linha. Para aproveitar o trabalho da Senadora Damares e de isso estar no radar da gente – e a preocupação do Senador Wellington –, definir que na próxima sessão esse projeto volta já com as devidas vistas preenchidas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Positivo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito.

Só para esclarecer aqui aos colegas que, na próxima semana, nós não teremos deliberativa. Então vai ficar para depois da Semana Santa. Na próxima semana, teremos audiência pública aqui. Então fica já o compromisso de, após a Semana Santa, retornarmos com o projeto.

E está concedido o pedido de vista.

Obrigada, Senadora.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Quero pedir a V. Exa. que pudesse ler o nosso requerimento, que ele é só a leitura, não precisa de discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 7, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2918/2021, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências".

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Eu posso passar para o senhor a leitura do requerimento...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para encaminhar.) – Perfeitamente. Pode ir? (*Pausa.*)

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2.918, de 2021, que dispõe sobre a compensação financeira a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica; altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

– o Sr. Otávio Augusto Gomes, Presidente da Amusuh;

– o Sr. Jose Fábio de Moraes Júnior, especialista em regulação do setor elétrico;

– o Sr. Néfi Cordeiro, ex-Ministro do STJ e jurista;

– o Sr. Ivan Dutra Faria, Doutor em Desenvolvimento Sustentável, UnB;

– a Sra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico;

– representante do Ministério de Minas e Energia;

– representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

– representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– representante da Agência Nacional de Energia Elétrica.

É só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Líder Nelsinho Trad.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o seu requerimento, Senador.

Muito obrigada.

Senador Nelsinho, nós acabamos de receber da Senadora Margareth Buzetti um requerimento aditando mais expositores para a sua audiência. Eu pergunto se o senhor quer primeiro dar uma olhada em quem são, para depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito. (*Pausa.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Eu comunico a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Então, vamos aguardar o retorno do Senador Nelsinho e deixamos para a próxima reunião a aprovação.

Item 6 da pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 542, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relatoria era o Senador Cid Gomes, mas teremos como Relator *ad hoc* o Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, Relator *ad hoc,* para a leitura do seu relatório.

Obrigada, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Prezada Presidente Senadora Leila Barros, primeiro agradeço a V. Exa. a confiança de me designar como Senador Relator *ad hoc*. Eu vou ser o mais breve possível aqui, na medida em que são poucas páginas.

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Lei nº 542, de 2022, do Deputado Vinícius Carvalho, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore.

O projeto é composto de quatro artigos.

O art. 1º estabelece seu objetivo, e o art. 2º acrescenta §2º ao art. 49 da Lei de Crimes Ambientais para prever que não incorre em crime quem procede à poda ou ao corte de árvore quando o órgão ambiental responsável não responder de maneira fundamentada, no prazo máximo de 45 dias, a requerimento que solicita o corte ou a poda em razão da possibilidade de ocorrência de acidente devidamente atestada por profissional habilitado, considerada tacitamente autorizada sua realização quando esgotado o referido prazo.

O art. 3º do PL prevê que o requerimento para permissão de poda ou de corte será instruído com laudo de empresa ou de profissional habilitado e que, expirado o prazo para apreciação do requerimento, fica o interessado autorizado a contratar por conta própria empresa ou profissional habilitado para efetuar a poda ou o corte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º estabelece a entrada em vigor da lei resultante a partir de sua publicação.

Na justificativa, o autor argumenta que a legislação deve ser alterada, pois, ao demorar para decidir em tempo hábil acerca dos pedidos de podas de árvores, o poder público coloca em risco a integridade física e o patrimônio das pessoas.

A proposição foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente (CMA) e à Comissão de Constituição e Justiça.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-F, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes a proteção do meio ambiente, conservação da natureza, defesa da flora e conservação e manejo da biodiversidade, temas abrangidos pelo projeto sob análise.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – De resto, o PL nº 542, de 2022, não apresenta vício de natureza regimental.

A análise acerca da constitucionalidade e juridicidade do projeto ficará sob a responsabilidade da CCJ, conforme disposição do art. 101, inciso I, do Risf.

No mérito, entendemos que a modificação legislativa é conveniente e oportuna. A exposição a perigo, ante a iminente acidente em razão da falta de poda ou de corte de uma árvore, é motivo suficiente para excluir a ilicitude da conduta descrita no *caput* do art. 49 da Lei de Crimes Ambientais.

Concluindo, Sra. Presidente, contudo, sugerimos emenda para veicular na norma a obrigação de que os profissionais responsáveis por atestar o risco de acidente relativo à queda de árvore ou de galhos, bem como aqueles contratados para efetuar a poda ou o corte, sejam credenciados pelo município. Dessa forma, fica bem garantido o controle do poder público acerca dos profissionais contratados, evitando-se a atuação de pessoas sem a adequada capacitação para a expedição de laudos ou a execução dos serviços e reduzindo-se a probabilidade de ocorrência de fraudes caracterizadas por laudos falsos que viabilizem supressões de árvores tecnicamente não recomendadas.

Voto, Sra. Presidente.

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses de proteção da vida e do patrimônio dos cidadãos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 542, de 2022, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CMA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, no Projeto de Lei nº 542, de 2022, em todas as suas ocorrências, a expressão "profissional habilitado" por "profissional credenciado pelo município".

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jayme Campos, nosso Relator *ad hoc*.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CMA.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigada, Senador Jayme Campos.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1641, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório:

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 13/03/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 1641/2019, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Até a publicação da pauta, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

E não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria agora será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Eu acredito que eu já li, mas... (*Pausa.*)

Eu agradeço a todos, mais uma vez, a participação dos que acompanharam aqui a reunião da nossa Comissão.

Nada mais a venda tratar, vamos para a nossa quarta-feira, que ela é bem intensa, bem cheia ainda.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Margareth Buzetti, Jorge Kajuru e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Oriovisto Guimarães, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à realização da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 66/2023 - CMA, de autoria da Senadora Leila Barros (PDT/DF), e REQ 68/2023 - CMA, de autoria do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Finalidade:** Debater casos de contaminação e ameaças às águas do Distrito Federal. **Participantes:** Sra. Lúcia Mendes, Coordenadora do Fórum de Defesa das Águas do DF; Sr. José Francisco Gonçalves Júnior, Professor de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB) (representante de: Fórum das Águas do DF); Sr. Renato Santana, Subsecretário de Gestão Ambiental e Territorial da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal; Sr. Gustavo Antonio Carneiro, Superintendente de Recursos Hídricos (representante de: Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA)); Sra. Maria Silvia Rossi, Diretora de Planejamento e Administração do IPHAN; Sr. Vicente Bernardi, Professor de Geofísica da Universidade de Brasília (UnB); e Sr. Marcelo Benini, Coordenador da Associação Guardiões das Águas Emendadas (GAE). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de março.

Comunicados.

Foi recebido, pela Secretaria, o Ofício nº 1, de 2023, assinado pelos dez Comitês de Bacias Hidrográficas de Rios Interestaduais do Brasil, responsáveis pelas Bacias dos Rios Doce, Grande, Paraíba do Sul, Paranaíba, Paranapanema, Parnaíba, Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Piranhas-Açu, São Francisco e Verde Grande, onde estão inseridos 75 comitês de rios sob domínio estadual ou distrital, representando 28,3% do território nacional, envolvendo 17 estados e o Distrito Federal e 2.289 municípios, no qual os comitês manifestam-se contrários ao PL 2.918, de 2021, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, para dispor sobre compensação financeira a União, estados, Distrito Federal e municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e dá outras providências.

Na CMA, a matéria está sob a relatoria do Senador Nelsinho Trad e aguarda a audiência pública prevista para ocorrer no dia 9 de abril. O documento será anexado à matéria, nos termos do inciso II do §2º do art. 261 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quero reforçar aos membros desta Comissão a previsão regimental de que, até o fim do mês de março, as Comissões Permanentes devem selecionar políticas públicas para serem avaliadas ao longo do ano. Esse é um dos mais importantes trabalhos realizados pelo Senado Federal no seu papel constitucional de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo.

Nesse sentido, esta Presidência aguarda as sugestões dos membros para que façamos a seleção já nas próximas reuniões deliberativas.

Senhoras e senhores aqui presentes, colegas Senadores e Senadoras, e todos que nos acompanham pelas mídias da TV e Rádio Senado, hoje nos reunimos em um momento crucial para discutir a proteção das águas do Distrito Federal, um recurso vital que enfrenta sérias ameaças de contaminação e redução de sua disponibilidade.

Não posso deixar de mencionar que, alguns dias atrás, nós celebramos o Dia Mundial da Água, em 22 de março, uma data que nos convida à reflexão sobre a importância desse recurso essencial para a vida do nosso planeta.

O Dia Mundial da Água não é apenas uma ocasião para destacar a relevância das águas em nossas vidas, mas também para nos conscientizarmos, principalmente, dos desafios que enfrentamos na sua preservação. Em um mundo onde milhões de pessoas ainda sofrem com a escassez de água potável, é nosso dever proteger e conservar cada gota desse precioso recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, é fundamental que olhemos para a nossa realidade local e enfrentemos os problemas que afetam as águas do Distrito Federal.

O desmatamento do Cerrado, a ocupação desordenada do solo e a poluição dos nossos rios e mananciais são questões urgentes que demandam nossa atenção e ação imediata. Portanto, ao celebrarmos o Dia Mundial da Água, devemos reafirmar nosso compromisso com a proteção desse recurso e redobrar nossos esforços para garantir a segurança hídrica para as futuras gerações do nosso quadradinho.

Cada um de nós tem um papel a desempenhar nessa jornada, seja adotando práticas sustentáveis em nosso dia a dia, seja cobrando das autoridades medidas eficazes de preservação ambiental.

O Cerrado desempenha um papel fundamental na regulação hídrica, não apenas do Distrito Federal, mas também de toda a Região Centro-Oeste e outras regiões do país. Suas áreas de recarga de aquíferos e nascentes alimentam importantes bacias hidrográficas, fornecendo águas para rios cruciais como o Paranaíba, o Tocantins e o São Francisco.

Além disso, a vegetação característica do Cerrado, com suas raízes profundas e capacidade de retenção de água, desempenha um papel vital na infiltração e na manutenção da umidade do solo, ajudando a evitar processos de erosão e garantindo a disponibilidade de água ao longo do tempo.

No contexto da emergência climática, o aumento das áreas suscetíveis à desertificação representa uma enorme preocupação. O aumento das temperaturas e a diminuição das chuvas em muitas regiões têm contribuído para a expansão de áreas áridas e semiáridas, onde a escassez de água e a degradação dos solos se tornam mais pronunciadas.

Isso não apenas ameaça diretamente as comunidades que dependem dessas águas para a subsistência, mas também agrava os problemas de escassez hídrica em todo o país, afetando a disponibilidade de água para consumo, agricultura e outros usos.

Diante desse cenário, é importante adotar medidas que promovam a conservação e a restauração de ecossistemas do Cerrado, assim como o desenvolvimento de práticas sustentáveis de uso da terra.

Investir na preservação dessas áreas não apenas protege a biodiversidade única do bioma, mas também contribui para a segurança hídrica e a resiliência diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. É preciso agir com determinação e cooperação, reconhecendo a interdependência entre o meio ambiente, a água e o bem-estar humano, se quisermos garantir um futuro sustentável para as gerações futuras.

Que esta audiência pública possa contribuir para iniciativas legislativas nesta Comissão e neste Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma ótima audiência a todos e muito obrigada aos nossos expositores e a todos que estão acompanhando essa audiência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os casos de contaminação e ameaças às águas do Distrito Federal, em atenção ao Requerimento 66 de, 2023, CMA, de minha autoria; e Requerimento 68 de 2023, CMA, de autoria do querido Senador Jorge Kajuru.

Na ordem alfabética, eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados.

O Sr. José Francisco Gonçalves Júnior, Professor do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília, nossa querida UnB, e Coordenador da pesquisa sobre contaminação das águas no DF. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Professor.

A Sra. Lúcia Mendes, Coordenadora do Fórum de Defesa das Águas do DF. (*Palmas.*)

O Sr. Renato Santana, Subsecretário da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal. (*Palmas.*)

O Sr. Gustavo Antonio Carneiro, que é Superintendente de Recursos Hídricos da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa). Ele está já na Casa e está a caminho, então nós vamos aguardar, mas, em todo caso, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Nós temos aqui presente também a Sra. Lúcia Mendes, Coordenadora do Fórum de Defesa das Águas do DF; Marcelo Benini, Coordenador da Associação Guardiões das Águas Emendadas; a Sra. Maria Silvia Rossi, Diretora de Planejamento e Administração do Iphan; o Sr. Vicente Bernardi, Professor de Geofísica da Universidade de Brasília.

Eu esqueci mais alguém, gente? Não, acho que são esses os convidados.

Nós vamos fazer duas mesas. Inicialmente vamos fazer esta mesa, com os representantes das águas, Defesa da Água do DF e da UnB, com o Governo do DF e da Adasa, e na sequência nós trocaremos os nossos expositores para os demais fazerem as suas exposições.

Também foram convidados o Sr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República do Distrito Federal – não pôde comparecer – e representantes do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (Cirat) – também não puderam comparecer.

E, antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores. Na exposição inicial, para acertamos aqui, cada convidado poderá ter o uso da palavra por até dez minutos, e nós podemos dar um acréscimo de mais dois minutos após os dez minutos que foram acordados aqui. E, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Para as exposições iniciais, eu convido a Sra. Lúcia Mendes, Coordenadora do Fórum de Defesa das Águas, para sua exposição.

Seja bem-vinda, Sra. Lúcia.

A SRA. LÚCIA MENDES – Bom dia, pessoal. Está funcionando?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) **–** Está!

A SRA. LÚCIA MENDES (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Mais uma vez, é um prazer estar aqui do seu lado nesta luta – você, que tem sido uma guerreira aqui nesta Comissão, apoiando todas as pautas ambientais, não só do Distrito Federal, mas da Federação.

Nós estivemos juntas, na semana passada, quando tivemos a oportunidade de lembrar a importância desta Casa, a importância do Senado, na articulação da defesa dos interesses da Federação. E, quando a gente fala que nós estamos aqui representando o Fórum de Defesa das Águas do DF, nós estamos aqui com muita certeza, muita confiança de que as mensagens que a gente traz são mensagens de interesse nacional, porque as águas que nascem no DF – o DF é o nosso berço das águas – se irradiam por todo o território nacional. O que acontece no DF, portanto, por consequência, tem repercussão em outras regiões.

Eu estou aqui acompanhada do Prof. Francisco Júnior; estou acompanhada do Marcelo, das Águas Emendadas; do Prof. Vicente, que vão abordar questões mais técnicas e mais específicas das regiões. Então, a senhora vai me permitir hoje falar um pouco mais genericamente do território do DF.

Se vocês me permitem, eu quero ler aqui três parágrafos que eu achei na leitura técnica dos órgãos do Distrito Federal sobre o eixo ruralidades. Diz assim, logo na apresentação, bem no início:

> Além da falta de uma prática integrada entre áreas de governo voltadas às questões ambientais, recursos hídricos, desenvolvimento rural e desenvolvimento urbano, existe um vácuo legislativo sobre as áreas de transição rural-urbano, e pouca prática dos urbanistas em atuação sobre elas.
> [...]
> Para suprir o abastecimento alimentar projetado para 2030 [ou seja, daqui a seis anos], há de se prever um aumento de agricultura irrigável e um aumento da produtividade das terras já exploradas, o que se depara com as restrições hídricas expostas ao território nos últimos quatro anos, além de mudanças climáticas acentuadas nos últimos anos. [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A utilização dos recursos hídricos está próxima do limite em alguns mananciais, tendo ultrapassado esses limites em outros. O impacto na qualidade e quantidade das águas tem sofrido também com o lançamento de efluentes diretamente nos mananciais. Um uso mais eficiente das águas tem se deparado com práticas agrícolas inadequadas e o aumento da expansão urbana. Essas práticas impermeabilizam grandes áreas de recarga natural e provocam perda da vegetação.

Esse texto está na leitura técnica do PDOT, que foi organizado por diversos órgãos do Distrito Federal, entre eles a Sema, que está aqui com a gente, a Adasa, e diz uma coisa que a gente vem repetindo. O que nós temos repetido, gente, ao longo do último ano, em que a gente teve oportunidade de participar de vários plenários, de várias audiências públicas? Nós estamos falando exatamente isto: o modelo de ocupação urbana e o modelo de agricultura que têm se investido no território do Distrito Federal estão condenando esse território à morte pela seca, porque nós estamos devastando Cerrado para construir condomínios de luxo em áreas de recarga de aquífero sob o argumento de que Brasília tem um déficit habitacional. E a senhora sabe, porque a senhora é de Brasília, Senadora, que o déficit habitacional de Brasília não é de classe média alta, é da população pobre, mas, nas áreas onde estão querendo colocar esses condomínios, o público que se está querendo almejar ali é o público de classe média alta.

Então, eu sou da Serrinha do Paranoá, uma região que é tida e havida como nobre pela proximidade do Plano Piloto. Para nós que moramos lá, a Serrinha do Paranoá é uma área nobre, porque ela é uma área de relevante interesse e é estratégica para o equilíbrio ambiental da cidade. Não é porque está perto do Plano Piloto; é por conta das nascentes que brotam ali, é por conta dos nove córregos que contribuem com 40% da água limpa do lago, lago que se tornou, Subsecretário Renato, um reservatório de abastecimento emergencial durante o racionamento de 2017. E ali a gente está assistindo a ações, na nossa visão, inadequadas e mal preparadas, para colocar condomínios.

Agora tem uma outra ameaça – que até eu estava comentando com o Glauco, Secretário –, o Ibram tem dado licença para asfalto nas estradas da Serrinha, com argumento de que aquilo dali, por um equívoco do PDOT de 2009, trata Serrinha como área de expansão urbana. Mas, diante das informações que nós vimos acumulando desde o Projeto Águas, que o Instituto Oca do Sol liderou junto com a administração da época e a UnB, que identificaram mais de cem nascentes naquela região e que identificaram a importância dessas nascentes para a manutenção dos córregos, córregos que vêm sofrendo... Nós vamos ouvir já, já, o Prof. Vicente dizer como a vazão desses córregos sofreu quando se colocou o Taquari 1.

Então, se você tem novas informações, informações relevantes, qual é o papel do gestor público nessa hora? Na minha terra, a gente fala que faz um freio de arrumação, a gente para tudo e repensa. Eu acho que Brasília está, Senadora, num momento de fazer um freio de arrumação, porque a gente estava comentando, eu e a Profa. Lucilene ali, a gente acha que mudanças climáticas estão lá no Ártico, estão lá atingindo o urso polar que está vendo a geleira dele derretendo. Não! A mudança climática está aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso quintal. A mudança climática está impactando a produção de água, está impactando o volume de água que a gente está enfrentando nas ruas a cada chuva...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Catástrofe!

A SRA. LÚCIA MENDES – ... que está só piorando. E não tem sintoma de que vai melhorar. O que isso tem a ver com a gente? Ou a gente para e repensa essa cidade...

E aí eu sou muito grata por conhecer Maria Silvia Rossi, por conhecer Prof. Vicente, por conhecer Marcelo, por conhecer Prof. Júnior, Profa. Alba, que está ali, é Presidente do nosso Comitê de Bacia e está nos prestigiando, que são pessoas que estão, no dia a dia, lutando e nos municiando com informações e dados científicos. Agora, se nós não aproveitamos essas informações e não transformamos isso em ação, nós somos coniventes. Nós estamos sendo incompetentes como cidadãos, não só como gestores, não só como Parlamentares, mas como cidadãos do mundo.

Então, a nossa fala hoje aqui no fórum, Senadora, é um apelo ou uma – me permita a audácia – convocação, para que o Senado lidere uma convocação ampla, chamando inclusive outros estados. Por quê? Argumenta-se muito – a senhora foi candidata a Governadora, a senhora deve ter debatido muito isso – a pressão migratória sobre o Distrito Federal, de pessoas que, não encontrando situação de habitação e empregos em outros estados, acabam recorrendo ao Distrito Federal.

Eu me lembro de um seminário, em 2017, em que eu ouvi Maria Silvia falar para o então Diretor da Terracap que era fundamental que o Governo fizesse uma discussão com seus pares, vizinhos. Como que a gente trata essa migração? Este território não vai aguentar! Não adianta todo mundo querer vir para cá.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LÚCIA MENDES – Nós temos que... Só concluindo, nós temos que construir condições para que as pessoas fiquem nos seus estados, encontrem a felicidade e condições de trabalho e vida lá, para que a gente possa preservar o nosso sistema ecológico, não só aqui no Distrito Federal, mas nos estados do Entorno. Se a gente não cuidar, não fizer esse freio de arrumação, parar para pensar como é que nós estamos ocupando nosso território, como nós estamos usando e abusando das nossas águas, nós não teremos futuro e nós não vamos deixar nada para os filhos e netos dessa nossa geração.

Então, eu acho que eu estou sendo pouco alarmista, Senadora, eu queria ser mais, porque eu venho pensando muito naquele livro do Krenak...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Como você tinha dito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÚCIA MENDES – ... *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, eu quero ideias para sobreviver ao fim do mundo, porque o fim do mundo não é o fim do planeta, é o fim da civilização. E é a isso que nós estamos chegando. Se a gente assassina a região da Serrinha, se a gente assassina a região de Águas Emendadas, se a gente mata nossos córregos, nossos rios – eu fico olhando para o Newton e eu me lembro do Melchior –, a gente não tem mais futuro. Então, a gente para e começa a fazer isso de forma mais responsável e comprometida a partir do Senado, chamando outros estados, constituindo um fórum permanente de enfrentamento das questões ambientais, ou nós não vamos viver muito, não.

Então, eu quero deixar esse agradecimento aqui por esta oportunidade, esse alerta – eu estou feliz com a presença da Sema, para a gente poder estar participando desse diálogo –, fico aqui à disposição e agradeço muito, Senadora, por todo espaço que a senhora nos dá para defender essas nossas lutas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu que agradeço sempre a parceria, Lúcia. A gente sabe dos desafios.

No ano passado, eu assumi a CMA. Sempre fui membro da Comissão, mas, como Presidente, você começa a entender a importância do tema. E, com a mudança de Governo – acho que é importante reforçar –, a pauta ambiental novamente voltou a ser, digamos, uma das prioridades. Acho que é um Governo que tem os seus compromissos com a mitigação de emissões de gases e a gente sabe que a transição energética para esse Governo atual é fundamental. Eu estava antes no Ministério da Fazenda tratando sobre o PL do mercado de carbono.

Então, é uma pauta que, ao mesmo tempo, é muito apaixonante por todo o potencial que o nosso país tem, por toda a biodiversidade. Eu estou absolutamente encantada, mas é uma pauta que me traz muita angústia, muita preocupação, porque você falou tudo: eu sou mãe. Eu estou Senadora, mas eu sou mãe, e, como mãe, a minha maior preocupação hoje, estando dentro do Senado, sendo Presidente desta tão importante Comissão, é justamente as futuras gerações. Porque eu já tenho 52 anos, meu filho tem 13, e o que nós, enquanto geração atual, estamos deixando? A preocupação é zero.

Antes se falava muito da construção das narrativas, a gente vive um período de narrativas, cada um acredita na narrativa que lhe convém, mas hoje – hoje –, indiscutivelmente, as mudanças climáticas estão na nossa jugular, já não dá mais para a gente falar que mudança climática é papo de ambientalista, que é papo de gente que está contra o setor econômico ou o setor produtivo. De forma alguma! Nós queremos um país que progrida; nós queremos o progresso. Não existe mais... É impossível debater a economia sem tratarmos de pautas fundamentais que envolvem a questão do meio ambiente, as mudanças climáticas e a escassez hídrica, porque, realmente, não vai existir progresso, não vai existir economia se não existir humanidade. E nós estamos sendo duramente afetados não só com a escassez, mas com as enchentes e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

catástrofes que nós estamos vendo na Região Sudeste. Todo ano é a mesma coisa e piora. E o que estamos fazendo?

Então, como Presidente desta Comissão, eu já agradeço à assessoria desta importante Casa para o nosso país, que é de altíssima qualidade. Essa assessoria me traz muita informação, me provoca sempre, diariamente, sobre a importância da relevância do meu papel nesta Casa e como representante do DF, porque nós já sofremos um racionamento em 2017 e estamos tendo um crescimento desenfreado habitacional na cidade sem o mínimo de planejamento. Isso vai afetar, com certeza, duramente, não só as futuras gerações, mas vai afetar a gente em breve.

Na saúde, nós estávamos conversando aqui com – desculpa – o Newton do Melchior; está afetando já duramente as populações ali em torno do rio e entre outras, por causa de saneamento, por causa de contaminação.

Enfim, gente, é só para mostrar para vocês a minha paixão, mostrar o quanto que eu estou feliz por estar fazendo essa provocação, mas, ao mesmo tempo, feliz por eu não estar sozinha, e dizer para vocês que vocês também não estão sozinhos.

Então, vou passar a palavra agora para o Prof. José Francisco. Desculpa, Professor, não está aqui o nome. José Francisco Gonçalves Júnior, Professor do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília, nossa querida UnB, e membro da coordenação da pesquisa sobre contaminação das águas no DF.

Seja bem-vindo, Professor. Obrigado por estar conosco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Agradeço, Senadora Leila, o espaço destinado à fala – eu acho que é um momento muito importante em que a gente chega ao Distrito Federal – e agradeço também à Lúcia a indicação por essa fala.

Eu me lembro sempre do primeiro contato que eu tive com a política. O meu colega Paulo Salles era Professor da UnB e assessor do ex-Senador Rollemberg, que acabou sendo Governador. Na hora de fazer o plano de Governo do Senador, na época do Rollemberg, eu participei de algumas reuniões da equipe. E, naquele momento, eu dizia o seguinte: o Distrito Federal tem que ser o exemplo; aqui é a capital, aqui é onde está a política federal, é onde estão todos os políticos, e a gente tem que dar o exemplo para os demais estados. Eu sempre falei isso.

Hoje, eu represento a UnB no Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, represento a UnB no Comitê da Bacia do Paranaíba, sou Presidente de uma organização internacional de mais de 200 pesquisadores do Brasil e do mundo e tenho o maior prazer, na verdade, de representar o povo e de ter a relação com o povo.

Eu vejo o Newton, o Carvalho, a Lúcia e outros tantos colegas que têm atuado nessa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente começa a resolver o problema, sabe, Senadora, que é: a gente tem informação represada na universidade. O povo precisa dessa informação para entender o que está acontecendo e aí reivindicar dos seus representantes a solução. E eu vejo nesta Comissão, eu vejo nessas reuniões a grande oportunidade que nós temos de começar a resolver esse problema, porque vocês são os tomadores de decisão, vocês formulam a lei e podem chegar ao Executivo com propostas muito concretas e com a sociedade organizada.

Porque na universidade... Eu vejo meu colega Vicente, ali, vejo a ex-Subsecretária Maria Silvia, que fez um trabalho exemplar no Governo do Rollemberg também, com o nosso zoneamento ecológico-econômico virando lei, e isso foi muito importante para a ordenação do nosso território.

E, quando a gente discute contaminação nos rios, isso é resultado do uso e da ocupação do nosso território e de como os órgãos de Estado conseguem fiscalizar isso. Então, normalmente a gente coloca a culpa nos órgãos de Estado. Eles têm uma parcela de culpa, mas será que são só eles os únicos culpados? Certamente não. Mas a gente precisa avançar nisso.

E aí, com esse papel de servidor público e essa ação... A sociedade sempre me pediu informações, e, com o dinheiro público da FAPDF, eu aprovei um projeto, em 2018, chamado Pró-Águas, em que a gente teve atividades de restauração, de conhecimentos conceituais e técnicos e uma atividade para propor um programa de monitoramento para o Distrito Federal. É uma tese de doutorado de uma servidora da Adasa, a Dra. Camila, e nessa tese a gente trabalhou com 52 rios do Distrito Federal, alguns nas áreas preservadas e outros nas áreas impactadas do nosso... Impactadas, quando a gente fala, é alteradas; é sob influência humana nos seus diversos aspectos – urbano, da agricultura... –, é como a sociedade de alguma forma influencia esse ambiente.

Nesse estudo, nós conseguimos identificar o estado da saúde desses rios – eu sempre gosto do termo saúde porque ele comunica bem com a sociedade; a gente consegue entender. Se eu digo, por exemplo, que eu sou pré-diabético e também tenho 52 anos, a gente começa a entender como é que a idade vai chegando e o nosso corpo vai mudando. É exatamente o que acontece nos nossos ecossistemas: esses rios não envelhecem – quer dizer, eles até envelhecem, mas numa escala temporal muito diferente da nossa –, mas eles têm o seu processo de envelhecimento acelerado em função desse desgaste.

Então, quando a gente monitora o rio, quando a gente obtém informações desse rio, é como fazer o nosso teste de glicose: se a minha glicose está boa, eu posso fazer uma vez por mês, a cada seis meses ou a cada ano; se a glicose está ruim, eu tenho que aumentar os testes ao longo do tempo. Os nossos rios... E essa atividade foi proposta exatamente para isso, para a gente entender qual é a saúde daquele momento e identificar quais são os rios que precisam de mais atenção. E esse trabalho identificou o Rio Melchior como o rio em estado crítico de saúde de ecossistema. É um trabalho publicado – pasmem! – pela Codeplan, órgão do Distrito Federal; é um documento público, e foi avaliado como a melhor pesquisa científica de 2021 do Distrito Federal. Nesse trabalho, não só nós identificamos o estado dos rios, como nós fizemos uma proposição de gestão das águas e do meio ambiente. Está aqui, o modelo de gestão está pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo pode ser reformulado e aperfeiçoado? Obviamente, na academia a gente faz uma primeira proposição. Quando ele chega nos órgãos de Estado, os órgãos de Estado o aperfeiçoam em função das políticas, e isso é natural. Mas, nesse processo de proposição de uma gestão dos nossos recursos hídricos, nós avaliamos dois patamares: o primeiro é a saúde, que eu já comentei, e a gente identificou áreas que estão bem, principalmente as áreas de unidade de conservação, e aí há uma gradação em cores simples. Qualquer pessoa consegue entender, tanto que os colegas da sociedade se comunicam a partir dessa informação. Mas nós também fizemos, dentro desse modelo, a perspectiva vinda da Resolução 357, Conama, que enquadra as nossas águas no Brasil.

E aqui eu abro um parêntese, Senadora. Talvez a gente precisasse rever o nosso arcabouço legal federal para dar mais suporte aos estados, porque muitas vezes – e eu já vi em várias reuniões, e não só no Distrito Federal – os órgãos de Estado dizem: "Eu trabalho com a lei federal, a lei federal é que me norteia". E, se a lei federal tem algumas falhas, essas falhas acabam reverberando nos estados. E eu sempre digo o seguinte para os colegas: "Olhe, os estados não podem ter leis mais frouxas que as leis federais, mas eles podem ter leis mais restritivas". Mas muitas vezes não há um interesse político em tornar isso mais restritivo, ou trazer mais informações para o arcabouço legal.

E, nessa proposta, a gente indicava claramente como os rios deveriam ser reenquadrados. Então, só para dar um exemplo muito claro, o Rio Melchior está enquadrado hoje como classe 4. Ele tem as condições críticas, mas, frente à legislação, está pleno porque é classe 4, e essa para mim é a maior prova de que a legislação é uma licença para a poluição. Os órgãos de Estado não gostam quando eu falo essa frase, mas eu acho que eu tenho que ser honesto como um cientista e responsável como um servidor público. Essa parte da legislação oferece a possibilidade de muitos ecossistemas serem degradados até a sua situação crítica.

No caso do Rio Melchior, para ser mais específico, o que aconteceu foi o seguinte: quando, na análise que eu fiz em janeiro de 2023, encontrei cobre, aí já não se enquadrava mais na classe 4, porque não se permite a concentração de cobre que foi encontrada ali. Então, agora já não se enquadra mais dentro da legislação; então, não está mais coberto pela legislação. Nesse momento, eu acabei sendo persona não grata no Governo do Distrito Federal, em vários aspectos, vários colegas sabem a esse respeito.

Então, isso tudo está documentado, Senadora. A gente tem o documento, tem a publicação, toda essa tese foi publicada nas melhores revistas internacionais e pela Codeplan; então, são vários artigos publicados. E o que a gente tem visto é que a situação não avançou. A gente tem a informação da ciência, a gente tem a sociedade trabalhando nesse sentido. Eu fiz várias vezes, enviei inclusive ao Conselho de Recursos Hídricos, apresentei uma proposição de um programa de monitoramento para essa área e até hoje esse programa não foi para frente.

Para finalizar, eu gostaria de mencionar um outro problema na nossa legislação. Como estou na Casa da legislação, onde se faz a legislação, a resolução do Conama tem uma série de variáveis, mas a maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos lugares não usa. Existem umas padronizadas nos programas de monitoramento, mas existem compostos químicos que ainda não estão – o Prof. Vicente vai poder até falar um pouco mais sobre isso – previstos em lei. Os metais têm previsão, mas, por exemplo, os fármacos não têm previsão em lei, os microplásticos não têm previsão em lei das concentrações mínimas e sustentáveis pelos nossos ecossistemas. Então, existe todo um grupo de contaminantes emergentes hoje, descritos em literatura científica, para os quais o nosso arcabouço legal ainda não tem legislação. Deveríamos, urgentemente, ter legislação que previsse quais são os mínimos aceitáveis nas nossas águas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – Para terminar, eu acho que essa questão dos contaminantes emergentes é muito interessante, porque, há pouco tempo – e aqui eu não estou fazendo nenhuma relação direta desse problema –, eu tenho acompanhado informações de que têm aumentado o câncer no trato digestivo das pessoas. A pergunta é: será que não vem das nossas águas? Essa é uma pergunta que eu deixo. Então, assim, o quanto aquela água que chega à nossa casa, essa água que nós bebemos, tem toda a informação necessária de que não existe um contaminante que pode estar nos afetando? E é importante que todos saibam que, às vezes, a detecção desses contaminantes é na ordem das micro, picogramas, mas eles, quando acumulados no nosso corpo por muito tempo, é que começam a expressar a doença de uma forma mais clara. Então, quando a gente fala desse monitoramento, a gente fala desse novo arcabouço legal, a gente está falando exatamente de preservar a saúde humana.

É isso.

Eu agradeço a fala. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada pela participação e pela fala, professor. Depois eu gostaria de ter acesso...

O SR. JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Eu trouxe para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ótimo. Vamos conversar depois sobre a questão do arcabouço, das leis, desses percentuais mínimos que já foram levantados aqui e que não constam em legislação nenhuma. Enfim, quero ouvi-lo mais. Muito obrigada pela participação.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Renato Santana, Subsecretário da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal, que também foi Vice-Governador do Governo Rollemberg, um companheiro de Governo. É um prazer tê-lo aqui conosco, Renato.

O SR. RENATO SANTANA (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila, taguatinguense e agora Senadora desse querido Brasil; Prof. Francisco; Lúcia, que trava uma batalha desde sempre na defesa das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

águas; colega Gustavo, representando aqui a Adasa; senhoras e senhores, eu os vejo aqui, numa quarta-feira, Semana Santa, para tratarmos deste bem natural que representa a vida, que é a água.

É engraçado porque geralmente são as mesmas pessoas, que outrora não tinham cabelos brancos e já estão de cabelos brancos desta luta árdua.

Tem um fator, nesta audiência, Senadora, extremamente relevante. Em 2015, eu era Vice-Governador do Governador Rodrigo Rollemberg; você, Deputada Distrital, Secretária de Esporte; o Prof. Francisco, como bem lembrou aqui, participou da construção do plano de Governo; a Lúcia já vinha com as caminhadas de sempre; os amigos de Águas Emendadas. Eu vejo ali o Chico Andrade, que estava conosco lá e hoje compõe a Adasa como representante institucional. A Luciene, que está ali, à época atuava lá na Administração de Ceilândia e já falava dos problemas afetos ao Rio Melchior, que está naquele triângulo da maior região do Distrito Federal, composto por Ceilândia, Taguatinga, Samambaia. Acerca do Rio Melchior, o Gustavo vai adentrar um pouco mais, na parte técnica. A Maria Silvia estava conosco lá na Sema, na Sugat, onde estou hoje. Eu só estou hoje lá porque ela passou e plantou sementes que deram frutos, frutos desse plano de Governo, viu, professor? Então, não foi em vão.

E vou dizer: aconteceu algo extraordinário, porque essa construção da Maria Silvia, lá na Secretaria do Meio Ambiente, na Sugat, onde foi implantada a maior ferramenta do país hoje ou a única, naquele modelo de monitoramento, com uma plataforma que absorve informações e distribui informações de cunho ambiental, perpassou, porque o convênio foi assinado lá em 2016. Quanto ao projeto do CITinova, cidades sustentáveis, que foi implantado no Distrito Federal e em mais duas cidades, Recife e São Paulo, somente Brasília fez as entregas que se propôs a fazer, diga-se de passagem. Perpassou o Governo. Entrou o Governo Ibaneis, e a Maria Silvia continuou lá.

Outra coisa: quando a Maria Silvia saiu para uma missão nobilíssima, que é compor os quadros do Iphan, o Renato Santana foi convidado para suceder essa belíssima cabeça lá, porque é uma missão árdua. Não é fácil. Aí a equipe dela está lá intacta, ou seja, não houve descontinuidade.

O que há, de fato – e há muito do que a Lúcia e o professor Francisco colocaram –, é que Estado são pessoas. Alguns interpretam, Senadora, de uma forma, outros de outra forma. E legislação federal, obviamente, tem uma efetividade, mas não impede que os estados toquem as suas ações. E aqui, no Distrito Federal, apesar de toda essa cena, em que a Lúcia disse assim: "Ó, não quero alarmar...". Mas é de se alarmar sim, proteger... Ou você alarma ou não protege, porque, imagina, nós temos que ter fórum de defesa da água! Tem que alarmar o que era para ser uma coisa natural.

E, por exemplo, a Adasa, com a Secretaria do Meio Ambiente e a Caesb, lançaram um edital, na semana passada, na semana do Dia Mundial da Água, para ampliar os produtores e produtoras de águas, os protetores de nascentes, porque, por exemplo, eu sou oriundo de uma das cidades que é berço das águas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distrito Federal, que é Brazlândia, e 74%, 75% da água que é consumida no Distrito Federal vem daquela região.

Olha que JK, quando instituiu, no decreto: Agora vamos lá interiorizar esse país... Brasília nasceu, no decreto que prevê a sua criação, com um cinturão verde, e esse cinturão verde virou cidades. Águas Lindas, que já nasceu com quase 300 mil habitantes; Pedregal, Novo Gama, Céu Azul, Valparaíso, Santo Antônio do Descoberto... Então, nós...

E aí, Senador, a título de sugestão, a Lúcia foi cirúrgica. A discussão das águas no Distrito Federal é uma discussão de país e, principalmente, é uma discussão que requer a vinda, para dentro desse jogo, imediatamente, desse cinturão de cidades que nos envolvem e que impactam o Distrito Federal, sim.

E lá, em 2010, quando eu era Secretário de Governo, nós já estávamos conveniando com o Governo de Goiás e com a Prefeitura de Águas Lindas, para nós aqui, Caesb, intervirmos do lado de lá. E lá foi construída uma estação de tratamento para proteger o Lago do Descoberto. E aí nasceu aquele cinturão de parque do lado de lá, para proteger o Lago do Descoberto.

Então, essas ações que, geralmente, para nós que atuamos no campo da defesa e da proteção do meio ambiente... Essas coisas não reverberam. Por exemplo, a Lúcia falou da Serrinha, que teve uma ocupação desordenada. Ou não teve? Por ausência única e exclusiva do Estado, que ainda insiste em monitorar... E aí, quando eu digo Estado, eu estou apontando para mim, que sou o Estado.

Por exemplo, o Sisdia, que é essa plataforma... Aí eu sugiro que vocês conheçam, quem não conhece. Acessem lá a plataforma www.sisdia.org.br, que é gratuita e você pode consumir informações, até para que tenhamos a... Sabe aquela régua do tempo da ocupação no Distrito Federal, que foi prevista para 500 mil habitantes e hoje tem 3 milhões de habitantes e tem uma circulação de mais alguns milhares de milhões, nesse trânsito dessas cidades que estão conjugadas ao Distrito Federal? Porque há pessoas lá que são dignas e são vidas humanas.

O que nós precisamos fazer... e aí é dever do Estado, sim...

Mais uma vez, parabenizo a Senadora e fiquei muito honrado e feliz de vê-la conduzindo este tema, primeiro, porque é uma mulher que está conduzindo esse tema, e aí a sensibilidade é outra, está a anos-luz.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO SANTANA – É dever do Estado e ela perpassa por todas essas ações.

Por exemplo, ontem a Adasa, a Secretaria do Meio Ambiente e o Ibram assinaram um acordo de cooperação para tratar do plano de manejo de Águas Emendadas. Não se vai tratar isso sozinho, trancado numa sala, sem a participação da sociedade civil, principalmente esta sociedade civil aqui, que é a maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessada na proteção. Porque o que está interessado na especulação, esse não vai participar desse tipo de fórum aqui.

Proteger Águas, Senadora... Fala-se muito no Rio Melchior. No estudo do professor que faz alusão à contaminação de águas, essas são as águas que nós consumimos, por exemplo. Com o advento dos condomínios – esses condomínios, que não eram uma característica do Distrito Federal; o Distrito Federal nasceu com a característica de cidade planejada –, onde nós moramos, muitos de nós aqui, eles nasceram e a captação de água passou a ser o quê? Poço artesiano, cisterna, e no mesmo lugar em que se construiu o poço artesiano se construiu a fossa.

Nós não estamos falando de pequenos condomínios. Por exemplo, a Vicente Pires era uma reserva de chácaras de concessão da antiga Fundação Zoobotânica. A Vicente Pires nasceu – eu participei do processo de regularização lá, porque fui administrador dois anos; a Maria Silvia também participou do processo de regularização –, e o nosso processo de regularização lá foi o Estado fazer a compensação ambiental do estrago que foi feito, por omissão do Estado em algum momento!

Como fiscalizar um território...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO SANTANA – ... de 5,8 mil quilômetros quadrados com 300 auditores? Tem que utilizar tecnologia, alertas territoriais, que é o que nós estamos contratando lá na Secretaria – com resistências, óbvio – do Meio Ambiente. Se você tem satélite, tem alerta em fotografia e imagem de 15cm, como não utilizar essa ferramenta para proteger inclusive as nossas águas? Onde elas estão? Quais são essas nascentes? Elas estão georreferenciadas?

Então, este é o grande desafio hoje lá, nesse acordo de cooperação que envolve a Adasa, a Caesb, a Secretaria do Meio Ambiente: colocar tecnologia a serviço do Estado e do cidadão, para que ele, inclusive, possa ser o agente de transformação, ter acesso a ferramentas de tecnologia para mostrar para o Estado algumas coisas que, às vezes, são tão óbvias que a gente tem a dificuldade de enxergar, porque nós estamos trabalhando nesta ferramenta aqui, no papel, no sistema de processo, e o mundo real não permite isso. A velocidade do mundo real é 5G.

Outra. Brasília já nasceu em cima de potenciais mananciais. Se fosse para nascer Brasília hoje, talvez não tivesse nascido aqui, neste local, um pouco mais para lá, um pouco mais para lá. Mas ela já nasceu, e não existia nada para falar de meio ambiente. Não existia ministério do meio ambiente, não existiam secretarias do meio ambiente, e hoje existe, e existe uma comissão para tratar desse tema.

E aí, Senadora, eu trago aqui a palavra e o afeto e o abraço do Secretário Gutemberg, que é o Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal hoje e que quase teve sua vida ceifada na proteção do meio ambiente no Parque Ezechias Heringer, na desocupação, lá em mil novecentos e oitenta e alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa, e nós só conseguimos fazer a desocupação do Ezechias Heringer, no Guará, em 2017. E quase que quem era o alvejado lá era o gente boa aqui. É uma luta diária constante.

Para finalizar, e desculpem-me, porque eu já meio que dei uma atravessada no tempo, esse é o Secretário Gutemberg, que tem compromisso com o meio ambiente, até porque já colocou a sua vida à disposição disso, e a vida é tão extraordinária que, anos depois, está ele aí Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, que tem dado lá 12, 14, 16 horas do seu dia a serviço da população.

Mas olha só: o Prof. Francisco falou dos estudos lá da UnB. A UnB tem sido uma parceira extraordinária, desde sempre. E aí eu volto aqui na Maria Silvia. Ela foi esse fio condutor dessa parceria, que permanece.

Ainda ontem, eu estive na Adasa com o Prof. André Brasil, que tem lá um laboratório de geofluxo. Ou seja, é geotecnologia a serviço da proteção do meio ambiente. E aí nós levamos à Adasa, porque a Adasa adquiriu muita tecnologia agora para fazer aferição de níveis de água, infiltração, e, inclusive, o estudo está *online* em tempo real, com os sensores lá na fazenda da UnB, para que a gente possa... "É isso mesmo? Tem resultado? É positivo?". Agora, vamos ter que dar escala para isso, não pode ficar trancado lá no armário depois de tudo pronto. E é esse consumo, essa falta desse consumo, Senadora, para a qual o professor alerta, que a academia produz estudos técnicos, científicos para o Estado consumir. E isso ficava lá, com a academia do lado de lá, com tudo isso pronto e estocado, e o Estado, o Executivo do lado de cá, querendo contratar essas coisas, quando, na verdade, é uma junção desses esforços, entendeu?

Então, ontem nós estivemos com o Prof. André Brasil, que tem um trabalho belíssimo, que tomo a liberdade de convidar a senhora, Senadora, a conhecer, e a Maria Silvia conhece muito bem o laboratório do geofluxo lá da UnB e os estudos e os trabalhos que têm sido realizados lá e que a Adasa passa a consumir agora e que a Sema já consome há algum tempo, e, quando a Adasa consome, a Caesb consome e a Sema consome, quem está consumindo é o Distrito Federal.

Repito: o Estado é feito de pessoas, e nós não vamos transformar isso do dia para a noite, é um processo conjunto. E é do bom debate, é das boas ideias e é do acolhimento dessas ideias. Quando eu vejo esse jovem aqui quase que numa luta solitária... E digo que é solitária porque é para ser a cidade nesse assunto. E tem um grupo de pessoas lá fazendo um grito que é tão óbvio!

Mas, por exemplo, ele tem efeitos – e o Gustavo vai falar aqui: a Adasa, ontem, assinou acordo de cooperação – tem UnB, tem Caesb, tem Secretaria do Meio Ambiente –, para tratar do plano de manejo específico em Águas Emendadas.

Então, é isso.

Obrigado, Senadora, pelo convite. Eu trago aqui o abraço do Guto, Secretário do Meio Ambiente; da Governadora Celina, que é uma companheira sua de caminhada; do Governador Ibaneis. E gostaria de dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal está lá de portas abertas e à disposição sempre. Porque o meio ambiente é tudo, é onde nós vivemos. Eu nasci em Brasília, eu sou fruto desta cidade. Eu morei em Ceilândia e fui Administrador de Ceilândia por duas vezes, onde nós vimos nascer, por exemplo... Eu falei aqui da Serrinha, que tem traços de ocupação desordenada, como se tem no Sol Nascente, que nasceu lá com quase 100 mil moradores.

A SRA. LÚCIA MENDES (*Fora do microfone*.) – Desculpa, Renato, mas Serrinha não tem nada a ver com o Sol Nascente, é muito diferente. Nós ainda temos muita...

O SR. RENATO SANTANA – Eu não estou falando... Não tem nada a ver mesmo, porque a Serrinha – você falou tudo – é a ocupação... O poder econômico é outro, do Sol Nascente é um outro. Mas a característica da ocupação não foi o Estado que... E eu vou dizer mais: por exemplo, nós temos – e nós não podemos fechar os olhos para isso, para... Porque, assim, uma coisa é "Tá, vou fazer a defesa de tal área"; agora, nós temos que fazer a defesa da ocupação devida, e nós não podemos fechar os olhos para os formatos de ocupação que ocorreram no Distrito Federal, criminosos. Eu citei Vicente Pires, por exemplo. E em Vicente Pires é o seguinte: o córrego Vicente Pires, aquela área de aeração do Vicente Pires, ali por detrás... O 26 de Setembro idem. E aí, não é de quem é a culpa. Se tem um Estado e ele tem que proteger, o Estado falhou em vários momentos dele; não foi em um momento, foi em vários momentos.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada. (*Fora do microfone.*) Nós que agradecemos a participação, Renato. E entendemos que é importante esse debate dos representantes dos governos, sociedade civil e outras entidades. Às vezes, os debates são acalorados, mas isso faz parte do processo democrático, e você, como político que já está há muitos anos aí, entende. Muitas vezes, há o desabafo das pessoas e a preocupação também.

E eu quero te agradecer e mandar meu abraço ao Secretário Gutemberg.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Gustavo Antonio Carneiro, Superintendente de Recursos Hídricos da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

Seja bem-vindo, Gustavo.

O SR. GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO (Para expor.) – Senadora, obrigado pelo convite.

Primeiramente, queria só pedir desculpa, porque a gente acabou atrasando aqui, não pegou o começo da mesa; foi uma falha administrativa nossa, acabaram me levando para o local errado, e até a gente desfazer o... Mas o importante é que estamos aqui para trazer os esclarecimentos.

Eu trouxe até – se me permite, Senadora – alguns eslaides, porque eu acho que facilita essa visualização. Muitos aqui são conhecedores, técnicos, especialistas, mas também tem o pessoal da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade civil, que, apesar de militar na área, às vezes... Eu acho que, sempre que a gente pode, a gente consegue contribuir com esse esclarecimento técnico do que é a nossa competência, o que a gente faz, como é que a gente tenta trabalhar o problema.

Antes de avançar aqui nos eslaides, quero só fazer uma contextualização. Aqui, no fundo, todos nós estamos lutando pela mesma causa. Muitas vezes, é igual em família: em família, você está ali chateado com um acontecimento, você chega em casa, você desconta no seu parceiro, no primeiro que você vê na frente e desaba tudo em cima daquela pessoa. Então, muitas vezes a Adasa recebe críticas e tudo mais, mas a gente está militando pela mesma causa, cada um dentro da sua competência.

A Adasa tem sua esfera de atuação na parte de saneamento e gestão de recursos hídricos. Então, o nosso foco fica muito na questão do balanço hídrico, focando nos usos da água – quem está indo lá direto fazer uma intervenção no rio – e na questão do monitoramento, dentro das nossas competências desses corpos d'água, e no saneamento: nós temos que garantir o acesso da população à água potável e também ao esgotamento sanitário. É claro que nessa gestão existem objetivos conflitantes. A gente pode preservar tudo? Bom, se a gente preservar tudo, vai ter que ter algum trecho onde a gente vai ter que descartar aquele efluente tratado, a gente vai ter que escolher um local, e aí essa escolha é claro que vai desagradar alguma parte da população. Agora, tudo isso tem que ser feito dentro da legalidade, respeitando os normativos, essa que eu acho que é a questão principal.

Eu vou fazer aqui um panorama do que é a nossa atuação e depois a gente deixa aí como sugestão, o próprio Prof. Francisco Júnior muito bem colocou: a legislação já tem um tempo, apesar de ter sido bastante inovadora para a época, já carece de inovações. A gente tem novos poluentes, poluentes persistentes, hormônios, fármacos, uma série de outros contaminantes que estão nesse ciclo nosso do dia a dia, de uso da água, descarte, reutilização da água, descarte. Como é que a gente vai tratar isso? Como é que a gente vai adaptar as nossas tecnologias, nossas estações de tratamento, nossos níveis de controle, de monitoramento? Então, tudo isso precisa de avanço, mas claro que, dentro da atuação nossa, eu vou falar aqui um pouco do nosso panorama.

Então, aqui é o famoso enquadramento. O que é enquadramento? O enquadramento é um dispositivo, um instrumento que é previsto na política de recursos hídricos que dá um rótulo para cada corpo d'água de acordo com os usos do que se pretende fazer daquele corpo hídrico. Então, se um corpo hídrico, por exemplo, é classe especial, significa que ele é preservação completa. Isso é possível em todos os corpos d'água? Não, isso é possível quando ele está dentro de uma unidade de conservação. Agora, se você tem um corpo hídrico que é classe 1 ou 2, você vai aumentando as possibilidades de uso daquele corpo d'água e também vai abrandando um pouco as condições de qualidade da água, porque, conforme você vai aumentando a intensidade do uso de um corpo hídrico, com a pressão urbana em volta daquele corpo hídrico, acaba que a qualidade dele vai se degradando. Isso é uma consequência da atividade humana. Então, é isso que a gente tenta regular para não atingir níveis acima do que é permitido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, se vocês olharem, é claro que, fechando todo o quadrilátero do DF numa imagem tão pequena, fica difícil de a gente ver com a resolução, mas, se você aumentar essa figura, vai ver lá que tem rios de classe especial, classe 1, classe 2, alguns em amarelo – aqui não dá para destacar muito, mas você consegue ver, ali em Sobradinho, alguns trechos, ali na parte dos afluentes do São Bartolomeu – e alguns trechos classe vermelha, que é a classe 4. E ali você vê nitidamente o Melchior. Então, o que é a classe? A classe não é uma fotografia, um diagnóstico da qualidade da água em que se encontra o rio; a classe é a destinação que foi dada àquele rio. E essa destinação é determinada pelo Conselho de Recursos Hídricos. Isso aconteceu no Distrito Federal em 2014, o DF foi vanguarda nisso. A gente foi o primeiro estado, a primeira unidade da Federação que enquadrou todos os rios da sua unidade nos moldes da Resolução Conama 357, porque os enquadramentos anteriores seguiam outras resoluções mais obsoletas. E a gente faz um monitoramento disso. Isso serve de baliza para as outorgas de lançamento de efluentes e também deve servir de balizamento para o licenciamento ambiental.

Agora, quando você olha essa figura, interessante é dizer o seguinte: no DF, com toda a pressão urbana, a gente conseguiu enquadrar mais de 98% da nossa rede hidrográfica como classe 2, 1 ou especial, que são as melhores classes. Apenas 1,4% da rede hidrográfica ficou como classe 3 ou 4, sendo que só 0,4% é classe 4. E por que foi enquadrado como classe 4? Isso foi uma decisão de muitas décadas. Quando se optou por ter aquela localidade como destinação do lançamento de efluentes, isso já designou que aquele corpo d'água seria o principal receptor dos esgotos tratados do DF.

Então, essa figura é bastante interessante como um resumo da nossa atuação. Se vocês olharem ali, tem, ainda no pano de fundo, uma imagem mais resumida dos corpos d'água, com suas cores, com suas classes. A gente tem também uma subdivisão, uma linha tênue ali cinza, que são as unidades hidrográficas. E temos esses pontos pretos, que são os pontos de lançamento dos efluentes tratados do esgoto coletado de toda a população do Distrito Federal. Então, uma vez que você coleta o esgoto e trata, você precisa devolvê-lo para a natureza na forma de lançamento de efluente. Felizmente, e isso a gente também tem que valorizar no DF, Senadora, enquanto estado, o DF é o estado que tem a maior cobertura de coleta e tratamento de esgoto do Brasil.

E aí, mesmo tratando todo esse esgoto, quando eu vou lançar isso no corpo d'água, a gente está numa região alta, de cabeceira, de nascentes, e as vazões dos rios são muito pequenas, nossa capacidade de diluição é muito pequena. Então, mesmo após o tratamento, o corpo d'água sofre o impacto com aquela carga remanescente que ainda fica no efluente tratado.

Se você olhar ali, não é por acaso que exatamente após aquele ponto, ali naquela unidade hidrográfica que está destacada com um delineado preto mais grosso, é a unidade hidrográfica do Rio Melchior. Você veja que, exatamente após aquele ponto, o rio foi classificado, foi enquadrado na classe 4. Significa que não seria permitido nenhum uso de recurso hídrico a partir daquele ponto. Por isso que ele é enquadrado na classe 4. Não significa que ali é permitida qualquer coisa. Não significa que não há limites, que não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regras; simplesmente que há restrição ao uso. É isso que diz o enquadramento, e é isso que a gente efetiva, e é isso que a gente faz acontecer.

A gente também tem um cenário de outros rios. Você vê que aqueles rios amarelos também ali na parte da região de Sobradinho, São Bartolomeu, justamente a jusante, ou seja, abaixo dos principais lançamentos de efluentes.

A gente também ali tem, na região de Ponte Alta, Alagado, alguns rios que também são impactados pelos lançamentos de efluentes, lembrando que esses lançamentos são outorgados, licenciados, atendem aos mínimos de remoção previstos por lei, inclusive com níveis de remoção bem acima do que a gente vê em outras localidades, mas, considerando a capacidade de diluição do rio, a gente tem que modular e fazer o enquadramento compatível.

Lembro que não é a Adasa que faz esse enquadramento, mas isso é um debate que acontece no Conselho de Recursos Hídricos, envolvendo sociedade civil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO – ... Caesb, Adasa, secretarias de estado, especialistas, academia e todo mundo.

Então, esse era um panorama mais geral, Senadora, mas, se me permitir só mais dois minutos, eu vou passar aqui um pouco do que é o resultado disso.

Então, entendendo essa figura, a gente olha aqui como é que a gente monitora. Aqui está o nosso sistema de informações sobre recursos hídricos, disponível para todo mundo, é de livre acesso, isso é atualizado trimestralmente. A gente coloca aqui os dados, nesse ícone que eu estou destacando aqui, de qualidade da água, os dados do nosso monitoramento qualitativo. Aqui vocês vejam que a gente tem toda essa rede. Temos quase uma centena de pontos de monitoramento espalhados por todo o Distrito Federal, isso é a nossa rede de monitoramento de qualidade das águas.

E aqui eu vou trazer alguns exemplos. Aqui é o IQA, já a apuração do Índice de Qualidade da Água, que é um índice que tem mais interesse para o saneamento. Isso mostra qual é a adequação daquela água para ela poder ser captada, tratada e usada para abastecimento humano. Então, você veja que, por exemplo, no último trimestre, trimestre 4 de 2023, pelo monitoramento, a maioria está em condição ótima ou boa, algumas com condição regular, ou seja, caiu um pouco a qualidade. Aí a gente vai ver o que aconteceu e viu que justamente ali a gente tem problema de sólidos suspensos, alguma elevação de coliformes, isso tudo elevado, a questão de chuvas em área urbana, em que vem toda aquela lavagem e aquela poluição difusa. Então, isso tudo é mapeado nesse tipo de monitoramento.

Aqui só um destaque, aquele ponto justamente ali é do Melchior. Tem lá o IQA daquele trimestre e a condição dele em frente ao indicador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, Senadora, aqui a gente também tem o monitoramento dos rios. É um monitoramento diferenciado, porque são corpos d'água lênticos, que chamamos assim. São lagos e reservatórios, que têm outra dinâmica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO – E aqui a gente também tem o monitoramento com outro indicador, próprio para o estado trófico de ambientes tropicais. Então, aqui mostra, no Lago Paranoá, Descoberto, Santa Maria, por exemplo, condição ultraoligotrófica, oligotrófica. Nossa, que palavrão é esse? Isso é coisa boa ou ruim? É bom, felizmente aqui é coisa boa. A gente tem mais quatro níveis abaixo desse, que vão mostrando a degradação do reservatório, em termos de como ele vai morrendo, ele vai virando um pântano, ele vai atingindo um estado de eutrofização elevado. E felizmente a gente consegue conter e manter o reservatório com um nível de qualidade muito bom.

Lembro que, ali, o Lago Paranoá já foi, no passado, Senadora – lembrando –, objeto de poluição. A gente teve um grande empenho para a despoluição do Lago Paranoá, e hoje ele é mantido despoluído, um lago de uso público, com navegação, captação de água, enfim, é um lago que funciona com seus usos múltiplos, inclusive com a questão de balneabilidade, conforme o zoneamento de usos do lago.

Aqui temos também um indicador que traz qual é a condição de qualidade da água do rio monitorada diante do enquadramento que foi postulado lá, conforme a resolução do conselho. E você veja, a gente tem situação conforme, adequado, regular – já está mediano –, afastado – já começa a ter algum problema, a gente tem que entender por que ele não está atendendo o enquadramento, quais parâmetros ele não está atendendo, em que época do ano que ele não atendeu. Esse indicador é muito interessante, porque ele tem três eixos, viu, Senadora? Ele olha a frequência de não atendimento, a abrangência, ou seja, o número de parâmetros que não atenderam o que foi especificado no enquadramento, e a intensidade. Se ele não atendeu, ele não atendeu por um pouquinho ou ele não atendeu por muito? Isso tudo é computado de acordo com um método que já foi consolidado no Canadá, o Índice de Qualidade da Água do Canadá, que foi a fonte para a gente adaptar isso. Isso também já é objeto de estudo, a Profa. Monica Porto já fez vários estudos nesse sentido, e a gente conseguiu fazer uma adaptação para o DF que nos traz, de maneira bem simples e rápida, a ideia de como está a situação do corpo d'água em frente do enquadramento.

Aqui a situação do Melchior na data, no ano de 2023, lembrando que isso é um compilado das amostras do ano inteiro.

E, só para finalizar, a gente também deixa disponível todos os parâmetros, parâmetro por parâmetro, estação por estação. Isso está aberto para todo mundo desde que a gente começou a fazer esse monitoramento, lá em 2015, então já temos aí quase dez anos, uma série de dez anos de dados.

E você veja que interessante, Renato: no Melchior, mesmo com toda a degradação que sofreu ao longo dos anos por ter sido o principal receptor do efluente de esgoto doméstico do Distrito Federal, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue ir lá no ponto dele, Senadora, no ponto de entrega... Ali, só para a senhora ter uma ideia, essa barrinha ali que está indo de 0 a 10 é DBO, é a carga orgânica. É um indicador que mede a demanda bioquímica de oxigênio, que é um indicador indireto de medir o quanto de oxigênio eu preciso para oxidar a matéria orgânica que está sendo lançada, então é um indicador indireto de matéria orgânica.

Na classe 4, teoricamente não teria nível limite. A Adasa estabeleceu ali: 13. Por quê? Porque esse é o nível limite na pior situação para não alterar o Descoberto, a jusante da confluência.

Ainda assim, o que a gente tem observado – com as melhorias da Caesb, lembrando também que a Adasa regula a Caesb, sempre cobrando melhoria nas estações, aumento dos níveis de tratamento – é que ele chega ali, isso ao longo do tempo, com o nível de DBO perto de 2mg por litro. Em termos de DBO, isso seria compatível com a classe 1.

É claro que não só tem DBO ali – isso é uma questão que o Prof. Júnior vem trazendo há muito tempo e vem falando isso com muita propriedade –, ali a gente tem muito mais coisa além do que só a carga orgânica e os nutrientes, mas esse é um assunto muito mais amplo, que foge da nossa competência. Isso envolve saúde pública, isso envolve gestão ambiental, isso envolve novas legislações, como eu falei, dos novos fármacos, poluentes orgânicos persistentes, a questão de agrotóxicos. Enfim, tem uma infinidade que a gente tem que enfrentar enquanto sociedade, mas isso vai além da competência da Adasa. E aí, como eu digo, estamos juntos nessa jornada, mas a Adasa não consegue resolver todos os problemas, principalmente aqueles de questão mais ambiental e de saúde pública.

Para finalizar aqui e para não me estender demais, nós todos sabemos que nós temos um inimigo comum, que é o uso e a ocupação desordenados do solo do Distrito Federal. Esse é o grande impactador de tudo isso de que a gente fica correndo atrás, tentando prover serviços públicos. Teve uma época em que o DF chegou a crescer com um número de 40 mil novos habitantes por ano – 40 mil. Isso é maior do que a maioria das cidades do Brasil. Agora, no último censo, se eu não me engano, ficou com menos de 20 mil, mas ainda assim é muita coisa.

Imagine você todo ano ter que resolver o abastecimento de água, prover serviços públicos, coleta de lixo e drenagem para mais 15 mil, mais 20 mil habitantes, e tudo isso vai gerar esgoto, vai gerar resíduo, que a gente tem que levar para o aterro, que vai gerar o chorume, que vai ter que ser tratado, o efluente vai para a estação de tratamento, que vai para o Melchior, mesmo depois de tratado.

Então, em tudo isso a gente tem que dar as mãos e achar um caminho conjunto, porque nós somos os geradores desse resíduo, enquanto sociedade, e nós temos que achar a solução para isso.

Mais uma vez agradeço e queria aqui enaltecer mais uma vez, além, claro, de todos os gestores públicos – estou vendo aqui Newton, Alzirênio, Alba, a própria Lúcia – todo o pessoal, os representantes da sociedade civil que estão nesta luta, mas eu tenho certeza também de que eles têm ciência das limitações e das dificuldades que a gente tem que enfrentar, porque, se fosse só fazer gestão de recursos hídricos, seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fácil – a gente daria outorga aqui, outorga lá, está dentro do balanço, está tudo bem –, mas é uma cidade que vai crescendo em torno do rio e vai gerando todas essas dificuldades. É isso.

Desculpa me estender, Senadora, mas a ideia era trazer a maior quantidade de esclarecimento, e a gente fica aqui à disposição para qualquer dúvida.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela participação, Gustavo Carneiro, representante da Adasa.

Eu gostaria de pedir aos nossos expositores desta primeira mesa que nos acompanhassem na parte dos convidados. E agora eu chamo, para compor a segunda mesa, a Sra. Maria Silvia Rossi, Diretora de Planejamento e Administração do Iphan; o Sr. Marcelo Benini – você está liberado, Renato –, Coordenador da Associação Guardiões das Águas Emendadas, e o Professor... (*Pausa.*) Vicente Bernardi – desculpa, Professor –, Professor de Geofísica da Universidade de Brasília, nossa querida UnB.

Sejam bem-vindos.

Obrigada. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra para os nossos expositores, eu quero agradecer a presença do Matheus Fernandes, que está aqui representando a Deputada Paula Belmonte.

Obrigada pela presença, Matheus. Mande o nosso abraço. Paula Belmonte, Deputada Distrital, sempre muito envolvida nessas questões hídricas aqui do DF e na questão, principalmente, do Rio Melchior. Obrigada por estar presente. Mande o nosso abraço à Deputada.

Eu vou passar a palavra – *ladies first*, o.k.? – para a Sra. Maria Silvia Rossi, que é a Diretora de Planejamento e Administração do Iphan.

Obrigada, Doutora.

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiro, Senadora, obrigada pelo convite. É um mandato muito... É um prazer estar aqui. O seu mandato inspira a todas nós. E, cumprimentando a Senadora, eu queria cumprimentar todos que estão aqui presentes, todas que estão presentes e os que nos assistem também.

Pontuei algumas coisas na forma de desafios. Alguns que me conhecem sabem que eu costumo provocar muito debate – eu pouco fico em zona de conforto, inclusive conceitual –, e acho que esse debate, esse diálogo, é isso que faz a gente crescer e avançar de verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesses anos, como disse o colega Renato – que é nosso ex-Vice-Governador, que tem uma grande capacidade de articulação, que está levando adiante, na Sema, olhando um desafio que é um desafio de quais as pautas prioritárias na nossa sociedade –, por muitos anos e até agora, água era tratada como recurso hídrico. Inclusive, em nível nacional, a gente tem esta dislexia: a gente separa água de meio ambiente. A gente tem o Conama e tem o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. São dois sistemas que se encontram em alguns momentos, por exemplo, no enquadramento das águas, que é o instrumento da 9.433, a nossa legislação federal, e que tem sido pouco aproveitada, e aí começam algumas divergências técnicas.

Quando a gente fala que tem que agir dentro da legalidade, o Conselho de Recursos Hídricos e o Conselho de Meio Ambiente são dois conselhos normativos, eles fazem normas, e isso é a principal disputa nos dois conselhos, porque, quando ele é normativo, eu passo a poder evoluir nessa norma. Então, na citação do enquadramento, por exemplo, em 2014, eu presidia estas sessões: eu presidia o Conselho de Recursos Hídricos e o Conselho de Meio Ambiente por vários anos aqui no DF. Eu presidi essas duas sessões que estavam aprovando o enquadramento. Por quê? Porque enquadramento é a ligação do licenciamento ambiental com a outorga, ele liga as duas coisas e ele traz para o nível territorial, ele localiza num território. Então, eu vou dar a outorga em tal local, mas o enquadramento tem que ser mantido. E o que é o enquadramento? É a vontade daquela população da fruição dessas águas.

Portanto, em Melchior, a gente tem uma equação mal resolvida, porque, embora seja na legalidade, a sociedade demanda a fruição dessas águas. O enquadramento não é feito para dentro do Governo, o enquadramento é a consulta, é o rio que temos, o rio que podemos e o rio que queremos. Essa é a metodologia nacional; portanto, por excelência, por essência do instrumento, a gente está falando da consulta social. Então, não adianta dizer à sociedade que o Governo está trabalhando dentro da legalidade. A sociedade está clamando pela fruição das águas. Então, é legal, mas não é moral. A gente está trabalhando num contexto de valores. Não adianta dizer que eu executo conforme a norma.

E esse foi o debate de 2014, em que a gente aprovou... E eu preciso dizer aqui – porque a história tem que ser dita, e a gente, resgatando história, não repete os mesmos erros – a importância da sociedade civil naquele momento. Os nossos conselhos distritais são paritários pela nossa Lei Orgânica, e isso tem feito toda a diferença apesar de todas as dificuldades que a gente tem do diálogo, da diversidade. Por quê? Porque a Adasa votou 17 vezes contra o enquadramento naquela reunião. Isso quer dizer que a gente está demonizando a Adasa? Não. Só mostra que a visão era uma visão mais conservadora naquela época e que a gente forçou um avanço. Por que forçamos um avanço? Porque existe a demanda inerente ao instrumento, que é a fruição pela sociedade – não são recursos – dos bens comuns.

A disputa que a gente está fazendo agora – eu acho que o Brasil está passando por isso – é uma disputa civilizatória. Para onde a gente vai? Um pouco do que se falou: que cidade a gente quer? Então, a gente está falando de disputa de paradigma, a gente está falando de implementação de conceitos, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está falando, por exemplo, de não usar, de deixar de lado, na poluição das águas, o conceito de drenagem pluvial, que está equivocado no conceito de hoje; teve a sua função nos anos 60, nos anos 70, nos anos 80. Grandes obras de engenharia drenavam, secavam as águas e as levavam a jusante; transportavam com grandes diâmetros de tubulões de engenharia – de 2m, por exemplo, de diâmetro –, e eles concentravam essa água que lavava a cidade – levava, inclusive, chumbo de pneu, porque tem desgaste, metal pesado – e levavam para outro lugar, "livre-se dessa água".

A jusante hoje é o Lago Paranoá, manancial nosso. E a gente continua com estratégias atuais de manejo de águas pluviais nos termos dos anos 80. Só que hoje é outra condição. Tem manancial, está faltando água, a população cresceu, e hoje o ativo mais restritivo, potencialmente mais restritivo, que a gente tem no DF é a água. E como eu continuo com uma... Eu posso dizer que não, que essa tecnologia a engenharia valida. A engenharia valida muitas outras tecnologias, eu posso dizer, porque sou engenheira – valida muitas outras coisas.

Cidade de Nova York: está trabalhando, trabalhou durante cinco anos com microdrenagem, com o conceito de manejo de águas pluviais, integrado dentro do urbanismo. Os arquitetos de lá, ao contrário dos arquitetos do Governo, não resistiram e foram para a linha de frente. Como eu integro a gestão das águas no meio ambiente para diminuir a contaminação e, de quebra, forçar a recarga de aquífero e melhorar os nossos níveis de base, de forma que, aqui no DF, durante os cinco meses que a gente tem de seca, o manancial não desça, porque a umidade está lá? É uma esponja. Se eu tiro água da esponja, a água que está em cima desce. Agora, se eu mantiver a umidade baixa, não vai descer. E essa é a nossa única garantia para não entrar em novo racionamento. A gente falava isso em 2010, 2011; a gente avisava desse racionamento; e a gente continua com os mesmos padrões tecnológicos.

Não se pode ter neutralidade nisso. A gente está falando de opções políticas, de opções técnicas, de escolher um conceito ou outro. Então, não tem neutralidade, vamos deixar isso bem claro. E o Conselho de Recursos Hídricos e o Conselho de Meio Ambiente são espaços essenciais para fazer nascer esses novos pactos, para essa evolução acontecer. E a gente tem rebaixado essa discussão no DF. Esses conselhos são pouco prestigiados, muitas vezes são desrespeitados por órgão de Estado – muitas vezes, por órgão de Estado chapa-branca. E eu falo porque fui 15 anos Governo, aqui eu estou no Governo Federal agora. Eu presidi esse conselho mais de 8 anos, sei das dificuldades de articulação que tem, dentro do Governo, com a sociedade.

Então, eu queria ponderar, relativizar um pouco, algumas falas muito técnicas, no sentido de que "é isso". Não. É isso hoje. A gente pode mudar e evoluir para aquilo, porque quem faz do mesmo jeito chega ao mesmo lugar. E todo mundo sabe como os padrões que a gente tem hoje são insustentáveis. Vou lhe dar um exemplo, Senadora, por que alaga nas tesourinhas? É uma cidade planejada desde o início, mas a área verde foi planejada como ajardinamento. Era o que se tinha no urbanismo naquela época. Hoje, o urbanismo assume e tem assumido nas áreas mais evoluídas... A gente teve uma delegação na época do Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rollemberg, de Nova York, maravilhosa essa equipe, que estava explicando como eles estão integrando, no desenho urbano, os mecanismos para drenagem pluvial e para fazer a microdrenagem. Está falando de áreas, quer ver, de 1m por 2m na calçada, não vai mudar a estrutura da cidade, como é o argumento: "Ah, isso aqui não tem viabilidade". Tem viabilidade. Tem cidades grandes extremamente urbanizadas fazendo isso, a um custo muito menor do que essa infraestrutura, porque um dos pontos é a dimensão tecnológica. Uma primeira dimensão são os valores e as opções, qual é o lugar de fala e para onde eu olho? Eu olho para cá, ou eu olho para lá! Tem decisões aí. Essas decisões têm que ser pactuadas com a sociedade.

Tem uma segunda dimensão que é a tecnológica. Quais são as ferramentas que nós temos, que nós precisamos desenvolver, para que esses planos de futuro – o rio que eu quero – sejam implementados? É isso. Enquadramento tem meta intermediária e tem meta final em 20 anos, 30 anos.

Cadê as metas intermediárias? Desde 2014, a gente vem lutando com isso. Tem a meta final, mas não tem meta intermediária. Não tem como fiscalizar, não tem meta intermediária. Entende? Então, assim, não tem neutralidade.

O terceiro ponto é, me parece: quem paga o custo da contaminação? A equação econômica tem que vir para a mesa. Recentemente a gente teve uma discussão, que eu acompanhei um pouco mais de longe, porque eu estou no federal agora em outra área – e é aqui a minha militância, no DF, eu sou daqui, estudei na UnB, enfim –, que é a discussão da cobrança pelo uso da água, que é uma outra ferramenta da 9.433, a Lei Nacional das Águas.

Então, como é possível que um ente que opera a cobrança demande que ele receba o valor da cobrança em taxa de fiscalização quatro vezes o valor da cobrança? Não é voltado à bacia. O valor da cobrança é para reaplicar dentro da bacia, para melhorar essa bacia, melhorar as águas da bacia, melhorar a condição de quem vive na bacia, no acesso ao serviço, aos bens comuns.

Como é que o órgão de Estado distrital propõe que, se eu tenho x, eu vou cobrar 4x como taxa de fiscalização? E isso não vai reverter para a sociedade... Desde quando a outorga está concebida na Lei das Águas como uma fonte de arrecadação para algum ente público federal ou distrital? É um absurdo um negócio desse. Tem decisões ali atrás, certo? Isso é este ano, a discussão – aqui no DF.

Então, a gente tem taxa de cobrança indo para a agência reguladora. A Caesb paga R$2,5 milhões por mês para a Adasa. Para onde vai esse dinheiro? Dinheiro público. Está sendo transferido... Vem da taxa de água que a gente paga, certo? De água de esgoto que a gente paga para a Caesb. Para onde está indo esse dinheiro? Qual é o balanço público que se faz disso? A SLU pagava, quando ainda estava no Governo, R$0,5 milhão por mês.

Então, quem financia a solução da contaminação das águas? De onde vem o dinheiro? Quem paga? Tem que entrar no debate. Aqui no DF, a gente não entra nesse debate. Tem que entrar no debate. Tem que vir relatório, tem que ter transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Lei de Criação da Adasa prevê, por exemplo, um pacto, um contrato com o Governador e com a sociedade; e com uma aplicação, um relatório público anual – art. 30, se não me engano, da Lei da Criação da Adasa. Não temos. Não temos. Isso foi um embate no Conselho de Recursos Hídricos por muitos anos, enquanto eu estava lá no Conselho. Cadê a transparência dos órgãos de Estado? O dinheiro é público, gente. Isso aqui não é o quintal de ninguém, é dinheiro público.

Então, quem financia? Vamos trazer luz para isso, Senadora? Vamos trazer? Porque a gente fica num corporativismo de órgão de Governo, não é? E o corporativismo, historicamente, tem levado esses órgãos de Governo a se posicionarem de uma forma muito equivocada, na minha visão. É a minha visão. E esse era um dos embates no CRH e no conselho.

A concessionária de serviço público está amarrada por limites colocados pela agência que a regula. E, no caso, é a Adasa que regula a Caesb. A Caesb não lança esgoto onde ela quer. Ela não lança máximos de esgoto.

(*Soa a campainha.*)

Ela obedece ao que a Adasa diz. E a Adasa deveria obedecer ao que o CRH define. Porque é o CRH que define norma.

Então, essa governança dos órgãos precisa melhorar. E isso, eu acho que em todos os territórios, não é só DF, não. Isso é uma disputa de todos os territórios no Brasil.

O quarto elemento que eu queria colocar é: que contaminantes são esses? O que contamina as águas do DF? Várias coisas. Boa parte dessas coisas diz respeito ao nosso modo de vida. Vou dar dois exemplos. Relatório que a gente trabalhava com a inteligência, inclusive polícia civil, um fórum de inteligência aqui no DF, hormônios femininos que saem na urina. A Caesb não trata, não tem prerrogativa de tratar, não tem como retirar esses hormônios. A gente volta com eles na água. Hormônios animais, de carnes que a gente come: não trata. Metais pesados que não deveria ter, mas que tem, nem sempre tem as ferramentas para a identificação e a quantificação. Nessa água que lava as cidades, os óleos dos caminhões, os pneus, os desgastes dos pneus, tem chumbo e vai tudo para o Lago Paranoá. E a gente vai beber dessa água.

Por isso é que, na estratégia de drenagem, a gente tem que tornar a conta econômica, ver se é ela mesmo, o valor da grande obra e depois o valor que vai ser tendente a infinito do tratamento das águas pela Caesb. Você só está transferindo um custo da infraestrutura e dizendo "Eu fiz", e aí todo mundo sai bonito na foto, para um custo que é invisível, que é um custo de manutenção desse tratamento, enquanto tiver vida naquela cidade. É *ad infinitum* esse custo. Paga, porque, se não pagar, tem que pensar em outras coisas que não as grandes obras e a microdrenagem para a gente aliviar ali na frente a conta da governança econômica. Não entra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outros exemplos que a gente tem: fósforo – e é o último, para terminar –, que vem da adubação NPK, da área rural. A gente tem uma contaminação potente de fósforo, que é um elemento persistente e que eutrofiza as nossas águas, mas esse fósforo também vem do ambiente urbano, dos nossos resíduos sólidos. Então, a gente tem contaminação por fósforo do lado urbano e do lado rural.

O enquadramento... Essa foi uma briga em 2014, uma briga até hoje. Como controlar o fósforo? "Ah, não, mas o Conama não diz isso ou aquilo". Tá, mas aqui no DF tem uma condição, como disse o querido Prof. José Francisco Júnior, que diz: "Mas a legislação federal é uma; eu não posso desobedecê-la". Mas, aqui no território, dadas as peculiaridades do território, pode ser mais restritivo para ser customizado. É esse tipo de disputa que a gente tem aqui.

Eu quero agradecer esta audiência pública. São elementos de provocação. É só uma questão de grilagem? É só uma questão de esgoto? Não. Esses outros novos contaminantes... É da forma como a gente opta por viver como sociedade. A gente tem que discutir qual o custo de viver como a gente vive. Qual é o custo de a gente ter muita produção animal de alta produtividade para exportação, mas que está à base de hormônio, e hormônio que vai voltar para a gente, na nossa água. A gente tem que discutir isso.

Então, o problema da contaminação das águas é mais do que só área ambiental ou outorga. E eu queria acrescentar que, sim, o enquadramento é o entroncamento formal previsto pela 9.433, para fazer interface com todas essas questões. Para a qualidade da saúde pública, sim, ele é fundamental; para a qualidade da saúde animal, sim; para a qualidade dos rios, sim. Certo? A saúde dos rios, a saúde da natureza, a saúde humana.

Então, a gente precisa aproveitar melhor. A sugestão é que a gente tenha um painel, Senadora, e muitos de nós estamos à disposição – eu me coloco à disposição também. Vamos montar uma revisão do que tem na legislação que enderece esses novos desafios do século XXI? Por quê? Por fim, o século XXI tem uma grande diferença com o século XX e com todos os anteriores. Todos os anteriores foram regidos por um grande pensador, que era o Descartes, que introduziu a metodologia científica. Mas a prerrogativa, o paradigma dele é que eu divido para conquistar; eu divido, especializo. Então, eu tenho uma dor, eu vou ao médico ver o meu fígado. O remédio que ele dá para o meu fígado me dá uma taquicardia. Mas ele não resolve a taquicardia. Eu tenho que ir ao cardiologista, certo? Mas o corpo é um só.

É assim com as águas. Entende? É assim com as águas. Eu jogo a poluição na bacia... Não adianta eu dizer que eu licenciei, na norma, o licenciamento ambiental e dei outorga ali, porque a saúde é da bacia, porque ela é um corpo só. E é por isso que a bacia hidrográfica é a nossa unidade de planejamento básico, e não a região administrativa. É por isso, porque é a saúde de um corpo só, integrado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI – Então, a gente está nesse paradigma de mudar do especialista que não vê o todo para uma visão mais holística, integrada. E esse é um desafio que a administração pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa enfrentar de frente. Vai tropeçar? Claro que vai. Tem solução pronta? Não, não tem. Mas, com o diálogo que...

Aí eu realmente sempre enalteço, Senadora Leila, a sua capacidade de diálogo. É disso que a gente precisa. A gente faz debates fraternos, às vezes nem sempre concordando, com níveis de divergência; não tem que levar para o lado pessoal. São divergências técnicas, são divergências de visão de mundo, e está tudo bem. A gente pode depois sair, tomar um café juntos, e está tudo bem. Não sou seu inimigo, mas eu preciso dizer a minha visão.

Então, esse é o convite aqui: que a gente faça esse bom debate, esse debate saudável, que a gente não se esconda atrás de norma, que a gente não se esconda atrás de tecnicismo, que a gente assuma os nossos valores e dispute por eles legitimamente, a partir do nosso lugar de fala. Eu acredito nesse debate.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu sou muito fã da Maria Rossi. É impressionante.

Assim, não é puxando sardinha para o meu lado, para o gênero, mas, quando as mulheres querem falar com o coração, saindo um pouco do tecnicismo, para falar o que, de fato, é necessário, sem meias-palavras... Hoje mesmo, na reunião no Ministério da Fazenda, eu falei a mesma coisa. Eu falei: "Olhe, é claro que é importante termos um quadro técnico e tudo, mas, na hora de se debater política, muitas vezes o Relator tem que compor com os demais para conseguir aprovar um projeto". Então, assim, o Relator não é decisivo. Ele é um meio apenas...

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI (*Fora do microfone.*) – Da pactuação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Exatamente, da pactuação entre todos os pares.

E eu vejo assim que, muitas vezes... E aí eu acho importante a necessidade de as mulheres estarem dentro do Parlamento e nos locais de poder. É importante esse equilíbrio. Justamente nos momentos de conflito, a gente realmente tem essa capacidade, porque o que foi que eu falei? No mercado de carbono, que foi o tema tratado ali, era necessário não ser muito para o lado da FPA, nem muito para o meio ambiente. Era necessário pensar no coletivo, no que, de fato, eu queria entregar para o país e vir à COP... As decisões tinham que ser tomadas de uma forma sem muita emoção, porque nós também temos essa capacidade de tratarmos a coisa sem emoção, mas nunca perdendo a capacidade do diálogo.

O pensamento divergente – eu concordo plenamente com você, Maria – não é um pensamento inimigo. Ele é um pensamento que, muitas vezes, me chama à reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso não mudar, mas posso respeitar e repensar o que, de fato, muitas vezes, para mim, já está engessado, já está determinado. E, muitas vezes, apenas com coração aberto, a gente pode fazer grandes transformações a partir da ação coletiva. Então, é um prazer.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu também, eu sou fã, fã de todos vocês. De certa forma, todos que estão aqui estão trazendo luz, porque são visões exatamente de cada um do setor dos interessados, mas é importantíssimo para que, nesta Casa, a gente traga, a gente tenha, de fato, algo concreto, para apresentar depois.

Realmente, a minha única conclusão é a de que nós não encerramos essa conversa aqui. Vamos ter que fazer outras audiências, vamos ter que chamar outros atores que estão dentro desse processo, que não estão aqui, mas que serão necessários para estar aqui e expor as suas posições.

Eu vou passar a palavra agora para o Marcelo Benini e vou deixar, por último, o professor.

Professor, não fique chateado não. O senhor está com pressa? O senhor está com horário?

O SR. VICENTE BERNARDI (*Fora do microfone.*) – Não, imagine.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, vamos para professor. Vamos para o professor.

Prof. Vicente Bernardi, Professor de Geofísica da Universidade de Brasília.

Aí, no final, Marcelo dá o seu recado, que também é muito interessante ouvi-lo.

Seja bem-vindo, professor.

O SR. VICENTE BERNARDI (Para expor.) – Obrigado. Primeiro, eu quero fazer três agradecimentos: um, porque você me convidou; dois, porque você está interessada na parte ambiental – isso, para mim, já é gratificante estar aqui; e o terceiro é por você ter jogado no Brasil, ter cortado o... (*Palmas.*)

Isso. E mais um de ter aceito o nosso projeto, que está sendo avaliado pela sua Comissão. Eu acho que isso é muito importante.

O que eu vou apresentar tem o meu grupo dos estudantes que participaram dessa pesquisa e está com exclusividade sobre a Estação Ecológica de Águas Emendadas, porque ali é o meu laboratório experimental natural. Foi de onde eu concluí várias coisas, inclusive o porquê de o carbono andar junto com o mercúrio – não só sobre isso, mas sobre essas questões que são extremamente polêmicas e que eu vou apresentar. Isso é risco de saúde pública, é bastante sério. Eu aguardo que os gestores venham nos procurar, porque nós temos medidas mitigadoras. A pesquisa não foi só apontar problemas, como eu coloquei lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biogeoquímico, porque entra no ser humano isso. Pode entrar pela água, pode entrar por alimento e pode entrar por inalação. A gente respira ar poluído e é grave isso.

Então, o que eu vou apresentar foi a Lúcia que me provocou e me trouxe... Eu falei para ela que isso ia me dar muito trabalho, porque eu ia ter que ir a audiências mostrar questões polêmicas.

O nosso laboratório é reconhecido mundialmente – nosso grupo de mercúrio, eu estou falando do grupo de mercúrio –, é a universidade que mais publica sobre esse assunto no mundo. O grupo é pesado, a gente é robusto, tem outras informações além, porque a gente chama o mercúrio de carro-chefe, porque a ONU controla, tem o tratado de Minamata. Essa é uma questão muito séria hoje, inclusive sobre questões neurológicas que esse elemento causa.

Eu vou passar aqui. Para não escutar a campainha, eu vou ser o mais rápido possível, mas fico aberto para todos os questionamentos possíveis que houver.

Então, isso aí é um mapinha de uso e ocupação da Esecae. Esecae é o triângulo ali, em 1985 e depois em 2021, com a entrada da soja pesada nas imediações, tá? Então, isso é extremamente grave. E as rodovias...

Então, é como se eu tivesse, assim, uma área extremamente importante que é um manancial de água riquíssimo. Eu tenho a geofísica disso, a gente comprova, não é? Nesse estudo, nesse aqui, a gente chama isso de... Isso é a utilização de sensoriamento remoto, imagem de radar, em que a gente transforma o relevo a partir lá do talvegue, onde está passando o curso d'água. E aí eu tenho, então, três terraços específicos no Cerrado. O menor que 5m é o azul; o maior, de 5m a 15m, é o verde; e a maioria, que é acima de 15m. São terraços onde a água infiltra. É por isso que o Cerrado é mãe das águas, porque a nossa característica de relevo é esta: de serem planos interflúvios, e isso facilita a infiltração. É como se a gente estivesse empilhando vários livros e deixando a borda para ter degraus, não é? Isso a gente chama de cavalgamento, em geologia, movimentação. Todo o relevo do Planalto Central brasileiro e, inclusive, Brasília é dessa forma. Então, eu tenho obrigatoriamente esses terraços. Por isso é que eu tenho muita infiltração de água.

E o nosso lençol freático é muito... Isso é a sondagem geoelétrica, feita na Esecae, para ver qual é a profundidade desse aquífero, quanto que eu tenho de água. Isto é importante eu quantificar: quanto que eu tenho e como que eu posso prejudicar isso contaminando, porque eles são – a gente chama de – hipodérmicos, processos hipodérmicos. Aquela faixa azulzinha, para vocês terem uma ideia, tem de 20m a 40m de saturação de água. Isso é uma dádiva, a Lagoa Bonita. Passa rodovia e tudo em cima, e ela tem uma resiliência muito grande, que é o que a gente veio estudando dentro desse contexto.

Esses são os metais pesados oriundos da rodovia, todos eles. Eu fiz a escala, quis mostrar numa imagem só. Isso sai da rodovia, do pneu, da combustão, dos combustíveis fósseis, do próprio asfalto. Então, todos esses metais pesados, todos eles, o azul e o vermelho, estão acima do limite estabelecido no Conama. Eu não uso esses limites – eu acho isso uma grande furada, mas eu não uso. Nós especificamos que isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acima do *background*, que é o verdinho. Eu uso o *background* para falar se a contaminação é oriunda do humano ou não, porque senão a gente fica em cima do muro. Eu preciso ter uma ciência e uma precisão e uma acurácia daquilo que eu estou falando.

No nosso laboratório, a gente trabalha com nível de recuperação de 99,9% – então, a gente fala que nossos resultados são enviesados. Isso é muito grave, e isso vai para o corpo d'água, não tem como segurar. E são vários: arsênio é elevado, cádmio é elevado, mercúrio é elevado. A gente só não encontrou o chumbo, e achou estranho, porque diminuíram a concentração nas gasolinas, tetracloreto de etila. Então, houve uma diminuição paulatinamente do chumbo, mas está acima do *background*. É o legado que a rodovia está deixando. Então, isso é bastante grave para a saúde.

Todos esses metais... A gente não colocou os orgânicos ainda, mas todos eles estão acima.

Eu coloquei esse chamado interessante, porque agora eu vou começar a falar do mercúrio, e o Brasil assinou a Convenção de Minamata, na ONU, mas não fez nada do que assinou: inventários de emissões – está lá o Artigo 19 –, proteger a saúde. O mercúrio é realmente tóxico – é muito, sabe? Eu não estou aqui exagerando; isso o mundo inteiro já sabe. É que nós estamos atrasados no sentido de a população saber dessa temática urbana – eu estou chamando de temática urbana.

Mas, no mundo inteiro, as pessoas lá de fora perguntam: "Onde estão as estações de monitoramento de mercúrio da ONU lá? São essas aqui a que você está indo, no Araguaia, na Amazônia?". Nós estamos instalando por conta própria, para saber se o Brasil está mesmo emitindo essa quantidade de carbono que está sendo falado e se está sendo emitida realmente essa concentração de mercúrio. Se a gente não toma providência disso, a gente acaba sendo acusado de coisas que nós não estamos fazendo; ou acabam comparando a gente com China – e lá são 2 bilhões de habitantes; é um absurdo fazerem uma comparação dessa, mas a gente é comparado lá fora. Então, a gente precisa disso.

O Senado, na verdade, creio eu, tem que monitorar essa questão que o Governo assinou. Não fui eu que assinei. Isso foi o Governo Temer, e eu não sou partidário de nenhum... Eu gosto dela, porque ela me convidou aqui... (*Risos.*)

... e está preocupada com o meio ambiente e tudo isso, mas a minha questão é mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VICENTE BERNARDI – Exatamente: é mais a população, o que a universidade pode fazer a respeito disso. A gente tem que mostrar para o mundo que, no Brasil, tem pessoas com capacidade e tem pessoas que vão em frente.

Eu falei para a Lúcia que eu ia até o final – e vou.

Então, isso que eu estou mostrando é muito sério e é muito grave. Isso está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é só para entender o que é o mercúrio. Isso aí é lagoa bonita. O que a gente faz a gente comprova e mostra, porque a gente é fruto, lá fora, das nossas pesquisas, por serem citados nossos trabalhos. Esse, por exemplo, da lagoa tem mais de 3 mil. É como se, com um trabalho em uma revista superimportante – *Environmental Research*, *Environmental Pollution* –, você transformasse uma lagoinha que é local num contexto mundial, porque a nossa abordagem é diferente. A gente está abordando e mostrando o problema de uma simples lagoa e o que representa isso no ciclo do mercúrio mundial. Então, a gente pega todos os compartimentos. É aquilo que eu estou falando: o estudo é tudo. Eu levo meus estudantes para a campo, e a gente pega desde a água até o pensamento, a sua respiração... porque a gente mede também o gasoso e associa com o carbono todas as nossas medidas. Então, tanto de carbono...

E todos esses resultados são disponíveis para quem quiser – quem quiser usar, quem quiser avaliar ou quem quiser validar novamente a minha pesquisa. Estou aberto para os órgãos públicos, para quem quiser conferir. Está lá. Eu já falei que, no meu laboratório, a resolução com que a gente trabalha é 99.99. A gente trabalha com um número de amostras muito grande, por isso que a gente precisa de recursos, porque a gente está mexendo com algo muito grave e muito sério. E a gente quer entrar na população, quer ver quem fica exposto. Por exemplo, Rodoviária de Brasília: é muito alto? Eu falo em microgramas, e não em nanogramas. Eu estou falando de escala de PPM. É grave você jogar isso para dentro. E cada pessoa...

Dentro do nosso organismo, a citocinética do mercúrio é diferente. Tem pessoas que reagem rapidamente, com pouco; tem pessoas que são resistentes. Isso acontece e tem na vacina também. Vacina que as crianças tomam, hepatite... tem várias vacinas que têm etilmercúrio como conservante e também como agente para intensificar a capacidade imunológica. O mercúrio é um metal. O corpo identifica, na hora, que é um corpo estranho, vai e copia o pedacinho do vírus ali, tá? Então, isso foi bastante usado. Inclusive, já fui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE BERNARDI – Olha lá, eu sabia que eu ia escutar isso. Que eu ia escutar, na verdade...

Esse é só o desenho experimental. Isto aqui que é importante: esse é o mercúrio da rodovia. Vermelho é grave. Por que eu estou falando grave? Porque eu estou falando valores acima de qualquer limite que vocês possam imaginar. Você tem num solo – isso aí são classes de valores, não é? – mais de 50 ppm, isso é muito alto. É solo de mineração, é tóxico. Essa rodovia traz isso, não é? Então, é só para vocês terem uma ideia diferente.

Roadside ou solo... eu não sei se é solo, se pode se chamar de solo marginal, professor? Porque eu não sei.

O SR. JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTE BERNARDI – O solo do lado, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VICENTE BERNARDI – Isso, a margem. Eu falei marginal, eu tenho dificuldade com português.

Então, assim, a gente vê que tem diferenças. E a rodovia interage impactando a reserva a 2 km, forte – 2 km é forte, é forte mesmo, não é? As concentrações vão diminuindo. O limite é 0,5. Desculpa, o limite é 0,5.

Está indo para frente ou para trás, eu não sei.

Ô, caramba! Como é que eu volto? Não volta? Eu já estou agradecendo. (*Risos.*)

Cadê o técnico? Faz voltar. Não, não quero ver os estudantes, não. Isso.

Ó, se a gente fosse comparar a contaminação nossa, junto... O nosso solo é o segundo maior contaminado do mundo – isso publicado, tá? Eu não estou falando que São Paulo não tenha mais, mas São Paulo não estuda mercúrio, a Universidade de São Paulo não estuda mercúrio. Quem estuda mercúrio é a Universidade de Brasília, tá?

Então, isso é muito grave, gente. Isso aí saiu. A gente publicou no mundo inteiro.

As pessoas perguntam, "vocês não estão controlando mercúrio?". O Brasil está emitindo muito mercúrio. A gente precisa ter essa noção e ter esse valor, para mostrar para o mundo qual é o vilão: é o Brasil, são os Estados Unidos, é a China ou é a Europa.

Para vocês terem uma ideia, na vegetação também tem. Eu estou apresentando em mapas. As setinhas ali são para onde o mercúrio vai, em relação ao relevo. O relevo influencia a dispersão. A vegetação do lado de lá, em que a gente usou o ordinário *kriging*, é uma interpolação que a gente calculou... em todas as áreas da Esecae foram mais de 600 amostras de plantas, estabelecidas em 188 pontos. E a gente pegou, em cada ponto, quatro indivíduos. Evidentemente que a parte biológica é fantástica, varia demais da conta. A gente, às vezes, até perde o controle. Mas isso a gente quantificou.

Se eu tacar fogo ali na reserva, para vocês terem uma ideia, 1 hectare vai emitir em torno de 0,5kg de mercúrio. Isso é alto! Amazônia, em qualquer coisa queimada aqui, isso é muito alto. Então, eu sou contra colocar fogo em floresta. Esse a gente controla e é o que eu chamo de sequestro de carbono.

Por que é importante eu saber sobre o sequestro de carbono? Porque o mercúrio está junto. Então, se ele está junto, eu preciso monitorá-lo. Onde é vermelhinho é pouco. Eu não tenho produção primária, bruta; não tenho! Isso é feito por satélite. A gente usou uma resolução de 500m.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz isso para o Distrito Federal inteiro. Foram meses de geoprocessamento, com uma série de 20 anos. E estão lá: quilogramas, gramas de carbono por metro quadrado, por oito dias. Por que oito dias? Porque, quanto ao satélite que eu usei, a passagem dele era de oito em oito dias. Então, eu tenho um temporal dentro disso. Então, se vocês olharem as... Olha, o Plano Piloto, não tem nada, é tudo vermelho. Com a Serrinha, eu estou extremamente preocupado, porque é uma região produtora de água extremamente importante. Vocês não têm ideia do que eu vou apresentar aqui.

Isso aí são os trabalhos que a gente publicou, isso é *merchandising* meu. Isso é para mostrar, na verdade... Isso é no sedimento. Olha a rodovia – a rodovia está aqui embaixo –, olha a bolona. É muito mercúrio, é muito! Assusta, é acima do limite do que aquilo que se está imaginando, e isso já está no corpo da água, está na captação. Eu vou mostrar aqui depois da água. Então, isso é muito grave.

O nível – tem lá no Conama – nível é 170, nível 2. Eu fico olhando aquilo e não sei o que é. Que nível é esse? Que nível é esse que eu sei... Como eu posso colocar um nível numa coisa que acumula? É a mesma coisa de falar: "Você todo dia vai beber 1 nanograma de mercúrio na água, só um copinho, tá?". Quando você chegar aos 80 anos, quanto você acha que vai ter? Olha, o que eu estou falando não é para vocês saírem daqui e falarem: "Eu vou pegar esse cara na rua, ou eu vou andar com o carro fechado". Eu ando com o carro fechado e queria ter dinheiro para comprar um elétrico, para não fazer emissão. Eu não tenho, professor... Então, eu tenho que me contentar e pelo menos defender isso. Já que eu descobri esse efeito, o que eu tenho que fazer? Isso é lá no Fumal, isso é muito alto. Esse é o local lá; a rodovia passa em cima dali, e a captação é 100m. Assusta! É isso. Eu não sei nem se eles vão me deixar entrar lá de novo, ou virar ninja, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE BERNARDI – Olha lá, já tomei de novo!

Bom, esse aqui eu vou pular, que é só uso e ocupação. Essa lagoa está sendo a parte – a Maria falou muito bem falado – do fósforo. Então, aumentou o número de macrófitas. Nessa lagoa, eu tive um aumento significativo, de 2013 para 2020, das concentrações de mercúrio. Está mostrando aí o gráfico – olha, de 2012 a 2019 –, significativamente! E, acima de tudo que a gente colocou de Conama, isso agora é na água, é na água! Esses valores estão acima de limites. O limite do Conama me assusta. Senhores, se ingerirem 200 nanogramas de mercúrio, em três anos, vão ter problema neurológico. É sério! E muitos jovens estão tendo problemas de depressão, e está sendo verificado, em vários países – aqui no Brasil, ainda não foi feito estudo –, que apresentam mercúrio no sangue; isso é por inalação, em cidade grande. Então, o que eu estou falando é muito grave e é muito sério, e os nossos índices são muito elevados.

Quando um ambiente começa a reemitir mercúrio, significa que ele encheu. É como se eu pegasse um balde, fosse colocando, e este transbordasse. Então, nós estamos nesse sistema de transbordo. O meu sistema já está emitindo mercúrio. Então, isso é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é só para observar no peixe lá da lagoa. É alto. Sabe quanto que a FAO e a Sociedade de Saúde falam sobre alimento? Falam de algo em torno de 0,5 em média. Nós tivemos valores ali quase no limiar de consumo, porque você não pode consumir peixe com esse valor. Eu sei que é uma reserva, os peixes estão lá, não se pode pescar, mas as pessoas pescam. E aquele peixe lá mostrou para a gente que ele é um predador e acumula. Então, mostrou para mim essa passagem, porque eu estou vendo todos os caminhos a que o mercúrio vai lá dentro para poder inferir como eu vou conseguir minimizar e como eu vou conseguir resolver esse problema. Esse é um problema para a sociedade.

Então, a nossa universidade está aberta.

Eu acho que esse é o último.

Não, esse agora é o da água, consequência na água. Todas essas vazões que a gente mediu, da Serrinha, todas, vêm desde 2003, quando foi a implantação do Taquari – não sei se é o Taquari 1, eu não vou guardar esses nomes aqui. O que aconteceu com a implantação do Taquari e a impermeabilização da água, a infiltração naquela região? O primeiro a responder foi o urubu, significativamente. Todas essas regressões são significativas e todas elas, a gente falou que o *slope*, o ângulo, é invertido, é inversamente proporcional. Quando vai passando o tempo, vão diminuindo as vazões. Por que está acontecendo isso? Pelo uso da terra, condomínios mal feitos em locais inapropriados. A gente não coloca condomínio em área de recarga. Depois você vai reclamar que está faltando água? Então, eu já falei que a característica do relevo no Distrito Federal inteiro é de interflúvios planos. Isso favorece a chegada da água.

Só para finalizar, gente, esse foi o último, isso aqui é só para mostrar, na verdade, a produção primária bruta, porque isso interfere. E interfere também nas concentrações de mercúrio e tudo. O mercúrio anda junto com o carbono. Então, quanto mais emissão, mais eu vou ter. E isso, no trato...

Eu já até acabei a apresentação.

Fico disponível para qualquer assunto. Eu estou colocando aí nossa pesquisa, o nosso laboratório disponível aos órgãos públicos e à sociedade. A gente tinha feito via convênio e tal, mas pode ser até pessoal, por zap, enfim, como você fez. Antes de a gente se conhecer, ela fez uma solicitação por escrito, mas a gente aceita qualquer coisa. Nós estamos disponíveis, inclusive, para receber Cetesb, Adasa, os órgãos que mexem com água, Secretaria do Meio Ambiente, para mostrar nossos resultados, mostrar como a gente pode resolver esse problema e como a gente pode monitorar técnicas, e não técnicas de IQA, não; técnicas modernas, técnicas que tiram a subjetividade do político e põem, na verdade, o peso real. Por isso que os nossos artigos são citados, porque a gente faz isto: a gente mata a cobra e mostra o pau, mais ou menos isso. Tem isso? (*Risos.*)

Então, é isso que a gente está fazendo, para ser o mais coloquial possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, mais uma vez, inclusive, a todo mundo que teve esse tempo e ficou me escutando falar, está bem? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Prof. José Vicente. E você falou: é a questão também de recursos para as pesquisas...

O SR. VICENTE BERNARDI (*Fora do microfone.*) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... a própria universidade... Nós temos vários polos de pesquisa ali dentro da universidade, o que é muito interessante. A academia, não é? Como é interessante esse trabalho, desde que eu estou no Senado, conjunto com a academia, a gente estar conversando com vocês, trazendo vocês, os pesquisadores, para esse debate aqui. E eu quero escutá-lo mais, viu, Professor? Eu sei que aqui não teve tempo disponível para expor todo o seu trabalho, mas certamente o senhor terá, e nós vamos conversar bastante, porque realmente... A Maria estava falando aqui que a gente tem muito uma preocupação com relação ao desmatamento da Amazônia, a contaminação dos rios por mercúrio, mas você é o pioneiro nessa questão urbana da contaminação do mercúrio...

O SR. VICENTE BERNARDI (*Fora do microfone.*) – E também pioneiro, no Brasil, na Amazônia e agora no Cerrado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sensacional! É um prazer tê-lo aqui conosco, assim como o Prof. José Francisco. Obrigada, obrigada mesmo. (*Palmas.*)

Eu vou passar a palavra agora para o Marcelo Benini, que é o Coordenador da Associação Guardiões das Águas Emendadas. Seja bem-vindo mais uma vez, Marcelo.

O SR. MARCELO BENINI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senadora Leila, muito obrigado por esta oportunidade. É uma responsabilidade enorme estar nesta Casa para falar de um assunto tão sério.

Isso tudo que o Prof. Vicente falou foi pesquisado numa unidade de conservação de proteção integral e deu esse resultado de mercúrio.

Bom, eu falo aqui em nome de uma articulação da sociedade civil e é preciso afirmar que somos muitos, estamos espalhados em vários movimentos. A GAE está junto com o Fórum das Águas nessa luta. E essa luta vem de longe, lá de trás. E aqui nós homenageamos todas as pessoas que, ao longo da história, lutaram pela Esecae e por Águas Emendadas.

Bom, Águas Emendadas... A Esecae, que é a Estação Ecológica de Águas Emendadas, é uma das três áreas núcleos da reserva da biosfera da Unesco. O que é isso? É a importância vital para a preservação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bioma Cerrado no território do Distrito Federal. Então, nós vamos falar daquela mancha ali de Cerrado remanescente na área norte e nordeste do DF.

Águas Emendadas... Quando se pensou, ao longo dos séculos, a transferência da capital para o interior do Brasil, o grande plano era a integração nacional, está em todos os documentos. E essa nascente representa essa integração nacional, porque essa nascente verte água para duas direções opostas, como fica claro ali nessa imagem. Essa imagem é a Vereda Grande, com a nascente aflorando, formando a Vereda Grande, que a literatura diz que é uma vereda de 6km – a realidade já não é mais assim –, e ela verte água para o norte e para o sul, se conecta e alimenta as duas grandes Bacias Amazônicas da América do Sul.

Ao norte, o Córrego Vereda Grande segue até o Rio Maranhão; do Rio Maranhão, deságua no Tocantins, formando a Bacia do Tocantins-Araguaia; e o Tocantins vai até o estuário do Marajó, na região de Belém, se conectando às águas amazônicas, que naquela região também deságuam.

Ao sul, se forma o Córrego Brejinho, que encontra o Córrego Fumal; depois essas águas deságuam no Rio São Bartolomeu; do São Bartolomeu para o Rio Corumbá; do Corumbá para o Paranaíba; do Paranaíba para o Paraná; e finalmente deságua no estuário do Rio da Prata, na região de Montevidéu e Buenos Aires. São cinco mil e tantos quilômetros para o sul e para o norte que essas águas percorrem.

Em 2009, a GloboNews fez uma matéria, com base em dados do IBGE, e essas águas, nessa região hidrográfica conectada a Águas Emendadas, impactavam a vida de 71 milhões de brasileiros em 2009. Eram quase 200 usinas hidroelétricas. A gente atualizando isso para hoje, certamente, são mais de 100 milhões de brasileiros impactados por essa única nascente. Então, é uma nascente símbolo, é uma nascente que representa e realiza a integração nacional, tanto do ponto de vista físico quanto do ponto de vista simbólico.

Essa é uma redução, é uma simplificação do fenômeno, mas que nos ajuda a visualizar o que são as Águas Emendadas. Isso é tudo o que eu acabei de falar. É magnífico. Esse fenômeno é raro no mundo todo – no Brasil, só existe aqui no Distrito Federal –, e é singular, e é belíssimo. Quando a gente vê, parece que estamos diante de uma visão do paraíso. Essa foto é de 2006, do fotógrafo Rui Faquini.

Bom, essa é a imagem da Esecae. Ali é a Vereda Grande, mas a gente pode perceber que há uma verdadeira teia hídrica em toda a região, não é só dentro da Esecae. Vejam a conexão com a Bacia do Rio Maranhão, a conexão com a Bacia do Rio Paranaíba ao Sul, à direita ali está o Rio Pipiripau, um pouquinho mais à direita está a nascente do Rio Preto, que é um dos principais formadores do São Francisco, então a Bacia do São Francisco também está impactada pelo que acontece aqui no Distrito Federal.

Vejam que toda essa área da Esecae e do seu entorno é uma área de proteção de manancial, por isso vejam a importância para a captação de água para essa região do Distrito Federal, que não está interligada na rede de abastecimento da Caesb, depende da captação de água de corpos hídricos de superfície e subterrâneos. Então, dentro da Esecae, nós temos a captação de água do Fumal, que abastece praticamente toda a área urbana de Planaltina/DF e parte de Sobradinho, com 170 mil habitantes em Planaltina, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma parte de Sobradinho. Ao norte, nós temos a captação de água da Saneago, agência de abastecimento e saneamento básico de Goiás, feita no Distrito Federal, capta-se água em território do DF para abastecer Planaltina de Goiás – são duas Planaltinas, do DF e de Goiás, que têm 110 mil, 115 mil habitantes. Então, nós estamos falando de, no mínimo, 300 mil pessoas, fora toda a área rural, que é abastecida por postos semiartesianos e artesianos, inclusive, como a comunidade do Núcleo Rural Bonsucesso. Tem a captação de água no Rio Pipiripau.

Então, toda essa região, a região de Águas Emendadas, é uma região de captação de água. Por isso nós apresentamos, na revisão do PDOT, a proposta para transformar essa região numa APM (Área de Proteção de Manancial), Senadora, que já existe no PDOT, já existem algumas áreas que fazem parte de APMs. O que nós estamos propondo é a ampliação dessa área e a criação da APM Águas Emendadas, porque é simbólico, proteger Águas Emendadas é simbólico e interfere diretamente na vida humana.

Infelizmente, essa proposta não está sendo bem acolhida pelo GDF. Nós protocolamos na Sema, no Ibram, na Caesb, na Adasa, na Seduh. Por exemplo, a Adasa nos respondeu dizendo que tecnicamente não tem a ver com essa coisa. Ora, a Adasa faz parte do conselho consultivo de gestão das APMs, do conselho de monitoramento e gestão das APMs. Então, como a Adasa não tem nada a ver? A Caesb se preocupou em fazer crítica à nossa proposta, em vez de analisar o mérito da nossa proposta e melhorá-la. E agora está na Sucon (Superintendência de Unidades de Conservação), no Ibram, sendo analisada; está dentro da Sema também, que é a coordenadora do conselho de monitoramento e gestão das APMs.

Então, precisamos criar a APM Águas Emendadas, para proteger o abastecimento de água e para proteger esse fenômeno único e singular que está sob responsabilidade do Distrito Federal.

Como toda unidade de conservação, a Esecae tem o seu plano de manejo. E aqui eu queria fazer uma fala para o Subsecretário, que nos anunciou que o plano de manejo será renovado. É uma informação muito positiva, agora aqui cabe uma crítica, porque a lei do Sistema de Unidades de Conservação (Snuc) prevê que todo plano de manejo de unidade de conservação tem que ser revisto a cada cinco anos. O da Esecae nunca foi revisto; desde 2009, quando foi feito o primeiro, nunca foi revisto. É uma peça caduca hoje que precisa ser reformulada. Agora, Subsecretário, não adianta só fazer um novo plano. Sem vontade política, vai ser só um calhamaço de papel. Então, nós saudamos a revisão do plano de manejo, mas isso não resolve, assim como também é preciso cobrar a instalação do conselho consultivo da unidade de conservação. A Esecae nunca teve o conselho consultivo instalado, que é um instrumento para participação social na gestão da unidade de conservação. Não se fala em instalar esse conselho consultivo.

A área de amortecimento de impacto ambiental, de que nós vamos começar a falar, são 42 mil hectares, pega toda essa região circundada em amarelo. Então, você tem, em vermelho, a área da unidade de conservação, que são 10.547ha, e tem ao redor a área de amortecimento. Por que essa área existe? Exatamente para que o que está preservado dentro da unidade de conservação não sofra os impactos da ocupação humana. Vamos ver como é que isso está sendo gerido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, todas as imagens que eu vou mostrar aqui foram retiradas do GeoPortal do DF, em fevereiro de 2024. Como vocês podem ver, como o Prof. Vicente já tinha mostrado, praticamente toda a área da Esecae está circundada pela monocultura, principalmente da soja. Então, nós perguntamos: é possível um governo permitir uma unidade de conservação de proteção integral, que abriga um dos fenômenos mais importantes do Brasil e da América do Sul, ser rodeada de soja? E continuamos a pergunta: o que está faltando para o Governo do Distrito Federal editar um decreto ou para a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovar uma lei, criando uma distância de segurança para a Esecae, dizendo que não pode plantar monocultura, não pode ter uso de agrotóxicos a uma distância x de segurança? O que falta para isso ser feito? Não temos essa resposta.

Bom, só falando aqui um pouco mais, a soja significa, primeiro, a supressão do Cerrado e a quebra de todos os ciclos ecológicos de evapotranspiração, de infiltração de água no solo – quer dizer, você já tem uma perturbação –; uso da água, porque a soja é irrigada por pivô, o uso abundante da água; e a possível contaminação de agrotóxicos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BENINI – Bom, vou ter que correr aqui.

Essa é a Lagoa Bonita. Veja a soja chegando às portas... Isso dentro da Esecae, a lagoa. A soja chega às portas. Veja ali, à direita, no cantinho, é a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Olha a soja. Ali é a Lagoa Bonita ao fundo, aqui é DF-128. Bom, a soja é um dos problemas; o segundo problema são as rodovias.

Veja, Águas Emendadas está cercada por rodovias. O que se precisaria fazer? Fazer um planejamento rodoviário para que essa região fosse poupada do excesso de veículos, ainda mais agora com esse... O que o Governo do Distrito Federal está fazendo? Está fazendo obras para transformar essa região numa grande região de fluxo de automóveis. Por exemplo, o DER está lá agora fazendo obras. A DF-131, que passa ali ao lado da área 2 da Esecae, está sendo pavimentada agora, com licenciamento ambiental e tudo. Está terminando a pavimentação agora, estão construindo um grande balão para ligar a DF-131 com a DF-128. E o Governo do Distrito Federal já anunciou essa obra para o segundo semestre, Senadora. Se a sociedade não reagir, o Governo do Distrito Federal vai alargar as faixas, que é uma duplicação disfarçada, em todo esse trecho da DF-128, que passa exatamente ao lado de Águas Emendadas. Ora, uma rodovia duplicada é um vetor de urbanização, aumenta o fluxo de veículos enormemente, facilita a grilagem de terras. Veja o que acontece na BR-020, que é uma rodovia duplicada.

Por falta de informação, as comunidades pressionam por essas soluções. E o Governo, em vez de contar a verdade para essas populações, falar da contaminação de mercúrio, falar da questão da urbanização, da grilagem de terras, faz obras rodoviárias. Por exemplo, já se fala em asfaltar aquele trecho da DF-205 ali em cima. Então, é preciso ser feita alguma coisa. Fora que, voltando rapidinho, a questão dos atropelamentos de faunas é gravíssima, pois, em toda essa região, só tem uma passagem de fauna na BR-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

020, e agora o DER está construindo uma nova nessa DF-131, só que eles condicionam as construções de passagem de fauna a obras. Então, só construímos quando asfaltamos ou quando duplicamos. Não tem um estudo para se construir passagem de fauna para resolver o problema do atropelamento da fauna silvestre. São as rodovias que mais matam no DF, segundo o estudo Rodofauna, que terminou, infelizmente, há alguns anos.

O parcelamento, aquela área ali é uma área rural de núcleos rurais. São os últimos remanescentes de Cerrado que tem nessa região da Esecae. Portanto, são áreas estratégicas para a preservação, são áreas que fazem o corredor ecológico e a permeabilidade ecológica para a área norte do DF e Goiás também, com a Chapada dos Veadeiros, toda essa região. Há parcelamento irregular, quase não há fiscalização; há uso inadequado de água, também não há fiscalização. Então, há uma ausência muito grande e a Esecae está pressionada por duas manchas urbanas em franco crescimento: ao sul, Planaltina/DF, e ali temos, há algumas décadas, há alguns anos, a criação do Mestre d'Armas; e, ao norte, não aparece aí porque a gente está visualizando só o DF, mas tem a cidade de Planaltina de Goiás, que cresce na direção da Esecae. E por quê? Porque a única saída que essa cidade tem, essa população trabalhadora que trabalha no Distrito Federal, para Brasília é a DF-128. Por isso o clamor pela duplicação. E o Governo está... A solução mais fácil é atender a esse clamor, sendo que há outras soluções. E aqui a gente não tem tempo, mas os especialistas em mobilidade da UnB poderiam ser convidados para uma próxima, fica a minha sugestão à senhora, para que os especialistas em mobilidade venham discutir também essa questão rodoviária.

O GDF implanta um projeto rodoviarista, asfaltador, nessa região. Bom, o resultado é isso aí. Águas Emendadas hoje é uma ilha cercada de danos por todos os lados. Qual é o efeito disso? Aquela visão do paraíso de 2006, em 2022, já se apresentava assim. É um *frame* de um documentário produzido pela TV Cultura e pela produtora Cena 1 que mostra o estado da Vereda Grande, a diminuição.

E essa foto é só simbólica, mas todos os pesquisadores que entram na Esecae – a gestão do Instituto Brasília Ambiental – são unânimes em afirmar o rebaixamento do lençol freático. E Águas Emendadas é o afloramento do lençol freático, ou seja, vai morrer, vai acabar.

Percebe-se, à direita, que a coisa já começa a craquelar. Assim, isso no núcleo da Vereda Grande, no núcleo da Vereda Grande. Vamos ver se passa o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCELO BENINI – Aterrorizante.

Bom, eu vou encerrar, Senadora Leila.

Vou aproveitar e fazer uma reflexão. A nossa Lei 12.651, o nosso Código Florestal, no art. 12, se não me engano, estabelece como reserva legal para o bioma Cerrado 20%. Eu acho que, se a gente quer uma solução para o Cerrado, a gente tem que trazer essa discussão para esta Casa Legislativa também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara Federal e Senado, porque o próprio PPCerrado alerta para isto: os aumentos de desmatamento têm sido em áreas legais. Se todos os mecanismos de comando e controle funcionarem perfeitamente – o que é impossível – nós ainda teremos a destruição de 80% do Cerrado, fora as áreas de APP, claro, porque a lei permite. Então, o bioma Cerrado está condenado a perder 80% de sua área – já perdeu a metade.

Essa é uma reflexão que eu queria encerrar fazendo.

E, para encerrar, nós estamos lançando uma campanha para a qual nós pedimos a adesão do Senado Federal. Veja, Águas Emendadas impacta oito estados, então o Senado é a Casa adequada para se discutir, porque é uma questão federal a de Águas Emendadas. Vamos lá: ao norte, Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará; ao sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. É transnacional Águas Emendadas: Uruguai, Paraguai e Argentina.

Então, a gente conclama a todos esses estados da Federação, às representações diplomáticas desses países, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao poder local a fazerem...

Podemos voltar lá? Tiraram? Tinha uma última tela. Bom, a última tela. Pode passar para a última.

Nós vamos fazer esta pergunta: Governador, qual é o plano para salvar Águas Emendadas? Por favor, apresente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. RENATO SANTANA – Senadora, a senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não...

Excelente exposição, Sr. Marcelo. Obrigada pela participação.

Pois não, Subsecretário.

O SR. RENATO SANTANA – Obrigado, Senadora. Só para fazer aqui duas observações – aliás, três.

Quero parabenizar a Maria Silvia, como sempre, muito pontual, cirúrgica.

Eu não o conhecia, quero parabenizar o Prof. Vicente, José Vicente, e fazer um convite, ou pedir a sua autorização para visitá-lo, porque eu volto lá na inicial. Observe que o estudo foi feito; salvo engano, foi custeado com o talento dos seus alunos e o seu talento, que tão bem faz ao país, mas eu imagino que tenha tido, por exemplo, recursos da FAP, como teve o Prof. Júnior nos seus projetos lá, e o Prof. André Brasil nos demais. E aí, nós estamos falando de recursos públicos. E não utilizar isso – e eu estou trazendo a mea-culpa, o Estado, o meio ambiente, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, entre tantas outras –, não utilizar esse produto final para alimentar a decisão política de Estado – e não estou falando de pessoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas sim do Estado nos diversos momentos – é um erro nosso, de Estado, de Executivo, e que leva a todo esse histórico que o Marcelo tão bem traz aqui.

Essa ocupação desordenada e esses desajustes de legislação não são um assunto de um período. São de um longo período, desde a nossa existência. E nós temos a oportunidade agora, Marcelo – e aí, a minha última observação – para lhe fazer um convite, porque é o seguinte: a Secretaria, ontem, nesse acordo de cooperação com a Adasa, a Caesb, entre outros órgãos, não vai avançar sem a participação da sociedade civil, que é quem tem o tempo e a temperatura de mundo real.

Associado aos resultados desses estudos, dos quais o Professor fala... Eu não estou alarmado, mas é isso, não é, Professor? É o que está no mundo real, e aí nós estamos falando dessa unidade, sobre a qual o Marcelo tão bem alertou, que tem uma preservação e está com esses índices aí. E as demais? Nós tomamos água lá do Descoberto, 74% do que sai de lá, e nós temos um adensamento nas margens...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENATO SANTANA – E eu imagino que a situação não deve ser muito diferente, ou até pior.

Então, quando eu falei lá atrás que a proteção daquela área ia evitar que nós tomássemos – desculpe a palavra que vou usar aqui – o cocô da água do Distrito Federal, quase me bateram. Mas nós tivemos que fazer uma intervenção para colocar a unidade de tratamento do lado de lá, no território de Goiás.

Então, Marcelo, é lhe fazer um convite – já havia feito isso anteriormente – e pedir permissão ao Prof. Vicente para visitá-lo, porque nós temos que fazer o uso desse produto final, porque senão é mais um, como o senhor falou e o Prof. Júnior, que vai ficar lá na prateleira arquivado, como tem alguns a que o Estado não teve acesso; e é essa falta de transversalidade, dessa coisa do diálogo, como a Maria Silvia gosta e tão bem faz sempre a observação.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – De nada, Subsecretário Renato. Eu vou... Nós tivemos uma participação maciça de internautas que acompanharam a nossa audiência pública. Eu vou citar alguns aqui, não dá para ler todos:

A Nanci, do Distrito Federal: "Como as políticas públicas têm fiscalizado o acordo setorial referente ao descarte dos medicamentos vencidos, utilizados pela população?".

Jasmim, do Piauí: "Como será feita a conservação ambiental das áreas prejudicadas pela contaminação hídrica?".

Sirlei, de São Paulo: "Por que o Distrito Federal, com todo o poder político que tem, não se torna um exemplo de prática de proteção das águas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chern, de Mato Grosso do Sul: "A contaminação dos corpos hídricos gera resultados. Problemas de falta de saneamento podem estar relacionados à falta de políticas públicas?".

Mais perguntas.

Rossyval, do Pará: "A impermeabilização do solo pode ser um dos grandes fatores para a seca e a escassez de água no DF?".

Daniela, do Distrito Federal: "Quais são as medidas para controle das casas [...] [construídas] [...] nos condomínios no Jardim Botânico, onde correm os rios? Qual órgão faz tal inspeção?".

Estela, de São Paulo: "A Secretaria de Meio Ambiente do DF tem alguma política de controle do uso de agrotóxicos? [...] Há fiscalização dos usuários de agrotóxicos?".

Edmilton, do DF: "Existe a possibilidade de se desenvolver a conexão de águas vindas do Rio Corumbá? Não seria o caso de regular a mineração e multar infratores?".

Comentários.

Renan, de Alagoas: "O território do Distrito Federal é fundamental para a formação de aquíferos e lençóis freáticos e necessita [de] atenção".

Nanci, do DF: "A contaminação da água não vem somente dos agrotóxicos. A fiscalização deve ser sobre resíduos perigosos oriundos de empresas e laboratórios".

Elias, de Goiás: "Assoreados os córregos, árvores arrancadas! [...] construções sem infraestrutura [...] destroem".

Enfim, eu vou passar para as considerações finais. Questionamentos nós vamos fazer aqui, através do nosso gabinete, para os órgãos competentes, porque nos trouxeram, os nossos expositores, algumas preocupações, e nós vamos consultar o Governo local.

Eu vou passar para as considerações finais, e eu acho importante dar, para cada expositor, dois minutos, porque nós já estamos – é quase 1h da tarde – avançando o horário. Temos professores aqui, temos Parlamentares, enfim; todo mundo ainda tem que trabalhar porque é quarta-feira, não é? Amanhã começa o feriado, acho que é ponto facultativo. Então, vou passar a palavra para o Sr. Renato Santana, Subsecretário do Meio Ambiente do Governo do DF – dois minutos, hein, Renato? (*Risos.*)

O SR. RENATO SANTANA (Para expor.) – Senadora, obrigado. Parabéns pela sua condução à frente desta Comissão.

Quero parabenizar os expositores aqui, dizer da satisfação e da honra de estar numa Comissão conduzida pela senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reafirmar que a Secretaria do Meio Ambiente, na pessoa do Secretário Guto, Gutemberg Gomes – que está cumprindo uma agenda hoje no Palácio do Planalto, acompanhando, salvo engano, a Ministra Marina Silva – está à disposição.

E esse alerta se acende aqui, principalmente, Senadora, do consumo desses produtos e desses materiais, que são materiais técnicos, produzidos pela academia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO SANTANA – ... que se utilizam de recursos públicos e que devem compor as decisões dos gestores, hoje e amanhã, na missão da proteção das águas, não só do Distrito Federal, mas do país, haja vista a participação dos internautas do Brasil inteiro.

Então, muito obrigado.

Continuo e sigo lá na Secretaria do Meio Ambiente à disposição.

Para quem não conhece, conheçam. Eu vi aqui que o Marcelo capturou os dados lá do Geoportal, e eu fico aqui me cutucando: "Ó, captura também lá do Sisdia, da plataforma Sisdia". E não tenha dúvida de que eu vou lhe dar retorno, porque eu vou buscar essas informações com o Marcelo, com o Prof. José Elias, com a Maria Silvia – isso nós já temos feito, até porque ela é a dona daquela casa lá – e com o Prof. Júnior, da UnB.

Obrigado.

Que tenham todos um bom dia, uma Semana Santa de muita paz!

Uma feliz Páscoa para todos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Renato. É um prazer tê-lo aqui conosco, viu? Depois conversamos. Certamente, eu tenho certeza de que você vai... Na medida do possível do que foi apresentado aqui, teremos ação da nossa Secretaria do Meio Ambiente.

Vou passar a palavra para o professor de Geofísica da Universidade de Brasília, Prof. Vicente Bernardi.

O SR. VICENTE BERNARDI (Para expor.) – Bom, como você fez a indagação, a gente está aberto, está disponível.

Inicialmente, o projeto foi financiado pela USAID, americana, e pela Universidade Monte Sinai. Conseguiu-se o recurso porque eles acharam interessante a forma com que a gente estava lidando com o mercúrio, principalmente em vacinas. Então, com isso, toda vez que... Tem FAPDF, tem CNPq, a gente vai conseguindo um pouquinho e vai... Mas eu preciso dar sempre um tiro maior – por exemplo, o Araguaia –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mostrar para o mundo que a gente está preocupado, sim, em monitorar o mercúrio aqui e para a gente ter um valor para que eu consiga... Se você fala assim: "Quanto que o país emite?". Aí eu tenho que ter um valor, porque eu não consigo fazer discussões internacionais sem saber desse valor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE BERNARDI – "O que você tem na... O que você carrega?". Então, a minha notícia é que a gente está preocupado com isso.

E todas as nossas informações... Mesmo não sendo financiados por órgão público, nós somos públicos, a universidade tem a nossa caixinha, que a gente chama de extensão.

Eu me preocupo com isso, porque a minha pesquisa, às vezes, é tão complicada, algumas coisas que eu uso, como modelos matemáticos e tal... E eu achava que isso não ia ter um retorno um dia. Pessoal, você não faz essa parte de extensão...

E aí a Lúcia foi lá e provocou – estou dizendo provocou no bom sentido – para eu sair um pouquinho da minha caixinha em que eu estava ali falando com o mundo e falar mais com a sociedade agora. Então, é por isso que eu agradeço a oportunidade de mostrar o que a Universidade de Brasília faz, e ela é referência. Não é porque eu sou de lá, eu não sou cria da UnB, mas eu levo a UnB, é ela que, de uma forma ou de outra, permitiu-me chegar a esse ponto em que eu estou hoje. Então, eu sou muito grato. Inclusive, o Prof. Júnior – a gente conversa muito – me orienta muito, porque eu não tenho muita paciência, eu gosto de resolver na hora, eu gosto de resolver, eu não gosto de ficar parado. Eu sou ansioso e não consigo me controlar. Talvez seja o mercúrio que eu tenho em mim. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Está certo.

O SR. VICENTE BERNARDI – É isso que eu queria colocar.

A gente está disponível para todos aqui, inclusive para a Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. VICENTE BERNARDI – ... que fez essa divulgação e está pegando a bandeira ambiental no sentido de transformar isso em políticas públicas.

Então, eu achei muito importante eu ter vindo aqui e mostrar para ela todo o aparato que a gente tem que pode auxiliar muito isso, para não discutir em cima do muro. Quando a gente chamar de bandido, eu quero que você fale: "Não, eu sou bandido, mas você também é". Então, a gente tem que dividir isso. Não acusar o Brasil: "Olhe, eu taco fogo, mas quanto?". A gente tem que ter isso. Então, eu fico muito assustado de ver as discussões mundiais acusando o Brasil, e o Brasil não se defendendo. Eu acho que a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se defender. Eu sou naturalizado, mas eu acho que a gente tem que se defender, como país e como tudo, porque a gente gera muita informação de primeiro mundo. Não é assim. Eu não estou aqui falando à toa. Eu não estou falando à toa, não. Foram me tirar de lá; então, eu venho para falar mesmo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE BERNARDI – A gente tem lastro.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu já estava tensa aqui com a campainha. Mas, olhe, prazer. Eu quero agradecer a Lúcia por ter te provocado e você por sair da sua bolha para estar aqui com a gente. Nossa, é um prazer ouvi-lo, professor. Certamente, eu não executo, eu crio leis, eu provoco e assim eu farei muito demandada por vocês. Eu quero agradecer muito essa oportunidade.

O SR. VICENTE BERNARDI (*Fora do microfone.*) – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu vou passar a palavra agora para o Prof. Júnior, José Francisco Gonçalves Júnior, professor do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília e coordenador da pesquisa sobre contaminação das águas no DF.

O SR. JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (Para expor.) – Senadora, agradeço mais uma vez esta oportunidade. É importante a gente colocar algumas questões.

A Maria Silvia falou muito bem e me representou muito na fala dela, sempre muito brilhante; o Vicente, o Marcelo, uma fala decisiva para colocar no nosso coração o problema da Esecae; o Renato; o Gustavo ali atrás também...

Eu acho que a gente teve uma dimensão do tamanho do problema. E esse problema, muitas vezes, fica na dicotomia entre ecologia e economia. Eu acho – eu falo isso em sala de aula – tão pequena essa discussão, porque a etimologia da palavra é praticamente a mesma. Uma é o estudo da casa e a outra é a organização da casa. Elas deveriam ser coirmãs nesse sentido. Então, a gente não poderia estar discutindo aspectos econômicos sem levar em consideração a ecologia, e não poderíamos discutir a ecologia sem pensar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – ... no interesse da sociedade e em como a sociedade vai se organizar. Então, quando a gente faz esse debate, isso tem que estar muito claro na mesa.

Como o Gustavo muito bem falou, estamos no mesmo barco. A grande questão é como conciliar, Subsecretário, as questões políticas, os interesses políticos, porque as informações já estão dispostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Vicente colocou que o Brasil é o 13º no *ranking* mundial de produção de informação técnico-científica. Isso está publicado no artigo que eu e o Prof. Odir, Presidente do Confap, fizemos neste ano, em que a gente questionava que o Brasil – para vocês verem como está tudo conectado – faz um investimento em capital humano da ordem dos bilhões. E esses mestres e doutores ficam desempregados depois. Poderiam estar atuando para resolver esses problemas. Sabe quanto custa para o Brasil isso? Custa R$2 bilhões por ano de recursos públicos não aproveitados. Então, o nosso problema é organizar isso tudo em ações efetivas que possam solucionar todo esse problema.

Quando a gente coloca aqui as questões ambientais, e muito bem colocadas, é parte desse grande problema. A gente investe muito dinheiro. Para os engenheiros, a primeira lei é a da termodinâmica: o *input* é igual ao *output*, a entrada tem de ser igual à saída. Na verdade, a gente põe muito dinheiro na entrada, mas se esquece de coletá-lo lá na saída. Então, a gente se esquece de coletar as informações levantadas pela academia, a gente se esquece de coletar as informações na formação de pessoal e a gente se esquece de coletar as informações nas boas políticas públicas, que, normalmente, de um Governo para o outro, ficam esvaziadas. E isso é o resultado dos problemas que nós temos.

Como o Marcelo bem colocou, é só ver a Esecae. Como o Vicente colocou, é só ver aquela região, o quanto era há 20 anos e o quanto é hoje. Em vez de a gente estar evoluindo no ponto positivo, a gente está involuindo em tomadas de decisões equivocadas.

Então, Senadora, eu agradeço muito esta oportunidade, este espaço de fala.

Obviamente, todas as nossas pesquisas estão disponíveis. E obviamente, não só eu, mas toda essa rede de pesquisadores que está no Brasil inteiro está disponível.

Eu finalizo com um detalhe muito interessante, Subsecretário Renato. Essa pesquisa que foi custeada pelo Distrito Federal está sento testada no Estado de Goiás. O Estado de Goiás está dando R$15 milhões para o meu grupo de pesquisa, para testar na Bacia do Rio Araguaia, mil quilômetros da Bacia do Rio Araguaia. A gente não é capaz de fazer isso em poucos quilômetros nos rios do Distrito Federal.

Encerro a minha fala com esse exemplo e me colocando à disposição sempre, porque eu sou um servidor público e tenho muito orgulho de servir à minha sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sensacional, professor. Grata pela participação e mande o meu abraço à nossa Reitora Márcia Abrahão.

Eu vou passar a palavra agora para o Gustavo Antonio Carneiro, Superintendente de Recursos Hídricos da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

O SR. GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO (Para expor.) – Senadora, obrigado, mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome do Presidente da Adasa, Raimundo Ribeiro, a gente agradece a oportunidade de trazer as informações e os esclarecimentos e reforçar aquilo que já foi dito.

Muitas vezes, a gente está lidando com um problema que é maior do que a nossa capacidade de atuação. Muitas vezes, a gente não tem gerência sobre a causa principal dos problemas que a gente está combatendo. Aí eu estou falando do uso e da ocupação irregular do solo, um crescimento absurdo que a gente tem vivenciado no Distrito Federal, nos últimos anos. Mas isso não é desculpa para a gente não atuar. A gente tem buscado sempre estar na vanguarda. O Distrito Federal é referência na gestão de recursos hídricos. Ele é referência na prestação de serviço de saneamento.

Então, isso é o que a gente responde por parte da Adasa. Mas é claro que a gente pode fazer mais na integração com os outros setores, com saúde, meio ambiente.

Só queria deixar aqui também uma sugestão, aproveitando que a gente está aqui no Senado. Muito foi falado aqui sobre aprimoramento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO – ... e melhorias. Então, eu acho que está na hora de trazer mesmo as proposições, trazer proposições de melhorias legais e regulamentos.

A gente sabe que tem muita coisa defasada. A gente está lidando com problemas que já são realidade. Não são mais o futuro, já são realidade.

Os professores colocam muito bem, a gente sempre fica assustado quando a gente vê os relatórios mais recentes, de novas substâncias que a gente está continuamente descartando e reingerindo, ou tendo algum contato com isso, seja direto, ou por meio de alimentos ou de outras fontes.

Nossa legislação é de décadas passadas e nossa regulamentação também é bem atrasada. Então, como a gente vai trabalhar isso? Como a gente vai dividir competências? E mudanças de hábito também, que é o mais difícil? Como a gente vai trabalhar a sociedade para essas mudanças de paradigmas?

Mas é isso. A gente agradece mais uma vez o convite. A Adasa está sempre à disposição.

Como o Professor Júnior falou, Maria Silvia, pode ter certeza, a gente está no mesmo barco, está todo mundo lutando pela prestação adequada do serviço de saneamento; pela garantia do abastecimento de água potável para toda a população; pela garantia de água disponível para o pequeno produtor, que está ali no dia a dia com a agricultura familiar e, também, pela coleta dos resíduos, dos rejeitos, dando o tratamento adequado e a destinação final.

Claro que isso tudo vai criar conflitos e algumas insatisfações. A gente não consegue agradar todo mundo, mas a Adasa tem buscado fazer o melhor, e a gente está aqui sempre à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada pela participação, Gustavo, representante da Adasa.

Quero agradecer, mais uma vez. E, com certeza, nós teremos outras oportunidades de estarmos aqui debatendo o trabalho da agência.

Vou passar a palavra, agora, para a Lúcia Mendes, Coordenadora do Fórum de Defesa das Águas do DF.

A SRA. LÚCIA MENDES (Para expor.) – Eu queria abusar um pouco da sua paciência.

Eu vou falar 30 segundos, só para agradecer, e queria ceder meu um minuto e meio para o Jaganu, que também é Coordenador do Fórum, que está aqui, e que representa a área do Lago Sul e é uma contribuição muito importante.

Queria só agradecer ao professor Vicente e ao Professor Júnior. Foi a primeira vez que o Professor Júnior veio a público depois que ele voltou da Austrália.

Nós o catamos lá na Austrália, para entender melhor o que era o trabalho que ele estava fazendo e que estava gerando tanta discussão aqui.

Então, quero agradecer muito, professor, pela sua presença; agradecer a Maria Silvia, o Marcelo, o Vicente – já é do coração, não é Vicente? Além de ser meu vizinho na Serrinha, abraçou essa causa e tem sido uma fala muito importante e técnica no sentido do trabalho que a gente vem desenvolvendo.

Lá atrás tem a Alba, que é a nossa Presidente do Comitê de Bacias. Agradeço a presença dela; do Newton; do pessoal do Melchior e a nossa amiga aqui, Luiza Chaer, que agora está no IDS.

Então, eu queria passar um minutinho para o Jaganu poder...

O Jaganu é valoroso, guerreiro.

O SR. LUIZ GUILHERME PENA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

É muito prazer estar aqui acompanhando esse debate maravilhoso. O Professor Vicente sempre me surpreende com as suas pesquisas e os seus fundamentos. E o professor Júnior para mim foi uma grande surpresa também. Nós estávamos aguardando ansiosamente a sua colocação.

Eu queria colocar poucas coisas muito pontuais. O Marcelo fala, com muita clareza, da Zona de Amortecimento de Águas Emendadas, de como está sendo ocupada e como está sendo destruída essa zona de amortecimento e os corredores ecológicos de passagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar que o Jardim Botânico, no Lago Sul, também perdeu muito da sua zona de amortecimento, com rodovias, com ocupações, com os condomínios todos do Jardim Botânico, até o Altiplano Leste...

O Jardim Botânico está sendo tão ameaçado quanto Águas Emendadas. Só que ali é uma zona urbana, todo mundo acha aquilo muito bucólico, muito maravilhoso, restaurantes bons e tudo, mas ali tem nascentes poderosas, que abastecem o Distrito Federal. Não abastecem só o Lago Sul, abastecem Jardim Botânico, Mangueiral.

Então, essas zonas de amortecimento, esses corredores ecológicos de passagem estão sendo superdestruídos. Isso cria um problema enorme para toda a população. Nós estamos vendo aí uma ascensão da dengue fortíssima. O que é isso? Isso é ocupação, é desmatamento. Os predadores naturais estão sendo destruídos, estão sendo eliminados, e aí esses bichos se proliferam. É óbvio, eu não tenho os dados científicos como os professores e eu não tenho nenhuma pretensão de tê-los, mas, como cidadão, eu vejo isso acontecendo.

Eu quero fazer um questionamento à Adasa, na pessoa do Sr. Gustavo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUILHERME PENA – ... do Superintendente Gustavo: a Adasa precisa rever as suas licenças de outorga. Não se pode ceder água – muita água – para plantadores de soja e nada para alguns trabalhadores, por exemplo, produtores rurais de Brazlândia, que não estão conseguindo outorga para poder plantar organicamente. Então, acho que a Adasa precisa rever as suas licenças de outorga.

Muito obrigado.

Bom dia. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos a participação.

Vou passar agora para Maria Silvia Rossi, Diretora de Planejamento e Administração do Iphan.

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI – Senadora, eu queria primeiro saudar e parabenizar esta Casa por tantos papéis que ela cumpre, inclusive esse de amplificar discussões, problemas, soluções, aproximar partes neste diálogo.

As políticas públicas precisam ser reavaliadas de quando em quando. As coisas mudam, a vida nos leva a outros caminhos. As sociedades, as cidades, todos mudamos, e as políticas públicas precisam evoluir também. Então, esse tipo de encontro nos impulsiona para frente, nos inspira a essas revisões. Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste agradecimento a esta Casa, eu não poderia deixar de pontuar a minha reafirmação da importância da democracia no país. Esta Casa representa um dos lugares mais importantes que a gente tem na República. É um lugar de grandes sínteses de soluções nacionais, estruturais, de impacto, e disso a gente não pode abrir mão, deste debate nesse nível, nesta Casa.

Então, quero parabenizá-la mais uma vez pela iniciativa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI – ... e dizer do seu papel inspirador. Eu tenho insistido nisso porque nós, mulheres, somos tratadas como minoria, mas somos 51% da população brasileira. Nós temos um índice cada vez maior, pensando no gênero, da questão educacional, e nós continuamos sendo tratadas como minoria. Por isso, o exemplo da Senadora é muito inspirador: em lugares de decisão, com equilíbrio, com paixão, mas com equilíbrio no diálogo, com a busca pelo diálogo. É assim que a gente vai avançar– é assim.

Eu também sou mãe. Eu acho que essa questão do pessoal e do coletivo, do equilíbrio que a gente tem que ter nos leva a uma situação de muita pressão, que nos faz ser muito resilientes, porque a gente tem que combinar coisas que são inegociáveis, e tem que combiná-las. Então, eu quero novamente agradecer por essa liderança.

Por último, Gustavo, colega, nós estamos no mesmo barco, eu acredito, estamos todos na mesma terra, estamos todos no mesmo território, estamos na administração pública ou federal, distrital, os papéis vão mudando, mas esses debates é que fazem a gente crescer. Então, a gente continua à disposição da Adasa sempre que chamar. E eu tenho certeza de que o Comitê de Bacia, com a Alba, está à disposição para ir à Adasa sempre que chamar. A Sema está à disposição para chamar essa discussão, o CRH está acolhendo essa discussão, a sociedade está acolhendo essa discussão. Então, contem conosco também, ao tempo em que eu parabenizo pela coragem de vir aqui, porque, alguns anos atrás, não viriam. Isto é admirável. Estamos evoluindo no diálogo, e temos que reconhecer e parabenizar por isso também, em que pesem diferenças técnicas de visão de mundo, e está tudo bem, está tudo bem.

Então, como eu não poderia deixar de dizer, porque eu sou muito esperançosa e fiz a opção, há muitos anos, de ver o copo meio cheio em vez de meio vazio, acho que a gente tem grandes debates pela frente, são debates que alimentam a nossa alma, que fazem o nosso coração aquecer, porque há soluções; e o olho brilhar.

Então, eu estou à disposição e agradeço a todos que falaram e mesmo aos que não falaram e fizeram perguntas, pois são momentos de aprendizagem. Eu acredito que eu aprendi muito também hoje com todos que estiveram aqui e puderam se pronunciar.

Muito obrigada pela oportunidade, Senadora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu que agradeço por sua participação. É sempre um prazer não só o olhar fraterno, mas, principalmente, técnico nas audiências de que você já participou aqui conosco.

Quero cumprimentar a Alba, Presidente do Comitê de Barragens.

Alba, é um prazer rever a senhora, que está aqui conosco sempre.

Temos uma turma que é forte aqui, tem uma turma que está sempre conosco aqui, nos provocando. Na verdade, é uma turma guerreira, não é, D. Lúcia?

Vou passar a palavra agora para o Marcelo Benini, que é o Coordenador da Associação Guardiões das Águas Emendadas.

O SR. MARCELO BENINI (Para expor.) – Bom, apenas para reafirmar que a situação é muito séria, reafirmar a responsabilidade do Governo do Distrito Federal, que é o ente federativo responsável pelo fenômeno das águas emendadas, que está chegando a um ponto de não retorno, e, se esse fenômeno acabar, será um grande vexame para a sociedade do Distrito Federal, um vexame de nível nacional e continental.

Então, eu espero que a gente não chegue a isso. É preciso que o Distrito Federal olhe de outra forma para esse fenômeno e para outros, porque a gente sempre diz, Senadora Leila, que todas as águas são emendadas, e eu acho que a gente pode dizer também que todas as águas e todas as lutas são emendadas.

Então, a gente está junto, e muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu que agradeço, Marcelo.

Mais uma vez, reforço que teremos mais audiências a respeito desse tema, que é precioso, que é caro para todos nós.

Quero agradecer a participação dos nossos expositores, de todos que estiveram conosco até este avançado da hora, porque já são quase 13 horas, e já desejo um feliz feriado, um bom feriado para todo mundo, para descansar. Eu, particularmente, vou descansar.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

Boa Páscoa para todos!

(*Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Marcos do Val, Leila Barros, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia, Magno Malta, Janaína Farias e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa 1/2 (PL 2918/2021)**, atendendo ao requerimento REQ 7/2024 - CMA, de autoria do Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Instruir o PL 2918/2021, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Claudio Girardi, Advogado e ex-procurador-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Sra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA; Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Sr. Giordano Almeida de Azevedo, Coordenador-Geral de Governança de Fundos da Secretaria Executiva do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Sra. Ludimila Lima Da Silva, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica (SCE) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Sr. Jose Fábio de Moraes Júnior, Especialista em regulação do Setor Elétrico; Sr. Gustavo Gonçalves Manfrim, Subsecretário de Assuntos Econômicos e Regulatórios do Ministério de Minas e Energia; e Sr. Otávio Augusto Gomes, Presidente da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados (AMUSUH) e Prefeito de Ilha Solteira (SP). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Invocando a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 9 de abril de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 2.918, de 2021, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências", em atenção ao Requerimento 7, de 2024 da Comissão de Meio Ambiente, autor, o Senador que vos fala, Nelsinho Trad.

Comunico que, em razão do amplo interesse e necessidade do debate em torno da matéria, teremos, além desta, uma segunda audiência pública para viabilizar a participação de diversos outros atores interessados neste importante projeto.

Para conforto de todos, faremos uma primeira mesa com quatro convidados, e, na sequência, alternaremos com os demais.

Os quatro que aqui estarão presentes: Claudio Girardi, advogado, pode vir aqui para a mesa; Giordano Almeida de Azevedo, do Ministério da Ciência e Tecnologia; Giuseppe Serra Seca Vieira, do Ministério do Desenvolvimento Regional; Veronica Sánchez da Cruz... (*Pausa.*)

Informo também que foi convidado o Sr. Ivan Dutra Faria, Doutor em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, que não pôde comparecer a esta audiência, por compromissos anteriormente assumidos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunicamos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no seguinte endereço, senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Como a agenda está bastante participativa nesta audiência pública, eu pediria aos que aqui vão iniciar a sua fala que se atívessem ao tempo de cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco, a fim de que possa dar tempo a que todos tenham a oportunidade de se manifestar e de se apresentar.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida ao Parlamentar que porventura estiver acompanhando ou presencialmente ou remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos já, de pronto, passar a palavra ao Dr. Claudio Girardi, Advogado e ex-Procurador-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Eu estou vendo que tem algumas pessoas em pé. Se vocês quiserem ir se acomodando por aqui. As senhoras primeiro, depois os senhores.

Com a palavra, o Dr. Claudio.

O SR. CLAUDIO GIRARDI (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da mesa, Senador Nelsinho Trad, demais colegas de mesa, Srs. Prefeitos municipais, senhoras e senhores, pretendemos, neste pouco tempo que nos é concedido, demonstrar aos senhores que a finalidade do artigo constitucional de 1988, o art. 20, §1º, não está sendo cumprida. Esse é o nosso objetivo.

Não há dúvida, não precisamos falar, de que a Constituição Federal criou, assegurou aos estados e municípios – inicialmente a órgãos da administração federal; depois disso foi alterado – participação financeira resultado da exploração. Na sequência, em 1990, tivemos a primeira lei que veio disciplinar, criando para a área de energia elétrica, a compensação financeira e prevendo um valor percentual sobre a tarifa de energia elétrica, excluindo tributos e empréstimos compulsórios deste cálculo, cabendo ao Dnaee/Aneel fixar mensalmente, com base nas tarifas de suprimento vigentes, uma Tarifa Atualizada de Referência (TAR).

Na sequência, tivemos a Lei nº 8.001, de 1990, que disciplina os percentuais a serem distribuídos.

Tivemos, já em 2001, o Decreto nº 3.739, que regulamenta as leis mencionadas e estabelece a tarifa atualizada de referência já prevista na própria Lei nº 7.990 para calcular a compensação financeira. Assim, o produto da energia de origem hidráulica verificada e medida em megawatt-hora seria multiplicado por essa tarifa.

Ocorre, senhoras e senhores, que o §1º deste decreto já comete uma exorbitância regulamentar, ou seja, o decreto, ao fixar essa tarifa, dar competência à Aneel, além do empréstimo compulsório e tributos de que ele determinava a exclusão – a lei determinava –, o decreto acrescenta encargos setoriais incidentes sobre o gerador e também custos incorridos na transmissão. Ao alterar a forma de cálculo da compensação, o decreto de 2001 foi além da autorização legal, cometendo excesso regulamentar e causando ônus aos entes federados beneficiários da Cfurh e também aos órgãos da União que tinham – e têm – direito a uma parcela.

Na sequência, a Aneel edita a Resolução 66, de 2001, disciplinando a tarifa atualizada de referência e, para tanto, cria – a nosso ver, também exorbitando a sua competência – um preço médio da energia hidráulica para fins de atingir este cálculo. Essas resoluções já se encerraram, foram declaradas caducas em 2016, e sendo esse dispositivo na Aneel aprimorado através de outras resoluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após o advento das Leis nºs 7.990, de 1989, e 8.001, o setor elétrico brasileiro, senhores, sofreu a maior transformação da sua história.

Tivemos a Lei Geral de Serviços Públicos (nº 8.987 de 1995 e lei nº 9.074, de 1995), que cria o regime da produção independente de energia elétrica, podendo o gerador vender diretamente aos consumidores.

Em 1998, promoveu-se a grande mudança setorial, instituindo-se o denominado modelo institucional do setor elétrico brasileiro. Foi posto fim, a partir daí, de 1998, a um sistema estatal que durava mais de meio século. As atividades de produção e transmissão de energia passaram a ser concorrenciais.

Criou-se o mercado atacadista, que nós não tínhamos no Brasil, hoje coordenado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Criou-se também o Operador Nacional Independente, o ONS, que faz o despacho das usinas e cuida das linhas de transmissão.

A Câmara de Comercialização contabiliza e liquida todas as operações de venda contratadas no âmbito nacional no setor elétrico.

E a grande mudança que tivemos, senhores, foi a livre comercialização de energia elétrica, que se inicia em 1995, quando se possibilita que o produtor independente venda a sua energia elétrica diretamente a consumidores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO GIRARDI – Essa lei ainda inicia a desverticalização das concessionárias de serviço público de distribuição, que tinham o monopólio sobre a sua área de atuação e também eram produtoras e transmissoras de energia.

Observem, senhoras e senhores, que a compensação financeira, a partir de 1998, começa a ter um descompasso, além da observação que eu já fiz quanto ao decreto regulamentar que excedeu a sua competência.

Com a criação do agente de produção independente, já se iniciava o mercado livre no Brasil, com o detalhe de que a energia comercializada em mercado livre não é capturada para o cálculo –isto é extremamente relevante para a compreensão do assunto – da tarifa atualizada de referência.

Com essas considerações, senhoras e senhores, e dentro do nosso tempo, eu diria que se passaram realmente quase 26 anos, praticamente, do tempo em que essa legislação deveria ter sido atualizada. E não o foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo do projeto de lei que hoje se encontra em discussão visa exatamente atualizar essa prática de cálculo, tendo em vista essas alterações profundas que o setor elétrico passou a ter desde 1998.

Em 2004, nós tivemos a criação dos ambientes de contratação regulada e ambientes de contratação livre, e toda a energia passou a ser comercializada em leilões, de maneira que a tarifa de atualização de referência assim como o preço médio estão no passado. Estão desnecessários a partir do momento em que esses preços, hoje, são contratados a partir de leilões e estão expressos nos contratos que são registrados na Câmara de Comercialização.

Então, não há absolutamente hoje mais nenhuma necessidade, aliás, hoje, eu digo há mais de 20 anos, desde 1998, quando esse sistema começou a ser mudado.

O objetivo do projeto, então, é que se possa cumprir a finalidade do art. 20 da Constituição Federal.

Vale mencionar que aquele dispositivo dispõe não somente sobre compensação financeira pela implantação de usinas hidroelétricas nos municípios, mas também sobre a exploração de petróleo e mineração.

Note-se que, para essas duas atividades, a legislação é clara ao se referir ao resultado da exploração, enquanto no caso dos recursos hídricos a legislação infraconstitucional gerou incertezas por parte dos entes federados, tendo em vista a complexa expressão matemática para se chegar ao valor devido, ou seja, o preço médio que depois será objeto utilizado para cálculo de uma tarifa atualizada de referência para multiplicar pelos megawatts somente da energia adquirida pelas concessionárias de distribuição. É justo que se dê um tratamento isonômico de modo a cumprir a finalidade constitucional.

O projeto de lei que hoje é objeto desta audiência pública se faz necessário e é imperativo para corrigir distorções no cálculo da compensação financeira a que os municípios, estados e órgãos federais da administração direta têm direito para que se dê segurança jurídica, Senador, e a tranquilidade aos entes federados – no caso, aqui, citamos 743 municípios em que foram construídos lagos e barragens, que foram atingidos e tiveram áreas alagadas com a implantação de usinas hidrelétricas.

Em síntese, é essa a nossa apresentação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Dr. Claudio Girardi.

De pronto, passo a palavra para a Profa. Veronica Sánchez da Cruz Rios, pelo mesmo tempo concedido ao Dr. Claudio Girardi.

Antes, porém, gostaria de registrar a presença do Prefeito Otávio Augusto, de Ilha Solteira e do Prefeito Angelo Guerreiro, de Três Lagoas, na pessoa dos quais gostaria de saudar a todos os outros Prefeitos aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Profa. Veronica.

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS (Para expor.) – Boa tarde a todos. Senador, boa tarde. Muito obrigada pela realização desta audiência pública.

Eu represento aqui a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Senador Nelsinho. Nós estivemos com o senhor, e agradeço pela sua abertura para a realização desta audiência para que possamos contribuir para o senhor tomar decisão, juntamente com a CMA e o Senado Federal, a respeito desse projeto de lei que está tramitando.

Senador, se me permite, eu gostaria de fazer aqui referência ao Dr. Maurício. O Dr. Maurício é o Presidente do Fórum dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que estão aqui representados pelos Presidentes dos Comitês de Bacias Hidrográficas interestaduais, ou seja, aquelas que permeiam mais de um estado da Federação. Todos estão aqui presentes em função da relevância desse assunto para o setor de recursos hídricos do país.

Também faço referência ao Dr. Alexandre Kepler, Presidente da ABRHidro, que também está aqui conosco, e à Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, superintendentes e equipe técnica, que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Só um minutinho, Profa. Veronica.

Informou-me a assessoria que o Plenário 9, aqui ao lado, está transmitindo ao vivo a nossa reunião e tem lugar de sobra para quem quiser se acomodar melhor. Fica a critério de vocês que estão em pé aí: se quiserem ir ao Plenário 9, está lá o ambiente preparado; se quiserem ficar aí, a escolha é de vocês.

Com a palavra a Profa. Veronica.

A SRA. VERÔNICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – Senador, eu trouxe uma apresentação para o senhor, se o senhor quiser.

Senador, rapidamente, a contribuição pelos recursos hídricos, como o Dr. Claudio explicou, teve uma evolução desde a sua criação. Um ponto a destacar é que a parcela do 0,75 da Cfurh, que é destacada para custeio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da Rede Hidrometeorológica Nacional, é repassada à ANA e constitui, Senador, o equivalente à cobrança pelo uso de recursos hídricos do setor hidrelétrico.

Todos os outros usuários de recursos hídricos, Senador – os irrigantes, as indústrias, as operadoras de saneamento –, pagam uma cobrança pelo uso de recursos hídricos para os comitês de bacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do setor hidrelétrico, essa cobrança é feita por meio desse 0,75%, que foram acordados à época da criação da Agência Nacional de Águas, no ano de 2000, e da instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, em 1997.

Aqui, Senador, eu trago rapidamente o histórico da evolução dessa cobrança ao longo dos anos. Então, a Lei nº 8.001, de 1990, institui a Cfurh, e a gente pode ver que ao longo dos anos várias leis aprovadas pelo Congresso e sancionadas pela Presidência da República foram mudando a composição da Cfurh, chegando... Originalmente, tínhamos uma distribuição de 45% para os estados, 45% para os municípios e 10% para a União; e, hoje, após essas mudanças todas legislativas trazidas, a distribuição é diferente: 25% para os estados, 65% para os municípios que são atingidos por alagamentos de barramentos hidrelétricos e 10% para a União, divididos nos percentuais dos órgãos que inclusive estão aqui hoje presentes para a audiência pública, Senador. O montante total soma R$2,205 bilhões que são arrecadados dos geradores de energia hidrelétrica por meio da forma de cálculo que é calculada pela Aneel, como trouxe o Dr. Claudio aqui também.

Aqui, Senador, é bem importante a gente trazer a diferenciação do valor: 6,25% do valor da Cfurh são distribuídos para estados, municípios e as outras parcelas da União, os outros ministérios e Agência Nacional de Energia Elétrica; 0,75% são, como eu mencionei, o que equivale à cobrança pelo uso de recursos hídricos, que é destinada ao custeio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que a gente vem tratar hoje pela Agência Nacional de Águas.

E o que essa arrecadação custeia, Senador? Todo esse sistema. Ele é um sistema relativamente complexo. Nós temos aqui o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional como coordenador do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é a instância maior que define toda a Política Nacional de Recursos Hídricos do país, isso a nível nacional. A nível estadual, temos os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas, de cuja presença temos a honra aqui conosco. E, além disso, temos todas as instâncias executivas em nível federal, em nível estadual e em nível dos municípios, que apoiam na implementação desse amplo sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

Aqui, Senador, a gente traz um pouco do histórico desde 2000, desde a criação da Agência Nacional de Águas. Esses são os recursos que custeiam esse sistema, que custeiam toda a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Esse é o gráfico da evolução da aplicação desses recursos ao longo desses 25 anos.

E aqui eu trago as principais ações que são custeadas com esses recursos, Senador. Elas não são exaustivas, porque, senão, eu ficaria um dia inteiro aqui falando, Senador, mas eu trago de forma exemplificativa algumas das principais ações que são feitas com esses recursos.

Esse mapa, Senador, é o mapa da Rede Hidrometeorológica Nacional. É a quinta maior rede do mundo, o senhor pode ver que são muitos pontinhos, que são todas as estações hidrometeorológicas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medem as chuvas e as vazões dos rios em todo o país, inclusive nos países dos quais recebemos água, como é o caso do Peru, da Bolívia, do Paraguai, nós também temos pontos da rede lá para receber os alertas de cheias e inundações. São mais de 23 mil estações espalhadas pelo país, que nos permitem ter os sistemas de alerta de desastres no caso de chuvas ou de secas, Senador.

Então, essa rede é custeada integralmente com esses recursos da Cfurh. Ela constitui mais de um terço do orçamento da agência e ela serve para a tomada de decisões de todos os setores produtivos do país: agricultura, geração de energia, indústria... Ela é a base para qualquer tomada de decisão relevante.

Aqui são as informações sobre o que é que a gente faz com essas informações da rede.

A gente mapeia toda a distribuição das águas no país, ou seja, a disponibilidade hídrica, e a sua variação ao longo dos anos.

Além disso, a gente observa como a água se comporta em termos de mudanças climáticas, Senador, em termos de disponibilidade e em termos de demanda por água. Então, onde temos mais demanda, temos menos água, onde temos mais água, temos menos demanda. Isso implica num desafio gigantesco, que vai ser trazido aqui pelo Dr. Giuseppe, também responsável pelas obras de infraestrutura hídrica do país, para como a gente faz para que chegue água para quem precisa.

E aqui os cenários que a gente tem de um estudo publicado agora em janeiro sobre o impacto das mudanças climáticas sobre a disponibilidade hídrica no país.

Então, as tendências, Senador, mostram que, a depender dos cenários que irão se confirmar ou não, a gente vai ter variações drásticas na disponibilidade hídrica em regiões do país, e isso tudo a gente só sabe pela existência da Rede Hidrometeorológica Nacional.

Outro tema que a agência tem uma responsabilidade e uma atribuição legal de fazer é todo o cadastro e o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

Então, após o desastre de Mariana e de Brumadinho, Senador, a agência foi incumbida de criar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Hoje temos mais de 28 mil barragens cadastradas nesse sistema, sendo que algumas ainda estão em fase de cadastramento pelos estados e pelos municípios, e esse sistema de informações nos permite dar os alertas no caso de riscos de desastres de barragens.

Aqui, Senador, a gente traz as regras operativas dos reservatórios de hidrelétricas.

A agência, Senador, tem todo o monitoramento da operação de todos os reservatórios de hidrelétricas do país, e a gente estabelece, em conjunto com o Operador Nacional do Sistema, as regras operativas desses sistemas. E ali, naquele mapinha, a gente mostra a concentração de barragens para abastecimento humano. Não apenas as hidrelétricas, mas para abastecimento humano, que são monitoradas diariamente. A cada 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos, Senador, a gente recebe informações sobre a disponibilidade de água nos reservatórios de todo o país.

Esse é o nosso painel do Monitor de Secas.

Nós temos dados de todo o país, Senador. Recentemente, o último estado que faltava ingressar, que é o Estado do Amapá, ingressou no Monitor de Secas, inclusive por atuação do Ministro Waldez, para que a gente possa ter as informações sobre secas em todo o território nacional e alertar os estados e os municípios a respeito da ocorrência de secas no seu território.

E aqui a gente fala sobre a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. Estão aqui os presidentes dos comitês, Senador, que representam todos... 85% dos municípios do país estão representados por esses comitês que estão marcados ali em vários tons de laranja. Representam 88% da população do Brasil que está nesses territórios, 90% do PIB nacional, e temos 170 planos de recursos hídricos elaborados no âmbito desses comitês. Ou seja: são os comitês, Senador, que, lá na ponta, dispõem para onde e como vai ser utilizada a água que está disposta naquelas bacias hidrográficas. Isso faz parte de toda a cadeia de decisão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Aqui temos todas as ações de capacitação que a agência promove. Nós... Eu brinco, lá na agência, que nós somos maiores que muitas universidades, Senador. Nós capacitamos, por ano, mais de 35 mil pessoas. Estamos aqui com equipe de capacitação...

Então, nós temos capacitações em todo o território nacional, temos mais de 260 mil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – ... certificadas, ao longo dos anos, em todas as ações educacionais que nós promovemos ao longo de todo o território nacional.

E aqui, Senador, no ano passado, nós fizemos uma ação que eu reputo da maior importância, que foi o Pacto pela Governança da Água. Nós convidamos os 27 Governadores dos estados brasileiros a fazerem um compromisso de alto nível pela Governança da Água. Nesse compromisso, nós reunimos todos os programas e ações que a agência promove ao longo das últimas décadas, para serem levados ao nível dos Governos estaduais. E o que isso significa? Que todos os programas de apoio à gestão estadual de recursos hídricos, de apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas, de ampliação da rede hidrometeorológica, de ampliação das informações sobre qualidade da água no território, monitoramento de secas, Programa Produtor de Água, todas eles foram reunidos num pacto entre os Governos estaduais e a Agência Nacional de Águas. O Ministro Waldez conduziu pessoalmente vários desses acordos com os 27 Governadores dos estados, exatamente pela relevância que esse tema tem para o Brasil hoje e para o mundo.

O Brasil é detentor de 12% da água doce, da água superficial potável do planeta, e nós estamos fazendo jus a esse compromisso que temos no país de gerir bem os nossos recursos hídricos em parceria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma articulada com os estados da Federação, com os Comitês de Bacias Hidrográficas e com todo o sistema.

Aqui, Senador, o registro desses compromissos pactuados com os 27 Governadores.

Aqui um pequeno pinçamento de algumas das publicações mais recentes da agência.

E aqui, Senador, o que eu trago? São os principais pontos trazidos pelo projeto de lei que impactam a nossa atuação com todos esses elementos que eu trouxe aqui para apresentação nessa audiência pública de hoje.

O primeiro ponto que o PL propõe é a alteração da base de cálculo da Cefurh. Isso, pelas contas que a gente tem levantado, impactaria em mais ou menos 1,7 bilhão a ser acrescido no valor que hoje é arrecadado da Cefurh.

O segundo ponto é eliminar a vinculação das receitas oriundas da Cefurh que são destinadas à União. Isso, Senador, do nosso ponto de vista, com todo respeito ao autor do projeto de lei, implicaria no desvio de finalidade da aplicação desse recurso, Senador, porque o recurso foi criado junto com a criação da Agência Nacional de Águas para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos. No momento em que se desvincula a aplicação desse recurso da finalidade para a qual ele foi criado, isso implica em que a gente destrói todo o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, a fonte de recursos para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, quando se repassa para virar superávit primário um valor significativo destinado à implementação dessa política.

E, por último, as implicações que traria a eliminação do percentual de 0,75% para a Política Nacional de Recursos Hídricos. Isso iria onerar duplamente o setor elétrico no momento em que isso obriga, determina que, no momento seguinte, caso o PL avance nos termos em que ele está, a Agência Nacional de Águas, por meio dos Comitês de Bacias, passa a ser obrigada a cobrar pelo uso de recursos hídricos das hidrelétricas. Então, a gente oneraria duplamente o setor de geração hidrelétrica.

Aqui os impactos que eu trouxe detalhados, Senador: insegurança jurídica para os contratos do setor elétrico, porque você oneraria de forma significativa em quase 52% o valor da Cefurh; e o impacto inflacionário pelo aumento da tarifa de energia, porque, a todo momento, a gente está sendo açodado com o aumento da tarifa de energia – e entendo que é um movimento contrário o que se pretende.

O desvio de finalidade da aplicação do recurso, Senador, entendo que é um ponto muito importante, porque o recurso foi destinado para uma finalidade específica: a implementação da política e custeio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da Rede Hidrometeorológica Nacional. No momento em que você retira esse recurso, que vai para o superávit primário do Tesouro Nacional, a gente simplesmente destrói esse sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, quanto a esse 0,75%, que equivale à cobrança pelo uso de recurso hídrico, no momento em que ele é eliminado, isso implica necessariamente a obrigatoriedade de que a ANA, por meio dos comitês, cobre esse valor pelo uso de recursos hídricos das operadoras hidrelétricas. Então, a gente oneraria duplamente o setor de geração de energia hidrelétrica.

Aqui é uma síntese, Senador, dos apontamentos que nós entendemos relevantes como consequências deste projeto de lei, para sua apreciação.

E aqui, Senador, a gente fez um estudo com informações que estão disponíveis, principalmente, no *site* da Aneel sobre os municípios que hoje recebem a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos. Então, nós temos 726 municípios no país que receberam em 2023 esse repasse, sendo que, Senador, 461 municípios, que representam 63%, receberam menos de R$1 milhão, e apenas 14 municípios desses 726 receberam valores superiores a R$10 milhões, Senador. Então, isso implica que qualquer alteração da Cfurh, nos termos em que ela está, simplesmente gera um aumento da arrecadação desse mesmo conjunto de municípios. Na nossa visão, Senador, não é uma pauta municipalista, porque ela não agrega municípios. A gente faz ações por meio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que agregam todo o país, que abrangem todo o território nacional, todos os municípios do país, todos os estados da Federação. No momento em que a gente altera uma legislação que beneficia apenas um subconjunto dos municípios e quando a gente vê uma disparidade grande na distribuição de recursos exatamente pela área alagada, a gente vê que simplesmente a gente está concentrando a alocação de mais recursos nos mesmos municípios.

E aqui, Senador, por último, a gente mostra os municípios, nesses pontinhos verdes, que representam os lugares onde temos usinas hidrelétricas implantadas no Brasil – e, obviamente, os municípios que são afetados por essas hidrelétricas. Hoje, Senador, então, obviamente a geração hidrelétrica está concentrada em alguns pontos da Região Norte, ali, Porto Velho, Altamira, em função das grandes hidrelétricas, mas principalmente na Região Sudeste e na Região Sul. E a ação que a Agência Nacional de Águas faz por meio da Cfurh implica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – ... ações em todo o território nacional. Então, a gente realmente tem uma ação dispersa que abrange todo o território nacional.

E aqui, Senador, por último, eu trago as manifestações contrárias que a agência recebeu a este projeto de lei. Aqui são algumas das entidades que estão aqui presentes e que se manifestaram contrariamente a este projeto de lei, Senador. Então, a gente traz para deixar o registro dessa manifestação para o seu conhecimento, Senador.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a fala da Profa. Veronica.

Sr. Giuseppe, para as considerações, em função de estar tabelando diretamente com a Profa. Veronica.

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA (Para expor.) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad, pelo espaço, pelo convite, em nome do Ministro Waldez Góes, Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Falando não só com relação ao que já foi apresentado aqui pela Veronica e não só enquanto ministério, mas também com uma preocupação do Ministro Waldez enquanto Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, recém-restabelecido pelo Presidente Lula agora no Dia Mundial da Água, no dia 22, quero dizer que... Acho que a apresentação da Veronica nos contempla integralmente, a apresentação da ANA, e a gente só reforça, reafirma a nossa preocupação de que o texto, ao ser discutido, leve em consideração – é um pleito nosso – essas observações, esses destaques que foram feitos aqui, para que não haja um comprometimento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos como um todo, tanto das entidades ministeriais que são contempladas com esse recurso como também de toda a sua cadeia, que foi apresentada aqui nos eslaides: as cadeias nas esferas estaduais e na esfera local – no caso, pode afetar também os comitês de bacia.

Quero dizer que o que está sendo discutido aqui, que foi muito bem defendido pelo Dr. Claudio Girardi, tem uma amplitude muito maior do que o que a gente está apresentando enquanto Ministério de Integração, enquanto estrutura da União e ANA – a amplitude, com certeza, vai ser levada aqui pela CMA, muito bem conduzida na sua relatoria. E a gente está à inteira disposição para contribuir com mais detalhes e debates técnicos que julgarem importantes, para que essa ferramenta tão importante de gerenciamento do recurso hídrico, que já está estabelecida em lei, desde a Lei das Águas, da Lei 9.433, não seja comprometida na sua integralidade.

Basicamente, o que a Veronica nos traz na apresentação é que aquele 0,75% é o impacto do que é feito positivamente dentro da gestão do recurso, para a gestão do recurso hídrico. Mas a não existência desse 0,75% obviamente tem uma alternativa, que é o estabelecimento da cobrança para compensar essa ausência, porque, sem esse recurso já previsto, basicamente se inviabiliza totalmente a agência de realizar tantas atividades que foram consolidadas – toda a agenda de gestão e gerenciamento do recurso hídrico – nos pactos pela água, que foram assinados, em sua integralidade, por todos os estados da Federação no decorrer de todo o ano passado.

Então, foi uma agenda que foi conduzida pelo próprio Ministro Waldez, em algumas oportunidades, pela ANA e que discute o bom uso do recurso hídrico, tanto do que já é da competência da própria agência como também estendendo a disponibilidade e a *expertise* que a ANA já tem a todas as unidades da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federação, para que ela continue potencializando e incrementando novas ferramentas e compartilhando as informações também da gestão de recursos, para que elas fiquem, o máximo possível, integradas em uma base única.

Então, a nossa preocupação, obviamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA – ... é com a viabilização do recurso para a estruturação do Singreh, do sistema que está hoje instalado; não inviabilizar diversas políticas que já são realizadas pelo ministério, em especial pela Agencia Nacional de Águas e Saneamento; e evitar que isso possa também – para não inviabilizar na sua plenitude – respingar na sociedade com um aumento tarifário.

Então, peço vênia aqui, estendendo a contribuição do ministério e da agência para enriquecer esse debate e para que a gente ache o texto mais justo possível para todos os atores aqui envolvidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a fala do Sr. Giuseppe.

De pronto, o último dessa primeira mesa, já se preparando para falar, Giordano Almeida de Azevedo.

E já se preparem para vir para cá: Gustavo Gonçalves Manfrim, Jose Fábio de Moraes Júnior, Ludmila Lima da Silva, Otávio Augusto Gomes.

Com a palavra, Giordano.

O SR. GIORDANO ALMEIDA DE AZEVEDO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Nelsinho Trad. Boa tarde, demais representantes aqui das instituições representadas nesta audiência pública. Boa tarde, senhoras e senhores.

Vou falar um pouco sobre o FNDCT e me aterei ao tempo que foi indicado pelo Presidente.

O FNDCT foi estabelecido pelo Decreto-Lei 719. Trata-se do principal instrumento de fomento e financiamento a políticas públicas de C&T no país. O FNDCT foi estabelecido, o seu modelo de governança, a partir da Lei 11.540, de 2007, e regulamentado pelo Decreto 6.938, de 2009.

Fazendo um salto temporal, eu vou citar a Lei Complementar 177, de 2021, que vedou a limitação de empenho e movimentação financeira dos recursos arrecadados nas fontes de arrecadação que compõem o FNDCT.

Nós temos esse quadro esquemático para que possamos visualizar a governança do FNDCT, que tem como instância máxima deliberativa o Conselho Diretor, responsável por definir as políticas e diretrizes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o uso de recursos do fundo. Ele é presidido pela Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e tem como membros: representantes do MEC, Mdic, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Defesa, Finep, CNPq, BNDES, Embrapa, três representantes da comunidade empresarial, três representantes da comunidade científica e um representante do segmento dos trabalhadores.

Logo abaixo, nós temos uma instância intermediária que faz a consolidação das propostas advindas dos comitês gestores setoriais. O CT-Hidro compõe um desses comitês gestores, assim como é responsável pela aprovação de ações transversais que irão compor um plano anual de investimentos que será apreciado pelo Conselho Diretor. Nós temos algumas instâncias operacionais para a implementação dessas iniciativas. E a interface entre essas instâncias colegiadas de deliberação e essas instâncias executoras se dá por meio da Secretaria Executiva do FNDCT, que é exercida pela Finep e pela Secretaria Executiva do MCTI.

Para implementação das iniciativas, nós temos as agências de fomento, organizações sociais, instituições científico-tecnológicas, empresas e outras entidades.

Apenas para contextualizar, eu trago aqui no caso as diretrizes estratégicas estabelecidas para o Comitê Gestor de Recursos Hídricos. As diretrizes estratégicas estabelecidas visam à melhoria da qualidade de vida nas cidades e comunidades rurais brasileiras; previsão e minimização dos impactos decorrentes dos eventos externos; desenvolvimento tecnológico e instrumentos para fiscalização e gestão dos recursos hídricos; ordenamento do uso de água nas bacias hidrográficas e controle de efluentes industriais e de impactos sobre o meio ambiente; e maior qualificação profissional em todos os níveis técnicos para ampliar a produtividade nos diferentes setores de recursos hídricos.

E, como categorias para apoio, desse apoio que é provido pelo CT-Hidro, nós temos estudos de base, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, produtos e processos, recursos humanos e infraestrutura.

Essas diretrizes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIORDANO ALMEIDA DE AZEVEDO – ... e essas decisões que são adotadas pelo comitê gestor estão dentro de um contexto, de uma orientação estratégica do FNDCT, orientação essa que teve uma nova roupagem, a partir de 2023, que privilegia um planejamento plurianual dos investimentos, em que, num primeiro momento, foram aprovados investimentos para três anos, e, a partir do final do ano passado, esses investimentos passaram a abarcar cinco anos de planejamento – isso, atendendo a um acórdão do TCU que determinou o estabelecimento de um planejamento estratégico para as ações do fundo. Então, ele está organizado em dez programas estruturantes mobilizadores, de forma a superar um quadro de dispersão e fragmentação das ações, aumentar a relevância e o impacto das ações do FNDCT e promover um melhor planejamento das ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dez programas foram estabelecidos, e alguns deles têm muita aderência temática com o setor de recursos hídricos. Eu posso citar, nesse eslaide, que nós temos, dentro desse planejamento trianual, planejado: o Pró-Infra, que é um programa de recuperação da infraestrutura tecnológica nacional, com investimento previsto de 3,6 bilhões – isso, considerando de 2023 até 2025 –; o Mais Inovação, que está inserido num contexto da nova política industrial, com investimento também previsto de 3,6 bilhões; o Programa Pró-Amazônia, que tem grande dependência dessa temática do CT-Hidro, para a implementação das iniciativas; temos um Programa de Repatriação de Talentos, para atrair talentos que realmente saíram do país por falta de oportunidade, e esses profissionais podem atuar nos diversos setores que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIORDANO ALMEIDA DE AZEVEDO – ... são apoiados pelo fundo; nós temos um programa para apoio a projetos estratégicos nacionais – nesse programa, nós podemos citar aqui o Cbers-6, que é um satélite para monitoramento dos biomas brasileiros e dos recursos naturais nacionais –; e temos também um programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Segurança Alimentar e Erradicação da Fome.

Apenas um pequeno recorte: nós temos o Programa 2, Mais Inovação, e esse destaque – vocês podem ver um destaque em vermelho – com os investimentos previstos aí até 2025.

Na área do agro, nós temos R$280 milhões previstos, uma chamada pública de resíduos, saneamento e moradia com o valor previsto de R$80 milhões; energias renováveis, R$250 milhões; bioeconomia, R$250 milhões.

Eu enumerei aqui algumas iniciativas que têm essa vinculação temática com o CT-Hidro, mas eu vou deixar esse material para consulta para os interessados, para que a gente não extrapole mais ainda o tempo.

Só citando aqui que nós temos o programa estruturante, o de segurança alimentar. Aquele primeiro, aquele para máquinas e equipamentos, votado à água no Semiárido, tem investimento previsto de R$102 milhões em 2024 e de R$102 milhões em 2025. Fazendo uma consolidação desses investimentos: para 2023, R$298 milhões; para 2024, uma previsão de R$837 milhões; e, para 2025, R$352 milhões.

Apenas para finalizar, eu gostaria de citar aqui as possíveis implicações, as prováveis implicações da aprovação do projeto de lei objeto desta audiência pública.

Nós identificamos prejuízo ao processo de planejamento das ações do FNDCT; a diminuição da representatividade das instituições e dos setores ligados à área de recursos hídricos; a redução no financiamento de atividades de pesquisa e desenvolvimento promovido por empresas inovadoras, principalmente micro e pequenas empresas, impactando o desenvolvimento da economia e o avanço da ciência brasileira; a redução no fomento às universidades e demais institutos de ciência e tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos e privados; a diminuição no apoio à formação de profissionais, pois haverá diminuição no financiamento dos programas de capacitação técnica, desenvolvimento tecnológico industrial e de bolsas de iniciação científica, contribuindo para a estagnação do desenvolvimento científico nacional; redução nas fontes de financiamento de ciência e tecnologia e inovação, que prejudicam a busca pela autonomia tecnológica nacional, contribuindo para o aumento da dependência nacional de tecnologias estrangeiras; e, por último, abre-se um precedente para o esvaziamento das fontes de financiamento do FNDCT, que fora resguardado aqui pelas Casas Legislativas com a aprovação da Lei Complementar 177, de 2021. Então, até vai contra o espírito dessa Lei Complementar, que foi aprovada em 2021, em que tanto a Câmara quanto o Congresso visavam resguardar os recursos para o FNDCT.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Giordano.

Eu pediria aos componentes da mesa que troquem de lugares com os novos convocados: Gustavo Gonçalves Manfrim, Otávio Augusto Gomes, Jose Fábio de Moraes Júnior e Ludimila Lima da Silva. (*Pausa.*)

Vamos iniciar aqui com a presença feminina na mesa, Sra. Ludimila Lima da Silva, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica da Aneel.

Com a palavra.

A SRA. LUDIMILA LIMA DA SILVA (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador. Obrigada pelo convite para que a Aneel participasse desta audiência pública.

Vou iniciar aqui a minha apresentação.

O primeiro ponto que eu gostaria de destacar é que a Aneel não é beneficiária dos recursos da compensação financeira. Por meio do Decreto 2.335, de 1997, a Aneel tem a competência de fazer a gestão do recolhimento e da distribuição desses recursos. A Aneel cumpre essa delegação de competência atendendo aos dispositivos da Lei 9.648, que criou a compensação financeira e estabeleceu o recolhimento do tributo dividido em duas parcelas: os 6,25%, que são distribuídos para estados, municípios e órgãos da União; e a parcela de 0,75%, que é uma parcela específica destinada à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essa parcela foi criada em lei com uma finalidade específica e constitui a cobrança pelo uso da água pelos empreendimentos de geração hidrelétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguindo no papel da Aneel de estabelecer o recolhimento da compensação financeira, a gente observa também o Decreto 3.739, de 2001, que estabelece a forma como o pagamento é feito, definindo o valor total da energia produzida, que é calculado com base numa tarifa atualizada de referência, que é fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Esse decreto estabeleceu que essa TAR (Tarifa Atualizada de Referência) é um valor que corresponde à base dos preços de venda de energia destinada ao suprimento das concessionárias de serviço público de distribuição, excluindo-se os encargos setoriais vinculados às atividades de geração, os tributos e empréstimos compulsórios, bem como os custos incorridos na transmissão de energia elétrica. Essa TAR é calculada quadrienalmente pela Aneel e revisada anualmente; é um valor único que é aplicado para todas as usinas hidrelétricas.

Esse é um ponto importante, porque agora eu já passo para alguns comentários em relação ao texto que está sendo apresentado por meio do PL 2.918. A ideia é fazer alguns comentários em relação à proposta que está sendo encaminhada.

O PL passa a ver a compensação financeira como um valor único de 7%. Então, aquele valor que foi definido lá na Lei nº 9.648, em duas parcelas, passa a ser agora um único montante equivalente a 7% sobre o valor da receita bruta total do gerador.

O PL 2.918 também traz uma nova regra de pagamento desses valores pelas usinas hidrelétricas. Ele estabelece que o pagamento deve ser recolhido à Agência Nacional de Energia Elétrica até o 15º dia útil subsequente ao dia do mês da apuração. Hoje, esse prazo é de 50 dias, conforme os regramentos vigentes.

A gente tem um comentário em relação a essa mudança de prazo, que é uma preocupação em termos de fiscalização do montante de geração que é declarado pelas usinas. Então, hoje todas as usinas hidrelétricas declaram um montante de geração que é usado para definir o quanto de compensação financeira vai ser pago para os beneficiários. Esse prazo de 50 dias permite que a Aneel faça uma fiscalização da declaração desses valores.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUDIMILA LIMA DA SILVA – Então, a gente consegue, antes de fazer a emissão de boletos e receber o recolhimento desses montantes, apurar se aquela geração declarada por cada usina hidrelétrica é um valor que é condizente com a realidade verificada nas usinas. Quando você reduz esse prazo para 15 dias para o pagamento, a gente tem um prazo muito curto para que a gente receba essas informações dos geradores e consiga fazer a fiscalização anteriormente ao lançamento dos boletos e ao pagamento. Então, esse é um ponto de alerta que a gente gostaria de destacar sobre o rito de processamento do recolhimento, que não permite que a Aneel desempenhe adequadamente a sua função de fiscalização do montante declarado de geração por cada uma das usinas.

Outro ponto que a gente gostaria de ressaltar em relação ao projeto de lei é a mudança da forma como é definido o pagamento por cada usina hidroelétrica. Hoje a gente tem duas parcelas, de 6,25% e de 0,75%;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o PL traz isso numa única parcela de 7%, que exclui a de 0,75%, que hoje tem essa aplicação específica e é caracterizada como cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Com relação a essa mudança, a gente tem uma preocupação em relação ao uso da terminologia "receita bruta total", porque a gente entende que vai contra o princípio da compensação financeira. A compensação financeira foi estabelecida como uma compensação pela exploração dos recursos hídricos, então a gente entende que encargos, tributos, custos com transmissão não estão vinculados à produção de energia elétrica. É por essa razão que o Decreto 3.739 traz o cálculo da TAR fazendo a exclusão desses itens.

A gente também tem uma preocupação. Quando a gente faz a unificação da parcela da compensação em 7% e a gente muda a forma de cálculo, que passa a incluir encargos, tributos e outros custos, porque passa a enxergar a receita bruta total, a gente tem uma preocupação, como gestores da tarifa para os consumidores, com um aumento que isso pode acarretar. Sem a parcela que hoje é destinada à cobrança do recurso hídrico, isso vai ser cobrado pelo gerador. O aumento da base de cálculo, que passa a ser agora com base na receita bruta, também traz um impacto no valor da energia, que passa a ser uma energia mais cara. E isso vai trazer um aumento de aproximadamente R$2 bilhões no valor da energia, que é um impacto que se espera que vá ser repassado para a tarifa do consumidor. Então, a gente tem essa preocupação em relação a essa mudança, tanto da definição em um único percentual de 7% quanto da mudança da base de cálculo da compensação financeira.

Quanto à eliminação do conceito de TAR, essa tarifa que é anual e vale para todas as usinas, e à vinda do conceito de cálculo com base na receita bruta total informada por cada gerador, a gente tem uma preocupação adicional em relação à percepção que os municípios vão ter em relação a essa receita. Hoje a compensação financeira já tem uma grande variabilidade mensal, porque depende da geração de cada usina hidroelétrica, que é uma geração que varia mês a mês. Quando você traz o conceito de receita bruta total, você está inserindo uma nova variabilidade. Então, os municípios terão uma dificuldade ainda maior de ter previsibilidade no valor da receita que eles vão receber mensalmente. Além disso, quero só destacar que a receita bruta total, nos termos em que está no PL, abrangendo também o ambiente regulado e o ambiente livre, tem uma dificuldade adicional e operacional em relação à fiscalização e à apuração desse valor. Os contratos regulados são acompanhados pela Aneel, e a Aneel tem essa informação.

A gente tem incluso no PL a questão do ambiente livre. Esse ambiente livre são contratos pactuados livremente entre as partes; não são contratos regulados pela Aneel. Então, são contratos de difícil fiscalização. E esses contratos possuem também diversas modalidades de contratação, que variam de acordo com o montante e a vigência.

Em relação a outro dispositivo do PL, que é o livre acesso das informações e documentos utilizados, a questão da publicação, até o dia 30 de cada mês, do valor da compensação financeira para cada município e o dispositivo que prevê que a Aneel deverá manter um sistema de informações baseado em documentos obrigatórios, o destaque que eu gostaria de fazer é que, na verdade, a Aneel já faz isso desde a criação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensação financeira. Então, todos os dados de compensação financeira, Senador, já estão disponibilizados no *site* da Aneel. Todas as informações que a Aneel possui em relação à compensação financeira são as mesmas que estão disponibilizadas na internet, para acesso de todos os beneficiários.

Então, eu trago aqui um recorte do relatório, que está disponibilizado no *site* da agência. Esse relatório permite ver o montante gerado por cada usina, o percentual...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUDIMILA LIMA DA SILVA – ... de distribuição, em que cada beneficiário faz jus do montante recolhido por cada usina hidrelétrica; os municípios conseguem ver o montante recebido mensalmente, os estados e os outros beneficiários, obviamente; e tem outras informações e formas de pesquisa que visam atender a demanda de todos os beneficiários.

Outro ponto – e acho que este é o último, já para encerrar e não ultrapassar o limite aqui do tempo – é em relação à possibilidade do protocolo de pedido de impugnação no prazo de 30 dias corridos; o prazo que a Aneel tem para fazer o julgamento desses pedidos de impugnação. Aqui há uma preocupação do ponto de vista até de risco para os próprios beneficiários. Os pleitos de revisão de valores ou de questionamento dos valores sempre são possíveis. Então, nunca houve restrição à apresentação desse tipo de pedido na agência por qualquer um dos beneficiários. O risco que a gente vê nessa disposição que está sendo apresentada no PL é um risco de esses pedidos de impugnação virem a suspender a distribuição para os beneficiários. A gente vai entrar num rito de pedido de impugnação, julgamento do pedido de impugnação, eventual recurso da decisão desse pedido de impugnação, e pode entrar num rito que não vai permitir que a agência faça a distribuição desses recursos para os beneficiários. A compensação financeira é um bolo único, que é rateado entre todos os beneficiários. Então, o questionamento de um determinado valor pode impedir a agência de fazer a distribuição para os demais beneficiários. Então, a gente traz uma alerta em relação a esse dispositivo. A gente o vê com a preocupação, do ponto de vista dos interesses dos beneficiários, de gerar algum tipo de suspensão e atraso no repasse desses valores.

Com isso, eu encerro a minha fala, agradecendo novamente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica da Aneel, Dra. Ludimila Lima Da Silva.

De pronto, o Dr. Jose Fábio de Moraes Júnior, especialista em regulação do setor elétrico.

O SR. JOSE FÁBIO DE MORAES JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso objetivo aqui é trazer, do ponto de vista da Amusuh, quais foram os impactos – para não ficar muito repetitivo, porque basicamente o teor da apresentação é bem parecido com os demais que já houve – e destacar os pontos mais importantes.

Nós fizemos também uma relação, na linha do tempo, da legislação, mostrando lá desde 1988, quando foi instituída a Cfurh pela Constituição Federal, e o fato gerador do direito, quando os entes federados adquirem, então, à compensação financeira. Em 1998, com a edição da Lei 7.990, há a regulamentação da Cfurh, já gravando em 6% sobre o valor da energia produzida e fixando a metodologia de cálculo, que seria através da TAR, essa tarifa de referência, que a Aneel calcula com base na geração. Depois, em 1990, a lei definiu a distribuição da Cfurh, que ficou assim: 45% para estados, 45% para municípios e 10% para a União.

A gente destacou esse evento aí na linha do tempo, que foi, já no início de 1998, a modificação do setor elétrico. Por quê? Toda essa legislação anterior, de fato, era a única possível para determinar o valor da compensação financeira. As concessões eram verticalizadas, ou seja, elas incluíam a geração, a transmissão e a distribuição; e todas elas eram remuneradas por uma única tarifa, que era a paga às distribuidoras. Os consumidores finais pagavam essa tarifa na conta da energia para a distribuidora, e a distribuidora repassava para quem de direito os custos de geração e transmissão e a ela a parte de distribuição. Então, realmente, para se conseguir um número, teria que ser a partir da distribuidora, que era a única fonte de dados que existia na época. E daí se fazia a decomposição dessa tarifa nesses outros fatores – geração, transmissão e distribuição –, para se chegar ao valor da geração de energia elétrica, que era o objetivo da compensação financeira.

A partir daí, da mudança do setor elétrico, com essa desverticalização do setor, as concessões foram segregadas, e cada entidade dessas tem uma concessão – o gerador é uma concessão, a transmissão é uma concessão, e a distribuição é outra concessão –, cada uma sendo remunerada pelo seu contrato. E aí é que vem a grande questão da mudança da Cfurh, porque, com a separação da geração, fica evidente a descaracterização da TAR, da tarifa de referência, porque ela passa a considerar só uma parte da geração, porque a distribuidora, a partir de então, começou a comprar energia só dos leilões promovidos pelo Aneel, e o gerador teria o direito de vender parte da geração dele para o mercado livre. Então, uma parte dessa geração não está sendo mais considerada no cálculo da tarifa de referência.

A lei de 1998 também já altera o percentual da Cfurh, que passa a ser 6,75%, porque, logo em seguida, nós temos a criação da ANA, e a lei que a criou determinou que esse 0,75% fosse repassado diretamente para o custeio da Política Nacional de Recursos Hídricos e para o Sistema Nacional de Recursos Hídricos também.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSE FÁBIO DE MORAES JÚNIOR – Essa distribuição da Cfurh, com a inclusão da parcela de custeio, na época ainda era o Ministério do Meio Ambiente.

E aí é que houve a alteração, vamos dizer, o segundo foco da questão, que é a distribuição da Cfurh.

Veio, então, o decreto, em 2001, que regulamentou o cálculo da TAR, incluindo já, como consequência da mudança do setor elétrico, passando a incluir as deduções dos custos dos encargos setoriais e de geração, tributos, empréstimos compulsórios, que, na época, até começaram a não existir mais, e os custos incorridos na transmissão de energia.

Essa inclusão não prevista na legislação anterior provoca uma redução significativa no cálculo da Cfurh, porque a base da tarifa de referência diminui com a inclusão dessas deduções todas aí.

Mais adiante, em 2016, o percentual da Cfurh passou a ser de 7%, ainda mantendo a distribuição de 6,75% para os estados e municípios e parte da União, e os 0,75% para o custeio da ANA, o custeio das ações da ANA.

Esse incremento – é um fato importante que a gente quer destacar – não provocou nenhum impacto na tarifa dos consumidores, de 6,75% para 7%, porque os preços da geração são os contratados no leilão. Os contratos de leilão são de 30 anos, e os preços são definidos nesses contratos. Então, não há repasse imediato de qualquer aumento de custo, a não ser que o gerador entre na ANA com uma reivindicação de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quer dizer, é um outro processo, mas não tem impacto direto.

Depois também, com a lei, em 2018, a 13.361, que altera a distribuição da Cfurh para os beneficiados, passando os estados a receber, em vez de 45%, 25%; os municípios, em vez de 45%, aumentaram para 65%, mantendo os 0,75% para as atividades da ANA, e os 10% para a União.

Essa alteração também nos percentuais da distribuição não compensou aos municípios, porque a arrecadação vem diminuindo ano a ano. Então, não adiantou aumentar uma parcela maior do bolo para os municípios se a base da arrecadação diminui a cada ano.

Com isso, em resumo, o que acontece hoje? Qual é o foco do projeto? É atualizar essa legislação, porque nós não estamos mais dentro de uma realidade do setor elétrico de 20, 24 anos atrás. Não está sendo questionado se a ANA vai perder recursos; nós todos estamos perdendo recursos, os municípios estão perdendo recursos, a União está perdendo recursos e os estados estão perdendo recursos, porque a base de cálculo da Cfurh está, cada vez menos, diminuindo. Ela tem várias variáveis.

É redundante, mas a questão é essa.

E a base de cálculo, então, como era só a energia comprada das distribuidoras, reporta ao cenário do setor elétrico como era lá atrás, em 34 anos, em função das concessões verticalizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inclusão dos parâmetros do decreto, para cálculo da tarifa de referência, sem amparo na legislação, no nosso entendimento, do ponto de vista do que se propõe no projeto de lei, vem penalizando os cálculos da Cfurh, impondo um ônus que acaba sendo repassado para os beneficiários dela. Os municípios também estão pagando por um custo que não é deles, ou seja, o município hoje tem que ser indenizado pela perda da área dele, em função da usina que cada município detém no seu território, e essa é uma interpretação contraditória da legislação.

Esse é um outro ponto importante, porque a legislação fala que o 0,75, que vai ser do valor financeiro da Cfurh, que vai ser destinado para as atividades da ANA, é sobre a base de arrecadação da Cfurh, e o cálculo que a Aneel hoje vem fazendo não está traduzindo isso daí.

Então, a necessidade do PL, quer dizer, a principal delas, é atualizar a legislação que regulamenta a Cfurh – nós estamos com um modelo de 20, 30 anos atrás –, para restabelecer os valores compatíveis com os resultados atuais do setor elétrico.

Antigamente, como toda geração era comprada da distribuidora, a Cfurh era compatível com essa situação. Hoje, não mais. Nós temos indicadores aí de que o mercado livre hoje está representando um movimento de cerca de 40% da energia gerada no Brasil. Então, é basicamente um número que pode impactar no cálculo da compensação financeira.

A fonte de... Há necessidade, então, de usar a fonte de dados do gerador, que é o que representa mais a realidade da geração do setor elétrico, onde ele está considerando aí toda a geração tanto do mercado cativo como do mercado livre, e, com isso, se elimina a necessidade de decompor a tarifa da distribuidora, que é a base de cálculo, hoje, da compensação financeira.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Dr. José Fábio.

Vamos passar a palavra para o Dr. Gustavo Gonçalves Manfrim.

O SR. GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM (Para expor.) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad – boa tarde –, na pessoa de quem eu cumprimento a todos.

Também quero cumprimentar e parabenizar aqui o Senador Heinze pela autoria do projeto de tanta importância, haja vista ser uma legislação de mais de 30 anos, que merece, claro, e tem todo o mérito de ter a sua revisão e sua atualização. E, nesse sentido, em nome do Ministério de Minas e Energia, eu gostaria de trazer algumas observações, até em caráter sugestivo, aqui, se me permitem, principalmente em relação ao que consta à base de cálculo trazida aqui no âmbito do PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A base de cálculo do texto do PL se refere a uma receita bruta, sendo considerada a geração, a energia gerada, e os preços pactuados nos contratos de venda numa CR e numa CL, ambiente de contratação regulado e livre.

E, nesse sentido, o primeiro ponto que eu gostaria de trazer é em relação a essa mensuração, à aferição desses preços, principalmente no mercado livre.

A gente sabe que essas transações são bilaterais, são contratos entre partes, e, conforme até mencionado pela colega da Aneel, a Aneel não tem acesso direto a esses preços, tampouco a MME, tampouco a própria CCEE. A CCEE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, tem acesso aos montantes, e não aos preços, aos contratos. Então, aqui existe uma questão até da propriedade dessa informação.

No nosso entendimento, dentro do nosso conhecimento, as empresas têm a obrigação de entregar essas informações ao Fisco tanto federal quanto estadual, contudo, a gente questiona aqui se é possível aferir essas informações, principalmente dos preços, num ambiente de contratação livre.

Então, aqui também quero trazer até um questionamento, conforme trouxe a própria Aneel, nesse sentido também de como fiscalizar essas questões. Seria um preço meramente declaratório por parte dos geradores? Em sendo declaratório, quais são os instrumentos que a Aneel teria para fiscalizar esses preços? Ela tem acesso a bases de dados para que possa haver cruzamento de informações? Então, são questões aí que a gente coloca.

E também nesse sentido a gente tem uma experiência claramente em outros setores, especialmente o setor de petróleo que arrecada *royalties,* junto à ANP, e o setor de mineração que também arrecada a sua contribuição com a fiscalização da ANM, em que, na maior parte dos casos, são estabelecidos preços de referência. Esses preços de referência procuram ir ao ponto mais próximo possível do que seria essa atividade de comercialização, contudo, eles não detêm os dados seja de notas fiscais, seja daquelas transações efetivamente feitas pelos agentes. E isso, claro, tem sua justificativa. Essas agências... Essa arrecadação é fruto de uma experiência de anos aí, com uma curva de aprendizado, em que se mostra bastante difícil – para não dizer que é infactível – ter acesso a esses preços efetivamente e a contratos efetivamente pactuados.

Também em relação à base de cálculo, eu gostaria de mencionar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM – ... que, com a base de cálculo ali sendo a receita bruta em que não se expurgam os gastos e custos de encargos e custos de transmissão, também nos parece que isso mereceria uma revisitação, uma reanálise, porque a compensação financeira se propõe a compensar pela geração de energia elétrica, ou seja, pela geração, pela afetação, alagamento, etc., daqueles entes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqueles municípios, o que, no nosso entendimento, deveria constituir custos de geração, e não fazerem parte da base de cálculo os custos de transmissão e outros encargos. E aqui também trago à luz a questão do petróleo. Lá, no petróleo, é uma receita bruta para arrecadar *royalties,* contudo, a ANP não considera na base de cálculo custos de transporte e processamento do petróleo e tampouco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM – ... do refino.

Senador, só alguns minutinhos, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM – Obrigado.

Quero trazer alguns outros pontos também, conforme trazido pela Aneel, para uma reflexão se esse tipo de base de cálculo seria favorável, inclusive, para os municípios beneficiários. Por quê? Conforme dito, o ambiente de contratação livre tem uma variabilidade, uma variação inerente ao mercado, a várias condições, inclusive hidrológicas, ao passo que um preço de referência poderia ter uma constância e uma previsibilidade melhor. E também é o caso de se atentar a municípios diferentes que têm, claramente, usinas diferentes que são exploradas por empresas diferentes. Vejam só: se uma empresa A tem uma política de preços no mercado livre diferente da empresa B, o município A pode ficar insatisfeito em relação ao município B, porque eventualmente uma empresa está praticando preços menores. A gente cita aqui até o caso de transações entre partes relacionadas, esse tipo de coisa, em que pode haver ali questionamentos: por que A recebe mais e B recebe menos, sendo que a geração eventualmente é a mesma?

Então, nesse sentido, a gente gostaria de propor aqui, eventualmente, um aprimoramento, ainda que se possa avançar no que atualmente a Aneel faça, que considera somente o mercado regulado: em vez de considerar os preços pactuados dos contratos do mercado livre, considerar um preço de referência, considerar um indicador de mercado que melhor reflita esses preços; isso para, enfim, superar todas essas questões que eu acabo aqui de citar.

Então, eram esses os pontos que eu gostaria de trazer, Senador, e obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) **–** Agradecemos, Dr. Gustavo.

De pronto, o Prefeito de Ilha Solteira, Sr. Otávio Augusto Gomes, Presidente da Associação.

O SR. OTÁVIO AUGUSTO GOMES (Para expor.) **–** Bom dia, Senador Nelsinho Trad, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades presentes. Quero cumprimentar aqui meus colegas Prefeitos na pessoa do meu amigo Guerreiro e todos os outros que se encontram aqui. Na pessoa da nossa Secretária-Executiva, D. Teresinha, cumprimento todos os funcionários da Amusuh.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria aqui, primeiramente, de dizer que a Amusuh – como Presidente da instituição e Prefeito de Ilha Solteira – não está, em nenhum momento, contrária a nenhuma entidade, a nenhum órgão, a nenhuma concessionária, com o PL que está sendo aqui tratado, o PL 2.918, de 2021.

Nós queremos, como foi dito aqui pelo Gustavo, parabenizar o Senador Heinze por trazer esse projeto, fazer com que esse setor elétrico, que vem se modernizando ao longo dos anos, possa trazer, de fato, segurança jurídica, formas mais claras de nós, munícipes, que estamos lá na ponta, termos melhor clareza desses recursos, para que nós possamos fiscalizar e até mesmo, também, direcionar os nossos recursos que chegam aos nossos municípios, para que nós possamos, de fato, colocá-los para a nossa população.

Queria aqui dizer que não somente esses 743 municípios... Às vezes a gente olha e acredita que são tão poucos municípios que serão beneficiados, mas nós também precisamos ter olhar criterioso para esses municípios, porque eles são especificamente dependentes da Cfurh. Há muitos deles, cidades pequenas, em que mais da metade da sua arrecadação é oriunda da Cfurh. Muitos municípios necessitam desses recursos para fazer suas políticas públicas, e, ao longo dos anos, eles, cada vez mais, vêm se deteriorando, da forma como vem determinando a TAR, a produção. Temos que fazer com que isso seja melhorado, para que nós possamos, de fato, receber mais e melhorar mais nossas políticas públicas.

Só queria aqui falar um pouco, Senador: queremos unicamente garantir a constitucionalidade dos nossos direitos. Não é do nosso interesse prejudicar nenhuma entidade na tramitação do PL 2.918, de 2021, seja a ANA, seja qualquer órgão ou concessionária.

Conhecemos e respeitamos o trabalho e a importância de todos os órgãos e de forma alguma teríamos essa audácia de, ao menos, cogitar a intenção de tentar prejudicar qualquer órgão.

Nós, como representantes dos municípios e dos entes federados, queremos, com o PL 2.918, de 2021, corrigir as distorções da legislação presente, que foi muito útil no passado, mas que desde 1998 não condiz mais com o setor elétrico atual, ou seja, a legislação que calcula a Cfurh dos entes federados não evoluiu para a realidade que vivemos hoje no setor hidroelétrico.

Para a letra estrita da lei, é notória e errônea a interpretação da legislação quanto à distribuição dos recursos da compensação financeira a que temos direito pelas perdas das nossas terras produtivas para dar espaço às represas das usinas que geraram energia elétrica.

É um erro de interpretação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTÁVIO AUGUSTO GOMES – ... que vem prejudicando não só os municípios, mas, também, os estados, a própria União e os seus órgãos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós queremos o justo, queremos que cada ente federado receba o que é seu com base no seu direito constitucional, conforme determina o art. 20 da Constituição Federal de 1998.

O PL 2.918, de 2021, está aí para abrir o debate entre os especialistas para que possamos chegar a um consenso e a um acordo justo, juntamente com o Relator e toda a sua equipe.

Queremos apenas o que é de direito, segundo a Constituição Federal.

Agradeço a atenção de todos, espero que todos tenham sido esclarecidos em relação a esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Prefeito Otávio Augusto.

A gente tem a participação popular no e-Cidadania.

Vieram dois comentários: um da Solange, do Rio de Janeiro, e outro da Sumire, do Rio Grande do Sul.

A Solange diz o seguinte: "[...] [Deveria] haver compensação inclusive [...] [pelo uso de água desviada de um município para consumo pela] população de outro".

A Sumire fala o seguinte, do Rio Grande do Sul: "[...] [Esse projeto] enfraquece a sustentabilidade na gestão de recursos hídricos no país [...]".

Quanto às perguntas, como nós temos aqui e ainda vamos abrir para quem quiser participar e que está fazendo parte aqui da plateia... (*Pausa.*)

A maioria é relativa à ANA.

Eu vou pedir para a Profa. Veronica tomar nota de quatro perguntas que eu vou fazer. Você compila e responde, por favor. (*Pausa.*)

Ruy, do Amazonas: "O maior percentual não deveria ser [dado] aos estados já que a compensação é para impactos na bacia hidrográfica [...]?".

Luís, do Rio de Janeiro: "De que forma os recursos destinados à ANA serão compensados para garantir a continuidade [...] da gestão dos recursos hídricos?".

Cecília, de São Paulo: "[...] Não há dinheiro que pague a alteração [...] hídrica. Por que não haver mais exploração da energia solar?".

Friedrich, Rio de Janeiro: "A retirada da destinação para a ANA provocará um colapso na gestão e regulação de recursos hídricos, qual será a compensação financeira?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode responder.

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelas perguntas.

Agradeço aos que encaminharam perguntas para resposta pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Senador, grande parte das perguntas, infelizmente, eu retorno ao senhor, como representante do Parlamento.

No caso, a pergunta da pessoa do Amazonas em relação ao percentual dos estados, como eu demonstrei na apresentação, Senador, é uma evolução da legislação da Cfurh, que mudou os percentuais de distribuição dos recursos da Cfurh ao longo dos anos. Inicialmente, era uma distribuição mais equitativa, de 45% para os estados, 45% para os municípios e 10% para a União. Atualmente, é de 25% para os estados, 65% para os municípios e 10% para a União. Isso é uma decisão que é tomada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República.

Então, essa distribuição, de fato, está disposta em lei. E caberia, eventualmente, ao Congresso Nacional avaliar uma nova distribuição que fosse entendida como pertinente pelo Congresso.

No que se refere a uma fonte de recursos que viesse a substituir o 0,75% que hoje é destinado ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, não está claro. A proposta do projeto de lei vem exatamente excluir ou retirar, eliminar esse 0,75%, que hoje é destinado a custear a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Não há uma fonte alternativa. A alternativa seria a cobrança pelo uso do recurso hídrico de cada um dos geradores de energia em cada bacia hidrográfica por meio dos Comitês de Bacia.

Então, se hoje nós temos esse montante de R$235 milhões, esse passa a ser o novo piso de cobrança, porque cada comitê passará a cobrar, de acordo com suas disposições, de acordo com o valor a ser instituído pela cobrança, uma nova cobrança, que pode ser a mesma que é feita hoje, com o mesmo cálculo, ou pode ser uma outra cobrança. Então, o piso passa a ser mais de R$235 milhões, o que naturalmente onera o consumidor de energia elétrica, que somos todos nós no país.

Então, é uma preocupação grande. Por isso estamos aqui em peso, com a Agência Nacional de Águas, com toda a nossa equipe, com os Comitês de Bacias Hidrográficas, com a ABRHidro e com todos os membros do setor aqui organizados para tratar desta questão.

No que se refere às fontes de geração de energia, Senador, compete ao Ministério de Minas e Energia, principalmente, e ao CNPE definirem a prioridade da produção, da geração de energia no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o país tem uma matriz limpa, renovável. Estão aqui os representantes do Minas e Energia e da Aneel, que podem falar melhor do que eu. E a geração de energia hidroelétrica é uma das fontes limpas que beneficiam o nosso país. A prioridade sobre fontes solar, eólica ou hídrica, realmente, é o Conselho Nacional de Política Energética. E cabe ao Congresso Nacional definir o que é prioritário.

Seriam essas as respostas, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as respostas.

Vou perguntar, agora, ao Prefeito Otávio Augusto as três perguntas que chegaram aqui.

Esta aqui é mais ou menos a mesma coisa: "Como serão utilizados os recursos financeiros gerados pela compensação?". E a outra pergunta: "[...] [será] a partir de um fundo específico? Ou da conta única?". A esses dois dá para responder numa só, do Waldinei, do Pará.

E a outra é da Karina, do Rio de Janeiro: "Como serão regulamentados e fiscalizados os impactos ambientais resultantes da exploração dos recursos enquadrados neste PL?".

O SR. OTÁVIO AUGUSTO GOMES (Para expor.) – Senador, toda a compensação financeira entra na conta da prefeitura. Todos os Prefeitos fazem as audiências públicas dos seus orçamentos para deliberar com a população onde serão aplicados os recursos advindos da Cfurh.

Em relação tanto da regulamentação e fiscalização da parte ambiental, as regulamentações e fiscalização são feitas pelos setores responsáveis de cada estado, do seu setor ambiental. No caso do Estado de São Paulo, é a Cetesb que faz toda essa fiscalização da parte ambiental e regulatória do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a sua contribuição.

Eu deixo aberto a palavra para quem quiser se manifestar, no tempo de dois a três minutos.

Identifique-se. Pode vir aqui para frente o senhor.

Gostaria de registrar a presença do Senador Ireneu Orth, do Rio Grande do Sul. Ele que está assumindo a vaga do Senador Luis Carlos Heinze, que irá se licenciar nesse período.

Seja muito bem-vindo, colega.

O SR. MAURÍCIO MARQUES SCALON (Para expor.) – Boa tarde a todos. Maurício Scalon, Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta é direcionada ao Prefeito Otávio.

Eu fui Secretário de Meio Ambiente do meu município. Ele tem, se não me engano, três ou quatro usinas hidrelétricas. Na época em que eu fui Secretário do Meio Ambiente, eu solicitei ao Prefeito que fosse criado o fundo municipal de meio ambiente exatamente para receber esses recursos, porque eles nunca apareceram. Eu não sei nem dou notícia de nenhuma audiência pública para o direcionamento desses recursos. De que maneira isso é feito? O senhor afirmou que todos os municípios fazem audiência pública para a utilização desses recursos. Eu não tenho notícia disso no meu município. Eu gostaria de saber do senhor qual é a abrangência desses setecentos e tantos municípios que recebem esse recurso.

O SR. OTÁVIO AUGUSTO GOMES (Para expor.) – Os recursos da Cfurh são considerados recursos próprios, certo? Eles entram dentro dos municípios. E cada município tem sua política pública.

No caso de Ilha Solteira, nós estamos fazendo todo um trabalho de restituição da sua área alagada, juntamente com os TCRAs que foram feitos. Então cada município tem sua particularidade.

No município de Ilha Solteira, nós temos um direcionamento para esse tipo de... Como é feito nas bacias hidrográficas, onde são feitos os projetos e alguns são contemplados, outros não. Como é feito também para os municípios. Do recurso que é destinado, alguns Prefeitos farão o seu dever de casa, nisso daí é a população que tem que se mobilizar. E casos de municípios que destinam isso, será de fato realizado.

O SR. MAURÍCIO MARQUES SCALON – O.k., é só para eu entender, porque nem todos os municípios fazem isso. O senhor afirmou que todos fariam isso.

O SR. ALTINO RODRIGUES NETO (Para expor.) – Boa tarde. Altino Rodrigues, representando o Comitê do São Francisco. Eu gostaria, se possível, se o Senador me permitir, que os representantes dos comitês aqui presentes se manifestassem e se colocassem de pé, por favor. (*Pausa.*)

Obrigado.

Neste momento, eu acho que trago aqui, com veemência, a importância desse tema para os comitês de bacia. E quero direcionar minha pergunta ao Prefeito.

Prefeito, eu entendo que isso é relevante, e o senhor mencionou que aqui não quer retirar recurso de nenhum ente. Entretanto, pela lógica e pela própria capacidade de gestão, não seria mais interessante aumentar o recurso para essas instâncias, em especial para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, do que retirar esse recurso? Não seria mais interessante fazer isso como um investimento na Política Nacional de Recursos Hídricos e fortalecer o sistema? Porque é a partir da água que todas as atividades econômicas, sociais e a própria vida emanam.

Eu entendo que seria uma proposta mais inteligente, mais hábil, de transformar esse PL num instrumento de reforço à Política Nacional, sem necessariamente trazer nenhum prejuízo para os municípios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visto que recentemente já houve um reajuste no próprio direcionamento da Cfurh. Então, eu queria saber se o senhor entende isso como um investimento para o país.

O SR. OTÁVIO AUGUSTO GOMES – Como o senhor chama? Desculpa.

O SR. ALTINO RODRIGUES NETO – Altino Rodrigues, Comitê do São Francisco.

O SR. OTÁVIO AUGUSTO GOMES (Para expor.) – Altino, eu acho que nós estamos... o PL 2.918 não muda a alíquota de 0,75 que vai para a ANA. Nós não estamos aqui, em nenhum momento, retirando o recurso da Agência Nacional. A parte que cabe à União decidir é basicamente uma decisão governamental. O que nós estamos aqui discutindo e é a nossa propositura, como foi dito pelo Gustavo, à ANA, na verdade, é a alteração dos 10% da União. A gente não está nem alterando isso no PL.

Então, quando se for debater essa parte de destinação, aí é uma questão governamental e de regimento da União. O que vocês estão tratando aqui conosco é que nós estamos querendo retirar recursos de vocês. Não é isso. Não é isso. Na verdade, o movimento, teoricamente, é mostrar o quanto isso é importante para a política pública nacional. Como nós, Prefeitos, estamos aqui trabalhando e mostrando o quanto que nós precisamos buscar recursos para os nossos municípios e melhorar nossa política pública. É a mesma coisa. A parte de tratamento aí será governamental. Mas nós não estamos, em nenhum momento no PL, propondo – como eu posso lhe dizer? – essa mudança de arrecadação para a União no PL.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu tenho mais três inscritos, aí vou ter que fechar. Nós temos aqui um *deadline* em função do início das atividades do Plenário.

O SR. JOÃO RICARDO RAISER (Para expor.) – João Ricardo Raiser, representando o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. E falo acho que também aqui em nome dos dez comitês de bacia hidrográfica interestaduais que estão aqui presentes, que representam 75 outros comitês de bacia hidrográfica estaduais inseridos nas nossas áreas de atuação, o que dá aproximadamente 30% do território nacional, 17 estados e o Distrito Federal e, aproximadamente, quase 2,3 mil municípios.

Talvez a intenção não seja essa, Prefeito, que foi colocada ou materializada por vocês como geradores do projeto, mas do que está no papel e do que está colocado tira-se em todo o recurso do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, retira todo o suporte aos instrumentos de gestão, outorga, planejamento de uso, cobrança pelo uso da água, articulação com os setores usuários, retira a parte de capacitação do sistema. E eu tive o prazer de ir à Ilha Solteira no processo de formação do ProfÁgua, que foi tratado pelo colega ali do Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo as aulas lá saindo de Goiânia e indo à Ilha Solteira todas as semanas. E nos preocupa muito porque retira todo o recurso que está apoiando todos os estados – como a Presidente Veronica lembrou, são recursos que mudaram a gestão de recursos hídricos no Brasil –, coloca em risco todo o sistema nacional de monitoramento, segurança hídrica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento e enfrentamento a desastres naturais e processos hidrológicos críticos, e isso tudo vai impactar o processo.

Então se não é essa intenção, precisa ser revista de forma muito séria a destinação, e não de forma tão simples dizendo que "não, nós não estamos mexendo no recurso da União, o recurso da União está garantido". Não está, porque está sendo retirado na proposta o recurso que é destinado ao sistema nacional. E se destaque que é um dos poucos sistemas nacionais previstos na Constituição Federal. A Constituição Federal previu a criação do Sistema Único de Saúde, de Assistência Social e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então num país que tem a base da sua grande produção, eu estou já nessa área há 22 anos e não conheço uma atividade em que a água não está presente ou como matéria-prima ou parte do processo produtivo.

Quando nós falamos de desestruturar o sistema nacional, nós estamos falando de desestruturar a agricultura irrigada, a indústria, o saneamento, a geração de energia, o transporte hidroviário e todos os outros setores, além do turismo, como lembrado aqui também. Então, se não é essa a intenção, nós estamos aqui também como comitês de bacia, representando parte do território nacional, para contribuir para buscar outras formas de recurso. Não conheço sobre a base de arrecadação, a questão da TAR muito bem levantada e defendida pela equipe que inclusive representou a associação, mas os impactos do que está sendo proposto desestruturam, sim, toda a gestão de águas no Brasil. Então, se não é essa a intenção, que a gente possa rever, como foi colocado pelo Altino ali, a forma e o resultado do que está sendo proposto, porque não basta dizer que "não é a minha intenção", mas se a gente está vendo que o resultado do que está sendo proposto é o que vai ser alcançado. E aí, nesse momento que nós enfrentamos no Brasil, com a potencialidade do que representa esse país em razão da sua disponibilidade hídrica, é você colocar em xeque o desenvolvimento do país como um todo.

Lembro, como foi dito também, que os municípios legitimamente também já tiveram um aumento em 2019 de mais de 50% ou aproximadamente 50% da sua receita, uma vez que esses 50% foram retirados dos estados e destinados aos municípios. Então, isso vem a título de compensação. Não há, como foi lembrado também, nenhuma diretriz para que esse recurso seja utilizado na gestão de águas.

E um último alerta: a Dra. Veronica colocou a questão de se a cobrança deixa de existir do setor elétrico em 0,75%, vai ser implementada uma nova cobrança pelos comitês de bacia, mas isso não supre o sistema nacional, porque a cobrança implementada pelos comitês de bacia vai ser utilizada nas atribuições e no plano de recursos hídricos, na melhoria do sistema como um todo, dentro dessas bacias onde ela está implementada.

A Cfurh, que é aplicada pela ANA, afeta o Brasil inteiro em todas as suas realidades, em todas as suas necessidades, e não tem nada previsto para dar suporte a esse processo.

Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Depois, o senhor. Aí a gente encerra. (*Pausa.*)

O SR. FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO (Para expor.) – Eu sou Chico Brasileiro, Prefeito de Foz do Iguaçu, e represento aqui a Amusuh.

Eu queria fazer um debate rápido, mas muito sincero. Sinceramente, aqui nós estamos tratando os municípios como o elo mais fraco dessa cadeia. Nós estamos tratando os municípios, primeiro, até trazendo um debate aqui sobre a fiscalização desses recursos, o que não nos compete aqui. A competência é dos órgãos de controle.

Nós temos que, acima de tudo, fazer um debate central sobre a compensação das áreas alagadas. Alguns dos senhores aqui têm algum estudo sobre as áreas alagadas? Qual foi o impacto que essas áreas alagadas provocaram nos nossos municípios? Qual foi o impacto que elas trouxeram para as populações que residem nesses territórios? Nós temos estudos que a Universidade – esse não é específico da Cfurh, mas se compara à Cfurh, em relação aos *royalties*, o que não é o debate aqui – Estadual do Oeste do Paraná fez em relação à compensação dos prejuízos causados nas áreas alagadas que diz que os municípios deveriam estar recebendo hoje quatro a cinco vezes mais do que recebem.

E tem que se lembrar aos senhores e às senhoras aqui presentes que quem faz as políticas públicas funcionarem neste país são os municípios. E agora nós estamos vendo aqui um questionamento de se os municípios devem receber esses recursos. Não é incompatível o município receber recursos e o funcionamento de qualquer agência ou de qualquer política pública ambiental – não é incompatível – até porque nós não estamos defendendo a retirada de recursos da União ou a retirada de recursos de nenhum órgão. A União, o Estado brasileiro tem plenas condições de financiar as políticas públicas da água, a política ambiental e todas as suas políticas, mas não pode prejudicar o elo mais fraco, que são os municípios. Estes, sim, têm que cumprir a Constituição quando agora se determina que todas as crianças têm direito e devem ser matriculadas na rede pública na primeira infância. Isso tem que acontecer, mas quem tem a obrigação de fazer é o município.

Então, senhoras e senhores, por favor, vamos respeitar os nossos municípios e vamos fazer com que eles tenham recursos para financiar as políticas públicas, que levem este país a ser muito melhor e muito mais justo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O senhor e, por último, o Marcelo.

O SR. MARCO ANDRÉ D'OLIVEIRA (Para expor.) – Marco André, Vice-Presidente do Comitê Federal do Paranapanema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, só complementando o que o Altino e o João, nossos companheiros de comitê, colocaram, eu acho que a diferença... E não é atacando os municípios, que têm que defender as suas necessidades, apesar de nós estarmos falando de recursos hídricos e meio ambiente, e as outras necessidades dos municípios devem ser cobertas por outras verbas específicas para isso, como no caso da educação. O meio ambiente e o recurso hídrico são um trabalho de Estado. Quando você retira 0,75%, ou qualquer tipo de contribuição que você faça para uma agência nacional de águas que trabalha com política de Estado e você pode transformar esse recurso numa política de governo, você está deixando de trabalhar o recurso hídrico e o meio ambiente.

No momento de escassez hídrica em que nós estamos hoje – a qual não se resolve de forma imediatista; revolve-se com um trabalho constante, com rede hidrometeorológica, com trabalho de estudo, com várias publicações, com educação ambiental –, ela não vai se resolver em dois, três anos, o que nós estamos atingindo hoje não se resolve em dois, três anos; resolve-se com uma política de Estado. E política de Estado se faz para os 5 mil municípios; não se faz para um ou para dois, faz-se para o Brasil todo. Ela se faz através das agências reguladoras, faz-se através de órgãos que sejam deliberativos e possam abarcar todas as pessoas, todos os cidadãos e toda a organização social, a organização da sociedade civil abrangente.

Então, ao tirar isso, sem ter como trabalhar de outra forma, nós estamos apenas trocando uma política de Estado, porque, sim, compete à política do Estado trabalhar pelo recurso hídrico e pelo meio ambiente, para talvez levar isso para uma política de governo, que nós sabemos que não vai trabalhar isso. O recurso hídrico e o meio ambiente não vão ser recuperados. Tudo que nós já fizemos como seres humanos aqui não vai ser compensado, recuperado, mitigado, reduzido, diminuído, da forma que vocês quiserem, em dois, três anos. É um trabalho de muito tempo a ser feito. Nós estamos nisso há algum tempo, e a Agência Nacional de Águas é uma reguladora desse processo.

Então, a gente tem que pensar muito bem antes de tomar qualquer tipo de decisão, porque existe um ditado antigo que diz que, quando a gente não tem noção do que vai fazer, o ruim pode ficar muito pior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Por último.

O SR. MARCELO DOURADO (Para expor.) – Marcelo Dourado, Assessor do Senado Federal.

Uma pergunta para a Ludimila e para a Veronica, da Aneel e da ANA. A pergunta é muito simples. É lógico que a matriz de produção de energia no Brasil é uma matriz muito limpa, mas eu queria saber se há relatórios, ou há estudos ou a vontade técnica para que o modal hidroviário seja ampliado no Brasil, já que o Brasil é um país privilegiado em relação à água-doce – 12% dessa água-doce está aqui no Brasil – do planeta em si, como um todo. E a natureza está um pouco cansada da nossa incompetência – a incompetência de que eu falo é a do ser humano, não é? Então, eu pergunto se existem estudos ou a vontade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica para que sejam produzidos esses relatórios para a ampliação do modal hidroviário no país, no sentido da mobilidade limpa e, sobre a produção de energia, se existem estudos para que essa questão da energia seja produzida através de fontes renováveis, leiam-se, eólicas *onshore* e *offshore*, energia fotovoltaica ou solar e a biomassa também.

Obrigado.

A SRA. LUDIMILA LIMA DA SILVA (Para expor.) – Vou responder a segunda parte da pergunta, porque hidrovia não está no rol de competências da agência reguladora.

Hoje, a matriz brasileira é 85% renovável, e grande parte desse percentual é devido às usinas hidrelétricas, que foram, durante muito tempo, o modelo de exploração do setor elétrico. Então, hoje, sim, a matriz – tem estudo – é 85% renovável devido à fonte hidrelétrica, eólica, biomassa e solar fotovoltaica.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Ireneu.

O SR. IRENEU ORTH (Para expor.) – Boa tarde a todos.

É apenas para me apresentar. Estou no lugar do Senador Luis Carlos Heinze, que vai se licenciar a partir de amanhã – eu assumo amanhã.

Eu sei que o PL é de iniciativa dele e eu devo confessar que eu, particularmente, não estou muito a par; tomei conhecimento hoje pela manhã.

Mas o que eu posso dizer: eu fui Prefeito várias vezes, na minha história e fui Presidente da associação regional, e, na minha região, tem vários alagues, várias áreas alagadas que formam as usinas e tal. Antigamente, esses municípios recebiam *royalties*, como, certamente, todos os demais do país recebiam. Houve um aumento, isso foi cortado, e deu um problema sério naqueles municípios que estavam com a máquina pública muito pesada. Depois, tiveram que se reagrupar, se reajustar e tal.

Como é um assunto que eu não domino, eu não tenho como opinar; eu teria que me entrosar mais. Mas gostei de algumas opiniões do Prefeito de Foz do Iguaçu e do senhor aqui. Alguém aqui também falou: se nós temos os dados concretos de todas essas informações, antes de tomar uma posição definitiva, na minha modesta e simples opinião, acho que é importante ter os números todos, para, a partir disso, poder tomar uma decisão sensata, para não prejudicar nem A, nem B.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Ireneu, será muito bem-vindo a partir de amanhã, no nosso colegiado. Já está fazendo o aquecimento. Com certeza, com a sua história política, vai poder contribuir muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria... Tem mais duas pessoas que pediram. Por favor, que sejam bem sucintos, que eu já fui demandado aqui pelo Presidente, para ir para o Plenário.

A SRA. ALESSANDRA TORRES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu sou Alessandra Torres, sou Presidente da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas, e gostaria de deixar o registro, aqui, Senador, da minha alegria em ver tantos comitês de bacia reconhecendo a importância das hidrelétricas quanto os Prefeitos, os municípios, porque é uma fonte que sofre uma demonização ambiental absurda e traz inúmeros benefícios ao setor elétrico e aos brasileiros.

Quando falamos de hidrelétricas, não estamos falando apenas de geração de energia; estamos falando de segurança energética, hídrica e alimentar. Reservatórios de hidrelétricas são fundamentais. Em tempos de mudanças climáticas, o essencial a ser feito, o sábio a ser feito é reservação de água, não só para gerar energia, mas para todos os usos múltiplos. Segurar, ajudar a segurar a água subterrânea, lençóis freáticos, isso um reservatório faz, os municípios, falando das contrapartidas.

É importante frisar que os empreendedores de hidrelétricas no Brasil cumprem, e muito, as exigências ambientais e todas as compensações ambientais possíveis e imagináveis que as outras fontes não fazem. E quando eu vejo perguntas, por exemplo, por que não solar, eólica, *offshore* e tudo o mais, é porque são fontes que são intermitentes.

Se hoje o brasileiro consegue estar no topo da transição energética, ele deve isso graças às suas hidrelétricas; se ele chega a casa à noite e clica num interruptor e tem energia elétrica, ele deve graças às suas hidrelétricas. Hidrelétrica é patrimônio do povo brasileiro. É uma fonte que gera há mais de cem anos. Nós temos usinas gerando há 129 anos, entregando uma energia firme, barata e de qualidade ao consumidor brasileiro.

Então, nós temos que olhar as nossas hidrelétricas com a importância que, de fato, elas realmente têm.

E eu quero parabenizar o Senador por esta audiência pública, porque esses debates são extremamente importantes, mas não esqueçamos de frisar que os empreendedores têm compensado ambientalmente sim, compensação por obrigatoriedade de mata ciliar.

Dados do órgão ambiental do Estado do Paraná... Acabei de ver o Deputado, o Lupion, passar por aqui e me lembrei disso. Dados do órgão ambiental frisam que as hidrelétricas estão reflorestando três vezes mais vegetação do que aquilo que suprimiram para fazer as obras, inclusive em biomas sensíveis como a Mata Atlântica.

Então, eu acho que tudo isso tem que ser levado em consideração pela população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onerar o consumidor. Será que isso é justo, onerar o consumidor brasileiro com uma criação de tarifas, de encargos, sem o devido estudo?

Então, era esse o meu registro.

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O último.

O SR. OSMAR ANTÔNIO MOREIRA (Para expor.) – Eu sou Osmar Antônio Moreira, Prefeito de Paranaíta, Mato Grosso.

Eu quero dizer aqui que nós estamos aqui não querendo tirar nada de ninguém. O que nós pedimos é os municípios que são geradores e que sofrem todos os impactos, e talvez a própria representante da Agência Nacional de Águas nunca tenha visitado Paranaíta e o norte de Mato Grosso, porque, assim, ó... Eu fui...

Meu município: eu perdi todos os pontos turísticos pelo alagamento da selva, da mata em pé. Então, o Paraná – já morei no Paraná – é um exemplo, mas eu não posso dizer isso das empresas que fizeram as usinas hidrelétricas em Mato Grosso. Elas simplesmente não respeitaram o meio ambiente...

Eu perdi todo o meu potencial turístico, que foi povoado os rios com pirarucu, que está acabando a fauna e a flora, e eu não tenho nenhum tipo de ressarcimento por isso.

Então, eu quero dizer aqui: quando se discute, dos municípios, divisão de recurso, nós estamos sofrendo, porque os municípios foram impactados. Eu perdi vários mil hectares de áreas, que hoje poderiam estar com soja e milho produzindo para a minha nação brasileira.

Então, eu quero dizer aqui, Presidente, que o senhor olhe com carinho. Aqui não se está discutindo nada.

Eu fico triste também por a nossa chefe da Aneel, representando a Aneel, dizer que é uma obscuridade a venda das energias. Não sei se é câmbio livre ou é câmbio negro.

Então, tudo isso tem que trazer à pauta.

Não está se discutindo os representantes de microbacias com os representantes das prefeituras. Nós estamos saindo do foco. O foco é ver aonde é que estão indo esses recursos com a legalidade, e nós estamos vendo isso aqui, Presidente.

Então, nós precisamos dessa clareza do Governo, da Aneel, para dizer: foi vendido quanto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquilo que você falou, Sr. Gustavo Gonçalves, foi muito bem falado. Então, eu quero aqui levantar isso.

Eu estou sofrendo, perdi meus pontos turísticos, minha água está podre, nas residências da água morre peixe, e, aí, nós estamos falando aqui, Presidente, que nós somos os vilões da história.

Nós não somos os vilões da história. Nós estamos pedindo socorro, Presidente. Talvez, nos estados desenvolvidos, empresária, onde vocês construíram usina – eu conheço o Paraná –, o meio ambiente tenha sido bem organizado; mas, lá no Mato Grosso, o Ibama fez olhos grossos, foi negligente, foi incompetente e transformou o meu município: eu perdi todos os potenciais turísticos, que eram fantásticos.

Quero agradecer: muito obrigado por o senhor ter concedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Agradecemos a participação de todos.

Gostaria de comunicar que amanhã, às 9h, a Comissão de Meio Ambiente vai receber os requerimentos para a realização da segunda audiência pública, tamanha a manifestação de pessoas interessadas em promover esse debate.

E eu quero assegurar a todos que nós estamos procurando, com muita sensatez, muito equilíbrio, conduzir esse assunto, para que possamos achar um denominador comum, para que as partes possam sair daqui conscientes de que o que tinha que ser feito foi feito.

Mais uma vez invocando a proteção de Deus, nada mais havendo a tratar e cumprida a finalidade da presente audiência pública, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia dez de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Carlos Viana, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Magno Malta, Zenaide Maia e Janaína Farias, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Marcos do Val, Beto Faro, Jaime Bagattoli e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2910, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispor sobre o saneamento em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1494, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para tipificar o crime de zoofilia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4080, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre fontes de financiamento para as despesas com a implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE)." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 380, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer como diretriz da política urbana o fomento à construção de cidades resilientes às mudanças climáticas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 496, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 20 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor na sentença penal condenatória à reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6230, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 9, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 07/2024 – CMA seja incluído os convidados que apresenta." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSD/MT), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 10, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2024 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 2918, de 2021, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências", seja incluída a convidada que apresenta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 11, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2024 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 2918, de 2021, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências", seja incluída a convidada que apresenta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 12, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 07/2024 – CMA sejam incluídos os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 13, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2918/2021, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 14, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno doSenado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 304/2017, que "institui a política de substituição dos automóveis movidos acombustíveis fósseis e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código deTrânsito Brasileiro) para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulaçãode automóveis movidos a combustíveis fósseis"." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 7ª e 8ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/10

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 10 de abril de 2024. Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 18, de 2024, do Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), que propõe ao Congresso Nacional a criação de lei que estabeleça uma política nacional de controle de cheias, especificando nela as medidas estruturais e não estruturais correspondentes, cuja adoção dependerá da realização de estudos, mapeamentos, elaboração de planos de intervenção e execução de obras e ações nas diversas regiões do país.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Não temos ainda quórum para a aprovação da ata.

Sras. e Srs. Senadores, colegas aqui presentes e todos que nos acompanham por meio dos diversos canais de comunicação do Senado Federal, à medida que testemunhamos o rápido declínio da biodiversidade, o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a degradação dos ecossistemas em todo o mundo, torna-se cada vez mais evidente que estamos diante de uma crise que exige ações imediatas e colaborativas. É crucial que reconheçamos a importante relação entre a preservação do meio ambiente e o bem-estar humano. Os desafios ambientais que enfrentamos demandam uma abordagem integrada, que reconheça a necessidade de proteger nossos ecossistemas e promover um desenvolvimento sustentável.

Adentramos o abril indígena, mês em que reconhecemos a história, a luta e os modos de vida dos povos originários do nosso país. Devemos nos inspirar na sabedoria ancestral desses povos, que há séculos atuam como guardiões das terras e dos recursos naturais. Seus conhecimentos tradicionais e práticas de manejo sustentável são um legado inestimável para a preservação da biodiversidade e o combate às mudanças climáticas. É o momento, portanto, de honrarmos suas lutas e reafirmarmos nosso compromisso com a defesa de seus direitos e territórios.

Que possamos juntos trabalhar em prol de um meio ambiente mais saudável, de um futuro sustentável para as próximas gerações.

Uma ótima reunião para todos nós! Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos a pauta, amanhã estava agendada – só para reforçar aqui a agenda da nossa Comissão – uma audiência pública comandada pelo Senador Beto Faro, e só para avisar a todos que a audiência foi cancelada, a pedido do Senador. Depois passamos para a agenda da Comissão, para todos terem acesso, uma nova data. A audiência era para debater sobre a exploração de petróleo e gás com a garantia de segurança ambiental na Margem Equatorial. Os convidados seriam a Petrobras, o Ibama, o Governo do Pará, o Governo do Amapá, a Casa Civil e a FUP. Só reforçando que essa audiência pública foi cancelada, em breve passaremos uma nova agenda para audiência. E semana que vem, na próxima terça-feira, nós teremos audiência pública para tratar sobre o Estatuto do Pantanal, fruto de oitiva, que certamente o Senador Jayme Campos ou o Senador Wellington Fagundes estarão aqui para presidir.

Pergunto se o Senador Jayme Campos quer falar algo a respeito da audiência ou convidar aqueles que estão acompanhando a nossa Comissão.

Bom dia, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Bom dia, Presidente Leila.

Na verdade, essa audiência pública é fruto de uma recomendação do MPF, que nos fez, através de uma organização não governamental, pedido para que fossem ouvidas também algumas etnias que moram no baixo Pantanal Mato-Grossense. Da minha parte, como Relator da matéria, é até importante ouvir, naturalmente, as reivindicações, e a contribuição que poderá somar conosco nesse relatório.

De qualquer forma, está confirmada. Eu só indago a V. Exa. se a Presidência já comunicou a ONG, ou seja, essa organização não governamental, que suscitou. Eu tenho só uma preocupação: muitas das vezes, as pessoas fazem essa reivindicação, como fizeram ao MPF, e daqui a pouco têm dificuldade até para se deslocar de lá para cá. Muitos solicitam até passagem, até alguns convidados. Eu não sei se a Secretaria da Comissão já fez toda essa interface, se está tudo mais ou menos organizado. Da minha parte, estarei aqui presente, inclusive para que nós possamos, diante do que nós ouvimos aqui, concluir o nosso relatório, fechar definitivamente, e possamos aqui, com certeza, fazer a votação, devido à urgência desse projeto, pelo fato, que V. Exa. conhece perfeitamente, das dificuldades que nós temos em relação à política ambiental de ambos os Pantanais, tanto do Mato Grosso quanto do Mato Grosso do Sul, sobretudo pelo que tem acontecido nesses últimos anos, realmente verdadeiras tragédias. Então, nós temos que ter o Estatuto do Pantanal funcionando em sua plenitude, e assim nós colocarmos, implantarmos regas claras para que não aconteça o que está acontecendo.

Lamentavelmente, a senhora tem visto, o próprio Governo não está tendo capacidade, está engessado para fazer com certeza uma política, não só uma política respeitando o pantaneiro, mas sobretudo que evite o que tem acontecido, essas tragédias, todos os anos. Isso vem prejudicando sobremaneira o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ecossistema e toda política que eventualmente poderá ser implantada nos Pantanais, tanto do Mato Grosso quanto do Mato Grosso do Sul.

De qualquer forma, estarei aqui na terça-feira, com certeza, para participar dessa audiência pública. Com certeza, também o autor do projeto, que foi o Senador Wellington Fagundes, que presidiu a Comissão Especial da construção desse Estatuto do Pantanal Mato-Grossense.

E aqui também a nossa mestre chega agora. A Ministra Tereza Cristina com certeza estará presente nesse evento, para fazermos com certeza um estatuto, Ministra, decente, adequado, mas sempre respeitando o homem pantaneiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Senador Jayme. O senhor sempre é um Senador que é aberto ao diálogo, aceitou tranquilamente a provocação que foi feita pelo MP e que foi acatada por esta Presidência, com o apoio do senhor, enquanto Relator, e do Senador Wellington Fagundes.

E só para responder ao seu questionamento, o instituto que fez a provocação estará presente remotamente, então nós teremos presencialmente alguns convidados e também remotamente, inclusive o instituto que provocou o Ministério Público. É isso. Obrigada.

Inclusive, a Funai indicou um cacique do povo caiapó para estar presente aqui, na audiência pública de terça-feira.

Vamos aguardar.

Como nós já temos número regimental, eu vou, neste momento, fazer a leitura dos requerimentos dos itens 7 a 11 – eu vou subscrever, na verdade, os requerimentos dos itens 7 a 11, um deles do Senador Nelsinho Trad, são requerimentos de audiência pública sobre o PL 2.918, de 2021 –, em bloco.

Ontem, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, a CMA realizou a primeira audiência pública para instruir o PL 2.918, de 2021, que dispõe sobre a compensação financeira à União, estados, Distrito Federal e municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989; 9.648, de 27 de maio de 1998; e 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.

Dada a importância do tema, temos, na sequência desta pauta, os seguintes itens: item 7, Requerimento nº 9, da Senadora Margareth Buzetti; itens 8 e 9, Requerimentos nºs 10 e 11, da Senadora Eliziane Gama; item 10, Requerimento nº 12, do Senador Alessandro Vieira; item 11, Requerimento nº 13, do Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 9, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 07/2024 – CMA seja incluído os convidados que apresenta.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT) e outros

Observações:

Adita lista de convidados para as audiências de instrução PL 2918, de 2021.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 10, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2024 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 2918, de 2021, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências", seja incluída a convidada que apresenta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA) e outros

Observações:

Adita lista de convidados para as audiências de instrução PL 2918, de 2021.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 11, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2024 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 2918, de 2021, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências", seja incluída a convidada que apresenta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA) e outros

Observações:

Adita lista de convidados para as audiências de instrução PL 2918, de 2021.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 12, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 07/2024 – CMA sejam incluídos os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros

Observações:

Adita lista de convidados para as audiências de instrução PL 2918, de 2021.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 13, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2918/2021, que "dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

Todos tratam de nomear especialistas para virem à CMA debater o tema em uma segunda audiência pública.

Informo que o Relator da matéria, Senador Nelsinho Trad, deseja atender a todos esses requerimentos solicitados pelos Senadores. Então, visando a celeridade dos trabalhos, consulto se concordam em realizarmos uma única votação.

Eu vou subscrever os requerimentos.

Por mim, quem quiser, pode subscrever os Requerimentos 9 a 13, que indicam para segunda audiência pública os seguintes nomes: Presidente do Fórum do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico; Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico; Sra. Malu Ribeiro, Diretora de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica; Sra. Iara Bueno Giacomini, Diretora do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas, Acesso à Água e Uso Múltiplo dos Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Mauricio Scalon, representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas; Sr. Angelo Lima, do Observatório da Governança das Águas; Sr. Flávio Henrique Magalhães Lima, Superintendente de Infraestrutura Hídrica da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia; e representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A votação será simbólica.

Em votação os requerimentos lidos.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Item 1: Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei n° 2.910, de 2022.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2910, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispor sobre o saneamento em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo), acatando a Emenda n. 1-T.

2. Em 20/03/2024, foi aprovado na CMA o substitutivo oferecido ao PL 2910/2022, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

4. Até o momento da publicação desta pauta, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 380, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer como diretriz da política urbana o fomento à construção de cidades resilientes às mudanças climáticas.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Federal Erika Hilton, PSOL-SP

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Para mim, é uma alegria, mais uma vez, estar aqui nesta Comissão, que eu tive a honra de presidir nos dois primeiros anos do nosso mandato.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, e meu abraço fraterno a todos eles.

Peço, Sra. Presidente, que eu passe direto à leitura da análise deste PL.

Quero aqui parabenizar a Deputada Erika Hilton pela iniciativa, pelo olhar empático, sensível, humanizado que sempre tem e como tem conduzido. E tem dignificado e muito o Parlamento, num momento de tanto ódio, de tanto preconceito, de tanta discriminação. A presença da Deputada Erika Hilton no Parlamento brasileiro muito dignifica o Parlamento e a boa política.

Quero aqui parabenizar a colega, a amiga querida Deputada Erika Hilton por esta iniciativa.

Atualmente, essas consequências se apresentam de forma catastrófica. Em todos os anos e durante o ano todo, alguma região do Brasil sofre eventos climáticos extremos. O expressivo aumento da frequência desses eventos é resultado do aquecimento global, que concentra a precipitação, amplia o período de estiagem e desequilibra o ciclo hidrológico. O impacto dessa realidade se manifesta sobretudo nas cidades, sujeitando a população a tragédias, como, por exemplo, a que, infelizmente, está afetando os municípios do meu Estado do Espírito Santo, em especial o Município de Mimoso do Sul e outras doze cidades do meu Estado do Espírito Santo.

Lamentavelmente, constatamos que teremos que conviver com os eventos climáticos extremos. Dessa forma, é preciso adaptar as cidades para que os impactos desses eventos no espaço urbano sejam mitigados. A redução de emissões é um objetivo que trará resultados num futuro relativamente distante. A realidade atual é consequência de emissões pretéritas que não podem ser desfeitas. Portanto, é necessário que as cidades possam garantir segurança às suas populações apesar das inevitáveis precipitações muito acima das médias históricas, secas prolongadas, ventanias intensas e temperaturas escaldantes.

Para tanto, as medidas de adaptação das cidades são necessárias e urgentes.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima, que é a Lei 12.187, define adaptação como iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima. Medidas de adaptação têm a finalidade de evitar que os impactos dos eventos climáticos mencionados não levem a enchentes, deslizamentos de encostas sobre moradias habitadas, desabastecimento hídrico e de alimentos, destruição de infraestrutura, entre outros impactos. E, se levarem, que pelo menos haja uma adaptação mínima para evitar a morte das pessoas, como, por exemplo, sistemas de monitoramento e alerta que permitam um deslocamento rápido da população para áreas seguras e assistidas pelo poder público em caso de emergências climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, o PL 380 é meritório, ao prever a adoção de medidas de adaptação e de mitigação dos impactos das mudanças climáticas como diretriz da política urbana e os estudos de análise de riscos e vulnerabilidades climáticas como instrumentos dessa política.

Os estudos de análise de riscos e vulnerabilidade climática são fundamentais para que o planejamento urbano deixe de ser negligente e se fundamente em bases científicas. É com fundamento nesses estudos que a municipalidade direcionará a ocupação do território, evitando, por exemplo, que as pessoas residam em áreas onde ficariam sujeitas a importantes riscos climáticos.

Desse modo, entendemos meritório e oportuno o projeto, porquanto confere modernização ao Estatuto da Cidade no sentido de adequá-lo à premente necessidade de uma política urbana consoante com a realidade climática atual.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 380, de 2023.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Aproveito para parabenizar o Senador Fabiano pela presença, porque está difícil este início. Está meio corrido aqui. Eu sei que, nesses meses na Casa, está todo mundo correndo.

Agradeço a presença e parabenizo-o pelo relatório e também a Deputada Erika Hilton pela sensibilidade, como o senhor falou, e por ela, realmente, ser um membro deste Congresso Nacional que muito dignifica e faz um excelente trabalho também. Endosso a sua fala, porque, realmente, ela faz um belíssimo trabalho na Câmara dos Deputados e aqui no Congresso, com todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Fabiano Contarato.

Eu vou para o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 496, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 20 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor, na sentença penal condenatória, a reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação, com uma emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Ad hoc, teremos a honra do nosso Líder no Senado Federal, Senador Jaques Wagner.

Concedo a palavra, agora, ao Líder do Senado, Senador Jaques Wagner, Relator *ad hoc*, para leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Bom dia, Senadora Leila, Senadora Presidente desta Comissão. Bom dia ao autor, Senador Contarato, e a todas as Senadoras e Senadores presentes nesta sessão.

Da Comissão de Meio Ambiente, sobre o Projeto de Lei nº 496, do Senador Fabiano Contarato, que altera o art. 20 da Lei 9.605, de 1998, para dispor, na sentença penal condenatória, a reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais.

Eu vou me abster de ler o relatório e vou para a análise, Sra. Presidente.

Compete a esta CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, em especial o direito ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A tríplice responsabilidade em matéria ambiental (penal, administrativa e civil) está albergada no art. 225, §3º, da Constituição Federal: "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados".

Os crimes e infrações administrativas ambientais foram disciplinados pela Lei nº 9.605, de 1998, enquanto a responsabilidade civil (obrigação de reparar os danos causados) foi regulamentada pela Lei 6.938, de 1981, cujo art. 14, §1º, estabelece a responsabilidade objetiva e integral, nos seguintes termos, abro aspas: "Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade", fecho aspas.

Observa-se que a reparabilidade integral inclui os danos ao meio ambiente em si e a terceiros afetados (danos ambientais privados). Além disso, o dano ambiental passível de reparação inclui danos materiais, morais e extrapatrimoniais (coletivos, difusos e individuais).

Que zoada arretada, não é?

Presidente, está uma zoada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O Supremo Tribunal Federal tem se posicionado no sentido de que a reparabilidade do dano ambiental é considerada direito fundamental indisponível e imprescritível, no âmbito civil, conforme Recurso Extraordinário 654.833/AC, julgado em 20 de abril de 2020, *in verbis*:

> O meio ambiente deve ser considerado patrimônio comum de toda humanidade, para a garantia de sua integral proteção, especialmente em relação às gerações futuras. Todas as condutas do Poder Público estatal devem ser direcionadas no sentido de integral proteção legislativa interna e de adesão aos pactos e tratados internacionais protetivos desse direito humano fundamental de 3ª geração, para evitar prejuízo da coletividade em face de uma afetação de certo bem (recurso natural) a uma finalidade individual.
> A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade no que toca à recomposição dos danos ambientais.

No âmbito da responsabilidade penal ambiental, a Lei 9.605, de 1998, em seus arts. 16 e 17, estabelece a possibilidade de deferimento do *sursis* nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior a três anos. A suspensão da pena é condicionada à verificação da reparação do dano.

Os arts. 27 e 28 da LCA, a seu turno, disciplinam a aplicação da pena restritiva de direitos e da suspensão do processo, em tema de crimes ambientais. Quanto à aplicação de pena restritiva de direitos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente cabível nos procedimentos de competência do juizado especial, fica ela condicionada à prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

Portanto, embora as finalidades do direito penal sejam precipuamente punitivas e educativas, a reparação do dano ambiental, dadas as particularidades do bem jurídico tutelado, pode ser compreendida também como uma das funções da persecução criminal.

Sob tais considerações, o PL 496, de 2023, é meritório, pois enfatiza a reparação integral do dano ambiental na esfera penal. A alteração do art. 9º, ao ampliar as modalidades da pena restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade, com atribuições ao condenado voltadas à reparação do dano ambiental, permite ao julgador verificar, caso a caso, a opção mais adequada para alcançar a finalidade reparatória.

No tocante ao art. 20, a redação vigente prevê que a sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente. A alteração proposta visa a enfatizar que a reparação do dano ambiental alcança as esferas materiais e morais, coadunando-se ao princípio da reparação integral do dano, mas exclui o seu parágrafo único, que estabelece que, transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá efetuar-se pelo valor fixado nos termos do *caput*, sem prejuízo da liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido.

Julgamos que a alteração no *caput* do art. 20 é meritória, mas a exclusão de seu parágrafo único não, ao não possibilitar a liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido. Além disso, pela melhor técnica legislativa, em vez da expressão, abro aspas, "reparação ampla dos danos causados", fecho aspas, sugere-se, abro aspas, "reparação integral dos danos ambientais", fecho aspas, de acordo com o princípio doutrinário da reparação integral do dano ao meio ambiente. Apresentamos uma emenda, ao final, para efetuar essa correção e ajustes redacionais.

Feitas essas correções, opinamos pela aprovação da matéria.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 496, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CMA
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 496, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 2º O art. 20 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) passa a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 20. A sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação integral dos danos ambientais causados pela infração, considerando todos os prejuízos materiais e morais, sofridos pelo ofendido e pelo meio ambiente.' (NR)"

É o relatório e o voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jaques Wagner, Relator *ad hoc,* pela leitura.

Quero parabenizar também o Senador Fabiano Contarato pela autoria dessa bela iniciativa.

A matéria está em discussão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu gostaria de pedir vista nesse projeto, que é um projeto muito interessante, mas tem alguns pontos que eu acho que nós precisamos discutir melhor.

Então, eu gostaria de pedir vista, e Senador Jayme, e Senadora Margareth...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vista coletiva.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Está bom. Perfeito.

Lembro que temos uma semana. Possivelmente nós vamos trazê-la novamente à pauta na próxima semana.

Obrigada, Senadora Tereza, Senador Fabiano e nosso Relator *ad hoc*, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, o Jaques leu o relatório e já vai embora? Tem que ficar mais um pouco aqui na Comissão. Leu só o relatório aqui. Honra-nos a sua presença, aqui. Não pode nos abandonar ainda. Tem muito projeto para ser votado aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O Líder roda todas as Comissões. (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu gostaria... Como nós pedimos vista, não é?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Eu vou ouvir, depois, a gravação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Está certo. (*Risos.*)

Presidente, só por uma questão... Pela ordem, para fazer um breve comentário em relação ao projeto de autoria do Senador Fabiano Contarato, que teve como Relator *ad hoc* o ilustre Senador Jaques Wagner.

Senador Fabiano, V. Exa., que é um estudioso – não só dessa matéria ambiental, de outras matérias que eu tenho acompanhado aqui nesta Casa –, sabe, perfeitamente, que o Brasil tem um dos melhores códigos florestais do planeta. Vou dizer aqui de boca cheia: é o melhor!

Eu tive a primazia, no meu primeiro mandato, de participar, como membro titular, da Comissão de Meio Ambiente, que elaborou o nosso projeto do Código Florestal brasileiro.

Ademais – é bom se esclarecer –, o produtor rural, de uma maneira geral, seja pecuarista, seja produtor que planta soja, milho, dividindo duas atividades, já está sendo penalizado sobremaneira – muito, muito penalizado.

Aqui, dá a sensação de que até o vizinho – se, eventualmente for incomodado, na medida em que um sitiante, um pequeno produtor faz um desmatamentozinho de 1, 2 ou 3ha – poderá também entrar pedindo danos, reparos morais.

O que me chama atenção: qual vai ser o critério? Está na mão de quem? Quem vai estabelecer? Estabelecer a regra para que isso possa ser materializado, na medida em que ele tem a certeza quase absoluta de que, em 90% a 95% de todas e quaisquer possibilidades de multa que estiverem aqui, ele vai para a Justiça.

A Justiça brasileira está assoberbada de tantos e tantos processos, mas, com certeza, um projeto como este aqui, vai dar uma verdadeira montanha de processos lá e a justiça não terá a capacidade para julgar. Até pelo fato de que... Eu não sei se é pouco juiz ou muito... Na verdade, aqui nós precisamos aplicar a lei que tem, Kajuru, e hoje aqui há uma montanha no Brasil. Mas, lamentavelmente, as leis no Brasil, nós temos 500 mil para um fato. Entretanto, é questão de interpretação do juiz ou daquele cidadão que está comandando um órgão, ao qual a ele compete fazer, com certeza, essa aplicação.

Ora, aqui, ela é perniciosa aqui. Mil desculpas pela sinceridade aqui. Aqui ela dizia na primeira versão aqui no Brasil, na qual foi feita um adendo, uma emenda de redação dizia o seguinte: "A gama de danos causados pela infração, considerando todos os prejuízos materiais, morais, sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente". Ora, como vamos definir isso aí? Qual será a regulamentação? Aqui foi mudado pelo Relator, dizendo que "vamos fazer uma reparação integral". Eu acho que isso é muito ruim. Nós estamos aqui, e eu vi o relatório de V. Exa., em relação a esse projeto da Deputada Federal do Estado de São Paulo, das cidades modernas, resilientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Brasil precisa, na verdade, Senadora Leila, é que o Governo faça mais habitação para o povo. Faça loteamentos urbanizados, com água, com luz, com asfalto, com equipamentos sociais que não têm. Por que acontece de hoje milhares de pessoas morrerem nas encostas? Morrendo, ou seja, você está.... Porque não têm condições de ter uma casa própria. Aí o que acontece? Todos os dias você está vendo aí que... Quando dá uma chuva, passando 50 ou 60 minutos, desce o morro e arrebenta com 50, 100, 200 casas, deixa milhares de famílias desabrigadas. Então, esse projeto aqui tem que ser bem discutido, querido Senador Fabiano.

A ideia é meritória, louvável, todavia, nós temos que ver os dois lados da moeda. Só ver um lado, prejudicando o outro, eu acho que não é nem o objetivo de V. Exa., muito pelo contrário. O objetivo é o dos melhores sobre a questão da preservação, não é isso? Preservação ao meio ambiente, porque nós, com certeza, somos o país aqui que tem uma das melhores políticas de preservação – o Brasil. É o Brasil.

Quem conhece o mundo... Eu já conheço mais de 30 países no mundo e nunca vi um país que protege tanto o meio ambiente como nós aqui. Nós temos quase 66% do território brasileiro, que, com certeza, está preservado. Seja na Amazônia brasileira, seja no Cerrado, na Caatinga, na Mata Atlântica, etc. É evidente que temos que nos manter firmes, mão forte para punir aqueles que estão à margem da lei. Ninguém está aqui para proteger. Cidadão que desmata sem estar dentro da lei, nós temos que punir dentro da lei e, se for o caso, recolher aos costumes, prendê-los.

Entretanto, essa matéria aqui, esse projeto é meritório, mas vamos ter que discutir – eu conversava com a ministra aqui –, com a participação, se for o caso, ouvindo alguns segmentos da sociedade, para que não cause prejuízo a qualquer um que seja. Não é objetivo de V. Exa., eu tenho certeza absoluta. Entretanto, eu espero que possamos, Senadora Leila, discutir com melhor amplitude possível, para trazermos aqui um projeto bem aprimorado, para que possamos, com certeza, trazer bons resultados a todos – e não só ao meio ambiente –, mas, sobretudo, àquele que produz e que trabalha em prol de um Brasil melhor.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigado, Senador Jayme.

Só lembrando, vocês pediram vista coletiva, e nós tínhamos encerrado a discussão. Mas, como o senhor...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – ... uma observação aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Certo. Eu vou passar para a Senadora Margareth Buzetti... Vou passar primeiro para o autor da iniciativa, o Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Meu querido Senador Jayme, eu também vou fazer uma observaçãozinha.

O que esse projeto está evidenciando é que está cumprindo o que a Constituição determina. A Constituição Federal é clara no art. 225, §2º, quando diz da obrigação do poluidor de reparar o meio ambiente degradado. E ele vai além, Senadora Leila. Ali no §3º, fala:

> §3º as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Então, isso é um imperativo constitucional. O que eu estou botando aqui é claro que, após o devido processo legal, com contraditório e ampla defesa, com a produção de todos os meios de provas objetivas e subjetivas, o juiz vai mensurar, até mesmo pela capacidade econômica, qual vai ser o valor. O que nós não podemos admitir – aí eu cito como exemplo o Estado de Minas Gerais – é, se nós pegarmos aqueles crimes ambientais que impactaram Minas Gerais – eu cito aqui Miraí, Barão de Cocais, Cataguases, Brumadinho –, qual é a reparação que efetivamente se tem? Era isso que estava.

Então, o projeto nada mais faz do que determinar que, na hora de proferir a sentença – e, é claro, com contraditório e ampla defesa e com toda possibilidade, existe a possibilidade de a pessoa ser solvente ou insolvente –, ele vai cumprir o que determina a Constituição Federal, e não só a Constituição no art. 225, §3º. Os próprios tribunais superiores passaram a admitir, de forma tranquila, como passível de reparação o dano moral ambiental, em sua vertente supraindividual, ou seja, como dano moral experimentado pela coletividade como um todo.

Então, a Lei nº 9.605 está aí para determinar isso. Desculpe-me estar falando, porque a matéria não era para ser discutida. Eu só estou fazendo uma ressalva para defender qual foi o objetivo desse projeto, que foi colocar, na lei de proteção ambiental, que é a Lei nº 9.605, de 1998, a determinação de que, na hora em que o juiz for proferir uma sentença condenatória depois do devido processo legal, ele vai fixar o valor mínimo de reparação integral dos danos ambientais.

Ora, danificou, deu causa a um crime ambiental; dano moral, material, tem que ser reparado. Agora, não vamos entrar no... É óbvio que a gente tem que ter bom senso de que o produtor, o... Existe um princípio em Direito que se chama princípio da irrefragabilidade da lei penal: a lei penal não cai pelo desuso. Se está lá, se é crime ambiental no art. 64, o crime é de ação penal pública incondicionada, e o poder público tem que tomar, de ofício, providência e, após o devido processo legal, condenar autor, coautor, partícipe, seja por ação, seja por omissão; seja dolo, seja ele direto, quando tem intenção de praticar o resultado ou assumir o risco de produzi-lo; seja ele a título de culpa, quando ele deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia; e a todos, quem, de qualquer forma, concorrer para um crime ambiental – tem que ser reparado – tem que ter a obrigatoriedade de reparação. Isso não é um requisito que surgiu da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabeça, isso é uma determinação constitucional: art. 225 em que todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Certo, Senador Fabiano Contarato.

Pergunto se a Senadora Margareth Buzetti quer fazer uso da palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Na realidade, eu só queria saber se a discussão será feita na próxima sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Então, o.k. É isso que eu quero saber. Está bom? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada.

Obrigado, Senador Fabiano, Senador Jayme.

Vamos para o item 3 da pauta e, depois, na sequência, para o item 6, que é do Senador Carlos Viana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4080, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre fontes de financiamento para as despesas com a implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE).

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, para a leitura de seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu vou direto à análise, até para, na hora da discussão, poder fazer aqui uma leitura mais elucidativa.

Compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, em especial à Política Nacional do Meio Ambiente, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal. A análise de constitucionalidade e juridicidade da matéria será realizada pela CAE, que terá a palavra final sobre o projeto.

Com relação ao mérito, saudamos o Senador Jader Barbalho pela nobre iniciativa. De fato, os instrumentos de planejamento no Brasil encontram grandes dificuldades na sua elaboração e implantação, seja por falta de recursos para seu desenvolvimento, seja pela complexidade envolvida nos processos participativos de elaboração. O zoneamento ambiental é instrumento já previsto desde a década de 1980, no art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

Contudo, Sra. Presidente, em face das dificuldades de implementação, podemos dizer que são raros os municípios brasileiros em que o Zoneamento Ecológico-Econômico é o instrumento norteador para o desenvolvimento e a expansão das atividades econômicas.

O Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, dispõe que o processo de elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico: i) buscará compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais; ii) contará com ampla participação democrática; e iii) valorizará o conhecimento científico multidisciplinar. Portanto, trata-se de um grande guarda-chuva no campo do planejamento que deve pautar as políticas urbana, de habitação, de expansão dos serviços de infraestrutura, entre outras.

Nesse contexto, o PL acerta quando indica novas fontes de recursos para serem acessados a fim de fomentar os processos de implementação de zonas ecológico-econômicas nos planos federal, estadual e, ainda, municipal. O maior acesso a recursos pode viabilizar a contratação de pessoal qualificado, financiamento de projetos e maior eficácia no seu processo de implantação.

Portanto, entendemos que o projeto merece prosperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.080, de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela leitura, pelo seu relatório, Senador Wellington Fagundes.

A matéria está em discussão.

Não havendo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria, Sra. Presidente, rapidamente aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... fazer algumas considerações, principalmente em relação ao meu estado também.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Esse Zoneamento Ecológico-Econômico já foi lido aqui, é fundamental para o desenvolvimento sustentável do Brasil, pois permite compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental. E é importante dizer que, apesar de sua importância, a implementação desse zoneamento ainda enfrenta muitos desafios, principalmente em relação à falta de recursos financeiros. Esse é o grande problema.

Portanto, o projeto de lei propõe a criação de diversas fontes de financiamento para esse zoneamento, incluindo o Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, o Fundo Social, recursos de acordos internacionais sobre clima, ajustes, contratos de gestão e convênios com órgãos públicos, doações de entidades nacionais e internacionais, recursos de compromissos nacionais e internacionais de mitigação, investimentos privados e ainda outros fundos específicos.

No meu estado, o Zoneamento Ecológico-Econômico, Sra. Presidente, é de extrema importância, não só para Mato Grosso, mas também para outros estados da Amazônia Legal, pois contribui para conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar da população.

E quero dizer que, no caso específico de Mato Grosso, um estado de grande extensão territorial e também de diversidade ambiental, esse zoneamento pode ajudar a orientar o uso adequado dos recursos naturais, evitando, assim, a degradação ambiental e ainda promovendo um desenvolvimento sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, esse zoneamento pode proporcionar uma melhor gestão dos territórios, possibilitando assim a identificação de áreas prioritárias para a conservação. A recuperação e o uso sustentável, bem como a definição de políticas públicas mais eficazes para o desenvolvimento socioeconômico da região torna-se muito mais clara com o zoneamento.

E quero dizer também que, em 2021, durante a conferência estadual sobre o Estatuto do Pantanal, realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, foi debatido o tema do Zoneamento Ecológico-Econômico com o objetivo de discutir a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal.

Por isso, essa aprovação aqui permitirá a implementação do zoneamento em todo o país, o que trará, com certeza, benefícios para a sociedade e para o meio ambiente.

E vamos discutir já aqui o Estatuto do Pantanal na semana que vem, V. Exa. já definiu, e claro, a Senadora Tereza está aqui e nós já vivemos uma angústia antecipada, Presidente, porque está prevista uma seca para o Pantanal neste ano maior do que nos últimos 144 anos, 145 anos.

Por isso, tudo isso é extremamente importante e hoje há um conceito de todos nós que precisamos produzir, mas, claro, temos essa questão da preservação de um lado e principalmente a conservação de áreas, que é fundamental.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Wellington.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Obrigada, Senadora.

Eu quero parabenizar o Senador Wellington e o Senador Jader e dizer da importância desse projeto.

No meu estado, há uns 15 anos, nós fizemos um estudo, um Zoneamento Econômico-Ecológico, e ele já está na terceira ou quarta aproximação, porque primeiro você faz um grande estudo e depois você vai fazendo as aproximações das várias ferramentas econômicas e ecológicas.

Isso foi importantíssimo para o Pantanal.

Ele foi feito, justamente, para ver o uso e a conservação do nosso bioma, Pantanal –, e 90% do bioma está no Mato Grosso do Sul.

E hoje estamos lá com a notícia de que o Governador Eduardo Riedel acaba de colocar uma emergência ambiental para o Pantanal, por conta de incêndios que já começaram, em cima, inclusive, dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação de que essa seca que nós... Já começaram os incêndios, mas, daqui para frente, eles devem acontecer de maneira pior ainda, porque, realmente, o diagnóstico que vem é que a seca será a maior dos últimos 140 anos, com o nível de água do Rio Paraguai baixíssimo – baixíssimo! –, que é a nossa grande veia do Pantanal sul-mato-grossense, hídrica.

Hoje, nós estamos com esse problema, infelizmente, com essa notícia ruim, mas o Governador se antecipa para que possamos ter todas as providências nessa emergência ambiental para o Pantanal.

Então, esse projeto, realmente, traz fontes, porque é um estudo caro, que envolve muitas entidades. Lá no meu estado, as universidades todas fazem parte, várias ONGs... Enfim, é muita gente que precisa fazer esses estudos, para que a gente possa ter a certeza do que a gente tem, das providências e das políticas públicas que precisam ser colocadas nos mais diversos biomas no nosso território.

Então, muito obrigada.

Parabéns, Senador Wellington, pela relatoria desse importante projeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu quero, inclusive, aproveitar a nossa audiência para pedir também ao Governador Mauro, do meu estado, que entre na mesma linha que o Mato Grosso do Sul, até porque, como a Senadora falou, o Mato Grosso do Sul tem a maior área do Pantanal, não é? São dois terços no Mato Grosso do Sul e um terço no Mato Grosso.

Mas eu tenho que registrar, mais uma vez, que, infelizmente, nós não fizemos o dever de casa, Senadora Tereza Cristina – nós do Mato Grosso. Enquanto o Mato Grosso do Sul tem... Claro, o Pantanal tem essa importância maior, mas, em termos de legislação, o Mato Grosso do Sul está bem à frente.

Inclusive, acredito ser fundamental esse decreto, porque está definido... Não é coisa mais que o ambientalista está estudando, não; a questão é que o El Niño está lá, presente, e a queda da produção, também, da mesma forma. A economia está sendo afetada e essa questão da seca já é preanunciada e cientificamente comprovada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom, primeiro, quero parabenizar os dois aqui pela fala e dizer que não é só o Mato Grosso que não está fazendo o seu dever de casa, Senador, é o Brasil que não está fazendo o seu dever de casa.

A mesma coisa com o bioma Cerrado. Nós aqui fizemos o debate e estamos fazendo uma audiência sobre os recursos hídricos. Nós sabemos a importância do Cerrado e das Águas Emendadas, aqui, que é o berço das águas do nosso país, que estão sendo severamente afetados pela especulação imobiliária, pela irresponsabilidade de certos gestores... Nós estamos num momento em que, se esta Casa não se debruçar – está aí a importância desta Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho, assim, que nós temos que parar com essa guerra – não é Senadores? –, com relação ao meio ambiente, ao agro... Nós não podemos descartar nem o progresso, e nem o debate aqui responsável sobre as questões ambientais do nosso país. Nós somos um país rico em diversos recursos, mas como o senhor falou, não é um Mato Grosso, não é um Mato Grosso do Sul... O país não está fazendo devidamente o seu dever de casa.

Então, realmente, por isso a importância deste debate, desta Comissão. Vamos trabalhar. Essa é a maior preocupação que eu tenho hoje, que é de dar celeridade a pautas importantes, Senadora Tereza sabe disso: mercado de carbono... Temos que nos preocupar com as questões das emissões, as taxas de emissões de gás de efeito de estufa, porque colaboram para essas questões climáticas no nosso país.

Então, essa é a nossa preocupação e é nisso que nós temos que nos debruçar. Não pensar nas questões políticas. Precisamos pensar o quanto mantemos a nossa qualidade econômica, o nosso crescimento econômico, o nosso progresso, mas também caminhando com a pauta ambiental, que ela é importantíssima para ter o desenvolvimento e o progresso do nosso país.

É muito bom tê-los aqui nesta Comissão, para que a gente tenha o equilíbrio neste debate.

Muito obrigada.

Então, pergunto se alguém mais quer debater. (*Pausa.*)

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadores e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Relatório aprovado, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabenizando o Senador Wellington Fagundes pelo trabalho.

Item 6 da pauta.

Com muita tranquilidade, paciência, até pelo "mineirês", Senador Carlos Viana, que o mineiro tem por característica, a tranquilidade.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 6230, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.*

Autoria: Câmaras dos Deputados. Deputado Federal Luciano Ducci (PSB/PR).

Eu concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Viana, para a leitura do seu relatório.

Obrigado, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E grata pela paciência, principalmente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Um prazer, Presidente Leila.

Eu vou pedir – porque como eu tenho na sequência a Presidência da CCT – o item 12, que é um requerimento meu de audiência pública. Se pudermos logo em seguida ler também...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim, sim... Item 12...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – ...me ajudaria a receber a Ministra, inclusive, que está vindo para cá para apresentar o plano de trabalho. Vou pedir vênia e vou direto à análise.

Compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente e, em particular, a proteção do meio ambiente, a conservação da natureza e a política nacional de meio ambiente, consoante art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, vemos o projeto como bastante positivo no aperfeiçoamento da educação ambiental no Brasil, pois as preocupações com a mudança do clima, adaptação aos seus efeitos adversos, desastres socioambientais e perda de biodiversidade são atuais, urgentes e relevantes. Embora esses temas já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudessem ser trabalhados anteriormente, sem alterações da lei, a inclusão no texto legal formaliza essa necessidade e eleva o grau de atenção a ser dado em todos os níveis de ensino formal e no ensino informal.

A nosso ver, a Pnea foi muito bem-sucedida ao introduzir, de forma transversal, os temas ambientais no ensino formal e não formal. A sensibilização para os temas ambientais, principalmente no ensino básico, desperta o interesse de crianças e adolescentes sobre os grandes desafios a serem enfrentados, como desmatamento, poluição, escassez de água e enorme geração de resíduos sólidos em todo o planeta. Essa é a idade mais importante a ser trabalhada, pois temos uma nova geração de seres humanos em formação, aberta a novas ideias e a debater soluções efetivas para nossos problemas comuns. Ao mesmo tempo, é preciso que o assunto seja tratado de forma responsável, com rigor científico e evitar o alarmismo no discurso.

Dessa forma, entendemos que o Projeto de Lei merece prosperar para que os novos temas venham somar com os já existentes na Política Nacional de Educação Ambiental.

Nosso voto, portanto, Presidente Leila: ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.230.

E os nossos parabéns ao Deputado Luciano Ducci, que trouxe essa discussão à tona.

O próprio relatório já diz que não seria necessário criarmos leis para que as escolas hoje pudessem trabalhar a questão do meio ambiente, o que já vem sendo feito, mas é necessário que tenhamos um direcionamento no sentido de que a aplicação desses temas seja parte obrigatória dos currículos.

Sou a favor e está aqui o voto pela aprovação para a criação dessa Política Nacional de Educação Ambiental.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Carlos Viana.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Relatório aprovado, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Carlos Viana.

Item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 14, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 304/2017, que "institui a política de substituição dos automóveis movidos a combustíveis fósseis e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para dispor sobre a vedação à comercialização e à circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis".

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana, autor do requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Proponho, Excelência, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

- representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea);

- representante do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças);

- representante da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE);

- representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic);

- representante do Ministério de Minas e Energia;

- representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

- representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás;

- representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia;

– representante da Associação Brasileira do Biogás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei nº 304, de 2017, traz para o debate a política de substituição dos automóveis movidos a combustíveis fósseis, vedando a comercialização a partir de 1º de janeiro de 2030 e sua circulação a partir de 1º de janeiro de 2040.

Na justificação, o Senador Ciro Nogueira, autor da proposição, argumenta que a medida já vem sendo discutida em países da Europa e sinaliza que o etanol já responde por 18% da necessidade energética do transporte rodoviário. Nesse contexto, julgamos ser fundamental promovermos o debate entre os representantes dos setores envolvidos: Governo, indústria automotiva e produtores de etanol, a fim de antever possíveis gargalos e desafios na implementação do projeto, bem como permitir o aprimoramento de seu texto.

Nesse sentido, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

A questão é que o assunto é urgente por conta do debate, mas a adaptação da indústria não é tão rápida como nós gostaríamos. A própria Europa, que estabeleceu o prazo de 2035 para o fim dos motores, já está revendo, buscando um novo calendário.

Nós aqui temos mais facilidade por conta da produção do etanol, mas não podemos negar, em hipótese alguma, a importância do setor automobilístico na nossa economia, na geração de empregos. E, é claro, nós precisamos ouvir o setor para entender se será possível, em 2040, – que está logo ali, a gente pensa que não, mas está logo ali –, acabar com a circulação de todos os automóveis a gasolina e a diesel, de fóssil, no Brasil, se isso será possível.

É o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Carlos Viana.

Inclusive, eu vou pedir aqui à nossa mesa urgência para solicitar essa audiência pública. Também entendo que é muito importante darmos celeridade ao debate deste tema.

Parabéns pela iniciativa e pelo trabalho!

Então, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E nós vamos dar celeridade à sua solicitação, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia para o senhor!

Bom, hoje, quarta-feira, dia puxado na Casa.

Ah, vamos aprovar as atas! É verdade. (*Pausa.*)

Perfeito.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das seguintes reuniões: 6ª Reunião, realizada no dia 20 de março; 7ª Reunião, realizada no dia 27 de março; e 8ª Reunião, realizada em 9 de abril.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Bom, quero agradecer a participação de todos que estiveram aqui, e agradecer também a presença dos membros desta Comissão.

Acho que foi uma pauta, por hoje, muito importante para os trabalhos.

E, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Até a próxima semana.

Obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Leila Barros, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Angelo Coronel, Janaína Farias, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2024 - CMA, de autoria Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), PL 5482/2020, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), REQ 4/2024 - CMA, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), e REQ 6/2024 - CMA, de autoria Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Discutir e instruir o Projeto de Lei nº 5482, de 2020, que versa sobre o Estatuto do Pantanal, ouvindo representantes de povos indígenas afetados. **Participantes:** Sr. Braulio Ferreira de Souza Dias, Diretor do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Sr. Leonardo Pereira Gomes, Diretor Executivo do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai - SOS Pantanal; Sra. Luciana Leite, Defensora da Biodiversidade e do Clima, da Environmental Justice Foundation – EJF; Sr. Paulo Teixeira de Sousa Junior, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP; Sra. Silvana Dias de Campos, Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger - IAAL; Sr. Adriangelo Barros Antunes, Secretário-Executivo da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT); Sr. Jhonatan Barbosa da Silva, Chefe do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Sr. Rodrigo Gomes Bressane, Gerente Jurídico da Federação da Agricultura de Mato Grosso - FAMATO; e Sr. Carlos Henrique Alves de Arruda, Cacique da Aldeia Aterradinho (representante de: Grupo Indígena Guató). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de abril de 2024.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião (anterior), realizada em 10 de abril de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata, então, está provada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O objetivo e diretriz da presente reunião destinam-se à realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e instruir o Projeto de Lei nº 5.482, de 2020, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 8 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, ouvindo representantes de povos indígenas afetados, além de diversas autoridades especialistas no bioma.

Em atenção ao Requerimento 2/2024, da Comissão de Meio Ambiente, de autoria do Senador Jayme Campos; ao Requerimento 4/2024, também da Comissão, de autoria do Senador Wellington Fagundes; e ainda o Requerimento 2024, da Comissão, de autoria da Senadora Eliziane Gama – é o sexto, não é? – e subscrito pelo Senador Wellington Fagundes.

Eu quero agora, então, convidar para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sr. Braulio Ferreira de Souza Dias, Diretor do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente.

Já chegando aqui... (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Leonardo Pereira Gomes, Diretor-Executivo do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai – SOS Pantanal. (*Pausa.*)

Também a Sra. Luciana Leite, minha conterrânea baiana, defensora da biodiversidade e do clima, da Enviromental Justice Foundation – Justiça Fundação. Deve ser, não é?

Tudo bem?

A SRA. LUCIANA LEITE (*Fora do microfone.*) – Fundação pela Justiça Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Fundação pela Justiça Ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda, também conosco, o Sr. Paulo Teixeira de Sousa Junior, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP), também Professor da Universidade Federal de Mato Grosso e idealizador do nosso Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal. (*Pausa.*)

E a Sra. Silvana Dias de Campos, Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger (Iaal).

E ainda participam, por videoconferência, os seguintes convidados: o Sr. Adriangelo Barros Antunes, Secretário-Executivo da Comissão Permanente de Meio Ambiente. Onde ele está? (*Pausa.*)

Acho que está por aí.

O Sr. Carlos Henrique Alves de Arruda, Cacique da Aldeia Aterradinho, indicado pela Funai como um dos representantes das aldeias indígenas do povo guató; o Sr. Jhonatan Barbosa da Silva, Chefe do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso; e o Sr. Rodrigo Gomes Bressane, Gerente Jurídico da Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato).

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211. Quero repetir, então, o endereço: www12.senado.leg.br/ecidadania e pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até cinco minutos, prorrogáveis de acordo com a necessidade. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, exposições e outras necessidades, podendo, inclusive, passar algum vídeo, enfim.

A palavra será dada, então, nessa linha, e a participação, nome, órgão, exposição inicial, consideração final, modo, ordem, enfim.

Eu quero consultar o nosso Relator, Senador Jayme Campos, se ele gostaria de já falar inicialmente ou na hora em que V. Exa. entender.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, senhores convidados, agradeço, antes de mais nada, a sua boa vontade de me oferecer, com certeza, a qualquer momento, que eu possa fazer uso da palavra. Todavia, eu tenho 40 minutos para ficar nesta Comissão, tendo em vista compromisso já anteriormente assumido.

De qualquer forma, eu aguardarei aqui. Quando da necessidade, eu vou pedir ao senhor pela ordem e farei uso da minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, eu quero até permitir que o Relator possa ouvir a todos. Vou propor aqui para a gente fazer em duas etapas. Cada um falaria cinco minutos, de forma mais sucinta, uma apresentação, enfim. O Relator, então, falaria depois, e eu continuarei aqui, dando também a palavra para todos concluírem.

Então, essa primeira abertura eu acho que seria mais como uma abertura, e não uma fala de vocês, até porque também, claro, o Relator tem outro compromisso, já foi combinado antes, e tudo aqui que vocês falarem aqui estará nos *Anais* e a assessoria do Relator vai estudar para compor, depois, o seu relatório.

Vou passar a palavra, inicialmente, ao senhor...

Vocês gostariam de se inscrever, ou eu posso usar o critério...? (*Pausa.*)

Não tem manifestação.

Iniciando aqui, pela minha direita, o Sr. Braulio Ferreira de Souza Dias.

O SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Boa tarde a todos.

Queria começar agradecendo o interesse do Senado de promover essa oitiva, em particular ouvindo especialistas e representantes de comunidades tradicionais da região, e queria falar da satisfação do Ministério do Meio Ambiente com a iniciativa do Senado de promover uma legislação sobre o Bioma Pantanal.

Por que esse nosso interesse nessa legislação?

É que, como os senhores sabem, o Pantanal foi declarado patrimônio nacional, na Constituição de 1988; portanto, merecendo uma atenção especial de todos da União para promover uma boa gestão desse bioma.

A segunda razão é porque nos preocupa a situação do Pantanal. O Governador de Mato Grosso do Sul acaba de declarar uma emergência climática, por causa da seca que já se iniciou, novamente, lá no Pantanal, e corremos o risco de repetir o cenário de 2020, com uma grande seca, falta de cheia, e seguida, espero que não, de um grande incêndio.

Então, esses são riscos ambientais que nos preocupam bastante, e, infelizmente, com um cenário de aquecimento global e mudanças climáticas, nos preocupa a possibilidade dessas vulnerabilidades do Pantanal continuarem nos próximos anos e décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nos lembramos da grande seca que aconteceu na Amazônia no ano passado. Saiu um relatório, em janeiro deste ano, de climatologistas internacionais, analisando as causas, e todos falavam que era causada pelo evento do El Niño, que é um evento passageiro.

Antes fosse, porque a conclusão é que a causa principal é o aquecimento global e, principalmente, o aquecimento do Oceano Atlântico.

Então, esse é um cenário... O que significa? A seca na Amazônia vai prosseguir. Então, esses são cenários difíceis com que nós temos que lidar. No ano passado tivemos vários ciclones lá no Sul do país, também muito preocupantes, com grandes enchentes.

Então, eu acho que é um cenário que justifica muita precaução, para a gente adotar uma legislação adequada para poder lidar com esses riscos crescentes. E não são apenas riscos ambientais, isso ameaça a navegabilidade lá do Rio Paraguai, isso ameaça o regime de cheias no Pantanal, isso ameaça a fauna e a flora do Pantanal – por exemplo, toda a população que depende da exploração de recursos pesqueiros poderá ficar impactada, e os produtores rurais da região também certamente serão impactados.

Então nos preocupa muito esse cenário, e temos várias sugestões que vamos encaminhar aqui para o Senado de como se pode aproveitar melhor essa oportunidade desse projeto de lei e seu substitutivo para enfrentar esses desafios.

Também temos a previsão no art. 10 do Código Florestal, a atual lei de proteção da vegetação nativa, que pede a definição de critérios científicos para poder se promover adequadamente a supressão da vegetação e usos sustentáveis da biodiversidade nesse bioma.

Então, eu vou encerrar aqui, porque foi solicitada uma intervenção inicial curta, mas eu teria outros pontos que gostaria de agregar mais para a frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a palavra, o Sr. Leonardo Pereira Gomes, que é Diretor-Executivo do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal.

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Não precisa colocar minha apresentação, não. Como a gente mudou um pouco a dinâmica, eu vou fazer mais curto... Depois a gente volta lá para a apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu vou cumprimentar o Senador Wellington e o Senador Jayme e, na pessoa dos dois aqui, todas as autoridades presentes, as equipes presentes dos senhores, as instituições aqui presentes na mesa, destacados pesquisadores, representantes da sociedade civil.

Eu vou fazer bem curto... Basicamente, Senador, lá no SOS Pantanal, nós trabalhamos tanto com o tema dos incêndios florestais, há bastante tempo, questão de recomposição florestal, também água, qualidade e tratamento de água para a comunidade, quanto, principalmente, com o acompanhamento de políticas públicas para o Pantanal.

Tive a oportunidade de acompanhar, desde o início, a sua iniciativa. Ficamos muito felizes, desde o início, com a importância e a magnitude da sua iniciativa. Participamos de audiência direto lá de Poconé, do fogo. Estivemos, em várias ocasiões ainda, *online*, durante a pandemia, acompanhando o desenrolar desse texto, dessa matéria, bem como também dos projetos de leis estaduais que foram ou revisados ou criados recentemente nos estados – participamos ativamente desse processo.

Na verdade, desde o início, nós entendemos que o projeto tem méritos interessantes, traz novidades importantes no âmbito legislativo para o Pantanal, e o nosso maior receio era justamente que, ao longo da tramitação, ele pudesse sofrer algum tipo de intervenção, fosse desidratado, como se fala, ou até mesmo, em véspera de votação, sofresse algum acréscimo prejudicial.

Infelizmente, Senador Jayme, eu entendo que o texto do substitutivo acaba por fazer isso com o texto. A gente vê, tem vários aqui... Tem um artigo de nove páginas que a gente subscreve com várias organizações do Pantanal, apontando, com uma tabela comparativa de 28 páginas, mostrando item a item quais são os méritos do projeto e por que a gente tem prejuízos com essas mudanças. A verdade é que, comentando com um colega, se a gente pega o texto hoje, procura remover as menções a Pantanal, entregar para especialistas, para a sociedade civil e pergunta de que bioma esse projeto é, as pessoas não vão saber, Senador, porque, de fato, a gente não vê ali naquele texto a essência do Pantanal, a gente não vê o pantaneiro no substitutivo – claro, eu estou me referindo aqui basicamente ao substitutivo. A gente não vê ali o corixo, a baía, uma salina, uma lagoa, a gente não vê nenhuma das APPs características do Pantanal que os estados vieram a reconhecer, tanto Mato Grosso quanto Mato Grosso do Sul, o reconhecimento de que se trata de uma zona úmida que está dentro de uma bacia hidrográfica. Então, mesmo o texto original não regulava sobre o Cerrado – eu entendo, perfeitamente –, mas fazia diversas menções da necessidade.

Então, nós tínhamos uma esperança de que essa matéria pudesse ensejar projetos de conservação do bem do Planalto, porque sem planalto não existe planície. Então, o Pantanal tem uma taxa de conservação relativamente boa, tem esses modos tradicionais de produção e de convívio, sejam eles de 30 anos, 300 anos ou 8 mil anos, como a gente vai até aqui apresentar nesta audiência, mas a gente vê muitas ameaças de fora, e esse texto novo, o substitutivo, exclui essa possibilidade, infelizmente. Então, aqui tem vários exemplos, eu não vou me ater a eles, posso trazer no comentário depois, mas esses são alguns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Política de Desenvolvimento do Turismo do Bioma Pantanal: o Senador acertadamente, no texto original, propõe um estímulo a essa atividade, que é uma vocação do Pantanal, associada também à pecuária extensiva de baixo impacto, associada ao extrativismo, às atividades de agricultura familiar. O turismo é a grande potência do Pantanal, e a gente perde no substitutivo a possibilidade desse incentivo.

E, para finalizar essa primeira parte, de lá para cá muita coisa aconteceu, Senador, muita água passou nesse corixo de 2020 para cá, e os dois estados tiveram a incumbência de regulamentar Pantanal. Mato Grosso revisou a sua legislação, pontos importantes, pontos... Os textos não são os ideais, claro, para ninguém...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES – ... mas a realidade é que os estados tiveram esse papel de fazer um aprofundamento e criar leis que tivessem a cara minimamente dos seus Pantanais – Mato Grosso e Mato Grosso Sul. Infelizmente, acho que, caso a gente siga com o substitutivo, a gente vai criar, na verdade, um empecilho ao trabalho dos estados, que fizeram muito bem esse trabalho, estão em fase de regulamentação. De fato me preocupa muito que a gente tenha um texto que não é a cara do Pantanal e que vá inclusive impedir um bom trabalho que vinha começando a se desenrolar.

Então, depois a gente continua com mais comentários aqui pontuais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com certeza, o nosso Relator está atento e vai anotar essas observações.

Quero, então, passar agora à Luciana Leite, que é Defensora da Biodiversidade e do Clima da Environmental... É isso?

A SRA. LUCIANA LEITE (*Fora do microfone.*) – Environmental Justice Foundation.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Hã?

A SRA. LUCIANA LEITE (*Fora do microfone.*) – Fundação pela Justiça Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Fundação pela Justiça Ambiental. Acho que fica mais fácil, então.

Com a palavra, então, a Luciana.

A SRA. LUCIANA LEITE (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Faço parte da Fundação pela Justiça Ambiental, uma organização que atua hoje em 16 países, incluindo o Brasil – aqui no Brasil, com foco especificamente no Pantanal, sobretudo no que tange a essa interseção entre violações de direitos humanos e crimes ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha dividido a minha fala em três momentos, Senador. Por conta dessa alteração da dinâmica, vou tentar ser um pouco mais breve, depois espero ter um pouco mais de tempo para retomar a palavra.

Antes de qualquer coisa, quero ecoar a preocupação do Leonardo com relação ao substitutivo. Infelizmente, Senador Jayme, a gente vê um enfraquecimento do texto original. Então, trazemos inúmeras preocupações, podemos elencá-las com calma depois, mas acho que o mais importante aqui é falar que eu não falo só em nome da EJF, mas, sim, do Observatório Pantanal, que é uma organização que hoje emitiu uma nota técnica listando todas essas preocupações – sinto-me, portanto, na obrigação de honrá-los também e trazer aqui a fala deles e essas enumerações.

Neste momento inicial, eu quero, sobretudo, firmar minha fala em torno, Senador, do que eu sinto em termos de falta de representatividade nesta audiência pública. Então, tivemos a motivação da ocorrência desta audiência pública através de um ofício do Ministério Público emitido pelo Procurador Ricardo Pael, que pediu que o povo guató fosse ouvido. Fico feliz de ver aqui *online* conosco o Cacique Carlos Henrique, mas gostaria de lembrar que o Pantanal também é conhecido pela sua diversidade de povos. E cito falta aqui dos cadiuéus, dos terenas pantaneiros, dos guaranis caiovás, dos quiniquinaus e principalmente das populações ribeirinhas, que hoje sofrem inclusive com instrumentos legais em nível estadual que ameaçam o seu bem-viver.

Acho que isso precisa ser registrado nesta Casa também.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria só de salientar, como eu disse aqui: a nossa audiência é interativa, é aberta... Como ela foi publicada com antecedência, é possível qualquer um dos representantes desses povos participar. Então...

A SRA. LUCIANA LEITE – Sim, Senador, se eles tiverem, de fato, conexão à internet, dispositivos... E falo como alguém que trabalha com a juventude indígena nos territórios indígenas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e, infelizmente, a conectividade ainda não é uma realidade a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Luciana, no exercício da Presidência, eu pedi aparte. Então, eu gostaria que você obedecesse a esse aspecto, com todo o respeito, mas eu tenho que fazer o esclarecimento aqui: como a audiência foi publicada com antecedência, qualquer representante que sentisse a necessidade de estar presente... E eu estou falando aqui como autor. É uma posição do Relator. E eu poderia... Como autor e também como Presidente em exercício. Eu estou apenas aqui como Presidente em exercício. Então, poderia ser outro Senador e, principalmente, a Presidente, mas eu tenho que ser aqui leal a tudo aquilo que o Relator... Ele está atendendo àquilo que foi pedido, fazer uma audiência pública, para que ele pudesse concluir, inclusive incitado até pelo próprio Ministério Público. Ou seja, ele atendeu a essa solicitação, mas eu quero aqui, nesta oportunidade, ainda permitir que qualquer pessoa que tenha interesse de participar possa fazê-lo, através do portal que eu vou aqui mais uma vez repetir para aqueles que não... É o Portal e-Cidadania...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou repetir aqui: é o Portal do Senado, www.senado.leg.br/ecidadania. Ou também pelo telefone 0800.612211.

Eu saliento também que, pelo Regimento da Casa, quando começar a sessão, a Ordem do Dia, nós somos obrigados a concluir a nossa reunião. Então, fique também aqui, porque eu não quero cassar a palavra de ninguém. Então, a gente vai tentar dar isonomia aqui a todos. Por isso eu coloquei o prazo de cinco minutos, também para respeitar o Relator, porque ele também já tinha nos comunicado o tempo que ele teria disponível aqui.

A Presidente Leila gostaria de estar também. Ela pediu para que eu viesse... Se ela puder vir aqui, será extremamente importante, mas eu estou aqui, cumprindo esse papel.

Então, volto a palavra, com o mesmo tempo, à Sra. Luciana Leite.

A SRA. LUCIANA LEITE – Obrigada, Senador.

E, aí, gostaria de tornar público também, Senador, que, com essa preocupação da participação de outros povos originários, a gente fez um pleito junto aos gabinetes, para que esta audiência fosse adiada para a semana que vem, quando teremos, aqui na capital federal, o Acampamento Terra Livre, com a participação confirmada de inúmeras lideranças de diferentes povos tradicionais.

Infelizmente, esse pleito não foi atendido. Então, gostaria de registrar que sinto falta, enquanto uma mulher branca que trabalha com povos originários e tenta dar-lhes cada vez mais espaços, principalmente nesse espaço de poder do qual são historicamente excluídos, sinto falta dessas representatividades aqui.

Bom, dito isso, estamos aqui. Então, gostaria de elencar, nos minutos que me restam, algumas das preocupações principais com relação ao substitutivo.

Como disse o Leonardo, sentimos falta da menção à Bacia do Alto Paraguai, que estava no texto original e que faz essa relação, portanto, de que, para a saúde hidrológica da planície, precisamos da conservação do Planalto. Essa foi uma perda muito significativa no texto, Senador Jayme. Então, lamentamos, enquanto sociedade civil, que não haja previsão de uma política pública de regramento e até mesmo de recuperação do Planalto, para que tenhamos uma saúde hidrológica do pulso das águas do Pantanal.

Em termos de momento político, eu quero não só ecoar o que nos disse o Sr. Braulio, com relação à seca, mas também falar que todos devem ter assistido, na matéria de domingo, no Fantástico, a mais um crime ambiental, dessa vez de ordem e magnitude inacreditável, quando foram, através de desmatamento químico, perdidos mais de 80 mil hectares do Pantanal, mais uma vez, infelizmente, por uma pessoa que, em tese, se propõe à criação de gado no bioma, mas que trouxe uma perda ecológica imensurável para o bioma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí fica nítido que esse é um momento em que a gente precisa, sim, Senador – concordo com você –, de um instrumento legal em âmbito federal que ajude no regramento do uso do solo, na recuperação, no desenvolvimento sustentável do bioma, mas, infelizmente, no substitutivo, Senador Jayme, não é isso o que vemos, não é essa a entrega que temos nesse texto. Muito pelo contrário, vemos o enfraquecimento; vemos a supressão da menção dos direitos territoriais dos povos originários, que hoje já estão confinados a menos de 5% do território da planície; e vemos ainda algumas outras perdas, por exemplo, no que tange à menção de impulsionamento de infraestrutura, sem que haja uma delimitação de qual infraestrutura estamos falando e qual regramento se dará para isso, quando temos a ameaça de novas hidrelétricas, quando temos a ameaça de uma hidrovia que pretende a dragagem e a retificação de um rio, custando ali, de novo, a sanidade hidrológica da nossa planície, e quando temos hoje mineração à beira da Transpantaneira e um intuito de asfaltamento e prolongamento da Transpantaneira, ligando Poconé à Corumbá.

Então, há uma série de temas que preocupam a sociedade civil e que foram ignoradas no instrumento legal como está posto hoje, através dos seus substitutivos, que – mais uma vez, falo – trouxeram um enfraquecimento, infelizmente, do texto original – não que este também estivesse imune às críticas da sociedade civil.

Então, acho que é isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA LEITE – Eu gostaria de agradecer a participação.

Enfim, teremos mais tempo para discutir esses pontos, mas me preocupa a falta de representatividade, preocupa-me o enfraquecimento do texto original nos seus substitutivos e preocupa-me também o momento político em que essa lei ressurge, quando deveríamos estar celebrando, inclusive, finalmente, uma lei estadual no Mato Grosso do Sul, que foi construída em conjunto com o Governo Federal, com o Executivo, num diálogo quase que inédito e que, infelizmente, agora se vê atropelada por um projeto de lei que, a meu ver, hoje, como está, não agrega em âmbito federal para nenhum dos estados.

É isso.

Muito obrigada. Espero que a gente tenha tempo de conversar um pouco mais numa audiência tão importante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

Permita-me, em dois segundos, externar aqui a minha opinião em relação à fala da nossa amiga...

A SRA. LUCIANA LEITE – Luciana.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – ... Luciana Leite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, Luciana, quando você fala que tem uma legislação construída lá no Mato Grosso do Sul, quero deixar muito bem claro aos senhores que estão fazendo esta exposição aqui e aos demais convidados que estão nos assistindo e ouvindo que, a bem da verdade, esta Comissão que foi constituída aqui, que nasceu aqui nesta Comissão, teve dez audiências públicas presididas pelo Senador Wellington Fagundes. É uma Comissão composta por vários Senadores, não só do Mato Grosso, muito pelo contrário. Nesta Comissão, tinha Senadores de outras regiões do Brasil, para que se pudesse ter uma visão mais globalizada.

Agora, é bom que se esclareça também, antes de mais nada, que, na verdade, foi ouvido não só, naturalmente, o pantaneiro, aquele que nasceu e se criou lá, como também representações através da Famasul e através da Famato, de Mato Grosso. Então, de fato, esse relatório final nosso foi construído por várias mãos.

Quando você fala: "Olha, aqui foi praticamente jogado na lata de lixo a questão da Bacia do Alto Paraguai". Não é bem verdade, porque na verdade nós temos leis, tanto as do Mato Grosso do Sul, como as do nosso Mato Grosso, lá, o velho Mato Grosso e, com isso, as legislações que nós temos lá, em ambos os estados, são suficientes para manter o ecossistema, a preservação, etc. Entretanto, quando a senhora fala: "Olha, foram sublimados aqui vários artigos, ou seja, assuntos inerentes à problemática do Pantanal"; foi feito, com certeza, de forma muito zelosa e muito responsável. O intuito nosso é construir um Estatuto do Pantanal para que certamente esse patrimônio sagrado da humanidade seja respeitado acima de tudo.

Entretanto, não podemos nos esquecer ou nos esquecer verdadeiramente daquelas pessoas que moram ali. Da forma que estavam pretendendo e querem fazer, o pantaneiro que conhece a real necessidade não está inserido no contexto.

Lamentavelmente – V.Sa. conhece – ali está se transformando em um verdadeiro bolsão de miséria. Eu falo pelo meu Estado de Mato Grosso, porque o pantaneiro, nos últimos anos, empobreceu de tal forma... Não é só o fazendeiro pantaneiro, que já está quebrado, pobre; é também aquele cidadão simples e trabalhador que mora nas margens dos nossos rios ali, os ribeirinhos estão pior ainda.

Então, é bom que se esclareça que nós permitimos esta audiência pública aqui, através naturalmente de notificação do MPF, pedindo que se abrisse essa possibilidade, para acabar de ouvir, ou seja, sentir o melhor, para enriquecer. Com certeza, algumas mudanças no próprio relatório nosso, o qual já tinha sido apresentada a sua primeira versão, entretanto, nós suspendemos para que esta audiência pública pudesse contribuir e somar na elaboração de um relatório que certamente pudesse melhorar para ambas as partes; não é só para um lado.

Eu estou aqui para fazer justiça. Estou aqui para fazer um relatório que, certamente, atenda não só o pequeno, os povos originários, o produtor rural, o ribeirinho, os quilombolas que nós temos lá. Enfim, quero deixar bem claro que a minha intenção é a melhor possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Na sequência, com a palavra o Prof. Paulo Teixeira Junior, representando o INPP (Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal).

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR (Para expor.) – Senador Wellington Fagundes, Senador aqui autor do PLS; Senador Jayme Campos, que foi Relator do substitutivo, eu gostaria de cumprimentá-los e, e na pessoa de vocês, cumprimentar todos que estão aqui.

Bom, nossa principal questão aqui, com relação...

Eu tenho uma apresentação também, mas eu vou direto à questão da lei e do substitutivo.

Os que me precederam aqui já falaram um pouco do que eu ia falar. Um dos principais pontos que a gente viu é que o Pantanal é uma zona úmida, mas ela não está sendo tratada como zona úmida no projeto, porque você não vê ali menção à Convenção de Ramsar, de que o Brasil é signatário desde 1995. O Pantanal foi decretado como patrimônio mundial depois pela Unesco, mas nós sentimos falta do tratamento do Pantanal como uma zona úmida, porque o projeto e o substitutivo falam muito de floresta, mas esquecem da água.

Então, por exemplo, considerar a Bacia do Alto Paraguai é fundamental. Não adianta a gente aqui tratar dessas questões e deixar a caixa d'água esvaziar lá na Bacia do Alto Paraguai.

Eu trouxe um dado muito interessante que mostra, que ilustra a importância do que nós estamos debatendo aqui. A régua de Ladário – acho que, com certeza, o Senador é familiar a ela, não sei se todos aqui são familiares a isso – é uma medição que a Marinha faz desde o início do século passado. O último dado que eu tenho, que é de fevereiro deste ano, mostra que o Pantanal está mais seco desde sempre, desde o início das medições. Então, isso é uma preocupação muito grande que eu trago e, novamente, reforça a necessidade de a gente incluir a questão dos recursos hídricos. Esse é um ponto importante.

Outra coisa que eu queria comentar também é a questão que a Luciana falou, desse crime que chocou todo o Brasil durante o final de semana agora: uma pessoa usou agente desfolhante, inclusive agente laranja, de alta toxicidade, e desmatou uma área igual à cidade de Campinas. O que eu penso sobre isso? Essa pessoa tinha muita confiança de que não iria acontecer nada com ela; senão não o faria.

Então, eu não sei... Além da questão do regramento, nós temos que ver a questão da fiscalização também, se um camarada fizer uma coisa como essa porque acha que não vai ser punido, se tiver regra, é complicado.

Então, o resto que eu teria para colocar aqui é com relação a alguns artigos, mas isso eu prefiro falar depois. No geral, Senador, eu acho que o projeto perdeu um pouco com o relato, mas eu considero tanto o projeto como o substitutivo meritórios. Nós precisamos de uma lei para o Pantanal – esse é o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acho correta também a maneira como foi proposto e, no substitutivo foi mantido, que essa lei seja genérica, que ela tenha diretrizes, que ela tenha princípios, mas eu sempre lembro que a gente tem 12 pantanais. A gente fala que são 12 fisionomias, são 12 paisagens diferentes no ambiente do Pantanal, e é muito difícil você botar todos esses 12, que têm uma realidade biofísica e hidrológica diferenciada, em uma camisa só.

Então, acho importante, sim, que a lei seja genérica, como é o caso. Depois...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR – Venceu meu prazo.

Depois, cada estado, que precisa aperfeiçoar as suas leis também, faz a sua legislação com as particularidades do estado ou da região.

Basicamente, então, é isso. Depois eu retomo, na apresentação, mas eu queria, antes também, agradecer ao Senador. Eu iria fazer até isso depois, mas registro o agradecimento ao Senador Wellington Fagundes, porque ele tem sido um apoiador do INPP, que é uma instituição que está iniciando agora. Já destinou emendas; com essas emendas, nós estamos começando a estruturar os laboratórios e também a fazer o nosso plano de desenvolvimento da unidade – graças ao apoio do Senador e a uma emenda.

Vou procurar o Senador Jayme Campos em breve.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Para fazer justiça também ao Senador Jayme Campos, nós temos trabalhado em parceria. Alocamos recursos já pelo terceiro ano consecutivo. A implantação do corpo de bombeiros lá em Poconé, a aquisição de equipamentos para perfuração de poços através da Metamat, também centro de triagem de animais, enfim, são várias obras e vários equipamentos já que foram alocados para o Pantanal.

Essa questão dos poços artesianos foi um trabalho com a Associação Mato-grossense dos Municípios e com a Universidade Federal, também para elaborar estrategicamente onde deveriam ser feitos esses poços. Já temos hoje cinco poços perfurados, mas, claro, há a necessidade de outros ainda para serem feitos.

Também estamos trabalhando em conjunto com a Energisa. A Energisa fez um grande projeto no Mato Grosso do Sul, que é o Ilumina Pantanal. Estamos trabalhando também para que, em Mato Grosso, tenhamos o mesmo programa, claro, até com mais tecnologia, inclusive em parceria também com todas as nossas instituições federais – Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Rondonópolis, o Instituto Federal de Educação tecnológica e também a Unemat – e, claro, com a Energisa, que é também a mesma distribuidora em Mato Grosso.

Eu passo agora a palavra à Sra. Silvana Dias de Campos do IAAL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS (Para expor.) – Boa tarde, senhores, Senador Wellington Fagundes, Senador Jayme Campos, demais membros deste auditório aqui – infelizmente vazio.

Eu quero agradecer, Senador Jayme Campos, a oportunidade de estar aqui e falar que é a segunda vez que eu venho a este auditório com o mesmo tema: OIT 169 – na primeira oportunidade com a questão da Ferrogrão; e agora o Pantanal.

Esta audiência, diga-se de passagem, Senador Jayme Campos – e o senhor bem sabe disto –, está acontecendo por conta do Instituto Ambiental Augusto Leverger. Nós notificamos o Senado – lembra-se? – dois anos atrás, lá em Cuiabá, na Assembleia Legislativa, e oficializamos o Ministério Público Federal, na 6ª Câmara, solicitando a intervenção para que o povo pantaneiro – entre eles o povo Guató, o Boe Bororo, do Perigara, da Terra Tereza Cristina, o homem pantaneiro – fosse ouvido, em conformidade com a OIT 169.

Senador Jayme Campos e Senador Wellington Fagundes, podem realizar 500 audiências públicas, mas, se não estiver em conformidade com a OIT 169, não terão cumprido a Convenção. Então, nós viemos aqui hoje para falar isto: é necessário! Sabe por que, Senadores? O Pantanal está se desmanchando em pedaços.

Eu fui, na semana passada, filmar os garimpos de Poconé. Os garimpos de Poconé não estão matando só os animais, estão matando a terra, estão expulsando o pequeno produtor, estão invadindo os quilombos, estão invadindo o Pantanal. Se vierem as PCHs que o Governo do Estado de Mato Grosso quer no Rio Cuiabá... A soberania alimentar do ribeirinho pantaneiro com o Transporte Zero já se foi, já acabou; os ribeirinhos estão passando fome. Acreditem, senhores, estão passando fome!

E com mais uma lei para o Pantanal, sem ouvi-los, sem dar a eles o direito que eles têm... O Senado não pode continuar. O Senado tem que dar o exemplo para que, quando a Camargo Corrêa quiser continuar lá, na Fazenda Ilha Camargo Corrêa, fazendo os danos que fazem ao Pantanal, vai ouvi-los, porque os senhores ouviram. Quando o Governo de Mato Grosso quiser continuar com o Transporte Zero, fale: "Opa, eu vou lá ouvi-los, porque o Senado os ouviu". Então, o Senado Federal vai ter que dar o exemplo, nesse Estatuto do Pantanal, e dar voz ao homem pantaneiro, aos povos originários do Pantanal, aos quilombolas e às comunidades tradicionais, entre eles o homem pantaneiro, porque o homem pantaneiro é uma comunidade tradicional, seja em Mato Grosso, seja no Mato Grosso do Sul.

O restante eu deixo para minha apresentação, só corrigindo uma coisa, Senador Wellington Fagundes: através das redes sociais do Senado, é possível todo mundo acompanhar esta audiência, mas participar desta audiência, fazer a apresentação nesta audiência, não – Sr. Marcos, me corrija se eu estiver errada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, não. A Presidência já colocou, e repito: dentro do horário possível, àqueles que quiserem participar será aberta a palavra virtualmente – é possível. Então, não é uma audiência...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero registrar que – eu estou dizendo como autor – a iniciativa de criar o Estatuto do Pantanal se deu exatamente no momento de angústia que nós vivíamos com as queimadas do Pantanal. E o que a gente percebeu naquele momento foi exatamente a falta da legislação. Então, nós estamos aqui exatamente para aperfeiçoar o Estatuto do Pantanal. Sendo aprovado no Senado, ele irá para a Câmara dos Deputados, onde teremos mais oportunidade de discussão. E, em tendo alteração, voltará aqui para o Senado.

Mas eu registro que nós já fizemos dez audiências públicas, inclusive *in loco*, no Pantanal, com 51 instituições. E eu, na verdade, gostaria de ter o Estatuto do Pantanal já aprovado há mais de seis meses, mas o processo legislativo é lento.

Eu quero aqui lembrar – talvez eu vá citar isto na minha fala aqui depois – que o Ministro Marco Aurélio deixou um voto já consignado lá no Supremo Tribunal Federal para que, enquanto houver a ausência de uma legislação federal, o Pantanal fosse regrado pela mesma legislação da Mata Atlântica. E isso representaria engessar completamente o nosso Pantanal, porque a gente sabe não só da biodiversidade, mas da riqueza, da presença do homem pantaneiro, dos quilombolas, dos indígenas, dos ribeirinhos, que, é claro, precisam da atenção, inclusive, de políticas públicas. Por isso, então, a nossa iniciativa dessa proposição do Estatuto do Pantanal.

Claro, é bom dizer que o Relator tem o seu papel, ele tem o direito de fazer o substitutivo, e a votação depois será pela maioria aqui no Senado, bem como também lá na Câmara dos Deputados.

Eu quero aqui agora convidar, representando o TCE de Mato Grosso, o Adriangelo Barros Antunes.

Ele está virtualmente?

O SR. ADRIANGELO BARROS ANTUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador; boa tarde a todos.

Em nome do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Conselheiro Sérgio Ricardo, queremos agradecer o convite para participar desta audiência pública fundamental, de grande importância para a preservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal de Mato Grosso.

O nosso Presidente, neste momento, está presidindo uma sessão ordinária aqui no tribunal, por isso, infelizmente, não pôde participar desta audiência. Mas nós estamos acompanhando integralmente o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo discutido para que o Tribunal do Contas possa ter uma participação mais efetiva nesta discussão, com as suas sugestões e os seus encaminhamentos.

O Tribunal de Contas constituiu essas comissões permanentes, como no nosso caso, que é a Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade, exatamente para ter uma atuação mais proativa nesses processos. Antes, o Tribunal de Contas tinha uma participação mais de fiscalização, e agora se insere em todo o processo de discussão, de busca de alternativas, através de nossas mesas técnicas, através da Secex e da Segecex.

Estamos à disposição, porque o tribunal tem a incumbência e o dever de fiscalizar sempre onde está se aplicando dinheiro público, recurso público. Então, o Tribunal de Contas também tem essa obrigação de estar colaborando nesse processo, e estamos ao inteiro dispor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Na ordem de inscrição aqui, após ouvirmos... Eu consulto a Secretaria da Mesa aqui. (*Pausa.*)

O próximo é o Carlos Henrique de Arruda, Cacique.

Por favor, Carlos, você deve estar *online*. Por favor, está liberado para você fazer o uso da palavra. (*Falha no áudio.*)

Carlos Henrique, eu imagino que a conexão não esteja tão boa como o esperado. Eu imagino que a internet não seja das melhores. É possível melhorar aí? (*Pausa.*)

Eu imagino, Cacique, que talvez você possa caçar um local, um ponto aí a que chegue melhor a internet aí. Nesse caso, enquanto aguardamos você melhorar aí a sua intervenção, nós vamos convocar aqui... O senhor aguarde, então, aí. Está bom, Carlos?

Vamos chamar aqui o Jhonatan Barbosa da Silva, que representa a Universidade Federal de Mato Grosso.

Por favor, Jhonatan Barbosa da Silva.

O SR. JHONATAN BARBOSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Todos me ouvem bem? Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está ótimo. Estamos ouvindo bem.

O SR. JHONATAN BARBOSA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes e o Senador Jayme Campos aí; e cumprimentar as autoridades todas da mesa, os representantes institucionais aqui presentes.

É uma honra estar representando a UFMT pelo Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental e também pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos na discussão deste projeto de lei tão importante que trata do Pantanal, que é um Patrimônio Natural da Humanidade, com grande importância para abastecimento, produção de água, equilíbrio climático, produção de alimentos. A UFMT vem desenvolvendo, através não só do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, mas através de outros cursos, diversos projetos na área, nessa região do Paraguai e do Pantanal.

Então, pessoal, eu também, como os outros, apenas quero representar aqui esses diversos pesquisadores. São muitos aqui; eu elenquei vários estudos, projetos de grande monta.

Então, quero representá-los aqui. Estamos à disposição, como UFMT, para o fortalecimento desse projeto de lei.

Basicamente é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço a você, Jhonatan.

Em seguida, dando sequência à nossa audiência pública, eu convido o Rodrigo Gomes Bressane, que, neste momento, representa a Famato (Federação da Agricultura de Mato Grosso).

V. Sa. está com a palavra.

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo!

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Então, inicialmente, quero agradecer à Senadora Leila Barros e parabenizá-la por essa iniciativa da realização desta audiência pública tão necessária e importante para discutir um tema que é espinhoso e necessário: o Estatuto do Pantanal. Esse é um bioma, como já bem colocado pelo Senador Jayme, de grande relevância para o nosso ecossistema e que também é Patrimônio Natural da Humanidade.

Por fim, agradeço pelo convite e também pela participação da federação, que, obviamente, é o segmento daqui, do nosso Estado do Mato Grosso, que representa mais de 33 mil produtores rurais e que possui essa legitimidade de se fazer presente aqui, hoje, obviamente, não só por conta dessa legitimidade, mas também por conta da preocupação com o bioma Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente – e isso não é de hoje –, uma das principais pautas que possuímos aqui, na federação, é a defesa incansável desse bioma, da sua manutenção e da sua sobrevivência, mas a gente precisa estar devidamente embasado, com notas técnicas, com alguns estudos, com conhecimento para que seja feita uma norma, com relação ao estatuto, que venha, de uma forma genérica, a contemplar todos os segmentos de diversos pilares: ambiental, social e econômico.

Parabenizo o Senador Wellington pela iniciativa que ele realmente teve com a criação e com essa discussão, em 2020, desse PL, e mais ainda parabenizo o Senador Jayme, com quem tenho uma honra muito grande de estar aqui ombreando neste dispositivo. Meu pai foi secretário, por diversas vezes, em mandatos anteriores, enquanto vivo, nos idos de 1990, e eu estou muito feliz por estar aqui, nesta oportunidade, junto contigo.

Eu quero trazer à baila a possibilidade de, realmente, já fazer a apresentação de dez minutos, porque já estou com ela pronta aqui. Isso é possível, Senador, prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É possível, Bressane. Por favor, dê continuidade à sua fala.

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE (*Por videoconferência*.) – Vou pedir aqui para compartilhar, porque eu fiz o teste anteriormente. Por favor, me confirmem se estão vendo na tela.

O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O.k.

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE (*Por videoconferência*.) – O.k. Vamos lá!

A gente está tratando hoje aqui sobre o Estatuto do Pantanal, que é de significativa relevância para a federação daqui, do Estado do Mato Grosso, que representa os produtores rurais. A gente faz parte, hoje, de um sistema sindical em que a gente está vinculado à CNA em nível federal. E representamos também aqui os municípios através de mais de 94 sindicatos rurais espalhados no nosso estado.

Com relação especificamente ao bioma Pantanal, o Sistema Famato possui hoje 11 sindicatos que estão afetados diretamente dentro do BAP, da bacia do Pantanal.

Com relação ao gráfico que a gente tem do MapBiomas, que é apresentado pela nossa Secretaria de Meio Ambiente, apenas de forma ilustrativa, hoje, o Pantanal, no nosso estado, apesar de ocupar apenas 7% do nosso território, é um importante bioma, sim, também estratégico para o nosso estado.

Com relação ao Pantanal, é bom dizer sobre a sustentabilidade e a preservação que a gente tem visto ao longo dos anos. Por conta justamente dessa convivência, dessa sinergia e interação do homem com o meio ambiente, o Pantanal possui hoje, ainda que com algumas lacunas, como já falaram V. Exas. aqui, de legislação, 85% da sua área com cobertura natural – isso realmente comprova a preservação que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem hoje no bioma Pantanal –; e 15% são utilizados para fim antrópico. Isso eu estou falando através de fontes do MapBiomas.

Então, nesse estatuto, de forma bem resumida, um dos pilares que realmente existem hoje e que foram inaugurados pelo Senador Wellington Fagundes, a gente tem as diretrizes gerais do Pantanal, manejo integrado do fogo, apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, a política de desenvolvimento, o turismo, exploração ecológica mais sustentável e o selo Pantanal Sustentável. São realmente discussões inerentes e necessárias, mas reforço o registro de que isso deve ser feito de forma mais ampla e mais genérica, não com tanta profundidade, porque cada estado – eu vou falar rapidamente mais à frente – já possui a sua norma estadual, já possui uma regulamentação, uma lei que já foi regulamentada por decreto, com mais profundidade técnica e, acima de tudo, embasada por estudos técnicos e científicos pela Embrapa Pantanal, que possui legitimidade e capilaridade para falar sobre o tema.

A gente tem hoje essa discussão na Comissão de Meio Ambiente do Senado, e eu gostaria, mais uma vez, de parabenizar o projeto e a emenda do Senador Jayme Campos, por entender que ela realmente contempla um maior resguardo com relação ao meio ambiente, que é esse bioma do Pantanal. O Wellington teve uma excelente iniciativa, um projeto embrionário com relação a esse estatuto, e o Senador Jayme veio, de uma forma, para aperfeiçoar, melhorar um pouco mais aquilo que já foi criado.

Então, do nosso lado aqui, realmente, da federação – e acredito que todos que tenham esse interesse na preservação do Pantanal –, o desejo é de que ele seja realmente preservado.

Possuímos aqui no nosso estado uma terra indígena que ocupa o bioma que está instalado ali no município de Barão de Melgaço, que é do nosso conhecimento.

É importante destacar – e já foi falado pelo Senador Jayme – que realmente há um problema financeiro com relação ao pantaneiro, ao produtor ali instalado. A gente vê que os municípios que estão instalados dentro do bioma do Pantanal não estão acompanhando a evolução do pico de outros municípios já instalados aqui no Estado do Mato Grosso, que vivem do agronegócio.

Quero parabenizar por esse estatuto, porque, do nosso ponto de vista, ele observa e cumpre o Código Florestal brasileiro. Eu chamo a atenção para o fato de que o Pantanal é uma área de uso restrito e a sua regulamentação e o seu uso estão no Código Florestal no seu art. 10, abro aspas:

> Nos pantanais e planícies pantaneiras é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à atualização do órgão estadual do meio ambiente [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vejam que a gente tem hoje, sim, uma contemplação com relação a essa regulamentação, ao correto e devido uso do Pantanal e, mais importante ainda, a essa integração que existe ao longo do tempo, ao longo dos anos, e que deve permanecer para a sobrevivência do próprio Pantanal.

Entendemos que essa integração do meio ambiente, do homem e do gado faz o quê? A diminuição da biomassa e, consequentemente, inibe ou mitiga a ocorrência dos grandes incêndios florestais que aconteceram nos últimos anos. Isso se dá através de quê? De conhecimento técnico e científico. A Embrapa realmente possui um estudo, que embasou a lei aqui do nosso Estado de Mato Grosso e também a lei de Mato Grosso do Sul, com relação à necessidade da presença do homem pantaneiro e do gado no Pantanal, o que é fundamental para a biodiversidade e a exploração ecologicamente sustentável do Pantanal. Hoje a gente possui uma extensa regulamentação, já para ambos os estados, com relação ao correto uso e manejo desse gado dentro do Pantanal.

Então, Senador Jayme, quero parabenizar aqui a sua emenda, seu substitutivo, e dizer que há uma preocupação muito grande de a gente tentar de alguma forma impedir que ocorra o êxodo do pantaneiro e do gado. Ainda, com relação às baías e cordilheiras já mencionadas, elas já estão contempladas dentro do nosso regulamento estadual aqui do Pantanal.

Por fim, quero destacar que houve uma reportagem recente do Fantástico e quero dizer que aquele ato não é um ato que representa o homem pantaneiro nem de longe, seja, primeiro, porque o homem pantaneiro não tem condições financeiras de fazer esses investimentos que foram ali alocados, de insumos, e, segundo, pelo amor e paixão que tem pelo Pantanal, pela sua preservação e, consequentemente, pela sua sobrevivência.

E por fim mesmo, já encerrando, destaco que no Pantanal, hoje, de forma legal, é permitida a pecuária extensiva, enquanto que não são permitidos aqui – pela nossa legislação do Pantanal são proibidos de forma terminativa – projetos agropecuários, pecuária intensiva, plantio de culturas em larga escala, como cana-de-açúcar e soja, instalação e funcionamento de pequenas centrais hidrelétricas, instalação e funcionamento de usinas de álcool e açúcar, carvoaria, mineração, construção de diques... Então vejam, como já bem colocado pelo Senador Wellington e pelo Senador Jayme, o que a gente precisa realmente é de um monitoramento, de uma fiscalização, de investimento em políticas públicas de prioridades com relação a essa fiscalização de uma lei que a gente já possui como protetiva.

Quero parabenizar o Senado por essa iniciativa, pela necessidade de criarmos um estatuto. Permaneço aqui à disposição para os debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, o Rodrigo, então, já usou o seu tempo todo. O Senador Jayme permitiu que ele fizesse a apresentação; então, eu vou agora convidar o Cacique Carlos Henrique de Arruda, que também está virtualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVES DE ARRUDA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Boa tarde.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVES DE ARRUDA (*Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo bem aí?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito bem.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVES DE ARRUDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. A internet nossa está ruim aqui também.

É o seguinte, eu só tenho a agradecer por esse convite, pela primeira vez, ao povo guató, do Pantanal.

Corrigindo já o Rodrigo na fala dele ali, não é só uma área indígena que tem no Pantanal. Aqui no Mato Grosso, no Pantanal, nós temos duas áreas indígenas: do povo guató, uma, e do povo bororo, a Aldeia Perigara, aqui em cima, no São Lourenço.

Mas desde já quero agradecer a todos aí que compõem a mesa do Senado, especialmente ao Senador Jayme Campos. Não sei se ele se lembra de mim, mas eu me lembro muito bem dele quando ele vinha aqui. Nós estamos falando, Seu Jayme, aqui do Aterradinho, aonde o senhor vinha. Quando o senhor vinha pescar aqui no Pantanal, o senhor ficava aqui com meu pai... (*Falha no áudio.*).

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, como houve a interrupção, tão logo o Carlos Henrique possa restabelecer o sinal, a gente volta, permitindo, então, que ele possa concluir.

O Senador Jayme Campos também, em pouco tempo, volta.

Nós teremos a segunda rodada. Então, cada um poderá fazer colocações.

Registro a oportunidade desta audiência. Nosso objetivo é ouvir, mais uma vez, a sociedade civil sobre a legislação para o nosso Pantanal, bioma tão importante para a vida do planeta, ao contribuir com belezas naturais e com a sua biodiversidade única.

Este processo de elaboração e aprovação de uma legislação é fundamental para definir as melhores práticas para a exploração dos recursos naturais do Pantanal, garantindo, assim, a sua preservação, outras áreas de conservação e o usufruto pelas gerações futuras.

Este processo não começou hoje e não se encerra nesta audiência.

Lembro os grandes incêndios registrados em 2020, ocasião em que sugeri ao Senado Federal a criação de uma Comissão Temporária Externa, formada por Senadores do Mato Grosso e do Mato Grosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul, com grandes contribuições dos Senadores Esperidião Amin, de Santa Catarina, e do Senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo.

Essa Comissão realizou várias audiências, inclusive presenciais, *in loco*, no Pantanal, quando 51 instituições foram ouvidas.

Nasceu, assim, a necessidade de elaboração do Estatuto do Pantanal.

Essa legislação é tão imperiosa que a Procuradoria-Geral da República chegou a acionar o Supremo Tribunal Federal, sugerindo que fosse adotada para o Pantanal a legislação que hoje incide sobre a Mata Atlântica, dois biomas extremamente diferentes, com características próprias. Isso se deu pela omissão do Congresso Nacional em aprovar uma legislação própria para o nosso Pantanal.

Portanto, é importante avançarmos nesse sentido.

Dificilmente, a gente consegue ter uma legislação perfeita. Por isso eu faço aqui um apelo a todos os nossos Congressistas, aos Senadores para que a gente possa aprovar, aqui na nossa Casa, no Senado, o mais rápido possível, permitindo que os nossos Deputados Federais possam também aperfeiçoar, de acordo com o entendimento daquela Casa, e para que, claro, possamos ter a promulgação desse estatuto tão importante.

Quero colocar a quem está participando que nós precisamos trabalhar no sentido de ter uma legislação que possa ser aprovada, porque essa omissão pode redundar numa interpretação, amanhã, do Judiciário que não seja fruto da nossa discussão, de que, com certeza, nós vamos reclamar muito mais.

Além disso, sabemos que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm legislações estaduais que diferem em muitos pontos no que diz respeito ao Pantanal. E uma legislação federal pode, assim, contribuir para evitar esses conflitos.

Também quero lembrar que várias ações concretas foram definidas pela Comissão Temporária Externa do Pantanal, como é o caso da implantação de uma unidade do Corpo de Bombeiros em Poconé, que eu já citei – cidade pantaneira que fica a 100km de Cuiabá e que conta hoje com viaturas novas e também pessoal treinado, e isso sempre na parceria, que eu já registrei aqui, com o Senador Jayme Campos –; também da construção de postos artesianos e outros benefícios também, como o centro de triagens, que aqui já citei; e ainda da implantação definitiva do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, idealizado aqui pelo Prof. Paulo Teixeira. Foram praticamente dez anos nessa luta, com a construção de aproximadamente 5 mil metros quadrados dentro da universidade, com uma estrutura muito grande, porque faltava exatamente essa implantação. Aqui eu quero agradecer ao ex-Ministro Senador Marcos Pontes, porque também nos atendeu nessa reivindicação. E agora, claro, estamos nessa etapa final dessa implantação, com o Prof. Paulo hoje como Coordenador... Diretor, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Diretor, na condição interina ainda. Mas, claro, caberá à Ministra agora definir, nos próximos meses, ainda se possível este ano, a nomeação definitiva do nosso Diretor.

Também eu quero aqui dizer que o instituto, então, tem esse papel, como já falou aqui o Prof. Paulo, no sentido da pesquisa e também de todo o desenvolvimento do fomento do nosso Pantanal.

E aí eu quero aproveitar a ocasião para fazer um alerta sobre a seca extrema que se configura principalmente para este ano. São previsões baseadas na tecnologia existente; não é mais uma futurologia ou uma posição isolada. Segundo informações que nós temos, será a seca mais terrível que o Pantanal enfrentará nos últimos mais de 100 anos, uns falam 154 anos, enfim, mas o certo é que o Pantanal a gente já percebe que está seco neste momento. Tivemos agora algumas chuvas torrenciais no Mato Grosso, torrenciais, e isso não leva ao encharcamento necessário para que tenha, digamos, a umidade mais permanente no momento necessário. Com isso, então, fica aqui o alerta para que a gente tenha toda essa atenção.

Inclusive na hora em que ao Braulio voltar a palavra, Braulio, eu gostaria muito que fosse feito um comentário sobre a questão do BID Pantanal, que foi um programa que tivemos no Mato Grosso, um financiamento deste banco, o BID, que foi apelidado de BID Pantanal, à época do Governo Dante de Oliveira, mas posteriormente esse programa foi abandonado. Agora já foi anunciado pelo atual Ministro Fávaro, que é também do Mato Grosso, que estaria, então, em trabalho no sentido de poder recriar esse programa. Como foi bastante anunciado, eu gostaria aqui que o Braulio pudesse falar em nome do ministério sobre como está hoje o andamento desse programa do BID Pantanal, ou de outro nome que assim o ministério entender.

E, aí, eu quero, então, aqui dizer que todos esses cientistas têm advertido, inclusive o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e também o Serviço Geológico do Brasil, confirmando todas essas posições. E os rios que formam o Pantanal estão muito abaixo do nível para essa época do ano, e aí eu posso citar aqui o caso do Rio Paraguai, principal formador do Pantanal, que registra o menor nível de água – segundo os técnicos – dos últimos 124 anos. E relatos de moradores da região são de que a estiagem já pode ser registrada no bioma, e a principal preocupação são exatamente os incêndios, que são devastadores. Agora, em 2020, mais de 4 milhões de hectares foram consumidos pelas chamas, e agora, no ano passado, isso chegou a mais 1,2 milhão de hectares.

Portanto, o fogo ameaça a vida de todo o bioma, incluindo a sobrevivência do homem pantaneiro, que sempre contribuiu para a preservação do Pantanal.

Quando a gente fala do homem pantaneiro, estão inclusos também todos aqueles que lá vivem, os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos... Enfim, todos que preservam e que estão lá presentes no Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui registro que mais de 90%, 93% da área do Pantanal ainda estão na mão da iniciativa privada, portanto, cabendo a quem é dono, quem é proprietário, cuidar, inclusive, da preservação.

Tivemos essa notícia agora veiculada lá no Fantástico, uma matéria muito forte, em que a gente cobra aqui, inclusive, as investigações realmente, para que isso seja elucidado pela população. E, claro, se tiver as pessoas, que seja punido também quem cometeu o crime.

Portanto – e entretanto também –, as medidas, a médio prazo, devem resultar em uma presença maior do Estado no bioma e também na formulação de políticas públicas que contemplem a exploração sustentável dos recursos naturais do Pantanal, de forma a garantir a sobrevivência das populações que lá vivem, assim como da fauna e da flora.

Bom, eu quero passar agora ao Senador Jayme Campos, e temos aqui algumas perguntas, Senador Jayme Campos, que não são muitas...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu vou fazer, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discursar.) – Vou ser muito rápido aqui.

Em rápidas palavras, eu quero saudar inicialmente, aqui, todos os convidados presentes nesta notável audiência pública, cujo propósito, com certeza, é discutir o Projeto de Lei 5.472, de 2020, que cria o Estatuto do Pantanal.

O Pantanal nada mais é do que um bioma único, compreendendo a maior planície alagada contida do mundo. Feito isso aí, segundo os dados do IBGE, ele tem uma área aproximada de mais de 150 mil quilômetros quadrados. É uma área maior do que Portugal. Eu imagino que é equivalente à Bélgica, Holanda, Suíça, Dinamarca, todas elas reunidas.

Pois bem.

Propõe-se... Na verdade, nós queremos o novo marco legal do Pantanal, baseado no art. 225, no §4º, e estamos aqui – quero deixar muito bem claro – para que os senhores nos façam um apontamento, para, com certeza, nós ouvirmos e fazermos um outro substitutivo, que possa aperfeiçoar, melhorando, com certeza, esse nosso relatório.

Nosso gabinete estará aberto para os senhores. Tenham certeza absoluta.

Agora, quando se fala em Pantanal, na verdade, não é um bioma diferenciado – viu, Braulio? Eu sou nativo do Estado de Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já fui três vezes Prefeito, Governador do meu estado, duas vezes Senador da República e não vou dizer que eu sou um conhecedor profundo, mas conheço, até certo ponto, com muita compreensão, conheço muito bem lá. Lá é diferenciado. O de que precisamos é dar um tratamento diferenciado para aquela região do Brasil. É um outro bioma, é um bioma extremamente fragilizado, e esqueceram o Pantanal, esqueceram sobretudo o homem pantaneiro.

Eu vou só contar uma historinha para vocês aqui.

Lá na década de 60, 70, quem era pantaneiro, quem era fazendeiro naquela região era homem rico. Se ele criasse, naquela época, 1,5 mil, 2 mil cabeças de gado lá, ele tinha a oportunidade ímpar de que seus filhos fossem estudar no Rio de Janeiro. Você pode perceber que tem alguns que ainda estão vivos por lá – médicos, advogados, dentistas, engenheiros, que se formaram no Rio –, e a fazenda do pai deles tinha 1,5 mil, 2 mil reses.

Esse mesmo pantaneiro, esse fazendeiro, hoje, não consegue pagar as contas dele lá, muito mal e porcamente, diante da questão de sobrevivência em que está ali – empobreceu. Você imagine o cidadão ali que não era o fazendeiro e era apenas o quê? Um trabalhador humilde, um vaqueiro, um roceiro, um fazedor de cerca. Esse, você imagine, hoje vive abaixo da linha da miséria. Isso é comprovadamente. Eu estou falando para vocês. No dia em que vocês quiserem ir lá, me falem, eu pego aqui, eu conheço inúmeras propriedades e nós vamos dar uma volta lá; é até bom conhecer.

E lá tem que dar um tratamento diferenciado e explorar aquele nosso potencial maior, que é o turismo. E o turismo lá ainda é muito incipiente. Fala-se muito em Pantanal, mas ele é muito precário de infraestrutura: pouco, quase nada tem.

E, quando você fala na pecuária, lá tem as macegas; os senhores conhecem aqui as macegas. O que acontece lá? Isso é fato concreto, não é cidadão que está aqui em Brasília ou em qualquer parte do planeta, que faz algum projeto, que faz alguns estudos, mas em gabinetes fechados, de ar condicionado. Você tem que ir lá para ver a real necessidade, como é que se faz, como é que se não faz. O último incêndio que teve, que foi colocado por alguns palestrantes, por alguns convidados aqui, em 2020, foi um arraso. Eu fui lá pessoalmente, com o Senador Wellington Fagundes, estivemos com uma Comissão Especial lá. Arrasou. Morreram mais de 28 milhões, eu acho, de répteis que estão ali. Isso é levantado pela própria Universidade Federal de Mato Grosso. A situação era tão dramática que os órgãos e instituições que tinham a capacidade de fazer o combate quase jogaram a toalha. Lá teve a participação dos bombeiros de Mato Grosso, da Força Nacional, das polícias civil e militar, da Marinha, da Aeronáutica, etc., e não conseguiram combater, não. Apagou, porque depois Deus mandou a chuva, que apagou; o resto é conversa fiada. O fogo ninguém conseguia segurar lá. E o Governo de Mato Grosso agora fez uma lei que permite, com certeza, fazer algumas queimadas de forma seletiva. É a única saída. A macega é pior do que um tambor de pólvora, viu, Leonardo? É pura combustão aquilo lá. Não tem cidadão que segure. A língua do fogo eleva-se a 150m,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

200m, é incrível. E o cidadão que tentar combater também vai ser queimado, vai morrer lá dentro, porque não tem meios – não tem meios. Colocar dez, quinze aviões desses que vão jogar água... É conversa fiada.

Então, algumas providências têm que ser tomadas. Infelizmente, o poder público não deu o tratamento que deveria dar a esse bioma lá, que é muito importante.

Fala-se muito da Floresta Amazônica. Você vê a presença do Estado lá, mesmo assim muito pouco – do Exército, não sei quê, da Força Nacional, do Ibama, da Sema, etc., etc. –, até porque o Governo é responsável, na minha visão, em toda sua plenitude: não tem a capacidade de fiscalização. É mentira. Muitas vezes você faz uma força-tarefa, que fica por 30 dias, por 60 dias, e deixa lá. E as grandes áreas de incêndio? Onde é que inicia isso também? É nos próprios parques que têm e que são da competência, da atribuição dos governos, sobretudo do Governo Federal, e não tem a presença.

O ICMBio, que marca mais ou menos pontualmente, não tem estrutura, não tem estrutura. Vamos ser honestos aqui: é pouca gente, é pouco equipamento. Se você vir o ICMBio lá – e eu tenho uma propriedade na região oeste do estado –, em cima da Serra das Araras lá, são quatro homens e um carro, que não tem nem pneu para trocar e fica cinco meses sem ter um pneu para trocar. Como que ele vai fazer uma fiscalização adequada? É conversa fiada. Então essa é uma responsabilidade do Estado, e o Estado não está presente.

Quando se fala em pantaneiro, nós temos que dar ao pantaneiro a oportunidade também para gerar uma nova atividade lá. Se não for assim, você esquece, você esquece. Falam assim: "Ah, o turismo, vamos explorar", mas explorar o turismo como? Não tem estrada lá. Qual é o turista que vai lá? Coisa alguma. Não tem energia, não tem o mínimo. Há muito pouca infraestrutura lá. Vamos ser honestos. Vão lá para vocês conhecerem bem. É muito bonito, lindo, maravilhoso, bacana, mas, na real, não existe.

Então nós temos que ser muito pragmáticos aqui – está certo? – e buscar focar em novas atividades, para dar àquele cidadão ali um mínimo de sobrevivência. Ele mesmo que é o responsável. Ele vai combater, desde que ele tenha apoio do Governo. Agora, ultimamente lá, até a própria pesca – alguém, a nossa amiga ali falou da pesca lá – é zero, não é? Zero. Então de que jeito ele vai sobreviver? Ele vai procurar derrubar a primeira área que tiver ali, o matinho. Ele vai derrubar aquilo lá para plantar uma mandioca para a sobrevivência; vai plantar um milhozinho, vai plantar um cará, vai plantar sei lá, banana, ou ele morre de fome lá – morre de fome.

Agora, nesses próximos dias lá, é a época da piracema, não é isso? Você não pode pegar nada, não é? É parado. E esse cidadão aqui...

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS (*Fora do microfone.*) – Ele pode pegar e pode comer na...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Do rio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é *fake news*. Vamos ser honestos aqui: não vai para frente aquilo. Nós estamos falando aquilo que, de fato, não é a realidade. E nós temos que conhecer a realidade.

Eu quero aqui dizer o seguinte: o objetivo nosso é criarmos instrumentos, ferramentas, dentro do campo jurídico, e vamos penalizar aquele que está fora da lei. Quando falam aqui que, em 80 mil hectares, o cidadão foi lá e passou um veneno que foi usado na guerra do Vietnã, se não me falha a memória, ele tem que ser preso, condenado, porque ele está fora, à margem da lei. Ninguém está aqui para proteger marginal, quem grila terra, quem invade terra, quem derruba fora da lei. Isso tem que ser penalizado na forma da lei. Agora, nós não podemos esquecer as pessoas que trabalham de forma honesta. Têm pessoas, muitos daqueles, que trabalham para a sobrevivência, trabalham para comer, para beber e não têm assistência médica, não têm educação, não têm nada. Vão lá para ver o estado de miserabilidade em que vive esse povo lá. É doído de ver. O coração do senhor dói.

Agora, não podemos concordar também que você inviabilize a pouco ou a quase nada a atividade que existe hoje no Pantanal. Pouco ou quase nada tem lá. Isso é conversa fiada. Eu estava ouvindo até um fazendeirinho lá que está sobrevivendo na honra da firma, e esse preserva. Vai lá, ele preserva lá. Ele faz, porque aquilo é questão de sobrevivência dele. Quando se fala em fogo, prepare-se para este ano aqui: La Niña, não sei o quê, El Niño, está tudo desenhado no cenário. Tanto é que se viu a questão climática nesse ano aqui, foi diferenciada, é óbvio, por região do Brasil; não foi em todas também, foi pontual – pontual.

Temos aqui a seca no Rio Amazonas. No ano passado, o Amazonas secou, não tinha mais água para beber. Você imagina: não tinha água para beber. No Pantanal, o Governador do Mato Grosso do Sul, há poucos dias, decretou estado de emergência no Mato Grosso do Sul. Sabe por quê? Seca e fogo também já. Nós estamos em pleno mês de abril ainda; é época de estar chovendo. Então, mudou – mudou, nós sabemos perfeitamente.

Agora, algumas providências têm que ser tomadas. Não somos nós que vamos tomar; quem tem que tomar é o Governo, seja o Federal, seja o estadual, as prefeituras, dentro da pouca capacidade que têm, porque a maioria dessas prefeituras distantes dos grandes centros são prefeituras, lamentavelmente, que não têm nenhuma capacidade. Algumas delas vivem de FPM, de transferências federais, não têm receita própria, não têm meios, não têm nada – não têm nada.

Nós temos que instrumentalizar os corpos de bombeiros do estado. Já criamos, para o Pantanal, uma companhia, um pelotão – não sei –, repassamos verbas, comprou-se quatro, cinco caminhões, mas é pouco. Ele é gigantesco.

Então, no Brasil, há uma diferenciação muito grande. Nós temos aqui a floresta, o Cerrado, o Pantanal, aí já muda aqui para Mata Atlântica, você muda lá para Nordeste, é Caatinga, e assim por diante. É um Estado, um país de dimensão continental; são 8,9 milhões de quilômetros quadrados. O Mato Grosso representa 10% disso: são 900 mil quilômetros quadrados. O estado, vamos dizer aqui, real, é impotente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas das vezes, para fazer o combate ao desmatamento, etc., oferecer boa saúde, boa educação, bom setor de estradas para escoar produção. O país é impotente. Vamos ser honestos aqui: qual governo não quer fazer essas coisas? Quer, mas não tem a capacidade financeira.

Infelizmente, esse é o Brasil. Nós temos que ser realistas, nós não podemos viver numa bolha hoje. Nós temos que ser pragmáticos, ter uma visão globalizada, porque, no Brasil, é bom que se esclareça aqui, Luciana, nossa conterrânea do Wellington Fagundes aqui, existem vários brasis. Isso é real. No Mato Grosso, existe um Mato Grosso, mas tem um outro Mato Grosso, um Mato Grosso em que a renda *per capita* é acima da média nacional. É o caso de Lucas do Rio Verde, Mutum, Sorriso, Sinop, Primavera do Leste: estão acima da média nacional. É uma Califórnia lá, em plena região, ao longo da BR-163. Aí você vai para outros municípios pobres, carentes, que não têm nada, não têm nem água para beber ainda, porque estão carentes de infraestrutura.

Então, gente, para encerrar, quero dizer que tenham certeza absoluta de que eu sou um conhecedor profundo. Não vim aqui para ser Relator para fazer gracinha, para quem quer que seja. Eu sou um Senador independente, eu faço conforme minhas convicções e aquilo que é certo. Não estou no bolso de ninguém, não faço jogo de ninguém, seja quem for o governo que está instalado, não faço o jogo – e muito menos de empresários. As minhas eleições são eleições de povo. Quem vota no Jayme Campos é classe C, D e E, que sabe que é um político diferenciado, é um político que faz política com altivez, com grandeza, sobretudo respeitando o cidadão, seja ele qual for, pois é tratado com toda deferência pela minha pessoa, seja no meu gabinete, seja na minha cidade natal. Eu trato assim.

E, nos projetos meus, pois eu já sou Relator de vários projetos aqui, tendo acordo, amigo, aquilo que é bom para o Brasil, que é bom para o brasileiro conta com o Senador Jayme Campos; aquilo que não for bom para o povo e para o meu país não conta comigo – não conta comigo!

A mesma coisa é isto aqui. Eu vou fazer o quê? Aquilo que é o certo. Eu estou à disposição para ouvir todo mundo, continua aberto o meu gabinete, mas é importante para nós ter um novo marco legal do Pantanal. O Pantanal não pode servir de jogo de interesse de qualquer um, quem quer que seja! Não podemos, em hipótese alguma, ter lá o Pantanal, muitas vezes, para cidadãos que querem tirar interesse próprio. Não! Não contem comigo. Eu vou fazer aquilo que é certo! Para tanto, estamos tendo esta humildade aqui, abrindo esta possibilidade de ouvir não só os senhores, mas, sobretudo, também cidadãos que representam o interesse do agronegócio aqui, como é caso da Famato, da Famasul... Todos estão sendo ouvidos aqui. E vou tirar, com certeza, um relatório que seja palatável e que seja bom, com certeza, para a preservação do nosso ecossistema do Pantanal, mas, sobretudo, nunca perdendo de vista também o cidadão pantaneiro.

Eu agradeço a V. Exa., Senador Wellington, que muito bem conduz esta audiência pública, sobretudo, também um homem compromissado, um homem que tem compromisso com o nosso estado. Tem oito mandatos o Wellington, que iniciou comigo. Eu o trouxe para a política, e já me passou até em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos de mandatos – tem mais mandatos do que eu. Graças a Deus, eu disputei seis e ganhei seis, tem essa vantagem. É um político diferenciado: o que fala ele cumpre. Esse é o grande tchã do Jayme Campos aqui.

Eu estou encerrando e dizendo que estamos à disposição nisso hoje. Você têm na minha pessoa, com certeza, aqui, alguém que está aberto ao diálogo, ao entendimento. E, naquilo que certamente for bom, contem comigo; naquilo que não é bom, não contem comigo.

Muito obrigado.

Parabéns a vocês. Espero que esta audiência continue e que possa sair daqui todo mundo, com certeza, feliz, sabendo que a nossa fala, a nossa palavra também foi ouvida por aqueles que têm que ouvir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Antes de o nosso Relator sair, eu também quero registrar que o nosso objetivo aqui é falar sobre o Pantanal, legislar sobre o Pantanal, mas, claro, para nós de Mato Grosso, também é muito importante a questão da infraestrutura do turismo regional.

E nós temos um problema sério hoje, que é com o acesso à cidade de Chapada dos Guimarães. Ali também foi agora concessionado o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. E nós vivemos um problema sério lá exatamente em um ponto focal que é o Portão do Inferno. Portão do Inferno virou um inferno para a cidade de Chapada dos Guimarães, porque está impedido constantemente o trânsito ali, e a cidade tem sofrido muito. Então, eu quero aqui publicamente, Senador Jayme, dar uma satisfação a toda a população de Chapada dos Guimarães de que tanto eu como o Senador Jayme Campos e a Senadora Margareth Buzetti já mais uma vez pedimos uma audiência com o ICMBio e também com o Ibama para tratar da liberação por parte do Governo do estado para executar as obras ou para delegar essa licença à Sema. Que se defina isso! Não pode uma cidade ficar sofrendo tanto por uma burocracia. Claro, eles têm que fazer uma análise, mas seria muito mais rápido a própria Sema fazê-la, já que tem convênios com a Sema. O Prefeito já me ligou hoje, e há Vereadores ligando e cobrando esse posicionamento.

Então, Senador Jayme, quero aqui, de público, cobrar, através do Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio e o Ibama um posicionamento em relação a essa questão da Chapada dos Guimarães.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – V. Exa. está esquecendo, Senador Wellington, que também tem o Iphan nesta parada de sucesso. Agora, para completar, tem mais o Iphan também, que é mais difícil ainda.

É aquela velha história: é o Brasil de hoje. De hoje, não; de ontem, de hoje e, com certeza, do futuro.

Mais o Iphan!

Uma rodovia tão importante daquela lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo do estado está sempre disposto a bancar a obra, que é responsabilidade do Governo Federal. O estado vai colocar os recursos e, lamentavelmente, não consegue a licença. E, por incrível que pareça, essa licença, o estado já tinha, Bráulio, você que é do Ministério do Meio Ambiente, já tinha lá atrás, até 20 de dezembro. Venceu a data em 20 de dezembro. Era apenas renovar essa autorização para que o estado fosse o responsável pelo licenciamento daquela região ali.

Infelizmente, não saiu. Criou-se lá um problema grave, sério, uma verdadeira tragédia que tem lá. Está-se inviabilizando uma região, sobretudo a Chapada dos Guimarães, que vive do turismo, onde 90% quebrou, e a atividade econômica está paralisada.

Infelizmente, até agora, a licença não saiu. O Governo está colocando R$30 milhões para tentar resolver o problema. E a licença até hoje não sai. ICMBio, Ibama; do Ibama, vai para o Iphan, e não se resolve a obra. Falei para o Governador: "com certeza, mestre, temos que tomar outas providências, caso contrário essa licença dificilmente vai sair".

Inclusive, eu vou ter uma audiência com o Líder do Governo aqui, Jaques Wagner, para pedir a sua intervenção no sentido de nós liberarmos essa licença para não inviabilizar uma região tão bonita, sobretudo, as atividades da rede hoteleira, e a questão do turismo lá ir a zero, ir à lona, como já está acontecendo.

Então, tem mais o Iphan na parada, só para dar mais essa informação ao senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria de pedir aqui aos técnicos, sei que o Ibama passa por um período pré-greve, as nossas universidades federais também entraram em greve, o Instituto Federal de Educação Tecnológica, mas eu queria aqui fazer esse pedido, inclusive, contando com a sensibilidade dos técnicos, porque não pode uma cidade perecer por uma demora dessa análise.

Inclusive, agradeço a presença. A nossa audiência está robustecida pela presença aqui do Dr. Rodrigo Fonseca da Costa, Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso. Além de promotor, ele é o grande líder de toda a promotoria ali.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Futuro Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como ex-Governador, o Senador Jayme Campos já está nomeando você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também registro a presença do Dr. Ulisses Rabaneda, do Dr. Marcelo Ferra, do Thiago Rocha, do Marcel Rocha, do Rafael Dall'Agnol e o do Dr. Leonardo Campos, o nosso Leonardo Capataz, que é o dono do dinheiro da OAB do Brasil hoje, ele que foi Presidente da OAB de Mato Grosso.

Com certeza, a OAB tem um papel fundamental, tem trabalhado nessa questão do Estatuto do Pantanal, nas audiências que fizemos.

Portanto, agradeço a presença a todos vocês e, com certeza, a contribuição que já foi feita por todas essas autoridades na questão do cuidado com o Pantanal.

Tivemos esse problema agora no domingo, uma matéria muito forte por parte do Fantástico, da Rede Globo. Como o empresário é da minha cidade, Rondonópolis – e o Rodrigo também é de Rondonópolis –, claro, isso nos traz uma preocupação muito grande. Por isso, nós pedimos... Inclusive aqui, Dr. Rodrigo, o próprio Ministério Público pode participar efetivamente dessas investigações, não só o estadual como o federal, porque se trata de dois estados – ali é a divisa. E a matéria realmente traz uma preocupação muito grande.

Eu acho que é oportuno estarmos discutindo aqui hoje o Estatuto do Pantanal. E a legislação é necessária exatamente para evitar que crimes ambientais sejam cometidos nessa área tão importante de um bioma nacional, mas também que é um patrimônio da humanidade. E o Capataz é pantaneiro.

Depois, eu até abro aqui a palavra para V. Sa., se quiser se posicionar em nome da OAB nacional ou da OAB estadual.

Então, nós vamos partir aqui para a segunda fase.

V. Sa. gostaria de fazer algum comentário, Dr. Leonardo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Aqui é igual a político: se abrir a palavra para advogado, também pode ser uma hora, não é? (*Risos.*)

Mas nós vamos aqui conceder o tempo necessário.

O SR. LEONARDO CAMPOS (Para expor.) – Boa tarde, Senador Wellington Fagundes. Na sua pessoa e na pessoa do Senador Jayme Campos, que acaba de fazer um belo pronunciamento aqui – ressalto e deixo claro que o sentimento do Senador Jayme Campos é o sentimento do homem pantaneiro –, quero cumprimentar todos os integrantes da mesa e parabenizá-los por esse importante debate.

Saúdo Ulisses Rabaneda, que, trago aqui, foi indicado ontem para representante da Ordem dos Advogados do Brasil no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Ulisses e o advogado Marcello Terto – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, com muita honra, com muito orgulho, representará a advocacia mato-grossense no Conselho Nacional de Justiça. Tenho certeza de que ele dará grande contribuição à Justiça brasileira.

Cumprimento o Rodrigo e, na sua pessoa, todos os promotores de Justiça e os integrantes do Ministério Público.

Senador Wellington, acho que o tema é muito sensível, o tema precisa do debate à exaustão. É preciso ouvir a comunidade pantaneira, é preciso ouvir as populações tradicionais. Nós estamos em discussão, lá no Estado, sobre a Lei do Pantanal, que V. Exa. ajudou... participou dos debates. Nós tivemos a primeira Lei do Pantanal editada ainda no Governo Blairo Maggi, a 8.830, de 2008. Em 2022, portanto, praticamente quase 13 anos após, nós revisamos essa lei, e essa lei trouxe inúmeros avanços.

Mas, para falar do Pantanal neste ambiente, nós precisamos falar, como bem disse o Senador Jayme Campos, de políticas públicas para o Pantanal. Não adianta falarmos de Pantanal se não pensarmos em políticas públicas efetivas para o Pantanal. E a primeira delas é a fixação do homem pantaneiro: é dar condições para que o homem pantaneiro se fixe no Pantanal, que o homem pantaneiro utilize do Pantanal de forma sustentável, mas dele tire a sua fonte de renda.

E fixar o homem pantaneiro no Pantanal obrigatoriamente está atrelado a dois pontos fundamentais: à presença do gado, porque a pecuária extensiva é a principal atividade econômica, aliada ao turismo – mas a principal atividade econômica é a pecuária extensiva... E a pecuária extensiva vem no seu seio, na sua sobrevivência, sob pena de falarmos, de retirarmos o homem pantaneiro do Pantanal, o que seria a limpeza do Pantanal. O Pantanal necessariamente precisa ser povoado de forma, repito, sustentável, o que se dá... Isso está provado com o estudo da entidade mais... Com todo respeito a todas as outras – inclusive, aqui faço um cumprimento especial ao Prof. Paulo Teixeira, do Instituto de Pesquisa do Pantanal; já tivemos vários trabalhos juntos, várias discussões juntos em nível da Universidade Federal do Mato Grosso –, está provado com os estudos feitos pela Embrapa.

Senador Jayme Campos, a Embrapa tem 49 anos, meio século, portanto, de pesquisas no Pantanal. E a partir dessas pesquisas a Embrapa identificou quais são as espécies invasoras e trouxe, de uma vez por todas, espancou, de uma vez por todas, a discussão da presença sustentável do gado no Pantanal. A gestão do Pantanal obrigatoriamente se faz com fogo controlado e com água. E, graças a Deus, as águas que não tínhamos, ou que era para se esperar... O que as mudanças climáticas trazem? O que é o ciclo do Pantanal à gestão? Nós estamos falando de águas no Pantanal em abril. As águas no Pantanal estão chegando em abril, em épocas quando em dezembro e janeiro já tinha cheias. Quando tinha cheias, porque nós passamos três anos sem cheias.

E os incêndios florestais, que atingiram em 2020 e diminuíram pós 2020, voltam a ocorrer exatamente nas unidades de conservação. Nós estamos falando que somos contra as unidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação? Muito pelo contrário! Mas elas precisam da devida manutenção e da presença do poder público, como V. Exa. disse, senão serão indutoras de focos de calor e de incêndio.

E, nas outras regiões, a presença do gado com a presença do homem pantaneiro inibem os focos de calor. Então, ao se falar de gestão do Pantanal – e eu finalizo e agradeço aqui a oportunidade, Senador Wellington –, nós precisamos levar em consideração a legislação ora vigente em Mato Grosso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO CAMPOS – ... que hoje inclusive é modelo para o Mato Grosso do Sul. A nossa legislação, Senador Jayme Campos, foi copiada quase que integralmente pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

Então a gestão do Pantanal precisa ter o componente, é claro, da presença do homem pantaneiro, que preserva aquele bioma. E a presença do homem pantaneiro com sua fixação lá se dá com a presença do gado, que, por sua vez, necessariamente, para ocupar o Pantanal, precisa ter a permissão de gestão aliada à limpeza das ervas e das plantas invasoras.

Muito obrigado.

Parabenizo o Senador Wellington e todos os componentes da mesa por esse importante debate.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dr. Rodrigo, para que o Ministério Público não possa reclamar que não lhe foi franqueada a palavra.

Eu quero só, antes de o Dr. Rodrigo começar, dizer também do papel da Marinha do Brasil, principalmente nas queimadas que aconteceram em 2022.

E agora registro aqui a presença do Navio Saúde, navio da Marinha do Brasil, que está lá já aportado na cidade de Cuiabá. Se precisar de atendimento médico e odontológico, o Navio de Assistência Hospitalar da Marinha do Brasil Tenente Maximiano está na Marina Beira Rio, em Cuiabá, e vai oferecer esses atendimentos à população.

Então eu aqui agradeço a toda a Marinha do Brasil pelo seu papel também junto aos ribeirinhos, aos quilombolas ali, nessa área assistencial de saúde, e por outros trabalhos que a Marinha do Brasil desempenha no dia a dia ali, principalmente no Rio Cuiabá, no Rio São Lourenço e, consequentemente, no nosso Rio Paraguai.

Com a palavra o Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE (Para expor.) – Eu queria cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, meu conterrâneo tanto de Estado como de município, e, na pessoa dele, toda a Mesa. Eu queria cumprimentar o Senador Jayme Campos, ícone e grande representante lá do nosso Estado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar o Dr. Ulisses Rabaneda e ao mesmo tempo parabenizá-lo por representar o Mato Grosso junto ao CNJ. O Dr. Ulisses é um ícone.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE – Falta o Senado. Mas ele já passou na primeira fase.

E cumprimento o Leonardo Campos, grande amigo e representante da advocacia.

Senador Wellington, na verdade, essa ação que envolveu a matéria do Fantástico se iniciou no Ministério Público. Eu parabenizo aqui toda a equipe, na pessoa da Dra. Ana Peterlini, que chefiou ali a equipe na ação.

Acho que a gente tem que discutir o Pantanal, Senador, e sempre falo que a gente tem que sempre discutir o que é legal e separar aquele que age dentro da lei daquele que age fora da lei. Qualquer área tem que ter uma exploração econômica para a sobrevivência da população que ali reside. Não há como sair disso, não é? São propriedades, e o Estado não vai conseguir ser dono de todas aquelas propriedades e cuidar de tudo. Então, você vai ter que ter a propriedade particular, e qualquer pessoa que tem uma propriedade particular tem uma justa expectativa de ali tirar seu sustento.

Agora, eu acho que cada vez mais nós temos que ter uma legislação que puna de forma exemplar quem age contra ela e auxilie aquele que age dentro dela, inclusive com financiamentos públicos. Aquele que age dentro da norma, quer ter aquele ambiente sustentável e dali tirar o seu sustento e também auxiliar o meio ambiente tem que ter um privilégio; e aquele que quer destruir realmente tem que ser punido com sanções administrativas, cíveis e até penais, em casos mais drásticos.

No Ministério Público, hoje, o nosso grupo até discutia a questão de criação de uma promotoria própria da bacia do Pantanal, com um promotor específico, ou uma força-tarefa que poderia até, Senador, contar com o apoio de vocês, e a gente dialogar sobre qual seria a melhor forma de o Ministério Público se inserir ali no contexto e conseguir auxiliar na preservação do Pantanal e no desenvolvimento sustentável daquela região tão importante de Mato Grosso.

Acho que é público e notório que os municípios do Pantanal, como o Senador Jayme Campos muito frisou, economicamente, talvez os mais pobres de Mato Grosso estejam naquela região de Barão de Melgaço...

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES (*Fora do microfone.*) **–** Poconé.

O SR. RODRIGO FONSECA COSTA – ... Poconé, que é a cidade natal do Dr. Leonardo, Santo Antônio. Como disse o Senador Jayme – e vários aqui conhecem bem a realidade –, se você pegar a beira da BR-163, você vai ver uma diferença abismal de desenvolvimento social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente tem que ter bastante equilíbrio para discutir essas questões, sempre lembrando que eu acho que a lei tem que privilegiar aqueles que a querem seguir e punir aqueles que não querem se adaptar às normas que são necessárias a toda a sociedade.

Eu agradeço a palavra, Senador, e o Ministério Público de Mato Grosso, na pessoa do Procurador-Geral de Justiça, Deosdete Cruz Júnior, que hoje é nosso Procurador-Geral, se coloca à disposição para o diálogo, assim como as promotorias do meio ambiente, para tentar auxiliar tanto a legislação como o combate e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento sustentável ali da região.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dr. Ulisses Rabaneda, gostaria de falar, já que será o nosso futuro membro do CNJ?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se Deus quiser, e o nosso trabalho também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ULISSES RABANEDA DOS SANTOS (Para expor.) – Senador Wellington Fagundes, cumprimento V. Exa, cumprimento o Senador Jayme Campos, cumprimento a todos os presentes.

Quero apenas agradecer as palavras que me foram dirigidas – realmente, é uma honra muito grande a indicação da OAB, que agora passa pela fase do Senado Federal, por que nós temos absoluta reverência, para demonstrar aos Senadores que nós temos bons propósitos no exercício do cargo no CNJ – e parabenizar pela audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k., agradecemos.

Queremos registrar também aqui a presença da representante do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, a Rita Mesquita, representando a Ministra Marina Silva.

Cadê a Rita?

Rita, agradeço muito a sua presença.

Se você puder dar uma ligada, em nome da população da Chapada dos Guimarães, para a Ministra, sobre esse sofrimento que a população vive, faça-o rapidinho – tá? – a nosso pedido.

Quero, novamente, voltar a palavra aqui ao cacique, Carlos Henrique de Arruda. Vamos ver se foi restabelecido o sinal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVES DE ARRUDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Estão me ouvindo?

Boa tarde.

Muita honra e satisfação em receber esse convite aqui na comunidade Guató, pela primeira vez participando de uma conferência muito importante, que é o Estatuto do Pantanal.

Eu só tenho a agradecer o convite e tenho algumas colocações a fazer, no decorrer da reunião, a respeito de algumas falas.

Só corrigindo, na fala do Rodrigo, se não me engano, ele diz que tem uma área indígena só no Pantanal. Não é só uma área indígena, são duas áreas aqui no Estado de Mato Grosso: uma do povo guató e uma do povo bororo, que fica na localidade do rio São Lourenço ali, e nós ficamos na localidade do rio Cuiabá. A nossa reserva faz divisa com a reserva do Estado de Mato Grosso, que é a reserva do Encontro das Águas, Parque Encontro das Águas.

Quero agradecer a todos. Uma boa tarde ao Senador Jayme Campos, que é um amigo da gente, também, que a gente conhece de longa data e ao senhor, Senador Wellington Fagundes.

Espero que esse Estatuto do Pantanal tenha um olhar mais direto para a população pantaneira, para os indígenas que moram aqui e os ribeirinhos, porque a dificuldade aqui é muito grande, muito grande mesmo, de subsistência, a respeito do nosso Pantanal. A fala do Jayme, anteriormente, tirou as palavras que eu ia dizer, a respeito da pobreza do Pantanal, do povo pantaneiro.

Outra coisa que queria colocar, deixar bem claro. Qual é uma proposta de sustentabilidade para o povo indígena do Pantanal, fonte de renda do povo pantaneiro? É isso que eu queria colocar também, para ver como vai sobreviver esse povo daqui para frente. Porque a gente vê que o estatuto requer bastante regalia – não é? –, o que não pode acontecer dentro do Pantanal. Eu li um pedaço dos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, infelizmente, mais uma vez, tivemos o corte do sinal, o congelamento, mas vamos permitir ainda que o Carlos Henrique – se restabelecer –, possa voltar.

Quero aqui registrar também algumas perguntas já feitas pelo Portal e-Cidadania.

O Cleber do Distrito Federal – a pergunta pode, depois, ser aberta, na segunda rodada; e, agora, vocês já podem, também, quem entender que deve, porque ela não é específica, responder: "Como a lei [...] [vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assegurar] a compatibilidade [...] [entre] os tratados ambientais internacionais e a conservação da biodiversidade?".

A Veluma, do Rio de Janeiro, pergunta como será possível viabilizar a exploração sustentável do bioma Pantanal.

A Mônica, de São Paulo, pergunta quem seria responsável, como seria feita essa exploração e a quem caberá fiscalizar esse processo.

Samuel, do Distrito Federal: "A União tomará medidas realmente efetivas para impedir o desmatamento ilegal no referido bioma?".

A Mônica, do Rio de Janeiro: "O Brasil precisa cumprir as metas da [...] [Contribuição Nacionalmente Determinada]. [Precisa] reflorestar 12 mi hectares, bem como criar mecanismos eficazes de proteção ambiental". Eu acredito que, nesse aqui, 12 "mi" devem ser 12 milhões – não é? –, porque 12 mil é muito pouco. Mas fica aqui repetida a pergunta da Mônica, do Rio de Janeiro: "O Brasil precisa cumprir as metas da NDC. [Precisa] reflorestar 12 mi hectares, bem como criar mecanismos eficazes de proteção ambiental".

Vera, do Espírito Santo: "Precisamos combater a destruição de todos os biomas e ecossistemas. As populações locais devem ser educadas para isso". Aí, eu acredito que vamos acrescentar: não só as populações locais, mas, exatamente, quem vai lá, que, às vezes, faz uma agressão muito maior.

Eu quero aqui, então, passar a palavra ao Bráulio, representando aqui o Ministério da Agricultura, claro, falando também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, o Ministério do Meio Ambiente. Por que, então... Eu dirigi ao Ministério da Agricultura naquele momento. Peço desculpa ao Bráulio, que está aqui representando o Ministério do Meio Ambiente. Então, mais ainda, também é um interlocutor da Ministra Marina Silva nessa questão nossa lá da Chapada dos Guimarães.

E eu falo da Chapada porque todo o complexo turístico da região, e até acho que é uma vantagem que Deus nos deu, está muito mais próximo de Cuiabá todo este potencial, o Pantanal... Ali, saindo 30, 40 quilômetros, você está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente. Chegarei lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pantanal está muito próximo da nossa capital, Santo Antônio do Leverger, ali já é Pantanal, e de outras cidades da baixada cuiabana. E, infelizmente, a gente tem que registrar que um dos menores índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) se dá exatamente nas cidades da baixada cuiabana, bem próximo da nossa capital e, no caso, a riqueza também da Chapada dos Guimarães, que tem a influência também, porque está acima do Pantanal, de Nobres, enfim, de toda essa região, e quem vai desfrutar desse potencial quer ir ao Pantanal, quer ir à Chapada, quer ir a Nobres, quer conhecer toda a região. Por isso esse apelo que aqui a gente faz em nome da população de Chapada dos Guimarães.

Passo aqui, então, a palavra ao Sr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Diretor do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. Eu acho que, pelo conhecimento, ele pode fazer até essa... Não sei se ele... Ouvi quando eu falava do BID Pantanal... Não se foi feita alguma pesquisa aí.

De qualquer forma, ficam aqui as minhas escusas, já que V. Sa. não representa o Ministério da Agricultura, e esse trabalho, pelo que sei, está sendo liderado pelo Ministério da Agricultura.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu queria registrar que muitas das questões levantadas pelo Senador Jayme Campos nós compartilhamos, o Ministério do Meio Ambiente. Nós temos total convicção do grande potencial do ecoturismo do Pantanal e achamos que o Estado brasileiro precisa investir mais em ecoturismo, e isso necessita de infraestrutura, necessita de capacitação, divulgação, etc., e contamos com o apoio do Senado para a gente avançar na promoção desse potencial.

Foi falado aqui de questões em relação ao risco de incêndios no Pantanal, e a gente já teve um incêndio enorme em 2020 e, infelizmente, corremos o risco de repetir um grande incêndio novamente este ano. E, como os senhores sabem, o incêndio, no Pantanal, tem uma particularidade de ser um incêndio de turfa, porque o Pantanal, sendo um ambiente úmido, acumula matéria orgânica no solo, a turfa. Enquanto o Pantanal está coberto de água, não tem risco nenhum, não tem problema. Mas, quando ele seca e pega fogo, o fogo se propaga pelo solo da turfa, e é dificílimo de combater e apagar esse tipo de incêndio. É o tipo de incêndio mais difícil de combater no mundo.

Então, o melhor remédio é ajudar, de todas as formas, na manutenção do regime hidrológico do Pantanal, com regime de cheias e invasões, para a gente evitar esse cenário.

A questão da dificuldade dos órgãos públicos de atender a todas as demandas ambientais, inclusive no Pantanal, em parte depende da questão orçamentária. Infelizmente, nessa última década, nós tivemos grandes reduções orçamentárias do Ministério do Meio Ambiente e dos seus órgãos vinculados – o Ibama, o ICMBio, Jardim Botânico do Rio e do próprio Serviço Florestal. Então, há uma necessidade de recomposição desse orçamento, e isso é algo em que o Congresso Nacional pode nos ajudar. Quando for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutido o Orçamento do Governo, essa é uma oportunidade para os Senadores e Deputados nos ajudarem, para assegurar um orçamento adequado.

Então, falta gente, falta equipamento, falta combustível para fazer o trabalho de fiscalização no campo... Então, a gente reconhece essas deficiências, e a solução passa pela recuperação do orçamento, passa por termos concursos públicos, para recuperar os quadros de funcionários dos nossos órgãos...

Atualmente, o Ibama tem menos de um terço ou um quarto dos fiscais que tinha dez anos atrás. Então, obviamente que isso não é suficiente para cumprir toda a sua missão, e, portanto, dependemos de ter um concurso num tamanho adequado, e isso também ainda está sendo muito difícil, devido às condições orçamentárias do Governo Federal. Então, isso também é algo em que o Congresso pode nos ajudar.

Sobre a questão específica de incêndios, eu faço um apelo aqui, Senador, nós apostamos muito na possibilidade de poder contar com a lei da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que foi gerada lá no Ibama, no Ministério do Meio Ambiente, encaminhada ao Congresso, já foi aprovada na Câmara dos Deputados, já passou pelas Comissões do Senado e parou. Nós não tivemos a votação em Plenário, por conta de uma manifestação dos corpos de bombeiros estaduais, fazendo uma série de reivindicações, o que a gente entende que pode ser atendido na regulamentação dessa lei; não se deveria parar com a aprovação dessa lei. Então, eu faço um apelo, Senador Wellington, para que isso possa entrar na pauta de votação no Senado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS – ... porque, sem aprovação dessa lei, nós não podemos promover o manejo integrado do fogo em propriedades privadas. Para isso, necessita-se da aprovação da lei, está certo? Então, com isso a gente só pode atuar dentro das unidades de conservação em terras indígenas, e a maior parte do Pantanal é de terras privadas. Seria importante a aprovação dessa lei, ainda mais com os riscos climáticos do aquecimento global e os riscos de termos mais incêndios no futuro, já a partir deste ano. Então, eu faço esse apelo para o Senado tentar viabilizar a votação desse projeto de lei, que está em fase final para ser aprovado.

A questão orçamentária, nós temos apoiado o estabelecimento e a capacitação de brigadistas, mas de novo o Ministério do Meio Ambiente não tem, no seu orçamento, capacidade de bancar o financiamento de todas as brigadas de incêndios necessárias neste país. Isso daí é uma questão que é limitada pelo tamanho do nosso orçamento. Por exemplo, atualmente o ICMBio e o Ibama, boa parte do orçamento deles vai para pagamento dessas brigadas, e com isso eles não podem fazer outras atividades, compromete a efetividade do trabalho desses dois órgãos. Então, nisso, de novo, o Congresso poderia nos ajudar, na questão de dotação orçamentária, quem sabe criar um fundo de emergências ambientais e climáticas para financiar esse tipo de providência.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS – Quanto à questão que foi levantada do ecoturismo lá na Chapada dos Guimarães, contem com o apoio do Ministério do Ambiente para solucionar. Eu entendo que isso está dependendo de envio ao Ibama e ao ICMBio de detalhamento dos projetos para que possam ser aprovados para serem licenciados. Então, o que eu faço é esse apelo para que esse detalhamento desses projetos possa ser encaminhado ao Ibama e ao ICMBio. Contem com o interesse da Ministra Marina para ajudar a resolver essa questão! Sem isso, sem essa infraestrutura, não vamos ter avanço na exploração do potencial de ecoturismo do Pantanal. A gente tem total ciência disso e apoiamos isso.

Eu queria também mencionar que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS – ... a Agência Nacional de Águas está instalando uma câmara de emergência climática aqui para o Pantanal, justamente pela gravidade da situação.

Convido todos os interessados a participarem dessa que se chama Sala de Crise, da ANA, que vai focar inicialmente na situação do Pantanal.

Também a questão... Nós estamos também promovendo, daqui a dois dias, um seminário nacional para discutir a elaboração do plano de combate a desmatamento no Pantanal.

A gente já fez isso ano passado. Atualizamos o plano para a Amazônia, atualizamos o plano para o Cerrado, estamos fazendo hoje um seminário para elaborar o plano de combate a desmatamento para a Caatinga e, daqui a dois dias, faremos o mesmo para o Pantanal.

Vai ser um instrumento muito importante para a gente poder trabalhar melhor essa questão. E isso está baseado num decreto, assinado no início do ano passado, que envolve 19 ministérios. Então, a gente conta com o apoio das equipes e dos instrumentos legais desses 19 ministérios para podermos atuar nos diferentes biomas. Em seguida, nós vamos fazer a mesma coisa para os biomas da Mata Atlântica e do Pampa, de tal forma que... E do Cerrado. Bom, do Cerrado já foi. Nós vamos ter esses planos para todos os biomas.

Então, quero terminar e dizer que contem com o Ministério do Meio Ambiente. Nós temos o maior interesse de oferecer o máximo de proteção, por um lado, ao Pantanal. Reconhecemos que não adianta só proteger, nós temos que cuidar da população que vive lá, especialmente dos mais pobres e das comunidades tradicionais, dos povos indígenas... Isso também está na nossa pauta. Contem com o apoio do Ministério do Meio Ambiente para isso. Temos total interesse.

Foram colocadas algumas questões, eu só vou mencionar rapidamente. O compromisso voluntário do Brasil para o Acordo de Paris envolve a restauração de 18 milhões de hectares. É uma área bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande. Nós estamos comprometidos com isso e estamos viabilizando parcerias e financiamento para poder alcançar.

O compromisso deste Governo é avançar para que, até 2030, a gente possa alcançar desmatamento zero em todos os biomas do Brasil. É uma meta muito ambiciosa, mas é um compromisso político do Presidente Lula e da Ministra Marina. E vamos fazer todos os esforços nesse sentido.

Na questão dos tratados internacionais, são muito importantes e a gente atua com todos eles.

Foi destacado aqui que esse projeto de lei em discussão no Senado deveria destacar melhor a característica do Pantanal como área úmida. Acho que isso é fundamental. Destacar o papel do ciclo hidrológico do Pantanal é fundamental. Como o Senador Jayme Campos reconheceu, o Pantanal é um bioma único. Então, temos que reconhecer essa realidade e tratar como tal.

Também foi mencionado aqui, por outros participantes deste debate, a situação da Bacia do Alto Paraguai.

As cabeceiras que abastecem a planície do Pantanal estão fora do bioma. Então, eu acho que seria temerário aprovar um projeto de lei dessa natureza não reconhecendo o papel fundamental desses rios que nascem fora do Pantanal. Contem com o apoio também do ministério nesse sentido.

Nós não estamos propondo aqui, de forma alguma, agora, correndo, no açodamento, mudar os limites do bioma Pantanal. Trata-se apenas de reconhecer que, para proteger esse bioma, essa lei tem que considerar a questão das áreas de nascentes dos rios que abastecem o Pantanal. Então, a gente conta com a compreensão do Senado para que isso possa ser também devidamente tratado nesse projeto de lei.

Eu mencionei, na intervenção inicial, que a gente tem várias observações sobre o projeto de lei e o substitutivo que encaminharemos aqui para o Senado, e estamos prontos para atender a qualquer demanda para uma reunião, para a gente discutir melhor e ver como é que a gente pode trabalhar juntos para alcançar o que eu estou entendendo aqui que são interesses comuns.

Então, nós não estamos falando em só preservar o Pantanal, estamos falando em conservar também com uso sustentável. Reconhecemos o papel da criação bovina extensiva no Pantanal, que, sem dúvida, é uma tradição e uma forma de uso sustentável no Pantanal. E temos total receptividade para apoiar outros tipos de ação de atividade econômica – desde que sustentável – que não levem à destruição do Pantanal, para gerar renda e emprego para a população.

E quero lembrar que o turismo é o setor da economia mundial que tem mais avançado nas últimas décadas e criado mais empregos no mundo inteiro. Eu não vejo por que o Brasil não deveria se beneficiar disso. Nós poderíamos gerar muitos empregos no Pantanal para promover atividades de ecoturismo lá, mas tem que ser atividades bem feitas, com respaldo técnico, com infraestrutura, com capacitação etc. Então, é um trabalho de grande envergadura em que nós temos total interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O TCU, que é vinculado aqui ao Congresso Nacional, fez uma auditoria sobre as unidades de conservação do Brasil e fez uma crítica muito grande no sentido de que o Brasil não sabe aproveitar o potencial ecoturístico das suas unidades de conservação. Então, se vocês virem esse relatório de 2021, ele tem uma crítica muito forte ao setor de turismo aqui no Brasil em não explorar esse potencial. A gente é a favor, e temos todo o interesse em avançar nesse sentido.

Então, contem com o apoio do MMA para a gente avançar nesse projeto de lei, e espero que vocês possam recepcionar várias sugestões que a gente encaminhará para poder aperfeiçoá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero aqui advertir a todos que vão falar que aqui nós já estamos na fase final. Então, às perguntas que foram feitas, se assim vocês entenderem, já podem responder, e, claro, já fazerem a conclusão, porque não vamos abrir outro espaço novamente para ela. Em pouco tempo, deve começar a Ordem do Dia, e eu gostaria que todos pudessem ter a sua conclusão feita. Eu ainda depois vou passar um pequeno vídeo aqui, exatamente do navio da Marinha, que está hoje lá, aportado na cidade de Cuiabá, e reconhecer também o trabalho dos comandantes que lá estão, nesse trabalho.

Então, eu quero agora passar a palavra ao Leonardo Pereira Gomes, que é o Diretor-Executivo do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai.

Claro, quando se fala em Pantanal, a gente tem que reconhecer que o maior impacto do nosso Pantanal está exatamente em todo o Alto, não é? Aqui, nos rios, lá no Mato Grosso do Sul, o Taquari, que tem hoje um impacto muito grande, além de lembrar também das cidades que estão acima, a questão do lixo e do esgoto. Então, por isso, eu passo aqui a palavra ao Leonardo, para que ele possa também fazer essas considerações.

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES (Para expor.) – Perfeito, Senador. Obrigado.

Interessante essa dinâmica, porque ela permite perceber algumas convergências, não é? Eu acho que a interpretação sobre Pantanal, seus dilemas, seus desafios, de fato, se aproxima muito, em todas as falas dos Senadores, do nosso colega da Famato, das organizações, da sociedade civil. Então, é interessante pensar que a percepção é razoavelmente similar e convergente, e a solução, talvez, divirja um pouquinho. Então, eu acho que eu vou reforçar os últimos pontos, que não consegui falar na primeira parte.

Começo com o destaque aqui da fala do Prof. Paulo. Ele disse muito bem: são 11 pantanais, que precisam de uma norma geral, não é? Agora, pensando em toda essa diversidade, 11 pantanais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul... Estava fazendo uma análise rápida aqui. Dos 11 pantanais, a gente tem uma oportunidade de percorrer boa parte deles com alguma frequência. Mensalmente a gente está lá dentro do Pantanal, principalmente com o tema de incêndio, para o qual a gente já capacitou algumas centenas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas e equipou – todo ano a gente vai para a linha do fogo, desde 2019 –, e outros projetos de reflorestamento, como perguntou a Mônica, qualidade da água e outros assuntos.

Desses 11 pantanais, uma análise rápida: todos têm fogo, seja ele fogo bom ou fogo ruim, o manejo ou o incêndio florestal; todos são áreas úmidas; todos eles têm ou unidade de conservação pública ou privada – acho que dois não têm, mas deveriam, não é? –; todos têm indígenas, todos têm gado; e todos têm um turismo, mais ou menos estruturado, mas têm. Então, norma geral, precisaria incluir isso tudo no texto, não é? Porque essa é a realidade do Pantanal. Então, esses elementos, essas cadeias produtivas, essa realidade socioeconômica, a vulnerabilidade dos municípios é regra. De fato, o IDH dos municípios do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso no Pantanal ou no entorno são menores do que a média. Então, isso é a realidade, Senador, na verdade, do Pantanal. Isso aí deveria constar na norma, voltar para a regra geral, como vinha no texto anterior.

E o que a gente precisa é justamente isto, é pensar como é que o pantaneiro vai sobreviver num cenário, como foi colocado pelo Cemaden, pelo José Marengo, um dos maiores climatologistas do Brasil, que fala num cenário de 5 a 7 graus de aumento na temperatura média do Pantanal até o fim do século. A gente não está falando de 1,5 grau; 1,5 grau já foi há muito tempo no Pantanal. Quem está lá, especialmente nessa época de onda de calor, sabe: 40 graus para cima é a realidade. Então, a gente está falando de 5 a 7 graus e de uma redução de 30% no índice pluviométrico, que já é baixo, é o segundo menor do Brasil. Então, essa água vem para o Pantanal, e ela vem principalmente do Planalto.

E justamente essa lei precisa voltar com o regime hidrológico no seu texto, que foi retirado aí no substitutivo, precisa voltar com as cabeceiras de nascentes, precisa ter restrições sérias em relação a PCH. A gente tem um estudo contratado pela ANA, parceria com a Embrapa, foram R$13 milhões gastos, Senador, nesse estudo, e mostra exatamente quais são as bacias que poderiam ter a exploração do PCH, aquelas que não poderiam, aquelas que poderiam com medidas compensatórias. A gente está falando de um potencial de 1,2% de geração hidrelétrica do Brasil, somente. Então, o lucro das PCHs está muito mais ligado à obra, transmissão de energia, empresa de transmissão de energia, e talvez esteja muito mais ligado inclusive à remoção dos ribeirinhos do que a qualquer outro assunto.

Então, esse é um ponto importante que precisa constar também na legislação, e a gente precisa pensar como é que o homem pantaneiro sobrevive e se adapta a esse cenário, continua produzindo, continua com a pecuária, continua com o turismo, na verdade implementa turismo em muitas regiões que não têm estrutura.

A Mônica perguntou sobre reflorestamento. E aí, Mônica, estava no texto, no reflorestamento; a restauração saiu do relatório. Então, precisa-se voltar com a iniciativa de restauração.

Então, eu acho que a gente tem aqui uma boa convergência – o Diretor Braulio aqui fala sobre água do Pantanal, recurso hídrico –, a gente tem uma boa convergência sobre o que são temas importantes para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o pantaneiro. O pantaneiro, eu acho, tem uma certa ojeriza à questão de legislação, debate nesse sentido, mas a gente conseguiu, Senador, fazer nos estados um debate muito profícuo, um debate difícil que ainda encontra divergência, judicialização, complicações, mas a gente fez, com toda a heterogeneidade no Mato Grosso e no Mato Grosso Sul, a gente fez isso. Vai fazer isso – a Secretária Rita está aqui acompanhando esse processo – no PP Pantanal, que é o plano para prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios no Pantanal, uma política pública assinada por 19 ministérios, não é, Diretor Braulio?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES – E, se a gente consegue convergir 19 ministérios, como é que a gente não consegue aqui chegar a um texto um pouco mais rico, embasado, mais similar ao que era à sua proposta original, que de fato agrega alguma coisa para o pantaneiro, que já cansou de debater lei federal e não vê um resultado disso. Então, agora a nossa expectativa é justamente qualificar esse debate, retornar com esses elementos, como esses que eu comentei. A gente está falando aqui de, por exemplo, reconhecimento, fortalecimento das unidades de conservação, áreas protegidas, terra indígena, território quilombola, área sob regime especial – saiu do texto, precisa retornar.

Há o zonamento ecológico-econômico, que é uma iniciativa em que no Mato Grosso Sul está um pouco mais avançada, vai para a terceira aproximação dos municípios; o Mato Grosso está começando esse trabalho. O zonamento ecológico fala de emissão dos municípios, fortalecimento da gestão territorial, municipal, de novo, dos municípios que estão aí empobrecidos e que precisam também capilarizar na ponta, onde as pessoas vivem, viabilizar essa política ambiental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES – E como se a gente não tem mais ferramentas para estruturar municípios?

Planos Municipais de Pantanal, por exemplo, a experiência bacana da Lei da Mata Atlântica, que viabiliza essa ferramenta, os municípios acessarem recursos para viabilizar a política climática, por exemplo, aderir a protocolos, ajudar nas metas dos estados. Os dois estados têm metas de carbono neutro. Como é que a gente vai fazer isso aí sem os municípios?

Então, de novo, uma boa iniciativa que foi agora desidratada, saíram vários elementos importantes, como a restauração, já comentei, recomposição de área nativa, manejo integrado do fogo urgente. O Mato Grosso não tem prerrogativa legal de fazer isso, e, pelo quarto ano, quinto ano, na verdade, a gente vai encarar incêndios grandes lá na região de Poconé, Barão de Melgaço sem essa prerrogativa para o bombeiro, para o Ibama, para a Sema fazer manejo, por exemplo. O Mato Grosso do Sul está engatinhando nessa política. O Governo vai fazer com recurso próprio agora, mas a gente precisa também dar fôlego a esse investimento. Fora a questão do turismo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES – ... que eu acho que era uma grande inovação do projeto de lei e a gente precisa retomar.

Então, é isso. Eu acho que o Pantanal merece mais do que o texto que a gente viu nesse substitutivo, merece algo um pouco mais parecido com o texto original, com algumas melhorias.

E, para simbolizar isso aqui, a gente revisou a nossa nota técnica, em conjunto com mais de 30 organizações de sociedade civil que atuam no Pantanal, com todo tipo de temática, território. E aproveito aqui a oportunidade para entregar para o senhor, Senador, aqui essa nota. Nós já havíamos entregado a primeira versão lá em 2021, atualizamos agora, colocando os pontos do substitutivo – destacando aqui, Senador, então –, e vai também em anexo, depois são 28 páginas de anexo, mas aqui já tem a história toda bem resumida, a revisão daquela nota técnica lá de 2021, que também entregamos para o senhor e que também vamos entregar para a equipe doo Senador Jayme.

Então, estão aqui as considerações da sociedade civil, que rapidamente conseguiu articular essa resposta e subscreve essa carta. Diretamente estão aí representados vários povos do Pantanal.

Espero que a gente consiga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES – ... voltar a melhorar esse texto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a palavra, a Luciana Leite.

A SRA. LUCIANA LEITE – Obrigada, Senador.

Eu queria pedir, na verdade, Senador, se é possível anexar a nota técnica entre os documentos que fazem parte desta audiência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Perfeitamente.

A SRA. LUCIANA LEITE (Para expor.) – Excelente.

Eu queria começar... Acho que um pouco do que o Leonardo trouxe é que o que a gente percebe é que há um entendimento compartilhado de que o Pantanal está secando, de que as ameaças são crescentes e recorrentes e de que é preciso fazer alguma coisa sobre elas.

E aí o que eu quero trazer, Senador, é que, infelizmente, hoje o texto como está não resolve nenhuma dessas questões que foram levantadas, principalmente pelo Senador Jayme Campos. Então, eu reforço a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha fala no sentido de pedir que a gente volte a trabalhar em cima do texto original, que era um texto muito mais forte.

Trago ainda até um questionamento, Senador, sobre a possibilidade de aprovar uma lei federal que seja, porventura, menos restritiva do que as leis estaduais. E aí *in dubio pro natura*, e o que vai ficar realmente vigente são as leis estaduais. A gente vai ter tido um esforço coletivo para uma lei federal que, de fato, não será a referência para aqueles que habitam o bioma.

E aí eu trago, até com alguma congratulação, a inserção do termo "homem pantaneiro" dentro dos substitutivos, mas peço também que a gente se debruce sobre uma definição, porque eu acho que é um neologismo, um termo que tem surgido e sendo muito utilizado, mas, muitas vezes, travestindo de população tradicional simplesmente pecuaristas da região que nem da região são. Então, acho que é importante a gente fazer essa distinção também. Quem é exatamente o homem pantaneiro, a quem estamos protegendo e sobre quem estamos falando quando usamos esse termo? E esse termo aparece agora nos substitutivos com alguma frequência.

E aí, fazendo alguns comentários sobre coisas que foram ditas aqui, a primeira é com relação ao turismo. Concordo com os colegas, a gente precisa, sim, de um investimento. E aí, respondendo ao Cacique, que não teve uma conexão ali que permitisse uma participação completa na audiência, a gente tem que investir também no ecoturismo de base comunitária, porque isso pode ser uma saída econômica, inclusive para essas comunidades, que têm não só uma biodiversidade protegida nos seus territórios, mas um valor cultural agregado imenso que é cada vez mais procurado, principalmente por turistas do exterior.

Com relação às espécies exóticas, o que foi trazido aqui por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, aí eu trago também a preocupação com uma das espécies exóticas que a gente vê cada vez mais frequente e crescente no bioma que é a *Brachiaria humidicola*. Então, infelizmente, ainda temos cada vez mais uma supressão da vegetação nativa, das gramíneas nativas, que são palatáveis, de alto valor nutritivo, que poderiam ter através, inclusive, de emendas parlamentares o seu melhoramento genético e que hoje estão sendo substituídas pela *Brachiaria humidicola*, que é a responsável pela maior parte dos pastos degradados e abandonados hoje no Pantanal. Então, acho que é importante a gente, quando falar de espécies exóticas, pensar em todas elas, principalmente aquelas que têm, na competição ali desigual com as nossas gramíneas nativas, muitas delas endêmicas no Pantanal, ganhado e prejudicado a nossa biodiversidade local.

Por fim, falando ali daquele momento trágico de 2020, estava lá no Hotel Mato Grosso com o senhor, estava lá nos incêndios também na Transpantaneira. Acho que foi um momento realmente em que ficou clara a necessidade da criação do estatuto, mas aí, me atendo ao texto, volto a falar que no tema fogo falta um alinhamento, falta um instrumento que verse sobre as restrições do uso do fogo nesse documento que está sendo proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concordamos todos que o fogo é um problema, entretanto, o instrumento que está sendo proposto não visa solucionar a questão do fogo. Então, vamos, através desse texto, buscar um alinhamento com militares, com bombeiros, com organizações da sociedade civil, com instituições e iniciativas estaduais. Acho que isso também se perdeu um pouco no substitutivo.

Acho que a gente pode trabalhar junto. Fico muito feliz de ver que o senhor está aberto ao diálogo. Que possamos, então, construir um texto melhor juntos.

Por fim, duas coisas.

A primeira, com relação à pobreza extrema. De fato, temos condições degradantes. Até convido vocês a conhecerem o relatório publicado pela EJF...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA LEITE – ... que fala sobre trabalho escravo na pecuária no Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, trabalho forçado, migração forçada, trabalho infantil. Infelizmente, como os senhores trouxeram, são 15 milhões de hectares, um local de difícil fiscalização, mas que precisa de um olhar cuidadoso, porque o povo pantaneiro está, sim, em situação de vulnerabilidade e está sendo explorado por isso.

E, para finalizar, eu entendo que essa audiência deixa claro que ainda tem muito diálogo para ser realizado. Eu entendo que o senhor fez as oitivas, esteve no território, buscou ouvir as comunidades, mas não era esse texto que estava sendo discutido no momento. O texto que a gente tem hoje é um texto muito diferente.

Então, que a gente possa, de fato, incentivar o processo democrático, a participação popular, iniciando uma nova série de oitivas. E vamos ouvir a academia. A gente tem hoje, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, professores brilhantes, reconhecidos mundialmente pelas suas contribuições em entendimento do Pantanal. Vamos ouvi-los. Eu ajudo o senhor a convidá-los. São colegas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA LEITE – ... pessoas a quem eu procuro para esclarecimentos técnico-científicos e que precisam ser ouvidos sobre esse texto como ele está posto hoje. E, além disso, obviamente, mais uma vez, a participação das comunidades tradicionais, que, como a gente viu hoje, infelizmente, ainda têm dificuldade de conectividade nos seus territórios e acabam sendo excluídas desses processos que são supostamente inclusivos e democráticos.

É isso.

Agradeço ao senhor a participação e faço a minha conclusão.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu vou fazer uma leitura aqui do que nos enviou o Cacique Carlos Henrique. Ele não pôde concluir, então, nos enviou aqui.

> Gostaria de agradecer pelo convite para participar dessa audiência do estatuto do Pantanal. [Agradece] aos Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes.
> Queremos saber qual meio foi pensado para obter fonte de renda aos povos indígenas do Pantanal [...] ao povo guató. A terra indígena Baía dos Guató aguarda o processo indenizatório para que o povo guató possa fazer usufruto legal de sua reserva. Os guató [eu acho que, aqui, seriam os guatós, inclusive] sobrevivem praticamente de pesca e pega de isca viva. Ultimamente o Governo de MT nos tirou esse meio de sobrevivência quando baixou a lei de cota zero.

Essa lei ainda não está em vigência, está sendo discutida. Inclusive, tivemos audiência pública com o Ministro André, que facultou isso a todas as entidades. Portanto, ela ainda não está em vigor.

> Fala-se muito em preservação. Para ajudarmos nesse processo, gostaríamos de contar com ajuda para aquisição de equipamentos necessários para o combate ao incêndio, como trator, barcos com motor de popa, entre outros equipamentos usados para combater o incêndio.

Isso aqui, então, é do Cacique Carlos Henrique, do povo guató.

E eu passo agora a palavra ao nosso Prof. Paulo Teixeira, do INPP.

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR – Você pode colocar a minha apresentação aí?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim. Sabendo aqui também a previsão do tempo. Não sei para quanto tempo essa apresentação está prevista.

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tranquilo?

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR – Vim planejado para dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está bom. Vamos tentar fazer...

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR (Para expor.) – Fica tranquilo.

Bom, eu considerei muito importante, numa audiência como esta, apresentar uma instituição nova, que, na verdade, é uma luta de mais de 20 anos, como o Senador destacou aqui, que pode muito contribuir com todo este debate aqui, que é o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse instituto era uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. São 17 unidades no Brasil, e o nosso tem sede em Cuiabá, é mais uma dessas 17. Foi criado através da Lei 12.954, de 2014; ficou, de 2014 a 2022, como um *campus* avançado do Museu Goeldi; e, finamente, em 2022, nós tivemos um decreto de estruturação e o nosso Regimento Interno, que foi aprovado em maio de 2023. Então, esse foi o início do nosso trabalho.

A missão é produção de conhecimentos, formação de recursos humanos, integração das instituições de ensino e pesquisa da região, visando o uso sustentável dos recursos naturais do Pantanal e de outras áreas úmidas, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações locais.

Bom, aqui eu vou saltar; não preciso entrar neste detalhe.

Aqui é um pouco das pesquisas que estão iniciando lá. Uma boa parte delas tem a ver com a questão das mudanças climáticas, com os impactos das mudanças climáticas, mas existem também... Estamos estruturando um laboratório agora para dar suporte a ações de bioeconomia. Tem várias outras que eu vou omitir pelo tempo.

Aqui é a estrutura física. São 5 mil metros quadrados construídos dentro do *campus* da UFMT. Ele é uma instituição, o INPP, independente da UFMT, é uma instituição autônoma, mas a UFMT cedeu o terreno para que a gente, então, pudesse construir o prédio.

Aqui é uma vista aérea do prédio, aqui também.

Isto aqui já falei, que é a questão da seca – já foi dito aqui.

Este aqui também já é um assunto que foi falado, do dano que houve no Pantanal.

Então, vamos entrar agora um pouco na emenda, no próprio projeto de lei e seu substitutivo, de que muita coisa já foi dita, mas vamos lá depressa.

A nossa sugestão é manter a modificação do art. 36 do Snuc, que foi tirado no substitutivo.

No art. 1º, é importantíssimo citar a Convenção de Ramsar, como eu já falei, porque está focado muito, esquece, o projeto, da questão hídrica. Também quero citar – o Senador falou do lixo – a Política Nacional de Recursos Hídricos, que também seria importante. E considero os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU.

Eu não consigo falar depressa.

Do art. 2º nós já falamos. Deve-se considerar toda a Bacia do Alto Paraguai, porque o regime hídrico depende diretamente das nascentes. Então, não adianta discutir seca, combate a incêndio, preservação da biodiversidade... Qualquer discussão aqui fica prejudicada se nós não tratarmos das nascentes que estão na Bacia do Alto Paraguai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no art. 4º, como você colocou, Luciana, eu acho que esse termo é muito vago e pode dar dupla interpretação. Então, a gente sugere ou retirar ou definir na lei. Talvez definir seja a melhor opção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR – Depois, há a questão do art. 15. A gente quer destacar aqui também que qualquer tipo de dreno, hidrovia, hidrelétrica ou qualquer coisa que altere o fluxo das águas, se não forem proibidos, têm que ser severamente restringidos, porque prejudicam muito o sistema.

Depois, foram retirados também o inciso VI do art. 6º e os incisos VIII e IX do art. 7º. Sugerimos que retornem ao texto.

O Capítulo IV, Das Diretrizes para a Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Pantanal, foi suprimido, e a gente sugere que ele retorne, pelo menos para que a gente consiga discutir alguma forma um pouco mais padronizada para se fazer para os dois estados. Mato Grosso do Sul...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR – ... já fez dois, nós não fizemos nenhum ainda, mas eu sugiro que retorne.

O art. 19, mineração, foi suprimido no substitutivo, e eu acho que não pode. A mineração tem que ter restrições rigorosas ou ser proibida, mas tirar do texto do jeito que foi feito eu acho que é prejudicial, porque fica vago.

E, depois, quanto aos arts. 22 a 26 do texto original, nós também sugerimos mantê-los.

Em conclusão, o Pantanal é uma área úmida e como tal deve ser tratada – é por isso que eu botei em destaque ali. O PL e seu substitutivo visam proteger os recursos florestais e a biodiversidade, mas negligenciam a questão da água. Então, toda atividade que interrompa o fluxo natural das águas deve ser proibida ou severamente restringida. E as cabeceiras dos rios da BAP...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR – ... como eu já falei, têm que ser protegidas. Então, salvaguardas que assegurem a disponibilidade, a distribuição e a qualidade das águas devem ser consideradas.

Para terminar, eu gostaria, inclusive, de chamar a atenção do Bráulio aí, do Ministério do Meio Ambiente, para um livro que nós vamos lançar agora, no final do ano – o INPP junto com o INCT em Áreas Úmidas. Esse livro é *Inventário das áreas úmidas brasileiras*. O Capítulo 9, por exemplo, é o Pantanal. Nós tivemos contribuições de cientistas de todo o Brasil, e eu tenho segurança de que isso pode ajudar muito o Ministério do Meio Ambiente a cumprir suas obrigações junto à Convenção de Ramsar. Vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lançar em outubro esse livro aí. E, finalmente, esse livro vai ser lançado durante o V Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR – ... que vai ser realizado no INPP, e todos estão convidados. Vai ser um congresso aberto, não apenas acadêmico. Estão todos convidados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a palavra, a Sra. Silvana Dias de Campos.

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS (Para expor.) – (*Fora do microfone.*)

... o licenciamento para o paredão de Chapada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS – Está, está ligado .

De Chapada dos Guimarães. Nós somos contra não investigar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vocês são contra?

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS – Não, não somos contra, e já falamos isso para os próprios licenciadores, para o Governo do Estado. Nós somos contra não ver o porquê de ter acontecido aquilo com o paredão, já que, atrás do paredão, tem cavas garimpeiras.

Pessoal, esta é a nossa apresentação, e nós não somos contra o Estatuto do Pantanal. Nós somos contra é a fazer o estatuto e não ouvir as comunidades. (*Pausa.*)

Não sei subir esse negócio... Não está funcionando.

Aí basicamente nós falamos que o Estatuto do Pantanal é um instrumento legal, como está ali, de promover o desenvolvimento sustentável da região, mas como desenvolver o sustento dessa região? Como tirar o ribeirinho, o indígena, pois são três terras indígenas, e os quilombolas sem discutir com eles como será isso? E eu volto a repetir: esta audiência não substitui as audiências da OIT 169. Então, o que nós queremos...

Pode subir, por favor.

A Convenção 169 é sobre os povos indígenas e tribais, e as pessoas ficam em dúvida sobre o que são tribais. Tribais são ciganos, são quilombolas... E o que são tradicionais? Hoje, o Ministério Público Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 6ª Câmara, reconhece legalmente o homem e a mulher pantaneira como comunidade tradicional, protegidos pela OIT 169, e os extrativistas também – não os garimpeiros, que são extrativistas da terra, nem os madeireiros, pelo amor de Deus. Então, é essencial que o Estatuto do Pantanal tenha cumprido a OIT 169, como eu disse anteriormente.

Pode subir, por favor.

No contexto do Pantanal, a consulta prévia vem anterior a se aprovar esta lei, livre... Livre disto aqui, olhem: livre da segurança, livre do horário... É lá na comunidade que ela é cumprida, não é aqui dentro do Senado, não é dentro da Assembleia Legislativa, não é dentro de um auditório; é na comunidade! Então, é importante, até porque é um ecossistema único. Os professores da Universidade Federal de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e qualquer outro estudioso só sabem sobre o Pantanal, Senador, porque sentaram com o pantaneiro, ouviram o pantaneiro, aprenderam com o pantaneiro para depois falar tecnicamente sobre o Pantanal. Então, como vamos fazer uma lei sem ouvi-los?!

Os guató, que estão lá em cima, no Pirigara, bem em frente ao Parque das Águas, são um povo canoeiro, não são aldeados, vivem em aterros no Pantanal, por clã familiar, e eles não estão conseguindo sobreviver mais no Pantanal. Nunca foram ouvidos! A Camargo Corrêa tem dique ao longo do Rio Cuiabá no Pantanal inteiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS – A Camargo Corrêa construiu uma ilha em frente à Terra Guató e desviou o curso do rio. Os guató não foram ouvidos; pelo contrário, estima-se que mais de cem guató sumiram nos últimos 30 anos. Eu fui perseguida pela Camargo Corrêa, junto com o Prof. Francisco Machado, o Prof. Dalci e o Prof. José Domingues, pelo funcionário da Camargo Corrêa! Então, por que nós não vamos ouvir e saber o que está acontecendo? O Parque das Águas... Já foi lá, Professor?

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Já...

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS – Lindo, maravilhoso. Sabe por que ele existe? Dizem que é para proteger o Pantanal, mas não é verdade; é para esconder o lixo de três rios dentro do Pantanal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS – Senhores, nós estamos à disposição do Senado Federal para fazer a logística de como ouvir essas comunidades tradicionais, em especial no nosso Mato Grosso. Conhecemos cada uma delas, conhecemos cada liderança, cada associação. E vamos atrás do MPF por não estar aqui para falar sobre isso, porque era obrigação do Ministério Público Federal estar aqui. Esta audiência foi convocada por conta da OIT 169, e o Ministério Público Federal falhou. Não poderia vir de Mato Grosso, de Campo Grande, de Cuiabá? Viesse daqui da 6ª Câmara o Dr. Felício Pontes, viesse o Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

André. Tinham que vir, tinham que estar presentes. Cadê? Não querem vir falar por quê? Porque é uma convenção internacional de que o Brasil é signatário desde 2002?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS – E foi o Senado que aprovou.

Subindo, senhores, por favor.

A minha conclusão final é: senhores, sem pantaneiro não tem Pantanal. Não é dono de pousada que cobra R$3 mil pela diária que tem que ser ouvido, nem dono de barco-hotel de R$5 mil de diária, nem fazendeiro, nem garimpeiro. É o pantaneiro. Então, viva o povo originário, pantaneiro e quilombola do Pantanal!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Prof. Paulo pediu dez segundos. Eu sei que ninguém fala em dez segundos. Eu vou permitir um minuto para V. Sa.

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR (Para expor.) – É o seguinte... Eu me esqueci de mencionar uma coisa importante. Já que se está falando de combate ao fogo no Pantanal, seria muito importante um plano de manejo ali na Transpantaneira. Nós não temos ainda.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu acredito que foi em dez segundos. (*Risos.*)

Daqui até a aprovação do Estatuto do Pantanal, com certeza, Prof. Paulo, teremos muitos dez segundos.

E até eu esclareço aqui a todos que nos assistem. O que nós estamos aqui discutindo é o Estatuto do Pantanal. O Senador Jayme é o Relator e está apresentando um substitutivo, que também será votado aqui na Comissão. Em sendo aprovado o substitutivo, essa seria a decisão, ou se pode voltar ao projeto original também. Tudo isso será discutido na Comissão e, claro, depois, em toda a tramitação.

Eu quero aqui também registrar a Consultoria do Senado e principalmente a presença do Gustavo Aouar. Inclusive, se V. Sa. quiser usar da palavra, pode fazê-lo agora, de forma rápida também. Ele esteve presente lá no Estado de Mato Grosso conosco, em audiências. Eu acho que ele pode ser também um testemunho dessas audiências que foram realizadas. E, como Consultor da Casa, claro, ele está aqui como um profissional que fez um concurso público, ele tem toda a independência para que a gente possa produzir uma legislação que seja aquilo que venha a atender a sociedade brasileira, em especial, no caso nosso, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Gustavo Aouar.

O SR. GUSTAVO AOUAR CERQUEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Wellington.

Eu gostaria de relembrar o histórico do projeto. Como o senhor bem lembrou, participaram 51 instituições, pelo menos. Foram muitas audiências públicas, e chegamos ao texto que era o possível ali no momento. Eu entendo a posição das organizações da sociedade civil, que às vezes querem um maior nível de proteção, considerando a biodiversidade que está presente no bioma Pantanal, mas, ao mesmo tempo, a gente também tem que pensar na viabilidade de aprovação do projeto e em como acomodar essas demandas da sociedade civil, da Famato, da Famasul, dos pantaneiros, dos indígenas.

Também quero registrar aqui, da participação do Senador Jayme, que ele me pareceu aberto a receber essas sugestões. Posteriormente, a gente pode avaliar essas sugestões, ver o que é possível ser incorporado num eventual... Ele falou que é a primeira versão do substitutivo, não sei se está aberto a mexer no texto, mas estamos à disposição para trabalhar nisso daí e continuar aprimorando o texto do estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – De forma bem sucinta, explique aí a tramitação que teremos.

O SR. GUSTAVO AOUAR CERQUEIRA – Está certo.

É um projeto de iniciativa aqui do Senado, e, então, ele tramita só pelas Comissões – se não me engano, está distribuído a duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ainda bem... Ele é técnico, gente. Então, a gente também tem direito de, às vezes, não ter a certeza. (*Risos.*)

Eu joguei a bola para ele, mas ele pode ainda fazer a pesquisa sobre em quais Comissões tramitaria.

Eu não vou pedir... Eu poderia aqui pedir também, depois, um regime de urgência, com a tramitação englobada em uma Comissão só, mas eu acredito que é importante que um estatuto como esse seja realmente exaurido na sua discussão. Então, se tiver que ir para duas, três Comissões, eu não farei nenhum óbice nesse sentido.

O SR. GUSTAVO AOUAR CERQUEIRA – Eu consultei aqui, e ele foi despachado à CMA em decisão terminativa. Então, de fato, a discussão e votação ocorrem no âmbito da CMA. E depois ele já é enviado à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso é importante que todos saibam. Então, ele está na condição terminativa na nossa Comissão de Meio Ambiente e, depois, então, em sendo aprovado, do jeito que for aprovado – o substitutivo ou o projeto original –, será remetido, então, à Câmara dos Deputados. Não por pedido meu... É uma tramitação normal a que está tendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, eu acredito que, pelo que o próprio Senador Jayme já colocou, ele está aberto. Se for necessária talvez até outra audiência... Todos que estão nos assistindo têm direito de fazer sugestões. Claro, a sensibilidade é sempre... No caso aí, a decisão é do Relator. E à Presidente da Comissão pode também se recorrer, vamos dizer assim. Na condição de proponente, o meu limite é propor. Então, agora, isso está nas mãos do Relator e, claro, da Presidente da Comissão e do Plenário da Comissão.

Ainda, temos aí, aguardando, para conclusão também, representando a UFMT... Não, a UFMT já concluiu. Temos agora ainda o Adriangelo Antunes.

E eu quero registrar, antes do Adriangelo, também o papel do Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, o Sergio Ricardo, que foi também Deputado e que sempre trabalhou nessa questão ambiental.

Com satisfação, mais uma vez, eu aqui passo a palavra ao representante o TCE de Mato Grosso, Adriangelo Barros Antunes.

A SRA. GEORGIA BUMLAI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, tudo bem, Senador? Estou representando aqui o Adriangelo. Eu sou a chefe de gabinete aqui...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Adriangela!

A SRA. GEORGIA BUMLAI (*Por videoconferência*.) – É. (*Risos.*)

Estou nesse papel.

Eu, a Dra. Sabrina e os demais membros aqui da Comissão fizemos alguns estudos, alguns levantamentos, mas acredito que as ponderações que o Adriangelo já fez e até a vertente do nosso Conselheiro na área ambiental... Então, a gente deixa aqui consignadas a nossa presença e a importância desta audiência pública e, principalmente, dessa união que agora nós temos, principalmente com a equipe de V. Exa., e desse trabalho conjunto também.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k., muito obrigado.

Acho que ela concluiu. É isso mesmo, não é? (*Pausa.*)

Vamos passar a palavra aqui, agora, ao último convidado: representando a UFMT, Jhonatan Barbosa da Silva.

O SR. JHONATAN BARBOSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Todos me escutam bem aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. Muito bem.

O SR. JHONATAN BARBOSA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Foi muito importante hoje esta discussão.

Gostei muito das falas do Leonardo, da Luciana e do Paulo.

As minhas mensagens também vão nesse sentido. Eu li esse PL 5.482 e constatei alguns pontos aqui que eles já falaram.

No seu Capítulo III, Das Diretrizes Gerais para o Bioma Pantanal, o que eu notei? Eu notei que, nesses pontos do Capítulo III, tem alguns itens que são bastante contemplados nos outros capítulos, como a questão do desmatamento, do zoneamento ecológico-econômico, só que tem outros pontos que ficaram fracos. São três.

Ali o inciso VIII fala: "adoção de ações de mitigação da mudança do clima e de adaptação aos seus efeitos adversos". Você olha e não nota nada a respeito desse item neste PL. Então, faltou discutir mecanismos de crédito de carbono. Enfim, faltou falar um pouco das ODS também, de que o Paulo falou. Outro ponto é lá no inciso X desse Capítulo 3. Ele fala aqui sobre "proteção, conservação e revitalização de bacias hidrográficas..." Eu acredito aqui que faltou falar, nesse inciso, de monitoramento, implementação dos planos, enquadramento de corpos d'água, ou seja, faltou citar a Lei 9.433, como o Paulo trouxe. Faltou citar essa Lei 9.433.

Enfim, eu não sei se cabe a gente abrir um novo capítulo e falar sobre esses itens aqui, no caso de recursos hídricos mais especificamente. Se não for abrir, pelo menos nesse item X aqui, nesse inciso X do Capítulo 3, colocar, citar a Lei 9.433, melhorar esse inciso aqui. Então, faltou essa parte aqui de recursos hídricos. Ela é muito importante aí para o bioma do Pantanal.

Há outro aspecto aqui. A gente tem ali no inciso XII a questão de implantação dos serviços públicos, de infraestruturas, instalações de saneamento básico. Foi citada a Lei 11.445, mas ficou faltando citar o novo marco do saneamento.

Então, aqui na UFMT, nós temos aqui no Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental uma parceria. Nós também temos o nosso Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos, nós também temos um Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saneamento Ambiental. Então nós estamos desenvolvendo diversos estudos na área de planos de recursos hídricos, de planos de saneamento básico. Estamos aí com o Observatório do Saneamento, enfim, e com vários estudos de monitoramento de glifosato, agrotóxico, mercúrio, de diversos pesquisadores aí, não só do núcleo, do Niesa, mas, sim, como do Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e do Departamento de Engenharia Sanitária e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiental. Então, a estes pontos do eixo recursos hídricos e saneamento eu acho que o PL deveria dar mais luz.

E outro ponto que eu não vi, que faltou, em nenhuma parte aqui é a questão dos empreendimentos hidrelétricos na região. Então a gente tem aí diversas hidrelétricas sendo propostas nos rios formadores aí do Pantanal, nessas regiões de cabeceira, ameaçando a conservação, as relações socioambientais e econômicas pantaneiras tradicionais, de que tanto a Silvana falou.

Enfim, pessoal, eu acho que dá para melhorar bastante esse PL. Eu não sei - foi falado aqui que foram suprimidos vários pontos - se o caso foi de suprimir para não ficar tão pesado, muito maçante e difícil de implementar, mas eu acho que dá para pôr alguns elementos nesses pontos aí e enriquecer a questão das OBS, enfim, e trazer esses dispositivos aí para fortalecer esse PL e fazer uma legislação robusta para o Pantanal.

Era basicamente isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos passar um pequeno vídeo da presença do navio, que eu vou chamar de navio-saúde, lá em Cuiabá, da Marinha. Ele vai ficar até amanhã, quinta-feira, lá.

Agradeço ao Comandante Jorge Henrique Correia, que é o Comandante da Capitania da Marinha em Mato Grosso; e ao Contra-Almirante Iunis Távora Said, que deixa agora o cargo do 6º Distrito Naval, em Ladário, e assume como Vice-Presidente do Estado-Maior das Forças Armadas, em Brasília. Ele será substituído pelo Contra-Almirante Alexandre Amendoeira Nunes. O Alexandre Amendoeira assume, no dia 3 de maio, o comando.

Também o Comandante do navio, eu registro, é o Eduardo Pontual Dubeux.

Peço que seja transmitido este pequeno vídeo sobre a presença desse navio.

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS (Para expor. *Fora do microfone*.) – Senador Wellington, no ano retrasado, o navio deles atolou. Eles chegaram à noite...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Depois da projeção, a senhora pode falar.

Podem projetar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Acho que eu vou ter que interpretar o que ele está falando, fazer interpretação de leitura labial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês estão vendo que este é o navio.

Já concluiu. Não deu tempo de fazer a minha locução.

É possível tentar novamente, para ver se consegue o áudio?

Vamos lá.

Mais uma vez, então, aqui está o navio. Isto é no Rio Cuiabá. Está lá na cidade de Cuiabá, como eu disse, prestando esse serviço na área da saúde, principalmente odontologia e consultas médicas.

Este navio, conforme a Silvana falou, no ano passado, tentou chegar lá, mas estava muito baixo o nível de água. Ele está ficando muito rápido em Cuiabá exatamente pela preocupação de poder navegar de volta...

A SRA. SILVANA DIAS DE CAMPOS (*Fora do microfone*.) – Ele chegou à noite, e, quando foi cedo, não tinha água para ele.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É tão rápido, tão rápido.

Inclusive, ontem, nós tivemos uma enchente muito grande em alguns locais no Mato Grosso, exatamente devido às chuvas torrenciais. Mas, em pouco tempo, talvez em menos de três, quatro, cinco horas, aquilo é dissipado de forma muito rápida, exatamente pelo nível do principal rio, que é o Rio Paraguai, estar muito baixo. Então, é o Rio Paraguai que recebe essa água do Alto Paraguai toda. Não é isso, Leonardo? Como ele está muito baixo, ele absorve essa água em três, quatro, cinco horas.

Então, não representa, para o Pantanal, neste momento, essa chuva torrencial, o volume necessário que o rio leve ao Pantanal.

Estamos aqui já na reta final da nossa audiência pública. Quero agradecer imensamente a todos que participaram. E fica aqui mais um pedido à nossa Ministra Marina, em nome... Claro, quem tem que fazer, principalmente os investimentos lá na infraestrutura do Pantanal, tem que ser a parceria do Governo Federal, do Governo do Estado e os municípios também, mas dadas as circunstâncias que eu já coloquei aqui, os municípios da Baixada Cuiabana são os mais carentes, os que mais necessitam desses investimentos.

Por isso, a retomada desse programa BID Pantanal, ou com outro nome, pode ser outro agente financeiro... Mas como o BID já tem essa experiência vivida lá no Mato Grosso, talvez seja o instrumento mais rápido que nós teríamos.

Então, claro, a opinião... Nunca um empréstimo de longa magnitude e também de tempo será aprovado apenas por um ministério. Sempre, o Governo Federal tem ali um conjunto de ministérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos. Como estamos tratando aqui na área do Ministério do Meio Ambiente, eu tenho certeza de que a opinião do Ministério do Meio Ambiente será fundamental para convencer, principalmente, a área econômica do Estado.

Mas a Ministra do Planejamento é do Mato Grosso do Sul, foi Senadora conosco, esteve naquele evento das queimadas do Pantanal, e tenho certeza de que é uma grande aliada para essa possibilidade de investimentos necessários do Pantanal.

E o que nós estamos fazendo aqui, e hoje é importante, é uma situação avisada. Não é uma coisa que vai acontecer amanhã, essa seca do Pantanal. Já tivemos, inclusive, agora, no Mato Grosso do Sul, algumas queimadas em pleno momento de chuva. Então, essa crise anunciada do Pantanal, com certeza, precisa de um envolvimento de todos os ministérios do Governo e de toda essa parceria. Portanto, é um trabalho de todos. E a gente viveu essa experiência quando das queimadas. Não fosse a presença dos voluntários, também dos proprietários de pousadas e de hotéis, não teríamos tido essa possibilidade do controle. Nós teríamos uma área devastada muito maior.

Então, aqui, mais uma vez, chamo a atenção e agradeço a todos aqueles que poderão e estarão envolvidos nesse trabalho, que é da conservação do Pantanal. Preservação sim, de algumas áreas, mas principalmente o desenvolvimento socioeconômico sustentado do Pantanal.

Como já foi cobrado aqui, e falado, lá existe gente. O homem pantaneiro é composto de toda essa complexidade de pessoas que lá habitam, e repito: proprietários, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, enfim, e aqueles que vão lá também passear, que vão lá contemplar toda essa beleza.

Agradeço, então, a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública, agradecendo aqui e pedindo a Deus que nos ilumine e que nos dê força neste trabalho hercúleo, que é tentar fazer com que as nossas futuras gerações possam ter um meio ambiente saudável.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Jaime Bagattoli, Damares Alves, Ireneu Orth e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Janaína Farias, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Beto Faro, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1494, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para tipificar o crime de zoofilia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Com a emenda de redação 1/CMA. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 496, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 20 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor na sentença penal condenatória à reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 145, de 2020 - Terminativo -** que: "Proíbe, em todo o território nacional, a utilização, a fabricação, a importação, a comercialização e a distribuição de sacolas para o acondicionamento e o transporte de mercadorias que contenham, em sua composição, polímeros plásticos." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 183, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 187, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, do Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, que "Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados."" **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 174, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Projeto de Decreto Legislativo n° 194, de 2021 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos das Instruções Normativas Conjuntas nºs 1, de 12 de abril de 2021, e 2, de 26 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que regulamentam o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 15, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir propostas para viabilizar o cumprimento das metas da Recuperação Energética de Resíduos Sólidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares)." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli e pela Senadora Damares Alves. Foram incluídos entre os convidados: 1 - representante da ABiogás - Associação Brasileira do Biogás; 2 - representante da ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente; 3 - representante da ANCAT - Associação Nacional dos Catadores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de abril de 2024.

Antes de ir aos comunicados, eu gostaria de dar boas-vindas ao Senador Ireneu Orth, que estará conosco aí nos próximos meses, suplente do Senador Carlos Heinze.

Seja muito bem-vindo a esta Comissão, Senador, e a esta Casa! Tenho certeza de que terá tempo para fazer um bom trabalho, representando o seu Estado do Rio Grande do Sul. Obrigada.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Nota técnica do Observatório Pantanal, relativa ao PL 5.482, de 2020, na qual as organizações que integram o observatório e subscrevem a nota técnica apontam por que entendem que o PL 5.482, de 2020, não corresponde ao que deveria ser uma norma federal que regulamenta o Bioma Pantanal em toda a sua complexidade, elencando riscos em dispositivos específicos e apontando o que consideram essencial para garantir a conservação e o desenvolvimento sustentável do Bioma e de toda a sociedade pantaneira.

A nota técnica estará disponível, já está disponível, na página da audiência pública realizada ontem e será anexada à matéria aos termos do inciso II do §2º do art. 261 do Regimento Interno do Senado Federal.

Aviso nº 136, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 240, de 2024, acompanhado dos respectivos relatório e voto, que trata do acompanhamento operacional para fiscalizar a estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), com a finalidade institucional de monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional, nos termos da Política Nuclear Brasileira e diretrizes do Governo Federal.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Queridos colegas Senadoras e Senadores desta Comissão e todos que nos acompanham, dou início à minha fala com uma notícia preocupante divulgada pelo Sistema de Limpeza Urbana, o SLU do Distrito Federal. O aumento do descarte irregular de resíduos, especialmente de entulhos e resíduos volumosos, representa uma série de ameaças aos nossos mananciais e à qualidade de vida da nossa população. Dados divulgados pelo SLU revelam um crescimento significativo nesse tipo de descarte entre os anos de 2022 e 2023. Passamos de cerca de 605 mil para 665 mil toneladas de resíduos descartados irregularmente nesse período, um aumento de mais de 60 mil toneladas em apenas um ano.

Esses números não apenas refletem uma tendência preocupante, mas também evidenciam que a negligência do Governo local com a saúde da população do Distrito Federal acontece no abandono de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários setores essenciais para a nossa cidade e a necessidade urgente de medidas eficazes para conter essa prática prejudicial ao meio ambiente.

Especialistas alertam para as consequências devastadoras desse comportamento irresponsável. O descarte inadequado de resíduos pode comprometer a qualidade da água de nossos mananciais, afetar a biodiversidade local e prejudicar a saúde da população. Esta é uma questão que não pode ser ignorada, pois impacta diretamente a vida de milhares de pessoas e o equilíbrio dos nossos ecossistemas.

Mesmo diante desses desafios e descaso de alguns governantes, há esperança. Vou dar um exemplo claro aqui. Um jovem estudante do curso de Direito da Universidade de Brasília, nossa UnB, Marcos Vinícios Botelho, foi reconhecido como personalidade climática do ano de 2024 do Prêmio Descarbonário pelo projeto Realidade Climática, uma iniciativa internacional. Sua atuação e reconhecimento na causa ambiental demonstra o potencial transformador da juventude em sua luta pela conservação do meio ambiente. Desde cedo, Marcos se envolveu em iniciativas de conscientização ambiental, participando ativamente de projetos de reflorestamento e educação ambiental em sua comunidade. A sua jornada, marcada pelo engajamento e pela determinação, nos lembra do papel fundamental que a juventude desempenha na construção de um futuro sustentável.

Nas palavras do jovem estudante: "Talvez o fato de ver que não avançamos muito nessa luta pode gerar um desânimo, uma sensação de que não tem mais jeito. Mas a juventude contribui com essa esperança idealista de que ainda é possível. A mim desmobiliza não ter esperança, por isso eu acredito". Que a esperança e a vontade de mudanças desse jovem, o jovem Marcos, possam contagiar a todos nós.

No entanto, é importante que não releguemos essa responsabilidade apenas aos jovens. O Governo do Distrito Federal, em particular, deve assumir um papel de liderança na proteção dos nossos recursos naturais e na proteção de políticas ambientais eficazes. Estamos, as autoridades competentes, a intensificar os esforços de fiscalização e implementar medidas concretas para combater o descarte irregular de resíduos na cidade.

É chegada a hora de agir com determinação e comprometimento, reconhecendo que a preservação do meio ambiente é uma responsabilidade de todos nós. Por meio do trabalho conjunto e da colaboração entre o Governo, sociedade civil e setor privado, podemos garantir um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

Que a história de Marcos Vinícios Botelho, estudante de Direito da nossa UnB, nos inspire a redobrar nossos esforços na proteção do nosso planeta e que sirva como um lembrete poderoso de que cada um de nós tem o poder de fazer a diferença.

Bom dia a todos e obrigada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senadora Damares. Bom dia.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Você leu com tanta empolgação, tinha tanta emoção na sua voz, que... Primeiro, é preocupante o assunto trazido, o tema trazido, e preocupante pelo seguinte, Senadora: se isso está acontecendo na capital do Brasil, aqui do nosso lado, imagine o que está acontecendo no Brasil inteiro. O tema é muito preocupante.

Mas eu queria falar do menino, do jovem estudante. Eu acho que a gente tinha que trazê-lo na Comissão, nem que fosse para a gente conhecê-lo. Dez minutos de fala dele aqui... É um menino que vai inspirar muita gente, muitos outros meninos. Então, eu fiquei emocionada com a fala dele, com a posição dele e por ser um jovem. Essa geração está precisando de heróis. Vamos pensar em trazê-lo aqui, pelo menos um pouquinho, na Comissão?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senadora Damares, a senhora me deu uma ideia. Na segunda-feira agora, nós vamos fazer uma sessão especial em homenagem ao aniversário de Brasília, e certamente estaremos aqui, os três Senadores, e a faremos. Já provoco a minha equipe aí a fazer o convite ao jovem Marcos, para que ele esteja conosco, e vamos dar a palavra a ele.

Obrigada pela sugestão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Jayme. Bom dia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Bom dia.

Presidente Leila, demais Senadores e Senadoras, quero só fazer um breve comentário em relação à audiência pública do dia de ontem, tendo em vista que V. Exa. acabou de fazer a leitura da ata que vai ser aprovada, que é do 5.482/2020, que foi a pedido do Instituto Leverger, que solicitou ao Ministério Público Federal que fosse feita aqui uma audiência pública para que pudéssemos com certeza ouvir mais alguns seguimentos, sobretudo do Pantanal, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, e ali tivemos o privilégio de ter aqui mais de dez convidados, todos com uma participação muito ativa.

Mas o fato é o seguinte. Nós estamos abertos, como Relator, para os apontamentos que certamente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E já quero agradecer ao senhor, Senador Jayme, e ao Senador Wellington, porque, quando nós fomos provocados aqui, o senhor foi muito solícito. Eu quero reforçar o quanto o senhor foi solícito em estar realizando a audiência aqui na Comissão. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Para demonstrarmos a nossa vontade, sobretudo para fazermos de forma zelosa, ouvindo de forma democrática todos aqueles interessados, e isso foi feito no dia de ontem.

E naturalmente tem o substitutivo nosso em relação ao projeto original, e eu espero que... Estamos aptos para receber os apontamentos, para receber sugestão para melhorarmos, nesse caso, e aprimorarmos o meu substitutivo. E, nesse caso particularmente, eu quero deixar muito bem claro que essa pauta é uma pauta de interesse do Brasil, essa não é uma pauta de questão ideológica, partidária – muito pelo contrário. Nós queremos fazer uma coisa robusta e que seja uma coisa que, de fato, vá contemplar esse patrimônio sagrado da humanidade que é o Pantanal, tanto no Mato Grosso como no Mato Grosso do Sul, esquecendo a questão ideológica, a questão partidária.

Confesso para a senhora que eu deixei muito bem claro para os representantes das entidades aqui que, a bem da verdade, essa questão do Estatuto do Pantanal tem que ser resolvida com a maior brevidade possível, até porque lá é uma vegetação totalmente diferenciada. E o que vocês têm acompanhado nos últimos anos é só fogo. Hoje estamos em pleno mês de abril, e, na semana passada, se não me falha a memória, o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul decretou estado de emergência, porque já se instalaram lá imensos incêndios em vários pontos do Pantanal.

E, por incrível que pareça, no longo desses 150 anos que vinham sendo monitorados pela Marinha do Brasil, este ano é o pior da história contemporânea. E o que você percebe é que vai ser pior do que nos outros anos.

No ano de 2020, V. Exa. já estava aqui, acompanhou muito bem o que aconteceu, a tragédia no Pantanal, não é isso? E lamentavelmente os governos não se prepararam. Lá tem que ser preparado, com certeza lá, sobretudo a presença do Estado. Não adianta a gente fazer aqui a nossa parte – leis –, e o Estado não cumprir com essa missão, seja ele federal, seja estadual, seja municipal. Lá é com certeza... Enquanto não tiver a visão de que quem tem que ajudar a resolver os problemas é o homem pantaneiro, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Quem conhece a realidade do Pantanal, em ambos os estados, é o cidadão que nasceu e que se criou lá, ele que pode contribuir. Entretanto, essas pessoas não são ouvidas – não são ouvidas! São feitos projetos muitas vezes em ar-condicionado, em salas fechadas aqui em Brasília, até muitas vezes no exterior, e o cidadão que está lá, que nasceu, que se criou lá, não é ouvido.

De modo que eu quero deixar aqui muito bem claro, que nós temos toda a boa vontade para, com certeza, receber os apontamentos que eventualmente nos oferecerem e nós colocamos aquilo que nós achamos que é certo dentro do nosso relatório que com certeza aqui, nesses próximos dias, vai ser aprovado nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer à V. Exa. pela sua boa vontade, sobretudo quando solicitaram à senhora que convocasse essa audiência pública; de imediato, de bate pronto, a senhora já marcou dia, data e hora e ontem foi realizada. Eu quero só fazer um pequeno comentário.

Muito obrigado, Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Senador Jayme, estamos à disposição, como o senhor falou, para ouvir as sugestões, para entregarmos o mais rápido possível esse trabalho.

Bom, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada no dia 16 de abril de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Vamos ao item da pauta deliberativa, item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1494, DE 2021

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para tipificar o crime de zoofilia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 20/03/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Autoria Câmara dos Deputados, Deputado Fred Costa, Patriota, Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez que o relatório já foi lido, Senadora Damares, eu consulto se V. Exa. gostaria de fazer o uso da palavra antes de passarmos à discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sim, Senadora, foi solicitada vista e há uma adequação de uma palavra apenas no relatório: o projeto vem como crime de zoofilia, da forma como ele é conhecido, mas a gente está trazendo zoofilia/zooerastia, porque também é conhecido como zooerastia. É o termo na verdade certo, então a gente está só trazendo a palavra para tipificar o crime. É uma emenda de redação, não vai ter problema, crime de zoofilia/zooerastia. Está o.k.?

A redação nova já foi entregue.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares.

A matéria está em discussão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Só para, rapidamente, cumprimentar a colega, querida amiga Senadora Damares, pela pertinência da matéria. Isso é uma inspiração bíblica, inclusive. O ser humano... Deus criou os animais, as plantas, enfim, o meio ambiente para nos servir, com a obrigação de que a gente cuide das criações com zelo, com carinho, que não abuse. E o que esse projeto visa é coibir um abuso, uma relação que eu considero profana.

Então, parabéns pela iniciativa. Estamos prontos para votar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Marcio Bittar. Desculpe-me, eu não falei o nome, perdão.

Bom, encerro a discussão.

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda 1 - CMA (Emenda de Redação), apresentada pela Senadora Damares.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigada, Senadora Damares.

Item 2, Projeto de Lei nº 496, de 2023, não terminativo, foi retirado da pauta pelo Senador Beto Faro.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 496, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 20 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor na sentença penal condenatória à reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação com 1 emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 10/04/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.)

Então, nós vamos passar para o item 3 da pauta.

Nós estamos mudando, saindo do papel para o tecnológico, então eu peço desculpas a vocês por não estar tão célere, mas é o certo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 145, DE 2020

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proíbe, em todo o território nacional, a utilização, a fabricação, a importação, a comercialização e a distribuição de sacolas para o acondicionamento e o transporte de mercadorias que contenham, em sua composição, polímeros plásticos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela rejeição

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senadora Leila, Presidente desta Comissão de Meio Ambiente.

Eu queria pedir a retirada de pauta, porque nós estamos analisando mais, junto também com o Senador Ciro Nogueira. Estamos estudando a análise, vendo o impacto que vai dar isso dentro da indústria. Então a gente está analisando com mais tempo isso aí.

Eu queria pedir à Presidenta, se não for inconveniente, a inversão de pauta para o item 6. Eu vou apoiar o requerimento do Senador Jorge Seif, que não pôde vir hoje aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O senhor vai subscrever?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vou subscrever.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito. Então, eu consulto aos colegas se podemos fazer a inversão. (*Pausa.*)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 15, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir propostas para viabilizar o cumprimento das metas da Recuperação Energética de Resíduos Sólidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Autoria: Senador Jorge Seif, subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli.

Eu concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura do requerimento.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Ireneu.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – É para inclusão do representante da Abiogás, Associação Brasileira do Biogás, nessa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, perfeito. Pedi aí a nossa mesa para inserir.

Obrigada, Senador Ireneu.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, é um requerimento. Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir propostas para viabilizar o cumprimento das metas da Recuperação Energética de Resíduos Sólidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Sr. Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (Abren);

• o Sr. Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia;

• o Sr. Adalberto Felício Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

• o Sr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Departamento para o Clima e Sustentabilidade da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

• o Sr. Alceu Lorenzon, Presidente da Alcaplas Indústria de Plásticos.

Justificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, o Brasil descarta praticamente todos os seus resíduos sólidos urbanos em aterros ou lixões, sendo que a disposição inadequada provoca o risco de contaminação dos recursos hídricos pelo chorume ou lixiviado, reduzindo a água potável disponível no planeta, bem como ocasionando danos à saúde humana que podem ser facilmente evitáveis ao se usar processos tecnológicos disponíveis.

A destinação dos resíduos tem sido um desafio milenar para todas as civilizações, e no mundo moderno tem ganhado espaço com a inserção de estratégias para evitar ao máximo o aterramento, especialmente em razão das práticas atuais de consumo e a geração de quantidades monumentais de refugo todos os dias.

Países-membros da União Europeia, os Estados Unidos, China, Japão, Austrália, Singapura, Índia, entre outros, incluíram a recuperação energética como priorização para tratamento de resíduos sólidos não recicláveis, que, além de caracterizarem uma destinação sustentável, de baixo carbono e alinhada com os princípios da economia circular, contribuem para a geração de vapor, energia elétrica limpa, renovável e firme, atribuindo maior confiabilidade e estabilidade ao sistema elétrico.

Existem atualmente 3 mil usinas de recuperação energética de resíduos sólidos urbanos em todo o mundo, e estas unidades estão totalmente alinhadas à transição energética. No entanto, no Brasil não há nenhuma usina de recuperação de energia de resíduos, mas apenas projetos em desenvolvimento e uma única usina em construção, a Unidade de Recuperação Energética (URE) Barueri, em São Paulo, com 20MW de potência instalada.

Vale ressaltar que os 13 países que mais investem em tratamento térmico de resíduos no mundo estão também entre os 16 primeiros países no Índice de Saúde e Bem-Estar do Fórum Econômico Mundial. A instalação de usinas de recuperação energética de resíduos permite incomensuráveis benefícios à saúde da população, pois trata-se da solução de saneamento básico mais eficiente para tratamento de resíduos sólidos urbanos em todo o mundo.

Os locais onde as usinas de recuperação energética de resíduos foram implementadas apresentam também as taxas de reciclagem mais elevadas no mundo. No Brasil, elas permitiriam a recuperação de em média 23kg de metais reciclados para cada tonelada de resíduo tratado. A implantação de usinas nas 28 regiões metropolitanas brasileiras, com mais de 1 milhão de habitantes, teria potencial de recuperar mais de 800 mil toneladas de metais por ano.

O *5º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* aponta que as usinas de recuperação energética são a forma mais eficaz para mitigação dos gases de efeito estufa dos resíduos sólidos urbanos.

Entendendo ser o assunto de vital importância para o Brasil, bem como de alta relevância no contexto mundial, acreditamos ser justo o debate e a exposição dos temas correlatos para uma melhor elucidação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos no contexto de uma construção de um meio ambiente sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, apresentamos como oportuna a realização da audiência pública objeto deste requerimento no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA), razão pela qual rogamos aos nobres pares a sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador. Perfeito, Senador Jaime.

Com a palavra, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero apenas pontuar a oportunidade desse evento. Eu tenho dito que é impressionante como a humanidade, ao longo da história, compra versões, narrativas e você não consegue desfazer. É impressionante.

Por que é oportuno, Jaime, esse requerimento? Porque a discussão no mundo sobre as fontes de energia e o que fazer com o resultado dos lixos provocados tem sido completamente ideologizada no Brasil, não tenho dúvida disso. Porque, primeiro, não é uma coisa assim... Como é que você explica, num país que tem as águas que nós temos, inventar, como política de Estado, energia eólica e energia solar? Isso é um absurdo! Alguém se lembra...

Quando você quer substituir, Presidente, uma barragem, uma hidrelétrica por energia solar ou energia eólica, a área é dezenas de vezes maior do que o tamanho de uma barragem. E mais um detalhe: até do ponto de vista ambiental, a eólica está colocada na altura exata da migração de pássaros pelo mundo, e muitos estão morrendo, porque é exatamente naquela migração que se coloca aquele elefante imenso, que é a energia eólica.

Um detalhe: ninguém sabe o que vai fazer com aquilo quando virar lixo – ninguém sabe o que vai fazer com aquilo quando virar lixo –, além do fato da perturbação do barulho para as comunidades por onde ela passa. E é caríssima!

Com a solar, é a mesma coisa. Aliás, o lixo da solar, depois de décadas, sabem para onde é que vai? Os países ricos o mandam sabem para onde? Para a África. E não mandam de graça, ainda cobram um percentual barato. Então, a discussão sobre energia, sobre recursos renováveis é fundamental.

Eu até sugeriria à Presidente Leila que, durante a sua Presidência, esta Comissão conversasse e tivesse coragem, Presidente, de trazer pessoas que discordam do pensamento corrente, como, por exemplo, daqueles que acham que o homem muda o clima do planeta. Ele não muda – ele não muda! Nós fomos levados a imaginar algo que não conseguimos fazer e nos esquecemos ou gastamos pouca energia com aquilo que podemos fazer, que é a poluição nas cidades, são os igarapés poluídos, é o que fazer com o produto objeto deste pedido, que são os resíduos sólidos, para evitar, inclusive, que países ricos joguem esses resíduos sólidos em países do terceiro mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, fica aqui a sugestão: por que não fazermos – bem feita, bem elaborada, com tempo, durante este ano – uma discussão aqui sobre essa questão das fontes de energia?

Existe muita picaretagem, Presidente, por trás disso. Os países que bancam campanhas no Brasil contra a utilização de petróleo vivem de petróleo. É simples assim.

Agora há pouco, eu assisti a um vídeo e mandei uma mensagem ao remetente, parabenizando-o e dizendo que eu tenho falado isso há décadas. Mas você fala há décadas, e as pessoas não ouvem.

A bacia de petróleo que está lá em cima na Venezuela, nas Guianas é a mesma que tem no Brasil. Por que se pode tirar petróleo do lado de lá e, em quilômetros aqui para baixo, não se pode tirar?

Uma coisa que eu vivo dizendo há tanto tempo e que também não tem ressonância: o problema da Amazônia é pobreza. Nós temos 28 milhões de pessoas que, a cada ano, estão mais pobres. Já falei quantas vezes que o único estado da Amazônia em que a força produtiva de trabalho é maior do que a quantidade de Bolsa Família é o Estado de Rondônia. Será que é uma coincidência ou é uma realidade que Rondônia produza em um terço do seu território? Hoje, ele é forte no agronegócio, em comparação ao Acre, ao Amazonas, ao Pará. É o único estado, o estado aqui do meu amigo Jaime Bagattoli.

Então, eu acho, Presidente, oportuno o requerimento do Senador Jorge Seif. Aliás, ontem, eu gravei um vídeo em solidariedade a ele. Eu acho que estão caçando mandatos que deveriam ser algo quase que intocável, que é o mandato popular. O que há de mais belo, o que há de mais bonito é você ir para o meio da rua pedir voto e receber a confiança das pessoas, falar em nome de milhares de pessoas. O Jorge Seif foi eleito e, de repente, está tendo agora, de novo, um processo do TSE que pode cassar o mandato legítimo, livre que as pessoas do Santa Catarina deram a ele. Eu me coloquei me solidarizando com o colega Jorge.

E quero aproveitar para dizer da felicidade desse requerimento para esse debate. Pediram-me agora, Presidente, para incluir, se não for atrapalhar, a Abrema, que é a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. Então, se não tiver nenhuma objeção, peço para incluir, deixando essa sugestão, que, ao longo deste ano, esta Comissão, com essa Presidente brilhante, possa elaborar um debate – e aí eu sugeriria nomes – sobre essa questão da energia, fontes de energia, o que se faz no mundo, o que se faz no Brasil. Eu acho que nós contribuiríamos para elucidar muitos temas que são bastante obscuros na opinião pública.

Muito obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela sugestão, Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o maior exemplo de como trabalha esta Presidência é a autoria, o autor foi o Jorge Seif. Então, não tem lado ideológico, nem campo ideológico, nem nada. E, com relação à sugestão, a Presidência de Comissão aceita as sugestões, mas eu quero a provocação de vocês. Não sou eu que tem que estar o tempo todo dizendo o que nós temos que fazer. Na verdade, vocês, como membros de Comissão que querem debater políticas públicas, o objeto desta Comissão é meio ambiente; como tem a da agricultura, tem a do meio ambiente. Então, nós vamos debater o que é necessário. Ótimo, tragam as sugestões, vamos debater, estarei à disposição para fazer o debate na Comissão, como sempre fiz nesses meses que estou na Presidência. É isso.

Perfeito, Senador Marcio Bittar!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ainda...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Ainda quanto ao requerimento, Senadora, eu gostaria de subscrever, dada a importância do tema.

E, claro, quero aproveitar e prestar minha solidariedade ao Senador Seif.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente, só um comentário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Você sabe que hoje o grande problema que nós temos, todos os municípios do país hoje têm problema nessa questão dos resíduos dos lixos. Está aqui uma solução talvez que nós possamos encontrar para nós ajudarmos o meio ambiente. Esse mesmo problema nós tínhamos há anos; há uns cinco, seis anos, viemos estudando. Nós estamos resolvendo esse problema nos confinamentos Brasil afora: nós estamos fazendo compostagem dos resíduos hoje, há investimentos para fazer compostagem e também a geração de energia através do gás produzido.

Então, por esse requerimento, eu quero parabenizar o Jorge Seif. Quero mandar minha solidariedade a ele pelo que está acontecendo nos últimos dias, tem acontecido. Mas quero dizer ao meu amigo Senador Jorge Seif: Deus é maior, fique tranquilo que tudo dará certo e nós estamos com você, os Senadores aqui desta Casa estão com você e nós somos solidários a você! Um grande abraço, meu irmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... se V. Exa. me permite.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu sei que V. Exa. é democrata.

É só para fazer duas observações. Sobre a questão do lixo no Brasil, vamos ser pragmáticos aqui: se o Governo não entrar, a maioria absoluta das prefeituras do Brasil não terá capacidade de fazer nenhuma, com certeza, usina de compostagem de lixo etc. Tem que se fazer consórcio no Brasil, pequenas prefeituras não têm capacidade técnica.

O Brasil tem 5.634 municípios. A maioria absoluta não tem nem capacidade de fazer o quê? Um projeto para dar a destinação ao lixo. Se o Governo Federal... Na verdade, já foi aprovado lá atrás isto aí: que até 2020, 2021 – V. Exa. deve lembrar – já era para ter acabado o problema da destinação de lixo, seja sólido, seja não sólido. Pois bem. Então, o Governo quase nada está investindo, é bom que se esclareça isso aqui. Você não acha uma ação do Governo Federal – não é deste Governo, dos outros governos– que, com certeza, vai dar destinação ao lixo.

Dois. Marcio, meu querido Senador, competente Senador do Acre, V. Exa. fez uma observação aí em relação à energia eólica e também à energia fotovoltaica, dizendo da abundância, da riqueza que nós temos de água do Brasil. Vou só lhe dar um dado. De fato, o senhor está no caminho certo, mas a energia no Brasil virou uma caixa-preta, vamos ser honestos aqui, a energia mais cara do planeta. Vou só lhe dar um dado. Em Mato Grosso, é a energia mais cara do Brasil, e não tem energia. Nós somos exportadores de energia. Vejam só o contrassenso! Ora, como Mato Grosso é um dos maiores produtores de energia do Brasil, exporta e não tem oferta para atender a demanda que, hoje, infelizmente, algumas indústrias... Estamos com dificuldade de ter disponibilidade de energia para que se possa instalar lá uma indústria, para que, enfim, se possa melhorar o nosso agronegócio através da verticalização, pois nós temos que buscar a agroindústria no nosso estado. Pois bem. E o que é o mais grave? Acabou de dar agora aumento – não sei se o senhor está sabendo – a Aneel; lá em Mato Grosso foi de 4,8%. Vêm aqui os representantes das distribuidoras e das concessionárias e dizem que o Brasil tem energia em abundância. Como é que, em um país que tem energia em abundância, que está sobrando, você faz reajuste das tarifas?! Ora, é a lei da oferta e da procura. Então, aqui há um descompasso no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que hoje a fotovoltaica, sobretudo nas residências... Não é do... É do Brasil. O senhor sabe quanto representa a fotovoltaica hoje já no Brasil? Está representando algo entre 16% a 17%. Sabe qual é a diferença de preço entre a hidráulica, produzida e distribuída pelas concessionárias ou através de termoelétrica, e a fotovoltaica? É 30%, no mínimo; é 30% no mínimo. É por isso que a sociedade, de uma maneira geral, está buscando uma energia mais barata, sobretudo o trabalhador. O cidadão da classe média está indo atrás da fotovoltaica, pois ele consegue fazer um pequeno financiamento, alguma coisa parecida, e, com R$30 mil, R$40 mil, ele instala na casa dele. Com a energia em que ele pagava R$2,5 mil por mês, ele passa a pagar no máximo R$300, R$400, R$500, porque ele tem que pagar o financiamento. Ao longo de quatro anos, mais ou menos, na média ponderada, ele conseguiu pagar já a fotovoltaica e entra na taxa de transmissão de energia na sua residência... Então, é um assunto extremamente importante que V. Exa. traz a esta Comissão.

Todavia, nós temos que ver também o bolso do cidadão brasileiro, que não aguenta mais pagar energia, não. Isso aqui virou uma caixa-preta. Nós temos obrigação, como Senadores da República, de exigir que a Aneel traga aqui, com certeza, fatos concretos. Hoje nós não temos acesso nenhum. A Aneel reajusta, realinha preços e não dá satisfação para ninguém. E dizem que ela é agência fiscalizadora. Fiscaliza coisa nenhuma! Está lá o Estado de São Paulo em que semanalmente tem o quê? Apagão, e 3 milhões, 4 milhões de brasileiros ficam à mercê de um serviço de energia elétrica que não é como ele bem merece.

Eu faço esta observação porque eu sou favorável à fotovoltaica. V. Exa. fez sua ponderação. É relevante? É. Entretanto, eu sou favorável, sabe por quê? Porque barateia para o cidadão brasileiro. Essa é a razão maior por que isso aí virou febre no Brasil e vai continuar.

Era só essa a observação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, só uma questão de esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jayme.

Pois não, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Eu não sou contra. Eu acho que essa iniciativa pessoal do cidadão é muito válida. Eu mesmo estou fazendo isso.

O que eu mencionei, querido Jayme, é que, como política de Estado, um país que tem a água que nós temos apostar, como gasto público, por exemplo, em uma energia que é muito mais cara, que para fazer-se é muito mais cara e ocupa um território muito maior, em detrimento de barragens, que é apenas conter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

água... E aí, basicamente, quando você quer fazer isso, o argumento contrário é ambiental, porque você vai alagar uma área, como se alagar uma área no Brasil de não sei quantos campos futebol fosse um problema e tal. Mas, para o indivíduo, não.

Como também, além do exemplo que V. Exa. elucida e que é verdadeiro, veja-se a Amazônia. Para os interiores da Amazônia também é uma alternativa. Você tem comunidades muito pequenas, e você não tem como levar... Sai mais em conta, nesse caso, sim, o estado colocar placa solar lá dentro.

Então, são casos; eu não são contra. Eu chamei a atenção foi para o fato de que, como política de Estado, um país que tem... Primeiro, que a energia mais limpa e mais barata do planeta não é nem a hidráulica; é a nuclear. É a mais limpa e mais barata do planeta. E é o que a França está fazendo: está substituindo e, hoje, está com a maior parte da energia dela bancada por energia nuclear, porque é a mais limpa e a mais barata. Criou-se um preconceito, ligando aquilo com bomba atômica, e não tem nada a ver uma coisa com a outra. Criou-se um preconceito com isso, inclusive fechando algumas, como é o caso do Brasil, ou paralisando obras. Mas depois vem a energia hidráulica.

Só chamei a atenção, porque, como é que um país... As duas últimas hidrelétricas que foram construídas no Brasil, foram feitas a fio d'água. Por que foram feitas a fio d'água? Para evitar que ela se alargasse mais. E aí, por quatro, cinco ou seis meses do ano, o empreendimento público fica parado, porque não tem água passando lá, numa contradição total.

Por isso eu disse como é importante fazermos um seminário – eu vou oficializar, oficializar com o requerimento –, um debate na Comissão sobre fontes de energia no Brasil e no mundo, para a gente poder trazer pessoas para aprofundar o caso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

Vamos colocar em votação o requerimento apresentado pelo Senador Jorge Seif. (*Pausa.*)

Foram acrescentados ao requerimento: representante da ABiogás, pelo Senador Ireneu; da Ancat; e foi apresentado pelo Senador... (*Pausa.*)

Abrema. (*Pausa.*)

Isso, a Abrema foi o Senador Marcio Bittar; e a Ancat eu vou subscrever, que é a Associação Nacional dos Catadores.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

O item 3 foi retirado pelo Senador Jaime Bagattoli. Assim que ele apresentar o relatório, nós já o pautaremos.

Os itens 4 e 5 foram retirados pelos Relatores, então não vamos colocar nenhum Relator *ad hoc*.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 183, DE 2020

- Não terminativo -

Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 187, DE 2020

- Não terminativo -

Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, do Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, que "Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados."

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2021

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2021

- Não terminativo -

Susta os efeitos das Instruções Normativas Conjuntas nºs 1, de 12 de abril de 2021, e 2, de 26 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que regulamentam o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Então, nós vamos ao encerramento – quarta-feira, Casa bombando.

Quero agradecer a participação de todos. Foi rápida, mas foi produtiva. Quero agradecer aos Senadores e às Senadoras que estiveram presentes, assim como a todos que nos acompanharam.

E nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Beto Faro, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Leila Barros, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Damares Alves e Ireneu Orth, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Laércio Oliveira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2024 - CMA, de autoria do Senador Beto Faro (PT/PA). **Finalidade:** Debater sobre os trabalhos de organização e sobre as expectativas políticas da realização da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) a se realizar na cidade de Belém, Pará no período de 10 a 21 de novembro de 2025. **Participantes:** Sra. Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Sr. Cláudio Puty, Coordenador Municipal da COP30 (representante de: Prefeitura Municipal de Belém (PA)); Ministra Liliam Beatris Chagas de Moura, Diretora do Departamento de Clima (DECLIMA) do Ministério de Relações Exteriores (MRE); Sr. José Mauro O'de Almeida, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Pará; Sr. Valter Correia da Silva, Secretário Extraordinário para a COP30 (representante de: Casa Civil da Presidência da República); Sra. Hana Ghassan Tuma, Vice-Governadora do Estado do Pará; e Sr. Hugo do Valle Mendes, Coordenador de Projetos da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Beto Faro
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/23

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de abril de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre os trabalhos de organização e sobre as expectativas políticas da realização da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, COP 30, a ser realizada na cidade de Belém, Pará, no período de 10 a 21 de novembro de 2025, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2024, de minha autoria.

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados: Sra. Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (*Palmas.*)

Obrigado desde já pela presença, Ana.

Ministra Liliam Beatris, Diretora do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores. (*Palmas.*)

Sr. Valter Correia da Silva, Secretário Extraordinário para a COP 30, representando a Casa Civil da Presidência da República. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recém-criada secretaria.

Participam por videoconferência – acho que já devem estar participando – a nossa Vice-Governadora do Estado do Pará, Hana Ghassan Tuma; o Coordenador Municipal da COP 30 da Prefeitura de Belém, Secretário de Gestão e Planejamento, Sr. Cláudio Puty; e José Mauro O' de Almeida, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Pará.

O Mauro já conseguiu entrar?

O SR. JOSÉ MAURO O' DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Estou aqui, Senador. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está o.k. Ah, tá.

Está sem vídeo? (*Pausa.*)

A gente organiza.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até – nós vamos conceder – dez minutos, mas flexíveis aqui, dependendo da intervenção, podendo passar um pouco, não teremos problema com relação a isso – na primeira exposição, depois do debate, tendo o complemento de cada um dos expositores. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazer as perguntas ou comentários.

Seria bom que a gente tivesse aqui as perguntas do e-Cidadania, para eu poder fazer a leitura antes, inclusive porque, na fala de vocês, vocês já podem até tocar naquilo que os nossos internautas estão perguntando.

As perguntas já feitas pela e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Karina, do Distrito Federal: "Como [...] [enfrentaremos os] desafios das emergências climáticas sem órgãos ambientais fortalecidos e servidores valorizados?".

Gisele, do Acre: "Qual a perspectiva de medidas concretas para [...] [reduzir] os impactos da mudança climática sobre os mais [...] [vulneráveis]?".

Denyelle, de Sergipe: "Como o país pretende utilizar essa oportunidade para melhorar a fiscalização de áreas de preservação a fim de [...] [reduzir] casos de desmatamento?".

Víttor, de São Paulo: "Como a COP 30 em uma cidade de médio porte do Brasil pode influenciar a agenda climática global e a percepção internacional do país?".

E o Rodrigo, do Espírito Santo: "Como o Governo brasileiro pretende fiscalizar e monitorar o reflorestamento e evitar que áreas secundárias sejam reutilizadas no futuro?".

Acho que seria bom, inclusive, que fossem distribuídas as perguntas também para as pessoas aqui.

Então, feita essa abertura, a gente passa, então, a palavra, começando pela Ana Toni, que foi a primeira que eu chamei para compor a mesa. Quero agradecer a sua presença e passar a palavra por dez minutos, com flexibilidade.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero agradecer ao Senador Faro pelo convite – é uma honra estar de volta a esta Casa, a esta Comissão –, cumprimentar os outros Senadores aqui presentes e agradecer este debate, que é tão importante acho que para todos nós.

A gente estava comentando um pouco antes com a Ministra Liliam e com o Secretário Valter que o debate da COP 30, diferentemente de uma COP que normalmente acontece, está acontecendo com mais antecedência no Brasil do que normalmente acontece em termos de preparação. Isso é muito bom, porque a gente vai ter um pouco mais tempo.

É importante sublinhar que não só a gente começa com muita antecedência a falar da COP 30, desde que o Presidente Lula foi para o Egito e fez a declaração e o convite para as Nações Unidas para o Brasil sediar uma COP, principalmente uma COP na Amazônia, mas a expectativa de uma COP no Brasil na Amazônia é imensa nacional e internacionalmente. A gente sabe disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar que a Convenção sobre Mudança do Clima nasceu no Brasil, então é uma volta da Convenção para o Brasil, que nasceu no Rio de Janeiro, em 1992, e volta agora, no ano que vem, a Belém. Eu acho que mostra um ciclo de um Brasil que sempre foi liderança no tema de mudanças do clima. Então, o Brasil tem muita expectativa, porque o Brasil sempre teve uma posição internacional, nacional de liderança nesta temática.

A expectativa é muito grande do que vai acontecer na nossa COP. Vem depois de uma COP em Dubai e uma COP no Azerbaijão, agora indo para Belém, que é um lugar totalmente diferente de Dubai ou de Baku, onde será a próxima COP. Então, acho que tem muito dessa expectativa.

A nossa sensação, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na secretaria, é que a sociedade brasileira já está muito envolvida e participando bastante do que queremos desta COP. A gente vê a COP como uma oportunidade. Não só é uma COP... Temos que ter toda a consciência de que é uma COP no Brasil, mas não do Brasil. Então, o Brasil vai sediar uma conferência internacional e ter a Presidência dessa COP, mas a gente tem consciência de que é uma COP internacional, da qual o Brasil é o país sede. Então, nós temos obrigações – e acho que a Liliam vai entrar em detalhe – internacionais para essa COP.

Lógico, sendo uma COP no Brasil, temos muitas oportunidades para o Brasil mostrar o melhor de si. Então, acho que a pergunta é: que legado esta COP deve e pode deixar para o Brasil, para os brasileiros, para a economia brasileira e obviamente para a população local e para a Amazônia? E aí acho que o Valter vai falar um pouco mais de Belém, mas logicamente a nossa preocupação é essa.

Da nossa perspectiva, a gente quer chegar a essa COP como Secretaria Nacional de Mudança do Clima, responsável por secretariar o Comitê Interministerial de Mudança do Clima, que é presidido pela Casa Civil; nós somos a secretaria desse plano nacional, então nós estamos elaborando o novo Plano Nacional de Mudanças do Clima. Todo mundo sabe que, no ano passado, o Presidente Lula fez uma correção da nossa NDC, então deixou claras agora nossas metas para 2030, mas o Brasil e o mundo inteiro vão vir para Belém tendo que apresentar as metas para 2035.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o grande tema para a COP 30, da perspectiva global, são alguns temas de negociação, adaptação, transição justa, mas a grande expectativa é que é o momento global no qual todos os países têm que trazer as suas novas metas climáticas – e o Brasil também.

Da perspectiva da secretaria, nós estamos agora, junto com todos os ministérios – são 18 ministérios dentro do comitê interministerial –, elaborando, fazendo as pesquisas necessárias, os cenários climáticos necessários para pensar a nossa nova meta de 2035, porque a de 2030 nós já temos e é, em termos de mitigação, a de diminuir em 53% as nossas emissões. E aí estão sendo desenvolvidos planos e planos de negócio para como é que a gente vai reduzir essas emissões, pois isso é absolutamente fundamental. Estamos tentando ver quem serão os setores que vão ser afetados, como é que podemos assegurar que o número de empregos aumente em vez de diminuir nesses setores. Então, esses planos estão sendo colocados, já a apontar para a meta de 2035.

Em relação ao Plano Clima, estão sendo elaborados sete planos de mitigação, que são mudança de uso da terra, agricultura, transporte, energia, cidades e mobilidade, resíduos sólidos e mineração. Serão sete ou já são sete planos que estão sendo elaborados. Em breve, podemos fazer até um debate aqui na Comissão até para entrar em mais detalhes sobre cada um desses planos – seria talvez interessante trazer isso para o Senado. Logicamente, tudo vai para consulta pública, não tem nenhuma dúvida sobre isso.

E serão 15 planos de adaptação. E isso é uma novidade muito importante. A gente sabe que o Brasil é um emissor, o sexto maior emissor, de gás de efeito estufa. Comparado com países como China e Estados Unidos, é muito pequeno, mas contribuímos como o sexto nisso. E temos muitas oportunidades de ser o maior provedor de soluções climáticas, com a nossa agricultura, com o nosso setor elétrico já bastante descarbonizado... Então, acho que, da nossa perspectiva, a gente vê nessa COP uma oportunidade para o Brasil se colocar como país que é um grande promotor e provedor de soluções climáticas não só para o Brasil como para o mundo, em todos os setores.

Logicamente, temos gargalos. Desmatamento é um deles. Já temos, nesse ano que passou, boas notícias sobre o desmatamento caindo rapidamente, mas temos que nos esforçar mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria dar de novo uma ênfase no tema de adaptação. O Brasil é o sexto maior emissor, mas é um dos países mais vulneráveis à mudança do clima. Com tudo o que os cientistas nos mostram, com todas as pesquisas que a gente está vendo, se as mudanças climáticas passarem de 1,5 grau, como a gente já está vendo, pois já estamos infelizmente nesse caminho dessa emergência climática, quem vai sofrer primeiro... Primeiro, vai ser a nossa agricultura, em que a gente precisa de uma regularidade de chuvas e de umidade para nossa própria agricultura, com primeira safra, segunda safra. Segundo, quem vai sofrer muito é a nossa parte de energia, pois a gente sabe que a gente depende muito novamente das chuvas regulares para as nossas hidrelétricas.

E, terceiro – e talvez devessem ser os primeiros –, quem vai sofrer muito com os eventos extremos, pois já estão sofrendo, são as populações mais vulneráveis do Brasil que moram em áreas de deslizamento de terra, que estão vulneráveis à seca... E essa é a nossa prioridade nos 15 planos de adaptação que estão sendo elaborados.

Não só é do interesse do Brasil chegar a uma COP mostrando quais são as oportunidades econômicas, de negócios que o Brasil tem como sendo esse promotor de soluções climáticas para o Brasil e para o mundo, mas é também do interesse do Brasil assegurar que o tema de adaptação seja colocado em todas as políticas públicas nacionais e, logicamente, internacionais, que a gente tenha recursos para assegurar que a gente vai conseguir se adaptar às mudanças de clima que já foram contratadas há muitos anos, porque a gente sabe que os gases de efeito estufa ficam aí na atmosfera por quase cem anos. Então, a gente está lidando com algo que já foi contratado.

E, aproveitando, para finalizar, para responder algumas perguntas que aqui foram colocadas sobre os órgãos ambientais fortalecidos e os servidores valorizados, obviamente é do interesse do Governo brasileiro e da sociedade brasileira que os órgãos ambientais estejam fortalecidos e os servidores valorizados. A gente está vendo aí que tem todo um debate agora que está sendo colocado dos servidores ali do Ministério de Meio Ambiente, dos analistas ambientais. A valorização desses servidores é de interesse do Governo. O Presidente Lula, a Ministra Dweck e, logicamente, a Ministra Marina Silva já estão dando essa mensagem. E a gente espera que tenha aí uma ótima negociação para todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já falei muito aqui sobre os impactos das mudanças climáticas e os impactos nos mais vulneráveis, porque acho que todos nós temos que realmente colocar que quem está mais sofrendo com as mudanças do clima são os mais vulneráveis. Mudança do clima é certamente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA TONI – ... o maior acelerador de pobreza e desigualdade. E são os homens e as mulheres negras na ponta, as pessoas que vivem em comunidades, as populações indígenas, as populações tradicionais, os quilombolas que estão nessa ponta que são os mais vulneráveis.

E, por fim, sobre o desmatamento, eu acho que ter uma COP na Amazônia... O Brasil vai ser muito cobrado pelo desmatamento que temos ou não temos. Acho que está tendo um esforço impressionante do Governo Federal como um todo. São também 16 ministérios que, junto com os governos estaduais... Aqui vi que o pessoal do Pará está aqui com o Governo estadual do Pará, com os governos estaduais de todos os estados não só da Amazônia, mas também do Cerrado. E também os municípios... É um esforço nacional combater esse desmatamento. Isso é o que vai nos dar segurança, com o Brasil liderando pelo exemplo. É por isso que a gente é cobrado pelo mundo. Eu espero que a gente chegue a uma COP em que a gente mostre muito bem que a gente sabe cuidar das nossas florestas e continua podendo produzir tanto na agricultura como na área de energia de uma maneira descarbonizada.

Eu coloco a Secretaria Nacional de Mudança do Clima totalmente à disposição.

Já vou pedir desculpa, porque, em algum momento, eu vou ter que correr para pegar um avião. Então, se eu sair, eu peço desculpa em relação a isso.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Dra. Ana Toni.

Quero registrar aqui a presença do Senador Zequinha Marinho, do nosso estado também, participando aqui e acompanhando todo o debate desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma alteração: fala um da mesa e um dos que estão participando de forma virtual. Então, Cláudio Puty, que é o nosso Coordenador da COP, pela Prefeitura de Belém, que é quem receberá, a cidade que receberá a COP.

Tem também aí, Puty, dez minutos, podendo até ser prorrogados, caso necessário.

A palavra está com você.

O SR. CLÁUDIO PUTY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Uma boa tarde a todos e a todas, Vice-Governadora, querido Mauro de Almeida, representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Governo Federal. Não estou vendo o Valter, mas um grande abraço aqui de Belém.

Quero agradecer ao Senador Beto Faro por ter organizado esta tão importante sessão, com um tema tão relevante.

Eu tinha preparado uma apresentação com alguns dados, mas, dada a dinâmica que a Ana estabeleceu, não considero relevante.

Eu quero fazer alguns comentários e, depois, digamos, prestar contas sobre o nosso trabalho, da Prefeitura de Belém, do Comitê Organizador da COP, em relação à preparação da cidade. Mas, antes disso, quero agradecer ao Governo Lula.

Nós temos plena consciência, e o Prefeito Edmilson tem plena consciência, como primeiro Prefeito de capital que apoiou o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva desde o primeiro turno, e temos o orgulho também de termos proposto ainda, na comissão de programa do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, a meta de desmatamento zero. Foi nossa proposta aqui de Belém e que foi prontamente aceita na comissão de programa ainda do candidato, e ficamos muito felizes que isso possa vir a ser realidade num futuro próximo.

Tenho consciência de que a COP é em Belém porque o Presidente Lula é o Presidente e temos consciência de que a COP é em Belém porque nós temos aliados importantes, como o Governador Helder Barbalho, como a própria presença do Prefeito Edmilson Rodrigues aqui em Belém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A COP em Belém, ela... Eu posso parecer um pouco suspeito, mas eu não acho que haveria melhor lugar para sediarmos a COP no Brasil do que Belém.

Belém é a maior concentração humana, na região metropolitana de Belém, de toda a Pan-Amazônia, de todos os outros oito países da Amazônia, e a COP, em Belém, vai permitir que o mundo – e particularmente o Brasil – discuta duas dimensões importantes do nosso desenvolvimento.

A primeira é que a Amazônia, em grande medida, é urbana e que problemas associados a mudanças climáticas têm causa e têm consequências na vida de pessoas que vivem em cidades.

A região metropolitana de Belém, com seus 2,5 milhões de habitantes, é uma das regiões... É a região metropolitana com maiores taxas de vulnerabilidade social, com maior taxa de favelização, com o menor grau de saneamento, com problemas que remontam a todas as áreas, e, obviamente – não queremos aqui culpar as vítimas –, essa situação é resultado de um modelo de desenvolvimento – e aí vem o segundo elemento importante – que gerou uma concentração de desenvolvimento em uma região do país, a despeito de outras regiões do país.

Então, a dimensão ambiental não pode estar dissociada dos problemas enormes do nosso desenvolvimento e do que tem sido pensado para o desenvolvimento da Amazônia, e mais do que passou da hora de nós repensarmos o desenvolvimento da Amazônia.

A Amazônia foi ocupada por milênios por populações que produziam na Amazônia, que sobreviviam da Amazônia, e que não necessariamente a destruíram. Há pesquisa que demonstra que a cultura do açaí, por exemplo, é uma cultura antrópica, que as plantações de açaí foram plantações criadas há milênios.

Então, a COP em Belém vai ser um grande momento para nós discutirmos pelo menos essas duas dimensões, e eu colocaria uma terceira.

Vários estudos científicos demonstram que Belém, dentre as capitais brasileiras, é uma das cidades mais impactadas pelas mudanças climáticas. Já há obviamente sinais de elevação de temperatura numa cidade que já é quente, mas também de outros fenômenos, de caráter... Não querendo confundir meteorologia com clima, mas mudanças já perceptíveis, por conta das transformações por que passa o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como a Ana Toni falou, os mais pobres são os mais impactados, e isso serve também para regiões do Brasil e para as cidades brasileiras. Portanto, Belém é um excelente lugar para discutirmos isso.

Bem, do ponto de vista da Prefeitura, o que é que nós temos feito?

Belém é uma cidade com orçamento... Para vocês terem uma ideia, o orçamento para 2024 é ao redor de 5,2 bilhões. Porto Alegre, com a mesma população, tem pelo menos três vezes mais orçamento. Então, é uma cidade que enfrenta restrições fiscais muito importantes, mas a COP, em primeiro lugar, é uma oportunidade para atrairmos investimentos, sob a forma de transferências e sob a forma de investimento privado.

O nosso investimento previsto para os próximos dois anos... E, do ponto de vista da Prefeitura, as ações de intervenção na cidade estão todas licitadas. Quanto às obras, a grande maioria está em andamento, quando outras, não necessariamente em andamento, mas prestes a iniciarem, dentro do cronograma previsto para a cidade estar pronta para a COP, coisas que envolvem a reforma do nosso maior cartão-postal, que é o Mercado Ver-o-Peso, que envolvem a construção de um parque agroecológico na entrada da cidade de São Joaquim – falo para quem conhece Belém –, a duplicação de uma via que liga a Cidade Velha até a Universidade Federal do Pará, dentre outras obras.

Essas obras aumentam em quase 20 vezes o investimento na cidade de Belém, o investimento público, por parte do município. Adicionem-se a isso – vamos ter, daqui a pouco, a Vice-Governadora – os investimentos também muito robustos por parte do Governo do estado.

Então, em primeiro lugar, além de toda a dimensão, digamos, política, a COP, de maneira concreta, para Belém, significa um aumento exponencial, de 20 a 30 vezes, da taxa de investimento público e obras na cidade.

Isso, por si só, já tem um impacto relevante no município – emprego, geração de renda e tudo mais.

Além disso, a exposição de Belém para o mundo permite que nós sejamos, pelo bem ou pelo mal, forçados a tratar de questões estruturantes, como a questão do transporte público metropolitano... Então, há uma grande iniciativa de renovação da frota de ônibus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fechando uma operação com o BNDES para a compra de ônibus Euro 6, com baixa emissão de gás carbônico, mas também de ônibus elétrico – tivemos operação de crédito aprovada ontem.

Temos também... Estamos enfrentando... Vivemos uma crise enorme do problema do lixo. Estamos superando nesse momento.

Então, tudo isso, essa exposição, permite que nós enfrentemos problemas estruturais, para mudança da cidade.

Há uma movimentação também do setor privado, tanto do setor hoteleiro como do setor de bares e restaurantes, mas uma mobilização de distintas instituições que nos procuram todos os dias, atrás de investimentos: novos hotéis... Obviamente, a capacidade hoteleira será sempre um gargalo, mas há atração de investimento significativo.

O fato é que, daqui a um ano e meio, Belém vai ser uma cidade muito melhor, do ponto de vista da infraestrutura. Passou por muitos anos com baixíssimo grau de investimento. Para vocês terem ideia, a nossa cota-parte de ICMS, no final dos anos 90, correspondia a quase 40%, 35%, e hoje ela é ao redor de 7%. Então, uma queda, só nos últimos três anos, de cerca de R$500 milhões de repasse que deveriam ter sido feitos, mas, por conta de detalhes que não me cabe aqui tratar, isso gerou um estrangulamento fiscal. Então, esse é o momento para nós discutirmos essas diversas questões.

Do ponto de vista da política pública, além do investimento em obras, nós também estamos tomando medidas para fazer com que Belém seja um exemplo – além, obviamente, dessas mudanças estruturais – de políticas públicas. Nós instituímos, pela primeira vez, um fórum de mudanças climáticas, estamos em pleno processo de mobilização para uma conferência de mudanças climáticas, para a elaboração – como seu resultado final, de maneira participativa – de um plano de ação climática.

Tivemos um inventário feito ano passado, financiado pela União Europeia, e esse inventário, não surpreendentemente, demonstrou que a maior parte – cerca de 50% das emissões de gases de efeito estufa –, na cidade de Belém, como em outras cidades do país, é oriunda da queima de combustíveis fósseis, e isso nos leva a uma outra discussão: a mudança da matriz energética traz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns desafios para cidades com o perfil como da nossa. Por exemplo: um ônibus elétrico, que custa R$3 milhões; um ônibus Euro 6, movido a óleo diesel, custa cerca de 800 a R$900 mil.

Então, nós precisamos, dentro do contexto de transição climática, que essa dimensão federativa seja considerada, para que nós possamos, numa região tão sensível como a Amazônia, de características urbanas e de características de alta vulnerabilidade social, enfrentar esses problemas, porque, com as comissões fiscais específicas dos municípios – e eu falo por Belém e por vários municípios do Pará e provavelmente de toda a Amazônia –, pela capacidade fiscal dos próprios municípios, não teremos condições de enfrentar, num longo plano, problemas de mitigação e adaptação a mudanças climáticas.

Pois bem.

Então, para resumir, já que o meu tempo está acabando, a COP em Belém é uma oportunidade única para o mundo discutir a Amazônia real e os seus problemas reais. Não é uma COP Dubai. É uma COP com problemas reais, de gente real, de gente muito hospitaleira, de uma cidade linda, que tem seus problemas, mas queremos que ela esteja sempre melhor.

Em segundo lugar, estamos preparando... Provavelmente, as taxas de investimento e de infraestrutura em Belém aumentarão mais de 20 vezes – por conta da COP – em dois anos, um *boom* de investimento.

Estamos também elaborando programas para adaptação climática. E, por último, isso tudo exige também o esforço do Estado nacional para que nós possamos tratar esse problema que é um problema de adaptação climática, mas também um problema de desenvolvimento.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Cláudio Puty por essa primeira participação.

Pelo *chat*, quem está de forma virtual já recebeu inclusive aquelas primeiras perguntas que eu li aqui do e-Cidadania, e já há uma segunda remessa de perguntas, que também foi entregue aqui aos membros da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo essa interação, vou passar a palavra à nossa Ministra Liliam Beatris, que é Diretora do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores.

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Muito obrigada, Senador Beto Faro, pelo convite para participar desta sessão sobre a COP 30. É motivo de grande satisfação a gente poder interagir nesses diálogos com a sociedade.

Eu vou falar brevemente sobre o que é a COP do ponto de vista das negociações, vou responder às perguntas aqui que têm relação com as negociações do clima, as negociações internacionais sob os auspícios da ONU e vou pedir a autorização para mostrar umas imagens da COP 28, de Dubai, que dão um pouco de visual às questões que a gente fala: o que é uma COP, qual o tamanho de uma COP, o que significa, o que está em jogo. Então, vou organizar meus dez minutos tentativamente dessa maneira.

A COP é uma reunião internacional da ONU, das Nações Unidas. Ela é hoje a maior reunião do sistema do multilateralismo político, maior reunião da ONU, inclusive maior do que os eventos que acontecem em Nova York todo setembro, como a assembleia geral e uma sucessão de reuniões sobre os mais diversos temas. Hoje a COP do Clima é considerada o maior evento da ONU no mundo e acontece uma vez por ano.

A COP é uma reunião de negociação, só que é uma grande negociação, porque ela envolve praticamente a totalidade dos países no mundo, 196 países. Então, imaginem uma decisão aqui na Comissão, os senhores são algumas dezenas de Senadores; imaginem um colegiado com quase 200 partes. São discussões que às vezes se aprofundam, às vezes se alongam, mas são tomadas por consenso. Então, as decisões que são tomadas nessas reuniões valem para todos, são obrigações para todos e precisam ser implementadas. É uma reunião, uma grande reunião, que precisa de muito espaço, de muitas salas, de muitos equipamentos para que essas negociações possam ocorrer e que decisões possam ser tomadas.

Ela é uma reunião de negociação de três acordos internacionais dos quais o Brasil é parte: a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, de 1992; o Protocolo de Kyoto, de 1997; e o Acordo de Paris, de 2015. Então, as partes desses três acordos se reúnem anualmente, precedidas de várias reuniões técnicas que preparam os resultados, e tomam decisões sobre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais variados temas, mas esses temas recaem sobre três grandes pilares. E isso é importante a gente ter presente, porque às vezes a gente fala que a COP no Brasil vai ser a COP da floresta, vai ser a COP dos amazônidas, vai ser a COP de uma cidade amazônica. As decisões que serão tomadas lá não dependem só do Brasil, dependem dos 196 países. Os 196 países têm problemas diversos e as decisões que vão ser tomadas recairão em três grandes pilares.

O primeiro deles se chama de mitigação. Mitigação são medidas que levam à redução de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. Então, medida, como o representante da prefeitura estava falando, de trocar um ônibus a diesel por um ônibus elétrico vai cortar as emissões daquela modalidade. Este tipo de medida que os países decidem, que eles discutem e que eles tentam chegar a uma conclusão: como reduzir a emissão de gases de efeito estufa, porque eles são os maiores causadores do aumento da temperatura.

O segundo pilar a que a Secretária se referiu se chama de adaptação. Vários artigos e artigos nesses acordos tratam de adaptação. Os países precisam ter consciência de que o aumento da temperatura gera impacto e precisam se preparar para esses impactos, preparar suas cidades, suas comunidades, modelos urbanos, modelos de transporte para que, na eventualidade de um evento climático grave, a população não sofra tanto. Também é esperado que sejam tomadas medidas de adaptação.

O terceiro pilar é o que se chama de meios de implementação. Meios de implementação significam três coisas, e entre eles está o financiamento, onde conseguir os recursos para financiar essa transição energética. Um ônibus a diesel custa R$800 mil, R$900 mil; um ônibus elétrico de passageiros de mobilidade urbana custa três vezes mais, está acordado que não é justo que os países recorram em mais dívidas para fazer essa transição. Então, esses recursos, pelos acordos, têm que ser colocados no sistema internacional pelos países desenvolvidos, os países que primeiro poluíram, que tomaram a liderança no seu desenvolvimento industrial e que emitiram muitos gases de efeito estufa há 100, 200 anos. É isso que está causando o processo de aquecimento que a gente está vivendo hoje, conforme a Secretária já mencionou.

Quais sejam as decisões que serão tomadas em Belém, elas recairão necessariamente num destes três pilares: redução das emissões, aumento da capacidade de adaptação dos países e acesso a meios de implementação, em que o principal deles é acesso ao financiamento climático;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o segundo seria a transferência de tecnologia; e o terceiro item, meios de implementação, capacitação.

Dito isso, colocando um pouco mais de negociação dentro dessa explicação, algumas coisas já estão mandatadas para acontecer na COP 30, de Belém. Os acordos e as decisões que foram sendo tomados nos últimos anos geram um processo que deve finalizar em Belém. Por exemplo, há um mandato para os países definirem o que é uma transição justa a uma economia de baixo carbono. A finalização desse programa de trabalho de transição justa deve ser aprovada em Belém.

Um segundo elemento foi aprovado em Dubai. O objetivo geral de adaptação são diretrizes para os países poderem guiar suas políticas de adaptação segundo determinados preceitos que foram acordados entre todos. Os indicadores para essa política de adaptação devem ser aprovados em Belém. Então, tem essas negociações que já estão mandatadas e que o Brasil, como Presidência da reunião, deverá ajudar os países a chegarem a bom termo em todas essas decisões.

Além disso, além dessas negociações mandatadas, o Brasil, na qualidade de Presidência... E este é que é o detalhe que nós vamos desenvolver de agora até a COP: nós podemos oferecer às partes decisões ou áreas de trabalho, áreas que nós entendemos que o mundo precisa tomar naquele momento histórico, 2025, para melhorar a reação de todos ao fenômeno da mudança do clima. Então, há um espaço para a gente definir algumas prioridades que, se aceitas pelos outros países, levarão, esse é o nosso intuito, a que a COP de Belém seja reconhecida como uma COP de decisões muito importantes, de decisões históricas, de decisões transformadoras no enfrentamento da mudança do clima, assim como a Rio+20, a última grande reunião de meio ambiente e desenvolvimento que o Brasil sediou no Rio de Janeiro, em 2012, decidiu, multilateralmente, internacionalmente, uma série de princípios que guiam toda a política climática, toda a política ambiental internacional até os dias de hoje.

Então, nós estamos chamando para nós essa responsabilidade de gerar decisões que podem realmente fazer a diferença neste momento, nesta década crítica em que o fenômeno na mudança do clima está acontecendo de uma forma muito acelerada e em que os países cada vez mais estão tomando consciência...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA – ... de que precisam agir muito rápido.

Mas eu vou passar então... Eu queria ilustrar um pouco o que é uma COP mostrando fotos de minha autoria, como negociadora – então, eu estou dentro das reuniões, estou dentro dos locais –, para vocês verem um pouco a dimensão do que foi a COP 28, em Dubai. Então, a primeira foto ali é de uma plenária; a segunda é de um evento sobre natureza e florestas que a Presidência dos Emirados Árabes promoveu e o Presidente Lula foi um dos participantes; e a terceira também é um evento sobre natureza e comunidades locais que aconteceu lá em Dubai.

Para vocês verem, essa primeira foto aqui é uma das plenárias, é a plenária pequena, onde há espaço para 196 delegações mais os observadores. Organismos internacionais, organizações não governamentais, órgãos científicos são observadores dessas negociações e têm lugar nas reuniões. Então, aí é um pouco o tamanho das plenárias que aconteceram lá na COP 28, em Dubai.

Essa aqui era a área externa das facilidades lá. Eles têm uma área onde organizaram uma exposição universal, e a COP do Clima, então, foi realizada nessas dependências. É um lugar muito amplo, muito grande que já contava com infraestruturas já montadas lá que foram adaptadas para atender essas reuniões.

Aqui é um domo que eles tinham lá, onde foi feita a foto com os chefes de Estado que participaram, e as adjacências ali com muito espaço, com muitos provedores de comida...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA – ... com mercados de comida por toda a parte, que foram colocados lá.

Aqui à esquerda, são as nossas autoridades dando uma entrevista à imprensa na saída da sala de imprensa; e a outra foto é uma das 12 salas de reunião que a ONU pediu para os Emirados Árabes organizarem. Ali é a entrada, são reuniões muito populosas, 196 países com negociadores. Então, é a entrada das salas de reuniões.

Aqui é uma sessão que a gente fez quando a Ministra Sonia Guajajara chefiou a delegação brasileira, uma reunião de coordenação sobre as posições, sobre discussões que interessavam um pouco a delegação de representantes indígenas do Brasil. E, no outro lado ali, foi um momento em que os países aceitaram a decisão, tomaram a decisão de que uma COP seria realizada no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Nesse momento, o Brasil pediu a palavra, a Ministra Marina Silva agradeceu a confiança das partes na convenção do clima de fazerem uma reunião dessas no Brasil e anunciou que a intenção do Governo brasileiro era realizá-la na Amazônia, na cidade de Belém do Pará. Foi aquele exato momento em que ela anunciou.

Aqui também é a nossa delegação e, logo na frente ali, é o negociador principal dos Estados Unidos, John Kerry, e o negociador da China, Xie, dois grandes países responsáveis por grande parte das emissões de gases atualmente no mundo, eles ali se coordenando, então, na plenária final. E, no outro lado também, a imprensa brasileira buscando ali a hora em que o Brasil foi aceito como COP.

Para vocês verem aqui o tamanho das plenárias, esse é um evento de florestas em que o Presidente Lula e a Ministra Marina explicaram a política brasileira para a Amazônia e também falaram da cúpula de Belém, que levou os países amazônicos a se coordenarem.

Aqui são plenárias, salas de reuniões. Deixe-me voltar um pouquinho aqui. Aquela imagem do meio foi um formato que os Emirados Árabes sugeriram de fazer um *majlis*, que, na cultura deles, é uma reunião circular em que as pessoas que devem tomar as decisões se sentam em volta e alguém anima a discussão no meio. Eles reproduziram algo da cultura local deles dentro da negociação. Foi um momento muito importante, os ministros presentes puderam discutir livremente as questões e se aproximar de uma decisão.

Aqui a Secretária Ana Toni, representando a delegação brasileira, junto com o Ministro do Meio Ambiente do Azerbaijão. Essa reunião aconteceu logo após o Azerbaijão ser confirmado como sede de COP 29. Nós quisemos ser os primeiros a dizer que nós queremos colaborar com eles para uma realização exitosa da COP 29, que vai acontecer em novembro, na cidade de Baku, no Azerbaijão.

Isso aí, a minha imagem final, é para vocês verem que não são só discussões, as reuniões tomam decisões. Essas decisões acabam ganhando esse formato, que são as normas de combate à mudança do clima que todos os países se comprometem nas COPs a aceitar, a cumprir. A primeira foi a decisão mais importante da COP de Dubai, que é um balanço global do Acordo de Paris. Então, é só para mostrar que o objetivo dessa reunião é tomar decisões que valem para todos os 196 países que integram esses três acordos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico por aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Ministra Liliam.

Passo a palavra ao Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará, José Mauro O'de Almeida.

O SR. JOSÉ MAURO O'DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Beto Faro. Obrigado pelo convite. Uma boa tarde a todos e a todas.

De fato, a gente aqui no Pará dividiu a estruturação da preparação da COP 30 em duas partes: uma parte relacionada à logística, à preparação do evento em si; a segurança, a mobilidade e toda a parte de infraestrutura está sob a responsabilidade da Vice-Governadora Hana, com o gabinete que ela montou para essa finalidade.

A parte que nos cabe é o conteúdo ambiental, e sendo nós um representante no Pará da Amazônia, da PanAmazônia, onde vai ser realizada a COP, na verdade a gente tem que olhar sempre esse evento como uma coisa mais larga do que para o Estado do Pará em si. A gente, como uma possível liderança desse processo, na natural liderança desse processo de realização da COP em Belém, está preparando aquilo que nós chamamos de vitrines de oportunidades no contexto do que a Ministra Liliam falou, em que um dos pilares de debate na COP serão os meios de implementação.

Queria fazer apenas reagir a um comentário para que não fique nenhum ruído entre o comentário da Ministra Liliam e o que se tem dito aqui no Pará, a COP como *slogan* é a COP da Floresta, porque vai ser realizada na floresta ou na porta de entrada da floresta. E é isso que nós temos usado aqui no Estado do Pará e no Brasil como uma referência para nós.

Na verdade, mesmo que a gente saiba, nós temos consciência disso, que as COPs já estão pautadas no decorrer do tempo, na linha do tempo delas, que vem desde 1995 – e ela frisou bem as convenções de 1992; a de Quioto, em 1997; e a de Paris, em 2015, os acordos advindos ou dentro do contexto da convenção –, a gente não vai poder afastar evidentemente o debate que vai ser uma COP na floresta, sendo a floresta um dos elementos que é equilibrador do clima mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dito isso, a gente, como eu falei, está preparando aquilo que nós chamamos de vitrines de oportunidade da COP, vitrines econômicas, ambientais e climáticas. Nós entendemos aqui no Estado do Pará que isso se alarga. Estou hoje na Bolívia para a reunião dos Governadores para o clima, força-tarefa de Governadores para o clima, e a discussão aqui é exatamente esta: o que fazer em termos de oportunidade, *vis-à-vis* conservação com desenvolvimento econômico, considerando que o planeta está bastante exaurido da sua condição de desenvolvimento econômico no modelo atual que nós temos.

Dito isso, nós temos como eixos, aqui no Estado do Pará, o combate ao desmatamento, porque essa é uma das coisas que sempre foi e é, e espero que não seja mais, o debate central de todas as nossas conversas que nós temos, seja ela no Brasil, seja no exterior. Então, este é um dos eixos: aumentar a capacidade de combater o desmatamento e queimadas e as ilegalidades ambientais, que hoje se conectam com ilegalidades e crimes de natureza comum, como o crime organizado, o tráfico de drogas e outros elementos de corrupção. Por outro lado, nós temos o eixo da bioeconomia e dentro dele o Parque de Bioeconomia, que é um ecossistema de centros de conhecimento e tecnologia da Amazônia no Pará. E o terceiro eixo é a restauração florestal, seja ela restauração ecológica, produtiva ou restauração natural, a partir do pousio e do embargo de áreas degradadas. A recomposição florestal para nós é um dos eixos muito importantes.

Então, nós vamos tentar fazer com que esses elementos que podem ser oportunidades econômicas estejam perto da região metropolitana, para que aqueles que vêm, sobretudo investidores, sobretudo iniciativa privada e países que hoje têm visitado o Estado do Pará e que têm como referência... A floresta mais próxima que nós temos como referência é a Ilha do Combu. Belém é uma península, um formato de península, mas que tem 39 ilhas ao seu redor. Belém tem, de toda a sua área jurisdicional, mais de 70% formada por ilhas, portanto de florestas ao redor de Belém. O centro urbano de Belém, a localização urbana de Belém, tem uma diminuta faixa de área verde, que é compensada pelas suas ilhas e pelo seu entorno.

Então, o que precisamos fazer? Na área de bioeconomia, seja o cacau, seja o açaí, sejam os bioprodutos, as biojoias, os cosméticos, os fármacos, nós precisamos instalar ao redor, na região metropolitana de Belém, equipamentos e iniciativas que mostrem que nós precisamos transformar o eixo econômico do país e do Estado do Pará, sobretudo, ou da economia da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, para um reencontro com a ancestralidade, um reencontro com a nossa floresta e a nossa capacidade produtiva, através de soluções baseadas na natureza.

Então, na região metropolitana, a ideia é que a gente faça esses equipamentos, mostre àqueles que vão nos visitar e àqueles que vão debater, dentro de um espectro de convenção, as oportunidades econômicas que nós vamos ter, e teremos. Eu entendo, assim como outras pessoas entendem, que nós temos talvez a última oportunidade do Brasil de se posicionar, não só como um provedor de soluções climáticas, como disse a Secretária Ana Toni, mas um provedor de exemplos de transformação econômica e ecológica baseada na bioeconomia, baseada na restauração florestal. Isso não é trivial, isso vai precisar de muito investimento, isso vai precisar de mercado, um novo mercado, que hoje ainda está incipiente, de logística, de entrega, por exemplo, de materiais.

Temos feito aqui um esforço enorme em termos de transformação digital, seja na secretaria, seja buscando parceiros, para que novos mercados, baseados na venda *online,* possam ser entregues os materiais e os bens que são fabricados através ou por meio da floresta, numa grande concertação, uma grande rede econômica para o Brasil e para o mundo. É necessário também atuar em cooperação, fazer com que as cooperativas, sejam elas de quilombolas, sejam elas de extrativistas, sejam elas de pequenos produtores rurais, possam se fortalecer e se conectar para que formem um grupo maior e que possam ter melhor opção de logística e de mercados, seja no Brasil, seja no mundo. Portanto, nós estamos com os olhos posicionados na conservação, mas também com os olhos postos na transformação econômica e ecológica do Pará, do Brasil e da Amazônia.

Um último comentário, eu acho que, como eu disse, nós não vamos poder evitar a discussão sobre a floresta, muito embora a COP já tenha uma pauta predefinida no decorrer dos anos, mas uma coisa que é muito sensível, e a gente tem que estar com os olhos postos, é que os indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais, a sociedade civil, de uma maneira geral, os mais vulneráveis estão olhando essa COP no Brasil; diferentemente da COP de Dubai, que era uma ilha, e uma ilha mesmo, em que só chegavam as pessoas que tinham muitos recursos para chegar a Dubai, que tinham muitos recursos para acessar a COP de Dubai. E assim será na COP de Baku também, um país que não é um país tradicional do ponto de vista turístico e também que tem as suas dificuldades para se alcançar e se participar da COP. No Brasil, não, ao redor, seja dos países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da PanAmazônia, seja dos próprios estados brasileiros, seja da América Latina como um todo, haverá uma ocorrência de mais pessoas e mais expectativas de que elas sejam ouvidas, sobretudo os mais vulneráveis, que são o objeto da justiça climática, são o objeto das COPs que vêm acontecendo no decorrer dos anos.

É por isso que a gente tem que estar posicionado, porque será uma COP não só da floresta, mas uma COP das pessoas, e essas pessoas vão se manifestar, e nós devemos estar preparados para acolher as manifestações e acolher as suas demandas da melhor forma possível.

Muito obrigado pela oportunidade. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pará.

Passamos a palavra para o Sr. Valter Correia da Silva, Secretário Extraordinário para a COP 30, Casa Civil da Presidência.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Quero agradecer ao Senador Beto Faro pelo convite para esta importante audiência pública.

Peço desculpas pela minha voz rouca, porque eu estou um pouco convalido com um resfriado que já perdura há um bom tempo. Então, estou tossindo demais, peço desculpas por isso.

E quero também aproveitar e apresentar meus colegas em mesa: Cláudio Puty, que é o nosso Secretário lá em Belém; o Secretário José Mauro; a nossa Vice-Governadora Hana Ghassan. Cumprimento as Senadoras e Senadores presentes e demais presentes aqui hoje. Boa tarde.

Essa Secretaria Extraordinária para a COP 30 é bastante jovem, foi criada há pouco mais de um mês. Eu assumi as competências da secretaria há pouco mais de 15 dias e já tive agendas bastante extensas de discussões sobre a viabilização da COP em Belém, para que seja a melhor COP possível de ser feita no Brasil, com as melhores condições para que todos tenham conforto, tenham condições de mobilidade, de alimentação, de acesso à cultura, enfim. Então, eu vou falar um pouco exatamente sobre infraestrutura e logística para viabilização da COP 30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tão importante essa questão de infra e de logística que nós tivemos algumas COPs com um relativo fracasso, onde nós não tivemos esse conforto, não tivemos acesso a uma alimentação mais adequada, não tivemos o conforto de hospedagem. As pessoas passavam grande parte do tempo no trânsito, sem uma alimentação adequada, sem conforto de uma habitação. E passavam a maior parte das intervenções na COP reclamando das condições e saíam muitas vezes sem os acordos necessários, tão importantes, pois são o objeto final da COP, de todas as COPs.

Nós temos, obviamente, em Belém, uma cidade muito rica, uma cidade culturalmente fantástica, mas temos algumas fragilidades também que estamos procurando, em conjunto com o Governo do estado e em conjunto com a Prefeitura de Belém, superar. Nós temos muitas obras, muitos investimentos, mas temos ainda... Como falou a Secretária Ana Toni, começamos muito antes as discussões e os debates, mas temos muita coisa pela frente. E temos apenas em torno de 18 meses para viabilizar toda essa infraestrutura, toda essa logística que é necessária para fazer uma excelente COP.

Como já foi dito aqui também, nós temos uma série de condições que são colocadas pela ONU, em especial pela UNFCCC, que é a Conferência das Partes, para viabilizar em termos de espaços – acho que a Ministra Liliam já falou bastante sobre isso –, que são protocolares. São espaços que têm regras, têm uma quantidade certa de espaços para que as pessoas possam participar, têm uma metragem bastante elevada em termos de construção. Nós temos uma parte bastante considerável já pronta em Belém, mas temos uma outra parte ainda bastante considerável a ser construída, provavelmente – nós estamos discutindo bastante – em módulos provisórios, que depois possam ser realocados.

Nós temos um problema, que a gente vem atacando de diversas formas, que é justamente a questão da hospedagem em Belém. Nós temos uma quantidade de hospedagem bastante razoável, do ponto de vista mais modestas, mas, para chefes de estado, para as delegações, nós temos uma falta ainda grande de acomodações mais superiores. E aí nós estamos também trabalhando em diversas frentes para tentar atacar, para tentar não, para atacar essa fragilidade.

Inclusive, cheguei um pouquinho atrasado aqui hoje, porque eu estava numa reunião com o Ministro Rui Costa, junto com uma das grandes corporações de navios transatlânticos, discutindo a possibilidade de trazerem alguns navios para Belém, para acomodar justamente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chefes de Estado com toda a segurança. O navio seria um dos espaços mais seguros hoje para a chefia de Estado, para as suas delegações, para ministros. Enfim, nós estamos trabalhando muito intensamente, junto com o Governo, junto com o município, para a gente mitigar esses problemas, que são muitos problemas.

Por exemplo, para trazer esses navios, precisamos fazer uma dragagem bastante intensa no rio. Isso significa que, nós estamos fazendo agora uma sondagem, terminando a sondagem, para começar uma licitação, para fazer essa dragagem. Então, só de tempo da licitação à dragagem, isso demora praticamente todos os 18 meses que nós teremos aí pela frente. Então, nós estamos correndo no limite das nossas forças para poder viabilizar para que tudo isso aconteça.

Da mesma forma, na questão da construção das vias, eu acho que a Vice-Governadora vai falar aqui com muito mais propriedade do que eu. O Puty já falou da reforma do Mercado de São Brás, do Complexo do Ver-o-Peso, que é um local fundamental e importante na cultura de Belém; tem o Parque Urbano Igarapé São Joaquim, que está sendo reformado; a gestão de resíduos sólidos; as vias inteligentes que estão sendo trabalhadas, já estão todas licitadas – a Governadora vai ter a oportunidade de falar sobre isso –; o canal São Joaquim. E aí, as obras também de financiamento para a renovação da frota de ônibus da cidade e um investimento grande e pesado do BNDES, financiamento para o Governo do estado.

E aí nós temos, nessa questão da logística, os vários planos operacionais que necessitam de grande articulação entre o Governo Federal, o Governo do estado e o Governo municipal, como a questão da segurança, como a questão do transporte aéreo. Nós já fizemos várias reuniões com a operadora do aeroporto para ampliar a capacidade do aeroporto de receber aeronaves, de acomodar as aeronaves para poder passar inclusive a noite no aeroporto por conta dos Chefes de Estado que estarão aqui. Já mapeamos todos os outros aeroportos próximos para poder também utilizá-los.

A questão da saúde, porque é fundamental a gente ter um suporte de saúde bastante intensificado nesse momento. A mobilidade urbana e circulação, telecomunicações e conectividade, que é um outro ponto fundamental para o sucesso da COP. E, obviamente, não deixando de lado as rotas turísticas, os eventos culturais, que são tão ricos na região toda do Pará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de toda a parte amazônica; e equipamentos de suprimentos para a questão do evento em si, da *blue zone*, que é onde se concentram todas as atividades da COP da ONU aqui no Brasil.

Sobre a questão da hospedagem eu já falei bastante, mas eu acho que é um dos pontos mais críticos que nós temos no momento, mas estamos fortemente engajados para solucionar. Então eu vou me ater às questões da logística, Senador, porque de conteúdo já foi bastante abordado aqui, foi bastante comentado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – ... eu fico na logística e fico à disposição para questões ou eventuais perguntas que queiram fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Secretário Valter.

Quero registrar a presença do Senador Ireneu Orth, do Rio Grande do Sul. Obrigado pela presença, Deputada Federal Dilvanda Faro, do Pará também.

E passo a palavra para essa primeira parte, como última oradora, a nossa Vice-Governadora, Hana Ghassan, para fazer uso da palavra.

A SRA. HANA GHASSAN TUMA (Para expor. *Por videoconferência*. *Fora do microfone.*) – Boa tarde a todos, quero cumprimentar o nosso Senador Beto Faro, também o nosso Senador Zequinha Marinho, que foi citado como presente aqui nesta audiência pública, cumprimentar a Ministra Liliam, cumprimentar a Secretária Ana Toni, cumprimentar o Claudio Puty, que é coordenador municipal da COP, na nossa capital, cumprimentar o Secretário Extraordinário da COP, Valter Correia, o nosso Secretário Estadual de Meio Ambiente, Mauro O'de Almeida, cumprimentar a todos os presentes nesta audiência. Quero agradecer o convite de estar aqui participando, em nome do Governo do estado, junto com o nosso Secretário Mauro, é uma importante oportunidade que a gente possa esclarecer e tirar dúvidas, como foram já citadas em várias perguntas, e também que a gente possa alinhar as expectativas e dizer da importância de esta COP ser realizada na Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero citar a fala do nosso Presidente Lula, que diz que nada no mundo é tão falado quanto a Amazônia. E essa é a grande oportunidade que nós temos de que as pessoas possam conhecer a Floresta Amazônica e as pessoas que aqui vivem. Então, estamos trabalhando há quase um ano, desde maio do ano passado, quando tivemos as primeiras informações de que Belém poderia ser sede da COP.

Sabendo da importância desse evento, o Estado do Pará contratou consultorias especializadas, como a Fundação Getúlio Vargas e também a Accenture, que estão nos ajudando a estudar COPs anteriores e sabemos, pelos estudos já realizados, que qualquer cidade que recebe um evento dessa magnitude tem um período de preparação. Nenhuma cidade está totalmente pronta para receber um evento dessa magnitude. Todas as cidades, inclusive Dubai, com a qual nós pudemos trocar experiências e acompanhar um pouco dos bastidores, passaram por um processo de preparação. E o Estado do Pará vem trabalhando para que justamente a gente possa, em conjunto com o Governo Federal e também com o Governo municipal, ser sede desse grande evento.

Não vou me ater às questões que já foram faladas, muito bem faladas, pelos que me antecederam: a nossa Ministra Liliam, a Secretária Ana Toni, o próprio Mauro O'de Almeida, que puderam esclarecer sobre a pauta climática e todas as discussões e decisões que se toma durante uma COP. Quero me ater a algumas questões de preparação do estado, junto com o município e o Governo Federal, para receber todos aqueles participantes e visitantes do mundo todo que aqui estarão para participar da COP de Belém, da COP da Amazônia, da COP do Brasil.

Como eu pude falar, nós estamos trabalhando com consultorias especializadas em grandes eventos e temos tido a experiência de ganhos muito grandes no entendimento e na compreensão desses eventos. Cito aqui – como foi dito pelo nosso Secretário Extraordinário, Valter Correia, que há pouco tempo começou nesses trabalhos conosco, mas já tem sido bastante dirigente, e brinco com o Valter que ele já se tornou mais um paraense de coração, ele tem trabalhado para ajudar a gente – algumas soluções de hospedagem que são utilizadas em grandes eventos. Por exemplo, ele falou da reunião que teve com o Ministro da Casa Civil sobre utilizar navios de cruzeiro como meios de hospedagem, e a gente sabe que é uma experiência que foi realizada durante a Copa no Catar em 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Algum problema no som.

A SRA. HANA GHASSAN TUMA (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Agora sim. Pode continuar.

A SRA. HANA GHASSAN TUMA (*Por videoconferência.*) – Então, o Governo do estado vem trabalhando ao longo desse último ano para apresentar soluções para que a gente possa realizar um grande evento aqui no nosso estado. Sabemos que temos alguns pontos de atenção, mas esses pontos de atenção já foram aprofundados e já apresentamos soluções possíveis e viáveis, não só do ponto de vista de logística, mas também do ponto de vista financeiro, como por exemplo ampliar o número de quartos e leitos na nossa capital para receber esse grande número esperado de cerca de 50 mil visitantes.

Nós apresentamos diversas soluções que podem efetivamente atender a realização desse grande evento, como por exemplo os navios de cruzeiro, como eu disse, já utilizados em eventos como a Copa do Mundo no Catar, utilizados na Olimpíada do Rio de Janeiro para receber delegações, para hospedar delegações. Também aluguéis de temporada: o Governo do estado fez um protocolo com Airbnb, estamos mapeando os imóveis disponíveis para que possam ser incluídos na plataforma. Em poucos meses de trabalho já conseguimos dobrar um número de imóveis disponíveis na plataforma do Airbnb na nossa capital. Temos outras soluções como, por exemplo, aluguéis de temporada e também estruturas modulares como hospedagem.

O Governo do estado está trabalhando, em conjunto com o Governo Federal e o Governo municipal, em todas as soluções. Já passamos da fase de estudos e agora estamos na fase de ações concretas para ampliar o número de leitos na nossa capital e assim poder receber os nossos participantes.

Além disso, gosto muito de citar todos os ganhos que a COP já vem trazendo para a nossa região, para a nossa capital. A partir de Belém ter sido citada como sede da COP, já estamos tendo muitos eventos na nossa capital, atraindo muitos turistas que querem conhecer o que Belém tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pudemos realizar o Diálogos Amazônicos aqui, e, em três dias, recebemos 27 mil participantes no nosso Centro de Convenções.

Estamos trabalhando com um documento encaminhado pela ONU chamado How to COP, que tem se tornado para nós toda a bússola necessária para a realização dessa grande reunião. Estamos trabalhando com planejamento e com o planejamento prévio para que a gente possa realizar esse grande evento aqui.

Além disso, iniciamos um programa de capacitação da nossa mão de obra. Sabemos que precisamos receber bem nossos turistas e, com isso, possibilitar o desenvolvimento melhorado da cadeia do turismo na Amazônia. Já iniciamos um programa chamado Capacita COP 30, onde ofertamos 12 mil vagas de capacitação da mão de obra para profissionais que estão sendo preparados para esse grande evento. Profissionais na área da cadeia receptiva, na área da alimentação, nossos taxistas, motoristas de aplicativo estão recebendo cursos, inclusive de inglês. Então, o que a gente vê é um grande ganho, não apenas para o nosso estado, para a nossa capital, mas para a própria Região Amazônica.

Além do programa de capacitação, que é um desafio e que vai fortalecer a cadeia do turismo no nosso estado, também conseguimos a atração de investimentos que são importantes para melhorarmos a infraestrutura da nossa capital e também para gerar emprego e renda para a nossa população. E através da parceria com o Governo Federal, conseguimos aprovar projetos que são importantes para o Estado do Pará na área de saneamento, na área de infraestrutura, na área de mobilidade, através de captação de recursos de operações de crédito junto ao BNDES e também recursos da União. Recursos que possibilitarão nós realizarmos obras que são importantes, como eu disse, não apenas para a melhoria da nossa capital, mas também para a geração de emprego e renda.

Eu costumo dizer o quanto isso tem sido benéfico para o nosso estado. Nunca se falou tanto sobre meio ambiente, sobre a necessidade de cada um ter a sua responsabilidade em relação às mudanças climáticas. O Governo do estado implantou na grade curricular obrigatória da rede pública com mais de 580 mil alunos o curso sobre meio ambiente. Então, hoje em dia nós estamos preparando as nossas crianças, os nossos jovens para que a gente tenha esperança de um futuro melhor, de que a gente tenha guardiões do nosso planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer todo o trabalho conjunto que tem sido feito com o Governo Federal e com o Governo municipal e dizer que tenho certeza de que vamos trabalhar juntos e realizar uma grande COP, uma das melhores COPs já vistas na história desse planeta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, nossa Vice-Governadora, que coordena pelo estado e pelo comitê a organização da COP 30.

Queria fazer alguns comentários e abrir ao Senador Ireneu, se quiser se posicionar, antes da fala final dos palestrantes.

Primeiro, quero registrar aqui Puty, permita-me, eu já fiz isso em mensagem no privado para o nosso Prefeito Edmilson, Prefeito de Belém, que nós queríamos transmitir aqui a nossa solidariedade e força total para que ele possa superar um momento tão difícil que ele está vivendo, que foi a morte do filho de 16 anos, no último final de semana, uma coisa totalmente inesperada... Eu sei que, com certeza, ele deve estar passando por um momento muito difícil. Eu queria, Secretário Puty, que pudesse transferir isso ao nosso companheiro Edmilson Rodrigues.

Quero dizer que a iniciativa desta sessão é no sentido, primeiro, de aproximar o Senado desse debate da COP 30. Nós, inclusive, discutimos, na semana passada, no Colégio de Líderes, a necessidade de montar no Senado uma comissão que acompanhe, que debata, até porque muitos dos projetos que melhorarão essa questão do clima, a questão ambiental, passam por aqui, passam pelo debate na Câmara e no Senado. Nós temos muito a ver com isso e temos que estar acompanhando, também com preocupação, as questões que vão se desenrolar daqui até a COP 30.

Então, esse debate, trazendo as pessoas que estão coordenando, seja do ponto de vista do Governo Federal, do Governo do estado e do município, essas atividades, é fundamental para que o Senado possa ter conhecimento e, na sequência, montar, inclusive, uma comissão que possa participar mais ativamente dos debates da COP 30, tirar qualquer dúvida que esteja aparecendo. Ouvi vários boatos: "Ah, Belém vai dar conta de fazer, não vai dar conta de fazer?"; "Vai ter hospedagem necessária?"; "Vai ter as condições necessárias?". Eu acho que a audiência está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente positiva para que a gente possa ter a certeza e a garantia de que Belém vai estar pronta, e o Pará vai estar pronto para receber tantas pessoas que virão do mundo inteiro para poder debater essa questão importante para o mundo, que são as mudanças climáticas.

Parabéns aqui, inclusive, pela exposição. Eu tenho acompanhado o esforço feito pelo Governo municipal, colocado aqui pelo Secretário Puty, com as dificuldades financeiras, inclusive, que Belém tem, mas todo o trabalho que está sendo feito pelo Governo do nosso estado e pelo Governo Federal, que não tem faltado, que tem disponibilizado aos nossos governos locais financiamentos, recursos – que não são financiamentos, mas de forma voluntária –, que tem colocado à disposição toda a equipe do Governo Federal.

Acho que a resposta mais clara que a Amazônia e o Pará podem dar a essa questão da mudança climática, a mais rápida pelo menos, é essa questão em que nós já estamos atuando forte, que é a questão da diminuição do desmatamento. Nós já temos resultados muito concretos nesse sentido e precisamos aprofundar isso.

E uma outra resposta é um plano de reflorestamento das áreas que estão degradadas e nas áreas devastadas naquela região.

Aí, me preocupa... E coloco aqui a posição para o Governo Federal, principalmente, mas em conjunto com os governos locais: cada vez mais a gente fazer uma harmonia entre os diversos ministérios, porque tem muita política sendo desenvolvida, mas, a meu ver, ainda muito dispersas, cada um tocando a sua área sem uma unificação dessas políticas para que a gente possa ter resultados concretos até antes da realização da COP.

Nós temos condições efetivas de ter nessa área um plano, um início, ações concretas, não como projetos pilotos, porque fazem projetos que atendem 50 famílias, 100 famílias no município, mas como fazer isso se tornar uma política pública efetiva, como a gente pode fazer isso através dos próprios orçamentos do Governo Federal, dos ministérios, do Governo do estado, mas tem que dar uma dialogada com os próprios bancos que financiam ali na região – o Banco do Brasil; o Banco da Amazônia; nós temos, no caso do Pará, o Banco do Estado do Pará; o BNDES –, para trabalhar os projetos e as políticas a partir desta visão aí de reflorestar, de trabalhar a adequação com relação à questão ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são questões que a gente traz, mas esta audiência está servindo também para que não só se fale para dentro do Senado, mas que a gente possa estar transmitindo para todos a segurança de que nós estamos tratando com muita seriedade, com muita inteligência e competência para que a COP se realize da melhor forma possível, nós façamos a maior COP de todos os tempos, porque tem toda essa questão de ser na Amazônia e tem que ter a expectativa de que vai vir muita gente para aquela nossa região.

Então, é com essa expectativa que nós tratamos de fazer esta audiência pública. E acho que nós estamos respondendo aqui a contento.

Senador Ireneu, para também fazer comentários e perguntas.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Está bom.

Muito obrigado pela oportunidade.

Estou há poucos dias no Senado, mas eu tenho acompanhado esse assunto da COP 30, que vai ser o ano que vem. É importante que realmente os envolvidos, especialmente os Governos do estado e municipal e a volta também de Belém, se preparem, se organizem nessa questão de hospedagem e assim por diante. E os temas a serem lá debatidos são temas ligados à ecologia mundial, ao mundo todo.

Mas eu quero lembrar aqui, meu caro Presidente, que nós temos o Código Florestal brasileiro, que foi construído aqui no Congresso Nacional e que tem as diretrizes mais pesadas de todas as nações. Nós temos, afinal de contas, 67% da nossa área ainda em reserva florestal. A lei prevê, por exemplo, na Amazônia, o desmatamento de até 20% da área. A média na Amazônia hoje está na faixa de 14%. Ainda tem áreas para serem, por lei, desmatadas. Evidentemente que, quando se fala isso, se fala na média. Deve ter propriedades que avançaram nisso, avançaram e estão fora da lei, mas há uma questão que eu acho que é importante colocar.

Uma questão que eu acho interessante frisar é que nós, Brasil, temos as nossas reservas acima da média. Quando você viaja para a Europa e para outros países, o desmatamento lá foi desenfreado, avançou até as barrancas dos rios. Então, nós temos que também mostrar isso, falar para eles que não adianta eles virem aqui nos cobrar e não fazerem nada em relação ao reflorestamento nessas áreas desmatadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive lá no passado. Quando o Marcus Vinicius Pratini de Moraes foi Ministro da Agricultura, eu era Prefeito da minha cidade na época e ele me convidou. Aliás, eu era suplente de Deputado Federal na época, e, como eu falo alemão, ele me convidou para falar, em nome do Brasil, em alemão, com o Stanley Fischer, que era o Ministro da Agricultura da União Europeia.

E, naquela ocasião – isso já faz, acho, uns 20 anos quase –, a briga, a discussão já era a mesma. Os países desenvolvidos queriam que nós, Brasil, mantivéssemos, preservássemos a natureza. Esqueciam que nós temos uma legislação extremamente rígida e esqueciam que, lá nesses países, isso era totalmente desrespeitado e que não tinha essa questão.

Eu estou entrando na questão não da COP em si, mas do que vai ser discutido na COP. Eu acho que isso é fundamental. Nós, brasileiros, que já somos o celeiro de alimentos do mundo, ainda temos, por lei, dentro da lei do Código Florestal, muitas áreas que ainda podem ser abertas, não só recuperação de pastagens degradadas, mas também áreas que hoje ainda não foram utilizadas dentro da lei. Então, dentro da lei do Código Florestal... Nós temos que colocar para os estrangeiros que nós estamos dentro de um código extremamente rígido e que os países que estão fora disso, que poluem acima da média, façam também as lições deles, não que nós fiquemos como vítimas dessa história toda, achando que nós somos os coitadinhos. O Brasil está cumprindo, logicamente guardando as exceções, porque tem gente que extrapola, e com isso a gente não pode concordar... Alguém que vai lá e desmata tudo e tal, isso não pode. Mas, dentro da lei, dentro da regra, isso tem que ser mantido, e eu acho que isso é fundamental, porque o Brasil tem a missão, sim, de produzir alimentos para os 215 milhões de brasileiros e para mais de 1 bilhão de pessoas em volta do mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Ireneu.

Registro a presença aqui, que muito nos honra nesta audiência pública, do nosso Deputado Federal Celso Sabino, da nossa bancada lá do Pará, hoje emprestado ao Governo, nosso Ministro do Turismo, que tem muito a ver com a pauta, inclusive, da COP 30. Então, registro a sua presença, que nos alegra muito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Hugo do Valle Mendes, Coordenador de Projetos do Ministério do Meio Ambiente, que substitui já aqui na mesa a nossa Ana Toni, que teve que sair para viajar, pegar avião. Então, você tem agora dois minutos, com tolerância de até três minutos, para que possa fazer as considerações finais e responder alguma pergunta.

O SR. HUGO DO VALLE MENDES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Acho que, da mesma forma que eu... Bom, antes de tudo, agradeço ao Senado Federal pelo convite ao Ministério do Meio Ambiente para participar desta Comissão para discutir um tema que é absolutamente relevante nesse contexto de desenvolvimento do Brasil e inserção do Brasil nessa política internacional de preparação para a COP 30.

Para finalizar, um ponto que eu gostaria de destacar, que foi muito dito aqui, é em relação à preparação da cidade de Belém. Em alguns momentos foi colocado isso como fragilidade da cidade. Eu gosto de avaliar essa perspectiva colocando uma outra forma de enfoque. Na verdade, trata-se de um desafio frente a uma oportunidade. São desafios e oportunidades que precisam ser bem endereçados.

O desafio, como colocou o Secretário para a COP 30, o Valter Correia, é justamente promover uma boa capacidade de logística, de desenvolvimento operacional da cidade, suportando o processo de negociação e as próprias manifestações das populações, das entidades etc., para que isso, no contexto, seja considerado uma cópia exitosa. Esse é um grande desafio nas suas diversas categorias, como foi colocado.

A oportunidade que se tem em relação a isso é que normalmente, nas COPs, costumam ser escolhidas como cidades sedes desses eventos aquilo que os países gostariam de mostrar absolutamente de melhor, de ponta para o mundo. Existem desafios enormes na cidade de Belém, mas isso é uma oportunidade no sentido de mostrar para o mundo a realidade do que é uma grande cidade de um país em desenvolvimento. A realidade, os problemas que são enfrentados diariamente nesse contexto desses países. Isso se conecta com um processo que é discutido dentro da COP...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO DO VALLE MENDES – ... que é justamente a questão dos meios de implementação. Não é justo cobrar de cidades, de países em desenvolvimento, que façam uma transição tecnológica, uma migração para um sistema de mais baixo impacto, sem ter os recursos necessários para isso. E uma parte do processo de negociação é justamente os meios de implementação. Então, acho que é muito oportuno que a gente tenha a cidade de Belém como sede, para que chame aos olhos do mundo qual é a realidade de cidades de grande porte, de médio porte, de países em desenvolvimento, como aqui é o caso.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Hugo, representante do MMA.

E passo a palavra ao Secretário Cláudio Puty, que coordena a COP 30 pela Prefeitura de Belém.

O SR. CLÁUDIO PUTY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, queria saudar todos os Parlamentares presentes, particularmente o Ministro Celso Sabino, Ministro aqui do nosso Estado do Pará.

A primeira mensagem que queremos deixar, em nome da Prefeitura de Belém, é que o povo de Belém e as distintas instâncias institucionais, Governo do estado, Governo municipal, estão absolutamente focados – não falo pelo Governo do estado, obviamente, falo pela prefeitura –, estamos absolutamente focados no esforço de preparar a cidade para a COP, a cidade estará pronta para a COP. Há sempre certa desconfiança em relação a iniciativas na periferia do Brasil, mas queremos dizer que a periferia vai virar centro, e a Amazônia já está virando centro. A Amazônia será o centro do mundo, representada pela pujança da nossa cultura, pela pujança das nossas cores, pela pujança das nossas manifestações sociais, será a COP da democracia, será a COP daqueles que talvez nunca foram escutados, uma forte sociedade civil.

Ano passado, nós tivemos aqui os primeiros Diálogos Amazônicos, patrocinados pela Presidência da República, e foi surpreendente a participação de comunidades tradicionais, de povos tradicionais, de distintas instituições e organizações querendo falar algo sobre o que nós estamos vivendo, sobre a mudança climática. Portanto, eu tenho muita confiança, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita confiança de que essa COP vai ser marcante, porque vai ser a COP do sul global, vai ser a COP do Brasil para o mundo mostrando que o Brasil tem soluções, mas que tem que resolver seus problemas, e nós não queremos esconder esses problemas, porque, se nós escondermos os problemas, nós não encontraremos soluções para tais problemas.

Então, muito obrigado, gente. Agradecemos, em nome da prefeitura, o convite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Secretário Puty.

Queria registrar a presença aqui de dois Vereadores nossos de Marabá; do representante do Ministério Público do Estado do Pará, João Paulo; da Subdefensora Mônica Valente... Enfim, tem dez secretários de saúde presentes aqui, dos municípios da região da Ilha do Marajó, que estavam presentes aqui e que vão participar de uma agenda amanhã com a Ministra da Saúde, inclusive, uma agenda extremamente importante para o nosso estado. Queria registrar, então, a presença deles.

Vou passar a palavra para a nossa Ministra Liliam Beatris, do Ministério das Relações Exteriores.

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Eu vou aproveitar meus dois minutos para tentar responder a três perguntas que foram feitas no Portal e-Cidadania.

A Gisele, do Acre, pergunta sobre medidas concretas para reduzir os impactos da mudança climática sobre os mais vulneráveis. Como eu falei, nós teremos várias oportunidades de aperfeiçoar, aumentar, melhorar as regras para que os países possam atuar contra a mudança do clima. Na COP de Belém, será o momento de avaliar o segundo ciclo das políticas climáticas de cada país. Pelo Acordo de Paris, todas as partes do acordo têm que, no início de 2025, atualizar as suas políticas climáticas, as chamadas NDCs (contribuições nacionalmente determinadas). Isso deve acontecer no início de 2025. Então, em novembro de 2025, a COP em Belém terá a oportunidade de fazer uma primeira apreciação sobre se os países realmente estão dando aquele passo a mais para agir contra esse fenômeno, conforme a urgência climática está exigindo. Então, isso será um dos assuntos, um dos temas que a gente espera ver abrangidos em Belém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, todo o nosso trabalho, o trabalho do Brasil na Presidência do G20 este ano, com relação ao clima, tem a ver com destravar os nós do financiamento climático. Nós interpretamos que um dos pilares que está para trás nas negociações é que os compromissos não foram cumpridos pelos países desenvolvidos, que deveriam ter colocado esses aportes, no nível de US$100 bilhões por ano desde 2020, e não colocaram. Então, nós estamos trazendo a questão de como financiar essas políticas, essas transições, para que os mais vulneráveis – as pessoas, as cidades, os municípios – possam...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA – ... reagir ao fenômeno.

A segunda pergunta é do Vittor, de São Paulo: "Como a COP 30 em uma cidade de médio porte no Brasil pode influenciar a agenda climática global e a percepção internacional do país?".

Conforme eu falei, não é a questão de onde que a COP vai acontecer; é a questão de em que momento histórico nós estaremos, de quais são os desafios que a ciência vai estar nos mostrando em que os países precisam avançar e de tomar as decisões que precisam ser tomadas para fazer essa transição a uma economia de baixo carbono com maior rapidez. Belém não é a primeira cidade que não é uma grande metrópole onde essa reunião vai acontecer. A gente teve reuniões em Katowice, na Polônia; em Glasgow, na Escócia; em Sharm El-Sheikh, que é uma praia no Egito.

Ou seja, não é bem... não depende tanto... não é sobre o papel da cidade, é a questão de o que os países poderão decidir naquela cidade. E sob esse ponto de vista, conforme já foi falado aqui, Belém tem todas as credenciais para receber essas pessoas, com as melhorias que está se buscando fazer, principalmente na capacidade de hospedagem da cidade, e uma culinária maravilhosa, é uma capital de estado no Brasil – vai ser uma atração e muitas pessoas vão desejar vir a Belém. Então, não é uma questão do tamanho da cidade, é uma questão de o que o Brasil poderá oferecer como resultados concretos dessa reunião.

E, finalmente, a Marilene, de Minas Gerais, quer saber qual a estratégia do Brasil para pressionar pelo cumprimento do Fundo de Perdas e Danos no Sul Global, na COP 30. O Fundo de Perdas e Danos foi criado há dois anos, na COP do Egito, as características desse fundo foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dadas, aprovadas agora em Dubai, então a meta agora, a tarefa é implementá-lo. A primeira reunião do comitê gestor desse fundo vai acontecer na próxima semana; o Brasil, a Argentina e o Uruguai estão representados nesse comitê, nós estaremos presentes e vamos trabalhar para que ele entre em funcionamento o mais rápido possível. E esse é um fundo novo, ele visa a liberar recursos para regiões afetadas por fenômenos climáticos de uma maneira rápida e aberta a entidades subnacionais, para que não sejam apenas os governos centrais que possam aceder. Então, assim, nós vamos atuar para que ele entre em implementação o mais rápido possível, de preferência até antes da COP 30 no Brasil.

Agradeço muito ao Senado por nos convidar, por realizar este tipo de sessão, e queria cumprimentar a Vice-Governadora Hana Ghassan, grande parceira nossa na preparação da cidade, na preparação da reunião. Eu acho que Belém ainda tem a vantagem de ter algumas armas secretas, que são o açaí, o bacuri e o jambu. Então, vamos trabalhar para que a reunião seja um sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Ministra. De fato, essa última parte aqui é... Eu acho que inclusive, nesse último período, muitos ministros têm visitado nosso estado – na última semana, nós tínhamos cinco, seis ministros, equipes –, e a nossa culinária sem dúvida alguma é um atrativo importante.

Queria passar a palavra ao Sr. José Mauro O'de Almeida, Secretário de Meio Ambiente do Estado.

O SR. JOSÉ MAURO O'DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Beto.

Quero só agradecer a participação e dizer que a nossa expectativa é muito alta e boa de ter uma COP em Belém, diferente das COPs já realizadas pelo fato de ser uma COP que vai atrair muita atenção relacionada a temas de floresta, indígenas, como eu disse, e quilombolas, extrativistas, ribeirinhos. É uma COP bem interessante, é uma COP que vai ser uma experiência de vida, diferentemente de outras mais pasteurizadas, mais inacessíveis para a população. Penso que essa COP terá que ser uma COP acessível para a população, terá que ser uma COP com debates para além das pautas já coordenadas e comandadas pela ONU e pela convenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E espero que a gente consiga fazer uma COP de muitos debates profícuos e, sobretudo, de perspectivas de melhoria da qualidade de vida da população, combinada com a conservação da natureza, da biodiversidade e da floresta.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Mauro, nosso Secretário de Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Valter, que é o nosso Secretário Extraordinário para a COP 30.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Só queria acrescentar um ponto aqui, sobre o qual já teve alguns alertas aqui pela Ana Toni e também pela Ministra Liliam, de que uma característica das COPs... de que a ONU tem chamado atenção para se retomar o caráter tradicional das COPs, já tem mandado recado para Baku e está mandando um recado para a gente também de que o importante não é ser a maior COP em número de pessoas participantes, e sim de conteúdo, de acordos, de NDCs – como já foi dito aqui – fechados, acordados, para que a gente tenha um produto que realmente tenha uma qualidade excepcional para o futuro do clima do mundo. Então, nós estamos tomando todo o cuidado também, junto com a Secretaria-Geral da Presidência da República, de ter todas as representações, não só das delegações, mas também sociais, de que tenhamos todas as representações, mas um número a que a gente consiga dar dignidade, dar conforto, dar hospedagem, dar alimentação e dar as condições suficientes para fazer uma COP cujo conteúdo seja referência para as próximas COPs.

Então, dito isso, quero só novamente agradecer e cumprimentar novamente os amigos, principalmente aqueles em Belém, porque hoje à noite estou indo para lá e amanhã vamos ter uma agenda bastante extensa também, junto com o Governo do estado e com a Prefeitura de Belém.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Secretário Valter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para registrar, nós tivemos uma experiência positiva, acho, no diálogo com as comunidades, com a representação dos amazônidas no encontro da Cúpula da Amazônia, quando nós realizamos os Diálogos Amazônicos, que eu acho que são um bom exemplo para que a gente possa proporcionar a participação das entidades, dos movimentos sociais durante a COP 30.

Por último, gostaria de passar a palavra à nossa Vice-Governadora Hana e parabenizá-la pelo trabalho.

Você é a última a se posicionar. A palavra está liberada.

A SRA. HANA GHASSAN TUMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, quero agradecer a todos a oportunidade de estar aqui podendo falar um pouco dos preparativos da COP e dizer que para nós a COP já começou efetivamente; e vamos seguir em frente, na certeza de que faremos um grande evento na nossa capital Belém, na nossa Amazônia e para o Brasil! (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nada mais havendo a tratar, quero agradecer muito aqui a presença de todos os palestrantes, de todas as pessoas que se posicionaram, dos ministérios, da representação dos governos locais, do estado e da Prefeitura de Belém, dos participantes que, presencialmente ou virtualmente, acompanham esta audiência pública esclarecedora e que, com firmeza, garantem a questão da realização da COP 30 em Belém e a aproximação com o Senado Federal. Então, agradecendo a presença de todos, eu declaro encerrada esta sessão, já convidando... Inclusive, tem outra sessão proposta por mim, de minha autoria novamente, para quinta-feira, às 9h, sobre a questão da Margem Equatorial, com a Petrobras e várias outras instituições.

Obrigado!

E parabéns pela participação.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia cinco de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Apreciação de relatório de avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Apreciação do relatório de avaliação de política pública realizado pela CSP, no ano de 2023, em relação à atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022, nos termos do Requerimento 9/2023-CSP. Relator: Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado o relatório, que conclui pela apresentação de indicação, nos termos do art. 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e de projeto de lei. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado n° 111, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2905, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2005) - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 10.792, de 1º de dezembro de 2003, e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a comunicação nos estabelecimentos prisionais; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao PL n° 2905/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179/2005). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2204, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de dispor sobre monitoramento eletrônico do agressor e uso de dispositivo móvel de segurança ou aplicativo para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao PL n° 2204/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 119/2015), com a rejeição do seu artigo 4º. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2204 de 2022 (substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 119 de 2015), com a rejeição de seu art. 4º. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2605, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Formulário Nacional de Avaliação de Risco, bem como sobre a organização dos dados coletados, incluindo o acesso a eles." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à emenda nº 1-CSP, e pelo acolhimento parcial das emendas nºs 2 e 3, na forma das emendas nºs 4-CSP e 5-CSP. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4436, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a corrupção entre particulares." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4628, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Tipifica a corrupção privada no ordenamento jurídico brasileiro." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao PL nº 4436/2020, com uma emenda (substitutivo) que apresenta, e pela prejudicialidade do PL nº 4628/2020. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 5, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública para debater o controle e fiscalização de armas, munições, acessórios e explosivos no país." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 10, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para elencar circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva na audiência de custódia." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 6, de 2024** que: "Requer, os termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Policia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os motivos que levaram o grupamento da Polícia Federal do Aeroporto de Guarulhos a reter para averiguação o Senhor Sérgio Tavares, cidadão português, quando desembarcou no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, para cobrir as manifestações a serem realizadas na Avenida Paulista." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 6/2024-CSP, a Presidência declara prejudicado o Requerimento nº 4/2024-CSP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/05

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da segunda e da terceira reuniões, realizadas, respectivamente, nos dias 20 e 27 de fevereiro de 2024.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

A presente reunião será dividida em duas partes e destina-se à apreciação de relatório de avaliação de política pública e, posteriormente, à deliberação dos itens constantes da segunda parte da pauta.

A Presidência esclarece que nas votações nominais os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registro de presença pessoalmente na Casa.

Comunico sobre o *e-mail* contendo a pauta: considerando que – isso é interessante, gente – a nova atualização do aplicativo Senado Digital permite ao usuário escolher as Comissões que deseja seguir e ser notificado sempre que um documento da Comissão é publicado, tal como a pauta e o resultado das reuniões, comunico que a Secretaria desta Comissão de Segurança Pública não enviará mais *e-mail* com a pauta da reunião. Entendemos essa modalidade como mais moderna e eficiente ao acompanhamento das atividades deste Colegiado por parte dos usuários. Assim, sugiro que, se ainda não tiverem baixado ou atualizado o aplicativo, que o façam, para aproveitar essa funcionalidade e terem acesso a informações da nossa Comissão.

Comunicado e documentos recebidos.

Comunico que foi apresentada à Secretaria desta Comissão o seguinte documento: Ofício MDA nº 65, de 2024, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que encaminha relatório da visita a Gleba Tauá, no município de Barra do Ouro, Tocantins, elaborado com foco de pacificação do conflito, mas sobretudo objetivando a cessação do risco de serem novamente ou mais gravemente vitimadas naquela localidade, com respeitoso pedido que deem ciência a todas as bancadas da Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados e do Senado para que tomem conhecimento do caso, como subsídio para discussões parlamentares que envolvem o PL 1.199, de 2023. O documento será disponibilizado na página da Comissão do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que membros desta Comissão se manifestem no sentido de atuarmos para que seja analisado por este Colegiado.

Primeira parte. Apreciação do relatório de avaliação de política pública.

Passamos agora à primeira parte da nossa reunião, que tem por finalidade a apreciação do relatório de avaliação de política pública realizada por esta Comissão no ano de 2023, em relação à atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022, nos termos do Requerimento nº 9, de 2023, desta Comissão. Relator: Senador Fabiano Contarato. O relatório é pela apresentação de indicação, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado, e de projeto de lei.

Passo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

Senador, com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu pediria a atenção dos colegas porque esse relatório dessa avaliação já foi disponibilizado para todos os colegas, então vou tentar fazer de forma mais objetiva, didática e direta e espero que nós possamos aprová-lo da melhor forma possível.

A presente Comissão realizou várias audiências públicas com operadores jurídicos que atuam no processo penal brasileiro, tendo sido colhidas valiosas informações que nos ajudaram no objeto principal do presente trabalho, que é a avaliação da atuação da Justiça Criminal no período 2017 a 2022. Além disso, foram igualmente colhidas diversas sugestões de alterações legislativas, das quais as que consideramos mais relevantes serão objetos de projeto de lei apresentados ao final deste relatório. Seguem abaixo, em síntese, as contribuições trazidas por esses especialistas que reputamos importantes para o escopo do presente trabalho.

Audiência Pública do dia 27 de junho de 2023. Gustavo de Almeida Ribeiro (Defensor Público Federal e Chefe da Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal): informou que, com o crescimento das Defensorias Públicas, temas relacionados a pessoas mais pobres começaram a chegar com mais frequência na Justiça, especialmente nos tribunais superiores localizados em Brasília; alegou, entretanto, que ainda não há defensores públicos suficientes para ampliar o acesso à Justiça para as pessoas mais pobres; considerou relevantes recentes alterações na legislação, como acordos de não persecução penal; entendeu serem necessárias alterações na legislação de entorpecentes, como penas mais brandas para crimes pouco relevantes (apreensão de pouca quantidade de substâncias entorpecentes) e distinção entre usuários e traficantes; na execução penal, ressaltou questões relativas à remissão de pena e superlotação de presídios; argumentou que a demora no julgamento leva, em muitos casos, a uma condenação mais branda do que uma cautelar que foi imposta ao réu ou investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olavo Evangelista Pezzotti (Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo): explicou sobre a atuação do Ministério Público de São Paulo na macrocriminalidade por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que tem atuação sistemática em três frentes: combate à atividade ilícita principal, lavagem de dinheiro e corrupção; ressaltou a atuação por meio do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos contra a sonegação fiscal, com a participação integrada do Ministério Público, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo e da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, mediante soluções consensuais e monitoração da economia; informou ainda sobre a atuação por meio do Grupo Especial de Repressão aos Delitos Econômicos, visando carteis e lavagem de dinheiro, tendo sido recuperados aproximadamente R$30 milhões; salientou ainda a atuação por meio da Cyber Gaeco, com foco na atividade ilícita praticada por meio da internet (criptoativos, movimentos de associações ilícitas ou movimentos violentos); alegou que, com a criminalidade de massa, é bastante relevante o uso de acordos de não persecução penal, permitindo maior eficiência no acompanhamento de inquéritos policiais e fiscalização de investigações; destacou a seletividade do sistema penal (pune predominantemente aqueles que têm menos condições financeiras); aduziu que a morosidade se deve ao número excessivo de impugnações durante o processo penal (necessidade de restringir o cabimento de *habeas corpus*, por exemplo); argumentou ainda sobre a necessidade de se rediscutirem ações de impugnação nos tribunais superiores.

Átila Pereira de Souza (Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminal do Ministério Público do Rio de Janeiro): afirmou que o processo penal é um instrumento de garantia do cidadão; aduziu que é necessária uma modificação de paradigma; alegou que a utilização de câmeras em policiais tem sido relevante para o aperfeiçoamento do material probatório e, consequentemente, para o descobrimento da verdade; argumentou sobre o papel do Ministério Público não como órgão acusador, mais, sim, como garantista da eficiência do processo penal; ressaltou sobre a necessidade de humanização do processo penal e da necessidade de diminuir o seu formalismo para aproximá-lo da população.

Marcos Paulo de Souza Miranda (Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar do Ministério Público de Minas Gerais): afirmou que o pacote anticrime foi um grande avanço legislativo; argumentou que a pena de multa não tem tido a relevância que merece, tendo apenas caráter patrimonial, já que o valor é enviado para a Fazenda cobrar, mas que, com o pacote anticrime, isso tem mudado; considerou relevante o acordo de não persecução penal, dando maior eficiência à Justiça.

Na audiência do dia 4 de julho de 2023, Glauco Mazetto Tavares Moreira, Defensor Público e Assessor Criminal da Defensoria Pública de São Paulo, ressaltou que a morosidade tem várias causas; destacou a falta de servidores qualificados, não só de juízes, para atuar na justiça criminal; argumentou sobre a necessidade de se criarem mecanismos legais para que o combate à morosidade não seja feito em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detrimento da defesa; aduziu sobre a necessidade do aumento da estrutura da Defensoria Pública e do número de defensores públicos.

Isabel Schprejer, Defensora Pública no Estado do Rio de Janeiro, destacou pesquisas da Defensoria Pública do RJ que foram feitas sobre vários aspectos da justiça criminal; aduziu que o reconhecimento fotográfico vem trazendo o cometimento de injustiças, prejudicando pessoas mais pobres e negras; argumentou que até prisões preventivas já foram feitas com o reconhecimento fotográfico; argumentou sobre o viés racial no reconhecimento fotográfico.

Ricardo de Araújo Teixeira, Defensor Público de Minas Gerais argumentou que o processo penal é seletivo – pobres, negros, etc.; destacou a importância dos mutirões que são feitos em Minas Gerais, especialmente para analisar os processos de pessoas mais carentes; afirmou que é importante o monitoramento da atuação policial; destacou o êxito que vem ocorrendo nas audiências de custódia; aduziu que é importante a atuação negocial no processo penal – acordos de não persecução penal –, mas entende que ela precisa de aperfeiçoamentos porque ainda não são feitos muitos acordos; argumentou que se deve buscar a celeridade processual, mas sem a supressão de direitos e garantias dos jurisdicionados.

Gabriela Bemfica, Vice-Presidente da Comissão de Ciências Criminais do Conselho Federal da OAB e Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminais, destacou a violência institucional; aduziu que o processo penal virou um campo de batalha em que as partes brigam entre si; argumentou que se deve evitar a revitimização no processo penal; aduziu que o processo penal precisa de humanidade; destacou o protocolo do Conselho Nacional de Justiça, que trata da condução do processo pelas "lentes de gênero", como os juízes devem conduzir as audiências, tendo em vista a violência de gênero.

Edison Brandão, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Diretor-Geral de Segurança de Magistrados da Associação dos Magistrados Brasileiros, ressaltou que o Brasil é o país com o maior número de recursos do mundo; informou que o *habeas corpus* é uma ação que pode ser interposta várias vezes e para impugnar a maior diversidade de decisões; não obstante a relevância da aplicação dos acordos de não persecução penal, argumentou que a pena de prisão em casos mais graves ainda é a melhor solução possível.

Na audiência do dia 9 de agosto, Diego Roberto Barbiero, Membro do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), destacou a necessidade de diminuição da criminalidade para diminuir o número de processos na justiça criminal; argumentou sobre a necessidade de se fixarem critérios de competência da justiça criminal tendo como foco a vítima.

Lúcia Helena Barros de Oliveira, Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), informou que a população carcerária no Brasil é majoritariamente formada por pessoas negras; ressaltou o problema do excesso de presos provisórios;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

argumentou sobre a necessidade de se cumprir o princípio da duração razoável do processo; alegou que o número de feminicídio vem aumentando; aduziu que a legislação processual penal tem um papel importante; destacou o grande número de erros nos reconhecimentos por fotografia, principalmente em relação a negros; alegou que o acordo de não persecução penal foi um grande avanço, mas que há necessidade de aperfeiçoar o seu uso.

Pedro Luís, representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, informou que a principal atuação da SSP/SP é nos crimes de contato, como, por exemplo, roubos; argumentou que o controle policial feito pelo MP tem ajudado na efetividade do trabalho da polícia; destacou que foi assinado um termo de compartilhamento de informações entre a polícia e o Poder Judiciário do Estado de SP, especialmente sobre o cumprimento de medidas judiciais; ressaltou a atuação contra o crime organizado e aproximação dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, especialmente nas fronteiras; ressaltou o programa, aspas, "Muralha Paulista" (uso de câmeras para prevenir e coibir a prática de crimes), com eficiência em crimes patrimoniais; argumentou sobre a necessidade de diálogo entre os atores da persecução penal.

Márcio Alberto Gomes Silva, representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, ressaltou que a efetividade da segurança pública e, consequentemente, da justiça criminal depende da resolução de problemas sociais; destacou a necessidade de formação humanista de policiais federais nos cursos de formação inicial e de aperfeiçoamento; argumentou ainda sobre a necessidade de criação de uma lei que clarifique a competência criminal, especialmente na competência por prerrogativa de foro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... de modo que esclareça a atribuição investigativa da polícia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... aduziu sobre a necessidade de se diminuir a possibilidade recursal (os recursos são muito utilizados por pessoas com mais poder aquisitivo).

Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), alegou que a morosidade da justiça está ligada à seletividade da justiça criminal; argumentou ainda que a desigualdade social e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) contribuem para esse problema; aduziu que o sistema de justiça criminal reflete esses problemas sociais.

Conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo do presente plano de trabalho foi o de avaliar a atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022.

Para a realização desse mister, realizamos, além do requerimento de informações ao CNJ, um ciclo de debates sobre o processo penal brasileiro, com o intuito de colher opiniões e sugestões de operadores jurídicos que atuam no processo penal brasileiro, visando buscar ideias e soluções para os problemas da justiça criminal no Brasil.

Nosso objetivo foi, portanto, o de buscar caminhos e perspectivas para a construção de um processo penal que promova o cumprimento dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da presunção da inocência, do devido processo legal e da razoável duração do processo.

Com base nas sugestões oferecidas nas audiências públicas realizadas, onde foram ouvidos operadores jurídicos que atuam no âmbito da justiça criminal, apresentaremos a seguir algumas proposições, que visam aperfeiçoar o processo penal e a execução penal no Brasil, tanto do ponto de vista do combate à morosidade, quanto do fornecimento de uma jurisdição penal justa, sem qualquer discriminação baseada no gênero, raça ou condição financeira ou social, além de uma execução penal eficiente.

Diante do exposto, temos grande esperança de que os trabalhos da Comissão de Segurança Pública e seu principal produto – as proposições supramencionadas – contribuirão significativamente para aperfeiçoar o processo e a execução penal brasileira.

Por fim, faço um agradecimento e homenagem desta Comissão de Segurança Pública do Senado Federal ao Conselho Nacional de Justiça, na pessoa do seu Presidente, Ministro Luís Roberto Barroso, que prontamente se disponibilizou para cooperar com a obtenção das informações solicitadas e na busca por soluções para a materialização do princípio constitucional da razoável duração do processo; ao Presidente desta Comissão, nosso querido Senador Sérgio Petecão, autor do requerimento que deu origem a esta avaliação.

Estendo o meu especial agradecimento aos especialistas que compuseram a mesa de debate nas audiências públicas, que enriqueceram este trabalho com seus conhecimentos e experiências no tema em debate; aos servidores da Secretaria desta Comissão e da minha equipe de gabinete, que, em parceria com os consultores legislativos da Casa, trabalharam, incansavelmente, na compilação das informações que compõem este relatório.

Este, portanto, Srs. Parlamentares, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é o relatório que submetemos a este Colegiado.

Sr. Presidente, eu só quero aqui finalizar falando, agradecendo e me colocando à disposição, apenas ressaltando, Senador Kajuru, que, quando se fala... É muito comum, pelo menos no Espírito Santo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as pessoas atribuírem ao Legislativo a morosidade. Eles falam: "Senhora, o problema está na lei". E eu pontuei, e pontuo aqui, todos os prazos processuais desde quando uma pessoa é cerceada na sua liberdade de ir e vir. Foi preso em flagrante, dez dias para concluir o inquérito, ele estando preso; 30 dias, solto – está no art. 10 do Código de Processo Penal. Depois, para o Ministério Público oferecer denúncia: o prazo para oferecer, o prazo próprio e o prazo impróprio, e assim sucessivamente, até que o juiz profira uma sentença. Se você somar todos os prazos processuais, com ele estando solto, além da extensão que o CNJ deu para o juiz proferir a sentença, não poderia ultrapassar seis meses. Então, o problema não está na lei. O problema não está na lei, porque nós legislamos e colocamos no Código de Processo Penal. O problema está, infelizmente, na falta da aplicação da lei.

Agora, é necessário que nós provoquemos a queda de máscaras das instituições que compõem o Estado, porque não é razoável, Senador Kajuru... E aqui eu quero fazer uma crítica – e, por favor, espero que tanto o Ministério Público quanto o Poder Judiciário não se sintam ofendidos com minha fala –: é necessário entender que, hoje, um trabalhador brasileiro, que trabalha 40 horas semanais, às vezes de segunda a sábado... Nós temos uma realidade no Brasil de dois recessos, inclusive aqui, nesta Casa. A gente tem que fazer esta reflexão: nós temos dois recessos no Poder Judiciário; dois recessos no Ministério Público; férias; trabalhando meio expediente... Quer dizer, como é que você vai prestar, de forma eficiente, uma prestação jurisdicional, se, primeiro, não se cumprem os prazos processuais estabelecidos ali?

Então, é necessário que a gente faça essa reflexão porque, infelizmente, manter na cadeia pessoas com baixo poder aquisitivo é fácil; pesar a mão em sentenças condenatórias com pessoas hipossuficientes, que não têm bons advogados para fazerem sua defesa, é muito fácil.

Mas eu queria muito – e volto a fazer essa provocação que eu sempre faço a esta Comissão – que nós aqui aprovássemos medidas que efetivamente dessem um tratamento isonômico para todos e que não criminalizássemos a pobreza, que não criminalizássemos a cor da pele – por exemplo, aprovando como crimes hediondos crimes praticados por políticos, como corrupção ativa, corrupção passiva, concussão, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, crimes de sonegação fiscal, porque aí, sim... Porque, quando um político desvia verbas da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando um político desvia verba da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens.

Eu faço um desafio: eu quero que me traga aqui o percentual de número de pessoas da população carcerária do Brasil que estão cumprindo pena e condenados na cadeia por corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão. As cadeias estão lotadas, sabe de quê? Crimes contra o patrimônio. São crimes contra o patrimônio. É furto. É roubo. E eu não estou fazendo apologia a isso, não. Tem que cumprir pena mesmo. Agora, que seja cumprida a lei doa a quem doer, porque ninguém está acima de lei. Nós não estamos acima de lei. Ninguém está acima de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A premissa é uma só: todos somos iguais perante a lei. Agora, nós não podemos ter um processo seletivo. Nós não podemos ter um processo penal seletivo, em que uns são cerceados na sua liberdade e ficam aí no sistema prisional, na sua grande maioria pobres, pretos e pardos, enquanto outros, com bons advogados, conseguem liberdade provisória com ou sem fiança, conseguem o instituto do *habeas corpus*, respondem *ad aeternum* porque não há o cumprimento dos prazos processuais. E o processo fica deitado eternamente em berço esplêndido, até ser alcançado pelo instituto da prescrição, que é a perda do direito de punir do Estado causada em virtude do tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E agradeço a todos pela compreensão do tempo que eu utilizei aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Contarato... Permita, meu Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, irmão querido e respeitado Presidente desta Comissão de Segurança Pública, Sérgio Petecão.

Só rapidamente em relação à sua dureza de sempre nas suas palavras claras aqui. Em relação a nós, neste Congresso Nacional, nós somos os únicos cidadãos do mundo que temos 45 dias de férias – os únicos do mundo! –, pois nenhuma empresa dá mais de 30 dias de férias para ninguém.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero dar os parabéns ao Relator, porque foi um trabalho bastante grande para elaborar esse parecer agora, obviamente com pontos que eu acho que são avanços e outros que não são avanços.

Nesse discurso realmente, Presidente, de olhar para a classe social de quem comete um crime, como se fosse algo a atenuar a pena de quem faz as maiores barbaridades, de quem tira a vida das pessoas, é óbvio que é sempre saudável o debate. O nosso Código Penal prevê penas mais duras exatamente para aqueles que tiram as vidas de pessoas inocentes, porque a vida é o bem irrecuperável. Talvez por isso, na história, o legislador sempre buscou dar uma punição mais severa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao parecer, Presidente, eu só queria fazer algumas considerações, porque o parecer traz aqui alguns anexos sobre medidas que podem ser tomadas pela Comissão de Segurança Pública.

Quanto ao Anexo 1, que eu acredito que deve ser um senso comum, já que trata aqui de uma cobrança ao Conselho Nacional de Justiça para o cumprimento dos prazos para a concessão de benefícios, enfim, para os julgamentos, é uma coisa para a qual realmente a gente tem que ter uma atenção especial.

Com relação ao Anexo 2, Senador Contarato, essa sugestão alterando, aperfeiçoando, na verdade, o acordo de não persecução penal é uma coisa que eu acho que também é importante, e a gente deve prever, mas só lembrando que existe aqui o Projeto de Lei 3.673, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, que trata exatamente desse tema, que aperfeiçoa o acordo de não persecução penal, Presidente, e esse era, inclusive, um dos projetos cuja relatoria eu pedi a V. Exa., e aí eu acho que estaria prejudicado isso aqui na proposta relatada pelo Senador Contarato.

E também, Presidente, para concluir, eu gostaria de pedir a V. Exa. que pautasse aqui, na Comissão, o PL 5.391, de 2020, que trata também do Regime Disciplinar Diferenciado, o RDD, cujo relatório eu já apresentei no dia 19 de setembro do ano passado, que também está pronto para pauta, e eu acho que é um assunto importante que esta Comissão podia também discutir, debater e dar sequência na tramitação do projeto, Presidente.

Então, resumindo, é só com relação ao Anexo 2, que eu acho que a proposta estaria prejudicada, porque tem esse projeto do Senador Wellington Fagundes, o 3.673, de 2021, que aperfeiçoa o acordo de não persecução penal, e quero pedir a V. Exa. a inclusão em pauta do Projeto 5.391, de 2020, do qual eu sou Relator, que já está pronto aqui para esta Comissão desde o dia 19 de setembro do ano passado.

São essas duas considerações apenas, Presidente Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já pedimos aqui para a nossa assessoria verificar, Senador Flávio.

O.k.? Dá para fazer? (*Pausa.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só para complementar o Senador Flávio, porque uma coisa não invalida a outra. Eu acho que, nesse contexto, mesmo estando em tramitação o projeto, essa indicação do Anexo 2 não é contraditória, uma pode ser apensada à outra oportunamente. Eu peço a gentileza de que só compreendesse isso, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tivemos a leitura do relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Só um breve comentário com relação à posição apresentada pelo Sr. Relator, muito qualificadamente, e ao assunto do acordo de não persecução penal.

Sei que já foi suficientemente discutido, mas é importante registrar que o que foi aprovado por esta Casa é muito diferente daquilo que hoje é aplicado pela Justiça. O acordo de não persecução penal se presta a encurtar prazos, reduzir custos da Justiça e reduzir a sensação de impunidade, e o que nós temos hoje é exatamente o contrário. Nós temos o Supremo realizando acordos de não persecução penal para condenados pelo Plenário do próprio Supremo em processos que se arrastam por décadas. Virou mais uma via de impunidade no Brasil.

Então, acho, sim, razoável que a gente venha a discutir isso, mas com a cautela e com a transparência devida para que o cidadão compreenda: uma deformação concretizada pelo Judiciário com a anuência do Ministério Público, que é a aplicação ultra-extensiva dessa norma, inviabilizando a própria respeitabilidade da Justiça, porque, efetivamente, quando você tem um cidadão que é condenado pelo Plenário do Supremo e, depois, um relator, monocraticamente, desfaz essa condenação via acordo de não persecução penal – e isso vem acontecendo reiteradamente –, você tem uma desmoralização completa do sistema.

Então, eu me somo à necessidade de voltarmos a discutir esse tema, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório de avaliação da Justiça no âmbito do processo penal, no período de 2017 a 2022, que conclui pela apresentação de indicação, nos termos do art. 224 do Regimento do Senado Federal, e de projeto de lei. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de começar a deliberação dos projetos constantes na segunda parte da reunião, informo que o item 1, o PRS 111, de 2023, foi retirado de pauta, a pedido da Senadora Ivete da Silveira, que é a Relatora do projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 111, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à Comissão Diretora.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2905, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2005)

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 10.792, de 1º de dezembro de 2003, e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a comunicação nos estabelecimentos prisionais; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PL n° 2905/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179/2005).

Observações:

1. Em 20/2/2024, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Pergunto ao nobre Senador Flávio Bolsonaro se deseja fazer uso da palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Senador Jaques Wagner havia me solicitado que eu adiasse a votação deste projeto por uma semana, porque há alguns pontos específicos aqui com relação a bloqueio de celulares em unidades prisionais, que a Anatel teria alguma sugestão a fazer.

Então, só porque, como conversei com ele e dei-lhe minha palavra, se V. Exa. puder tirar de pauta para votarmos na semana que vem... só lembrando que este projeto, salvo engano, não pode mais ser emendado. Mesmo assim, atendendo ao pedido do Senador Jaques Wagner, quero pedir a V. Exa. que o paute na próxima semana, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Esta Presidência acata o pedido de V. Exa. e o projeto será discutido e votado na próxima... na próxima sessão, não é? (*Pausa.*)

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2204, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2015)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de dispor sobre monitoramento eletrônico do agressor e uso de dispositivo móvel de segurança ou aplicativo para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PL n° 2204/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 119/2015), com a rejeição do seu artigo 4º.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ. (*Pausa.*)

Acaba de adentrar esse recinto...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Ele nunca se ausenta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Você nunca se atrasa, a Presidência é que acelerou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Chega a informação de que V. Exa. estava ali só aguardando ser chamado.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Passo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório, com muita calma.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado pelo carinho de sempre, perdoe esses poucos segundos de atraso.

Minha assessoria está me deixando na mão, Sr. Presidente. Acho que vai ter exoneração hoje no Gabinete, mas tudo bem. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não faça isso!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se exonerar, passa no meu gabinete!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ó, está grande, hein?

Sr. Presidente, vou direto à leitura do relatório, se o senhor me permitir.

Vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei n° 2.204, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 119, de 2015), que altera a Lei, Sr. Presidente, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de dispor sobre monitoramento eletrônico do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agressor e uso de dispositivo móvel de segurança ou aplicativo para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência às nossas mulheres vítimas de violência.

Em síntese, a proposição original aprovada por esta Casa trata do fornecimento de botão de pânico à ofendida beneficiada com medida protetiva. O botão do pânico, Sr. Presidente, é um dispositivo móvel de segurança, conectado com a unidade policial, capaz de emitir alerta imediato de ameaça ou de violação de direitos, voltado a conferir maior efetividade às medidas protetivas deferidas.

Na justificação então apresentada, a autora do projeto informa que "'botão do pânico' é um recurso eletrônico que vem sendo utilizado em diversos municípios brasileiros como meio de prevenir a violência doméstica e facilitar a apresentação de denúncias por parte das vítimas. Também concorre para dar mais agilidade à oferta de proteção policial, além de contribuir para a reunião de provas a serem utilizadas durante o processo judicial".

Sr. Presidente, o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados manteve o texto base do PLS 119, de 2015, acrescentando algumas modificações. Nesse sentido, prevê a possibilidade de expedição de mandado de busca e apreensão de arma como medida protetiva de urgência e a colocação de monitoramento eletrônico no agressor, que deverá arcar com todos os custos desse equipamento de fiscalização.

Após a análise por esta Comissão, o substitutivo da Câmara segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, para o Plenário do Senado Federal.

Análise.

De início, Sr. Presidente, verifica-se que cabe a esta Comissão de Segurança Pública, nos termos do art. 104-F, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições legislativas pertinentes à segurança pública, às políticas públicas de promoção da paz social e ao controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e a vítimas de crime, bem como suas famílias.

No que diz respeito ao mérito, Sr. Presidente, entendemos que as modificações dispostas no Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 119, de 2015, são convenientes e oportunas.

Quando da remessa do PLS nº 119, de 2015, à Casa revisora, em 2018, já havíamos concluído pela importância de se entregar o "botão do pânico" a mulher vítima de violência doméstica e familiar, como forma de conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência deferidas. Nos dias atuais, essa previsão tornou-se ainda mais necessária, ante o aumento desse tipo de violência.

Com efeito, Sr. Presidente, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, somente no ano passado nossos tribunais de justiça concederam 445.456 medidas protetivas de urgência às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Assim, é de fundamental, Sr. Presidente, importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a existência de um mecanismo que possibilite à ofendida verificar se o agressor está respeitando a determinação de distanciamento.

O substitutivo apresentado, Sr. Presidente, além de manter a previsão do "botão do pânico", prevê ainda a expedição de mandado de busca e apreensão de armas em poder do agressor e o seu monitoramento por meio da tornozeleira eletrônica. Essas medidas, sem sombra de dúvidas, ampliam a proteção das mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica e familiar, razão pela qual devem ser acolhidas.

Há um único ponto do substitutivo que deve ser ressalvado. É que o art. 4º do projeto enviado pela Casa revisora prevê a vigência imediata da lei, ao contrário do que constou na redação final do PLS nº 119, de 2015, que previa uma *vacatio legis* de 90 dias. Assim, considerado a necessidade de se conferir tempo para que o Estado implemente o "botão de pânico", estamos fazendo, ao final, uma ressalva quanto ao art. 4º (cláusula de vigência).

O meu voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 2.204, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015), com a seguinte ressalva:

- rejeição do art. 4º do Projeto de Lei n° 2.204, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015).

Peço a ajuda, a colaboração e o apoio dos Senadores que fazem parte desta brilhante Comissão de Segurança Pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Esta Presidência agradece, mais uma vez, ao Senador Jorge Seif pela sua precisão e o seu grau de responsabilidade.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.204, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015), com a rejeição de seu art. 4º.

A matéria vai à CCJ.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para registrar que tenho um requerimento de audiência pública pendente, e peço inclusão extrapauta, para tratar do tema de controle e fiscalização de armas, munições, acessórios e explosivos, em particular considerando as últimas notícias alarmantes que apontam para um descontrole e uma falta de efetivo por parte dos responsáveis.

O nosso objetivo é justamente ter a informação plena para que a gente possa ter esse sistema funcionando adequadamente. As notícias apontam para a concessão de registro de caçador, colecionador, atirador esportivo para condenados, mortos, processados. Tem que se separar o joio do trigo, porque são atividades justas, legítimas e honradas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., Senador.

Já consultei aqui a nossa assessoria. Nós vamos seguir a pauta e, no final, colocamos o seu requerimento extrapauta.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2605, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, bem como sobre a organização dos dados coletados, incluindo o acesso a eles.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

O relatório é favorável ao projeto, pelo acolhimento total da Emenda nº 1 e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, na forma das emendas que apresenta.

Em 05/02/2024, foram recebidas as Emendas 1, 2 e 3, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Em 05/02/2024, foi apresentado o novo relatório pelo nobre Senador Sergio Moro.

Passo a palavra ao Senador Sergio Moro para a leitura do seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou tomar a liberdade de fazer uma leitura dinâmica aqui, porque é um projeto bastante simples.

Esse projeto, na verdade, até foi bem elaborado pelo Senador Izalci Lucas, mas tem por base algumas demandas de órgãos de proteção a mulheres.

No fundo, existe um Formulário Nacional de Avaliação de Risco de mulheres submetidas à violência doméstica. No entanto, a elaboração desse formulário foi concentrada nas mãos da Polícia Civil. Embora a Polícia Civil preste um grande serviço ao país, o fato é que, às vezes, faltam condições materiais para que ela possa realizar todo esse trabalho.

Então, a modificação do projeto, basicamente, é no sentido de permitir que esse formulário também seja preenchido, não só pela Polícia Civil, mas pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário e por outros órgãos e entidades que compõem a rede de proteção à mulher.

Parece algo simples – e, de fato, é algo simples –, mas é algo que tem bastante impacto, já que esse Formulário Nacional de Avaliação de Risco, além de ser um instrumento de proteção à mulher, no caso concreto, também permite uma elaboração de políticas públicas em cima dos parâmetros ali colocados.

Fui surpreendido, mas, de certa maneira, positivamente, por três emendas apresentadas pelo Senador Jorge Kajuru, e eu estou aqui acolhendo – são mudanças pertinentes – uma das emendas totalmente e outras duas, parcialmente.

Vou para análise, então.

Compete à Comissão de Segurança Pública, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que dispõem sobre segurança pública, polícia civil e políticas públicas de prevenção à violência. O projeto, então, está dentro da competência desta Comissão, está dentro da competência do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno. A modificação do §2º do art.2º da lei tem a finalidade de ampliar a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, ao permitir que órgãos e entidades da rede de proteção o façam por ocasião do primeiro atendimento. Isso aumenta as possibilidades de coleta das informações buscadas pelo documento diretamente relacionadas à identificação da possibilidade de escalada da violência sofrida pela ofendida.

O acréscimo do §4º ao art.2º assegura à vítima a devida assistência por ocasião do preenchimento do formulário, dando-lhe condições de fornecer, com mais acurácia, as impressões capazes de dimensionar a situação de risco.

Na adição do §5º ao art.2º, a proposição constrói uma rede integrada com as informações recolhidas no preenchimento do formulário, a fim de garantir que os dados, além de compartilhados pelas autoridades autuantes no enfrentamento da violência contra a mulher, também possam subsidiar a elaboração de políticas públicas, garantido o sigilo das informações recolhidas. Os aperfeiçoamentos propostos no projeto contribuirão para tornar o formulário uma ferramenta ainda mais importante no enfrentamento da violência doméstica.

O Formulário Nacional de Avaliação de Risco é baseado num modelo desenvolvido por pesquisadores do Observatório Nacional da Violência e Género, da Universidade Nova de Lisboa. O modelo foi adotado, também, com adaptações, em países como Portugal, Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. É um questionário com 19 perguntas objetivas e 10 abertas, acompanhadas de gabarito que aponta para os três níveis de risco: baixo, médio e elevado. Deve ser aplicado por profissionais da área da assistência psicossocial e jurídica, segurança, saúde e justiça durante o atendimento à mulher.

As informações do formulário são coletadas no primeiro atendimento da mulher. A partir dos dados obtidos, sistematizados e padronizados, espera-se como resultados:

1) melhor fundamentação de pedidos de medidas protetivas;

2) a orientação direcionada a segredos e medidas de proteção previstas no art. 11 da Lei Maria da Penha;

3) a prevenção do agravamento da violência para as vítimas sobreviventes;

4) a organização mais eficiente do encaminhamento e acompanhamento das mulheres por meio da rede de serviços, facilitando a comunicação entre os profissionais, com vistas a ampliar a proteção para as mulheres.

O formulário administrativo é importante, porque se inscreve no contexto das políticas desenvolvidas pelo poder público com o objetivo de garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às três emendas apresentadas pelo Senador Jorge Kajuru, entendemos que elas se somam ao esforço de fortalecimento do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e aprimoram a sistemática de aplicação do Formulário Nacional, merecendo, portanto, o acolhimento integral da Emenda 1; e parcial das Emendas 2 e 3, com o ajuste abaixo.

Eu destaco aqui que o acolhimento parcial das emendas é só com ajustes, basicamente, de redação, agradecendo a contribuição valiosa que foi feita pelo Senador Kajuru.

Indo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.605 de 2021; pelo acolhimento total da Emenda nº 1 e pelo acolhimento parcial das Emendas 2 e 3, nos termos das emendas a seguir:

> EMENDA Nº - CSP
> Acrescente-se § 6º ao art. 2º da Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:
> "Art.
> 2º.....
> .....
> § 6º Quando o agressor for autoridade da Polícia Civil, do Ministério Público ou do Poder Judiciário, será vedado o acesso deste aos dados relativos ao caso em que esteja envolvido disponibilizados na rede integrada a que refere o § 5º."

E a emenda seguinte, Emenda 3:

> EMENDA Nº - CSP
> Renumere-se como § 3º o § 4º do art. 2º da Lei nº 14.149 [...], proposto pelo Projeto de Lei nº 2.605 [...], e, em consequência, renumerem-se os novos parágrafos.

É como voto, destacando aqui – aproveitando –, Senador Petecão, que esta semana temos, no dia 8, o Dia Internacional da Mulher. Então, é muito oportuno que nós possamos votar esses projetos nesta semana específica. É claro que a proteção às mulheres contra a violência doméstica e violência de todas as formas deve ser objeto de preocupação constante, mas também é importante um simbolismo para que nós aprovemos medidas, como foi a anterior, relatada pelo Senador Jorge Seif, e esta proposta, ora apresentada pelo Senador Izalci e ora por mim relatada. Eu até sugeriria, caso fosse possível, que a isso já fosse dado encaminhamento o mais rápido possível, dentro aqui das tramitações já previstas no Senado Federal.

É como voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço-lhe e o parabenizo, e nós vamos com certeza dar a maior celeridade possível, para que a gente possa fazer esse gesto às mulheres brasileiras.

Parabéns, Senador.

Em discussão o parecer que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.605, de 2021, com a Emenda nº 1, desta Comissão; pelo acolhimento parcial das Emendas 2 e 3, na forma das Emendas nºs 4 e 5, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

2ª PARTE

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 4436, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a corrupção entre particulares.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 4628, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Tipifica a corrupção privada no ordenamento jurídico brasileiro.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao PL nº 4436/2020, com uma emenda (substitutivo) que apresenta, e pela prejudicialidade do PL nº 4628/2020.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Autoria do Projeto de Lei nº 4.628, de 2020: Senador Alessandro Vieira, Senador Alvaro Dias, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Eduardo Girão, Senadora Soraya Thronicke, Senador Fabiano Contarato, Senador Jorge Kajuru, Senador Lasier Martins, Senadora Mara Gabrilli, Senador Rodrigo Cunha, Senadora Leila Barros e nosso saudoso Senador Major Olimpio.

Passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como já foi dito, a tramitação é conjunta, conforme o Art. 48 do Regimento Interno.

Peço ao senhor para já partir para a análise do projeto.

No que toca ao mérito, entendemos que o projeto é conveniente e oportuno, uma vez que a corrupção no setor privado é uma conduta extremamente nociva, pois, ao fim e ao cabo, traz o ônus que acaba sendo suportado pela sociedade como um todo.

Com efeito, gastos com vantagens indevidas solicitadas ou exigidas por um administrador, empregador, representante ou por quem ocupe qualquer outro cargo em uma empresa privada, inevitavelmente são repassados aos clientes e aos consumidores finais.

Demais disso, a depender do nível de corrupção praticado, a própria manutenção de uma empresa privada pode se tornar inviável. Isso porque, se nos negócios realizados, por exemplo, com prestadores de serviço, fornecedores ou representantes comerciais for exigido pagamento de vantagens indevidas, havendo concorrentes que não admitam e controlem essa prática, por certo eles serão escolhidos e os corruptos preteridos.

Esse é o cenário. A existência de um tipo penal vedando a corrupção no âmbito privado é muito bem-vinda, pois aumenta o "custo" dessa prática, inibindo-a. Se antes o corrupto privado temia perder seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego ou arcar com possíveis indenizações, com a criminalização ora proposta também levará em conta todos os ônus decorrentes de um processo criminal e uma possível condenação.

Não é demais lembrar, ainda, que a criminalização da corrupção privada já foi objeto de ampla análise por esta Casa, no bojo do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro. Nessa oportunidade, foi aprovado o parecer da Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código Penal, cujo substitutivo contemplou o crime de corrupção entre particulares.

Da mesma forma, recentemente o Parlamento brasileiro aprovou a Lei nº 14.597, de 2023 – Lei Geral do Esporte –, que em seu art. 165 criminalizou a corrupção privada no esporte, se valendo de tipo penal semelhante aos ora em análise e prevendo pena de reclusão de dois a quatro anos.

Não obstante o mérito das proposições, entendemos que é possível conciliar pontos vantajosos de um e outro PL, bem como proceder a ajustes técnicos, na forma do substitutivo apresentado ao final.

Assim, na linha do PL nº 4.628, de 2020, estamos aproveitando os núcleos verbais (elementares) postos no respectivo tipo penal, bem como fazendo a opção pela ação penal pública incondicionada, na forma do art. 100 do CP.

Quanto ao mais, estamos nos valendo da redação apresentada pelo PL nº 4.436, de 2020.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.436, de 2020, na forma do substitutivo a seguir, restando, por consequência, prejudicado o Projeto de Lei n° 4.628, de 2020.

Passa-se a ler:

> EMENDA Nº - CSP (Substitutivo)
> PROJETO DE LEI Nº 4.436, de 2020
> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime a corrupção entre particulares.
> [...]
> Art. 1º O Título II da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a viger acrescido do seguinte Capítulo VII-A:
> "CAPÍTULO VII-A
> DA CORRUPÇÃO PRIVADA
> Corrupção entre particulares
> Art. 180-B. Exigir, solicitar ou receber vantagem indevida, [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pedi uma correção no texto, acho que já foi enviada à Mesa, porque se repetiram aqui algumas palavras. Vou retomar a leitura, mas eu pedi umas correções de português.

> CAPÍTULO VII-A
> DA CORRUPÇÃO PRIVADA
> Corrupção entre particulares
> Art. 180-B. Exigir, solicitar ou receber vantagem indevida, como empregado ou representante de empresa ou instituição privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de tal vantagem, a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições.
> Pena: reclusão, de dois [aí mais uma correção] [a] cinco anos, e multa.
> Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem oferece, promete, entrega ou paga, direta ou indiretamente, ao empregado ou representante de empresa ou instituição privada, vantagem indevida."
> Art. 2º Esta Lei [Sr. Presidente] entra em vigor na data de sua publicação.

É isso, Senador Petecão.

Encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Styvenson, a nossa assessoria aqui pede a sua gentileza. Como o senhor fez algumas alterações...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Correção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É, correção.

... que o senhor pudesse repetir para que eles pudessem, aqui, a nossa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A correção foi no voto, dentro do Capítulo VII-A, no art. 180-B: "Exigir, solicitar ou receber vantagem indevida, [...] como empregado ou representante de empresa ou instituição privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de tal vantagem, a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições".

Uma correção que foi feita foi dentro da pena também: "reclusão de dois [a] cinco anos, e multa".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k., assessoria?

Obrigado. Muito obrigado, Senador Styvenson.

Em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Primeiro, eu quero elogiar aqui o Senador Styvenson por esse projeto apresentado.

Perdi aqui quem é o... Senador Alessandro Vieira, não é? Quem é o autor? (*Pausa.*)

Marcos do Val, isso.

É um projeto pertinente porque as empresas brasileiras sofrem muitos prejuízos com corrupção. Quando a gente pensa na corrupção, é a corrupção pública, que, de fato, é um problema, mas existe também a corrupção exclusivamente privada, que é uma empresa subornando um funcionário de outra empresa para obter alguma vantagem comercial.

Então, o que acontece lá? No setor de compras de uma empresa tem um funcionário que acaba recebendo vantagem indevida de um fornecedor para favorecer aquele fornecedor em prejuízo dos interesses da empresa.

Não é todo país que criminaliza essa atividade. Tem o caso ali do Reino Unido que criminaliza; no Brasil, praticamente nós não temos corrupção privada, salvo hipóteses muito excepcionais na lei. Por exemplo, no Estatuto do Torcedor, a gente tem a corrupção do árbitro de futebol, que é considerada crime, mas, dessa forma abrangente como está colocado pelo Senador Styvenson, de fato, nós não temos. Acho que é uma inovação importante para a proteção do mundo dos negócios, da empresa, para criar um ambiente favorável ao investimento e aos negócios.

Eu vi aqui, Senador Styvenson, e só teria uma sugestão redacional. Não sei se poderia ser acolhida no momento ou considerando que ele vai para a CCJ, se poderia ser feito isso na CCJ, porque eu não gostaria de obstaculizar o processo por conta disso e posso deixar para a CCJ, mas eu já lhe adianto, até porque imagino que V. Exa. será também o Relator na CCJ, que eu colocaria na redação final do artigo 180-B: "... a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições em prejuízo aos interesses da empresa."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguma coisa assim para deixar claro que ele recebe uma vantagem indevida, pratica um ato e esse ato gera prejuízo, para a gente deixar menos abrangente e evitar situações em que, eventualmente, sei lá, ele recebeu alguma coisa em agradecimento, mas o ato está dentro da normalidade das atuações.

Mas podemos deixar para a CCJ, se for o caso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Styvenson, a nossa assessoria aqui sugere, com a experiência que tem, que lá na CCJ nós poderíamos fazer esse debate.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Melhor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É melhor porque vamos ter mais tempo até para fazer isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu já abriria uma outra discussão aqui: se é de interesse ou não da empresa; se ela sabe ou não, Senador Sergio Moro; se ela sabe se está ocorrendo ou não; ou se ela estaria fazendo deliberadamente para dar prejuízo a quem? Porque acho que mais do que isso, é o prejuízo que dá ao consumidor também.

Então, é um tema que poderia ser muito mais discutido e detalhado, justamente para acrescentar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pois é, por isso a nossa assessoria, com a experiência que tem, como o tema é complexo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu poderia dar uma opção também, se eu pudesse retirar de pauta para acrescentar e discutir...

Pode ser assim, Sergio?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Acho que como ele vai para a CCJ, Senador, eu me sentiria confortável em deixar essa discussão para lá, não tem problema não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas como ele é o Relator, ele retira e faz os ajustes.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E, na próxima semana, eu coloco de novo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se tivermos que fazer um outro debate, com os ajustes dele, faremos aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu deixo a opção para o Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque ele é o Relator.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sei que é um projeto importante e eu não quero obstaculizar o trâmite. Se essa discussão pode ser feita lá na CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, mas aí nós estamos tirando os méritos da nossa Comissão.

Aí V. Exa.... Ninguém sabe quem será o Relator lá.

Eu sugiro, ouvindo aqui a nossa assessoria, que V. Exa. retire e façam-se os ajustes necessários. Este projeto já está tramitando aqui há muito tempo e, uma semana a mais, duas semanas a mais não vão fazer muita diferença.

É uma sugestão, mas o senhor fique à vontade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Não, eu estou muito à vontade em dizer ao Senador Sergio Moro que é bom fazer essa alteração agora, porque na CCJ vai cair lá no poço sem fundo e não vai ser discutido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse é o Projeto nº 1.834. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Senador Petecão, Presidente, porque aqui a gente não discute o que a CCJ vai discutir. Então a gente já deixa ele todo redondo para ser encaminhado para lá e, de uma vez só, não ter nem mais essa discussão, se um dia for ser colocado em discussão esse tema, porque o Código Penal já faz um bom tempo que está lá parado...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aí, como o projeto é de nosso interesse, nós vamos ter que chegar a um ponto que nós vamos ter que falar com o Presidente da Comissão, da CCJ, porque também nós não podemos...

Aqui, nesta Comissão, é uma correria. Trabalhamos aqui e não faltamos um dia. Aí o projeto vai e estanca na CCJ, não tem sentido. Eu penso que nós temos que marcar urgentemente uma conversa com o Presidente da CCJ para que ele possa dar continuidade aos projetos e que eles cheguem ao Plenário, porque senão não tem sentido o trabalho que está sendo feito aqui.

Não é isso, meu guru?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então retiro de pauta, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, considerando especialmente que, em tese, hoje não há prioridade maior do que segurança pública no Brasil, se passou por aqui, deve ter alguma coisa a ver com segurança pública. E não existe hoje nada afligindo mais a sociedade brasileira do que o clima de absoluta insegurança pública, por tudo o que nós temos visto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, concordo. Eu concordo com V. Exa., com todo o respeito aos membros da CCJ, mas o nosso time aqui é o que tem de melhor para discutir sobre segurança. Não tem sentido um projeto tramitar nesta Comissão e passar lá um ano, dois anos, três. Segurança está na ordem do dia, é prioridade! É o que eu penso.

Então, o Senador Styvenson vai retirar o projeto. Eu acho que é o melhor caminho para que V. Exa. possa se debruçar sobre ele e fazer as adequações necessárias. (*Pausa.*)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 4436, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a corrupção entre particulares.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 4628, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tipifica a corrupção privada no ordenamento jurídico brasileiro.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao PL nº 4436/2020, com uma emenda (substitutivo) que apresenta, e pela prejudicialidade do PL nº 4628/2020.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

Nós temos aqui uma inclusão extrapauta, que é a inclusão do PL 10, de 2024.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 10, DE 2024

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para elencar circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva na audiência de custódia.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Esse, na verdade, é um projeto do Senador Sergio Moro, que tem como Relator o nosso querido Senador Hamilton Mourão, que está pedindo a inclusão extrapauta.

Eu consulto o Plenário para ver se há alguma objeção em relação à inclusão do referido projeto, dada a necessidade que acabou de ser dita aqui pelos colegas no tema segurança. (*Pausa.*)

E temos aqui... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, é só pela ordem, já que o senhor vai votar em bloco ou em separado os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um pedido... E foi feita, inclusive, uma ponderação pelos colegas aqui. A minha ideia era convidar o Ministro da Justiça, Lewandowski, para dar explicações a esta Comissão sobre o jornalista português Sérgio Tavares, que foi detido no aeroporto de São Paulo no último dia 25 de fevereiro, passou quatro horas, foi entrevistado, foi questionado sobre declarações que não têm nada a ver com democracia. É normal que a Polícia Federal avalie o histórico de cada pessoa que entra no país, mas as perguntas que foram encaminhadas pelo jornalista português – foi passado até o relatório – não têm nada a ver com democracia. A gente fica preocupado com a liberdade de expressão, mas os colegas me convenceram aqui que, neste primeiro momento, deveria ser o Diretor-Geral da Polícia Federal convidado aqui para explicar com relação a essa detenção, com relação a essa questão do jornalista português, que passou um perrengue, como a gente diz, um constrangimento muito grande na entrada no Brasil. Então, tem um requerimento meu para que a gente possa agendar uma vinda do Diretor da Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Inclusive, Senador Girão, eu queria lhe comunicar que já está na pauta para ser votado o requerimento. Eu até lhe agradeço. Na quarta-feira, antes de eu viajar para o Acre, o Ministro me fez um convite para que eu fosse até o ministério – eu preciso dar este informe –, se colocando à disposição desta Comissão. Todas as vezes que forem necessárias, ele vai estar aqui para discutir. Foi quando surgiu esse fato do jornalista, e ele fez algumas ponderações. Não é que ele não queira vir, é porque você trazer um Ministro aqui... Eu já fui abordado em aeroportos várias vezes – várias vezes, eu já fui abordado –, me pediram o meu passaporte, mostrei, perguntaram o que eu estava fazendo, falei, mas você trazer um Ministro aqui toda a vida que for abordado um jornalista no aeroporto, aí, meu amigo, aí não... Eu acho, mas V. Exa. é o autor do requerimento, e o senhor ponderou, fez essa ponderação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, era para trazer o Ministro, mas ele, ouvindo os demais colegas, vai ouvir uma pessoa da Polícia... O Diretor, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vai ouvir o Diretor da Polícia Federal, que tem a ver com a abordagem no aeroporto lá com o colega.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu estive com o jornalista há poucos dias em Portugal depois do ocorrido, e o que ele narra – inclusive, ele conseguiu ali algum documento – foram só questões políticas. E a nota oficial da Polícia Federal, do Ministério da Justiça diverge completamente da abordagem que ele narra. Foi perguntada qual era a opinião política dele disso, daquilo. Todos sabiam, todos sabem o espectro político dele. Ele veio cobrir as manifestações estrondosas na Paulista que o Presidente Bolsonaro fez, mostrando o seu prestígio e o compromisso do povo, o amor do povo por ele, e sabíamos que isso ia repercutir internacionalmente. E aí eu entendo que as pessoas têm que ter um voto de confiança e de boa-fé. Pelo que o jornalista me narrou pessoalmente lá em Portugal, realmente foi uma prisão – ainda que temporária, quatro horas ali – política devido ao lado dele por querer cobrir as manifestações.

Eu acho que é pertinente esse pedido do Senador Girão, que eu queria subscrever e apoiar aí.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Superintendente da Polícia Federal vai estar aqui na Comissão, não é? Espero que seja votado isso aqui hoje, e nós vamos ter a oportunidade de questioná-lo, de tirar alguma dúvida. O que eu conversei com alguns colegas é que chamar o Ministro Lewandowski para falar da prisão de um jornalista... Mas ele se colocou...

Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – É só para fazer um complemento, Sr. Presidente.

Vejam: com base na palavra de um cidadão estrangeiro, salvo engano português, está se colocando em questionamento a ação da Polícia Federal. Ou bem a gente respeita a polícia e dá a fé pública devida para a polícia ou a gente vai ficar aqui fazendo condução de ministro, de Diretor da PF a cada instante. Eu acho muito importante que o Diretor da PF seja ouvido, até porque tem vários assuntos para tratar, mas colocando cada um no seu lugarzinho na prateleira de credibilidade, porque esse processo de destruição da credibilidade das instituições não serve a ninguém de bem – a ninguém de bem! Imaginem: eu entro agora num avião, saio dele e digo que fui abalroado, fui constrangido, fui qualquer coisa e a partir daí se cria toda uma narrativa gigantesca. Então, é bom que se possa ouvir, que se possa dar espaço... A Polícia Federal já se manifestou oficialmente. Isso deve ter no mínimo o mesmo nível de credibilidade que o do cidadão que eu, particularmente, não sei nem quem é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, o senhor permite... É só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se eu permito V. Exa. falar? Ave Maria! Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Com o que o Senador Alessandro Vieira fala todos nós concordamos. Nós temos que prestigiar e valorizar as nossas instituições, mas o que está sendo posto em dúvida é qual é o protocolo das perguntas. E isso eu acho que merece, sim... É porque, se houver uma quebra de protocolo, como foi aqui mencionado, realmente é grave. E, se o Diretor-Geral da Polícia Federal demonstrar que existe um protocolo anódino... Gostou? Quer que eu desenhe? Que seja realmente objetivo, como deve ser, e estará sanado. E aí, sim, nós poderemos, com muito orgulho, como eu sempre tenho, valorizar as instituições nacionais de maneira fundada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, também...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É muito rapidamente, é só para parabenizar o Senador Girão pelo seu requerimento de audiência.

Pelo menos com o que veio a público até agora, Senador Girão, é exatamente para preservar a credibilidade da nossa honrosa Polícia Federal que a gente não pode admitir que porventura existam pessoas que usem das suas atribuições, do seu poder para fins espúrios, políticos e fora da lei, que é o que aparentemente aconteceu no caso desse jornalista. Então, sempre a favor dos nossos policiais, dos nossos bons policiais, da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só deixando claro, Presidente, colocando aqui os pingos nos "i", tem documento – aí é que está o detalhe. Talvez os nossos colegas – alguns deles – não tenham conhecimento, mas tem documento que foi lavrado que não bate com o que foi dito na nota à imprensa da nossa gloriosa Polícia Federal com o que o jornalista recebeu.

Inclusive, as perguntas que estão lá são gravíssimas, porque aí entra na seara política, como colocou o Senador Jorge Seif. Então, qual é o protocolo? É normal pergunta política para jornalistas que entram no nosso país ou para qualquer outro cidadão de algum país?

É por isso, é para esclarecer, para deixar claro que o nosso país ainda tem liberdade de expressão. É sobre isso que a gente quer tirar conclusão aqui nessa audiência.

Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Depois do Senador Styvenson que...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Ah, perdão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perdão, perdão.

Obrigado, Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado pelo gesto, Styvenson.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou tentar, se o senhor me permitir, fazer um contato com o jornalista para que ele fale aqui nessa televisão o que aconteceu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não hoje.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não, não. Nós vamos ter que ouvir... Nós temos um requerimento. Se houver um entendimento e qualquer tipo de suspeição da fala... Nós temos que prezar pela... Senão, não tem sentido trazer a nossa Polícia Federal aqui.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Desculpe-me só a intervenção aqui, mas acho que a gente não tem que entrar no mérito. A gente está convidando o Diretor para ouvi-lo na sessão e daí a gente tira as conclusões na sessão oportuna.

Acho que aqui os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Foi isso o que eu disse.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... têm posições relevantes. Eu parabenizo o Senador Girão pelo requerimento, foram feitas ponderações pelo Senador Alessandro Vieira, mas vamos fazer a audiência e ouvir o Diretor sem a gente precisar entrar agora numa discussão de mérito. O propósito da audiência é exatamente esse.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, o Styvenson. Desculpe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Eu aguardei todos falarem.

Pegando aqui o gancho da palavra do Senador Alessandro sobre respeito às instituições, sobre valorização, eu já estou pensando aqui, Senador Alessandro, dentro dessa mesma linha, em fazer um requerimento e chamar algum responsável por aquela escola de samba que colocou a figura do policial como um demônio. Sinceramente, eu estou pensando em trazê-lo aqui para falar. É a Vai-Vai, não é? É aquilo que ele acha da polícia militar? Então, dentro dessa linha de reconhecimento e de valorização, logo, logo, talvez, eu faça esse requerimento também para chamá-lo =,

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas quem disse que ele chamou a polícia militar de demônio?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – A roupa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A roupa?!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Do cão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está bom. Não vamos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos avançar, vamos avançar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Senador Petecão, é só para dizer que eu assino o requerimento do Senador Styvenson.

Eu fiquei chocado com relação a isso, porque não foi a roupa apenas, mas ele estar sambando ao lado daquele que tocou fogo lá na questão do Borba Gato. Então, tem uma coisa mais grave ainda aí!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que é o Ministro dos Direitos Humanos! Está junto com uma escola de samba que teve problema com relação ao tráfico de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

drogas, com ligações aí... E ainda está dançando ao lado, está junto, de um cara que... Inclusive, é um estelionatário que se colocou... Negócio de motoboy. Não foi isso, Senador? Que pegou a questão de... Dava cano no iFood quando era acima de R$500. Ele chegou a confessar isso. Por isso, era importante... Quando a compra era maior do que R$500, ele disse que levava para a casa e estava lá ao lado do Ministro dos Direitos Humanos nessa escola de samba, o que a gente precisa entender.

Vamos aguardar o requerimento do Senador Styvenson, que eu quero subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amigos, eu só me preocupo com uma coisa. Graças a Deus, esta Comissão tem dado exemplos aqui. No ano passado, fizemos um belíssimo trabalho. Foi a Comissão que mais pautou os projetos de interesse deste país. Quando se trata de segurança, é prioridade. Agora, você trazer o cara do iFood aqui para ser ouvido... A gente começa a entrar por um caminho de ser ridicularizado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Não é do iFood, não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas o senhor falou!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é o cara do iFood, não. É o cara que tocou fogo num monumento do Brasil, o do Borba Gato. O senhor não se lembra disso, não?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não lembro, porque eu sinceramente... Coincidentemente, eu estava lá, mas não vi, em momento algum, alguém falar de polícia militar... A autoridade aqui do Rio de Janeiro é o Flávio Bolsonaro, que pode explicar depois para nós, porque eu não entendo... Eu acho que Carnaval... Você está ali, você cria...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas foi em São Paulo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas vamos...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi em São Paulo. Foi a Vai-Vai, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, não foi no Rio?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cada estado tem os seus problemas, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É, mas tem que explicar quem levanta o debate, porque eu sou leigo neste negócio de Carnaval!

Nós temos coisas mais importantes. Vamos avançar aqui.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 5, DE 2024

Requer a realização de audiência pública para debater o controle e fiscalização de armas, munições, acessórios e explosivos no país.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Consulto o nobre Senador se deseja fazer alguma consideração.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para encaminhar.) – Só muito brevemente, Sr. Presidente, quero agradecer pela inclusão e reiterar a importância da audiência, em que serão ouvidos representantes dos vários órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e controle, uma vez que recente relatório do Tribunal de Contras da União apontou uma série enorme de falhas, que não devem ser aceitas e que precisam ser corrigidas. Então, é importante a audiência até para que a CSP possa garantir orçamento adequado mais adiante e presteza nos serviços, em particular, da Polícia Federal e do Exército do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, é só para também tornar público aqui o meu voto favorável ao requerimento do Senador Alessandro Veira, porque, realmente, é inadmissível que isso aconteça.

E eu acredito que não seja por causa de mais ou menos recursos, de maior ou menor estrutura, porque qualquer um que passa por um processo de requerer um certificado de colecionador, de atirador ou de caçador tem uma burocracia danada! É um sem-número de certidões negativas que têm que ser apresentadas. Então, obviamente, pode ter algum problema humano de terem sido concedidos alguns certificados de CAC para essas pessoas – o que não tem explicação – que simplesmente não atendem aos requisitos para conseguirem comprar uma arma ou tirar um certificado ou um registro desses de CAC. Então, acho que isso é importante, sim, para se esclarecer, mais uma vez, até em proteção à instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, o Senador Alessandro está convocando especificamente...

Quem, Alessandro? Desculpe-me. O Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um pedido de audiência pública em que a gente solicita a presença de representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Polícia Federal, do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro, do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do MP e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está bem. Então, é bem ampla a sua convocação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, para que se possa identificar como o sistema funciona. É um debate em que a gente já vem há alguns anos...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e, claramente, faltam recursos, estrutura para que a gente possa ter essa fiscalização exercida adequadamente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Principalmente, tudo é questão de acesso a banco de dados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sem dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que são a favor, que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 10, DE 2024

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para elencar circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva na audiência de custódia.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto. (*Pausa.*)

A matéria vai à CCJ.

Com a palavra, o Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto do Senador Sergio Moro é extremamente meritório, porque ele elenca, para facilitar a análise do juiz, as situações que recomendam a conversão de prisão em flagrante em preventiva durante a audiência de custódia.

Ressaltamos de início que a competência para a análise da constitucionalidade da proposição bem como de critérios próprios do direito penal e do processo penal será feita na CCJ, cabendo a esta Comissão, portanto, a análise do PL no contexto da segurança pública e, notadamente, também de políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, nos termos do art. 104-F, inciso I, "a" e "k", do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, entendemos que o projeto é oportuno e conveniente.

Não são raros os casos de juízes que, mesmo tendo apenas o conhecimento inicial e perfunctório sobre o fato criminoso que é objeto da instrução criminal, liberam presos perigosos em audiências de custódia. Tais casos representam um retrabalho, uma forma de "enxugar gelo", em que a polícia, com extrema dificuldade, prende presos perigosos e a Justiça, com extrema facilidade, solta. Inclusive, tal medida representa uma forma equivocada de oferecer solução ao tão falado problema da superlotação dos presídios, por meio da utilização das audiências de custódia para a promoção do desencarceramento generalizado.

Na nossa opinião, a segurança pública e, consequentemente, o interesse público devem sempre prevalecer quando em conflito com direitos meramente individuais, como é o caso do direito de locomoção. Não se pode admitir que pessoas que tenham praticado crimes graves tenham seus pedidos de *habeas corpus* ou de liberdade provisória deferidos de forma açodada, colocando em perigo a incolumidade física e a vida do restante dos membros da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse contexto, são meritórias as alterações promovidas pelo PL nº 10, de 2024, que altera o art. 310 do Código de Processo Penal para estabelecer circunstâncias que, sem prejuízos de outras, sempre recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva. São elas: i) haver provas que indiquem a prática reiterada de infrações penais pelo agente; ii) ter a infração penal sido praticada com violência ou grave ameaça contra pessoa; iii) ter o agente já sido liberado em prévia audiência de custódia por outra infração penal, salvo se por ela tiver sido absolvido posteriormente; ou iv) ter o agente praticado a infração penal na pendência de inquérito ou ação penal.

Atualmente, o *caput* do art. 312 do CPP estabelece circunstâncias excessivamente "genéricas" e "subjetivas" para a decretação da prisão preventiva, que são a "garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente da autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado". Ademais, para efeito de decretação de prisão preventiva, tais circunstâncias somente são consideradas nos crimes e hipóteses constantes do art. 313 do CPP.

A par desses requisitos "gerais", são estabelecidas outras hipóteses mais específicas de decretação da prisão preventiva, como: i) em caso de descumprimento de qualquer obrigação imposta por força de outras medidas cautelares (art. 312, §1º, do Código); e ii) se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito (art. 310, §2º, do Código).

No nosso entendimento, este PL, de forma oportuna, estabelece circunstâncias fáticas concretas que recomendam a prisão preventiva. Assim, além dos requisitos genéricos supracitados, serão estabelecidas circunstâncias de exame obrigatório pelo juiz, o qual deverá, de forma motivada e fundamentada, verificar se estão ou não presentes no caso concreto levado à Justiça.

Em conclusão, ressaltamos, como já foi bem explicitado pelo autor do PL em sua justificativa, que não serão estabelecidas hipóteses obrigatórias e exaustivas de prisão preventiva, em prejuízo da independência do juiz. Como qualquer outra cautelar, o juiz deverá verificar, com base no caso concreto, se a prisão é ou não necessária, nos termos do §2º do art. 312 do Código. Entretanto, com o objetivo de evitar a concessão sem qualquer critério de liberdade a presos perigosos em audiências de custódia, serão fixadas circunstâncias de caráter objetivo que deverão ser avaliadas pelo juiz em sua decisão.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 10, de 2024.

É o relatório, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo quem queira discutir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente, é só para esclarecer aqui para os colegas.

Eu agradeço o trabalho, aqui, que foi feito pelo Senador Mourão: belo relatório.

Têm sido uma das preocupações as audiências de custódia, o que foi até elaborado no CNJ pelo Ministro Ricardo Lewandowski. Isso é um instrumento, um instituto que não é um problema em si; é uma proximidade do juiz com alguém que foi preso em flagrante, e o juiz decide pela concessão da liberdade ou manutenção da prisão via conversão em preventiva.

Eu colhi as estatísticas aqui do CNJ, e o que é que elas revelam? Desde a criação do instituto, 45% dos presos são colocados em liberdade, os outros 55% permanecem presos.

O grande problema é que a lei não dá muitos parâmetros objetivos para tomar essa decisão. E aí a gente encontra até nos jornais, nos casos concretos – e eu cito isto no meu relatório –, situações que nos causam espécie. Os exemplos estão lá no projeto: "preso em flagrante por estupro de criança de 11 aos é solto em audiência de custódia", "preso em flagrante portando fuzil AR-15 em circunstâncias que indicam pertinência em organização criminosa é solto em audiência de custódia", "preso em flagrante por tráfico de drogas que causou grave acidente após fugir com seu veículo da polícia é solto em audiência de custódia", "preso em flagrante, líder de facção criminosa é solto em audiência de custódia". E o pior – e a gente ouve muito isto de policiais – é gente que é solta em audiência de custódia, porque foi presa em flagrante, e que no dia seguinte acaba sendo presa por outro crime. Tem lá o que aconteceu em Santa Catarina, o que várias vezes foi noticiado: "Preso em flagrante por tráfico de drogas é liberado em audiência de custódia e preso novamente em flagrante alguns dias depois por novo crime de tráfico". Este aqui é em Balneário Camboriú, terra do Senador Seif e do Senador Amin: "Preso em flagrante por furto é liberado em audiência de custódia e preso novamente em flagrante no mesmo dia em nova tentativa de furto". E assim por diante.

Aqui, a ideia é só dar um regramento. Nós colocamos extrapauta, convencionamos aqui, mas temos um compromisso de cavalheiros de pedir vista para votar na próxima semana para deixar os colegas se aprofundarem nesta matéria. O Senador Jacques Wagner pediu que essa vista fosse individual para que tivesse um pouco mais de tempo para colocar ao Ministro. O que eu sugeriria aqui, respeitando o pedido dele, seria uma vista coletiva com o compromisso aqui do autor do projeto – meu – de que, se o Ministério da Justiça nos procurar nesse interregno até terça-feira da próxima semana, nós jogaremos para a outra. Poderia ser dessa forma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu quero só dar um informe. O Senador disse que teria feito um acordo com V. Exa. de que o pedido de vista seria individual e...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Quem vai pedir vista individual?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Styvenson... Ah, você não vai?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele me falou que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu estou falando do informe que ele me deu de um acordo que foi feito!

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, o que eu...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Styvenson ia pedir vista!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não, espere aí! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele não falou com o senhor?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Não, calma.

O Sergio Moro tinha falado comigo primeiro, o Mourão tinha falado comigo para fazer esse pedido vista, mas, conhecendo o projeto, ouvindo agora o relato do Senador Mourão, eu não tenho condições de pedir vista, porque vai contra tudo que... Mesmo tendo acordo! Eu sugeriria retirar de pauta, como eu fiz... Retirem de pauta, e ninguém pede vista, porque era para ter alguém do Governo aqui, já que é contra, para pedir vista, porque eu não sou Governo. Aí você...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O acordo foi... O que ficou combinado era só para ler. Seria feita a leitura. Já foi lido, eu retiro de pauta, e nós vamos tocar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pode ser. Retire de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Porque chegou uma informação de que teriam conversado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, mas aí está resolvido.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – A única coisa que o Senador Jacques Wagner pediu, legitimamente, e acho correto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – O microfone.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Foi tempo para discutir.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – A única questão do Senador é achar que eventualmente uma semana seja insuficiente. Então, o que nós podemos fazer? Tem o projeto, nós podemos pedir vista coletiva, ele entra na outra pauta, mas o retiramos da pauta da semana que vem, sem problema, para votar na outra...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, agora vou retirar de pauta e aí... Já retirei de pauta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, eu peço vista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já retirei de pauta e aí...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – O Sergio Moro pediria vista...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se ele é o autor do projeto, como é que ele vai pedir vista?! Não, não vai pedir vista. Já retirei o projeto de pauta. Já está resolvido o problema.

Item 8...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, então, só com o compromisso de colocá-lo na próxima pauta, na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos... Eu tenho...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se tiver uma movimentação do Governo, perfeito, a gente espera mais um tempo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu não tenho nenhum problema em pautá-lo, até porque eu tenho interesse no projeto também.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agora, é porque foi feito um acordo aqui...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, perfeito.

No acordo aqui, o que foi pedido foram duas semanas, no máximo. Não mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Flávio Bolsonaro, é apenas para lhe pedir desculpa pelo desconhecimento da escola de samba. Eu achei que a escola de samba era do Rio. A escola de samba é de São Paulo, já foi punida: de doze participantes, ela ficou em oitavo lugar. Então, acho que não dá para perder tempo com um trem desse aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, é porque eu tinha pedido aí o apoio dele.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – As escolas de samba do Rio de Janeiro são mais educadas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, é lógico. É por isso que eu estou pedindo desculpa.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 6, DE 2024

Requer, os termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Policia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os motivos que levaram o grupamento da Polícia Federal do Aeroporto de Guarulhos a reter para averiguação o Senhor Sérgio Tavares, cidadão português, quando desembarcou no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, para cobrir as manifestações a serem realizadas na Avenida Paulista.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Informo que, conforme acordo, a aprovação dessa proposição prejudica o Requerimento nº 4.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do seu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Presidente, eu até já fiz aqui a explanação no início, mas eu queria deixar muito claro que, em respeito à Polícia Federal do Brasil, pelo conjunto da obra dessa gloriosa corporação, é fundamental que a gente possa chamar o Sr. Diretor-Geral para entender o constrangimento que aconteceu com o cidadão português que é jornalista também e que veio ao Brasil cobrir as manifestações legítimas do último dia 25 de fevereiro. Ele passou quase 5 horas no aeroporto, e, com o que ele deu conhecimento sobre o motivo da sua detenção, eu confesso que fiquei estarrecido, mas a gente precisa ouvir o outro lado, porque a Polícia Federal fez uma nota à imprensa que com o que o cidadão português exibiu em termos de declaração da Polícia Federal tem uma contradição muito grande. Então, é fundamental que a gente entenda que motivos levaram a essa retenção, vamos dizer assim, do cidadão português Sérgio Tavares, porque nós defendemos a liberdade de expressão.

Este é um país, até que se diga o contrário, que, pelo menos na teoria, é um país livre, é um país que recebe bem os visitantes e é um país que não vive uma ditadura explícita. Então, a gente precisa entender isso para deixar claro, deixar tudo preservado na nossa democracia, que não é relativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não estou aqui para fazer defesa de nenhuma instituição, até porque a nossa Comissão aqui é soberana. Agora, eu tenho na nossa Polícia Federal uma das instituições mais sérias deste país. Então, acho que nós vamos ter que... eu digo pelos serviços prestados em meu estado. Eu moro na região de fronteira, o Sr. Styvenson sabe disso, e sei dos relevantes trabalhos que essa instituição presta a este país. Mas nós vamos ter a grande oportunidade de ouvir aqui a autoridade da Polícia Federal para que possa fazer os devidos esclarecimentos.

Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Não é sobre o tema específico do requerimento do Senador Eduardo Girão que eu vou falar. Eu queria pedir uma opinião do senhor sobre uma sugestão que eu poderia dar para uma Comissão daqui, da Comissão de Segurança Pública, ir avaliar de perto e ver de perto o que está acontecendo em El Salvador, onde a criminalidade praticamente foi extinta.

Então, há uma discussão sobre extrapolar ou não os direitos humanos, mas os resultados são inquestionáveis. Lá virou agora um outro país. Então, a gente poderia ver os modelos que lá estão sendo aplicados para ver se, dentro da nossa Constituição, poderiam ser aplicados aqui também ou se não a gente poderia acompanhar de perto esta revolução que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu tenho acompanhado, Senador Styvenson, pela mídia, e tenho conversado com alguns amigos da área de segurança, que, inclusive, questionam-me por que esta Comissão não teria ido até São Salvador...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – El Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – El Salvador, desculpem. A capital é São Salvador, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ir até El Salvador para que a gente faça exatamente isso que V. Exas. estão questionando. Ora, se está dando certo lá, nós temos que copiar. Não podemos trazer para cá coisa ruim, mas coisas boas eu não vejo nenhum problema.

Eu acho que nós deveríamos – e eu me comprometo com vocês – conversar com o Presidente para que ele possa... já fica aqui o convite a todos os membros que participam desta Comissão que têm interesse em fazer parte dessa comitiva – estão aqui já os Senadores Girão e o Styvenson e alguns colegas que estão acompanhando através da TV Senado –, e nós vamos, diante dessa relação de colegas que queiram participar, até o Presidente da Casa para que possamos fazer esse pedido.

Eu acho perfeito, é pertinente, tem tudo a ver com esta Comissão, e quero só parabenizar o Senador Styvenson pela ideia.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Já foi aprovado o requerimento.

E, por consequência, fica prejudicado o Requerimento 4, de 2024, porque esse Requerimento 4, de 2024, é que convidaria o ministro, mas V. Exa., num gesto de nobreza... E o ministro, fazendo um gesto, me convidou lá e disse que está à disposição desta Comissão e virá a hora em que for necessário, mas nós temos que convidar o ministro para um assunto relevante, porque esse... Não que esse não seja relevante, V. Ex. tem toda razão, mas ele já se colocou à disposição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para hora e data regimentais.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e seis minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado n° 111, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favóravel ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4436, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a corrupção entre particulares." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4628, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Tipifica a corrupção privada no ordenamento jurídico brasileiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao PL nº 4436/2020, com uma emenda (substitutivo) que apresenta, e pela prejudicialidade do PL nº 4628/2020. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PL 4436/2020, nos termos da Emenda nº 1-CSP (substitutivo), e pela prejudicialidade do PL 4628/2020. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 10, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para elencar circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva na audiência de custódia." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4336, de 2023 - Terminativo -** que: "Modifica o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre a concessão de medidas cautelares em desfavor de agentes titulares de foro por prerrogativa de função." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Em 12/3/2024, foi apresentado o Requerimento nº 7/2024-CSP, que solicita audiência pública para instrução da matéria. Aprovado o requerimento, é adiada a apreciação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 7, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei nº 4336/2023, que "Modifica o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre a concessão de medidas cautelares em desfavor de agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

titulares de foro por prerrogativa de função"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelos Senadores Weverton, Jorge Kajuru, Sérgio Petecão e Izalci Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/12

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada no dia 5 de março de 2024.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que foram apresentadas à Secretaria da Comissão de Segurança os seguintes documentos: Ofício 17/2023, da Câmara Municipal de Conselheiro Mairinck, Paraná, que encaminha Moção de Protesto nº 001/2023 ao Decreto 11.615, que dispõe sobre a suspensão da licença para manejo de javalis no Brasil; e Ofício 478/2023, da Câmara Municipal de Cascavel, Paraná, que encaminha moção de apelo ao Congresso Nacional para que elabore projeto de lei que obrigue o Judiciário, em todas as instâncias e tribunais, ressalvado o STF, a informar ao Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões os mandados de prisão independentemente da natureza.

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo um prazo de 15 dias para que membros desta Comissão se manifestem no sentido de atuarmos para que sejam analisados por este Colegiado.

O meu amigo Kajuru acaba de adentrar a esta Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 111, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à Comissão Diretora.

Passo a palavra à Senadora Ivete da Silveira, para leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Análise.

Conforme as alíneas "b" e "f" do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes às polícias e ao sistema penitenciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é meritória pois cria, no âmbito do Senado Federal, mais um fórum de debates de segurança pública, visando à valorização e ao fortalecimento das polícias penais brasileiras. Destaca-se a realização de estudos sobre a situação das polícias penais dos diversos entes federativos, a apresentação de medidas e proposições legislativas para aumentar a segurança jurídica dos policiais no exercício de suas funções, bem como a integração das atividades da frente parlamentar com as ações de governo.

Grupos ou frentes parlamentares têm-se mostrado instrumentos importantes para chamar a atenção da sociedade. Elas têm-se multiplicado após a Assembleia Nacional Constituinte, que redigiu a Constituição de 1988, e têm como mérito agregar políticos que compartilham ideias semelhantes sobre determinados temas.

A criação da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal é uma resposta oportuna à inovação introduzida pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019, que elevou as polícias penais ao patamar de órgãos de segurança pública constitucionalmente reconhecidos. Esta iniciativa busca, de forma abrangente, fomentar o aprimoramento de políticas públicas relacionadas a esses profissionais que desempenham um papel crucial no combate à criminalidade no Brasil.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 111, de 2023.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem que ele discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Só uma referência aqui rapidamente, Senador Petecão. Só quero elogiar a iniciativa, porque eu acho que a Polícia Penitenciária Penal tem que ser valorizada neste país. Hoje se diz muito que as organizações criminosas operam de dentro das prisões. De certa maneira, isso é realidade. Então, essa iniciativa da Senadora Ivete e também de V. Exa. é absolutamente meritória. Só quero endossar essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na mesma linha, Senador Sergio Moro, quando apresentamos a proposta, nós o fizemos exatamente com essa preocupação, principalmente pelo momento que estamos vivendo no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer e parabenizar a Senadora Ivete pelo relatório e parabenizar todos os Senadores desta Comissão, que criaram as condições para que nós pudéssemos apresentar o projeto.

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução nº 111, de 2003.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, antes de a gente ir para a próxima votação, eu queria fazer um registro aqui nesta Comissão. Está no Plenário conosco o Sr. Regis. Todos nós acompanhamos a tragédia que abateu sua família – Sr. Regis, por favor.

O Sr. Regis é de Sorriso e é o esposo daquela senhora e pai das três filhas que foram assassinadas dentro de casa, uma história que chocou o Brasil e chocou o mundo. E hoje o Sr. Regis veio para abraçar os Senadores. Sr. Regis veio, está ali, ainda movido de muita dor, de muito sofrimento. Ele perdeu, no mês de... Nós estamos no mês de março, e, neste mês de março, ele não pode comemorar o Dia da Mulher, não celebra, porque as quatro mulheres da vida dele foram assassinadas de forma cruel.

E um dos apelos do Sr. Regis e do grupo que eu acompanho é que a gente faça, imediatamente, Presidente, a revisão do Código Penal Brasileiro. A revisão do Código Penal está parada desde 2012 na Comissão de Constituição e Justiça. Muita coisa pode ser feita que teria evitado a morte dessas quatro mulheres.

O Sr. Regis está aqui hoje despedaçado, mas ele encontrou um pouco de força para vir a esta Comissão, para vir ao Senado e por nós ser abraçado. Nada vai trazer as filhas e a esposa de volta, mas a gente pode ouvir muito da história deles e entender onde a legislação tem brechas que nós ainda podemos, como Senadores, fechar; e trazer mais segurança para meninas e mulheres no país.

Sr. Regis, seja abraçado por esta Comissão, seja abraçado por todos nós. Nós lamentamos – lamentamos. Que Deus lhe conceda muita força para continuar. Sei que não está fácil, mas esta Comissão o abraça nesta manhã. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Margareth.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Regis, o que eu quero falar para o senhor é que foi movida por esse crime brutal que eu fiz o projeto antifeminicídio, que foi o pacote, tirando a qualificação do crime de feminicídio. Ele virou um crime autônomo, um crime hediondo autônomo, em que a mínima vai para 20 e a máxima para 40 anos, sendo que ele não poderá progredir sem completar 55% da pena. Uma série de regalias que esse preso teria é tirada: ele não tem direito à visita íntima, ele perde o poder pátrio dos filhos, ele não tem mais direito a cargo público nenhum. Está parado na Câmara dos Deputados. Aqui, o Senado, Sr. Regis, aprovou por unanimidade.

Então, sinta-se abraçado mesmo por esta Comissão, porque eu sou do Mato Grosso, e para mim isso foi uma das piores coisas pelas quais o Mato Grosso passou.

No dia 15, Sr. Regis, nós estamos fazendo uma audiência pública para falar sobre combate à violência doméstica em Lucas do Rio Verde. Em Sorriso, eu fui ao Fórum de Segurança, fiz a abertura do Fórum de Segurança, mas a gente agora vai porque, para ir a TV Senado, tem toda uma logística para fazer.

Então, se o senhor puder estar conosco, no dia 15, em Lucas do Rio Verde, que é pertinho, nós estaremos fazendo uma audiência pública às 14h do dia 15 (sexta-feira).

Um abraço, Sr. Regis.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, respeitado e amigo pessoal, Presidente Sérgio Petecão.

Deus e saúde a todos e todas presentes aqui e aos ausentes que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Deus, saúde e conforto ao Sr. Regis.

Eu acabei de falar – antes do pronunciamento da Senadora Damares – que hoje nós precisamos urgentemente, no Plenário, dar início à escolha dos membros da CPI da violência contra as mulheres e o feminicídio, criada por mim. Já fizemos acordo para a Vice-Presidência, para a Relatoria e apenas esperamos a opinião dos demais amigos e amigas do Senado.

Eu quero, Presidente, pedir que o senhor coloque em votação o requerimento de autoria do nobre e acima da média Senador Alessandro Vieira que requer audiência pública para que façamos um debate nesta Comissão importantíssima sobre o PL 4.336, de 2023, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares em desfavor de agentes titulares de foro por prerrogativa de função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente Petecão, manifesto aqui que eu gostaria de subscrever o requerimento para essa importantíssima audiência pública. E vejam que temos que discutir de forma muito responsável a autonomia da autoridade policial para que possa representar medidas cautelares perante o juízo sem a necessária concordância do titular da ação penal, ou seja, o Ministério Público. Essa autonomia é de suma importância para a celeridade e eficiência da investigação e resolução de muitos casos.

Para concluir, além disso, precisamos aprofundar o debate sobre a exigência de decisão colegiada acerca da decretação de medida cautelar contra agente político. Devemos encontrar um ponto de equilíbrio para que essas decisões não afetem as investigações em curso, de modo a prejudicar futuras operações.

Agradecidíssimo, Presidente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu queria apoiar esse pedido de audiência pública do Senador Alessandro Vieira, pois a gente está de acordo com esse pedido aí. Estou de acordo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu fiz um requerimento sobre o PL 4.336, de 2023, que modifica o Decreto 3.689, sobre o Código de Processo Penal, e eu pediria a V. Exa. para a gente fazer uma audiência pública.

Eu fiz um requerimento para, se V. Exa. puder, no extrapauta, votar a audiência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Izalci, o nosso querido Senador Jaime é o Relator e, como todos, ele está pedindo também audiência. Tinha um requerimento nosso também e tem um requerimento do Senador Alessandro.

Então, diante da necessidade, vamos logo colocar em votação esse requerimento, para que a gente possa fazer essa audiência pública. (*Pausa.*)

Senador Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu vou apresentar para a próxima sessão. Não apresento para essa, não.

Mas está tendo uma discussão no país sobre essa questão dos manicômios judiciários. Saiu até um editorial no *Estadão*, faz uns três dias, preocupados aí com essa resolução do CNJ que determinou que fossem fechados todos os manicômios judiciários.

E a gente entende a ideia do CNJ – é uma ideia humanitária, muitos desses manicômios judiciários estão em uma situação extremamente precária –, mas o fato é que existem situações específicas de pessoas que foram condenadas por crimes violentos e depois foram consideradas inimputáveis, e que, pelo que a gente tem observado, inclusive em manifestações do Conselho de Medicina, de conselho de psiquiatria do Brasil, em matérias jornalísticas, não têm condições de ser transferidas para hospitais do SUS, onde não existe a segurança necessária para a manutenção desses indivíduos.

Eu vou apresentar, na próxima sessão, um requerimento para que a gente possa fazer uma audiência pública aqui, para chamar as pessoas do CNJ, chamar pessoas dessa área, para que a gente possa ter uma discussão nessa Comissão de Segurança a respeito desse tema. E aqui, sem jogar pedras em ninguém, em CNJ ou nada, mas precisamos aqui ter uma posição em relação a isso.

Eu li uma matéria em *O Globo*, que saiu até concomitantemente, do indivíduo que era responsável por assassinato de crianças e adolescentes lá no Rio de Janeiro e que teria que ser colocado em liberdade pelo fim dos manicômios judiciários. Por mais que seja inimputável, por mais que se queira um tratamento humanitário às pessoas submetidas à medida de segurança, não há condições de se transferir a pessoa para um hospital comum.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Bom dia ao senhor e a todas as Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, o que nós vamos esperar do fechamento desses estabelecimentos manicomiais para presidiários que já mataram, já cometeram várias atrocidades contra a sociedade brasileira e, simplesmente, do dia para a noite, serão colocados ou em hospitais comuns ou voltarão para as ruas? Eu peço, Sr. Presidente, uma reflexão não do senhor, porque eu conheço sua opinião, mas de todo o poder público da nossa República. Quais serão as consequências? O que nós, enquanto poder público, colheremos plantando essa semente? Essas pessoas, do dia para a noite, se tornarão sãs e só farão bondades? Ou elas se recuperaram por um decreto presidencial ou judicial? Enfim, nós sabemos as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequências. É como você colocar o dedo na tomada e esperar que saia rosas dali; vai tomar choque, vai se machucar e vai morrer.

Então, Presidente, é urgente que nós, enquanto Senado Federal, façamos uma discussão ampla e – outra coisa que eu sempre digo –, além de refletirmos sobre essas medidas, comparemos essas medidas com as de outros países. Que país que fechou seu manicômio no canetaço e que obteve alguma vantagem para a sociedade?

Então, nós já temos tantos atrasos... Nós aqui, Sr. Presidente, sob a sua direção, já temos trabalhado tanto em prol da segurança pública do Brasil, mas isso é um atraso, isso é um retrocesso. Nós sabemos o que vai acontecer. Nós sabemos que a sociedade vai pagar.

Pergunte para minha filha de 11 anos ou para o meu pai de 72 o que acontece se colocar uma pessoa que já cometeu crime, já matou, já roubou, já estuprou, já assassinou e é considerada inimputável por uma junta médica e simplesmente vai para um hospital do SUS ficar do lado da sua mãe, do seu avô, da sua irmã ou colocado nas ruas?

Sr. Presidente, que brincadeira é essa? Que loucura é essa? Loucura não é desses caras que serão colocados em liberdade; loucura é de quem está assinando a sentença de morte para vários cidadãos brasileiros ao efetuar uma medida irresponsável dessa magnitude.

Muito obrigado.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Olha, eu concordo com todos os que falaram anteriormente, e a minha preocupação ainda é maior porque o que estão fazendo com o SUS vai cair, vai recair na previdência social, que já está com um rombo lamentável.

E o que você falou, Seif, é assim. Eu não consigo acreditar que simplesmente se coloque na rua um assassino que várias vezes já matou. Então é o que aconteceu aqui no caso de Sorriso. O cara já tinha passado em Lucas, já tinha passado em Goiás e aí entrou lá e matou as quatro mulheres da vida dele. Quer dizer, como assim? Aí esse cara vai ser considerado louco e vai ser posto na rua novamente para matar quem? Minha filha, minha neta? Não, não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Sergio Moro, inclusive, já tinha sugerido, tomado a iniciativa para que nós possamos fazer aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma audiência e chamar todas as pessoas, e até para saber e ouvir as partes, o CNJ... Por que essa decisão, por que esse encaminhamento? Será que é o melhor encaminhamento? Será que não vai criar um transtorno maior? Eu acho que nós vamos ter uma grande oportunidade, todos os Senadores e Senadores, para que a gente possa fazer um grande debate.

O caso é complexo, eles devem ter alguma informação, porque aqui foi unanimidade, todo mundo aí chocado com o encaminhamento tomado. Então acho que nada melhor que esta Comissão para que nós possamos fazer um debate aí bastante acirrado.

Parabéns a todos que já demonstraram a preocupação, e podem ter certeza que vamos fazer uma audiência pública.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Tem que ser prioridade, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Semana que vem nós vamos ter duas audiências públicas: nós vamos ter a do nosso colega Girão, na hora da Comissão; e à tarde vamos ter a do Alessandro. Duas, na terça-feira. Aí na próxima vamos ter aqui esse encaminhamento, que foi aqui do Senador Izalci e dos demais colegas. Dos delegados, não é isso? Seria dia 26.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aí nós discutimos a data, é isso, Moro? Senador Moro? Ele vai apresentar o requerimento, e nós tomamos uma decisão para que a gente possa...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Mas pode ser verbal, pode ser verbal o senhor pode...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas nós fechamos um acordo e não votamos nada aqui enquanto nós não fizermos esse debate, não tem como votar uma matéria dessa... se não houver um debate aprofundado.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não tem como votar uma matéria dessa sem houver um debate aprofundado. (*Palmas.*)

Então, o Senador Sergio Moro apresenta, e nós definimos a data, porque nós temos três audiências a serem feitas. É isso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bom.

Como houve aqui vários pedidos deste requerimento extrapauta, o Requerimento nº 7, de 2024, de autoria do Senador Alessandro Vieira – é que atende ao Senador Izalci e a outros colegas que pediram –, do Senador Weverton e subscrito por mim, que solicita a realização de audiência pública para instruir o PL 4.336, de 2023, que deve ser apreciado na forma preliminar ao referido projeto de lei, que seria o próximo item da pauta.

Vamos aprovar o pedido, com certeza vai sair da pauta. É isso, não é? (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 7, DE 2024

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei nº 4336/2023, que "Modifica o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre a concessão de medidas cautelares em desfavor de agentes titulares de foro por prerrogativa de função".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros

Aqui, para a audiência, já temos aqui como convidados: representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; representante do Conselho Nacional de Justiça; representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; representante da Defensoria Pública da União; representante do Conselho Nacional do Ministério Público; e representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 7, de 2024, desta Comissão. (*Pausa.*)

Senador Styvenson, como V. Exa. ainda não tinha chegado a esta Comissão...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perdão pelo atraso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não tem atraso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – V. Exa. nunca atrasa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Pela ordem.

Na leitura do senhor, foi dito "delegado", não especificou também delegados federais. Será que poderia acrescentar a ADPF? Porque acho que está só "delegados". Confere?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aqui tem Associação dos Delegados de Polícia do Brasil. Aí não contempla todos, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas o senhor queria acrescentar o quê?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – A ADPF, que são os delegados da Polícia Federal, porque essa situação os abarca.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Nós vamos contemplar aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – O.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Item 2.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 4436, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a corrupção entre particulares.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 4628, DE 2020

- Não terminativo -

Tipifica a corrupção privada no ordenamento jurídico brasileiro.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao PL nº 4436/2020, com uma emenda (substitutivo) que apresenta, e pela prejudicialidade do PL nº 4628/2020.

Observações:

1. Em 06/03/2024, foi apresentado novo relatório pelo Senador Styvenson Valentim;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Autoria: Senador Alessandro Vieira, Senador Alvaro Dias, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Eduardo Girão, Senadora Soraya Thronicke, Senador Fabiano Contarato, Senador Jorge Kajuru, Senador Lasier Martins, Senadora Mara Gabrilli, Senador Rodrigo Cunha, Senadora Leila Barros, Senador Major Olimpio – saudoso Senador Major Olimpio.

Passo a palavra ao nobre Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu relatório.

Por favor, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade, mas este relatório já foi lido semana passada. Todos aqui estavam presentes.

Eu vou ler do relatório o voto, com a alteração, com a inclusão feita pelo Senador Sergio Moro do que ele achava pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.436, de 2020, na forma do substitutivo a seguir, restando, por consequência, prejudicado o Projeto de Lei nº 4.628, de 2020.

> PROJETO DE LEI Nº 4.436, de 2020
> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 [...], para tipificar como crime a corrupção entre particulares.
> Art. 1º O Título II da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 [...], passa a viger acrescido do seguinte Capítulo VII-A:
> "CAPÍTULO VII-A
> DA CORRUPÇÃO PRIVADA
> [...]
> Art. 180-B. Exigir, solicitar ou receber vantagem indevida, como empregado ou representante de empresa ou instituição privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de tal vantagem, a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições, em prejuízo à empresa.
> Pena: reclusão, de dois a cinco anos, e multa.
> Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem oferece, promete, entrega ou paga, direta ou indiretamente, ao empregado ou representante de empresa ou instituição privada, vantagem indevida."
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão...

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Quero só agradecer ao Senador Styvenson aqui, porque acolheu parte das sugestões que nós encaminhamos.

É um projeto, novamente, extremamente positivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em votação.

Não havendo mais quem queira discutir...

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4.436, de 2020, e à Emenda nº 1 desta Comissão (Substitutivo), e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.628, de 2020.

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 10, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para elencar circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva na audiência de custódia.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 5/3/2024, foi lido o relatório.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Autoria do nobre Senador Sergio Moro.

Consulto o Senador Hamilton Mourão sobre se deseja fazer uso da palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia ao senhor, bom dia a todos os colegas aqui presentes.

O relatório foi lido semana passada, houve pedido de vista, não foi apresentada nenhuma emenda, não foi apresentado nada de novo. Então, está mantido o relatório.

Acho que colocamos em votação para que ele siga para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir...

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 10, de 2024.

A matéria vai à Comissão...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, é só...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Aprovado o projeto, eu estou tomando só a liberdade de elogiar aqui o relatório do Senador Hamilton Mourão.

Eu acho que é um projeto importante, como nós falamos. Ninguém é contra a audiência de custódia. Eu acho que o contato do preso em flagrante com o juiz é salutar, mas tem havido distorções, tem havido uma reclamação geral da comunidade jurídica.

O sistema tem que proteger a vítima. Acabou de vir aqui o marido e pai de vítimas assassinadas brutalmente, e a gente vê... Eu cito no meu relatório aqui do projeto, na justificativa, caso de pessoa que foi presa em flagrante por estupro e que foi liberada em audiência de custódia; gente que foi presa com fuzil de alto calibre, com indicativos de que é membro de organização criminosa, sendo solto em audiência de custódia; gente responsável por sucessivos crimes patrimoniais, e a pessoa é solta e é presa em flagrante novamente por novo crime patrimonial.

Então, a gente compreende. É preciso ter direitos fundamentais, é preciso ter direitos humanos, é preciso respeitar a presunção de inocência, mas o sistema de Justiça tem que proteger a vítima. Não pode ser essa falência completa que a gente vê hoje.

Até recebi aqui, da Rede Justiça Criminal, que é inconstitucional, que não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê... Vá dizer lá para os familiares dessas vítimas todas que estão sendo mortas neste país – 40 mil homicídios por ano – que o sistema de Justiça não é para ser efetivo, que as pessoas têm que ser entregues à própria sorte. Acho que a gente tem que ter um pouco de responsabilidade aqui nesta Comissão – aqui não é um juízo de censura, evidentemente, para ninguém –, e o Congresso tem que dar uma resposta a essa crescente criminalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente está vendo aí é uma falência completa. Há quanto tempo aí os dois foragidos de Mossoró? Há 27 dias! O Governo não é capaz de recapturar esses indivíduos, criminosos perigosos.

Enfim, a gente tem que mudar, um pouquinho, essa regra das coisas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na mesma linha, Senador Moro, parabenizo aqui o Senador Mourão. Eu penso que o papel desta Comissão, às vezes, não agrada. O senhor acabou de receber uma manifestação de desagrado, mas nós não estamos aqui para agradar A, B ou C. A caixa de ressonância é a população, e a população está se manifestando com muita indignação. E não tem, não existe outra Comissão ou fórum mais adequado do que esta Comissão para que nós possamos fazer esse debate. Não pode ter medo, é aqui.

E a CCJ vai fazer o trabalho dela, sobre se é constitucional ou se não é. É para isso que existe outra Comissão. Mas, nesse debate sobre a segurança, nós não podemos, de forma alguma, achar que está tudo bem. Não está tudo bem. É preciso fazer alguma coisa. Então, eu já...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem... (*Pausa.*)

Sr. Presidente, a audiência de custódia, na nossa pátria amada, Brasil, se transformou num monumento à impunidade, se transformou num monumento ao deboche ao agente público, ao policial e à vítima. E o pior, eles não fazem às escondidas, não!

Esses dias, o policial, o advogado tirou o paletó para cobrir costas de vagabundo e ofereceu cafezinho... Mandou desligar o ar da sala... Então, é flor para o vagabundo, é caixa de bombom para o vagabundo, é abraço para o vagabundo, é salário para o vagabundo! E as vítimas – como o senhor que estava aqui, de quem a Senadora Damares acabou de falar – não têm direito a nada!

Então, a audiência de custódia virou um deboche: um deboche ao senhor, deboche a mim, como Senador, como cidadão, deboche ao povo catarinense, deboche ao povo brasileiro! E tem que haver um limite!

Ninguém está negando e ninguém está cerceando direitos humanos a ninguém, mas um cara passar – 30 vezes – por uma audiência de custódia e voltar para a rua? Sabe o que aconteceu lá em Blumenau? Aquele cara que matou a bebê, lá no meu estado, já tinha passado por um monte de audiência de custódia! Vai e volta da rua, um ioiô.

Aí o policial cansa! Já não ganha bem, aí, vai e prende. Aí, o juiz: "Ah-ah! Coitadinho do vagabundo...". "Ah! Direitos humanos!". Direitos humanos para humanos direitos. O cara já sabe, ele aposta na impunidade. Quando o marginal, quando o criminoso não tem medo do sistema judicial, quando ele tem acolhimento no sistema judicial, ele vai ficar, repetidas vezes, cometendo os mesmos crimes, porque a Justiça não está com a sociedade, está do lado de criminosos e marginais, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero parabenizar o Senador Mourão, o Senador Moro e o senhor, por pautarmos, e os Senadores que aqui estão. Vamos deliberar isso na CCJ, para dar um mínimo de segurança jurídica e resposta para a sociedade, que clama do Senado Federal, da Câmara Federal e do sistema judiciário por medidas para a redução da criminalidade no Brasil, que é o maior problema hoje do nosso Brasil.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, novamente... (*Pausa.*)

Eu queria ver a possibilidade de fazer uma doação à Comissão. Este livro aqui foi escrito pelo Capitão Alden. Ele fez um estudo, durante 12 anos, da linguagem simbólica do crime, das tatuagens que têm os criminosos, a que se referem, quem é homicida, quem é traficante... Então ele fez um estudo muito detalhado, até dos corpos dos traficantes que eram mortos, se coincidiam com a tatuagem ligada à facção. Então, é um livro muito rico para que a gente possa ter aqui na Comissão de Segurança Pública, para quem quiser pesquisar e entender sobre as tatuagens e as marcas que nelas são colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós agradecemos, Senador, pela doação.

Receba lá, você que é a maior autoridade desta Comissão. (*Pausa.*)

Obrigado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Fica para estudo aí. É muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço aí ao Capitão Alden. De qual estado?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Ele é do Norte. Esteve no meu gabinete na semana passada. Eu sempre escutei falar desse livro, mas foi a primeira vez que eu tive contato, e até pedi uma cópia para deixar doada aqui para a Comissão, porque é um dos melhores estudos – se não é o único no mundo – associando a tatuagem aos crimes das facções.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Nós agradecemos aí ao Capitão Alden. Com certeza, vai nos ajudar aqui, nos trabalhos desta Comissão.

Amigos, antes de encerrar, mais uma vez, eu quero só comunicar que na terça-feira nós teremos uma audiência pública, que será às 11h, nesta Comissão. O assunto: prestação de informação, por parte da Polícia Federal, sobre os motivos que levaram o grupamento do Aeroporto de Guarulhos a reter para averiguação o Sr. Sérgio Tavares, cidadão português, quando embarcou no Aeroporto de Guarulhos, São Paulo, para cobrir as manifestações a serem realizadas na Avenida Paulista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet.

A outra, nós vamos ter no mesmo dia, na mesma terça-feira, às 14h: audiência para debater o controle e fiscalização de armas, munições, acessórios e explosivos no país. Então, às 14h teremos a segunda Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião e convocada outra para hora e data regimentais.

Muito obrigado pela presença de todos os senhores.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Augusta Brito, Jorge Seif, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Marcos Rogério, Paulo Paim e Dr. Hiran, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Flávio Bolsonaro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2024 - CSP, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Prestação de informações, por parte da Polícia Federal, sobre os motivos que levaram o grupamento do Aeroporto de Guarulhos a reter para averiguação o Senhor Sérgio Tavares, cidadão português, que veio ao Brasil para cobrir as manifestações a serem realizadas na Avenida Paulista. **Participante:** Sr. Rodrigo de Melo Teixeira, Diretor de Polícia Administrativa - DPA/PF (representante de: Diretor-Geral da Policia Federal). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Já peço desculpa aí pelo atraso, porque tinha uma reunião ali da bancada do Acre, e o pau estava quebrando lá. E eu tenho certeza de que aqui estava mais tranquilo, por isso eu vim embora. (*Risos.*)

Era isso mesmo. Era isso.

Objetivo e diretrizes da reunião e exposição inicial. A presente reunião tem como objetivo prestar informações, por parte da Polícia Federal, sobre os motivos que levaram o grupamento do Aeroporto de Guarulhos a reter, para averiguação, o Sr. Sérgio Tavares, cidadão português que veio ao Brasil para cobrir manifestações realizadas na Avenida Paulista, nos termos do Requerimento nº 6/2024, desta Comissão.

Informo que já está presente o nosso convidado, o Sr. Rodrigo de Melo Teixeira. Cadê o Rodrigo? (*Pausa.*)

Obrigado, Sr. Rodrigo, pela sua presença – Diretor de Polícia Administrativa da Polícia Federal.

Comunico que a presente audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço do Senado ou pelo telefone 0800 O612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim que as apresentações forem utilizadas pelos expositores.

Ao final da exposição inicial do nosso convidado, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazer suas perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos a exposição do nosso convidado, gostaria da atenção dos Srs. e das Sras. Senadoras. Esta Comissão atualmente possui aproximadamente 60 matérias. Gente, olha, isto é interessante. Esta Comissão atualmente possui aproximadamente 60 matérias que estão com os seus respectivos Relatores. São matérias importantes que, além de impactarem no funcionamento desta Comissão, impactam também – e isso é motivo de nossa preocupação – na segurança pública do nosso país. Sendo assim, peço aos Srs. Senadores Relatores que, na medida do possível, entreguem seus relatórios na nossa Secretaria, para que sejam pautados nas reuniões deliberativas desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Girão, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Tendo em vista esse anúncio que o senhor acabou de fazer, de 60 matérias que estão pendentes pela falta do relatório, eu queria fazer um pedido aqui ao senhor e aos colegas que participam desta reunião. Caso algum tenha alguma dificuldade, pelo acúmulo de matérias que eles estão relatando e tudo, eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor não tem nenhuma?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu estou à disposição, não tem nenhuma dedicada para mim, lá para o gabinete. Eu peço ao senhor, se puder me mandar, eu lhe agradeço demais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Desde já agradecemos a V. Exa. pelo seu gesto de querer ajudar os colegas e também esta Comissão. Sabemos do seu compromisso e da sua celeridade.

Exposição inicial. Aqui na Comissão, nós sempre concedemos um prazo, quando tem vários convidados que vão fazer uso da palavra, de cinco, dez minutos. Mas como hoje só temos um, nós vamos conceder aqui vinte, trinta minutos, o tempo necessário que ele achar, para que ele possa fazer as exposições dele, e depois nós faremos os questionamentos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Dr. Moro... Doutor, não, Senador. Esse homem é tanta coisa, que eu não sei...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Petecão, eu só quero fazer um registro: que deveria vir o Diretor-Geral da Polícia Federal. Com todo o respeito ao depoente, que vai aqui prestar esclarecimentos e tem informações, mas o requerimento foi feito nesse sentido, e eu acho que é ofensivo a esta Comissão aqui não comparecer o Diretor da Polícia Federal, quando ele foi convidado.

Então vamos votar uma convocação do Diretor da Polícia Federal, porque também tem outros assuntos que seriam oportunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tá. Eu inclusive recebi uma ligação do Diretor da Polícia Federal colocando-se à disposição, não criando nenhum tipo de dificuldade. Acho que eu cheguei a falar com o senhor, não falei, ou não?

(*Intervenções fora do microfone.*)

Não, não falei, não, não é?

O Dr. Rodrigo Melo é o responsável por esta área da Polícia Federal, aeroportos. Acho que portos e aeroportos – desculpe-me, é isso, Dr. Rodrigo? E ele tem muito mais informações para nos ajudar aqui na Comissão. Daí o entendimento da minha parte – da minha parte. Eu não tenho nenhum tipo de... Ou o superintendente ou o diretor, para mim, se estão vindo as informações que V. Exa., que é o autor do requerimento... Se o senhor não ficar satisfeito com a explanação dele, o senhor convida.

Agora, seria como chamar o Ministro para tratar desse assunto. Nós temos que estabelecer critérios aqui na Comissão – é o que eu penso, desculpe-me; e quem sou eu para estar discutindo com o senhor?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, eu acho que a ponderação de V. Exa. tem razão... Mas, por exemplo, nós concordamos em não convocar o Ministro. Foi naquele caso até da questão lá de Mossoró. No caso anterior, havia uma cogitação de se convocar o Ministro, e foi feita uma ponderação: "Não, vamos chamar o Diretor da Polícia Federal para esclarecer esse episódio". E, de repente, ele também não comparece? Eu, sinceramente, Senador, não concordo nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu o entendo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ele deveria ter vindo. Se se coloca à disposição, é para estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu o entendo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A gente não está chamando ele aqui toda semana para falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu o entendo, só que o critério que foi estabelecido para o Ministro, na minha humilde opinião, eu achei que era o mesmo critério que nós poderíamos estabelecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, nós temos uma autoridade da Polícia Federal. Jamais o Diretor da Polícia Federal ia mandar uma pessoa aqui que não estivesse preparada para falar sobre o assunto. Foi isso que eu entendi. Nós temos aqui a maior autoridade de portos e aeroportos que é o Delegado. E é disso que eu estou entendendo que o senhor está tentando ter as informações...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Como requerente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... em primeiro lugar, eu queria desejar boas-vindas ao Sr. Rodrigo de Melo Teixeira, que é Diretor de Polícia Administrativa. Sempre é muito bom dialogar, ouvir, e o nosso objetivo aqui é pelo respeito que a gente tem à Polícia Federal. Pode ter convicção disso. O conjunto da obra da Polícia Federal é de encher os olhos dos brasileiros. Inclusive, estamos completando agora, nesta semana, domingo, os dez anos da Operação Lava Jato, de que o brasileiro acompanhou cada operação. Vocês fizeram um trabalho junto com a força-tarefa que foi muito competente.

Mas, Presidente, a gente precisa relembrar um pouco o histórico. Como bem lembrou o Senador Sergio Moro, a ideia original era chamar o Ministro Lewandowski. O senhor se lembra disso. E o senhor ponderou e disse: "Não, vamos tentar uma coisa mais objetiva? O Diretor da Polícia Federal...".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Foi o Ministro que ponderou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quem sou eu para ponderar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Foi ele que ponderou que a Polícia Federal poderia ter mais informações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Poderia ter mais informações.

Então, a expectativa nossa, pelo menos até agora a minha, aqui, era de ouvir o Dr. Andrei, porque a gente já esteve em outros eventos com ele, aqui mesmo no Senado Federal, na formação da turma da Polícia Legislativa. Então era importante que a gente ouvisse o Diretor-Geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero deixar muito claro que eu sou um dos grandes defensores da Polícia Federal. Não sei se o senhor se lembra de que – nós entramos juntos aqui no Senado – eu propus, Senador Petecão, uma PEC para dar autonomia e independência à Polícia Federal em 2020! Conseguimos a assinatura, e eu acho que o senhor foi signatário também, além de vários colegas Senadores. Então, era, eu acho, que uma questão até de liturgia, de respeito. Não que a vinda do Sr. Rodrigo – muito pelo contrário – seja desrespeito, mas eu acredito que teria sido uma questão de cordialidade importante com esta Casa da República, que está fazendo 200 anos, receber aqui o Diretor da Polícia Federal.

Mas nós vamos fazer os questionamentos ao Sr. Rodrigo. Vamos continuar até em respeito à presença dele aqui, e, se não nos sentirmos contemplados, a gente hoje mesmo – não sei se o senhor vai fazer a deliberativa mais tarde – ou em outro momento chama ou o Ministro ou o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu só gostaria de ser justo – eu só gostaria de ser justo. O Diretor da Polícia Federal, pessoalmente, tomou a liberdade e me ligou, colocando-se à disposição e dizendo que vem na hora em que for necessário, mas que o Diretor de portos e aeroportos – porque é o debate que vai ser feito aqui – com certeza teria mais informações e poderia ajudar mais esta Comissão nesse debate. E foi por aí que eu interpretei. Eu não tinha nenhum problema de dizer: "Não, eu gostaria que o senhor estivesse presente lá". Qual o problema? Só que a minha humilde opinião – peço até desculpa os senhores – foi no sentido de que nós pudéssemos trazer mais informação para esta Comissão. Foi só nesse sentido. Nada de proteger, até porque eu nem conheço o homem, nem sei quem é ele. Falei com ele por telefone. É isso? Ficou claro – espero.

Com a palavra, o Sr. Rodrigo Melo Teixeira para sua exposição, no prazo que ele achar necessário – eu botei 30 minutos, mas, se ele quiser falar só 20, só fala 20.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador Petecão, agradeço ao senhor pelo convite; agradeço aos Srs. Senadores pelo convite da minha presença aqui hoje. E estamos aqui à disposição para levar os esclarecimentos necessários aqui para o Senado, para a Comissão de Segurança.

E foi interessante esse debate inicial, porque, como se trata de um assunto técnico... Para ficar claro, para ficar bem didático, a Polícia Federal, assim como funciona o Poder Executivo, tem o Diretor-Geral, que seria simétrico ao Presidente da República, e várias diretorias temáticas. E a diretoria da qual eu sou o Diretor trata do tema de controle de portos, aeroportos, controle migratório e outros assuntos que não são tema hoje aqui da reunião, do convite.

Então, estamos à disposição. E, por se tratar de um assunto extremamente técnico, acredito ser a diretoria temática a mais indicada para prestar as informações que os senhores entenderem necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Dr. Rodrigo, o senhor gostaria de... Vamos abrir os questionamentos, pode ser assim? E aí, depois, se houver necessidade, ele volta.

Quem está inscrito? Não tem ninguém inscrito aqui, não? Ah, é o autor do requerimento.

Desculpe, Girão.

Com a palavra, o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Presidente, o objetivo desse convite à Polícia Federal aqui... A gente sabe que é natural – o senhor já foi a vários países, inclusive lembro de um caso em que o senhor estava presente, aquele da Venezuela, em que pegaram até a sua Van lá junto com outros Senadores, Deputados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é, pois é.

E o senhor viaja – e todos nós aqui – em missões ou de forma particular. A gente viaja. E é natural, em alguns países, alguns mais firmes ali, com mais minúcias em algumas perguntas, outros menos, que se façam perguntas sobre aquela pessoa que está querendo adentrar: quanto tempo vai ficar, quanto dinheiro está trazendo, onde vai ficar, qual o hotel. Isso é plenamente, Senador Jorge Seif, natural, normal e previsto. O que me deixou extremamente preocupado, haja vista o Brasil oficialmente ser uma democracia ainda, embora aqui o Presidente da República fale que é relativa, é um cidadão português, comunicador, o Sérgio Tavares, que eu tive a oportunidade, Senador Marcos do Val, de conhecer em Lisboa, em um evento que houve no ano passado, conservador, é uma pessoa que ama profundamente, General Mourão, o país, o Brasil, tem um carinho por essa nossa nação... Ele veio cobrir um evento legítimo, que foi uma manifestação na Avenida Paulista, no dia 25 de fevereiro, que levou aí quase 1 milhão de pessoas para as ruas, e, depois, ele viria para o Senado Federal – pouca gente sabe disso, Senador Petecão.

No dia seguinte, aqui, no Plenário do Senado, teve uma sessão de debates que eu presidi, em que nós ouvimos cientistas, médicos, sociedade civil organizada, sobre a vacinação obrigatória em crianças de covid. Então, um debate científico, extremamente rico; impactante o que a gente ouviu lá, porque o Brasil é o único país do mundo que obriga suas crianças a receber esse tipo de vacina. Nem a OMS recomenda a vacinação obrigatória, e o Brasil está obrigando, pegando refugo dos Estados Unidos, de vacina banida lá.

E esse cidadão português, que busca a verdade, o Sérgio Tavares, também veio cobrir esse evento público no Senado, esse debate. Mas o constrangimento foi tão grande – e é sobre isso que eu quero fazer essas perguntas – no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, na sua entrada no nosso Brasil, que ele ficou cerca de quatro a cinco horas no aeroporto, respondendo... E aí vem a nota da Polícia Federal, no dia 25,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionando o cidadão português Sérgio Tavares... informando que o estrangeiro foi indagado sobre comentários que fez sobre a democracia no Brasil, aí eu abro aspas, de "que o país vive uma ditadura do Judiciário" – de que ele teria dito isso... só pode ser nas suas redes sociais –, e que além de outras informações na mesma linha, ele fez algumas colocações aqui sobre vacina, sobre urnas eletrônicas, sobre outras situações. E, ao final da nota, a Polícia Federal informa que a medida é padrão e é adotada na grande maioria dos aeroportos internacionais.

Eu, sinceramente, já viajei muito, tive uma bênção muito grande de Deus de conhecer vários continentes, vários países, e nunca me fizeram perguntas políticas. Nunca me fizeram perguntas políticas. Sinceramente, eu fui a países fechados também.

Olha, a primeira pergunta que eu faço é a seguinte: questionar estrangeiros sobre suas opiniões políticas antes do ingresso no país é medida padrão, Sr. Rodrigo, adotada na maioria dos aeroportos internacionais? O senhor confirma essa informação da nota da Polícia Federal? V. Sa. poderia nos comprovar isso? Essa é a primeira pergunta. A segunda é: com que frequência a Polícia Federal adota esse procedimento em nossos aeroportos? O senhor poderia informar, com dados concretos, dizendo algum tipo de proporção com que esse tipo de pergunta é feita? E se só é feita – não deveria ser, mas é feita, parece-me aqui – a um espectro político ideológico?

Outro questionamento: de quem foi a orientação para que a Polícia Federal assim procedesse em relação a esse cidadão português Sérgio Tavares? Porque, de acordo com informações que nós recebemos, a pessoa que o abordou lá no aeroporto não sabia, não tinha informações sobre as perguntas. Passou-se um tempo, passaram-se algumas horas e teriam chegado de Brasília essas perguntas. Eu pergunto: de onde chegaram essas informações de Brasília? Foi da Polícia Federal? Foi do Supremo Tribunal Federal? O senhor pode nos revelar o nome de quem encaminhou essas perguntas lá para o aeroporto de Guarulhos fazer ao cidadão português?

Outro questionamento: há respaldo para esse procedimento em alguma norma da Polícia Federal? O senhor poderia nos informar qual norma, qual procedimento técnico, se tem alguma nota técnica nesse sentido ou orientação?

Também a nota divulgada pela Polícia Federal informa que o cidadão português teria publicado em suas redes sociais que viria ao país para fazer a cobertura fotográfica de um evento. Para tanto, conforme a nota, precisaria de visto de trabalho, o que ele não apresentou. Sobre isso, eu pergunto: resta claro que a Polícia Federal estava monitorando o visitante, pois sabia de suas posições políticas e que viria fazer no Brasil, através de publicações em redes sociais... Então, existe algum tipo de monitoramento, existe um sistema da Polícia Federal que monitora algumas pessoas dentro e fora do país? Que sistema é esse? Com que recursos esse sistema de monitoramento de pessoas foi contratado? – é muito importante isso. Quantos estrangeiros estão sendo monitorados e foram questionados nesse mesmo período, Dr. Rodrigo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro questionamento aqui sobre isso: é procedimento padrão monitorar as redes sociais de estrangeiros com visão política diferente do Governo em exercício quando em visita ao Brasil? Há alguma norma interna sobre isso na Polícia Federal? E aí emendo uma pergunta ao senhor: que tipo de alinhamento, de relacionamento se tem com o Supremo Tribunal Federal?

Algumas pessoas estão com receio, e inclusive Senadores questionam, em tribuna, sobre se existe, lá no Supremo Tribunal, uma Polícia Federal que é subordinada a algum ministro, que não passa pela Superintendência, que não passa pela direção da Polícia Federal. Tem algum batalhão, algum agrupamento – vamos dizer assim, talvez seja a palavra mais adequada – que é subordinado diretamente a um ministro e não passa pela organização da Polícia Federal propriamente dita, pela estrutura dela?

Dentro dessa linha – já me encaminhando para o encerramento, Sr. Presidente –, para fotografar um evento não é necessário visto de trabalho. Se não há recebimento de remuneração no Brasil e a estada é inferior a 90 dias, o visto regular de visita é suficiente.

Em se tratando de cidadão português, nem o visto de visita seria necessário, em razão do acordo de reciprocidade.

V. Sa. poderia nos esclarecer a razão de tanto rigor para com esse cidadão, especificamente, Dr. Rodrigo?

A penúltima pergunta aqui é a seguinte – aliás, a última pergunta. A liberdade de expressão presente na Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, inciso IV, está ligada ao direito de manifestação de pensamento, possibilidade de um indivíduo emitir suas opiniões e ideias sem interferência ou eventual retaliação do governo.

Sobre isso, eu faço a última pergunta para o senhor, agradecendo já a benevolência do Presidente Sérgio Petecão: ao reter, sem nenhuma justificativa plausível, o cidadão português Sérgio Tavares, a Polícia Federal não teria violado o texto constitucional, ao mesmo tempo que quis constrangê-lo e intimidá-lo por ter opinião? A instituição de que o senhor faz parte agiu como censora?

Esse é o questionamento, só deixando, Sr. Presidente, uma informação importante. Devido a esse constrangimento ocorrido por quase cinco horas no Aeroporto de Guarulhos, ao cidadão português, que viria, no mesmo dia, a Brasília para cobrir o evento aqui do debate que nós tivemos no Plenário sobre vacinação obrigatória de covid, foi recomendado, como a gente diz no linguajar do nosso Nordeste, vazar do Brasil, foi recomendado voltar imediatamente pelos seus advogados a Portugal, porque, se aconteceu aquilo em Guarulhos, ficaram preocupados com o que poderia acontecer na capital federal.

Que democracia é essa que vive a nossa nação? Esse é meu principal questionamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadores, a ideia era que nós fizéssemos dois ou três, mas o problema é que ele fez muita pergunta. Ele fez pergunta por dez, eu acho. Eu acho que ele sobrecarregou aqui o nosso convidado.

Tem problema ele responder ao Girão e depois...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é? Até para que...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Para não ficar nenhuma pergunta sem ser respondida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tranquilo.

O Plenário é soberano, eu tenho que ouvir o Plenário.

Dr. Rodrigo, fique à vontade, com o tempo que o senhor achar necessário, para responder aos questionamentos do autor do requerimento, não é isso?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador Girão e demais membros, até agradeço novamente a oportunidade do esclarecimento aqui.

Como o senhor fez muitas perguntas, eu vou procurar ir esclarecendo. Se tiver alguma pergunta que ao final eu não tiver esclarecido, o senhor pode me perguntar novamente, cobrar, que eu vou esclarecer todas as perguntas.

Primeiro, o mandamento legal para se fazer o controle migratório no Brasil é a Lei 13.445, de 2017, art. 38, o Decreto 9.199, art. 170, e a Constituição Federal, segundo a qual compete à Polícia Federal o controle migratório. Então, esses são os mandamentos legais que nós somos obrigados a cumprir para fazer o controle migratório. Eu acho que, com isso, está esclarecido.

Dois, quanto à situação do Sr. Sérgio Tavares, jornalista, que tem *blog* e tudo.

Como funciona a Diretoria da Polícia Administrativa, da qual sou o Diretor? Ela tem n atribuições e, numa das atribuições, nós temos um setor de análise. Esse setor de análise faz um controle de passageiros, controle de passageiros que entram e saem do Brasil. Procuramos fazer da melhor maneira possível, com a melhor técnica e boa vontade possível. E pessoas que, no caso específico, pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm uma situação... Nós temos duas situações nesse controle, são os casos de restrição e os casos de alerta.

O que seria restrição? Restrição são as pessoas que têm alguma ordem judicial que as proíbem de entrar no Brasil ou de sair do Brasil. Essa ordem judicial pode ser oriunda de uma decisão de um juiz criminal ou de uma questão de dívida – a Suprema Corte já entendeu assim já tem uns três anos –, de uma dívida trabalhista, etc. Então, tem essas pessoas que teriam a restrição.

E tem pessoas que têm uma situação de alerta, que não teriam mandado de prisão ou mandado de constrição de sua liberdade, mas que seriam, de certa forma, entrevistadas no aeroporto ao ingressar ou até ao sair do território nacional. Esses alertas vêm de organismos internacionais e até da própria Polícia Federal, desse meu setor de análise, meu, que eu digo, é da Diretoria que faz esse acompanhamento.

No caso específico, não tem nenhuma ferramenta de investigação política de ninguém. No caso específico, vendo e acompanhando fontes abertas... A gente chama de fontes abertas a internet: YouTube, Instagram, qualquer fonte aberta. Tem n manifestações desse Sr. Sérgio Tavares, mas nós não entramos na manifestação política, deixando bem claro para o senhor. A manifestação política, ideológica, é um direito dele, dele e de qualquer outro cidadão na democracia que, graças a Deus, nós vivemos aqui no Brasil, mas tem manifestações que eu diria que beiram um aspecto criminal ou que beiram alguma questão ali que flerta com a criminalidade. Como, por exemplo, se o senhor me permite, pegando o próprio depoimento dele, o seu termo de declaração. Ele é questionado sobre o ataque à honra de Ministros da Suprema Corte, que ele faz em sua rede social. E, ainda, não é questão só de ser Ministro da Suprema Corte, eu não posso fazer um ataque... Nenhum cidadão pode fazer ataques à honra do senhor, que é Senador, ou de qualquer cidadão ou contra mim, que sou um delegado, diretor da polícia. Então, ataque à honra considera-se crime em nosso ordenamento legal.

Outra questão, quando ele critica a urna eletrônica e diz que ela é fraudada, tangencia em uma situação que a gente sabe, pelo menos com provas e, até o momento, que não tem nenhuma ilegalidade nesse procedimento, e ele critica. Ele apoia o movimento golpista que teve no 8 de janeiro, faz manifestação favorável àquilo que houve no 8 de janeiro, de invasão de prédios públicos, inclusive aqui no Senado, no Supremo, na Câmara dos Deputados e tal, ele apoia aqui.

Então, assim, tinham n manifestações do cidadão Sérgio que estavam nessa situação, e foi isso que foi perguntado no depoimento. Se os senhores não tiverem acesso, se quiserem que eu leia, porque o depoimento dele tem dois momentos, para ficar bem claro. Um é o momento técnico, que se pergunta se ele tem passaporte, se ele tem visto para entrar no Brasil, e essa questão técnica foi preenchida.

Ele tinha o passaporte, ele não tinha visto para trabalhar como jornalista, mas, pelo Decreto 3.927, que é o acordo da amizade e cooperação de países de língua portuguesa, ele poderia ficar aqui até 90 dias e, aí, dar entrada nessa documentação, regularizar. Então, a parte formal estava correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa questão de meta, ele não respondeu – é um direito constitucional que ele tinha, ele estava acompanhado do advogado dele –, ele não respondeu a essas perguntas, ele não respondeu.

Perguntado também onde ele ia ficar hospedado, que é uma praxe – acho que todos aqui já foram para o exterior; pergunta-se onde você vai ficar hospedado no exterior –, ele não respondeu, aqui no Brasil. Ele disse que poderia ficar na casa do advogado dele.

Mas, mesmo assim, adotando-se esse procedimento protocolar de se fazer uma entrevista, ele foi admitido em território nacional.

Então, tem uma coisa... Eu fui muito questionado, vários ofícios chegaram para mim. Ele não, não... Repetindo, ele não foi preso, ele não teve o passaporte retido e ele não foi inadmitido em território nacional. Então, ele entrou em território nacional, como qualquer estrangeiro entraria em território nacional. Ele foi entrevistado – entrevistado –, aí sim, para ver a questão formal e por causa dessas opiniões dele que, como eu disse, flertam ou estão muito próximas da situação de criminalidade. Isso foi retirado em fontes abertas. Não sei se hoje ele mantém isso nas fontes abertas dele, mas isso foi retirado de fontes abertas. E quem faz essa análise? Um setor de análise que eu tenho dentro da diretoria, que acompanha... E, aí, só para você ter uma ideia, nós temos hoje em alerta... Não era nem para... mas, agora, já que estou aqui no Senado, acho que os senhores têm o direito de saber esta informação. Nós temos 143 mil alertas de pessoas que são entrevistadas, que poderiam ser entrevistadas se embarcassem ou se chegassem ao Brasil, e 1,6 milhão de pessoas com restrições: proibidas de viajar, que vão e voltam...

E, ainda respondendo uma das perguntas do senhor, são inadmitidos em território nacional, não entram no Brasil em torno de dois, três por dia, a média, fora os flagrantes de gente que vem com droga engolida, que ingere droga. Então, são inadmitidos em torno de dois, três por dia em Guarulhos – em Guarulhos, essa informação é de Guarulhos. Então, assim, no ano passado, foram 814 inadmissões em território nacional.

Então, é um procedimento regular, técnico, não vejo nenhuma questão maior nesse aspecto, é um procedimento técnico que a gente adota de forma geral.

E a informação... O senhor pergunta: "Por que que veio de Brasília?". É porque a nossa análise aqui, o setor de análise é aqui de Brasília, que concentra as informações e depois divulga as informações para o Brasil inteiro, fica no nosso setor, tem um nome técnico e tal, mas é um setor de análise.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me fazer rapidamente uma réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Portinho, o senhor pediu para inscrever V. Exa. Como o senhor não é membro desta Comissão, mas vou inscrever aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas é que tem outros colegas que estão inscritos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas o senhor já está inscrito, está bom?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nada, querido.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Para botar, depois, pela ordem, para falar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Rapidamente, vou fazer aqui um esclarecimento, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer mais uma vez ao Dr. Rodrigo de Melo Teixeira, que, de forma muito direta, foi muito transparente aqui, eu quero agradecer-lhe. Em primeiro lugar, quero deixar claro que ninguém concorda, absolutamente, com quebradeira, com incitação à violência. Nisso aí nós estamos alinhados com o senhor. Mas o senhor mencionou a questão de ataque à honra de Ministro do Supremo, com o que nós também não concordamos. Podemos discordar, mas jamais abonar esse tipo de conduta. O respeito às pessoas é uma premissa importante. Mas eu lhe pergunto: sobre esse ataque à honra que a Polícia Federal... que o senhor colocou que viu, que a Polícia Federal monitorou em redes abertas dele, ele foi condenado por isso? Porque no Brasil, pelo que eu saiba, tem processo de injúria, de calúnia, difamação. Tinha sido aberto algum procedimento, alguma ação contra esse cidadão português, ele foi condenado? E, aí, sim, se tiver havido esse procedimento, eu entendo que esse era um motivo para ter conversado, para ter entrevistado, mas crime de opinião? E é um crime de opinião. É isso? Ele não foi condenado, não existe isso na nossa Constituição, no nosso ordenamento jurídico. Eu lhe pergunto com que base esse argumento que o senhor colocou embasou também esses questionamentos ao doutor, ao jornalista, cidadão português, Sérgio Tavares?

E, para fechar, uma pergunta que o senhor não respondeu: existe algum departamento da Polícia Federal, algum grupamento da Polícia Federal que não é subordinado à Diretoria da Polícia Federal – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria a algum Ministro de Supremo Tribunal Federal –, existe isso, hoje em dia, acontecendo na prática, no nosso país? Essa é a última pergunta que não foi esclarecida.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Posso responder ao senhor?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Pode, fique à vontade.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – Então, no caso do cidadão português, ele não foi condenado, razão pela qual ele entrou no Brasil e não foi preso. Se ele tivesse sido condenado, ele estaria preso, ou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas tinha processo em relação... Tem processo correndo na Justiça?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não, voltando ao senhor, voltando à explicação: nós temos o nosso sistema de controle imigratório, que não é decisão judicial. Ele tem duas formas de controle ali: as pessoas que estão sob alerta, que é o entrevistado, e as pessoas que sofrem restrição, que é por alguma ordem judicial que seja para proibir de sair do Brasil, ou mandado de prisão mesmo, ou um semiaberto, esses são os de restrição. E alerta são aquelas pessoas que não têm mandado judicial, mas que nós, como polícia de controle imigratório – aí já entra lá na Lei 13.445, que é controle imigratório; não é cumprimento de ordem judicial, é controle imigratório, que aí é polícia administrativa... Por isso até que a minha diretoria tem o nome de Diretoria de Polícia Administrativa, é uma medida administrativa de ter um controle mesmo. Entrevista-se aquela pessoa para saber qual é a situação daquela pessoa.

Vou dar um exemplo aqui, talvez fique mais didático. A pessoa que em acompanhamento se descobre – não é o caso do Sérgio –, mas, assim, como um exemplo, ser simpatizante em rede social de terrorista: a gente tem que saber onde ele estará no Brasil. Isso se chama controle migratório. Ele pode não ter mandado de prisão por motivos diversos, não ter processo, mas esse controle de saber onde ele vai ficar hospedado, como ele vai ficar no Brasil, esse controle a gente faz. Hoje nós temos 143 mil pessoas nessa situação do alerta, que é um controle, faz parte da atividade do controle migratório. Isso é da nossa atividade.

Acho que essa aí eu respondi ao senhor, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Respondeu. Só há um questionamento: se alguém me esculhambar, eu sou uma autoridade, vamos dizer assim, como um Ministro do Supremo – só para eu entender mesmo, desculpa a pergunta...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas, se alguém lá na Itália me esculhamba, eu estando Senador da República no Brasil, ou aqui no Brasil também, isso já entra, essa pessoa já vai entrar no sistema de alerta da Polícia Federal? Porque Ministro do Supremo não é diferente de ninguém, de nenhum outro cidadão, de nenhuma outra autoridade. Eu queria só entender qual é a base desses alertas, desse monitoramento, só isso.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – No caso específico do cidadão Sérgio, é porque a manifestação era em rede social, em caráter de, vamos dizer, alcance muito maior. Tem, em tese, gravação dele com pessoa que tem cumprimento de mandado de prisão em aberto. Então a situação dele tem esse, vamos dizer, *plus*. Mas, em tese, todo cidadão, não só o senhor por ser Senador não, todo cidadão que é vítima ou que sofre um ataque à honra tem o direito de procurar a Justiça, tem o direito todo cidadão. E, se tiver um processo e o mandado de prisão, a pessoa nem entraria no alerta, entraria na restrição – entraria na restrição.

Senador, também esclarecendo a outra pergunta do senhor, se tem um grupamento da polícia dentro do Supremo Tribunal Federal; não tem, não tem. Tem um procedimento normal que... Como que funciona a polícia judiciária – e serve tanto para Polícia Federal como para Polícia Civil –, como é um procedimento de polícia judiciária? O delegado instaura inquérito, aquele inquérito tramita pelo juiz, e o juiz abre vista para o Ministério Público e faz essa triangulação. Esse é o acompanhamento. Então existem inquéritos que tramitam na Suprema Corte, até porque a pessoa ou o motivo é prerrogativa de foro, assim como existem inquéritos que tramitam na primeira instância. Então assim... E tem o pessoal que trabalha, tanto no Supremo Tribunal Federal quanto na primeira instância, mas é a estrutura do nosso modelo legal, o modelo jurídico do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

Nós agradecemos ao Dr. Rodrigo.

Depois, Senador Girão, se V. Exa. quiser fazer mais questionamentos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só muito rapidamente pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, Senador Alessandro!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Como, pela agenda, eu não posso permanecer, quero só deixar registrado parabéns pela realização – é um fato que deve e precisa ser esclarecido, é muito importante isso –, parabenizar o Dr. Rodrigo pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exposição inicial, desejar boa sorte na continuidade da sessão, mas fazer um registro pontual do respeito que merece a Polícia Federal.

Não se pode, a pretexto de narrativas políticas, tentar um ataque injustificado à instituição Polícia Federal, porque essa democracia que só atende às pessoas quando é em meu benefício e que, quando não atende, deve ser recriminada tem que ser combatida nesta Casa. O Senado não pode ser Casa de narrativas, de teses. São fatos. Como demonstrou o Dr. Rodrigo, e ele vai seguir demonstrando, mais de 140 mil pessoas passam por um processo de alerta. E quem já entrou e saiu do país sabe como funciona. Isso é factual.

Então agradeço muito pelo tempo, lamento não poder continuar. Estaremos aqui às 2h para tratar de armas de fogo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Às 14h, V. Exa. vai estar aqui de novo, vamos ter outra audiência pública.

Gente, estão inscritos, pela ordem, o Senador Marcos do Val, o Senador Jorge Seif, o Senador Sergio Moro e, em seguida, o Senador Carlos Portinho.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero dar boas-vindas ao doutor, dizer que trabalho com a Polícia Federal na área de ensino há muitos anos, que tenho muitos amigos e respeito bastante. Mas me surpreendeu uma narrativa que se tinha no Governo anterior de que a Polícia Federal não poderia ser uma polícia política, não deveria ter dono. E nessa gestão a gente está vendo exatamente o contrário, mas de forma totalmente aumentada, vamos dizer.

Aí eu pergunto, senhor... A primeira pergunta que eu queria... Eu tenho algumas aqui, mas eu queria que eu fizesse e o senhor me respondesse. Censura prévia é crime?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – A pergunta é se censura prévia é crime?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – É crime?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Acho que não.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Porque a Polícia Federal tirou minhas redes sociais do ar, justificando censura prévia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu pergunto: eu, fazendo parte da comissão representativa do Senado, que, dentro da Comissão, diz o seguinte... Porque eu faço parte dessa comissão representativa, da CCAI, CRE...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador, desculpa... Só para esclarecer.

É porque o senhor me perguntou em tese, aí falou a situação do senhor. Eu não acompanhei esse caso aí de tirar a rede social...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Sei...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – ... mas é muito provável que seja com ordem judicial, porque a Polícia Federal não tira rede social do ar de qualquer pessoa por conta própria. Então, foi cumprida uma ordem judicial.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Mas poderia ser algo questionável...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Marcos do Val, eu vou só lhe fazer um pedido.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos nos ater ao tema que nós estamos discutindo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Porque isso abre um precedente perigoso. Digamos que o Senador Jorge Seif, meu amigo, queira falar de Santa Catarina aqui, sobre o bombeiro; eu não vou deixar. Vamos nos ater...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Então, tá.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Desculpa. Eu o adoro, você sabe disso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, não. Tranquilo.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Até porque eu não teria informação mais adequada, porque eu não tenho conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Porque é o seguinte: não há na lei – era o parâmetro que eu ia fazer – nada dizendo da forma como foi abordada e impedida por quatro horas a entrada do português.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Tem, sim, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Porque, na comparação que o senhor fez, de um possível manifestante, um ativista político para um ativista terrorista, são dois mundos completamente diferentes, apesar de que o terrorismo também tem na sua base essas questões políticas.

Mas, em sendo um país aliado ao Brasil... Se fosse um país com suspeita de terrorismo, que tem a sua história envolvida com o terrorismo, eu até concordaria com a sua fala, mas, como é um país que não tem absolutamente nada a ver com o terrorismo, eu acho que a comparação que o senhor fez é injustificável. Para mim essa é uma pergunta que vai ficar sem resposta. Todos vão fazer essa pergunta, e não vai ter outra resposta a não ser: perseguição política. Porque, se o *site* dele estava aberto para o Brasil, o mundo inteiro... Então, vocês devem ter quantos efetivos para ficarem verificando *sites* abertos de pessoas, pelo mundo inteiro, que falaram mal de um ministro?

Porque, como político... Os próprios ministros – antes de eu ser Senador da República, nunca fui político – diziam: "É político? Se prepara, porque político sofre ataques à honra, etc. etc.". E eu sempre era temeroso a isso por causa da minha filha, que é menor. Mas eu escutava os companheiros antigos, e alguém com quem eu conversava bastante – já não está mais aqui entre a gente – dizia: "É inevitável". Então, se para todo ataque em rede social eu tivesse que entrar na Justiça – e, nesse fato, nem na Justiça quem foi atacado entrou –, não há outra justificativa a não ser essa questão de perseguição política.

Então, se num governo anterior, em que eu estava como Senador – e aí eu falo com propriedade, porque eu estava aqui dentro –, não havia nada nesse sentido, e o Governo atual – não me interessa que governo é o anterior e qual é o atual – hoje deixa claramente um movimento persecutório, de caça de quem é da oposição... Pois não é nem de perseguição, é caça; é para matar e destruir a honra do oponente, do opositor. Então, qualquer, assim...

Eu peço até desculpas. Eu respeito muito não só a Polícia Federal, como o seu cargo, como Delegado e Superintendente. E eu sei como é difícil estar aí – quantos amigos meus tentaram ser da Polícia Federal e não conseguiram? Então, era a polícia que todo mundo admirava. "Ah, mas é fácil porque estava perseguindo a oposição." Na época, eu não tinha nem partido, nem posição e nem sonhava em ser político, mas a gente via um trabalho que orgulhava, de corrupção, dinheiro e não sei o quê, divisa... E isso nos dava muito orgulho da função. E eu via que aumentava o número de inscritos até para entrar na Polícia Federal. E, de repente, a gente vê uma Polícia Federal apequenada, totalmente apequenada e cumprindo ordens – cumprindo; não é decidindo ordens, porque eu sei que decisão judicial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se cumpre, não se questiona – de nível – desculpa aqui, não é desmerecendo – nem de guarda municipal. Então, eu fico num sentimento de tristeza de ver uma instituição que estava no topo e era a única instituição pública respeitada pelo brasileiro – porque tudo que é público ninguém respeita –, de repente, indo lá para baixo, sendo usada pelo atual Governo.

Não haveria possibilidade de o próprio superintendente, de a própria comissão dos delegados fazer um ato ou um movimento do tipo "nós precisamos seguir o nosso trabalho como nós sempre fizemos"?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Marcos do Val, o senhor não fez uma pergunta, o senhor está só agredindo a Polícia Federal.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não; não estou agredindo, não...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor tem que direcionar uma pergunta; ele veio responder as perguntas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não; tem pergunta. Ele até anotou ali a pergunta.

É assim... Eu estou dando uma contextualidade, porque já convivo há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – E é uma polícia muito admirável. Então, assim, a minha pergunta foi: não há possibilidade de o superintendente, de os delegados, de os superiores se reunirem para questionar essa liberdade que vocês sempre tiveram?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas pauta da nossa reunião hoje, a convocação do seu colega, que está do seu lado, foi para nós tratarmos sobre a questão do Sérgio lá, do jornalista.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Isso, do jornalista, que foi interpelado por questões políticas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas o senhor está falando só...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, Petecão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu fico constrangido – eu fico constrangido.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, mas eu jamais estaria atacando. Olha, eu tenho milhões de amigos dentro da Polícia Federal. O que eu estou querendo defender...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas eu não tenho amigo. Aqui não é lugar de a gente ter amigo. Nós temos que nos ater ao requerimento do colega.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – O que eu estou perguntando e defenderia... Se ele dissesse "nós gostaríamos", eu ia falar: então, conte comigo e com todos que estão aqui para sair em defesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O colega que acabou de sair daqui – acabou de sair –, o Alessandro; o senhor ouviu a fala dele? Foi totalmente fora do contexto da sua. Nós temos que respeitar as pessoas...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Mas ele também não perguntou sobre o repórter.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas ele não fez nenhum tipo... ele teceu um elogio à Polícia Federal e pediu licença para sair.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – É que, como eu tenho muito contato, ainda tenho, tem um grupo – eu não sei se é a metade, eu não vou questionar isso a ele – que não está concordando com o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu sei, mas isso...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Há algo que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aí o senhor, como Senador, vai à tribuna do Senado e faz um discurso dessa linha...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, eu não vou fazer crítica à Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... porque aqui nós estamos discutindo um requerimento que o colega fez. Eu estou constrangido; eu não estou nem falando por ele.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Mas existe só uma pergunta. Pelo requerimento dele, Presidente, com todo o respeito, só haveria uma pergunta, e vai ser a pergunta que vai ser feita a ele a todo momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A pergunta que o senhor fez é se os policiais federais vão fazer uma manifestação...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, não, não. Se havia a pretensão para que... Porque, se ele dissesse "nós realmente queremos, não queremos ficar só em cima desse setor", fazendo essa pergunta, eu iria colocar aos parceiros: vamos ajudá-los, porque é uma instituição respeitada. É! Isso não está tirando o respeito que tem. Então, a minha pergunta, entre outras que eu fui colocando, é esta: há esse questionamento do uso político da Polícia Federal? Porque não tem outra resposta.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Então, o senhor está perguntando se há esse questionamento...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Se há um incômodo dentro da instituição, não total...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Mas nesse episódio...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – ... de tornar essa abordagem desse português uma abordagem mais politizada do que o normal? Porque eu sei o que é o normal.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Então, se o senhor me permite, eu vou responder até fora um pouco do tema.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Claro.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – A abordagem do cidadão português, dentro da Polícia Federal, falando com toda a franqueza, foi totalmente irrelevante. Lá não teve repercussão nenhuma. Eu até nem entendo o motivo da repercussão aqui. Lá é mais um procedimento.

Agora, essa questão que o senhor fala, de questionarem a polícia ter independência, autonomia e tal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Auto, auto; autoquestionarem, não é?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Isso eu creio que deva ter gente lá dentro que deve querer que a polícia tenha autonomia, como o Ministério Público, que tem uma autonomia maior por previsão constitucional, como o Judiciário tem. Isso é natural.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – A perícia também – saiu agora.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – A perícia, em alguns estados, tem e, em outros, não. Isso é normal. Mas isso é uma questão classista e também é o interesse da categoria de ter uma autonomia para trabalhar.

Essa emenda à Constituição ou esse projeto de lei passaria aqui nos Parlamentos, mas, assim... Não estou acompanhando isso no momento, mas eu lhe confesso que, se tivesse as mesmas prorrogativas do Judiciário, eu não acharia ruim, não, viu? Confesso que não seria ruim, não.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Pronto. Já foi dada aí a missão para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – O senhor está contemplado?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Estou. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está contemplado.

Vamos ouvir agora o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Dr. Rodrigo, primeiramente, eu quero lhe dar as boas-vindas ao Senado Federal e quero lhe dizer que eu, enquanto Senador e enquanto cidadão brasileiro, tenho um profundo respeito pelas nossas instituições, especialmente pela Polícia Federal, com a qual sempre tive um excelente relacionamento.

Quando fui Ministro de Estado, fizemos muitas operações contra as fraudes no seguro-defeso, e hoje o Brasil economiza mais de R$1 bilhão graças à parceria da nossa Secretaria da Pesca com a Polícia Federal, que conseguiu pegar várias quadrilhas que se aproveitavam desse benefício social de forma fraudulenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para o senhor também que o que provocou essa convocação, esse convite ao Sr. Andrei, e que ele lhe repassou – o que eu acho corretíssimo porque o senhor é o encarregado de portos e aeroportos –, não foi somente a retenção do Sérgio Tavares. E eu quero lhe dizer o seguinte: nós recebemos aqui muitas críticas das pessoas sobre as instituições, pedidos de manifestação da nossa parte e tal, mas nós não podemos, de forma nenhuma, ouvir um cidadão ou um jornalista ou qualquer outra profissão sem perguntar à instituição. O senhor aqui representa a polícia, a honrosa Polícia Federal brasileira.

No entanto, de uns tempos para cá, por que a gente está, digamos, investindo tempo nessa conversa com o senhor e buscando esclarecimento? Nós tivemos, nesses dias, um depoimento para vocês irem atrás de uma baleia; agora, prisões por cartão de vacina; nós temos jornalistas com passaportes retidos... Ainda que não sejam vocês que determinem isso, a Polícia Federal acaba fazendo parte do aparato judicial. Pelo que o jornalista falou, pelo que ele declarou – e espero que ele esteja exagerando –, realmente nós não podemos nos considerar mais numa democracia, porque a democracia vai ser de acordo com o lado, com o posicionamento dele.

Então, com base nesse histórico...

Deixe-me só fazer-lhe uma pergunta: o senhor é servidor concursado da Polícia? O senhor é Delegado concursado?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – Sim, na Polícia Federal – respondendo ao senhor –, todos os cargos, com uma ou outra exceção, de Diretoria são de concursados.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu fico muito feliz com isso.

Mas, Dr. Andrei, então, justificando para o senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desculpa; Dr. Rodrigo.

É por isso que nós estamos aqui fazendo esse questionamento, inclusive para mostrar para a sociedade brasileira que a polícia não é uma polícia política, nem uma polícia partidária, mas é uma polícia de Estado: defende o cidadão brasileiro e defende as fronteiras brasileiras.

Eu queria perguntar para o senhor se o Sérgio Tavares constava em uma das listas que o senhor mencionou como restrição ou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Alerta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... alerta. Essa é uma primeira pergunta.

Segunda questão. O senhor abordou que dados abertos do jornalista mostram posicionamentos dele contra a honra de ministros, contra urnas eletrônicas e a favor de atos golpistas. Essa fala do senhor me preocupou, e explico o porquê: o senhor certamente conhece o decano da nossa Suprema Corte brasileira, o Exmo. Ministro Gilmar Mendes – o senhor o conhece; o senhor conhece com certeza o atual Ministro da Defesa, Dr. José Múcio Monteiro; o senhor certamente conhece o ex-Ministro Marco Aurélio Mello; o senhor certamente conhece o ex-Ministro da Defesa, ex-Deputado e ex-Senador Dr. Aldo Rebelo; e todos esses, inclusive membros do atual Governo, a começar por José Múcio, já se manifestaram no sentido de que não houve golpe, de que é uma narrativa.

Quando o senhor fala "olha, ele foi a favor dos atos golpistas de 8 de janeiro", o senhor me mostra um posicionamento político que me parece que lhe seria vedado, porque o senhor é um policial, o senhor é um Delegado, o senhor é o Diretor da Polícia Administrativa. Então, o senhor poderia, na minha opinião, falar "olha, inclusive, ele se manifestou a favor da invasão de 8 de janeiro". Fechado. Quando o senhor inclui a expressão "atos golpistas", o senhor me mostra que o senhor tem um posicionamento político que lhe é vedado como um servidor público, até porque o inquérito está em andamento no Supremo Tribunal Federal. Isso me preocupa, porque o senhor pode ser vermelho, verde e amarelo, Lula ou Bolsonaro, democracia 100%, mas, quando, em um inquérito que não foi terminado, que está em investigação, que está buscando esclarecimento, o senhor se posiciona, isso me preocupa.

E, por último, o senhor falou sobre dados abertos ao jornalista. Então... Eu acho que vocês fazem muito bem, Dr. Rodrigo. Se eu vou visitar o Brasil, sendo um estrangeiro, antes de eu entrar, vocês precisam saber se eu exalto Hamas, por exemplo – que, inclusive, é exaltado por esse Governo –, se eu sou amigo de terrorista, se eu sou a favor disso, se eu sou a favor daquilo. Eu acho que faz parte do papel de vocês esse papel investigativo. No entanto, de crime contra a honra não existe processo contra o Sérgio Tavares no Brasil; não existe formalização de acusação nem dos ministros que se sentiram com a sua honra ofendida, nem sobre urna, nada.

Então, a opinião pública, especialmente a que nos acompanha, entende que aquela retenção foi uma retenção política, foi uma retenção constrangedora, especialmente em se tratando de um cidadão português, e foi uma retenção para evitar que ele desenvolvesse a atividade fotográfica dele sobre o evento de 25 de fevereiro na Avenida Paulista.

Então, dito isso, eu queria que o senhor me respondesse: se ele consta em alguma lista; se existe alguma formalização contra ele de crime contra a honra, crime contra a urna eletrônica ou sobre os atos golpistas; e se os dados abertos dos jornalistas foram utilizados para que ele fosse retido no Aeroporto de Guarulhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Dr. Rodrigo. (*Pausa.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, ele não está te expulsando; ele está te chamando. É porque as tuas atitudes aí que estão (*Fora do microfone.*) chamando a atenção da polícia. Nós temos... A nossa segurança está te chamando.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tá, mas aqui, porque o senhor é um cidadão, o senhor não pode...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Você estava sendo chamado, agora você vai ter que sair porque... você não veio para cá para tumultuar.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Entendeu? Não é porque é uma Casa democrática que o cara pode chegar aqui... Há uma hora que o cara está ali tentando tumultuar. Aguentei o que pude, mas não tem limites. Se nós liberarmos para todo mundo vir filmar isso aqui... E o outro estava fazendo um áudio aqui que estava...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, é...

Desculpe, Jorge. Você estava com a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, tá. Então, desculpa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Rodrigo, por gentileza.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Eu anotei aqui as perguntas. Se eu também não responder, o senhor pode reiterar.

Essa lista de alertas, vamos dizer assim, não é mandado judicial, então não tem processo no Brasil contra o Sérgio Tavares. Essa lista de alerta é só para a polícia de migração, para a gente ter um controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

migratório da situação da pessoa. E essa lista é dinâmica: um nome entra, um nome sai... Não é ele, não. Ela é dinâmica, ela é viva, vamos dizer assim, porque a atividade policial é viva: todo dia entra um nome, sai um nome... Quantos que tem e quem são eu não sei; são 143 mil, pela informação que eu tenho agora. Então, acho que essa aí eu esclareci ao senhor, não é?

Qual foi a outra pergunta que o senhor fez? Desculpa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se ele constava em uma das listas; se sim ou não.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sim, ele estava em um alerta.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele estava em um alerta?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Num alerta; não estava como restrição, não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tá.

E se ele responde a inquérito por crime contra honra...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não. No Brasil, que eu saiba – que eu saiba, porque pode ser que tenha alguma coisa que eu não sei, mas que eu saiba –, não. Inquérito aqui no Brasil, que eu saiba, não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está o.k.

Então, o que levou à retenção do jornalista? Ao fim e ao cabo, o que levou à retenção dele por 4, 5 horas?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Por causa das manifestações em rede social aberta que ele tinha, sobre as quais foram feitas algumas perguntas aqui. O senhor tem o depoimento dele, o termo de entrevista dele, na verdade, a declaração – porque não é nem um depoimento, é uma declaração – de se ele é simpatizante – ouvindo até o conselho do senhor e fazendo uma correção, foi força de retórica – ao ato de quebradeira – acho que essa seria a palavra mais técnica – do 8 de janeiro, porque tem manifestação dele, parece-me, em rede social, apoiando, apoiando e dizendo que urna eletrônica é fraudada... Coisas dessa natureza.

Então, foram feitas perguntas, questionamentos dessa natureza para saber, caso tenha algum outro problema... Porque a função nossa é esta: saber se ele é uma pessoa que tem manifestações nesse sentido, o que não é nada político. A pessoa que apoiou a quebradeira... Não, porque acho que aqui é unânime na Casa que ninguém apoia a quebradeira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Então, para quem apoiou a quebradeira, se tivesse uma outra, vamos dizer assim, a gente iria perguntar: você participou da outra... do outro ato de dano? Então, é nesse sentido. É um controle mesmo, um controle migratório, como diz a lei.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Rodrigo, mais uma vez, no que a Polícia Federal brasileira precisar do Senador Jorge Seif, eu estou à disposição.

No final das contas, o jornalista me perguntou... Ele se expôs e disse que foi perguntado, melhor dizendo, se ele era a favor de um lado ou de outro, qual era a opinião dele de Ministro X, Y, Z. Eu prefiro acreditar que ele está mentindo e quer ganhar seguidor na internet. Ele é meu amigo, gosto dele, gosto do trabalho dele, e ele defende o espectro político e ideológico do meu lado. No entanto, custa-me acreditar que a nossa polícia tenha sido capturada dessa forma.

Agora, o senhor perguntar para ele: "Onde você vai ficar?" – parabéns. tem que perguntar –, "Por quanto tempo vai ficar?" – parabéns –; investigar a rede social dele para ver se ele não vai criar baderna, se ele não vai criar uma confusão, uma quebradeira... O senhor tem razão em tudo. O problema é que o que ele relatou nas suas redes sociais, as perguntas que lhe foram feitas com a ida e vinda dos agentes que o abordaram foram perguntas políticas, que eu falo para o senhor que são inaceitáveis. E aí nós precisamos começar a questionar o conceito de democracia.

O Senador Marcos do Val perguntou se censura prévia é crime. Censura prévia não existe no Brasil, porque, no Brasil, teoricamente, não há censura. Então, também corrigindo uma fala do senhor, censura prévia no Brasil é crime porque não existe censura. Nós estamos num país livre. Se eu quiser falar de aborto, se eu quiser falar de vacina, se eu quiser falar de urna, se eu quiser falar de covid, se eu quiser falar... Eu tenho liberdade total até que eu incorra no crime de calúnia, injúria e difamação. A partir daí, já não é mais um direito à liberdade de expressão, e, sim, uma manifestação contra a honra de outrem.

Obrigado.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador...

Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador, no que tange às perguntas que foram feitas ao cidadão português Sérgio Tavares, eu posso me ater ao termo de declaração que eu tenho – que eu acho que o senhor deve ter também –, que são essas perguntas aqui. Agora, se ele fala que perguntaram A, B ou C, eu não posso... Até porque nós temos 180 pontos de controle migratório no Brasil em vários aeroportos com movimento enorme. Então, não tem como eu saber o que foi perguntado lá na ponta, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu me atenho ao que está no termo de declaração, cujo teor o senhor o tem aí. Não tem nenhuma pergunta de viés, vamos dizer, político-partidário, nesse sentido, no teor da declaração dele.

Quanto à questão da censura prévia, que não é nem a pauta, mas foi perguntado pelo Senador Marcos do Val, é porque era uma questão pessoal dele – eu nem sabia da situação pessoal dele –, e, quanto a essa questão, pelo que parece, o *site* dele, não sei, saiu do ar por uma ordem judicial, eu acredito, porque a Polícia Federal não tira nenhum *site* do ar a bel-prazer. É nesse sentido só.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Para finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a sua benevolência...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... a única... Eu estou aqui com o depoimento dele, e a nossa polícia perguntou para ele se... Foi questionado sobre a afirmação de que o Brasil vive uma ditadura do Judiciário. O senhor acha que essa é uma pergunta de controle migratório ou de posicionamento político, partidário e ideológico?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Essa pergunta não é de posicionamento político-ideológico, não. Quem fez foi o delegado – até foi muito diligente –, o delegado lá na ponta; não fui eu que fiz essa pergunta ou quem estava trabalhando lá no aeroporto. Mas ela casa com a pergunta aqui, quando ele é questionado sobre ataques à honra de Ministros do Supremo. Então, assim, você vê que as duas perguntas se complementam.

Quando ele diz também que o Brasil é chefiado por criminosos, ele está atacando, na verdade, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, porque os senhores também são Poder, são o Poder Legislativo. Então, ele ataca de uma maneira geral. São perguntas que são feitas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Dr. Rodrigo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jorge Seif, nós é que agradecemos.

Gente, só para esclarecer esse episódio. O meu colega Girão, uma pessoa pela qual eu tenho um carinho muito grande, veio pedir que o rapaz voltasse. Eu prezo pela nossa segurança. O cidadão estava ali, com um comportamento estranho; levantou, veio aqui... O que acontecer com alguns dos senhores aqui, a segurança...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele não tem credencial. Ele estava aqui clandestino, não estava nem credenciado, não passou nem... Então, nós estamos aqui... Você viu que ele tinha problema com a Polícia Federal.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Ele estava escondido aí desde o 8 de Janeiro; apareceu agora. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Será?

Não, Girão, é só porque eu lhe devo essa satisfação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu arco com a responsabilidade da retirada, porque, segundo o Girão, pode pegar mal para a Comissão. O senhor pode dizer que foi...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não é questão do... Eu sei que o senhor é um democrata aqui. A minha preocupação é a seguinte: está sendo uma audiência tão produtiva, nós estamos esclarecendo tantas coisas aqui; é uma audiência que eu considero até histórica. E, aí, a retirada desse cidadão me causou estranheza agora. Quer dizer que ele entrou aqui no Senado sem autorização de ninguém? Todo mundo que entra aqui é por algum gabinete que autoriza, é alguém que... Ele entrou aqui como? Como é que ele entrou aqui?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu acabei de receber a informação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Os gestos dele aqui já estavam suspeitos. A informação que veio agora é de que ele não tinha nem autorização. Isso é grave, isso é grave!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Concordo, é grave!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas o senhor viu que, numa sessão nossa desta Comissão, colegas mostraram armas aqui. Depois daquele dia, eu fiquei aterrorizado. O senhor estava presente, ou não estava?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não; não estava, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas alguns colegas aqui estavam presentes. A partir daquele dia... E nós estamos aqui com um Delegado da Polícia Federal, que é convidado nosso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, claro, mas esse cidadão estava armado?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não; eu falei que ele estava armado para o senhor? O senhor está...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O esclarecimento que eu queria fazer já fiz, foi de ordem da Mesa, para a segurança dos senhores e do nosso convidado.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Senador Sérgio Petecão, eu quero primeiro aqui deixar muito claro o meu respeito à Polícia Federal. Trabalhei 22 anos como juiz federal e, como juiz criminal, um bom tempo, então tenho o máximo respeito pela instituição, que inclusive é muito prestigiada. Agora, fazer questionamento sobre um procedimento da Polícia Federal não significa atacar a instituição de forma nenhuma. Aqui nós estamos cumprindo um papel diante de uma dúvida sobre uma diligência específica.

Aliás, cumprimento aqui o Diretor, o Delegado Rodrigo. Ouvi falar bem de V. Sa., que é um delegado muito profissional, o que não exime a nós Senadores de exercermos o nosso dever de fiscalização do Poder Executivo. Então, não tem nada pessoal, não tem nada institucional contra a Polícia Federal; muito pelo contrário, e o meu próprio histórico como juiz é extremamente revelador desse fato.

Eu tenho perguntas bem objetivas e indagaria ao Senador Petecão se elas poderiam ser respondidas – são bem objetivas – à medida que eu vou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Eu não entendi o que o senhor falou.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu tenho perguntas bem objetivas ao convidado e indagaria se haveria a possibilidade, simplesmente, de ele ir respondendo à medida que eu vou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Há alguma coisa... O senhor tem algum acordo, doutor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não; não tem problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu acho normal.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Pode perguntar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Há informação de que esse senhor, o Sérgio Tavares, teria ficado cinco horas retido no aeroporto. É aproximadamente esse o período de tempo mesmo?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador, eu não tenho a informação exata do tempo que ele ficou ali para a entrevista dele de controle migratório, mas acredito que devem ter sido umas três horas, algo assim, porque em Guarulhos, acho que todo mundo conhece, a demanda é gigantesca. Parece-me... Porque no dia tinha lá procedimentos de flagrante de outros crimes e tal... A demanda em Guarulhos é muito grande, então esse prazo aí não é uma coisa fora do usual do aeroporto, não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor mexeu num papel, apresentou um papel aí, sugerindo que seria o depoimento dele, é isso?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Esse aqui é o depoimento, é o termo de declaração dele.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O termo de declaração.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – É.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tá. Esse documento está disponível, aberto?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – O termo de declaração é dele. Não era para estar disponível, mas parece que ele colocou na rede social dele, ou divulgou. Todo mundo acho que já tinha. Não é sigiloso também, não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quem tomou a decisão de retê-lo para esses questionamentos dentro da Polícia Federal?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Acho que eu falei no início da apresentação, da minha exposição: nós temos um setor de análise dentro da Diretoria de Polícia Administrativa, e lá se tem as pessoas que estão sob alerta e outras sob restrição. Restrição são aquelas que estão com ordem judicial por motivos diversos, e alerta são aquelas a que cabe uma entrevista no controle migratório – não é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restrição judicial, mas caberia uma entrevista. Esse número, eu até já falei, mas repito aqui para o senhor: são 143 mil pessoas sob alerta...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu entendi. Mas houve alguma decisão? Então, o senhor me confirma se houve ou não houve uma decisão vinda de Brasília ou de alguma autoridade específica...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... da Polícia Federal para reter esse indivíduo, ou se ele foi retido apenas porque estava incluído no alerta.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Foi um procedimento técnico, normal.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Houve uma decisão de uma autoridade em Brasília da Polícia Federal para que ele fosse retido no aeroporto? Objetivamente, doutor.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – A inclusão no alerta passa pela minha coordenação de migração, pelo setor de análise, que encaminha para o controle de acompanhamento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Naquela data em especial, a Polícia Federal sabia que esse indivíduo estava vindo ao Brasil?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sabia... A Polícia Federal só pergunta quem, assim, especificamente, porque o controle migratório faz isso diuturnamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tá. Ele veio ao Brasil de Portugal. A Polícia Federal sabia previamente que ele estava vindo de Portugal ao Brasil?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sim, a gente tem o controle de passageiros – não ele, de passageiros –, de todos que entram, de todos que saem. A gente faz esse controle de voos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É isto que eu estou perguntando: houve uma decisão individual de alguém da Polícia Federal, do diretor, do delegado, de um agente específico, para que ele fosse retido na fronteira?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não, foi um procedimento protocolar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Foi por conta do alerta?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Foi por conta do alerta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E quem colocou esse alerta?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – O meu setor de análise coloca o alerta, passa na coordenação de migração e encaminha o procedimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ele foi considerado alguma ameaça física? Ele era entendido como ameaça física para algum indivíduo aqui no Brasil?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Ameaça física, o senhor quer dizer de alguma violência?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Um risco físico de violência.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Ameaça física contra alguma pessoa específica, não. Contra alguma pessoa específica, naquele momento, não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor mencionou que ele foi retido porque ele tinha opiniões que flertavam com crimes contra a honra de autoridades brasileiras. É isso?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Além disso... Mas não é só isso. Ele tinha em rede social manifestação favorável ao movimento de quebradeira do dia 8 de janeiro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Havia alguma representação de ministro do Supremo Tribunal Federal por crime contra a honra, ou de qualquer outra autoridade?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor sabe que nesses crimes só se procede mediante representação?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – O crime contra a honra, sim; o de acompanhar o alerta de alguém que apoiou a quebradeira, não. E não é... A questão do alerta, Senador, não é a ordem judicial. O alerta é um acompanhamento administrativo. A ordem judicial, sim, é a restrição.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu compreendo. Mas foi o senhor que colocou como relevante o fato de ele flertar com o crime, ter opiniões que flertavam com crimes contra a honra.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sim, passou num setor de análise da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor entende que a Polícia Federal deve, de ofício, cuidar desse assunto?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não, eu não estou falado do crime contra honra de um ministro da Suprema Corte. Eu estou falando...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor que falou anteriormente. Não fui eu que coloquei palavras na sua boca.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Se pegar o depoimento dele...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, o senhor mencionou aqui – eu anotei – que ele tinha opiniões que flertavam com crimes contra honra de ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sim. Sim. Além disto, ele tinha opinião – e tem, não sei se mudou a opinião – de apoiar o ato de quebradeira que teve no 8 de janeiro. Além disto, ele teve opinião de criticar a urna eletrônica dizendo que é fraudada. Além disto, ele gravou um vídeo – tem na rede social dele – com uma pessoa que tem mandado de prisão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quem é essa pessoa?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Se não me falha aqui, o cidadão Allan dos Santos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em Portugal?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não. Parece que estava em outro país, Estados Unidos, se não me engano.

Então, assim, tem algumas informações...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Ou depois, não sei.

Mas antes tem essas manifestações.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A Polícia Federal vai começar a reter as pessoas pelas opiniões delas se forem contrárias ao Governo brasileiro? Se for uma opinião negativa? Os jornalistas estrangeiros, os turistas estrangeiros, eles têm segurança para vir ao Brasil ou vão começar a ser parados para ser questionados, delegado?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não serão impedidos por opinião política, nenhuma pessoa, até porque a Polícia Federal é um órgão de Estado, uma polícia de Estado. Agora, nós temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

separar uma coisa que é uma opinião política de algo que é uma opinião favorável a algo que é crime, como, por exemplo, o ato de vandalismo do 8 de janeiro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ninguém é favorável ao ato de vandalismo de 8 de janeiro ou a nenhum ataque pessoal contra ninguém. A grande questão é se as pessoas podem ser paradas, começar a ser questionadas, estrangeiros que vierem para cá, por conta dessas opiniões.

O *The Economist* fez uma reportagem recente, uma matéria criticando aqui o retrocesso no combate à corrupção no Brasil. Vários jornalistas, mas entre eles a Sra. Ana Lankes: ela pode vir ao Brasil ou vai ser retida pela Polícia Federal para ser questionada?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador, eu não conheço essa Sra. Ana Lankes nem a opinião dela. Se a opinião dela é uma opinião técnica normal, não tem o menor problema. Agora, se a opinião dela é defender o ato de vandalismo, de quebradeira do 8 de janeiro, aí é uma situação que tem que ser acompanhada.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O Infobae, que é um *site* espanhol dos mais lidos no país, fez também uma matéria sobre os retrocessos no combate à corrupção no Brasil, Maria Zuppello, com críticas que talvez o senhor julgasse que flertassem com crimes contra a honra, contra autoridades brasileiras. Se essas pessoas vierem ao Brasil, elas vão ser retidas também?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Voltando ao que eu respondi na outra pergunta, se o comentário é na linha de apoiar ato que é crime, e acho que aqui ninguém nega que a quebradeira do 8 de janeiro foi um ato criminoso, certamente essa pessoa tem que ser acompanhada. A quem faz comentários apoiando fato ou ato criminoso, a função da polícia é acompanhar. Agora, opinião política não é problema de polícia.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – As pessoas que apoiarem – vou acompanhar meus colegas aqui – invasões do MST lá fora, que falarem que é um movimento social, que tem que invadir propriedade rural, se elas vierem ao Brasil, elas vão ser retidas no aeroporto?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Aí eu teria que ver o caso concreto, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Comece a acompanhar metade do Parlamento, aqui, Deputados e Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – As pessoas que falarem lá fora que não houve corrupção no Brasil durante o Governo do PT e que todo o dinheiro tem que ser devolvido para as empresas, se elas vierem para o Brasil, vão ser retidas pela Polícia Federal?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Aí eu teria que ver também o caso concreto, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que, delegado, o senhor é um agente competente, responsável, mas, nesse caso em particular – a gente respeita muito a Polícia Federal, ninguém é favorável à violência ou coisa parecida aqui dentro, todo mundo repudiou –, nesse caso, a Polícia Federal reteve um jornalista por discordar da opinião dele e o manteve por cinco horas, cinco horas, ou três horas que seja, ouvindo-o. O senhor mesmo mencionou que três ou quatro pessoas por dia no Brasil são impedidas de entrar, ou retidas, e esse indivíduo foi escolhido nessa data. Pelo que o senhor falou aqui, a leitura que eu faço é que ele foi retido porque tinha opiniões que flertavam com aquilo de que a Polícia Federal discordasse.

E aí entra num terreno perigoso da opinião, porque nós mesmos vimos aqui alguns exemplos de atos que são criminosos, e, se a Polícia Federal vai começar a fazer uma vigilância dessas opiniões lá fora, ela vai começar a ter muito problema. O que eu sugeriria à Polícia Federal, com muito respeito, e respeito também à instituição, é que a Polícia Federal evitasse fazer esse tipo de controle sobre opiniões de turistas ou jornalistas que vêm ao Brasil. A não ser que a pessoa represente – e é por isso que eu fiz essa colocação – um risco real para qualquer indivíduo aqui no Brasil, seja ele um ministro do Supremo, seja ele um Senador, seja ele um cidadão comum. Aí é uma coisa diferente. Se a pessoa apresenta um risco concreto para qualquer indivíduo – e não me parece que esse indivíduo que foi retido tinha essas características –, o ato é arbitrário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu lhe peço até desculpa e lhe agradeço pela sua tolerância.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Não, eu que agradeço pela oportunidade de fala aqui como Líder do PL.

Eu só não subscrevi, Girão, o seu requerimento – e conversamos a respeito – porque realmente não sou titular nem suplente dessa Comissão. Mas, como todo brasileiro – todo brasileiro, pode-se dizer –, fiquei muito preocupado e quero externar ao Dr. Rodrigo, que é um servidor concursado, merece todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso respeito. Mas quero dizer que a nossa preocupação maior aqui é com a instituição Polícia Federal. Aliás, vai além, é com a instituição Brasil, com o nosso país.

E, diante disso, vou passar às perguntas.

Não há, talvez, profissão, Senador Girão, que melhor represente e que mais dependa da liberdade de expressão e do exercício pleno da democracia do que o jornalismo. E é por isso que só o fato de esse jornalista estrangeiro ter sido retido já deu causa, sim, a toda essa comoção de muitos brasileiros e aos nossos olhos atentos aqui no Senado Federal.

E eu gostaria de começar perguntando. E eu estava vendo aqui o depoimento, se pudesse ser nesse sistema também de perguntas, serei bem objetivo... Eu vi que foi perguntado a ele...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Doutor, algum problema em nós estabelecermos o mesmo critério que foi com o Senador Sergio Moro?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (*Fora do microfone*.) – Sem problema.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vi que a única passagem do depoimento do jornalista em que foi feita a referência ao ato do dia 8 de janeiro... E V. Exa. bem retorquiu, não é um ato golpista. É lógico que ninguém defende a quebradeira, mas a manifestação popular já vimos acontecer de diversas formas, no Rio, inclusive, com os Black Blocs, que se tornaram notórios em atos de quebradeira, aí sim, de ameaça física, morte de jornalista em movimentos que apoiavam a esquerda no passado. Mas aqui ele ficou em silêncio quando questionado sobre os fatos ocorridos em 8 de janeiro. V. Exa. diz que ele apoiou em sua rede aberta, então o fato é público. E aí eu queria saber especificamente qual foi a manifestação que deu causa à Polícia Federal ter retido um jornalista estrangeiro por ter apoiado os atos. Eu gostaria de saber, porque eu não tenho essa informação, não está aqui, para a gente poder alinhar as informações.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador, eu não estou com a informação da inteligência aqui, da análise nossa aqui. Mas o senhor pode fazer o requerimento, que nós encaminhamos para o senhor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acho só que essa é a tônica principal de todas as suas respostas, e não ter aqui...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Aqui... aqui...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para expor que manifestação dele significou, na cabeça da polícia, da instituição Polícia Federal, o apoio... Porque apoio é dizer: "Sou a favor dos atos, da quebradeira ou de qualquer outra medida extrema". Outra coisa é ele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como jornalista, ter noticiado os atos de 8 de janeiro. E há uma linha tênue e que é fundamental nessa oitiva. V. Exa. não trouxe esse elemento que baseou todas as suas respostas aqui para justificar o alerta.

Então, considero a pergunta não respondida e não está claro, não há transparência na atitude da Polícia Federal quando ela sustenta apoio a atos de 8 de janeiro por parte do jornalista.

E aí eu gostaria de perguntar, porque parece, então – vou deixar o apoio de lado, porque disso não há provas, pelo menos nessa oitiva –, que ele teria ameaçado a honra de autoridades, se teria aí qual foi a manifestação dele de ameaça à honra da autoridade.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Voltando à pergunta anterior, se o senhor fizer um requerimento, mandar um ofício para nós lá, nós encaminhamos para o senhor o que o setor de análise tem lá. Eu não tenho aqui em mãos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O requerimento, se puder constar da ata, está feito oralmente, porque inclusive deveria ter vindo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador, a minha assessoria acaba de me informar que o senhor vai ter que fazer por escrito o requerimento, o.k.? (*Pausa.*)

Obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu acho que a própria ausência já é a resposta, já diz muito. Às vezes, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele está se prontificando, se tiver o documento...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se ele tiver... Então...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu acho que não vai diminuir o senhor em nada fazer um requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não. Não vai diminuir. Por enquanto, esse tema...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E ele está se prontificando a encaminhar a resposta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... esse tema não foi estancado aqui nas respostas, porque a gente não tem prova de que houve uma manifestação dele de apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No interesse da Polícia Federal, acho que a Polícia Federal deveria encaminhar a essa Presidência da Comissão, espontaneamente, para poder, inclusive, a gente ter essa informação de que a Polícia Federal nos nega. Enquanto não vier aqui para esta Comissão, considero negada a apresentação desse fato, que é relevante – foi base de todas as respostas.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador, o senhor me permite a resposta?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – É só fazer o requerimento que nós encaminhamos ou para o senhor ou para o Presidente da Comissão. Então, ela não foi negada. Eu não tenho aqui, nesse momento, impressa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Girão, eu não sou membro desta Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Eu faço.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa. pode fazer à Presidência, porque eu acho que esse é um tema da Comissão?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Eu não tenho impressa aqui a informação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, de qualquer maneira, sobre as ofensas... porque eu imagino que, se houve ofensa à honra de alguma autoridade, essa daí você deve ter.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Impresso não, mas nós temos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Também não tem a ofensa à honra. Então, não há prova de apoio, não há prova de ofensa à honra... Há uma retórica aqui, e o Senado Federal está privado dessas informações até o momento.

Mas eu vou seguir.

Desses oitocentos e tantos que foram devolvidos, cujos ingressos não foram aceitos aqui no país, houve perguntas para esses de cunho político, como tem aqui? Se o Brasil vive numa ditadura? O que ele acha sobre isso? O que ele acha dos atos de 8 de janeiro? Ou só foi no caso desse senhor? São 800 – não estou falando de 143 mil –, então deve ter tido alguém mais, imagino.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Eu não tenho depoimento dessas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não temos, ou seja, não há um procedimento da Polícia Federal que mostre que outras pessoas também foram confrontadas com as mesmas perguntas feitas ao jornalista estrangeiro.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador, só uma questão: não precisam ser as mesmas perguntas. O alerta pode ser por motivos diversos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, sim, pode ser...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Cada pessoa é uma situação distinta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mas é exatamente por isso que eu acho que, se tivesse outra, V. Exa. iria se lembrar: "Não, teve uma passagem no dia tal", "O Allan dos Santos tentou entrar e o devolvemos, porque a gente fez as mesmas perguntas", porque aqui são perguntas políticas. Se o Brasil vive uma ditadura do Judiciário, é uma pergunta política. Não é? Eu posso achar isso. Inclusive espero ainda poder gozar da minha imunidade parlamentar e espero que por isso eu não esteja no alerta. Será que eu estou no alerta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é, mas eu vou até invocar a imunidade, porque hoje no país o direito de opinião... o que a gente está vendo aqui, é que as perguntas direcionadas pela Polícia Federal são perguntas que dizem respeito à opinião; não é crime, é opinião.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe, Delegado.

Tratando-se de um jornalista... Isso que está acontecendo aqui está repercutindo lá fora: na imprensa lá fora – já disse o Senador Sergio Moro –, no *site* espanhol, nos Estados Unidos recentemente isso repercutiu, com a visita, inclusive, de Deputados Federais ao Congresso americano. Então, é natural que quem esteja fora do Brasil, que começa a ver o que está acontecendo aqui, comece a questionar.

E a pergunta do Ministro Sergio Moro foi muito objetiva. Vendo aqui que as perguntas também da polícia são políticas, se esses questionamentos... E aí eu vou entrar na pergunta, aproveitando: qualquer pessoa é monitorada nas suas redes sociais antes de embarcar ao Brasil?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – A pergunta é: toda pessoa, qualquer pessoa é monitorada?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, porque ele deve ter sido aleatório, não sei, não é?, eu gostaria de saber... Se vocês têm um monitoramento, eu gostaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber se pessoas que vêm visitar o Brasil estão sendo monitoradas em suas redes sociais. A pergunta é objetiva, a pergunta é de "sim" ou "não". Ou seria só esse caso aqui?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Todas as pessoas, não, mas aqueles que têm comentários apoiando o...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas o alerta é emitido porque houve uma vigilância anterior. E a minha pergunta é se essa vigilância recai sobre todo e qualquer turista, toda e qualquer pessoa que venha a trabalho, a lazer; jornalista que venha aqui cobrir algum evento – se todos eles têm a vigilância das suas redes para que seja emitido, então, o alerta, porque o alerta é consequência de uma vigilância.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Eu entendi a pergunta do senhor. É o que a gente chama de lista de passageiros. A gente faz certo monitoramento da lista de passageiros, sim. De todos, não, mas de grande parte.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas inclusive das suas redes sociais.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Grande parte. Não da rede social, mas, assim, a lista dos passageiros é feita...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, a lista dos passageiros, sim, até porque pode ter mandado da Interpol, outras coisas. Isso é uma coisa. Eu estou perguntando se, olhando a lista de passageiros, é feito também o monitoramento das redes sociais desses turistas.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – De todos, não, mas daqueles que podem estar sujeitos a alerta ou a restrição, sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas o alerta é consequência de uma vigilância.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Tem alguém inscrito ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Deixe-o terminar aqui.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – No caso específico do... Pela rede aberta dele, das redes sociais dele abertas. É aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem. Considero não respondido.

Qual o nome técnico... O senhor citou que há um nome técnico do setor de análise. Vamos então... Quero ir a antes do alerta, quero entender como é que funciona, não conheço, perdão. Qual o nome técnico do setor de análise? O senhor até falou, é uma...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Uadip.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Adip?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Uadip.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que significa?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Unidade de Análise de Dados de Inteligência Policial.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual foi o servidor, e a matrícula, que formulou as perguntas aos jornalistas? Então, partiu de dentro desse setor. Gostaria – até o Moro perguntou, e não foi a fundo – de saber quem foi o servidor que formulou essas perguntas com base no alerta.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – As perguntas feitas ao cidadão Sérgio Tavares foram feitas pelo Delegado que está aqui no depoimento, Dr. Pedro Henrique dos Santos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas V. Exa. disse que ele havia recebido essas perguntas do setor de análise. Eu quero saber, dentro do setor de análise, quem é o servidor que encaminha, ou que decide, ou que pelo menos encaminhou essas perguntas.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Eu tenho um chefe do setor de análise, eu tenho um Coordenador-Geral de Migração, que encaminha. E encaminha mais ou menos com um perfil. E as perguntas... Aí o delegado, lá na ponta, de cada situação, pode fazer a pergunta do que é adequado com a informação prévia que ele tem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é feito por sistema?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – É por sistema.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É possível ter acesso a esse encaminhamento do setor de análise a vocês?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Acredito que sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se puder incluir, Girão.

V. Exa., nessas perguntas... O senhor, nessas perguntas, que são de cunho político – ditadura do Judiciária, 8 de Janeiro... Caso a resposta desse cidadão, porque eu imagino que tenha um protocolo de tomada de decisão, tivesse sido que sim, que ele acha que tem uma ditadura do Judiciário no Brasil – vocês perguntaram, ele está dando a opinião dele; é opinião, não precisa nem de prova; ele acha, ele está lá fora, ele está vendo –, esse jornalista seria devolvido?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Acredito que não, porque, como o senhor bem disse, é a opinião dele. No caso, quando a pessoa está sob o alerta, é para acompanhamento. Essa pergunta até, no caso, não é nem a mais relevante aqui – é relevante, mas não é a mais. A mais aqui é a questão do apoiamento do 8 de Janeiro. Porque o que acontece? Se – também não ocorreu, graças a Deus –, se tivesse alguma situação de outra quebradeira, era uma pessoa a quem provavelmente iríamos perguntar novamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O apoiamento a que o senhor se refere é ele dizer se ele gosta ou não gosta, ou se ele participou, financiou? Era isso que vocês estavam querendo alcançar?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Em última instância...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, porque ele é um cidadão estrangeiro, não é?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele apoiar ou não apoiar... Tem gente aqui no Brasil que apoia o Hamas. Apoia. Apoia. Enquanto... E tem gente que apoia o MST. Enquanto for só na opinião...

Porque foi dito aqui que o alerta foi emitido por risco de crimes ou de cometimento de crimes; que não houve denúncia, não houve inquérito; e que crimes de opinião, até o momento que a gente vive uma democracia, não há. Então, eu queria saber: ele seria devolvido? Não seria? Qual é a relevância disso? E se isso é feito para os 800 que foram devolvidos...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Posso responder, Senador?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – No caso da restrição, a relevância aí seria se – estou chamando um "se" bem grande –, se houvesse uma nova quebradeira, um novo procedimento, como ocorreu, parecido com o 8 de janeiro, não em Brasília, mas na Assembleia de São Paulo, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma coisa – estou botando um "se" bem grande, não estou dizendo que ocorreu, "se" –, ele seria uma pessoa para a qual seria perguntado se estava no ato ou não.

Acho que a relevância, vamos dizer assim, que o senhor pergunta, de perguntar no ingresso dele no Brasil é nesse sentido mais preventivo do que repressivo. Tanto que ele entrou – tanto que ele entrou. Então, é preventivo, é: se tivesse alguma coisa, onde ele estaria hospedado, com quem ele estaria. É neste sentido: se tivesse alguma quebradeira novamente. É nesse sentido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nos Estados Unidos, teve o evento do Capitólio. O senhor acha que seria razoável eu, Parlamentar de direita, chegar aos Estados Unidos e me perguntarem se eu sou a favor do que aconteceu no Capitólio ou não – eu, um estrangeiro?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Olha, se o senhor me permite, eu vou fazer uma situação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Eu fui agora em novembro para Disney e me perguntaram onde eu ficaria hospedado...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, isso é uma pergunta padrão. Essa pergunta não tem...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – É padrão, mas, assim, sendo um Senador ou qualquer cidadão, se se manifestasse abertamente – creio eu; não posso falar pelos Estados Unidos, não posso falar pelo Governo americano – que o que aconteceu no Capitólio é um ato nobre, sei lá, é um ato válido, eu acredito, acredito, que eles perguntariam alguma coisa nesse sentido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seria uma pergunta absolutamente irrelevante como essa de 8 de Janeiro, porque o que eu penso não quer dizer absolutamente nada, e qualquer pessoa ser tolhida no seu pensamento ou constrangida... É por isso que a minha preocupação aqui é com a instituição Polícia Federal, porque eu sei que V. Exa., seus subordinados cumprem ordens, e eu quero entender qual é a direção dessas ordens, para onde estamos indo.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador, então, deixa eu explicar para o senhor novamente, deixando bem claro o "se": em momento algum... No que tange à opinião política, isso é irrelevante. A questão é se tivesse algum ato de quebradeira novamente, para ele seria provavelmente perguntado se estaria naquele ato ou não, alguma coisa dessa natureza. É isso, não é opinião política.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exas., ao reterem o jornalista português, país irmão – de que eu sou descendente, inclusive direto, e tenho o maior respeito à nossa origem histórica; embora muitos queiram apagá-la, é a nossa origem, a origem das nossas relações diplomáticas –, tinham o conhecimento de que poderia haver um risco diplomático no caso da deportação, ou, não sei qual é o termo exato, devolução do... Deportação, não é?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Ou até retenção, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... jornalista português? Os senhores estavam preparados. Dependendo do que ele respondesse, havia uma direção lá do setor de análise – que a gente não sabe quem é, não é? É alguém que está ali por trás da máquina –, dizendo: "Olha, e, se precisar, pode deportar, mesmo...". Tinham conhecimento de que poderia ter o risco e poderia ele ser deportado de acordo com as respostas dele a essas perguntas? Ele ficou em silêncio, mas, dependendo das respostas, deviam ter um parâmetro: "Olha, se ele chegar até esse limite, a gente deixa; se ele não chegar, a gente deporta". Havia essa orientação do setor de análise?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Portinho, por conta do adiantado da hora, já são 13h...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, essa é a minha última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu lhe agradeço.

Nós temos inscritos...

O senhor vai responder, não é?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Vou responder. Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Por favor.

Nós temos inscritos aqui o Senador Rogerio Marinho, presente; Hamilton Mourão...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só tenho uma breve pergunta, posso até emendar, é rápida: no retorno dele, ele também foi retido. Eu gostaria de saber por qual razão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... Fabiano Contarato... É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Respondendo a pergunta... Desculpa, a pergunta o senhor pode repetir, por gentileza?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A primeira é se o setor de análise deu parâmetros, quanto ao que ele respondesse, sobre se ele poderia realmente ser deportado, mesmo diante dos riscos diplomáticos de deportar um cidadão português, um jornalista, porque ele não quis responder sobre o 8 de Janeiro, sobre nada, mas havia um limite ali: "Olha, se ele chegar a esse limite [não preciso saber qual é o limite, não] aqui, é para deportar"?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sim, então, vou responder. O caráter dessa entrevista com ele seria, é, foi, porque é passado, preventivo. Se tivesse alguma coisa, é que seria, o caráter preventivo. Então, assim, a possibilidade de deportação, nesse cenário aqui, acredito que, se fosse... Não é deportação, é inadmissão em território nacional, tecnicamente falando, mas é a mesma coisa. Não teria essa possibilidade.

Agora, quanto ao viés diplomático, isso é um procedimento natural. Nós temos uma excelente relação com Portugal, nossos ascendentes são portugueses. Eu tenho cidadania portuguesa, então tenho um carinho enorme...

Eu tenho cidadania portuguesa, então, tenho um carinho enorme, mas, assim, Portugal deportou ano passado – deportou ou inadmitiu – 930 brasileiros, e o Brasil também inadmitiu oitocentos e poucos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas a minha pergunta é objetiva, desculpe-me. Se ele respondesse: "Sim, acho que aquele ato foi um ato democrático, o de 8 de janeiro, e, sim, o Brasil vive numa ditadura do Judiciário", ele seria deportado?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Isso, em si, não seria o motivo, mas, se tivesse um outro ato de vandalismo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Desculpe-me. Com todo o respeito à Polícia Federal, essas perguntas aqui são absolutamente irrelevantes, constrangedoras.

Eu só queria saber agora, para encerrar, e foi a segunda pergunta, por que ele foi retido para embarcar de volta ao país dele.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Então, Senador, deixe-me responder à primeira e à segunda. Ele foi entrevistado num caráter preventivo. Se – vou repetir pela, acho, vigésima vez –, se tivesse alguma nova quebradeira, aí, iria entrevistá-lo, ou interrogá-lo, ou prendê-lo, não sei a situação...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mas não teve e ele foi retido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Mas isso é controle migratório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É afronta.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não. Vamos falar da entrada. Isso é controle migratório. Isso se chama Lei 13.445, controle migratório, ponto. Acho que essa está explicado. Foi em caráter preventivo: "Você veio fazer o quê no Brasil? O que você acha disso? Daquilo?". É um caráter preventivo. Ponto. Controle migratório.

O outro ponto aí que o senhor está falando, da volta, que ele foi retido novamente, eu não tenho essa informação. Estou sabendo agora que o senhor está me contando. Eu não estou sabendo de ele ter sido retido ou entrevistado, não estou sabendo, estou sabendo agora que o senhor me falou. Então, não sei... Não estou dizendo que o senhor... que essa informação que o senhor está dizendo não seja verídica. Eu não sei dessa informação, dessa entrevista do retorno.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Rogerio...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma questão de ordem aqui...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Diga.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – O que a gente vê claramente – desculpe-me – é que o controle migratório está sendo exercido por opinião política de um jornalista estrangeiro. Imagine se um jornalista brasileiro fosse para Portugal, Senador, e fosse perguntado para ele: "O que o senhor acha do Primeiro-Ministro António Costa, se cometeu ou não cometeu crime?". Se ele devia... Se aquele antigo lá, o Sócrates, cometeu ou não cometeu crime, se chamou ele de criminoso lá no Brasil... Aí, retém o jornalista brasileiro para ser interrogado no aeroporto. Eu acho que a Polícia Federal, da qual a gente tem o máximo respeito, deveria, nesse caso, reconhecer, ter a humildade de reconhecer que errou no procedimento, até para dar uma tranquilidade para outros jornalistas estrangeiros poderem vir ao Brasil sem achar que vão ser retidos ali na Polícia Federal por perguntarem para eles: "O senhor acha que o Lula cometeu ou não cometeu crime lá durante o Governo do PT, que a Petrobras foi ou não foi roubada?". É isso que nós estamos falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro, nós temos inscritos vários colegas. Até por respeito aos colegas que estão inscritos, nós precisamos avançar.

Com a palavra, o Senador Rogerio Marinho e, em seguida, o Senador Hamilton Mourão – selva!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, eminente Presidente, Senador Petecão; Senador Girão, que fez aí o pedido para que acontecesse hoje esta audiência pública; nosso visitante, Sr. Rodrigo de Melo Teixeira, eu não vou lhe fazer uma pergunta, Sr. Rodrigo, eu vou fazer mais uma contextualização da nossa preocupação com o momento, e, claro, V. Sa. se quiser fazer algum comentário, por favor, sinta-se à vontade.

Primeiro, quero me solidarizar com o constrangimento que V. Sa. está passando aqui. V. Sa. é um servidor público e merece da nossa parte aqui, da instituição Senado e dos indivíduos que ocupam cargos como Senadores da República todo o respeito. Não há da nossa parte, o senhor pode ter certeza, nenhuma questão de cunho pessoal.

Há uma preocupação coletiva com a instituição de que todos nós fazemos parte. E me permita uma breve contextualização. Num passado recente, nós assistimos a afirmações muito fortes, por exemplo, de um ministro do Supremo Tribunal Federal dizendo que nós vivíamos numa cleptocracia. Aliás, foi a primeira vez que eu escutei a palavra, eu a achei singular, diferente, um governo de ladrões, dito em relação ao Governo do PT, na época, que hoje volta com os mesmos métodos, com os mesmos personagens, com os mesmos hábitos. E me permita dizer: eu acredito que o ministro estava certo naquela época e vai estar certo daqui a pouco, porque não tem para onde, vão acontecer os mesmos problemas. E eu espero que, não na imunidade parlamentar, mas no meu direito de opinar, no meu direito sagrado que está dentro da Constituição que nos ampara a todos, eu possa ter a oportunidade de dizer que eu não concordo com este Governo nem com os métodos que este Governo implementa, porque são danosos, são deletérios para a população brasileira, e o passado recente comprovou isso.

Eu me lembro, porque estava nesta convenção, quando o atual Vice-Presidente da República, o Sr. Geraldo Alckmin, afirmou que a candidatura do então candidato a Presidente, hoje Presidente da República, era a volta à cena do crime. Eu não me lembro de uma informação tão enfática, tão forte, tão persecutória assim, e é liberdade de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Rogério, como eu questionei o outro colega, que se dirigisse com pergunta e questionamentos ao tema...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, é o tema, é uma contextualização...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E eu disse, antes de começar a falar, que ficaria à vontade para qualquer comentário da autoridade que está sendo questionada. Eu entendo que V. Exa. tenha o dever de controlar a audiência para evitar excessos, mas eu não estou adjetivando, personalizando, nem me referindo de uma forma desqualificante para o nosso convidado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu só estou pedindo que a gente se atenha ao tema do requerimento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas é o tema, eu lhe asseguro que é o tema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é, não. É lógico que não é.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nós estamos falando sobre liberdade de expressão e Constituição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, nós estamos falando sobre o cidadão português...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, não, me desculpe. A questão específica tem um significado muito maior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu sei, mas o que eu estou ...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Tem um significado... Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu sei, mas eu estou pedindo que V. Exa. se atenha ao requerimento do colega.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu me aterei ao tema, mas dentro do contexto e do entendimento que eu tenho a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Lógico, e que cabe tudo. Eu só vou fazer um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, não cabe tudo, não; cabe especificamente o que estamos falando aqui. Eu peço a V. Exa. um pouco de paciência. V. Exa. é um homem, um democrata, não tem dúvida nenhuma.

Nós estamos vendo, Dr. Delegado, situações aqui no Brasil, como foi colocado pelos colegas que me antecederam, em que pessoas defendem o indefensável. Por exemplo, de terroristas do Hamas a gente vê passeatas aqui – passeatas. Defendem agressão à lei, como por exemplo a invasão da propriedade privada. Defendem situações que estão claramente consignadas dentro da legislação como afronta à lei, e, nem por isso, essas pessoas são constrangidas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ditaduras, não é? E formas ditatoriais.

Mas, o que me constrange mais, Srs. Senadores e eminente Presidente, a quem peço novamente paciência, é o fato de que a instituição Polícia Federal está sendo utilizada como uma polícia particular para constranger pessoas que pensam diferente do Governo. E aqui não faço juízo de valor sobre a atuação de V. Sa., eu estou falando de uma forma geral. Por favor, não se sinta constrangido pela nossa fala.

Nós estamos vendo a Constituição ser permanentemente ultrapassada em nome da Constituição. O que ocorreu no dia 8 de janeiro para todos nós é deplorável, ninguém aqui defende depredação. Aliás quem é de direita, é conservador, não tem essa prática nem tem esse tipo de comportamento. Agora, para nós, foi extremamente constrangedor assistir a um jornalista estrangeiro, ou a um cidadão estrangeiro, a um turista estrangeiro ser preso, ser retido – desculpe-me – dentro do aeroporto com perguntas que dizem respeito à situação política do Brasil: qual era o sentimento dele? Qual era a visão que ele tinha a respeito da situação política do Brasil? O que eu espero é que situações como essa não se repitam.

E o requerimento que foi feito pelo eminente Senador Girão é, muito mais um grito de alerta, uma advertência às instituições de que nós estamos fazendo o nosso dever também de fiscalizar o Poder Executivo, a Polícia do Judiciário, o Ministério da Justiça, para que ela seja direcionada para ação correta, para ação adequada, que é fazer o seu papel de polícia, mas não de buscar constranger pessoas que tenham opiniões políticas a respeito da questão social, da questão instalada no Brasil, e que não são obrigadas a terem o mesmo pensamento ou o mesmo sentimento que o Governo Federal ou que eventualmente algumas autoridades judiciárias têm.

Então eu encerro aqui a minha participação, agradecendo a benevolência do Presidente e dizendo ao Sr. Rodrigo, caso ele queira fazer algum comentário, que ele fique à vontade, mas colocando novamente que não há da nossa parte nenhum cunho pessoal. Nós estamos preocupados com a situação do Brasil, da instituição e da liberdade constituída na nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Como não foi feita nenhuma pergunta ao nosso convidado, eu passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde ao Dr. Rodrigo, boa tarde a todos os companheiros.

O controle de estrangeiros é uma atividade da Polícia Federal intimamente ligada a contraespionagem. Ninguém aqui duvida nem coloca em discussão a responsabilidade que a polícia tem e que, para isso, precisa de um trabalho de inteligência robusto.

O senhor colocou que na sua lista de alerta tem 143 mil nomes, vamos colocar assim. O senhor acompanha o trabalho da sua seção de inteligência?

O senhor estabeleceu diretriz de quais serão os filtros a serem colocados para que essa seção de inteligência, com os dados que vai recebendo, separe efetivamente quem são as pessoas que devem entrar nessa lista de alerta?

O senhor verifica essa lista? Porque, às vezes, se a gente deixa na mão do cara da ponta da linha, ele pode cometer algum tipo de abuso, e o senhor, como Diretor, tem essa responsabilidade de controlar o processo, não tenho a mínima dúvida.

Esses filtros estão direcionados, como aparenta aqui, para um espectro político ou o pessoal da fração Quarta Internacional, trotskista, que comparece aqui ao Brasil para confraternizar com os invasores de terra do MST, também está na sua lista?

Essas são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Rodrigo... Aliás, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – A pergunta que o Senador Mourão fez é se eu acompanho todos. Não acompanho todos. Eu tenho uma estrutura, tenho uma Coordenação-Geral de Imigração, chefe de divisão, chefe de divisão de fronteira, unidade de análise, todo um... Mas eu recebo relatórios, converso com meu chefe de Coordenação-Geral de Imigração, que está até aqui presente. A gente conversa todo dia, recebe informação do Brasil inteiro.

No que tange ao delegado, ao agente lá na ponta, se ele comete algum abuso, algum perfil assim, normalmente ele tem um procedimento que ele responde. Então, não é incomum ter procedimento na Polícia Federal, não, e não só no caso de controle migratório, mas em qualquer outro procedimento. O senhor já chefiou milhares de pessoas, eu também coordeno milhares de pessoas, vamos dizer assim, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não tem como estar acompanhando 24 horas todo mundo, mas, chegando a informação, a gente toma a medida cabível, em caso de alguém que cometa algum abuso no trabalho lá na ponta.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só um instantinho, Presidente. (*Fora do microfone.*)

O senhor vai me desculpar, Dr. Rodrigo, mas a minha pergunta foi clara: se o senhor estabeleceu diretriz para a sua atividade de inteligência e se o senhor controla os filtros que são utilizados para selecionar os nomes que vão cair nessa lista negra aí.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não, não faço um controle. A lista das restrições é muito tranquila, porque é com ordem judicial.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Nisso aí, não há dúvida. Nisso aí, não há dúvida.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – E, na lista dos alertas, eu não tenho uma diretriz, um controle, não. Está lá o nome no alerta, de uma maneira geral, o pessoal atua e faz as perguntas. E, quando está o nome no alerta – eu entendi o que o senhor quer dizer com a questão do filtro –, é mais ou menos o perfil daquele cidadão, que não é o caso só do cidadão, mas de qualquer cidadão que está no alerta. Aí tem aquele perfil; o delegado lá na ponta e o agente lá na ponta, vendo aquele perfil, fazem o questionamento em cima daquele perfil dele. Vou dar um exemplo: se – também não estou dizendo que é o caso – é um pedófilo... não um pedófilo, mas é um suspeito, fazem perguntas daquela natureza. Se é um suspeito de algum outro delito, fazem perguntas daquela natureza. É nesse sentido.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, está bem.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amigos, nós, às 14h, temos outra audiência aqui. Os nossos convidados já estão presentes, inclusive, aqui na sala. Então, aqui eu vou abrir uma concessão ao Senador Rogério. Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. pela oportunidade, cumprimentar o Dr. Rodrigo de Melo Teixeira, Diretor de Polícia Administrativa, que vem falar sobre esse assunto que me pareceu bastante preocupante. Eu queria fazer algumas perguntas objetivas sobre esse caso.

O jornalista Sérgio Tavares é acusado de que crime?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – Eu respondi a esse questionamento, mas respondo ao senhor também, com o maior prazer: ele não é acusado de nenhum crime. No sistema da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal, nós temos dois sistemas de controle: os que estão com nome no sistema de restrição e os que estão com nome no sistema de alerta. Restrição é para quem tem uma ordem judicial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele tem? Ele tinha?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Restrição não é o caso dele, é para quem tem uma ordem judicial, ou de prisão, ou de afastamento de cônjuge, ou algum motivo assim. Não era a situação dele. Alerta é, por um controle migratório – não é ordem judicial, é controle migratório –, para uma pessoa a quem se tem, por um caráter preventivo, que fazer alguns questionamentos ao ingressar ou até sair do território nacional. No caso dele, não tinha ordem judicial. Era uma questão de controle preventivo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k. Então, eu vou na linha que V. Sa...

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Ele estava no alerta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou na linha que V. Sa. está expondo aqui.

Ele estava numa relação de alerta, de observação.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Qual foi a motivação para ele ser colocado nessa lista de alerta pela Polícia Federal?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Um dos motivos, mas acho que o motivo maior até, é a manifestação explícita em rede social na qual ele, de certa maneira, apoiava o movimento de quebradeira do 8 de janeiro, manifestava opinião dizendo que a urna eletrônica era fraudada, não era confiável, dessa natureza.

Então, foi feita uma entrevista. Ele não foi preso, ele não foi inadmitido, ele não teve passaporte retido. Foi feita uma entrevista porque, caso houvesse alguma manifestação de quebradeira novamente, seria feito outro questionamento a ele, caso ocorresse – o que não ocorreu, graças a Deus. Então, foi feita uma entrevista de controle migratório no aeroporto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. considera isso um ato normal dentro da política migratória do Brasil, dentro da política da linha diplomática do Brasil? Isso é algo natural? Isso é algo normal?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Ano passado, o Brasil teve 814 inadmitidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por crime de opinião?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Não. Por crime de opinião, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque o que V. Sa. está passando na Comissão, com todo o respeito que tenho a V. Sa., é que ele foi detido por um crime de opinião.

Ele não responde a um inquérito, ele não responde a uma ação penal, ele não é formalmente acusado, mas ele foi detido e, se não há justa causa para a prática de tal ato, isso é um abuso de poder, é um constrangimento ilegal.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Se o senhor me permite, então, contextualizando: ele não foi detido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, foi detido. Como não?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Ali, no momento do controle migratório, a pessoa pode ser abordada ou entrevistada. Todos nós já viajamos para o exterior, todos nós passamos por um controle migratório. Todos nós.

Quando eu chego aos Estados Unidos, eu tenho que apresentar meu passaporte, meu visto. Eu passo por... O funcionário do controle migratório pergunta aonde eu vou, em qual hotel que eu vou ficar. Então, no caso dele, foi um controle migratório com algumas perguntas no que tange à opinião dele, de que ele defendeu o vandalismo do 8 de janeiro ou da questão da urna eletrônica. Por quê? Teve esse, vamos dizer, esse *plus* na entrevista dele...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim, mas dentro do devido... Vamos...

Sr. Presidente, é uma pena que a gente está com um debate tão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu o entendo, e aqui todos tiveram oportunidade, até se excederam por conta da falta de membros nesta Comissão. O problema é que às 14h...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu prometo a V. Exa. que não vou...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... nós teremos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... não vamos esticar até as 14h, não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A pergunta que o senhor fez foi, no mínimo, feita aqui quatro vezes – no mínimo. A pergunta que o senhor está fazendo, ela foi no mínimo feita aqui quatro vezes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A resposta foi diferente, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele está só repetindo o que ele já disse para todos.

Eu não estou aqui defendendo, é porque... Eu entendo. O senhor chegou atrasado, eu entendo perfeitamente, mas a pergunta que o senhor fez já foi feita por praticamente todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos concluir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou concluir.

Eu não cheguei atrasado...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não cheguei atrasado, não, Sr. Presidente. Esta Casa tem muitas Comissões funcionando, muito trabalho aqui, e eu confesso a V. Sa. que eu estava acompanhando, minha assessoria também passando, e as explicações que estão sendo dadas não são explicações, com todo respeito a V. Sa., plausíveis. Alguém ser detido...

Eu já fui para vários países, já passei por controle migratório em vários países. Nunca fui detido por nenhuma polícia federal de outro país por crime de opinião, nem nos países que são países com uma política de censura, de controle.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só para o ajudar, eu fui preso. O senhor acredita nisso? Eu não, eu e vários companheiros fomos presos na Venezuela. Nós iríamos fazer uma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, mas aí é o exemplo de democracia que alguns estão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu estou só lhe dando um exemplo. Eu já fui preso. Eu já fui preso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para V. Exa. ver a gravidade do que nós estamos correndo. É justamente para impedir que o Brasil chegue a esta condição, de constrangimento, de abuso de poder, de ausência de democracia, que nós temos que levantar a voz num ambiente como este. Se, num ambiente plural, como é o Senado Federal, e diante de uma autoridade que está a exercer poder no país, nós não tivermos a prerrogativa de dizer aqui que está errado, e está errado...

Sr. Presidente, ele foi enquadrado, e, posteriormente a isso, houve o indiciamento dele por aquilo que ensejou a detenção temporária dele para averiguação, ou para checagem, ou para questionamento? Ele foi indiciado em razão de ter feito apologia? Porque é o que V. Sa. está falando aqui, que ele fez apologia ao 8 de janeiro, ele fez apologia à fraude em urna eletrônica. Ele foi indiciado depois disso?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Senador, reiterando aqui novamente: o controle... Então, só para fazer... Vamos fazer uma correção técnica para facilitar o entendimento. Ele não foi detido, ele não foi preso, ele não foi inadmitido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto tempo ele ficou lá?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Creio que umas três horas, mais ou menos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E isso não significa uma pessoa ficar detida?

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA – Isso é o controle migratório no Aeroporto de Guarulhos, que tem uma demanda gigantesca. Então é um controle migratório.

Ele respondeu a algumas perguntas. Por quê? Por causa do caráter preventivo. Caso tivesse algum problema de alguma coisa, nós iríamos, obviamente, perguntar para ele se ele participou de alguma quebradeira e tal, o que não ocorreu, graças a Deus. Então, é um controle. O nome mesmo diz, a Lei 13.445, é um controle migratório: "Você está entrando aqui. O senhor vai ficar hospedado onde? O senhor tem recursos próprios? O senhor vem como turista ou vem trabalhar?". É um controle migratório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa.

Sr. Presidente, eu vou agradecer a V. Exa. a oportunidade de me manifestar.

O Brasil está vivendo um período extremamente perigoso, há um nítido movimento de perseguição a quem pensa diferente, o direito de opinião sendo cerceado no Brasil, pessoas que estão fora do Brasil em razão do exercício desse direito, e eu quero, aqui, de maneira muito clara, dizer que eu não preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concordar com o que pensam aqueles que estão inclusive na condição de se estar fora do país para defender aqui o direito que cada um tem de exercer plenamente o seu direito à liberdade de expressão. Eu tenho o dever, eu tenho a obrigação de defender esse direito, essas garantias. E aí lamentar que outros extremos, grupos organizados no Brasil que exercem o direito de opinião para pregar crime contra o direito de propriedade, para pregar crime de ódio contra pessoas, grupos religiosos, países, não sofrem as mesmas consequências. Aqui há uma escolha política de perseguição a uma fatia daqueles que pensam diferente dentro do Brasil, o que eu lamento. Espero não que isso não se repita em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

Com a palavra, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui parabenizar e agradecer ao Dr. Rodrigo de Melo Teixeira por ter comparecido a esta Comissão de Segurança Pública e falar para o senhor, Dr. Rodrigo, que eu sou Delegado de Polícia há 27 anos e Professor de Direito Penal há 25, de Direito Penal e Processo Penal. Se há uma coisa que nós temos que reconhecer... Hoje, eu estou no Partido dos Trabalhadores, mas eu fui eleito pela Rede Sustentabilidade.

Esse é o terceiro mandato do Presidente Lula e nunca as instituições de Estado foram tão respeitadas e tiveram tamanha autonomia como foi no Governo do Partido dos Trabalhadores, quer queira, quer não queira. Basta você verificar a eleição ou a escolha de PGR, sempre obedeceu. Quem inaugurou esse *modus operandi* de escolha de lista tríplice foi o Governo do PT.

Foi o Governo do PT que sempre deu autonomia à Polícia Federal, e eu quero aqui, como Delegado da Polícia Civil que fui, agradecer o serviço que a Polícia Federal faz, doa a quem doer, porque são princípios que regem a administração pública, esculpidos no art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Eu fico também reflexivo quando eu vejo algumas falas dizendo de utilização da Polícia Federal ou de qualquer instituição por perseguição política. Ora, num passado recente, um ministro da Justiça já saiu do Governo Bolsonaro denunciando a interferência do ex-Presidente na Polícia Federal. Isso não foi no Governo do PT, não. Isso não foi no Governo do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, isso foi num passado recente.

Então, quem tem histórico por violar o princípio da impessoalidade não é o Partido dos Trabalhadores ou das trabalhadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Fabiano Contarato, para que seja usada a mesma régua, e alguns dos colegas aqui fizeram esse tipo de introdução, eu gostaria que o senhor se ativesse ao nosso convidado...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Por favor.

É porque eu usei... É só para que seja usada a mesma régua...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Até porque nós temos um convidado aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, perfeito, Sr. Presidente.

É porque eu só achei interessante contextualizar isso, porque são fatos que deveriam ter sido lançados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Entendo que isso é um protocolo da Polícia Federal.

Quem de nós aqui nunca foi parado em um sistema migratório? Eu já fui em Londres, já fui em vários locais – em vários locais.

Então, esse é um trabalho da Polícia Federal, um trabalho preventivo.

E digo mais, essa possibilidade de trabalho preventivo para coibir ou se eventualmente acontecesse qualquer prática delituosa, quer seja estabelecida como crime ou contravenção penal, a Polícia tivesse elementos efetivamente para quem sabe analisar o elemento subjetivo da conduta, seja com dolo, seja com culpa, ou seja por ação, seja por omissão. E aí, sim, viríamos aqui inseridos no art. 29 do Código Penal, quando diz que quem de qualquer forma concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

O que eu estou querendo falar é o seguinte, o procedimento atendeu ao princípio da impessoalidade, aos requisitos que manda a lei, e que ninguém está acima da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também tem que botar um ponto final de que liberdade de expressão não pode ser utilizada como escudo protetivo para a prática de crime. É simples assim!

Então, fiz questão de vir aqui, de fazer esse registro, agradecer – e enaltecer, com o meu reconhecimento – à instituição da Polícia Federal, porque é uma instituição de Estado. Ela não é uma instituição do governo A, B ou C.

Nós passamos por aqui ou em qualquer Poder, mas a instituição é perene, é permanente, é imutável. Eu tenho aqui orgulho de fazer parte do Estado brasileiro em que, no art. 144, a segurança pública como direito de todos e dever do Estado está sendo cumprida por todas as instituições de segurança pública, dentre elas – seja a Polícia Civil, seja a Polícia Militar, seja a Polícia Rodoviária Federal – a Polícia Federal agindo aí na sua atuação como polícia judiciária.

Parabéns e obrigado pelo trabalho! Eu não tenho dúvida de que o comportamento seguiu as regras que determinam o sistema de fiscalização e controle inerente à Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço a sua compreensão, Senador Fabiano Contarato.

Para finalizar...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu queria um pela ordem para finalizar minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Girão, eu vou ceder aqui e você finaliza.

Por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Dr. Rodrigo, Delegado da gloriosa Polícia Federal, mas, baseado em algumas informações evasivas e imprecisas, eu não o ataco, mas, sim, a falta de informação que a sua equipe lhe subsidiou.

Com base nas perguntas que foram feitas para o jornalista Sérgio Tavares; por acompanhar o trabalho do Sérgio Tavares e saber, com certeza, que ele jamais apoiaria quebra-quebra em Brasília; por considerar que perguntar sobre ditadura da toga, urna eletrônica ou qualquer motivo, isso não são perguntas de uma imigração democrática, e, sim, de uma polícia política; eu tenho certeza e lhe afirmo categoricamente: sobre as perguntas que foram feitas nesse depoimento – se nós vivemos ditadura da toga, se ele apoia... se diz que a urna brasileira... –, se ele respondesse "sim", ele não ia ser deportado, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaria preso, como vários jornalistas, dentro e fora do Brasil, perderam seu direito à liberdade de expressão e, inclusive, seu passaporte.

Então, com base nessas preocupações, eu estou encaminhando para o senhor... Agora eu cito que o espectro político-partidário que eu defendo, os valores que eu defendo, as bandeiras que eu defendo estão ameaçados por parte da Polícia Federal, que foi cooptada pelo atual Governo. Então, estou encaminhando para o senhor, através da Comissão de Segurança Pública, um pedido à Polícia Federal para que esses 147 mil nomes que estão sob vigilância sejam submetidos à sua análise, logicamente com todo o sigilo necessário, para sabermos, dos 147 mil, quantos são de direita, quantos são de esquerda, quantos são Hamas, quantos são... tudo, porque, sinceramente, se estão investigando o cara porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Girão, com o senhor eu encerro os trabalhos desta Comissão, porque, às 14h, nós temos ainda aqui uma outra audiência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria subscrever...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele quer falar aqui 30 segundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em primeiro lugar, eu gostaria de subscrever o pedido, a solicitação do Senador Jorge Seif.

Quero dizer que foi muito emblemático. Parabéns, Senador Sérgio Petecão, Presidente desta Comissão! Foi uma audiência altíssima, de alto nível, de respeito e de audiência para com os brasileiros que estão nos acompanhando agora pela TV Senado, pela mídia social do Senado Federal. Foi muito emblemático, Sr. Presidente, porque o Dr. Rodrigo de Melo Teixeira foi muito transparente aqui, ele não se furtou a responder às perguntas.

E, para mim, com todo o respeito a quem pensa diferente, é isso numa democracia, ficaram muito claros os objetivos políticos da retenção por quatro, cinco horas do jornalista Sérgio Tavares, de Portugal. Aliás, a sorte dele, Senador Marcos Rogério, é porque ele é português, a sorte dele é porque ele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

português, porque, se fosse um brasileiro como alguns que chegaram – foram presos, passaporte retido, conta bancária bloqueada, rede social, por determinação judicial, bloqueada –, não teria conseguido sair do país, porque o devido processo legal hoje não é respeitado.

Então, Sr. Presidente, eu quero lhe dizer que o brasileiro está com medo, por isso esta Comissão de Segurança Pública, de que o senhor é Presidente, está fazendo um grande trabalho aqui, pelo menos deixando virem as vísceras à tona do quanto nós temos que caminhar para retomar nossa democracia.

Eu vou fazer a solicitação do colega que não faz parte da Comissão, o pedido que foi feito agora há pouco pelo Senador Portinho, porque nós precisamos saber, ter acesso à inteligência – pode ser de uma forma fechada, inclusive, se tiver que pedir uma audiência fechada aqui eu vou pedir –, porque o jornalista, enquanto nós estamos fazendo esta audiência há três horas e meia, o jornalista está assistindo lá de Portugal, e foi muito objetivo aqui dizendo que em nenhum momento nas redes sociais dele ele foi favorável ao 8 de janeiro, em nenhum momento ele foi favorável à quebradeira. Então, há um conflito das informações de inteligência da Polícia Federal que eu estou ansioso para receber com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu prefiro acreditar na minha Polícia Federal, me perdoe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu também acredito na Polícia Federal e, inclusive, defendo a autonomia dela. Se ela tivesse a autonomia que o senhor assinou e eu assinei...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor está botando em xeque, rapaz, o jornalista está lá...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não, eu estou ansioso para receber, isso faz parte do meu papel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nosso papel é investigar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., mas eu acredito na minha Polícia Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu também... eu também... Por isso é que quero esperar a documentação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todos nós acreditamos, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora eu acho, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todos nós acreditamos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele está botando em xeque.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que no mínimo – aí eu vou reiterar uma colocação do Senador Sergio Moro –, por essa retenção política, que a gente possa ver a Polícia Federal pedindo desculpas a esse cidadão por ficar quatro horas sendo constrangido no Aeroporto de Guarulhos. Isso eu acho que vai ser um ato valoroso da nossa Polícia Federal, porque a gente não vê esse procedimento com quem defende Maduro, com quem defende Daniel Ortega, com quem defende o MST, com quem defende o grupo terrorista Hamas. Por que são dois pesos e duas medidas com conservadores e com gente de direita?

Então, eu sou apenas um dos 81 membros do Senado e peço desculpas ao Sr. Sérgio Tavares pelo que está acontecendo, e espero ver a gloriosa, a honrosa Polícia Federal, de que eu sou um dos principais defensores aqui, com a PEC da autonomia que o senhor assinou, o Senador Petecão assinou, a autonomia da Polícia Federal para que ela possa cumprir o seu trabalho... Que a Polícia Federal possa ter essa humildade de pedir desculpas a um país amigo, a um país...

Olha, o senhor sabe que Portugal tem um histórico conosco que nós temos que valorizar – nós temos que valorizar –, corre sangue nas veias dos brasileiros de português, e muitas vezes o brasileiro faz injustiça fazendo piada com o português. Nós temos uma dívida histórica com os portugueses também, e acontece um fato desse... Isso é realmente de se assustar, mas nós vamos aqui cumprir o nosso papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu agradeço.

Dr. Rodrigo de Melo Teixeira, eu passo a palavra a V. Exa. para que possa fazer as suas considerações finais. E já peço desculpa aqui aos nossos ouvintes que sempre nos acompanham através do nosso e-Cidadania. Tem aqui várias perguntas, mas que, inclusive, já foram respondidas aqui pelo Sr. Rodrigo. Tipo assim: "Havia informação ou alerta prévio que justificasse essa retenção?". O senhor falou disso aqui mais de 320 vezes. Qual... Todas as perguntas aqui... E depois eu vou pedir aqui para que a nossa assessoria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foram quantas perguntas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aqui, do e-Cidadania? Depois ele vai lhe passar. Tem mais de dez aqui. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, tem mais. Ele está dizendo aqui que eles selecionam, porque tem algumas que já foram respondidas, eles... Aqui tem alguns que já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu peço desculpa aos nossos acompanhantes pelo e-Cidadania.

Dr. Rodrigo, por favor.

O SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador Petecão e demais membros aqui da Comissão de Segurança Pública, quero dizer que foi um prazer estar aqui presente. Toda vez que for convidado, virei para prestar esclarecimento, que é o nosso dever como um órgão de Estado. Agradeço a oportunidade de poder prestar esclarecimentos. Agradeço aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu agradeço aqui a presença dos Senadores que estiveram aqui presentes, na nossa reunião. E eu acho – houve questionamento aqui da vinda do Sr. Rodrigo – que nós fomos felizes em ter o Dr. Rodrigo aqui, porque o tema é complexo – é complexo. Queriam um outro, o Diretor, não é? Ele é que é um policial que cuida desse tema, que é portos, aeroportos, imigração. Nós tivemos aqui dificuldade em avançar, mas, Dr. Rodrigo, eu quero lhe agradecer, viu? Eu quero lhe agradecer pelo equilíbrio, pela forma com que o senhor conduziu aqui, e quero colocar aqui a Comissão à disposição de V. Exa. Se o senhor precisar encaminhar algum outro documento que o senhor achar necessário, nós estamos à disposição, está bom?

No mais, agradeço à imprensa, a todos que... Peço desculpa por aquele episódio, agora aquilo foi para preservar a segurança. Eu lhe peço até desculpa, porque o rapaz estava ali, veio chegando para perto, a polícia pediu que tivesse cuidado, e ele teve que sair, infelizmente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu só fiz aquela ponderação, Sr. Presidente – nem conheço esse cidadão –, porque, como é uma audiência que está tratando de liberdade de expressão e a gente afasta um cidadão porque estava filmando...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não é um cidadão. Os assessores continuam aqui dentro, todos que se comportaram aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu fiquei preocupado, de forma simbólica, mas enfim...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tá, mas eu lhe peço desculpa, porque eu tenho que preservar a segurança dos senhores e aqui do nosso convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e onze minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Augusta Brito, Jorge Seif, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Dr. Hiran, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha e Marcos Rogério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Flávio Bolsonaro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2024 - CSP, de autoria do Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Finalidade:** Debater o controle e fiscalização de armas, munições, acessórios e explosivos no país. **Participantes:** Sra. Carolina Valladares Guimarães Taboada, Coordenadora de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sr. Cristiano Jomar Costa Campidelli, Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Diretoria de Polícia Administrativa da Polícia Federal; General de Divisão Marcus Alexandre Fernandes de Araujo, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro (representante de: Exército Brasileiro e Ministério da Defesa); Sr. Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (representante de: Conselho Nacional do Ministério Público); e Sr. David Marques, Coordenador de Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/19

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública.

Objetivo.

A presente audiência tem como objetivo detalhar o controle e fiscalização de armas, munições, acessórios e explosivos no país, nos termos do Requerimento nº 5, de 2024, da Comissão de Segurança Pública.

Estão presentes e já tomaram os seus lugares – nós convidamos – a Sra. Carolina Valladares Guimarães Taboada, Coordenadora de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Sr. Cristiano Jomar Costa Campidelli, Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Diretoria de Polícia Administrativa da Polícia Federal; o General de Brigada Marcus Alexandre Fernandes de Araujo, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, representando o Exército Brasileiro e o Ministério da Defesa; o Sr. Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, representando o Conselho Nacional do Ministério Público; o Sr. David Marques, que vai participar através de videoconferência, Coordenador de Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Informo que o Tribunal de Contas da União e o Conselho Nacional de Justiça justificaram a ausência de seu representante nesta reunião.

Foi também convidado um representante do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, mas, tendo em vista não terem sido nomeados os membros do Conselho até o momento, não foi possível a indicação de um nome para participar da nossa audiência pública.

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Nossa Comissão estabeleceu dez minutos, mas nós vamos aqui entrar num acordo e, se houver necessidade, General, de estender um pouco, fique à vontade, está bom? É porque nós acabamos de encerrar uma audiência pública aqui, mas, olha, o Senador já está no batente. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Exposições iniciais.

Vamos passar a palavra à Sra. Carolina Valladares Guimarães Taboada, Coordenadora de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Sra. Carolina, fique à vontade.

A SRA. CAROLINA VALLADARES GUIMARÃES TABOADA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Boa tarde, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Senador Sérgio Petecão, que preside esta sessão.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer à Comissão de Segurança Pública do Senado Federal o convite para o Ministério da Justiça participar hoje desta audiência pública.

E agradeço a apresentação: eu sou Coordenadora de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Os anos de 2019 a 2022, acho que a gente pode começar fazendo essa pontuação, foram de um aumento muito grande no número de pessoas armadas no Brasil e no número de armas em circulação, armas muito mais potentes do que no período anterior.

Então, quando o Governo do Presidente Lula assume, no dia 1º de janeiro de 2023, é assinado o Decreto 11.366, um dos primeiros atos dessa gestão, que suspende diversas atividades relacionadas a novas concessões de armas de fogo e estabelece um grupo de trabalho conduzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para compreender o cenário e as necessidades de uma nova regulamentação, para o controle responsável de armas e munições; um grupo de trabalho que tem como objetivo construir, entender o cenário realmente depois de mais de 40 normas editadas nos quatro anos anteriores.

Há décadas, o Brasil é um país que contabiliza mais de 40 mil mortes violentas por ano; e, dessas, três em cada quatro são por armas de fogo. As armas também são frequentemente usadas no cotidiano brasileiro como instrumentos de ameaça, mesmo quando não têm como resultado o ferimento ou uma morte. Então, esse cenário faz com que a regulação efetiva de armas, munições e das pessoas às quais a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posse de armas é autorizada seja uma tarefa crucial para a segurança pública; e, assim, tem sido tratada como prioridade no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Uma arma de fogo é um instrumento que, no Brasil, de acordo com a Lei 10.826, de 2003, deveria ter todo o seu ciclo de vida controlado: da fabricação ou importação até à destruição, incluindo renovações periódicas, trocas de propriedade, situações de perda de legalidade, todo o ciclo de vida. Nesse sentido, o trabalho do Ministério da Justiça e Segurança Pública tem sido, e continua sendo, para que essas etapas previstas em lei sejam aperfeiçoadas e sejam fortalecidas.

O grupo de trabalho que foi instituído incluiu, além do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Defesa, a Polícia Federal, o Ministério da Fazenda, representantes da sociedade civil, representantes das Comissões de Segurança Pública da Câmara dos Deputados e daqui, desta Comissão do Senado Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Advocacia-Geral da União e o Conselho Nacional de Segurança Pública.

Ao longo de dez reuniões, o grupo buscou justamente identificar pontos nos quais melhorias eram necessárias e cabiam para uma política efetiva de controle de armas, além de promover o debate mais amplo possível. O grupo de trabalho ouviu todas as representações que solicitaram contribuir para as discussões. No total foram recebidas, Senador, quase 50 contribuições externas, no grupo de trabalho, que representaram os mais variados posicionamentos sobre o tema.

Parte do desafio que estava colocado ali no grupo de trabalho estava relacionado a esse aumento exponencial no número de pessoas armadas e de armas em circulação no Brasil e ao entendimento de que parte desse volume se deveu a desvios de finalidade das atividades para qual a posse da arma foi originalmente concedida. A título de exemplo, armas autorizadas para fins de prática esportiva ou do controle da espécie invasora muitas vezes eram pretendidas para fins de defesa pessoal, o que é um enquadramento que passa por processos diferentes. E o grupo de trabalho buscou formas de trabalhar com essa realidade que estava ali colocada pelos participantes e pelos órgãos e contribuições que passaram pelo GT.

Então, garantir que as concessões dadas pelo Estado estavam sendo utilizadas dentro do escopo da autorização requerida e concedida era uma das questões fundamentais a serem tratadas e passava justamente pelo aperfeiçoamento de normas, de procedimentos de validações tanto de futuras concessões quanto de renovações.

Os trabalhos da Senasp junto ao GT tiveram alguns fios condutores: a retomada de grande parte dos parâmetros vigentes até 2018; o reforço dos processos de concessão, renovação e controle para evitar desvios de finalidade entre as funções para as quais é possível obter autorização de posse de uma arma de fogo; a distinção entre as atividades de cunho civil, como o tiro esportivo, a caça excepcional e o colecionamento, com o controle se concentrando mais nas instituições civis, e as atividades de cunho militar com controle mais concentrado em instituição militar; e a diferenciação entre as armas acessíveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às forças de segurança pública e aquelas acessíveis ao cidadão comum. Isso está refletido no Decreto 11.615, de 21 de julho de 2023, que buscou ainda adequar a regulamentação a decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal ao longo dos anos anteriores, em especial, as ADIs 6.139, 6.119, 6.466.

Esses pontos, vale ressaltar também, refletem os anseios da maior parte da população brasileira. E aí eu trago dados de uma pesquisa realizada pelo Datafolha, em julho de 2022, que trouxe que 83% dos entrevistados acreditam que somente forças de segurança deviam poder circular armadas nas ruas e 63% das pessoas disseram que cidadãos comuns não deveriam poder acessar armas iguais ou mais potentes que as das forças de segurança. É importante ressaltar também que o ano de 2023 – e isso é motivo de muita satisfação – registrou queda no número de mortes violentas no Brasil, comprovando que a construção de um país mais seguro não está associada ao aumento de armas em circulação.

O Governo segue comprometido, trabalhando em conjunto entre os diferentes órgãos para aprimorar a política do controle responsável de armas e munições e para seguir reduzindo os índices de criminalidade violenta com armas de fogo que assolam o Brasil há tanto tempo.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Desde já agradecemos à Sra. Carolina Valladares pela sua exposição.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Cristiano Jomar Costa Campidelli. É isso?

O SR. CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI – Campidelli, isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI (Para expor.) – Boa tarde, Senador Sérgio Petecão, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes desta mesa. Cumprimento também os Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores.

Primeiramente, eu gostaria de registrar a minha satisfação de pela primeira vez estar aqui no Senado Federal. É um motivo de muita honra estar aqui, nesta Casa tão importante para a nossa sociedade.

A nossa ideia aqui, falando em nome da Polícia Federal, é contribuir para o debate porque a Polícia Federal está à disposição da sociedade brasileira para fazer o seu melhor.

Nessa linha, Senador, eu gostaria de registrar inicialmente que a área que eu coordeno tem três grandes eixos. Nós cuidamos hoje do segmento de segurança privada, do controle de produtos químicos e do controle de armas de fogo, no que tange ao Sinarm, que é o nosso sistema nacional de controle de armas de fogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro desse eixo de armas de fogo, nós participamos, juntamente com a Dra. Carolina, do grupo de trabalho instituído pelo Decreto 11.366. E, desde então, estamos trabalhando muito ombreadamente com o Ministério da Justiça, com o Exército Brasileiro. O General Marcus é um parceiro nesse trabalho que a gente está fazendo para essa migração do controle dos CACs, controle e fiscalização dos CACs, do Exército para a Polícia Federal, o que é previsto no art. 6º do Decreto 11.615, de 21 de julho de 2023.

Aproveito aqui a oportunidade para agradecer, General Marcus, na pessoa do senhor, ao Exército Brasileiro por essa parceria nessa transmissão da migração, pela transparência e pela competência com que o senhor tem conduzido os trabalhos. Muito obrigado ao senhor.

Para a assunção dessas novas atribuições que virão com essa migração de competência, a Polícia Federal, desde a publicação do decreto, vem trabalhando em cinco eixos principais para bem assumir essa nova responsabilidade.

O decreto foi publicado em 21 de julho, como eu disse, do ano passado. Já no dia 23 de agosto do ano passado, nós estartamos um procedimento interno para que seja possível bem assumir essas novas responsabilidades, para que a gente possa prestar o melhor serviço possível à sociedade brasileira.

Esses cinco grandes eixos passam por uma reestruturação administrativa, pelo desenvolvimento e pela adaptação de um sistema cujo código-fonte o Exército nos cedeu. E nós estamos trabalhando, na adaptação desse sistema à realidade da Polícia Federal, pela construção das normas necessárias e instruções normativas e portarias, pela realização de concursos públicos tanto para servidores policiais quanto administrativos e também pela contratação de terceirizados.

Então, é muito importante que a gente tenha êxito nesses cinco grandes eixos para que a gente possa bem assumir essa nova responsabilidade, que tem data para chegar. Em 1º de janeiro de 2025, fecha-se a porta de entrada no Exército Brasileiro e abre-se a porta de entrada na Polícia Federal. E a Polícia Federal tem que estar preparada para isso.

Então, em linhas gerais, são essas as nossas contribuições.

Eu estou inteiramente à disposição dos senhores e das senhoras para sanar as dúvidas que os senhores julgarem cabíveis.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos ao Dr. Cristiano a sua participação.

Com certeza, nos ajuda e ajuda muito para que a gente possa fazer um grande debate, aqui na Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o General de Brigada Marcus Alexandre Fernandes de Araújo, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro.

General, por favor.

O SR. MARCUS ALEXANDRE FERNANDES DE ARAUJO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, Exmos. Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores integrantes da mesa e senhoras e senhores que participam desta audiência pública, eu reitero o prazer, a satisfação em receber o convite para participar desta atividade. Acredito que existam muitos pontos a serem debatidos e que, com esse debate, nós possamos contribuir para o engrandecimento desse setor, que é um desejo de toda a sociedade.

Nós já temos realizado várias reuniões informais envolvendo o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Consultoria Jurídica Adjunta do Comando do Exército, os integrantes da DFPC e a própria Consultoria Jurídica Adjunta, também, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no sentido de trabalharmos, de tal maneira, que possamos atingir exatamente o interesse da política pública que foi definida pelos Poderes Executivo e Legislativo. Então, esse é o nosso principal foco nessas reuniões, para que possamos endereçar bem a solução a todos os problemas ou a necessidade de regulamentação de todos os processos que estão sob responsabilidade do Exército Brasileiro.

Gostaria apenas de fazer uma apresentação rápida sobre as principais atividades da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, para que seja do conhecimento de todos.

Por favor.

Então, esta é a missão da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, que já existe, como diretoria, há mais de 40 anos este ano faz 42 anos de existência da diretoria. Já existiam outros serviços de fiscalização de produtos controlados, desde muito tempo. Tem um decreto de 1934, que foi o primeiro decreto que regulamentou a fiscalização de produtos, ainda pelo Ministério da Guerra.

Então, esta é a missão da diretoria, regular, autorizar e fiscalizar várias atividades, sob sua responsabilidade, que tratam do uso de produtos controlados pelo Exército, principalmente armas de fogo e munições.

Pode avançar, por favor.

Temos aí uma imagem com alguns dos principais produtos controlados pelo Exército.

A definição do que é um produto controlado está no Decreto nº 10.030, que determina que, basicamente, é um material de interesse militar ou que possua poder destrutivo; propriedade que possa causar danos à pessoa ou patrimônio; ou, ainda, a indicação da necessidade de manter esse material controlado pela sua periculosidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode avançar, por favor.

Nós temos uma portaria no Exército que lista 382 produtos controlados pelo Exército. Essa lista não é exaustiva. Existem outros produtos, também, que estão entrando nessa portaria, que vai ser revista, mas um número bastante considerável.

Pode avançar.

O sistema de fiscalização de produtos controlados. A DFPC, é o órgão técnico normativo, fica aqui em Brasília, e nós orientamos os trabalhos que são realizados pelas 12 regiões militares, espalhadas em todo o território nacional. Essas regiões militares, por sua vez, se ligam com as organizações militares subordinadas, que fazem efetivamente os trabalhos, principalmente de fiscalização e de autorização nos processos que tramitam sob o encargo do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados.

O Decreto nº 10.030 também coloca que alguns órgãos são auxiliares da fiscalização de produtos controlados. São os órgãos de segurança pública, os órgãos da administração pública federal, aos quais compete a atividade de comércio exterior, as secretarias especiais da Receita Federal, os serviços postais, as entidades de tiro, entre outras.

Então, isso mostra muito bem que o sistema só consegue funcionar de maneira adequada se houver um ambiente interagências e se houver sinergia de esforços na mesma direção.

Aqui, um ponto que traz algumas limitações, naturalmente, as definições de poder de polícia. O Exército, no trato da fiscalização de produtos controlados, do sistema de fiscalização, tem uma atuação contra a irregularidade dentro do poder de polícia administrativa. Então, o que nos é permitido é aplicação de advertência, multas, apreensões de material, cassação ou interdição. Nós não temos o poder de polícia judiciária, que permite a atuação dos órgãos de segurança pública contra crimes, como o caso de execução de prisão de pessoas ou instauração de inquéritos criminais.

As atividades sujeitas a controle pela fiscalização de produtos controlados são a fabricação, a utilização, a importação, a exportação, o desembaraço alfandegário, o tráfego e o comércio.

A partir de agora, eu começo a mostrar algumas imagens dos trabalhos que são realizados pelo Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados.

Por exemplo, uma atividade que foi realizada no ano passado no Rio Grande do Sul, na cidade de Ametista do Sul, uma reunião com garimpeiros possuidores de certificado de registro para utilização e armazenamento de produto controlado pelo Exército. A economia da cidade gira em torno da atividade extrativista em Ametista do Sul e eles estavam utilizando um material que não estava autorizado. Então, foi feita uma operação interagências, nós orientamos exatamente, o problema foi resolvido, foi tudo legalizado e a economia da cidade voltou a girar. Houve um período em que a economia ficou praticamente estagnada em função da impossibilidade de utilizar o material sem autorização para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais ações de fiscalização.

Nessa primeira foto, em cima e à esquerda, nós podemos observar o ambiente interagências... (*Pausa.*)

Desculpe.

... envolvendo militares do Exército e integrantes de outros órgãos de segurança pública, que contribuíram também para a execução de algumas operações.

Pode avançar, por favor.

Fiscalização. O desembaraço alfandegário realizado por nós também, principalmente nos principais portos e aeroportos. Toda vez que entra ou sai um produto controlado pelo Exército, é preciso identificar e verificar se esse produto está legalizado, está correto; ou seja, se ele pode entrar ou sair do país de maneira legal.

Participamos também de fiscalização de eventos com produtos controlados. Toda vez que tem um evento de grande porte, como teremos agora no início do mês em São Paulo – uma feira muito grande, vêm expositores de todo o mundo –, nós temos que fazer todo o desembaraço alfandegário na chegada desses expositores, acompanhar durante a execução do evento e, posteriormente, na saída, temos que fazer também o acompanhamento para ver se todo material que entrou legalmente está saindo do país também. Então, essa feira, por exemplo, inicia-se no dia 1º de abril, vai até o dia 4, nossa equipe está se deslocando lá para São Paulo, no dia 27, e passa praticamente o feriado da Semana Santa inteiro trabalhando no desembaraço alfandegário dos expositores que chegam.

Fiscalização de pedreiras também é outro trabalho muito importante, que tem um cunho muito significativo em Minas Gerais, em Santo Antônio do Monte, e já existe um desenvolvimento grande dessa atividade também no interior da Bahia.

Fiscalização de armazenamento de produtos químicos, principalmente nos portos: Santos, Paranaguá... A entrada, a chegada e a saída desses produtos químicos também têm que ser fiscalizada.

Fiscalização de fábricas de fogos de artifício também é um trabalho importante.

Fiscalização no Porto de Santos.

Pode avançar. Pode passar, por favor.

E ainda a fiscalização de colecionador, atirador e caçador.

Pode passar.

A fiscalização de entidades de tiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode avançar, por favor.

E a fiscalização do comércio que é autorizado a vender armamentos e munições.

Pode avançar, por favor.

Nós temos um termo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça para que nós façamos a destruição das armas de fogo que foram apreendidas pela Justiça e não interessam mais para persecução penal. Então, essas armas são entregues em organizações militares do Exército para que possamos fazer a operação de pré-destruição e destruição desse armamento. Todo armamento que chega nessas organizações militares é rigorosamente conferido pela lista que a autoridade responsável traz, nós verificamos a numeração desse armamento, se realmente está compatível...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS ALEXANDRE FERNANDES DE ARAUJO – ... e fazemos, de imediato, a predestruição desse armamento, para que ele fique inservível para o uso. Então, uma vez que ele foi predestruído, ele não tem mais condições de funcionamento e fica armazenado, até que, num segundo momento, nós possamos levar esse armamento para um alto-forno de empresas siderúrgicas, que, normalmente, fazem esse trabalho de maneira voluntária e gratuita junto ao Exército, para que nós possamos fazer a destruição total do armamento pelo derretimento.

Pode avançar, por favor.

Saindo um pouco da parte das atividades de fiscalização e entrando na parte de normatização, conforme o Dr. Campidelli falou, nós temos tido um contato muito profícuo com os integrantes do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, no sentido de elaborar vários normativos decorrentes do Decreto 11.615. Iniciamos com o acordo de cooperação técnica que definiu os termos da transferência de competência prevista no Decreto 11.615. Posteriormente, veio a portaria conjunta que define os parâmetros de aferição de listagem de calibres nominais das armas que são consideradas de uso permitido e de uso restrito, e, depois, seguiram mais quatro portarias.

A Portaria 166, que regula as atividades de produtos controlados pelo Exército com caçadores, atiradores e colecionadores, foi fruto também de longas discussões. Acho que chegamos a um bom termo dentro das limitações que estavam previstas no decreto, lembrando que nós não temos competência para mudar aquilo que está balizado pelo decreto, e produzimos essa portaria, que entrou em vigor, no final do ano, já que esse mercado ficou praticamente parado o ano inteiro, com o Decreto 11.366, de 1º de Janeiro, e, posteriormente, o Decreto 11.615.

Quando o Decreto 11.615 foi editado, nós ainda tivemos que manter bloqueadas as atividades de concessão de certificado de registro e outras atividades para CAC, porque havia a necessidade de estabelecer uma nova regulamentação que se adequasse às novas imposições e às novas restrições do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decreto. Então, com essa Portaria 166, o mercado voltou a ser liberado. Naturalmente, há um prazo ainda, com que as pessoas têm que se acostumar, para entenderem como é que funciona essa legislação, para que ela possa surtir os efeitos desejados.

Pode avançar, por favor.

Hoje, o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados trabalha com 2,2 mil pessoas. Esse efetivo era de, aproximadamente, 1,6 mil, em 2019, e foi crescendo, progressivamente, diante da necessidade de colocarmos mais gente para atender a demanda que vinha se apresentando. Hoje, aproximadamente, um terço das organizações militares do Exército, espalhadas em todo o Brasil, participam da fiscalização de produtos controlados de alguma forma.

Pode avançar.

Por fim, é necessário fazer a capacitação de todo o pessoal, sejam eles militares, sejam apoiadores do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados, para que possamos cumprir as nossas atividades da melhor maneira possível.

Pode avançar.

Por fim, esta é a mensagem final, o Exército Brasileiro, por meio da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, está empenhado em cumprir as suas atribuições previstas na lei e nos decretos que as regulamentam, de acordo com as políticas públicas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos aí a participação do General de Brigada Marcus Alexandre e agora passamos a palavra ao Dr. Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, que é Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Dr. Nísio, por favor.

O SR. NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO (Para expor.) – Uma boa tarde a todos e todas aqui presentes!

Senador Sérgio Petecão, na pessoa de quem saúdo todos os integrantes desta mesa, Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores, primeiramente, também, como os demais, devo registrar aqui que é uma honra poder estar aqui presente podendo falar pelo Conselho Nacional do Ministério Público nesta honrosa missão desta tarde de hoje nesta Comissão sobre um tema que já foi bem explanado pelos que me antecederam em aspectos nos quais eu não entrarei para não ficar repetitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério Público recebe, de uma forma costumeira, ofícios vindos do Exército relativos exatamente àquela questão que foi colocada, da fiscalização dos produtos que foram feitos e das falhas que se encontram, então, encaminhados geralmente pelo Exército e pela Polícia Federal. Nós recebemos esses ofícios e relatamos os casos para a adoção das medidas penais e processuais penais cabíveis em cada situação específica, o que é feito dentro do nosso dia a dia nos fóruns.

Mas existe uma situação que eu aproveito para trazer, porque o Ministério Público, assim como a magistratura, também é usuário do sistema. Nós temos, dentro da previsão legal, três possibilidades de aquisição de armas de fogo por parte do Ministério Público: seja pela instituição para uso dos seus agentes que atuam na área de segurança institucional; pela instituição para uso dos membros do Ministério Público em eventual necessidade; e uma previsão feita na Lei Complementar 75, no caso do Ministério Público da União, a que eu pertenço, por aquisição direta de arma de fogo por parte dos membros. A Lei Complementar 75 nos confere o porte de arma independentemente de autorização.

E aqui surge um pequeno problema na prática que nós estamos enfrentando hoje diante dessa nova regulamentação que existe.

Primeiramente, deve-se observar que magistrados e membros do Ministério Público possuem esse porte de arma de fogo legalmente previsto em virtude do ônus da função que nós exercemos. É uma função que gera um risco, pelo combate ao crime organizado, pelo combate à criminalidade em geral; a pessoa que está exposta, que assina a denúncia, que participa das audiências, que sentencia os feitos, os promotores e juízes que atuam nesses casos como um todo, e que, pela função constitucional, acabam se imiscuindo, entrando dentro de questões, de debates, de disputas, como a criminalidade organizada ou, às vezes, até mesmo em situações de interesses privados que se colocam, gera-se um grau de tensão e, por vezes, resultam em ameaças ou mesmo, infelizmente, atentados contra promotores e juízes. Bastaria aqui lembrar o caso Patrícia Acioli, que motivou a criação da Lei 12.964, de 2012; mas, ainda recentemente, em agosto do ano passado, nós tivemos um colega, promotor de justiça do Rio Grande do Sul, que, após uma sessão do Tribunal do Júri, ao chegar em sua residência, foi vítima de uma emboscada, na qual efetuaram 11 tiros, 11 disparos contra o seu veículo – por sorte, apenas um o acertou.

Isso gera essa situação de risco que nós vivemos. E nós tivemos aqui, pelas estatísticas dadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no ano passado, cerca de 127 membros do Ministério Público sujeitos a medidas de proteção em virtude de ameaças que foram feitas, em todo o Brasil, e isso gerou exatamente essa preocupação do legislador, a preocupação deste Congresso Nacional com essa autorização legal. Historicamente, desde 2002, com a Portaria 21 do DLOG, é autorizada aos membros do Ministério Público e da magistratura a aquisição de armas de fogo de calibre restrito, que foi expandido depois: no início, era ponto 40, e depois foi expandido – com a Portaria 25-Colog, de 2016 – para outros calibres: ponto 357, 9 milímetros. E agora, recentemente, com a questão dos decretos que vieram no ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, em especial o art. 13, I e II, do Decreto 11.615, de 2023, houve uma restrição, ou melhor dizendo, um óbice à aquisição de armas de uso restrito.

Nós tivemos situações aqui, no Distrito Federal exatamente, em que nós podemos acompanhar de perto, mas há casos que são relatados por vários colegas de outros estados em que há um pedido de aquisição, por parte de um membro do Ministério Público, de uma arma de uso restrito e uma negativa da Polícia Federal, sob um fundamento de que faltaria uma regulamentação por parte do Comando do Exército sobre essa matéria. Isso nos traz uma preocupação. Nós entendemos essa necessidade de alteração de regulamentação, a necessidade de atualização das regras, nós entendemos toda a dinâmica que é feita hoje, que se motivou depois dos decretos, tanto no Exército como na Polícia Federal, mas nós temos uma preocupação, porque nós estamos lidando com vidas humanas, de pessoas que acabam se colocando em risco e que... Com a devida vênia, nós não estamos falando aqui de CACs. Não é um promotor ou um juiz, não é um magistrado ou um membro do Ministério Público que está buscando uma arma de fogo para, no seu momento de lazer, ter uma atividade esportiva ou por colecionar armas. Nós estamos lidando, falando de profissionais, que, em virtude de uma profissão que possui o seu risco inerente, acabam se colocando em situação de risco. E que, caso não seja possível, a gente teria uma alternativa, que seria o quê? Requisitar da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Polícia Militar, uma escolta 24 horas, o que acabaria onerando ainda mais as instituições públicas, inviabilizando, em muitos casos, a gente sabe dos problemas de efetivo que cada uma dessas instituições possui, mas nós estamos lidando com vidas humanas, de profissionais e com situações que nós não podemos repetir na nossa República, como foi o caso de Patrícia Acioli.

Então esse é o primeiro ponto que eu gostaria de trazer, da mesma forma como outra colocação feita por promotores com quem tive a oportunidade de conversar sobre essa matéria: eles colocam que há uma restrição contida no Decreto 11.615 a uma aquisição de 50 munições por ano. O que pode ser, às vezes, viável, como eu disse, em situações de civis, de pessoas que têm interesse particular na aquisição de arma, para fins de coleção, atiradores, colecionadores, caçadores, mas, no caso do Ministério Público e da magistratura, é uma restrição que se mostra complicada, difícil, porque impossibilita o devido treinamento, a devida manutenção.

Eu me lembro de um artigo que li muitos e muitos anos atrás, de um policial americano, que falava...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO – ... que é melhor que você não tenha uma arma de fogo, mas, caso você tenha uma arma, você tem que conhecê-la, você tem que entender o seu funcionamento, você tem que ter uma prática, um uso, o treinamento contínuo com aquela arma, como se brinca na caserna, que a arma é a namorada do soldado, porque aquela arma pode dar um grande problema se você não souber como manuseá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós temos essa situação hoje que demanda uma visão especial, é o apelo que já aproveito e faço ao General Marcus, ao Dr. Campidelli, porque nós estamos numa situação que é bem delicada.

E encerro apenas lembrando, em resumo de tudo, que os membros do Ministério Público e da magistratura, ao exercer atividade profissional de risco, sobretudo diante do cenário atual da organização e sofisticação dos grupos criminosos, harmonizando com o livre porte de arma que é conferido pela legislação para magistrados e Ministério Público, volto a esse ponto de que nós não estamos tratando aqui de um cidadão comum que resolve querer utilizar uma arma, querer ter uma arma, mas nós necessitamos da plenitude das nossas prerrogativas legais no que se refere à aquisição dessas armas com calibres seguros eficazes.

Então, Senador, agradeço novamente por esta oportunidade e estou aqui à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós temos presente aqui o Senador Alessandro Vieira, que é o autor do requerimento, o Senador Marcos do Val. Temos também o nosso querido Senador Hamilton Mourão e chegou agora a nossa Senadora querida, Senadora Margareth.

Nós temos aqui ainda o David Marques, cuja participação vai ser por videoconferência, que é Coordenador de Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Então, nós vamos passar a palavra ao David e em seguida já passamos ao nobre Senador Alessandro Vieira. Está bom?

Por favor, David.

O SR. DAVID MARQUES (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, me ouvem bem? Boa tarde a todos e todas...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Estamos ouvindo bem, viu, David.

O SR. DAVID MARQUES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Cumprimento a todos na presença e na pessoa do Presidente, Senador Sérgio Petecão. Agradeço o convite do Senador Alessandro Vieira para a participação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aqui nesta audiência pública do Senado. Cumprimento os demais Senadores presentes na atividade e também os companheiros de mesa.

Bom, eu falo aqui em nome de uma organização. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma organização da sociedade civil. Então, eu acho que vou tentar contribuir com essa discussão a partir de um ponto de vista que é um pouco diferente das demais falas que foram realizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fórum existe desde 2006. É uma instituição que foi criada com o objetivo de qualificar, ajudar na sistematização de dados e informações de interesse público na área de segurança pública, sobretudo dados produzidos pelas instituições policiais.

Além de uma equipe executiva, a gente tem também uma associação com mais de 200 membros, dos quais mais de 50% são profissionais das carreiras de segurança pública ou gestores da área e que, portanto, se reúnem para construir um ambiente de referência nessa discussão para a modernização do campo da segurança pública.

E é justamente desse ponto de vista que eu gostaria de trazer a discussão. A discussão do controle de armas é uma discussão muito importante quando a gente está falando de segurança pública.

A gente passou por um processo de grande flexibilização no acesso a armas de fogo. E, como é possível notar pelas evidências produzidas, tanto pela auditoria do Tribunal de Contas da União, pela vasta cobertura da imprensa e também pelo trabalho da sociedade civil, ficaram evidenciados, portanto, os diversos problemas que aconteceram na concessão desse direito ao acesso a armas de fogo e também na fiscalização desse armamento, tanto do ponto de vista das armas quanto das munições.

Alguns dados que caracterizam um pouco esse fenômeno. Os dados que a gente sistematizou aqui no Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, entre 2017 e 2022, o número de pessoas registradas como CAC, colecionadores, atiradores e caçadores, cresceu mais de 12 vezes, atingindo mais de 780 mil certificados de registro em 2022.

Agora, olhando para o Sinarm, que é o sistema sob responsabilidade da Polícia Federal, a gente teve um crescimento nesse período de 2017 a 2022 de mais de 144% no número de registros ativos, alcançando mais de 1,5 milhão de registros em 2022. No entanto, embora a gente tenha tido esse crescimento bastante acelerado no número de armas de fogo em circulação, no mercado legal, assim como essa quantidade, esse grande número de evidências de desvios que conectam o mercado legal e o mercado ilegal, ainda assim, o número de armas de fogo apreendidas pelas polícias estaduais apresentou redução em 2022. Em que pese as apreensões federais, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal tenham crescido nesse período, elas ainda representam a menor parte das apreensões que são realizadas no sistema de segurança pública. Então a gente teve uma redução, entre 2021 e 2022, de mais de 8% no número de armas de fogo apreendidas.

Então esses registros devem ser considerados muito mais como indicador de ausência de priorização da retirada de armas de fogo ilegais de circulação e da quase completa inexistência de trabalhos investigativos e de inteligência policial mais estruturados, que coloquem o desvio de arma de fogo entre o mercado legal e o mercado ilegal no centro da sua estratégia, do que propriamente um indicativo de menos crimes e outras ilegalidades cometidas com a utilização da arma de fogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse cenário tem impactos diretos na segurança pública. Em 2022, a gente teve 47.398 vítimas de mortes violentas intencionais; 76,5% dessas mortes foram cometidas com arma de fogo. A gente teve também um processo de diversificação nos tipos e calibres de armas permitidos, o acesso ao público, aos privados, aos civis. E isso também trabalhou, teve impactos concretos no mercado ilegal. Se antes a gente tinha, por exemplo, a questão da pistola calibre 9mm como um calibre de uso restrito, passa a ser permitido, isso se refletiu lá na ponta e no trabalho dos policiais da ponta, num maior nível desse armamento sendo apreendido também no mercado ilegal, mostrando então essa conexão entre o mercado legal e o mercado ilegal.

As investigações policiais também têm apontado para uma modernização dos arsenais à disposição do crime organizado. Se antes a gente tinha um preço estimado médio, no mercado ilegal, de um fuzil a R$70 mil, e o fuzil, no mercado legal, chegou a ser vendido por até R$15 mil, fica evidente o quanto essas mudanças no mercado legal atraíram a atenção das organizações criminosas.

As armas de fogo são bens duráveis e, se elas forem bem cuidadas, elas podem continuar em funcionamento por décadas. Até hoje, o país sofre com a violência cometida com o uso de armas de fogo fabricadas nos anos 70, 80 e 90. Portanto, não é exagero pensar que as armas que entraram em circulação durante os últimos seis anos continuarão a circular na nossa sociedade nas próximas décadas. E aí, o desafio passa a ser mensurar e documentar os efeitos que esse cenário trará e tem trazido para a sociedade, para a segurança pública. E é nesse aspecto que o fórum tem se dedicado a fazer essa documentação.

A partir de 2023, medidas foram tomadas pelo Estado para oportunizar uma espécie de freio de arrumação e de reconstrução de uma política mais racional sobre armas de fogo no país. Nós avaliamos como positivas várias das medidas que foram trazidas, sobretudo pelo decreto de julho de 2023, incluindo o fim do porte de trânsito, a volta das categorias dentro dos CACs, sobretudo dos atiradores, e a mudança da gestão dos CACs para a Polícia Federal, para citar apenas alguns exemplos, alguns aspectos do decreto.

Contudo, é muito importante, do nosso ponto de vista, que sejam oferecidas à Polícia Federal condições para estar à altura desse novo desafio, em termos informacionais, tanto quanto do ponto de vista de recursos humanos, para que a Polícia Federal possa ser criteriosa o suficiente na concessão e rigorosa o suficiente na fiscalização após essa concessão. E aí foi interessante, no meu ponto de vista, observar a fala do Dr. Campidelli, mostrando um pouco como a Polícia Federal tem estruturado esse processo de estruturação, de fato, da instituição para dar conta dessa nova tarefa.

Vou mostrar aqui uma breve observação dos dados abertos da Polícia Federal.

Considerando o universo das armas de particulares à disposição do Sinarm, que ainda não contempla os CACs, a gente tem nesse sistema da Polícia Federal quase 2,9 milhões de armas de fogo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particulares registradas no Sinarm. Contudo, mais da metade, ou seja, 56%, estão com registros vencidos, o que dá 1,6 milhão de armas.

Então, fica uma questão: como se dará esse processo de fiscalização dessa enorme quantidade de armas, ainda mais adicionando neste cenário essa transferência de responsabilidade com relação às armas dos CACs?

A partir desta breve exposição, a gente justifica a posição que o fórum vem defendendo, para que a gente tenha no país uma política racional e responsável de controle sobre as armas de fogo, pois essa política é de vital importância para que a gente possa ter um país mais seguro e menos violento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós agradecemos a participação do David.

E agora nós vamos facultar a palavra ao autor do requerimento desta nossa audiência, que é o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos, a todas.

Nessa seara de desarmamento, armas de fogo, legítimo direito de posse e de porte, antes de qualquer coisa, a gente tem que fazer uma ressalva, uma espécie de prévia.

Num ambiente sempre tão polarizado, tão emburrecido pela polarização e pelo radicalismo, tem-se que se fazer algumas ressalvas imediatas. A primeira delas: nenhuma atividade pode ser, nenhuma iniciativa pode ser previamente demonizada. Os CACs, caçadores, atiradores, colecionadores, não devem ser demonizados. É uma atividade legítima, correta. Não deve ser demonizada a Polícia Federal, e muito menos as Forças Armadas, em particular o Exército, por eventuais falhas, mas é preciso apontar essas falhas, reconhecê-las e fazer a devida correção.

Salvo engano, em abril de 2019, já estávamos reunidos, na CCJ, desse conjunto aqui, seguramente, o Senador Petecão, o Senador Marcos do Val, discutindo esse tema. E naquelas discussões já se aclarava com absoluta precisão a má qualidade da fiscalização e do registro das armas de fogo no Brasil, em 2019.

Infelizmente, de 2019 para cá, as coisas não melhoraram em absolutamente nada. Elas só pioraram – elas só pioraram. E é preciso identificar onde está o gargalo, qual é o problema, para que a gente possa fazer as correções devidas, porque, no final das contas, o que nós todos queremos é corrigir os problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que me motivou, Presidente Petecão, a fazer o requerimento foi o primeiro relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União relativo a um processo de auditoria feito no controle de armas e munições a cargo do Exército Brasileiro no período de 2019 a 2022. O Ministro relator é o nosso querido colega Antonio Anastasia, e nós conhecemos a seriedade, o equilíbrio, o cuidado que Anastasia tem em tudo o que faz. Os achados que ele aponta são alarmantes.

O primeiro achado identificado aponta – sendo o mais breve e sucinto possível, Sr. Presidente – que aproximadamente 24 mil indivíduos estão em execução de pena, com mandado de prisão em aberto ou tiveram registro de ocorrência policial grave, criminal grave e tiveram o registro concedido como CAC – são 24 mil pessoas. E questionado, o Exército admite que faz apenas uma verificação formal da documentação apresentada, sem verificar a autenticidade dos documentos ou consultar o nome em qualquer das bases abertas para o público, como o Banco Nacional de Mandados de Prisão, ou os restritos, como o Sinesp, por exemplo.

Um segundo achado relevante da auditoria é que o Exército Brasileiro não verifica a habitualidade dos atiradores desportivos. A característica que define um atirador desportivo é a habitualidade; ele atira todos os meses, ele participa de eventos e competições. Se ele não atira todos os meses e não participa de eventos e competições, ele naturalmente não é um atirador esportivo; ele não pode ter esse registro, não poderia ter a arma, não poderia ter a possibilidade e a capacidade de adquirir munições. O Exército não faz essa verificação, infelizmente, salvo engano, desde 2019.

O terceiro ponto identificado é que apenas 10,37% das pessoas físicas que tiveram o seu registro como caçador concedido e revalidado ou revalidado junto ao Exército, de 2019 a 2022, só 10% conseguiram autorização para serem caçadores junto ao Ibama. Então, tem 90% que só são caçadores para o Exército Brasileiro, e não são para o Ibama. Eu não consigo vislumbrar no nosso ordenamento jurídico como eles podem legalmente caçar; me parece que não podem. Mas mesmo assim, por uma possível falta de comunicação entre os bancos de dados, nós temos a continuidade da aquisição de armas e munições por esse público. A auditoria aponta 150 mil armas registradas no acervo de caça, com autorização do Exército Brasileiro, sem a devida a verificação e comprovação de que são utilizadas ou serão utilizadas para efetivamente atividade de caça dentro dos limites legais.

Um quarto ponto eu cito textualmente: "A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército foi incapaz de fornecer dados confiáveis relacionados à quantidade de vistorias e fiscalizações de CACs e identidades de tiro". E aponta-se como causa a inexistência de um sistema informatizado central que gerencie essas atividades e a descentralização do seu planejamento e execução. A consequência é que as fiscalizações não têm eficiência. E, de novo, eu faço esse registro porque ele é muito importante, eu tenho absoluta confiança na seriedade das Forças Armadas Brasileiras, absoluta. E, ao longo do mandato, tenho sido sempre um parceiro, em particular, do 28° BC, sediado lá na cidade de Aracaju, nossa capital sergipana. Mas esse é um fato, é um dado, e é um dado que já existia lá em 2019 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possivelmente existia desde sempre: a falta de uma fiscalização adequada, que coincide, infelizmente, com o aumento exponencial na quantidade de armas em circulação.

O achado nº 5. As vistorias e as fiscalizações baseiam-se em avaliações de risco que ignoram riscos relevantes e que não utilizam informações e ferramentas úteis e disponíveis para a administração. E aí nós vamos a exemplos identificados pela auditoria do Tribunal de Contas da União, sob a relatoria do Ministro Antonio Anastasia: foram identificadas 35.696 armas com *status* "o.k." vinculadas a 14.691 registros cancelados; 49.763 armas de fogo "o.k." vinculadas a 23.451 registros vencidos; 2.579 registros ativos vinculados a falecidos; 21.422 armas com *status* "o.k." vinculadas a falecidos; 22.493 CACs que possuem ao menos uma arma e que constam ao mesmo tempo no CadÚnico – nosso registro, essencial para programas como o Bolsa Família, que traz como corte de renda um patamar aparentemente incompatível com a aquisição de armas de fogo, pelo valor elevado desse objeto –; pessoas físicas: 3.873 armas apreendidas em São Paulo, de 2015 a 2020, com indícios de compatibilidade com armas encontradas no Sigma.

Então, nós temos um problema sério com relação a esse ponto.

O achado nº 6 é o Sistema de Controle de Vendas e Estoque de Munições (Sicovem). Ele é utilizado, senhores e senhoras, para registro das vendas de munições realizadas no Brasil, e ele foi produzido e é gerido pela CBC, que é a empresa que faz a venda. É um agente econômico privado, relevante, do mercado fiscalizado, e existe um evidente potencial conflito de interesses, em que o fabricante é o responsável pelo cadastro e fiscalização do seu próprio produto – é mais ou menos a Souza Cruz fiscalizando a venda de cigarros. Não parece uma coisa que faça muito sentido técnico. E, mais ainda, hoje nós temos uma situação, em particular, de outros fornecedores de munição que passam a ter que utilizar o sistema que é gerido pela sua competidora.

Então, de fato, me parece que nós temos um problema de governança, de legislação. E aí, como a minha postura com relação ao tema é sempre no sentido de solucionar problemas, é preciso identificar: é um problema orçamentário? É um problema de infraestrutura que pode ser sanado? É uma escolha política? Quem fez essa escolha? – porque é uma escolha incompatível com a gestão pública; absolutamente incompatível, porque não garante a segurança da informação e não garante a credibilidade no sistema.

Os problemas são graves, também, no tocante a venda e controle de munições. A baixa qualidade... É o achado nº 7 desse registro da auditoria do TCU: a baixa qualidade e confiabilidade dos registros existentes no Sicovem. Os registros feitos antes de 02/11/2018 não contêm nem CPF, nem número do CR ou do Craf do adquirente. Dos registros posteriores a 2018, 14,67 contêm Craf inexistente no Sigma; 32,58, CR inexistente no Sigma. Além de – isso é uma amostra – lançamentos de venda, como, por exemplo, 167 vendas a falecidos, 1.957 vendas para Craf de acervo colecionador – e o colecionador, *a priori*, não tem autorização para essa compra –; e, novamente, identifica-se conflito de interesses entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem quer vender o maior volume possível e o interesse da administração, que é garantir a efetiva prestação de serviço em benefício da sociedade.

Então, vamos fazer alguns destaques na p. 59 do relatório. Essa parte é resultado da atuação dos auditores do Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas não está aqui presente – certamente o Presidente Sérgio Petecão registrou isso – porque ainda está em andamento o procedimento, e o tribunal vai se manifestar após o julgamento. Já há relatório, já há análise técnica, vai para julgamento.

Quando a equipe fez o seu *logon* como lojista no Sicovem, eles identificaram a seguinte situação: o sistema permitiu a venda de munições para falecidos; o sistema permitiu a venda de munições para menores de idade; o sistema permitiu a venda de munições utilizando CPF de uma pessoa e registro de outra; o sistema permitiu a venda de munições inserindo letras junto com os números do CPF; o sistema permitiu a venda de munições usando registros com número zero, zero, zero, zero, zero, zero; o sistema permitiu a venda de munições sem informar o número do registro, o registro da arma, utilizando o CR da empresa que vendeu a munição; o sistema permitiu a venda de munições de calibre diferente do registrado, em nome do CAC. Por exemplo, foi possível comprar munição de 556, meu colega Mourão, usando o Craf de uma arma 22, o registro de uma arma de fogo de calibre 22.

Isso gera uma conclusão, no mínimo – sendo respeitoso – de que não é um sistema. Não é um sistema; é uma planilha de Excel, mal e malfeita, destinada apenas a servir aos interesses da empresa que vende.

E o que me incomoda – para além do registro do cidadão e do profissional de segurança pública, com mais de 20 anos de segurança pública, das consequências na segurança e tudo mais – é o dano à imagem das Forças Armadas, porque se transfere o carimbo, automaticamente, das Forças Armadas, do Exército Brasileiro para isso aqui. E isso é absolutamente inaceitável.

O achado número oito: registros incompletos e inconsistentes no Sigma, em desconformidade com a legislação. Por exemplo: a ausência de endereço profissional em 79,94% dos registros de pessoa física; a ausência de campo adequado para fornecer os dados do vendedor, ou da nota fiscal referente à arma de fogo. E a consequência, óbvio, natural: nós não temos a identificação, sequer em 10% dos registros, referente à profissão dessa pessoa. O Dr. Nísio estava se referindo à dificuldade de conseguir a aquisição de armas para os membros do Ministério Público. E, veja, tem gente que consegue sem nem indicar qual é a sua profissão registrada, sendo que todos nós sabemos que ter uma ocupação lícita é requisito básico para ter acesso a uma arma de fogo.

O achado número nove, Presidente, tentando ser o mais breve possível: a inexistência no Sigma dos dados relativos às armas institucionais das Forças Armadas, das polícias militares, dos corpos de bombeiros militares e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. E aí é uma questão de interpretação. A interpretação de que não há necessidade de registro para essas armas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corresponde à melhor análise, uma vez que essas armas podem ser extraviadas, podem ser subtraídas, essas armas podem ser utilizadas até numa ação impensada por um dos próprios membros das corporações. Nós estamos tratando aí de aproximadamente 235 mil armas de polícias estaduais que estão fora de qualquer sistema informatizado, mesmo localmente; e nenhuma das aproximadamente 700 mil armas institucionais das polícias entrou no Sigma. Sem esse cadastro, eu não tenho como fazer absolutamente nada sob o ponto de vista de investigação.

Caminhando para o final, Sr. Presidente, o décimo achado é que o Sigma apresenta deficiência nos controles relativos à segurança da informação e à auditabilidade dos dados inseridos, porque ele não armazena os *logs* de consultas feitas pelos militares. Então, eu não posso verificar quem fez o cadastramento, quem fez as alterações. E aí – eu sou Delegado de polícia – acho que o Dr. Cristiano também fica com uma angústia muito grande de ver uma ferramenta tão óbvia de fiscalização negligenciada dessa forma, lembrando sempre o tamanho da credibilidade e do respeito que merecem nossas Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro.

O achado número 11 é de que o Exército reduziu os recursos orçamentários efetivamente direcionados à fiscalização e controle, apesar do aumento da receita com a aplicação das taxas vinculadas ao sistema de fiscalização e controle. E aí eu realmente preciso de um esclarecimento, porque os dados apresentados por todos apontam um aumento exponencial no volume de armas, no volume de registros, no volume de taxas naturalmente. E, infelizmente, quando se compara 2017 e 2022, nós tínhamos 143 mil CACs registrados em 2017, nós temos quase 900 mil em 2022, e a fiscalização diminuiu percentualmente e em termos pecuniários.

E, por último, essa questão da falta de averiguação e de avaliação sistemática com relação à idoneidade e aptidão psicológica daqueles que já recebem o porte por consequência da sua condição de integrante das Forças Armadas, integrante de órgãos policiais. Essa deficiência gera problemas na ponta. Eu tenho aqui ao lado a Senadora Margareth, que vem apresentando uma sequência enorme de bons projetos na defesa da vida da mulher, no combate ao feminicídio, e, no momento em que eu não tenho avaliação psicológica adequada de quem importa tomar de fogo, estou aumentando o risco inclusive nessa área.

Eu vou tentar resumir minhas perguntas, focando-as na figura do nosso General de Brigada Marcus Alexandre.

Quais são as razões para que esse problema exista, que esses tantos problemas existam e para que eles não tenham sido ainda solucionados, considerando que eles são notórios há tanto tempo – nesta Casa, no mínimo, desde 2019 – e considerando que naturalmente existe orçamento para isso tudo?

E um segundo ponto quase que incidental: qual foi o critério de definição para autorização de armas de fogo que estabeleceu aquele patamar de, salvo engano, 1.750J de força na ponta do cano, o que limita as armas e faz a escolha e que, supostamente, coloca como arma permitida para venda os derivados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do T4, da Taurus, mas exclui os outros tipos de fornecedores de armas da mesma natureza? Eu estou falando de fuzil. Fuzil, que – eu fiz questão de fazer a cola com o meu colega, hoje Senador, General Mourão – é uma arma de guerra e não é uma arma vocacionada para a defesa pessoal, embora obviamente possa ser utilizada para a defesa pessoal, como até uma pedra pode, mas essa não é a função dessa arma.

E, quando eu faço uma alteração legislativa, e ela transcende governos, e existe uma preocupação sobre uma aparente restrição para competição de mercado, ao mesmo tempo em que abre as portas para uma arma de altíssimo potencial lesivo para uso de pessoas que, como demonstramos na leitura dos dados do TCU, não são nem minimamente fiscalizadas... Não sei se o nosso Petecão é um acompanhante dessa seara, mas nós tivemos a possibilidade de fazer coleção de uma quantidade enorme de armas do mesmo modelo, tipo e marca; um caso raro de colecionador que coleciona a mesma coisa, no caso, o fuzil. E aí não faz o menor sentido.

Então, se o senhor tiver minimamente resposta para esses questionamentos, com um viés construtivo, para entender: quais são os gargalos? Por que não se compatibilizou ainda? Por que a Federal, a civil, as polícias não conseguem acessar esses dados? Qual é a grande dificuldade? É um mercado bilionário, arrecadam-se milhões, e eu não consigo fiscalizar coisas básicas.

Então, nessa linha, nós caminhamos.

Apenas mais uma pergunta incidental: as multas aplicadas pelo descumprimento na fiscalização são submetidas a algum teto específico pecuniário? De novo: o mercado é milionário, e existe a possibilidade de empresas que giram um valor altamente expressivo serem submetidas apenas a multas quase que simbólicas ou irrisórias.

Peço desculpas pelo alongado, Presidente Petecão, e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós temos aqui algumas perguntas do Senador Alessandro.

Nós temos que estabelecer um critério. O General já responde?

Pela ordem aqui, depois seria o Senador Marcos do Val.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu acho melhor, até porque tem um questionamento aí, ouvirmos o General; depois, nós ouviremos o Senador Marcos do Val.

General, o senhor está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS ALEXANDRE FERNANDES DE ARAUJO (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Alessandro Vieira, obrigado pelas perguntas e pela oportunidade de apresentar algumas ideias a respeito do tema.

Inicialmente, no que diz respeito à auditoria do TCU, essa auditoria iniciou-se em abril do ano passado. Eu estava recentemente empossado no cargo. E uma das primeiras coisas que nós fizemos foi procurar a equipe de auditoria do TCU – fomos até o TCU, junto com integrantes do Centro de Controle Interno do Exército – para entender o funcionamento dessa auditoria, como ela seria executada.

Fomos muito bem recebidos lá no TCU. Conversamos, entendemos exatamente a proposta. Verificamos que tinha um volume bastante grande de informações que eles demandariam de nós. Inclusive, eles solicitaram uma apresentação, uma exposição inicial sobre o que é o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados, para que a gente pudesse dar, pelo menos, as primeiras noções, para eles entenderem o trabalho que deveriam fazer.

Fizemos essa reunião, lá no QG do Exército, recebemos vários questionamentos preliminares. Todos os questionamentos do TCU foram respondidos dentro do prazo determinado. E nós entendemos que não poderia ser diferente. A nossa intenção é que essa auditoria, como outras auditorias que já foram feitas pelo TCU no sistema, produza resultados. E as últimas auditorias produziram resultados significativos.

O senhor abarcou praticamente todos os pontos da auditoria. Eu não teria como enumerar uma resposta imediata para cada um deles. Mas o senhor questionou quanto a razões do endereçamento das soluções.

Estamos atacando esses problemas desde antes. Por exemplo, eu posso dizer para o senhor que a questão da habitualidade, por exemplo, foi um dos itens mais conversados com a equipe do Ministério da Justiça, com a Polícia Federal, dentro dos critérios que foram estabelecidos no Decreto 11.615. E essa questão da habitualidade está praticamente resolvida, porque o decreto criou uma sistemática nova, e nós criamos uma regulamentação e um procedimento para que isso seja efetivo. Então, a questão da habitualidade, a gente considera que já está bem endereçada.

O senhor citou também a questão do Ibama.

Nós produzimos uma reunião com o Ibama, no dia 6 de setembro do ano passado, justamente porque, num determinado momento, surgiu uma ideia de que a autorização para a caça do javali seria uma atribuição do Exército Brasileiro. Não é. A autorização da caça do javali é uma atribuição do Ibama. A competência do Exército é para a utilização do produto controlado pelo Exército na atividade de caça.

E o decreto colocou uma situação de que a autorização para a aquisição de arma de fogo para caçador depende de um documento prévio do Ibama. E o Ibama, no momento, não estava estruturado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzir o documento da forma como o decreto determinou. Isso deu uma parada no mercado, mas nós conversamos com o Ibama e já criamos os mecanismos que julgamos adequados para que funcione. Foi uma reunião, também, com a participação dos integrantes desta mesa, para que a gente chegasse a bom termo.

Sobre o Sistema de Controle de Venda de Munições, nós iniciamos o desenvolvimento de um sistema novo em 2021, e ele não está finalizado ainda. Chegamos a um ponto em que falta pouco para que nós tenhamos um Sicovem em que nós tenhamos cruzamento de dados. Então, ao entrar no Sicovem, ele vai ter que logar pelo GovBr, então o CPF já vai ser buscado do *site* da Receita Federal; o Sicovem vai ter acesso à base de dados do Sigma, então já vai trazer os números do Certificado de Registro e de Craf dos atiradores. Então, a gente acredita que, tão logo esse sistema esteja pronto, a nossa prioridade é que consigamos resolver de forma definitiva esse ponto também, que é muito caro.

Na parte de orçamento, que foi colocada, o orçamento do Exército tem se mantido constante. A despesa da ação orçamentária 2.919, que é a ação orçamentária da fiscalização de produtos controlados, era considerada despesa discricionária, ou seja, apesar de nós termos uma taxa de arrecadação significativa, ela não é liberada. Essa taxa é recolhida ao fundo do Exército e só é disponibilizado para o sistema, considerando que é uma despesa discricionária, o valor que o Exército orçamentar para isso. E, num cenário de redução de orçamento, o Exército não pode alocar recursos para um determinado setor em detrimento de outro. Então, o mesmo recurso com que eu faço a orçamentação para a fiscalização de produtos controlados concorre com a aquisição de munição, por exemplo. Então, eu tenho que fiscalizar, eu tenho que ter recursos adequados, mas eu também tenho que ter recursos para comprar munição e fazer outras aquisições importantes também.

Portanto, nessa oportunidade, como despesa discricionária, elas competiam. E o restante, que não era orçado por nós, entrava numa ação orçamentária chamada de reserva de contingência, mas eu não tinha liberdade de ação para acessar essa reserva de contingência. Isso fica a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças, e ela descentraliza novos recursos de acordo com pedidos adicionais e com decisão a nível governamental também.

Então, nessa parte de orçamento, o trabalho que nós fizemos, ao longo dos anos, um trabalho que vem desde 2019, são estudos que foram feitos pela Secretaria de Economia e Finanças do Exército, junto com a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, no sentido de transformar a despesa discricionária em despesa obrigatória. Nós conseguimos êxito em 2022 apenas. Então, no Orçamento de 2023, essa despesa já foi obrigatória. Com isso, nós conseguimos aumentar a orçamentação dessa despesa. Então, entendemos também que, na verdade, não houve redução; o que houve foi um limite orçamentário anual, na despesa 2.919, constante. E em alguns momentos o Exército foi obrigado a botar recursos de outras ações orçamentárias. Apesar de a taxa de arrecadação ser bastante grande, tivemos que botar recursos de outras ações orçamentárias para aumentar esse volume.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são algumas considerações que eu poderia trazer ao senhor. Teria outras, mas...

No que diz respeito ao que o senhor perguntou também, sobre a energia cinética de 1.750J, aí nós não estávamos mais tratando de CAC; nós estávamos tratando especificamente de um público voltado para a segurança pública: os policiais militares, corpos de bombeiros militares e GSI. Então, o que aconteceu nessa situação... Na verdade, nos CACs, nós trabalhamos bastante integrados, e era o objetivo. Essa portaria já foi feita de maneira isolada pelo Exército, porque seria uma competência exclusiva do Exército, e, no entendimento, não era um ponto de problema para a segurança pública a aquisição de arma de fogo por policiais militares.

Então, o que nós fizemos... Pela legislação anterior, salvo melhor juízo, o policial militar podia adquirir seis armas de uso permitido e duas de uso restrito. Essas duas de uso restrito não teriam uma limitação. Só que, pela legislação anterior, as armas de uso permitido eram quase todas, e o armamento que esse público tem interesse em adquirir, normalmente, é o mesmo armamento que ele utiliza na sua instituição. Por exemplo, eu sou do Exército, e o Exército usa pistola 9 milímetros. É natural que, caso eu queira comprar armamento para defesa pessoal, eu busque a arma calibre 9 milímetros. Agora essas armas passaram a ser de uso restrito. Com isso, na portaria específica para policiais militares e bombeiros, nós reduzimos o total de armas passíveis de aquisição de oito para seis; aumentamos, realmente, de duas para cinco as de uso restrito; no entanto, o universo de armas de uso restrito aumentou significativamente; e, entre as armas de uso restrito, a nossa intenção foi não permitir que ele comprasse uma arma de uso restrito que tivesse um potencial destrutivo muito grande.

Por isso, nós fizemos um estudo – um estudo técnico, interno, na diretoria, pela nossa seção técnica – para fazer uma comparação entre os calibres de uso restrito que normalmente são utilizados pelas forças de segurança pública, como o calibre 7.62 e o calibre 5.56. Entendeu-se que o calibre 7.62 tem uma energia cinética muito grande e um poder destrutivo muito grande também. Já o calibre 5.56, ele tem uma energia cinética pequena em comparação com o 7.62, de 1.748J. Então, nós limitamos em 1.750.

É interessante destacar que a arma considerada de uso permitido vai até 1.620J. Então, eu estou falando de uma arma de uso permitido, que vai até 1.620J, e uma arma de uso restrito cuja aquisição eu limitei àquelas que vão até 1.750. Ou seja, tem uma diferença muito pequena entre o limite superior da arma de calibre permitido e o limite da arma de uso restrito da qual foi autorizada a aquisição. Foi somente essa a situação.

Quando, nós falamos do calibre 5.56 – passível de aquisição porque ele ficou dentro do limite de 1.750J –, esse calibre é de qualquer produtor. Para fazer esse estudo, nós utilizamos uma tabela internacional, que, por meio de testes padronizados, em ambientes padronizados, com o mesmo tamanho de cano, túnel de vento, as mesmas limitações, chega à energia cinética. Então, chegamos à energia cinética de 1.748J para o calibre 5.56, e qualquer armamento com calibre 5.56 nós consideramos que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a mesma energia cinética, independentemente de qual for o produtor dele – nacional, estrangeiro, qualquer um. Então, acredito que seja essa a resposta.

Quanto à última que o senhor colocou, a respeito de multas e teto, os valores de multas estão previstos, se não me engano, no Decreto 10.030; se não me engano, no art. 111 ou próximo do art. 111. Existem as classificações das multas – as multas simples, a multa máxima –, e os valores estão todos definidos no decreto. São valores realmente baixos, mas, como estão previstos em regulamentação, nós não temos liberdade de ação para tomar nenhuma posição diferente.

Desculpe se me alonguei, mas tentei abordar o máximo de pontos para atender o senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Alessandro, V. Exa. quer acrescentar alguma coisa?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, até em respeito aos colegas, para que eles possam ter um tempo de fala, porque daqui a pouco já tem sessão aberta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se houver necessidade, o senhor pode ficar à vontade para fazer uso.

Com a palavra o Senador Marcos do Val. Em seguida, o nosso querido Senador Hamilton Mourão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Selva.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Presidente, eu gostaria de fazer uma sequência de perguntas, mas não direcionadas a nenhum deles, mas a todos eles. A pergunta que casar com a função que ele exerce, ele se sentiria na liberdade, então, de fazer a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – O senhor quer ir fazendo uma a uma?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não. Eu faria um contexto, e aí – o que vocês acham? – cada convidado se sinta na condição de dizer: "Eu gostaria de fazer essa resposta". Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – O.k. Então, vamos lá.

Há praticamente 34 anos eu lido com arma de fogo. Quem me presenteou com a primeira experiência de manusear uma arma de fogo foi o 38º Batalhão de Infantaria, ao qual eu sou muito grato, por diversas coisas. Hoje, eu tenho, na minha posse, 16 fuzis que, aqui no Brasil, chamam-se 5.56, quatro pistolas ponto 40 e uma ponto 380 Glock. Só que essas armas não estão aqui no Brasil, estão todas fora, estão no Texas.

Quando eu fui comprar arma, a única coisa que me pediram – na época, eu estava trocando o meu visto para visto de trabalho – foi a carteira de motorista. Quando eu comprei os 16 fuzis 5.56, eles só pediram a carteira de motorista, fiz o pagamento e já levei para o bagageiro do carro as armas. Para as pistolas, que eram apenas quatro, eles pediram uma semana para poder fazer a verificação. E eu falei: "ué...". Isso me gerou uma dúvida. Como é que pode? Dezesseis fuzis eu pude já levar na mesma hora, com a carteira de motorista, e, para quatro pistolas, eu tinha que esperar uma semana para a verificação do meu *background*, da minha história.

Perguntando ao vendedor, ele, simplesmente, disse o seguinte: "Não, do Val, o fuzil é mais difícil esconder, e a pistola é mais fácil esconder". Eu sei, mas o fuzil tem um poder de fogo muito maior, e todos os que a gente chama de *active shooters* ou atiradores ativos, que entram nas escolas atirando, atiram com o fuzil, não com a pistola. E as polícias nos Estados Unidos – desses 34 anos, 10 foram trabalhando nos Estados Unidos com armas e 24 aqui, no Brasil –, a polícia passou a migrar, a ter a pistola como *backup* e ter o fuzil como arma principal. E a principal razão disso era evitar as balas perdidas.

Desculpem-me falar "bala". É porque a gente fala "balística", "colete balístico", então tudo é derivado de "bala". Aqui, no Brasil, é que a gente criou esse preconceito de, "se é bala, então chupa; desembrulha e chupa" – você deve ter falado muito nisso, não é, General? (*Risos.*)

Ralou muito soldado por causa disso.

Mas, como os termos técnicos são "balístico", "colete balístico", tudo deriva.

Bom, isso é detalhe.

Eu estava numa comissão representativa – e todos aqui, todos os colegas sabem da minha história dentro dessa função –, e, durante essa comissão representativa, em que cinco Senadores ficam de plantão durante o recesso, aconteceu, infelizmente, o dia 8. E eu comecei uma investigação. Eu tenho, tinha o porte de arma pela Polícia Federal, com mais dez anos para ser renovado, mas, na investigação, infelizmente, ou felizmente, eu cheguei até um certo ministro, e esse certo ministro sabia que eu tinha uma arma, que eu portava uma arma de fogo – não aqui, mas no meu estado –, e, numa busca apreensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eles fizeram, sem objetivo definido, mas era apenas como se eu tivesse criado uma *fake news* dizendo que o tal ministro sabia com antecedência do que iria acontecer no dia 8... Então, ele me incluiu num inquérito da *fake news* e apreendeu a minha arma da Polícia Federal, do porte. Uma coisa não tinha nada a ver com a outra. O envolvimento de uma com a outra era totalmente adverso.

Então, ele tirou a arma de uma pessoa que lida com ela há 34 anos, sendo que a própria Polícia Federal identificou o risco de vida que eu tenho pela função que eu exerço no meio da segurança pública. Até o Senado colocou a Polícia Legislativa para fazer a minha proteção, e, infelizmente, ele foi abordado e foi espancado quase até a morte.

Só que a noção que as pessoas têm é que: se liberar a arma; a arma é furtada... "Ah, porque todas as armas que são furtadas são armas que já foram legais..." Claro, todas as fábricas do mundo inteiro têm que ter a legalização e legalizar cada arma, a não ser a feita no fundo de quintal. Então, quando as pessoas questionam assim: "ah, mas roubam, e o tráfico utiliza"... Isso acontecia – pode me corrigir se eu tiver errado –, isso acontecia na década de 80.

Hoje em dia, com o tráfico de armas, ficou muito mais fácil você importar, contratar quadrilhas especializadas em contrabando de armas e fazer a compra através delas, porque, além de ser mais barato, ela é mais atualizada e ela evita um grande problema para o tráfico.

Quando o policial judiciário aqui estava fazendo a minha escolta e eu o dispensei – porque eu já estava em casa –, ao chegar no hotel, ele foi abordado, porque eles sabiam que ele trabalhava comigo. E o tráfico, os soldados, a primeira base, roubaram a arma dele, espancaram-no e falaram: "Vamos matar... Não, não vamos matar não, deixa ele ir embora" – eu tenho a foto dele aqui, ensanguentado de baixo a cima. É inacreditável como ele sobreviveu. Ele, todo suado, conseguiu se desvencilhar e fugir, encontrou um posto de saúde, entrou no posto de saúde e foi tratado ali pelas coronhadas e tudo mais; não chegaram a matar. Deu mais ou menos uma hora, veio um senhor de idade com uma sacola de pão e disse o seguinte: "Olha, entrou um rapaz todo ensanguentado aqui e pediram para entregar essa sacola para ele", e a sacola era a arma dele. O chefe do tráfico mandou entregar imediatamente a arma dele. Aí você vai perguntar: mas por quê? Por que é que não ficou com o tráfico? Porque a polícia ia começar a fazer uma série de "batidas" na comunidade. A venda de drogas ia cair e o prejuízo do traficante seria absurdo. Então, eles não utilizam mais armas roubadas do cidadão comum para evitar a permanência de policiais na região, e assim se evitaria a venda de drogas. Pelo menos isso tem acontecido em vários estados e acontece nos Estados Unidos com muita frequência.

O Texas é o estado com mais liberdade de compra de armas e é o que tem menos assalto seguido de morte, porque o policial americano vê o texano, que se juntou aos Estados Unidos... O Texas não foi um estado dominado na Guerra Civil. Porque muitos civis tinham arma em casa e, como os Estados Unidos estavam perdendo a guerra, o Texas se juntou aos Estados Unidos e pediu ao cidadão comum para ajudar na guerra, e lá eles foram e conseguiram vencer a guerra. Então, quando falam assim: "Ah, teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um atirador ativo que aconteceu em tal local", no Texas – vocês podem anotar – jamais vai ter entrega de armas ou interferência do Governo Federal nesse sentido, e é o estado mais seguro. Eles têm armas de grosso calibre no teto do carro, embaixo do carro, abriu para escovar os dentes tem uma pistola, você vai abrir uma coisa para fazer um almoço e tem lá duas, três armas dentro das gavetas. "Ah, mas e as crianças? Não tem acidente?". Não, porque não se tem a curiosidade.

Bom, então, quando eu cheguei, eu fiquei, assim, meio assustado. E estava com os meus 16 fuzis, eu tinha acabado de comprar, e os botei em cima da cama. E o comandante da SWAT falou assim: "Ah, nós vamos lá para o Alabama passar o final de semana". Eu falei: "Ô, Patrick, você esqueceu de me avisar, porque eu deixei as armas todas em cima da cama". Aí ele falou: "Não tem problema; a casa está aberta, mas ninguém vai entrar", pois ninguém tem coragem de entrar na casa do vizinho, porque não sabe se o vizinho está ali já pronto, armado, para fazer a sua própria defesa. Nós criamos um estande de tiro no quintal da casa dele, sem permissão de nenhum órgão, e ficamos atirando até de ponto 50. Eu tenho no meu celular vídeos aqui. E à noite, umas 10h da noite, parou uma viatura e nós pensamos: "Bom, todo mundo aqui é brasileiro, amigos, e os americanos, o dono da casa, o Patrick, que era comandante da polícia na época e tal, estava na casa do vizinho...". Resumindo, o policial nos abordou apenas para dizer se era possível a gente não estender muito por causa do barulho. Não perguntou cadê o registro das armas, quais eram as armas, nada disso. Só falou o seguinte: "Tem muito barulho, e a vizinhança reclamou se podia parar, porque já são quase 10h da noite". E a gente perguntou assim: mas não vai nem verificar a legalidade das armas? Eles não verificam.

Bom, então isso chama muita atenção.

A minha arma, que é permitida para o cidadão comum, é a 380, que lá nos Estados Unidos chamam de *baby gun*, arma de bebê. A munição é tão insignificante que você precisa dar vários tiros para conseguir neutralizar o seu agressor. E, nessa quantidade de tiros, a possibilidade de bala perdida é enorme. Então você acaba dando para um cidadão que não tem habilidade com arma uma arma com um cano curto, com uma munição pequena, com que ele tem que fazer vários disparos para neutralizar o agressor. Você está dando para ele uma Ferrari, do último modelo, só que com um motor fraquinho para, se ele precisar fugir, ele vai entrar, vai acelerar, e o carro não vai dar aquele andamento. E há outro problema ainda: se ele quiser fazer o seu treinamento constante, ele só ganhou a carteira de motorista, um carro, uma Ferrari com motor de Fusca, mas ele não pode pegar para ir treinar. Tem toda uma burocracia na Polícia Federal, do porte de trânsito, para ele poder ir treinar. Então a arma acaba ficando ali na casa, vai passando o tempo, ele vai perdendo a habilidade de tiro e aí acontecem acidentes.

Então eu acho assim: quantos CACs passaram a arma para o tráfico? Venderam para o tráfico? Ah, 2%, 10%, no máximo? Nas contas que eu fazia na época eram 2%, 3%. Então a gente não pode botar exceção como uma regra. E a polícia americana, como eu disse antes, vê em um cidadão armado uma força aliada da polícia. Aqui a gente vê milicianos. É claro que também aqui tem um formato para usar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como crime, mas lá não, lá eles veem como uma força auxiliar. Enquanto a polícia não chega, é igual um extintor de incêndio. Começou a pegar fogo, você pega ali no corredor o extintor, começa a iniciar o seu trabalho de não expandir o problema até a chegada do corpo de bombeiros. Então a arma, sendo vista por um outro país, é diferente sendo vista pelo Brasil.

Se eu me estender, Presidente, você pode me interromper.

É impressionante como aqui no Brasil... Eu mostro a pistola que eu tinha nessa busca e apreensão mês passado. A Polícia Federal levou, sabendo da minha experiência de instrutor. E eu já tinha treinado todos os que foram lá, e eles incomodados com isso. Não tinha necessidade fazer apreensão da arma de um profissional que trabalha com ela. Então, todo mundo no Brasil tem a sensação de que, se você encostar na arma, você morre. Se você encostar na arma ela dispara e você morre ou mata alguém. E a gente começa a desconstruir isso. Nos Estados Unidos existe a Simunition, não sei se você já ouviu falar. Já existe há mais de 20 anos nos Estados Unidos. A marca é Simunition, só existe essa marca. E ela nunca chegou ao Brasil. Eu nunca entendi por quê. Ela é exatamente... É utilizada uma arma real, ela só tem a ponta azul, a cápsula tem o número de pólvora igual, tudo igual. A ponta, em vez de ser de chumbo, é de um plástico específico com uma cor parecida com um *paintball*, mas não é redonda, é no formato de uma munição e você toma o tiro e fica marcada a cor. Então, a gente usa muito para treinamento. Uma coisa é você atirar num alvo fixo e parado, outra coisa é ter outra pessoa atirando em você – e dói. E é uma arma real, o peso é de uma arma real. Bom, a única coisa que troca é o percussor para não dar acidente, e o cano menor para não dar possível acidente.

Bom, então as experiências que eu vejo de como se lida com a arma e como se trata a arma diminuem muito o roubo da arma, a utilização com a arma. Eu já utilizei a minha arma diversas vezes em proteção de terceiros, feminicídios. Eu morava de frente para a praia e todo mundo me estacionava na minha rua. Ali chegava, no final do dia, todo mundo bêbado e começavam discussões entre mulher e marido e aí começava a tentativa de feminicídio. E eu já intervi várias vezes nessa situação, e vários já tinham até o documento que não poderia ficar perto da esposa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Marcos do Val, é por conta do horário...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – O tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque vai abrir a Ordem do Dia.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Eu vou encerrar. Já encerrei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já encerrou?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Pronto. Então, assim, nesse contexto, eu acho que nós deveríamos, para cada situação, fazer um trabalho com o Congresso de saber diferenciar e tirar essa ideia de que a arma foi feita para matar. Para mim e para vocês militares e vocês policiais, a arma foi feita para proteger a vida. Eu tenho o mesmo entendimento, ela protege a minha vida. Para quem não tem costume com arma, ela foi feita para matar. E é utopia achar que um dia nós vamos conseguir acabar com as armas do mundo. Isso é uma utopia. Então, a gente tem que saber lidar com o que tem e com o que pode ser feito, dentro de uma possibilidade de condicionamento e ainda de permitir pessoas... Aumenta o teste psicológico; aumenta, então, em vez de ser 70% de precisão de tiro, vamos aumentar para 90% para poder conceder o porte, alguma coisa nesse sentido.

É isso que eu queria debater, e depois a gente pode debater com mais tempo, mas não na radicalidade de "vamos encerrar a venda de arma", "vamos encerrar os CACs" ou "vamos só liberar tal calibre, o outro não", porque nos Estados Unidos eles estão mudando. Eles tiraram a ponto 40 e passaram para 9. Da 9, agora eles estão indo para os fuzis, porque são mais precisos. É mais fácil atingir com precisão com um fuzil do que com uma pistola.

É isso que eu queria falar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Eu agradeço, Senador Marcos do Val.

Senador Marcos do Val, eu posso te fazer uma pergunta? O senhor é polícia? Se você não quiser responder, o senhor não responde. É só uma curiosidade minha.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, eu sempre respondi. Eu nunca fui polícia. Eu fui militar do Exército. E quando eu saí da polícia, eu até falei para o ex-Presidente Fernando Collor...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não... O senhor não é polícia?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, eu fui instrutor da polícia.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, o senhor não é polícia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Aqui no Brasil não, mas eu fui nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor é polícia lá nos Estados Unidos, é isso?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, agora não mais, que eu sou Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, tá.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Mas lá eu fui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É uma curiosidade, desculpa perguntar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É uma curiosidade. É que eu já perguntei isso para o Alessandro, e ele disse que era policial civil.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Não, aqui eu não fui polícia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque é tanta arma, 19 fuzis em casa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – E achava que eu estava com essas armas aqui em Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Eu vou ser bem, bem rápido, Sr. Presidente, só para lhe parabenizar por uma sessão de altíssimo nível. Eu não pude acompanhar desde o início. Eu estava em outros eventos, mas queria cumprimentar o Sr. Cristiano Campidelli, o General Araújo, também o Sr. Nísio Ribeiro Filho e a Sra. Carolina Taboada.

Arma é um negócio muito sério, muito sério. Eu acho que essa audiência cumpre um papel muito importante e eu tenho que parabenizar o Senador Alessandro Vieira, que é uma referência nossa nessa questão do controle de arma. Eu tenho até uma posição diferente dele, do meu amigo Senador Marcos do Val e do meu querido Senador General Mourão, porque eu trabalhei a minha vida inteira na área da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança privada. Tentei fazer a mudança de armas de fogo para armas não letais, e conseguimos até um progresso com relação a isso. E o destino me reservou, Sr. Presidente, no ano de 2018, uma tragédia com acesso fácil à arma de fogo, onde 18 pessoas foram assassinadas, e a minha filha viu tudo, estava na sala de aula, no atentado que houve nos Estados Unidos. Eu, inclusive, estou aqui no Senado Federal com essa, que é uma das principais pautas.

A minha diferença para os colegas, e respeito quem pensa diferente, é a seguinte: eu acredito que o controle tem que ser máximo. Máximo. Eu não sou contra a posse. Posse você ter no comércio, você ter em casa, o.k., passando pelos limites dados pela Polícia Federal. Eu acredito que são muito importantes testes, enfim. Mas o porte, eu acho que tem que ser muito restrito. Muito restrito!

E eu acho muito importante o que foi dito aqui – o Senado Alessandro Vieira me passou também algumas situações – do reconhecimento de que precisa melhorar muito a fiscalização. A gente fica assustado com a quantidade de matérias, porque a gente sabe que muitos CACs são importantes, porque são sérios, mas uns tantos outros... No Governo anterior teve uma liberação muito grande de arma de fogo, e a gente pode ter os efeitos disso, já está tendo efeitos preocupantes com relação às matérias que foram colocadas aqui, aos desvios. A maior preocupação que eu tenho é especialmente com a juventude, especialmente com crianças, com mulheres, porque o acesso fácil pode gerar problemas graves. Então o aumento da fiscalização de uma forma muito eficiente pode evitar o que acontecia no Governo anterior – infelizmente acontecia, e nós temos que entregar a verdade –, que eram CACs usando – repito, a minoria – essa liberação não para ir para campeonato de tiro. Isso era um álibi. Usava para ter o porte de armas de fogo, para se deslocar, para qualquer lugar a qualquer tempo. Então isso precisa ser muito bem cada vez mais equacionado para a gente preservar vidas. E eu fico aqui muito esperançoso com esta audiência pública, um primeiro passo importante para que a gente tenha um controle de armas de fogo cada vez mais eficiente no Brasil.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns a todos os palestrantes e contem conosco aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós temos aqui várias perguntas do nosso e-Cidadania.

Temos o Roberto, lá de Pernambuco; temos o Paulo, lá de São Paulo; o André, de Rondônia; o André, também do Rio de Janeiro; temos o Anderson, de Roraima; o Chris, do Rio Grande do Sul; o Samir, do Rio de Janeiro; o Edson, de Goiás; a Rayane, do Paraná; o Marcos, de São Paulo; a Jéssica, de Pernambuco; o André, de Pernambuco; o Luiz, de São Paulo; o Aluísio, do Rio de Janeiro; o Daniel, de Santa Catarina; o João, do Pará. Então, nossos amigos que nos acompanham através da nossa rede social, o e-Cidadania, depois a nossa assessoria vai encaminhar aqui para os nossos convidados e aí eles poderão responder. Inclusive, alguns dos questionamentos aqui feitos já foram respondidos pelos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Claro.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu queria até me colocar à disposição dos senhores para que a gente pudesse marcar uma data, se o Sr. Presidente também puder estar junto, para a gente fazer uma mesa redonda e um debate sobre algumas questões e sugestões dos senhores, para que a gente possa então aqui iniciar algum projeto de lei ou aperfeiçoar algo... Porque assim, o mundo está indo numa velocidade e, infelizmente a democracia é mais lenta, mas há algo que nós podemos fazer, porque cada um, dentro do seu setor, sabe das suas necessidades. E eu me coloco à disposição para, se for o caso, a gente fazer um grupo sobre isso. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., o.k.

Eu passo a palavra à Sra. Carolina Valladares para que ela possa, aqui pela ordem, fazer as suas considerações finais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINA VALLADARES GUIMARÃES TABOADA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Queria agradecer mais uma vez. Acho que são só duas pontuações rápidas com relação ao que foi colocado pelos Senadores nas suas contribuições. Uma questão que eu acho importante pontuar é que uma série de estudos mostram que ainda a maior parte das armas aprendidas pelas polícias estaduais no Brasil é de fabricação nacional. Daí, o trabalho do Ministério da Justiça, do Governo Federal, no sentido do fortalecimento – mais uma vez, não é no sentido de inviabilização de qualquer atividade, mas no sentido de fortalecimento – e aperfeiçoamento das etapas de controle e aperfeiçoamento de armas de fogo e munição.

Com relação ao porte colocado pelo Senador Girão, o porte municiado em pronto uso foi revogado na nova regulamentação. Então esse transporte da arma de fogo até o local de treinamento, competição, local de guarda ou manejo de espécie invasora hoje é preciso ocorrer com arma de fogo desmuniciada e acondicionada em separado da munição.

Então, eram apenas essas duas respostas que eu achei que era importante trazer aos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero me colocar, colocar o Ministério da Justiça à disposição para sempre, logicamente, dialogar com os senhores, com todos os Senadores, com esta Comissão e com esta Casa, agradecendo o convite.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., Carolina.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Cristiano Jomar para que ele faça suas considerações.

O SR. CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI (Para expor.) – Senador, acho que o momento é de agradecer mesmo ao senhor, a esta Comissão, aos Senadores aqui presentes e dizer que a Polícia Federal está inteiramente à disposição desta Casa. Estamos à disposição tanto para vir aqui quanto para recebê-los lá. A nossa ideia é prestar o melhor serviço possível ao nosso país, então contem conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sr. Nísio Edmundo Tostes.

O SR. NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO (Para expor.) – Uma boa tarde, finalmente, a todos e todas.

Novamente, também como os demais, quero colocar o Ministério Público, o Conselho Nacional do Ministério Público, e em especial o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios aqui à inteira disposição da Comissão, desta Casa do Congresso Nacional para qualquer participação que seja necessária, em qualquer assunto, em qualquer tema que seja pertinente, que entendam ser pertinente à atuação do Ministério Público.

Particularmente, o Dr. Georges Seigneur, o nosso Procurador-Geral de Justiça, também se coloca aqui à inteira disposição para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós agradecemos a participação, Dr. Nísio.

Com a palavra o senhor David Marques. Ele ainda está? Sr. David.

O SR. DAVID MARQUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, quero agradecer novamente o convite para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública estar presente nesta audiência pública. Quero dizer apenas, para finalizar, que do ponto de vista da sociedade civil, o fórum vai continuar esse acompanhamento que nós fazemos da política de controle de armas. É do interesse da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade civil uma política racional e responsável para o controle de armas de fogo, principalmente tendo em vista que tem impactos diretos na segurança pública.

E quero dizer que para a gente é superimportante poder continuar contando com um diálogo tanto com a Polícia Federal, com o Exército Brasileiro, como também com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para levantamento de dados, para a produção de informações e análises mais qualificadas sobre o efeito dessa política nas diversas dimensões da segurança pública.

E coloco o Fórum Brasileiro de Segurança Pública também à disposição dos Senadores, dos demais companheiros, dos demais colegas para mais debates dessa natureza que possam contribuir com a melhoria da segurança pública no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., David. Nós agradecemos a tua participação. Foi importante.

Agora, eu finalizo aqui com nosso General de Brigada Marcus Alexandre.

O SR. MARCUS ALEXANDRE FERNANDES DE ARAUJO (Para expor.) – Senador Petecão, muito obrigado pela oportunidade de trazer alguns esclarecimentos e contribuir, também, com algumas ideias importantes.

Como parte da sociedade, o Exército Brasileiro tem plena consciência da sua responsabilidade nas atividades de fiscalização de produtos controlados, porque impactam diretamente na segurança pública. E, da mesma forma como o Sr. David se posicionou, nós estamos dispostos a conversar com todos os setores da sociedade. Já temos um diálogo muito bom com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal e podemos incrementar esse diálogo também com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no sentido de construir uma união de esforços para que a gente consiga atender a política pública determinada pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo e conseguirmos cumprir a nossa missão da melhor maneira possível, aumentando a nossa qualidade de fiscalização, a qualidade de controle, contribuindo, dessa forma, para o aperfeiçoamento do sistema e com a sociedade como um todo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós é que agradecemos a presença dos senhores, da senhora e a participação aqui dos nossos colegas Senadores.

É como o Senador Girão disse: esse é um tema de que nós estamos apenas começando o debate aqui. Concordo 100% com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um trauma de arma porque meu pai foi assassinado. Eu tinha 14 anos, e meu pai – meu pai com 42 anos – foi assassinado. Então, tenho um trauma de arma, mas isso não significa dizer que a minha opinião seja melhor do que a dos outros. Mas é um tema com que nós temos que ir aprendendo a conviver, discutindo, para que, se Deus quiser, nós possamos encontrar aqui o melhor caminho.

No mais, quero agradecer e colocar aqui a Comissão à disposição dos senhores. Se precisarem de algum questionamento aqui à nossa Comissão ou de algum documento, nós estamos à disposição dos senhores. Está bom?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco a outra para hora e data regimentais.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

(*Iniciada às 15 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e nove minutos do dia dois de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Jaques Wagner, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Plínio Valério e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 206, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 327-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que, nos crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva, a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2905, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2005) - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 10.792, de 1º de dezembro de 2003, e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a comunicação nos estabelecimentos prisionais; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao PL n° 2905/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179/2005). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 476, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar ou em situação de evadido do sistema prisional." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 9, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Segurança Pública avalie a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, no exercício de 2024." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 10, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca da política antimanicomial e as medidas tomadas pelo poder público para atendimento e acolhimento das pessoas com transtornos mentais, ante a produção de efeitos da Resolução nº 487, de 2023, do Conselho Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Justiça - CNJ, que determinou o fechamento de todos os manicômios judiciários até maio de 2024." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 11, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Manaus - AM, com o objetivo de participar do "Encontro Técnico das Comissões de Segurança Pública" nos dias 11 e 12 de abril do corrente ano, a convite da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Amazonas e da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Jorge Kajuru. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/02

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Nesta semana a prioridade da maioria dos Senadores é em seus estados, em função do prazo, até sexta-feira, das filiações partidárias para as eleições municipais, mas, como sempre, esta Casa tem atuante – e já está aqui presente – o Senador, respeitadíssimo em todo o país, a que eu, carinhosamente e por respeito, chamo de Presidente – aliás, um Presidente que este país ainda poderia ter, e eu quero estar vivo para vê-lo –, que é o General Hamilton Mourão; tem também Senadores remotamente e, parece-me, que nosso querido catarinense, de reserva moral e cultural e meu amigo pessoal, Senador Esperidião Amin; o mesmo penso a respeito da Senadora do Mato Grosso do Sul, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também é minha amiga e irmã, Soraya Thronicke. E, daqui a pouco, deve chegar também, como prometeu, presencialmente a Senadora Damares.

Então, da Comissão de Segurança Pública eu sou Vice-Presidente – e entendo a situação do Presidente Sérgio Petecão, no Acre, com os problemas que a população lá está vivendo – e, hoje, então, havendo número regimental, eu declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública, uma das mais importantes desta Casa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 6ª e 7ª Reuniões, ambas realizadas em 19 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas, portanto, estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, amigos e amigas, gostaria de fazer uma breve e importante comunicação.

A União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) convidou os membros desta Comissão para o Encontro Técnico de Comissões de Segurança Pública, que será realizado na cidade de Manaus, capital do Amazonas, nos dias 11 e 12 de abril. Maiores detalhes sobre este encontro estão à disposição no *e-mail* enviado na semana passada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nesta reunião, os Senadores poderão registrar presença tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Antes de começarmos nossas deliberações, informo que o item 2 da pauta, Projeto de Lei nº 2.905, de 2022, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 179, de 2005, foi retirado de pauta a pedido do Senador Flávio Bolsonaro, Relator da matéria.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 206, DE 2015

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 327-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que, nos crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva, a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A matéria seguirá posteriormente à CCJ, do amigo Presidente Davi Alcolumbre, em decisão terminativa.

Passo então a palavra, remotamente, à Senadora, repito, amiga e irmã, que tanto respeito, Soraya Thronicke, para a leitura do seu relatório.

Soraya, um abraço, amiga.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Um abraço, querido amigo Senador Jorge Kajuru. É um prazer participar desta reunião da Comissão de Segurança Pública com a sua Presidência, grande amigo de sempre – não é, Kajuru? Cumprimento todos os assessores que aí estão, meus assessores – nós estamos de longe, neste dia de hoje –, e a todos que nos assistem.

Vou passar, Sr. Presidente, à leitura do projeto de lei.

Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206, de 2015, do Senador Paulo Paim, que acrescenta o art. 327-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que, nos crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva, a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.

Na justificação, o autor sustenta a necessidade de endurecer a resposta penal para os crimes acima mencionados, como forma de efetivamente prevenir o cometimento do delito.

Ainda na legislatura passada, o Senador Randolfe Rodrigues chegou a oferecer, perante a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), relatório pela aprovação da matéria, que, no entanto, não chegou a ser apreciada, tendo sido arquivada ao final da legislatura.

Desarquivado por requerimento do Senador Paulo Paim, em seguida o PLS foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e à CCJ, que decidirá terminativamente.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Da análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos o projeto conveniente e oportuno.

A pena de multa é regulada pelo Código Penal da seguinte forma:

> Art. 49. A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.
> §1º O valor do dia-multa será fixado pelo juiz, não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário.
> §2º O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.
> Art. 60. Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.
> §1º A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

Assim, considerando o valor do salário mínimo vigente, em 2023, de R$1.320, o maior valor de multa que pode ser aplicado, segundo as regras em vigor, é de R$7,128 milhões.

Ocorre que, muitas vezes, esse valor chega a ser irrisório diante do dano causado ao Erário como decorrência dos crimes de corrupção.

Vem em boa hora, portanto, o PLS nº 206, de 2015, que estabelece que a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2015.

Peço um minuto, Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – Considero extremamente importante este projeto de lei e quero parabenizar o Senador Paulo Paim. Nós devemos coibir com rigidez esses crimes aqui elencados.

É pela aprovação.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, como sempre, exímio todo o relatório feito pela Senadora Soraya Thronicke, e não há nenhuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida, a meu ver, mais uma vez, para variar, sobre a capacidade do Senador que tem história nesta Casa, o gaúcho Paulo Paim, em todos os seus projetos de lei, em todas as suas proposituras.

Coloco em discussão o relatório apresentado pela Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Senador General Hamilton Mourão...

Chegou o Senador Sergio Moro, chegou também a Senadora Damares – eu já tinha antecipado que você estaria aqui, porque você não falha. Já do Moro eu não falei, porque pensei que ele estava em Curitiba, mas ele também nunca falha, ele também...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Vim fazer uma surpresa para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Veio fazer uma surpresa para mim? Não, você nunca surpreende, você sempre está aqui.

General Hamilton Mourão, pois não, prazer.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente Kajuru, Senador Moro, Senadora Damares, eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim por este projeto e o relato perfeito da nossa querida Senadora Soraya Thronicke.

É importante, porque, quando a gente se lembra daqueles ladrões da Petrobras, que desviaram bilhões, uma multa dessa natureza – não é, Senador Sergio Moro? – seria importantíssima.

Mas sabe o que me preocupa nisso tudo, Senador Kajuru? É que algum Ministro da Suprema Corte cancele isso. Isso é o que me preocupa, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Acompanho rigorosamente.

Mais alguém querendo discutir? (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais quem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpe. Pois não, Ministro e Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Não, eu só acompanho aqui a reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil precisa enfrentar o problema da corrupção, que não é de um Governo ou de outro, e nós temos visto o enfraquecimento da prevenção e do combate à corrupção nos últimos anos, o que é muito preocupante não por causa do dinheiro público desviado, mas porque gera ineficiência na política. O que a gente via lá, Senador Mourão, desses diretores e gerentes da Petrobras, é que o indivíduo estava mais preocupado em fazer oportunidade para gerar propina, suborno do que propriamente tomar a melhor decisão para a empresa. Então, vamos comprar uma refinaria velha, como foi o caso lá de Pasadena. Tinha que ser velha porque precisava ter um contrato de *revamp*, de reforma. E seria uma nova oportunidade para suborno.

Então, elogio aqui a iniciativa do Senador Paulo Paim e da Senadora Soraya, que atua aqui como Relatora.

Eu talvez tenha alguma reflexão não para mudar o projeto na essência, mas para fazer alguma sugestão.

Como ele vai ainda para a CCJ, eu vou tomar a liberdade de refletir melhor e, se for o caso, apresentar essa sugestão lá na CCJ.

Mas é um projeto meritório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E, na CCJ, será terminativo.

Tem também, remotamente, cuja presença eu já tinha registrado, o superatuante, nosso respeitadíssimo e queridíssimo homem de reserva moral, de reserva cultural deste país, o Esperidião Amin, querendo falar, querendo comentar.

Eu faço apenas uma rápida observação sobre o que colocou e pontuou muito bem o Senador General Hamilton Mourão.

É por isso que insisto naquela minha propositura, que foi aceita pelo Presidente do Congresso Nacional como a melhor e a mais embasada, segundo ele, sobre o fim da reeleição, porque reeleição significa um convite à corrupção. Essa é a realidade.

O próprio ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, dois anos depois, declarou à *Folha de S.Paulo* que o maior arrependimento dele, que o maior erro dele foi ter aceitado a reeleição.

Hoje, eu vejo a aceitação que existe nesta Casa.

Tomara que, em maio, conforme prometeu o Presidente Rodrigo Pacheco, a gente discuta na CCJ, faça debates, mas vote, no Plenário, essa nossa propositura, que terá como Relator o Senador piauiense Marcelo Castro, sobre o fim da reeleição para Prefeitos, Governadores e Presidentes, no Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

Desculpe-me, mas fui objetivo para ouvi-lo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Acho que as suas colocações, Senador Kajuru, foram muito judiciosas e oportunas.

Quero saudar, com um bom-dia, todos e todas, especialmente a nossa Senadora Soraya, a Senadora Damares, e os Senadores Mourão e Moro. Esse último, com um abraço muito afetuoso, de bons votos seguintes. Acho que deu para entender plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro que deu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Bons votos seguintes, como seu torcedor que sou.

E quero fazer um comentário que vai ao encontro das colocações aqui feitas, inclusive por V. Exa., sobre este projeto.

Na semana passada, uma empresa suíça – o Senador Moro deve ter acompanhado isso – concordou em pagar uma milionária, em dólares, multa à Justiça de Nova York, pois confessou ter pago um dólar de propina por barril e negociou com a Petrobras, ou seja, estão pagando multa nos Estados Unidos!

Vejam bem que a colocação do Senador Mourão foi perfeita.

Nos Estados Unidos, a empresa, que fez corrupção com a Petrobras, está pagando multa, em juízo, em Nova York, e nós, perdoando as dívidas, dívidas de multa de roubo confesso – de roubo confesso. Tanto é que muitos, esqueço o nome aqui, mas um gerente da Petrobras devolveu U$105 milhões, mais de meio bilhão de reais.

Então é muito importante que haja uma legislação dura, mas o perdão aqui a um roubo confessado aqui e no exterior desmoraliza o Judiciário brasileiro. Como é que o investidor vai analisar a situação de um país que perdoa dívidas, que se refere a um cometimento, a um crime que nos Estados Unidos está sendo punido com pagamento da multa pelo mesmo agente e em face de corrupção praticada com a mesma empresa?

Então, eu aprovo, claro, sou a favor do projeto do Senador Paim, mas eu espero que, na Comissão de Constituição e Justiça, nós possamos tratar deste assunto em matéria de comparabilidade. De que adianta nós, até por unanimidade, aprovarmos uma lei que endurece ou agrava uma pena muito corretamente? Se o pênalti financeiro não for maior que o prejuízo produzido, nós estamos estimulando. Agora, se nós, além disso, perdoamos, que é a prática que está acontecendo, aonde vai parar o exemplo? E aí eu concluo, porque sem o exemplo não existe educação. Falar, escrever, prometer, isso está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovadamente, no mínimo, sujeito à comprovação. E a comprovação é o exemplo que, neste caso, merecerá, certamente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um debate mais profundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Senador Esperidião Amin, que seja marcada, o mais rápido possível, essa discussão na CCJ, principalmente neste mês de abril.

Aqui registro também a chegada, como sempre atuante, do maior Líder de Governo deste país, o baiano Senador Jaques Wagner, um homem público raro, tanto que é respeitado por toda a oposição, um homem de valores irretocáveis. Ele está fazendo hoje um trabalho meio *à la* Bolt, como a gente faz aqui na quarta-feira, porque tem sessão no Plenário, tem a sessão da Margareth também, do Ministério da Cultura, mas ele está aqui presente, e eu coloco, de forma simbólica, em votação o relatório, apresentado pela Senadora Soraya Thronicke, do projeto do Senador Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2015.

A matéria, então, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 476, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar ou em situação de evadido do sistema prisional.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é da Senadora aqui presente – também de valores indiscutíveis –, do Distrito Federal, a nossa querida Damares Alves.

Passo, então, a palavra ao Senador Esperidião Amin para leitura de seu relatório.

Por fineza, Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, em primeiro lugar, o projeto é meritório.

Veja bem: em três condições legais – a prisão domiciliar, a liberdade condicional e a saída temporária – e numa condição ilegal, a do evadido...

Evadido é o foragido. Exemplo: Mossoró. Está aí, desde 14 de março, aliás, 14 de fevereiro... Março, não é? Há quase um mês – eu acho que estou perdido na data, mas eu acho que é há mais de um mês –, nós temos dois foragidos de um presídio dito de segurança máxima.

Então, se o evadido, aquele que estava em saída temporária, estava em liberdade condicional ou em prisão domiciliar – nesses três casos, amparados por lei, num processo de política pública de ressocialização, que, junto com a laborterapia, integra esses três aspectos, essas três diferentes versões, integra o esforço de ressocialização que o nosso direito penal preconiza –, no gozo, desfrutando dessa condição excepcional, pratica um crime, seja ele qual for, esse crime tem que ter uma agravante. É isso que a Senadora Damares propõe, e com isso eu efetivamente concordo.

Surgiu e foi-me colocada como de origem da Liderança do Governo – e eu vejo que o nosso Senador Jaques Wagner aí está – uma ponderação de natureza técnica. O projeto de lei que nós aprovamos, que praticamente erradica, diminui em muito a possibilidade de saída temporária, ou seja, da saidinha, está por ser apreciado pelo Presidente da República. O prazo expira, pelo que fui informado pela minha assessoria, no dia 11 de abril, ou seja, o Presidente pode vetar ou pode sancionar. Se ele sancionar, a saidinha vai ter que ser retirada dessa condição prevista no projeto de lei da Senadora Damares, porque ela deixará de fazer parte dessa trinca de benefícios, composta pela própria saída, pela liberdade condicional e pela prisão domiciliar. Deixará de integrar, a saída deixa de fazer parte desse trio de situações legais e restarão a evasão, que é ilegal, a liberdade condicional e a prisão domiciliar.

Então, em face disso, eu até consulto a autora.. Repetindo: eu sou favorável, meu parecer está apresentado. Agora, eu creio que, se nós aguardássemos uma manifestação do Presidente da República, nós teríamos um projeto mais hígido, em condições de ir à Comissão de Constituição e Justiça com uma eventual aprovação, do que nesta atual situação, em que nós temos algo por ser deliberado, e o prazo é dia 11 de abril, pelo Presidente da República. De forma que eu faço aqui, ao vivo, uma consulta à Senadora Damares, se ela concordaria em postergarmos a apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Após a data do dia 11, simplesmente por uma questão técnica, política e técnica. Se o Presidente sancionar, nós teremos que alterar a redação; se o Presidente vetar, ela estará correta e pode seguir adiante.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senador Amin, bom dia.

Eu não me oponho a adiar a votação, mas o que o Presidente Lula vai sancionar – eu tenho muita esperança de que ele sancione, porque se não sancionar, a gente vai derrubar depois o veto, com certeza – é o que acaba com aquela saidinha no período de feriado, de festas, mas saidinhas outras continuam, a saidinha para a educação, para o trabalho, elas continuam. Mas eu concordo que a gente pode adiar um pouco, inclusive para a gente ver se vem algum veto ou não, e a gente melhorar aqui o seu relatório, as suas emendas. Eu concordo, vamos deixar para a próxima sessão, quer dizer, depois da sanção ou não sanção da lei que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional. Valeu, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu concordo com a senhora: não é que a saidinha foi eliminada, mas ela terá outra dimensão, uma dimensão muito mais reduzida em termos de impacto social, até a nossa decisão foi motivada por um abuso, uma exorbitância, no sentido da saída temporária. Eu sou a favor dela como instituto legal. Quero dizer, inclusive, que construí aqui, na década de 80, o primeiro albergue. Já relatei uma vez ao próprio Senador Jaques Wagner, não vou entrar em detalhes, como Governador, em 1983, há 41 anos, eu recebi uma carta, Senador Kajuru, de um sentenciado por tráfico – naquela época, tráfico era uma coisa, digamos, muito estranha para todos nós – que pedia licença para fazer vestibular. Não havia jurisprudência sobre o assunto, e ele acabou fazendo o vestibular. E, em 2005 – veja bem, vinte e poucos anos depois –, eu estava fazendo o meu mestrado e uma pessoa ao meu lado me disse: "Governador, eu sou aquele", ele estava fazendo o mestrado, era o que tinha me pedido a oportunidade de fazer um vestibular.

Isso é uma coisa que me toca fundo e sempre me estimulou, a laborterapia. Tem que trabalhar. Por quê? Porque o nosso princípio ético e jurídico é o da ressocialização. Nós temos a esperança, seja por religião, por formação, de dar uma oportunidade. Agora, o que nós assistimos foi a uma exorbitância, uma desmoralização, da saída temporária pelo excesso de crimes praticados.

Por isso é que esse projeto é importante. Esse projeto da Senadora Damares expressa um sentimento maduro: se o cidadão recebe a oportunidade da ressocialização, seja por prisão domiciliar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja por liberdade condicional, seja por saída temporária – que sempre vai existir – e neste momento ele pratica um crime, esse crime tem que ter um agravante de pena.

Então, o projeto eu acho que será analisado por nós com mais propriedade, em nome da segurança pública – na Comissão de Justiça é outro enfoque –, se nós conhecermos a decisão do Presidente da República. Sancionou? Bom, até o nosso espírito vai ficar direcionado para uma posição. Vetou? Nossa postura será outra.

Então, eu agradeço pela posição da Senadora Damares, que mostra maturidade. Isso não é demagogia penal, isso aqui é um tratamento adequado diante de um abuso em face de uma política pública que nós gostaríamos de aperfeiçoar, que é a da ressocialização.

Agradeço à Senadora Damares e vamos aguardar o acontecimento, como me ensinou o meu patrono São Tomé: depois do fato nós vamos ter a nossa fé ou reforçada ou apenas fortalecida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inicialmente eu quero cumprimentá-los pela costumeira sensatez de ambos.

Fica, portanto, o adiamento aqui oficializado, e eu, como Vice-Líder do Governo, me comprometo com os amigos e amigas desta Comissão de Segurança Pública e com o país que hoje mesmo entrarei em contato com o Presidente Lula – tenho certeza de que o Líder Jaques Wagner pensa da mesma forma –, para que o Presidente possa apresentar a sua opinião e, assim acontecendo, a gente poderá agradar a maioria absoluta da população brasileira, que espera exatamente por esse resultado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 9, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Segurança Pública avalie a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, no exercício de 2024.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Eu, de imediato, concedo a palavra à autora, Senadora Damares Alves, para a leitura de seu requerimento. E o colocaremos em discussão imediatamente.

Senadora, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, eu vou pedir permissão, o requerimento é longo, mas como ele foi publicado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos já tiveram acesso, para fazer de uma forma bem resumida a leitura e pedir aos pares que votem, aprovem.

Atendendo ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que esta Comissão de Segurança Pública avalie a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, no exercício de 2024.

O desaparecimento de pessoas tem crescido anualmente, segundo dados do Cadastro Nacional de Pessoas Desparecidas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, criado – observem que é uma política nova – pela Lei nº 13.812, de 2019. Em 2020, 55.680 pessoas foram reportadas como desaparecidas pelos estados e Distrito Federal, ao passo que, em 2023, o total chegou – gente, o número é muito alto – a 82.287 pessoas, um crescimento de quase 48% em três anos. Nos quatro anos de cadastro – olha o absurdo – chega-se a 296.547 pessoas desaparecidas no país, uma média de 199 pessoas desaparecidas por dia.

A maioria dos desaparecidos são homens e tem mais de 18 anos de idade. São Paulo é o estado com maior número de desaparecimentos reportados, com um total de 76.570 pessoas, lembrando que passamos de 50 mil crianças desaparecidas no Brasil.

Em face desse contexto, entendemos ser de suma importância que esta Comissão avalie a implementação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, instituída pela Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019. Esta lei define a estrutura de governança, com autoridades centrais e comitê gestor, bem como estabelece distinções de áreas de atuação para a gestão compartilhada da política entre o MJSP e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Por ser uma política nova, a gente precisa fazer avaliação já, nos quatro, cinco primeiros anos, para a gente corrigir a rota. O Ministro Moro foi Ministro da Justiça em 2019, logo imediatamente à aprovação da lei, e eu a Ministra de Direitos Humanos, e nós tivemos que juntos construir toda... regulamentar a lei e o cadastro, e a gente trabalhar, e a gente percebeu muita dificuldade.

Eu lembro, Ministro, que foram de dois a três anos para a gente conseguir reunir todos os atores envolvidos nessa política. Nós temos a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as secretarias de segurança no estado, mas a gente também tem as secretarias de assistência social, as secretarias de direitos humanos, e a gente tem aí inclusive a máxima de direitos humanos de que há pessoas que têm o direito de desaparecer. Aquela pessoa que disser: "Eu quero desaparecer", é um direito de desaparecer. Mas o número é tão alto que nós não acreditamos que tanta gente no Brasil queira desaparecer. Criança não tem o direito de desaparecer.

Então, a gente precisa fazer avaliação, acho que é um bom momento. Se esta Comissão se debruçasse, em 2024, na avaliação da política...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu peço aos demais pares... Eu não sei se tem um outro requerimento de avaliação de uma outra política, é única, não é? Então, eu acho que a gente daria um passo.

Neste momento, especialmente, em que nós estamos aí perto de grandes eventos que vão acontecer no Brasil, tipo a COP 30, a gente fazer durante este ano uma avaliação da política, a gente melhorar no que precisa ser melhorado e a gente apontar caminhos para aperfeiçoamento da política.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Eu coloco em discussão o requerimento.

Alguém?

Senador Moro, por gentileza, com prazer.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Um comentário muito rápido.

Primeiro, elogio a iniciativa da colega. Eu acho que é importante que esta Comissão também sirva para verificar a concretude dessas políticas públicas. Isso não tem nada a ver também com situação, oposição; acho que uma política pública tem que ser construída durante vários governos.

De fato, nós, no governo anterior, nos debruçamos sobre a questão. Ela é muito mais complexa do que, às vezes, parece, construir um banco nacional de pessoas desaparecidas pelos protocolos e pela necessidade de que esse banco efetivamente funcione, seja alimentado, porque criar na internet um banco, é fácil; a dificuldade é conseguir que ele seja implementado.

Mas eu me recordo, Ministra, depois até que eu saí do Ministério da Justiça, acabei tendo oportunidade de conhecer um grupo de mulheres fantásticas de São Paulo, Mães da Sé. Eu confesso que o contato foi um dos momentos acho que mais emocionantes da minha vida, ouvir o relato de mulheres com filhos, principalmente, embora também, às vezes, pais ou outros parentes desaparecidos, aquela chaga que acontece na sua vida e você não consegue fechar essa porta enquanto você não descobre o que aconteceu, seja se morreu, seja se foi encontrado, se foi sequestrado ou se simplesmente resolveu desaparecer, como colocado aqui pela Senadora.

Então, é uma iniciativa oportuna, e eu me coloco à disposição. Eu até participei, esses dias, de uma banca de doutorado na qual a tese de doutorado – delegado, inclusive, aqui, do Brasil – era exatamente sobre esse tema de políticas relacionadas às pessoas desaparecidas. Inclusive, é uma pessoa que nós poderíamos chamar para ser ouvida e para atuar como especialista junto à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Acompanho as palavras do Ministro Senador Sergio Moro e considero um requerimento merecedor de aplausos, Senadora Damares Alves, e o coloco em votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Como esperado, aprovado, portanto.

Dando sequência, o item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 10, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca da política antimanicomial e as medidas tomadas pelo poder público para atendimento e acolhimento das pessoas com transtornos mentais, ante a produção de efeitos da Resolução nº 487, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que determinou o fechamento de todos os manicômios judiciários até maio de 2024.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

De imediato, concedo a palavra ao autor, Senador Sergio Moro, para a leitura de seu requerimento, por fineza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Senador Kajuru, vou tomar a liberdade de fazer um resumo apenas, porque o requerimento é um tanto quanto longo, mas nós já discutimos esse tema incidentalmente na sessão anterior desta Comissão.

Há uma preocupação com a Resolução 487, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, que determinou o fechamento de todos os manicômios judiciários. Ninguém tem dúvida dos bons propósitos, das boas intenções dessa resolução. Os manicômios judiciários – alguns, ou talvez todos da Comissão, já devem ter tido a oportunidade de visitar –, muitos deles, estão em condições deploráveis, com graves violações de direitos humanos.

Então, a política antimanicomial é virtuosa na medida em que a ideia é reduzir a utilização ao máximo dos manicômios, mas a Resolução 487 foi um pouco além e adota uma postura bastante, não vou dizer radical, mas que busca o fechamento e a colocação desses internados nesses manicômios na rede do SUS, na rede pública de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre esses indivíduos, há aqueles que provavelmente têm condições de receber um tratamento adequado, seja ambulatorial, em sua casa, seja na rede pública, mediante internação, e, quiçá, possam superar não digo os seus problemas como um todo, mas possam ter um tratamento mais humano sem oferecer risco a outros indivíduos.

Mas entre esses indivíduos também há aqueles em que há sérias dúvidas sobre se essa política é a mais sábia em relação a eles, porque infelizmente há pessoas que foram submetidas a medidas de segurança por inimputabilidade, mas que teriam cometido crimes extremamente graves, crimes contra pessoas. E, recentemente, tivemos um alerta de algumas dessas entidades – Conselho Federal de Medicina, Associação Brasileira de Psiquiatria – e de alguns representantes de secretarias de segurança pública no sentido de que não há condição de um fechamento total dos manicômios.

Então, a ideia é fazer uma audiência aqui de alto nível, com representante do CNJ, com representante do CNMP, desses conselhos, também da Secretaria de Segurança, do Instituto Nacional de Criminalística, para que nós possamos nos debruçar sobre o teor dessa resolução. Nem digo nos sobrepormos a ela, mas quem sabe até, caso de fato não seja a solução mais adequada o fechamento de todos os manicômios, rogar ao próprio conselho, de maneira fundamentada, que promova uma alteração, antes até de pensarmos aqui uma iniciativa do Legislativo em relação a essa temática.

Não creio que esse seja um tema, pela sua relevância, sobre o que esta Comissão de Segurança e o próprio Congresso Nacional possam ficar alheios, porque está no nosso Código Penal a previsão... Os criminosos condenados são submetidos à pena privativa de liberdade. Para aqueles considerados inimputáveis, que cometeram crimes, mas são inimputáveis por questões de saúde mental, temos a previsão legislativa da medida de segurança. E temos que pensar neles sim, num tratamento humanitário, mas também temos que pensar na sociedade e em outros indivíduos que não podem ficar expostos a riscos mal calculados. Inclusive, há uma preocupação da própria sociedade médica, das pessoas das áreas de hospitais quanto às condições de eles ficarem com pessoas perigosas, muitas vezes pessoas responsáveis por múltiplos assassinatos.

Eu acabei lendo uma notícia de jornal recentemente, uma matéria que saiu em *O Globo*, falando da preocupação com alguns internados no Rio de Janeiro. Entre eles, havia um indivíduo que era responsável por múltiplos assassinatos de crianças e adolescentes, e, ao se colocar um indivíduo desse num hospital normal, como vai ser? Vai ficar com vigilância perpétua, com policiais ali presentes? Vai ficar acorrentado na cama? Aí há problemas até éticos, porque provavelmente os enfermeiros e médicos vão talvez rejeitar a possibilidade de tratar alguém que fique permanentemente acorrentado, algemado.

Então, creio que essa resolução, embora tenha todos os seus méritos e boas intenções, talvez mereça uma sintonia fina, um ajuste fino. Para isso, nós precisamos estar bem informados, e aqui é o lugar próprio para nós ouvirmos representantes dessas entidades, do próprio CNJ, para poder entender por que o CNJ adotou uma postura assim tão acirrada. É um órgão evidentemente de qualidade, o tema deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter sido muito debatido, e nós precisamos ouvi-los e nos informar melhor sobre essa temática, quem sabe aí para haver algum ajuste.

Então, esse é o propósito dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu penso rigorosamente como o Senador Moro e considero muito oportuna essa audiência pública, e que ela se realize o mais rápido possível.

Antes de saber se mais alguém deseja discutir, eu gostaria de aproveitar aqui a oportunidade de estar ao lado de pessoas que são seres humanos raros neste Senado Federal, tanto remotamente como presencialmente, para lembrarmos do dia de hoje, 2 de abril de 2024, em que mundialmente se faz uma homenagem ao autismo, que está crescendo demais. E como essa é uma causa minha, neste Senado, graças a Deus outros companheiros vão a Goiânia inclusive para conhecer os quatro institutos completos de autismo que eu inaugurei neste ano, graças à sensibilidade do Presidente Lula, que me destinou os milhões necessários, porque todos aqui sabem que o tratamento é caríssimo.

Uma mãe de autista hoje precisa de R$8 mil por mês para cuidar de uma criança autista. São oito horas de tratamento semanal. Hoje, as mães brasileiras vivem uma situação rara, Senadora Damares, e aqui uma notícia triste: o Brasil é o país, proporcionalmente, que mais tem divórcios de mães autistas. É impressionante ter que informar isso. Há homens que se separam, primeiro, pelo preconceito, e, segundo, pelo custo do tratamento de uma criança autista.

Dia 1º de junho agora, haverá um congresso mundial em Goiânia – e aqui abraço o meu amigo pessoal, com quem trabalhei na MTV, o Marcos Mion, que tem o Romeo, seu filho autista, que lá estará presente – e convido aqui todos os Senadores e Senadoras que desejarem conhecer, em Goiânia... O instituto de Goiânia é o principal, é o maior, que tem o nome, que eu fiz questão de homenagear, de Ronaldo Ramos Caiado Filho, filho do meu irmão, Governador de Goiás, que faleceu e que era como um filho para mim.

Portanto, esse é também o Mês do Autismo. Eu solicitei ao Senado que, por alguns dias, fique azul, como no ano passado. Lembro-me de que até tive a solidariedade da Senadora Damares, ela que adora colocar sempre o broche, todo mês, de uma causa. Hoje você está sem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Estou sem. Está no meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está no seu gabinete? Senão, eu iria lhe dar o meu agora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Já tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, já tem.

Então, esse dia, certamente, hoje, no Plenário, também será motivo de citações de outros Senadores e Senadoras.

Há mais alguém que queira discutir?

Não havendo...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Kajuru, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, General Hamilton Mourão, com prazer.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Eu não vou ser tão elegante quanto Senador Sergio Moro, que é um homem elegante, eu venho lá, vamos dizer assim, da tropa. (*Risos.*)

O pessoal da tropa é mais rústico.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Amazonense.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Essa decisão do CNJ parece tomada em Marte. É a decisão "vamos tirar o sofá da sala". (*Risos.*)

Em vez de melhorar os hospitais psiquiátricos ou fazer uma avaliação daqueles que podem prosseguir com a sua tarefa e daqueles que não têm condição, não, fecham tudo e depois largam o abacaxi na mão da gente.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo plenamente, Senador General Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – O senhor é muito elegante. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em votação, então, o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, resultado: aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 11, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Manaus - AM, com o objetivo de participar do "Encontro Técnico das Comissões de Segurança Pública" nos dias 11 e 12 de abril do corrente ano, a convite da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Amazonas e da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) e outros

A autoria é do Senador Sérgio Petecão e subscrito por mim.

Em discussão o requerimento.

Por fineza, alguém deseja? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco a votação do requerimento simbolicamente.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Obviamente, também aprovado.

Nada mais havendo a tratar, eu registro, como sempre, prazerosamente, a competência desta Comissão de Segurança Pública, na assessoria de Waldir Miranda, de João Murce, de Clarissa Hayashi, de Thiago Albuquerque e da Geisa Lopes. Sem eles eu não conseguiria trabalhar e tampouco enxergar. (*Pausa.*)

Para quem tem 6%, você está... (*Pausa.*)

Eu sou autor do Requerimento nº 24, de 2023, que também é sobre a discussão do CNJ. Importante essa lembrança que a própria assessoria minha tinha me lembrado – a Carol, aqui presente, como sempre eficiente.

Obrigado, querido Waldir.

Então, nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião da Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço e Deus e saúde a todos e todas.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dez minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4483, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para aperfeiçoar o instituto da indisponibilidade de bens, a fim de garantir os resultados da ação de improbidade administrativa." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3611, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou “drones” pelos órgãos de segurança pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2905, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2005) - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 10.792, de 1º de dezembro de 2003, e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a comunicação nos estabelecimentos prisionais; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao PL n° 2905/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179/2005). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PL n° 2905/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179/2005). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 930, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para estabelecer o compartilhamento da localização do agressor submetido a monitoramento eletrônico com os órgãos de segurança pública, com vistas à adoção de políticas de prevenção do crime e de atendimento integral da vítima." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1355, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre a criação e funcionamento das organizações da sociedade civil de bombeiros voluntários." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatório:** Favorável ao projeto, com dez emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Em 9/4/2024, foi apresentado o Requerimento nº 14/2024-CSP, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicita audiência pública para instrução da matéria. Aprovado o requerimento, é adiada a apreciação da matéria. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 80, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria o Grupo Parlamentar em Defesa da Segurança Pública e Políticas Públicas de Segurança." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Durante a reunião, é designado relator "ad hoc" o Senador Eduardo Girão. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 14, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1355/2023, que "estabelece normas gerais sobre a criação e funcionamento das organizações da sociedade civil de bombeiros voluntários"." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 15, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2023 - CSP sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Sérgio Tavares, jornalista português; E o Senhor Michael Shellenberger, jornalista norte-americano." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 16, de 2024** que: "Requer, os termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre documentos internos, chamados de "Twitter Files Brazil", que apontam possíveis ações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para monitorar de forma ilegal, políticos e particulares na rede social X (antigo Twitter)" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento, com a inclusão do seguinte convidado: Elon Musk, proprietário do X (antigo Twitter). **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 17, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvirmos a sua versão dos fatos ocorridos no Aeroporto Internacional de São Paulo em Guarulhos, quando ficou retido pela Polícia Federal por várias horas assim que chegou ao Brasil para cobrir os atos pro Bolsonaro na Avenida Paulista. Proponho para a audiência a presença do Senhor Sérgio Miguel de Gomes Tavares, Jornalista." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/09

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Amém.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só um minutinho.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Senador, querido, por favor, a palavra está com V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós temos hoje na pauta o item 5, que é o PL nº 1.355, que estabelece normas gerais sobre a criação e funcionamento das organizações da sociedade civil de bombeiros voluntários.

Nós estamos apresentando um requerimento, foi entregue à Mesa, propondo uma audiência pública com a presença do representante do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande Sul, do representante do Conselho Nacional de Bombeiros Militares e do representante dos Serviços Civis e Auxiliares de Bombeiros para que se discutam e se dirimam algumas dúvidas que existem ainda sobre esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só conferindo aqui, nobre Senador. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incluo como extrapauta o Requerimento nº 14, de 2024, de autoria do Senador Hamilton Mourão, que solicita a realização de audiência pública para instruir o PL 1.355, de 2013. Deve ser apreciado de forma preliminar ao referido projeto de lei, que consta como próximo item da pauta.

Então, na verdade, tem que votar agora.

Como V. Exa. já leu o requerimento e já falou do objetivo do requerimento, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 14, de 2024, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovado, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – De nada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 8ª Reunião, realizada no dia 2 de abril.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

Comunico que foi apresentada à Comissão de Segurança Pública o seguinte documento:

Ofício nº 18, de 2024, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que, em atendimento à solicitação da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminha cópia do documento endereçado ao Governador de Minas Gerais, solicitando a recomposição salarial dos servidores da área de segurança pública, referente aos anos de 2015, 2019, 2022 e 2023.

O documento será disponibilizado na página desta Comissão no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que membros da Comissão se manifestem no sentido de atuarmos para que seja analisado por este Colegiado.

Objetivo de diretriz da reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes na pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente na Casa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Como nós temos aqui vários projetos e os colegas Senadores ainda não estão presentes, mas com certeza já comunicaram que irão chegar, nós vamos ao item 6.

Mas V. Exa. pediu pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, em primeiro lugar, quero lhe cumprimentar por mais uma sessão. Acho que é uma das comissões mais atuantes aqui do Senado Federal. Tenho muita honra e orgulho de ser presidido pelo senhor, e da Vice-Presidência do nosso irmão Senador Kajuru.

É apenas para pedir, na esteira do que solicitou o General Morão, que já foi atendido. Eu tenho três requerimentos de audiências públicas para serem marcadas posteriormente. Uma delas já foi aprovada, é apenas a inclusão de nomes. Eu queria pedir se a gente puder votar agora, já que não chegaram os colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu vou votar esse item 6. A nossa assessoria da Mesa já está registrando a chegada do seu requerimento e logo em seguida votaremos, Excelência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, primeiro Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pela pátria amada através dos meios de comunicação.

Primeiro, quero aceitar e agradecer ao Senador Eduardo Girão, que é um exemplo de Parlamentar atuante em todas as Comissões, inclusive no Plenário, na nossa disputa diária, cabeça a cabeça, como jóquei, dele, Paim e eu, falando desta nossa Comissão de Segurança Pública, que realmente é a única – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiz um levantamento – até agora com um recorde absoluto de sessões, inclusive aquela anterior ao Carnaval, que foi quando discutimos a saidinha.

E sobre esse assunto – eu não o chamo de Senador, eu o chamo de Presidente da República, General Hamilton Mourão –, General, eu fiz um compromisso com o senhor e com os demais Senadores que encaminharia até o Presidente Lula aquela posição dele em relação ao projeto da saidinha. Você lembra bem? Foi na semana passada. Amanhã eu já terei a posição, porque haverá uma reunião minha com o Presidente Lula e eu já entregarei a posição do Presidente para que possamos, o mais rápido possível, darmos sequência ao que na semana passada falamos e prometemos aqui à sociedade brasileira.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos mais uma vez ao Senador Kajuru pela sua participação.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 80, DE 2023

- Não terminativo -

Cria o Grupo Parlamentar em Defesa da Segurança Pública e Políticas Públicas de Segurança.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à Comissão Diretora.

A autoria é do Senador Marcos do Val, a Relatoria é do Senador Efraim. O relatório é favorável ao projeto.

Nós estamos precisando de um relator ad hoc. V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Estou aqui para servir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – V. Exa. acaba de ser recrutado para a missão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Você enxerga bem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A matéria seguirá posteriormente à Comissão Diretora.

Passo a palavra ao Senador Efraim. Como ele não está presente, quem irá relatar é o nobre Senador, para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Perfeito. Muito obrigado, meu querido irmão Senador Petecão, do Estado do Acre. Eu peço a sua autorização para ir direto para a análise.

Conforme as alíneas "a" e "k" do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social.

O projeto propõe a criação do Grupo Parlamentar em Defesa da Segurança Pública e Políticas Públicas de Segurança, cujos esforços se somariam aos desta Comissão.

A proposição é meritória porque nunca é demais dispor, no âmbito do Senado Federal, de mais um fórum de debates de segurança pública, visando à valorização dos profissionais, à coleta de opiniões e sugestões de especialistas e à busca de soluções para os graves problemas da área.

Grupos ou frentes parlamentares têm se mostrado instrumentos importantes para chamar a atenção da sociedade para determinados temas.

Elas têm se multiplicado após a Assembleia Nacional Constituinte, que redigiu a Constituição de 1988, e têm como meta agregar políticos que compartilham ideias semelhantes sobre determinados temas.

Historicamente, alguns desses grupos fizeram diferença em discussões importantes da agenda legislativa, como a Frente Parlamentar da Agropecuária e a Frente Parlamentar da Segurança Pública, da Câmara dos Deputados, criada em dezembro de 2003, que serviu de importante contraponto aos debates sobre o Estatuto do Desarmamento.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 80, de 2023.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão o requerimento que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução nº 80, de 2023.

A matéria vai à Comissão Diretora. (*Pausa.*)

Nós temos aqui três requerimentos do nosso Senador Girão. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 17, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvirmos a sua versão dos fatos ocorridos no Aeroporto Internacional de São Paulo em Guarulhos, quando ficou retido pela Polícia Federal por várias horas assim que chegou ao Brasil para cobrir os atos pró-Bolsonaro na Avenida Paulista. Proponho para a audiência a presença do Senhor Sérgio Miguel de Gomes Tavares, Jornalista.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

É aquele jornalista português.

Ouvimos, aqui, a versão da Polícia Federal, e agora V. Exa. está requerendo que nós ouçamos o jornalista.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Pessoalmente ou por vídeo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Pode ser por vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Item 8.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 15, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2023 - CSP sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Sérgio Tavares, jornalista português; E o Senhor Michael Shellenberger, jornalista norte-americano.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Aí ele viria duas vezes?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Aí a gente tenta marcar uma audiência na mesma semana. Esse, a gente já aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor quer incluir ele?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só incluir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está bom.

Item 9.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 16, DE 2024

Requer, os termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre documentos internos, chamados de "Twitter Files Brazil", que apontam possíveis ações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para monitorar de forma ilegal, políticos e particulares na rede social X (antigo Twitter)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Propõe os seguintes convidados: Sr. Rafael Batista, Conselheiro Jurídico Sênior do Twitter para a América Latina; Sr. Michael Shellenberger, jornalista; Sra. Regina Lima, Consultora Jurídica Sênior do Twitter; Sra. Barbara Destefani, influenciadora digital; representante do YouTube; representante do Twitch; representante do Instagram; e representante do Facebook.

Nós temos aqui três requerimentos de autoria do nosso Senador Girão.

Os Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, permita-me.

Eu, evidentemente, não sou contra nenhum requerimento. Apenas apresento aqui a sugestão de que, por videoconferência, também fosse ouvido pela nossa Comissão o dono do Twitter em todo o mundo, que provocou toda esta discussão nas redes sociais, que é o Elon Musk.

Concordam?

Todos concordam?

No caso dele, por videoconferência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Pessoalmente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pessoalmente, para mim, tudo bem. Não tenho nenhum problema até porque eu não enxergo.

Aproveitando a presença do Senador Flávio Bolsonaro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, está aceito que seja aditado ao pedido.

Muito obrigado, Senador Kajuru, pela contribuição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aproveitando a presença do Senador Flávio Bolsonaro aqui, dou-lhe os cumprimentos pela entrevista, ontem, nacional, no programa Roda Vida, o Roda Viva que eu conheço há muito tempo. Lá, só tem jornalista "pegadinha".

Tentaram de todas as formas, mas ele se saiu muito bem e foi convincente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quero que fique registrado nos Anais desta Comissão, até porque nós vamos incluir aqui de imediato a sugestão do Kajuru, acatada pelos demais Senadores, o Sr. Elon Musk.

Esse homem tinha que vir aqui, porque é rico. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2905, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2005)

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 10.792, de 1º de dezembro de 2003, e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a comunicação nos estabelecimentos prisionais; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao PL n° 2905/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 179/2005).

Observações:

1. Em 20/2/2024, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Consulto o Senador Flávio Bolsonaro se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.905.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos e todas.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Eliziane Gama, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 592, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014; a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019; a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de proteger a personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação com 6 (seis) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCDD a 6-CCDD. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 658, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 661, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farol do Saber para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Restinga Sêca, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 465, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Francisco Rodrigues Sancho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapipoca, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 874, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina – CE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiapina, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 249, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Riachão da Lagoa Nova para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Capistrano, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 501, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Planaltina, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 132, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Miriti FM - ACMF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 678, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Ação Comunitária Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Marias, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 687, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Japonvar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 699, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piraúba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 236, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 243, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 252, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Recife, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 12, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a proposta legislativa encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República que cria um pacote de direitos trabalhistas para os trabalhadores por aplicativo." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento subscrito pelos senadores Izalci Lucas e Hamilton Mourão. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 40, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, seja convidado o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Lewandowski, a comparecer a Comissão de Comunicação e Direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digital - CCDD, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais no que diz respeito ao Direito Digital e à regulação de novas tecnologias, tais como a inteligência artificial." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 15, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4850/2023, que "altera a redação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que as sucursais das emissoras de rádio e televisão divulguem, nas eleições municipais, a propaganda eleitoral dos candidatos do município em que estão instaladas"." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 39, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 4850/2023, que "altera a redação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que as sucursais das emissoras de rádio e televisão divulguem, nas eleições municipais, a propaganda eleitoral dos candidatos do município em que estão instaladas" sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 11, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais"." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 13, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 36, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 37, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 38, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 3, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 8 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital, a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil, a fim de compreender as razões para a persistência desse problema social, acompanhar as medidas em andamento para combatê-lo em seus diferentes aspectos e elaborar proposições legislativas, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pertinentes, para o enfrentamento dessas questões." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento subscrito pelo Senador Eduardo Gomes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/20

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, sendo a pauta composta por 24 itens, sendo 1 projeto de lei, 13 projetos de decreto legislativo e 10 requerimentos.

Anuncio o item 1 da pauta e cumprimento efusivamente meu Líder, Carlos Portinho, Líder do PL, de quem estou com muita saudade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 592, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014; a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019; a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de proteger a personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com 6 (seis) emendas que apresenta.

Observações:

1. Após análise na CCDD, a matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CDD, em decisão terminativa.

2. Na 4ª Reunião Deliberativa (Extraordinária), realizada em 13/03/2024, após a leitura do relatório, pelo Senador Hamilton Mourão, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Hamilton Mourão se gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadores.

Presidente, já foi lido o relatório na semana passada, como o senhor já colocou; foi pedido vista aí pelo Senador Beto Faro, que não apresentou nenhuma ponderação a respeito. Essa matéria ainda vai passar por duas Comissões, então podemos prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Está ótimo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. e as Sras. Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Comunicação e Direito Digital.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Passaremos agora à análise dos projetos terminativos da pauta.

Informo aos Srs. e Sras. Senadores que os itens 2 a 14 são projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão. Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios, e, ao final, procederemos à discussão de todos os itens à votação das matérias terminativas em globo. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, anuncio o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 658, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra, o Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) **–** Peço permissão para ir direto à análise, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 104-G, inciso VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe também à Comissão pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O serviço de radiodifusão comunitária está disciplinado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho daquele mesmo ano.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sobre o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 658, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei já mencionada.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 658, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) **–** Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 661, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farol do Saber para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Restinga Sêca, Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Indo direto à análise, Sr. Presidente.

De acordo com o que preceitua o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 104-G, inciso VI, compete a esta Comissão opinar acerca de proposições desta natureza.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

Esta matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, de acordo com o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, ele está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na mesma lei.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 661, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farol do Saber para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Restinga Sêca, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

Item 4 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 465, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Francisco Rodrigues Sancho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapipoca, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria original do Senador Cid Gomes e relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Para a leitura do relatório, passo a palavra para o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, uma vez que está em consonância com os dois já lidos, eu peço permissão a V. Exa. para ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O.k.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 465, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Francisco Rodrigues Sancho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Itapipoca, Estado do Ceará, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 874, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina – CE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiapina, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Cid Gomes.

Relator designado *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, a análise já evidencia que está de acordo com os projetos anteriores.

Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 874, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina - CE, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiapina, Estado do Ceará, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 249, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Riachão da Lagoa Nova para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Capistrano, Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Cid Gomes.

Relator *ad hoc:* Senador Hamilton Mourão.

Para a leitura do seu relatório, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, a análise está em consonância com os projetos anteriormente apresentados.

Vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 249, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Riachão da Lagoa Nova para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Capistrano, Estado do Ceará, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 501, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Planaltina, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

O Relator é o Senador Izalci Lucas, com a relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Para a leitura do seu relatório, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) **–** Sr. Presidente, compulsando a análise, verifica-se que está idêntica à dos projetos anteriores, por isso vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 501, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Planaltina, Estado de Goiás, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) **–** Muito obrigado.

Santa Catarina presente na nossa Comissão, Senador Jorge Seif, Senador...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) **–** Santa Catarina presente em força...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) **–** ... Esperidião Amin.

Passo ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 132, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Miriti FM - ACMF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Beto Faro, com relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Para a leitura do seu relatório, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, compulsando a análise, verifica-se que ela está de acordo com à dos projetos anteriores, não havendo nada que desabone essa associação. Por isso, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 132, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Miriti FM – ACMF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 678, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Ação Comunitária Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Marias, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação.

Senador Veneziano Vital do Rêgo como Relator e relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, compulsando a análise, verifica-se que ela está idêntica à dos projetos anteriores, não havendo nada que desabone a Sociedade de Ação Comunitária Canaã, por isso vou direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 678, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Ação Comunitária Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Marias, Estado de Minas Gerais, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) **–** Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 687, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Japonvar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, com relatoria agora, nesta sessão, do Senador Hamilton Mourão, a quem passo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) **–** Sr. Presidente, compulsando a análise, verifica-se que esta está igual à dos demais projetos já anteriormente mencionados. Por isso, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 687, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Japonvar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 699, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piraúba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, e, agora, com a relatoria do Senador Hamilton Mourão, a quem passo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, compulsando a análise, verifica-se que está de acordo com os PDLs anteriormente mencionados. Por isso, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 699, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piraúba, Estado de Minas Gerais, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Passo, neste momento, a Presidência ao Senador Hamilton Mourão para que possa proferir relatórios que estão sob minha relatoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passamos agora ao item 12 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 236, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, parecer da Comissão de Comunicação e Direito Digital, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2023, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Relatório.

Peço licença a V. Exa., por ter sido distribuído a todos os Parlamentares, para a leitura da conclusão do parecer do voto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Voto.

Diante do exposto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 236, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Eduardo Gomes.

Damos as boas-vindas ao Senador Izalci Lucas, que breve estará trocando de camisa. Sucesso, Izalci!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Boas-vindas duplas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passamos ao item 13 da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 243, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Item 13 da pauta.

Parecer da Comissão de Comunicação e Direito Digital, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2023, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Peço permissão à Mesa, tendo em vista que o voto foi distribuído aos gabinetes de todos os Parlamentares, para a leitura conclusiva do voto, a exemplo das outras matérias relacionadas no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Prossiga, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 243, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de São Paulo, estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Passamos, então, ao item 14 da pauta.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 252, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

Na mesma determinação das outras matérias lidas nesse item da pauta de hoje, peço permissão a V. Exa. para a leitura direta do voto, como o parecer já foi disponibilizado a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Prossiga, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) **–** Da Comissão de Comunicação e Direito Digital, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2023, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 252, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Recife, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Muito bem, de acordo com o que foi acertado no início da sessão, está aberta a discussão dos itens 2 a 14 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

Colocamos em votação em grupo os seguintes itens da pauta: item 2, PDL 658/2021; item 3, PDL 661/2021, item 4, PDL 465/2019, item 5, PDL 874/2021, item 6, PDL 249/2023; item 7, PDL 501/2021, item 8, PDL 132/2022, item 9, PDL 678/2021; item 10, PDL 687/2021, item 11, PDL 699/2021, item 12, PDL 236/2023, item 13, PDL 243/2023, e item 14, PDL 252/2023.

Vamos abrir a votação.

A votação será nominal. Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) **–** Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) **–** Eu vou votar a favor, mas quero deixar consignado na ata o meu apelo ao Senador Marcos Pontes para que ele apresse a apresentação do seu relatório sobre o projeto de lei que eu apresentei para que nós não incorramos no equívoco de uma interpretação, digamos assim, restrita do texto da lei em vigor, que impede que emissoras de rádio e televisão integrem redes.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Entendido. A Secretaria da Comissão, Sr. Senador Amin, vai entrar em contato com o gabinete do Senador Marcos Pontes e vamos acender um maçarico nele para dar um gás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa., que é de um posto de carreira... Não, superior... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não vamos aplicar ainda o regulamento disciplinar. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu vou votar a favor porque eu acho que o texto que está em vigor é obsoleto, especialmente considerando a economia digital em que nós vivemos...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... em que a parceria, as formas de associação são as mais diversas possíveis. E fica subentendido que eu não vou comentar o caso em questão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Entendido, entendido. Não vamos aprofundar. (*Pausa.*)

Senador Amin, por favor, vote. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, como nós estamos na fase do apelo ao Senador Marcos Pontes, eu quero dizer que eu subscrevi o requerimento de S. Exa. o Senador Marcos Pontes, que é o item 23 da pauta. É um requerimento, acho que singelo, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei 2.628, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, em que o Senador Marcos Pontes pede a inclusão de um convidado, o Dr. Cristiano Ricardo Faedo Nabuco de Abreu, Psicólogo com Doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de Minho, Portugal, e Pós-Doutorado pelo Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clinicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para que ele participe da audiência pública, que é objeto do Requerimento nº 11, de 2024.

Portanto, é um aditivo aos participantes, um nome a mais para participar da audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Amin.

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho... O Portinho estava aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estava aí. Cruzei com ele. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O Flávio... O Flávio tem que estar por aí. (*Pausa.*)

O Flávio Bolsonaro. (*Pausa.*)

É, o Flávio está aí. (*Pausa.*)

Ah! O Alcolumbre deu presença. (*Pausa.*)

Pois é. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Mesa para colocar no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Votaram SIM 10, não houve votos NÃO.

Não houve abstenção.

Quórum foi 11.

Estão aprovados os projetos, nos termos de seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passaremos, agora, à apreciação dos requerimentos, itens 15 a 24.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 12, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a proposta legislativa encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República que cria um pacote de direitos trabalhistas para os trabalhadores por aplicativo.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a proposta legislativa encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República que cria um pacote de direitos trabalhistas para os trabalhadores por aplicativo.

Justificativa.

O Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que cria um pacote de direitos trabalhistas para os trabalhadores por aplicativo.

De acordo com notícia veiculada no jornal *Valor Econômico*, a proposta cria a figura do "trabalhador autônomo por plataforma", que receberá no mínimo R$32,09 por hora de trabalho e remuneração mínima de um salário mínimo (R$1.412).

Ademais, o projeto estabelece que será obrigatória a contribuição previdenciária do trabalhador, no percentual de 7,5%, e da plataforma, no valor de 20%. Entretanto, não haverá a criação de vínculo empregatício.

Dentro desse contexto, a proposta do Executivo busca regulamentar uma modalidade de trabalho baseado em plataformas digitais, o que denota a competência da Comissão de Comunicação e Direito Digital para debater o assunto, eis que afeto ao uso de aplicativos digitais.

Ademais, cumpre destacar que a matéria tramitará no Congresso Nacional em regime de urgência, ou seja, haverá um prazo exíguo para o debate de um assunto tão relevante e complexo que possui diferentes visões sobre a matéria.

Assim, necessário que o debate do assunto seja iniciado desde já, de forma que a discussão esteja mais amadurecida quando a matéria chegar para a apreciação do Senado Federal.

Sala da Comissão, 5 de março de 2024.

Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A votação será simbólica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero só subscrever também este requerimento e vou indicar depois, com a autorização do nosso querido Senador Eduardo, algumas sugestões.

Na prática, esse projeto busca realmente uma proteção trabalhista, mas acho que eles não conversaram com os motoristas de aplicativos, porque todos com quem conversei até hoje, inclusive, alguns líderes do movimento, são totalmente contrários a essa colocação de pagamento por hora.

Então, a gente precisa debater.

Parabenizo, pela iniciativa, o Senador Eduardo, para a gente poder mudar esse projeto e atender os interesses da sociedade, que é a mais beneficiada hoje com esse modelo e também os nossos motoristas, que merecem todo o nosso carinho e respeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Recomendo à Secretaria que conste em ata o apoio dado pelo Senador Izalci, assim como o meu próprio apoio ao requerimento do Senador Eduardo Gomes, porque o tema é espinhoso.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passamos ao item 16 da pauta.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 40, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, seja convidado o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Lewandowski, a comparecer a Comissão de Comunicação e Direito Digital - CCDD, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais no que diz respeito ao Direito Digital e à regulação de novas tecnologias, tais como a inteligência artificial.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, requeiro, nos termos do art. 58, §§2º e 5º, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre desafios, metas, planejamentos e diretrizes governamentais, no que diz respeito ao direito digital e à regulação das novas tecnologias, tais como a inteligência artificial.

Sr. Presidente, já que foi disponibilizado para todos os Parlamentares o contexto e o texto da justificação, eu gostaria apenas de adicionar que o Brasil discute, sob a análise de uma Comissão especial, presidida pelo Senador Carlos Viana, da qual V. Exa. também faz parte, um debate muito intenso sobre a regulação da inteligência artificial. Ademais, nós tivemos notícias, nessa semana passada, de uma série de providências com relação a monitoramento, possíveis crimes na internet.

Ocorre, Sr. Presidente, que essa matéria tem confundido muito as prerrogativas e, inclusive, os procedimentos com relação a matérias que não falam da mesma coisa. Regulação de inteligência artificial é uma coisa; avaliação e trabalho da Justiça Eleitoral do Brasil nas eleições é uma outra completamente diferente; e a análise – que está sob análise da Câmara dos Deputados – sobre *fake news* é um outro debate também completamente diferente.

Como nós tivemos a mesma possibilidade, ainda quando Ministro da Justiça, de o Ministro Flávio Dino vir a esta Comissão e falar com todos os Parlamentares sobre a política pública do Governo de inteligência artificial e dessas matérias, nós entendemos também que é importante um convite ao Ministro da Justiça para que ele tenha a oportunidade de demonstrar nos seus quadros quem tratará do tema e com qual interlocução com o Congresso. Afinal de contas, o Ministério da Justiça vai também ter todas as consequências, como a sociedade brasileira, daquilo que o Congresso aprovar.

Então, é mais uma oportunidade para que o Sr. Ministro tenha aqui desta Casa esse diálogo, que é fundamental para a aprovação dessas matérias e para esse ambiente digital, que confunde muito as pessoas. E é por isso que nós estamos debruçados sobre esse tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O requerimento está extremamente pertinente, Senador Eduardo Gomes. A questão da inteligência artificial hoje já enseja uma disputa geopolítica mundial. Nós já vimos que a União Europeia emitiu uma legislação a respeito; os Estados Unidos têm algum decreto; então, nós temos que, nesta Casa, debater esse assunto para que daqui saia realmente uma regulamentação que impeça ou, pelo menos, cerceie os fatos que nós estamos vendo aí ocorrerem nas redes sociais e que têm servido para caluniar, difamar e colocar na cabeça da população coisas totalmente diferentes do que é a realidade que está ocorrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguma coisa, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. Para discutir.) – Não, só para reforçar, Sr. Presidente, esse tema.

Recentemente fiz um pronunciamento sobre isso. Há uma preocupação muito forte com relação à resolução do TSE. A resolução dá às plataformas a responsabilidade, inclusive, de analisar e retirar conteúdos. E, na prática, a plataforma, sua característica, é o compartilhamento. A responsabilidade dos conteúdos é de quem coloca o conteúdo. Então, seria uma censura dar a elas essa competência de tirar ou não.

E, agora, o próprio TSE criou esse comitê também, com a participação do Ministério da Justiça, e vejo que, se a gente não tiver também uma participação do Congresso Nacional, das agências responsáveis por essa área, nós vamos voltar à questão da censura. É o que me preocupa muito.

Portanto, é um tema que merece, realmente, uma atenção especial aqui do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Izalci.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Devolvo a Presidência ao Senador Eduardo Gomes para a continuidade dos trabalhos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Item 17 da pauta.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 15, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4850/2023, que "altera a redação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que as sucursais das emissoras de rádio e televisão divulguem, nas eleições municipais, a propaganda eleitoral dos candidatos do município em que estão instaladas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Também passamos à leitura aqui, na Ordem do Dia, para votação em globo, do item 18, que trata de um aditamento para inclusão de convidado na audiência pública de que trata o Requerimento nº 15, de 2024.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 39, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 4850/2023, que "altera a redação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que as sucursais das emissoras de rádio e televisão divulguem, nas eleições municipais, a propaganda eleitoral dos candidatos do município em que estão instaladas" sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Passamos a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) **–** Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.850/2023, que "altera a redação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que as sucursais das emissoras de rádio e televisão divulguem, nas eleições municipais, a propaganda eleitoral dos candidatos do município em que estão instaladas".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Flávio Lara Resende, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); e Sr. Márcio Novaes, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão. E agora, Sr. Presidente, chegou-me a demanda para que se inclua um representante da sociedade de engenharia de telecomunicações. Então, eu o faço oralmente, para incluir nesse requerimento.

A justificação está em torno da proposta do Senador Nelsinho Trad, que eu considero muito justa, mas, como há, vamos dizer assim, dúvidas a respeito da capacidade operacional das emissoras de cumprirem o que está sendo previsto nessa legislação, torna-se necessária essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) **–** A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação, os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, os Senadores que concordam...

Está em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 15 e 39, de 2024, da Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Item 19.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 11, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais".

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas, autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representantes da Abragames; da ABA (Associação Brasileira de Anunciantes); do Conselho Digital do Brasil; o Sr. Rafael Leite, New South Institute (NSI); o Sr. Rodrigo Nejm, especialista; um representante do LabSul (Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias do Sul Global); e representante do InternetLab.

Bem, Presidente, tem vários outros requerimentos aqui também, exatamente pela complexidade e pela seriedade do assunto do projeto, porque trata da proteção da criança e do adolescente no ambiente digital. Nós estamos vendo aí as dificuldades. Então, esse debate é de suma importância.

Peço o apoio de todos os colegas na aprovação, para esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A votação será simbólica.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores que concordarem com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Informo a V. Exas. que os itens 20 a 23 são requerimentos de aditamento, com vistas à inclusão de convidados na audiência pública objeto do Requerimento nº 11, de 2024, da Comissão de Comunicação e Direito Digital, que acaba de ser aprovado por esta Comissão.

Considero o teor análogo das matérias, e consulto V. Exas., em especial o nosso autor do requerimento, sobre se podemos dispensar a sua leitura para passar diretamente à votação em globo.

O requerimento é de... A solicitação é de quem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – São vários autores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – São dos Senadores Davi Alcolumbre...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Beto Faro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... do Deputado Beto Faro... Desculpem-me: do Senador Beto Faro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... e do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Consulto o nosso autor se...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Havendo concordância, passamos direto à votação.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 13, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 36, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 37, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 38, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

A votação será simbólica.

Em votação, os Requerimentos nºs 13, 36, 37 e 38, de 2024, da Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Os Srs. e Sras. Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Requerimento do item 24.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 3, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 8 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital, a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil, a fim de compreender as razões para a persistência desse problema social, acompanhar as medidas em andamento para combatê-lo em seus diferentes aspectos e elaborar proposições legislativas, quando pertinentes, para o enfrentamento dessas questões.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) (*Pausa.*)

Subscrevo o requerimento do eminente Senador Veneziano Vital do Rêgo, solicito a subscrição dos demais membros da Comissão e coloco em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 3ª e 4ª Reuniões desta Comissão, realizadas no dia 6 e 13 de março de 2024, respectivamente.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia dez de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Magno Malta, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Janaína Farias e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 441, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Aracanguaense de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Aracanguá, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 283, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Garça, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 724, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1065, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 865, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Margarida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 893, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 899, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Arcumb - Associação de Radiodifusão Comunitária de Umburatiba (Rádio Umburana FM) para executar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária no Município de Umburatiba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 908, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 251, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 253, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Sorocaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 41, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PLP 77/2023 que "institui o Cadastro Digital Certificado e estabelece normas para identificação de correntistas ativos e passivos de contas de depósitos abertas por meio eletrônico"." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento subscrito pelo senador Hamilton Mourão. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 42, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais”, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 43, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 80/2023, que “dispõe sobre a emissão de moeda soberana no formato digital”." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 44, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais” sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 45, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais” seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 46, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2024 - CCDD, com o objetivo de debater o PLP 77/2023, que "institui o Cadastro Digital Certificado e estabelece normas para identificação de correntistas ativos e passivos de contas de depósitos abertas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio eletrônico", seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 47, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a interferência de autoridades brasileiras sobre as plataformas de rede social (Twitter Files)" **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 290, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Vera Cruz, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 48, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais” seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Magno Malta
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Fala da Presidência.) – Em nome de Deus, havendo quórum regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico a V. Exas. que foram solicitadas as seguintes inclusões de itens extrapauta:

- PDL 290, de 2023, de relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes;

- Requerimento 46, de 2024, CCDD, de autoria do Senador Esperidião Amin e Hamilton Mourão;

- Requerimento 47, de 2024, CCDD, de autoria do Senador Magno Malta.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre se podemos efetuar essas matérias e incluí-las? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, estão incluídas.

A pauta da presente reunião passa a ser composta por 18 itens, sendo de projetos de decretos legislativos e sete requerimentos.

Anuncio, então, o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Aracanguaense de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Aracanguá, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. já começou a pauta, mas há um requerimento extrapauta extremamente importante.

Eu gostaria de requerer, após a aprovação desse PDL ou antes, se regimentalmente for possível, que haja preferência para o requerimento, para que ele seja discutido em primeiro lugar, um requerimento de sua autoria inclusive. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vou passar para o Senador Mourão. O relatório é pela aprovação, é do Senador Marcos Pontes. O relatório é pela aprovação, e o Senador Mourão tem a palavra, e já incluo o extrapauta.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

Peço permissão para ir direto à análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, de acordo com o art. 104-G, inciso VI, opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O serviço de radiodifusão comunitária está disciplinado pela Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo, dessa natureza, está previsto no art. 223 da Constituição Federal e orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal. A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. O projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior.

Sob o aspecto de técnica legislativa, está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 441, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Aracaguaense de Difusão Comunitária, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Aracanguá, Estado de São Paulo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relato, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Em seguida, o item 17. Depois, votaremos em globo de uma só vez.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 47, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a interferência de autoridades brasileiras sobre as plataformas de rede social (Twitter Files)

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Eu concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para que possa, visto que eu estou neste momento na Presidência... Ressalto que a audiência pública proposta é para que tenhamos a presença dos seguintes convidados: Sr. Michael Shellenberger, jornalista, e Sr. David Ágape, jornalista – que trouxe as informações ao Brasil relativas ao Twitter antigo, hoje o X, devido à denúncia feita ao CEO desta plataforma, Elon Musk.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento se justifica, porque, na última quinta-feira, dia 11 de abril, o jornalista americano Michael Shellenberger divulgou o caso da interferência indevida de autoridades brasileiras sobre as plataformas de redes sociais que atuam no Brasil. O caso, que ficou conhecido como Twitter Files, contém arquivos da rede social X, antigo Twitter, em que colaboradores da empresa relatam diversas situações, entre 2020 e 2022, em que houve pressão sobre a companhia, para que determinadas ações fossem tomadas sem o devido amparo nas diretrizes da plataforma e na legislação brasileira.

No Brasil, o jornalista David Ágape, do *site A investigação*, tem contribuído na divulgação do caso.

Entre as diversas mensagens divulgadas pelos jornalistas, destacam-se as que relatam demandas para o compartilhamento indevido de dados de usuários brasileiros e a remoção injustificada de conteúdo da plataforma. O pano de fundo, segundo Shellenberger, seriam as eleições de 2022 e a tentativa do Tribunal Superior Eleitoral de perseguir apoiadores de um dos candidatos, o ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Em *post* na rede social X, Shellenberger revela mensagem, de 27 de janeiro de 2021, do então consultor jurídico da empresa no Brasil Rafael Batista a seus colegas sobre uma investigação policial contra ele por se recusar a fornecer dados pessoais de usuários do Twitter ao Ministério Público do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de São Paulo: "O promotor alegou que a 'atitude do Twitter é isolada, pois todas as outras grandes empresas de tecnologia, como Google, Facebook, Uber, WhatsApp e Instagram, fornecem dados cadastrais e números de telefone sem ordem judicial'. Mas o Twitter 'não tem obrigação afirmativa de coletar dados cadastrais', explicou Batista ao promotor, e 'não há número de telefone associado à conta sob investigação".

Outro *e-mail* divulgado por Shellenberger relata encontro do diretor jurídico do Twitter Diego Gualda com o Ministro Alexandre de Moraes. Gualda diz que ficou surpreso ao encontrar a Polícia Federal e a equipe técnica do tribunal trabalhando na investigação de termos utilizados na internet. O TSE pressionou para obter dados privados de usuários sob a justificativa de circunstâncias excepcionais e queria usar o Twitter como uma máquina de farejar crimes para antecipar possíveis atividades ilegais.

Diante da gravidade dos fatos narrados e nos termos do art. 104-G do Regimento Interno desta Casa, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Para discutir, Senador Rogério Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou, rapidamente, só fazer um adendo de que há necessidade de que essa audiência, caso seja aprovada aqui, se dê, se realize amanhã, impreterivelmente, porque os jornalistas vão viajar de volta ao seu país, no sábado. Então, nós teríamos a necessidade de ganharmos tempo, para evitar uma presença virtual e, de preferência, ser num local mais amplo do que esse.

Eu pediria, depois, que V. Exa. fizesse as tratativas junto à Secretaria da Comissão, para que nós tenhamos esse espaço amanhã.

No mais, para não me alongar muito, é claro que nós somos favoráveis e queremos celeridade. Vamos votar rapidamente esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Seremos mais rápidos do que imediatamente.

Os que aprovam continuem como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

E nós...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, eu queria dar uma palavrinha agora.

Já está aprovado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, essa aprovação é essencial, porque vai permitir que seja dada voz a uma denúncia gravíssima que ocorreu no nosso país, recentemente, secundada, posteriormente, pelo Sr. Elon Musk, de que houve, durante o processo eleitoral, uma interferência nesse processo por parte do Poder Judiciário.

É evidente que não cabe a nós fazer prejulgamento, mas – como sociedade, como detentores de cargos públicos, como membros do Parlamento brasileiro, em especial, do Senado da República – nós não temos nenhuma opção, senão tomarmos a atitude de ouvirmos aqueles que fizeram a denúncia, para que os órgãos competentes façam a devida apuração.

A forma como o Supremo Tribunal Federal recebeu a denúncia nos causa espécie, nos causa espanto e, ao mesmo tempo, uma certa indignação, porque, ao receber a denúncia, Sr. Presidente, o Presidente do inquérito, o Ministro Alexandre, em vez de mandar apurar a denúncia, mandou abrir o inquérito contra quem fez a denúncia. Olha que inversão do processo judiciário em que o Brasil está submerso, está exposto.

Nós precisamos entender o que de fato há por trás dessa situação. Ontem e hoje, nos últimos três dias, na verdade, todos os grandes jornais, essa imprensa *mainstream*, que está numa zona de conforto, começaram a falar a respeito desse debate tão essencial na nossa democracia ocidental, que é a liberdade de opinião, a liberdade de imprensa, o livre-arbítrio, que é um pilar extremamente importante das nossas democracias liberais, com valores ocidentais, éticos, cristãos, morais e que estão sob ataque. Veja o que está acontecendo na Europa: recentemente, a Escócia aprovou uma lei que permite que a polícia adentre a residência do cidadão para verificar se, nos aparelhos, nos telefones, nos *tablets*, há algum discurso – entre aspas – de "ódio", e essa definição do que é ódio ou desinformação é definida por um grupo de burocratas iluminados, porque, na hora em que alguém ou algum espectro ideológico ousa discordar do pensamento que vem de cima para baixo, de quem governa o país no momento, ele passa a ser um subversivo.

Aliás, foi alcunhada uma espécie de rótulo, de carimbo: "fascista". E esse fascismo, segundo a Venezuela, que é o país mais próximo aqui do nosso Presidente Lula – que chama o Maduro de irmão –, está definido numa lei que já foi aprovada, em primeira volta, lá na Câmara dos Representantes, no Senado da República, como alguém que defende o liberalismo, o empreendedorismo, que tem valores conservadores. Ele é fascista, então nós somos fascistas. Olha aonde nós vamos chegar.

Nós precisamos urgentemente colocar esse debate no lugar certo, e o lugar certo é, de acordo com a Constituição brasileira, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que preceitua, como elemento essencial da humanidade e da cidadania, a liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando há uma tentativa de desclassificar quem acusa, o arauto da má notícia, o mensageiro, em vez de se debruçar sobre a mensagem ou sobre a denúncia, há uma clara inversão do processo de averiguação, de escuta, de entendimento do que estava por trás disso.

Eu quero aqui agradecer a V. Exa. pela solicitação que V. Exa. faz ao Colegiado pela pronta aprovação, e nós estaremos aqui amanhã – Senador Magno Malta, Senador Girão, Senador Flávio –, para fazermos a discussão que o Brasil espera que todos nós façamos, deixando como norte, como luz, como farol a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Flávio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está autorizado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, quero parabenizar também a aprovação desse requerimento aqui na Comissão, em função do que foi denunciado e a partir do momento em que nós tivemos acesso ao que foi dito que existe sobre esses arquivos do Twitter, sobre a forma como as decisões eram tomadas por alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Isso trouxe uma luz sobre o que está acontecendo aqui no Brasil por parte de todo mundo, algo que todos nós aqui presentes nesta Comissão, neste momento, denunciamos há vários anos, irresignados e até com uma certa sensação de impotência, Presidente, porque nós somos minoria aqui no Senado. Então, muita coisa que nós gostaríamos de fazer, infelizmente, a realidade nos impede que façamos mais.

Então, esse é um importante passo que deve ser dado, porque se discute muito, Senador Mourão: "Ah, o Elon Musk está atacando a soberania do Brasil". E não é nada disso, tem um debate muito anterior a esse, e parece que a esquerda, na sua falta de intelecto para discutir algumas questões, simplesmente vira a página e não entra no mérito de como esses inquéritos estão sendo conduzidos há mais de cinco anos no nosso país. Estou falando do inquérito das milícias digitais, que foi ramificado do inquérito das *fake news*, este aberto de ofício pelo Supremo Tribunal Federal, numa interpretação, no meu ponto de vista, completamente equivocada, mas é assim que se faz, Senador Magno: alguém toma uma decisão sozinho, e depois vem o Plenário, e requenta, e dá uma forma de legalizar esse ato ilegal que foi feito, e a gente é obrigado a aceitar... A gente vem denunciando há muito tempo que não é possível que uma pessoa seja a relatora, o ministro prevento, para tudo que acontece no âmbito de rede social, porque cabe tudo dentro desse inquérito, cabe tudo: em qualquer discussão que ocorra numa rede social, de ofício, esse relator atrai para si a competência, não ouve Ministério Público, faz um processo seletivo de escolha de quem vai ser investigado, porque isso só tem acontecido, não coincidentemente, com Parlamentares de direita, escolhe quem vão ser os policiais que vão investigar, ele próprio, em várias vezes, é a vítima... É um processo completamente inconstitucional. E acontece de novo agora com a situação do Elon Musk,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um cidadão que é sul-africano, uma empresa estrangeira, que, no meu ponto de vista, nem crime cometeu ao questionar o Ministro sobre o excesso de censura que ele vem praticando. Se ocorreu crime, foi fora do Brasil. Uma pessoa que não tem foro por prerrogativa de função e, mais uma vez, acusa o relator, que, nesse caso, passou a ser uma vítima, então a própria vítima escolhe quem vai investigar, quem vão ser os policiais que vão investigar, e ele é que vai dar o ritmo dessa investigação, ele é que vai decidir no final e vai condenar. Isso não é... De forma nenhuma, não para de pé querer dizer que isso está dentro do nosso arcabouço jurídico, no Estado democrático de direito.

Então, vai ser muito saudável que aconteça essa audiência, para que esses jornalistas possam vir aqui dar informações, dar subsídios a nós Senadores, para que nós possamos tomar as medidas legais cabíveis, porque a gente não pode se igualar ao que é feito de errado, Senador Magno Malta, sem saber exatamente o que está acontecendo, toma providência e passa a percepção para a população de que é uma vingança, não é uma investigação, não é um processo sério dentro dos parâmetros legais.

Então, está de parabéns esta Comissão, para que nós possamos colher subsídios e, a partir daí, tomar as providências que sejam cabíveis, porque não adianta a gente querer investigar, punir o mensageiro, ignora-se o conteúdo do que ele falou. Quem é que vai investigar se aquilo que ele falou é verdade? Porque de ofício isso não acontece, então nós vamos provocar e vamos querer saber a resposta oficial das autoridades brasileiras.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Só queria complementar, Presidente, o que o Senador Flávio Bolsonaro colocou a respeito de soberania, porque é essa mesma esquerda – que recebeu o dinheiro da extinta União Soviética, da China comunista para fazer uma revolução comunista aqui no Brasil; que mandou gente treinar em Cuba para voltar para o Brasil e matar brasileiro; que recebeu dinheiro da Líbia em campanha passada, o que até hoje não foi esclarecido – que vem falar de soberania.

É uma hipocrisia que não tem mais tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É. De fato, nós estamos vivendo dias difíceis. E, para mim, que estou aqui nesta Casa pela terceira vez, Senador Flávio, e que venho denunciando, desde o começo do meu mandato, essa dilapidação do nosso arcabouço jurídico, essa ascendência, esse crescente do ativismo judicial no Brasil chegou a um ponto... E eu denunciei o tempo inteiro.

Nas sabatinas aqui no Senado, eu sou um dos poucos que... Ao longo do tempo que aqui passei, não me assentei na CCJ para elogiar currículo – porque currículo todo mundo tem; ninguém é indicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ser Ministro do Supremo sem ter currículo. Tanto que, quando eles chegam ao meu gabinete – os que eu recebi – com o currículo para me entregar, em forma de livro, eu digo: "Não precisa deixar aqui, não; leve, guarde lá, porque aqui eu vou acabar jogando fora, porque é seu currículo, e ninguém precisa apresentar currículo. Você foi indicado porque currículo você tem. Eu quero saber o que você pensa, eu quero saber o que você fala, eu quero saber quais são suas convicções a respeito desses e desses assuntos. Só que eu farei na sabatina, porque é um TCC. O senhor não vai fazer TCC aqui dentro do meu gabinete".

Por isso eu sempre sabatinei e falei do ativismo judicial, e posso repetir cada palavra e cada resposta de cada um que foi sabatinado nesta Casa. E afirmo – afirmo, sem medo – que eles mentiram aqui. Hoje nós estamos vendo esse ativismo judicial no Brasil, em que um Poder se sobrepõe aos outros Poderes, e chegamos ao cúmulo do cúmulo, que é um homem que, em nome de um Poder – um homem –, subjuga todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... em nome da democracia – um rótulo que foi sequestrado; esse rótulo de democracia foi colocado exatamente no rosto de quem é antidemocrata. Aqueles que lutaram pela ditadura do proletariado e, segundo Fernando Gabeira, o sequestrador do embaixador americano... Em *O que é Isso, Companheiro?*, ele diz: "Nós nunca lutamos por nenhuma democracia, nós lutamos por ditadura". E o outro diz assim: "Se os militares fizeram mal a nós, nós fizemos muito mais a eles; mas o que a gente queria era a ditadura". Agora está aí: a ditadura do proletariado está no poder, quando se estende, dentro do Senado da República, um tapete para receber o José Dirceu. Ou Jesus volta, ou não sei mais o que fazer. Não sei mais o que fazer.

Então, a denúncia feita – o que foi feito por esses dois jornalistas, um trabalho jornalístico –, a quebra do nosso ordenamento jurídico – que já vem acontecendo há muito tempo – dizem respeito a isso. E a plataforma... E um dos textos diz: para que a plataforma se torne uma farejadora de crime, para poder dar o retorno, para que isso possa virar legalidade.

Agora, ontem, na tribuna, eu fiz um desafio ao Ministro Moraes e vou fazê-lo de novo, aqui, ao Ministro Moraes: que ele se antecipe ao Elon Musk com toda a documentação legal. Se é legal, está dentro do ordenamento jurídico, não tem problema mostrar o que ele mandou para a plataforma, antes que Elon Musk mostre, porque Elon Musk também pode não estar blefando. E, se estiver blefando, aí está errado. Mas que ele mostre.

Mais do que isso, em terceiro lugar, há a vida dos brasileiros, a integridade física deles e da família, porque eles estão sendo agora intimados pela Polícia Federal. E, nesse ritmo em que nós vamos, com esse trem descarrilhado, eles podem sair de lá presos. O Clezão morreu nas vistas do Estado. Esses poderão pagar o preço nas vistas do Estado também. Então, necessário se faz que Elon Musk mostre, de fato. E ao Ministro: se estiver certo, faça isso primeiro, Ministro. É um conselho que eu lhe dou. É um conselho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu lhe dou, porque o mundo hoje fala sobre essa aberração, sobre essa anomalia que o Brasil está vivendo, sobre esse *striptease* jurídico que o Brasil está fazendo, esse *striptease* jurídico que o Brasil está fazendo em praça pública.

Então, acho que essa audiência pública...

Agradeço a esses dois jornalistas, que corajosamente ficaram aqui no Brasil para poder dar explicações, para que nós entendamos mais de perto. E a gente percebe que a velha mídia, que tem vocação para flanelinha, de passar pano, passar pano, passar pano, agora está dizendo – os flanelinhas – que é só um milionário que gosta de brincar com dinheiro que está mexendo na soberania e na paz do Brasil. A paz do Brasil... Que paz do Brasil? É democracia relativa, humanizando os pequenos crimes, fuga de presídio de segurança máxima. Isso nunca se viu no Brasil. Quando você só tinha Tremembé e não tinha esses outros presídios, como lá em Mato Grosso, no Rio de Janeiro, nunca houve, nunca aconteceu fuga, nunca aconteceu fuga. E hoje nós estamos vivendo dias absolutamente difíceis. Soberania nacional... Soberania nacional é quem pega as Forças Armadas e faz com que os seus Comandantes deem continência para Maduro. Isso é violação e desrespeito à soberania nacional.

Um milionário, um milionário brincando com a soberania nacional, com o seu dinheiro. Não, eu quero falar de outro milionário chamado George Soros. Esse é um rapaz, é um menino novo... Esse é um velho descabeçado, que financia a esquerda no mundo, a legalização de drogas. Ele é o financiador – aliás o megafone dele no Brasil chama-se Fernando Henrique Cardoso – da legalização do aborto, é o financiador da esquerda no mundo. E isso, sim, é ataque à soberania. E esse cidadão chamado George Soros tem todo o respeito e a vênia da velha mídia flanelinha passadora de pano. É só ver quantos milhões, Senador Flávio, quantos milhões foram destinados a esse grande veículo de comunicação, o maior de todos eles, do qual eu me recuso a falar o nome. Eu vejo, na rede social, os recortes, só para dar risada de como as pessoas... Assim, não dá nem... Porque a gente vai fazer a propaganda do... Como é aquilo que se passa na cara de pau?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Óleo de peroba, óleo de peroba. Eles já nem ficam mais vermelhos, não têm nem sangue no rosto para poder falar asneiras e passar informação, por isso que não querem, porque as informações chegam, eles não são mais donos da informação. Não são mais os donos da informação. As redes sociais... O que se está falando hoje naquele famoso jornal da noite, o povo já sabia ontem, já sabe de manhã. Então, esse monopólio da informação foi perdido.

Agora, alguém ouviu dizer que o filho do Lula deu uma cotovelada na mulher? Os "passa-panos"... Eu vi uma passando pano – mamãe, me acode – de um jeito! Ela disse assim: "Luis Cláudio...". Esse Luis Cláudio ficou rico promovendo o futebol americano no Brasil, que é a empresa dele de... Eu nunca vi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo de futebol americano no Brasil, mas tudo bem, ele ficou rico assim, o cotoveleiro. "Esse menino é tão calmo, um menino tão sereno, eu nunca imaginei que o Luis Cláudio pudesse ter se casado com essa moça que vai... É só olhar o perfil dela no Instagram, ela de batom, assim, fazendo pose com o cabelo", e não sei o quê. A moça é uma médica. Essa desclassificação, essa desconstrução das pessoas para que a narrativa vire verdade... Quer dizer, se o Luis Cláudio é calmo e deu uma cotovelada na mulher, já pensou se fosse nervoso?

Então, é isso o que nós estamos vendo nessa velha mídia, nessa velha mídia. Mas tudo na vida tem limite, minha mãe dizia, D. Dadá, e tudo demais é sobra, Senador Marinho, tudo demais é sobra. Para tanto, essa audiência de amanhã será absolutamente importante.

Eu precisava fazer esse comentário, abrir o meu coração e dizer que tem um confronto. Não há nenhuma violação do Elon Musk da lei no Brasil, não há. E se o Ministro fez dentro do ordenamento jurídico, é hora de ele vir a público, ao invés de colocar o rapaz no estômago do elefante. Ele sabe que nunca vai conseguir botar a mão nesse rapaz, ele sabe que nunca vai chegar perto desse rapaz, ele sabe que isso tudo é fumaça. É hora de ele se manifestar.

Eu acho que o Plenário da CCJ vai estar vazio amanhã também, Senador Marinho. Eu sugiro que nós façamos lá, amanhã, às 10h da manhã, essa audiência pública para que nós possamos ouvir os...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vamos votar os requerimentos em globo aqui? Que dia que vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai votar em globo?

Sr. Presidente, eu tenho um requerimento extrapauta. Se me permitir, depois posso encaminhá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, claro. Encaminhe antes que façamos.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou incluir o requerimento extrapauta.

Requerimento à CCDD. Requeiro, nos termos do art. 93-I do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 11, de 2024, na CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digitais, sejam incluídos os seguintes convidados: representantes da empresa Meta (Facebook e Instagram), representantes da Câmara Brasileira da Economia Digital (Câmara-e.net).

Esse é o meu requerimento extrapauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 41, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PLP 77/2023 que "institui o Cadastro Digital Certificado e estabelece normas para identificação de correntistas ativos e passivos de contas de depósitos abertas por meio eletrônico".

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Informo que o item 16, Requerimento 46, de 2024, CCDD incluído como extrapauta, também de autoria do Senador Esperidião Amin, conjuntamente com o Senador Hamilton Mourão, objetiva o aditamento para a inclusão de convidados na audiência pública de que trata o Requerimento 41.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 46, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2024 - CCDD, com o objetivo de debater o PLP 77/2023, que "institui o Cadastro Digital Certificado e estabelece normas para identificação de correntistas ativos e passivos de contas de depósitos abertas por meio eletrônico", seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Questiono dos demais membros se nós podemos fazer votação única para ambos os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que aprovam... (*Pausa.*)

Aprovados.

De modo análogo à situação anterior, informo que os itens 12, 14 e 15 da pauta, Requerimentos da Comissão de Comunicação e Direito Digital nºs 42, de 2024, de minha autoria, e 44 e 45, de 2024, de autoria do Senador Izalci Lucas, tratam de aditamentos ao Requerimento 11, de 2024, da CCDD, para a inclusão de convidados na audiência pública destinada a instruir o PL 2.628, de 2022.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 42, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais", seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 44, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 45, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais" seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Assim, se não houver objeção, podemos fazer votação em globo desses requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo objeção...

Questiono do Senador Izalci Lucas se deseja usar a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Presidente, na mesma linha, só para incluir convidados, no caso do 44, a Sra. Ana Bárbara, que é Diretora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade, e também o Presidente da Anatel, e, no Requerimento 45, incluir o Sr. Fernando Gallo, Diretor de Políticas Públicas do TikTok do Brasil, nessa mesma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A votação será simbólica.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 42, 44 e 45, de 2024.

O item 13 é o último requerimento da Comissão de Direito Digital.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 43, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 80/2023, que "dispõe sobre a emissão de moeda soberana no formato digital".

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, meus pares nesta Comissão, eu tenho o desafio, e o recebi com muito gosto, de relatar o drex, que é a moeda digital brasileira, mais uma inovação do Banco Central, que nos deixa na vanguarda neste tema no mundo.

Para que todos os nossos colegas possam entender a dinâmica, eu até já estou com o relatório pronto. Inclusive, encaminhei-o ao Presidente do Banco Central, esperando a nota técnica de algum reparo, algum ajuste, alguma sugestão com que ele possa contribuir, já que o pai do drex é o nosso ilustre e brilhante Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central, que tem todo o nosso apoio, a nossa admiração.

A ideia é justamente dar ciência, nesta audiência pública, dos termos do processo. Uma moeda digital, às vezes, é um tema distante para alguns, incompreensível num primeiro momento. E a audiência pública vai trazer luz, contribuições não só para nós, aqui no Senado, Parlamentares, mas para quem vai ter oportunidade de nos assistir.

Não tenham dúvida, o drex vai entrar na nossa vida, na vida do cidadão brasileiro, como entrou o Pix, e não sai mais, porque é uma ferramenta de grande utilidade para as transações financeiras.

Dessa maneira, é um requerimento que pede essa audiência pública e traz alguns convidados, como representantes do Ministério da Fazenda; do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos; da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), os bancos estão diretamente envolvidos; do Banco Central; do Blockchain Brasil, porque a tecnologia é uma tecnologia *blockchain*, que permite, inclusive, o rastreamento.

Quem sabe, Senador Magno Malta, será usado não só nas relações privadas, mas também nas relações públicas, para a gente poder acompanhar, por exemplo, para onde está indo a nossa emenda, se ela está sendo usada para aquele fim que a gente dispôs, se não houve desvios. Ou outras relações, pagamento de IPTU, de impostos, para o contribuinte.

São convidados também: o Sr. João Aragão, da Microsoft Corporation; um representante da Comissão Especial de Criptomoedas e Blockchains, do Conselho Federal da OAB; um representante da Chainalysis; um representante da Associação Brasileira de Criptoeconomia.

Se algum outro Parlamentar tiver a intenção de acrescentar, muito bem-vindo.

Sei que este projeto também é do interesse do Senador Marcos Pontes, que foi nosso Ministro de Ciência e Tecnologia.

É um projeto que dialoga com a tecnologia. A tecnologia é inexorável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí fica a minha recomendação para este Governo: quem não perceber, quem quiser segurar o avanço tecnológico vai ser atropelado pela história, Senador Mourão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 283, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Garça, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia, bom dia a todos.

Se me permite, vou direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 283, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Garça, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vamos ao próximo, porque depois nós vamos votar em globo, porque todos são terminativos.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 290, DE 2023

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Vera Cruz, Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Está com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, incisos XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 290, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permissão à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos no Município de Vera Cruz, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado, Senador.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 724, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Peço permissão para ir direto à análise, Sr. Presidente.

Essa matéria é de competência da nossa Comissão, conforme prescreve o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, VI.

Esse serviço de radiodifusão comunitária é disciplinado pela Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Assim, meu voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 724, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vamos ao Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1065, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Indo direto à análise, Sr. Presidente, compete a esta Comissão, de acordo com o art. 104-G, inciso VI, do Regimento Interno do Senado, opinar acerca de assuntos desta natureza.

Este serviço é disciplinado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que foi regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.065, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.065, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Item 5, de Relatoria da Senadora Professora Dorinha; item 6, de relatório da Professora Dorinha; item 7, de relatório da Senadora Dorinha. Um versa sobre o Município de Santa Margarida, no Estado de Minas Gerais; o outro versa sobre também o Estado de Minas Gerais, no Município de Resplendor; e o outro também no Estado de Minas, no Município de Umburatiba.

V. Exa. está com a palavra para poder relatar os três, já que V. Exa... Aliás, os quatro. O item 8 é de V. Exa. também, que trata da questão de radiodifusão comunitária no Município São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 865, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Margarida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 893, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 899, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Arcumb - Associação de Radiodifusão Comunitária de Umburatiba (Rádio Umburana FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Umburatiba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 908, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada.

Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras.

Vou direto ao voto, porque todo o restante é análise e está confirmando a nossa competência para regulação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 865, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Margarida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Em votação...

Tem mais um ainda? (*Pausa.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Segundo parecer, que trata da autorização para a Associação Maria Rainha da Paz.

Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 893, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais, projeto originário da Câmara dos Deputados.

Em seguida, também direto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 899, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Umburatiba, Rádio Umburana FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Umburatiba, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Voto para o PDL 908, de 2021.

Tendo em vista que não houve violação da legislação pertinente, e não tendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Já conclui, Sr. Presidente, os quatro projetos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O item 9 o Senador Mourão vai relatar de forma *ad hoc*.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 251, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação.

O Senador Efraim Filho não estando presente, o Senador Mourão está escalado de forma *ad hoc.*

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O SBT.

Item 10.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 253, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Sorocaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação.

Então, fica o item 9 e o item 10 para o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo à análise do item 9, compete a esta Comissão, de acordo com o art. 104-G, inciso VI, do Regimento Interno do Senado, opinar acerca de proposições dessa natureza.

O processo está pautado pelo art. 223 da Constituição e, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de exclusiva competência do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Dessa forma, o meu voto é, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 251, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à TVSBT, canal 11, do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relato, Sr. Presidente.

Indo ao item 10 da pauta, passando direto à análise, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, compete a esta Comissão opinar acerca deste tipo de proposição.

Esse processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo está balizado pelo art. 223 da Constituição e pela Resolução nº 3, de 2009, deste Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 253, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Sorocaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está aberta a discussão dos itens de 1 a 10 e 18 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Colocamos em votação, em grupo, os seguintes itens da pauta: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e item 18.

A votação será nominal.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim.

Precisamos... Temos hoje um, dois, três... Estão faltando seis.

Já tem quatro. Estão faltando cinco.

O Astronauta estava aqui, o Flávio Bolsonaro...

Por favor, façam contato.

Dr. Hiran votou, Flávio Arns, Paulo Paim. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Amanhã. (*Pausa.*)

Os Senadores que votaram com o Relator votaram "sim".

Solicito à Secretaria...

Bom, isso aqui já foi feito, não é?

Então, o quórum foi atingido.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Estão, então, aprovadas todas as proposições.

Resultado: SIM, 8; NÃO, 0.

Abstenções: 0.

Está aprovado.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão, realizada em 20 de março de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais há a ser tratado.

Agradeço a todos.

Declaro encerrada a presente reunião, avisando que amanhã, às 10h, no Plenário da CCJ, nós teremos, então, a audiência pública votada aqui, para ouvirmos os dois jornalistas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-me o requerimento para que eu possa ler os nomes deles. (*Pausa.*)

David Ágape, nome bacana, e Michael Shellenberger, às 10h da manhã.

Nada mais havendo a tratar, em nome de Deus, encerro esta sessão.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia onze de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Magno Malta, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Margareth Buzetti, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Damares Alves, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Marcos Rogério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 47/2024 - CCDD, de autoria Senador Magno Malta (PL/ES). **Finalidade:** Debater a interferência de autoridades brasileiras sobre as plataformas de rede social (Twitter Files). **Participantes:** Sr. Michael Shellenberger, Jornalista; e Sr. David Ágape, Jornalista. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Magno Malta
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Fala da Presidência.) – Declaro, sob a proteção de Deus, havendo quórum regimental, aberta a 7ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de abril.

Esta é uma data histórica, com uma audiência pública histórica. E certamente os Anais da história registrarão este momento, até porque é um momento turbulento e trevoso que vive a nação brasileira.

A nação precisa de homens que não se intimidem e que, diante da injustiça, não temam pela própria vida. Não parafraseando, mas afirmando o que disse o apóstolo Paulo: em nada tenho por ganho a minha vida, "porque para mim viver é Cristo, morrer é lucro".

Recebi nesta manhã, antes de vir ao plenário, com muito prazer, o Michael, acompanhado do Deputado Marcel van Hattem, com quem ele está desde que chegou ao Brasil. E qual é a razão – alguém pode me perguntar – por que o Deputado está sentado aqui à mesa? Primeiro, sem explicações, é uma honra ter um Deputado da estatura de Marcel van Hattem sentado em qualquer bancada; e, segundo, por conta de poder auxiliar o David...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... que já fala português... Michael, que já fala português melhor do que alguns ex-mandatários e mandatários do país. (*Risos.*)

Em havendo necessidade, Marcel van Hattem, que fala uns cinco idiomas, poderá socorrê-lo.

A presente reunião destina-se à realização desta audiência pública, com o objetivo de debater a interferência de autoridades brasileiras sobre a plataforma de rede social (Twitter Files), em atenção ao Requerimento 47, de 2024, da CCDD, da autoria deste aqui que vos fala.

Convido – e aqui já estão os dois – o Michael Shellenberger e o Sr. David Ágape, jornalistas.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania e pelo telefone 0800 0612211.

Creio que alguns Senadores e Deputados também estejam assistindo e transmitindo ao vivo nas suas redes sociais – Facebook, YouTube, Instagram e no próprio X.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aos nossos queridos expositores – primeiro o David, que tem a necessidade de se retirar mais cedo... Explico ao convidado que ele fará uso da palavra, *a priori*, por 20 minutos. Havendo necessidade, pode usar o tempo que achar necessário, o que serve também para o Michael. No final da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para poderem fazer os seus comentários e também as suas perguntas.

Eu já transmito, já passo a palavra ao senhor.

Faço registro da presença do Senador Astronauta Marcos Pontes, do Senador Marcos Rogério, do Senador Girão, do Senador Rogerio Marinho, do Deputado Filipe Barros, do Deputado Marcel van Hattem, do Deputado Mario Frias e, neste momento, do Senador Flávio...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E da Deputada Adriana Ventura, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – ... Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ela deveria ter sido a primeira; ninguém me avisou.

Senador Flávio...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, foi o Marinho que botou um pedido aqui para...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Do Senador Flávio Bolsonaro e da nossa querida Deputado Adriana Ventura, que está nessa luta, já há muito, acompanhando o Michael e o David junto com o Marcel van Hattem, nessa cruzada em nome dos brasileiros.

Você tem a palavra, David, pelo tempo que lhe for necessário.

O SR. DAVID ÁGAPE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos que estão presentes.

Vou tomar um pouquinho de água. Aqui em Brasília, o tempo está um pouco seco. Eu venho de um local litorâneo e, sempre que eu venho para Brasília, dá uma secura, mas tentarei me sair o melhor possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é David Ágape, sou jornalista investigativo e trabalhei em conjunto com o meu amigo Eli Vieira, jornalista, que trabalha na *Gazeta do Povo*, e o Michael Shellenberger, que dispensa apresentações. Nós trabalhamos na investigação do Twitter Files. E o Twitter Files revelou, revela que a censura, a tentativa de controlar o discurso na internet não vem apenas do STF, do TSE, do Judiciário, mas vem de uma gama de atores e de instituições; e não só a censura, é importante destacar, mas também tentativas de violar os direitos de privacidade dos cidadãos brasileiros. E, graças a esses novos arquivos, nós conseguimos mostrar mais detalhes de como tem funcionado essa censura.

Muitos influenciadores e jornalistas, militantes também, têm tentado desmerecer as denúncias, dizendo que não é nada demais, que isso aí a gente já viu outras vezes. Nós estamos tão imersos num ambiente de censura hoje que muitas vezes nós nem percebemos, como aquela fábula do sapo dentro da panela. O sapo entra na panela; se ela está fervendo, ele pula, se assusta, mas, se aquela panela começa a esquentar – a panela com água – lentamente, o coitado do sapo não percebe até que ele vira um ensopado de sapo. Nós somos esse sapo, mas nós temos ainda tempo de pular dessa panela fervente.

Outro ponto importante que precisa ser destacado é que esse não é um discurso de esquerda ou de direita. A censura à liberdade de expressão atinge a todos. Embora hoje a esquerda no Brasil seja a principal defensora da censura – e, historicamente, no Brasil pelo menos, não foi exatamente assim – e a direita seja a maior perseguida hoje no Brasil, essa questão não se limita a questões ideológico-partidárias, até porque, num futuro próximo, as mesmas pessoas que hoje defendem a censura podem ser vítimas dela, como nós já temos visto em alguns casos.

A censura nunca tem esse nome; ninguém diz que vai propor um projeto para censurar as pessoas. Historicamente, em diversos países que aplicaram a censura em massa, em ditaduras, projetos de censura eram maquiados como iniciativas para combater *fake news*, discursos de ódio, até mesmo questões de atos obscenos: "Vamos combater a obscenidade!". Tudo isso para controlar o que as pessoas dizem, a opinião das pessoas. E as redes sociais, que revolucionaram a comunicação entre as pessoas, são o palco hoje dessa censura, que parece que não tem fim, que é interminável e tenta nos cercar de todos os lados.

Após a vitória de Donald Trump em 2016, houve uma grande mudança nos rumos das mentes dos poderosos: eles perceberam que precisavam controlar as redes sociais; não apenas mais tentar manipular as redes, mas controlar. Eles viram que não tinha, não tem como controlar as redes, mesmo com projetos de censura. O discurso vai continuar sendo feito, mesmo que com muito menor intensidade. E aí, nesse momento, as agências de inteligência e do *deep State* americano – agências que ganharam muito poder a partir da Guerra ao Terror, que começou a partir do ataque de 11 de setembro nos Estados Unidos, nas Torres Gêmeas – voltaram-se contra os cidadãos dos Estados Unidos em medidas de censura e de repressão.

O Michael pode falar com mais propriedade sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Surge, então, um esquema de repressão global e de restrição da liberdade de expressão, e vários atores participaram desse processo. Ao longo das nossas investigações, nós percebemos que os mesmos atores que agem na censura e na repressão americana trabalham também na censura brasileira – nós vamos detalhar isso. Tudo isso começou a ser revelado a partir do Twitter Files americano, em que o Elon Musk liberou os arquivos internos de conversas do Twitter para jornalistas investigativos, grandes jornalistas investigativos, como Matt Taibbi, Bari Weiss e o próprio Michael Shellenberger. Tudo isso deu origem à teoria, aos estudos do complexo industrial da censura.

Ao longo das investigações que nós fizemos, no Brasil, sobre a censura – nós estamos mapeando essa censura –, conseguimos perceber que ela vem de três grandes frentes.

Vou passar o eslaide.

Para cá... Eu não consigo controlar aqui, gente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Permita-me só dizer, respondendo a alguns Senadores que estão falando comigo por libras, Senador Flávio Bolsonaro, que estamos ao vivo, na TV Senado, e certamente não vão cortar, porque seria censura. (*Risos.*)

O SR. DAVID ÁGAPE – Então, esse é um panorama geral, porque isso é muito maior, é muito mais gigantesco, envolve mais atores, mais detalhes, mas isso já é um panorama que mostra o funcionamento de como se conectam as instituições em prol da censura.

Então, primeiro, eu destaco a censura que vem do Legislativo. O PL da *fake news* era ou é uma das maiores propostas para regular o discurso na internet e que traz ou trazia os maiores riscos à liberdade de expressão no país. Nessa semana, o Presidente da Câmara anunciou que não vai votar o projeto – muita gente comemorou –, mas ele também anunciou que vai criar um GT, um grupo de trabalho, com o objetivo de criar uma nova lei do zero. Entretanto, isso causa preocupação, porque os grupos de trabalho geralmente são escolhidos a dedo e terminam os trabalhos de maneira muito célere, sem muita discussão com a sociedade.

O Ministro do STF Dias Toffoli decidiu liberar, agora também, a partir dessa decisão do Presidente da Câmara, um julgamento de uma ação que trata da responsabilização dos provedores de redes sociais por conteúdos gerados por terceiros. Dessa forma, o projeto, ou parte do projeto do PL da *fake news* seria aprovado pelo Supremo, numa justificativa de que: "Olha, já que a Câmara não atua, já que o Congresso não atua, nós atuaremos", e nós já vimos o Supremo legislando outras vezes. Só que o problema é que nós já temos uma legislação que regula as redes sociais: o marco civil da Internet. É uma legislação robusta que foi aprovada em 2014, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, após diversas discussões e debates com a sociedade. Então, a justificativa de que não há uma lei, de que internet é terra sem lei, isso não é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A censura também vem por parte do Executivo.

Está sem o eslaide do Executivo. Não sei o que aconteceu, mas...

Aqui, olha ele aí. Está no lugar errado, mas eu vou falar sobre ele.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou claro, durante a campanha de 2022, que iria regular as redes sociais de qualquer maneira. Uma das primeiras coisas que o Presidente fez, a partir da sua eleição, da sua posse, foi conversar com o Ministro Alexandre de Moraes, que pediu para que ele também regulasse as redes – só lembrando.

Uma das outras primeiras medidas do Governo Lula foi a criação de uma Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia, que está hoje sob a responsabilidade da Advocacia-Geral da União (AGU), e, apesar do nome bonito, esse órgão tem atuado como ministério da verdade do Lula e perseguido personalidades que desagradam ao Governo.

Por parte do Judiciário, que é definitivamente o principal foco de censura nos últimos anos – e duvido que alguém consiga discordar dessa afirmação –, a censura tem sido feita, num primeiro momento, no STF, através de diversos inquéritos, sendo muitos desses inquéritos sigilosos, ou seja, ninguém sabe o que está sendo feito nos bastidores. Muitas pessoas que estão sendo investigadas não sabem por que estão sendo investigadas, não têm acesso à íntegra das investigações, e são investigações infinitas. O inquérito da *fake news* já comemora cinco anos – feliz aniversário, Alexandre! E esses inquéritos – além do inquérito da *fake news*, tem o inquérito das milícias digitais – têm diversas irregularidades já reconhecidas por diversos juristas, e eles são conduzidos pelo Ministro Alexandre de Moraes de forma truculenta.

Após os comentários do Elon Musk, feitos em reação às revelações que nós fizemos no Twitter Files Brazil, o Alexandre de Moraes incluiu Musk no inquérito das milícias digitais. Isso ocorre por causa de uma interpretação feita pelo STF de um artigo do seu Regimento Interno, o art. 43, que permite que os Ministros, que a Corte abra inquéritos de ofício para investigar crimes que são cometidos nas dependências do tribunal. E há uma interpretação, fizeram uma interpretação, digamos, no jargão popular, *freestyle* de que a internet também é uma dependência do tribunal, e, portanto, qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, pode ser atingida e alcançada pelo STF.

Através desses inquéritos, Alexandre de Moraes se tornou investigador, acusador, vítima e juiz, tudo ao mesmo tempo. E tudo isso tem ocorrido com a leniência das instituições, porque acreditam que a direita e o Bolsonaro são um grande risco para a democracia e que essa quebra constitucional é para o bem maior. Muitos, hoje, já começaram a voltar atrás – algumas instituições, alguns jornais, alguns editoriais. Eu destaquei, nesses dias, nas redes sociais, que editoriais e jornais de grande importância têm já destacado essas ilegalidades, mas isso não parece que tenha afetado a Suprema Corte, até porque Alexandre de Moraes não decide as coisas sozinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar também a ação do Ministro com relação a esses inquéritos ao escolher a dedo os integrantes das operações da Polícia Federal neles. Então, tem uma ala dentro da Polícia Federal que atua em consonância com os interesses do Ministro. E, durante as investigações, eu conversei com policiais federais que alegam estar com medo – muito medo –, tanto de expressar suas opiniões pessoais quanto de uma possível vigilância por parte dos seus superiores.

Outro grande ator do Judiciário para a censura no Brasil é o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que tem ampliado significativamente o seu poder e aplicado medidas autoritárias.

Um exemplo que nós destacamos nas nossas investigações é que, inicialmente, lá em 2017, o TSE criou uma espécie de seminário interno para começar a namorar a ideia de regular as redes, de combater – entre aspas – "*fake news*".

Dessas primeiras reuniões, inicialmente secretas, participaram integrantes do FBI, da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e também agentes da Inteligência do Exército, além de ONGs. E, nessas primeiras conversas, já começaram a ser apresentados os conceitos que foram aplicados na eleição de 2022, conceitos externos – como disse Alexandre de Moraes no seu último pronunciamento, "alienígenas". São conceitos alienígenas trazidos do complexo industrial da censura americana para o Brasil, ideias de grandes *think tanks*, organizações bilionárias que aplicaram a censura nos Estados Unidos, e agora esses conceitos eram trazidos para o nosso país. Muito da censura que foi aplicada nos últimos anos não poderia ter sido feita se não fosse esse embasamento teórico.

Progressivamente, o TSE foi aplicando essas medidas, criando mais estratégias, e tudo isso, claro, com uma justificativa de combater *fake news* e discursos de ódio, que não são tipificados em nenhuma lei brasileira – é importante destacar isso. Apesar de enfrentar limitações de tempo em 2018 – o TSE queria já aplicar muitas dessas medidas –, ele foi expandindo o seu poder nos anos seguintes: criou o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação, que se tornou permanente em 2021; alterou a sua estrutura orgânica para criar uma assessoria especial de inteligência; foram criados grupos policiais dentro do TSE – hoje são...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID ÁGAPE – ... vários núcleos de inteligência no TSE.

Mas foi em 2022, já na administração, já na Presidência de Alexandre de Moraes, que o TSE deu uma guinada ainda mais autoritária. O TSE estabeleceu uma agência de inteligência, uma polícia secreta a serviço direto de Alexandre de Moraes. Ele era o comandante desse grupo, e não houve supervisão alguma. A Abin, por exemplo, é uma agência de inteligência que tem supervisão, tem regulamento e regimento interno. Esse núcleo de inteligência do Alexandre de Moraes não tinha. Ele fez o que quis durante o período eleitoral de 2022, e muitas das medidas de censura que foram aplicadas foram feitas com base em relatórios produzidos por esse grupo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda durante as eleições de 2022, às vésperas do segundo turno, o então advogado do Presidente Lula, Cristiano Zanin, afirmou ter documentado um ecossistema de desinformação. É interessante pontuar que a Rede Globo – e eu não tenho nada contra ela –, publicou esse relatório como se fosse uma investigação policial já finalizada; não colocou que era uma suspeita, nem destacou que era uma investigação interna de um partido, de um candidato político, ou seja, que tinha todo o interesse em acusar os seus adversários. Então, havia muitos conflitos de interesse, e a Globo publicou isso sem critério algum. E Alexandre de Moraes acatou prontamente esse pedido e censurou em massa os adversários de Lula. Nossa equipe fez uma análise e encontrou pelo menos 80 personalidades, entidades e empresas censuradas nas redes sociais no último período eleitoral. Muitos vão falar: "Nossa! Mas é pouco, só 80?". Não, são personalidades, políticos, são artistas, são influenciadores, e nisso não entra o povo em geral, que provavelmente é muito mais.

No entanto, nós não temos como saber quantas pessoas foram censuradas. Por quê? No ano passado, o jornal *Folha de S.Paulo* solicitou, via Lei de Acesso à Informação, ao TSE dados sobre contas bloqueadas ou removidas durante o período eleitoral, e o TSE negou esse acesso; ou seja, o sigilo permanece. Não sabemos a extensão total da censura durante o período eleitoral.

Eu vou destacar alguns casos de pessoas censuradas durante esse período.

Luciano Hang, proprietário da rede de lojas Havan, foi censurado nas suas redes sociais, Twitter, YouTube, entre outros. No Twitter, por exemplo, ele tinha mais de 800 mil seguidores. E qual foi o crime do Luciano Hang? Participar de um grupo de WhatsApp com empresários que faziam vários comentários. O TSE, a partir de uma reportagem do Portal Metrópoles, que obteve *prints* dessas conversas, censurou não só o Luciano, mas os outros empresários que participavam do grupo. Só que o Luciano Hang... Qual era a denúncia? – é importante destacar. É que esses empresários defendiam o golpe de Estado. Vou destacar um dos comentários. "Olha, eu prefiro um golpe de Estado do que a eleição do Lula." Só que esse comentário não foi feito por Luciano Hang. Hang não fez nenhum comentário, seja de golpe, seja do que for nesse grupo, mas, mesmo assim, ele foi censurado e ainda permanece.

Homero Marchese – não sei como se pronuncia –, advogado e Deputado Estadual pelo Paraná, foi censurado, em novembro de 2022, por ordem do Ministro Alexandre de Moraes. E, segundo o Deputado, os seus advogados só tiveram acesso ao processo cerca de 17 dias após ligarem... Eles tiveram que ligar para o gabinete do Ministro de Moraes para entender o que foi que aconteceu. E aí eles descobriram que o Homero reproduziu nas redes sociais, publicou nas redes sociais um *banner* com o endereço do hotel, um *banner* que continha o endereço de um hotel em Nova York onde discursariam os Ministros do Supremo. No entanto, esse *banner* era público na internet. Mesmo assim, a conta foi censurada sem direito a que a pessoa pudesse pleitear ou reclamar.

Vários jornais, veículos de imprensa e jornalistas foram censurados durante as últimas eleições – vou destacar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O jornal *Gazeta do Povo* sofreu censura do TSE por causa de uma publicação que citava o apoio notório do Presidente Lula, do candidato Lula à época, à ditadura da Nicarágua.

A Rádio Jovem Pan foi proibida pelo TSE de discutir fatos envolvendo a prisão de Lula. Ela foi proibida de discutir isso, de falar sobre isso em toda a sua programação, seja no rádio, seja na TV, seja nas plataformas digitais, e uma multa diária de R$25 mil foi estipulada para os jornalistas ou a emissora em caso de descumprimento. Isso resultou na saída de vários jornalistas renomados da Jovem Pan, como Ana Paula Henkel, Rodrigo Constantino e Guilherme Fiuza. Depois, inclusive, só fazendo um acréscimo, o Ministério Público chegou a pedir o cancelamento de três frequências de transmissão concedidas à Jovem Pan, alegando alinhamento com campanhas de difamação – desinformação, perdão.

O *site* O Antagonista foi censurado também, obrigado a deletar uma reportagem que trazia áudios de um membro de uma conhecida facção criminosa manifestando preferência pelo candidato Lula, além de ser proibido de mencionar a censura em artigos subsequentes, ou seja, mais um caso de censura prévia. E é importante destacar – inclusive, eu escrevi uma reportagem sobre isso – que o apoio das facções a Lula não é novo, ele é antigo, vem desde a década de 90, década de 80. Essa facção, inclusive, chegou a colocar uma bomba num prédio privado, na bolsa de valores, para tentar forçar o voto em Lula. Coagiu familiares de presos para que eles votassem em Lula. Então, esse apoio não é novidade para quem acompanha a história. No entanto, O Antagonista foi censurado.

E lembro que o mesmo grupo, que é proprietário da revista *Crusoé*, foi um dos primeiros recensurados pelo inquérito da *fake news* por causa da reportagem "O Amigo do Amigo de Meu Pai", em que se denunciava que o Ministro Dias Toffoli estaria envolvido com pessoas que são ligadas a casos de corrupção. Esse episódio, inclusive, gerou ampla condenação na época por entidades jornalísticas e instituições. Só que, nos anos seguintes, essa censura se tornou banal, porque o alvo passou a ser os bolsonaristas.

A produtora de filmes Brasil Paralelo recebeu uma censura no seu documentário Quem Mandou Matar Jair Bolsonaro, em outubro de 2022, pelo TSE. A decisão proibiu a exibição do documentário até o final das eleições presidenciais e suspendeu a monetização do canal da Brasil Paralelo no YouTube, ou seja, censura prévia, mais uma vez, que é condenada pela Constituição Federal. Apesar de condenar o retorno da censura, a Ministra Carmen Lúcia votou a favor da decisão. Ela destacou isso, tem vídeo dela falando que ela acreditava que a censura é algo ruim, mas essa decisão era algo excepcionalíssimo.

Com todo o respeito, Ministra, a censura não tem sido excepcional no Brasil.

E o conceito de desordem informacional, que é um dos conceitos que eu citei, que foram importados do complexo industrial da censura americano, foi utilizado pelo TSE para justificar essa censura. O que é esse conceito? "Olha, não é mentira o que ele está dizendo, mas a verdade que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo dita pode causar confusão na mente das pessoas." Ora, como você vai controlar como as pessoas podem reagir ou o que podem pensar com relação a isso?

Um outro censurado nesse processo foi o conhecido *podcaster* Bruno Aiub, conhecido como Monark. O Monark tem sofrido uma perseguição implacável. Alexandre Moraes, em 2023, ordenou a remoção de todo o conteúdo do Monark na internet. Querem fazer com que ele desapareça *online*. Para alguém que vive de redes sociais, vive do trabalho *online* – tem muitas pessoas no Brasil hoje que vivem disso –, você apagar a pessoa *online* é você apagar a existência dessa pessoa, é você impedir essa pessoa de conseguir a sua subsistência. Monark, após receber uma multa substancial, foi obrigado a sair do país. Hoje o Monark é exilado nos Estados Unidos. E a censura de Monark veio a partir de relatórios produzidos por aqueles grupos de inteligência do TSE, criados para espionar os cidadãos sem supervisão. E qual foi o crime do Monark? Foi dizer que ele tinha simpatia pelas pessoas que protestavam no 8 de janeiro. A partir disso, ele sofreu uma censura inicial; ele se recusou a obedecer a essa censura, tentou contornar; e, a partir daí, foi recebendo punições cada vez mais severas.

Por último, destaco a censura ao Marcos Cintra, que é um economista, ex-Secretário da Receita Federal do Brasil, que foi candidato a Vice-Presidente na chapa presidencial da Senadora Soraya Thronicke. Portanto, Marcos Cintra é um opositor a Bolsonaro, não pode receber a pecha de bolsonarista, mas foi censurado no Twitter após levantar questões, fazer perguntas sobre o processo eleitoral. Foram perguntas. Um cidadão não pode duvidar? Você tem que ter uma obediência cega ao processo eleitoral?

Destaco que eu não fiz nenhum comentário sobre as questões envolvendo urna eletrônica nas últimas eleições, porque eu acredito que eu precisaria ter muito mais subsídio para fazê-lo. Eu me dediquei a investigar outros pontos, e são esses pontos que eu estou trazendo para vocês; pontos que muitas vezes passaram batido e não tiveram tanta atenção quanto a questão das urnas. Mas eu não tiro a razão de quem tem dúvidas e gostaria que essas dúvidas sobre o pleito eleitoral fossem respondidas.

Outro evento importante...

Não está aqui. Deve estar no outro... Aqui.

Outro ponto importante que é preciso destacar das eleições de 2022 foi o evento chamado "radiolão". O que foi o radiolão? Foi uma denúncia protocolada pela campanha de Jair Bolsonaro que alegava que Lula estava sendo favorecido nas inserções nas propagandas eleitorais em rádios do Nordeste, um reduto tradicionalmente de Lula. Alexandre de Moraes não apenas arquivou a denúncia, como incluiu Bolsonaro e o partido dele no inquérito das milícias digitais. Na ocasião, eu fiz uma checagem independente, que concluiu não apenas que o método de auditoria utilizado pela campanha de Bolsonaro era viável – nós fizemos a análise extensa com base no material disponibilizado, e é importante destacar isto: que seria necessário uma auditoria em todo o material, mas eu fiz apenas do material que foi disponibilizado... Então, a gente descobriu que não apenas o método era válido, mas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia uma discrepância de até uma hora a mais para o PT nas rádios que nós analisamos, em cada rádio. Além disso, Alexandre de Moraes foi induzido ao erro, por assim dizer, ao arquivar a denúncia com base em um estudo com sérios problemas metodológicos. E, na ocasião, um servidor do TSE que já havia falado dessa questão das inserções, do problema das inserções desde 2018, quatro anos antes, foi retirado, sem explicações, do TSE. Ele teve que responder a dois processos disciplinares, foi demitido uma vez, e agora o TSE está tentando demiti-lo uma segunda vez, se é que isso é possível.

Qual é o medo de se investigarem essas denúncias? As eleições municipais estão chegando; os problemas de inserção são reais. Vamos ter uma auditoria feita sobre isso, ou continuará sendo deixado para lá?

Lembro que vítimas das inserções podem ser quaisquer candidatos, de qualquer partido.

O Governo Lula, juntamente com o Supremo Tribunal Federal, tem agora cerca de três tipos diferentes, três organizações diferentes, que nós podemos considerar ministérios da verdade.

No início deste ano, o TSE anunciou a criação do Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação em Defesa da Democracia. Vamos chamá-lo apenas de Ciedde. O nome é grande, bonito, pomposo, mas o que esse órgão fará? Na prática, as mesmas atividades dos núcleos de inteligência do TSE, agora institucionalizado e com parceria. Agora foi anunciada parceria não só com a Anatel, que disse que vai utilizar o seu poder de polícia a serviço do TSE, quanto o próprio ministério da verdade do Governo Lula, que é a Procuradoria de Defesa da Democracia, que está sob a responsabilidade da AGU.

Agora, especificamente sobre o Twitter Files, quais foram as revelações que nós fizemos durante essa investigação?

Esses são apenas alguns dos principais pontos. Existem outros, que estão nas publicações que foram feitas sobre isso.

O primeiro foi uma caça a *hashtags*. *Hashtags* são aqueles termos com o que, se não me engano, se chama cerquilha – todo mundo sabe o que é uma *hashtag*.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – O jogo da velha.

O SR. DAVID ÁGAPE – O jogo da velha. Se você clicar nela, você consegue ver todas as publicações que foram feitas sobre aquele assunto.

O TSE fez uma caça a *hashtags* específicas no Twitter e forçou o Twitter a caçar essas *hashtags* – quem publicou e quem compartilhou essas *hashtags* – podendo atingir até 41 mil tuítes. Em uma das decisões, o Ministro Barroso deu cinco dias para que o Twitter revelasse quem eram as primeiras pessoas que publicaram essa *hashtag* e também que revelasse endereços de IP dessas pessoas. O IP não revela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde você mora especificamente, mas ele mostra uma localização geral, além de mais dados sobre o usuário.

Nós acreditamos que o TSE fez isso para tentar comprovar a teoria de que eleitores de Bolsonaro, ou melhor, que o próprio Jair Bolsonaro e seus apoiadores ou pessoas próximas utilizavam-se de robôs para impulsionar suas narrativas. E, no final das contas, após essas solicitações, o Twitter descobriu que isso não ocorreu.

Essa prática foi questionada pelo departamento jurídico do Twitter, que alegou que isso violava o marco civil da internet.

Essas ações refletiram os esforços do TSE em antecipar atividades ilegais que pudessem afetar as instituições, conhecidas como atividades de pesca probatória, pré-crime, ou atividade conhecida, que ficou famosa no filme Minority Report.

Isso foi uma clara violação à privacidade dos usuários.

Há também o caso do Ministério Público de São Paulo, que pediu dados cadastrais de uma conta e uma investigação sobre uma liderança do PCC. O Twitter negou esse acesso, porque essa solicitação feria o marco civil da internet. Como resposta, o Ministério Público entrou com processo contra o advogado do Twitter no Brasil, Rafael Batista.

O importante nesse caso não é só essa violação, essa tentativa de violar o marco civil da internet, mas, nas mensagens internas, os integrantes do Twitter disseram que o promotor tinha alegado que a atitude do Twitter era uma ação isolada, porque todas as outras grandes empresas de tecnologia, Google, Facebook, Uber, WhatsApp, Instagram, que são da Meta, fornecem dados cadastrais e números de telefone sem ordem judicial.

Nós questionamos essas empresas e não tivemos retorno. Não sabemos a extensão dos dados que estão sendo enviados por essas grandes empresas de tecnologia para o Ministério Público ou para os órgãos do Judiciário sem ordem judicial adequada.

O Twitter recorreu, ganhou na primeira instância e ganhou na segunda instância.

É importante destacar que agora, nos últimos dias, em 9 de abril, a advogada Estela Aranha, ex-Secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça do Governo Lula – ela saiu, aparentemente, recentemente do Governo –, acusou meu colega Michael Schellenberg de ter tentado manipular o debate público ao apontar uma imprecisão em um tuíte que ele fez, atribuindo o caso ao Alexandre de Moraes, só que a Estela Aranha resume, ela tenta resumir todo o caso do Twitter Files a esse caso específico, dizendo: "Olha, não tem nada a ver com o TSE, não tem nada a ver com liberdade de expressão. Isso tem a ver com o combate ao crime organizado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela desinformou os seguidores dela, foi compartilhado por vários influenciadores, incluindo o Felipe Neto, e a nossa equipe passou a ser atacada a partir disso, sendo acusados de sermos defensores de facção criminosa, o que não é verdade.

Estela Aranha tem sido figura frequente na imprensa para poder criticar o nosso trabalho, só que ela se esqueceu de dizer – na publicação que ela fez, ela traz trechos da decisão judicial sobre o caso –, de avisar para os leitores dela qual foi o resultado daquela decisão.

A Desembargadora Claudia Fonseca Fanucchi deu razão ao Twitter, ainda repreendeu o Promotor por forçar uma obrigação inexistente e destacou que o pedido não tinha clareza sobre o objetivo da investigação criminal. A magistrada também reforçou que atos que buscam identificar informações privadas e constitucionalmente protegidas exigem revisão judicial prévia. As informações estavam contidas no documento que ela publicou, mas foram omitidas por ela.

Isto aqui não é um ataque à Estela; é só uma explicação porque muitos têm tentado desmerecer o nosso trabalho. Criaram teorias da conspiração de que Elon Musk está tentando roubar o lítio – para baterias, não é? – do Brasil; que há uma conspiração internacional, bancada por bilionários, para destruir a soberania nacional; que a extrema-direita internacional tem se articulado para acabar com o Governo Lula, com o Supremo e a democracia no Brasil, o que não é verdade. Nada disso é verdade.

A investigação do Twitter Files começou por ideia minha. Propus ao Michael, e ele abraçou a ideia. Além disso, nós somos apenas jornalistas, cumprindo o nosso ofício de contar a verdade para a população, para revelar o que está escondido.

O outro caso... Esse caso aqui ficou no tuíte da Estela Aranha. Então...

> Não tem STF, TSE, não tem Ministro Alexandre de Moraes, não tem liberdade de expressão ou debate político. Esses trechos de comunicações internas entre funcionários do twitter nada tem com o STF e foram usados para manipular o debate. Uma bela narrativa sem base fática.

A CPI da Pandemia foi um outro foco que nós encontramos dentro do Twitter Files, e é importante destacar que a pandemia de covid-19 foi também uma grande agente de mudança em prol da censura no mundo – não só no Brasil. Em uma das trocas de mensagens do pessoal jurídico do Twitter, é falado que a CPI da Pandemia queria quebrar o sigilo de mensagens privadas, conhecidas como DMs, e o IP, entre outros dados, do perfil Movimento Conservador, anteriormente conhecido como Direita São Paulo.

O requerimento foi feito pelo Senador Rogério Carvalho, do PT, do Sergipe. O Senador pedia a quebra do sigilo no Twitter, só que olha só o argumento que ele utilizava para poder quebrar o sigilo dessa conta no Twitter: era uma publicação feita no Instagram – do mesmo movimento, mas era do Instagram – que trazia uma notícia da Agência Reuters, uma conceituada agência de notícias internacional, que trazia o que lá? Era uma notícia de que a Universidade de Oxford estava explorando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava estudando a ivermectina para o tratamento da covid-19. Inclusive, não aparece ali, mas embaixo aparece a legenda, "divulgação de medicamento sem estudo científico", algo assim, sendo que a própria publicação era sobre estudos científicos que estavam em andamento.

E qual o problema dessa publicação? A legenda que aparece lá em cima. Um: "Bolsonaro tem razão?". É uma pergunta. Só que o Senador queria quebrar o sigilo das mensagens privadas dessa conta, numa pesca probatória mais uma vez. E o Twitter rejeitou esse pedido, num primeiro momento, só que o movimento conservador só soube que estava sendo vítima dessa medida de quebra de sigilo após saber sobre isso na imprensa. Essa medida, segundo o Twitter, também não atendia aos requisitos do marco civil da internet.

O movimento conservador apelou, então, ao STF, e o Ministro Nunes Marques atendeu a esse pedido, dizendo que a medida era ampla e genérica e não atendia aos requisitos legais.

Só lembrando que a CPI da covid-19 vazava informações que eles tinham obtido a partir de quebra de sigilo. Vazava para veículos amigos, da imprensa. Vazou da Deputada Carla Zambelli.

Vamos concluir aqui falando sobre a última fase do Twitter Files, que é o caso do youtuber Felipe Neto, que, embora não envolva medidas judiciais, envolve uma tentativa de censura nas redes sociais.

Felipe Neto foi um dos maiores apoiadores do Governo Lula nas últimas eleições. Ele foi chamado para ser integrante, no Ministério dos Direitos Humanos, de um grupo para também elaborar medidas para combate a discurso de ódio e *fake news* na internet, mas o Felipe Neto é um mentiroso contumaz e um dos principais disseminadores de ódio no Brasil hoje.

Ele impulsiona esse ódio nas redes sociais, ataca pessoas, como, por exemplo, a jornalista Andreza Matais, que trabalhava no Estadão e cuja equipe revelou a visita de uma mulher ligada a facções criminosas nos ministérios do Governo Lula. O Felipe Neto publicou o rosto dessa mulher, dizendo "quem financia a dama das *fake news*", e Andreza passou a receber diversos ataques.

Felipe Neto teve, segundo a última publicação que nós fizemos, os últimos documentos aos quais tivemos acesso, ele teve acesso a pessoas importantes dentro do Twitter, e fez *lobby* para que um tuíte publicado pelo jornalista Allan dos Santos fosse deletado. Parte da equipe queria atender a esse *lobby* e queria realizar uma reunião privada, fechada, com o Felipe Neto, mas um dos integrantes do jurídico do Twitter disse que era melhor não fazer, porque Felipe Neto não é uma pessoa confiável, e eu concordo com isso.

Allan dos Santos vive hoje exilado também nos Estados Unidos, há um pedido de prisão contra ele no Brasil... Alexandre de Moraes tentou extraditar Allan dos Santos através de um pedido à Interpol, só que o Governo americano não atendeu a esse pedido, porque lá eles têm a defesa da Primeira Emenda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Brasil não tem, e, pelo que o Governo americano entendeu, Allan dos Santos estava sendo perseguido por uma criminalização de opinião.

Por fim, eu gostaria de destacar que Elon Musk tem feito diversas e sérias denúncias nas redes sociais. Eu não tenho acesso a Elon Musk, não sou amigo dele, mas eu acredito que Elon Musk possa ter informações valiosas sobre o processo de censura no Brasil, e ele disse que vai abrir, e eu espero que ele abra, de forma ampla e transparente.

Eu agradeço o tempo, a paciência de vocês e me coloco à disposição tanto desta Casa quanto da Câmara dos Deputados e dos demais Parlamentares para contar a verdade, contar o que nós temos visto, e me coloco também à disposição do Brasil para mostrar o que tem sido feito nos bastidores para minar a nossa liberdade de expressão.

Eu recebi ataques nas redes sociais. Um jornalista que trabalha numa TV pública divulgou meus dados pessoais, meu endereço... Eu passei a receber ameaças por causa disso. E, tudo isso, eu entendo que a crítica é do jogo. Você tentar refutar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID ÁGAPE – ... a teoria, as denúncias do outro, é do jogo, mas ataques baixos como esse não devem ser aceitos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero apenas indagar o jornalista David em relação a essa TV pública. Nesse caso, como a gente observou aqui, não há censura à divulgação de dados pessoais – pareceu-me o caso.

De qual emissora se trata?

O SR. DAVID ÁGAPE (Para expor.) – A EBC.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E ele divulgou no canal oficial ou fora dele?

O SR. DAVID ÁGAPE – Não. Divulgou fora do canal, num programa de um financiado por um grande banqueiro, e isso foi divulgado em várias redes sociais e foram promovidos ataques à minha pessoa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É uma reunião importante, uma audiência pública das mais importantes acontecidas nesta Casa nos últimos tempos.

Quero louvar a sua coragem e pedir muita resiliência para que a gente continue, que é longa, longa... Todos estão inscritos aqui, intercalados com os Deputados que aqui estão, que também terão a palavra.

E quero dizer: pelo programa de proteção ao cidadão que corre risco ou a alguém que é testemunha – não é o caso dele, mas corre risco –, você tem que se reportar ao Ministério da Justiça. E aí, nesse caso, eu tenho – e nós todos – de pedir ao Brasil que peça a Deus que o guarde, pois como recorrer ao Ministério da Justiça? A quem recorreremos, não é? E quero pedir a Deus que continue lhe dando essa disposição, essa coragem, porque, diante das ameaças, você poderia ter declinado o seu nome de vir aqui, o que acontece muitas vezes nesta Casa com pessoas que declinam o nome. Elas se mostram à disposição, e, em seguida, elas se recolhem, exatamente pelo fato de estarem temendo retaliações. E muitos dos Srs. Senadores e Deputados que aqui estão, mesmo tendo a sua imunidade –, nós todos somos contra essa imunidade parlamentar, mas ela existe –, mesmo assim, sofrendo retaliações e acintes, assim, dos mais ferrenhos e agudos do Poder Executivo do Brasil.

Passo a palavra agora ao nosso Michael, agradecendo a sua presença, a sua disposição também e coragem de permanecer no Brasil.

Quero agradecer ao Marcel Van Hattem por tê-lo trazido e estar com ele o tempo inteiro, ajudando-o, e pela sua disposição em ajudar o país e o mundo nesse processo de libertação. Infelizmente, fomos cercados, de uma hora para a outra, sem perceber, como ele disse: "O sapo na água fria, e ela foi esquentando. Quando ferveu, a gente já estava dentro da panela".

Obrigado, e você tem a palavra.

Fico à disposição.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Só pela ordem, Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Pela ordem.) – Você falou que é contra a imunidade parlamentar. Acredito que você tenha querido dizer "contra o foro privilegiado".

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O foro privilegiado. Desculpe. Todos nós.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Acho que a imunidade é necessária, e não estamos tendo, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É. Exatamente. Esse foro, que também não tem sido respeitado.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – Bom dia.

É uma grande honra e prazer falar com vocês. Eu sinto muita emoção de estar aqui com vocês.

Faz mais de 30 anos que eu recebi uma bolsa para aprender português e também eu era um jovem muito da esquerda. Quando eu tinha 17 anos, eu fui para a Nicarágua, para ajudar os sandinistas. Lá eu conheci Daniel Ortega – é verdade. Eu tenho foto dele comigo. Eu era uma pessoa muito estranha, de uma certa forma... (*Risos.*)

Ainda sou.

Eu li um livro que se chama *Sem medo de ser feliz*. Era uma tradução desse livro do português para o inglês, e eu fiquei totalmente enamorado no PT e com a figura do Lula.

Também eu tinha uma relação com os movimentos camponeses. Vim ao Brasil em 1992, a primeira vez. E aprendi português em Fortaleza e depois fui para São Luís, onde fiz um... *Internship*?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Estágio.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Um estágio com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Era um grupo de advogados fundados pela *Ford Foundation*, ajudando os...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Financiados.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Financiados pela *Ford Foundation*, fazendo ajuda para os camponeses que estavam resistindo, invasões da terra, mas também ajudando o MST a ocupar a terra. E, em 1994, eu morei pouco tempo em São Paulo e fiz entrevista com o Lula. Eu escrevi artigo sobre este momento hoje, publicado por X e por meu Substack.

E uma coisa importante de entender é que, quando eu era criança, a esquerda nos Estados Unidos, e acho que em outras partes do mundo, era muito liberada. A gente era da esquerda, mas a gente cria muito na liberdade da expressão. Era uma coisa muito importante para a gente. Em 1977, a Corte Suprema dos Estados Unidos resolveu que os *nazis* podiam fazer manifestação num bairro dos judeus. É uma coisa incrível. Eu me senti chocado no momento em que eu aprendi essa história. E não foi somente um bairro de judeus, mas de sobreviventes do Holocausto. Uma coisa incrível! É para entender nosso compromisso com a liberdade nos Estados Unidos. Em 1989, a Corte Suprema decidiu que a gente pode queimar nossa bandeira. E, nesse assunto, como o David disse, eram os conservadores que queriam prevenir queimar a bandeira...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Proibir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Proibido. E eu, claro, estava muito a favor em queimar a nossa bandeira, por muitos motivos.

Pois é, eu fiz uma entrevista com o Lula. E uma coisa que me atraía a ele era o seu compromisso com a liberdade. Ele falava muito disso, e eu perguntei diretamente a ele: "Você quer virar o Brasil uma Cuba, onde existe censura?". E ele me disse: "Não, o povo brasileiro não quer essa repressão. Eles não querem essa censura. E eu tampouco. Eu sou brasileiro e eu gosto de minha liberdade". Ele me disse isso. Ele me disse que ele foi preso pela ditadura e foi censurado – não sei –, mas ele foi perseguido. Então, eu acreditava nele.

E não sei se foi verdade quando ele me disse, mas agora, como o David descreveu hoje, o Governo Lula está propondo muitas medidas, muitas leis, ações para censurar as pessoas, o que realmente me faz triste, me dá medo.

E muitas partes disso, do complexo industrial da censura são semelhantes ao que a gente tem nos Estados Unidos e ao que eles estão fazendo na Europa, mas, como é com muitas coisas brasileiras, aqui é mais agressivo. Essas demandas de Alexandre de Moraes muito fortes, muito sérias, e ele está agindo como... Ele parece a nós como ele fosse legislador, não como somente um juiz.

Nossa Corte Suprema ainda é uma instituição para balancear as paixões. Vocês talvez saibam que, na Corte Suprema de meu estado, onde eu cresci, Colorado, eles retiraram o Trump do boleto... Boleto?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Da cédula eleitoral.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Da cédula eleitoral, mas a Corte Suprema federal, com voto de 9 a 0, decidiu que o Trump pode continuar. Então, para ver o seu... O Supremo Tribunal Federal e o TSE se comportando dessa maneira muito agressiva é uma coisa chocante.

Eu queria dizer também que sou jornalista hoje, eu ganho meu salário de jornalismo. E, anos passados, eu tinha feito outras coisas, mas eu estou dedicado a revelar as verdades e a lutar contra a desinformação. Isso é o que eu faço todos os dias. É minha paixão, é minha profissão. Eu tenho escrito dois livros nos últimos três anos, quatro anos, e os dois livros... Cada um tem 400 páginas, 100 páginas só de referências, dados, estudos, tudo. Nunca imaginei que os erros que eu estava criticando deviam ser censurados. Eu nunca quis censura de ninguém. Imagine! Mas eu enfrento a desinformação todos os dias. Para mim, é um prazer da vida... Como se diz...?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Debater.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Debater as informações falsas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ou combater.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Combater a desinformação. Até a minha própria desinformação. Os meus dois livros descrevem os meus *errors*...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) **–** Erros.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Erros que eu fiz. E também eu descrevo por que eu fiz. É porque eu tinha uma ideologia de que todo mundo é o mesmo, de que tem que ter igualdade imediatamente, uma perspectiva de Rousseau, de Marx e tal. É muito semelhante aqui. Eu tenho... Mas nunca imaginei que uma pessoa quer censurar... Eu acho uma coisa muito estranha e não entendo realmente de onde vem. Eu acho um tipo de doença realmente.

Outra coisa que queria dizer é que, imediatamente depois de publicar os Twitter Files Brazil, saiu muita desinformação sobre os Twitter Files Brazil, até teorias de conspiração de que era uma coordenação. Então, eu queria explicar o que aconteceu, porque eu também me sinto um pouco envergonhado, porque eu tinha esses arquivos dos Twitter Files por um ano e meio, mas eu nunca procurei nada sobre o Brasil. Nisso eu queria pedir desculpas, porque eu deveria ter feito... Mas obrigado a David e a Eli. Eles pediram, pediram, eu acho que mais que uma vez, até que... Só foi que eu sabia que eu vinha ao Brasil participar e dar uma palestra no Fórum para a Liberdade...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) **–** Fórum da Liberdade.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Fórum da Liberdade, que o Deputado Van Hattem me convidou. Então, como o David também sabe, a gente estava trabalhando muito para que eu possa publicar antes da palestra. Eu cheguei aqui ao hotel, publicamos. Só foram três pessoas mais eu que sabia...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) **–** A palestra...

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – A palestra. David, Eli e minha colega nos Estados Unidos. Nem minha esposa, nem Elon Musk... Ninguém sabia que a gente ia publicar os Twitter Files.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) **–** E a palestra não era sobre os Twitter Files...

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Ah, e a palestra não era sobre o Twitter Files, a palestre era sobre meio ambiente, que realmente é minha especialidade. Eu sou uma pessoa muito nova nessa questão da liberdade de expressão, é verdade. Eu nunca pensei, na minha vida inteira, que eu precisava me tornar um ativista em favor da expressão livre. Era uma coisa que eu pensei ser um pouco óbvio, porque não precisa... Todo mundo sabe, todo mundo na esquerda e na direita sabe que a expressão livre, a liberdade da expressão é fundamental. Se você perde essa, você perde tudo, perde tudo na democracia. Então, uma coisa que me dá mais raiva que nada é a ideia de que se precisa censurar para proteger a democracia. Incrível! Totalmente orwelliano... Correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Orwelliano.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Orwelliano. A gente precisa censurar para a verdade. Imagine! Esse discurso existe nos Estados Unidos também, existe na União Europeia.

E, se quer falar de coordenação, a gente vê coordenação, e David descreve coordenação, mas a diferença é que a gente tem provas, a gente tem evidência: o envolvimento das agências de inteligência, as agências de seguridade...

Não sei se vocês sabem, mas o Elon Musk... Eu acho que o que eu entendo da história é que ele comprou o Twitter, porque ele pensava que era muito *woke* culturalmente. *Woke* se traduz? Tem wokismo, não é?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Desculpe. Wokismo, agenda *woke*.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – É, ele comprou, porque a cultura dentro era muito *woke*. Existe um debate sobre transgenderismo, por exemplo. Algumas pessoas utilizam o pronome "ele" a referir ao masculino *transgender*, outras dizem "ela". Eles censuraram as pessoas que não usavam "ela" para o masculino... Censuraram uma pessoa, a minha amiga Meghan Murphy. E, então, eu acho que isso foi... E quando a minha amiga... É porque ela não me convidou...

A verdade é que eu fiz uma crítica de Elon Musk em meu livro *Apocalypse Never*, uma coisa um pouco engraçada, mas a minha amiga que me convidou a entrar no Twitter, na sede, para ter acesso aos arquivos de Twitter... Primeiro, a gente descobriu que sim, era uma cultura muito de *woke*, e a censura era como vocês sabem, mas depois a gente descobriu que houve pedidos vindo do FBI, do Departamento de Segurança da Pátria, ato de envolvimento da própria CIA. Isso nos deu muito medo, não é? Eu não sou *expert* na liberdade de expressão, mas eu sei que não quero os policiais envolvidos. Até se você vir a minha conta no X, disse: desfinanciar os policiais de pensamento. Faz sentido?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Desmonetizar as polícias do pensamento.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Desmonetizar as polícias do pensamento, o.k.? Eu sou a favor... O.k.

Outro ponto que queria dizer: muitos jornalistas brasileiros – eu me senti chocado –, muitos jornalistas brasileiros me dizem: "Não, mas precisa de censurar as pessoas que estão fazendo críticas no processo eleitoral". Por quê? Porque havia esse... Como se diz *riot*?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Por causa do 8 de janeiro, o.k.? Dizem isso. Ah, que loucura, não tinha segurança suficiente, é por isso que tem o 8 de janeiro. Eu acredito que precisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança, policiais para proteger as pessoas no mundo real, não precisa dos policiais para proteger as palavras e para monitorar as palavras. É uma coisa muito *creepy*.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Assustadora.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Assustadora.

O discurso é o mesmo nos Estados Unidos: que o 6 de janeiro... Por nosso 6 de janeiro, é por isso que precisa de censura, mas é uma loucura. Imagine: se houvesse um problema com as eleições, como vão saber se não tem a liberdade de expressão? Como vai saber? A gente já passou *siglos* de democracia...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Séculos.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Séculos. Às vezes, uma palavra espanhola entra. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Obrigado, às vezes me sinto como criança.

Séculos de democracia, com pessoas reclamando sobre o processo das eleições. E ainda temos democracia, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Imagina. Mas agora eles querem censurar as reclamações sobre as eleições. Agora, eu não pensei que a eleição de Biden foi roubada, esse não é o meu ponto de vista, mas eu defendo o direito das pessoas de dizer isso. Se você não defende ideias que você odeia, você não realmente é defensor da liberdade de expressão. Se você só defende as ideias de que você gosta, não é, você é partidário. Eu me sinto chocado com que uma pessoa precise de explicar isso, até explicar isso para jornalistas, mas é uma coisa que a gente tinha que fazer.

O que mais ia dizer, David? O que queria? (*Pausa.*)

Está bom. Muito obrigado a vocês. É um grande prazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A partir deste momento, quero agradecer às pessoas que estão nas redes sociais acompanhando. Há muita consistência na rede social, há o interesse do país inteiro neste momento. Daqui a pouco, vai haver um corte ao vivo na TV Senado, porque vai começar...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Já houve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já houve.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – É o Plenário agora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É o Plenário...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Nas redes sociais...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Está na internet.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Acho que vão ser censurados ainda não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, tá.

Vocês continuem nas redes sociais, antes que elas parem.

Eu tenho algumas perguntas aqui, mas vou direto, para que não seja cansativo. Ao final, farei essas perguntas que estão vindo de internautas, mas o primeiro inscrito é o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o nosso Senador Magno Malta, que preside a sessão de hoje e foi o autor do requerimento que nos permitiu estar aqui, no dia de hoje, vocalizando o sentimento de todos os Senadores e Deputados de oposição.

Quero cumprimentar os nossos convidados: o Sr. David Ágape... Ágape, se eu não estou enganado, significa uma reunião, não é? O Dr. Magno Malta, que é o nosso tradutor bíblico aí...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Ágape é amor, não é? É amor fíleo, é amor... A Bíblia...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Amor verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Verdadeiro. Ágape é a palavra amor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Quero cumprimentar o Sr. Michael Schellenberg, que é o nosso outro convidado, e fazer aqui uma breve contextualização antes de fazer as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer aos senhores o seguinte, que é realmente muito impactante ouvi-los, primeiro pelo fato de o David estar ligando os pontos do que acontece – e nós temos isso picotado, fragmentado. Então, esse quebra-cabeça armado mostra a dimensão do perigo a que nós estamos expostos, e as instituições, silentes.

A primeira coisa que me vem à cabeça é que o silêncio das instituições – e falo especificamente da nossa, que é o Legislativo – não é uma questão monolítica, ou seja, não é o silêncio de toda a instituição, mas da maioria dela, principalmente do seu corpo dirigente. Nós aqui estamos, porque estamos irresignados, porque acreditamos que há a necessidade de nos contrapormos, de altearmos a nossa voz, de vocalizarmos a nossa insatisfação, de apontarmos o problema e de colocarmos o dedo na ferida, até para constranger aqueles que, de uma forma, eu diria, até desabrida, conspurcam o processo democrático e o tecido social do país de uma maneira cada vez mais acelerada.

Então, quero dizer da nossa perplexidade em assistir aqui a esse enredo anunciado, a esses pontos linkados.

Quando se fala dessa distopia orwelliana do Ministério da Verdade, eu tive a oportunidade inclusive de, até para testar, ingressar com duas ações, dois requerimentos junto ao Ministério da Verdade da Advocacia-Geral da União, denunciando inverdades ou desinformações proferidas pelo Presidente da República. Eu não tive sequer resposta, mas, acreditando no Governo, eu vou fazer isso agora toda semana. Toda vez que o Presidente Lula desinformar, eu vou utilizar aqui o meu dever e o meu direito de cidadão de questionar essa entidade, para que ela tome providência com o Presidente e os seus ministros.

Existe no direito, e aqui eu estou cercado por dois advogados, importantes advogados, uma tese que foi publicizada – e eu chamo a atenção aí do Sr. Schellenberg, que está dizendo que é novo na questão do direito de opinião –, em 1985, chamada Teoria do Direito Penal do Inimigo, feita por um cidadão chamado Günther Jakobs, um alemão. E a Alemanha tem uma espécie de culpa atávica, histórica, em função do nazismo, que foi implementado lá no seu território. E o que ele diz, em tese? E aí eu chamo a atenção dos senhores, porque me parece que nós estamos avançando celeremente nessa direção. O Direito Penal do Inimigo é atribuído ao inimigo e não ao cidadão. Olhe a distinção: se você é inimigo do Estado, você não é cidadão. Logo, o inimigo, por não agir como cidadão, não deve ser encarado sequer como ser humano, mas como mero indivíduo, pois se insere em uma categoria de inimigo da própria humanidade em si. Para Jakobs, o inimigo é aquele que desafia as convenções da sociedade como estabelecidas e, dessa forma, ameaça a estrutura estatal, buscando a sua destruição. E, por não respeitar os regramentos próprios do Estado democrático, esse indivíduo não faz jus aos direitos e garantias fundamentais aplicáveis aos cidadãos.

Essa é uma tese respeitável do importante jurista alemão que permeia toda essa engenharia social que está sendo implementada em caráter global, em diversos países do mundo. Então, se um grupo de indivíduos, de cidadãos estão na contramão das políticas identitárias – o Schellenberg falou de cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

woke... Então, se as pessoas defendem, por exemplo, o respeito à família, a vida desde a concepção, são contra a liberação das drogas, querem que a maioridade penal aconteça a partir dos 16 anos, no caso do Brasil, para que os crimes sejam combatidos e não haja impunidade, são a favor do livre empreendedorismo, do mérito, são contra as cotas, que dividem a humanidade em segmentos e fazem uma espécie de racismo reverso, defendem o direito de propriedade, essas pessoas são estigmatizadas e colocadas como não cidadãos ou não indivíduos e, como tal, são combatidas por esse sistema que se estabeleceu no mundo inteiro.

Nós estamos vendo, assim, pontas de *iceberg* de países que estão conseguindo aperfeiçoar essas estruturas. A Escócia, por exemplo, está permitindo, através de uma lei, que a residência das pessoas, o lar das pessoas seja devassado pela polícia para que essa desinformação possa ser constatada, com a invasão, inclusive, de *laptops*, de telefones, de computadores. Escócia.

A Venezuela já passou, em primeira ronda, uma lei de combate ao fascismo, declarando que o fascismo é crime, mas aí ela começa a dizer o que é o fascismo: quem defende teorias liberais, quem é conservador nos costumes, quem defende o empreendedorismo, quem é contra o estatismo ou a intervenção estatal de uma forma desabrida.

Eu ouvia a declaração do Shellenberger, que é alguém que tem uma história de vida extraordinária e nos conta aqui recortes dela, para mostrar que é um cidadão do mundo preocupado com valores universais, como, por exemplo, a liberdade de expressão, o meio ambiente, o respeito às pessoas, a convivência entre os indivíduos, o poder e a possibilidade de que o contraditório seja estabelecido como uma norma universal – que as pessoas possam se expressar livremente. E o senhor dizia que é uma pessoa estranha ou engraçada, porque, na sua juventude, o senhor acreditou nas pessoas que hoje o senhor tem dificuldade de acreditar novamente. E o senhor nominou aqui o Somoza e o Lula especificamente.

Tem uma frase famosa dita pelo Clemenceau, que é um importante político francês do princípio do século, que diz que quem é jovem e não é socialista ou não tem ideia de esquerda não tem coração, mas quem amadurece e não passa a ser conservador não tem cabeça. Então, não se preocupe porque essa sua epifania, na verdade, é um sentimento que desabrocha nos cidadãos de bem, que tem amor, tem fraternidade, tem discernimento e, sobretudo, tem a capacidade de se autoconhecer ao longo do processo das suas respectivas jornadas de vida.

Dito isso, eu quero aqui fazer um elogio: é fácil nós sermos corajosos no ambiente em que nós estamos confortáveis, se nós temos referências, se nós temos anteparas, se nós temos salvaguardas. É difícil estar num país diferente do seu, no ambiente em que este país está mergulhado, em que nós temos claramente situações inquisitoriais, em que um juiz da mais alta Corte do nosso país, há mais de cinco anos, estabelece um procedimento que claramente desafia o corolário de leis, que desafia a nossa Constituição sob o aplauso do *establishment* da mídia *mainstream* e de todos aqueles que deveriam refutar, refugar e contraditar esse tipo de comportamento. Então, quero dizer a V. Exa. que V. Exa. é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homem de coragem, que nos inspira e que nos faz enxergar a nossa responsabilidade de resistirmos, de fazermos a nossa parte.

Então, parabéns ao Sr. Michael Shellenberger e parabéns ao David, que vai ficar aqui – porque é brasileiro, vai ficar aqui. Então, parabéns pela atitude dos senhores.

Eu fiz uma série de perguntas aqui, talvez elas tenham perdido um pouco do sentido pelas exposições que foram disponibilizadas, mas me chamou a atenção uma fala, eu acho que foi a do David, em que ele nos disse que, em algum momento de 2021, no prelúdio das eleições ou no princípio de 2022, o FBI, que é uma agência de contrainteligência dos Estados Unidos, foi convidada a influir no nosso processo eleitoral, apresentando sugestões – isso pelo Tribunal Superior Eleitoral. Isso procede?

O SR. DAVID ÁGAPE – Uma correção: final de 2017.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ah, em 2017.

O SR. DAVID ÁGAPE (Para expor.) – Foram seminários que duraram alguns meses, inicialmente secretos, mas a sociedade protestou contra o sigilo e, depois de alguns protestos, inclusive de entidades jornalísticas, a Ministra Cármen Lúcia abriu o sigilo. Eles estavam previstos, se eu não me engano, até para depois do final das eleições de 2022. Então, durante todo o processo eleitoral que ia acontecer, o próximo processo eleitoral, ninguém ia saber o que foi discutido nessas reuniões.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E quem convidou essa entidade em 2017? Foi o próprio tribunal ou foi o Governo brasileiro?

O SR. DAVID ÁGAPE – Foi o TSE.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Foi o TSE...

Na época, era presidido por quem?

O SR. DAVID ÁGAPE – Teve dois Ministros que presidiram durante esse processo: o Fux, que estava no fim do mandato dele no TSE, e o Ministro Barroso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – A pergunta se deve muito mais, além da curiosidade e do inusitado dessa interferência, muito mais pelo fato de que nesse momento, Sr. Shellenberger, nós estamos vendo aí o Governo, em uníssono, e parte do Judiciário reclamando de uma interferência externa quando um indivíduo, um cidadão, questiona a liberdade de expressão. Ele não veio aqui dentro das nossas instituições para dizer como nós temos que nos comportar; ele está questionando liberdade de expressão.

Bom, uma outra pergunta eu faria aos senhores – e vou me dirigir aqui ao Shellenberger. Foi dito também aqui que o Sr. Felipe Neto, que é um conhecido *influencer* aqui no nosso Brasil, teve um nível de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interferência a ponto de ter reuniões com o Twitter, o antigo Twitter, o atual X, para definir quem vai ficar ou não na rede ou propor exclusão de pessoas. Esse procedimento é um procedimento corriqueiro, ordinário, ou é uma situação excepcional em função do viés ideológico e da proximidade do Felipe com dirigentes daquela época?

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – Eles fizeram muito lá nos Estados Unidos também. Tinha privilégios especiais para certas pessoas darem conselhos ao Twitter de como tratar certos assuntos. Era muito comum. E também era uma maneira de influir o Twitter. As ONGs tentavam mudar as regras internas, que se chamam *terms of service* – não sei se termos de serviço –, e, depois, o FBI, o departamento de segurança da pátria e as ONGs que eles apoiavam disseram: "Olha, essa pessoa está em violação de seus termos de serviço". Então, era uma manipulação completa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Uma outra pergunta – eu vou tentar fazer isso em mais três minutos, porque eu tenho muito ainda para falar –: essa questão de leitura de *hashtags* ou de dados cadastrais, isso eram decisões judiciais? Porque me parece que foi dito – eu não sei se foi pelo Elon ou se foi pelo David – que essas posições eram passadas ao Twitter para que eles dissessem aos usuários que haviam sido impactados que isso era uma política do próprio aplicativo e não uma decisão de um juiz. Vocês têm algum documento que corrobore essa afirmação ou esse comentário?

O SR. DAVID ÁGAPE – Muito do que o Musk tem falado agora ainda precisa ser investigado. Ele tem feito sérias acusações sobre essa questão de entrega de solicitações extrajudiciais para os tribunais superiores. Então, não seriam decisões jurídicas, mas apenas notificações para a empresa. E isso que ele falou realmente é muito forte: dizer que o Twitter seria obrigado a censurar perfis sem dizer que foi a Suprema Corte, que foi o tribunal que solicitou isso. Mas, por enquanto, isso é apenas uma denúncia do Elon Musk. E eu acredito que o Brasil tem capacidade de investigar isso.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (*Fora do microfone*.) – Posso dizer uma coisa sobre isso?

O SR. DAVID ÁGAPE – Sim.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Essa mesma coisa... Eu acho que pode ser a mesma coisa: minha hipótese, porque é preciso ser investigado, é que parece que é possível que o que acontece seja que o TSE diga que essas pessoas estão em violação de seus termos de serviço, então você precisa tirá-las. É possível que isso possa explicar, porque a gente viu muito isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bom, como é tratada essa questão de notícias falsas ou *fake news* lá nos Estados Unidos e na Europa? Há uma retirada de ofício por parte de uma autoridade constituída ou é necessária uma provocação do Ministério Público, de um cidadão ou de uma entidade que se sinta eventualmente atingida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – É muito interessante. Na primavera de 2022, a administração de Biden propôs um novo ministério de desinformação, mas imediatamente as pessoas o chamavam de Ministry of Truth – Ministério da Verdade –, dizendo "é orwelliano". Era uma controvérsia imediatamente. Até a esquerda também estava muito contra. Então, o Biden Administration deixou.

E também eu descobri que foi preparado... O Presidente Obama deu uma palestra na Universidade de Stanford, uma semana antes, fazendo o caso – *making the case*? –, defendendo a ideia desse ministério. Não exatamente essa, mas as ideias. Então, houve uma operação de propaganda, eu acho, para normalizar essa coisa – isto me preocupa mais: a normalização dessa ideia. E, depois disso, foi ao final de 2022, a gente tinha os Twitter Files e descobrimos que houve esse complexo industrial de censura enorme.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bom, eu vou fazer a última pergunta e uma declaração final.

Nós estamos vendo aí claramente que há um processo que está acontecendo no mundo inteiro, esse debate, essa questão de como se trabalha com as novas tecnologias que são em redes sociais. Na sua opinião, Dr. Michael Shellenberger – o senhor que anda o mundo inteiro, está bastante antenado –, como se explica que jornalistas da grande mídia, ou a grande mídia institucionalizada defenda – como tem defendido no Brasil, pessoas importantes que estão nos grandes meios de comunicação – essa institucionalização de controle da imprensa, da mídia e de opinião das pessoas? Qual é o sentido de a grande mídia defender que haja uma intervenção na sua própria liberdade de expressão?

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – É uma coisa incrível, não é? Eu acho que a condição primeira era que os jornalistas mudaram. No passado, eles eram muito mais da classe... Hum, *working class?*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Classe trabalhadora.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Classe trabalhadora, investigativa, eles eram muito pessoas que desconcordavam...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Discordavam.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – ... discordavam muito, e depois o jornalismo se virou uma profissão de elites. Isso era uma primeira coisa, eles se identificaram mais com as elites.

Então, porque a gente vê uma coisa incrível: uma vez a Casa Branca pediu ao Facebook para censurar as pessoas que estavam reclamando sobre os efeitos das vacinas de Covid em suas próprias crianças, em seus próprios meninos, e a Casa Branca pediu que o Facebook censurasse. E os executivos de Facebook disseram à Casa Branca: "Isso não vai dar certo, porque as pessoas... A gente sabe, pelas nossas pesquisas, que, se a gente faz censura, vai aumentar a... *suspicion?*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Suspeita.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – ... a suspeita vai aumentar as censuras" por quê? Porque as pessoas pensam, se as vacinas são todas boas, por que vai censurar? E a gente descobriu por que a Casa Branca exigia muito isso e era por causa dos jornalistas que estavam perguntando à Casa Branca por que eles estão deixando essas mensagens por Facebook. Foi uma coisa incrível.

Então de uma certa forma a energia, a força para a censura vem direto dos jornalistas, mas eu acho também claro que existe um problema econômico, existe uma guerra econômica agora entre o X e todos os meios de comunicação. Os meios de comunicação estão perdendo audiência, estão perdendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Patrocínio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu não assisto mais televisão lá em casa, rede normal.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Não, é totalmente desinformação.

Então eles estão em uma espiral negativo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Eu vou concluir.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Eu acho, então por isso que eles têm um motivo econômico e também eu acho que a mentalidade das elites, em que elas pensam que têm o poder de decidir o que você pode ouvir agora.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bom, eu agradeço, eu vou concluir, Presidente, até porque é muita gente para falar, mas só quero dar duas notícias aqui. Eu acho que a questão é o monopólio da informação, eles perderam o monopólio da informação e não estão confortáveis.

Alguém disse, em algum momento aqui, eu não vou nem nominar, que a rede social deu voz aos imbecis, não, deu voz à população. A população passou a ter a possibilidade de questionar aqueles que se julgavam acima do bem e do mal.

Bom, quero dizer aos senhores aqui presentes que nós vamos entrar com uma representação na Procuradoria-Geral da República – já tem aqui 18 Senadores que assinaram, eu quero ver se eu entro hoje à tarde e aguardando aqui também os Srs. Deputados, o Filipe Barros está responsável, para que nós tenhamos aí as coisas colocadas no seu devido lugar, porque nós estranhamos o fato de o Ministro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator, Alexandre Moraes, de ofício, abrir um procedimento contra o denunciante, que questionou o ministro sobre a questão da censura.

Então, como as denúncias são graves, sem prejulgar, até porque nós precisamos saber se realmente essas provas existem, vão ser apresentadas, e se forem apresentadas é muito grave, é muito séria a desinformação que porventura tenha causado, inclusive o impacto nas eleições passadas, nós vamos solicitar que a PGR se debruce sobre o fato, sobre o que ocorreu e não sobre quem denunciou, porque na hora em que o denunciante no Brasil passar a ser objeto de retaliação por parte dos juízes, eu acho que vai ficar de ponta cabeça aqui o sistema judicial brasileiro e a nossa liberdade.

E o segundo é uma representação à agência Nacional de Proteção de Dados, também com a assinatura dos Srs. Parlamentares, para saber se houve violação constitucional dos dados que são protegidos dos cidadãos brasileiros.

E por último, nós apresentamos uma proposta de emenda à Constituição, já há algum tempo, defendendo a mídia. A gente diz apenas o seguinte: que os veículos de comunicação não respondem civilmente quando, sem emitir opinião, veiculam entrevista no qual é atribuído pelo entrevistado ato ilícito a determinada pessoa. Porque hoje está sendo julgado o fato de que se um jornal ou um veículo o entrevistar, e você falar mal de alguém, é o jornal que é, junto com você, retaliado, que você vai restringir ainda mais a liberdade de informação e de opinião no nosso Brasil.

Parabéns a todos e me desculpe a extensão do questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu, democraticamente, quero consultar o Plenário se a gente deve estabelecer um tempo, porque apesar de Marinho ter passado os dois minutos dele, a gente estabelecer um tempo para que... Eu sei que tem muita gente com o voo marcado hoje, é uma quinta-feira e... Inclusive, podemos determinar um tempo? O que seria? Dez, cinco minutos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Cinco minutos? Cinco minutos, então. Eu fiz uma lista aqui intercalando um Senador e um Deputado Federal.

Ah, V. Exa. disse que ouviu alguém dizer que as redes sociais deram voz aos imbecis. E tem um imbecil querendo calar a voz da sociedade.

Passo a palavra ao Deputado Mario Frias, em seguida, ao Deputado Marcos Rogério, Deputado Filipe Barros, e em seguida, Senador Marcos Pontes.

O SR. MARIO FRIAS (PL - SP. Para expor.) – Senador, obrigado. É uma honra estar aqui. Vou ser breve. Senador Magno Malta, Marcel van Hattem, meu nobre companheiro; quero agradecer ao Michael Shellenberger: *It's very important for us having you here*, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

David Ágape, você foi minucioso e acho que não só esclareceu, mas confirmou as suspeitas que muitos de nós temos.

Eu acho que depois de tudo o que foi exposto aqui, de modo muito didático e verdadeiro, não ficou sequer um fio de dúvida do que está em andamento no Brasil. A estruturação não apenas de um mecanismo eventual de censura, Michael, mas de uma ditadura completa, onde a censura é apenas um dos elementos repressivos junto com prisões, Deputados presos, jornalistas exilados, multas, cassações de mandatos...

Com a sua experiência internacional, também com a sua dupla experiência de cidadão do mundo e de ter vivido no Brasil, vou fazer uma pergunta; duas: como o senhor avalia o estado da repressão no nosso país, aqui no Brasil, e se estamos, de fato, a caminho de uma ditadura?

E, só para corroborar com o seu raciocínio, eu venho de uma profissão e trabalhei anos num grande grupo de comunicação aqui no Brasil, é muito claro que o advento da internet incomodou demais esse veículo, porque retira deles o poder do anunciante e dá voz à população. Porque hoje, ao contrário do que era no passado, Michael, nós assistimos um telejornal dessa grande emissora e, no dia seguinte, o que era dito nesse telejornal para nós brasileiros era como se fosse a verdade.

E hoje é o contrário, David. Hoje nós assistimos a um telejornal – quando assistimos, porque como disse muito bem o Senador Rogerio Marinho, também não assisto televisão há muitos anos e aconselho a você, cidadão, que desligue essa porcaria –, mas hoje acontece o contrário, David: nós assistimos a uma notícia nessa grande emissora e, em seguida, nós vamos conferir na internet com personalidades que estão se manifestando muitas vezes com os fatos, Senador Marcos Pontes, e não somente com as narrativas.

A minha pergunta, a última aqui para encerrar, os senhores acham, Sr. Michael e Sr. David, que depois de uma revelação como essa, as nossas suspeitas sobre o resultado das eleições de 2022 é justa? Os senhores acham que, com esse nível de interferência numa plataforma tão importante como era o Twitter no Brasil, a gente pode afirmar que as nossas eleições foram limpas? Ou que, de fato, como nós estamos verificando aqui, essa interferência teve um peso maior na eleição do atual mandatário?

David, parabéns pela sua coragem, como o Senador Rogerio Marinho disse aqui, é muito fácil ser corajoso num ambiente confortável, mas num ambiente como o nosso hoje, ser corajoso pode significar uma série de problemas para quem está ousando ter a liberdade de expressão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO FRIAS (PL - SP) – Essa é a minha pergunta, Michael, parabéns pelo seu trabalho e pela sua coragem também.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – Muito obrigado, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho claro que houve interferência nas eleições, houve nos Estados Unidos também. O caso mais famoso foi a interferência na história sobre o *laptop* de Hunter Biden. Eu fiz um Twitter Files sobre isso e descobrimos o envolvimento do FBI, o envolvimento de pessoas que trabalhavam para o FBI, dentro do Twitter mesmo, fazendo argumentos para censurar essa história. É óbvio que essa é uma forma de influência, não é? Agora eu acho muito difícil dizer qual efeito teve.

Eu sei que tinha um efeito em mim, porque eu votei em Biden e, quando essa história passou, eu pensei que houve um problema com a história. Por quê? Porque foi censurada. Esta é uma coisa importante entender: a censura é uma forma de desacreditar uma coisa. É parte da campanha de desinformação, realmente, porque é tão engraçado que tudo que eles se acusam eles fazem.

Todo mundo ouviu falar sobre o *laptop* de Biden. A única questão é se você achava que era verdadeiramente o que parecia. Faz sentido?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Faz.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – O.k.

Está bom.

O SR. DAVID ÁGAPE (Para expor.) – Sobre a questão eleitoral, tudo o que os meus detratores querem é que eu pise em alguma casca de banana. Mas eu posso dizer que, do que eu observei e do que eu cobri das últimas eleições, em reportagens, foi um desbalanceamento: um lado recebia o rigor da lei e o outro lado as benesses. Eu apontei diversas irregularidades na campanha do Lula, inclusive campanhas para enganar os eleitores, campanhas para associar Bolsonaro ao satanismo, que foram coordenadas pelo Deputado André Janones, que trabalhava na campanha do Lula. E houve pedidos e ordens para retirar parte desses conteúdos, mas a maioria continua ainda *online*. Mentiras do Janones nas últimas eleições ainda continuam circulando, sem punição. Janones teve a conta retida durante o último processo eleitoral, sendo ele um mentiroso confesso? Não só confesso, mas confesso na utilização contumaz de mentira como arma política. É difícil achar alguém que confessa ser mentiroso, não é? Mas ali ele tem tanto orgulho das mentiras que ele contou que escreveu até um livro sobre isso. Enfim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. pela Presidência desta importante sessão.

Eu quero aqui cumprimentar os dois convidados: o Michael Shellenberger e também o David Ágape. Amor incondicional é o significado aqui de liberdade. E quero cumprimentá-los pela coragem, pela ousadia. Não é fácil se posicionar dentro de um ambiente como esse, mas é necessário. O verdadeiro jornalista não se curva ao comodismo, às conveniências. Especialmente quem é do ramo do jornalismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigativo tem essa necessidade de colocar a prova, de contraditar, de ir a fundo. Ele não é apenas um transmissor de conteúdo ou de informação, ele é um checador de informação. Então, eu acho que o mundo é assim, o mundo mudou e algumas pessoas continuam naquele mundo do passado. O mundo passa por uma transformação.

Eu tive a oportunidade, ao longo da minha vida, de exercer o jornalismo por alguns anos. Por 12 anos fui jornalista de TV e rádio, enfim, no interior a gente tinha que jogar nas duas pontas, e eu peguei essa transformação. Embora todos nós sejamos muito novos, mas nós vivemos essa transformação, essa mudança de realidade.

Antigamente as pessoas, e aqui o Mario Frias mencionava isso, se informavam pelos grandes canais de comunicação, pelos grandes jornais, um colunista, um editorial de um jornal, era aquilo que formava conceito, e o leitor, o telespectador, o ouvinte era apenas um receptor.

De repente, esse ouvinte, esse leitor, esse telespectador sai da posição de ser um agente passivo, que só recebe, para ser um agente ativo na comunicação, a partir do advento das mídias sociais. Ele não apenas recebe, ele é também um gerador de conteúdo, se não para promover o próprio conteúdo para contraditar, para dizer que isso não é verdade, para dizer que não foi bem assim. Então, ocorre que para algumas pessoas, para algumas instituições, para alguns segmentos, essa transformação não foi bem-vinda.

E aí a frase que o Michael trouxe agora há pouco aqui, apenas para poder dizer: "censurar para proteger a democracia". E isso, infelizmente, tem sido naturalizado em alguns argumentos como se fosse possível compatibilizar esses dois valores.

Então, nós estamos realmente num período desafiador e a contribuição que vocês trazem aqui é muito importante para o Brasil e para este Parlamento.

As acusações feitas por Elon Musk e o que vocês apresentaram aqui hoje são graves, mas eu vou repetir aqui o que já disse antes. No caso especialmente do que disse Elon Musk, até o momento são narrativas graves – graves! –, mas que precisam passar pelo processo de apuração. É preciso apresentar as evidências, as provas para que aquilo que é aparentemente grave...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... se revele como de fato ou apenas como uma narrativa, como um conteúdo para tentar interferir na formação de opinião das pessoas.

Censura ou controle de narrativas. O Brasil está vivendo esse dualismo no debate nacional.

"Não, não existe censura", afirmam alguns, mas há um movimento muito claro, muito nítido de controle de narrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no Senado, e o Senador Girão que estava aqui, nós participamos da CPI da Covid.

Aqui estive eu, Senador Girão, Senador Flávio Bolsonaro e outros colegas Senadores, estivemos aqui. Ali nós vimos a evidência disso dentro desta Casa. Esse foi um palco de produção de narrativas, narrativas não são fatos, é a versão que você dá aos fatos para formar a opinião do cidadão ou para deformar a opinião do cidadão.

E você trouxe aqui, David, a questão da desordem informacional, que foi um conceito que veio dos Estados Unidos. E aí eu digo o seguinte: quando há liberdade, você escolhe a informação, você escolhe o meio de informação, você escolhe acreditar ou não acreditar, checar ou não checar, é o cidadão, ele tem liberdade para fazer isto: "Não, esse canal aqui merece credibilidade; esse canal não merece credibilidade". O próprio cidadão, no exercício da sua cidadania plena, faz o controle daquilo que serve para o que não serve. Defender liberdade significa defender, inclusive – e aí o Michael disse isso aqui, com muito acerto, e eu penso assim também –, o direito do outro dizer aquilo que eu abomino, do ponto de vista da minha formação ideológica ou religiosa ou de outra matriz, mas é o direito de ele dizer. Agora, quando isso ultrapassa a raia daquilo que é legal e daquilo que é aceitável, do ponto de vista das relações, invocando aqui *O Contrato Social* de Rousseau, que é uma regra que nos acorrenta a todos, e passa a ofender o campo da honra, os crimes contra a dignidade da pessoa, que ofende a honra das pessoas, então você tem o Código Penal, a lei para enquadrar esse cidadão, porque cometeu um crime contra a minha honra ou porque cometeu um crime de outra natureza, mas se trata de um crime, então pune-se o crime, mas não há aqui licença, em hipótese nenhuma, para a censura ou para o controle de narrativas, porque isso é emburrecer uma sociedade.

Então o Brasil, eu repito, não precisa de tutores da comunicação. Eu me lembrava aqui do tempo do velho jornalismo, ainda alguns canais o tem, do *ombudsman*, acho que essa é a palavra, *ombudsman*, que funciona internamente como um filtro de ouvidoria, crítica interna ao próprio canal, ao próprio veículo, mas agora a figura do *ombudsman* ganhou dimensão global, nacional. Alguém avoca para si o papel de corregedor da comunicação, mas com poderes maiores, porque, no caso do *ombudsman* profissional, ele trabalha dentro da redação do próprio veículo e inclusive publica notas condenando o conteúdo no próprio veículo, no próprio canal. Aqui não, você tem alguém que chama para si esse papel com poderes maiores, não apenas de ouvir e expor, e recomendar, mas de controlar e de censurar. Olha a que ponto nós chegamos.

Então nós estamos realmente diante de um debate muito perigoso e que nós precisamos enfrentar com muita responsabilidade.

Eu tinha feito muitos apontamentos, eu vou encerrar aqui, para não ser cansativo.

Com relação à garantia das liberdades no Brasil, que é uma garantia constitucional, elas vêm sendo passo a passo relativizadas: liberdade de expressão, liberdade religiosa, liberdade de viver dignamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade de viver sem medo. Liberdade de viver sem medo! Quando você tem instrumentos do Estado democrático de direito, que representa a mão pesada do Estado, especialmente no campo da liberdade de expressão, você tira duas liberdades: a liberdade de expressão, de comunicação, de manifestação do pensamento, a liberdade de imprensa e a liberdade de o cidadão viver sem medo. As pessoas no Brasil, hoje, estão com medo. Até quando nós vamos ter um ambiente como esse?

Concluo aqui, perguntando – a única pergunta que faço a vocês –, eu li que congressistas americanos pediram informações e que iriam investigar as denúncias apresentadas por Elon Musk: como os senhores entendem, acham, que a Justiça americana, ou Parlamentares americanos, podem ajudar nesse processo?

Agradecendo a contribuição de vocês.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – Os americanos podem ajudar... Como?

Desculpa, pode repetir?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Como essa investigação...

Primeiro, a informação de que eles teriam anunciado, solicitado informações de Elon Musk e que abririam uma investigação no âmbito do Congresso americano.

De que forma essa investigação, lá, pode nos ajudar aqui?

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Primeiro, queria dizer que me senti muito chateado, porque a gente fez um *podcast* em São Paulo, a gente foi para um lugar, passou uma hora e meia com algumas pessoas, não vou dar os nomes, e o cara me chamou, no dia seguinte, e disse que não vai publicar, porque ele sentiu medo, medo de ser livre. Incrível, não é?

Então, tem um efeito de resfriar a sociedade. Mas eu acho que a gente precisa, é importante a gente ter colaboração, as pessoas que acreditam na liberdade de expressão. E gostaria muito de ter, como jornalista competitivo, as informações que vocês descobrem sobre o que está acontecendo aqui.

Também uma coisa muito bonita do X é que ele traduz todas as postagens, do português, do inglês... Agora é totalmente... Eu estou conversando com gente de todas as partes do mundo e eles não falam inglês, mas a gente se comunica.

Mas o Elon Musk disse hoje que o Congresso pediu a ele para informar o que está acontecendo aqui. Nós, americanos, cuidamos do Brasil; é um país, a gente sabe, muito importante. Eu amo este país. Agora, a gente entende que é seu próprio país, tem sua própria Constituição, suas próprias leis e tal, mas a gente pode compartilhar informação. E por isso eu acho que a gente tem muito a aprender também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa informação que o David apresentou, os relatórios e tudo isso, espero que seja o início do compartilhar.

Obrigado a você.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, por cinco minutos, eu vou passar a palavra – essa imagem aí, não sei o que foi, não sei o que houve – ao jornalista, repete o nome dele, Marcel?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eli Vieira Junior.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Jornalista Eli Vieira Junior, por cinco minutos, em seguida, ao Deputado Filipe Barros e ao Senador Marcos Pontes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Você é o último, amigo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu serei o último, antes de mim.

O SR. ELI VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Escutam?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está sem som.

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores, me escutam? Tudo certo?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está bem, pode continuar.

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, senhores.

Em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar o meu enorme orgulho dos meus colegas David Ágape e Michael Shellenberger. A nossa parceria é também um encontro de três veículos de comunicação diferentes. Eu, na *Gazeta do Povo*, David Ágape, no seu independente *A Investigação*, e Michael Shellenberger, no seu independente *Public*, que é uma *newsletter* no Substack que é uma das poucas, pode-se dizer que é uma rede social, uma rede também de *newsletters* que respeita a liberdade de expressão, uma exceção nessa moda de censura que tomou a internet no mundo todo.

Então, um grande orgulho, não tenho nada a corrigir. Tenho um pequeno contexto a dar, que foi o que o Sr. Elon Musk, o dono da rede social X, antigo Twitter, foi ele quem disse que Alexandre de Moraes estaria obrigando o X, o Twitter, a dizer aos censurados que foram os termos de serviço a razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sua censura e proibindo que a rede social, segundo Musk, contasse de onde vem realmente a ordem. Então, aguardamos que o Sr. Elon Musk nos dê provas dessa acusação, que é grave. Então, não partiu de nós isso aí.

O que eu tenho a acrescentar, uma coisa que o Sr. Elon Musk disse nesta madrugada foi que, no Brasil, estamos tendo o problema da lei agindo contra a lei, ou seja, não está sendo respeitado o Estado democrático de direito ou, em inglês, acho até o termo melhor e mais preciso, e mais ao ponto, que é o *rule of law*, o governo da lei, que quem manda é a lei e não os arbítrios de autoridades que estão no poder por algum acaso. E isso foi estabelecido na herança dos países anglófonos na *Carta Magna*. Então, a *Carta Magna* é um documento, a gente usa como apelido para a nossa Constituição, mas é um documento real do século XIII, foi lá que começou essa coisa de que é a lei que manda, a autoridade está aí também para servir aos cidadãos comuns.

Mas, além de o problema ser esse de autoridades agindo fora da lei, como mostram os Twitter Files e as discussões de pessoas competentes da equipe jurídica do Twitter, eu quero propor para os senhores que também temos um problema na nossa lei; o problema não é somente no arbítrio. Eu vou dar um exemplo recente: o Lulinha, filho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi favorecido pela Justiça, recentemente, porque alguém o chamou de "idiota" em 2006. Do outro lado também: pessoas de esquerda foram punidas já pela Justiça – porque a lei prevê que isso pode acontecer – por terem chamado alguém de "fascista".

Podemos debater se isso configura ou não um ato ilegal de difamação objetiva. E eu quero lembrar que, em Porto Alegre – onde eu estou no momento; eu não moro aqui –, o Fernando Schüler, importante jornalista – e especialista, também –, que tem defendido a liberdade de expressão em sua coluna na *Veja*, disse – com concordância do ex-Ministro Marco Aurélio –, nesse evento, que o direito tem que ser objetivo, as leis têm que ser objetivas.

Então, eu pergunto aos senhores e aos meus concidadãos: queremos manter codificada na nossa lei a proteção a meros sentimentos subjetivos? Porque é isso que está acontecendo, e eu acho que isso está errado. E quero responder também... Quero mais um comentário a respeito disso: desenvolver uma casca grossa diante de palavras ofensivas é uma exigência da democracia. É um dever dos cidadãos participantes de uma democracia tolerar palavras ofensivas contra si – claro que com limites –, mas a mera ofensa subjetiva não deveria ser codificada em lei. Então, eu gostaria que os senhores, que são os nossos representantes, refletissem a respeito da necessidade da mudança da nossa lei.

E eu quero responder a uma acusação que o Twitter Files Brazil sofreu repetidamente – até de veículos de cuja parte eu esperava mais profissionalismo... Inventaram que é um imperialismo de pessoas defensoras de um modelo de liberdade de expressão que não é o nosso. Bem, o que eu tenho a dizer sobre isso é que o Artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos estabelece que é um direito humano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a liberdade de expressão. Por acaso é imperialista quem impede, pelo direito à vida dos uigures, o direito à liberdade dos uigures sendo perseguidos pela ditadura comunista da China? Acho que não.

Então, o que eu quero dizer é que a defesa para ideias repugnantes – quero endossar a fala do Shellenberger – não quer dizer um endosso a essas ideias. Defender a liberdade é você às vezes não endossar essas ideias; na verdade, é uma mostra de que você é resiliente diante delas, e é uma condição para você responder a elas: mostrar que são falsas, mostrar por que são ofensivas, por que são falsas. Elas têm que ser livres, justamente para serem combatidas: é a luz do sol que combate esse bolor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito obrigado ao nobre jornalista por suas colocações. O questionamento que ele faz a nós legisladores é absolutamente pertinente.

Quero registrar a presença do Senador Ireneu neste momento no Plenário.

Para seguir a lista – e há algumas perguntas de internautas, que devem ser feitas no final –, eu ia passar esta Presidência, em função de uma viagem que havia sido colocada... Eu nem achei que nós teríamos tanta concorrência nesta audiência – e graças a Deus por isso – e, como eu não posso desmarcar esse compromisso, eu quero convidar o nosso Senador Astronauta para assumir no meu lugar, para que eu possa, assim – de maneira muito triste, porque gostaria de ficar até o final... Mas repito o que disse no começo: esta audiência pública é algo de mais saudável e importante nesses últimos tempos, aqui, no Senado da República, no Parlamento, e para o povo brasileiro, Senador Flávio, como um todo, pelo nível de esclarecimento, pelo nível de conhecimento, pelo nível de respeito e pelo tema em si, que é a defesa da liberdade do cidadão do mundo, porque a liberdade é um bem maior para todos nós.

Eu sou muito grato a vocês dois pela coragem. Você permaneceu no país, vai voltar ao seu país e, queira Deus, saia do país em paz – saia do país em paz! O Brasil tem responsabilidade, a nação tem responsabilidade, as autoridades têm responsabilidade de que você saia, deixe o país em paz como entrou, dignamente, como cidadão livre. E se ainda há liberdade livre neste país, depois dessa audiência pública, que as autoridades recebam a informação de que a nação, e nós estamos olhando para essas pessoas que não estão na investidura, como nós, que estamos no conforto de estar no nosso país, no nosso ambiente, Senador Flávio, Senador Girão, como você, que chegue em paz na sua casa e continue essa luta, porque, sem dúvida alguma, a sua voz, a sua coragem em permanecer aqui, e o nosso querido David, que vai permanecer no país, que nós Parlamentares estejamos atentos a ele, à segurança dele, da sua família – da sua família! –, porque esta audiência pública marca sem dúvida alguma um ponto de inflexão neste momento da vida do país, dos mais sérios possíveis.

Por isso a minha gratidão, e estendo – nós temos aqui Deputados e Senadores – ao Marcel van Hattem pela capacidade de ter segurado o Michael aqui, para que a gente pudesse ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito aquilo que eu vi, as perguntas que foram feitas, aquilo que foi colocado e certamente continuarei acompanhando pelas redes sociais, mas muito obrigado também aos Srs. Senadores, que me deram a oportunidade para que eu pudesse fazer esse requerimento, por estarem comigo hoje aqui.

Senador Marcos Pontes, a lista segue com o Deputado Filipe Barros e, em seguida, V. Exa.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente Senador Magno Malta, Presidente Astronauta Marcos Pontes, quero agradecer aos jornalistas Michael Shellenberger, David Ágape e também ao jornalista Eli pelo trabalho em prol da liberdade de expressão do nosso país.

Deputados, Senadores, nós não podemos nos enganar, a nossa legislação é muito clara, a nossa legislação no marco civil da internet prevê que em casos excepcionais determinadas publicações que afetarem a legislação, apenas as publicações, depois de decisão judicial motivada, podem ser retiradas do ar. Repito, decisão judicial motivada e apenas a eventual publicação que tiver afrontado a legislação brasileira.

Você banir por tempo indeterminado uma pessoa da plataforma é censura prévia, e a nossa Constituição Federal veda, proíbe a censura prévia. Nós temos contas, como foi dito pelo David, como foi dito pelo Michael, e como todos nós sabemos, que estão banidas há dois, há três anos. Pelo que o Elon Musk disse recentemente no Twitter, no X, tem recursos há dois, três anos sem serem analisados pela nossa Suprema Corte. Isso a nossa Constituição proíbe. Isso é censura prévia, e nós não podemos admitir a volta da censura no nosso país.

Agora, é curioso nós notarmos, Presidente Astronauta Marcos Pontes, que a censura não começou hoje. Se nós formos analisar os fatos passados, a censura que se iniciou em 2019, as contas de principais apoiadores do Presidente Bolsonaro que foram censuradas, Cherini, e aí partir um pouco mais perto para as eleições, em que nós tivemos a denúncia do chamado "radiolão", em que 1,25 milhão de inserções não foram entregues e veiculadas nas rádios do Brasil.... Vejam o impacto disso na eleição. Nos veículos da mídia tradicional, análoga à mídia *offline*, rádios, 1,25 milhão de inserções não foram publicadas – minutos. Nas redes sociais, contas de principais apoiadores do Presidente Bolsonaro censuradas, Parlamentares com redes censuradas, jornalistas com redes censuradas... Então, é óbvio que isso causou um impacto na eleição.

Mas vamos falar daqui para frente. Nós não podemos mais permitir que esse complexo da censura continue impondo à população brasileira a censura.

Agora, nós começamos a ouvir que a esquerda, Michael... Estão dizendo por aí que o fato de você ser americano, de o Elon Musk ser – não sei – americano... O Elon Musk é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... sul-africano, mas morar, hoje, nos Estados Unidos, é uma afronta à soberania nacional.

Falei isso ontem, inclusive. Eu não me lembro de, quando o jornalista Glenn Greenwald divulgou os áudios, as mensagens da "vaza jato"... Ele também é norte-americano. A esquerda toda, Michael, vinha aqui e aplaudia. Ele estava no papel dele como jornalista, divulgou as mensagens da "vaza jato". Mas só que a esquerda não levantava nenhuma questão de soberania nacional; pelo contrário, e agora eles usam o argumento da soberania nacional para tentar calar o denunciante.

As denúncias feitas são gravíssimas, precisam ser investigadas, e esse é o papel do Parlamento. A Liderança da oposição na Câmara – eu estou como Líder da oposição –, juntamente com a Liderança da oposição no Senado, cujo Líder é o Senador Rogério Marinho, junto com todos os Parlamentares que aqui estão e os demais que não puderam comparecer hoje, nós vamos investigar os fatos. E é importante que venham a público os demais *e-mails*, os demais arquivos que o Elon Musk tem em sua posse, para que o Brasil saiba aquilo que nós já desconfiávamos que estava acontecendo, Flávio Bolsonaro, e que, agora, nós temos a oportunidade de comprovar efetivamente. Nós não podemos mais permitir a censura no nosso país.

E eu queria finalizar passando um vídeo que está circulando hoje na internet, mas que é importante nós mostrarmos, porque a crítica faz parte de quem está na vida pública. Eu sofro crítica; os Deputados, os Senadores que estão aqui, nós podemos e recebemos críticas. A democracia se faz dessa forma.

Aliás, eu fui o Relator, vocês sabem disso, do voto impresso e criminalizaram completamente esse debate.

Agora, vejam, se você não puder criticar o sistema eleitoral... Nós estaríamos ainda no voto no bico da pena que acontecia na Velha República, em que o eleitor chegava no mesário, dizia ao mesário como queria votar e o mesário, por várias vezes, mudava o voto, porque ele escrevia o que ele queria. Foi a crítica a esse sistema que fez com que o sistema fosse alterado.

Então, a crítica, a divergência é natural da democracia e faz com que as coisas avancem.

Eu gostaria de passar o vídeo que eu deixei já separado aí na mesa.

Pode passar. (*Pausa.*)

Passar o vídeo, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Enquanto a mesa coloca o vídeo, queria parabenizar, Sr. Presidente: David Ágape, Michael Shellenberger, Elon Musk e o Eli Vieira e a eles agradecer, mais uma vez, pelo trabalho que têm feito em prol da liberdade de expressão no nosso país. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom, no momento enquanto preparam o vídeo, eu gostaria de agradecer ao David Ágape. Ele tem um voo agora, às duas horas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... vai precisar se ausentar.

Mas, sem dúvida nenhuma, é uma contribuição excelente.

Parabéns! Parabéns pela coragem! Parabéns por estar aqui conosco! E, sem dúvida nenhuma, isso aí vai ajudar a acordar uma boa parte da população brasileira.

Muito obrigado. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, não está dando para colocar o vídeo.

Vamos seguir a lista.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Isso.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Se a mesa resolver o problema, a gente vê.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, eu vou dar prosseguimento aqui.

Antes eu gostaria também de falar alguma coisa. Eu era o próximo da lista. Então, deixa eu só colocar alguns pontos aqui.

É o seguinte.

Primeiro, quero agradecer, agradecer a todos, agradecer a todos aqueles que nos acompanham também nas redes sociais, na TV Senado, agradecer a presença do jornalista David Ágape e do jornalista Michael Shellenberger aqui conosco.

E, aparentemente, o vídeo entrou aí, certo? (*Pausa.*)

Então, vamos soltar o vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É isso aí, o vídeo fala por si.

Gostaria de cumprimentar o nosso Deputado Filipe Barros também pelo seu discurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não, Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Se essa mesma fala fosse dita por qualquer um de nós, certamente isso seria colocado para dentro dos inquéritos que o Ministro Alexandre de Moraes toca.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem dúvida. É importante levar em conta.

Então, eu gostaria de colocar algumas palavras aqui. Teoricamente, nós vivemos neste país com uma forma de governo democrática, republicana, presidencialista – lembrando que forma de governo é como o governo é organizado – e também um regime de governo democrático, como o governo interage com a população, um regime democrático! Para quem me conhece já há bastante tempo, aqui, sabe que eu não gosto de acusar as pessoas sem prova, ou usar emoção, ser emocional, ou ser injusto, mas o que nós vemos aqui é um caso em que nós temos muitas evidências que precisam ser verificadas e é importante que isso seja colocado de forma bem clara para que a população que nos assiste possa tomar as suas decisões, ter seu próprio julgamento a respeito disso.

Uma coisa importante para relatar aqui, por exemplo, eu não vi nenhum Parlamentar de esquerda, o que é muito estranho, se se for pensar na defesa da democracia. Já que isso é uma ação para defender a democracia e a liberdade, nós não vemos nenhum Parlamentar de esquerda, que deveria ser um fato constante.

Outra coisa importante é pensar em relação a esse regime democrático é o que significa antidemocrático. No art. 1º da Constituição, nós temos ali um parágrafo único que diz o quê? "Todo o poder emana do povo, que o exerce [...] [através dos seus] representantes [...] ou [...] [de forma direta] [...]". É bom a gente sempre ter isso aí em mente para começar a pensar sobre o que é democrático e o que é antidemocrático.

Certamente todos nós queremos defender a democracia. Ela pode ter defeito, mas ela é – na minha opinião e eu acho que na da maioria aqui – o melhor regime de governo que nós podemos ter. E tem alguns pilares da democracia que precisam ser preservados sempre: um deles é a proteção da vida, outro é a proteção da liberdade e o outro é a proteção da propriedade. Sem dúvida nenhuma, a gente tem que estar sempre com esses valores, esses pilares em mente.

A pergunta que eu faço é a seguinte: o que é antidemocrático tendo isso aí em mente? O problema acontece quando a gente vê a questão, a palavra democracia, ou o conceito de democracia ser distorcido para disfarçar um autoritarismo entrante, vamos chamar assim. Em termos de liberdade, o que é antidemocrático realmente? Liberdade... É a proteção da liberdade que tem que ser preservada, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer coisa que vá contra essa liberdade, ou a censura, chamando de outra palavra, isso é antidemocrático, sem dúvida nenhuma.

A vida, a proteção da vida, Senador Girão... No momento em que alguém defende o aborto, alguém defende drogas contra a vida, isso é antidemocrático. No momento em que alguém defende qualquer coisa que possa trazer insegurança jurídica com relação à propriedade, isso é antidemocrático, pelos conceitos que a gente acabou de falar aqui. No momento em que você estabelece um comitê da verdade composto por um grupo de pessoas, quem garante que essas pessoas vão realmente ser donas da verdade? É importante! Isso é antidemocrático. No momento em que você cria narrativas para substituir informação, ou cria desinformação para substituir informação, isso é antidemocrático. No momento em que você tem um rito – eu não sou advogado, mas os advogados aqui podem falar – jurídico destruído, em que a acusação, como foi falado, e a investigação são todas feitas por uma mesma pessoa, isso é antidemocrático, se a gente for pensar.

Agora, o que não é antidemocrático? Quando você tem a manifestação do povo, pelo art. 1º, de que a gente acabou de falar, uma manifestação pacífica e verdadeira, isso não é antidemocrático. Isso eles estão fazendo. Inclusive, se a população – e já aconteceu isso no país, no começo da década de 90 –, se o povo, que é o dono, vamos dizer assim, do país, decidir mudar a forma de governo de democracia para monarquia, como já teve até um plebiscito aqui, o povo pode fazer isso. Ele é o dono do país. A manifestação do povo não é antidemocrática, de forma nenhuma. O direito à expressão não é antidemocrático. O direito à opinião, o direito à liberdade de imprensa, que nos trouxe hoje aqui e que permitiu com que nós fizéssemos isso e mostrássemos esses fatos, não é antidemocrático de jeito nenhum. Criticar uma pessoa, falar de uma pessoa alguma coisa sobre a qual você tenha opinião não é antidemocrático, tem leis para proteger, se a pessoa se sentir ofendida; existe isso. Questionar um equipamento como a urna, por exemplo, não é antidemocrático, mesmo porque – e agora eu entro no meu campo aqui, eu sou piloto. Acho que todo mundo voa aqui, todo mundo vai fazer um voo hoje em dia – você confia 100% nesse equipamento, nesse avião em que você está voando? Você acha que ele é infalível? Eu digo para você, como engenheiro aeronáutico, como piloto, como piloto de testes, que não é infalível. E é por isso que a gente tem que aperfeiçoar esse equipamento de tempos em tempos, assim como qualquer equipamento, inclusive urnas eletrônicas. Faz parte, isso não é antidemocrático, isso é ser técnico para trabalhar com isso.

Em resumo, nós temos muitos exemplos de lugares no planeta em que a democracia foi se distorcendo e se transformou numa ditadura, num regime autoritário. Isso a gente não quer que aconteça no Brasil. E se disfarçar falando: eu vou proteger a democracia, mas para atacar somente aquelas pessoas que falam contra a minha opinião, isso não é democracia. Seria uma "eucracia"? Isso não pode ser uma democracia de forma nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se estabelece ou quando começa a se estabelecer um regime autoritário, o que acontece? Ele precisa convencer a população para que ela seja manipulada a pensar da mesma forma, a não aceitar outras opiniões, e, se você tiver opinião diferente da minha, isso é desinformação, porque eu, como regime, sou o dono da verdade. Será que isso é democracia para valer? Ou se você fizer alguma coisa que vá contra o que eu determinei, isso é antidemocrático. Será que isso é democracia mesmo? Se você fizer alguma coisa ou disser alguma coisa com que eu não concorde, isso é ilegal. Será que isto é democracia para valer: passar por cima das leis?

Então a gente tem que defender essa democracia nossa aqui sem dúvida nenhuma.

Eu vou deixar algumas perguntas aqui para pensarem, para as pessoas pensarem como um todo. E a primeira é a seguinte: depois de tudo isso que a gente ouviu aqui, raciocinem: o que é, ou quem é, ou quem está fazendo realmente atos antidemocráticos no país? Quem pode ser, portanto – o Senador Rogerio Marinho falou daquele jurista alemão –, encaixado naquela figura que o jurista alemão descreve ali?

Depois de se estabelecer um regime autoritário, em que você perde a liberdade, quem vai estar protegido? Será que a esquerda vai estar protegida? Será que a direita vai estar protegida? Todo mundo vai estar no mesmo barco. É importante a gente ter isso aí em mente. A falta de outras pessoas aqui é um risco muito grande para todos nós. Não acredite que alguém vai estar protegido, porque um regime autoritário vai afetar todos, todos nós.

E uma pergunta que eu deixo aqui para o nosso jornalista Michael Shellenberger, com sua experiência internacional: como a gente pode divulgar tudo isso para o mundo de uma forma eficiente, para que nós possamos ter, de alguma forma, um efeito de abrir os olhos, principalmente da juventude – porque, como você falou, na juventude, a gente acredita em algumas coisas –, para que eles percebam tudo isso e não entrem nessa situação?

Obrigado.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – Obrigado. (*Fora do microfone.*) ... a plataforma de liberdade, realmente. Mas eu acho que houve uma mudança de gerações. As pessoas com 20, 30 anos apoiam mais a censura. É uma coisa triste, eu acho. Você o vê na cultura de cancelamento que existe, de cancelar as pessoas nas universidades. E acho que é o mesmo aqui e nos Estados Unidos. Daí vem. Essas pessoas entram nas instituições e exigem censura. Então, as instituições são feitas de pessoas, e elas pedem censura.

Eu ia dar um exemplo. Nos Estados Unidos existe um cara famoso que se chama Daryl Davis, um americano negro, músico. Ele converteu 200 membros do Ku Klux Klan.

Vocês sabem o que é Ku Klux Klan?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim, sim, é uma organização.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Ele os converteu para saírem da organização. E como ele o fez? Ele fez só ao conversar com eles, humanizá-los.

Então, quando as pessoas falam que a gente precisa censurar o ódio, imaginem! Não deve censurar. Deixem o ódio falar e falem contra ele. Essa é a única maneira que a gente sabe de enfrentar o ódio. Outra maneira de censurar fica muito pior. O que ele fez? Ele perguntava aos racistas, ele perguntava: "Você acha essas coisas sobre mim?". Ele perguntava questões. Eu escrevi sobre isso hoje, mas ele faz perguntas, ele tem uma discussão, e, depois de um momento, eles começaram a ser humanizados com ele, eles percebem que ele é ser humano.

Nisso não é possível existir censura, mas eu dou esses exemplos porque eu acho que os jovens ficam aterrorizados com a ideia de deixar os racistas falarem: "Não, não pode deixar os racistas falarem".

Uma coisa aconteceu: as palavras viraram mágicas entre algumas pessoas. Imagine, se uma pessoa disser que existe fraude eleitoral, todo mundo acredita que existe fraude eleitoral, mas a gente sabe que a maioria das pessoas nunca muda a ideia. É muito difícil mudar as ideias. Eu sei; pessoalmente, eu tenho mudado muitas ideias em comparação às outras pessoas. É muito difícil. O nosso ego está vinculado às ideias. Então, é muito difícil mudar.

Então, a gente precisa ensinar as gerações novas, nas escolas, na sociedade, e não ter medo de palavras, não ter medo de ideias. A gente pode ter debates, a gente deve ter aulas, e eu acho que requerem que as pessoas representem o ponto de vista contrário a elas. É uma coisa muito importante, é uma coisa... Em muitas culturas no mundo, existe essa tradição de sentar, fazer debate e dizer: "Não sei se eu acredito nisso, mas eu vou fazer esse ponto de vista".

Eu acho que, por vários motivos, estava saindo da cultura. Quando eu era jovem, a gente tinha uma placa no carro, o *bumper sticker*.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Adesivo de carro.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Adesivo de carro, que dizia: "Questiona a autoridade". É correto, não é?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Questione a autoridade.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Questione a autoridade. É uma coisa... Sente-se orgulho em questionar. Eu acho que esse não existe muito mais agora. Então, a gente precisa reensinar essas lições eternas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente, 100% concordando.

Eu gostaria de passar a palavra para a Adriana, porque ela está com uma viagem marcada. Já passo para a Deputada. Por favor, Deputada Adriana Ventura, de São Paulo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para expor.) – Muito obrigada, Senador Marcos Pontes.

Eu agradeço imensamente ao Michael, por estar aqui, e ao meu querido Marcel Van Hattem, com toda a sua coragem, por todo o trabalho que tem feito pela liberdade no nosso país.

Michael, você foi tão corajoso, primeiro, por estar aqui. Eu vou estender também esse elogio ao David Ágape, que não está aqui, mas você também foi corajoso, porque você não está falando na sua língua materna. Então, acho que isso é um ato de coragem. Em homenagem a você, eu ia falar uma frase de que eu gosto muito, que fala de liberdade, mas eu vou falar em inglês, porque também não é a minha língua materna – em homenagem a você.

Então, em homenagem a você, eu vou começar com uma frase de George Washington, que fala: "*If the freedom of speech is taken away then dumb and silent we may be led, like sheep to the slaughter*".

Então, assim, numa tradução muito literal, quer dizer que, se a liberdade de expressão for retirada de nós, então ignorantes, ingênuos e silenciosos, poderemos ser levados como ovelhas ao matadouro. E eu gosto muito dessa frase, porque se aplica exatamente ao sapo cozido de que o nosso colega falou. A gente está numa panela, sendo fervidos, e a gente vai morrer cozido, todos juntos.

É triste ver o que está acontecendo com a nossa democracia.

A nossa democracia aqui está em jogo, a nossa liberdade está em jogo. Faz dois séculos que a gente deixou a tirania, o poder absolutista sair do país; faz dois séculos que a gente fala que os homens deveriam, pelo menos deveriam ser iguais perante a lei.

O Senador falou de umas garantias, do que é democrático, do que é... Está uma confusão de conceito, e está todo mundo indo para o matadouro, sem se dar conta de que vai morrer cozido e que vai ser abatido.

Então, isso realmente é muito triste, e a única coisa que garante isso é a liberdade de expressão, que está na nossa Constituição, gente, art. 220! Sabe, eu fico pensando: meu Deus do céu! Quando eu vejo um desmando de Ministro do STF – a gente está falando do Ministro Alexandre de Moraes, especificamente –, eu falo: ele não leu o art. 220? Eu vou ler em voz alta aqui: "Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição – aqui está –, observado o disposto nesta Constituição".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu fico pensando: cadê o guardião da Constituição? Isso é o que me incomoda.

Todo mundo... Os Poderes não estão se respeitando, e a instituição Supremo Tribunal Federal é importantíssima para guardar a Constituição de que todos aqui estão falando, e isso realmente me traz um incômodo enorme, principalmente porque é só por meio da liberdade de expressão que a democracia se corrige.

Não existe democracia sem liberdade. Não existe! Nós estamos fadados a morrer. A nossa democracia está morrendo nessas canetadas autoritárias, está morrendo quando o Judiciário quer fazer o papel do legislador, está morrendo quando um passa por cima do outro.

O nosso jornalista aqui – pena ele não estar aqui, porque eu gostei muito da fala dele – falou de ecossistema da desinformação, e eu falo que a gente tem agora um ecossistema da censura, e nós temos um conluio da censura: várias pessoas conectadas e fazendo esse conluio, e isso é assustador para o nosso país! E não interessa se é direita, se é esquerda, se é lulista, se é bolsonarista, se é um moderado... Pouco importa. Estão destruindo a nossa democracia com essa falsa narrativa de defesa de democracia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E eu acho que todo cidadão brasileiro tem que tomar uma atitude.

Todo Parlamentar eleito aqui, tem muitos com medo. Muitos. Muitos Parlamentar têm medo de falar. Muitos Parlamentares. Se um Parlamentar tem medo de falar, desculpa, imagine um cidadão brasileiro!

Então, assim, eu queria pedir para o Michael, já indo para a conclusão... O que é que você fala para a nossa imprensa... Gostaria que você, como jornalista, mandasse uma mensagem realmente para a nossa imprensa, porque às vezes eu fico chocada com como eles estão sendo cozidos também dentro duma panela: ou eles não se dão conta, ou são coniventes.

Queria que você também falasse para os nossos Parlamentares da importância da coragem, da importância de ter coragem. Com respeito, nós temos que respeitar as instituições, mas a gente tem, sim, que insurgir contra atos de abuso. E nós temos também que ser livres para expressar o pensamento, para poder corrigir a democracia, porque, senão, a nossa democracia vai morrer. Esse é o meu pedido para você. Não há democracia sem liberdade, e eu agradeço muito pela sua coragem.

Então, seu recado para os jornalistas, o recado para os Parlamentares e o recado para o Brasil, para o cidadão brasileiro.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – É incrível, porque eu recebi muitas mensagens por *direct messages*, por X de brasileiros dizendo "obrigado e tudo isso, mas eu sinto medo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não posso falar em público". Eu já contei essa história sobre esse *podcaster* de São Paulo que sentiu medo demais para publicar. Mas eu gostaria de dizer a mesma coisa que eu digo para todos os meus amigos que têm medo de sair de um emprego que é opressivo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É opressivo.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – É opressivo, não é? Todo mundo sabe... Uns amigos que trabalham em um lugar de que eles não gostam mais, mas que têm medo de sair: "O que eu vou fazer depois?". Mas, se você fala com eles um ano depois de sair do emprego, eles falam: "Ah, estou muito mais feliz agora. Que bom que eu fui despedido desse trabalho". Então, se você está em um lugar onde você não pode falar, tem que sair, mas, se é seu próprio país, tem que... Como é a expressão em Brasil? Fazer um jeitinho, não é?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Dar um jeitinho.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Dar um jeitinho, vincular com alguém, falar de uma maneira anônima. Pode falar anonimamente no X, expressão objetivamente...

Para os jornalistas, eu acho que esta é uma época superespecial para ser jornalista. Eu tenho assinantes... Não é?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Assinantes.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Assinantes que me pagam para publicar, eles pagam um pouco de dinheiro cada mês para publicar. Então, você pode ganhar a vida fora dos meios de comunicações tão grandes. É possível. Muita gente faz isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não no Brasil, porque gente que faz isso é censurado...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Desmonetizado...

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Desmonetizado, mas, através de X, não. Agora com X não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Acho que não. No X, não tem, porque eles criam uma conta em dólar.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – É. E também o Substack...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, se a pessoa está com a conta suspensa no X, não tem como ter...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu estou aqui só de intérprete, gente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Olhe a interpretação aí... (*Risos.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para expor.) – É, não, mas eu estou esclarecendo que, mesmo no X, quando o brasileiro ou o jornalista brasileiro está com a conta suspensa no X, ele não consegue ter assinante no Brasil. Nós temos o Rodrigo Constantino, para dar só um exemplo... Eu podia falar do Paulo Figueiredo e de tantos que estão morando nos Estados Unidos... Cassaram, inclusive, o passaporte deles, e as contas na rede social no X estão bloqueadas. São essas contas justamente que o Elon Musk está dizendo que desbloqueará, porque está entre todas essas contas ilegalmente bloqueadas. Então, eles não têm como ter acesso a assinantes no Brasil, a menos que os brasileiros utilizem VPN, mas a gente sabe que isso não é algo que todo mundo utiliza. É só para esclarecer esse ponto.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – A verdade é que... Outra coisa triste é que as instituições que normalmente defendem a liberdade de expressão, os meios de comunicação, as ONGs...

As ONGs agora estão a favor da censura, elas fazem parte do complexo industrial de censura, o que é uma coisa estranha, mas eu acho que vocês precisam de uma nova ONG no Brasil para lutar pela liberdade de expressão. Eu já tenho dito isso ao Deputado van Hattem e eu acho importante.

Eu gostaria de ajudar. Eu vou...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Nós temos, é só conectar.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – O.k., legal. Eu vou reunir muitos dos jornalistas e ativistas em junho, em Londres, para aumentar o movimento global.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente, obrigado. Obrigado, Deputada Adriana; obrigado, jornalista Michael.

Só para um aparte, Deputado Giovani Cherini, por favor.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Para expor.) – Primeiro, eu quero parabenizar a todos, nas pessoas do meu colega Marcel van Hattem, do General Girão, do nosso Senador Marcos Pontes.

Nós todos estamos aqui, Michael, cheios de esperanças – a palavra mais certa hoje é esperança –, mas é tão difícil uma esperança num país que troca tudo. Aqui no Brasil, não é mais o cachorro que faz xixi no poste, é o poste que faz xixi no cachorro. Quando nós assistimos a que a democracia não pode ter ódio, e a palavra que a esquerda e infelizmente alguns do STF usam... É a palavra que a gente mais escuta. Eu aprendi que só o amor muda o mundo, mas a verdade tem que vir junto com o amor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quem, por exemplo, que é advogado, que estudou Voltaire... Voltaire viveu no século XVIII, foi um grande pensador pela liberdade, escreveu muitos livros. Ele disse: "Posso não concordar com nada do que dizes, mas defendo até a morte o direito de dizê-lo". Ele dizia que liberdade e responsabilidade têm que andar juntas. Primeiro, liberdade não existe mais – liberdade é liberdade – e responsabilidade é sobre aquilo que você diz. E tem o Código Penal, tem o Marco Civil da Internet; e você, dentro do devido processo legal, pode entrar, e eu já entrei muitas vezes contra isso. Então, essa liberdade e essa responsabilidade acabaram quando o STF, perseguindo o Presidente Bolsonaro, decidiu que quem ia resolver a questão da pandemia eram os municípios e os estados. E aí apareceram um monte de ditadores. Lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, o Governador resolveu meter máscara em todo mundo, vacina em todo mundo, *lockdown*, e foi o estado em que mais morreu gente, e o culpado era o Bolsonaro. Então, criando o medo, criaram o Consórcio de Veículos de Imprensa, para aquele consórcio todo dia dizer "morreram tantos, morreram tantos", e o culpado quem era? E eles vinham aqui dizer. Imagine se nós fizéssemos isso hoje.

Então, criaram o medo na população, e esse é o primeiro passo para a tirania. Quem quiser saber mais um pouco sobre a tirania é só assistir na Netflix à série Como se Tornar um Tirano: como se formou Hitler, saindo da cadeia – ele era bonzinho –; como se formou Saddam Hussein – ele era bonzinho –; como se formou Gaddafi; como se formou Amin Dada, na Uganda. Todos eles eram bonzinhos, mas, quando eles perceberam que não tinha ninguém acima deles, viraram tiranos.

O que acontece nesse momento aqui no Brasil? Tem que vir Elon Musk de fora do Brasil, porque infelizmente o Senado Federal, que deveria ser – e salvam-se os Senadores que estão aqui –, Flávio, o órgão moderador para dizer: "Espera aí, isso não; isso você não pode, você está desrespeitando a Constituição."... Quando o Senado não faz, aí é o seguinte: quando o ser humano pensa que é mais que Deus, acabou; a tirania se implantou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) – Então, de que nós precisamos nesse momento? Entender que só o Jornal Nacional e o Fantástico receberam R$150 milhões este ano. É fácil defender as narrativas que estão aí.

Então, a pergunta é: quem vai julgar o STF? Deus? Se eles estão acima de Deus, quem vai julgar tudo isso? Essa é a pergunta que nós precisamos fazer.

Nós estamos aqui cheios de esperança e vamos batendo no poste – no poste: "Agora vai, agora vai, agora vai", e a tirania continua. O desrespeito à Constituição continua.

Nós não queremos saber se vai proteger esse ou aquele, porque a Constituição vale para a esquerda e vale para a direita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estavam berrando na Lava Jato com o STF, estava ali Gleisi Hoffmann falando, dizendo que o STF não respeitava a Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) – Agora, estão batendo em nós da direita. E amanhã vão bater em quem? Porque a censura não serve para ninguém. A censura mata a democracia e mata o país.

Ora, dizer que, em nome do ódio, alguém vai julgar aquilo que eu vou publicar nas redes sociais? Então, acabou: você vai fazer igual é na Venezuela, igual é em Cuba, igual é na China, em que você tem o controle total da comunicação. Você nunca vai evoluir, porque a evolução vem do contraditório. Você nunca vai ter ciência, porque a ciência vem do contraditório. Então, é aquela história: não gosto dele, vou cancelá-lo.

Se é assim a democracia, sinceramente eu não quero pertencer a essa democracia.

Então, Michael, estamos juntos.

Só essa pergunta que fica no ar: quem vai julgar essas pessoas que desrespeitam a Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Deputado Cherini.

Eu vou fazer o seguinte... Tem muita gente inscrita, tem 18 aqui. E vão começar a chegar.

Eu vou passar a palavra diretamente para o Senador Flávio Bolsonaro e, depois, para o Senador Girão. E aí, depois, o senhor pode responder aos três...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – E o Wellington, que está aqui do lado – desculpe.

E aí pode responder às perguntas em bloco, o.k.? Então, se puder ir anotando as perguntas, fica mais fácil.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Michael, é uma grande honra tê-lo aqui, junto com o David Ágape, que teve que sair. Mais uma vez, o nosso agradecimento pelo que está fazendo.

Eu, como o nome sugere, sou o filho mais velho do Presidente Jair Bolsonaro, atualmente Senador da República, mas estou há 21 anos na vida pública. Tenho 42 anos de idade, 21 anos na vida pública, metade da minha vida fazendo política e defendendo os ideais que nós estamos defendendo aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sou testemunha ocular de tudo o que nós já sofremos ao longo do tempo – que não começou agora – com relação a *fake news*. Ninguém é mais vítima de *fake news* no Brasil do que Bolsonaro.

Eu cheguei a escrever um livro, em 2018, com uma filosofia que você defendeu aqui. Eu estou falando rápido? Vou falar mais devagar para ver se você entende. Eu escrevi um livro em 2018, porque eu acredito na filosofia que foi dita aqui por você, Michael, que *fake news* nós combatemos com a verdade; sem censura, com a verdade.

E era basicamente para rebater *fake news* contra Bolsonaro de que ele seria racista, homofóbico, ditador... O livro conta a história de vida dele, chamado *Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade?* A história de vida dele, o filme dele, provava que ele não era nada disso. Nunca foi uma pessoa racista, uma pessoa homofóbica, um ditador ou autoritário. Então, combatemos as *fake news* com isso.

Só que o volume, o consórcio que há hoje da grande mídia para produzir narrativas mentirosas contra qualquer um que defende as bandeiras que nós defendemos é uma máquina difícil de ser combatida e que só foi possível por causa da internet.

O senhor está vendo algum veículo de comunicação aqui? Nenhum. Mas o Senador Girão estava mostrando, graças a Deus, nós temos mais de 11 mil pessoas acompanhando pela internet no canal da TV Senado esta audiência, só em uma rede. A minha está transmitindo aqui agora pelo Instagram, mais de 5 milhões e 300 mil pessoas só no Instagram, no Twitter, que ainda é uma rede livre.

E por que eu estou dizendo tudo isso? Porque a perseguição política está acontecendo, como todos estão vendo, só de um lado. Somente os Parlamentares, as pessoas, os cidadãos anônimos, comuns, humildes, mas que têm o direito de se manifestar em redes sociais para defender aquilo que ele acredita, essas estão sendo perseguidas.

E o senhor viu aqui, David, alguns exemplos de pessoas importantes nas redes sociais, com muitos seguidores, e que foram censuradas com o argumento de que estão cometendo *fake news*, estão cometendo discurso de ódio. E eu queria passar um primeiro vídeo, que é um vídeo que não foi tirado do ar, porque nesse cenário isso aqui não podia estar no ar, porque isso seria um discurso de ódio.

Olha o vídeo com criança jogando futebol com a cabeça de Bolsonaro.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode tirar o vídeo.

Só para mostrar para quem está nos assistindo também que não tem critério.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O critério é totalmente subjetivo. E hoje parece que tem uma pessoa, um Ministro do Supremo que fala assim: "A democracia sou eu". Então se eu acho que isso é democrático, isso virou a lei. Isso não tem outra palavra a não ser ditadura, autoritarismo.

E o que o Deputado Cherini falou aqui, que eu acho que é sempre uma oportunidade de a gente tentar esclarecer, Senador Astronauta Marcos Pontes: é óbvio que a responsabilidade de se equilibrar os Poderes, como está na nossa Constituição, cabe a qual instituição? Ao Senado Federal. E está aqui um Senador falando, Michael: eu tenho a convicção de que os 81 Senadores concordam que há motivos para se fazer *impeachment* de Ministro do Supremo aqui. Os fundamentos são óbvios. Está claro para todos no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e para o mundo agora, após a inclusão de uma forma autoritária de Elon Musk em mais um inquérito, o que viola completamente a legislação brasileira e a Constituição Federal. Viola completamente, mas o mundo agora está assistindo.

Aí fica a pergunta: o senhor viu quantos Senadores passaram por aqui hoje? Ou alguns que não puderam vir também e que concordariam com as nossas teses? O senhor acha que tem número no Senado hoje para reequilibrar esse jogo de se fazer, de se cumprir o que está na Constituição, na legislação? Não tem número. No Senado hoje, nós aqui, Senador Girão, somos minoria. Por enquanto, é importante que se diga, por enquanto.

E aqui vai uma fala, mais uma vez, em defesa do Supremo Tribunal Federal. Eles têm mais uma oportunidade de tentar se autorregular, porque, se isso não acontecer, as arbitrariedades continuarem, o que eles vão conseguir com isso, David, é colocar como a principal discussão das eleições de 2026 *impeachment* de Ministro do Supremo.

O principal debate público está deixando de ser segurança, transporte, emprego, hospital, e está passando a ser *impeachment* de Ministro do Supremo. Por enquanto, eu acredito, não há número para fazer *impeachment* de Ministro do Supremo, repito, mesmo havendo fundamentos claros para que isso pudesse acontecer.

Então a cobrança da sociedade sobre o Senado, Deputado Cherini, tem que continuar. A cobrança da sociedade sobre o Senado está se manifestando nas ruas, manifestou-se na Paulista e vai se manifestar de novo no dia 21 de abril, em Copacabana, no Rio de Janeiro, onde nós – ou grande parte de nós, quem puder ir – estaremos presente nas ruas, mais uma vez colocando nossa cara à tapa, para fazer um ato em defesa da democracia.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, para concluir – uma pena o David não estar mais aqui –, Senador Marcos Pontes, eu sou réu, eu sou investigado nessa ação a que ele se referiu aqui, de que nós teríamos nos organizado, Senador Girão, com uma grande rede de desinformação na internet, com dinheiro público, para disseminar *fake news*. O que é *fake news*? Uma coisa é *fake news* para um; não é para outro. Então é difícil de se ter um tipo, escrever na lei como enquadrar uma *fake news* ou não.

Mas eu queria passar um outro vídeo para que você tenha ideia de como é que a censura...

Pode passar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse era o meu WhatsApp na campanha de 2018.

Eu queria mostrar com isto só o seguinte: eram inúmeros, milhares de grupos de WhatsApp, que espontaneamente, que voluntariamente, se mobilizavam em torno do nome de Jair Bolsonaro como Presidente da República. Foi a internet, foram as redes sociais, foram esses aplicativos que permitiram acabar com o monopólio da informação e que nós pudéssemos livremente trocar ideias, trocar informações e levar a verdade para o eleitor. Resultado: Bolsonaro foi eleito. De lá para cá, só censura. Todos os aplicativos sofreram restrições. As resoluções do TSE hoje, que vão valer para as eleições municipais de 2024, são todas no sentido de impedir, de restringir os veículos de comunicação *online*.

E para concluir, porque isso também tem uma questão de que você falou aqui, David: comercial, porque, a partir do momento em que um anunciante não consegue mais anunciar em uma rede social, ele vai correr para mídia *off-line*, para mídia de televisão, para mídia de rádio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que está em disputa é isso.

Então os grandes veículos de comunicação no Brasil fazem essa batalha pela censura, alegando que é combate a *fake news* e ao discurso de ódio, por questões financeiras também.

Então, para concluir, eu não vou falar aqui, Presidente Senador Marcos Pontes, qual é a minha ideia, mas nós temos o que fazer, sim, aqui no Senado, para começar a mudar esse cenário, em defesa da liberdade de expressão, com iniciativas nossas.

Aí sim, ou o Presidente do Senado vai fazer o que é uma obrigação dele, ou não vai ter outro caminho a não ser realmente ir para as coisas mais drásticas, como, por exemplo, o *impeachment* de Ministro do Supremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Eu vou passar a palavra agora para o Senador Wellington Fagundes e para o nosso Michael. Se a qualquer momento quiser entrar na discussão, por favor, esteja à vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Bom, boa tarde. A fome aqui já está batendo na cabeça também, e no cérebro de todos. Não vi nenhum lanche aqui servido para o Michael. Então nos desculpe aqui, Michael.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Já pedi.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já pediu. Aqui o Girão então pediu. É a restrição até alimentar que está tendo aqui na Casa. (*Risos.*)

Mas eu quero cumprimentar o nosso Senador Astronauta, aqui o Flávio Bolsonaro e agradecer ao Girão também, porque ele estava inscrito antes, e eu tenho também agora uma consulta.

Eu quero primeiro parabenizar, Michael, a sua coragem, mas também a sua determinação de estar aqui. Eu acho que nós tivemos uma boa aula hoje aqui do exercício da democracia. Uma coisa que também foi importante na sua fala: deixe o ódio falar. Até isso é liberdade, porque, se você deixa aquela pessoa que está com ódio no momento poder falar, quem sabe ele até muda de posição; e, se você não o deixa falar, você não vai deixá-lo extravasar, enfim. Então tudo isso é a democracia.

E o que a gente quer com esta audiência aqui é exatamente discutir como nós podemos fazer com que o Brasil seja realmente um país em que as pessoas tenham direito de falar, inclusive os absurdos. Claro, respondendo dentro da legislação àquilo que está previsto em lei também. Mas eu penso que estarmos aqui tirando totalmente a liberdade de expressão, castrando o que as pessoas podem demonstrar, inclusive a sua revolta, não é democracia.

Eu tive oportunidade, lá nos Estados Unidos, de ver um cidadão manifestando de forma tão eloquente contra o Presidente da República à época. E eu fiquei ali parado, olhando como era aquilo, tinha muita gente ali, e os policiais o deixaram falar livremente. Ele estava agredindo realmente o Presidente da República, mas com palavras, claro, e não com agressões pessoais.

Então eu aqui quero fazer uma pergunta exatamente nessa linha: na sua visão, Michael, quais são os limites aceitáveis para a regulação governamental sobre as redes sociais, considerando a proteção dos direitos dos cidadãos e também a manutenção da democracia? Eu acho que isso aí engloba praticamente uma palestra – não é, Michael? Mas eu acho que dá para você, na sua experiência de andar pelo mundo... E até porque eu vi um pouco também que você andou pela esquerda e conheceu também um pouco do que é essa linha de atuação e, claro, também evoluiu, está aqui também buscando pregar e, acima de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, fazer com que a gente tenha democracia não só no Brasil, mas no mundo como um todo. Cada dia mais, o mundo está globalizado e a informação também é muito globalizada, e as pessoas também estão tendo mais o direito de ir e vir nos países.

Registro que o nosso país – você já viveu até na Amazônia também, não é? –, felizmente, é um país em que não temos guerras, conseguimos ser integrados com a mesma língua, com as diferenças regionais. Felizmente, o maior patrimônio que o Brasil tem é exatamente um povo integrado, e a gente não pode desintegrar, inclusive culturalmente, inclusive nas ações também de cada cidadão com o seu direito de poder falar. Eu acho que é o resumo de tudo que a gente quer aqui, hoje, mas fica aqui o nosso agradecimento, Michael, à sua presença aqui no Senado da República.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Olha, eu queria contar uma história, porque existe um livro muito importante sobre o nascimento da internet, que se chama *A Rebelião do Público* (*The Revolt of the Public and the Crisis of Authority in the New Millennium Hardcover*), escrito por um cara que se chama Martin Gurri. Não sei se é traduzido para o português, mas a hipótese dele é que a invenção da Internet e as redes sociais, em particular, estão tendo o mesmo efeito do que a invenção da imprensa, do telefone e dos outros meios de comunicações, que tinham grandes efeitos nas políticas. Eu acho que a gente está vendo um pânico das elites em reação a essa tecnologia radical que dá a voz ao público. Mas esse mesmo cara, Martin Gurri, o escritor, fez parte da CIA. Ele trabalhava para a CIA, e parte do trabalho dele foi que eles traduziram, o *Pravda* e os outros jornais soviéticos traduziram do russo para o inglês e mandaram para todas as bibliotecas nos Estados Unidos. É uma história muito interessante, porque agora existe esse discurso de, se os russos têm... se a gente deixa os russos falarem nos Estados Unidos, vai haver desinformação estrangeira e tudo vai mudar, mas é uma loucura, a gente sabe o que pensam nos russos. A ideia de que tem que proteger o público de perspectivas alternativas representa uma irracionalidade – como se diz?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – ... uma irracionalidade, um pânico.

A única coisa que me dá esperança é que as outras tecnologias que criaram revoluções, reformas e tudo, a imprensa em particular – a imprensa tinha um efeito enorme, porque criou os jornais; tinha um efeito enorme, revoluções realmente, guerras... Mas eu sinto esperança, porque a gente sobreviveu, as democracias cresceram, as liberdades cresceram, mas eu acho uma coisa que deve preocupar. Eu vejo a União Europeia, o Brasil, e o complexo industrial de censura é muito parecido ao que eles têm na China. Na China, eles estão monitorando todo o público, monitorando as conversas. Agora milhões de chineses usam a VPN, porque precisam de usar, mas a população está controlada dessa maneira. Ontem eu acho que o Lula disse que a gente é um país de paz – não é? – e a gente não quer esse discurso de ódio, mas vocês são um país de paz, porque têm liberdade. Se ele continuar com essa censura e repressão, isso é que trará violência, e isso eu acho importante entender. Paz na rua precisa de liberdade no discurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – "Paz sem voz não é paz, é medo." Não tem uma música dessa?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – "Paz sem voz não é paz, é medo."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Microfone, por favor.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estava só lembrando uma música aqui. Tem uma música que fala: "Paz sem voz não é paz, é medo".

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É medo, exatamente!

Eu passo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Marcos Pontes.

Eu quero muito – como cidadão, não como Parlamentar – agradecer pelo seu trabalho honrado, Sr. Michael Shellenberger, e também ao David Ágape pela coragem, pelo profissionalismo e pelo equilíbrio em estar aqui. A gente percebe, desde o início aqui desse debate, dessa audiência pública, a sua pureza de querer colocar a verdade e a gente entende. Eu penso como senhor. Nós podemos ter divergências na política: uns defendem aborto, outros defendem droga – isso faz parte da democracia –, mas a gente não pode censurar. Sabe por quê? Porque é uma violência, violência!

Deputado Marcel van Hattem, é tirar a essência do ser humano você calar a voz. E o brasileiro, que é conhecido no mundo inteiro pela alegria, pelo samba, pelo futebol, está triste hoje, está triste em Mato Grosso, está triste em São Paulo, está triste no Rio de Janeiro. Uma parcela expressiva da população está triste no país inteiro e no meu Ceará. Eu sou um Parlamentar que gosto de conversar com as pessoas nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ruas, nas praças, sejam de direita, de esquerda, sejam contra Governo, a favor de Governo. E eu vejo o incômodo da população, o medo, falando baixinho certas coisas. Que país é esse? Que país é esse? Para onde é que nós estamos indo?

Esta audiência pública é histórica, histórica, porque está colocando um farol neste momento. E nós temos que agradecer ao Elon Musk, porque ontem tivemos a oportunidade de participar de uma conferência com ele. O Marcel van Hattem estava lá, o Paulo Figueiredo, o Nikolas, o Deputado Luiz Philippe e Bragança, jornalistas internacionais. O Elon Musk apareceu e fez umas colocações com que eu dormi mal. Olha, eu não sei se... Eu estou tão concentrado aqui nesta audiência pública que eu não sei como é que está lá fora, se isso repercutiu, mas o que ele falou é muito grave da questão que ele jamais viu. Peguei aqui.

Ele não viu o que está acontecendo no Brasil em nenhum país do mundo. Ele falou, está aqui e eu vou colocar as aspas dele aqui. Ele coloca que acredita que há um abuso do Poder Judiciário do Brasil em um grau extremo que não vimos em nenhum país na Terra. E aqui, falo na Terra, porque nós temos o nosso Astronauta Marcos Pontes, como o próprio Elon Musk, que tem também um sonho desde criança em descobrir, em fazer viagens para outros planetas... E o Marcos Pontes é aqui da região... Não sei se você sabe disso? Ele foi o astronauta do Hemisfério Sul, o único do Hemisfério Sul, profissional, que foi até...

E eu quero dizer para você, do fundo do coração, Michael Schellenberger: isso aqui é gravíssimo. E ele foi além, ontem; ele falou da ameaça, do receio de prisão, que ele tem, dos funcionários dele. Uma pessoa que me pareceu muito humana, e disse: "Como é que pode, as pessoas que devem ser os guardiões da lei são os que violam a própria lei?".

Eu confesso uma coisa. Ontem a gente teve a oportunidade de conversar, num grupo menor, de Deputados e Senadores, e eu vi que o senhor tem uma espiritualidade. Eu também procuro cultivar isso, porque é preciso ter muita fé. A gente percebe claramente, hoje, no Brasil, as pessoas orando muito pela nação, independentemente de serem católicos, evangélicos, espíritas, ou de outras... afrodescendentes... E eu acho que a resposta veio, veio de fora, veio através desse Twitter Files, dos arquivos do Twitter, que estão demonstrando as vísceras, as entranhas, a podridão da censura política vigente no Brasil.

E eu fiquei impressionado com o que falou o jornalista David. Que coragem, porque ele está aqui, ele está aqui! Daqui a pouco, o nosso também corajoso jornalista Shellenberger vai viajar, vai para seu país, mas ele está aqui, num país que tem Parlamentares presos, num país que tem um Senador da República sem poder se comunicar com os seus eleitores, com os seus, como o Senador Marcos do Val. O que está acontecendo com o Brasil? E todo mundo em silêncio? Não pode. Quem vai defender a sociedade? E ele falou, o David Ágape, que não sabe a extensão disso, porque o TSE não revelou quantos brasileiros... São o quê? São 10 mil, 100 mil, milhões de brasileiros que estão censurados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lhe fazer uma pergunta, tenho um vídeo para mostrar. O senhor colocou, há pouco tempo, uma pergunta, uma frase, que me deixou intrigado. O senhor falou que, só no X se tem a liberdade, a livre opinião de verdade. Eu gostaria de entender essa pergunta e dizer – eu costumo observar sinais, sou muito observador – que hoje é um dia muito especial. É o dia 11 de abril, o dia em que um grande abolicionista cearense, da minha terra, lá do Ceará... E você chegou ao Brasil pelo Ceará, não é isso? Por Fortaleza, morou em Fortaleza. E o Dr. Bezerra de Menezes, não sei se você já ouviu falar... Tem uma avenida muito famosa que não é em homenagem a ele, é ao irmão dele. E o Dr. Bezerra de Menezes foi um dos responsáveis pela abolição da escravatura no Brasil, lá no Rio de Janeiro. É um cearense que foi para o Rio de Janeiro, considerado o Médico dos Pobres. Hoje, é a data da passagem dele para o mundo espiritual.

O Dr. Bezerra de Menezes fez a redenção, inspirou a redenção. O Estado do Ceará, quatro anos antes de a Lei Áurea ser assinada para a abolição dos escravos no Brasil, fez antes, em redenção. E o que o Brasil está precisando é de redenção. Isso é um sinal. O nosso povo está aprisionado, e nós precisamos libertar os brasileiros na sua própria voz, na sua manifestação de pensamento.

Então, eu peço apenas, Oscar, se você puder passar um vídeo, mas eu posso passar depois também, porque eu acho que o Marcos... (*Pausa.*)

Tem um vídeo que eu gostaria de passar...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Por favor, pode passar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu mandei para você. Não deu, não? (*Pausa.*)

Não, mas antes, eu tinha mandado antes. Mas tudo bem, eu posso fazer depois. Eu vou assumir a Presidência, você vai ter que sair. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pode ir, fique à vontade. Eu vou... Ainda consegui um tempo aqui.

Por favor, continue.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, eu tenho também um questionamento aqui, porque é importante que as pessoas que estejam nos assistindo entendam bem isso, porque é tanta informação que a gente precisa relembrar. Os senhores revelaram ao Brasil, no dia 3 de abril, o conteúdo de uma série de documentos internos chamado Twitter Files Brazil, que apontam possíveis ações do Tribunal Superior Eleitoral para monitorar, de forma ilegal, políticos e particulares, na rede social, no antigo Twitter, hoje X.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo os *e-mails* trocados entre o TSE e a equipe jurídica do X Brasil, nos Estados Unidos, o atual Presidente da Corte Eleitoral, o Ministro Alexandre de Moraes, teria exigido informações sobre usuários que publicavam com *hashtags* específicas, além de exigir da plataforma o fornecimento de informações pessoais, sem investigação policial e um processo legal. Entre os cidadãos que teriam sido alvo dessas ações – inclusive aqui, nesta Comissão –, estão a Deputada Federal Carla Zambelli e o Deputado Marcel van Hattem.

Ainda pelos graves relatos dos senhores, o Sr. Rafael Batista, representante da rede no Brasil, chega a afirmar que o objetivo principal do TSE seria a desmonetização de contas em diferentes plataformas, YouTube, Instagram, Facebook, além do Twitter, a remoção ilegal de conteúdos, vazamentos de informações pessoais de usuários, entre outras atrocidades.

Em resumo, o fato é que as imputações em tela são gravíssimas e nos direcionam para uma possível violação de direitos constitucionais. Para mim, depois de tudo que eu ouvi aqui, é violação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós aprovamos uma audiência pública também para ouvir os representantes da Meta, os representantes do Instagram, os representantes do Twitter, os representantes das redes, além também do próprio Elon Musk, se quiser se pronunciar de forma virtual. Ele será muito bem-vindo aqui na Casa revisora da República.

Eu sei que está saindo coisa. Nessa madrugada já saíram mais informações, que já foram abordadas aqui, e a gente precisa entender que nível de coleira foi colocada nos brasileiros.

Então uma das perguntas que eu... para encerrar, para ficar dentro do tempo, eu lhe peço só mais um minuto porque tem esse vídeo.

Aliás, vamos ver o vídeo. Está pronto? Vamos ver o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olhe a gravidade disso. Isso faz parte do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito do Tribunal de Justiça Eleitoral, plano estratégico para as eleições de 2022.

Esse documento, Sr. Presidente, eu gostaria de que todas as apresentações que foram feitas aqui com eslaides – com os eslaides eu estou bem antigo, com essas apresentações eletrônicas – pudessem ser oficialmente disponibilizadas para os brasileiros depois poderem conferir.

Inclusive esse documento, eu peço para o Oscar... se puder colocá-lo no vídeo, rapidamente, só para a gente ler um trecho pequeno dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aí o documento. Tem um quadradinho ali, se puder tirar...

Pronto, olha aí, esse é o plano estratégico para as eleições.

Lá embaixo, olha, eu não vou ler tudo, mas fala em designar e capacitar a equipe de servidores que integrará o grupo de análise e monitoramento com a coordenação feita pela equipe. A pessoa indicada para representar a Secom será capacitada para operar a ferramenta de monitoramento contratada e eventuais ferramentas disponibilizadas.

Aí o Rodrigo Marcial em consulta... Porque nós, Senadores, viu, Senador Marcos Pontes aqui presente e Senador Flávio Bolsonaro, temos a obrigação. O que a gente vai fazer, por exemplo, para esclarecer uma eventual conexão do vídeo, que eu acabei de apresentar e desse documento, com que o Sr. Michael Shellenberger, o David Ágape e o Eli Vieira Júnior. apresentaram?

O STF e o TSE contrataram o monitoramento de *tweets* para atos ilegais de censura?

A PF (Polícia Federal) foi empregada em atos inconstitucionais? O Twitter colaborou?

Essas perguntas, nós, Senadores, temos que fazer.

E aí vem, lincado com tudo isso, a consulta ao termo de referência do pregão eletrônico. Atenção! No Pregão Eletrônico nº 29/2022, vencido pela empresa Partners, encontra-se o objeto de monitorar as redes sociais, o que a gente viu, no que tange aos temas de interesse da justiça eleitoral, usando de palavras chaves escolhidas pelo TSE.

Entre outras obrigações – isso aqui serve também, quem sabe um aprofundamento jornalístico –, a Partners deve classificar e identificar as, aspas, "principais fontes influenciadoras e detratoras", fecho aspas, e deve fazer, aspas de novo, "a proposição de ações nas redes sociais que visem solucionar questões apontadas pelo monitoramento". Vide o termo de referência.

Então, assim, não estou afirmando aqui que o monitoramento de dados realizado pela Partners por si só é ilegal, mas que a gente precisa ver se a finalidade é censura, e o brasileiro precisa saber disso, isso é um dever nosso.

Então, desculpem-me o passar do tempo, mas eu queria deixar isso pontuado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Por favor, Michael.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – A coisa que me assusta mais, que me dá mais medo dessa informação, que estou vendo pela primeira vez, é que é a mesma coisa que eles fazem nos Estados Unidos. Em 2020 e em 2022, a gente descobriu tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse processo foi contratado pelo Departamento de Segurança da pátria, uma ONG que se chama Stanford Internet Observatory e três outras organizações, mas eles fizeram exatamente o mesmo, porque a gente sempre está tentando entender de qual parte desse complexo industrial de censura vem orgânico, que vem dentro do país, e qual parte vem do Estado.

Mas eu acho que essa parte vem não somente do Estado, vem de uma coordenação internacional, porque é o mesmo. Não é somente semelhante. É exatamente a mesma coisa que eles fazem lá. Eles monitoraram as redes sociais, procuraram palavras certas, deram essa informação às redes sociais e pediram para eles tirarem.

Outra coisa para observar, porque a gente precisa continuar a conversa depois de hoje, é o que eles queriam fazer: atacar narrativas, não somente as postagens. Eles falam de... Porque as narrativas, as histórias são a maneira com que a gente lembra as coisas. Os cientistas cognitivos sabem que, mesmo com as músicas, as histórias, a gente lembra das coisas. Só com uma lista de informações você não lembra, mas com uma história você lembra. E também, para mudar a opinião, usar histórias ou narrativas, dizem.

Então, esse tipo de *experts* em fazer censura, o que eles queriam fazer era atacar narrativas que eles não queriam. E eu acho que eles identificaram como 100 narrativas que queriam proibir. E era não somente para censurar as mensagens falsas, mas censurar as mensagens que podem contribuir com a narrativa.

Faz sentido? (*Pausa.*)

Então, é muito importante entender isso, porque é uma coisa muito sinistra. Eu acho muito parecido com a *Black Mirror*. Vocês têm *Black Mirror* na Netflix? (*Pausa.*)

É uma coisa totalitária, de controlar, não somente controlar a informação, mas controlar como as pessoas pensam. É horrível!

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Michael.

Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Concordo 100%... Aliás, essa tentativa de utilizar ferramentas, a estruturação de toda uma máquina para que se controle a maneira como a população tem que pensar, isso é uma coisa extremamente perigosa. A gente não pode deixar isso acontecer.

Então, eu acho que a gente tem aqui obrigação, no Senado, na Câmara também, de tomar providências para investigar a fundo isso aí, pegar todas as informações e investigar – pode ser até razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para uma CPI, quem sabe –, fazer a investigação a fundo, chegar às conclusões e desestruturar ou retirar qualquer tipo de tentativa de censura no nosso país.

Isso é inaceitável.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A questão do Twitter, do X, que hoje é o "x" da questão no Brasil.

Por que você falou, há pouco tempo, há 30, 40 minutos, que o X seria hoje o campo livre, realmente, das plataformas, o campo livre para que se possa colocar as opiniões e não tem restrição?

Eu gostaria de... O que as outras fazem de diferente?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Se tem a ver com o algoritmo, por exemplo.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Em comparação às outras redes, não é? (*Pausa.*)

Não, o Facebook é totalmente censurado.

O que aconteceu com o Facebook é que, em 2000, vocês talvez lembrem que, depois do Brexit... Porque lembra, as revoluções populistas eram Brexit, Trump, Bolsonaro, e, depois de Brexit, todos os meios de comunicações, o *establishment... Como se diz establishment?* (*Pausa.*)

Eles tentaram culpar o Mark Zuckerberg, o dono do Facebook, por causa do Brexit – uma coisa ridícula. Depois do Trump, eles fizeram a mesma coisa. Até, em 2016, Mark Zuckerberg, que é judeu, disse que a família morreu no Holocausto. Ele é muito sensível ao assunto, mas ele acha que deve deixar as pessoas defender os *nazis* e tudo isso. Ele tinha uma ideia de liberdade igual à minha, igual à da nossa Corte Suprema, mas, depois de três anos de ataques muito sofisticados, muito coordenados com os patrocinadores, os *advertisers*, os anunciantes, as ONGs, os meios de comunicação, ele se rendeu, *give up*... (*Pausa.*)

Ele se rendeu e decidiu: "Ah, não, estava errado, preciso censurar mais". Mas também ele encheu muito o saco e decidiu reprimir todas as notícias dentro do Facebook. Então, até eles lançaram um competidor para o X, que se chama Threads, mas não é muito bom. Eu acho que o X estava preocupado com ele, porque é exatamente o mesmo, mas eles censuram tanto informação e não deixam a informação sair livremente, que não é um lugar muito interessante. O X é muito interessante, porque a informação sai livremente. Quando eu posto uma coisa no X, muitas pessoas podem ver, mas eu tenho 10% das pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Instagram que eu tenho no X, porque o X é muito mais livre, não está filtrado, não está censurado, não é?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Michael, posso só fazer um complemento ao que o senhor está dizendo?

O X é a única plataforma que permite que os usuários classifiquem se aquele comentário, se aquela postagem é correta, está fora de contexto, se é mentira ou se é verdade. Esse é o controle que tem que ter. O usuário é que faz o filtro, não é uma plataforma, não é uma pessoa, não é um órgão estatal.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Exatamente. Aliás, uma das coisas que me preocupa muito é quando você determina um tipo de comitê da verdade. Isso é absolutamente ineficaz, ineficiente, ilógico, de toda forma. (*Pausa.*)

Vamos passar a palavra para a Deputada Carla Zambelli. (*Pausa.*)

Carla Zambelli. Por favor, Deputada.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Para expor.) – Obrigada. Bom, primeiro, gostaria de agradecer ao Magno Malta, Eduardo Girão, Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, tantos Senadores que estão buscando a verdade. Michael, principalmente, quero agradecê-lo, porque, realmente, a gente chegou a uma situação no Brasil em que, mesmo tendo imunidade parlamentar, não sei se você conhece o termo, mas nós somos invioláveis por quaisquer opiniões, palavras e votos. Ou seja, nós – Deputados e Senadores – não podemos ser criminalizados, nem detidos, nem... Nós não podemos ser violados por qualquer opinião, palavra ou voto.

O que está acontecendo no Brasil é uma censura não só do povo brasileiro, mas dos representantes do povo brasileiro, dos representantes dos estados, o que é mais grave ainda. É lógico que é grave censurar a população, mas censurar os representantes da população, que estão aqui para justamente poder falar, parlar – somos Parlamentares –, poder falar o que a população às vezes fica com receio de falar... Se nós somos censurados, imaginem eles.

É lógico que é grave censurar a população, que estão aqui para justamente poder falar, parlar – somos Parlamentares –, poder falar o que a população às vezes fica com receio de falar... Se nós somos censurados, imagina eles.

Então, eu queria trazer para vocês aqui o fato de que dia 15/11 nós fomos... eu fui para os Estados Unidos, e eu e o Paulo Figueiredo apresentamos uma notícia, apresentamos os fatos que eu vou falar a seguir para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em descumprimento do Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Então, a gente apresentou que, no inciso 1, "Toda pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de [...] [qualquer] natureza, sem consideração de fronteiras, [sem considerar se é] verbalmente ou por escrito", enfim. Também consideramos o Artigo 13 no inciso 3, que dispõe que "Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos [é nova essa questão de redes sociais, mas hoje é por onde nós falamos e é por onde o povo fala], tais como o abuso de controles oficiais ou particulares", enfim, o papel da imprensa também, que é muito importante.

E aí a gente fez uma denúncia. Trouxemos dezenas de conservadores brasileiros que tiveram problemas, entre eles, por exemplo, desde pessoas que foram desmonetizadas – e foram dezenas de desmonetizações, de tirar a monetização da rede social, principalmente do YouTube, de pessoas que viviam disso, como, por exemplo, a Bárbara do canal Te Atualizei, que foi desmonetizada acho que já há quase quatro anos, três anos...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Ela está até hoje.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Hã?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Ela está até hoje.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Eu acho que está desmonetizada até hoje. Ela teve que fazer uma plataforma dela, teve que lançar uma própria plataforma.

E aí houve a resolução da censura no Brasil, que foi a Resolução 23.714. Essa resolução, entre outras coisas – ela é enorme, mas os principais pontos são...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É de 2022, não é?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Essa é de 2022, tá? É a 23.714, de 2022. Porque a de 2024 é pior, eu vou trazer um pouco as informações sobre a de 2024, mas para... Foi logo depois das eleições. Então, a gente tem aquele que o Girão mostrou, que era um de antes das eleições, sobre o que fazer.

Eu fui censurada em mais de 19 conteúdos entre 2020 e 2022, que eram conteúdos do Facebook falando bem do Governo Bolsonaro. Então, 19 conteúdos foram retirados, até hoje eu não sei por quê, não me disseram por quê, nem na plataforma, nem judicialmente. E eram simplesmente, como base do Governo, elogios sobre a administração Bolsonaro, principalmente na pandemia da covid. E aí essa resolução pós-eleição fala o seguinte: que é vedado, por exemplo, o "compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos". Eu queria que prestassem bastante atenção nessa palavra: o que seria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – ... "sabidamente inverídicos"? Por exemplo, determinará à plataforma a remoção de URL, sob pena de R$100 mil a R$150 mil por hora. E aí o que aconteceu? No Twitter, extrajudicialmente, o Alexandre de Moraes tentou tirar conteúdos meus e do Marcel; mas depois, judicialmente... Inclusive eu estou aqui com o *e-mail* do Twitter do dia 01/11, pouco depois dessa resolução, pedindo para tirar o meu Twitter do ar. Eu perdi não só o Twitter, mas perdi Twitter, Instagram, Facebook, YouTube, Gettr, e perdi também o meu LinkedIn, que era um portal só para questões mais profissionais.

E aí o motivo pelo qual eu fui retirada do Twitter foi que, quando o Bolsonaro ganhou, eu fiz um *tweet*. Os caminhoneiros estavam em greve, ou estavam fazendo manifestação, que é natural – manifestação é de livre e espontânea vontade –, e eu fui retirada do Twitter por ter escrito o seguinte: "Parabéns, caminhoneiros. Permaneçam. Não esmoreçam".

Essa frase me tirou de todas as redes sociais, de 1º/11 até fevereiro do ano seguinte.

Quando voltei, eu voltei com muito menos alcance. Tem aqui meu alcance no Instagram, com o *shadowban*. No Instagram, por exemplo, eu alcançava, a cada sete dias... Pode ler aqui para mim, Flávio, quantas milhões de pessoas? Quantas milhões eu alcançava em sete dias?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Alcançava 62,1 milhões de pessoas.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Eu alcançava em sete dias isso, o que dá, em três meses – que é mais ou menos a conta que a gente faz –, 800 milhões de pessoas –; é lógico que, às vezes, repetidas. Hoje eu estou alcançando 7 milhões por semana, aliás, desculpe, 7 milhões por mês – por mês. Isso significa que eu estou alcançando menos de 10% do que eu alcançava antes dessa resolução.

Uma outra questão também que eu gostaria de destacar aqui, rapidamente, é esse conceito de "sabidamente inverídico". Perdoe-me só passar um pouquinho do tempo, mas o marco civil da internet não prevê, exclusivamente, a disponibilização de conteúdos; ele não prevê suspensão de perfis.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – E aí você tem aqui, por exemplo, no documento que eu trouxe para vocês, o que é sabidamente inverídico.

Eu, por exemplo, postei algumas questões durante a eleição, durante a candidatura, naquele período pré-eleitoral, o vínculo de partidos de esquerda com facções criminosas. E aqui eu tenho, por exemplo, várias informações de facções criminosas que têm relação hoje com o PT. Por exemplo, saiu agora no dia 10/04, agora de 2024: "Sócios de empresas de ônibus ligadas ao PCC doaram para o PT".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também postei a relação do Lula com a Nicarágua, e disseram que era sabidamente inverídico. Aí está aqui, olha: "Lula minimiza ditadura na Nicarágua e compara Ortega a Merkel"...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – ... no dia 23/11. Ou seja, foi dito que eu estava falando mentira, e não estava. Postei a posição de Lula sobre aborto, dizendo que ele é a favor do aborto, e, logo em seguida, em que ele tomou o poder, ele retirou a assinatura da Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família. E também falei do fim dos *apps* no Brasil.

Agora, eu queria dizer só o seguinte, para finalizar: que o fim dos *apps* no Brasil... A gente já vê, por exemplo, o Ministério Público tentando tirar o aplicativo Twitter aqui do Brasil; a gente vê, por exemplo, o Ministério Público de São Paulo... Até queria pedir ao Senador Girão que convidasse o advogado Rafael Batista, que trabalha no Twitter – no X agora –, para que ele possa falar, porque ele foi coagido várias vezes pelo MP de São Paulo, e ele precisa estar aqui.

Uma outra atitude que a gente tem que tomar, Marcel, é, instantaneamente, a gente colocar a CPI do abuso de autoridade. É algo necessário, porque tudo isso que está acontecendo é abuso de autoridade.

E aqui, por fim, os países onde o X – Twitter – é proibido por ordem judicial: China, Irã, Myanmar, Coreia do Norte, Rússia e Turcomenistão – eu nem sabia que esse país existia. São esses países onde o X não existe. Imagine só que a gente está prestes a talvez perder aqui no Brasil.

Então, parabenizo a todos. Obrigada, Senador. E a gente precisa de verdade voltar a ter liberdade de expressão no Brasil.

Muito obrigada, Michael, pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Deputada Carla Zambelli. Sempre uma batalha. Nós vamos vencer essa batalha no final, sem dúvida.

Antes de passar a palavra agora para o público, também tem o Deputado van Hattem, eu gostaria de trazer aqui alguns comentários e questões que foram colocados através do e-Cidadania. Aliás, aproveito para agradecer a todos aqueles que estão nos acompanhando através das redes do Senado, através da TV Senado, enviando suas questões.

Então, eu vou começar com alguns comentários do Renato, do Paraná: "Sou favorável ao modelo europeu de fiscalização das redes, pois muitas são utilizadas para promover autocracias disfarçadas de democracias".

Jorge, do Mato Grosso: "Acredito que [...] deva [...] [haver a identificação do usuário nas redes sociais]. [...] [O conteúdo publicado] é responsabilidade do usuário e não da [...] [plataforma].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nanci, do Distrito Federal: "A liberdade de expressão é um direito. Assim, cada um deve arcar com o que publica, seguindo as leis. Não cabe ao Estado interferir".

Tiago, do Rio de Janeiro: "Sou a favor da interferência das autoridades brasileiras [...] [em plataformas que são utilizadas em] diversos crimes. [...] [É necessário haver] regras".

E é importante trazer todas as opiniões.

Algumas das perguntas que eu vou colocar aqui do e-Cidadania, depois eu posso convidar os nossos Deputados, Senadores aqui presentes e o Michael também, se quiserem responder a essas perguntas com a participação, seria interessante.

Fredjoger, do Rio de Janeiro: "Como poderemos resguardar os interesses da sociedade brasileira sem nos misturar com os interesses políticos dos governos transitórios?".

Samuel, de São Paulo: "Nossa legislação já prevê a responsabilização por [crimes como] *fake news*, calúnia, difamação [...]. Por que uma nova [...] [regulamentação] é necessária?".

Cláudio, do Rio de Janeiro: "Como pautar a regulação das plataformas, se a maioria dos crimes contra a humanidade acontecem na *deep web* e na *dark web*?".

Elinis, de São Paulo: "Se houver provas que a Constituição foi ferida, qual será o procedimento?".

Denilce, do Mato Grosso: "Quem vai definir o que é verdade ou não? O que é *fake news* [afinal de contas]?".

Marcos, do Espírito Santo: "Qual a proposta legislativa que, com eficácia, pode evitar que os algoritmos das redes sociais prendam o usuário em bolhas de informação?".

Sidney, do Rio de Janeiro: "Como é possível determinar o que é ataque à democracia no âmbito virtual? Quais os critérios que diferenciam uma mera crítica de um ataque?".

Walber, do Maranhão: "Como assegurar a segurança nacional, liberdade de expressão e privacidade dos usuários nas redes sociais após as denúncias do Twitter Files?".

Mauro, de São Paulo: "Em nossa Constituição, consta que o Poder legislador é a Câmara e o Senado Federal. Por que esse excesso de ingerência pelo STF?".

São as perguntas que foram recebidas pelo e-Cidadania. Agradeço a todos que enviaram as perguntas. Eu abro, mas antes de...

Nós temos aqui também o ex-Deputado Paulo Fernando, que está aqui conosco. Gostaria de pedir, já que é uma participação pública, para o ex-Deputado colocar a sua opinião.

Por favor, tem cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO FERNANDO MELO DA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero cumprimentar meu amigo Senador Magno Malta pela iniciativa, o Deputado Marcel van Hattem, na pessoa de todos os jornalistas que defendem a liberdade do Brasil.

A mentira, *fake news*, pode prestar serviço a uma ideologia, a uma causa, a um partido. A verdade pode, inicialmente, não conseguir as primeiras vitórias, porém, a última sempre lhe pertence. Lá, nós estamos discutindo, na nossa Casa, o PL 2.630, Deputada Carla Zambelli, se há limites aceitáveis para a regulação estatal a respeito das redes sociais, principalmente sob a ótica dos direitos individuais e liberdades do cidadão e a manutenção do Estado democrático de direito. Então, veja, meu caro Senador, meu colega de partido, Astronauta Marcos Pontes: é plausível alguém defender e postar que o homem não foi à lua ou alguém, na revisão histórica, tentar reescrever a história da Guerra do Paraguai?

E aí tem o nosso papel aqui como legislador, na Câmara e no Senado. Eu apresentei dois projetos, o 3.286 e o 2.462, de 2023, alterando a Lei 1.079, de 1950, que é a Lei do Impeachment, é uma lei antiga. Quando Getúlio Vargas, ditador, vai para o autoexílio e é pretenso candidato em 1950, a oposição aprova uma lei sobre os abusos que poderiam ser cometidos, a famosa Lei do Impeachment. E, naquela oportunidade, não havia a figura do Vice-Presidente da República, o substituto do Presidente era o Presidente do Senado, razão pela qual, quando a Câmara autorizava o julgamento do Presidente da República, era competência do Presidente do Supremo presidir a sessão do julgamento, já que o Presidente do Senado era parte interessada, porque era o substituto eventual. E, de lá para cá, compete ao Supremo julgar os Senadores e compete aos Senadores julgar o Supremo.

Então, parece-me uma coisa obsoleta, Senador Bolsonaro, que uma única pessoa, o Presidente do Senado, de maneira monocrática, possa despachar o arquivamento de um pedido de *impeachment* do Presidente do Supremo ou, na nossa Casa, que monocraticamente o Presidente da Câmara possa decidir sozinho sobre um pedido de *impeachment*, razão pela qual esses projetos visam ao seguinte: que caiba recurso de um décimo dos Deputados no pedido de *impeachment* do Presidente da República ou, aqui no Senado, que caiba recurso de um décimo dos Senadores ao Plenário. E, se porventura o Presidente da Câmara ou o Presidente do Senado não despachar sobre a matéria, que ela tranque a pauta da Casa, assim como é feito na questão da medida provisória.

De tal maneira, queria cumprimentar os jornalistas pela coragem do posicionamento e também porque eles andam sem segurança e sem colete à prova de bala.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Deputado Paulo Fernando.

Eu passo a palavra agora ao... Por favor, Deputada Carla Zambelli, para comentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Pela ordem.) – É só uma questão de ordem, porque eu falei da resolução de 2024 e eu acho que o Senado e a Câmara precisam ficar muito atentos a isso, porque, primeiro, estão passando por cima de legislação e, segundo, está muito mais grave que a resolução de 2022, Marcel, por exemplo, eles dizem o seguinte: que, para poder classificar – eu acabei de falar sobre conteúdos verídicos ou inverídicos, o Fernando também – o que é verdade ou não, essa fonte fidedigna tem que ter firmado um termo de cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral e eles mesmos vão escolher quem vai determinar o que é verdade ou não. É pior ainda do que o PL 2.630. Esse descumprimento também... Por exemplo, é dever do provedor aplicar de internet para impedir ou diminuir a circulação de fatos inverídicos, ou seja, quando tiver algum fato inverídico, o X, o Facebook, o Instagram, etc, vão ter que obrigatoriamente diminuir a circulação, vão ter que impedir a monetização ou o impulsionamento.

A elaboração, a aplicação de termos de uso e de políticas de conteúdos compatíveis com esse objetivo – e aí o Elon Musk falou sobre isso – também vai ser determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral. O provedor de aplicação, por exemplo, que detectar o conteúdo ilícito vai ter que adotar providências imediatas e eficazes para cessar o impulsionamento e o acesso ao conteúdo, ou seja, ele vai obrigar as redes a tirar isso daí. E mais uma obrigação: ele vai obrigar as redes a divulgar propaganda eleitoral oficial – vai obrigar.

Outra coisa também: quando tiver qualquer coisa de função, de alguma função que tenha que tirar do ar ou alguma coisa nesse sentido, vai ser feito de ofício, com poder de polícia então, nas ações eleitorais.

E tem um detalhe, é engraçado quando as pessoas, eu dou risada quando as pessoas, por exemplo, dizem: "Ah, eu acho que o Estado tem que influenciar na rede social"; até o dia em que o Estado achar que você que está falando isso está falando inverdade. Então, assim, a gente não está defendendo aqui que a direita tenha liberdade de expressão; a gente está defendendo que todos tenham liberdade de expressão. É o mesmo caso, por exemplo, do Escola sem Partido, Senador. Por exemplo, a gente acha que escola sem partido é o professor poder chegar e falar assim: "Olha, nem falar de Lula e nem falar de Bolsonaro". Ele está lá para dar aula. E aqui é a mesma coisa, a gente está defendendo que todos possam falar o que quiser.

E a gente tem formas, por exemplo, danos morais, fazer um outro tipo de ação contra essa pessoa. Nós temos já mecanismos na nossa Constituição, Michael. Não precisa desse tipo de resolução, passando por cima da lei.

Por isso é tão importante também a CPI de Abuso de Autoridade do Marcel Van Hattem.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Deputada Carla Zambelli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida nenhuma... Aliás, enquanto a senhora falava, eu estava aqui imaginando: todos os Estados totalitários, autoritários, o que é que eles fazem? Eles controlam a comunicação, eles determinam o que pode ou não ser colocado, positiva ou negativamente. E isso é inaceitável num país que se diz democrático, como o nosso, de regime democrático.

Pois não, Michael.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – Eu ia dizer uma coisa, porque eu acho que o senhor ofereceu o caso da teoria de conspiração sobre se o homem chegou à Lua ou não. A gente deixa essas teorias, não é? Existe um discurso muito grande agora, nos Estados Unidos, sobre os extraterrestres, os UFOs, e não tem censura nenhuma disso. Por quê? É claro que muita informação não é certa, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – É, mas ninguém quer censura. Por quê? Porque não tem nenhum efeito político.

E principalmente a informação que eles queriam censurar não era somente desinformação, mas era informação que ajudava os políticos populistas. Essa era a coisa que tudo tinha em comum, eram os movimentos populistas. Até nas poucas vezes em que a esquerda radical foi censurada, nos últimos anos, era um grupo de comunistas negros nos Estados Unidos, e eu acho esse grupo aqui no Brasil, os esquerdistas censurados. Como se chama? Partido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Não, os esquerdistas que foram censurados?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – O PCO.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – PCO.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – PCO (Partido da Causa Operária).

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER – Os dois eram muito populistas.

Eu acho que isso é muito importante entender.

O objetivo deles não é de censurar a desinformação; é de censurar informação, inclusive informação correta, mas que eles acham que ajuda as causas populistas.

Por exemplo, eles decidiram censurar informação correta sobre a possibilidade de que o covid tinha origem em laboratório da China. Isso, eles censuraram. Por quê? Porque se criariam dúvidas sobre as instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a maioria das pessoas nos Estados Unidos pensa que veio de um laboratório.

Eu acho a diferença muito importante. A gente não deve concordar com a ideia de que eles querem informação certa. Eles querem reprimir a informação que eles pensam que ajuda as causas populistas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só para colocar a frase dita pelo Presidente do TSE, Ministro Alexandre de Moraes, que se pronunciou hoje, após tudo o que está acontecendo, no escândalo dos arquivos do Twitter. Ele falou o seguinte: "Alienígenas vieram aprender e ganharam conhecimento da coragem e seriedade do Judiciário brasileiro".

É um tom, um tipo de colocação... Com todo respeito à pessoa, digo com todo respeito, porque, sinceramente, eu e minha família oramos, quase todos os dias, pelas autoridades. Inclusive, os Ministros do Supremo têm o seu papel a cumprir, como nós temos o nosso. Falar de coragem e seriedade... É para isso que os Ministros do Supremo estão lá? É para ter coragem e seriedade? É isso? Ou é para cumprir a Constituição brasileira, que está sendo violada?

Este é o grande questionamento: onde é que nós vamos parar com tudo o que está acontecendo no Brasil? A pergunta que fica: onde é que nós vamos parar?

Essa questão de UFO, eu estudo isso também. Já fizemos audiência aqui no Senado, inclusive com generais vindos do Reino Unido e dos Estados Unidos. Os arquivos estão sendo liberados, lá nos Estados Unidos. O Governo americano está abrindo os arquivos. Isso é uma pesquisa, uma coisa que não é brincadeira também.

Eu defendo claramente o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. Tem muitos pedidos.

E a gente precisa, o Senado precisa, de acordo com que nós estamos vendo, não apenas neste caso...

Há o inquérito das *fake news*, que começou de forma completamente irregular, sem a PGR fazer a sua... Aliás, pedindo o arquivamento. É um inquérito que não tem fim. Ele mesmo julga. Isso não está no ordenamento jurídico brasileiro.

Então, o Senado...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. *Fora do microfone*.) – Que se diz vítima...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que se diz vítima. Enfim, é o julgador, é o dono da bola. Um detalhe: só vai conservador lá para dentro. A caçada é implacável, só para um espectro político e ideológico.

Enfim, mas obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Girão.

Senador Flávio Bolsonaro? (*Pausa.*)

Eu gostaria, nesta parte da participação pública, de convidar o Dr. Ezequiel Silveira, para a sua participação, por cinco minutos.

O SR. EZEQUIEL SILVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento todos, em especial o convidado, o Sr. Michael Schellenberger, na pessoa de quem cumprimento os demais presentes.

Meu nome é Ezequiel Silveira, eu sou advogado de dezenas de réus do 8 de janeiro e advogado da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro, que é uma ONG, *ONG*, acho que o Schellenberger vai entender melhor.

O 8 de janeiro tem tudo a ver com a liberdade de expressão, porque foi o ataque à liberdade de expressão que levou às manifestações que culminaram no 8 de janeiro. Depois, o que aconteceu ali, dos infiltrados, a baderna, isso aí a gente pode discutir, mas a gênese do problema foi a censura que foi provocada pelo TSE, durante o período eleitoral, que levou a um desequilíbrio na corrida eleitoral.

Aqui relato uma experiência pessoal. Naquele dia 20 de outubro de 2022, quando o TSE prolatou aquele voto pela censura, naquele voto envergonhado da Ministra Cármen Lúcia, em que disse ali que a censura poderia, mas, só excepcionalmente... Eu não dormi naquele dia, Senador Girão. Eu fiquei mal, porque eu fiquei imaginando em que país meus filhos viveriam, em que país nós viveríamos no futuro, sendo que a Suprema Corte, os Ministros da Suprema Corte, ali naquele julgamento, estavam autorizando que acontecesse uma censura durante um período de tempo.

Aí o que eu fiz? No dia seguinte, eu peguei uma cópia minha da Constituição Federal, uma velha que eu tenho lá, um megafone e, durante dez dias, eu fiquei sozinho, ali na frente do Supremo Tribunal Federal, lendo a Constituição para o Supremo Tribunal Federal, porque, aparentemente, eles haviam esquecido. Mas eu, sinceramente, não imaginava que essa situação escalaria e chegaríamos onde estamos hoje.

Durante quase esse um ano e meio em que nós estamos lutando pela justiça, por essas pessoas, nós visitamos Parlamentares, participamos de outras audiências públicas como esta, e tivemos algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vitórias, mas, infelizmente, não foram vitórias suficientes para evitar, por exemplo, a morte do Clezão, o Cleriston, que faleceu na prisão.

Então, eu fico feliz que hoje nós estejamos aqui debatendo não as consequências do 8 de Janeiro, mas a causa de tudo isso que nós estamos vivendo, que é a censura e o ataque à liberdade de expressão que nós estamos vivendo no Brasil.

Durante esse período, durante esse um ano e meio, também nós nos questionamos, e aqui houve um alinhamento de pensamento com o Senador Girão, porque a gente fazia essas preces, essas orações. Meu Deus, o que será preciso acontecer para que a gente mude essa realidade, porque o que nós podemos fazer, o que os Parlamentares podem fazer, nós estamos fazendo, denunciando, divulgando...

Agora, nós ficamos felizes, porque vocês – o Sr. Michael Schellenberger, o David Ágape, o Eli Vieira, o Elon Musk – têm sido esses agentes catalizadores de mudança que nós precisamos nesse cenário político da nossa nação, e a população brasileira aplaude a sua coragem.

Por fim, eu finalizo fazendo alguns apelos em nome das mais de 2 mil pessoas, cidadãos brasileiros, que estão sendo perseguidos pelo Estado brasileiro, em virtude do 8 de janeiro.

Primeiro, Sr. Michael, eu peço que vocês se aprofundem mais e divulguem as aberrações jurídicas e violações de direitos humanos a que estas pessoas estão sendo submetidas pelo Supremo Tribunal Federal, capitaneado pelo Ministro Alexandre de Moraes. Nós temos um relatório da associação, inclusive nós pagamos uma tradução juramentada, temos a versão em inglês, que podemos fornecer para que haja divulgação dessas situações.

Também gostaria de solicitar o seu apoio, dos Parlamentares e de toda a sociedade brasileira aos projetos de lei de anistia aos presos políticos, porque já há alguns tramitando aqui nesta Casa e na Câmara Federal. Esta semana nós também lançamos uma campanha de um projeto de lei de anistia de iniciativa popular. Inclusive, nós a apelidamos de Projeto Lei Cleriston da Cunha, em homenagem ao Clezão, que faleceu. E nós já temos milhares de pessoas em todo o Brasil coletando essas assinaturas.

E queria aqui solicitar o apoio, por exemplo, na manifestação do dia 21 de abril. Senador Flávio, se puder nos ajudar divulgando essa iniciativa, para que mais pessoas assinem, e nós possamos mostrar que a sociedade tem interesse nessa pauta. E nós temos um WhatsApp da associação, no qual nós divulgamos... para que as pessoas entrem em contato para pegar os formulários para assinatura. A Meta acabou de derrubar o WhatsApp da associação. Está aqui. Quem quiser ver... Foi derrubado. Então, existe, sim, uma relação profunda.

E finalizo fazendo um último apelo: gostaria de solicitar aos Parlamentares que nós realizássemos também uma outra audiência pública, nesta Casa ou na Câmara, para debatermos sobre os motivos pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais a aprovação de um projeto de lei de anistia seria a solução para boa parte dos problemas que nós temos enfrentado e também serviria como instrumento para a pacificação social.

É isso. Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Ezequiel Silveira. Vou pedir para anotar, para a gente considerar esse pedido de audiência também. Agradeço o seu trabalho.

E nós estamos chegando aqui ao final. Vou pedir, então, para o nosso Deputado Van Hattem fazer as suas considerações.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcos Pontes. Eu quero... Vou tentar ser breve, inclusive, pelo adiantado da hora.

Nós estamos aqui – para que tenhamos noção das horas, que passam sem que percebamos – há quase cinco horas debatendo esse tema aqui no Senado. Uma audiência pública rica em informação, em debate e em posicionamento de todos aqueles que são a favor das liberdades no Brasil. Eu queria até começar lamentando o fato de não termos ninguém da esquerda vindo aqui debater liberdade. Gostam tanto de falar que são a favor de liberdade, liberdade, etc., mas, na hora em que se realiza uma audiência pública como esta, não aparecem.

Inclusive queremos ver, porque aprovamos na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para semana que vem, uma audiência pública semelhante a esta, mas com a participação também de um representante do Twitter, com o Glenn Greenwald também e mais uma, indicada pela esquerda, cujo nome agora não me ocorre. E espero que lá, pelo menos, haja esse contraponto; até porque foi uma indicação vinda de lá, e o Glenn Greenwald, apesar de não ter vindo de lá, também é identificado com a esquerda há muitos anos. Espero também que ele aceite o convite, assim como o Michael Shellenberger, que não estará mais no Brasil, mas poderá participar *online* na semana que vem.

Eu quero fazer aqui uma menção muito especial ao Michael por ter atendido ao nosso convite para ficar no Brasil. Ele estava com viagem marcada no domingo passado para voltar aos Estados Unidos – porque nada disso, obviamente, estava previsto – e ele deixou de retornar para o país para ficar uma semana a mais no Brasil. Foi a São Paulo, passou na imprensa, vários órgãos de comunicação. Veio a Brasília falar conosco para trazer a informação, para falar sobre o assunto.

E eu disse para ele mais cedo e vou repetir aqui que o fato de ele estar se tornando um herói aqui fazendo jornalismo no Brasil, sendo estrangeiro, é porque estamos em falta de bons jornalistas aqui no Brasil. Aliás, talvez não em falta de bons jornalistas, porque temos muitos bons jornalistas, incluindo os dois que ajudaram o Michael no trabalho, foram fundamentais, que foram o Eli e o David, que falou mais cedo. Mas porque muitos jornalistas bons no Brasil já não conseguem mais falar, não têm mais espaço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos meios tradicionais e mesmo na internet não conseguem trabalhar profissionalmente e acabam buscando outras profissões em vez de trabalhar naquela que é a sua vocação. Isso é muito triste para um país que precisa ter informação séria. Precisa ter verdades publicadas, fatos checados.

Inclusive, quando se fala em combate a *fake news*, combate à mentira, eu costumo dizer que o maior antídoto à mentira não é a força, não é a censura, não é a perseguição. O maior antídoto à mentira é a verdade, é apresentar os fatos, debater. E eventualmente, quando reconheçamos que estamos nós errados, pedir desculpas, mudar de rumo. Faz parte da vida humana ser humilde para dizer: "Eu errei, reconheço, aqui está a nova informação que me foi apresentada e por isso estou agora seguindo um novo rumo na minha defesa".

A boa notícia, no entanto, é que, apesar de todas as dificuldades que estamos enfrentando no Brasil, já não me lembro mais de qual foi o Senador que usou a palavra esperança aqui, mas realmente esperança foi o que ressurgiu após o seu trabalho, Michael, após a publicação dos Twitter Files e, obviamente, em particular, após a entrada de Elon Musk nessa discussão. Uma entrada, diga-se, não de passagem; uma entrada na discussão desinteressado no lucro. Muito antes, pelo contrário, porque ele antecipou na sua primeira manifestação que, se descumprisse as ordens judiciais ilegais e inconstitucionais do Supremo Tribunal Federal, a empresa correria sérios riscos de sofrer pesadas penalidades e de ter de fechar as suas portas.

E qual não foi a surpresa, na verdade não foi surpresa, quando o Ministro Alexandre de Moraes, no último domingo à noite, decidiu que a empresa sofreria sanções, penalidades de US$20 mil por perfil, ou R$100 mil, por perfil desbloqueado por dia, se descumprisse suas ordens judiciais ilegais e inconstitucionais.

Importante ressaltar que a própria ordem judicial do Ministro Alexandre de Moraes é completamente sem fundamento, porque ela ataca manifestações também do Elon Musk no Twitter, mas não fatos concretos, porque ele só disse que iria desbloquear, mas não havia desbloqueado de fato, até aquele momento. O que significa que a própria ordem do Ministro Alexandre de Moraes é ilegal também, é inconstitucional e sem fundamentação.

Mas, como eu dizia, além da esperança, há fatos concretos em que agora nós podemos nos basear internacionalmente. A ditadura está exposta. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Flávio, não podem mais viajar ao mundo, Carla, chegar a Paris, a Lisboa, a Massachusetts, aonde quer que seja, dizendo que são defensores da democracia e da liberdade, porque agora está claro para o mundo todo quem eles realmente são: tiranos, ditadores! E terão agora de arcar com a consequência desses seus atos, Paulo Fernando, e decidir se continuarão a ser vistos internacionalmente como ditadores, ou se recuarão no consórcio formado, junto com o Partido dos Trabalhadores, junto com Lula e esse desgoverno autoritário, para voltar a dar paz aos brasileiros e fazer valer o *slogan* que Lula usa desde o primeiro dia, mas que é a maior *fake news* do Brasil: união e reconstrução. União com quem o PT está buscando? Nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sua base governista consegue união, que dirá com o povo brasileiro todo. Reconstrução? Não vou nem adentrar a parte das liberdades que estamos perdendo, a economia indo abaixo, o déficit nas alturas, um absurdo o que esse Governo está fazendo, a volta da corrupção, e assim por diante. Esta é a reconstrução? A maior *fake news* hoje do Brasil é o *slogan* do Lula: união e reconstrução.

E o que o STF está fazendo a esse respeito? Já deu prazo de 48h para o Lula explicar o *slogan* mentiroso do PT? Nada, absolutamente nada!

E nós Parlamentares também, não só jornalistas, nos sentindo amordaçados. Em que lugar do mundo um Parlamento pode se sentir com medo de falar, de se pronunciar, de acusar o Poder Executivo ou o Judiciário, porque somos o órgão controlador da República? Eu respondo: nos lugares do mundo em que há ditadura.

E não adianta tapar o sol com a peneira, porque a esquerda marxista odeia Parlamentos. Está na gênese do marxismo chamar a democracia representativa de um instrumento da burguesia. Eu sei, é velha a palavra, é antiga, nem cabe nos tempos atuais, mas é velho e anacrônico o marxismo e a ideologia que dá sustentação a este Governo corrupto e incompetente.

E também os ditadores odeiam a imprensa livre, odeiam a opinião que lhes desagrade. No fundo, no fundo, odeiam o povo. Querem governar sozinhos, querem retirar a liberdade do cidadão, do mais simples, inclusive, Dr. Ezequiel, do que foi protestar com uma Bíblia, uma bandeira do Brasil, naquele dia, e jamais poderia imaginar que aconteceria um vandalismo daquele tipo. E a maioria sequer participou das ações, que devem, sim, ser reprovadas, quando envolvem agressão física ou depredação, mas a maioria sequer participou disso. Estavam ali, como você muito bem disse, e isso é fundamental entendermos, estavam ali porque também se sentiam reprimidos por não poderem dizer o óbvio, que a eleição foi desequilibrada para um lado, por força de vontades particulares dentro do TSE, do STF, no *establishment*, na imprensa, e assim por diante. Sentiam-se censurados, inclusive por não poder dizer o óbvio, que Lula é ladrão, Lula é corrupto, é chefe de organização criminosa. Nem os jornalistas da Jovem Pan, Michael, podiam dizer isso. Foram censurados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Mas ele nunca foi absolvido. Os processos foram anulados, mas o dinheiro foi encontrado. Os pedalinhos dos netos do Lula estavam lá, no sítio de Atibaia; a antena da Oi que foi colocada lá no sítio; tudo – corrupção –; o triplex e assim por diante. Tudo comprovado.

E o pior de tudo, Michael, é que o Marco Aurélio Mello, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, que esteve em Porto Alegre conosco no Fórum da Liberdade, o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi censurado na propaganda eleitoral do Bolsonaro apenas por – em uma entrevista que concedia a uma jornalista que não era da sua campanha, era de um programa jornalístico – ter dito o óbvio, que Lula não foi absolvido, que os seus processos apenas tinham voltado à estaca zero.

Por isso, senhoras e senhores, eu fico muito contente, no fundo, porque estamos agora, sim, finalmente saindo daquela situação em que achávamos que estávamos apenas acuados, perdendo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdades, porque um jornalista como Michael Shellenberger e os dois brasileiros que o auxiliaram, o David e o Eli, nos mostraram a luz no fim do túnel. Essa luz no fim do túnel significa defender incondicionalmente as nossas liberdades.

Se um americano decidiu ficar aqui no Brasil, esta semana, para nos auxiliar, mais motivação devemos ter, nós brasileiros, de defendermos o nosso país. Essa é a verdade. Nós temos essa responsabilidade. Como eu sempre digo, eu não quero viver em outro país, eu quero viver em outro Brasil, um Brasil verdadeiramente democrático, verdadeiramente livre, verdadeiramente justo, mas a responsabilidade de fazer deste meu país um Brasil melhor é minha sobretudo, com a ajuda desses amigos, mas é minha sobretudo, levando a informação para fora, os amigos que estão em Bruxelas, nós, que estivemos em Washington. É importantíssimo. Alguns caçoaram, diziam que era absurdo nós sairmos daqui para levar informação para fora. Os resultados, agora, estão felizmente aparecendo. Parabéns ao Senado da República, Senador Marcos Pontes, na sua pessoa e também na do Senador Magno Malta!

Em especial quero, para concluir, fazer uma referência que precisa ser feita, ao Senador Rogerio Marinho; ao Líder da oposição na Câmara, Filipe Barros; e à Líder da Minoria, Bia Kicis. Os três – no domingo ainda, quando Michael decidiu ficar no Brasil, aliás, no sábado à noite ainda, meia-noite, conversamos com Bia e Filipe Barros e, no domingo, junto com o Senador Rogerio Marinho – incondicionalmente, disseram: "Nós o receberemos em Brasília, bem receberemos, e queremos discutir esse tema". Em nenhum momento nos deixaram para trás. E aqui estamos, hoje, realizando esta belíssima audiência pública para voltar a dar esperança ao povo brasileiro de dias melhores.

Muito obrigado, Michael. Conte com a gente aqui também no Brasil! Você, com certeza, se já não era ou não se considerava, pode considerar-se – pelo menos informalmente, quem sabe um dia formalmente – cidadão honorário brasileiro. Conte conosco! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Deputado Marcel Van Hattem.

Senador Girão, com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Depois dessa fala do Marcel, acho que fica até complicado falar, porque ele se expressou, lavou a alma do brasileiro, mas eu queria relembrar um fato que aconteceu, é importante que se saiba. Teve uma reunião aqui, uma audiência pública nesta Casa, há cerca de um mês e meio, em que nós trouxemos um jornalista também. Na verdade, ele veio cobrir um evento em São Paulo, no dia 25 de fevereiro. O nome dele é Sérgio Tavares, lá de Lisboa, Portugal, e ele veio cobrir este evento. Foi constrangido no aeroporto de São Paulo, com uma série de perguntas políticas.

E nós fizemos uma sessão aqui para ouvir a Polícia Federal. A Polícia Federal sentou-se aqui – não pôde vir o Diretor-Geral, mas veio outro Diretor da Polícia Federal, o Rodrigo – e falou, revelou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicamente que foi um escândalo no dia; foi o assunto do dia. Ele disse que tinham dezenas de milhares de pessoas monitoradas pela Polícia Federal por suas opiniões. Isso é algo surreal. Ali acendeu o sinal de alerta, de amarelo, e veio o vermelho com essa revelação do Twitter Files.

Então, é muito importante lembrar disso. Nós vamos continuar, no limite das nossas forças, trabalhando e contando com a sua ajuda, contando com a ajuda das pessoas de bem. É hora de uma união verdadeira de brasileiros que tenham brio, de forma ordeira, pacífica e respeitosa, cobrar seus representantes, porque já deu uma ajuda fantástica. Por mais que você possa trazer novidades para a gente – você já deu uma ajuda fantástica –, cabe a nós, Parlamentares, sequenciar isso dia a dia, porque o clima no Brasil é um clima de medo da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só gostaria de acrescentar uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – ... que, talvez, tenha faltado no meu discurso – obviamente, porque eu sou da oposição e faz parte do *métier* falar como membro da oposição. Mas esse tema aqui vai além de direita e esquerda; esse tema aqui é Estado e cidadão, é tirania e liberdade. E eu espero que, em breve, pelo menos os nossos colegas mais à esquerda, pelo menos os que têm mais consciência, acordem para esse fato, porque a censura não escolhe ideologia; a censura quer só poder. E, quando ela é contra os seus adversários, pode até ser gostoso, mas, quando é contra si, é uma violência horrível.

Espero que todos os colegas Parlamentares da direita e da esquerda acordem. E por isso é importantíssimo que a CPI do abuso de autoridade, que propusemos na Câmara, comece logo seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Deputado.

Agora, eu gostaria de passar a palavra para o jornalista Michael Shellenberger, para suas considerações finais e pelo tempo que for necessário.

O SR. MICHAEL SHELLENBERGER (Para expor.) – Está bom. Por fim, muito obrigado a vocês. Essa foi uma experiência muito importante para mim e espero que seja o início. Eu gostaria de ter a informação que vocês ofereceram, e a gente pode ler muita informação. Então, não tenham medo de mandar informação demais. Os arquivos de Twitter são milhares de páginas, realmente. Mas eu sinto uma vinculação com vocês, os brasileiros. A gente é irmão espiritual, e espero por um novo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, jornalista, Dr. Michael Shellenberger.

Gostaria, finalmente, aqui de concluir dizendo o seguinte: nós passamos cinco horas, mais de cinco horas, falando a respeito de democracia, falando a respeito de liberdade. E, como foi ressaltado, nós não tivemos nenhum outro Parlamentar da esquerda aqui e seria muito importante a participação deles. Nós todos defendemos a democracia e é importante lembrar que a democracia disfarçada ou o autoritarismo disfarçado de democracia é muito perigoso e foi assim que a maior parte das ditaduras e regimes autoritários no planeta aconteceram. Que esta audiência sirva para abrir os olhos das pessoas que nos acompanharam durante este tempo todo.

Nós ouvimos os dados colocados, as evidências, pelo jornalista David Ágape aqui; nós ouvimos os dados colocados pelo jornalista Michael Shellenberger; nós ouvimos Parlamentares falando com dados, Senador Girão; nós ouvimos a população, ouvimos a favor e contra, como tem que ser a liberdade, como tem que ser e tem que se defender esse tipo de tratamento da liberdade. Existe o contraditório e esse contraditório tem que ser aceito. O que é democrático é bom lembrar novamente. Art. 1º da Constituição, parágrafo único: "Todo o poder emana do povo, que o exerce [...] [através dos seus representantes ou de forma direta]". E é isso que a gente está fazendo aqui para defender os interesses da democracia verdadeira que são também, entre os pilares: vida, como tenho falado; proteção da propriedade; liberdade, liberdade, liberdade. Sem liberdade... Liberdade é fácil de perder e difícil de conquistar. Então, é importante que todos que participaram estejam bem cientes disso. E a gente espera que os Parlamentares que não vieram, principalmente aqueles que defendem, que acham que estão muito a favor ou muito tranquilos agora, saibam que isso atinge a todos nós. Perder a liberdade não é o que a gente quer neste país.

Então, novamente, obrigado a todos aqueles que nos acompanharam virtualmente, nos acompanharam pela TV Senado, nos acompanharam aqui também presencialmente; a todos os Parlamentares que participaram. Muito obrigado a todos. Parabéns, Senador Magno Malta, por ter convocado esta reunião. E, novamente, muito obrigado ao Michael aqui conosco, ao David, que já não está mais, e a todos aqueles que defendem a democracia. Obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Romário e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Carlos Portinho e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Sérgio Petecão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2024 - CEsp, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), e REQ 4/2024 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Debater a informação sobre a manipulação de resultados no campeonato brasileiro de 2023. **Participantes:** Sr. Thierry Hassanaly, CEO da empresa Good Game!; e Sr. Pierre Sallet, Fundador da empresa Good Game!. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5980, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para prever como questão de relevância nacional a candidatura do Brasil para sediar eventos desportivos de grande porte e caráter internacional, cuja realização implique expressivo gasto de recursos públicos, nos termos do regulamento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 268, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para coibir a prática de intimidação sistemática (bullying) no esporte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de março de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de março de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: primeira, audiência pública interativa; e, segunda, deliberativa.

Esta parte se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater a informação sobre a manipulação de resultados no Campeonato Brasileiro de 2023, em atenção ao Requerimento 1, de 2024, da CEsp, de autoria dos Senadores Eduardo Girão e Carlos Portinho, e Requerimento 4, de 2024, da CEsp, de autoria do Senador Carlos Portinho.

Antes de começar, eu quero dizer que...

Só um minuto. (*Pausa.*)

Como a gente tem feito aqui ultimamente, o autor do requerimento é a pessoa que vai presidir esta audiência pública.

Eu gostaria de chamar aqui, para presidir esta audiência pública de hoje, o Senador Eduardo Girão, mas antes eu gostaria de convidar o seguinte convidado: Sr. Thierry Hassanaly, CEO da empresa Good Game, que participará por videoconferência.

Informo também que foram convidados o Sr. Lane Gaviolle, Presidente do Tombense Futebol Clube, e o Sr. Getúlio Marques Castilho, Presidente do Londrina Esporte Clube, que não puderam comparecer a esta audiência por motivo de saúde e de viagem, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

V. Exa., Senador Eduardo Girão, por favor, para presidir esta audiência pública. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paz e bem, senhoras e senhores presentes aqui nesta sessão, meu querido amigo Senador Jorge Kajuru, um incansável defensor, aqui no Senado Federal, do que é correto.

Eu quero celebrar também aqui o nosso Presidente, o primeiro Presidente que entra para a história da Comissão de Esporte do Senado Federal, o Senador Romário, homem também de causas desta Casa revisora da República, causas sempre nobres, e todos vocês que vieram acompanhar, o Brasil que está nos assistindo agora, porque, afinal de contas, Senador Kajuru, nós estamos tratando da paixão nacional, da maior paixão nacional, e nós somos desportistas, amamos o futebol e amamos o que é correto.

A gente está muito preocupado, neste momento, com o que estamos vivenciando aqui no Brasil. A aprovação da loteria de aposta de quota fixa em nosso país, por meio da Lei 13.756, de 2018, provocou uma explosão desordenada e perigosa, do ponto de vista da saúde pública, dos jogos de apostas esportivas *online*. Na esteira da entrada em vigor da lei, o ambiente virtual transformou-se em uma espécie de terra sem lei, onde reinam não apenas as por si sinistras apostas esportivas, mas também uma série de jogos ilegais e outras atividades fraudulentas.

Pior ainda, no meu modo de entender – respeito quem pensa diferente, e isso é uma tragédia anunciada –, quando foram incluídos além dos jogos de apostas em eventos esportivos reais também aqueles em eventos virtuais, jogos *online* como tigrinho, aviãozinho, máquina caça-níquel, entre outros jogos de cassino. Tal manobra, reprovável, lá na Câmara dos Deputados, principalmente, recolocou o que o Senado tirou, ou seja, esses tipos de jogos de alto poder viciante e que têm causado verdadeiras tragédias no seio da nossa sociedade. Estamos falando de um aumento vertiginoso de suicídios entre a população mais jovem, de consideradas perdas patrimoniais, principalmente entre os pobres e idosos. Matéria do *Estadão* afirmou que, em média, mais de R$100 do Bolsa Família já estão sendo gastos com jogos *online*, Senador Kajuru, mas não há como fiscalizar os componentes eletrônicos, os *softwares* que estão sediados fora do país e são programados artificialmente para gerar lucro quase exclusivamente para a banca de apostas.

Por outro lado, a quantidade de publicidade de casas de apostas em arenas esportivas tem sido uma verdadeira lavagem cerebral. Além disso, influenciadores digitais, atletas, artistas, comentaristas de rádio e televisão "vendem", entre aspas, essas casas de apostas para os seus milhares, senão milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguidores. Assistir ao futebol hoje, eu, que procuro não perder jogos sempre que posso, é meu *hobby*, é complicado. Usam até a palavra "profetizar", "profetize", quer dizer, é uma usurpação de um termo até religioso que está sendo banalizado para ganhar dinheiro. Mesmo nos jogos reais de eventos esportivos dos quais estamos tratando aqui nesta audiência, os riscos de manipulação de resultados são enormes e vêm, cada vez mais, retirando o brilho do esporte. Esse é o problema principalmente no futebol, atividade que é paixão nacional.

Então, o que a gente tem visto ultimamente, Senador Romário, e que me preocupa, é se a gente está vendo aquele jogo real mesmo ou se é tudo combinado, um jogo de comadre, para beneficiar alguém. Isso é muito preocupante sob todos os aspectos e tira a essência do futebol. Notícias veiculadas na imprensa comprovam cada vez mais a ação de organizações criminosas no mundo das apostas esportivas, em especial aquelas feitas de forma remota, *online*. Dessa vez, as fraudes que estão sendo investigadas pelo Gaeco, que é o grupo especializado de combate ao crime organizado, do Ministério Público do Estado de Goiás, terra do nosso Kajuru, o Kajuru ama, na operação Penalidade Máxima, teriam acontecido nas Séries B de bola, C de casa, D de dado e até na Série A de amor do Campeonato Brasileiro de Futebol, primeira divisão.

O Brasil foi o país com mais jogos suspeitos de manipulação de resultados no mundo, em 2022, com 152 eventos esportivos – olha só, 152 eventos esportivos –, 139 partidas de futebol. Estou com esse mapa, aqui, que mostra a suspeita – Senador Portinho, também autor desta audiência – de manipulação. No Brasil, de 152 jogos, só de futebol 139; Rússia, 92; República Tcheca, 56; Cazaquistão, 43; China, 41; Grécia, 40; Argentina, 39; Filipinas, 37; Polônia, 36; Tailândia, 35. A fonte disso aqui é o SportyTrader. O Brasil campeão, isso é uma vergonha! Onze atletas profissionais de futebol já foram punidos pela CBF e pela FIFA, seja no âmbito nacional, seja no âmbito mundial, com penas que variam da suspensão de praticar o esporte até o banimento definitivo do futebol. Além deles, há outras dezenas de jogadores sendo investigados.

A jogatina está diretamente ligada ao que existe de mais perigoso. Estudos publicados no jornal *The New York Times* apontam que entre 50% e 80% dos ludopatas pensaram em tentar o suicídio – a média da população é de 5%, mais do que dez vezes mais à daqui –, e entre 13% e 20% realmente tentaram ou conseguiram se matar. A média da população é 0,5%. É escandaloso isso.

A Organização Mundial de Saúde se manifestou no sentido de que a semelhança entre o vício em jogos e a dependência química é que ambos levam a comportamentos compulsivos. Isso quer dizer que a pessoa não consegue controlar por conta própria os seus impulsos, o que pode acarretar, como já dito, graves problemas financeiros, destruição da família, perda do emprego até o suicídio, ou seja, nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro – por isso que uma audiência dessas é muito importante para a gente procurar conter, ver o que pode fazer para assegurar, porque nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro do futebol, que é um patrimônio nacional. Além disso, ambos podem alterar a química do cérebro, no sentido de que evolui quando o usuário aumenta a dose, a aposta ou passa mais tempo consumindo o vício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, boa parte dos jogadores em tratamento por jogo compulsivo admitem cometer crimes para financiar seu vício ou pagar dívidas relacionadas ao jogo. A Polícia Federal, a Receita Federal, a PGR já afirmaram que os crimes de fraude, lavagem de dinheiro, peculato, falsificação, evasão fiscal e corrupção de agentes públicos predominam entre aqueles cujo emprego, *status* econômico apresentam oportunidade para tais crimes. Os adeptos da liberação de cassino – outro tipo de jogo de azar – fazem questão de passar bem ao largo, quando o assunto é o custo social da jogatina. Estudos realizados por pesquisador da Universidade Baylor, no Texas, anunciaram que cada dólar em benefícios criados pelo jogo resulta em enormes custos sociais, tanto para o Estado brasileiro quanto para a sociedade, como insegurança pública, saúde mental, previdência social, fiscalização, controle e necessidade de inovação tecnológica, entre outros.

Portanto, ao sugerir, em conjunto com o Senador Portinho, a quem rendo as homenagens, essa audiência pública, objetivamos debater essa matéria, sempre buscando conter os danos já causados e os que certamente se acumularão no futuro se nada for feito contra a oferta desses jogos pelas empresas que operam a loteria de cota fixa, bem como excluir do mercado verdadeiras facções criminosas que se autointitulam de empresas – essas mesmas que aliciam atletas, árbitros e treinadores para o cometimento de fraudes e sobrevivem lucrando sobre a tragédia humana.

Então, nós temos aqui algumas perguntas a fazer, mas vamos ouvir primeiro... Até agora, não chegou aqui ao plenário do Senado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, estou falando do Sr. John Textor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Quero só fazer um registro: tanto o CEO da Sociedade Anônima de Futebol Botafogo, o Dr. Thairo Arruda, quanto, ontem, pelo contato do clube direto a mim, através do Presidente Durcesio, eles me manifestaram que o Presidente da SAF, o John Textor, gostaria de estar presente nesta reunião, que pegaria um avião, fretaria um avião para vir até aqui. Então, quero registrar, primeiro, o esforço e o interesse do John Textor em participar dessa reunião.

Quero agradecer à equipe toda que preparou aqui o sistema, inclusive de tradução para nós, se necessário, e para os nossos espectadores, mas, como eu disse para o Romário, não há necessidade de vir assim de supetão. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso. O Senador Romário, com o apoio do Senador Kajuru, do Senador Girão, com o meu e de outros Senadores recolhemos as assinaturas e teremos a CPI da manipulação do futebol brasileiro – ou do esporte brasileiro, não sei como o Romário vai cunhar essa CPI, porque ela pode ter um espectro realmente amplo. Ela é essencial, ela é importante, ela mostra que o Senado não vai adormecer nesse tema, desde a lei das apostas, como a gente vem discutindo, a fiscalização se torna absolutamente necessária. E é nosso papel e dessa Comissão, especialmente, a fiscalização.

Então, hoje, a Good Game! vai fazer uma apresentação que ela já fez para a Federação do Rio, para a própria CBF, e a gente vai ter a oportunidade de entender a metodologia e a análise técnica que ela vai nos apresentar nessa reunião. Esse subsídio vai ser fundamental como ponto de partida, pedra fundamental, certamente, da CPI.

E, à CPI, já há a confirmação de que o Presidente da SAF Botafogo, John Textor, faz questão de comparecer, assim como o Sr. Thairo Arruda e outros – porque a gente vai convidar, e aqueles que não vierem à CPI a gente convoca.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Presidente do Tombense também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Oi?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Desculpe, Portinho, querido.

O Presidente do Tombense também já confirmou; e o Presidente do Londrina também será convidado, porque se confirmou manipulação de resultado com provas neste jogo da Série B do Campeonato Brasileiro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

E, lamentavelmente, aqui no Campeonato Brasileense, agora, há duas partidas já sob suspeita. E aí é o que disse o Romário, quando ele me pediu a assinatura – ele tem um argumento muito forte, ele é o dono desse argumento, mas eu vou aqui dar o *spoiler*: o que fazem as casas de aposta que se dizem vítimas? O que elas fazem quando elas veem um relatório que mostra mais de uma centena de jogos com suspeita de manipulação? Esse é um dos caminhos que eu acho que essa CPI tem que trilhar, e o Senador Romário certamente vai seguir esse rumo.

Então, só justificando aqui a ausência do Thairo e do Textor, mas há o compromisso de comparecerem à CPI voluntariamente, ambos, para nos subsidiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje nossos espectadores e nós vamos conhecer o estudo da Good Game! sobre o campeonato do ano passado, que vai servir de ponto de partida, certamente, para os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Carlos Portinho, outro idealista e que tem o esporte no DNA, tem muito carinho pelo que faz e muita competência.

Então, nosso convidado de hoje é o Sr. Thierry Hassanaly, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A quem eu agradeço antecipadamente a presença. Ele é CEO da empresa Good Game! Em entrevista, afirmou taxativamente que, após estudos, ele está 99% convencido de que alguns jogos do Brasileirão foram manipulados. Essa afirmação é gravíssima, mas não nos traz surpresas. Quem estuda o mundo da jogatina, como eu, há alguns anos, já sabe o quanto a realidade não é boa, é sombria.

Então, eu já passo a palavra aqui... Nós vamos ter tradução simultânea, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agradeço à equipe do Senado Federal, que vai fazer a tradução.

Eu passo a palavra para o Sr. Thierry Hassanaly, CEO da empresa Good Game!

Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem a palavra por 20 minutos... É isso, meu Presidente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quinze minutos, com a tolerância da Casa. Muito obrigado.

O SR. THIERRY HASSANALY (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – ... o convite, a oportunidade de participar, apresentar nossas análises e responder às perguntas sobre o tópico da manipulação no Brasil.

Eu estou aqui com Pierre Sallet, que é codirigente da associação, e vamos apresentar alguns eslaides sobre a classificação. Então, eu queria compartilhar a tela com vocês.

Rapidamente, um dado para começar e ter em mente, a amplitude do fenômeno que nós estamos enfrentando coletivamente, a quantidade de apostas reais no mercado é de US$1,7 trilhão por ano, é o tamanho do fenômeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas coisas a dizer sobre o Good Game!, para dizer que nós começamos com especialistas judiciários em 2012. Com essas investigações, nós criamos a sociedade em 2019 e nós produzimos o produto em 2021 sobre a manipulação das competições e o sistema em torno da análise da arbitragem e da manipulação de um lado. Nós monitoramos, depois de alguns anos, em *lives*, em vários esportes, vários *matches*, sete dias por semana. Nosso objetivo é aumentar essa fiscalização dessas apostas e dos próprios *matches*, em termos de *expertise* internacional legal, em nível científico.

Hoje, para lhes dar alguns exemplos de parceiros com quem trabalhamos, nós temos a federação esportiva, a polícia, os serviços de investigação, as agências de integridade, os clubes profissionais de esporte, a sociedade de apostas e a mídia, que está sempre interessada nesses tipos de fenômenos.

Então, como isso funciona?

Eu vou passar a palavra ao Pierre Sallet, que fundou a sociedade e pode falar um pouco mais sobre isso.

O SR. PIERRE SALLET (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – O que nós temos que compreender bem: para a população, o fenômeno da manipulação é muito pequeno, mas o fenômeno, na verdade, é muito grande. Então, quando a gente se pergunta: "Será que a manipulação existe?", em razão dos países – se formos à França ou a Marselha –, nós temos respostas diferentes. Talvez, no Brasil, nós tenhamos um exemplo muito específico de uma manipulação de apostas, mas, se eu dou um valor muito alto para ganhar esse jogo, será que nós podemos realmente ganhar o jogo? Não, não sabemos. O que nós podemos ver é que temos outras variáveis que são envolvidas.

Então, no que podemos nos basear? É uma realidade pensar que, se estamos numa grande competição internacional em torno do Estado, será que nós podemos reparar tudo que está sendo feito? Então, nós temos que verificar que, no caso de perda da manipulação, as pessoas já trazem respostas. Elas dizem: "Bom, eu vou fazer isso devagar, vou fazer isso a longo tempo". E nós sabemos, no presente, que nós temos que identificar esses elementos. E todo o nosso método é baseado na identificação das coisas que não vemos a olho nu e que precisam dessa *expertise* científica.

Existem dois pontos muito importantes às razões de manipulação do jogo. A primeira seria apenas esportiva, por exemplo, em pleno campeonato. Preciso de pontos para a minha equipe, para que ela continue e prossiga no campeonato. Então, a gente combina que vocês me deixem ganhar para que eu consiga fazer isso. Existe apenas uma razão esportiva, nesse caso. Do outro lado, existem fenômenos ligados às apostas esportivas, em que de fato nós vamos manipular esses jogos para ter ganhos financeiros. Claro, estamos falando aqui de casos que podem comportar os dois: manipulação esportiva e manipulação das apostas para fins de ganhos financeiros.

Para lhes dar uma ideia da amplitude do fenômeno, nós podemos ter cerca de 100 mil euros que foram colocados, e o ganho em cima desse jogo foi de 6 milhões, direto. Então, nós temos que compreender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o tamanho desse fenômeno e que todas as organizações criminais são um elemento muito importante nesse caso.

Para falar um pouco do sistema, nós não podemos verificar tudo, nós temos alguns vídeos e isso é baseado na ciência, o que quer dizer que não há interpretações. Nós observamos ângulos, forças, distâncias, etc., que vão mostrar que a partida está sendo anormal. Atualmente, nós temos formas cientificamente comprovadas e um dossiê de validação científica, em que a gente pode ter cerca de 97% de certeza com o sistema que nós produzimos.

No presente, nós vamos verificar que o nosso método é um dos únicos que funciona realmente em termos de identificação de partidas manipuladas. Existem três métodos de análise estatística e é por isso que nós temos a necessidade de um banco de dados. E, se falamos, por exemplo, de cinco bolas no terreno que são perdidas durante essa partida *versus* dez, nós podemos mostrar na Justiça com uma afirmativa subjetiva que existe uma intervenção.

Atualmente, o método de referência se baseia na variação e é um método extremamente limitado que não permite a identificação certa dessas manipulações de partida. A única forma de detecção direta de vídeos é a nossa, em que nós podemos verificar o que está acontecendo no campo – e apenas no campo – de maneira objetiva.

Então, o que temos que compreender é que não há muitos estudos científicos em torno desse tópico. Nós temos algumas pesquisas publicadas em jornais, mas existe um estudo de 2010 que é referência, e que fala da detecção e do método de referência atualmente implicado, e que diz que, quando nós falamos das partidas manipuladas de 150, nós temos 200 em cooperação que são normais e que podem ser efetivamente tratadas como tal, e aí podemos observar os fenômenos massivos de manipulação nas outras 150.

O que nós vamos explicar aqui são as razões pelas quais o método de detecção atual tem suas limitações e por que essa detecção não é feita 100%.

A primeira razão é que, quando há uma manipulação apenas ligada a aspectos esportivos, não há detecção a ser feita. São duas equipes que estão engajadas, não há apostas, então não há detecção a ser feita concretamente.

A segunda razão dessa falha é o monitoramento que se baseia apenas no mercado legal, e, se vocês pensarem na fonte de informações, isso representa apenas 20% do mercado esportivo. Oitenta por cento desse mercado esportivo é ilegal. Para deixar claro, se você for um mafioso, você vai preferir o mercado ilegal a participar dentro dos trâmites legais e das autoridades. Então, essa é a segunda razão.

E a terceira é que – e é aqui que nós falamos que o nosso método é superior – existem muitos estudos que demonstram que as variações detectadas pelo método presente, especialmente nos encontros, é que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos diversas apostas no nível mundial, quer dizer, em grandes competições, e elas são afogadas pelo próprio volume...

Então, a conclusão é que, quando nós aplicamos esse método, ele não é suficiente, ele tem que ser complementado por algo que esteja ligado a este espaço subterrâneo. Eu imagino que essa seja a parte que lhes interessa em termos do que aconteceu no Brasil.

Como nós falamos anteriormente, a gente monitora 24 horas por dia as competições, não todas as competições, mas algumas específicas, especialmente pensando nas apostas esportivas. E fazemos isso depois de muitos anos. No ano passado, nós tentamos entrar em contato com a CBF, com a Justiça, para tratar dessa manipulação indicada por nosso sistema. Nós mandamos essa informação por *e-mail*, não tivemos uma resposta, e tentamos alertar para este fenômeno no ano passado. Então, o que podemos lhes dizer hoje é que, desde 2022 até os dias presentes, nós observamos o que tem acontecido, e há inúmeros jogos manipulados.

O que é muito importante de compreender é que essa manipulação trata tanto dos árbitros quanto dos jogadores. Isso é muito importante de ser compreendido. O que devemos entender é que, para manipular, nós precisamos de muitos atores, sejam jogadores, seja arbitragem, e lançamento de eventos para garantir que o jogo aconteça normalmente.

Vocês perguntaram sobre como nós podemos melhorar o monitoramento e dar credibilidade ao futebol no Brasil, como em outros países do mundo, porque não é um problema específico do Brasil, é um problema massivo que toca todos os países em diferentes níveis. Isso é algo que nós temos que entender. Nós já entendemos que existem diversas organizações sempre no mesmo caminho. E a primeira etapa é implementar a avaliação dos árbitros e dos jogadores para compreender a amplitude do fenômeno. Diagnosticar é a segunda etapa, efetivamente, mecanicamente, uma vez que uma competição é anunciada, a manipulação... Então, é necessário que haja essa comunicação, divulgação. Em terceiro lugar, é importante desenvolver um serviço de integridade no cerne das federações, com recursos humanos e financeiros dedicados. Essa é a melhor forma de lutar contra esse tipo de manipulação.

Finalmente, é necessário assegurar e proteger, implementar procedimentos específicos com as autoridades de regulação das apostas, com os centros de polícia e investigação. É extremamente importante não ficar no mundo fechado, é importante compartilhar essas informações com as autoridades e serviços dedicados ao controle desse tipo de aposta.

Nós vamos apresentar rapidamente; como vocês me deram 15 minutos, vocês compreendem que existem diversos elementos que nós não podemos tratar em 15 minutos, particularmente em termos de juízes, de diversos países.

Nós teremos o prazer de continuar esta discussão. Se vocês tiverem perguntas, vocês podem fazê-las agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIERRY HASSANALY (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – E, claro, àqueles que se interessam mais, nós temos uma demonstração de um vídeo. Não dá para fazê-la agora, porque isso exige mais tempo, mas o vídeo permite compreender perfeitamente como o dispositivo funciona.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu agradeço demais ao Sr. Thierry Hassanaly. Fiquei impressionado com o nível de monitoramento que é feito, trabalho muito sério. É bom saber que existem instituições, empresas, Senador Esperidião Amin, que acaba de chegar, com essa preocupação fora do Brasil.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Fora do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E isso é uma inspiração para nós, que precisamos proteger aqui a nossa paixão nacional, um patrimônio do povo brasileiro, que é o futebol, o esporte que é mais praticado aqui no nosso país.

Eu agradeço, mais uma vez, ao Sr. Thierry.

Eu só faço uma pergunta: esse vídeo que o senhor gostaria de apresentar é um vídeo de quanto tempo? Só para ver se a gente pode já emendar, porque talvez o próximo a perguntar, eu vou pedir licença ao Senador Portinho, que é autor, e ao Esperidião Amin, para que... E ao o Senador Kajuru – ele tem poucas perguntas, mas eu queria ver esse vídeo antes. Quanto tempo?

O SR. PIERRE SALLET (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Pelo menos 20 minutos para explicar todos os detalhes. Leva bastante tempo, mas, se vocês desejarem, se tiverem tempo, podemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu peço ao Senador Kajuru, se for possível. Se não for, se a gente puder, até para ter mais elementos, porque eu fiquei... Quero agradecer ao Senador Portinho por essa indicação. Eu fiquei impactado com o que eu ouvi aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu fiquei um pouco impactado, porque ele fala que são 99%.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Noventa e sete por cento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Noventa e sete por cento de manipulação. Então isso é muito grave.

Se puder apresentar Senador Portinho, se o senhor concordar, e o Senador Kajuru...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Se vocês me permitem, eu gostaria de fazer uma sugestão. Como a gente tem outras Comissões, sempre – terça e quarta aqui, a nossa vida é vida de Bolt, não é? –, que a gente fizesse, cada um tem as suas perguntas, e evidentemente, na conclusão, a gente poderia assistir a esse vídeo, porque ele não pode, de forma alguma, deixar de ser apresentado aqui nesta Comissão de Esporte.

Essa é a minha sugestão humilde aqui, porque há gente mais experiente do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De acordo, Senador Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – De acordo. Se eles também, naturalmente, nossos convidados, estiverem de acordo, acho que não tem nenhum prejuízo.

O Senador Kajuru fará as perguntas, porque ele tem um outro compromisso em outra Comissão. Nossa vida é aqui assim, corrida. E o que puder ser respondido é respondido; o que eles preferirem responder, após a exibição do vídeo, porque às vezes o vídeo pode elucidar melhor a resposta, ilustrar, aí se faz ao final, e a ata da reunião, depois, com as respostas às suas perguntas, estará disponível.

Eu queria, antes do vídeo, só – até porque o Senador Amin, meu guru, chegou há pouco – fazer um breve sumário do que foi dito: a Goodgame! é uma empresa, pelo visto, que tem 12 anos no mercado internacional. Não é uma empresa que nasceu ontem, é uma empresa que tem relevante serviço prestado para Justiça, para polícia, para clubes, para federações, para casas de apostas. Então, esse dado é importante.

Toda análise é uma análise técnica, fundamentada na ciência.

Já me saltou... Só para concluir este breve resumo, a importância do nosso papel, inclusive na CPI, Senador Girão, instituições estão sendo alertadas. A CBF foi alertada, numa partida. Começou assim, em 16 de março de 2023. E ninguém tomou providência nenhuma.

Eu, como advogado desportivo, que atuei no STJD, vejo com muita preocupação, porque parece que estão querendo assassinar o mensageiro da notícia. A gente sabe que há manipulação. Há, mas há um constrangimento sobre quem faz a denúncia.

Quando John Textor disse que tem uma gravação de uma partida, que não é nem do clube dele, é antiga, que envolve o árbitro, quando o Botafogo traz um estudo técnico, qualquer instituição – CBF, Federação de Futebol, Ministério Público – tem que parar tudo para investigar, porque, se as providências não são tomadas ou se o mensageiro é recriminado pela sua denúncia relevante, a gente está abrindo mais espaço ainda para que esse terreno seja sedimentado para mais manipulação, que é fim do futebol ou, como eu digo, o azar do futebol.

Em resumo, foi isso que a gente ouviu, Senador Amin, nesse princípio de reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar, com a sua condução, Sr. Presidente, às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

Muito obrigado. Muito bom esse seu esclarecimento, Senador Portinho.

Mais uma vez, agradeço ao Sr. Thierry Hassanaly.

Daqui a pouco, a gente vai ver o vídeo. A gente dará o tempo que for necessário para o senhor fazer alguma complementação.

Esta audiência é oficial. Esta audiência vai guardar esta documentação toda aqui. Vai ser importante.

Eu passo, imediatamente, a palavra ao Senador Kajuru, que quer fazer alguns questionamentos.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Kajuru, que é Vice-Presidente desta Comissão de Esporte do Senado Federal do Brasil.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, inicialmente, que Deus dê saúde a todos e todas presentes e, evidentemente, à nossa pátria amada.

Quero, rapidamente, fazer uma observação em função das colocações do preparadíssimo e meu Prefeito preferido para o maravilhoso Rio de Janeiro, Senador Carlos Portinho, quando ele citou a CPI, a CPI que Romário e eu criamos. E conseguimos um número recorde, aliás, de assinaturas, em apenas um dia. São necessárias 27.

Que o Brasil saiba que, aqui, tem uma diferença. Aí eu vou contrariar aquela definição desta nossa reserva moral e cultural, Senador Esperidião Amin, quando ele disse, no Plenário do Senado Federal, que o Kajuru é o poder moderador do Senado. Ou seja, é uma ironia dele, evidentemente. Eu sei que não foi.

Mas eu vou contrariar, por quê? Porque eu tenho que ser bocudo, realmente.

O Brasil pode ter certeza de que essa CPI que vai começar logo, sobre manipulação de jogos de futebol, vai dar exemplo ao Brasil, porque, respeitado amigo e irmão Senador Eduardo Girão, em uma CPI que tem Romário, que tem Esperidião Amin, que tem Portinho, que tem você, que tem Leila do Vôlei, que tem, humildemente, eu, nós não vamos dar a chance de nossa digital, de nossa honra ser manchada. Infelizmente, o Brasil viu lá na Câmara dos Deputados uma decepcionante Comissão de Esportes, acusada inclusive de achaques e que terminou como terminou.

Então, esta CPI será diferente mesmo. Ela será implacável mesmo. Ela vai convidar educadamente os envolvidos, mas vai chegar até a Polícia Federal, caso alguém não queira estar aqui presente. Perfeito? Isso o Presidente Romário já conversou comigo e dispensa comentários a coragem do Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer ao Sr. Thierry Hassanaly. É quase Nasser. É quase Amin também. Ele, que é o CEO da empresa Good Game!, para rápidos questionamentos.

Dada a complexidade do mercado de apostas e os riscos associados à manipulação de resultados, qual é a visão da Good Game! sobre a colaboração entre empresas de monitoramento, entidades esportivas e órgãos reguladores para criar um sistema mais robusto de prevenção e resposta a fraudes esportivas?

E a minha segunda pergunta, que na verdade é um complemento da primeira: em sua visão, Sr. Thierry, quais são os principais desafios enfrentados pelas empresas de monitoramento de apostas na identificação precoce de padrões suspeitos que possam indicar manipulação de resultados, especialmente em ligas com ampla cobertura midiática, como o Campeonato Brasileiro?

E, por fim... Creio que a nossa tradutora – muito obrigado, aliás, pela sua participação – anotou essas rápidas colocações de minha parte. A última é se o Sr. Thierry concorda que, para o jogador de futebol, Senador Amin, Senador Portinho, Presidente Girão, senhoras e senhores, em que a gente chegar à provas cabais, irrefutáveis de que ele se vendeu num jogo de futebol, cometeu um pênalti, cometeu uma falha, levou um cartão vermelho de propósito, ou que um árbitro de futebol ou um auxiliar de arbitragem, tenha cometido o mesmo crime, se o Sr. Thierry concorda que a melhor condenação seria, para quem cometesse, repito, esse tipo de crime, fosse o banimento do futebol.

Muito obrigado, era isso que eu queria ouvir do Sr. Thierry.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

Eu passo imediatamente a palavra sobre os questionamentos do Senador Jorge Kajuru ao Sr. Thierry Hassanaly, CEO da empresa Good Game!.

O SR. THIERRY HASSANALY (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado, Senador, pelas suas perguntas.

A resposta é muito exata. Há três etapas respectivas para lutar eficazmente contra esses jogos fraudulentos. A primeira seria o interesse político, o fato que seja criada esta Comissão, que aliás haja vontade política. O pior seria enterrar o fenômeno, ou seja, quem não sabe o que causava o fenômeno, ou seja, não saber o que aconteceu no fenômeno.

E nós temos organizações ativas, em alguns países, que têm até essa atribuição, mas não querem saber de nada, nos quais o fenômeno aumenta cada vez mais.

E isso é uma grande loucura existencial de querer ser positivo. Eu queria agradecer por isso. É a primeira coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda coisa é, essa amplidão, a envergadura do fenômeno. Aliás, no último final de semana, nós estivemos monitorando um jogo – e não vimos uma coisa anteriormente – que em todo um conjunto do campeonato, eu me lembro dos jogadores e dos árbitros. A primeira etapa, aliás, é um retorno a alguns jogos anteriores, temporadas anteriores, o que foi a amplidão do fenômeno. E a gente, aliás, viu jogos em que realmente não sabiam os resultados...

Aliás, o fenômeno é muito mais normativo. Será que realmente envolve os mesmos jogadores, as mesmas equipes? Qual tipo de manipulação também? Isso vai responder às perguntas.

Nós temos claro, temos os judiciais que fazem isso na parte civil, que a manipulação pode ter todas as formas, porque pode ser do simples obter, por exemplo, pegar um cartão, no caso, vermelho, ou então, jogos em que, na verdade, as duas equipes estão integradas na manipulação, e todos os jogos da equipe estão envolvidos na manipulação, para ter, por exemplo, um placar diferente. E tem todo um grupo de provas, por exemplo, jogadores que vão fazer... Aliás, temos investigações muito diferentes. Esse é o segundo ponto.

Primeiro ponto, que é o da manipulação e do árbitro, e também que os árbitros, no caso, estejam em conluio com os jogadores. E aí, claro, faz parte do jogo e da profissão, de modo a reforçar o que, realmente...

Eu diria, no caso da Justiça, sempre tem necessidade de ter provas. Que vocês... Sabendo que tem um relatório vindo, por exemplo, de um jogo que foi perdido, a gente pode ir para à Justiça e, com outros pontos adicionais, e saber, e fazer uma síntese da vontade política, e, por exemplo, um plano de ação, de controle, o que acontece realmente e o que vai acontecer no caso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Apenas, eu não ouvi a resposta sobre a minha última pergunta.

Vocês concordam que, havendo provas cabais e irrefutáveis de crimes cometidos por jogadores de futebol, árbitros e auxiliares, a melhor condenação seria o banimento dessas pessoas do futebol?

O SR. THIERRY HASSANALY (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Não somos a Justiça. A gente não vai proferir penas. A gente identifica as coisas, e vamos botar um dispositivo. É a Justiça, realmente, que dará a resposta. Nós não somos a Justiça. A gente pode, claro, dar esclarecimento, provas... A gente pode dizer que é muito melhor... Não somos nós que somos encarregados disso.

O que a gente sabe...

Aliás, em muitos casos, na verdade, que é na Justiça, com elementos de prova e outros – de escutas, por exemplo, análises de casos, que mostraram a probabilidade de jogadores e também de árbitros, de pessoas que foram condenadas e excluídas das competições, banidas do futebol para sempre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, uma vez mais, a gente fica no nosso lugar... dos resultados em relação à decisão de penas que podem ser proferidas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, muito obrigado.

Eu já antecipo aqui, então, que o Senador Eduardo Girão e eu vamos apresentar imediatamente – e teremos apoio, com certeza, nesta Casa, de muitos companheiros, de pessoas íntegras, probas – um projeto de lei em que a gente vai propor, Girão e eu, o banimento do jogador de futebol, do árbitro ou do auxiliar, havendo, repito, a prova cabal, a prova irrefutável desse cometimento de crime – porque não há outro adjetivo para quando um jogador comete um pênalti, para um erro de arbitragem escandaloso, como nós aqui já comentamos nesta Comissão de Esportes tantas vezes.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Do tipo penal, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hein?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Do tipo penal.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do tipo penal, exatamente.

O Portinho foi o melhor advogado esportivo do Brasil, disparado. Ele está preparado.

Então, é essa a minha observação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vai propor o banimento do jogador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do jogador e do árbitro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Esperidião Amin...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do jogador ou do árbitro, aquele que for um escândalo mesmo, quando tiver a prova cabal, como eu disse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou fazer a pergunta que lhe faria o seu amigo e o meu amigo, o nosso amigo Pedro Simon.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o corruptor?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É por isso que o tipo penal vai estabelecer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vai estabelecer, então.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas e o corruptor?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O microfone, Senador Portinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E o corruptor, porque tem o corrupto e o corruptor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essa pergunta sempre foi feita...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... em todas as CPIs de corrupção que houve...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pelo Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Muito bem. Bem lembrado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só existe o corrupto porque existe o corruptor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para usar o jargão do futebol: e o homem da mala?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente, bem lembrado e observado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Hoje a mala é apenas uma figura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por isso que nós queremos apresentar esse projeto de lei em várias mãos. E Girão e eu vamos ouvir as sugestões de vocês.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu já faço uma pergunta para que, no primeiro texto, isso seja incluído.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ter certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o agente ativo?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agradecidíssimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Juiz...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – "A mim, pouco me importa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que as êmulas claudiquem; o que eu quero é acicatá-las.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... que as êmulas claudiquem; o que me apraz é acicatá-las". (*Risos.*)

Obrigado, Presidente Girão, pela oportunidade.

Eu vou lá relatar o projeto com a nossa querida Leila do Vôlei – que está ausente por isto, porque ela está presidindo agora a Comissão de Meio Ambiente –, mas a minha equipe está gravando tudo. E eu faço questão de assistir depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu vou representar V. Exa. agora no Grupo Parlamentar da Arábia Saudita.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, estou sabendo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu e o Senador Girão seguiremos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Seguiremos. Vamos seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Senadores, muita gente no Brasil está assistindo e mandando perguntas aqui. Eu vou, daqui a pouco, lê-las aqui para a resposta do Sr. Thierry, se ele puder, depois. Muita gente está fazendo questionamentos; o brasileiro está participando, preocupado com tudo isso.

Eu gostaria de saber... Eu tenho algumas perguntas também aqui. Vamos deixar para depois da apresentação.

Então, agora, Sr. Thierry, mais uma vez, o senhor vai ter aí 20 minutos, que o senhor pediu – ou o tempo que for necessário –, para apresentar o vídeo e fazer algumas outras colocações. E, depois, fazemos a rodada final de perguntas.

Mais uma vez, muito obrigado pela sua participação e à nossa equipe aqui de tradução do Senado Federal.

O SR. THIERRY HASSANALY (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Vamos, então, mostrar o vídeo, o.k.?

Vocês estão vendo aqui a tela?

É necessário entender o jogo, aliás um jogo bem antigo que faz parte dos autos, que é o Calcio Como, da Itália. É um auto que foi aconteceu em 2010/ 2013. No caso, seria da Série A, primeira divisão da Itália, e também da Série B. Isso para mostrar para vocês que é um fenômeno que ocorre no âmbito do alto nível de competição.

O vídeo é de péssima qualidade. São vídeos que a gente utiliza para mostrar o nosso sistema. Mesmo com péssimas qualidades, a gente consegue realmente analisar.

O jogo que eu vou mostrar para vocês, que foi julgado por uma corte de justiça civil, foi julgado manipulado. A pergunta da manipulação do jogo, aliás, está bem concreta. E isso serve para justamente entrar no sistema e também ver se é manipulado, que é o caso aqui. Vou mostrar como fizemos o método e como a gente trabalha.

Vocês vão ver, num primeiro momento, e, em seguida, vamos para a análise.

Vocês estão vendo a interação dos jogadores e dos árbitros. Quando a gente vê isso, o que a gente vê é realmente um gol maravilhoso.

Esse contém uma reflexão nossa.

E, agora, como a gente trabalha.

Na verdade, o método é baseado numa espécie de detecção de deficiências, que são de diferentes tipos no futebol e no tênis, ou seja, há *no-marking*, em inglês, uma ausência de marcação, por exemplo, em todos os jogos. Aqui, se não houve marcação, foi manipulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o sistema que vocês são ver aqui tem elementos de prova por sequência, o que é um ponto-chave.

Vamos ver o vídeo, no caso, que há um jogador aqui a uma distância de mais cinco metros da equipe adversa. Então, essas situações *no-marking*, no caso, uma vez mais, podem ser completamente normais no jogo. Isso acontece.

Vamos continuar na jogada.

Em seguida, com este jogador aqui, o que vocês vão ver agora, neste caso aqui, é uma distância muito mais difícil de ver. O jogador de futebol, o defensor aqui, faz uma flexão da perna e dos joelhos. Pelos ângulos, vão ver que, nesta posição, ele está um pouco mais acocorado e talvez em extensão do tronco e do joelho para tocar com a bola com a cabeça.

Neste vídeo, você vê que, na verdade, é uma bola com mais ou menos 4,8 km/h, ou seja, lenta, na verdade, para o futebol. E você vê outra flexão do joelho e uma bola que vai a uma distância com um cálculo inferior a 20cm da cabeça.

Então, digamos que o defensor poderia realmente tirar essa bola com a cabeça, mas não vai fazê-lo. E existir uma distância de eficiência do gol, cada vez mais, são estratégias eventuais ou outras coisas que podem acontecer no jogo.

Mas, nesse caso aqui do jogo, uma beneficência no caso que não fez a marcação, e a segunda, que ele na verdade deixou passar a bola.

E vamos continuar na sequência. Nesse mesmo jogador, eu lembro que esse jogo foi manipulado, no caso também dos gols.

Aqui a gente fala um *different story*, no caso em inglês, ou seja, que a trajetória do jogador vai no eixo, e na verdade ele vai para a direita. E são atitudes que a gente, aliás, encontra frequentemente, deixar que o adversário tenha mais velocidade.

Esse jogador vai marcar o gol, é um déficit de não marcação, e a segunda, a eficiência da atitude e terceira... ou seja, da trajetória. Vocês vão ver que a ação aqui nesse dia... E na verdade nesse jogo há uma quarta deficiência. No nosso universo, a gente trabalha o tempo da reação, porque é necessário entender que quando se estão em 100m do atletismo, uma prova de natação, por exemplo, que o tempo de referência da marcação para fazer um movimento de 100 segundos. Ou seja, o final do jogo, por exemplo, um bloco de 40 minutos, isso, aliás, dizem que é necessário sim, mas mede para fazer um movimento no caso aqui.

Quando chegamos aqui, sim, mas o jogador está cansado. Ele está idoso, está no final do jogo, outras razões, mas a gente multiplica por três. E aqui nós podemos ver que, nesse caso específico, o defensor tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito pouca velocidade. Aqui nós vemos, no esporte, é um tempo de resposta muito grande para fazer algo. São duas vezes mais rápido do que o esperado, e aqui não houve nenhum movimento defensivo.

Então, aqui nós temos quatro deficiências, uma de atitude, as de posicionamento e essa última de tempo de reação. Vocês vão ver também que, quando a gente observa outros jogadores que também foram incriminados sobre esse jogo manipulado, nós não vamos explicar tudo, mas vocês vão ver que esses jogadores têm a deficiência do tipo *low run*, ou seja, nós temos um tempo de deslocamento muito lento para o futebol, que significa que a gente se desloca cerca de 17km/h.

Isso é muito lento para o tempo de deslocamento e resposta. Aqui a gente não pode mostrar porque nós não temos o tempo, mas nós temos outras deficiências no nível da guarda. O que faz com que o sistema no que nós falamos... Aqui nós temos três jogadores que estão implicados. Um com uma deficiência, outro com duas e o último com mais uma.

E, de fato, esse tipo de situação, numa partida normal, nós teríamos apenas uma dessas deficiências, mas nós não teríamos esses tipos específicos. Então, aqui nós fazemos um tratamento específico para compreender a anormalidade do que aconteceu e observamos como essa partida foi organizada em torno dessas manipulações e de fenômenos.

Para dar uma ideia, nessas partidas manipuladas, nós podemos ter entre 10 e 150 manipulações em que a gente pode observar múltiplos tipos de deficiência.

Então, é o que a gente gostaria de apresentar rapidamente. Nós fazemos esse tipo de análise para todos os jogos. Geralmente, na Justiça, nós apresentamos esse vídeo, como fizemos. Nesses tipos de jogos e partidas, nós não teríamos detectado. E é por isso que nós falamos que nós temos essa certeza, de 97%, de que a partida foi manipulada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito interessante, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso fazer uma pergunta sobre...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Além da dinâmica da jogada, que foi analisada e foi compreendida aqui por todos nós, nessa partida, foi feita uma análise das apostas? Houve uma variação nas apostas, no volume de apostas, no valor das apostas, o que também serviria para confirmar, ou vocês tratam isoladamente, vocês tratam mais a dinâmica sem considerar o volume de apostas? Isso é considerado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIERRY HASSANALY (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Bom, nós temos muitos elementos para responder. A gente analisa, primeiramente, o vídeo. Nós não temos informações sobre as apostas. Quando nós conduzimos uma investigação, claro, aqui nós temos todas as informações e diversos elementos a serem levados em consideração, em termos da *performance* dos jogadores, das condições, etc.

No caso presente, a partida foi julgada, e nós não fizemos nenhuma ligação com o mercado de jogos e as apostas esportivas. Claro, isso é muito importante saber. A manipulação ocorre majoritariamente nessas apostas esportivas, principalmente, dado o desenvolvimento forte, mas não é sempre o caso. Existem manipulações que são exclusivamente esportivas, então vocês podem observar que o que aconteceu aqui em termos de apostas pode não ter nada a ver com os dados esportivos. São coisas complementares, mas não necessariamente têm que ser analisadas ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, maravilha.

Eu queria fazer uns questionamentos aqui – daqui a pouco eu vou ler – de cidadãos brasileiros que estão acompanhando do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraná. Tem perguntas chegando aqui, mas eu tenho algumas. Por exemplo: quantas e quais partidas foram avaliadas – essa é uma pergunta para a Good Game! – aqui no Brasil?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... a essa pergunta. A gente entendeu como é o sistema científico de análise da Good Game!. No ano passado, a Good Game! trouxe especificamente jogos de um clube em que ela levanta a suspeita. Então, quantas partidas foram avaliadas e o que levou à suspeita? Não sei se tem algum vídeo ou alguma... Só para a gente entender o que aconteceu em 2023, que foi a causa das denúncias que levaram a Good Game! a buscar a CBF, a Federação do Rio e o STJD.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito!

Eu pergunto, em nome da transparência nossa aqui, do Senado Federal, se vocês, da Good Game!, poderiam revelar para nós, nesta sessão oficial do Senado, quantas e quais partidas foram avaliadas; quais as ferramentas utilizadas nessas análises, se envolveu também o montante de apostas, como colocou o Senador Portinho, ou foi só uma questão comportamental, desportiva; quantas empresas atuam nesse mercado de análise de fraude em atividades esportivas no mundo; também gostaria de saber no Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Senador Portinho está solicitando aqui, está fazendo uma ponderação para responder uma a uma. Não é isso? (*Pausa.*)

Então, nós vamos... Para não fazer uma confusão aqui, está aceita a sugestão. Vamos aguardar esse bloco de perguntas do Sr. Thierry.

Muito obrigado.

O SR. THIERRY HASSANALY (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado pelas perguntas feitas, Sr. Senador.

Com relação às empresas que observam as manipulações, eu diria que há aquelas que observam variações – e aqui nós temos Radar Sports, JeuxNews. Sobre as pessoas que observam as manipulações através das análises de vídeo e o que acontece, de fato, no campo para compreender os aspectos de manipulação de apostas e do esporte, só existe a nossa empresa que trabalha com essa tecnologia. De maneira geral, o que nós podemos dizer é que nós observamos dezenas de milhares de jogos e o que observamos no Brasil é que nós temos dois tipos de estratégia de monitoramento.

O SR. PIERRE SALLET (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Podemos trabalhar para uma federação nacional, por exemplo, em que nós trabalhamos com outras federações de outros países, e aí nós temos um monitoramento instalado que vai observar todos os jogos das competições. Nós temos esse tipo de contrato de monitoramento com a sociedade de apostas de jogos, e aí nós vamos observar e bloquear alguns jogos de acordo com elementos internos matemáticos que nós temos de risco de manipulação.

No caso do Brasil, até agora, nós não temos contrato de monitoramento. Então, nós não temos monitorado o conjunto de todos os jogos, mas nós temos implementado alguns alertas sobre certos jogos e, efetivamente, a partir desses alertas, nós temos analisado certas partidas, temos algumas que foram concretamente manipuladas com a certeza do nosso percentual.

Nós observamos, aqui no Brasil, um número de partidas muito limitado. Nós não temos, de maneira quantitativa, um diagnóstico, um número preciso para compartilhar com vocês.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas dessas especificamente que vocês forneceram alertas: quantas, quais e em que campeonato? E se você tem aí uma análise de vídeo de por que foi expedido o alerta, porque, quando a gente vai para o visual, é muito mais compreensível.

O SR. PIERRE SALLET (*Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Para explicar o nosso trabalho de *expertise*, ele tem três níveis. O primeiro, sendo unicamente o nível de detecção, é o que fazemos para a sociedade de apostas, em que nós vamos dizer se parece haver uma manipulação ou não, e aí nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos considerar se isso envolve os árbitros ou não. Aí passamos ao nível dois, de investigações, em que vamos observar os vídeos, a partir dos quais vamos fornecer informações sobre os árbitros implicados, envolvidos ou não – "esse foi envolvido", "esse não está envolvido", "nessa equipe nós vemos que esse jogador está envolvido" ou não. E o terceiro é o nível do dossiê, que nós usamos quando nós estamos na corte, na Justiça. E, a partir desse momento, vamos fornecer todas as demonstrações científicas de provas para mostrar que a partida foi manipulada.

Atualmente, o que podemos dizer é que nós temos níveis um, dois e três sobre partidas de campeonatos de 2022 e 2023.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A pergunta do Senador Portinho e a minha foram bem diretas com relação a que partidas foram essas. Quem é que estava jogando? Quais times estavam jogando e em que campeonato, dos quais vocês dispararam esse alerta para a CBF? Essa é a pergunta objetiva que a gente gostaria de fazer para vocês.

O SR. THIERRY HASSANALY (*Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Certo, vocês têm razão. E eu entendo, porque vocês são o melhor país do futebol do mundo, é normal que vocês queiram saber. Infelizmente, nós não podemos responder essa pergunta – eu sinto muito –, porque essas informações são confidenciais. E, na hipótese de que teremos um inquérito na Justiça, se nós compartilharmos informações hoje de maneira pública, o caso não poderia ser concluído. Então, nós não podemos compartilhar essas informações de maneira pública.

O SR. PIERRE SALLET (*Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – É claro que nós compreendemos que existe uma comissão de investigação que envolve a polícia e existem elementos que nós podemos oferecer para bloquear todos os envolvidos, compreender quem são os manipuladores, como foi a pergunta feita agora há pouco, mas nós não estamos no lugar, na posição para falar da manipulação dessa forma.

É importante compreenderem – um exemplo bem simples – que nós podemos ter diferentes níveis de manipulação: podemos ter uma manipulação, por exemplo, em nível de um jogador que simplesmente não quer jogar naquela partida ou algo do tipo, até algo muito mais organizado, em que tem pressão sobre esses jogadores para ganhos financeiros, assim como manipulações que podem ser feitas pelo próprio clube, que vai tentar manipular os resultados para garantir vitórias e pontos.

No nosso sistema, o que podemos fazer, no nosso nível, é dizer: será que o árbitro está envolvido ou não? Será que a partida foi manipulada ou não? Será que a equipe A ou B está envolvida nisso e quem são os jogadores? A partir disso, a origem da manipulação e a natureza da manipulação são um trabalho da polícia, e não mais da nossa atividade. Nós estamos aqui para fornecer elementos para melhor apoiar as investigações, mas o nosso relatório não inclui esse nível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho que nós temos feito é bem sólido e, mais uma vez, as informações que temos são amplas e sólidas.

O SR. THIERRY HASSANALY (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – E, claro, é natural que vocês queiram transparência em termos de ter acesso a essas informações, porque vocês precisam saber. Infelizmente, nós, publicamente falando, não podemos compartilhar essas informações, porque isso assassinaria todas as investigações possíveis a serem conduzidas se nós compartilhássemos essa informação. Então, nós não podemos fazer isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Senador Girão, posso prosseguir na pergunta?

Tão mal fazem para o futebol as apostas – com relação àquelas em que há manipulação – quanto o mesmo mal para o futebol – e a decorrência também das apostas, a partir do momento em que elas são legalizadas, o mesmo mal que faz ao futebol – levantar suspeita de manipulação. Porque, a partir do momento que tem aposta, se o seu time perdeu, a primeira coisa que você pensa é: "Opa, nisso aí a gente foi roubado, essa partida foi manipulada". É o mesmo mal.

Eu entendi que toda análise é com base científica, eu entendi que a análise leva em consideração análise comportamental dos lances de uma partida, mas não necessariamente a análise comportamental... Pelo que eu entendi, ela gera a dúvida, ela não dá a resposta. Foi o que foi dito agora: "A gente não pode apresentar porque tem casos que estão em inquérito, estão sendo investigados". Compreendo. Neste momento, na audiência pública, eles não têm nem a obrigação de apresentar; numa CPI, terão – terão, vou deixar claro aqui, já antecipar.

Mas, de qualquer maneira, o trabalho da Good Game! é levantar a suposição. E, como eu digo, a partir do momento que tem a aposta no esporte, todo jogo que meu time perder e em que eu achei que o zagueiro não correu, o goleiro não pulou, vai me gerar uma suposição. Lógico que, como torcedor, a minha suposição é empírica. O que eles trazem é uma análise técnica de velocidade, de ângulo, é mais aprofundada, mas, pelo que eu entendi, não deixa de ser uma suposição.

E aí a gente tem que ter muito cuidado, Girão, porque tão ruim quanto a manipulação é a gente, em todo campeonato, levantar suposições. Eu entendo que os alertas são fundamentais para que haja investigação. Nenhum deles deve ser desprezado, mas a gente deve ter muito cuidado com essa análise comportamental, por maiores que sejam a técnica e a ciência envolvidas.

E aí eu vou dar um exemplo – por acaso uma partida do meu time, se a gente puder colocar – em que, numa partida, aos 46, 47 do segundo tempo, numa decisão da Libertadores, houve uma entregada bisonha de um jogador acima da média, que hoje joga no futebol inglês. Talvez? E aí fica a pergunta: se fosse feita uma análise comportamental, os dados científicos emitiriam um alerta? O que não significa que houve manipulação, quero deixar bem claro isso. O que eu quero mostrar com o vídeo é que a análise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamental pode ser uma ferramenta, mas, dependendo do dia do atleta, da pressão do jogo, do estímulo no campeonato, pode ser que tenha sido um lance corriqueiro de um jogo, de um dia ruim do atleta ou de um time que não estava focado naquele lance. E a gente não pode colocar sob suspeita, de forma leviana, qualquer lance.

Eu queria colocar o lance, como torcedor do Flamengo. Muitos, inclusive, Girão, me pediram para botar o lance aqui. E agora é que eu vi que a análise da Good Game! é sobre análise comportamental, de posicionamento, de ângulos. Por que não, então, em todo jogo que o meu time perde, eu não levantar uma suposição como essa? Deixo claro mais uma vez que para esse jogo não foi emitido alerta, não está sob manipulação, não. Foi uma vitória legítima do adversário do meu time, mas que, no inconsciente popular, a partir do momento em que há aposta, faz com que as pessoas pensem: "Ué, mas esse comportamento é típico ou atípico?".

Ponha aí, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu quero colocar esse lance e repito: nessa partida não houve manipulação; que eu saiba, não foi emitido alerta, mas é muito perigoso.

E aí faço a pergunta à Good Game!: não é muito perigoso a gente focar, ainda que com toda técnica e simulações e cálculos? Porque o futebol, como qualquer esporte, é imprevisível, não é? Ali foi um erro, uma atrasada do David Luiz; dois erros seguidos na matada. Depois ele não corre, ele deixa a bola correr do Andreas, que, inclusive, agora foi convocado para a seleção, é um excelente jogador, não tem suspeita nenhuma.

O que eu quero com o vídeo é perguntar à Good Game! sobre a análise comportamental. Aqui, de forma empírica, me preocupou essa jogada, porque são dois jogadores fora de série, aos 94 minutos de um jogo. Eu me lembro de que eu estava do lado da pessoa e perguntei: "Imagine quanto é que não vale uma aposta de um gol feito aos 94 minutos que decide um campeonato internacional da grandeza que é uma Libertadores?".

Mas a pergunta é: será que a análise comportamental, mesmo com todas as técnicas, não vai causar mais suposições prejudicando o *good game*, prejudicando o bom jogo, o jogo leal, tanto quanto prejudica uma manipulação de aposta? E esse é um cuidado que a gente tem que ter, senão, em todo campeonato, a gente vai dizer que tem jogo manipulado. Antes era arbitragem: "O juiz roubou"; agora tem o VAR, a gente reclama do VAR; e agora tem as apostas, a gente já fica...

Por isso é que eu digo, Girão: azar do futebol. Eu votei contra, porque esse imaginário é muito ruim. Então, a pergunta objetiva é, por que nesse lance que... Na análise comportamental, na minha opinião, tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leva a crer que dois erros bisonhos, que deram o título de um campeonato, não... Eu acho até que a imagem parece ser mais clara do que aquela do jogo, que eu acho que era do Sassuolo, da Itália, que foi mostrada. Então, é para a gente ter cuidado.

Eu gostaria de ouvir a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a palavra, o Sr. Thierry da Good Game!.

O SR. PIERRE SALLET (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado pela sua pergunta, é muito interessante.

Na verdade, eu quero responder em três pontos. O jogo da Itália foi manipulado, e foi até para o Tribunal de Justiça, em relatório, que realmente havia manipulação.

Em relação às imagens que você acabou de apresentar para a gente, nós somos incapazes de falar se realmente a sequência foi manipulada ou não, porque, na verdade, uma vez mais, o sistema não permite trabalhar a parte da visão simples de uma imagem, quando a gente está impedido de ver essa imagem sem o sistema. E isso é necessário quando tem que entender. E as reações dos jogadores que já estão cansados... É claro, todo tipo de jogo tem um diferente. A gente assiste todo mundo com o mesmo argumento. Uma vez mais, é uma sequência de cinco segundos, nós não analisamos, somos incapazes de ver a olhos nus, se a sequência está certa ou não. A análise é baseada no conjunto do jogo e no ângulo de tomadas sensíveis, com tratamento estatístico. E aqui, no caso, a gente não está diante de vocês agora, nesses 99% pode ser provado ou não. Ou seja, em qualquer caso, vamos para a Justiça para saber ou não.

Os tribunais sempre se guiam pelas conclusões dos relatórios, ou seja, de modo bem concreto, quando digamos que o jogo foi manipulado, ele vai ser julgado manipulado, sim ou não. No caso do futebol da França, por exemplo, o que precisamos atentar para esse momento é que a Justiça sempre confirmou o que a gente mostrou nos relatórios, e fazendo um rastreamento esportivo. E, às vezes, acontece em uma investigação posterior, e isso foi demonstrado. E a gente diz que realmente parece que o jogo foi normal, mas não foi o caso.

A gente, uma vez mais, se baseia na ciência. Aquele que não conhece o método pode expressar-se e dizer que... A gente, aliás, escuta nas aulas, em qualquer lugar...

A gente não é fanático. A gente trabalha com métodos, com matemática, com uma taxa de erro, claro. É difícil entender, para vocês. Claro, houve algo evoluído... E a gente vai percorrendo o mundo com esse método. A ideia é entender como funciona e, em seguida...

Em relação ao VAR, que você falou sobre a arbitragem, sobre esse sistema, é necessário entender que se pega um árbitro que conhece todas as leis do futebol, que está no local e vê tudo, vê o campo, vê o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perímetro. Mas, se você coloca o árbitro diante de uma tela de vídeo, esse árbitro tem que arbitrar e não está formado para fazer análise do vídeo.

Quando a gente fala de coeficiente de distinção, por exemplo, ou de segmentação de imagem, quando se fala de distinção analítica das imagens, eles não sabem o que é, eles não entendem. O que vai ver na tela ele pensará que é a realidade.

Quando formamos os árbitros, o primeiro exemplo é uma bola, uma imagem, e todas as pessoas vão ver que a bola não está na linha. Outra imagem mostra, em outro ângulo, que, na verdade, a bola está na linha, ou seja, o juiz ou outros jogadores vão ver essas imagens depois e fazer uma análise, mas são incapazes de ver a imagem.

Em relação ao VAR e à arbitragem, a gente vê muitos erros de arbitragem. E, com o VAR, justamente é para a não consciência técnica de análise. É por isto que nós trabalhamos para melhorar todo o VAR: para que torcedores e relatórios tenham mais conclusões a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

Realmente, é algo muito perigoso, uma linha muita tênue. E a gente vê, a cada dia...

As apostas, no meu modo de entender – tem algumas perguntas aqui para vocês –, prejudicam ainda mais o esporte.

O nosso assessor aqui é o Roberto Lacerda, a quem agradeço às perguntas, torcedor do Vitória, da Bahia.

Eu fui Presidente do Fortaleza Esporte Clube, e a gente tem que ter muito cuidado porque é uma análise comportamental. É muito pouco para você levantar qualquer tipo de suspeita. Tem que ter cruzado com vários dados de aposta, tem que ter uma coisa mais, me parece, científica de um ponto de vista que a gente não possa perder a essência, a espontaneidade do futebol.

Eu quero dizer uma coisa para quem está nos assistindo. Quando eu estava ali sendo convencido a ser Presidente do Fortaleza, em 2017, algumas pessoas chegavam para mim: "Rapaz, não vai, não". Eu disse: "Poxa, mas eu quero ajudar meu amigo de infância, as pessoas de dentro do clube estão dizendo que pode cair para a quarta divisão". Estava na terceira havia oito anos. E é uma torcida gigantesca, maravilhosa, que o mundo todo já conhece, pelos mosaicos. Eu, que fui mascote do clube, dizia: "Eu tenho que ajudar". "Não entra nisso. Eduardo, não entra nisso, porque você vai ter que acertar com o árbitro, vai ter que acertar com o jogador do outro time. O jogador do seu time vai te dar uma facada na véspera, vai te chantagear". Eu disse: "Não é possível. Espere aí, pare tudo, pare tudo, porque eu não acredito nisso. Se o jogador faz o gol, dedica para Jesus. Se um goleiro, quando faz uma defesa espetacular, dedica para Jesus... Você vê ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a maioria muito comprometido, muito religiosos os jogadores, que história é essa de que vai fazer essa situação? Não, está errado".

Aí foi um estímulo para mim. Eles querendo me desestimular para assumir. Foi um estímulo para que eu fosse assumir para mostrar que futebol pode ser feito da forma ética, correta. E deu certo. Então, Deus abençoou, não tenho a menor dúvida disso.

Em nenhum momento, Senador Portinho... Eu quero dizer aqui, dar o testemunho para aquele grupo de jogadores de 2017 que a gente tinha, de comissão técnica, de funcionários, todo mundo. Em nenhum momento, o que a gente combinou no início do campeonato foi mudado por eles, porque estavam chegando à decisão e iam querer mais dinheiro – em nenhum momento. Foi cumprido. Quando você trata com respeito, o respeito é a regra da boa convivência, a confiança.

Então, eu tenho muita confiança nos jogadores, eu confesso para você. Eu tenho muita confiança também nos árbitros. Eu acredito que tem uma formação, que tem uma cultura no Brasil. Agora, como em todas as áreas – todas, todas as áreas –, têm os maus profissionais, Senador. Tem os maus profissionais que enveredam por um caminho talvez mais fácil, da porta larga e se perdem e fazem perder o esporte.

Eu, particularmente, acho que tem que ser banido não apenas o corrupto como corruptor, a corrupção passiva. E nós vamos trabalhar nesta sessão com relação a isso.

Eu queria só fazer umas perguntas, para encerrar as minhas. E aí, agradecendo à Good Game! pela paciência em estar aqui nos atendendo, o Senado Federal do Brasil, diretamente... Está na França, não é? Estão diretamente em Paris? Estão em Paris? (*Pausa.*)

Mas eu queria fazer mais algumas perguntas aqui. Em quantos países a Good Game! atua? O número de casos de manipulação de resultados tem crescido nesses países, no levantamento que vocês têm feito? É o fenômeno da popularização das apostas? Vocês consideram isso?

Eu vou além: quem financia o trabalho da Good Game!? Quem financia? Pergunto se há algum conflito de interesse, se vendem esses tipos de serviços para empresas de apostas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... se isso, de alguma forma, gera, na visão de vocês, algum conflito de interesse.

Eu soube – quero confirmar se tem sentido a informação, se procede – que a Federação do Rio de Janeiro contrata a empresa de vocês, a Federação de Futebol do Rio de Janeiro.

Outro detalhe também: qual a opinião da Good Game! sobre a participação de organizações criminosas que lavam dinheiro, corrompem agentes públicos nos mercados de apostas? E vou além: vocês não acreditam, pela essência do futebol, pela beleza do futebol, que deve ser... O Brasil acabou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentar. Nós votamos aqui, eu votei contra também, com o Senador Portinho. Vocês não acham que uma medida firme, dura, mas que vai preservar o esporte, seria banir aposta esportiva?

E, para fechar as minhas perguntas, qual a opinião, Sr. Thierry, sobre o fato de alguns países europeus, como o Reino Unido, a Espanha, a Holanda, entre outros, estarem endurecendo as leis que tratam de apostas esportivas, ao mesmo tempo em que o Brasil caminha no sentido contrário?

Vou dar um exemplo aqui da Inglaterra. Neste ano de 2024 – não é isso? –, já está proibida a propaganda... Confere essa informação? Proibida a propaganda na camisa dos clubes. Porque é uma lavagem cerebral. Você não consegue assistir hoje a uma partida de futebol. É o tempo todo: "Aposte, aposte, aposte!" Na borda do campo, ali naquelas placas, na televisão: "Aposte, aposte, aposte!" É um mercado a céu aberto, que não tem nada a ver com futebol, que nos faz perder aquele frio na barriga que a gente tem e faz as pessoas se endividarem, perderem o seu dinheiro, a família e o emprego, porque, para se sustentar, têm que manter o vício, e entram na criminalidade. Muitas vezes chegam ao ponto de cometerem o suicídio.

Então, é uma tragédia anunciada. E eu pergunto para vocês: que medidas podem ser tomadas com relação a, se não banir... Não sei se a opinião de vocês seria proibir isso, pelo bem do esporte, ou se seriam regras mais duras? E eu queria perguntar sobre esse conflito de interesses, mais uma vez agradecendo a vocês pela participação.

O SR. THIERRY HASSANALY (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, senhor.

Há várias perguntas, e vou tentar respondê-las todas.

Primeiro ponto, na França, em 1993, houve um caso famoso de manipulação, tratava-se de Marselha, com muitos grandes jogadores influentes na época, que vocês conhecem, aliás e, em 1993, o clube foi condenado por manipulação.

Naquele momento, não havia aposta e, para ter as provas da manipulação, não somente dos comportamentos dos jogadores, o que aconteceu no campo, realmente, não era verdade. Em parte, vou dar um esclarecimento, mas não temos realmente uma sinceridade à realidade. O que aconteceu no campo... Aliás, o que acontece no campo é a melhor demonstração se foi manipulado ou não.

O SR. PIERRE SALLET (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Isso, para completar o primeiro ponto, nesta oitiva, e ele vai falar também, aliás, nós temos um relator de *betting*, que uma suspeição, no caso, de um árbitro é levada, mas não vou nunca mencionar o nome do jogador. Para entender, vamos designar um jogo manipulado sem que os atores do jogo tenham manipulado o jogo, isso é uma incoerência. Ou seja, o *bet*, no caso, é uma ato adicional à prova. Esse tema, é por isso que é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIERRY HASSANALY (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Em seguida, sobre as outras perguntas que você fez. O que a gente observa, é que a envergadura do fenômeno é grande, em todos os lugares, no mundo inteiro. Você tem fontes, você mesmo.

O que a gente sabe também é que, quanto aos operadores dessas apostas esportivas, não pode haver conflito de interesse porque um jogo ou foi manipulado ou não. Eles acabam perdendo dinheiro. Os primeiros a quererem parar a manipulação das competições, que teriam interesse do modo, são os operadores esportivos. Quando o jogo está manipulado, eles perdem dinheiro. Ou, se trabalhar para eles, é muito outro conflito de interesse; ou pelo mesmo sentido de limpar o esporte, que, aliás, é esse flagelo que é a manipulação.

E eu queria insistir na parte esportiva, para que, evidentemente, se desenvolvesse nessa essência.

Em seguida, Senador, você perguntou: banir ou não parar esses jogadores? Nós somos peritos. A análise do vídeo quando uma pessoa faz todo um relatório de uma aposta esportiva, por exemplo, apostas pessoais eu diria, profissionais nossos dos nossos jogos, por exemplo, nosso jogo é limpar. Entretanto, o que eu sei bem e praticamente nesse caso, independentemente de tudo o que você sustentou em relação ao dinheiro, ao risco de endividamento, são casos reais e nós temos também na França, é igual. E, claro, não é nosso caso analisar isso. O que é necessário é que existam soluções que possam coabitar das apostas esportivas, de certo modo, para controle de financiamento do esporte, do clube e de todo o sistema do esporte, mas também, ao mesmo tempo, que permita que se erradique a manipulação. Se você realmente acompanhar e punir, não haverá mais manipulação. Para isso é necessário ter consciência.

Entretanto, é necessário que haja uma ambição política, jurídica e esportiva. Para nós, efetivamente, trabalhar com o Brasil seria extraordinário. Quando a gente fala de futebol, se o primeiro país do mundo trabalhar conosco e também nos ajudar a limpar, isso seria uma missão realmente grande.

O SR. PIERRE SALLET (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – E, para responder às perguntas sobre o volume de monitoramento e de conflito de interesse, aliás, sempre se diz algo muito regular. Imagine uma organização esportiva, uma federação que vá pedir que se manipule um campeonato com as quais teremos que fazer uma espécie de arranjo, e é desse jeito... E aí no clube, por exemplo, você vai ver uma análise de um jogo e orientar o seu relatório para tirar uma conclusão ou não. Isso não funciona assim.

Na verdade, nossas relações são baseadas na ciência, ou seja, para dar um valor científico a um relatório é necessário reproduzir o cálculo e a medida e reanalisá-lo. Ou seja, um pouco o sistema de *blockchain*: nós não podemos manipular. Ou seja, quando há o processamento de um jogo, isso pode vir... Aliás, a ordem da federação, obtida da primeira divisão, e o relatório seriam idênticos. Isso elimina todo tipo de conflito de interesse, uma vez que nós somos peritos jurídicos no caso, e isso nos impõe uma certa deontologia ética, e identificações são feitas no modo como a gente funciona e nas relações que a gente faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos completamente independentes no meio, mas só que todas as conclusões que nós tenhamos serão feitas nos relatórios e vamos reproduzi-las para os peritos. Quando chegam à Justiça, como vão contestar isso... Isso nunca aconteceu. À medida que foi, aliás, feito o nosso relatório, a gente não concluiu que hoje é algo diferente. Os relatórios são realmente confiáveis. A detecção chega a 90% para responder ao volume de monitoramento que a gente chama, na verdade, de algumas condições. Eu não abri aqui o arquivo, mas analisamos casos de muitos centros do país, não é verdade? Essa é uma certeza, e ter uma investigação em 2024, na qualidade de perito judicial, com 11 investigações em várias línguas. Isso ainda é para mostrar que o fenômeno é massivo não apenas no Brasil, mas em outros esportes e em outros países.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Thierry.

Eu queria... Como é o nome do outro senhor que está aí? É o Sr. Thierry e o outro é o Pierre, não é? (*Pausa.*)

Esse filme que o senhor falou, Senador Portinho, o filme que o Sr. Thierry falou ali, o caso de Marseille... Não sei se você assistiu à série, que tem até no Netflix. Eu assisti. É Bernard...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Bernard Appy... Tapie. Bernard Tapie. O Appy é o da tributária. Está confundindo. É muito interessante, é um caso emblemático.

Olha, eu acompanhei – talvez aqui desta sala eu seja o que tem mais idade – na época em que o futebol era, Portinho, em vez de... Quando o time ganha, não são três pontos hoje?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É. Eu sou dessa época.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Antigamente, eram dois. Eu lembro demais. O empate era um e o zero...

E, aí, você teve uma série de inovações interessantes. Por exemplo, o VAR, que é muito contestado ainda, eu acho bacana a gente discutir, porque a gente ama o esporte, a gente ama. Hoje, por exemplo, tem a final do Campeonato Cearense: o Fortaleza com o Ceará, os dois grandes. E, no último jogo da semifinal, o jogo foi parado no primeiro tempo duas vezes, cada um com seis, sete minutos no mínimo de parada ali, para ver o VAR, em gols do Fortaleza... Então, quer dizer, tira um pouco aquilo... Você hoje não comemora mais, você espera a confirmação do VAR, um negócio meio... Mas eu sei que é importante, não é? É importante para o esporte. Eu acho que, você colocando na balança, é mais positivo do que negativo. Mas essa evolução é muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu recomendo para você, que é interessado nesse assunto: no Netflix, tem a história do Bernard Tapie – não é?...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que foi Presidente do Marseille, foi político, foi candidato a Presidente da França. E conta a história um pouco controversa desse francês. É um filme bem interessante, que eu assisti no começo do ano.

Eu só tenho mais uma pergunta, se o Senador Portinho me permite. Vamos lá! O time do Botafogo tinha uma grande vantagem sobre os demais durante quase todo o Campeonato Brasileiro de 2023. Na reta final, ele perdeu pontos importantes e não foi campeão. Estavam aqui colegas que são torcedores do Botafogo, já muito otimistas e tudo, não é? Enfim...

Eu pergunto: o senhor credita à Good Game – se quiser se manifestar ou não – a perda do rendimento do time do Botafogo nas partidas finais à manipulação de resultados?

O SR. PIERRE SALLET (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – No nosso nível, prestando atenção em alguns jogos específicos, como explicamos, nós temos visto várias manipulações, em 2022 e 2023, que são claramente identificáveis e tratam de equipes específicas. Nós, no nosso nível, não estamos na plena capacidade de dizer se houve manipulação nesse caso, mas o que podemos dizer é que, se há uma partida manipulada, o campeonato inteiro é impactado em termos de pontos.

Nós podemos ter diversos níveis de manipulação, questões de manipuladores, nós podemos ter alguém que manipula a partida para não tratar diretamente dessa manipulação de maneira explícita, mas, sim, implícita, sobre os jogadores, por exemplo, em que podemos observar que tudo foi feito de maneira normal, os jogadores é que foram corrompidos, e aí não há nenhuma ação que foi feita. Mais um exemplo do Marseille e outros exemplos que nós temos nos últimos anos e que foram feitos juntamente com a Justiça mostraram que os presidentes de clubes e os próprios clubes manipularam as partidas para ganhar pontos. Então, nós temos duas, três, quatro figuras que podem afetar esses aspectos, seja internamente ou externamente ao clube, em termos de manipulação gerada ou não por esse clube.

No Brasil, o que podemos imaginar é que os clubes se organizam e manipulam. Efetivamente nós podemos ter contratos manipulados e, logicamente, nós temos uma defesa natural do sistema que já está implementado. O que nós podemos dizer é que a existência da manipulação é real, precisa e que, se ela ocorre no nível de uma partida, seja por níveis financeiros, sempre há consequências esportivas, porque nós falamos da perda do jogo, da derrota. Então, um jogo manipulado provavelmente vai influenciar o campeonato como um todo, e aí isso vai acontecer em maneira de cadeia, seja por razões esportivas ou meramente econômicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta muito precisa que você fez é muito interessante.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Senador Girão, eu queria fazer uma pergunta objetiva. Foi relatado que, numa partida do dia 16 de março de 2023, eles buscaram a CBF para fazer o alerta, e não deram muita atenção.

A pergunta um: essa partida está sendo investigada e, por isso, não pode ser apresentado aqui nem qual foi o jogo, nem qual foi o caso, se foi do atleta, do árbitro, ou se não tem nenhuma conclusão? Ou é possível a gente saber qual foi essa partida que motivou a denúncia sobre o jogo do dia 16 de março de 2023?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E eu emendo rapidamente a última pergunta: o Botafogo contratou a Good Game!? Faz parte dos seus clientes?

O SR. PIERRE SALLET (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Para responder à pergunta precisamente, o primeiro alerta sobre a partida que nós identificamos no Brasil foi em 2022. O alerta... Nós transmitimos nossos alertas em tempo real para os operadores esportivos com os quais nós temos contrato. E o que eu posso dizer é que, na época, não havia operadores de apostas no Brasil e nós não tínhamos nenhum contrato com nenhuma federação brasileira. Então, o que nós transmitimos em 2022 foi o resultado de monitoramento de certas partidas, que foi fornecido à CBF. E eu gostaria de reiterar que foi apenas um *e-mail* que nós enviamos, e nós podemos assumir que, às vezes, isso pode ter caído no *spam*, pode não ter sido recebido de alguma forma. Então, nós não sabemos exatamente por que a CBF não respondeu e não podemos julgar essa falta de resposta. Então, o primeiro alerta que foi emitido no território brasileiro de maneira oficial à federação e à Justiça foi um elemento resultado desse monitoramento, mesmo que nós não tivéssemos nenhum tipo de contrato com o Brasil.

Em termos de cliente, nós temos que preservar o conjunto do sistema, protegendo a nós e as investigações que estão sendo conduzidas. Então, nós não podemos dar informações publicamente quanto aos clientes que temos. Mas, claro, em casos de inquéritos, etc., eles têm essas informações. Então, eu acredito que as informações que nós detemos já foram transmitidas às autoridades responsáveis no Brasil que vão tratar do caso, mas nós não podemos compartilhar esse tipo de informação publicamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, deixando claro que, nesta audiência pública, não há instrumentos para nós exigirmos a apresentação, mas será aberta uma CPI sobre manipulação, e nós gostaríamos de contar com a colaboração da Good Game!, porque, inclusive, numa CPI essas informações devem ser apresentadas obrigatoriamente. Então, quero deixar claro que a CPI vai tratar desse assunto. Por quê? Porque todo caso de suspeita que possa contaminar o esporte tem que ser investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu desconfio, Senador Girão, que a gente vai abrir uma CPI por ano por conta de manipulação devido às apostas. Eu, como advogado desportivo, trabalhei em alguns casos de manipulação antes de as apostas chegarem ao Brasil. Eram casos que foram levados ao STJD e que influenciaram campeonatos, não é?

Acesso, descenso, isso sempre esteve no imaginário, porque pode haver manipulação que não tenha relação com apostas. Sim, isso ficou claro também no que disse a Good Game!. Pode ser que o intuito da manipulação seja pontuação no campeonato, seja indiretamente influir no resultado, pode ser uma manipulação, inclusive, que diga respeito a uma questão própria do atleta, não é? Tem uma gama de suposições.

O STJD, nos casos em que eu participei, não confirmou nenhum caso de manipulação, embora eu, particularmente, em dois deles, tenho a certeza de que aconteceu. Mas certeza sem prova é suposição, e suposição faz tão mal, repito, ao futebol, ao esporte quanto faz a manipulação de resultado.

A gente não pode perder a credibilidade no resultado justo das partidas. E é por isso que, numa CPI, a gente tem que ir a fundo para saber quais jogos estão sendo investigados, quais são os elementos probatórios, quem são os envolvidos, e todos aqueles que participaram e fizeram seus alertas, suas denúncias terão que vir aqui ao Senado Federal para exibir os elementos que formaram a convicção, pelo menos, em soltar um alerta, em denunciar ao Ministério Público, em denunciar à própria Confederação Brasileira de Futebol esses casos.

É um dever nosso, Girão. E as apostas vão nos obrigar a fazer isso, porque se deixar uma brecha, depois vai ser incontrolável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É isso. Muito obrigado, Senador Portinho, que é um Senador a quem o Brasil deve muito, o mercado esportivo, da competitividade do futebol brasileiro, porque ele foi, Senador Carlos Portinho, do Rio de Janeiro, o Relator da SAF. Então, assim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Já são 59 clubes no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já são 59 clubes no Brasil. É uma medida que pegou. Foi iniciada aqui no Senado Federal, não é? Eu votei a favor e estou muito feliz em participar de tudo isso, mas faz parte também de a gente conter pelo outro lado algo com que a gente é preocupado, que é aposta esportiva. Não podemos deixar o futebol e os brasileiros sucumbirem à máfia das apostas esportivas.

Então, para encerrar esta sessão, vou apenas fazer algumas perguntas. Muitas foram respondidas já, mas eu vou dar mais cinco minutos finais para o Sr. Thierry fazer as suas considerações finais, se despedir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, se quiser responder algumas dessas perguntas aqui dos espectadores da TV Senado aqui do nosso e-Cidadania:

Sabrina, do Rio de Janeiro: "Existe algum dado cabível que tenha [...] [levado à] conclusão [sobre essas possibilidades de manipulação]?".

O André, de Santa Catarina: "Quais medidas podem ser tomadas para investigar e punir casos comprovados de manipulação de resultados no Campeonato Brasileiro de 2023?". O André foi bem específico aqui.

O André, de Pernambuco: "De que forma a possibilidade de manipulação [...] [afeta] os aspectos sociais brasileiros?".

O Moisés, de Minas Gerais: "A manipulação acontece devido aos grandes patrocínios dessas empresas de apostas. Como é feita a fiscalização sobre esses contratos [de patrocínio]?". Olhe que interessante.

Thalys, de São Paulo: "Comprovada essa manipulação, quais serão as medidas punitivas que a lei pode usar e quais métodos serão aplicados para que não volte a ocorrer?". Thalys. É com "y", não sei se é o Thalys ou a Thalys aqui, enfim.

Rayane, do Paraná: "Transparência é essencial para manter a integridade do esporte. Devemos investigar e garantir justiça no Campeonato Brasileiro".

Muito obrigado.

Eu passo a palavra para cinco minutos finais, se quiser responder algumas dessas perguntas ou se despedir desta sessão.

O SR. THIERRY HASSANALY (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Sr. Senador, eu gostaria de agradecer pelo trabalho incrível que tem feito nesse fenômeno que é tão grave. Nós partilhamos essa oportunidade e somos honrados de ter tido esta ocasião para fazê-lo.

O que podemos dizer simplesmente, em termos do trabalho do que aconteceu, que é muito importante, eu acho que igualmente nós temos que nos projetar nas competições que terão lugar, que acontecerão, e observar que as pessoas têm esse lado de paixão, que tem que ser restaurado, assim como a ética. Nós temos que manter a ética que foi perdida, isso é claro. Vocês não são o único país no mundo, como nós já falamos, que passou por isso, não é um caso exclusivo do Brasil. Então, se projetar de maneira positiva é necessário, compreendendo o fenômeno e monitorando integralmente as competições. Isso não vai diminuir o espetáculo que nós estamos observando, porque são coisas diferentes, mas vai restaurar a equidade esportiva econômica e vai trazer essa felicidade aos espectadores. Uma recomendação seria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente monitorar de maneira séria, implementando procedimentos nessa competição e em todas as outras competições que forem feitas no Brasil.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, tanto ao Sr. Thierry Hassanaly como ao Sr. Pierre Sallet, que é fundador da empresa Good Game!. O Sr. Thierry é o CEO da empresa Good Game!. Muitíssimo obrigado pela participação de vocês diretamente desse país fantástico que é a França. Inclusive, o Presidente da França estará no Brasil na próxima semana, virá aqui ao Senado Federal pela celebração dos 200 anos da Casa.

Eu queria agradecer a todos pela audiência e ao Senador Portinho pela iniciativa, de quem eu tive a honra de ser coautor.

Não estando presentes os Relatores dos projetos em pauta da sessão deliberativa, nós não teremos nenhum tipo de leitura de relatório nem votação nesta reunião.

Então, muito produtiva, muito esclarecedora, é uma reunião histórica, um preparativo para a CPI. Eu acho que fica mais evidente a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito...

O Senador Portinho quer dar uma palavrinha?

Fique à vontade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É só um aparte, Senador Girão.

Inclusive, eu gostaria de requerer a V. Exa., como Presidente, que todo o material apresentado – e, se for possível, que a Good Game! encaminhe a sua apresentação – já integre, num primeiro momento, os elementos, o material sobre o qual a gente vai se debruçar na CPI, para que sejam aproveitados para a CPI a ata desta reunião, o seu vídeo e o vídeo do que foi apresentado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Solicitação muito bem lembrada e atendida prontamente.

Já encaminho à mesa esse pedido do Senador Carlos Portinho, porque é importante que tudo fique gravado, inclusive nas redes sociais do Senado Federal, para consulta pública e com 100% de transparência.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C679BC4A005FCE37.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.